ORGANIZADORES DESTA EDIÇÃO

Ten Cel Licio Augusto Ribeiro Maciel

Ten José Conegundes Nascimento

Rio de Janeiro, 31 de março de 2012
Quarenta e oito anos da Contrarrevolução de 31 de março de 1964

AGRADECIMENTO

Há longo tempo inserido na Grande Rede para livre consulta, cópia e download, o ORVIL não teve a repercussão nem a difusão desejadas pelos responsáveis da louvável iniciativa (portal www.averdadesufocada.com.br).

Decidimos, então, mediante entendimento com os remanescentes legítimos participantes da obra - Comissão do CIE - organizar uma edição limpa e com melhores imagens.

O exemplar disponibilizado na Internet apresenta-se digitalizado em pdf/imagem, com fotografias muito deterioradas e texto dito justificado, de difícil conversão para ser lido e editado.

Os exaustivos trabalhos de compilação para recuperação do texto, das possíveis imagens, limpeza, conversão, revisão ortográfica e diagramação, estenderam-se por cerca de um ano e meio, até a fase de apresentação à Editora, para diagramação e publicação.

O texto do ORVIL foi fielmente mantido em sua plenitude, de acordo com a nova ortografia. Algumas fotografias foram substituídas por outras mais nítidas.

Nossos agradecimentos à EDITORA SCHOBA, na pessoa do seu Diretor de Publicação, Sr. JOÃO LUCAS SCHOBA, que prontamente se dispôs a realizar a edição e a distribuição do livro, colocando-o ao alcance do público interessado na História recente do Brasil.

APRESENTAÇÃO

O fim do regime militar e a Lei da Anistia não trouxeram a pacificação desejada. Crédulos, os militares voltaram às suas atribuições, confiantes na reconciliação de todos os brasileiros. As mãos foram estendidas em sinal de paz, por um dos lados – as mãos dos vencedores da luta armada –, porém, para os vencidos, o combate continuou. Os derrotados trocaram as armas pelas palavras, fazendo questão de não deixar cicatrizar as feridas que procuram manter abertas até os dias de hoje.

Com a chegada ao Brasil dos primeiros banidos e autoexilados, a História começou a ser reescrita. Com os direitos políticos readquiridos, muitos voltaram a seus cargos, outros foram acolhidos por governos simpatizantes de suas ideologias e outros ingressaram em partidos políticos recém-fundados.

Aos poucos, a maioria dos "perseguidos políticos" ocupava cargos públicos, setores da mídia e universidades. Bons formadores de opinião, passaram a usar novas técnicas na batalha pela tomada do poder e pela tentativa de desmoralização das Forças Armadas.

A esquerda revanchista passou a descrever e a mostrar, da forma que lhe convinha, a luta armada no Brasil.

E o fez de maneira capciosa, invertendo, criando e deturpando fatos, enaltecendo terroristas, falseando a história, achincalhando as Forças Armadas e expondo à execração pública aqueles que, cumprindo com o dever, lutaram contra a subversão e o terrorismo em defesa da Nação e do Estado.

Passou a predominar no País a versão dos derrotados, que agiam livremente, sem qualquer contestação. As Forças Armadas, disciplinadas, se mantiveram mudas.

Aos poucos, a farsa dos revanchistas começou a ser aceita como "verdade" pelos que não viveram a época da luta armada e do terrorismo e que passaram a acreditar na versão que lhes era imposta pelos meios de comunicação social.

No segundo semestre de 1985, em razão das acusações formuladas no livro Brasil Nunca Mais e pelas suas repercussões na mídia, a Seção de Informações do Centro de Informações do Exército (CIE) – atual Divisão de Inteligência do Centro de Inteligência do Exército – recebeu a missão de empregar os seus analistas – além de suas funções e encargos normais –, na realização de uma pesquisa histórica, considerando o período que abarcasse os antecedentes imediatos da Contrarrevolução de 31 de março de 1964, até a derrota e o desmantelamento das organizações e partidos que utilizaram a luta armada como instrumento de tomada do poder.

Foi um trabalho minucioso, realizado em equipe, em que, inicialmente, os documentos existentes àquela época no CIE foram analisados e debatidos, conduzindo a novas indagações e a novos interesses. Com isso, as pesquisas foram ampliadas significativamente, incluindo processos, inquéritos, depoimentos de próprio punho de presos, jornais, revistas, gravações de programas de televisão, entrevistas, uma extensa bibliografia nacional e estrangeira e alguns livros de ex-militantes da luta armada.

Todas as pesquisas contribuíram para a elaboração do "Orvil", diferentemente do trabalho da equipe de D. Paulo Evaristo Arns que, para o livro "Brasil Nunca Mais", pesquisou os processos e os inquéritos disponíveis na Justiça Militar, de onde extraiu, apenas, o que interessava, desde que fossem acusações de "torturas" e críticas aos militares e civis que os combateram e os derrotaram.

Visando a resguardar o caráter confidencial da pesquisa e a elaboração da obra, foi designada uma palavra-código para se referir ao projeto – Orvil –, livro escrito de forma invertida.

Em fins de 1987, o texto, de aproximadamente mil páginas, estava pronto.

A obra recebeu a denominação de **"TENTATIVAS DE TOMADA DO PODER"** e foi classificada com o grau de sigilo reservado, válido até que o livro fosse publicado oficialmente ou que ultrapassasse o período previsto na lei para torná-lo ostensivo.

Concluída e apresentada ao ministro do Exército, General de Exército Leônidas Pires Gonçalves, este não autorizou a sua publicação – que seria a palavra oficial do Exército –, sob a alegação de que a conjuntura política não era oportuna, que o momento era de concórdia, conciliação, harmonia e desarmamento de espíritos e não de confronto, de acusações e de desunião.

Assim, a Instituição permaneceu muda e a farsa dos revanchistas continuou, livre e solta, a inundar o País.

Muitos militares, considerando que a classificação sigilosa "Reservado" já ultrapassara o sigilo imposto pela lei, inconformados com a doutrinação do povo, resolveram divulgar o livro. O "Orvil" foi copiado e difundido entre companheiros, nos últimos anos, na expectativa de que um número cada vez maior de leitores tomasse conhecimento de seu conteúdo.

Muitos exemplares oram distribuídos a amigos, em corrente, e alguns foram entregues a jornalistas.

Em abril de 2007, o Diário de Minas e o Correio Braziliense publicaram, por vários dias, extensa matéria sob o título "Livro Secreto do Exército é revelado", em que abordaram, de forma irresponsável, maliciosa e panfletária, alguns aspectos que mais lhes interessavam sobre o livro. Logo em seguida, os telejornais fizeram coro à campanha.

Um procurador, mais afoito e atirado, afirmou "que os militares sonegam dados sobre os desaparecidos". E, de repente, o assunto bombástico desapareceu da mídia, como sempre. Os críticos do livro se recolheram, deixando no ar algumas meias verdades e muitas mentiras.

Assediado pela imprensa, o General Leônidas confirmou a missão atribuída ao CIE de elaborar o livro em 1985 e a decisão de não publicá-lo em 1988, em nome da concórdia, do desarmamento de espírito e da pacificação nacional, como o fora, em 1979, a "Lei da Anistia".

Em 29 de agosto de 2007, a Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República lançou, no Palácio do Planalto, com a presença do presidente Lula e do ministro da Defesa, Nelson Jobim, o livro "Direito à Memória e à Verdade", praticamente uma cópia do livro "Dos filhos deste solo", de Nilmário Miranda e Carlos Tibúrcio. Para os autores desses dois livros, os crimes praticados pelos militantes da luta armada, simplesmente, não existiram. São "heróis" que precisam ser permanentemente homenageados.

No texto de uma matéria publicada no Correio Braziliense de 31/08/07, o articulista Lucas Figueiredo estabeleceu um ponto de contato, um elo de integração entre o livro "Direito à Memória e a Verdade" e o livro do CIE "As Tentativas de Tomada do Poder", quando afirmou: "a versão oficial do Exército sobre a morte de desaparecidos políticos é incorporada à história formal do período militar – Livro secreto agora é oficial", como se o Orvil desse credibilidade às versões publicadas no livro" Direito à Memória e a Verdade".

Em razão dessa afirmação, descabida e mal-intencionada, e para que os leitores pudessem comparar, avaliar e concluir, divulgamos, em primeira mão, na internet, o "Projeto Orvil" no *site* da minha mulher – www.averdadesufocada.com – para consulta livre e gratuita. Com isso, 66.180 pessoas já acessaram o livro, fizeram *download*, reproduziram em outros *sites* e realizaram buscas no mesmo.

Agora, é com muita satisfação que vemos a vontade e a obstinação do Tenente-Coronel Licio Maciel e do Tenente José Conegundes Nascimento se tornarem realidade. Assim, finalmente, o Orvil chegará às livrarias, sendo muito mais fácil a sua divulgação, além de proporcionar muito mais comodidade para a sua leitura.

Carlos Alberto Brilhante Ustra – Coronel Reformado do Exército Brasileiro

"Estaremos sempre solidários com aqueles que, na hora da agressão e da adversidade, cumpriram o duro dever de se oporem a agitadores e terroristas, de armas na mão para que a Nação não fosse levada à anarquia."

Gen Ex Walter Pires de Carvalho e Albuquerque – Ministro do Exército

PREFÁCIO

As tentativas de tomada do poder pelos comunistas em nosso país permanecem vivas na memória das Forças Armadas, que a elas se opuseram, em consonância com a vontade nacional.

Depois de derrotados nas três tentativas em que se empenharam fanaticamente – Intentona Comunista de 1935, Contrarrevolução de 31 de Março de 1964 e no período da luta armada, marcado pelo terrorismo urbano e pela guerrilha rural – decidiram adotar a estratégia do comunista italiano Antonio Gramsci, na qual as palavras são as novas armas para a consecução dos seus fins.

Conceituados historiadores e pesquisadores históricos chamam-na de quarta tentativa de tomada do poder e a consideram, com razão, a mais ameaçadora e bem-sucedida arma empregada pelos comunistas em todos os tempos.

Com o gramscismo, a esquerda aprendeu a reescrever a história do País e da luta armada, por meio de falácias e inverdades, com o desiderato de denegrir especialmente as Forças Armadas, que lhes infringiram os três reveses, sempre presentes em suas mentes vingativas.

O sucesso obtido nesse maquiavélico empreendimento resulta fundamentalmente do apoio da Mídia, que optou, com raras exceções, por uma deplorável mudança de posição, com a infiltração consentida de comunistas na sua cadeia de tomada de decisões, mercê do surgimento de novos interesses, sobretudo econômicos, após o término do período revolucionário (1964-1985).

Não menos importante do que a Mídia tem sido o Magistério, submetido à ação nefasta de um desmoralizado Ministério da Educação e induzido por certos professores, voltados para a deseducação dos corpos discentes na Universidade, principalmente, e nos demais níveis de ensino. Esse processo ocorre por meio de aulas, cartilhas e livros preparados para promover a doutrina marxista e afracar a democracia e as nossas ricas tradições.

No mesmo equívoco, incidem políticos, religiosos e empresários que, em detrimento do verdadeiro papel que lhes cabe na sociedade, favorecem o proselitismo político-ideológico, para assegurar espaço nos governos comprometidos com as teses gramscistas.

Para fazer face ao infesto comportamento da esquerda, calcado, como vimos, em novos métodos na lide para abarcar o poder e desacreditar as nossas Forças Singulares, não poderia o Exército, atento aos destinos do Brasil, assistir impassível às atitudes dos agentes totalitários no insidioso processo de falseamento da verdade e da consagração da mentira.

Naquela oportunidade, fundamentado em informações cuidadosamente selecionadas para atender a seus objetivos, o grupo ligado a Paulo Evaristo Arns lançou o livro “Brasil Nunca Mais”, no qual avultam acusações aos que enfrentaram o terrorismo, em especial aos militares, com ampla divulgação pela Imprensa falada e escrita.

Diante desse fato, que buscava visivelmente empanar a imagem da Força Terrestre, foi atribuído ao Centro de Informações do Exército (CIE) – Seção de Informações – o encargo de realizar uma pesquisa histórica sobre a atuação das organizações que se valeram da luta armada com o fito de conquistar o poder. Tal pesquisa envolvia o período iniciado com os fatos determinantes do Movimento de 31 de Março de 1964 até o desaparecimento ou a eliminação dessas organizações.

Dessa forma, competentes analistas do CIE, sob a excepcional liderança do então Coronel Agnaldo Del Nero Augusto, mais tarde General de Divisão, realizaram, a partir de meados de 1985 até o final de 1987, variadas e minudentes pesquisas, completas e atiladas. Elas permitiram a elaboração do livro “Tentativas de Tomada do Poder”, que se tornou mais conhecido do nosso público interno por “Orvil”, código identificador do projeto, obtido com a inversão da palavra livro.

Não obstante, o trabalho não foi divulgado. O Ministro do Exército – Gen Ex Leonidas Pires Gonçalves – considerava que a ocasião era de aproximação e não de confronto, graças à perceptível conquista da Paz Social, Objetivo Nacional Permanente, identificado, nitidamente, dentro de nosso território, àquela época.

Infelizmente, aquele momento, caracterizado por um harmônico convívio entre os brasileiros e por vultosos empreendimentos na esfera da nossa Força – criação da Aviação do Exército; aquisição de dois Grupos Antiaéreos, modernos até hoje, e de uma Bateria de Lançadores Múltiplos de Foguetes Astros II; ampliação da nossa AMAN; construção do Hospital Geral de São Paulo; etc. –, transformou-se num verdadeiro pesadelo para a expressão militar do Poder Nacional, principalmente a partir de 1995 até os nossos dias.

Exasperados, acompanhamos, nesse espaço de tempo, a gestão de governos medíocres, incapazes de compreender a urgente necessidade de haver um maior equilíbrio entre investimentos nos campos do Desenvolvimento e da Segurança. Apesar disso, a partir de 2003, empenharam-se para que o País viesse a ser membro efetivo do Conselho de Segurança da ONU, mesmo sem poder militar, para respaldar suas posições. Como é óbvio, nada conseguiram.

Recursos inexistem para o fortalecimento do poder de dissuasão das Forças Armadas, mas sobram para a larga distribuição de incontáveis bolsas assistencialistas, particularmente da injusta e bilionária bolsa-ditadura, usurpando o sofrido contribuinte, a fim de favorecer perversos terroristas. Além disso, eles beneficiam vasta gama de conhecidos aproveitadores, alguns fáceis de encontrar nas bienais do livro, outros visitando os irmãos Castro, verdugos empedernidos da longeva ditadura que, há 53 anos, infelicita o povo cubano.

Releva enfatizar, neste prólogo, que os revanchistas da esquerda que estão no poder – não satisfeitos com as graves restrições de recursos impostas às Forças Armadas e com o tratamento discriminatório dado aos militares, sob todos os aspectos, especialmente o financeiro – tiveram a petulância de criar, com o conluio de um inexpressivo Congresso, o que ousaram chamar de "comissão da verdade".

Deixaram-na nas mãos de um governo que se destaca pelos mentirosos que o integram. Como acreditar numa comissão cujos membros são designados por um agente faccioso diretamente interessado na orientação e nos resultados do trabalho?

O nosso "Orvil", a ser lançado quarenta e oito anos após o segundo desaire sofrido pelos comunistas em nosso país, irá se constituir no primeiro óbice à farsa montada por um governo que andou nas trevas até para escolher os seus ministros.

Antevejo, com a implementação dessa abjeta comissão, um passo decisivo do inimigo hostil para aviltar as Forças Armadas, em especial o Exército, e para desvendar novas perspectivas na consolidação da quarta tentativa de tomada do poder.

Todavia, já reponta, incisivamente, no âmbito castrense, para nosso justificado gáudio, a ideia, lúcida e oportuna, de que é urgente e imprescindível encetar substancial reação a mais essa ignóbil tentativa.

Parafraseando Santo Agostinho, assevero que "enquanto houver vontade de lutar, haverá esperança de vencer".

Gen Geraldo Luiz Nery da Silva
Acadêmico Emérito da Academia de
História Militar Terrestre do Brasil e
Membro do Instituto de Geografia e
História Militar do Brasil

General AGNALDO DEL NERO AUGUSTO

Breve necrológio de um destemido patriota

Pesarosos, comunicamos o falecimento, em 10 de julho de 2009, do Gen Div Ref AGNALDO DEL NERO AUGUSTO.

O lastimável passamento de respeitado militar e querido CHEFE DE FAMÍLIA foi uma dolorosa e prematura perda para a sua dileta esposa e filhos.

A PÁTRIA perdeu um vibrante nacionalista.

O EXÉRCITO, um oficial de escol.

A nobre CAVALARIA, um emérito cavaleiro.

A ATIVIDADE DE INFORMAÇÕES, um profissional exemplar.

O TERNUMA (ONG Grupo Terrorismo Nunca Mais), um batalhador.

Os AMIGOS, um leal companheiro.

Os PERSEGUIDOS, por terem cumprido sua missão para impedir o sucesso da tentativa comunista, um defensor.

Os INDIGNADOS com o revanchismo, com as perseguições e com as inverdades propaladas pelos terroristas que intentaram implantar no Brasil uma revolução comunista em 1964, e prosseguiram nos anos seguintes com suas torpes ações para a tomada do poder, perderam um desassombrado militar que sempre invectivou os maus brasileiros por meio de seus constantes escritos. Estes eram verdadeiros libelos contra as tentativas de desmoralização do Exército Brasileiro.

Os comunistas que através da quebra da lei e da ordem, do terrorismo, de assaltos a bancos e a quartéis, de atentados, de sequestros e assassinatos se empenharam em tomar o poder, à custa da luta armada, tiveram sua

história de atrocidades desnudadas pela pena do corajoso militar, que denunciou a sua verdadeira trajetória de barbárie, de mentiras e de autoelogios nas suas duas principais e vigorosas obras: “A Grande Mentira”, livro editado em 2001, e, bem antes, na década de 1980, com o “ORVIL” (“Livro”, na ordem inversa), do qual foi o coordenador e um dos autores, em que são minuciosamente descritas as quatro tentativas de conquista do poder, pelos bolchevistas, em nosso Brasil (valioso documento, hoje disponível na Internet).

Assim, a MEMÓRIA NACIONAL perde um dos seus mais fidedignos cultores.

A VERDADEIRA HISTÓRIA do avanço comunista no Brasil perde uma correta e imparcial testemunha.

O TERNUMA, diante do infausto, ajoelha-se em respeitoso preito de pesar e justa deferência ao inesquecível amigo, para, em último e sentido adeus, acompanhar seus restos mortais para sua derradeira morada às 09h30min de 11 de julho, no Cemitério da Boa Esperança, em Brasília, DF.

Por Gen Bda RI Valmir Fonseca Azevedo Pereira – integrante do Ternuma Regional Brasília.

PALAVRAS DE UM AMIGO DE INFÂNCIA

DISCURSO DO DEPUTADO NELSON MARQUEZELLI

O SENHOR NELSON MARQUEZELLI (PTB-SP) pronuncia o seguinte discurso. - Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados. No último dia 10 de julho, chegou-me, com grande consternação, a notícia do falecimento do general de divisão Agnaldo Del Nero Augusto, grande amigo, brilhante oficial do Exército Brasileiro e, mais do que tudo, um patriota convicto, que, cumprindo à risca o juramento feito e renovado quando declarado oficial do Exército, dedicou-se inteiramente ao serviço da Pátria, cuja honra, integridade e instituições comprometeu-se a defender.

Conheci-o em meus tempos de infância, na querida Pirassununga, terra natal de nós dois. Foi ali, na escola primária, que me inteirei das primeiras letras, através da mão, do carinho e da cartilha de D. Yolanda, mãe de Agnaldo, o rapazote sério e empertigado que já incutia, a nós, os meninos pouco mais novos que ele, uma espontânea admiração e um respeito precoce. Agnaldo Del Nero, durante muito tempo, foi um exemplo para a juventude de Pirassununga e do nosso Estado.

Seus sonhos e seus anseios, a própria formação de sua personalidade, os planos "para quando fosse grande" foram burilados sob a forte influência da presença, em Pirassununga, do antigo 17º Regimento de Cavalaria. Ali viu despertar sua vocação de soldado. Dali partiu em busca do seu ideal profissional, concretizado nos bancos da Escola Preparatória de Porto Alegre, seu primeiro quartel, onde vestiu, cheio de orgulho, a primeira farda, e onde prestou, inundado de vibração e de entusiasmo juvenil, a primeira continência.

Foi declarado aspirante-a-oficial da Arma de Cavalaria em dezembro de 1956. Impecavelmente fardado, calçando botas e esporas, retornou, como sempre sonhara, à sua (e nossa) Pirassununga, integrando-se, então de forma concreta, ao quartel com que povoara seus sonhos de criança.

Por estimá-lo e por admirá-lo, acompanhei, ainda que de longe, a sua brilhante carreira: no posto de capitão, quando a tecnologia era incipiente, Del Nero despontou como pioneiro do conhecimento das técnicas e táticas de emprego dos meios de combate que, à época, eram chamados de "artefatos" blindados. A Cavalaria, até então predominantemente hipomóvel, ganhava nova roupagem e novas características, em uma custosa evolução, que foi, até, retardada pelo preconceito e pela romântica resistência de alguns.

A trajetória militar de Agnaldo Del Nero Augusto se direcionou por três vertentes distintas e igualmente expressivas.

A primeira e fundamental vertente de seu currículo profissional foi a do combatente, sempre às voltas com a evolução dos meios e técnicas de guerra e com a modernização de sua Arma e de seu Exército. Como instrutor da Escola de Comando e Estado Maior do Exército e redator da revista A Defesa Nacional, escreveu e publicou, entre outros, vários artigos sobre a evolução das técnicas e táticas dos blindados. No campo operacional, desempenhou todas as funções de oficial subalterno, capitão, oficial superior e oficial general, merecendo destaque, entre elas:

A conclusão dos cursos de Comunicações, de Aperfeiçoamento de Oficias e de Comando e Estado Maior;

O comando, no biênio 1982-83, do seu velho e querido regimento de Pirassununga, já então transformado de 17º Regimento de Cavalaria (hipomóvel) em 2º Regimento de Carros de Combate;

O comando da 5ª Brigada de Cavalaria Blindada, no Rio de Janeiro, a mais importante de todas as brigadas de combate, de emprego decisivo na condução da manobra terrestre;

O Comando da 5ª Região Militar e 5ª Divisão de Exército, em Curitiba, Paraná.

Como segunda vertente, valorizada pela sua condição de bacharel em Ciências Econômicas, Del Nero atuou de forma decisiva nas áreas de logística terrestre, de economia e de administração financeira do Exército. Como oficial-general, ocupou os seguintes cargos:

Diretor de Transportes;
Diretor de Administração Financeira;
Subsecretário de Economia e Finanças do Exército.

A terceira grande vertente de sua proveitosa careira foi ligada ao seu desempenho como oficial de informações, área em que despontou, mais uma vez, como pioneiro na implantação do conceito moderno da "inteligência militar". Nessa área, atuou com desenvoltura, entre outras, nas seguintes funções:

Oficial da Agência Central do Serviço Nacional de Informações - SNI;
Chefe da Seção de Informações do Centro de Informações do Exército - CIEX;
Diretor da Escola Nacional de Informações - ESNI, onde, no pouco tempo que permaneceu, criou a Inteligência em Revista, com o objetivo de levar ao público, de forma ostensiva e transparente, a discussão dos diversos aspectos dessa atividade, que, embora polêmica e controvertida, é essencial, ou mesmo vital, para a Nação, pensamento unânime da maioria dos países democráticos.

Agnaldo Del Nero foi, indiscutivelmente, e mais do que tudo, um democrata convicto e empedernido. No ocaso de sua carreira militar, despediu-se do serviço ativo do Exército, mas permaneceu a postos em sua trincheira democrática. Dotado de uma inteligência privilegiada, valorizada pelo conhecimento que adquiriu ao longo de seu trabalho como oficial de inteligência, atividade de que participou como protagonista, e não como coadjuvante, nunca aceitou as opiniões e os conceitos emitidos de forma tendenciosa ou com outros fins que não o registro da verdade histórica.

Embalado pelo brio, pelo denodo e pela honestidade que pautaram sua vida militar, e discordando frontalmente, como grande parcela dos cidadãos de nosso País, das distorções incutidas por certos setores na história pós-movimento de 1964, Del Nero produziu uma peça de relevante valor histórico, que um dia, segundo a sua convicção e a dos verdadeiros democratas, haverá de ser reconhecida como importante e incontestável fonte de conhecimento e de informação às gerações futuras: o livro A Grande Mentira. A obra se baseia em documentos e informações fidedignas a que o general teve acesso, e não em convicções políticas ou em motivações ou conceitos tendenciosos.

Por tais razões, Senhor Presidente, Srs. Deputados, sem qualquer conotação de cunho político ou posicionamento ideológico, sem nenhum preconceito, sem outra motivação que não a de exaltar a coragem e a honestidade de um autêntico patriota, considero de meu dever deixar consignadas nesta Casa da Democracia as presentes referências, justas e merecidas, a um verdadeiro democrata. A um homem que dedicou toda a sua vida, a sua inteligência, a sua energia, o seu discernimento e o que de mais precioso teve: sua honra e sua honestidade, exclusivamente ao serviço da Pátria, sem restrição de qualquer ordem.

Assim, faço questão de registrar, não apenas em meu nome, mas no de todos os integrantes desta Casa, um profundo sentimento de pesar pelo repentino falecimento do general Agnaldo Del Nero Augusto, com votos de que a família encontre forças para superar este momento de dor e de angústia.

Muito obrigado, Senhor Presidente.

Uma explicação necessária

No final dos anos sessenta, diversas organizações clandestinas de corte comunista iniciaram uma nova tentativa de tomada do poder, desta vez por meio da luta armada.

Ao iniciarmos as pesquisas para este trabalho, nosso objetivo era estudar os fatos que compõem esse episódio, tal período enquadrava os anos em que a luta havia sido mais acirrada e violenta.

Para a compreensão dessa luta, foram suscitadas muitas perguntas: Como se formaram? Qual a inspiração ideológica? Quais os objetivos das organizações subversivas nela empenhadas? Qual o caráter da revolução que pretendiam fazer? Quais as experiências externas que procuraram apreender? Quais os modelos e métodos revolucionários que tentaram transplantar para nosso país? Como se estruturaram? Como se compunha sua infraestrutura de apoio, de inteligência, etc.? Em que segmentos sociais e de que forma recrutavam seus quadros e como os formavam no País e no exterior? O que buscavam ao perpetrar assaltos, sequestros, assassinatos e outras formas cruentas de terrorismo? Que objetivos alcançaram com essas ações?

As indagações, porém, não se esgotavam em torno dessas organizações clandestinas. Envolviam o próprio Estado e o sistema político vigente. O nível que as ações terroristas alcançaram colocava em cheque o monopólio da força armada organizada? Tirava do sistema político a sua característica de universalidade e a qualidade final de sua força? O seu combate exigia o envolvimento das Forças Armadas? Era imprescindível que provocasse a restrição da liberdade e que se suprimisse do público as informações a que tem direito numa sociedade democrática?

É sabido que as ações empreendidas acabaram por envolver as Forças Armadas, e a esse respeito outras questões tinham que ser levantadas porque fazem parte da luta a ser examinada. Estavam as Forças Armadas preparadas e estruturadas para esse combate insólito? Tiveram de promover alterações na sua estrutura, na instrução, nos seus efeitos, na conduta das operações? Que sacrifícios lhes foram impostos? Como atuaram? Venceram a luta? Mas o fizeram em todos os seus aspectos?

Naturalmente, sabíamos que, para responder a essa ambiciosa lista de indagações e a outras que surgiriam no decorrer do trabalho, teríamos de ultrapassar os limites do período de tempo, previamente estipulado, como foco da atenção.

Era de nosso conhecimento, por exemplo, que a primeira das organizações da esquerda revolucionária havia surgido em 1961, e que outras tiveram origem no período que medeia esse ano e 1967. Sabíamos, também, que quase todas as organizações haviam surgido ou se formado em oposição à linha política do PCB, tentando ser, cada uma delas, uma alternativa a ele. Portanto, sabíamos que, para conhecer as causas dessas divergências e compreender as dissidências, cisões e fusões características do período de que nos ocuparíamos prioritariamente, teríamos de recuar no tempo, pelo menos até 1956 – ano em que se realizou o XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética (PCUS), que foi a geratriz das mais sérias discordâncias no Movimento Comunista Internacional. A rigor, esse entendimento teria de nos fazer retroceder ao ano da fundação do Partido Comunista-Seção Brasileira da Internacional Comunista (PC-SBIC).

Esse retorno no tempo, ainda que feito apenas a pontos essenciais à compreensão da luta armada, que permanecia como nosso objetivo prioritário, permitiria que perpassássemos duas outras tentativas de tomada do poder pelos comunistas: a primeira, em 1935, pelo caminho da violência, e a segunda, que culminou com a Revolução Democrática de 1964, pela chamada via pacífica, e cujo limite anterior, não muito nítido, pode estar em 1961, 1956 ou mesmo antes.

O recuo ao passado colocou-nos diante de outra visão: a do processo mais amplo da subversão que se materializa em nosso país, na sequência dessas tentativas de tomada do poder pelos comunistas, nas suas diferentes formas. Se a extrapolação do limite anterior do período inicialmente fixado mostrou-se importante, muito mais o seria no seu outro extremo, buscando uma visão além de 1974 – uma visão do hoje. Aí tivemos a percepção nítida daquilo que consubstancia a quarta tentativa da tomada do poder.

Essa tentativa de fato já teve início há alguns anos. Vencida na forma de luta que escolhera na terceira tentativa de tomada do poder – a luta armada –, a esquerda revolucionária tem buscado transformar a derrota militar que lhe foi imposta, em todos os quadrantes do território nacional, em vitória política.

Após a autocrítica, uma a uma, das diferentes organizações envolvidas na luta armada, concluíram que foi um erro se lançarem na aventura militarista, sem antes terem conseguido o apoio de boa parte da população. A partir desse momento, reiniciaram a luta para a tomada do poder mudando de estratégia.

Ao optarem por essa mudança, colocaram-se lado a lado com a esquerda ortodoxa, de que divergiam desde os últimos anos da década de cinquenta, vendo-se perseguindo os mesmos objetivos táticos e valendo-se das mesmas técnicas e processos. Nessa fase, encontraram, ainda, um poderoso aliado, o clero, dito "progressista", que pouco tirara a máscara e procurava por uma "nova sociedade" igualitária e sem classes, uma sociedade também socialista.

Se esses fatores já nos induziam a fazer uma pequena modificação na estrutura inicialmente imaginada para este livro, dois outros nos levaram à decisão definitiva.

O primeiro é que, se boa parte dos possíveis leitores deste livro viveu essas experiências passadas, muitos deles, como nós mesmos, poderão constatar como nossa memória é fraca. No entanto, o que nos preocupava era o fato de a maioria da população brasileira ser formada por jovens de menos de 30 anos. Obviamente, não eram nascidos quando se deu a primeira experiência, e não eram nascidos ou eram muito jovens quando ocorreu a segunda. Então, já conheceram ambas deturpadas ideologicamente.

O segundo fato é a conclusão de que, se a terceira tentativa da tomada do poder – nosso foco de atenção – foi a mais violenta e a mais nítida, nem por isso foi a mais perigosa.

Assim, sem nos desviarmos da luta armada – a terceira tentativa de tomada do poder, cuja história ainda não foi escrita –, faremos, numa primeira e segunda parte deste livro, uma retrospectiva dos pontos essenciais, da primeira e da segunda tentativa de tomada do poder, e de seus reflexos no fracasso de uma tentativa seguinte, daí, também, a importância desse conhecimento anterior para a compreensão da luta armada. Finalmente, esperamos que as informações que transmitiremos ao longo deste trabalho e as conclusões que comporão uma quarta parte do livro sejam suficientes para que o leitor faça a sua própria avaliação da quarta tentativa de tomada do poder, para nós a mais perigosa e, por isso, a mais importante.

Se conseguirmos transmitir essa percepção final para os leitores, teremos atingido nosso objetivo e ficaremos com a certeza de que conseguimos prestar uma simples homenagem, mas a mais significativa que poderíamos oferecer aos companheiros que tombaram nessa luta, hoje esquecidos e até vilipendiados. Suas mães, esposas,

filhos e amigos já não terão dúvidas de que eles não morreram em vão. Porque, ao longo da história, temos a certeza de que a Pátria livre, democrática e justa será reconhecida a todos os que se empenharam nesse combate.

O Coordenador da equipe de pesquisa e redação

Introdução

A violência em três atos

"Vós não os vereis mais, porque os vindouros serão muito mais violentos, odiosos, vingativos".[1]

1. Primeiro ato

O público e as autoridades já estavam reunidos no Parque 13 de Maio, aguardando o início das comemorações que seriam levadas a cabo a partir das 9 horas daquela manhã, no último dia de março. Um grupo de estudantes retardatários, com seu alarido habitual, andava apressado em direção ao Parque. Nisso, esses milhares de pessoas foram surpreendidas com violenta explosão, seguida de espessa nuvem de fumaça que envolveu o prédio dos Correios e Telégrafos de Recife.

Passados os primeiros momentos, quando a fumaça se esvaiu, os relógios registravam 8 horas e 47 minutos. Já podiam ser vistas, na parte externa do prédio, manchas negras, buracos e falhas de onde havia se desprendido o reboco, tal a violência da explosão. A enorme vidraça do sexto andar do edifício estilhaçara-se, graças ao deslocamento de ar provocado pelo petardo de alto teor.

Estava perpetrado o primeiro atentado terrorista na capital pernambucana.

Ao mesmo tempo, uma segunda explosão atingiu a residência do comandante do IV Exército. Mais tarde, foi encontrada uma terceira bomba, falhada, num vaso de flores da Câmara Municipal de Recife, onde havia sido realizada uma sessão solene em comemoração ao segundo aniversário da Revolução de 31 de Março. Essa bomba falhada deveria estar sendo vista como um parcial fracasso no planejamento terrorista.

Para corrigi-lo, em 20 de maio de 1966, cinquenta dias após esse ensaio geral, foram lançados dois coquetéis molotov e um petardo de dinamite contra os portões da Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco.

As autoridades, desconcertadas, buscavam os autores dos atos terroristas, sem sucesso. O Governo não dispunha de órgãos estruturados para um eficiente combate ao terrorismo. A Nação, estarrecida, vislumbrava tempos difíceis que estariam por vir.

Em 25 de julho de 1966, outra série de três bombas, com as mesmas características das anteriores, sacode Recife. Uma, na sede da União dos Estudantes de Pernambuco (UEP), ferindo, com escoriações e queimaduras no rosto e nas mãos, o civil José Leite. Outra, nos escritórios do Serviço de Informações dos Estados Unidos (USIS), causando, apenas, danos materiais. A terceira bomba, entretanto, acarretando vítimas fatais, passou a ser o marco balizador do início da luta terrorista no Brasil.

Na manhã desse dia, o Marechal Costa e Silva, candidato à Presidência da República, era esperado por cerca de trezentas pessoas que lotavam a estação de passageiros do Aeroporto Internacional dos Guararapes. Às 8h30, poucos minutos antes da chegada do Marechal, o serviço de som anunciou que, em virtude de pane no avião, ele se deslocava por via terrestre, de João Pessoa até Recife, indo diretamente para o prédio da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE). Esse comunicado provocou o início da retirada do público.

---

[1] Expressão do jornalista Eduardo Drummond, ao ler os historiadores que pintaram os horrores praticados pelos líderes da Comuna de Paris.

O guarda-civil Sebastião Tomaz de Aquino, o “Paraíba”, outrora popular jogador de futebol do Santa Cruz, percebeu que uma maleta escura estava abandonada junto à livraria SODILER, localizada no saguão do aeroporto. Julgando que alguém a havia esquecido, pegou-a para entregá-la no balcão de Departamento de Aviação Civil (DAC). Ocorreu uma forte explosão. O som ampliado pelo recinto, a fumaça, os estragos produzidos e os gemidos dos feridos provocaram o pânico e a correria do público. Passados os momentos de pavor, o ato terrorista mostrou um trágico saldo de 15 vítimas.

Morreram o jornalista Edson Régis de Carvalho, casado e pai de cinco filhos, com um rombo no abdômen, e o almirante reformado Nelson Passos Fernandes, com o crânio esfacelado, deixando viúva e um filho menor. O guarda-civil “Paraíba” sofreu ferimento lácero-contuso no frontal e no maxilar, no membro inferior esquerdo e na coxa direita, com exposição óssea, e que resultou na amputação de sua perna direita. O então Tenente-Coronel do Exército Sylvio Ferreira da Silva sofreu amputação traumática dos dedos da mão esquerda, fratura exposta no ombro do mesmo lado, lesões graves na coxa e queimaduras de primeiro e segundo graus.

Ficaram, ainda, gravemente feridos os advogados Haroldo Collares da Cunha Barreto e Antônio Pedro Moraes da Cunha; os funcionários públicos Fernando Ferreira Raposo e Ivancir de Castro; os estudantes José Oliveira Silvestre e Amaro Duarte Dias; a professora Anita Ferreira de Carvalho; a comerciária Idalina Maia; o guarda-civil José Severino Pessoa Barreto; além de Eunice Gomes de Barros e seu filho, Roberto Gomes de Barros, de apenas seis anos de idade.

O acaso, transferindo o local da chegada do futuro Presidente, impediu que a tragédia fosse maior. O terrorismo indiscriminado, atingindo pessoas inocentes, inclusive mulheres e crianças, mostrou a frieza e o fanatismo de seus executores.

Naquela época, em Recife, apenas uma organização subversiva, o Partido Comunista Revolucionário (PCR), defendia a luta armada como forma de tomada do poder. Entretanto, os inquéritos abertos nunca conseguiram provas para apontar os autores do atentado. Dois militantes comunistas, então indiciados, vivem, hoje, no Brasil. Um é professor do Departamento de Engenharia Elétrica de uma universidade federal. O outro, ex-candidato a deputado estadual, trabalhava, em 1985, como engenheiro da Prefeitura de São Paulo.

2. Segundo ato

No dia 16 de abril de 1970, foi preso, no Rio de Janeiro, Celso Lungaretti, militante do Setor de Inteligência da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), uma das organizações comunistas que seguiam a linha militarista cubana.

Em seus primeiros depoimentos, Lungaretti revelou a existência de uma área de treinamento de guerrilhas, organizada e dirigida pela VPR, localizada num sítio da região de Jacupiranga, próximo de Registro, no Vale da Ribeira, a cerca de 250 quilômetros, ao sul da Grande São Paulo.

Dois dias depois, foi presa, também no Rio de Janeiro, Maria do Carmo Brito, militante da VPR, que confirmou a denúncia de Lungaretti.

Imediatamente, tropas do Exército e da Polícia Militar do Estado de São Paulo foram deslocadas para a área, a fim de apurar a veracidade das declarações dos dois militantes.

Desde janeiro de 1970, a VPR, com a colaboração de outras organizações comunistas, instalara essa área de treinamento sob o comando de Carlos Lamarca – ex-capitão do Exército –, abrigando duas bases, num total de 18 terroristas vindos de São Paulo, do Rio de Janeiro e do Rio Grande do Sul.

As primeiras tropas, ao chegarem à região, em 20 de abril, encontraram apenas nove terroristas na área, pois um já havia saído, no início do mês, e os outros oito, inclusive um boliviano, retiraram-se na manhã daquele dia, por ordem de Lamarca, decorrência da prisão de Flozino, um dos proprietários da área. Permaneceram apenas os elementos necessários para desativar as bases.

Na noite do dia 21, um tiroteio marcou o primeiro choque, e, no dia seguinte, foram descobertas uma base e uma área de treinamento, encontrando-se armamento, munição, alimentos, medicamentos, radiotransmissores, material de acampamento, mapas, fardamentos, bússolas, etc.

Em 26 de abril, foi descoberta nova área de treinamento.

Darcy Rodrigues e José Lavecchia haviam permanecido em um posto de observação, a fim de acompanhar os movimentos das tropas regulares. Entretanto, a quebra de seu radiotransmissor os isolou dos demais terroristas, levando-os a tentar a fuga da área cercada. No dia seguinte, ambos foram presos quando pediam carona na BR-116.

A partir daí, alguns dias passaram sem que houvesse qualquer contato. Uma parte da tropa da Polícia Militar foi retirada; permanecendo, apenas, um pelotão: como voluntário para comandá-lo, apresentou-se um jovem de 23 anos, o Tenente Alberto Mendes Júnior. Com cinco anos na Polícia Militar, o Tenente Mendes era conhecido, entre seus companheiros, por seu espírito afável, alegre, e pelo altruísmo no cumprimento das missões. Idealista, acreditava que era seu dever permanecer na área, ao lado de seus subordinados.

O dia 8 de maio marcou a tentativa de fuga dos sete terroristas restantes. Alugaram uma picape e, no final da tarde, ao pararem num posto de gasolina, em Eldorado Paulista, foram abordados por seis policiais militares que lhes exigiram a identificação. Apesar de alegarem a condição de caçadores, não conseguiram ser convincentes. Os policiais desconfiaram

e, ao tentarem sacar suas armas, foram alvejados por tiros que partiram dos terroristas que se encontravam na carroceria do veículo. Após o tiroteio, sem mortes, a picape rumou para Sete Barras.

Ciente do ocorrido, o Tenente Mendes organizou uma patrulha que, em duas viaturas, dirigiu-se de Sete Barras para Eldorado. Por volta das 21 horas, houve o encontro com os terroristas. Intenso tiroteio foi travado. O Tenente Mendes, em dado momento, verificou que diversos de seus comandados estavam feridos à bala, necessitando de urgentes socorros médicos.

Um dos terroristas, com um golpe astucioso, aproveitando-se daquele momento psicológico, gritou-lhe para que se entregassem. Julgando-se envolvido, o oficial aceitou render-se, desde que seus homens pudessem receber o socorro necessário. Os demais componentes da patrulha permaneceram como reféns. O Tenente levou os feridos para Sete Barras sob a intimação de suspender os bloqueios existentes na estrada.

De madrugada, a pé e sozinho, o Tenente Mendes buscou contato com os terroristas, preocupado que estava com o restante de seus homens. Interrogado por Lamarca, afirmou que não havia nenhum bloqueio na direção de Sete Barras. Todos, então, seguiram para lá. Próximo a essa localidade, foram surpreendidos por um tiroteio. Dois terroristas, Edmauro Gopfert e José Araújo de Nóbrega, desgarraram-se do grupo (foram presos poucos dias depois) e os cinco terroristas restantes embrenharam-se no mato, levando o Tenente da Polícia Militar. Depois de andarem um dia e meio, no início da tarde do dia 10 de maio de 1970, pararam para um descanso. O Tenente Mendes foi acusado de tê-los traído, e foi responsabilizado pelo "desaparecimento" dos seus companheiros. Por isso, teria que ser executado. Nesse momento, Carlos Lamarca, Yoshitane Fugimore e Diógenes Sobrosa de Souza afastaram-se; permaneceram Ariston Oliveira Lucena e Gilberto Faria Lima para tomar conta do prisioneiro.

Poucos minutos depois, os terroristas retornaram, e, aproximando-se por traz do oficial, desfechou-lhe violentos golpes na cabeça, com a coronha de um fuzil. Caído e com a base do crânio partida, o Tenente Mendes gemia e contorcia-se em dores. Diógenes Sobrosa de Souza lhe desferiu outros golpes na cabeça, esfacelando-a. Ali mesmo, numa pequena vala e com seus coturnos ao lado da cabeça ensanguentada, o Tenente Mendes foi enterrado.

Alguns meses mais tarde, em 8 de setembro de 1970, Ariston Oliveira Lucena, que havia sido preso, apontou o local onde o Tenente Mendes estava enterrado. As fotografias tiradas de seu crânio atestam o horrendo crime cometido.

Ainda em setembro do mesmo ano, a VPR emitiu um comunicado "Ao Povo Brasileiro", onde tenta justificar o assassinato do Tenente Mendes, no qual aparece o seguinte trecho:

"A sentença de morte de um Tribunal Revolucionário deve ser cumprida por fuzilamento. No entanto, nos encontrávamos próximos ao inimigo, dentro de um cerco que pôde ser executado em virtude da existência de muitas estradas na região. O Tenente Mendes foi condenado a morrer a coronhadas de fuzil, e assim foi morto, sendo depois enterrado".

Dos cinco assassinos do Tenente Mendes, sabe-se que:

o ex-capitão Carlos Lamarca morreu na tarde de 17 de setembro de 1971, no interior da Bahia, durante tiroteio com as forças de segurança;

Yoshitane Fugimore morreu em 5 de dezembro de 1970, em São Paulo, durante tiroteio com as forças de segurança;

Diógenes Sobrosa de Souza e Ariston Oliveira Lucena foram anistiados, em 1979, e vivem livremente no Brasil;

Gilberto Faria Lima fugiu para o exterior e desconhece-se o seu paradeiro atual.

3. Terceiro ato

A manhã de 23 de março de 1971 encontrou o jovem advogado de 26 anos, Sérgio Moura Barbosa, escrevendo uma carta, em seu quarto de pensão no bairro de Indianópolis, na capital de São Paulo. Os bigodes bem aparados e as longas suíças contrastavam com o aspecto conturbado de seu rosto, que não conseguia esconder a crise pela qual estava passando.

Três frases foram colocadas em destaque na primeira folha da carta: "A Revolução não tem prazo e nem pressa", "Não pedimos licença a ninguém para praticar atos revolucionários" e "Não devemos ter medo de errar, prescreveu errar fazendo do que nada fazê-la". Em torno de cada frase, todas de Carlos Marighella, o jovem tecia ilações próprias tiradas de sua experiência revolucionária como ativo militante da Ação Libertadora Nacional (ALN).

Ao mesmo tempo, lembrava-se das profundas transformações que ocorreram em sua vida e em seu pensamento, desde 1967, quando era militante do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e estudante de Sociologia Política da Universidade Mackenzie, em São Paulo. Pensava casar-se com Maria Inês e já estava iniciando a montagem de um apartamento na Rua da Consolação.

Naquela época, as concepções militaristas exportadas por Fidel Castro e Che Guevara empolgavam os jovens, e Marighella surgia como o líder comunista que os levaria à tomada do poder através da luta armada.

Impetuoso, desprendido e idealista, largou o PCB e integrou-se ao agrupamento de Marighella, que, no início de 1968, daria origem à ALN. Naquela manhã, a carta servia como repositório de suas dúvidas: *"Faço esses comentários a propósito da situação em que nos encontramos: completa defensiva e absoluta falta de imaginação para sairmos dela. O desafio que se nos apresenta no atual momento é dos mais sérios, na medida em que está em jogo a própria confiança no método de luta que adotamos. O impasse em que nos encontramos ameaça comprometer o movimento revolucionário brasileiro, levando-o, no mínimo, à estagnação e, no máximo, à extinção".*

Esse tom pessimista estava muito longe das esperanças que depositara nos métodos revolucionários cubanos. Lembrava-se de sua prisão, em fins de julho de 1968, quando fora denunciado por estar pretendendo realizar um curso de guerrilha em Cuba. Conseguindo esconder suas ligações com a ALN, em poucos dias foi liberado. Lembrava-se, também, da sua primeira tentativa para ir a Havana, através de Roma, quando foi detido, em 16 de agosto de 1968, no aeroporto do Galeão, no Rio de Janeiro. Conduzido à Polícia do Exército, foi liberado três dias depois. Finalmente, conseguindo o seu intento, permaneceu quase dois anos em Cuba, usando o codinome[2] de "Carlos". Aprendeu a lidar com armamentos e explosivos, a executar sabotagens, a realizar assaltos e familiarizou-se com as técnicas de guerrilhas urbana e rural. Em junho de 1970, voltou ao Brasil, retomando suas ligações com a ALN.

Em face de sua inteligência aguda e dos conhecimentos que trazia de Cuba, rapidamente ascendeu na hierarquia da ALN, passando a trabalhar em nível de sua Coordenação Nacional. Nesse período, em 23 de outubro de 1970, um segundo golpe atingiu duramente a ALN, com a morte de seu líder Joaquim Câmara Ferreira, o "Velho" ou "Toledo", quase um ano após a morte de Marighella (em novembro de 1969). Lembrava-se que, durante quatro meses, ficou sem ligações com a organização. Premido pela insegurança, não compareceu a vários pontos, sendo destituído da Coordenação Nacional. Não estava concordando com a direção empreendida à ALN e escreveu, na carta, que havia entrado *"em entendimento com outros companheiros igualmente em desacordo com a condução dada ao nosso movimento".*

No início de fevereiro de 1971, foi chamado para discussão com a Coordenação Nacional e, na carta, assim descreveu a reunião: *"Ao tomarem conhecimento de meu contato paralelo, os companheiros do Comando chamaram-me para uma discussão, a qual transcorreu num clima pouco amistoso, inclusive com o emprego, pelas duas partes, de palavras inconvenientes para uma discussão política. Confesso que fiquei surpreso com a reação dos companheiros por não denotarem qualquer senso de autocrítica e somente entenderem a minha conduta como um simples ato de indisciplina"*. O jovem não sabia que a ALN suspeitava de que houvesse traído o "Velho".

Com o crescimento de suas indecisões, não aceitou, de pronto, a função que lhe foi oferecida de ser o coordenador da ALN na Guanabara. Ao aceitá-la, após um período de reflexão, a proposta já fora cancelada. Foi, então, integrado a um "grupo de fogo" da ALN em São Paulo, no qual participara de diversos assaltos até aquela manhã. Seu descontentamento, entretanto, era visível: *"Fui integrado nesse grupo, esperando que, finalmente pudesse trabalhar dentro de uma certa faixa de autonomia e seus conhecimentos e técnicas em prol do movimento. Aí permaneci por quase dois meses, e qual não foi a minha decepção verificar que também aí estava anulado... tive a sensação de castração política".* O jovem não sabia que a ALN estava considerando o seu trabalho, no "grupo de fogo", como desgastante e "ainda somado à vacilação diante do inimigo".

No final da carta, Sérgio, mantendo a ilusão revolucionária, teceu comentários acerca de sua saída da ALN:

"Assim, já não há nenhuma possibilidade de continuar tolerando os erros e omissões políticas de uma direção que já teve a oportunidade de se corrigir e não o fez.

Em sã consciência, jamais poderei ser acusado de arrivista, oportunista ou derrotista. Não vacilo e não tenho dúvidas quanto às minhas convicções.

Continuarei trabalhando pela Revolução, pois ela é o meu único compromisso.

Procurarei onde possa ser efetivamente útil ao movimento e sobre isto conversaremos pessoalmente".

Ao final, assinava "Vicente", o codinome que havia passado a usar depois de seu regresso de Cuba.

Terminada a redação, pegou o seu revólver calibre 38 e uma lata cheia de balas, com um pavio à guisa de bomba caseira, e saiu para "cobrir um ponto"[3] com um militante da ALN. Não sabia que seria traído. Não sabia, inclusive, que o descontentamento da ALN era tanto que ele já havia sido submetido, e condenado, a um "tribunal revolucionário".

No final da tarde, circulava, procedendo às costumeiras evasivas, pelas ruas do Jardim Europa, tradicional bairro paulistano. Na altura no número 405 da Rua Caçapava, aproximou-se um Volkswagen grená, com dois ocupantes, que dispararam mais de dez tiros de revólver 38 e pistola 9 mm. Um Galaxie, com três elementos, dava cobertura à ação.

---

[2] Codinome: nome falso usado pelos comunistas em suas atividades revolucionárias.

[3] "Cobrir um ponto": comparecer a um ponto de encontro (entre militantes de uma organização comunista).

Apesar da reação do jovem, que chegou a descarregar sua arma, foi atingido por oito disparos. Morto na calçada, seus olhos abertos pareciam traduzir a surpresa de ter reconhecido seus assassinos. Da ação, faziam parte seus companheiros da direção nacional da organização subversiva, Yuri Xavier Pereira e Carlos Eugênio Sarmento Coelho da Paz (Clemente), este último, o autor dos disparos fatais.[4]

Ao lado do corpo, foram jogados panfletos, nos quais a ALN assumia a autoria do "justiçamento"[5]. São sugestivos os seguintes trechos desse "comunicado":

"A Ação Libertadora Nacional (ALN) executou, no dia 23 de março de 1971, Márcio Leite Toledo.

Esta execução teve o fim de resguardar a organização.

....

Uma organização revolucionária, em guerra declarada, não pode permitir, a quem tenha uma série de informações como as que possuía, vacilações desta espécie, muito menos uma defecção deste grau em suas fileiras.

....

Tolerância e conciliação tiveram funestas consequências na revolução brasileira.

Tempera-nos, saber compreender o momento que passa a guerra revolucionária e nossa responsabilidade diante dela é nossa palavra de ordem revolucionária.

Ao assumir responsabilidade na organização, cada quadro deve analisar sua capacidade e seu preparo.

Depois disto, não se permitem recuos.

....

A revolução não admitirá recuos!"

O jovem não era "advogado" e nem se chamava "Sérgio Moura Barbosa", "Carlos" ou "Vicente". Seu nome verdadeiro era Márcio Leite Toledo.

Enterrado dias depois em Bauru, seu irmão mais velho, então Deputado Federal por São Paulo, declarou saber que ele havia sido morto pelos próprios companheiros comunistas.

4. Violência, nunca mais!

Marcos como os descritos – fruto de mentes deturpadas pela ideologia – balizam o caminho sangrento e estéril do terrorismo, que por quase uma década enxovalhou a cultura nacional, intranquilizando e enchendo de dor a família brasileira.

Essas ações degradantes, que acabam de ser narradas, são tidas como atos heroicos pelos seguidores da ideologia que considera "a violência como o motor da história". Para essas pessoas, todos os meios são válidos e justificáveis pelos fins políticos que almejam alcançar. Acolitados por seus iguais, seus nomes, hoje, designam ruas, praças e até escolas no Rio de Janeiro e em outros locais do País.

Os inquéritos para apuração desses atos criminosos contra a pessoa humana também transitaram na justiça militar entre abril de 1964 e março de 1979. Porém, essas pessoas mortas e feridas, onde se incluem mulheres e até crianças, na maioria, completamente alheias ao enfrentamento ideológico – por serem inocentes e não terroristas –, não estão incluídas na categoria daquelas protegidas pelos "direitos humanos" de certas sinecuras e nem partilham de uma "humanidade comum" de certas igrejas. Nem parece que a imagem de Deus, estampada na pessoa humana, é sempre única.

A razão, porém, é muito simples. Essa igreja está sabidamente infiltrada, assim como o movimento de Direitos Humanos está dominado, por agentes dessa mesma ideologia, como ficará documentando ao longo deste livro.

Como gostaríamos de poder crer que esses atos cruéis de assassinatos premeditados, assaltos à mão armada, atentados e sequestros com fins políticos e qualquer tipo de violência à pessoa humana não viessem a ocorrer no Brasil, nunca mais!

---

[4] Participaram, ainda, da ação dando-lhe cobertura: Antonio Sérgio de Matos, Paulo de Tarso Celestino da Silva e José Milton Barbosa.

[5] Justiçamento: homicídio qualificado, praticado pelos subversivos e terroristas contra companheiros que tentam evitar uma ação ou que abandonam a organização, ou, ainda contra os que, direta ou indiretamente, combatem a subversão.

O GLOBO ☆ 29-3-65 ☆ Página 10

O BRASIL SALVOU A AMÉRICA LATINA E O MUNDO LIVRE DE TERRÍVEL AMEAÇA

Maravilhoso Exemplo de um Povo Que se Livrou da Ditadura Comunista

PARTE 1

A primeira tentativa de tomada do poder
Capítulo I

A fonte da violência

1. Os objetivos da Revolução Comunista

O objetivo final da revolução marxista-leninista é atingir o comunismo – "a última e grande síntese" –, uma sociedade sem Estado e sem classes. Sem classes e, portanto, sem a luta de classes, o comunismo seria a "sociedade perfeita", onde, não havendo contradições, o materialismo histórico não seria aplicado.

Segundo essa ideologia, para a chegada ao objetivo final, terá que ser atingido um estágio anterior, transitório, verdadeiro trampolim para "o salto final". É o estágio do socialismo, da destruição do Estado burguês, sobre cujas ruínas o proletariado erigirá um Estado próprio, caracterizado pela "ditadura do proletariado" sobre as demais classes.

Esta etapa, do socialismo marxista-leninista, também chamada de "socialismo científico", não deve ser confundida com outros tipos de socialismo, ditos democráticos e não leninistas.

Mas, ainda antes de chegar ao socialismo ou à ditadura do proletariado, os comunistas defendem a existência de um objetivo intermediário, onde seria implantado um Estado do tipo "progressista", cujo governo seria composto pelo proletariado, pelo campesinato e, ainda, por uma parcela da burguesia – a pequena parcela "nacionalista".

Os trotskistas, apesar de se considerarem marxista-leninistas, não advogam essa etapa intermediária para a implantação da "ditadura do proletariado". Para eles, a revolução, desde o início, terá caráter socialista.

O esquema, a seguir apresentado, sintetiza os objetivos dos marxista-leninistas, a partir da democracia – um triângulo em equilíbrio instável[6].

2. Os caminhos da Revolução

Para atingir seus objetivos estratégicos, a violência tem sido o caminho apontado pelos ideólogos comunistas. Na prática, a história mostra ter sido a violência a tônica de sua revolução. Em nenhum país do mundo, os comunistas lograram alcançar o poder por outra via.

Marx, referindo-se à Comuna de Paris, disse que um dos seus erros fundamentais *"foi a magnanimidade desnecessária do proletariado: em vez de exterminar os seus inimigos, dedicou-se a exercer influências morais sobre eles"*[7].

Engels, seu dileto companheiro, complementou:

"A violência joga outro papel na história, tem um papel revolucionário: é, seguindo a frase de Marx, a porteira de toda a velha sociedade, é o instrumento com a ajuda do qual o movimento social se dinamiza e rompe formas políticas mortais"[8].

Lênin, em seu famoso livro "O Estado e a Revolução", dizia: "A liberdade da classe operária não é possível sem uma revolução sangrenta" [9].

---

[6] Embora se nos apresente paradoxal, a defesa, pelos comunistas, da democracia, com as liberdades elevadas ao máximo, ela se justifica. Quanto mais débil e sem defesa a democracia, mais fácil sua desestabilização e a deflagração do processo de tomada do poder.

[7] Marx, K.: "A guerra civil na França", 1933, página 80.

[8] Engels, F.: "A Diihring", Ed. Sociales, Paris, 1950.

Com tais premissas, baseadas na lei fundamental marxista da transformação e apoiadas nos seus conceitos de moral, compreende-se a fonte da violência[10].

Embora Marx e Engels insistissem na necessidade universal da violência, chegaram a admitir, em casos especiais, a possibilidade de uma mudança social por meios pacíficos. Seria inaceitável que inteligências tão lúcidas não a admitissem. Sun Tzu já nos ensinava há 500 anos a.C., e é princípio de guerra cada vez mais válido, que não se faz uso da força quando se pode conquistar os objetivos almejados, a despeito do inimigo, sem fazê-lo. Ademais, o emprego da força apresenta sempre um risco pela resposta violenta que necessariamente provoca.

Para , a base de toda a doutrina de Marx e Engels está na necessidade de inculcar sistematicamente nas massas a ideia da revolução violenta. No entanto, na sua obra antes citada, ao expor a doutrina marxista do Estado e as tarefas do proletariado na revolução, examina a utilização da violência para a tomada do poder, mas considera, também, a possibilidade da passagem pacífica para o socialismo, bem como trata da necessidade de um estágio intermediário, para a implantação da ditadura do proletariado.

Assim, reduzidos às suas formas mais simples, podem ser sintetizados em dois os caminhos utilizados pelos comunistas para a tomada do poder: o uso da violência (ou luta armada) e a "via pacífica".

Ao longo do tempo, os objetivos e a estratégia para conquistá-los acabaram por transformarem-se nos pontos fundamentais de divergência entre os comunistas. Em torno delas, Trotsky, Stálin, Mao Tsé-tung, Kruschev e Fidel Castro, para citar apenas os principais atores dessa história, desenvolveriam suas próprias concepções da revolução.

Essas concepções diferenciadas darão margem a um vasto espectro de organizações, todas intituladas marxista-leninistas, com as quais travaremos contato no correr deste livro.

3. O Trabalho de Massa

As formas utilizadas pelos comunistas para alcançar seu objetivo fundamental – a tomada do poder –, possivelmente por ter sido um estudioso de Clausewitz e ter sua própria filosofia da guerra, assemelham-se muito às da conquista de um objetivo militar na guerra, o que nos oferece uma imagem propícia para a compreensão do problema.

Para a conquista de um objetivo na guerra, há um árduo e persistente trabalho de preparação a realizar. As tropas precisam ser mobilizadas e organizadas; devem aprender táticas e técnicas de combate, durante um período relativamente longo de instrução; precisam ser equipadas e supridas de uma quase interminável série de artigos; necessitam de apoio de fogo, de engenharia, de comunicações, de saúde, etc. Deixando de lado uma série de outras necessidades, tais como o conhecimento sobre o campo de batalha, as informações sobre o inimigo, dentre outras, devem, sobretudo, estar moralmente preparadas e possuir determinação e vontade de lutar. Eis, então, que se deslocam para o campo da luta. Chegado esse momento – o da batalha – o combate pode ou não se realizar. Se o inimigo está organizado, tem forças suficientes e vontade de lutar, haverá, fatalmente, o combate. Se o inimigo, porém, é fraco ou está combalido, mal posicionado ou sem determinação, ele pode entregar-se praticamente sem luta. Na terminologia militar, nesta última situação, diz-se que o inimigo "caiu pela manobra". Sem ser necessário o uso da força, será atingido o mesmo fim: sua submissão à vontade do exército que empreendeu a operação.

Esses são, pois, os dois caminhos para a conquista do objetivo: o da violência – da luta armada – e o das manobras. Este último, em relação ao anterior, pode ser considerado "pacífico"; o árduo trabalho prévio é indispensável para se utilizar ambos os caminhos, porque se ele não existir, não haverá, no momento do combate, a necessária desproporção de força e de vontade, suficiente para que a ação contra o inimigo seja bem-sucedida ou o obrigue a render-se sem combater.

Para a tomada do poder pelos comunistas, também existe um trabalho prévio, árduo e persistente, denominado por eles de trabalho de massa. O trabalho de massa consiste nas atividades de infiltração e recrutamento, organização e mobilização, desenvolvidas sob técnicas para a mudança radical das estruturas e do regime[11] [12].

O trabalho de massa objetiva: incutir em seus alvos a ideologia comunista como a única solução para todos os problemas; minar a crença nos valores da sociedade ocidental e no regime; enfraquecer as salvaguardas e os instrumentos

---

[9] Lenin, V. I.: "O Estado e a Revolução", 1935, página 9.

[10] O processo do emprego da violência para a tomada do poder é chamado, pelos comunistas, de "luta armada".

[11] Agitação (Dicionário da língua russa, de Ojegov) - atuação junto às grandes massas, com o objetivo de inculcar algumas ideias e lemas destinados à sua educação política e a atraí-las para a solução dos deveres políticos e sociais mais importantes.

[12] Em todos os partidos comunistas existe uma Seção de Agitação e Propaganda (SAP), que se encarrega dessa atividade. A teoria comunista distingue, porém, uma atividade da outra: a agitação promove uma ou poucas ideias, que apresenta à massa popular. A propaganda, ao contrário, oferece muitas ideias a uma ou poucas pessoas. A agitação e a propaganda são processos condicionantes.

jurídicos de defesa do Estado; controlar a estrutura administrativa, influir nas decisões governamentais, e, atuando sobre os diversos segmentos sociais, reeducá-los, organizá-los, mobilizá-los e orientá-los para a tomada do poder.

O trabalho de massa é a preparação para o combate. Na hora decisiva da batalha, a sociedade organizada pode reagir e lutar – o que é normal –, ou, se desmoralizada e sem determinação, pode, simplesmente, "cair pela manobra", pacificamente.

Capítulo II

O Partido Comunista - Seção Brasileira da Internacional Comunista (PC-SBIC)

1. A Internacional Comunista

O lançamento do "Manifesto Comunista" de Marx e Engels situa-se no exato momento em que duas correntes vão chocar-se na doutrina e nos fatos: 1848 é, com efeito, o ano das revoluções europeias. O brado lançado no manifesto – "*proletários de todos os países, uni-vos*" – teria consequência prática. Em breve, seria tentada a união dos operários, acima das fronteiras nacionais, para combater o capitalismo e implantar o socialismo.

O conceito de internacionalismo proletário daí derivado deu origem à formação das internacionais, verdadeiras multinacionais ideológicas, que, sob o pretexto de dirigir a luta em nome da classe operária, passaram a fomentar a criação de partidos em vários países, que subordinariam seus programas partidários às resoluções de seus congressos.

No ano de 1864, foi fundada, em Londres, a Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT), que ficou posteriormente conhecida como II Internacional. Reunia diferentes correntes do movimento operário europeu, que se opunha ao capitalismo, destacando-se, entre elas, a dos marxistas e anarquistas. Não suportando as dissensões de grupos anarquistas que não queriam se submeter à autoridade centralizadora de Marx e ao processo da Comuna de Paris, encerrou suas atividades em 1876.

A II Internacional surgiu em 1889[13]. Depois de depurados os anarquistas e os comunistas e de ter passado por alguns períodos de crise e recesso, ressurgiu, em 1951, já com o nome de Internacional Socialista.

A III Internacional, também conhecida como Comintern ou Internacional Comunista (IC), foi criada em 1919, por . Aproveitando-se da base física conseguida com a revolução russa, em 1917, a IC pôde colocar em prática sua doutrina de expansão mundial do comunismo, alicerçada na experiência dos sovietes. No II Congresso Mundial, realizado em 1920, a IC aprovou seu estatuto e estabeleceu 21 condições exigidas para a filiação dos diversos partidos comunistas, das quais algumas são transcritas a seguir:

....

"3ª - Nos países burgueses, a ação legal deve ser combinada com a ação ilegal. Nesses países, deverá ser criada uma aparelhagem clandestina do Partido, capaz de atuar decisivamente no momento oportuno".

....

"4ª - Deverá ser feita ampla campanha de agitação e propaganda nas organizações militares, particularmente no Exército".

....

"6ª – Todos os partidos comunistas devem ser internacionais e devem renunciar ao patriotismo e ao pacifismo social. Deverá ser demonstrado aos operários, sistematicamente, que sem a derrubada revolucionária do capitalismo não haverá desarmamento nem paz mundial."

....

"14ª – Todos os partidos comunistas são obrigados a prestar todo o auxílio necessário às Repúblicas Soviéticas, na sua luta face à contrarrevolução."

....

"16ª - Todos os partidos comunistas são obrigados a obedecer às resoluções e decisões da Internacional Comunista, considerada como um partido mundial único."

Essas condições, que espelhavam a rigidez da linha leninista, proporcionaram ao Partido Comunista da União Soviética (PCUS) a oportunidade de expandir o Movimento Comunista Internacional (MCI), subordinando os interesses nacionais dos países submetidos aos dos soviéticos e facilitando a interferência nas políticas internas das demais nações.

---

[13] A II Internacional perdurou até a Primeira Guerra Mundial, quando o nacionalismo mostrou-se, na prática, mais forte e decisivo do que o internacionalismo.

2. A formação do PC-SBIC

No Brasil, as duas primeiras décadas deste século foram marcadas por algumas poucas agitações de cunho social.

O movimento operário e sindical, por nove anos, desde 1908, dirigido pela Confederação Operária Brasileira (COB), possuía traços anarquistas e voltava-se, basicamente, para agitações contra a guerra mundial, inclusive, com ameaças de greve geral.

O marxismo-leninismo, ainda pouco conhecido e frequentemente confundido com o anarquismo, procurava florescer em sete ou oito cidades brasileiras com a criação de alguns grupos que, apesar de se intitularem comunistas, não passavam, na verdade, de "anarco-sindicalistas".

Então, no início da década de 1920, a Internacional Comunista e suas 21 condições de filiação chegaram ao nosso País, e nossos "comunistas" as assumiram, pressurosos.

Em 25 de março de 1922, nas cidades do Rio de Janeiro e Niterói, num congresso que durou três dias, nove pessoas fundaram o Partido Comunista – Seção Brasileira da Internacional Comunista (PC-SBIC).

De acordo com Haroldo Lima, atual Deputado Federal pelo PC do B da Bahia:

"... o Congresso discutiu e aprovou as 21 condições de ingresso na Internacional Comunista, elegeu uma comissão central executiva, criou um comitê de socorro aos Flagelados Russos, tratou de questões práticas e encerrou seus trabalhos entoando o hino internacional dos trabalhadores, a Internacional".[14]

Desde o nome e a sigla (PC-SBIC), obedecendo à 17ª condição, até a renúncia ao pacifismo social, o novo partido aceitava a agitação permanente e a tese da derrubada revolucionária das estruturas vigentes, renegava as regras de convivência da sociedade brasileira, propunha-se a realizar atividades legais e ilegais e subordinava-se às Repúblicas Socialistas Soviéticas.

3. As atividades do PC-SBIC

O PC-SBIC surgiu legal, registrado como entidade civil. Três meses depois, o estado de sítio, decorrente da revolta tenentista, colocava-o na ilegalidade e inibia o desenvolvimento de suas atividades de agitação.

Em 1924, um fato viria repercutir no PC-SBIC: a realização do V Congresso da IC, em junho/julho, já sob o impacto da morte de Lênin . Nesse Congresso, a IC, mudando de procedimento, passou a adotar a tática da "Frente Única" vista, por Zinoviev como "um método para agitação e mobilização das massas".

No final de 1926, modificou-se o quadro político-institucional, com o governo de Washington Luís trazendo ventos liberalizantes, tendo o PC, inclusive, um curto período de legalidade, de 1º de julho a 11 de agosto de 1927. Obedecendo aos ditames do V Congresso da IC, a direção do Partido lançou a palavra de ordem "ampla agitação das massas", justificada pela necessidade de "fazer surgir o Partido da obscuridade ilegal à luz do sol da mais intensa agitação política".

Partindo da teoria à prática, criou o Bloco Operário e Camponês (BOC) como uma "frente única operária", que, não por acaso, tinha, na sigla, as mesmas letras da conhecida e já extinta COB.

Ainda seguindo a tática de frente, o PC-SBIC iniciou um trabalho de aproximação com Prestes, que se encontrava na Bolívia[15].

Mas o ano de 1928 foi marcado pela crise econômica mundial. Pensando em aproveitar a miséria que adviria para os operários, a IC realizou o seu VI Congresso, de julho a setembro, mudando a tática de "frente única" para a de "classe contra classe". O proletariado mundial, premido pela crise, poderia ser arrastado para a revolução. Era a oportunidade para os comunistas se isolarem e lutarem contra todas as posições antagônicas, desde as burguesas até as operárias. A IC determinara o fim da "frente". Na URSS, iniciava-se a "cortina de ferro".

Tal resolução pegou o PC-SBIC de surpresa. Para as eleições de outubro de 1928, já lançara candidatos por meio do BOC, que, gradativamente, se vinha tornando o substituto legal do PC.

Imediatamente, o PC-SBIC convocou o seu III Congresso, realizado em dezembro de 1928 e janeiro de 1929, em Niterói. Além de reeleger Astrogildo Pereira como secretário-geral, o Congresso do PC-SBIC determinou a intensificação do trabalho clandestino do PC, a fim de não ser ultrapassado pelo BOC. Com tal medida, pensava acalmar os chefes moscovitas, que viam, no BOC, a continuação da antiga tática de "frente única".

Ledo engano. Não compreendiam, ainda, os comunistas brasileiros, que a curvatura dos dorsos não era apenas temporária, à guisa de um cumprimento. Ela teria que ser permanente, com a boca sujando-se de terra.

---

[14] Lima, H.: "Itinerário das lutas do PC do Brasil", 1981, pág. 4.

[15] Prestes, a essa época, ainda não se tornara comunista.

Vivia-se, em Moscou, a plena época dos expurgos. O poderoso Stálin, com mão de ferro, mandava assassinar os principais dirigentes do Comitê Central e o fantasma do trotskismo servia de motivo para o prosseguimento das eliminações, tanto na "pátria-mãe" como nos partidos satélites.

A I Conferência dos Partidos Comunistas da América Latina, realizada em Buenos Aires, no mês de junho de 1929, condenou "a política do PC-SBIC frente à questão do Bloco Operário e Camponês e o seu atrelamento a este órgão".

O ano de 1930 foi decisivo para o PC-SBIC. Em fevereiro, a IC baixou a "resolução sobre a questão brasileira", com base na Conferência de Buenos Aires. Nesse documento, critica a política de frente ainda adotada pelo PC-SBIC e ironiza o BOC ao considerá-lo um "segundo partido operário". Paralelamente, induz o partido a "preparar-se para a luta, a fim de encabeçar insurreição revolucionária".

Os dias de Astrogildo Pereira estavam contados. Em novembro de 1930, uma conferência do PC-SBIC expulsa o secretário-geral. Em São Paulo, foi afastada uma dissidência trotskista liderada por Mário Pedrosa.

Numa guinada para a esquerda, o partido encerra sua política de alianças, expurga os intelectuais de sua direção e inicia uma fase de proletarização.

4. A fase do obscurantismo e da indefinição

O período compreendido entre final de 1930 e meados de 1934 caracterizou-se por um quase obscurantismo do PC-SBIC, que, empregando uma linha dúbia e equivocada, se emaranhava em sucessivas crises.

A agitação política no Brasil, entretanto, foi intensa. Em 1930, ainda sob a influência dos ideais do tenentismo, formou-se a Aliança Liberal, um agrupamento de oposições. Em outubro e novembro desse ano, não acatando o resultado das eleições, que indicara o paulista Júlio Prestes, a Aliança, à frente de um movimento revolucionário, alçou Getúlio Vargas ao poder.

Nesse início da década de 1930, o prestígio de Luiz Carlos Prestes, então exilado no Prata, ainda era muito grande. As repercussões nacionais da sua Coluna faziam-no um dos mais respeitados líderes entre os tenentes. No entanto, era, ainda, um revolucionário em busca de uma ideologia.

Em maio de 1930, Prestes criou a Liga de Ação Revolucionária (LAR), definindo-se contra a Aliança Liberal. Em março de 1931, aderiu, publicamente, ao comunismo. A OPC-SBIC logo tentou incorporar a LAR; Prestes, no entanto, com a força de sua liderança, tentava engolfar o PC-SBIC.

O maior líder comunista do Brasil não pertencia aos quadros do PC!

Essa insólita situação foi, aparentemente, resolvida com uma insólita solução: Prestes deixou a Argentina e foi residir na URSS, para ser o representante brasileiro na Internacional Comunista.

Na área internacional, a política de "classe contra classe" revelara-se desastrosa para o PCUS. Não houve a tão desejada recessão mundial, e a força de Hitler, aproximando-se, gradualmente, do Japão e da Itália, aterrorizava os soviéticos. Esses fatos marcaram uma nova linha política: foi aliviado o isolamento e retomado o diálogo com as nações ocidentais, culminando com o ingresso da URSS na Liga das Nações, em 1934.

A tudo isso assistia o PC-SBIC, atarantado. Debatendo-se entre as ordens de Moscou, padecia de uma correta definição da linha política e era envolvido por sucessivas crises de direção.

Apesar do sectarismo "obreirista", característico desse período, a intensificação da atividade clandestina do PC-SBIC trouxe-lhe um dividendo: o relativo sucesso no trabalho militar, de infiltração e recrutamento nas Forças Armadas.

Aproveitando o idealismo revolucionário, e até certo ponto ingênuo, do movimento tenentista, o PC-SBIC conseguiu a simpatia de muitos militares. A atuação deles no Partido foi importante. Mauricio Grabois, Jefferson Cardin, Giocondo Dias, Gregório Bezerra, Agliberto Vieira, Dinarco Reis, Agildo Barata e o próprio Prestes são exemplos desse trabalho de infiltração e recrutamento.

Esse trabalho militar foi decisivo para o advento da primeira tentativa de tomada do poder pelos comunistas, por meio da luta armada.

Capítulo III

A Intentona Comunista

1. A mudança da linha da IC

Induzido pela Internacional Comunista, o PC-SBIC esforçara-se por se inserir no processo revolucionário brasileiro, que tivera início no ano de sua fundação, passara por 1924, 1926 e desaguara em 1930. Esse período de revoltas e revoluções tinha, porém, como motivação, uma problemática interna, voltada para os problemas estruturais e sociais, essencialmente brasileiros. Talvez, por isso mesmo, as direções do PC-SBIC jamais foram capazes de entendê-los. Suas análises estereotipadas viam, em cada ocasião, apenas uma luta entre os "imperialismos" inglês e norte-americano. Com esse dualismo mecanicista, explicam também a revolução de 1932. Deste modo, por construírem suas análises sobre abstrações de caráter ideológico, não conseguiram sintonizar o Partido com o processo revolucionário em curso e perderam o "bonde da história". Essa frustração iria fazê-los desembocar na Intentona de 1935.

Vimos, no capítulo anterior, que a URSS, em 1934, mudara sua política externa do isolamento para o diálogo com o Ocidente. As ameaças nazistas e fascistas contribuíram para alterar a linha política da IC.

A política de "classe contra classe" não dera resultados e levara diversos partidos comunistas ao ostracismo. Quase num "retorno às origens", a política de "frente" foi retomada, trocando-se o termo "única" pelo "popular".

De um modo geral, a frente popular pretendia englobar todos os indivíduos e grupos numa luta contra o fascismo, independentemente de suas ideologias. E, é claro, aproveitar essa frente para tomar o poder.

2. A vinda dos estrangeiros

Concluindo que no Brasil já amadurecia uma situação revolucionária e que a nova política de "frente popular" desencadearia a revolução, em curto prazo, a IC decidiu enviar diversos "delegados", todos especialistas, a fim de acelerar o processo. Com isso, pretendia suprir a falta de quadros dirigentes do PC-SDIC que pudessem levar a tarefa a bom termo. Na realidade, a IC enviou um selecionado grupo de espiões e agitadores profissionais.

No início de 1934, chegou ao Brasil o ex-deputado alemão Arthur Ernst Ewert, mais conhecido como "Harry Berger".[16] Tendo atuado nos Estados Unidos, a soldo de Moscou, Berger veio acompanhado de sua mulher, a comunista alemã Elise Saborowski, que entrou no País com o nome falso de Machla Lenczycki. Berger acreditava que a revolução

[16] Para maiores detalhes do plano revolucionário de Berger, ver Aragão, J. C.: "A Intentona Comunista", Bibliex, R.J., páginas 36 e 37.

comunista teria início com a criação de uma "vasta frente popular anti-imperialista", composta por operários, camponeses e uma parcela da burguesia nacionalista. A ação de derrubada do governo seria efetuada pelas "partes revolucionárias infiltradas no Exército" e pelos "operários e camponeses articulados em formações armadas", embrião de um futuro "exército revolucionário do povo". O governo a ser instituído seria um "governo popular nacional revolucionário", com Prestes à frente.

O mirabolante plano de Berger, tirado dos compêndios doutrinários do marxismo-leninismo, não levava em conta, apenas, um pequenino detalhe: a política brasileira, aquinhoada com uma nova Constituição de fundo liberal e populista, estava cansada dos mais de dez anos de crise e ansiava por um pouco de paz e estabilidade.

Outros agitadores profissionais vieram para o Brasil, a mando de Moscou, durante o ano de 1934. Como jornalistas, vieram Rodolfo Ghioldi e Carmen, um casal de argentinos. Ghioldi, na realidade, pertencia ao Comitê Executivo da IC, era dirigente do PC argentino e escondia-se sob o nome falso de "Luciano Busteros". Veio da Bélgica o casal León-Jules Valée e Alphonsine, para cuidar das finanças. A esposa de Augusto Guralsk, secretário do Bureau Sul-Americano que a mantinha em Montevidéu, veio para dar instrução aos quadros do PC-SBIC. Para comunicar-se clandestinamente com o grupo, foi enviado um jovem comunista norte-americano, Victor Allen Barron. O especialista em sabotagem e explosivos não foi esquecido: Paul Franz Gruber, alemão, veio com sua mulher, Erika, que poderia servir como motorista e datilógrafa.

O grupo de espiões instalou-se no Rio de Janeiro. De acordo com o insuspeito Fernando Morais, "Uma identidade comum os unia: eram todos comunistas, todos revolucionários profissionais a serviço do Comintern e vinham todos ao Brasil fazer a revolução".[17]

Faltava, entretanto, o líder "brasileiro", aquele que estaria à frente do novo governo comunista. Havia já alguns anos que Prestes vinha namorando o marxismo-leninismo. Desde os anos da Coluna, procurava uma ideologia que complementasse o seu espírito revolucionário. Entretanto, seus contatos com os dirigentes do PC-SBIC o desencantaram. Ou melhor, julgando-se acima deles, procurava uma visão do mundo mais perfeita e mais elaborada. Tentara, inclusive, criar o seu próprio movimento, através do LAR.

A possibilidade de ir para a URSS, conversar com os próprios dirigentes do Kremlin, satisfez suas ambições. Em novembro de 1931, Prestes desembarcava em Moscou, com sua família, onde, durante três anos, aprenderia como fazer a revolução.

Em abril de 1935, o "Cavaleiro da Esperança" estava de volta ao Brasil, pronto para assumir a direção do PC e da revolução comunista. A insólita solução concretizava-se: o novo líder dos comunistas brasileiros seria imposto de cima para baixo, da cúpula da IC às células do PC-SBIC. A tiracolo, Prestes trazia a sua jovem esposa, Olga Benário, ativa comunista alemã, de confiança dos soviéticos. A IC não poderia entregar, sem controle, a revolução comunista brasileira a um homem que, até aquele momento, ainda não pertencia aos quadros do PC.

Olga seria a sombra de Prestes, criada pela luz de Moscou.

3. O Partido Comunista do Brasil (PCB)

O ano de 1934 marcou o início de uma nova fase para o PC-SBIC. Em julho, a sua I Conferência Nacional reelegeu, como secretário-geral, Antonio Maciel Bonfim, mais conhecido como "Miranda", antigo sargento da polícia militar baiana. Para minorar os efeitos aparentes de sua subordinação à IC, o PC-SBIC mudou seu nome para Partido Comunista do Brasil (Seção da Internacional).

O PCB, radicalizando-se, passou a considerar-se como "vanguarda na transformação da atual crise econômica em crise revolucionária que já se processava – encaminhando todas as lutas para a revolução operária e camponesa". Conclamou os camponeses à tomada violenta das terras e à sua defesa pelas armas. Exortou a luta das massas "em ampla frente única, para capitalismo". A luta, segundo o PCB, deveria ser elevada até a tomada do poder, instaurando o Governo Operário e Camponês, a Ditadura Democrática baseada nos conselhos de operários, camponeses soldados e marinheiros". Com relação ao marxismo-leninismo, jactava-se o Partido de que era o "único neste país que está baseado nessa ideologia, a qual já levou à vitória o proletariado e as massas populares da sexta parte do mundo, a União Soviética"[18].

Em documento dado a público logo depois da Conferência, o PCB, vislumbrando as eleições de outubro, criticou a via parlamentar, sob qualquer forma ou rótulo com que se apresentasse, afirmando que "de modo algum resolve a

---

[17] Morais, F.: "Olga", Ed. Alfa-Omega, São Paulo, 1985, página 67.
Comunista, usando a sigla PCB. Esse conchavo mudou a linha política do Partido, segundo os ditames da sua matriz. A luta era antifascista e deveria ser formada uma "frente popular contra os integralistas".
[18] "A Classe Operária", jornal do PCB, de 1° de agosto de 1934.

situação das massas, situação que só poderá ser resolvida pela derrubada violenta desse governo e sua substituição pelo governo dos soviets (conselho) de operários, camponeses, soldados e marinheiros"[19].

A nova linha política do "novo PCB", em agosto de 1934, passou a ser a da insurreição armada para a derrubada do governo e a tomada do poder. Os fatos ocorridos no ano seguinte mostrariam se estava preparado para isso e se iria alcançar seu objetivo.

4. A Aliança Nacional Libertadora (ANL)

Traçada a linha política da "frente popular", faltava, ao PCB, a criação de uma organização que a concretizasse e que pudesse congregar operários, estudantes, militares e intelectuais.

Em fevereiro de 1935, foi fundada essa frente, sob o nome de Aliança Nacional Libertadora (ANL).

Em 1º de março, pela primeira vez, reúne-se a sua diretoria. Dos seis principais dirigentes, três eram militares: o presidente, Hercolino Cascardo, comandante da Marinha; o vice-presidente, Amorety Osório, capitão do Exército; e o secretário-geral, Roberto Henrique Sisson, também oficial da Marinha.

Entretanto, desses três, só o secretário-geral, Sisson, era do PCB, que pretendia, de acordo com a política de frente, congregar o maior número possível de liberais, escondendo a orientação do Partido. Mantinha, para si, no entanto, a principal posição da ANL.

No final de março, a Aliança promoveu a sua primeira reunião pública, no Teatro João Caetano, na cidade do Rio de Janeiro. Nesse evento, mais de mil pessoas ouvem o programa da ANL e aplaudem, quando Prestes é indicado como seu presidente de honra.

Uma carta de adesão do "Cavaleiro da Esperança", datada de 3 de maio, dá um grande impulso à frente.

Com base e à semelhança da estrutura clandestina do PCB, a ANL organizou-se com rapidez, apoiada nas técnicas marxista-leninistas de agitação, de propaganda e em dezenas de jornais dirigidos pelo Partido. Apesar de ser mais forte no Rio de Janeiro, em São Paulo e em Minas Gerais, a Aliança propagou-se por todo o País. Calcula-se que, em maio, já possuía cerca de cem mil militantes, organizados em 1.600 células.

A frente progredia, escudada em bandeiras que empolgavam as massas, os militares e os liberais. O PCB a orientava, crescendo à sua sombra. A data de 5 de julho, comemoração dos 13 anos do levante dos 18 do Forte e da revolução tenentista, traçou uma linha demarcatória no desenvolvimento da Aliança.

Prestes, que chegara ao Brasil em 15 de abril de 1935, se radicara no Rio de Janeiro, após curtas passagens por Florianópolis, Curitiba e São Paulo. Observando o desenvolvimento da ANL, concluiu que já estava na hora de fazer um pronunciamento mais incisivo, definidor dos reais rumos da Aliança.

Em 5 de julho, lançou um manifesto contendo as bases do "governo popular nacionalista revolucionário", acusando Getúlio Vargas de fascista e de subordinado ao imperialismo, convocando os ex-revolucionários, militares, padres, jovens e a pequena burguesia a se engajar na luta pela implantação de um "governo popular". Em determinado trecho, Prestes afirma que "a situação é de guerra e cada um precisa ocupar o seu posto", conclamando:

"Brasileiros! Organizai o vosso ódio contra os dominadores transformando-o na força irresistível da Revolução Brasileira!"

Prestes havia aprendido, na URSS, que era bom, nos discursos, citar os mestres da ideologia comunista. Mas havia aprendido, também, que não era bom limitar-se a copiar, mecanicamente, esses escritos, havendo que adaptá-los às condições de cada país. Assim, num súbito despertar de "inteligência" e de "criatividade", usa o manifesto comunista de 1848, referindo-se aos brasileiros: *"Vós que nada tendes para perder, e a riqueza imensa de todo o Brasil para ganhar"*, parodiando . E encerra o manifesto: *"Todo o poder para a Aliança Nacional Libertadora"*.

E o máximo de originalidade aparece no lema básico, quando o "Pão, Paz e Terra", da revolução russa de outubro de 1917, transforma-se no "Pão, Terra e Liberdade" da ANL.

Esse manifesto, intempestivo e provocativo, desvelando o caráter marxista-leninista da Aliança, trouxe-lhe duas consequências imediatas: a sua ilegalidade, decretada, uma semana depois, pelo governo Vargas, e o afastamento de diversos de seus líderes e dirigentes que não eram comunistas, a começar pelo próprio presidente, Hercolino Cascardo.

Iniciada a repressão contra a ANL, esta passou a atuar na absoluta clandestinidade, escorada na estrutura orgânica do PCB. A radicalização do movimento foi inevitável, criando, segundo o comunista Dinarco Reis, "um clima de apelo à rebelião armada":

---

[19] Carone, E.: "O PCB – 1922 a 1943", Difel S.A., RJ, 1982, páginas 143 a 959, transcreve o artigo "A posição do PCB frente às eleições", do CC/PCB.

"Os militantes comunistas receberam, então, orientação de se preparar para um provável confronto armado a curto prazo, na perspectiva de um golpe fascistizante em gestação"[20].

Os comunistas brasileiros pensavam estar prontos. Faltava, apenas, o sinal verde de seus chefes moscovitas.

5. A aprovação da Internacional Comunista

De 25 de julho a 21 de agosto de 1935, a IC realizou o seu VII Congresso. Como delegado do PCB, compareceu o secretário-geral Antonio Maciel Bonfim, o "Miranda". Nesse Congresso, Van Mine, delegado holandês do Comitê Executivo da IC para a América do Sul, em discurso de apoio à "frente popular", apresentou informações alvissareiras sobre a ANL, afirmando que era uma "ampla e bem organizada associação" e que dela "já participava um grande número de oficiais do Exército e da Marinha brasileiros".

Tal afirmação não deixava de ser verdade, em valores absolutos. Baseando-se nos dados exagerados levados por "Miranda", os comunistas da IC tomavam o Brasil como uma "republiqueta sul-americana" e pensavam que algumas poucas dezenas de oficiais representassem "um grande número".

O próprio Dimitrov, dirigente búlgaro da IC encarregado de fundamentar a política de frente, teceu considerações sobre a ANL e incentivou a sua ação: *"No Brasil, o Partido Comunista, que deu uma boa base ao desenvolvimento de uma frente contra o imperialismo ao criar uma Aliança de emancipação nacional, deve empenhar-se com todas as suas forças para impulsionar essa frente, conquistando a mesma, sobretudo os milhões de camponeses, e orientando o movimento no sentido de formação de deslocamentos de um Exército Popular Revolucionário extremamente devotado, até que seja alcançado o objetivo final, e no sentido da organização do poder dessa Aliança Nacional Libertadora".*

Estava aprovada a ANL como instrumento de luta. As condições não inteiramente favoráveis da situação brasileira não pareciam preocupar os dirigentes da IC.

Segundo Levine: *"As ordens de Moscou – para que o PCB agisse de qualquer maneira, a despeito de seu despreparo – contrariavam qualquer estimativa sensata da realidade brasileira, mas os fiéis, legalistas, obedeceram cegamente as instruções recebidas"[21].*

Os Senhores soviéticos determinaram. Os cegos brasileiros obedeceram.

6. A Intentona

Muito já foi escrito sobre a Intentona Comunista de 1935. Como síntese, basta-nos relembrar que os atos de terror tiveram início na noite de 23 de novembro, em Natal, na manhã de 24, em Recife, e na madrugada de 27, no Rio de Janeiro.

Apenas no Rio Grande do Norte, o levante ampliou-se, com participação restrita de alguns setores da população. Em Recife, a participação foi extremamente reduzida e, no Rio de Janeiro, a revolta restringiu-se a dois quartéis, a Escola de Aviação, na Vila Militar, e o 3º Regimento de Infantaria, na Praia Vermelha.

Apesar de o plano prever insurreição nas cidades e, depois, a formação de colunas para tomar o interior, o levante confinou-se a três cidades, isoladas entre si, pouco extravasando dos muros de alguns quartéis. No dia 27 de novembro, a Intentona perdeu a impulsão e fracassou.

As massas populares mostraram não haver tomado conhecimento do quadro pintado pelos comunistas. O lema da ANL, "Pão, Terra e Liberdade", não sensibilizou o proletariado. A rebeldia e a mobilização das massas só existiam na imaginação e no desejo dos comunistas, ávidos de chegar ao poder a qualquer preço. Tudo parece indicar que a superestimação das próprias forças foi causada pela presença, na ANL, de militares da ativa e da reserva, muitos oriundos do tenentismo, como, por exemplo, o Capitão Agildo Barata, líder da Aliança no Sul do País.

Segundo Fernando Morais: *"A anistia de 1934 permitira que os jovens oficiais participantes das revoluções anteriores voltassem à ativa, e muitos deles eram militantes do PC. A direção reconhecera que, paradoxalmente, era mais fácil construir o partido nos quartéis do que nas fábricas – e investir nisto"[22].*

Na realidade, o PCB substituiu a "vanguarda operária" por uma "vanguarda militar". E, com isso, isolou-se. No dizer insuspeito de Dinarco Reis: *"caso a direção do Partido houvesse feito um efetivo balanço e uma caracterização real das*

---

[20] Reis, D.: "A Luta de Classes no Brasil e o PCB", Ed. Novos Rumos, S.P., 1981, página 39.

[21] Levine, R.M.: "O Regime de Vargas", Ed. Nova Fronteira, R.J., 1980, página 101.

[22] Morais, F "Olga", Ed Alfa Omega, SP, 1985, página 83.

anteriores lutas dos tenentes e a insurreição de 1930, possivelmente isso teria ajudado o Partido a não incorrer em erros e equívocos como os que aconteceram com a grosseira manifestação de enfermidade infantil verificada com o movimento armado de 1935"[23].

Por que a ação armada? Imitação pueril, simplista e mecanicista da Revolução de 1917? Estreita interpretação do materialismo histórico? Crença de que bastava um partido resoluto para impulsionar o processo revolucionário? Erro de avaliação da realidade nacional? Superestimação do papel dos militares comunistas? Cumprimento incondicional às ordens da IC?

Passados 50 anos, não há uma explicação lógica e coerente para a Intentona Comunista de 35, a primeira tentativa de tomada do poder. Sua análise nos conduz às palavras de – ao referir-se à doença infantil do esquerdismo – de que ela foi "não só uma estupidez, mas também um crime".

Um crime que ceifou dezenas de vidas e que poder-se-ia repetir no momento em que seus idealizadores julgassem haver "amadurecido o processo revolucionário", e chegaria a hora de empreender nova tentativa de tomada do poder. Os comunistas queriam insistir no caminho da luta armada.

[23] Reis, D.: "A luta de classes no Brasil e o PCB", Ed. Novos Rumos, RJ, 1981, página 29.

Capítulo IV

O PCB e o caminho da luta armada

1. A reorganização do PCB

Qualquer que seja a resposta encontrada para explicar a Intentona Comunista de 1935 constata-se que ela poderia repetir-se a qualquer momento. Apesar do contundente fracasso da Intentona, o partido nunca fez a autocrítica dos princípios que a nortearam. A preocupação era analisar as causas dessa derrota, procurando encontrá-las apenas na forma como foi preparada e desencadeada a Intentona. Continuava dominando nos dirigentes do PCB a concepção da tomada do poder pela luta armada e um discernimento sobre a conjuntura nacional pouco confiável. Para eles, apesar do sangue derramado, aquelas ações insanas representaram "estimulantes precursores" da revolução nacional por vir.

Com a derrota do movimento, porém, as prisões de líderes comunistas deixaram o Partido, temporariamente, desestruturado.

A situação mundial, no entanto, modificava-se rapidamente com a guerra em curso. O rompimento do acordo de Hitler com Stálin e a invasão da Rússia pelas tropas nazistas provocaram imediata reviravolta na política exterior soviética. Stálin apressou-se em tentar ganhar o apoio das democracias ocidentais. Num aparente gesto de boa vontade, extinguiu a IC, em maio de 1943[24].

Aproveitando-se desse novo clima, o PCB rearticula-se e, em agosto de 1943, realiza sua II Conferência Nacional, em Itatiaia, no Rio de Janeiro, que ficou conhecida como "Conferência da Mantiqueira". Nesse conclave, o partido tratou de "dar todo o apoio à luta da União Soviética e à política de Vargas"[25].

A partir de então, passou a desenvolver intensas atividades de massa e de organização, iniciando a campanha pela anistia. Seguiu-se de fato um período de legalidade, que permitiu ao Partido entrar num processo denominado por seus militantes de "acumulação de forças", na base da ação contra o fascismo e a favor da paz mundial.

2. A legalização do PCB

Ao aproximar-se o término da guerra, com a vitória da aliança entre as democracias ocidentais e os comunistas, o presidente Vargas decretou a anistia e abriu possibilidades de legalização a todos os partidos políticos. Enquanto as diversas correntes políticas começavam a reagrupar-se no sentido da formação dos respectivos partidos, o PCB era o único nacionalmente organizado. Valendo-se do prestígio que lhe dava a identificação com o povo russo, que havia suportado a agressão nazista na Europa – e que por isso contava com a simpatia dos povos do mundo ocidental –, o PCB passou imediatamente à ação de massas. Em abril de 1945, o Brasil restabeleceu relações diplomáticas com a URSS.

O Partido criou o Movimento de Unificação dos Trabalhadores (MUT), organização sindical paralela, a fim de orientar o trabalho sobre a classe operária. No campo, a fim de explorar as disputas entre posseiros e grileiros, organizou as Ligas Camponesas, sob o título de associações civis. As Ligas procuravam concretizar, na prática a "aliança operário-camponesa" e não possuíam vida autônoma, permanecendo como apêndices da estrutura partidária. Floresceram nesse período, quando o PCB era legal. Quando este foi posto na ilegalidade, definharam e, praticamente, desapareceram; só vindo a ressurgir na década de 1950[26].

Em 26 de novembro de 1945, como secretário-geral do PCB, o recém-anistiado Luiz Carlos Prestes vai ao Recife para as comemorações do 10º aniversário da Intentona Comunista. Em seu discurso, procura justificar o empunhar de armas em 1935, alegando que "o Partido Comunista fez uso, contra a violência dos dominadores, da violência, como única arma de que podiam dispor todos os verdadeiros patriotas".

Especialista em meias-verdades, Prestes afirma que a Intentona não visava a implantar o comunismo e nem o socialismo, mas, apenas, realizar uma "revolução democrático-burguesa". Como se, para chegar ao objetivo final, não houvesse que se passar pelos intermediários![27]

---

[24] Após a extinção do Comintern, o controle dos PC passou a ser feito pelo CC/PCUS, até que, em 1947, com o início da guerra fria, foi substituído pelo "Cominform" (Informações Comunistas).

[25] Vinhas M.: "O Partidão" Ed. Hucitec, S.P., 1982 Cap. II.

[26] Sobre as Ligas Camponesas, ver item 4, Cap. II, da 2ª Parte, deste livro.

[27] Ver item 1, Cap. I, da 1ª Parte, deste livro.

Capciosamente, Prestes prega a revolução, trazendo à baila as mesmas palavras de ordem de agitação bolchevique utilizadas em 1935. A luta armada continuava sendo uma obsessão para ele e os demais dirigentes do PCB.

3. A volta à clandestinidade

Com todas as condições favoráveis, o PCB obteve resultados razoáveis nas eleições de 2 de dezembro. Estes resultados estimularam os militantes comunistas e, apesar da pregação de Prestes pela luta armada, pela primeira vez, a defesa da via pacífica para a chegada ao Poder tomava corpo no Partido.

Seus dirigentes, porém, alheios a essa tendência, enveredaram por uma ferrenha oposição ao regime. Atacaram violentamente os dispositivos não liberais inscritos na Constituinte e criticaram asperamente o apelo que o Governo fazia aos investidores estrangeiros. Cresce a agitação das massas; e os choques – entre a polícia e os militantes comunistas – passaram a ser cada vez mais constantes.

Em março de 1946, em pleno Congresso Nacional, Prestes declarava, para espanto dos não comunistas, que lutaria ao lado da Rússia em caso de guerra contra o Brasil[28].

Nesse ano, em agosto, o Partido organizou um Congresso Nacional Sindical que, num desafio ao Governo, criou a Confederação Geral dos Trabalhadores Brasileiros (CGTB). A CGTB representa um passo à frente em relação ao MUT, que, criado em abril de 1945, foi fechado no mesmo ano, por incorporar federações sindicais, procedimento não permitido por lei.

Paralelamente a esses desencontros com o Governo, a situação interna modificava-se em decorrência da evolução da situação internacional que corria em franca mudança de rumo. A Rússia, pela força do Exército Vermelho, impôs seu regime tota1itário a mais de uma dezena de países do Leste Europeu, ocupados durante a guerra. Com isso, a aliança entre a URSS e as democracias ocidentais chegava ao fim e iniciava-se a "guerra fria".

O Brasil rompe relações diplomáticas com a URSS, cassa o registro do PCB (7 de maio de 1947) e declara a CGTB igualmente ilegal[29].

Muitos militantes, inclusive Prestes, passaram à clandestinidade. Entretanto, a estrutura do PCB não foi tocada: "O fato é que a imprensa do Partido, os jornais nacionais e os estaduais continuaram circulando regularmente..."

"O mesmo verificou-se com livros e demais publicações editadas pelo Partido. Na maioria dos Estados, os locais do Partido permaneceram abertos e, no final desse governo, na campanha sucessória, os comunistas puderam realizar ou participar dos atos públicos"[30].

O PCB saíra da legalidade de direito, mas permanecera na legalidade de fato.

4. O "Manifesto de Janeiro"

Inconformada com a política do governo Dutra, que considerava antipopular e repressivo, a liderança nacional do PCB lançou um Manifesto, em janeiro de 1948, exigindo a renúncia do Presidente da República.

Entretanto, dissociado da realidade, o Manifesto não encontrou um mínimo de receptividade, nem entre os partidos políticos nem na classe operária. Ao contrário, induziu a reação do Governo, que cassou os mandatos dos parlamentares comunistas.

Afirma Moisés Vinhas: *"Aos poucos, o partido vai abandonar a linha política traçada na III Conferência Nacional, de 1946, e assumindo uma linha política esquerdista, sectária e subjetivista..."*[31].

Após esse Manifesto, em que apela para a derrubada do Governo, o PCB passou a "adotar uma política de organização excessivamente conspirativa e ilegal"[32]; "uma concepção militarista de partido tomado como organização preparada para o assalto ao poder"[33].

O processo revolucionário chinês, de 1949, impressionou tanto os dirigentes do PCB, que, mecanicamente, pensaram em reproduzi-lo no Brasil. De acordo com Dinarco Reis: *"Trata-se, certamente, da crônica tendência imperante*

---

[28] Skidmore, T.: "Brasil – de Getúlio a Castello", Ed. Saga, R.J., 1969.

[29] Para maiores detalhes sobre a cassação, ver Barbedo, A.: "O fechamento do Partido Comunista", R.J., 1947.

[30] Reis, D.: "A Luta de Classes no Brasil e o PCB", Ed. Novos Rumos, S.P., página 82.

[31] Vinhas, M.: "O Partidão", Ed. Hucitec, S.P., 1982, páginas 94 e 95.

[32] Reis, D.: "A Luta de Classes no Brasil e o PCB", ED. Novos Rumos, S.P.

[33] Vinhas, M.: "O Partidão" (...) página 95.

no trabalho de direção manifestada; sobretudo, no hábito de copiar, de maneira arbitrária e grosseiramente esquemática, modelos e experiências políticas postas em prática por partidos comunistas de outras nações"[34].

O sectarismo e a tendência à ação violenta continuavam a ser a tônica do período.

5. O "Manifesto de Agosto"

Em 19 de agosto de 1950, assinado por Prestes e em nome do Comitê Central, o PCB lançou um documento que ficou conhecido como o "Manifesto de Agosto".

Incorrendo, mais uma vez, num erro grosseiro de avaliação da conjuntura nacional, o manifesto procura traçar uma linha revolucionária para o Partido. Redigido numa linguagem chula, repetitiva e cheia de lugares comuns, o longo documento refere-se, várias vezes, aos "traidores e assassinos que nos governam", à "dominação imperialista", ao "momento mais grave da vida do nosso povo" e à "ameaça de guerra". Ataca, também, de forma grosseira, todos os candidatos à Presidência da República.

Repetindo o discurso de Prestes, de 1945, em Recife, o manifesto procura justificar o uso da violência. "Diante da violência dos dominadores, a violência das massas é inevitável e necessária, é um direito sagrado e o dever ineludível de todos os patriotas". Defende a "solução revolucionária" como sendo "a única solução viável e progressista dos problemas brasileiros". Acena com "um governo democrático e popular", expressão Stálinista que representa, na revolução comunista, a etapa intermediária entre a Democracia e a "ditadura do proletariado". Conclama os operários, os trabalhadores do campo, as mulheres, os estudantes, os soldados, os marinheiros e os oficiais das forças armadas a formarem uma "ampla frente democrática de libertação nacional". Pregando o "armamento geral do povo", defende a criação absurda de um "exército popular de libertação nacional". Segundo Dinarco Reis: "Exército que só poderia existir na cabeça dos que elaboraram tal documento"[35].

O manifesto, entretanto, não teve a menor ressonância, permanecendo nas enxergas do aparelho comunista. A classe operária, contrariando a indicação de votar em branco, sufragou maciçamente a chapa encabeçada por Getúlio Vargas. Mais uma vez, os dirigentes do PCB pretendiam fazer, de seus desejos, a realidade.

Pregaram a derrubada de Vargas, através da luta armada das massas, estimularam as greves, sob qualquer pretexto e a qualquer custo. Rompendo com a estrutura sindical vigente, tida como atrelada ao Ministério do Trabalho, lançaram-se, sem sucesso, à construção de sindicatos paralelos. Influenciados pela revolução chinesa, participaram de diversos conflitos no campo, como em Porecatu, no Norte do Paraná, em Capinópolis, no Triângulo Mineiro, e na região de Trombas e Formoso, em Goiás, incitando a luta dos posseiros, "na esperança de que ela seja a fagulha que irá atear o fogo da revolução"[36].

Em Goiás, o movimento camponês, liderado por José Porfírio e infiltrado pelo PCB, chegou a formar um "território livre" de dez mil km^2, com governo paralelo e milícias armadas, sob a égide de uma constituição própria que definia o Estado como popular e socialista.[37]

Dinarco Reis, do Comitê Central do PCB, considerou esses episódios como "das lutas mais positivas encaminhadas pelos comunistas brasileiros".[38]

A direção do PCB continuava obcecada pela luta armada.

6. O IV Congresso

Ainda sob o impacto do suicídio de Vargas, ocorrido dois meses e meio antes, e a morte de Stálin, no ano anterior, o PCB realizou o seu IV Congresso Nacional, de 7 a 11 de novembro de 1954, em São Paulo.

Organizadas de acordo com a rigidez Stálinista, as reuniões preparatórias tiveram pouca participação das bases partidárias. Numa dessas reuniões, destinadas a aparar as arestas, Diógenes de Arruda Câmara, "democraticamente", alertou sobre o programa: "Dele não tiro uma vírgula; foi visto por Stálin".[39]

---

[34] Reis D.: "A Luta de Classes no Brasil e o PCB", Ed. Novos Rumos, S.P., 1981, página 89.

[35] Reis, D.: "A Luta de Classes no Brasil e o PCB", Ed. Novos Rumos; S.P., 1981, pág. 87. O "Manifesto de Agosto", na íntegra, está publicado nesse livro de Dinarco Reis, a partir da pág. 140.

[36] Vinhas, M.: "O Partidão", Ed. Hucitec, 1982, pág. 129.

[37] O "Jornal da Tarde", de São Paulo, de 11 de julho de 1971, publicou extensa reportagem sobre o problema.

[38] Azevedo, F.A.: "As Ligas Camponesas", Ed. Paz e Terra, 1982, pág. 57.

[39] Reis, D.: "A Luta de Classes no Brasil e o PCB", pág. 89.

Abstraído da realidade brasileira, o programa do PCB não sofreu qualquer mudança significativa. Aliás, como comenta, critica e ironiza Moisés Vinhas, que lá estava e foi eleito suplente do CC, "quem está de posse da teoria marxista-leninista-Stálinista da revolução não precisa investigar concretamente a realidade específica de seu país – basta aplicá-la criadoramente à realidade nacional".[40]

A principal palavra de ordem do partido continuaria a de derrubar o governo. Era o quarto governo consecutivo que os comunistas queriam derrubar.

Prestes, em clandestinidade absoluta, não compareceu ao Congresso, embora o PCB estivesse passando por um período de legalidade de fato. Enviou, entretanto, um informe de balanço do CC, traçando as bases teóricas do Partido. Após analisar a bipolaridade mundial da Segunda Grande Guerra, Prestes proclamou o programa do PCB como sendo de "salvação nacional". O caráter da revolução era "democrático-popular", de cunho anti-imperialista e antifeudalista. Para Prestes, a luta armada era inevitável, e advertia que "para o triunfo da insurreição popular é indispensável ganhar o apoio de soldados e marinheiros, mas reduzir a insurreição a uma luta quase só militar é grave erro que teria de levar, como de fato levou, à derrota do movimento de novembro de 1935".

O informe de Diógenes de Arruda Câmara, o segundo homem do Partido, tratou do programa do PCB, dando-lhe um caráter revolucionário e afirmando que "estão maduras no Brasil as condições para transformações radicais e profundas"[41]. O trabalho desse dirigente comunista considerava "a revolução democrática e popular no Brasil". Após tecer considerações sobre a necessidade de "ganhar" os camponeses para a revolução, dizia que, para isso, seria "necessário acionar a luta de classes no campo, agrupar grandes massas camponesas pobres e sem terra em torno do Partido, educando-as no processo da própria luta revolucionária".[42] Sua pregação iria dar frutos num futuro próximo.

O Congresso, como um todo, foi expressão viva do sectarismo que norteava as concepções comunistas, sufocando as lutas ideológicas internas, latentes, entre o caminho da luta armada e o da via pacífica.

No dizer insuspeito de Moisés Vinhas: *"(...) o próprio Diógenes de Arruda Câmara, sintetizando uma percepção coletiva, iria dar 'expressão teórica' inigualável a essa mistura orgânica de leitura 'catastrofista', apocalíptica, da realidade, esquerdismo declinante, estreiteza e megalomania partidária".*[43]

O PCB, por seus dirigentes, continuava no caminho da luta armada.

---

[40] Vinhas, M.: "O Partidão", Ed Hucitec, S.P., 1982, pág. 134.

[41] idem, pág. 137.

[42] Arruda, D.C., membro do CC/PCB – "O Programa do PCB – Bandeira de Luta e Vitória", apresentado no IV Congresso do PCB.

[43] Vinhas, M.: "O Partidão", Ed. Hucitec, S.P., 1982, pág. 134.

Capítulo V

Os crimes do PCB

1. A violência comunista

Contam-se às centenas os casos conhecidos da violência comunista contra a pessoa humana, escudados num estranho valor moral que privilegia a revolução proletária em relação ao indivíduo – os fins justificando os meios.

Afirma Merleau-Ponty: “A astúcia, a mentira, o sangue derramado, a ditadura são justificados se tornam possível o poder do proletariado e dentro desta medida somente”[44]. A violência seria válida se cometida em nome da classe operária e de seu representante, o Partido Comunista.

, em seu “testamento” havia indicado seis homens que poderiam substituí-lo na condução do Estado Soviético: Stálin, Zinoviev, Kamenev, Rykov, Bukharin e Trotsky. Stálin, elegendo-se secretário-geral do PCUS, nunca conseguiu eliminar a oposição que lhe faziam os grupos internos dirigidos pelos outros cinco.

Na década de 1930, a URSS vivia sob o clima da ameaça de uma guerra mundial e da questão sobre a possibilidade de enfrentá-la com a existência de uma oposição interna a Stálin, na cúpula do PCUS. Os denominados “processos de Moscou” foram respostas dessa questão, e os opositores, sucessivamente, eliminados. Zinoviev e Kamenev foram fuzilados em 1936; Rykov, em 1937; Bukharin, em 1938; e Trotsky, que já estava banido da URSS desde 1929, foi assassinado em 1940, no México. Isto, para citar, apenas, alguns dirigentes.

Torna-se difícil, entretanto, imputar a Stálin a única culpa pelos crimes, como desejava Trotsky. Em um regime que dá a uma classe um poder total e ditatorial, qualquer homem poderia utilizá-lo sobre as demais parcelas da sociedade.

Alguns anos mais tarde, Tito, chefe do governo iugoslavo, afirmou que erros e crimes cometidos resultaram mais do sistema soviético do que das falhas morais do ditador, cuja ascensão tal sistema proporcionou.

No Brasil, fanatizados pela mesma ideologia e animados pelos mesmos propósitos indecifráveis que os conduziram à Intentona de 1935, os comunistas deram seguidas demonstrações de inaudita violência, ao perpetrarem crimes com requintes de perversidade, para eliminar não só seus “inimigos”, as forças policiais, mas seus próprios companheiros. O “Tribunal Vermelho”, criado para julgar, sumariamente, todos aqueles que lhes inspiravam suspeitas e receios, arvorara-se em juiz e executor, fornecendo, ao PCB, um espectro patético e trágico.

Pelo que se conhece, pode-se inferir, também, que dezenas de outros crimes foram cometidos pelos comunistas, sem que houvessem vindo a público, escondidos pela “eficiência do trabalho executado”. Os casos a seguir relatados mostram, de um modo pálido, mas irretorquível, essa violência levada aos limites do absurdo.

Aos assassinados, cabe a afirmação de Merleau-Ponty: *“Admitir-se-á talvez que eles eram indivíduos e sabiam o que é a liberdade. Não espantará se, tendo que falar do comunismo, nós tentamos vislumbrar, através nuvem e noite, estes rostos que se apagaram da terra”*[45].

2. Bernardino Pinto de Almeida e Afonso José dos Santos

Em 1935, ainda antes da Intentona, Honório de Freitas Guimarães, membro do CC/PCB, denunciou Bernardino Pinto de Almeida, vulgo “Dino Padeiro”, de traição. O “Tribunal Vermelho”, cioso de suas atribuições, julgou-o culpado e perigoso para a ação armada que se avizinhava. O próprio secretário-geral do Partido, Antonio Maciel Bonfim, o “Miranda”, decidiu executá-lo, com o auxílio de seu cunhado, Luiz Cupelo Colônio.

“Dino Padeiro”, deslumbrado com a possibilidade de encontrar-se com o próprio secretário-geral do Partido, foi atraído para um local ermo, próximo à Estação de Triagem, da Central do Brasil, no Rio de Janeiro (hoje Estação Carlos Chagas). Fora das vistas, Miranda desfechou-lhe uma coronhada e, em seguida, dois tiros de revólver. Tendo enguiçado a arma, tomou a de Cupelo e desfechou-lhe mais dois tiros para ter a certeza da morte. Dino, apesar de tudo, não morreu e, socorrido por funcionários da ferrovia, sobreviveu e pôde contar sobre o crime.

Ironicamente, o destino deu voltas. Mais tarde, Cupelo sentiria, em sua própria família, o peso da violência[46].

Em 2 de dezembro de 1935, com os militantes do PCB entrando na clandestinidade pela derrota da Intentona, o “Tribunal Vermelho” julgou e condenou à morte Afonso José dos Santos. A vítima foi delatada por José Emídio dos Santos, membro do Comitê Estadual do PCB no Rio de Janeiro, que recebeu o encargo da execução.

---

[44] Merleau-Ponty: “Humanismo e Terror”, Ed. Tempo Brasileiro, R.J., 1968, pág. 13.

[45] Merleau-Ponty, M.: “Humanismo e Terror”, Ed. Tempo Brasileiro, R.J., 1968, pág.32.

[46] Ver o caso de “Elza Fernandes”, a seguir.

Três dias depois do "julgamento" José Emídio cometia o assassinato, na garagem da prefeitura de Niterói. Impronunciado por falta de provas, só em 1941 foi esclarecido o crime.

3. "Elza Fernandes"

Desde menina, Elvira Cupelo Colônio acostumara-se a ver, em sua casa, os numerosos amigos de seu irmão, Luiz Cupelo Colônio. Nas reuniões de comunistas, fascinava-se com os discursos e com a linguagem complexa daqueles que diziam ser a salvação do Brasil. Em especial, era admirada por olhares gulosos, devorando o seu corpo de adolescente. Era o próprio secretário-geral do PCB, Antonio Maciel Bonfim, o "Miranda".

Em 1934, então com 16 anos, Elvira Cupelo tornou-se a amante de Miranda e passou a ser conhecida, no Partido, como "Elza Fernandes" ou, simplesmente, a "garota". Para Luiz Cupelo, ter sua irmã como amante do secretário-geral era uma "honra". Quando ela saiu de casa e foi morar com o amante, Cupelo viu que a chance de subir no Partido havia aumentado.

Entretanto, o fracasso da Intentona, com prisões e documentos apreendidos, fez com que os comunistas ficassem acuados e isolados em seus próprios "aparelhos". Nos primeiros dias de janeiro de 1936, Miranda e Elza foram presos em sua residência, na Av. Paulo de Frontin, 606, Apt. 11, no Rio de Janeiro. Mantidos separados e incomunicáveis, a polícia logo concluiu que a "garota" pouco ou nada poderia acrescentar aos depoimentos de "Miranda" e ao volumoso arquivo apreendido no apartamento do casal. Acrescendo os fatos de ser menor de idade e não poder ser processada.

Elza foi liberada. À saída, conversou com seu amante, que lhe disse para ficar na casa de seu amigo, Francisco Furtado Meireles, em Pedra de Guaratiba, subúrbio do Rio de Janeiro. Recebeu, também, da polícia, autorização para visitá-lo, o que fez por duas vezes.

Em 15 de janeiro, Honório de Freitas Guimarães, um dos dirigentes do PCB, ao telefonar para "Miranda", surpreendeu-se ao ouvir, do outro lado do aparelho, uma voz estranha. Nesse momento, o Partido soubera que "Miranda" havia caído. Alguns dias depois, a prisão de outros dirigentes aumentou o pânico.

Segundo o PCB, havia um traidor. E o maior suspeito era "Miranda". As investigações do "Tribunal Vermelho" começaram.

Honório descobriu que Elza estava hospedada na casa de Meireles, em Pedra de Guaratiba. Soube, também, que ela estava de posse de um bilhete, assinado por "Miranda", no qual ele pedia aos amigos que auxiliassem a "garota". Na visão estreita do PCB, o bilhete era forjado pela polícia, com quem Elza estaria colaborando. As suspeitas transferiram-se de "Miranda" para a "garota".

Reuniu-se o "Tribunal Vermelho", composto por Honório de Freitas Guimarães, Lauro Reginaldo da Rocha, Adelino Deycola dos Santos e José Lage Morales. Prestes, escondido em sua casa da Rua Honório, no Méier, já havia decidido pela eliminação sumária da acusada. O "Tribunal" seguiu o parecer do chefe, e a "garota" foi condenada à morte.

Não houve, porém, a desejada unanimidade: Morales, com dúvidas, opôs-se à condenação, fazendo com que os demais dirigentes vacilassem em cumprir a sentença. Honório, em 18 de fevereiro, escreveu a Prestes, relatando que o delator poderia ser, na verdade, o "Miranda". A reação do "Cavaleiro da Esperança" foi imediata. No dia seguinte, escreveu uma carta aos membros do "Tribunal", tachando-os de medrosos e exigindo o cumprimento da sentença.

Os trechos dessa carta de Prestes, a seguir transcritos, constituem-se num exemplo candente da frieza e da cínica determinação com que os comunistas jogam com a vida humana: *"Fui dolorosamente surpreendido pela falta de resolução e vacilação de vocês. Assim não se pode dirigir o Partido do Proletariado, da classe revolucionária".*

"Por que modificar a decisão a respeito da "garota"? Que tem a ver uma coisa com a outra? Há ou não há traição por parte dela? É ou não é ela perigosíssima ao Partido?"

....

"Com plena consciência de minha responsabilidade, desde os primeiros instantes tenho dado a vocês minha opinião quanto ao que fazer com ela. Em minha carta de 16, sou categórico e nada mais tenho a acrescentar..."

....

"Uma tal linguagem não é digna dos chefes do nosso partido, porque é a linguagem dos medrosos, incapazes de uma decisão, temerosos ante a responsabilidade. Ou bem que vocês concordam com as medidas extremas, e, neste caso, já as deviam ter resolutamente posto em prática, ou então discordam, mas não defendem como devem tal opinião".

Ante tal intimação e reprimenda, acabaram-se as dúvidas. Lauro Reginaldo da Rocha, um dos "tribunos vermelhos", respondeu a Prestes: "Agora, não tenha cuidado que a coisa será feita direitinho, pois a questão do sentimentalismo não existe por aqui. Acima de tudo colocamos os interesses do P.".

Decidida a execução, Elza foi levada, por Eduardo Ribeiro Xavier, para uma casa da Rua Mauá Bastos, nº 48, na Estrada Camboatá, onde já se encontravam Honório de Freitas Guimarães, Adelino Deycola dos Santos, Francisco Natividade Lira e Manoel Severino Cavalcanti. Ela, que gostava dos serviços caseiros, foi fazer café. Ao retornar, Honório pediu-lhe que sentasse a seu lado. Era o sinal convencionado. Os outros quatro comunistas adentraram a sala, e Lira

passou-lhe uma corda de 50 cm pelo pescoço, iniciando o estrangulamento. Os demais seguravam a “garota” que, mesmo jovem, tentava salvar-se. Poucos minutos depois, com os pés unidos à cabeça, o corpo de Elza foi enfiado num saco e enterrado nos fundos da casa. Perpetrara-se o hediondo crime, em nome do Partido Comunista.

Logo após a este fato, em 5 de março, Prestes foi preso em seu esconderijo no Méier. Ironicamente, iria passar pelas mesmas angústias, quando sua mulher, Olga Benário, foi deportada para a Alemanha nazista.

Alguns anos depois, em 1940, Luiz Cupelo Colônio, o mesmo que auxiliara o secretário-geral na tentativa de assassinato do “Dino Padeiro”, participou da exumação do cadáver de sua irmã. O bilhete que escreveu a “Miranda”, o amante de Elza, retrata alguém que, na própria dor, percebeu a virulência comunista:

> Rio, 11- 4- 40
>
> Meu caro Bonfim
>
> Acabo de assistir à exumação do cadáver de minha irmã Elvira. Reconheci ainda a sua dentadura e seus cabelos. Soube também da confissão que elementos de responsabilidade do PCB fizeram na polícia de que haviam assassinado minha irmã Elvira.
>
> Diante disso, renego meu passado revolucionário e encerro as minhas atividades comunistas.
>
> Do teu sempre amigo
>
> Luiz Cupelo Colônio.

4. Maria Silveira e Domingos Antunes Azevedo

Elisiário Alves Barbosa, militante do PCB, quando estava na clandestinidade em São Carlos, cidade do interior paulista, apaixonou-se pela também militante Maria Silveira, conhecida como “Neli”. Indo para o Rio de Janeiro, o próprio Elisiário, após algum tempo de militância, acusou Neli de não mais merecer a confiança do Partido. O “Tribunal Vermelho” a condenou à morte.

Planejado o crime, os militantes Ricarte Sarrun, Antônio Vitor da Cruz e Antônio Azevedo Costa, levaram-na, em 6 de novembro de 1940, até a Ponte do Diabo, na Estrada do Redentor, na Floresta da Tijuca. No transporte, usaram o táxi dirigido por Domingos Antunes Azevedo, conhecido por “Paulista”. Logo ao chegar, Neli foi atirada da Ponte do Diabo por Diocesano Martins, que esperava no local. Mas havia a possibilidade de que ela não morresse com a queda. Para certificar-se da morte, Daniel da Silva Valença aguardava no fundo do abismo. Neli, entretanto, já chegou morta. Foi esquartejada por Valença, que procurou torná-la irreconhecível a fim de dificultar a identificação e apagar possíveis pistas.

Dois meses depois, os assassinos de Neli estavam preocupados com a possível descoberta do crime. Em 20 de janeiro de 1941, reunidos, verificaram que o ponto fraco era o motorista do táxi, Domingos Antunes Azevedo. Decidiram eliminá-lo.

Antônio Vitor da Cruz e Antônio Azevedo Costa, “amigos” do motorista, atraíram-no para um passeio na Estrada da Tijuca. Também foram Diocesano Martins e Daniel da Silva Valença, este sentado ao lado do motorista. Num local em que o táxi andava bem devagar, Diocesano desfechou três tiros na vítima, que tombou de bruços sobre o volante. Valença freou o carro e o cadáver foi atirado à margem da estrada.

Segundo eles, os assassinatos de “Neli” e do “Paulista”, em nome do Partido Comunista, jamais seriam descobertos.

PARTE 2

A segunda tentativa de tomada do poder
Capítulo I

As divergências no movimento comunista

1. A IV Internacional

Os dois últimos anos de , acometido por grave doença, foram marcados por divergências no PCUS, em torno da luta pelo poder e contra a sua concentração nas mãos de Stálin. Uma dessas divergências, encabeçada por Trotsky, recebeu a denominação de “Oposição de Esquerda”.

A morte de , em Janeiro de 1924, e uma grave doença de Trotsky facilitaram a tarefa de Stálin, que, após o XIV Congresso do PCUS, em 1925, conseguiu assumir, com todos os poderes, domínio do Partido e do Estado russo, demitindo Trotsky do cargo de Comissário da Guerra (dirigente do “Exército Vermelho”).

Durante alguns anos, escudado em seu grande prestígio, Trotsky conseguiu liderar a oposição a Stálin. Entretanto, a partir do XV Congresso do PCUS, em novembro de 1927, os fatos o atropelaram. Trotsky foi expulso do Partido, preso e deportado para a Sibéria. Em 1929, foi banido da Rússia, seguindo para a Ilha de Prinkipo, próximo a Constantinopla. Depois, seguiu para a França, a Noruega, a Espanha e, finalmente, para o México, onde, em 25 de agosto de 1940, foi assassinado a golpes de picareta na cabeça, por Ramon Mercader Del Rio, considerado como um agente de Stálin.

Além da luta básica pelo poder, as concepções de Stálin e de Trotsky eram divergentes, embora ambos tenham declarado ser “marxista-leninistas”. Em sua visão original, podem-se alinhar as seguintes premissas básicas do trotskismo: pela defesa da tomada violenta do poder, tipo golpe de Estado, considerando a guerrilha urbana como elemento essencial para a transformação revolucionária; contra o burocratismo rígido na direção partidária, defendendo o “fracionismo”, isto é, o direito de formar grupos, tendências e frações dentro da estrutura da organização; pela defesa da “revolução mundial”, em contraposição ao conceito Stálinista do “socialismo num só país”, substituindo o fator “nacional” pelos princípios internacionalistas; e pela defesa da “revolução permanente”, contínua, não admitindo uma etapa intermediária para atingir o socialismo (ditadura do proletariado).

Desse modo, modifica-se o quadro apresentado na 1ª Parte, Cap. I, item 1, deste livro, acrescentando-se a linha trotskista:

Em 3 de setembro de 1938, em Périgny, aldeia próxima a Paris, foi fundada a IV Internacional, também conhecida como Internacional Trotskista, que aprovou o seu documento básico – o “Programa de Transição”. As resoluções desse

congresso de fundação foram consideradas como "secretas" e, por ordem de Trotsky, guardadas na Universidade de Harvard, nos Estados Unidos, para somente serem reveladas quarenta anos após sua morte[47].

De 1938 para cá, é difícil estabelecer, em linhas precisas, o histórico do trotskismo, o princípio do "fracionismo" e o "direito de tendência" Estes provocaram inúmeras cisões e dissidências, formando um verdadeiro labirinto de linhas ideológicas que afirmam, cada uma, representar o real pensamento de Trotsky.

No entanto, apesar da fraqueza acarretada por essas constantes divisões e por não ter conseguido, até hoje, assumir o poder em nenhum país, é inquestionável a crescente influência dos movimentos trotskistas no mundo inteiro. Por seu aparente "liberalismo", às vezes, até confundido com o anarquismo, vêm conseguindo empolgar setores das massas, particularmente os estudantes e os intelectuais. E, mais uma vez, copiando o que aconteceu com a III Internacional, no Brasil, o trotskismo não conseguiu estabelecer uma linha própria, limitando-se a seguir, quase que mecanicamente, o que os grandes ideólogos decidiram no exterior.

2. O PORT quebra o exclusivismo do PCB

Ao Congresso de Fundação da IV Internacional, em 1938, compareceram 21 delegados, representantes de grupos trotskistas de 11 países. Entre eles, o brasileiro Mário Pedrosa representava o continente sul-americano.

Em 1926, Mário Pedrosa ingressara no PC-SBIC. No ano seguinte, ao dirigir-se para fazer um curso em Moscou, adoeceu ao passar pela Alemanha e, por lá ficando, tomou conhecimento das teses da "oposição de esquerda". Convertido às ideias trotskistas, passou a enviar documentos para seus companheiros do Comitê Estadual do PC de São Paulo. Não foi a Moscou, retornou ao Brasil e, em 1929, formou o Grupo Bolchevique (GBL), ainda dentro da estrutura do PC-SBIC.

Em 1931, Mário Pedrosa, já afastado do PC, transformou o GBL na Liga Comunista Internacionalista (LCI), que reunia alguns intelectuais como Fúlvio Abramo e Edmundo Ferrão Muniz de Aragão. Em 1935/36/37, diversas prisões desarticularam a LCI. Mário Pedrosa fugiu para o exterior e Muniz de Aragão, com remanescentes da LCI, criou o Partido Operário Leninista (POL), em 1937, que nunca chegou a ter real importância.

Nessa época, no Comitê Estadual de São Paulo do PC-SBIC, surgiu um novo grupo trotskista, liderado por Hermínio Sacheta, que recebeu a denominação de Tendência de Esquerda. Internacionalmente, este grupo orientava-se pelo ideólogo trotskista Hugo Miguel Bressano, conhecido por "Nahuel Moreno" ou, simplesmente, "Moreno". Nos primeiros anos da década de 1940, a Tendência de Esquerda transformou-se no Partido Socialista Revolucionário (PSR), que, logo depois, se filiou oficialmente à IV Internacional, constituindo-se na linha Moreno ou linha morenista.

Em 1952, o PSR dissolveu-se e seus remanescentes criaram, em São Paulo, a Liga Socialista Independente (LSI). Em 1954/55, "J. Posadas", outro ideólogo trotskista de nível internacional, veio ao Brasil e provocou a extinção da LSI. Homero Romulo Cristalli Frasnelli, conhecido por "J. Posadas" ou, simplesmente, "Posadas", era um argentino que em sua juventude fora jogador de futebol profissional em Buenos Aires. Considerado como um dos grandes ideólogos trotskistas, ele era dirigente máximo do "Bureau Latino-Americano", com sede em Montevidéu e vinculado ao Secretariado Internacional. Em 1955, criou no Brasil o Partido Operário Revolucionário Trotskista (PORT), que se desenvolveu apoiado no jornal "A Frente Operária".

Quebrando o exclusivismo do PCB, o PORT, desde o início de suas atividades, optou pelo caminho violento. Nos primeiros anos da década de 1960, atuou nas Ligas Camponesas, no Movimento dos Sargentos e nos Grupos dos Onze, de Brizola.

3. O XX Congresso do PCUS

Em fevereiro de 1956, realizou-se o XX Congresso do PCUS, no qual o seu secretário-geral, Nikita Kruschev, apresentou um "relatório secreto" abordando duas ideias básicas, o combate ao culto à personalidade e a coexistência pacífica, que traçaram novos rumos para a condução do Movimento Comunista Intencional (MCI) e acentuaram as divergências sino-soviéticas.

O combate ao culto à personalidade centrou-se na denúncia dos crimes cometidos por Stálin e na crítica aos seus "métodos autoritários" e "concepções sectárias". O combate ao "dogmatismo Stálinista" foi acentuado e a sua política execrada. Na prática, chegou-se a derrubar as estátuas do ex-líder e a modificar o nome da cidade de Stálingrado para Leningrado. A desmistificação de Stálin foi completa. O "grande pai" transformou-se em filho bastardo.

A política de coexistência pacífica, lançada no Congresso, previa a convivência simultânea e lado a lado entre países com sistemas políticos, econômicos e sociais diferentes. Abdicando, pelo menos em tese, da linha de expansão do comunismo pela força e da inevitabilidade do choque armado entre o mundo democrático e o mundo comunista,

---

[47] Em 1980, houve o acesso ao documento, que continha textos em russo e alemão, mas não há notícia do seu conteúdo.

procurava estabelecer uma "competição econômica com o capitalismo" pela luta ideológica, por meio da propaganda e da infiltração, a fim de ganhar as massas.

Talvez Kruschev não tenha estimado corretamente os possíveis efeitos externos de sua decisão. Havia dirigentes comunistas que concordavam com os métodos Stálinistas e havia dirigentes que julgavam que o erro não estava em Stálin, mas, sim, no sistema soviético, que permitira sua ascensão e transformação num ferrenho ditador.

As consequências do XX Congresso foram imediatas. As divergências sino-soviéticas, que já existiam há algum tempo por questões geopolíticas, acentuaram-se nas questões ideológicas. Reações e dissidências surgiram em todos os partidos comunistas, pois muitos dirigentes não aceitaram a "deseStálinização".

Os defensores da política do XX Congresso – a coexistência pacífica – receberam os epítetos de "revisionistas" e de "reformistas".

O policentrismo ganhou vulto. Iniciava-se o fim do bloco monolítico do MCI e da hegemonia do PCUS.

4. O V Congresso do PCB

As denúncias do sistema do culto à personalidade e dos crimes do "camarada" Stálin, feitas no XX Congresso do PCUS, acarretaram a paralisação do PCB. A sua direção nacional buscou adiar o quanto pôde a discussão em torno desses fatos.

Em julho de 1956, houve uma conferência nacional do partido, a 5ª, mas o assunto simplesmente não foi abordado. Segundo Peralva, o PCB "estava atordoado e não sabia ou não podia discutir um tema, para o qual não existiam ainda as muletas do projeto de frase feita e das fórmulas consagradas. Porque era a isto, a um repetidor de frases feitas, que se havia reduzido o antigo Cavaleiro da Esperança".[48]

Em agosto, é realizada uma reunião do CC, na qual a direção do Partido é duramente criticada, mas a discussão, envolvendo o PCB como um todo ou o fulcro do problema, continuou, na prática, proibida. O crítico mais contundente fora Agildo Barata. Desde o início dessa reunião, constatou-se que as divergências com o trabalho de direção do Partido eram irreconciliáveis.

Em fins de setembro, é convocada uma nova reunião do CC, na qual, muito mais nítidas do que o rumo que o PCB tomaria, começam a se delinear correntes, que, dali para frente, iriam digladiar-se pelo poder.

Em novembro, a Comissão Executiva, por meio da "Carta Aberta de Luís Carlos Prestes aos Comunistas", que se tornou conhecida como "carta-rolha", estabeleceu o fim da discussão. Estavam proibidos, entre outras coisas, "quaisquer ataques à União Soviética e ao Partido Comunista da União Soviética".

Eram cada vez mais nítidas as tendências dentro do Partido: de um lado, Agildo Barata e boa parte dos intelectuais, desejando que fosse feita uma autocrítica radical, exigindo mesmo o afastamento dos membros da direção partidária; de outro lado, a maioria da Comissão Executiva, extremamente comprometida com o "status", resistindo às mudanças a qualquer preço. Havia, ainda, os conciliadores, que, num primeiro momento, reforçam a "esquerda" para derrotar a "direita" e, uma vez liquidada esta, dão o golpe de misericórdia naquela.

Vinhas assim retrata a situação e a posição do secretário-geral do Partido: "A crise política aparece, assim, como crise de direção. A posição de Prestes não foi unívoca nem retilínea. Inicialmente perplexo e sem saber o que fazer, foi sendo aos poucos ganho para a autocrítica".

A seguir, Agildo Barata é afastado do PCB e com ele saem inúmeros militantes, inclusive Bruzzi Mendonça, o seu único deputado federal.

Prestes, saindo da clandestinidade a que se impusera com o auxílio do núcleo dirigente, depois de dez anos, em agosto de 1957, comparece à reunião do CC. Nessa reunião, são destituídos da Executiva: Arruda Câmara, João Amazonas, Sérgio Holmos e Maurício Gabrois. É aprovada uma resolução contra a "atividade antipartidária de Agildo Barata" e de seu grupo e nomeada uma comissão que deveria preparar um documento analisando os reflexos do XX Congresso do PCUS no PCB, o qual deveria ser discutido na plenária marcada para março de 1958.

Esse documento, entretanto, nasceu morto. Na reunião de março de 1958, o CC não o coloca nem na ordem do dia e aprova outro documento, que ficou conhecido como a "Declaração de Março". Essa declaração representou, na realidade, um ponto de inflexão na linha política do PCB, modificando as resoluções do IV Congresso e aprovando a tese da coexistência pacífica.

Delinearam-se os grupos. De um lado, Prestes comandava o CC, de acordo com a nova linha de Kruschev. Do outro, Diógenes Arruda, João Amazonas, Maurício Grabois, Pedro Pomar e outros, ainda Stálinistas, defendiam as resoluções do IV Congresso e, nas divergências sino-soviéticas, posicionavam-se pró-China.

Em setembro de 1960, em pleno centro do Rio de Janeiro, usufruindo de uma situação de "ilegalidade de fato", o PCB realizou o seu V Congresso Nacional. A "Resolução Política", aprovada nesse Congresso, foi estabelecida tendo por base a concepção do XX Congresso do PCUS.

---

[48] Peralva. O.: "O Retrato", Ed. Itatiaia Ltda, BH., 1960, pág. 255.

Para o “novo” PCB, no País, não havia mais “condições para transformações socialistas imediatas”, e a “atual etapa histórica” não exigia soluções radicais. Era viável a obtenção de contínuas reformas econômicas e políticas, que poderiam ser alcançadas por meio da luta de massas e da política de frente única. O caráter da revolução brasileira era “nacional-democrático” e deveria ser buscada uma sólida aliança entre o proletariado e o campesinato. As tendências dogmáticas e sectárias teriam que ser combatidas e a luta ideológica intensificada. O caminho da revolução seria “pacífico”, sem que, entretanto, fosse “absolutizado”. A luta armada foi colocada em segundo plano e não mais considerada como um “princípio”.

O Congresso aprovou um novo estatuto, e deveriam ser tomadas providências jurídicas a fim de legalizar o Partido. Foi eleito um novo CC; e os principais Stálinistas, como Diógenes Arruda, João Amazonas, Maurício Grabois e Orlando Pioto, foram afastados. Esta corrente, entretanto, ainda continuava representada no CC por Pedro Pomar, Ângelo Arroyo, Carlos Danielli e Henrique Cordeiro Oest, eleitos suplentes. Dos sete membros da comissão Executiva, dois deles, Mário Alves e Carlos Marighella, trariam, no futuro, novas divergências ideológicas.

5. PC do B: a primeira grande cisão no PCB

Vencidas as incertezas ideológicas individuais, os Stálinistas, que não aceitavam as resoluções do XX Congresso do PCUS, constituíram-se como um grupo organizado a partir do V Congresso do PCB, de setembro de 1960.

Em março/abril de 1961, uma reunião da cúpula do Partido, realizada em São Paulo, colocou em prática as resoluções daquele Congresso, as quais autorizavam o CC a proceder modificações, a fim de que o PCB pudesse ser legalizado junto ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Desse modo, alterou-se o nome para Partido Comunista Brasileiro, conservando-se, todavia, a sigla. Retirou-se, do Estatuto, os termos “marxismo-leninismo” e “internacionalismo proletário” e aprovou-se novo programa, no qual não conta que o objetivo final seria o estabelecimento de uma “sociedade comunista”.

Em 11 de agosto de 1961, a publicação dessas modificações, no suplemento do jornal “Novos Rumos”, provocou o acirramento das divergências. No mesmo mês, cerca de cem dirigentes e militantes Stálinistas encaminharam um vigoroso protesto ao CC/PCB. Nesse documento, conhecido como “Carta dos Cem”, protestam, contra o CC, por ter violado as decisões do V Congresso, afirmando que elas só poderiam ser modificadas por outro Congresso. Chamam a alteração de “ridícula”, criticam o Programa e não concordam com a retirada das expressões “marxismo-lenisnismo” e “internacionalismo proletário” do Estatuto[49]. Finalmente, consideram que o novo Partido Comunista Brasileiro não é o verdadeiro Partido Comunista do Brasil, e apelam ao CC para que convoque um Congresso Extraordinário.

Em outubro, os Stálinistas são expulsos do PCB. No ano seguinte, 11 a 18 de fevereiro, em São Paulo, realizam uma conferência Nacional Extraordinária e fundam o Partido Comunista do Brasil, com a sigla PC do B. Consideram-se os reais continuadores do antigo PC, e a essa conferência dão o número V e o nome de Conferência de Reorganização do Partido. Fazem publicar o documento “Em defesa do Partido” e aprovam o Estatuto e um manifesto-programa. Finalmente, elegem um CC, composto, entre outros, por João Amazonas, Maurício Grabois, Pedro Pomar, Carlos Danielli, Calil Chade, Lincoln Cordeiro Oest, Ângelo Arroyo, José Duarte, Elza Monerat e Walter Martins. Diógenes de Arruda Câmara só ingressou no PC do B após a Revolução de 31 de Março de 1964.

O documento “Em Defesa do Partido” limita-se a divulgar os mesmos conceitos emitidos na “Carta dos Cem”, de agosto de 1961, no sentido de justificar a dissidência formada no PCB. No “Manifesto-Programa”, o PC do B traça as bases de sua linha política, num retorno ao preconizado no IV Congresso do PCB, de 1954. Orientando-se pelo marxismo-leninismo e objetivando atingir o socialismo e o comunismo, afirma que as classes dominantes “voluntariamente não cederão suas posições” e “tornam inviável o caminho pacífico da revolução”. Defende “a luta decidida e enérgica e ações revolucionárias de envergadura”, desencadeadas pelos operários e pelos camponeses, junto com os estudantes, os intelectuais progressistas, os soldados e marinheiros, os sargentos e oficiais democratas, os artesãos, os pequenos e médios industriais e comerciantes e os sacerdotes ligados às massas.

Tais segmentos da sociedade, ainda segundo o “Manifesto-Programa”, deveriam “instalar um governo popular revolucionário” que instaurasse “um novo regime, um regime anti-imperialista, antilatifundiário e antimonopolista”. Nesse documento, o PC do B elogia a China popular e não ataca a União Soviética. Somente no ano seguinte, em julho de 1963, no documento intitulado “Proposta a Kruschev”, o Partido definirá sua posição internacional, apoiando o PC da China (PCCh) e o Partido do Trabalho da Albânia (PTA), atacando o PCUS.

Na realidade, o PC do B constituiu-se na primeira grande cisão do PCB, contrária à via pacífica e favorável à luta armada. Em seus primeiros dois anos de existência, limitou-se a organizar-se e a atacar a política “revisionista” do PCB. Tentou, também, influir no movimento de massa, particularmente, com a incorporação, no final de 1962, de cerca de meia centena de militantes das Ligas Camponesas de Goiás e de Pernambuco. Elegeu Stálin como o 4º grande pensador

---

[49] Em 1985, o PC do B, paradoxalmente, a fim de se legalizar retirou essas expressões de seu Estatuto.

comunista, depois de Marx, Engels e . Só alguns anos mais tarde, o PC do B assumiu o pensamento de Mao Tsé-tung, que o levaria à aventura do Araguaia.

6. POLOP: uma criação da esquerda independente

No Brasil, na segunda metade da década de 1950, vivia-se o período do governo Juscelino Kubitschek, cercado pela euforia do nacionalismo, no qual a emancipação econômica seria conseguida pelo desenvolvimento industrial. A maioria dos partidos políticos, inclusive o PCB, partilhava dessa posição, cujo polo de difusão era o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB).

Na evolução do processo, começaram a surgir críticas à ideologia nacionalista, partidas de uma nova corrente – a esquerda marxista independente. Segundo ela, a crise do nacionalismo viria embutida no próprio desenvolvimento industrial, que não iria conseguir resolver o conflito da exploração da força de trabalho. A emancipação econômica também ficaria anulada pela presença do capital estrangeiro que, fermentando o desenvolvimento industrial, inviabilizaria qualquer modificação na estrutura fundiária.

Infenso às críticas, o PCB continuava apoiando a política nacionalista, com a ressalva de que esta só se complementaria quando as reformas de base acabassem com o latifúndio e com a "exploração imperialista" representada pelo capital estrangeiro.

A esquerda marxista independente resolveu organizar-se, buscando, ideologicamente, uma posição intermediária entre a "revolução nacional-democrática" do PCB e a "revolução socialista" dos trotskistas; já havia posição intermediária, denominada de "centrista".

Na década de 1920, Thaelheimer, dirigente do PC alemão, começou a difundir suas ideias, pelas quais procurava fugir do dilema Stálin x Trotsky. Na década de 1930, o bolchevista Bukharin defendeu as ideias de Thaelheimer. Caindo em desgraça, foi fuzilado, em 1938, por ordem de Stálin. Na Espanha, Andrés Nin, dirigente do Partido Operário de Unificação Marxista (POUM), passou a implantar as concepções do Thaelheimer. Após a Revolução Espanhola, foi assassinado a mando de Stálin.

Em 1960, baseado nessa posição centrista de Thaelheimer, Bukharin e Nin, o núcleo leninista do Rio de Janeiro, que representava a corrente da esquerda marxista independente e publicava a revista "Movimento Socialista", juntou-se a dissidentes do Partido Socialista Brasileiro (PSB), elaborou um documento propondo a criação de um "partido revolucionário da classe operária" e apresentou um projeto de estatuto.

À proposta do grupo do Rio de Janeiro, juntaram-se a "Liga Socialista" de São Paulo[50], membros da "Mocidade Trabalhista de Minas Gerais", elementos da Bahia, de Goiás, de Brasília, de Pernambuco e do Paraná. Num verdadeiro cadinho ideológico, independentes e dissidentes trotskistas do PCB reuniram-se no interior de São Paulo, em fevereiro de 1961, e realizaram o Congresso de fundação da Organização Revolucionária Marxista-Política Operária (ORM-PO), mais conhecida como POLOP, ou, simplesmente, PO. Seus principais ideólogos eram Erico Czackzes Sachs, Eder Simão Sader, Rui Mauro de Araújo Marini e Teotônio dos Santos, os dois primeiros mais conhecidos como, respectivamente, "Ernesto Martins" e "Raul Villa".

A POLOP defendia o caráter da revolução brasileira como "socialista"; ao contrário do PCB, que a caracterizava como "nacional-democrática". Enquanto o PCB propunha a constituição de uma "frente única" congregando a "burguesia e o proletariado", a POLOP lutava pela formação de uma "frente dos trabalhadores da cidade e do campo", excluindo a burguesia. Visualizava, também, a criação de um grande partido revolucionário a partir de uma "Frente da Esquerda Revolucionária" (FER), que congregasse as diversas "vanguardas" existentes fora da esfera da influência "reformista e colaboracionista" do PCB.

Em seus primeiros anos, até 1964, a POLOP viveu a fase da "luta ideológica contra o reformismo dominante". Em julho de 1963, no Rio de Janeiro, realizou o II Congresso Nacional, quando transformou o seu boletim "Política Operária" em jornal e, mais tarde, no início de 1964, em revista. Por decisão do Congresso, a organização deveria buscar uma atuação mais efetiva junto ao operariado, procurando a efetivação da FER, juntamente com o PC do B, com as Ligas Camponesas e alguns trotskistas. Ainda em 1963, a POLOP apoiou e orientou a subversão dos sargentos, em Brasília, e concitou o PCB, através de uma "carta aberta", a romper com o reformismo e com o governo de João Goulart.

Em março de 1964, em São Paulo, pouco antes da Revolução Democrática, realizou o seu III Congresso Nacional, no qual se colocou contra a Campanha pela Constituinte, defendida pelo PCB e por Brizola. A Revolução de 31 de Março de 1964 encontrou a POLOP às voltas com discussões teóricas internas e na incipiente tentativa de penetrar no meio operário, até então impermeável a essa organização de origem intelectual burguesa.

7. AP: uma criação da esquerda católica

[50] O grupo de São Paulo, que seguia a orientação ideológica de Rosa de Luxemburgo, mais tarde, afastar-se-ia da organização que seria a POLOP.

Em 1935, no Rio de Janeiro, o Cardeal Leme criou a Ação Católica, que visava a ampliar a influência da Igreja nos diversos segmentos da sociedade. Naquela época, a ascensão do fascismo dividiu a Igreja em torno do apoio à Ação Integralista Brasileira[51]. A Ação Católica, dirigida por Alceu de Amoroso Lima, tomou posição favorável ao Integralismo, sendo acompanhada por vários clérigos, dentre os quais o padre Helder Câmara.

A dissolução da Ação Integralista por Getúlio Vargas, em 1937, e a derrota do fascismo na Segunda Guerra Mundial fizeram com que a Ação Católica se afastasse dessa linha ideológica. Recuperado de seu passado fascista, D. Helder Câmara, nomeado assistente da Ação Católica, conduziu a entidade para a esquerda, atrelando-a a pensadores católicos como Emanuel Mounier, Teillard de Chardin, Lebret e outros.

No início da década de 1960, uma parcela da Igreja estava ideologicamente dividida. A ala esquerda de D. Helder, contando com o apoio de D. Antonio Fragoso e dos padres Francisco Lago e Alipio Cristiano de Freitas, dentre outros, contrapunha-se à facção conservadora, na qual despontavam D. Jaime de Barros Câmara e D. Vicente Scherer. A grande maioria do clero, não comprometida com nenhuma das correntes, mantinha-se alheia à atuação política.

A Ação Católica dispunha de três organismos para conduzir suas atividades: a Juventude Estudantil Católica (JEC), no meio estudantil secundarista; a Juventude Operária Católica (JOC), no meio operário; e a Juventude Universitária Católica (JUC), entre os estudantes de nível superior.

Em 1959, em Belo Horizonte, na reunião do Conselho Nacional da JUC, foi colocado em discussão o documento "da necessidade de um ideal histórico". No ano seguinte, no congresso dos dez anos, a JUC aprovou o documento "Diretrizes Mínimas para o Ideal Histórico do Povo Brasileiro", no qual optou pelo "socialismo democrático". Nessa época, a JUC era dominada pela sua ala esquerda, denominada de "setor político", com predominância nos Estados do Rio de Janeiro, de Minas Gerais e da Bahia.

No Rio, a PUC, orientada pelo padre Henrique Vaz, era o principal reduto da JUC esquerdista, na qual despontava o líder Aldo Arantes. Em Minas, a Faculdade de Ciências Econômicas da UFMG reunia os principais agitadores da esquerda católica, como Herbert José de Souza, conhecido como "Betinho", Vinícius Caldeira Brandt e Henrique Novais. Destacava-se, também, a atuação do Padre Lage junto aos favelados. Na Bahia, liderado por Jorge Leal Gonçalves Pereira, o bolsão esquerdista da JUC centralizava-se na Escola Politécnica da Universidade da Bahia e conseguiu eleger Paulo Mendes para presidente da União dos Estudantes da Bahia.

Em 1961, no XXIV Congresso da UNE, a JUC, aliando-se ao PCB, conseguiu eleger Aldo Arantes para a presidência da entidade, iniciando um domínio do movimento universitário que duraria anos. Logo depois, a filiação da UNE à União Internacional dos Estudantes (UIE), organização de frente do MCI, provocou viva reação dos setores conservadores da Igreja, que acabaram expulsando Aldo Arantes da JUC.

Os jovens católicos de esquerda, despertados para a "revolução brasileira", sentindo-se suficientemente fortes, passaram a idealizar um organismo independente da Igreja. Iniciava-se o processo de formação da Ação Popular. Em janeiro de 1962, em São Paulo, a ala esquerda da JUC realizou uma reunião, na qual foi aprovado o documento "Estatuto Ideológico", que defendia a "revolução brasileira" e o "socialismo"; foi criado o "Grupo de Ação Popular", alcunhado de "Grupão". Em seguida, sob o pretexto da luta pela reforma universitária e pelo aumento da representação estudantil para 1/3 nos conselhos universitários, formou-se uma caravana, denominada de UNE-Volante, que manteve contatos com os principais líderes esquerdistas da JUC, em quase todas as capitais do País, sobre a organização do "Grupão" em âmbito nacional.

Numa segunda reunião, rea1izada em junho de 1962, em Belo Horizonte, foi aprovado um novo documento, o "Esboço do Estatuto Ideológico", mudando o nome da organização para Ação Popular (AP), e foi eleita uma coordenação nacional. No segundo semestre desse mesmo ano, o XXV Congresso da UNE elegeu para a presidência Vinícius Caldeira Brandt, confirmando o domínio da nova AP.

Durante os dias de carnaval de fevereiro de 1963, na Escola de Veterinária de Salvador, foi realizado o I Congresso da AP, considerado, oficialmente, como o seu Congresso de Fundação. Foi aprovado o "Documento-Base" e seus principais fundadores foram Herbert José de Souza, Aldo Arantes, Luís Alberto Gomes de Souza, Haroldo Borges Rodrigues Lima, Cosme Alves Neto, Duarte Pereira e Péricles Santos de Souza.

O "Documento-Base", confeccionado para estabelecer a linha política inicial da AP, não conseguiu definir com precisão os seus aspectos básicos, permanecendo, ainda, com resquícios da doutrina social da Igreja. Apesar de dizer-se marxista, não defendia a ditadura do proletariado, mas um objetivo meio infantil, meio irreal, o "socialismo como humanismo". Apesar de defender a revolução soviética, não aceitava etapas intermediárias, propugnando por uma revolução socialista, o que a aproximava da "linha centrista". Apesar de fazer opção pela violência, afirmando que "a história não registra quebra de estrutura sem violência", não explicitou a forma de luta pela qual propugnava, limitando-se a clamar por uma "preparação revolucionária" conduzida num processo de conscientização e de mobilização populares.

Em seu primeiro ano de existência oficial, antes da Revolução de Março de 1964, a AP destacou-se, apenas, por sua atuação no movimento estudantil, por suas origens na JUC e por sua influência na JEC. No campo, infiltrou-se na Comissão Nacional de Sindicalização Rural, criada por um convênio entre a Superintendência para a Reforma Agrária (SUPRA) e o Ministério do Trabalho. Na fundação da CONTAG, em dezembro de 1963, a AP realizou aliança com o PCB. Embora tivesse

---

[51] A Ação Integralista Brasileira foi um movimento revolucionário, chefiado por Plínio Salgado, com doutrina equivalente ao fascismo.

assumido uma posição mais radical ao defender a reforma agrária, “na lei ou na marra”, no sindicalismo urbano, sufocada pela força do PCB, nunca conseguiu resultados expressivos.

A indefinição da linha política fez com que a AP vacilasse em assumir uma postura ideológica, o que só aconteceu alguns anos mais tarde.

Capítulo II

A ação comunista

1. A exploração das dificuldades e das ambições

Esta história começa em setembro de 1961, quando João Goulart assume a Presidência da República, após a renúncia de Jânio Quadros. Naquela época, além do PCB, já existiam o PORT e a POLOP, e estavam em processo de formação o PC do B e a AP. Entretanto, no período que vamos abordar, até 1964, essas quatro organizações não tiveram atuação marcante na vida política nacional, limitando-se a ações episódicas e a atividades de infiltração nos diversos movimentos de massa.

Quatro figuras sobressaíam no cenário político nacional, e, em torno delas, giravam as ações das esquerdas:

Luís Carlos Prestes, o Secretário-Geral do PCB, antigo Senador da República, com invejável domínio carismático sobre seus seguidores;

Miguel Arraes, firmando-se como o grande líder das esquerdas no Nordeste, e que viria a ser, ainda em 1962, Governador de Pernambuco;

Leonel Brizola, cunhado de Jango, agressivo e possuidor de uma retórica capaz de seduzir as grandes massas. Suas falas, recheadas de metáforas e de repetições demagógicas, levaram-no ao Governo do Rio Grande do Sul e, posteriormente, à Câmara dos Deputados, pelo Rio de Janeiro;

João Goulart, vértice das ações, pois era Presidente da República.

Apesar de inteligente e de serem proclamados seus "bons sentimentos", Jango não estava à altura de compreender a importância da missão histórica que o destino lhe reservara. Inábil, para a ação governamental, e instável, em seus posicionamentos, faltavam-lhe "outros atributos, um ele possuía em grau conspícuo: o de ordenar metodicamente a desordem", como sintetiza Afonso Arinos[52].

Apesar de continuamente amparar-se em Prestes, Brizola e Arraes, Jango os temia, na medida em que as ambições pessoais desses líderes, cada um representando uma linha, entrassem em confronto direto, comprometendo o projeto político do Presidente.

Somando-se a essas ambições, Jango herdara uma nação frustrada pela recente renúncia, marcada pelas dívidas e pela inflação galopante, estabilizada pela fragmentação partidária e conflagrada por uma intensa agitação sindical, dirigida pelo PCB. E todas essas dificuldades, fraquezas e ambições não deixaram de ser exploradas pelos comunistas, que, colocando seus objetivos táticos sempre mais além, não perdiam de vista os objetivos estratégicos.

2. O PCB e seus objetivos

Assumindo Jango, o PCB declarou aberta a perspectiva real de ser atingido o seu primeiro objetivo estratégico, isto é, a implantação de um governo nacionalista e democrático. Do mesmo modo, apontava sempre, de acordo com a sua linha política "etapista", para o seu objetivo estratégico final, a implantação de um governo socialista, do tipo ditadura do proletariado, antessala do comunismo.

Estabelecidos os objetivos estratégicos, o PCB tratou de explicitar a estratégia, o caminho pelo qual deveria ser alcançado o governo nacionalista e democrático. Coerente à linha de Kruschev, o PCB deu prioridade à via pacífica da revolução, através de uma intensa mobilização de massas.

---

52 Melo Franco, A.A. – "Problemas Políticos Brasileiros" – Livraria José Olimpio Editora, R.J., pág. 171.

Em outubro de 1961, seu Comitê Central baixou uma resolução, publicada na revista "Novos Rumos"[53], da qual extraímos o seguinte trecho:

"Apresenta-se desta maneira um quadro em que as perspectivas são de novas lutas e, também, de novas vitórias. A frente de massas, cabe aos comunistas saber orientá-la para que se una e lute organizadamente, em defesa de suas reivindicações imediatas (...)".

Ao mesmo tempo, o PCB não descartou a possibilidade de utilizar outras formas de luta, além da política[54].

"Como ensina Lênin, a história em geral e das revoluções, em particular, debilidades e erros cometidos pelos revolucionários de 1935, são sempre muito mais ricas do que imaginam os melhores partidos de vanguarda, dando a dupla conclusão de que o proletariado, e particularmente, seu Partido, precisam saber utilizar todas as formas de luta e acharem-se em condições de substituir, de uma maneira rápida e inesperada, uma forma por outra. Devem estar sempre preparados para enfrentar todas as consequências de aguçamento da luta de classes e das crises políticas, e, portanto, para rápidas mudanças nas formas de luta".

Mas, além do caminho pacífico ser um processo de choques e conflitos sociais, errados estavam aqueles que pensavam que essa estratégia do PCB, do trabalho constante de mobilização das massas, era a única possível. Se não, vejamos o que a mesma "Novos Rumos" afirma a respeito:

"É necessário chamar a atenção para duas incompreensões quanto à nossa linha política, as quais têm acarretado erros na atuação de alguns camaradas. A primeira consiste na absolutização da possibilidade de saída pacífica de nossa revolução, isto é, na exclusão da possibilidade de uma saída não pacífica da revolução brasileira. A outra incompreensão é o atendimento de que o caminho pacífico significa um processo idílico, sem choques e conflitos sociais, e que, por tal motivo, não devemos aguçar as contradições de classes a aprofundar a luta contra o inimigo".

Estabelecidos os objetivos e a estratégia prioritária, ainda nesse documento, o PCB traça a sua tática:

defender a realização de um plebiscito sobre as modificações introduzidas na Constituição;
apoiar o lançamento da Frente de Libertação Nacional, primeira tentativa de vulto para o estabelecimento de uma frente única das esquerdas;
apoiar os movimentos grevistas;
buscar o domínio sindical;
mobilizar as massas em torno de diversos eixos táticos, tais como o restabelecimento de relações diplomáticas com a URSS, a solidariedade ao povo cubano, a suspensão da remessa de lucros para o exterior, o combate à carestia com uma política financeira livre das imposições do FMI, o congelamento de preços dos produtos de consumo popular, a defesa das estatais, a liberdade e a autonomia sindicais, a reforma agrária radical, o registro legal do Partido e o direito de voto aos analfabetos e aos soldados.

No desenvolvimento dessa linha política, o PCB colocar-se-ia, sistemática e fundamentalmente, contra os gabinetes do governo parlamentarista e contra o Congresso, sempre exigindo novas e crescentes reivindicações.

3. Reforma ou Revolução?

Desde que assumiu o poder, em 7 de setembro de 1961, já sob um sistema parlamentarista, Jango manobrou para recuperar os poderes constitucionais, procurando equilibrar-se entre os choques de forças opostas, ora apoiando uma, ora outras. A essa política, vieram juntar-se as vacilações de sua personalidade, conduzindo a vida política brasileira através de um caminho incerto e sinuoso.

Em novembro de 1961, a lei de remessa de lucros para o exterior dividiu o Congresso Nacional, com a Câmara dos Deputados tomando uma posição mais radical e "nacionalista", e o Senado Federal, outra, mais "conservadora"; após a rejeição do Senado, a lei foi aprovada pela Câmara e enviada para a sanção presidencial. Pressionado pelo Ministro da Fazenda, Jango aceitou que o senado apresentasse outro projeto, emendando essa mesma lei, prometendo para a ocasião seu apoio à emenda. No momento oportuno, entretanto, Jango, sem coragem de enfrentar a Câmara, não apoiou a emenda enviada pelo Senado.

---

[53] Novos Rumos nº 143, de 3 a 9 de novembro de 1961, pág. 8.

[54] Doutrinariamente, os marxistas-lenistas adotam 4 formas de lutas: as políticas, as ideológicas, as econômicas e a luta armada.

Em 24 de novembro de 1961, o restabelecimento das relações diplomáticas com a URSS aproximou Jango dos comunistas. No início de 1962, o PCB alcançou a presidência da poderosa confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria com a eleição de Clodsmith Riani, cuja posse contou com a presença de Jango. Coerente com o princípio marxista-leninista de que a classe operária era o principal agente da revolução, o PCB sempre procurou conduzi-la através de suas entidades representativas, os sindicatos, as federações e as confederações, dominando-as ou infiltrando-as.

Naquela época, os comunistas dominavam diversos sindicatos das áreas de comunicações e de transportes e estavam infiltrados nos sindicatos de bancários e dos empregados nas indústrias. Em variados graus de controle, o PCB atuava nas seguintes confederações nacionais de trabalhadores: do comércio dos Estabelecimentos de Crédito (CONTEC), dos Transportes Terrestres (CNTTT) e dos Transportes Marítimos, Fluviais e Aéreos (CNTTMFA).

O grande objetivo nessa área, entretanto, era o de criar um organismo centralizador, a fim de desencadear as greves gerais, transformando-as em instrumento de pressão política.

Nesse aspecto, já existiam dois organismos aglutinadores, o Pacto de Unidade e Ação (PUA), que reunia os sindicatos vinculados aos transportes, e a Comissão Permanente das Organizações Sindicais (CPOS), que englobava várias categorias, em particular, a dos metalúrgicos. A conquista da CNTI forneceu, ao PCB, a hegemonia no meio sindical e a base para a criação de uma entidade acima das confederações.

Em fevereiro de 1962, Brizola, então Governador do Rio Grande do Sul, contando com o apoio do PCB e da UNE, encampou a Companhia Telefônica, criando atritos nas relações econômicas entre o Brasil e os Estados Unidos da América. Tal episódio serviu como estopim para o início, pelos comunistas, de uma campanha pela encampação de outras empresas, particularmente as concessionárias de serviços públicos.

Em março de 1962, as comemorações dos quarenta anos de fundação do PCB provocaram uma intensa atividade de agitação e propaganda. Foi organizada uma exposição sobre a URSS e realizaram-se comícios e festas, culminando com o canto da Internacional no Estádio do Pacaembu, em São Paulo. Ao mesmo tempo, dezenas de pronunciamentos de políticos e de intelectuais procuravam chamar a atenção para os comunistas.

Em abril de 1962, ainda em pleno desenvolvimento da campanha pela encampação das subsidiárias de serviços públicos, Jango viaja para os Estados Unidos da América em busca de apoio financeiro para seu plano de governo. Mas, apesar de ter se declarado, em discurso pronunciado no Congresso norte-americano, contrário ao regime totalitário de Fidel Castro, nos problemas internos, o Presidente mais e mais se aproximava das esquerdas.

A campanha pelas "reformas de base" ofereceram a Jango a oportunidade de obter o apoio das massas. Reforma ou Revolução? Para os comunistas, as reformas serviam para preparar e acelerar a revolução; para Jango, as reformas poderiam dar-lhe um nome na história, ao estilo populista.

Os discursos de 13 e 19 de maio aproximaram-no mais das esquerdas. Ainda em maio, Brizola lançou o *slogan* "Reforma ou Revolução", com muito maior repercussão do que o fizera Francisco Julião, no I Congresso das Ligas Camponesas, em novembro de 1961.

4. As Ligas Camponesas

No fim da década de 1950, as Ligas Camponesas haviam-se projetado nacionalmente e, no início dos anos 1960, sofreriam uma virada ideológica. Afastar-se-iam do PCB e abraçariam uma concepção revolucionária calcada na experiência cubana, definindo-se pela reforma agrária radical ("na lei ou na marra").

O afastamento do PCB deu-se com a derrota, no V Congresso do Partido, das teses dos comunistas vinculados às ligas que viam no campesinato a principal força revolucionária. O Partido, nesse Congresso, realizado em 1960, consagra a tese do caráter nacional-democrático da revolução, atrelando a reforma agrária e o movimento camponês às necessidades táticas dessa etapa, alicerçada numa frente única constituída de operários, estudantes e camponeses. Esse fato agravara as relações, já tensas desde a campanha presidencial, entre o Partido e as Ligas, quando estas lideravam uma campanha de solidariedade a Cuba, durante o bloqueio à Ilha, por ocasião da chamada "crise dos mísseis soviéticos" (o Partido, que apoiava Lott, considerou o movimento inoportuno). O rompimento viria no final do ano seguinte.

O ano de 1961 é marcado pela aproximação de Francisco Julião e das Ligas com as concepções revolucionárias de Cuba. Julião era um advogado, casado com a militante comunista Alexina Crespo e que, atuando nas Ligas desde 1955, tornara-se seu principal líder.

Em novembro desse ano, a União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB), dominada pelo PCB, realizou, em Belo Horizonte, o I Congresso Nacional de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas. O conclave caracterizou-se pela disputa entre as ideias cubanas de Julião e as teses do PCB. Em entrevista à revista "Che", de Buenos Aires, durante

esse congresso, Julião afirma "(...) nosso lema é reforma ou revolução, se negássemos a revolução, seríamos demagogos, carentes de autenticidade, não teríamos o valor de defender nosso ponto de vista e nossa ideologia".

"Preconizamos uma reforma agrária radical, e as massas brasileiras, que adquirem cada vez maior consciência da dura realidade, levarão o País à nova convulsão social, a uma guerra civil, e ao derramamento de sangue. Será a liquidação de um tipo de sociedade e a instauração de outro. Nós temos nos envolvido nessa luta com o fim de preparar as massas brasileiras para o advento de uma sociedade nova, na lei ou na marra".

A tese de Julião de uma reforma agrária "na lei ou na marra" empolgara o Congresso, permitindo que as posições do PCB fossem derrotadas, passando essa bandeira a constituir-se no princípio estratégico das Ligas Camponesas. A partir desse evento, quebra-se a unidade do movimento camponês, que passou a ter orientações de esquerda divergentes.

Desde o rompimento com o PCB, as Ligas Camponesas passaram a preparar-se para criar uma forte organização camponesa em todo o País, que lhes permitisse o enfrentamento armado. Foi criado o Conselho Nacional das Ligas Camponesas, logo infiltrado por dois outros partidos comunistas: o Partido Comunista do Brasil (PC do B) e a Organização Revolucionária Marxista-Política Operária (POLOP).

As atividades das Ligas invertem-se. Até agora, predominantemente voltadas para a agitação política e para a organização legal do movimento camponês, passam a dar prioridade à ação militar. Seus melhores quadros, de Pernambuco, são remanejados para outros Estados, a fim de organizar e mobilizar, revolucionariamente, o movimento camponês. Foi iniciada, então, a preparação de campos de treinamento de guerrilhas, sendo os principais na região de Almas, de Natividade e de Dianópolis, no Nordeste de Goiás, onde predominavam elementos oriundos do movimento estudantil.

Os trotskistas também tentaram infiltrar-se nas Ligas. O Partido Operário Revolucionário Trotskista (PORT) enviou para o Nordeste vários componentes de seu Comitê Central e passou a atuar com predominância nessa área, a partir de 1962.

Julião, temendo perder o controle político das Ligas, em 21 de abril de 1962, na cidade mineira de Ouro Preto, lançou o movimento Tiradentes, procurando emprestar-lhe conotações históricas nacionais e unificá-las em torno do "socialismo e o exemplo da revolução cubana", com base nos princípios da II Declaração de Havana. Isolado do PCB, defendendo princípios divergentes do PC do B e da POLOP, o movimento não foi capaz de restaurar a unidade orgânica das Ligas e teve vida efêmera. Em outubro de 1962, as divergências internas aprofundaram-se, e Julião foi expulso da Comissão Nacional, passando o controle das Ligas ao PC do B. Em novembro de 1962, as Forças Armadas desarticularam os seus campos de treinamento de guerrilhas, e, a 27 desse mesmo mês, a queda de um Boeing 707, da VARIG, ao se preparar para pousar no Aeroporto Internacional de Lima, no Peru, permitiu o encontro de documentos que tornaram públicas as ligações do governo cubano com as Ligas. Todos esses fatos levaram as Ligas Camponesas a atravessarem profunda crise, do que se valeria o PCB para tentar retomar a hegemonia do movimento camponês!

5. As Crises políticas de junho e julho de 1962

Desde que assumiu o poder, Jango não escondeu o seu objetivo de conseguir o retorno ao sistema presidencialista. Em julho de 1962, a renúncia do Primeiro-Ministro Tancredo Neves provocou uma crise política e propiciou a oportunidade para esse retorno. Jango indicou, para ocupar o cargo, San Thiago Dantas, que, pouco antes, na Conferência de Punta del Este, havia tomado uma posição dúbia e tergiversante, defendendo a neutralidade do Brasil no caso de Cuba.

As esquerdas vislumbraram a possibilidade de avançar mais um passo na infiltração do Governo. Em 22 de julho, o PCB promoveu uma concentração popular no Palácio Tiradentes, exigindo um gabinete "nacionalista e democrático". Os organismos sindicais lançaram um manifesto, colocando os trabalhadores de prontidão para a formação de um governo "nacionalista". O pacto de unidade e ação lançou uma proclamação exigindo "um governo que fizesse as reformas radicais". Os universitários, que haviam decidido não comparecer às provas de junho, realizaram a primeira greve geral pelas reformas de base. Entretanto, apesar das pressões, o Congresso rejeitou a indicação de San Thiago Dantas.

O comando geral de greve, dominado pelos comunistas, enviou carta aberta ao Presidente da República, na qual os trabalhadores declaravam-se "dispostos a defender, a todo risco, um conselho de ministros democrático e nacionalista". Tentando contornar a crise, Jango indicou Auro de Moura Andrade, que foi aprovado como Primeiro-Ministro em 5 de julho de 1962. As esquerdas não aceitaram essa indicação. O Comando Geral de Greve, apoiado pela UNE e por Brizola, decretou uma greve geral, paralisando milhares de operários. Os estudantes invadiram o MEC. Incitados por agitadores profissionais, populares saquearam casas comerciais, culminando com o trucidamento de comerciantes na Baixada Fluminense.

No meio dessa crise política, Prestes apresentou, ao Superior Tribunal Eleitoral, o pedido de registro legal do PCB.

O caráter pendular de Jango inclina-se para o outro lado. Não aprova os ministros indicados por Auro de Moura Andrade, provocando a sua demissão dois dias após ter sido eleito pelo Congresso. Jango indicou, então, um terceiro nome, o de Brochado da Rocha, aprovado pelo Congresso.

O PCB, inicialmente, passou a exigir a participação no novo Gabinete. Sem consegui-la, mandou publicar um artigo[55], do qual extraímos:

"As reformas devem e podem ser feitas já, desde que o governo se apoie no movimento de massas e no próprio dispositivo militar com que agora conta".

Essa seria a forma pacífica de implantar o governo nacional e democrático. Se o apelo ainda não vingara, o Partido seguia paciente. Afinal, essas crises constituíam-se, no entendimento do PCB, "num passo importante na elevação da consciência política e na capacidade de ação das massas". Representavam um passo em frente das forças nacionalistas e democráticas, e expressavam nova modificação na correlação de forças políticas, criando perspectivas mais favoráveis para o desenvolvimento da luta empreendida pelo Partido.

6. Jango obtém plenos poderes

Os comunistas, desde logo, colocaram-se em oposição ao novo Gabinete de Brochado da Rocha, considerado como em conciliação com a "reação e o entreguismo". Em agosto de 1962, o PC aprovou uma nova resolução política, na qual, além de constatar "uma divisão cada vez mais evidente entre os chefes militares", afirmava que as massas deviam mobilizar-se "desde já, através das organizações operárias, camponesas, estudantis, e por todas as pessoas", a fim de lutarem pelas reformas de base e estarem preparadas para "os acontecimentos que venham a ocorrer".

Enquanto a UNE realiza o seu XXV Congresso, em Quitandinha, com a presença de Brizola, a Frente de Libertação Nacional fazia realizar um Congresso, em São Paulo, no qual foi decidido não permitir qualquer adiamento das reformas de base.

Na segunda quinzena de agosto, em São Paulo, realizou-se o IV Encontro Sindical, no qual, além de terem sido estabelecidos "os onze pontos de ação imediata, delineando as reformas de base", o Comando Geral de Greve foi transformado no Comando Geral dos Trabalhadores (CGT).

Além das pressões pelas reformas de base, dois novos problemas passaram a conturbar a área política: o plebiscito sobre o sistema de governo e as eleições previstas para o dia 3 de outubro de 1962. O Congresso estabeleceu a data limite de abril de 1963 para a realização do plebiscito. Os ministros militares lançaram um manifesto de apoio. Jango, entretanto, queria que ele fosse realizado juntamente com as eleições de outubro.

O General Jair Dantas Ribeiro, Comandante do III Exército, telegrafou ao Presidente da República e ao Ministro da Guerra, informando-os de que não poderia garantir a ordem "se o povo se insurgir contra o fato de o Congresso recusar marcar o plebiscito para antes ou no máximo simultaneamente com as eleições". O Ministro da Guerra, Nelson de Mello, apesar de ser favorável à antecipação, irritou-se com o episódio, considerando-o como um ato de indisciplina e vislumbrando a influência de Brizola.

Em 1º de setembro de 1962, o Gabinete de Brochado da Rocha renunciou, por desentendimentos relativos à "técnica" para a realização do plebiscito.

O CGT, que se havia tornado um poderoso instrumento de pressão política, decretou nova greve geral, paralisando cerca de três milhões de trabalhadores, em todo o País. Em 18 de setembro, foi anunciado o novo Gabinete de Hermes Lima, imediatamente hostilizado pelos comunistas.

Nesse clima, realizaram-se as eleições de 3 de outubro de 1962, com as eleições de Miguel Arraes, para Governador de Pernambuco, Leonel Brizola, para Deputado Federal pelo Rio de Janeiro, e diversos sargentos para deputados, em flagrante desrespeito a dispositivos legais.

Em dezembro, o PCB publicou uma nova Resolução Política, lançando o *slogan* Plebiscito com Reformas. Em 6 de janeiro de 1963, o plebiscito restaurou o sistema presidencialista.

Jango, com os poderes restabelecidos, partiu para a execução do Plano Trienal, a fim de combater a inflação, continuamente acelerada pelas greves e agitações. Incapaz de compreender as dificuldades de uma política anti-inflacionária e acreditando que o problema real era a reforma social, o Presidente não conseguiu desenvolver, com sucesso, esse Plano.

7. Crescem as pressões para mudanças

O PCB havia terminado o ano de 1962 com uma resolução política[56]. Nela, incentivava o trabalho de infiltração no movimento camponês e alertava sobre o surgimento, no País, de "agrupamentos políticos de esquerda que

---

[55] "Novos Rumos", nº 179, de 20 a 26 de julho de 1962, pág.3.

[56] "Novos Rumos", nº 200, de 13 a 20 de dezembro de 1962, pág. 4.

representavam setores da burguesia e adotavam posições sectárias, interpretando erroneamente o caráter da revolução brasileira e propondo incorretas formas de luta para a situação atual" (uma critica à atuação do PC do B, POLOP, AP e PORT). Além disso, exortando o início da construção do comunismo na União Soviética e o exemplo revolucionário de Cuba, exigia o estabelecimento de relações diplomáticas com todos os países socialistas. Decidia, também, "intensificar, em todo o Brasil, o movimento de solidariedade à Revolução Cubana".

As esquerdas estavam eufóricas com o sucesso obtido nas greves gerais de 5 de julho e de 14 de setembro de 1962. Em 15 de janeiro de 1963, o ilegal CGT homenageou o General Osvino Ferreira Alves, Comandante do I Exército. Em fevereiro, seis mil soldados, cabos e sargentos realizaram, em São Paulo, uma passeata pela posse das praças eleitas. Mais tarde, em abril, o Sargento Garcia, eleito deputado, declarou que o General Amaury Kruel, então Ministro da Guerra, era um "golpista". A situação encaminhava-se para nova crise.

Prestes e o CGT posicionam-se contra o Ministério e o Plano Trienal. O PCB, de acordo com a Resolução Política, de dezembro de 1962, organizou, em abril, na cidade de Niterói, o Congresso Continental de Solidariedade a Cuba. Prestes declarou que o Brasil estava disputando, com outros países, o privilégio de ser o segundo país latino-americano onde o socialismo seria instalado. Bravateiro, vangloriou-se de que o PCB já era legal "de fato", só faltando obter a legalidade "de direito". Superando o PCB, o CGT declarava-se legal "de fato e de direito".

O PCB emitiu mais uma Resolução Política, caracterizando os objetivos táticos das reformas e conclamando pelo esforço da frente única das esquerdas para derrotar os "gorilas". Ao mesmo tempo, incentivava o início de uma pressão popular sobre o congresso para abrir o caminho da reforma agrária.

A revista "Novos Rumos" exige a demissão do Ministro da Guerra e incentiva o povo a lutar contra os outros ministros, tachando-os de "agentes do imperialismo e do latifúndio". A pressão pelas reformas deixa de ser iniciativa das bases e atinge a cúpula governamental. O Presidente da República, o Governador de Pernambuco e o Ministro do Trabalho fazem sucessivos pronunciamentos em seu favor.

Em junho de 1963, encampando as palavras de ordem do PCB, o CGT emite um documento, do qual extraímos, em seus trechos finais[57]:

"Declaramos, ainda, ser imperiosa a recomposição do Ministério, incluindo-se no governo cidadãos verdadeiramente identificados com a plataforma de lutas das forças nacionalistas e democráticas, sinceramente convencidos da necessidade de aprovação e plena execução das reformas de Base".

Além disso, o comando sindical ameaça deflagrar uma greve geral caso não fosse aprovada a reforma agrária. A greve geral permaneceria, ao longo dos meses seguintes, como uma constante espada ameaçando a Nação.

Na área militar, o General Osvino Ferreira Alves pronuncia-se contra a Aliança para o Progresso, tachando-a de suporte do anticomunismo.

Na área estudantil, a União Nacional de Estudantes e a União Brasileira de Estudantes Secundaristas (UBES), além de entidades estaduais e municipais, levavam as concepções comunistas aos jovens. O próprio MEC, através do Movimento de Cultura Popular, do Movimento de Educação de Base e da Campanha de Alfabetização, editava cartilhas de doutrinação ideológica, incitando os pobres às lutas de classe. O MEC, ainda, fornecia elevados recursos a essas entidades estudantis, utilizadas para financiar a ida de estudantes comunistas a países socialistas.

A UNE, na época, relacionava-se com a União Internacional de Estudantes (UIE) que, fundada em 1946, em Praga, era a "Seção Estudantil do Cominform"[58]. Um dos vice-presidentes da UIE era o brasileiro Nelson Vanuzzi. Datada de 21 de janeiro de 1963, Nelson Vanuzzi enviou, de Praga, uma carta a Zuleik D'Alambert, então membro do CC/PCB, da qual extraímos o item 6:

"Sobre a Campanha de Alfabetização e nossa ajuda, tenho algumas coisas mais detalhadas a tratar. Na carta anterior, eu havia me referido à falta absoluta de dinheiro por aqui. Dei também as razões. Porém, dada a tremenda discussão que houve no Secretariado, o companheiro soviético foi a Moscou tratar do assunto. Resultado: trouxe com ele a quantia de 5 mil dólares exclusivamente para a UNE, enquanto que as outras planejadas quase nada foi conseguido. Parece ter sido uma consideração especial. Além do mais, a UIE enviará as demais partes materiais. Porém, resta um problema que eu estou sentindo, ou melhor, estou cheirando à distância.

Olhando-se o balancete da UNE de agosto a janeiro, vê-se claramente que cinco mil dólares não representam muito para a UNE. Porém, para a UIE, tratando-se de divisas pesadas, significa muito. Por isso, o que se passa é que a UIE espera, de tal soma de dinheiro, os consequentes resultados políticos. Ou seja, espera que a campanha seja um sucesso e que seja feita com um estrondo político maior".

---

57 "Novos Rumos", nº 224, de 7 a 13 de junho de 1963, pág. 3.

58 "Cominform" (Informações Comunistas) era o novo nome da III Internacional e do Comintern (Internacional Comunista), órgão de difusão ideológica do Partido Comunista da União Soviética (PUCS).

Esse trecho da carta, um dos muitos exemplos que poderiam ser citados, além de mostrar que cinco mil dólares representavam pouco para a UNE, comprova que essa entidade brasileira recebia dinheiro da URSS através da UIE. E comprova, também, que a Campanha de Alfabetização, além das verbas do MEC, recebia outras do exterior, e era, na verdade, um programa que visava a interesses político-ideológicos.

Muitos jovens brasileiros, tangidos pelo idealismo, eram manobrados pelo dinheiro soviético. E muitos, inclusive, eram diretamente impregnados ideologicamente, pelos cursos que realizavam na Universidade da Amizade dos Povos Patrice Lumumba em Moscou, selecionados pelo PCB.

8. O movimento camponês

A partir de 1962, o panorama no movimento camponês modificar-se-ia totalmente. O governo Goulart decide estimular a sindicalização em massa, na tentativa de reorientar as mobilizações agrárias, agora em apoio a seu governo populista. É criada a Superintendência da Política da Reforma Agrária (SUPRA), e a bandeira da reforma agrária é reativada sob a égide do Governo.

As cartas sindicais concedidas pelo Ministério do Trabalho permitiam uma seleção dos sindicatos a serem liberados. Apenas a Igreja disputaria essas concessões com o PCB, através de sua organização de frente, a ULTAB. Nesse ano, ainda, o número de camponeses filiados aos sindicatos já ultrapassaria ao dos filiados às Ligas. A agitação camponesa concentrar-se-ia agora no movimento sindical. O móvel da luta no campo seria de caráter trabalhista, a luta seria do assalariado rural, embora a bandeira que agitasse essa luta fosse a da reforma agrária.

Particularmente no Rio de Janeiro, cresce o número de invasões de propriedades por grupos armados nas regiões de Magé, Paracambi, Itaguaí, Cachoeira de Macacu, Caxias etc.

No início de 1963, a aprovação do Estatuto do Trabalhador Rural permitiria que o número de filiados aos sindicatos dobrasse em todo o País. Simultaneamente, acirram-se os conflitos sociais no campo.

Em outubro, é programado um comício em Recife, do qual deveriam participar trinta mil camponeses vindos do interior, em marcha sobre a Capital, conduzindo foices, enxadas e outros instrumentos de trabalho. Concretizava-se mais um objetivo. Era a demonstração de força, pacífica, usada com objetivos políticos sindicais.

Após a perda da hegemonia do movimento camponês, as Ligas procuravam reestruturar-se organicamente e redigir suas teses programáticas, para a nova conjuntura que se apresentava amplamente favorável. Elas são revitalizadas com a adesão do Padre Alípio, que se desligara da ULTAB, em fins de 1962.

O jornal "A Liga", editado no Rio de Janeiro, transcrevia o embate interno que se travava nas Ligas. Ele girava em torno da necessidade da criação de uma estrutura centralizada que impusesse uma política unitária, coordenando as bases e consolidando uma vanguarda revolucionária.

Julião tenta, nessa oportunidade, recriar o Movimento Tiradentes, através da organização do denominado Movimento Unificado da Revolução Brasileira (MURB), propondo a unidade das forças revolucionárias em torno de reformas radicais de conteúdo nitidamente socialista. Embora suas teses programáticas tivessem ressonância no Conselho Nacional, Julião não leva em conta a complexidade das alianças político-ideológicas, distinguindo apenas duas forças em choque, as forças reacionárias e as forças revolucionárias. Sua proposta de criação do MURB não encontra apoio.

Organicamente, o Conselho das Ligas iria optar pela proposta do Padre Alípio, que propugnava por uma composição predominantemente operário-camponesa, para o Conselho Nacional, e que as Ligas com o nome de Ligas Camponesas do Brasil tivessem, como suporte, uma Organização de Massa (OM) e uma Organização Política (OP). A OP deveria estruturar-se nos moldes de um partido marxista-leninista, cabendo-lhe as funções dirigentes da Liga, e a OM funcionaria como uma entidade de massa, congregando todos aqueles que concordassem com a efetivação das reformas radicais propostas por Julião.

Em outubro de 1963, na Conferência de Recife, as Ligas que se vincularam informalmente ao Conselho Nacional unificam-se sob uma estrutura única com a denominação das Ligas Camponesas do Brasil.

As Ligas foram a expressão mais explícita da tendência violenta do Movimento Comunista Brasileiro, antes da Revolução de 1964.

9. Cedendo às pressões

Com o fracasso do Plano Trienal, Jango perdera a oportunidade de seguir uma linha moderada e voltava-se para o papel de populista, que melhor se ajustava ao seu passado. Isso era o que desejavam as esquerdas. O PCB fez publicar uma Resolução Política[59], na qual, além de mostrar insatisfação com o Ministério e sua política conciliatória, atestava o crescimento, a radicalização do movimento de massas, e vislumbrava a possibilidade de novas vitórias:

---

[59] "Novos Rumos", nº 229, de 12 a 18 de julho de 1963, pág. 3.

“Cresce, por outro lado, a combatividade das forças patrióticas e progressistas, avança e se radicaliza o movimento de massas, abrindo-se, diante de nosso povo, perspectivas de lutas vigorosas e de maiores vitórias”.

O Partido exige novos passos adiante no movimento sindical e preconiza a utilização de novas formas de luta para deflagrar uma greve geral:

“A elevação do movimento de massas também está vinculada à justa utilização de diferentes formas de luta. Comícios, manifestações, suspensão de trabalho, greves de solidariedade, etc. são formas de luta que podem contribuir para melhor preparação da greve geral política”.

No campo, atesta o PCB:

“Os camponeses multiplicam o número de suas organizações, desencadeiam lutas a fim de que os latifundiários sejam compelidos a respeitar direitos já conquistados, defendem-se, muitas vezes de armas na mão, dos assaltos dos grileiros, iniciam ações de ocupação de terras”.

Com espírito otimista, o Partido encerra a Resolução:

“Através das lutas, nosso povo consolidará as vitórias já alcançadas e marchará para novas e decisivas vitórias”.

Enquanto tudo isso acontecia, a classe média tinha a esperança de que a Nação aguentasse e sobrevivesse ao “acidente” João Goulart. Mas a esquerda e a direita consideravam-no incapaz de governar.

A mudança do Ministério generalizou a crença de que Jango não mais acreditava nos processos institucionais: *“Brizola temia que a reforma ministerial pudesse ser o prelúdio de uma tentativa de Jango para permanecer no poder”*[60].

Essa mudança fez recrudescer as agitações em todo o País. Os comunistas, prosseguindo na mesma tática, sempre colocavam as metas um pouco mais além, mobilizando as massas como um constante elemento de pressão.

Em 23 de agosto de 1963, um dia antes do aniversário da morte de Getúlio Vargas, o CGT realizou uma grande concentração em torno de seu busto, na Cinelândia, com a garantia de tropas do Exército e com a presença do Presidente da República. Sobre o discurso do Presidente, a revista “Novos Rumos” assim se refere:

“Fazendo, afinal, uso da palavra o Presidente João Goulart pronunciou, na verdade, dois discursos.

O primeiro caracterizou-se pelo tom vago e vacilante com que se referia, repetindo frases já várias vezes pronunciadas, à necessidade das reformas de base e às difíceis condições de vida do povo.

Foi quando se verificou a manifestação de desagrado da massa popular, exigindo de Jango a definição.

O presidente mudou, então, visivelmente, o plano do discurso, emprestando-lhe um tom mais vigoroso, embora fugindo, ainda aqui, a afirmações de repúdio à política de conciliação. Nessa parte, fez questão de mencionar o discurso do CGT – a “entidade máxima dos trabalhadores brasileiros” como afirmou –, comprometendo-se fazer com que em 1964, nas comemorações do dia 24 de agosto, já possam ser festejadas as reformas de base convertidas em realidade. Afirmou que a consecução dessas reformas depende, fundamentalmente, da mobilização dos trabalhadores e do povo, dizendo que nenhuma reforma social foi feita, até agora, senão sob a pressão das massas” [61].

Se dúvidas havia, agora não mais existiam. O próprio Presidente da República pedia a pressão das massas. Contra quem?

O Congresso, obviamente. O PCB, eufórico, conclamava o povo à luta por “decisivas vitórias” e o CGT entrava em estado de alerta.

As greves dos portuários de Santos, dos metalúrgicos, dos bancários e os discursos de Arraes e de Brizola, cada vez mais audaciosos, mantinham a população excitada e angustiada.

As invasões de terra prosseguiam. Tudo parecia conduzir, em setembro de 1963, para uma revolução de esquerda.

As Forças Armadas, entretanto, vilipendiadas, observavam a constante degeneração dos valores e da ordem. A revolta dos sargentos de Brasília, em 12 de setembro de 1963, iniciou um novo processo.

---

[60] Skidmore, T: “Brasi1: de Getúlio a Castello”, Ed. Saga, R:J., pág. 311.

[61] “Novos Rumos”, nº 236, de 30 de agosto a 5 de setembro de 1963, pág. 8.

Capítulo III

O assalto ao poder

1. A rebelião dos sargentos de Brasília

Em 1959, o início da campanha do Marechal Henrique Teixeira Lott, então Ministro da Guerra e candidato à Presidência da República, levou a política partidária aos quartéis, envolvendo os subtenentes e sargentos no espírito "nacionalista" que norteava essa campanha.

Em julho de 1959, as comemorações do aniversário do General Osvino Ferreira Alves, Comandante do III Exército, reuniram cerca de oitocentos subtenentes e sargentos das três Forças Singulares e da Brigada Militar do Rio Grande do Sul, com o comparecimento de Leonel Brizola. Os discursos eivados de nacionalismo foram pedra de toque.

Ao mesmo tempo, o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), órgão que reunia intelectuais marxistas, procurava atrair os subtenentes e sargentos, para sua área de influência, através de cursos e palestras às praças. O jornal esquerdista "O Semanário" dava cobertura a essas atividades, vinculando os subtenentes e sargentos à campanha nacionalista.

A derrota do Marechal Lott, em 1960, arrefeceu, pelo menos temporariamente, o movimento na área militar. As eleições de 1962, entretanto, fizeram revigorar esse movimento, provocando a candidatura, a deputado, de alguns subtenentes e sargentos. Nessa época, já havia dados sobre a infiltração comunista nas Forças Armadas.

Havia, inclusive, indicações sobre a possível existência de uma célula comunista no 4º Regimento de Infantaria, em São Paulo. Alguns anos depois, a comprovação da existência dessa célula veio de forma dramática: o Capitão Carlos Lamarca e o Sargento Darcy Rodrigues planejariam e executariam um ousado roubo de grande quantidade de armamento, impulsionando a luta terrorista no País.

Após as eleições de outubro de 1962, o Tribunal Superior Eleitoral considerou inelegíveis os subtenentes e sargentos. Insuflados por políticos e comunistas e assoberbados pe1os problemas decorrentes dos baixos vencimentos dos militares, os subtenentes e sargentos foram, gradativamente, tomando uma posição de contestação política.

Em novembro de 1962, iniciou-se um movimento para a restituição dos títulos dos subtenentes e sargentos aos Tribunais Eleitorais. Em dezembro, enquanto o Sargento Antônio Garcia Filho era empossado Deputado Federal pelo Tribunal Regional Eleitoral da Guanabara, o Sargento Aimoré Zock Cavalheiro, eleito deputado Estadual pelo Rio Grande do Sul, mas não diplomado, lançava um manifesto justificando o recurso a instâncias superiores e tecendo críticas à Justiça Eleitoral.

Em 10 de janeiro de 1963, o Clube dos Suboficiais, Subtenentes e Sargentos das Forças Armadas e Auxiliares (CSSSFAA) criou a Comissão da Defesa da Elegibilidade dos Sargentos (CODES), que, logo, iniciou uma campanha baseada nos *slogans* "Sargento também é povo" e "Exigimos respeito ao voto popular". Iniciava-se uma fase de agitação, com reuniões, comícios, panfletagens e declarações à imprensa, sendo também detectado um movimento para forçar Jango a cumprir promessas feitas, ainda que com o emprego da força.

Em 6 de março de 1963, em São Paulo, realizou-se uma passeata pela posse dos sargentos eleitos, com a participação de soldados, cabos, sargentos e políticos, durante a qual os militares da Aeronáutica e da Força Pública de São Paulo compareceram fardados. A passeata, iniciada nas proximidades da Praça da Sé, terminou no Teatro Paramount, para uma sessão solene. À mesa diretora, sentaram-se os comunistas Rio Branco Paranhos; Geraldo Rodrigues dos Santos; José da Rocha Mendes Filho; Mário Schemberg; Luiz Tenório de Lima; Oswaldo Lourenço; e o general reformado Gonzaga Leite, um dos organizadores do Congresso Continental de Solidariedade a Cuba; além de vários presidentes de Confederações Nacionais de Trabalhadores, dentro os quais Clodsmith Riani, da CNTI, que presidiu a solenidade. Na ocasião, Mário Schemberg defendeu o direito de voto aos analfabetos, soldados e marinheiros. O sargento José Raimundo, da Força Pública de São Paulo, teceu exacerbadas críticas aos grupos internacionais, ameaçando as autoridades por não atenderem às reivindicações populares, sob pena de sargentos e o povo assumirem os destinos do País.

Único sargento empossado como deputado, Antonio Garcia Filho viajava por diversos estados, fazendo reuniões com os subtenentes e os sargentos, realizando contundentes pronunciamentos. Em Fortaleza, o Sargento Deputado afirmou que, se não houvesse uma decisão favorável à posse dos eleitos, a Justiça Eleitoral seria "fechada". Pregou "o enforcamento dos responsáveis pela tirania dos poderes econômicos" e rotulou a instituição militar de "nazista". Defendendo uma revolução para a execução das reformas, estabeleceu, como preliminar, a substituição do Ministro da

Guerra Amaury Kruel pelo General Jair Dantas Ribeiro, então Comandante do III Exército, por ser mais "maleável"[62]. Não queria que o General Osvino fosse o Ministro da Guerra, pois o "General do Povo" era demasiadamente ligado ao Presidente da República. Apoiado pelos comunistas, como Prestes, Hércules Correia e Max da Costa Santos, Antonio Garcia Filho procurava intervir nas eleições do Clube de Subtenentes e Sargentos e, em 24 de abril, junto com militantes do PCB, iniciou estudos, para a criação de um sindicato de sargentos. Em abril e maio de 1963, incitava seus companheiros durante seguidas reuniões, afirmando que "os sargentos, de armas na mão, impedirão a implantação do gorilismo no Brasil", e que "o General Kruel, ligado aos grupos mais reacionários, vem tentando dar o golpe no regime".

Um plano de trabalho, posteriormente apreendido, detalhava o que deveria ser executado para o domínio dos clubes, círculos e grêmios militares. Preconizava, também, a distribuição de literatura "progressista" que deveria ser discutida pelos sargentos reunidos em "grupos de 5".

Em 11 de maio de 1963, os sargentos reuniram-se no auditório do Instituto de Aposentadoria e Pensão dos Comerciários (IAPC), no Rio de Janeiro, para comemorar o aniversário do "General do Povo". Falando em nome dos subtenentes e sargentos, o Subtenente Jelcy afirmou:

"(...) pegaremos em nossos instrumentos de trabalho e faremos as reformas, juntamente com o povo. Mas lembrem-se os senhores reacionários: o instrumento de trabalho dos militares é o fuzil!".

As eleições de agosto de 1963, para vereadores, propiciaram a realização de nova série de reuniões de sargentos, nas quais apareciam, invariavelmente, teses para a contestação política.

Logo após o já Ministro da Guerra, Jair Dantas Ribeiro, ter declarado que era admissível a criação de clubes e grêmios de militares desde que dentro dos quartéis, realizou-se, em 2 de setembro, no Sindicato dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro, uma reunião da Associação dos Cabos e Soldados, em homenagem ao Presidente da República. Nessa reunião, o Ministro da Justiça, representando o Presidente, disse que "os cabos e soldados são os trabalhadores fardados".

Afetada a disciplina e desmoralizada a autoridade, não se constituiu em grande surpresa a rebelião dos sargentos de Brasília, em 12 de setembro de 1963, Nessa madrugada, sucessivamente, os sargentos apossaram-se do Ministério da Marinha, da Base Aérea, da Área Alfa (da Companhia de Fuzileiros Navais), do Aeroporto Civil, da Rodoviária e da Rádio Nacional. Pretendiam, com isso, numa primeira fase, dominar a Capital Federal e, posteriormente, expandindo a ação, implantar um regime de cunho popular.

Entretanto, de âmbito limitado, restrito a Brasília, e contando, apenas, com sargentos da Marinha e da Força Aérea, o movimento foi debelado e os seus autores foram presos. Às 16 horas desse mesmo dia, foi possível anunciar ao País o fim da "rebelião dos sargentos". Declarações de sargentos presos e documentos apreendidos mostraram o apoio à rebelião dado pela POLOP e pelo PCB.

Se as forças Armadas estavam preocupadas, agora, com o movimento, passaram a ficar atentas.

2. O Estado de Sítio

Nos primeiros dias de outubro de 1963, dois fatos conturbaram a área política: a solicitação, ao Congresso, para a implantação do Estado de Sítio e a frustrada tentativa de prisão do Governador Carlos Lacerda. Nessa época, um dos líderes da oposição ao Governo Federal era o Governador da Guanabara. Tachando Jango de "inepto", Lacerda, em entrevista depois desmentida, deu a entender que o Presidente só permanecia ainda no poder, porque os militares hesitavam em depô-lo. Sob a alegação da crescente violência de fundo político e com as sucessivas ondas de greve, os ministros militares foram induzidos a solicitar ao Governo a decretação do Estado de Sítio. Em 4 de outubro de 1963, Jango enviaria mensagem ao Congresso, solicitando a vigência dessa medida por trinta dias.

Antes de a mensagem ser encaminhada ao Congresso, o Governo determinou que o Núcleo da Divisão Aeroterrestre prendesse o Governador da Guanabara. O País amanheceria sob o impacto do fato consumado: Lacerda preso e o Estado de Sítio em plena execução, antes mesmo de sua convocação pelo Congresso.

A ordem partida do Palácio, sem responsabilidade definida, não foi cumprida e o plano malogrou. Sem objetivo, o Senhor João Goulart manobrou rapidamente, para não cair no vazio, acobertado por elementos de esquerda, aparentemente em ação agressiva contra o Governo.

As reações das esquerdas foram imediatas. O PCB considerou a solicitação do Estado de Sítio como inibidora da mobilização das massas, conclamando os trabalhadores a tomarem "medidas enérgicas para esmagar a reação". O CGT e a UNE fizeram ressoar suas discordâncias.

Em Minas Gerais, aconteceram greves e manifestações violentas. A corrida aos bancos generalizou-se. Os líderes do Congresso manifestaram-se contrários, e o PTB negou o apoio. Três dias depois, em 7 de outubro de 1963, Jango retirou o pedido. A Nação teve, naqueles dias, a sensação de ter escapado a fulminante golpe de estado.

---

[62] Em junho de 1963, o General Jair Dantas Ribeiro assumiu o Ministério da Guerra, em substituição ao General Amaury Kruel, que foi comandar o II Exército.

Em entrevista dada em 22 de novembro de 1963, simultaneamente ao “Jornal do Brasil” e a “O Estado de São Paulo”, o Deputado Federal Armando Falcão denunciava o “complô que se organiza contra o regime”. Nessa denúncia, Armando Falcão dizia: “Prepara-se um golpe de estado que tem por objetivo derrubar as instituições democráticas, e o chefe da conspiração chama-se João Belchior Marques Goulart. O movimento subversivo, que ora se articula não é o primeiro que o Sr. João Goulart procura fazer deflagrar visando ao fechamento do Congresso Nacional e à destruição da Constituição” [63].

Na revista “Novos Rumos”, o PCB refere-se à derrota da tentativa de implantar o Estado de Sítio como uma “importante vitória política”. Reitera a necessidade de serem realizadas modificações no ministério e implantadas as reformas de base. Defende a elegibilidade dos sargentos e a anistia dos militares envolvidos no episódio de Brasília. Continua na campanha pela moratória da dívida externa e pleiteia a encampação das refinarias particulares. Imediatamente, os trabalhadores da refinaria de Capuava entraram em greve.

A economia deteriorava-se, e o País entrava em dura recessão, com crescimento negativo.

3. A frente única

As pressões econômico-financeiras e os impasses políticos aliados às flutuações de comportamento de Jango pareciam levar o Governo em direção à esquerda radical.

Apesar de encontrar dificuldades nas análises da situação, as diversas facções de esquerda cresciam e acreditavam que a desorganização da elite política tradicional estava abrindo caminho para radicais transformações nas estruturas do País. Cada uma delas mantinha a esperança de que uma reviravolta nos acontecimentos poderia colocar o Presidente em suas mãos. Essa segurança e o costumeiro excesso de confiança não lhes permitiam perceber que estavam, na verdade, mais divididos do que seus adversários.

Observando o multifacetado espectro político, o ex-ministro San Thiago Dantas iniciara, desde fins de 1963, esforços para unir as esquerdas numa frente única. Sua preocupação era a de que Jango poderia ser levado, por qualquer uma dessas facções, a superestimar sua própria força política e a tomar atitudes desastradas para o País.

Entretanto, somente uma dessas facções, o PCB, aderiu à frente única, tangido pela preocupação com um prematuro teste de forças e pelo prometido apoio do Governo em favor de sua legalização. Além disso, com a frente única, o PCB poderia defender, com mais força, a sua tese de implantação de um “governo nacionalista e democrático”. O PC do B, ainda sem grande expressão, rejeitou a frente única de San Thiago Dantas e, coerente com a sua linha política de orientação chinesa, continuava a pregar a luta revolucionária dos camponeses. A Ação Popular (AP) e a UNE ainda estavam longe de aceitar a disciplina de um partido comunista e rejeitaram a frente única. Às Ligas Camponesas faltava uma liderança que as pudesse representar, unificadamente. Julião desaparecera de circulação. Também Brizola não apoiou a frente única. Desprezando San Thiago Dantas e isolado pelo seu caráter autoritário e por desmedida ambição, Brizola, desde outubro, estava mais empenhado em organizar a sua própria frente, a Frente de Libertação Nacional. Arraes, provável candidato das esquerdas às eleições presidenciais de 1965, mantinha uma atitude controlada: apesar de ter restrições em relação à frente única, não afastava a possibilidade de vir a integrá-la.

Jango, de mãos dadas com o PCB, assumiu a frente única de San Thiago Dantas. No discurso de fim de ano, o Presidente criticou os políticos que se recusavam a apoiar as reformas de base. Adotou, também, uma atitude mais agressiva para com o capital estrangeiro. Ao assinar, em janeiro de 1964, o decreto regulamentando a lei de remessa de lucros, acedeu a um dos objetivos do PCB. A partir de 1964, suas atitudes passaram a caracterizar-se pela impulsividade.

A frente única desejada por San Thiago Dantas transformou-se na frente “popular” de João Goulart, com o PCB, com as organizações e com as entidades por ele infiltradas ou dominadas. Tudo indicava que o prognóstico do Partido, feito havia pouco menos de dois anos, estava correto. O PCB aproximava-se de seu primeiro objetivo estratégico.

4. Os Grupos dos Onze

Em outubro de 1963, Brizola achava que o Brasil estava vivendo momentos decisivos e que, rapidamente, se aproximava do desfecho por ele almejado. Sucessivamente, em 19 e 25 de outubro, fez pronunciamentos à Nação, através dos microfones de uma cadeia de estações de rádio liderada pela Mayrink Veiga, que detinha, na época, o maior percentual de ouvintes das classes média e baixa.

Nesses pronunciamentos, eivados, como sempre, de metáforas e redundâncias, Brizola conclamou o povo a organizar-se em grupos que, unidos, iriam formar o “Exército Popular de Libertação”. Comparou esses grupos com equipes de futebol e os onze “jogadores” seriam os “tijolos” para “construir o nosso edifício”. Estavam lançados os Grupos dos Onze (G11), que, em sua cabeça megalomaníaca, seriam seu exército particular.

---

[63] No livro de Nélio Silva, já citado, são narrados, nas páginas 296 e seguintes, sob o título “Grave Denúncia”, detalhes desse plano e de tentativa semelhante de João Goulart, em 1960, quando vice-presidente de Juscelino Kubitscheck.

Os documentos encontrados, posteriormente, nos arquivos pessoais de Brizola, revelaram os planos para a formação dos G11 e do Exército Popular de Libertação. Como todo o discurso "brizolista", esses documentos possuíam uma linguagem incisiva, mas primária; dramática, mas demagógica. O documento mais hilariante, se não fosse trágico, era o das "instruções secretas", assinadas por um "comando supremo de libertação nacional. Inicia-se por um "preâmbulo ultrassecreto", onde consigna que a morte pesaria sobre aqueles que revelassem os segredos dos grupos dos onze:

"Após tomar conhecimento, só a morte libertará o responsável pelo compromisso de honra assumido com o Comando Supremo de Libertação Nacional (...)".

"O compromisso de resguardo deverá ser um tanto solene, para impressionar o companheiro, devendo, antes, verificar as ideias desse soldado dos G11, a fim de que seja selecionado, ao máximo, os autênticos e verdadeiros revolucionários, os destemerosos da própria morte (...)"

Os G11 seriam a "vanguarda avançada do Movimento Revolucionário", a exemplo da "Guarda Vermelha da Revolução Socialista de 1917, na União Soviética". Defendendo a tese de que "os fins justificam os meios", faz veladas ameaças sobre futuros atos dos G11:

"Em consequência, não nos poderemos deter na procura de justificativas acadêmicas para atos que possam vir a ser considerados, pela reação e pelos companheiros sentimentalistas, agressivos demais ou até mesmo injustificados".

Os integrantes dos G11 deviam considerar-se em "revolução permanente e ostensiva", e seus ensinamentos deveriam ser colhidos nas "revoluções populares", nas "frentes de libertação nacional e nos "folhetos cubanos" sobre a técnica de guerrilha[64].

Essas "instruções secretas" admitiam que a época era propícia à atuação dos G11:

"Devemos nos lembrar que hoje temos tudo a nosso favor, inclusive o beneplácito do Governo e a complacência de poderosos setores civis e militares, acovardados e temerosos de perder seus atuais e ignominiosos privilégios".

Os G11 instruem sobre a aquisição de armas, recomendando "não se esquecer dos preciosos coquetéis molotov e outros tipos de bombas incendiárias". Alertam, também, que:

"A escassez inicial de armas poderosas e verdadeiramente militares será suprida pelos aliados militares que possuímos em todas as Forças Armadas (...)".

As "instruções secretas" estabelecem o esquema para o início do movimento insurrecional.

"(...) os camponeses, dirigidos por nossos companheiros, virão destruindo e queimando as plantações, engenhos, celeiros, depósitos de cereais e armazéns gerais (...)";

"A agitação será nossa aliada primordial e deveremos iniciá-la nos veículos coletivos, à hora de maior movimento, nas ruas e avenidas de aglomeração de pedestres, próxima às casas de armas e munições e nos bairros evidentemente populares e operários".

"Desses pontos e à sombra da massa humana, deverão convergir os G11 especializados em destruição e assaltos, já comandando os companheiros e com outros se ajudando pelas ruas e avenidas, para o centro da cidade, vila ou distrito, de acordo com a importância da localidade, depredando os estabelecimentos comerciais e industriais, saqueando e incendiando, com os molotovs e outros materiais inflamáveis, os edifícios públicos e os de empresas particulares".

"Ataques simultâneos serão desfechados contra as centrais telefônicas, radioemissoras e, onde houver, de TV, casa de armas, pequenos quartéis militares (...)".

Observa-se que essas rocambolescas instruções de Brizola refletiam o seu cérebro insano e faziam inveja aos mais detalhados planejamentos dos anarquistas. Sabendo que a revolução vinha sendo conduzida pelo PCB, através da chamada "via pacífica", Brizola reservou um item de suas "instruções secretas" para tratar do "aliado comunista":

---

[64] Nessa época, os "folhetos cubanos" sobre a técnica de guerrilha eram disseminados, no País, pelo Movimento de Educação Popular.

“Devemos ter sempre presente que o comunista é nosso principal aliado, mas, embora alardeie o Partido Comunista ter forças para fazer a Revolução Libertadora, o PCB nada mais é que um movimento dividido em várias frentes, em luta aberta entre si pelo poder absoluto e pela vitória de uma das facções em que se fragmentou”.

E continuam as instruções, nos seus ataques ao PCB:

“São fracos e aburguesados esses camaradas chefiados pelos que veem, em Moscou, o único sol que poderá guiar o proletariado mundial à libertação Internacional”.

Ao mesmo tempo, Brizola aponta o PC do B como um possível aliado:

“Existe uma ala mais poderosa que, dia a dia, está se elevando no conceito de proletariado marxista, seguidora dos ideais de Mao Tsé-tung, de Stálin, e que são, em última análise, os de Marx e Engels. É nessa ala, hoje muito mais poderosa que a de Moscou, que iremos buscar a fonte de potencialidade material e militar para a luta de Libertação Nacional”.

Mas o tragicômico das “instruções secretas” aparece, com nitidez, no item sobre a “guarda e julgamento dos prisioneiros”.

“Para essa tarefa de suma importância, deverão ser escolhidos companheiros de condição humilde, mas, entretanto, de férreas e arraigadas condições de ódio aos poderosos e aos ricos, a fim de que não discutam ordens severas que poderão ser conhecidas no momento da luta de libertação”.

“Esses grupos dos onze companheiros terão, como finalidade primordial, deter, em todo o seu raio de ação, municípios, vilas, distritos e povoados, todas as autoridades públicas, tais como Juiz de Direito, Prefeitos, Delegados de Polícia, Vereadores, Presidente de Câmara, Políticos influentes e outras personalidades que por acaso estejam dentro de sua esfera de atribuição e limites de ação. Recolhendo-os a locais apropriados, preferentemente no meio do mato, sob guarda armada e permanente”.

“No caso de derrota do nosso movimento, o que é improvável, mas não impossível, dado a certas características da situação nacional, e temos que ser verdadeiros em todos os nossos contatos com os Comandos Regionais e esta é uma informação para uso somente de alguns companheiros de absoluta e máxima confiança, os reféns deverão ser sumária e imediatamente fuzilados, a fim de que não denunciem seus aprisionadores e não lutem, posteriormente, para sua condenação e destruição”.

O texto acima demonstra o fanatismo de Brizola, certamente influenciado pelo “paredón” cubano.

Em princípios de 1964, Brizola lançou seu próprio semanário – “O Panfleto” –, que veio se integrar à campanha agitadora já desenvolvida pela cadeia da Rádio Mayrink Veiga. Em seus sonhos quixotescos, chegou a distribuir diversos outros documentos, para a organização dos G11, tais como “Precauções”, “Deveres dos Membros”, “Deveres dos Dirigentes”, “Código de Segurança” e fichas de inscrição para seus integrantes. Chegou a organizar 5.304 grupos, num total de 58.344 pessoas, distribuídas, particularmente, pelos Estados do Rio Grande do Sul, Guanabara, Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo. Para Brizola, a revolução estava madura, pronta para ser desencadeada.

Havia um líder, ele mesmo. Havia ideias, seus próprios sonhos megalomaníacos. Só faltava um simples episódio que inflamasse o povo e que justificasse o surgimento de seu exército popular de libertação, na verdade, um pequeno-louco exército de Brancaleone.

5. O plano revolucionário

Entrava-se no ano decisivo de 1964. A conturbada situação nacional pedia medidas drásticas que pudessem solucionar a crise. O pêndulo do poder oscilava entre um lado e outro. Faltava fixá-lo em um dos lados. E Jango pretendia ser o líder que iria fixá-lo no lado esquerdo.

Os entendimentos entre o Presidente e o PCB eram constantes. Seus trunfos eram a legalização e a promessa de maior participação no poder. Jango distanciava-se, cada vez mais, de Brizola, que colocava seus pedidos sempre a1ém dos já conseguidos. Para o Presidente, o que realmente o cunhado desejava era ocupar o seu lugar.

Em fevereiro de 1964, Jango afirmou que os comandos militares estavam inteiramente afinados com ele, e que “se os generais estão comigo, não há razão para que os sargentos não estejam”. Não pensava em realizar eleições

presidenciais. Para ele, as hipóteses mais prováveis eram de que a direita "botasse a cabeça de fora", por meio de Lacerda, ou que Brizola "demandasse" para a sua loucura.

A solução era desfechar um golpe, amparado nas forças populares e no "esquema militar", sob o pretexto de realizar as reformas de base. Faltava a Jango, entretanto, um motivo que justificasse esse golpe.

Segundo o jornalista Samuel Wainer, o plano era o seguinte:

o presidente enviaria uma mensagem ao Congresso, pedindo a decretação de um plebiscito para reformas na Constituição, apoiado por intensa campanha nacional;

em face da provável negativa do Congresso, este seria dissolvido e implantada, imediatamente, as reformas de base, num processo conduzido pela frente única;

caso esse esquema falhasse, o Presidente ameaçaria renunciar, justificado pela impossibilidade de atender aos anseios populares;

no comício previsto para 13 de março de 1964, no Rio de Janeiro, Jango anunciaria, à Nação, a assinatura de decretos de conteúdo popular, tais como a desapropriação das terras ao longo das rodovias e ferrovias, a encampação das refinarias particulares e outros contra a inflação e o custo de vida;

ao comício do dia 13, seguir-se-iam outros 4 ou 5, a serem realizados em importantes cidades do País, onde Jango anunciaria novos decretos, como os do sapato popular, da roupa popular e do depósito bancário para os sindicalizados;

com o apoio e o clamor do povo, Jango estaria, ao final do processo, com força suficiente para fazer o que bem entendesse.

Esse plano de Jango começaria a ser executado no mês de março de 1964.

6. O Comício das Reformas

Os finais de tarde nas proximidades da estação da Central do Brasil, na cidade do Rio de Janeiro, sempre foram caracterizados pela presença de um enxame de pessoas, pressurosas em tomar os trens que as conduzem aos seus lares nos subúrbios cariocas. Foi esse o local escolhido pelos organizadores do que ficou conhecido como o "Comício das Reformas", realizado na tarde-noite de 13 de março de 1964.

Cerca de cem mil pessoas aglomeravam-se na praça em frente da estação da Central do Brasil e ao lado do Palácio Duque de Caxias, antiga sede do Ministério da Guerra. Dezenas de faixas e cartazes conclamavam a reformas, à legalização do Partido Comunista e à entrega ao povo de armas para a luta. No palanque, ao lado dos principais líderes sindicais e comunistas, inclusive membros do Comitê Central do PCB, alinhavam-se Jango, Arraes e Brizola. Estações de rádio e de televisão transmitiam, para todo o País, os diversos discursos que se sucediam, preparatórios ao do Presidente.

Brizola chamou o Governador Carlos Lacerda de "energúmeno" e pediu a realização de um plebiscito, exigindo o fechamento do Congresso Nacional e a convocação de uma Assembleia Constituinte:

"(...) o povo brasileiro votará maciçamente pela derrogação do atual Congresso e por uma Assembleia Constituinte (...)".

Arraes vociferou conta os "fascistas", os "reacionários" e os "retrógrados".

Mas foi a fala do Presidente que causou maior impacto, pela série de novas medidas que anunciava à Nação. Jango prometeu, em um prazo de 48 horas, enviar uma mensagem presidencial ao Congresso Nacional, tratando sobre uma série de revisões na Constituição, a fim de possibilitar as reformas, dentre as quais a Reforma Agrária, a Eleitoral, a Universitária e a Tributária. Anunciou, também, que havia assinado, naquele mesmo dia, três decretos de encampação das refinarias particulares: o de tabelamento de aluguéis de imóveis; e o da SUPRA, que desapropriava as terras que margeiam as rodovias federais.

Todas essas providências foram anunciadas, pelo Presidente, como indispensáveis para a "salvação nacional" e para a transformação de uma "estrutura ultrapassada". Solicitava, enfático, o apoio da população às reformas. Jango iniciava a execução do plano revolucionário.

7. A rebelião dos marinheiros no Rio de Janeiro

Já havia algum tempo, os militares vinham acompanhando o desenrolar dos acontecimentos. Cautelosos, observavam os desdobramentos políticos e o caos econômico-financeiro do País. Espantados, sentiam o temor do povo, em face do crescimento das esquerdas. A permanente ameaça de greve geral infundia-lhes uma tensão que ia atingindo, gradativamente, um ponto sem retorno. Entretanto, inquietavam-se, e muito, com os atos de rebeldia de outros militares, que, não coibidos com rigor, iam rachando os pilares da disciplina e da hierarquia.

Seis meses antes, em setembro de 1963, a rebelião dos sargentos de Brasília servira como um exemplo de que a estrutura militar estava abalada. Alguns militares não mais aceitavam a desobediência e a insubordinação. Esperançosos, outros aguardavam atitudes firmes, do Governo Federal, que restaurassem a disciplina e a hierarquia. Alguns poucos, entretanto, aliavam-se ao movimento esquerdista, e, entre eles, os que ansiavam pelo rótulo demagógico de "generais e almirantes do povo".

A rebelião dos marinheiros de 25 de março de 1964, no Rio de Janeiro, foi a gota d'água que, congregando os militares, decidiu sobre suas ações.

No início de maio de 1962, o Ministro da Marinha, Almirante Sílvio Mota, foi surpreendido pela fundação da Associação de Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil (AMFNB), cujo primeiro presidente era o marinheiro João Barbosa de Almeida. A autoridade ministerial ficou, assim, diante de uma entidade, existindo – como fato consumado – à revelia dos regulamentos militares, sob o pretexto de realizar atividades sociais, recreativas, assistenciais e culturais. A AMFNB, aquinhoada com verbas vultosas, passou a pregar a subversão na Marinha. Chegou, até, a designar representantes seus, sob a denominação de "delegados da AMFNB" junto aos comandantes das unidades navais. Tal fato provocou uma reação dos oficiais, a qual resultou na proibição das atividades desses "delegados" a bordo dos navios e na recomendação para que fossem rigorosamente fiscalizados.

Em setembro de 1963, durante a cerimônia de posse da nova diretoria da AMFNB, o presidente eleito, marinheiro José Anselmo dos Santos, teceu severas críticas às autoridades navais, sendo punido, pelo Ministro da Marinha, com dez dias de prisão. Em protesto pela punição, a AMFND, em assembleia, exigiu do Ministro que relevasse a prisão. Em face da indisciplina, foi aberto um Inquérito Policial Militar (IPM), resultando em novas prisões e no enquadramento de alguns integrantes da AMFND no Código Penal Militar.

Apesar do IPM, a agitação prosseguiu, até que, em 25 de março de 1964, mil e quatrocentos sócios da AMPNB amotinaram-se no Rio de Janeiro, abrigando-se na sede do Sindicato dos Metalúrgicos, no bairro de Triagem. Desafiando abertamente as ordens para regressarem aos quartéis, os amotinados gritavam "Viva Goulart", nas janelas do sindicato, e apregoavam fidelidade somente ao Comandante dos Fuzileiros Navais, o Almirante Cândido da Costa Aragão, amigo de Goulart e conhecido como "Almirante do Povo".

No dia 25 e no seguinte, 26 de março de 1964, após sucessivas assembleias, os marinheiros e fuzileiros navais amotinados difundiam as seguintes exigências para o fim do movimento:

substituição do Ministro da Marinha por um dos três almirantes por eles indicados (Paulo Mário, Suzano ou Goiano);

anulação das punições impostas aos membros da diretoria da AMFNB;

garantia de que nenhum dos amotinados sofreria qualquer sanção;

reconhecimento da existência legal da AMFNB.

Para acabar com a insubordinação, o Ministro da Marinha determinou, na manhã do dia 26, o deslocamento de um contingente de fuzileiros navais para desalojar e prender os amotinados. Surpreendentemente, alguns desse contingente depuseram as armas e integraram-se aos refugiados no Sindicato, enquanto o restante retornou ao quartel sem cumprir a missão.

A indisciplina generalizou-se. Na manhã do dia seguinte, 27 de março, a Marinha tomava conhecimento de que havia, também, movimentos de rebeldia em alguns navios da Esquadra. Às 8h30min, um agrupamento de cerca de duzentos marinheiros dirigiu-se ao prédio do Ministério da Marinha, em solidariedade aos amotinados. Apesar das advertências, o grupo continuava avançando. Somente com dois disparos feitos para o ar, pela tropa que defendia o Ministério, o agrupamento foi disperso.

Em vista desse acontecimento, o Ministro da Marinha exonerou o Almirante Aragão. Tropas do Exército cercaram o Sindicato dos Metalúrgicos e isolaram os marinheiros rebeldes. Algumas horas depois, entretanto, o Presidente da República mandou levantar o cerco e "pediu" que os marinheiros voltassem para seus quartéis, dando-lhes a garantia de que não seriam punidos.

O Ministro da Marinha demitiu-se. Jango reconduziu o Almirante Aragão a seu posto e nomeou o Almirante da Reserva Paulo Mário como novo Ministro. A vitória da indisciplina, como apoio do Governo Federal, foi completa. Nessa mesma tarde, os marinheiros amotinados comemoraram ruidosamente, conduzindo, nos ombros, o "Almirante do Povo". O Presidente incorrera em erro grave, julgando que as Forças Armadas assistiriam passivamente a essa escalada da subversão, e que a oficialidade seria alijada pelos sargentos e praças, que vinham sendo submetidos à doutrinação comunizante, sem qualquer reação.

Dois dias depois daquele insólito episódio, em 29 de março de 1964, centenas de oficiais da Marinha reuniram-se no Clube Naval, contrariados com a quebra da disciplina e da hierarquia. Um manifesto ao povo brasileiro, assinado por mais de 1.500 oficiais da Marinha, declarava que havia chegado a hora de o Brasil defender-se. O Exército proclamou solidariedade à Marinha. A imprensa aderiu. No Congresso Nacional, dezenas de parlamentares pronunciaram-se contra a indisciplina.

Os que antes não aceitavam os desmandos do Governo passaram a agir. Os que ainda aguardavam desiludiram-se e engrossaram as fileiras dos verdadeiros democratas. A revolução democrática estava por dias.

8. A Reunião no Automóvel Clube

Acesas estavam, ainda, as paixões desencadeadas pela vitoriosa rebelião dos marinheiros. De um lado, as forças democráticas já se articulavam contra o governo da indisciplina. Do outro, Jango apoiava-se no PCB, nas organizações de massa e num pretenso "esquema militar". Pretendia, entretanto, dar uma demonstração de força aos que o criticavam pela posição assumida no episódio da rebelião dos marinheiros, mostrando que tinha prestígio junto aos escalões menores das Forças Armadas.

Alguns meses antes, a Associação dos Subtenentes e Sargentos da Polícia Militar do Rio de Janeiro (a que havia optado pelo serviço federal) convidara o Presidente para comparecer às comemorações do aniversário da entidade. Naquela oportunidade, Jango aceitou o convite, mas adiou o seu comparecimento sem marcar data. Entretanto, chegara a hora, na noite de 30 de março de 1964. A Associação realizou a reunião na sede do Automóvel Clube, no Rio de Janeiro, com a presença de centenas de sargentos, além de diversos oficiais e ministros, dentre os quais o novo Ministro da Marinha Almirante Paulo Mário.

Dezenas de comunistas confraternizaram-se com os militares. O ambiente atingiu o auge da exaltação, quando, sob os aplausos gerais, se abraçaram o Almirante Aragão e o Cabo Anselmo. Os oradores, inflamados, discursavam repisando a tônica das reformas. Discursos atentatórios à hierarquia e à disciplina foram pronunciados. O Sargento Ciro Vogt, um dos oradores, foi estrepitosamente vaiado, porque, atendendo aos regulamentos disciplinares, limitou-se a apresentar as reivindicações de sua classe, sem abordar temas políticos.

Mas o ponto alto da reunião foi o discurso do Presidente da República. Inebriado pela calorosa recepção dos sargentos e incentivado pelos constantes aplausos, Jango fez um dos discursos mais inflamados de sua vida pública. Defendeu os sargentos amotinados. Propugnou pelas reformas de base. Acusou seus adversários, políticos e militares, de estarem sendo subsidiados pelo estrangeiro. Ameaçou-os com as devidas "represálias do povo".

A televisão mostrou "ao vivo" essas cenas. Muitas das pessoas que a elas assistiam sentiram que, após aquela reunião, a queda de Jango era iminente.

Na verdade, fora seu último discurso como Presidente da República.

Capítulo IV

A Revolução Democrática de 1964

1. Ascensão e queda de Goulart

A reação a João Goulart teve início antes mesmo de sua posse. Com a renúncia de Jânio Quadros, apresentou-se um impasse entre as forças que consideravam sua ascensão à Presidência da República uma temeridade para as instituições e as que, por razões diversas, desejavam ver cumprida a Constituição[65]. Em face desse dilema, que poderia conduzir o País a uma guerra civil, o parlamentarismo apresentou-se como a forma política capaz de suplantar democraticamente a crise.

Apesar da desconfiança com que Goulart era encarado por muitos, uma vez empossado, poderia ter chegado ao final de seu mandato – pelo simples fato de que era o sucessor constitucionalmente eleito – se não adotasse medidas que ferissem a Constituição. Vários fatores concorriam para essa assertiva. Os governadores dos principais estados eram pretensos candidatos às eleições presidenciais previstas para 1965 e tinham interesse que o sistema político continuasse a funcionar normalmente. Nas Forças Armadas, embora houvesse um pequeno grupo que iria, desde logo, conspirar contra Goulart, a imensa maioria de seus quadros era legalista, respeitando incondicionalmente a Constituição. Ademais, a divisão que ocorrera nas Forças Armadas, mais particularmente no Exército, por ocasião da posse de Goulart, fora marcante e funcionava como um freio muito forte a qualquer veleidade de destituir o Presidente.

Goulart, no entanto, acabou caindo. Sua queda, não se deveu às reformas de base que desejou implantar. Elas eram necessárias, e a maioria era justa, tanto é que a revolução vitoriosa, a seu modo, acolheu várias delas. Goulart caiu por causa da estratégia e das táticas que adotou. Pretendeu implantar as reformas com ou sem o apoio do Congresso, "na lei ou na marra" como diziam seus seguidores, por meio da mobilização das massas com o apoio passivo das Forças Armadas e o apoio ativo do dispositivo militar que pensava haver implantado. Buscou mobilizar as massas com ativistas de esquerda, ligando constitucionalmente seu governo ao PCB, mas foi incapaz de conter o radicalismo que até os comunistas mais experientes condenavam, permitindo que a desordem interna ultrapassasse os limites do tolerável. Desordem que, adicionada ao abandono do plano econômico do Governo, conduziu uma economia já desorganizada para o caos. Desordem que, através da infiltração, do proselitismo e da agitação esquerdista, se instalou na máquina administrativa, no campo, na área educacional e na área trabalhista. Desordem que alcançava as Forças Armadas, com o risco de sua desagregação pela quebra da disciplina e da hierarquia.

2. A iniciativa da reação

A posse pacífica de João Goulart não trouxe tranquilidade à Nação. O Governador de Minas Gerais, que fora favorável à ascensão de Goulart à Presidência da República, deixava transpirar que, "já a partir dos primeiros dias, os propósitos do Presidente indicavam rumos perigosos". Dando curso a essa preocupação, em 26 de novembro de 1961, ou seja, poucas semanas após a posse de Goulart, Magalhães Pinto em entrevista à imprensa declarava: *"A Nação continua traumatizada. Pairam no ar indagações inquietantes".*

Esse clima de insegurança que a Nação respirava, aliado às dificuldades econômicas, era sentido de forma mais acentuada pelos empresários. Então, não era de estranhar que partissem deles as primeiras iniciativas no sentido de reverter essa situação.

A preocupação dos empresários com a infiltração comunista, com a propaganda esquerdista e com a estatização vinha de algum tempo. Pelo menos, desde os últimos estágios do governo populista de Juscelino Kubitschek. Dessa preocupação, resultou uma série de encontros de empresários do Rio de Janeiro e de São Paulo. Com a posse de Goulart,

---

[65] Em 1953, Goulart havia sido afastado, sob pressão, do Ministério do Trabalho, por graves irregularidades e pela orientação justicialista que ali imprimia.

esses encontros se amiudaram. Da troca de ideias sobre suas responsabilidades na manutenção da liberdade e da democracia, surgiu, no final de novembro de 1961, o Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES).

O documento básico do Instituto, de autoria de Garrido Torres, intitulado "A responsabilidade democrática do empresariado", utilizado para o recrutamento de novos adeptos, apresentava o IPES como uma "organização apartidária com objetivos essencialmente educacionais e cívicos". Seu lançamento foi recebido favoravelmente pelos principais jornais do País e saudado com entusiasmo por líderes políticos, personalidades eclesiásticas e intelectuais.

A preocupação primeira do IPES era defender a frágil democracia nacional. Como declarava um dos seus fundadores, Paulo Ayres Filho: *"A princípio a ideia era resistir, não atacar. Todos queríamos que Jango terminasse o seu mandato"*. Suas atividades iniciais concentraram-se na distribuição de folhetos e livros e na realização de palestras versando sobre a liberdade e a democracia.

O IPES, porém, não se restringiu ao empresariado. Passaram a integrar seus quadros profissionais liberais, militares da reserva, clérigos, funcionários públicos, etc. Com isso, o Instituto não só se expandiu rapidamente para os maiores centros do País, como pôde aperfeiçoar sua estrutura para estender sua ação aos vários segmentos sociais. Passou a encorajar associações femininas e organizações estudantis apoiando-as materialmente. Criou um programa de treinamento de lideranças democráticas para homens de negócios, estudantes e operários. Publicava e promovia livros, bem como estimulava a realização de peças teatrais e filmes, disseminava, através da mídia, discursos e entrevistas defendendo a livre iniciativa e a democracia.

Mas a situação do País evoluía rapidamente e, no final de 1962, houve uma mudança de atitude de alguns membros do IPES. As ações do Governo fizeram com que uma ala do IPES começasse a achar que a resistência intelectual a que se propunha o Instituto, isto é, a realização de estudos doutrinários para disseminar ideias e esclarecer os cidadãos, não operava os resultados desejados com a necessária rapidez.

Enquanto o IPES continuou com seu trabalho de apoio às atividades de conscientização e esclarecimento da opinião pública, membros da entidade começaram, individualmente ou em grupos, a procurar novas ligações e maneiras mais diretas de manifestar sua oposição ao estado de coisas que se verificava no País. Dessa atitude decorreu boa parte das inúmeras organizações que surgiram no ano de 1963, com objetivos semelhantes aos do IPES, mas a maioria delas voltada diretamente para a ação política e algumas delas dispostas mesmo a ação revolucionária, se necessário. Um desses grupos, por exemplo, contatou Júlio de Mesquita Filho, dono do jornal "o Estado de S. Paulo", que se tornou o seu chefe nacional, e que, em 1964, chegou a armar-se para participar diretamente da revolução.

Outras organizações e associações de classe teriam importante papel no esclarecimento e mobilização da opinião pública. Na década de cinquenta, as condições de desenvolvimento haviam estimulado a expansão da estrutura associativa das classes produtoras e fizeram surgir uma geração de empresários jovens e dinâmicos. Esses novos empresários assumiram a direção de boa parte das associações de classe já existentes, como a Confederação e as Federações da Indústria, as Associações Comerciais, etc. Nessa época, duas novas entidades surgiram: o Conselho Superior das Classes Produtoras - CONCLAP e o Instituto Brasileiro de Ação Democrática - IBAD. Destas, o IBAD foi constituído especificamente com o propósito de "defender a democracia, as instituições e o regime". O IBAD iria, principalmente após a posse de Goulart, atuar particularmente na conscientização ideológica dos sindicatos e movimentos estudantis. Seu veículo de difusão mensal, "Ação Democrática", chegaria a ter uma tiragem de 250.000 exemplares.

Embora essas organizações não tivessem constituído um bloco ideológico e político monolítico, elas encontrariam unidade na situação pela qual passava o País; iriam influir decisivamente no movimento revolucionário.

3. A reação no campo político

Nos meios políticos, a oposição mais objetiva às esquerdas e ao Governo, decisiva mesmo para o êxito da Revolução, seria desempenhada pelos governadores, principalmente os de Minas Gerais, São Paulo e Guanabara. A efetiva ação desses governadores, porém, só se fez sentir quando se esgotaram as possibilidades de ser mantida a normalidade constitucional. O senhor Magalhães Pinto, inclusive, quando a conspiração já se realizava com certa desenvoltura, "abriria sua política para um diálogo com as esquerdas e com o senhor João Goulart, na expectativa de constituir-se num núcleo de transigência e de composição ante a crescente radicalização de posições dentro do País"[66].

No entanto, desde 1962, organizara-se, no Congresso, um bloco interpartidário denominado Ação Democrática Parlamentar (ADP), que se constituiu numa oposição atuante até a Revolução. Contando com cerca de duzentos parlamentares, a ADP, permanentemente, travou batalhas verbais com representantes das esquerdas, as quais, muitas vezes, mais do que o mérito das questões, valiam pelas repercussões alcançadas na opinião pública.

A ADP rebateu as propostas esquerdizantes e apresentou dezenas de projetos técnicos de reformas, com o espírito democrático, contrapondo-se ao sentido socializante, às vezes demagógico, das reformas de base defendidas pela frente parlamentar nacionalista.

---

[66] Castello Branco, C.: "Da Conspiração à Revolução", em "Os idos de março e a queda de abril"; José Álvaro, Editora, RJ, 1964, pág. 292.

Foi no Congresso, pela palavra do Deputado Bilac Pinto, que se fez a mais veemente e correta denúncia da guerra revolucionária que se desenvolvia no País, com larga repercussão, particularmente na área militar mais jovem, que desconhecia a magnitude das ações subversivas em curso.

4. O apoio da imprensa

Os mais influentes jornais e emissoras de rádio e televisão deram, desde o início, seu apoio às campanhas em defesa da democracia. Essas empresas, além de acolher o material preparado pelas organizações empenhadas na defesa do regime, tinham suas próprias campanhas editorais. Destacaram-se, nesse mister, a então poderosa rede de jornais, revistas, rádio e televisão, ou seja, "Diários Associados", "O Estado de S. Paulo", "Jornal da Tarde" e Rádio Eldorado, do Grupo Mesquita. Ainda em São Paulo, participavam, normalmente, das campanhas as TVs Record e Paulista e o "Correio Paulistano". De grande importância era a participação do jornal "Notícias Populares", de propriedade do Deputado Herbert Levy, diário militante com grande penetração nas classes trabalhadoras. No Rio de Janeiro, exerciam influência semelhante "A Tribuna da Imprensa", então um jornal antipopulista, e "A Noite". Também ali participavam os grandes jornais, como "O Globo" e o "Jornal do Brasil". No Rio Grande do Sul, estavam integrados nesse mesmo objetivo os jornais e emissoras da empresa Caldas Júnior, o mais importante complexo do setor de mídia do sul do País.

Além das empresas, muitos jornalistas influentes se envolveram nas campanhas. Destes, destacavam-se Paulo Malta, que escrevia no influente "Diário de Pernambuco", e Pedro Dantas, pseudônimo de Prudente de Morais Neto, em sua respeitada coluna política. Além dos jornalistas, pode-se citar o trabalho desenvolvido na imprensa pelo embaixador José Sette Câmara, pelo também embaixador e poeta Augusto Frederico Schmidt, pela romancista e cronista Rachel de Queirós e pela escritora Nélida Piñon.

Seria exaustiva a citação de todos os escritores, jornalistas, artistas e especialistas em comunicação social que participaram dessa empreitada. No entanto, é fácil deduzir quão importante foi essa atuação no preparo da opinião pública. Não se pode deixar de salientar a constituição da denominada Rede da Democracia. Essa rede reunia mais de setecentas estações de rádio, cujas transmissões iam ao ar na mesma hora em que Brizola transmitia sua arenga revolucionária por uma cadeia de emissoras liderada pela Rádio Mayrink Veiga, quando a luta ideológica se apresentava mais acirrada.

5. Amplia-se a reação

Em todos os segmentos onde o proselitismo esquerdista atuava houve reação. No meio sindical, eram realizados cursos para trabalhadores, dirigidos pelo Movimento Democrático Brasileiro (MDB), organismo patrocinado por empresas privadas de São Paulo. O IBAD era outra entidade que atuava nesse meio, promovendo os denominados Eventos Interestaduais de Sindicalismo Democrático e editando a revista "Repórter Sindical", com a finalidade de unificar a ação organizada dos democratas em antecipação à atuação do infiltrado CGT.

O Movimento Sindical Democrático (MSD) era outra entidade que buscava defender os princípios democráticos na área sindical. Antepondo-se aos organismos sindicais controlados pelos comunistas, chegou a ter influência na Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio (CNTC).

Foram inúmeras as entidades que surgiram para antepor-se à ação comunista nos sindicatos e entre os operários. A Federação de Círculos Trabalhadores Cristãos, de grande influência, chegou a estabelecer-se em 17 estados e a criar uma confederação nacional. Igual significado tinha o trabalho desenvolvido pelas federações de círculos operários, que ofereciam assistência jurídica, médica, dentária e hospitalar, bem como cooperativas habitacionais e de concessão de crédito. Ministravam cursos variados, por meio das Escolas de Líderes Operários, que funcionavam em mais de uma dezena de capitais.

Essas atividades também se estenderam ao campo. No Nordeste, em especial, o serviço de orientação rural de Pernambuco, criado por padres, treinava líderes camponeses, incentivava a formação de cooperativas, oferecia cursos de alfabetização e auxiliava na criação de sindicatos de trabalhadores rurais com orientação cristã. Também o IBAD aí procurava contrapor-se ao método de alfabetização de Paulo Freire e ao movimento de Educação de Base, oferecendo cursos de alfabetização. Atuava ainda nessa área a Fraterna Amizade Urbana e Rural e muitas outras entidades que buscavam orientar e esclarecer o trabalhador rural, alvo de violenta e maciça doutrinação esquerdista.

A área educacional era onde as esquerdas haviam obtido seu maior êxito e, valendo-se de estudantes e clérigos progressistas, procuravam levar sua doutrinação às massas populares. Várias organizações estavam envolvidas nesse processo: a Ação Popular (AP), que era uma ramificação da JUC; setores radicais da Igreja, por meio do Movimento de Educação de Base (MEB); a União Nacional dos Estudantes (UNE), por meio de seu Centro Popular de Cultura; bem como o próprio MEC e as Secretarias de Educação dos Estados, por intermédio da Comissão de Cultura Popular. Essas entidades, além de se empenharem em programas de alfabetização, trabalhavam no sentido de concretizar uma das metas da UNE, que, dominada pela AP, se empenhara em realizar a aliança política de trabalhadores, estudantes e camponeses, como

pressuposto da revolução. O elo de ligação dessa intensa massa revolucionária eram as reformas de base, tendo como bandeira a reforma agrária.

Surgiram, então, entidades democráticas para atuar em oposição à UNE no movimento estudantil. Uma das mais importantes dessas entidades foi o Grupo de Atuação Política (GAP), que atuava no Rio de Janeiro, em Minas Gerais e em São Paulo. O objetivo do GAP era levar a palavra ao movimento estudantil, com os argumentos da juventude não comprometida com a UNE, buscando formar uma corrente de oposição consciente dos rumos comunizantes a que o País estaria sendo conduzido. Seu presidente, em depoimento ao historiador Hélio Silva, declarou que: *"O movimento não tinha nenhum vínculo com políticos. A tese, desde praticamente o início, era a da solução de um movimento que antecedesse o preparo pelas esquerdas (...)"*. Vários outros grupos atuavam nessa área, com objetivos semelhantes, editando jornais, onde defendiam suas teses, e buscando empolgar a direção das entidades estudantis. Tiveram o apoio material de diversas organizações que, à época, defendiam as instituições e o regime. Uma das mais importantes contribuições dessas entidades foi a publicação, com o apoio do IPES, do livro "UNE - instrumento de subversão", no qual sua autora, a estudante Sônia Seganfredo, expunha a infiltração comunista no meio universitário.

Apesar dos esforços feitos, essa foi uma das áreas onde a reação mais se radicalizou, mas onde os êxitos foram atenuados pelo elevado grau de doutrinação que dominava o meio. Essas inúmeras entidades atestaram, porém, que a juventude não esteve omissa nos anos agitados que precederam o dia 31 de março de 1964.

6. As mulheres envolvem-se decididamente

Desde 1954, existia, em São Paulo, o Movimento de Arregimentação Feminina (MAF). Inicialmente criado a fim de protestar contra o alto custo de vida e a falta de instrução cívica nas escolas públicas, o MAF, com o perigo da comunização do País, lançou-se a um trabalho de mobilização e conscientização em favor dos ideais democráticos.

Em 1962, começaram a surgir entidades semelhantes em diversos Estados. Algumas delas iriam ter uma participação muito importante na mobilização da consciência democrática nacional. O Marechal Cordeiro de Farias, em entrevista a Lourenço Dantas Mota, diria: *"Sou dos que defendem a tese de que a Revolução foi feita pelas mulheres brasileiras, principalmente as de Minas e São Paulo. Todas as pessoas que não estiveram, como eu estive, nesse setor, poderão achar a minha afirmação fora de propósito (...). Acho que nunca ouvi tantos desaforos na minha vida como os que me foram ditos pelas mulheres de São Paulo, na antevéspera da Revolução. Elas me diziam então o seguinte; 'Mas o que os senhores querem mais que façamos para que tenham a coragem de ir para as ruas?' (...)"*[67] .

Nesse ano, foi inaugurada, em São Paulo, a União Cívica Feminina (UCF), que visava à defesa do regime democrático e a despertar a consciência cívica das mulheres. Apesar de possuir um número de membros menor do que o NAF, a UCF contava com uma rede de núcleos em diversas cidades e atuava, basicamente, através de palestras, conferências e cursos. Ainda em 1962, no Rio de Janeiro, surgiu a Campanha da Mulher pela Democracia (CAMDE).

A CAMDE concentrava seus esforços sobre as donas de casa e esposas de líderes sindicais, de funcionários públicos e de militares. Produzia literatura própria, especialmente orientada no sentido das preocupações femininas. Mais de duzentos mil exemplares, só de um trabalho, descrevendo o que as mulheres podiam fazer, foram distribuídos, pela CAMDE, às suas associadas. A cada uma das associadas, a CAMDE incumbiu de tirar cinco cópias e de mandá-las a possíveis candidatas a sócias.

As mulheres insistiam em ação. Faziam comícios de protesto público; passavam horas ao telefone fazendo suas pregações; enviavam posição determinada em defesa da democracia; pressionavam empresas comerciais que faziam propaganda em veículos comunistas; apareciam em comícios para discutir com esquerdistas; e distribuíam milhões de circulares e livretos preparados pelas organizações democráticas.

Realmente, trabalhando às claras e sem medo, as mulheres foram as principais responsáveis pela mobilização popular, devendo a elas ser atribuído o mérito maior do País ter sustado, sem sangue, essa tentativa de tomada do poder.

7. A evolução da posição dos militares

Apesar da conjuntura interna, em 1963, mais de oitenta por cento dos militares continuavam com sua postura legalista. Dos restantes, aproximadamente a metade fazia parte do dispositivo janguista ou concordava com suas posições, e os demais eram ativistas da Revolução. Destes últimos, alguns, em especial os da reserva, haviam começado a atuar desde a posse de Jango, ligando-se, orientando e participando das organizações civis mencionadas neste capítulo. Outros, deixados sem função, começaram a conspirar nesse ano, como era o caso do então General de Exército Cordeiro de Faria. Como o movimento não engrenava no setor militar, onde o episódio da posse, em 1961, ainda era um obstáculo

---

[67] Entrevista publicada em "História Vivida", vol. I, da coletânea Documentos Abertos, coordenado por Lourenço Dantas Mota e editado pelo "O Estado de S. Paulo", 1981.

decisivo, os militares passaram a disseminar suas ideias entre os civis. Seus contatos mais importantes seriam com os governadores.

Em setembro, com o levante dos sargentos em Brasília, começou a haver uma mudança de posicionamento nas Forças Armadas. Pelo menos parte dos quadros começou a questionar-se sobre os acontecimentos.

No dia 4 de outubro, houve a tentativa frustrada da prisão do Governador da Guanabara e da decretação do Estado de Sítio. Os oficiais que se negaram a cumprir a ordem de prisão do Governador foram punidos. Sob o estímulo emocional dessas prisões, criou-se um grupo conspiratório. Liderado pelo então Coronel João Baptista de Figueiredo, esse grupo congregava a maioria dos oficiais da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército e recebera a adesão dos oficiais da Escola Superior de Guerra. Graças à confiança que esse grupo depositava no General Castello Branco, decidiram seus membros confiar suas apreensões ao Chefe do Estado-Maior do Exército. Aceito o contato reservado, o General Castello Branco integrou-se, de forma efetiva, ao esquema revolucionário. Então, viriam oficiais generais a ele ligados, como Mamede, Malan, Ernesto Geisel e Golbery. Este último havia algum tempo era ligado ao IPES.

Esse grupo, que passaria a ter um importante papel no movimento revolucionário, elaborou um plano defensivo que visava a proteger as instituições e as próprias Forças Armadas contra a tentativa de tomada do poder pelas esquerdas. O plano baseava-se nas seguintes premissas: resistir e estimular a resistência civil; dar ânimo aos políticos a se oporem às proposições esquerdizantes; e preparar a própria resistência militar. Essa conspiração de cúpula não afetaria, ainda, a disposição da grande maioria dos militares, que se mantinha fiel à Constituição.

Quando se tomou conhecimento da estrutura e da dinâmica do comício programado para o dia 13 de março, no Rio de Janeiro, que, segundo o plano conhecido, desencadearia o processo de tomada do poder, a conspiração tomou caráter ofensivo. Os contatos com os Grandes Comandos foram retomados com vistas a essa nova postura.

O Chefe do Estado-Maior do Exército e o Comandante do II Exército já haviam apelado várias vezes ao Ministro para que não empenhasse o prestígio da Força no esquema janguista. No dia 13, porém, protegidos por tropas do Exército, estavam no palanque todas as facções do movimento revolucionário esquerdista. Do senhor Leonel Brizola ao representante do CGT; do governador Arraes ao presidente da UNE; prestigiados pela presença dos Ministros Militares. A partir desse momento, os conspiradores sabiam que o desfecho estava próximo.

Nesse comício, o Presidente atacou a Constituição, tachando-a de arcaica e obsoleta, enfraquecendo a posição daqueles que a defendiam como intocável. Enquanto o Presidente anunciava ter reduzido a termos a solicitação das reformas, o senhor Leonel Brizola preconizava o fechamento do Congresso.

O Comício do dia 13 resultou numa mudança no posicionamento da imprensa. Os editoriais passaram a exigir diretamente que os militares assumissem a responsabilidade de resolver a crise. Começaram a surgir apelos ao papel constitucional dos militares para garantir os três poderes e não apenas o Executivo. Os editoriais pediam que os militares não apoiassem as ameaças e as ordens partidas do Governo. O "Diário de Noticiais", por exemplo, em editorial, publicou: *"É inegável que existem forças subversivas visando claramente uma tentativa de derrubar o regime e as instituições vigentes (...). Estas forças parecem ter cooptado o próprio Presidente e colocaram-se pela primeira vez à frente do processo subversivo de oposição à lei, ao regime e à Constituição. Se a autoridade suprema do Executivo se opõe à Constituição, condena o regime e se recusa a obedecer às leis, ele automaticamente perde o direito de ser obedecido (...)".*

O Ministro da Justiça de Jango escreveria, mais tarde, referindo-se ao episódio: *"O comício criou a expectativa de uma crise, de um golpe, rebeliões, tumultos, motins, ou subversão da ordem geral do país (...)"* [68].

Apesar dessa situação, apesar de insistentes apelos de Brizola para o aprestamento dos grupos dos onze, apesar de facções contrárias a Goulart, dentro das Forças Armadas, começarem a ser ouvidas quando expressavam a necessidade de preparar-se para um contragolpe, a maioria militar não estava ainda convencida da necessidade dela mesma participar da revolução.

No dia 19 de março, dia de São José, padroeiro da Família, as mulheres de São Paulo realizaram um protesto de rua contra o comício da Central do Brasil. Realizaram-se três reuniões preparatórias, às quais aderiram muitas entidades femininas e civis. Os cálculos mais otimistas previam o comparecimento de 130 mil pessoas, para suplantar, uma semana depois, a mobilização esquerdista da sexta-feira, dia 13.

No dia 19, atendendo a um apelo dos promotores desse ato, os cinemas não funcionaram, o comércio e a indústria suspenderam suas atividades às 15 horas. Às 16 horas, começava a primeira "Marcha da Família com Deus pela Liberdade". Bandeiras brasileiras e paulistas apareceram em profusão. Papéis picados eram atirados dos edifícios. Havia muita gente! Durante uma hora, os manifestantes passaram marchando ombro a ombro, numa massa compacta que tomava toda a rua.

Veteranos jornalistas informaram que nunca viram tão formidável concentração humana. Com certa timidez, a massa é estimada em 500 mil pessoas, outros estimam em 600 mil. Mas, incluídas as ruas de acesso, é legítimo estimar-se em 800 mil.[69]

---

[68] Jurema, A.: "Sexta-feira 13". Pág. 144 e 145.

[69] Duarte, E.: "32 mais 32 igual a 64" – "Os idos de março e a queda de abril", José Álvaro, Editor, RJ, 1964, pág. 132 e 133.

O desenvolvimento da crise atingia tal amplitude e era tanta a inquietação nas Forças Armadas que o General Castello Branco decidiu orientar os quadros em instrução reservada de 20 de março, que se constituiu numa resposta ao comício do dia 13 e viria a exercer forte impacto sobre os militares legalistas. Mas a ameaça do uso da força, implícita no apelo de Goulart, para instaurar a crise fora do sistema político, geraria outras reações. Muitos grupos civis começaram a armar-se. A arena passara da área política para a da violência.

A "Marcha da Família com Deus pela Liberdade" foi outro impacto para os militares legalistas, e outras marchas começaram a ser realizadas com igual êxito em diversas capitais brasileiras. Tão ou mais importante que os fatos citados, a etapa decisiva para esses militares seria o motim dos marinheiros e seu desfecho. Suas repercussões foram profundas, a tal ponto que abalaram as convicções não apenas dos militares legalistas, mas até mesmo daqueles que até a véspera lutariam ao lado do Presidente e suas reformas. A autopreservação institucional, por meio do controle da disciplina, era uma questão que estava acima dos grupos. A sanção da indisciplina e da desordem por Goulart reverteu posições. A revolução já poderia ser desencadeada sem que houvesse o risco da divisão interna nas Forças Armadas.

8. A vitória da democracia

Quando, no dia 30 de março, uma segunda-feira, o senhor João Goulart se dirigiu ao Automóvel Clube do Rio de Janeiro para falar a uma assembleia de sargentos, o desencadeamento da Revolução já estava decidido. Recebida no domingo a decisão do Comandante do II Exército, que até a última hora insistira com o Presidente para que depurasse o seu governo dos comunistas, o dispositivo revolucionário estava pronto. O início do movimento foi marcado para a noite de 2 para 3 de abril, após a realização de uma concentração popular prevista para o Rio de Janeiro naquela quinta-feira.

Por razões diversas, porém, o movimento revolucionário foi antecipado em Minas Gerais. Na madrugada de dia 31 de março, as tropas ali sediadas começaram a marchar em direção ao Rio de Janeiro. No encontro dessas forças com as tropas do I Exército, que se deslocaram para barrá-las, não houve o primeiro tiro. Depois dos instantes dramáticos iniciais, o confronto esgotou-se em diálogos de persuasão e em gestos de confraternização. Episódio semelhante ocorreria no ponto de encontro das tropas dos I e II Exércitos, no eixo Rio-São Paulo.

Pelo meio da tarde de quarta-feira, tudo estava terminado. Ruíra o dispositivo militar do Presidente, ninguém moveu ou esboçou resistência em defesa de Goulart, ou de suas reformas.

Na tarde do dia 2 de abril de 1964, mais de um milhão de pessoas lotavam as ruas e praças centrais do Rio de Janeiro. Irmanada, a população – estudantes, operários, senhores idosos, crianças, pessoas de todas as profissões, de todas as categorias sociais e de todos os credos – reunia-se na maior manifestação popular que o Brasil jamais vira. Chuvas de papéis picados, jogados dos edifícios, atapetavam de branco as ruas. Faixas repudiavam o comunismo. Em cima dos carros, pessoas carregavam flores. Rejubilando-se pela vitória da democracia, os jornais do dia saudaram a retomada da democracia. As rádios e canais da televisão cobriam a manifestação, transmitindo, para todo o País, os discursos inflamados.

Era a "Marcha da Família com Deus pela Liberdade", um movimento de cunho nacional em defesa do regime e da Constituição, o qual já se realizara, com êxito, em São Paulo, em Belo Horizonte, em Santos e em Porto Alegre. Programada com antecedência, no Rio de Janeiro, a Marcha transformara-se, de protesto contra o caos do governo anterior, em júbilo pela vitória da democracia.

9. O pronunciamento dos políticos

Depois de meses de tensão e de luta, os políticos brasileiros, particularmente aqueles que se haviam empenhado na defesa da democracia, liderados pela maioria dos governadores, entre os quais se destacavam os da Guanabara, de Minas Gerais e de São Paulo, podiam respirar aliviados, convictos do acerto das decisões tomadas.

Carlos Lacerda, com a veemência que lhe era peculiar, falava aos cariocas: *"O sr. João Goulart acobertou, patrocinou, estimulou toda essa gente, jogando marinheiro contra soldado, farda contra farda, classe contra classe, brasileiro contra brasileiro. Assim não era possível que Marinha, Aeronáutica e Exército suportassem mais tamanha impostura e tamanha carga de traição. Deus é bom. Deus teve pena do povo".*

O Governador de Minas Gerais, Magalhães Pinto, afirmava: *"O movimento restaurador da legalidade que Minas tomou a iniciativa e a responsabilidade de desencadear, com o apoio de todos os brasileiros, em breve estará concluído com a formação de um governo em condições de promover a paz, o desenvolvimento nacional e a justiça social".*

Em São Paulo, o Governador Adhemar de Barros era mais contundente: *"Voltamos ao poder para pacificar. Não quero nada. Apenas a democracia autêntica, sem receber ordens de Moscou. Goulart bolchevizou a família brasileira. Mandou mais de 11 mil estudantes paulistas fazerem cursos comunistas na Rússia. Agora, vou mandar os comunistas falarem em liberdade em Moscou".*

O Senador e ex-presidente Juscelino Kubitschek, que compunha, com os po1íticos antes citados, o quadro dos pretensos candidatos à Presidência da República, assim se expressou: *"É com o pensamento voltado para Deus, grato à*

sua proteção ao Brasil e ao povo, que saúdo a nossa gente pela restauração da paz, com disciplina e com a hierarquia restaurada nas Forças Armadas. A paz não exclui, todavia, a vigilância democrática. O perigo comunista não estava, como se viu, no comportamento do povo e dos trabalhadores, ordeiros e democratas. O perigo comunista estava na infiltração em comandos administrativos".

Aeroporto dos Guararapes - atentado

O corpo do ... Nelson Fernandes é retirado do aeroporto. Condecorado com a Medalha Naval do Mérito (duas estrêlas), sua morte chocou os meios militares.

Anunciando a Revolução a 31 de março de 1964 em cadeia de rádio e TV

PARTE 3

A terceira tentativa de tomada do poder

Capítulo I

1964

"A fatalidade das revoluções é que sem
os exaltados não é possível fazê-las
e com eles é impossível governar."
Joaquim Nabuco

1. O ideário da Revolução de Março

A Revolução de 31 de março de 1964 foi fruto de excepcional reação da sociedade brasileira à corrupção, à subversão, à estagnação econômica, à espiral inflacionária e à insegurança política e social. Cristalizou-se na manutenção do regime democrático.

Em torno dessa aspiração, aglutinaram-se forças as mais heterogêneas, reunindo pessoas e entidades de tendências políticas até antagônicas. Deste ponto de vista, o movimento democrático de 1964 foi uma simples contrarrevolução, que quebrou a trajetória da tomada do poder pelos comunistas.

O despertar da sociedade brasileira e o desejo de preservar a democracia – para ela representando sua filosofia de vida – induziram a adesão das Forças Armadas e possibilitaram sua interferência no processo subversivo em curso. Mas foi a força psicológica, ao mesmo tempo objetiva, dessa aspiração generalizada, que fez desmoronar o sistema político-militar de Goulart e permitiu que o processo de tomada do poder fosse interrompido sem derramamento de sangue, sem patíbulos e sem "paredones".

As forças vitoriosas, porém, estavam perplexas ante o rápido desfecho. Não tinham preparo ideológico e nenhum plano político definido. Entretanto, os objetivos traçados pelo General Castello Branco, enviados no final de março aos chefes militares, dos quais buscava apoio para o movimento revolucionário em gestação, conjugados com os contidos nos pronunciamentos à Nação feitos no curto período de atuação do Alto-Comando Revolucionário, eram pontos básicos sobre os quais havia uma concordância quase unânime e sintetizavam o ideário da Revolução.

Segundo essas ideias, a restauração da legalidade seria concretizada:

pelo restabelecimento da composição federativa da Nação;

pela ação contra a subversão que ameaçava a democracia, através do desmantelamento dos planos comunistas de tomada de poder;

pelo reforço das instituições democráticas ameaçadas, onde se incluía a defesa da instituição militar solapada ao longo dos últimos anos;

pela luta contra a corrupção, punindo os que se haviam enriquecido ilegalmente;

pelo restabelecimento da ordem e da tranquilidade da Nação;

pelo advento de reformas legais, que garantissem o desenvolvimento do País e proporcionassem melhores condições de vida para o povo.

Desse ideário, pode-se concluir que o movimento revolucionário não desejava, como em episódios anteriores, tornar-se, apenas, uma intervenção movida por meras injunções de política partidária e interesses de grupos. Tratava-se, na verdade, do atendimento de uma clara opção ideológica do povo brasileiro pela democracia, o que iria nortear as decisões tomadas daí em diante.

2. O Ato Institucional nº 1

Na madrugada de 2 de abril de 1964, o Presidente do Congresso Nacional declarava vaga a Presidência da República e convidava para assumi-la, imediatamente, o Presidente da Câmara dos Deputados, Ranieri Mazzili. Ao seguir-se o rito constitucional, restava a eleição, pelo Congresso Nacional, do Presidente e do Vice-Presidente da República, dentro de trinta dias.

Com a ausência de princípios doutrinários rígidos e bem definidos para orientar os caminhos da Revolução, e ultrapassado o medo da implantação de uma república sindical, ou popular, começaram a vir à tona interesses contraditórios, reunidos e abafados sob o objetivo maior do movimento revolucionário. A perplexidade dos primeiros dias deu margem a uma série de manobras políticas de grupos e de partidos que buscavam fazer o pêndulo do poder oscilar para o lado de seus interesses.

O Comando Revolucionário desejava que o Congresso começasse por sua própria depuração, e que votasse uma legislação antissubversiva de emergência, a fim de facilitar a restauração da ordem legal, após a necessária "limpeza da área". Em vez disso, o Congresso procedeu como se 1964 não fosse diferente das crises anteriores. Tentou viabilizar um ato de emergência próprio. Esse procedimento provocou a pronta reação do Comando Revolucionário, que praticou seu primeiro ato realmente revolucionário, outorgando o Ato Institucional nº 1.

Por esse ato, o Congresso passava a ser uma projeção do processo revolucionário e não a sua origem. Em seu preâmbulo, ficavam claras sua justificação e as intenções do Alto-Comando. Era uma resposta à crise de autoridade política que se evidenciara no País desde o início da década de 1950 e se agravara com o súbito vácuo de poder. O Ato Institucional abria o caminho para a Revolução que se ressentia da falta de um programa e de uma doutrina.

Anunciado na tarde de 9 de abril, assim era dirigido à Nação, em seu preâmbulo:

"(...) O Ato Institucional que é hoje editado pelos Comandantes em Chefe do Exército, da Marinha e da Aeronáutica, em nome da revolução que se tornou vitoriosa com o apoio da Nação em sua quase totalidade, se destina a assegurar, ao novo governo a ser instituído, os meios indispensáveis à obra de reconstrução econômica, financeira, política e moral do Brasil (...). A revolução vitoriosa necessita de se institucionalizar (...)".

"Os processos constitucionais não funcionaram para destituir o Governo (...). Destituído pela revolução, só a esta cabe ditar as normas e os processos de constituição do novo governo e atribuir-lhe os poderes ou instrumentos jurídicos que lhe assegurem o exercício do Poder no exclusivo interesse do País".

"Para demonstrar que não pretendemos radicalizar o processo revolucionário, decidimos manter a Constituição de 1946, limitando-nos a modificá-la, apenas, na parte relativa aos poderes do Presidente da República (...) para reduzir ainda mais os plenos poderes de que se acha investida a revolução vitoriosa, resolvemos, igualmente, manter o Congresso Nacional, com as reservas relativas aos seus poderes constantes do presente Ato Institucional".

"Fica, assim, bem claro que a revolução não procura legitimar-se através do Congresso. Este é que recebe deste Ato Institucional, resultante do exercício do Poder Constituinte inerente a todas as revoluções, a sua legitimação".

O Ato Institucional outorgava à Revolução poderes para a rápida transformação do País, mantendo o Legislativo, o Judiciário e a própria Constituição. Dava, ao Presidente da República, o poder de introduzir emendas constitucionais; abreviava o processo de elaboração dos atos legislativos; dava, ao Executivo, competência exclusiva em legislação financeira; suspendia, por seis meses, as garantias de vitaliciedade e estabilidade, permitindo, mediante investigação sumária, a demissão, a disponibilidade ou a aposentadoria dos que houvessem "tentado contra a segurança do País, o regime democrático e a probidade administrativa"; excluída a apreciação judicial, autorizava, também, nos seis meses seguintes, a suspensão de direitos políticos pelo prazo de dez anos e a cassação de mandatos legislativos. Finalmente, o Ato institucionalizava o mecanismo de transferência do Poder Executivo, através do Colégio Eleitoral, encarregado de escolher indiretamente o Presidente da República.

Investida no exercício do Poder Constituinte, por algum tempo, a Revolução traçava os seus próprios limites.

3. A eleição de Castello Branco

O General Humberto de Alencar Castello Branco foi eleito, com a quase unanimidade dos sufrágios, obtendo 361 dos 388 votos que compunham o Colégio Eleitoral, e empossado em 15 de abril de 1964.

Na noite de 1º de abril, os principais governadores que haviam apoiado a Revolução reuniram-se no Rio de Janeiro, representando todos os partidos, com exceção do PTB, e acordaram que o Chefe do Governo Revolucionário deveria ser um militar. Como escreveria mais tarde o Governador Carlos Lacerda, *"a fim de garantir a unidade das Forças Armadas, impedir uma eventual usurpação e evitar uma competição entre os políticos numa hora delicada para o País"* [70].

A Federação e o Centro das Indústrias do Estado de São Paulo enviaram telegrama ao Senado, solicitando a eleição de um chefe militar[71].

A Sociedade Rural Brasileira publicou um manifesto, exigindo um militar para presidente e pedindo expurgos políticos. A União Cívica Feminina também fez publicar seu manifesto, no qual exortava a consolidação da Revolução pela eliminação da corrupção e do comunismo e endossava a escolha de Castello Branco porque era "um general sem ligações

---

[70] Lacerda, C.: "Análise de uma Provocação", Tribuna da Imprensa, de 26 de agosto de 1967.

[71] "O Estado de S. Paulo", de 5 de abril de 1964.

políticas". No mesmo tom, "O Estado de S. Paulo" publicou um editorial onde defendia a escolha de um presidente militar, para varrer os comunistas, e dizia que o País precisava de um homem "sem ligações políticas"[72].

Castello assumia o poder com o apoio civil, demonstrando "o estado de apreensão e a perda de confiança de muitos representantes das classes assalariadas e dos grupos empresariais, bem como de políticos de direita e de centro", num presidente civil, embora mais tarde a maioria retirasse seu apoio ao governo[73].

Castello Branco era um líder militar que, como Chefe do Estado-Maior do Exército e pela autoridade reconhecida, se tornara o líder do movimento de 1964. Todavia, era desconhecido para o País. Poucos haviam ouvido, antes, o seu nome, embora não tivesse passado despercebido à acuidade política de Tancredo Neves, que, em novembro de 1963, dissera a um grupo de políticos:

"Se houver alguma complicação maior neste País, o nome que vai surgir como estrela de primeira grandeza não é o de nenhum desses generais que andam dando entrevistas. Quem vai aparecer é o Chefe do Estado-Maior do Exército, General Castello Branco[74].

Voltado para a profissão e dotado de profundo sentimento legalista, para Castello Branco, a revolução "visava a repor a Nação na ordem jurídica consentânea com as aspirações e realidades, estabelecer a ordem pública, dignificar o comportamento ético na administração do País e superar as diversidades socioeconômicas regionais, a fim de que o Brasil amadurecesse como Nação integrada e desenvolvida". Como diz Luiz Vianna Filho, Castello estava "convicto de que afastado Goulart e eliminados da vida pública alguns elementos perturbadores, governaria com tranquilidade, mantida toda a ordem jurídica".

Os problemas que lhe esperavam, porém, eram enormes. A primeira condição, para a estabilidade e para a retomada do desenvolvimento, consistia em repor a ordem no País.

Mas caber-lhe-ia, também, estabelecer uma estratégia para o desenvolvimento e assegurar o apoio político à estratégia adotada.

A par desses inúmeros problemas, caberia, ao Presidente recém-eleito, encontrar o ponto de equilíbrio entre as diferentes correntes revolucionárias.

4. Os desencontros iniciais

Muitas foram as correntes de pensamento que se aglutinaram em torno do ideal revolucionário; tantas foram as que emergiram da Revolução, pretensamente vitoriosas, desejosas de imprimir-lhe rumos consentâneos com suas ideias. À medida que a Revolução se desenvolvia, e sua estratégia ia sendo traçada, ela passava a desgostar indivíduos e grupos que, na não coincidência de rumos com suas próprias concepções e interesses, viam descaminhos revolucionários.

Era a consequência natural da ausência de objetivos políticos definidos. Antes da Revolução, essa discussão não fora aprofundada, porque poderia tornar impossível a coligação que a tornou vitoriosa. Depois, apresentava o risco de provocar cisões irremediáveis nas forças revolucionárias e mesmo precipitar "um contramovimento executado pelas forças janguistas"[75].

O preconceito legalista, que dominou a elaboração do Ato Institucional nº1, não agradou aos militares mais jovens que haviam conspirado com os civis em todo o curso do movimento revolucionário. A redação do AI denotava o receio do Alto-Comando Revolucionário de que a Revolução se confundisse com um golpe, razão pela qual desejava realizar um mínimo de alterações na ordem constitucional, preservando as instituições e buscando formas insólitas de realizar a Revolução, tanto quanto possível, dentro das regras políticas democráticas. Esse exagero conduziu ao paradoxo de eleger-se um presidente revolucionário para um governo constitucional. A preocupação em manter as aparências redundaria no erro de atribuir-lhe, apenas, o período restante do mandato presidencial, que logo se mostraria exíguo e desproporcional aos objetivos que se pretendia alcançar nesse período.

Havia grupos, como expressaria Prudente de Morais Neto, que consideravam que, com a vitória da Revolução, sendo Castello seu chefe, seu comandante, "deveria assumir o Governo, não por meio de eleições, mas, pela força dos fatos, como comandante de uma força revolucionária vitoriosa, e, em seguida, cumprir um programa revolucionário".

---

[72] "Editorial de "O Estado de S. Paulo", de 5 de abril de 1964.

[73] Alfred, S.: "Os militares na Política", Ed. Artenova, pág. 153.

[74] Vianna Filho, I.: "O Governo Castello Branco", Liv. José Olímpio Editora, 1975, Vol. I.

[75] Alfred. S., obra citada, pág. 157: Ao deixar o Brasil, a 2 de abril de 1964, Goulart declarou que retornaria ao poder dentro de um mês, porque os generais iriam brigar entre si; preocupados com um contramovimento se estivessem divididos, os generais organizaram uma reunião, onde concordaram em que a unidade era o fator mais importante e por este motivo eles todos apoiariam um nome para "Presidente".

Para essa corrente, o Congresso e o Supremo Tribunal Federal deveriam ter sido fechados e reformados, na medida do necessário, e os partidos políticos dissolvidos.

Enfim, deveriam ter sido tomadas todas aquelas providência que as revoluções costumam realizar quando vitoriosas, durante um curto prazo, até exaurir-se o poder constituinte que toda revolução traz em si[76] [77].

Essas divergências, aos poucos, foram delineando duas linhas distintas nas hostes revolucionárias: a dos ortodoxos, que estimulava uma ação mais drástica do Governo, e que ficou conhecida como "linha dura"; e outra, a dos "liberais ou constitucionalistas", até generosa num contexto revolucionário.

Embora ideias discordantes façam parte da história de todas as revoluções, "estas representavam, na realidade, uma primeira fissura na área revolucionária, que iria influir nos caminhos da Revolução.

5. A estratégia de desenvolvimento

A economia brasileira, desde o término da Segunda Guerra Mundial, oscilara entre períodos de desenvolvimento e tentativas de estabilização. Desde a exaustão das divisas, em 1947, o País afundara cada vez mais em débitos externos. O crescente endividamento externo, decorrente da necessidade de recursos para a industrialização era, porém, um risco político para os governos que se sucederam.

A crise agravou-se entre 1957 e 1961, quando a expansão da economia e a construção de Brasília, em curto prazo, foram financiadas com a transferência de encargos para o futuro. Tornou-se crítica quando o governo de Jânio Quadros tentou aplicar medidas ortodoxas de estabilização.

O governo populista de Jango não se dispôs a enfrentar o problema, que exigia medidas amargas e impopulares. Era muito mais cômodo culpar os credores e auferir vantagens políticas fomentando o sentimento nacionalista. A ênfase nacionalista já fora a tônica dos governos em toda a década de 1950.

Tendo atingido o limite de tolerância de seus credores, o Brasil não conseguira encontrar uma nova maneira de financiar o seu desenvolvimento e mergulhava na estagnação.

Os problemas fundamentais que se apresentavam ao governo revolucionário eram, pois, racionalizar a economia e, posteriormente, promover o desenvolvimento.

Terminada a primeira reunião ministerial, o programa do governo revolucionário estava traçado em suas grandes linhas.

Um rigoroso programa anti-inflacionário seria posto em prática. Foi previsto um plano habitacional, que poderia absorver parte da mão de obra liberada pela recessão industrial. Foi estabelecido um plano para a reabilitação do setor privado, inclusive para os investimentos na agricultura. Modificações cambiais deveriam permitir aproveitar a capacidade ociosa da indústria e diversificar as exportações. A atração de capitais de risco para suprir a deficiente poupança interna foi aprovada. A estratégia comportava, ainda, uma série de medidas visando a fortalecer e a melhorar a eficiência da máquina administrativa, com um elenco de reformas que estavam listadas numa primeira prioridade: reforma fiscal de emergência, reforma habitacional, reforma bancária, reforma agrária e reforma administrativa.

6. A prorrogação do mandato presidencial

Na fase inicial e repressiva da Revolução, Castello já dera provas de sua habilidade como mediador. Apesar de compreender que todo processo revolucionário pressupunha medidas de natureza repressiva transformadas em atos políticos, desejava reduzi-las ao mínimo, sempre com rigorosa apuração de responsabilidades. Não queria que a Revolução fosse utilizada como instrumento de vinganças, de perseguições, e zelou, pessoalmente, por isso. Como repisaria em sua derradeira mensagem ao Congresso relativa à suspensão dos direitos políticos, "em muito poucos processas revolucionários agiu-se com a justeza e a moderação do movimento de Março de 1964".

Entendendo que a Revolução deveria institucionalizar-se na Constituição, no Ato Constitucional e nas leis, Castello Branco procurou estabelecer uma base política que oferecesse sustentação ao seu plano de governo. Inopinadamente, porém, tudo ruiu com a cassação de Juscelino e a retirada do apoio de seus correligionários ao bloco parlamentar do Governo, que congregava mais de 250 parlamentares.

Já havia, por parte dos revolucionários, um consenso em torno da exiguidade do mandato presidencial. O programa de estabilização econômica exigia mais do que o ano e meio que lhe restava do período anterior, e não teria logrado seus

---

[76] Prudente de Morais Neto, jornalista de renome que exerceu considerável influência como cronista político, com o pseudônimo de Pedro Dantas, fazia parte dos que pensavam desse modo. Seu pensamento está expresso na entrevista "As distorções de 64 começaram com Castello" – publicada no Vol. I da coleção "A História Vivida" – editada pelo "O Estado de S. Paulo".

[77] Na verdade, poucos eram os que se davam conta de quão revolucionário era esse ato constitucional e que implicações teriam, na prática, o expurgo de militares e civis e a cassação política – providência inédita –, nos destinos da Revolução e do País.

objetivos na época da eleição presidencial. A quebra da base parlamentar acentuou o problema, dificultando a aprovação de medidas indispensáveis a seu curso normal.

O "Jornal do Brasil", de 20 de maio de 1964, assim afirmava em seu editorial:

"Não queiramos perder a Revolução pela incapacidade de consolidá-la. A matéria-prima dessa consolidação chama-se tempo... se quisermos ser suficientemente realistas e sensatos, transferindo o pleito para 3 de outubro de 1966, obteremos muito mais do que a coincidência de mandatos".

As maiores resistências à prorrogação, entretanto, partiam do próprio Presidente da República e de alguns setores das hostes revolucionárias, como Carlos Lacerda, que via, no adiamento das eleições e no critério de maioria absoluta, proposto pelo Governo, ameaças às suas pretensões pessoais à Presidência.

Ante a relutância de Castello, o "Jornal do Brasil" voltou a comentar:

"Por isso nunca entendemos a atitude do presidente Castello Branco, que, no fundo, mistura o seu dever de chefe de uma revolução com os seus escrúpulos de cidadão, colocando-se contra a prorrogação ou coincidência de mandatos".

No final de julho, o Congresso aprovou a emenda constitucional que prorrogava o mandato até 15 de março de 1967, marcando, ao mesmo tempo, a eleição presidencial para novembro de 1966.

Essa medida, decorrente de uma subemenda montada no Congresso à emenda que previa a maioria absoluta para a eleição do Presidente da República, foi aprovada com o voto de todos os partidos. A subemenda traduzia indisfarçável aspiração das correntes revolucionárias que a tinham como indispensável para a consolidação do movimento revolucionário.

Castello, praticamente, foi obrigado a conformar-se. Quem não o fez, porém, foi o Governador Carlos Lacerda, que, se julgando prejudicado, abriu campanha contra o Governo revolucionário. Surgia, dessa forma, uma primeira oposição definida e atuante nas próprias hostes revolucionárias. Receptivos a essa pregação estariam setores que sofreram restrições impostas pela necessidade de contenção da anarquia e da desordem, nas relações sociais e na economia.

7. O restabelecimento da ordem

Os sindicatos e as universidades haviam sido os alvos prediletos da difusão das ideias comunistas.

A prisão da cúpula comunista, que manipulava as Confederações e o CGT, e a intervenção nos sindicatos que atuavam de forma irregular (15%) desarticularam o movimento sindical, embora os operários permanecessem afastados da Revolução.

Na área educacional, porém, as dificuldades foram maiores. Submetidos, havia anos, à intensa propaganda marxista, os estudantes radicais, já apoiados pelo nascente "clero progressista", tornaram-se o único polo de oposição consistente, após a Revolução. Doutrinados pelo PCB, PC do B, PORT, AP e POLOP, já possuíam uma visão de esquerda, e os mais politizados estavam a favor da luta armada. O próprio Vladimir Palmeira que, dentro de poucos anos, viria a ser um dos maiores líderes estudantis no Rio de Janeiro, testemunhou:

"Apesar disso, alguns de nós, mais por empirismo do que por outra coisa, não acreditávamos, já então, em soluções pacíficas para a problemática nacional. No momento do golpe, tínhamos uma visão que não podemos considerar revolucionária, mas compreendíamos que de nada adiantavam as meias- medidas contra a reação, e que a violência era uma necessidade imperiosa contra os militares golpistas"[78].

Com tal mentalidade radical, explica-se a dificuldade que a Revolução de Março encontrou para pacificar o meio educacional.

Foram vãs as tentativas de obter a ordem através da influência pessoal dos reitores e dos professores. Sequer as medidas positivas tomadas de imediato, como o censo escolar – cujos resultados alarmantes deram origem ao salário-educação –, os empréstimos externos, necessários à provisão de recursos para a educação, e o Estatuto do Magistério, serviram para acalmar o Movimento Estudantil (ME).

O novo Ministro da Educação e Cultura, Flávio Suplicy de Lacerda, homem íntegro e pouco flexível, acreditava que os estudantes deveriam ater-se, apenas, à política estudantil, mesmo assim, sem a orientação dos comunistas.

A UNE, dominada havia três anos pela AP, foi praticamente desarticulada. Alguns de seus diretores, inclusive, fugiram para o exterior, como Aldo Arantes, ativo militante da AP, que havia sido presidente da UNE na gestão de 1961 e de 1962.

---

[78] Caso, A.: "A Esquerda Armada no Brasil", Moraes Editores, Lisboa/Portugal, 1976, testemunho de Vladimir Palmeira, pág. 21.

Em 4 de julho de 1964, através de mensagem enviada ao Congresso, o Governo solicitava a extinção da UNE e das entidades estaduais e municipais, criando, em seu lugar, os diretórios eleitos pelo voto obrigatório da totalidade dos estudantes.

Três semanas depois, em 24 e 25 de julho, o Conselho Nacional de Estudantes, composto pelas entidades de nível nacional, reuniu-se extraordinariamente no Calabouço, no Rio de Janeiro, e elegeu uma junta governativa para a UNE, integrada por quatro membros.

No final de outubro, o Congresso aprovou a extinção da UNE. Alguns dias depois, a Faculdade Nacional de Direito, da Universidade do Brasil, entrava com greve de protesto.

Em 27 de novembro, a lei nº 4.464, pejorativamente conhecida como "Lei Suplicy", regulava a organização dos novos diretórios estudantis, buscando democratizar as entidades, tirando-as do domínio fechado de uma cúpula e evitando as eleições por conchavos.

8. O PCB: uma linha radical

A Revolução de Março de 1964 apanhou o PCB de surpresa, pois contava com o propalado "esquema militar" de Jango.

Entretanto, a onda de prisões só atingiu alguns de seus líderes mais notórios, pois as forças policiais ainda não possuíam um serviço de informações bem estruturado. Frequentemente, confundiam socialistas com comunistas e não sabiam a que organizações realmente pertenciam.

Um exemplo típico foi o da prisão de Carlos Marighella, num cinema da Praça Saens Peña, no Rio de Janeiro. Logo depois, foi solto, pelo desconhecimento de sua real importância no Partido.

Em 12 de abril, a apreensão das famosas "cadernetas de Prestes" serviu para desvelar, um pouco, a estrutura do PCB, pois, contendo centenas de nomes de militantes, de simpatizantes, de aliados e de colaboradores, demonstrou a extensão das ligações do Partido, particularmente as políticas. Em maio, o PCB iniciou a primeira tentativa de rearticulação de sua estrutura, realizando reuniões parciais do Comitê Central em São Paulo e na Guanabara. Essas reuniões, entretanto, serviram mais para marcar o aparecimento de uma luta interna, definida pelos choques entre radicais e moderados.

Em julho, uma reunião da Comissão Executiva (CEx) demarcou os dois campos: analisando a derrota de Jango, criticou a possibilidade de alcançar as reformas por meios pacíficos e pregou a necessidade de preparar as massas para, revolucionariamente, resistir ao "golpe". Era a visão dos radicais da Comissão Executiva – Mário Alves, Marighella, Jacob Gorender, Jover Telles e Apolônio de Carvalho –, que preparava, sob uma linha radical, a próxima reunião do Comitê Central, que seria realizada em maio de 1965.

9. O PC do B: uma linha revolucionária

Com dois anos de existência, o PC do B não foi atingido pela Revolução de Março, permanecendo incólume com a sua pequena estrutura clandestina.

Em junho, uma reunião do seu comitê central estabeleceu a tática revolucionária do Partido, centrada no deslocamento do trabalho para o campo e no início da preparação da guerra popular.

De linha Stálinista-maoísta, o PC do B usava uma linguagem grosseira e agressiva, buscava explorar a crise pela qual passava o PCB e recrutar militantes de suas fileiras.

"Em agosto, a Comissão Executiva do PC do B aprovou o documento "O golpe de 1964 e seus Ensinamentos", no qual analisa a Revolução de Março, tachando-a de "quartelada" conduzida por um grupelho de generais retrógrados, aproveitadores e fascistas". Ataca decisivamente o "imperialismo norte-americano" e conclui que "os problemas fundamentais do País não serão resolvidos pela via pacífica".

Alguns meses mais tarde, concretizando o aliciamento dos radicais do PCB, iniciou o processo de integração do Comitê Regional Marítimo da Guanabara, liderado por Luiz Guilhardini e José Maria Cavalcanti.

10. A POLOP e a "Guerrilha de Copacabana"

A POLOP, segundo a própria opinião das esquerdas, chegou a antever a eclosão da Revolução de Março, tornando-se, em 1964, um forte atrativo para os comunistas decepcionados com o PCB.

Já em abril, reunindo militantes intelectuais que haviam passado à clandestinidade e núcleos de marinheiros e fuzileiros navais impregnados pelo marxismo, a POLOP procurou traçar as primeiras normas para a organização de um foco guerrilheiro[79].

Os intelectuais, como a maioria, eram da zona sul do Rio de Janeiro, o episódio ficou conhecido como a "Guerrilha de Copacabana", desarticulada, em seu nascedouro, pela ação dos órgãos policiais.

O desbaratamento da "Guerrilha de Copacabana" levantou o questionamento, pelas esquerdas, de como deveria estruturar-se e funcionar uma organização que propugnava a derrubada violenta do regime, e, também, críticas sobre o comportamento, durante os interrogatórios, dos elementos presos.

Entretanto, a publicidade dada ao episódio aumentou o prestígio da POLOP em relação às esquerdas, por apresentá-la como uma organização que adotava o enfrentamento armado como forma de luta, atraindo os radicais.

11. Brizola e a "Operação Pintassilgo"

Após a Revolução de Março, a maioria dos subversivos e inconformados políticos foi para o Uruguai. A proximidade do Rio Grande do Sul, visualizado como o principal foco de resistência, oferecia condições seguras para que fizessem uma avaliação da situação e realizassem o planejamento das maquinações revanchistas. A fronteira seca favorecia o contato permanente entre os asilados e aqueles que, atingidos por atos revolucionários, não se sentiam ameaçados a ponto de abandonarem o País.

Ainda em abril de 1964, Leonel Brizola, do Uruguai, espalhou, com a estultícia que lhe era peculiar, que, até dezembro, estaria de volta ao Brasil, na "crista de um movimento insurrecional".

Entretanto, refletindo a crise das esquerdas, os asilados dividiram-se em três grupos: um sindical, um militar e um terceiro, liderado por Brizola.

A tentativa de formar uma frente esbarrou no jogo de interesses e na inconciliável luta que envolvia a vaidade pessoal dos líderes. No entanto, a "cadeia da lealdade", frustrada tentativa de Brizola para conter o Movimento de Março, dava-lhe uma ascendência natural sobre os outros dois grupos.

Foi montada, então, no Uruguai, a "Operação Pintassilgo", que deveria ser desencadeada no aproveitamento da crise de Goiás, em pleno desenvolvimento[80]. Atacariam diversos quartéis; tomariam a Base Aérea de Canoas, no Rio Grande do Sul; e os aviões da FAB seriam utilizados para o bombardeamento do Palácio Piratini.

Em 26 de novembro de 1964, a prisão, em Porto Alegre, do capitão-aviador cassado Alfredo Ribeiro Daudt abortou a operação, e todos os seus planos caíram em poder da polícia. Diversos elementos da Aeronáutica foram envolvidos, aliciados pelo tenente-coronel reformado Américo Batista Moreno e pelo ex-sargento Santana.

Mais tarde, no ano de 1982, em entrevista concedida na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, o ex-coronel Jefferson Cardin de Alencar Osório acusou Brizola de ter sido o responsável pela "Operação Pintassilgo". Do Uruguai, no conforto de suas estâncias, Brizola enviava os ingênuos para as ações que ele próprio não se propunha a executar.

12. O PORT e suas ligações com o movimento rural do Nordeste e com Brizola

Em 1964, dois eram os setores prioritários do PORT: o meio militar, onde possuía células entre os sargentos; e o campo, onde procurava sublevar os camponeses em torno da luta pela reforma agrária.

Nos dias carnavalescos de 9, 10 e 11 de fevereiro de 1964, em Eldorado, no interior paulista, o PORT realizou o seu I Congresso Nacional, com a presença de quarenta delegados de São Paulo, da Guanabara, do Rio de Janeiro, do Rio Grande do Sul, de Minas Gerais, de Pernambuco e da Paraíba, além de representantes estrangeiros, inclusive o seu líder máximo em nível internacional, "J. Posadas".

Foram eleitos o Comitê Central e o Bureau Político, este, constituído por cinco membros efetivos, inclusive Gabriel Labat, um uruguaio membro do Secretariado Internacional de Posadas, e três membros suplentes[81].

A decisão mais importante do Congresso foi a de aprovar o apoio a Brizola, visto como o único líder que poderia congregar as massas populares contra o "golpe militar", em torno de um movimento nacionalista.

---

[79] Do planejamento da "guerrilha", participaram Ruy Mauro de Araújo Marani, Luiz Alberto Muniz Bandeira, Arnaldo de Assis Murthé, Dirceu de Assis Murthé, Guido de Souza Rocha, Cláudio Galeno de Magalhães Linhares, Antonio Duarte Dos Santos, José Mendes de Sá Roriz e José Medeiros Oliveira.

[80] Em novembro, desenrolava-se a crise envolvendo Mauro Borges, Governador de Goiás, acusado, desde os primeiros meses após a Revolução, de um processo de comunização no estado, com a participação de estrangeiros e militares cassados.

[81] Compunham, ainda, o Bureau Político: Sidney Fix Marques dos Santos; Sumida Tomochi; Túlio Vigevani; Carlos Viana Montarroyos; e os membros suplentes Cláudio Antonio Vasconcellos Cavalcanti; Magda Labat, esposa de Gabriel Labat; e Maria Hermínia Brandão Tavares de Almeida.

Ao final do Congresso, demonstrando confiança no movimento, Posadas declarou: *"Se cumprirmos todas as resoluções deste Congresso, o próximo será feito no Palácio da Alvorada".*

Pouco mais de um mês depois, a Revolução de Março colocava o PORT na clandestinidade, desarticulando o trabalho junto aos camponeses. Nessa época, cinco membros do Bureau Político estavam no Uruguai, participando do Congresso Mundial da Linha Posadista[82].

Datado de 17 de agosto de 1964, o documento "Resolução da Secretaria Internacional da Quarta Internacional", assinado por Posadas, analisa a situação brasileira, concluindo que o movimento nacionalista de Brizola era a única opção da resistência popular, e que o PORT deveria apoiar as guerrilhas no campo, por meio da constituição dos "grupos dos cinco", em substituição aos "grupos dos onze".

Nesse mesmo mês, o Pleno Ampliado Nacional, realizado em São Paulo, resolveu incrementar a luta guerrilheira e enviar Cláudio Antonio Vasconcellos Cavalcanti ao Uruguai, para realizar um pacto com Brizola.

Ainda em agosto, o Comitê Regional Nordeste do PORT lançou o jornal clandestino "Revolução Socialista", que pregava a violência revolucionária para derrubar o Governo. Ainda no Nordeste, outros jornalecos do PORT, como "Resistência" e "Terra e Socialismo", prosseguiam no mesmo tom, seguindo o que era preconizado pela publicação de nível nacional, o "Frente Operária".

Datado de 6 de outubro de 1964, um panfleto, assinado pelo PORT e pelo Movimento Nacionalista Revolucionário, pregava a guerrilha rural e conclamava o povo do Nordeste a apoiar Antonio Joaquim de Medeiros, conhecido como "Chapéu de Couro", líder camponês e militante do Partido[83].

A partir de 28 de outubro, a prisão de diversos militantes do PORT, em Pernambuco, desmantelava a sua estrutura no Nordeste e acalmava, temporariamente, os ânimos no meio rural.

13. As primeiras denúncias de torturas

Em setembro de 1964, iniciaram-se, em uníssona orquestração, as primeiras denúncias sobre maus tratos físicos e morais que estariam sendo infligidos aos presos políticos. Alguns jornais, como o "Correio da Manhã", por intermédio de Márcio Moreira Alves, e o "Última Hora", chegaram a indicar locais, onde ocorreriam as pretensas torturas. Citaram a Base Aérea de Cumbica; o Hospital Central do Exército; órgãos policiais de Recife; a prisão da Ilha de Fernando de Noronha; o navio-presídio "Raul Soares", fundeado no porto de Santos; e o quartel da Polícia do Exército, no Rio de Janeiro, que abrigava os presos envolvidos no "caso dos chineses".

Considerando intoleráveis as práticas denunciadas, o Presidente Castello Branco, em nota oficial lida na Câmara dos Deputados, designou o seu próprio chefe da Casa Militar, o General Ernesto Geisel, para "buscar minuciosas informações para a adoção de providências imediatas e assegurar a vigência de todas as franquias constitucionais".

Durante uma semana, Geisel viajou a Recife, Fernando de Noronha, Salvador, Rio de Janeiro e São Paulo. Nas visitas aos presos, fez-se acompanhar de juristas, de políticos – inclusive da oposição –, de jornalistas, de representantes da OAB e da ABI, além de outros interessados.

Em Recife, nomeou-se uma comissão composta pelo desembargador Adauto Maia, presidente do Tribunal de Justiça, pelo advogado Carlos Moreira, presidente da Ordem dos Advogados, pelo jornalista Reinaldo Câmara, presidente da Associação de Imprensa, por Guerra Barreto, procurador do Estado, e por Felipe Coelho, presidente da Assembleia Legislativa.

No Rio de Janeiro, os chineses receberam as visitas do embaixador da Indonésia e de uma comissão da Cruz Vermelha, ocasião em que foi atestado que recebiam bom tratamento e gozavam de ótima saúde[84].

Em São Paulo, altas personalidades locais, entre as quais o presidente da Assembleia Legislativa, o presidente da Seção da Ordem dos Advogados, representantes da imprensa e autoridades eclesiásticas, ouviram os presos da Base Aérea de Cumbica.

As investigações, nos próprios locais denunciados, conduziram à conclusão da inexistência de torturas.

Na Câmara de Recife, o deputado Andrade Lima, do PTB, testemunhou pela isenção da comissão nomeada para apurar os fatos. O jornalista Edmundo Morais, do "Diário de Pernambuco", reportou a sua visita a Fernando de Noronha:

"As autoridades, na ilha-prisão, deixaram-nos à vontade para ver, ouvir, filmar e fotografar durante mais de uma hora. Nós e os presos. Sem ninguém por perto. Os torturados – um ex-governador de Pernambuco (que os acompanhou

---

[82] Em junho, dois membros do Comitê Central do PORT, Sumida Tomochi e Thomás Maak, foram presos em São Paulo e libertados alguns meses depois.

[83] Mais tarde, em 1966, essa denominação, Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR), seria utilizada por Brizola.

[84] Após a Revolução, foram presos nove agentes chineses, sete dos quais se apresentaram como membros de uma "missão comercial" desconhecida, e dois, como correspondentes da Agência de Notícias Nova China. Com eles, foram apreendidos planos pormenorizados de assassinatos e grande quantidade de moeda estrangeira. Estes chineses, mais tarde, foram expulsos do País.

de volta ao continente, sentados lado a lado e a palestrar todo o tempo), um ex-governador de Sergipe e outros que seriam um grupo de 15, se a lembrança não nos mente – disseram como viviam: banho de sol, banho de mar, exercícios ao ar livre, rancho na cantina dos oficiais, nenhum vexame de ordem física ou moral. A sofrer, como era óbvio, o constrangimento da prisão apenas, a prisão insular".

Entretanto, essas comprovações não impediram o constante surgimento de novas denúncias, partidas de esquerdistas no País e no exterior.

14. Pega ladrão!

O episódio narrado no item anterior está ligado a um dos processos mais utilizados na guerra revolucionária – a propaganda político-ideológica –, mas que, com a candura que nos é peculiar, nos recusamos a aceitar, pelo menos como um conjunto de ações deliberadamente montadas. Ao longo deste livro, teremos a oportunidade de ir revelando seus objetivos e técnicas. No momento, entretanto, em vez de expormos teoricamente o problema, preferimos narrar outro episódio acontecido tempos atrás no País. Neste caso, os propósitos e técnicas empregados ficam claros. Nele, evidencia-se a clássica manobra dos totalitários, que acusam de reacionários exatamente aqueles que eles percebem que têm medo de parecerem reacionários, ou melhor, utilizam a clássica saída do ladrão que grita: "Pega ladrão!".

Tobias Warchavski, um jovem estudante de 17 anos, aluno da Escola Nacional de Belas Artes, alegre e comunicativo, tivera seu corpo encontrado, em outubro de 1934, em adiantado estado de decomposição, no morro dos Macacos, na floresta da Gávea, no Rio de Janeiro. A cabeça estava separada do corpo, despojado de todos os documentos e outros pertences que permitissem identificá-lo; o local ermo escolhido para o delito... Tudo indicava a ocorrência de um crime calculado e tecnicamente executado.

Recolhido o corpo ao Instituto Médico Legal, só em 19 de novembro sua família o encontrou. Tobias saíra de casa e residia com Walter Fernandes da Silva, sob os nomes supostos de Carlos Ferreira e Euclides Santos, respectivamente, e Walter nada comunicara à família do companheiro sobre o desaparecimento. Ambos eram comunistas. Walter, retraído e calculista; Tobias, bonachão e afoito, inclusive na propaganda da sua ideologia. Tobias foi reconhecido por sua mãe, Joana Warchavski, e seus irmãos, com o auxílio do cirurgião-dentista que o examinava. As precauções dos criminosos tornaram difícil, senão impossível, com os recursos da época, a elucidação do macabro assassínio.

De repente, como se tudo fosse espontâneo, em razão da revolta que o crime despertara na população carioca, surge uma campanha, lançada em grande estilo, imputando ao Governo e à Polícia a culpa pelo crime. Quase imediatamente, pronuncia-se a Comissão Jurídica Internacional (CJI), de maneira rumorosa, em Paris[85].

Dando seguimento à campanha, no Brasil, foi fundada a Comissão Jurídica de Inquérito Popular, constituída, na sua quase totalidade, por juristas, jornalistas e intelectuais marxistas, impulsionados por Benigno Fernandes e Erneida da Costa, ambos militantes ativíssimos do Partido. Logo em seguida, a comissão transformou-se na Associação Jurídica Brasileira, filiando-se à CJI.

Panfletos foram editados e reuniões foram promovidas, tratando do assunto, principalmente em sindicatos e faculdades. A tônica desses "atos humanitários" era sempre imputar responsabilidade ao Governo e à Polícia e exigir suas providências. Na ocasião, o Partido Comunista – Seção Brasileira da Internacional Comunista – dispunha de vários jornais. Além de vários semanários, fazia circular diariamente o "Jornal do Povo" e "A Manhã", que se tornou órgão da Aliança Nacional Libertadora. Outros jornais – como "A Pátria" e "O Homem Livre" – eram "simpatizantes" e empenhavam-se a fundo na tarefa comum de acusar a Polícia pela morte de Warchavski, no que eram seguidos, de forma mais moderada, pelos demais órgãos de imprensa.

Além disso, a cidade do Rio de Janeiro foi inundada por cartazes e volantes clamando por justiça, algo assim como "enquanto não houver justiça, não haverá paz".

Na Câmara dos Deputados, Álvaro Ventura, representante comunista, pronunciava discursos inflamados em que pedia a "elucidação do crime nefando", para ele, cometido pela Polícia contra o "jovem Tobias, de destacada atuação na Juventude Comunista e no Comitê Estudantil de Luta contra a Guerra"[86].

Não faltou, no caso, sequer a contribuição dos humoristas. O bolchevista Aporelly criou o termo "tobianisar" – significando dar o mesmo destino dado a Tobias Warchavski –, que muita gente, de boa fé, começou a empregar, na convicção de que, de fato, o pobre estudante tinha sido morto pela Polícia.

Só a derrocada comunista, em 1935, permitiu que a verdade surgisse clara e insofismável. Às inúmeras provas circunstanciais somaram-se as confissões dos componentes do Tribunal Vermelho, constituído por Honório de Freitas

---

[85] A CJI é um órgão de fachada, fundada pela III Internacional, com sede em Paris.

[86] A Juventude Comunista foi criada pelo PCR em 19/08/1927, para atuar no Movimento Estudantil. Filiou-se à Internacional de Juventude Comunista (URSS) em 1928. Desestruturou-se em 1935 e reorganizou-se em 1946. Desarticulada em 1964, está-se reestruturando desde 1984, para levar a atuação do Partido a todo o segmento juvenil.

Guimarães, Pascácio Rio de Souza, Vicente Santos e Guilherme Macário Yolles (agente enviado do exterior para trabalhar junto ao Partido).

O Tribunal Vermelho, reunido em sessão de 17 de outubro 1934, decidiu que Tobias era traidor e responsável pela prisão de Adelino Deycola dos Santos, efetuada no dia 14 daquele mês. Yolles, que viera com a incumbência, entre outras, de impor a todos os membros do Partido uma férrea disciplina, propôs a "eliminação" de Tobias, aprovada por unanimidade.

O jovem que o Tribunal Vermelho condenara como traidor era agora herói, astuciosamente elevado às honras de mártir da liberdade. Yolles, que impusera essa morte por disciplina, como exemplo, mesmo sem ter elementos cabais que pudessem condenar o jovem Tobias, de fato falaz e expansivo, jactava-se agora, perante seus pares, de sua manobra de guerra "psicopolítica". Anos mais tarde, do depoimento de "Miranda", secretário-geral do Partido à época do crime, consta que, por ocasião de uma reunião do Bureau Político, composto de onze pessoas, Yolles, membro da direção, disse ao declarante: *"o Camarada Secretário vai estranhar bastante uma revelação que lhe vamos fazer para provar os êxitos das campanhas do Partido, despistando sua responsabilidade no assassínio de Tobias, atribuindo á Polícia, assim eliminando o provocador e desmoralizando o aparelho de repressão".*

Lavrada a sentença, a 17 de outubro, e, de imediato, definidos os executores – Vicente Santos, Adolfo Barbosa Bastos e Walter Fernandes –, este último, companheiro de quarto e amigo de Tobias, foi encarregado de atraí-lo ao local do assassinato. Chegando ao lugar escolhido, uma trilha íngreme, aberta por caçadores, em direção à vista chinesa, os fanáticos bolchevistas disseram ao jovem o motivo verdadeiro daquela tétrica reunião. O jovem deixou-se tomar pelo pânico. Falando com dificuldade, nervoso, quase não conseguia articular-se. Protestou, porém, e insistiu na sua completa inocência. Implorou, suplicou e, num gesto extremo, ante a inflexibilidade de seus verdugos, caiu de joelhos e pediu clemência. Jovem, ainda com 17 anos, alegre e bonachão, Tobias queria viver. Não resistindo, Walter Fernandes, que de todos era o mais constrangido, interveio e tentou salvar a vida do amigo com quem convivera fraternalmente. Os outros permaneceram inflexíveis, e Adolfo Barbosa detonou seu revólver. Tobias caiu fulminado. Seguiram-se, então, as providências para tornar, senão impossível, difícil a sua identificação.

Walter Fernandes, com sua atitude em favor do amigo, tornara-se o ponto fraco da trama assassina. O Tribunal Vermelho decidiu que ele deveria afastar-se do Rio de Janeiro por uns tempos. Foi para Recife, e, alguns dias após a sua chegada à capital pernambucana, na Praia do Pina, Walter Fernandes apareceu morto.

15. Influências marxistas na Igreja

Em março de 1964, em Petrópolis, no Rio de Janeiro, um grupo de teólogos se reuniu para refletir sobre os problemas da população latino-americana. Levado pelo afã das coisas novas, o grupo pretendia criar uma teologia que centralizasse todo o pensamento teológico no homem. Na ocasião, estava, também, acentuado, de modo especial, o caráter libertador do cristianismo, o que levou a concentrar todo o pensamento dessa nova "teologia antropocêntrica" na questão da libertação. Esse pensamento, marcado por influências marxistas, viria a servir de arcabouço para uma teologia chamada de "libertação", que, tolerando muitas correntes neomodernistas – que pretendem reduzir o estudo teológico à sociologia, ou à política –, em pouco tempo, assumiria o caráter de uma ideologia política e profana.

Esse grupo de teólogos, entre os quais se destacavam Joseph Pierre Comblin e Gustavo Gutiérrez, voltaria a se reunir em 1965 e em 1966. Iria influir, com suas concepções marxistas, na II Assembleia Geral do Conselho Episcopal Latino-Americano, realizada em Medellín, na Colômbia, no ano de 1968.

Em quase todos os trabalhos em que a influência marxista se faz presente, há um aspecto comum: a pretensão de identificar o "socialismo" com o "Reino de Deus na Terra". Essa associação de ideias surgiu logo após a Primeira Guerra Mundial, apresentada por Karl Barth, teólogo protestante de grande influência e um dos primeiros que começaram a construir pontes entre o cristianismo e o marxismo. Barth defendia esse elo, baseado em sua tese de que ambos teriam a mesma finalidade: a construção de uma nova sociedade. Barth, que era membro de um partido socialista-marxista, pretendeu, com sua tese, aproximar estas duas visões do futuro feliz na Terra.

As diferentes correntes de "marxistização" da teologia provêm exatamente da teologia de Karl Barth. Elas empenham-se em convencer os cristãos de que eles e os marxistas buscam a mesma coisa: construir uma sociedade fundada na igualdade, na justiça e na fraternidade. A questão seria apenas de semântica. O que os cristãos chamam de "Reino de Deus na Terra", os comunistas chamariam de "sociedade socialista"[87]. Se ambos têm o mesmo objetivo, devem trabalhar juntos para alcançá-lo. Ademais, procuram convencer os cristãos de um dos seus dogmas: que o único caminho que leva a esse fim é a revolução marxista-leninista. Donde se conclui que os cristãos devem comprometer-se com essa revolução.

A influência marxista na teologia não se restringe à ideia do "Reino de Deus na Terra". Começa, na verdade, com o "saduceísmo do século XX", isto é, com o revigoramento da ideia dominante na seita judia dos saduceus, que não

---

[87] Na realidade, a sociedade defendida por Barth aproximava-se mais da sociedade comunista, já que na sociedade de sua concepção não há lugar para a instituição do Estado e nem para a Igreja. (Infiltração Marxista na Igreja, Miguel Poradowski, Hora Presente, Ed. Sepes, páginas 9 e 10).

acreditavam na ressurreição, sendo que a corrente "saduceia" moderna nega a existência da vida eterna depois da morte. Segue a corrente do "cristianismo ateu", segundo a qual o cristianismo primitivo nada tem a ver com a religião, nem com a fé, pois é somente um movimento laico revolucionário. Moisés e Jesus foram grandes líderes políticos. Jesus pretendia não só livrar o povo judeu da dependência romana, mas também livrar cada homem da opressão e exploração das estruturas capitalistas. Como estas, existem muitas outras correntes do pensamento teológico que contribuíram para a "marxistização" da teologia, tais como o cristianismo horizontal; a fé sem religião; o cristianismo sem mitologia; e o cristianismo marxista. Dessa influência, surgiram pretensas teologias, como as da revolução e da violência.

Essas concepções que traduzem, de forma simplista, a influência marxista sobre o pensamento cristão, já não eram um fenômeno marginal, e, no início da década de setenta, tornar-se-iam dominantes na América Latina. Essa influência não decorre somente de ideias, mas, sim, da infiltração de pessoas. Não se faz sentir apenas de forma teórica na teologia, mas avança na prática, com uma influência muito forte na liturgia e na pastoral. Não é de estranhar que venhamos a encontrar, ao longo dos anos sessenta e seguintes, cada vez mais pastores da "nova Igreja" apoiando organizações subversivas e até participando de atos terroristas.

16. Mil novecentos e sessenta e quatro

O ano de 1964 seria marcado pela Revolução Democrática de 31 de Março, que, como expressão da vontade nacional, barrara "a trajetória dos comunistas rumo ao poder, numa clara opção do povo brasileiro pelo regime democrático. A Revolução trazia, também, em seu bojo, a determinação de realizar transformações profundas no Brasil, capazes de tirá-lo da posição marginal que vinha ocupando na história, enquanto Nação, para torná-lo – ao contrário do que parecia ser o destino dos países periféricos – um país viável.

No entanto, o consenso de crise difere substancialmente do consenso necessário às tarefas de governo, de modo que, já no dia da vitória, começaram as divergências quanto aos seus objetivos, prioridades, formas e modos de alcançá-los. O próprio restabelecimento da ordem e da tranquilidade nacionais, que era uma aspiração generalizada à qual se entregaria, nesse ano, o governo revolucionário, imporia a adoção de medidas que sacrificavam, na essência, o que era um dos objetivos prioritários da Revolução – a manutenção e o aperfeiçoamento do regime democrático.

O governo revolucionário traçou, porém, sua estratégia para equacionar os problemas fundamentais do País, onde se destacava a necessidade de racionalizar a economia, desestruturada por anos de governos populistas e demagógicos. Estabeleceu o seu plano de governo, incluindo nele importantes reformas estruturais e emergenciais. Procurou estabelecer uma base política que lhe sustentasse.

Na sua opção de restabelecimento da ordem, efetuou inúmeras prisões que abalariam principalmente a estrutura de duas organizações que vinham atuando abertamente e com alguma desenvoltura: a Política Operária (POLOP) e o Partido Operário Revolucionário Trotskista (PORT). Tais medidas não atingiriam com a mesma profundidade o PCB, que agia de modo mais discreto. No entanto, o impacto da Revolução acirraria as divergências internas desse partido, no qual, uma facção, pelo menos, já não concordava com a linha política adotada desde o V Congresso, realizado em setembro de 1960. O PC do B, com a sua incipiente estrutura, não foi, praticamente, afetado. Reanalisou a conjuntura e reafirmou sua opção pela luta armada, o que iria facilitar seu trabalho de aliciamento das facções radicais do PCB.

Mas seria Leonel de Moura Brizola, que vinha realizando, desde a sua fuga para o Uruguai, gestões e entendimentos para tornar-se o líder máximo da contrarrevolução no exterior, que planejaria uma primeira operação, no entanto, abortada na origem. O fracasso dessa tentativa não abateria, porém, seu ânimo e o de seus companheiros de viagem.

O mesmo se pode dizer quanto à primeira campanha movida contra o Governo com relação à tortura. As averiguações demonstraram que as acusações não procediam. Tão importante quanto isso era o fato de que o Governo não compactuava com essa prática cuja pecha lhe tentaram impor. Sabedores, porém, de que o Governo não tinha condições de, a cada caso, criar uma comissão de averiguação, essas denúncias prosseguiram no País e no exterior. Uma vez feitas, as denúncias geram, no mínimo, a dúvida, seja por ser notório que, quando a autoridade se dilui, há sempre a possibilidade de excessos e abusos, seja pelo fato de que a maioria das pessoas ouve as denúncias, mas poucas são as que se interessam pelas respostas.

Capítulo II

1965

1. A Revolução estreita suas bases

Os militares, com base em experiências anteriores, haviam decidido não entregar, de imediato, o poder a qualquer facção político-partidária que pudesse levar o País de volta à corrupção e à subversão. Os objetivos traçados como pré-requisitos ao retorno à normalidade democrática, para sua efetividade, pressupunham a continuidade revolucionária para além do mandato presidencial a se findar.

Foram tomadas medidas condizentes com essas metas, algumas de longo alcance, tais como a cassação dos direitos políticos pelo prazo de dez anos e o rígido programa de estabilização econômica. Pela sua própria natureza, esses objetivos exigiam prazo de maturidade, medidas amargas, e não seriam alcançados sem traumas. Foi mantida, porém, a exigência constitucional de mandatos fixos e sem reeleição. Como prova de suas intenções democráticas, o Governo prometeu cumprir o calendário eleitoral que previa eleições para governadores de onze estados, já em 1965.

Contudo, essas forças vitoriosas não atentaram para o fato de o processo político de um movimento revolucionário ser bem mais simples que o envolvido no ato de governar. O "consenso de crise" difere muito do necessário à continuidade da ação do governo. Neste, há necessidade de ser alcançado um acordo que dê apoio a um amplo e diversificado programa que abranja todos os campos e diferentes interesses. No caso de um governo ter alçado o poder no bojo de um movimento revolucionário que interrompeu um processo subversivo de tomada do poder, do qual a infiltração era a mola mestra, havia ainda a necessidade de se obter unidade de pensamento em torno do alcance e da profundidade da necessária "limpeza da área" e das punições decorrentes.

Complicando todo esse complexo processo, estava a inclinação do Presidente eleito pela normalização institucional em curto prazo, com todas as suas implicações. Castello tentaria, de todos os modos, a dificílima conciliação da Revolução com a ordem legal, ou, como expressou o jornalista Carlos Castello Branco, desenvolver uma "estratégia de beira do abismo".

O apoio recebido da população e dos políticos havia dado legitimidade à Revolução. Particularmente, importante fora o apoio dos governadores, em especial o engajamento no movimento revolucionário dos governadores de São Paulo, de Minas Gerais e do Rio de Janeiro. Eles eram candidatos a Presidência, e o motivo essencial do seu apoio fora o receio de que Goulart cortasse suas possibilidades de chegar ao Poder. O apoio estava, pois, condicionado a esse interesse e foi aí que se deu a primeira dissidência civil no dispositivo revolucionário. Ainda em 1964, por ocasião da votação da emenda constitucional, que previa a maioria absoluta nas eleições presidenciais, o Governador Carlos Lacerda, julgando-se prejudicado com a medida, como vimos, tornou-se um crítico intransigente do Governo. Magalhães Pinto iria adotar postura semelhante por ocasião da definição do processo de coincidência de mandato dos governadores. Contrário às eleições de outubro, pleiteava a prorrogação do próprio mandato, obtendo, inclusive, essa providência da Assembleia Legislativa de Minas Gerais. Com a manutenção das eleições, julgou-se atingido pela Revolução.

Do mesmo modo, grupos importantes iam tirando o seu apoio ao Governo, à medida que as metas da Revolução não coincidiam ou eram contrárias às suas próprias. Assim ocorreu com importante segmento social em relação à aprovação da Reforma Agrária, quebrando o tabu da prévia indenização da política econômico-financeira, que a todos atingia. A simetria de objetivos mostraria que essas dimensões eram inevitáveis.

De outro lado, os inquéritos instaurados para eliminar a corrupção e a subversão teriam de abrir, inevitavelmente, áreas de atrito, de que se valeria a esquerda para denúncias de sevícias em presos e para levantar as bandeiras do obscurantismo e do terror cultural, onde a subversão penetrara mais fundo, na área educacional. De qualquer forma, essas denúncias, apesar de infundadas, iriam intranquilizar e agravar estados de espírito, influindo negativamente na opinião pública, que desconhecia os problemas.

A Revolução começava a perder uma parte fundamental do apoio civil, estreitando suas bases.

2. As eleições de governadores

O ano de 1965 caracterizar-se-ia pela sucessão de crises no interior da área revolucionária. Era notório, agora, o descontentamento, também, no setor militar, com a atitude legalista do Governo, expresso pelos coronéis que chefiavam

os Inquéritos Policiais Militares (IPM), contrariados com a ação institucional do Supremo Tribunal Federal (STF). O setor militar demonstrava inconformismo pela prevalência dos mandatos judiciais sobre decisões que consideravam da alçada exclusiva da Revolução.

Essa oposição militar era a que mais preocupava o Governo, mas não era a única que se lhe fazia em nome da Revolução. Lacerda, sempre desejoso de ligar o futuro da Revolução à sua ascensão ao poder, afirmava-se como oposição no plano político, ao mesmo tempo em que estimulava o inconformismo de segmentos militares com ataques constantes ao Supremo Tribunal.

Em fins de maio, numa atitude tida como de desafio, o Manifesto de Arraes foi a primeira tentativa de revisão das supressões de direitos políticos, feita através do projeto de Nelson Carneiro, em junho. A temperatura do jogo político elevava-se.

O Governo tentaria harmonizar, mais uma vez, a necessidade de tranquilizar as áreas revolucionárias e a de assegurar a prevalência da ordem civil, por meio de legislação adequada de inelegibilidade, que permitiria o afastamento, no pleito de outubro, de candidaturas consideradas antirrevolucionárias. Mesmo aprovada a emenda constitucional das incompatibilidades, Magalhães Pinto ainda tentaria frustrar a convocação de eleições. Declarava que não tomaria nenhuma providência para realizá-las em Minas, *"onde não se dará posse a corruptos e pessoas vinculadas ao sistema deposto".*

Em julho, Lacerda fez declarações que caracterizaram o seu rompimento definitivo com o Presidente da República – dando cobertura à posição de Magalhães Pinto –, dizendo *"ter sido traído pelo Governo Revolucionário". "Tende assim a organizar-se e a partir para o plano de coordenação da ação comum à dissidência do movimento revolucionário"*, escrevia, no dia 4 desse mês, o jornalista Castello Branco.

As maiores dificuldades, porém, adviriam com as eleições de outubro e, com o resultado, a contingência irrecorrível de dar posse aos eleitos.

O regresso de Juscelino Kubitschek no dia do pleito e as manifestações que lhe foram prestadas trouxeram à crise eleitoral um fator emocional. Sobretudo, corria a informação de que Juscelino exigiria que seus correligionários advogassem de imediato pela questão da revisão das cassações dos direitos políticos.

As eleições de Francisco Negrão de Lima, para o Governo do Estado da Guanabara, e de Israel Pinheiro, para Minas Gerais, fizeram com que voltassem para a ofensiva os que não queriam esses políticos à frente desses dois importantes Estados e os que não queriam eleição alguma.

Os resultados eleitorais provocaram reações na linha dura, traduzindo descontentamento com a política do Governo e pressionando para que anulasse o resultado do pleito. A evolução da crise intranquilizava os meios políticos, mas afetava, antes de tudo, o próprio Governo, fiador das eleições.

Então, era já fato conhecido que se estudava, no Palácio do Planalto, uma nova emenda constitucional, para apaziguar os setores descontentes, a qual, entre outras medidas, preconizava a eleição indireta para Presidente.

Os resultados de 3 de outubro haviam indicado a Lacerda que seu vínculo com o situacionismo não lhe renderia dividendos, nem políticos nem eleitorais, continuava candidato à Presidência, mas passou a ser um candidato da oposição e, para caracterizar essa sua situação política, expressou o desejo de que a UDN se reunisse em Convenção e rompesse com o Governo.

3. O Ato Institucional nº2

Em 13 de outubro, o Governo propôs uma série de medidas ao Congresso. Tais medidas expressavam o que era considerado o mínimo indispensável para superar aquela crise e empossar os eleitos.

No Congresso, começaram as tentativas de composição, visando ao abrandamento das propostas do Governo. Este, todavia, alertou os líderes governamentais de que, embora não fizesse pressão, ameaças ou apelos, considerava necessária, para a preservação das instituições e a segurança da Revolução, a aprovação da emenda constitucional e do projeto de lei sobre os cassados.

No dia 20, Juscelino ameaçou romper com o PSD, caso o Partido votasse esses projetos. Houve rumores de que os deputados pertencentes à "linha dura" também votariam contra essas propostas para ampliar a crise. A crise adensou-se, e os indícios eram de que poderia progredir de maneira a tornar-se incontrolável.

No dia 26, todos os prognósticos indicavam que as proposições do Governo não seriam aprovadas, a menos que houvesse uma grande presença de parlamentares à votação, o que era pouco provável.

No dia 27, veio o Ato Institucional, que permitiria reunificar os grupos revolucionários em torno da afirmação do poder incontrastável da Revolução. Nele, estavam postas as medidas julgadas indispensáveis para assegurar a autodefesa da Revolução e sua continuidade no tempo.

Muito do que se vinha constituindo na pregação dos governadores de Minas e da Guanabara estava contido no Ato. Ambos acusavam o Governo de não querer assumir a responsabilidade da política revolucionária e afirmavam que corruptos e subversivos estavam voltando. O AI-2 continha uma resposta objetiva a essas críticas. A dissolução dos partidos, uma pregação do Governador de Minas Gerais e de outros líderes revolucionários estava contida no Ato.

O novo Ato restaurava muito dos poderes especiais que haviam expirado com AI-1, o que demonstrava que, no mínimo, o período de duração deste havia sido insuficiente. Não existiam condições para conciliar, em tão curto espaço de tempo, a Revolução com a legalidade formal. Uma revolução havia sido feita, mas muitos disto se esqueceram, em função da atitude conciliatória do Governo, passando a atuar contra ela com desenvoltura. Isso levara ao fracasso a política de contemporização conduzida pelo Governo para salvar o processo democrático.

O AI-2 era um compromisso entre a "linha dura" e os constitucionalistas. No entanto, o Governo, ao mesmo tempo em que cedia, tentava institucionalizar essas mudanças, estabelecendo limites claros. O Ato vigiria até a posse, prevista para o dia 15 de março de 1967, do novo Presidente da República.

4. O movimento estudantil inicia as manifestações

O ano de 1965 foi marcado pelo início das manifestações estudantis contra o Governo, demonstrando que o Movimento Estudantil era o único setor de massa organizado.

No dia 9 de março, por ocasião da aula inaugural da Universidade do Brasil, na Ilha do Fundão, o próprio Presidente Castello Branco foi estrepitosamente vaiado. A prisão de cinco estudantes determinou uma onda de protestos em todo o País.

Em abril, um plebiscito nacional organizado pela UNE mostrou que cerca de 90% dos universitários eram contra a Lei Suplicy.

Em julho, o XXVII Congresso Nacional da UNE, realizado clandestinamente em São Paulo, elegeu um triunvirato, para rodízio na presidência, composto por Antonio Alves Xavier, Altino Rodrigues Dantas Júnior e José Fidélis Augusto Sarno, todos militantes da AP. Ao mesmo tempo, criando as "entidades livres", o Congresso tomou a importante decisão política de que os estudantes não deveriam participar das eleições para os novos diretórios, previstas para o dia 16 de agosto, numa vitória da proposição da frente composta pela AP, pela POLOP e pelo PC do B, contra o posicionamento do PCB. Essa decisão, apesar de caracterizar uma atitude de evidente repúdio à Lei Suplicy, mostrou uma divisão na orientação do movimento estudantil.

Em Brasília, a greve de estudantes contra a intervenção na UnB determinou, em 10 de outubro, a sua invasão, por tropas da Polícia Militar. Em reação, greves de solidariedade estouraram em vários cantos do País.

Em outubro, a decretação do AI-2 provocou novas passeatas de protesto, unificando as lutas estudantis contra o Governo.

5. Cuba e o foquismo

A partir de 1965, começou a fazer-se sentir, em maior grau na esquerda brasileira, a influência da Revolução Cubana.

Vitorioso em 19 de janeiro de 1959, somente em maio de 1961, Fidel Castro proclamou Cuba como uma "república socialista". Com o velado apoio da URSS, passou a imiscuir-se nos assuntos internos dos países americanos. O apoio cubano às ligas camponesas de Francisco Julião era um típico exemplo da tentativa de exportar o seu modelo de revolução.

Em 1962, em Punta del Este, uma reunião de chanceleres excluiu Cuba da Organização dos Estados Americanos (OEA). Nos dois anos seguintes, focos de guerrilha, apoiados por Cuba, explodiram na Guatemala, na Colômbia e na Venezuela, até que, em 1964, na 9ª Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores, realizada em Washington, os países membros da OEA, à exceção do México, decidiram romper relações com Cuba e estabelecer um bloqueio econômico à ilha.

Essa medida não fora tomada em razão de Cuba ter-se tornado um país comunista, mas em função de sua interferência política cossubversiva nos países latino-americanos.

"Cuba sente-se no direito de incentivar a Revolução na América Latina", afirma Fidel Castro em seu discurso de 11 de fevereiro de 1964. No mês seguinte, seu braço direito, "Che" Guevara, proclamava que o "O caminho da libertação nacional da América Latina é o caminho da violência. Essa violência será necessária em quase todos os países da América Latina".

Os dirigentes cubanos, na realidade, desejavam exportar uma revolução baseada em seu próprio modelo, que ficou conhecido como linha foquista ou, simplesmente, foquismo.

Nos primeiros anos da década de 1960, as ideias sobre o foquismo ainda estavam dispersas nos discursos de Fidel e Guevara. No entanto, em 1963, duas obras do "Che" iniciaram a codificação do foquismo: "Passagens da Guerra Revolucionária" e "Guerra de Guerrilhas: um método".

A partir de 1965, apareceram os primeiros trabalhos de Régis Debray, um jovem filósofo francês que conheceu Cuba em 1961 e, nos quatro anos seguintes, percorreu os focos revolucionários existentes em diversos países da América Latina, aprendendo, na prática, como fazer uma revolução. Retornando a Cuba, em 1965, Debray publicou o artigo "O Castrismo: a longa marcha da América Latina", na revista "Les Temps Modernes", de janeiro. Alguns meses depois, em julho de 1965, a revista "Casa das Américas", nº31, publicou o seu ensaio "América Latina: alguns problemas de Estratégia Revolucionária".

Somente no ano seguinte, em 1966, é que Debray escreveria sua obra capital, a "Revolução na Revolução?", editada em Havana, pela "Casa das Américas", em janeiro de 1967.

A linha foquista é simples. Baseada no exemplo da revolução cubana, a guerrilha deveria iniciar-se através de um pequeno núcleo – o foco – que, escolhendo lugares favoráveis no campo, procuraria, num primeiro momento, trabalhar para conhecer o terreno e estabelecer relações com a população, buscando ganhar o seu apoio. Deve-se destacar que, no foquismo original, o terreno propício, preponderante para a luta armada, é o campo, de preferência em locais de montanhas e selvas pouco acessíveis.

Outro ponto importante do foquismo é que o aspecto militar tem prevalência sobre o aspecto político. Segundo Fidel, a revolução seria feita pelo povo e pelos revolucionários, com ou sem um partido. Como dizia Debray, em 1996, devem-se abrir "focos militares" e não focos políticos. O foco guerrilheiro, para a linha foquista, é a vanguarda do povo, que pode prescindir de uma vanguarda política, a cópia da ação revolucionária de Sierra Maestra.

Foram esses os conceitos que nortearam as organizações militaristas brasileiras que estavam por vir, sem que, entretanto, conseguissem pô-los em prática na sua essência. A revolução cubana foi o catalisador que acelerou o aparecimento da luta armada no Brasil. Como diria Debray, "Cuba deu a arrancada para a revolução armada na América Latina"[88].

6. O Pacto de Montevidéu e a Frente Popular de Libertação (FPL)

Nos últimos meses de 1964, aumentara o fluxo de comunistas brasileiros para o Uruguai, desejosos de estabelecer alianças com os grupos de asilados políticos que, dizia-se, dispunham dos "dólares de Cuba".

A primeira tentativa de unificação desses grupos concretizou-se em janeiro de 1965, com a criação do "Pacto de Montevidéu", assinado por Leonel Brizola, Max da Costa Santos, José Guimarães Neiva Moreira, Darcy Ribeiro e Paulo Schilling, além de representantes da AP (Aldo Arantes), do PCB (Hércules Correia dos Reis), do PORT (Cláudio Antonio Vasconcelos Cavalcanti) e do PC do B.

Constituindo-se em uma "frente revolucionária", definiram a insurreição como a forma de luta para a tomada do poder, a qual contaria, inclusive, com a parcela da burguesia nacional "prejudicada pelos interesses imperialistas". As massas participariam da luta através da constituição de grupos de ação – os "grupos dos cinco" –, de comitês de empresas e de comitês rurais.

Denominada de Frente Popular de Libertação (FPL), a expressão organizada do Pacto de Montevidéu afirmava que os "atos de guerra", definidos como "atos de sabotagem urbana", e "focos de guerrilha no campo", deveriam multiplicar-se por todo o território brasileiro, sem prejudicar a parcela da população não comprometida[89].

A primeira tentativa de sabotagem idealizada pela FPL ocorreu em fevereiro de 1965. Ao fazer um tratamento psiquiátrico em Montevidéu, um ex-soldado de nome Ponciano, do 13º Regimento de Cavalaria, que trabalhava com explosivos numa firma de Jaguarão, foi contatado por membros da FPL. Prometeram-lhe um milhão de cruzeiros, pela entrega, no Uruguai, de vinte caixas de dinamite, e uma gratificação extra, caso fizesse explodir um bueiro na BR-2, em Capão Reiúno, próximo a Jaguarão, interditando a estrada. Ponciano chegou a roubar 32 bananas de dinamite. Entretanto, não conseguiu entregá-las, a explosão não destruiu o bueiro, a BR-2 não foi interditada e o desequilibrado Ponciano, preso, confessou suas ligações com o grupo de asilados.

Começava, de forma melancólica, a insurreição da FPL, mas esse insucesso não diminuiria o ímpeto de Brizola.

7. Jefferson Cardin e as escaramuças das Forças Armadas de Libertação Nacional (FALN)

A incontinência verbal de Brizola deixou-o em situação embaraçosa. A afirmação de que voltaria vitorioso ao Brasil, até dezembro de 1964, ficou comprometida pelos frequentes insucessos de suas iniciativas. A fim de satisfazer a

---

[88] Debray, R.: "Revolução na Revolução?", Ed. Casa De Las, Havana, 1967, pág. 8.

[89] O Pacto previa, também, a formação de um Comando Nacional da FPL, através da evolução das estruturas de comando dos grupos de ação, dos comitês de empresas e dos rurais. Enquanto não fosse constituído o Comando Nacional, um comitê de coordenação, sediado em Montevidéu e integrado pelos signatários do Pacto, decidiria sobre a participação da FPL em manifestações de caráter político.

belicosidade de seus liderados – na maioria, ex-militares cassados das Forças Armadas e da Brigada Militar do Rio Grande do Sul –, Brizola resolveu desencadear seu "plano revolucionário".

Sob a denominação genérica de "Esquema Geral" a "revolução" brizolista iniciar-se-ia com um movimento sedicioso, no Rio Grande do Sul, que se juntaria com forças que iriam penetrar em Mato Grosso, vindas da Bolívia, sob o comando do ex-coronel da Aeronáutica Emanoel Nicoll. Para a invasão dos pampas gaúchos, dentre as várias opções, Brizola escolheu a "Operação Três Passos", de autoria do ex-sargento da brigada militar gaúcha, Albery Vieira dos Santos. Para comandá-la, foi escolhido o ex-coronel do Exército Jefferson Cardin de Alencar Osório, ex-funcionário do Loyde Brasileiro em Montevidéu. Na noite de 12 de março de 1965, na residência de Brizola, na Praça Independência, em Montevidéu, uma reunião decidiu e traçou os detalhes da operação. Um manifesto a ser divulgado pela Rádio Difusora de Três Passos, no dia 25 de março, seria a senha para a "revolução brasileira"[90].

Na noite do dia 18 de março, Jefferson, Albery e Alcindor Aires iniciaram a ação. Alugaram um táxi para levá-los de Montevidéu até Livramento, onde chegaram no dia 19. Outro táxi levou-os até Santa Maria, onde ficou Alcindor, para conseguir mais adeptos para a empreitada. Com um automóvel emprestado por um amigo de Albery, prosseguiram até Campo Novo, onde contataram o professor Valdetar Antonio Dorneles, que preparou um croqui de Três Passos, assinalando os pontos sensíveis, e comprometeu-se a conseguir mais "revolucionários" para a ação[91]. Realizaram, então, exercícios de tiro, treinaram montagem de acampamento, distribuíram as missões e chegaram a um impasse: no planejamento, não fora previsto o transporte para os combatentes. A solução foi dada por "Zebinho", pai de Valdetar, que se lembrou de um amigo do PTB, dono de um velho Ford "bigode", modelo 1929. Tiveram, entretanto, que fazer uma pequena alteração nos planos. A pequena quantidade de arregimentados – pouco mais de vinte homens – não seria suficiente para a prevista tomada do quartel de Ijuí.

Na noite de 25 de março, partiram de Campo Novo rumo a Três Passos. Neste local, chegaram na madrugada do dia 26. Sem encontrar resistência, assaltaram o posto policial da Brigada Militar, levando armamento, fardamento e munição. Ainda de madrugada, tomaram os transmissores da Rádio Difusora, e Odilon Vieira leu um "manifesto à nação", que representava a senha para o início da "revolução brasileira". No final da proclamação, alguns poucos notívagos, surpresos, tomaram conhecimento da criação das "Forças Armadas de Libertação Nacional (FALN). Ainda em Três Passos, contando com a cumplicidade do subdelegado local, Jefferson trocou o velho Ford "bigode" por um caminhão Mercedes Benz apreendido. O grupo realizou, também, um frustrado assalto à agência do Banco do Brasil. Alegando não possuir as chaves do cofre, o gerente conseguiu repor os combatentes em marcha. Em Tenente Portela e Itapiranga, assaltaram os postos policiais da Brigada Militar, aumentando o seu arsenal.

Surpreso pela ausência de notícias, Jefferson começou a pensar que seu plano fracassara. Restava-lhe, entretanto, a esperança de atingir Mato Grosso e realizar a junção com o grupo de Nicoll, que deveria estar vindo da Bolívia. Guiados por Virgílio Soares de Lima, os sediciosos atravessaram Santa Catarina e penetraram no Paraná.

Ao tomarem conhecimento das atividades de Jefferson e temendo que ele pudesse se dirigir a Foz do Iguaçu e perturbar a cerimônia de inauguração da Ponte da Amizade sobre o Rio Paraná, com a presença dos Presidentes do Brasil e do Paraguai, as autoridades determinaram o emprego de tropas da 5ª Região Militar, se necessário, com apoio do Núcleo de Divisão Aeroterrestre e aviões da Força Aérea Brasileira.

No dia 27 de março de 1965, por volta das 12 horas, na região de Santa Lúcia, município de Leônidas Marques, Jefferson pressentiu a aproximação de uma viatura com tropas do Exército. Imaginando que pudesse melhorar o já combalido moral de suas Forças Armadas de Libertação Nacional, resolveu realizar uma emboscada, dispondo seus homens em ambos os lados da estrada. Postando-se fardado de coronel e acenando para a tropa que se aproximava, Jefferson provocou uma ligeira hesitação no tenente comandante, o suficiente para o início da emboscada, com tiros na direção da viatura. Desembarcando e reagindo violentamente, a tropa do Exército provocou a fuga dos "guerrilheiros", que, embrenhando-se nas matas, só mais tarde seriam capturados, através de operações de cerco.

Infelizmente, a ação dos seguidores de Jefferson fez uma vítima fatal. O Terceiro-Sargento Carlos Argemiro Camargo, que servia na Companhia de Infantaria de Francisco Beltrão, foi alvejado várias vezes ao desembarcar da viatura, deixando viúva grávida de sete meses. Encerrava-se, tragicamente, mais uma aventura maquinada por Brizola.

Após cumprir pena, Jefferson Cardin, em entrevista concedida a Décio de Freitas, em março de 1980, na Assembleia Legislativa gaúcha, declarou que a "Operação Três Passos" previa a entrada de Brizola no Brasil, a fim de catalisar e detonar as revoltas: *"Acho que Brizola se acovardou, foi uma traição, porque em seu apartamento na Praça Independência, em Montevidéu, selamos um pacto. Ele não cumpriu este compromisso, que era o de derramar o sangue pelo povo brasileiro".*

---

[90] Nessa mesma reunião, foi analisada a necessidade de recursos para a Operação, sendo feita uma vaquinha entre os presentes: Dacy Ribeiro contribuiu com 500 dólares, o ex-prefeito de Belo Horizonte, Ivo Magalhães, com 300 mil cruzeiros, o ex-sargento Albery, com 10 mil cruzeiros e Jefferson Cardin, com 5 pesos uruguaios. O único que não contribuiu foi o próprio Brizola, alegando que ainda não havia recebido os dólares prometidos pelo governo cubano.

[91] O reforço foi conseguido. Alcindor trouxe dois elementos de Santa Maria, o ex-sargento Firmo Chaves chegou de Porto Alegre com mais alguns, dentre eles Adamastor Antonio Bonilha, e Valdetar arregimentou mais dez homens.

Em novembro de 1979, o "Coojornal" publicou uma entrevista concedida um ano antes pelo ex-sargento Albery, na qual declarou que o dinheiro para financiar a Operação – um milhão de dólares – havia sido conseguido em Cuba e levado até Brizola, por Darcy Ribeiro e Paulo Schilling. Afirmou, também, sobre Brizola, que: *"A traição dele foi ter mandado iniciar o movimento e, depois, ter-se arrependido e não colocar o plano em execução".*

Pouco tempo depois da entrevista, em fevereiro de 1979, o ex-sargento Albery era misteriosamente assassinado, em circunstâncias nunca bem explicadas, no oeste paranaense.

Após esse malogro, Brizola afastou-se da Frente Popular de Libertação e, ainda no Uruguai, conduziria mais um movimento revolucionário para o fracasso.

8. O PCB: mudança para a linha de massa

Durante o ano de 1965, o PCB deu início à sua rearticulação, com o Comitê Central e a maioria dos comitês estaduais voltando a reunir-se regularmente. Algumas poucas quedas no Comitê Central e em alguns comitês estaduais não chegaram a afetar, seriamente, a estrutura do Partido. O PCB estava sob a orientação de uma linha radical, estabelecida, desde julho do ano anterior, por uma reunião da Comissão Executiva. Em alguns comitês estaduais, inclusive, chegou a tentar determinadas ações[92].

Durante 15 dias do mês de maio, em São Paulo, reuniu-se o Comitê Central, que rejeitou a visão radical da Comissão Executiva. A Resolução Política, então aprovada, analisando a derrota do PCB frente ao Movimento de Março, afirmou que a bandeira da democracia havia sido entregue para o inimigo e a correlação de forças havia sido mal avaliada, superestimando as próprias forças. O Partido, com isso, radicalizou o processo e enveredou por "um caminho sectário e golpista".

Foi reorganizada a Comissão Executiva, composta por militantes alinhados com esse pensamento do Comitê Central. Os membros divergentes foram encaminhados para outros estados, ou seja, Mário Alves, para Minas Gerais, Marighella, para São Paulo, Jacob Gorender, para o Rio Grande do Sul, Jover Telles, para a Guanabara, e Apolônio de Carvalho, para o Rio de Janeiro. Foi regularizada a publicação do jornal "Voz Operária", pois o "Novos Rumos" havia sido fechado em 1964. Estabeleceu-se um programa mínimo de resistência, visando à acumulação de forças, baseado na defesa das liberdades democráticas e na anistia, contra o arrocho salarial e a desnacionalização da economia.

O Partido apoiou a criação do Movimento Intersindical Antiarrocho (MIA) e iniciou contatos com a cúpula da Igreja Católica, através de Luís Inácio Maranhão. No Movimento Estudantil, opôs-se à linha radical desenvolvida pela frente composta pela AP, pela POLOP e pelo PC do B.

O PCB entrava numa linha de massa.

9. A AP transforma-se numa organização revolucionária

O Comitê Nacional da Ação Popular, reunido nesse ano de 1965, aprovou o documento "Resolução Política", que estabeleceu uma nova linha para a organização, em substituição à do "Documento Base", de 1963.

A "etapa da revolução brasileira" foi caracterizada como "socialista de libertação nacional", representando uma simbiose entre a origem católica e idealista da Ação Popular com a sua tendência socialista. Entretanto, o seu "socialismo com humanismo" ainda estava longe da "ditadura do proletariado" preconizada pelo socialismo marxista-leninista. O "caminho da revolução", influenciado pela revolução cubana, foi definido como o da luta armada, através de uma concepção foquista[93].

A AP transformava-se numa organização revolucionária, sem assumir o marxismo-leninismo. Prosseguia no domínio do Movimento Estudantil, elegendo seus militantes como membros do triunvirato durante o XXVII Congresso da proscrita UNE, de julho de 1965. Ao mesmo tempo, numa Frente com a POLOP e o PC do B, conduzia os estudantes na mobilização contra a Lei Suplicy.

10. A POLOP e Brizola

---

[92] Na noite de 19 de maio de 1965, Carlos de Lima Aveline, membro do Comitê Estadual do PCB do Rio Grande do Sul, junto com José Lucas Alves Filho, colocou duas bombas num avião C-47 da Força Aérea Brasileira, estacionado no Aeroporto Salgado Filho, em Porto Alegre. A sabotagem, inicialmente prevista para ser desencadeada contra um avião norte-americano, fracassou, por uma falha no dispositivo detonante.

[93] A organização, refletindo a linha do foco revolucionário, estruturou-se em um comando nacional e comandos regionais, zonais e seccionais, com as organizações de base, ligando-se, diretamente, aos comandos seccionais. Foram criadas dez regiões, controladas pelos comandos regionais. O órgão superior da AP era o Comitê Nacional, que, se reunindo anualmente, seria constituído pelo Comando Nacional, por representações dos comandos regionais e por elementos especialmente convidados.

Apesar do fracasso da "Guerrilha de Copacabana", as críticas ao imobilismo do PCB faziam com que a POLOP se apresentasse como a opção revolucionária do momento.

No início de 1965, os ex-marinheiros e ex-fuzileiros da POLOP, que haviam sido presos, já estavam soltos e na clandestinidade. A organização, impulsionada por sua base militar, reiniciava o planejamento da luta armada, apoiado na doutrina do "foco guerrilheiro".

Na busca de sustentação financeira, a direção da POLOP, por meio do ex-marinheiro Antonio Duarte dos Santos, entrou em contato com Brizola e seus liderados, surgindo, daí, promessas de apoio mútuo entre as duas facções.

Carecendo de recursos, a POLOP não conseguiu efetivar o seu projeto guerrilheiro. O apoio prometido por Brizola não chegou. Os dólares recebidos de Cuba tinham sido ou seriam enterrados em projetos pessoais e na frustrada tentativa de Caparaó.

11. Mil novecentos e sessenta e cinco

O impacto da Revolução de 31 de Março transformara a República Oriental do Uruguai num centro de conspiração contra o Governo brasileiro. Os elementos que para ali acorreram refletiam as crises internas pelas quais passavam as organizações subversivas, existentes no Brasil, originadas pelas críticas, acusações mútuas e imputações de responsabilidade pelo fracasso das esquerdas, antes de 1964. A pretensão inicial da formação de uma frente única para a derrubada do governo revolucionário brasileiro nunca chegou a concretizar-se. Em nível de cúpula, o prestígio dos envolvidos estava em jogo, e os brasileiros no Uruguai gravitavam em torno dessas lideranças, constituindo-se, então, em três grupos: o sindical, o militar e o de Leonel Brizola.

Mesclados nesses grupos, e até mesmo fazendo parte deles, comunistas (inclusive trotskistas) de vários matizes, acabaram por unirem-se, no início do ano, através do chamado "Pacto de Montevidéu", cuja expressão organizada autointitulava-se "Frente Popular de Libertação (FPL)". O objetivo da Frente era integrar as grandes massas no processo de luta, realizando a união "operário-soldado-camponês", esperando contar ainda com favorecimento, bem como com participação, de amplos setores empresariais descontentes com a política econômica do Governo brasileiro. A luta deveria travar-se nas cidades e no campo. Eram, porém, como no dito popular, "muitos caciques para poucos índios", e a FPL ficou na melancólica tentativa da explosão de um bueiro nas cercanias de Jaguarão, no Rio Grande do Sul.

O grupo de Leonel Brizola, o "Pedrinho", lançar-se-ia, todavia, ainda nesse ano, em outra "operação", com as Forças Armadas de Libertação Nacional (FALN), resultando nas tragicômicas escaramuças de Jefferson Cardin de Alencar Osório, que acabou por fazer do Terceiro-Sargento Carlos Argemiro Camargo a primeira vítima das aventuras guerrilheiras de Brizola e da subversão no Brasil, após o ano de 1964.

Internamente, o PCB articulava-se, organizando sua Comissão Executiva, regularizando a circulação de seu jornal, estabelecendo um programa mínimo de resistência e definindo-se por uma linha de massa. Dentro dessa linha, haveria contato com setores esquerdistas que, então, afloravam na Igreja Católica. Também a AP redefiniria sua linha, transformando-se numa organização revolucionária, embora sem assumir, publicamente, o marxismo-leninismo.

O Governo revolucionário, apesar da difícil tarefa de conciliar a normalização constitucional com a Revolução em curso, o que resultava em crises constantes e no estreitamento de suas bases de sustentação, ia implementando uma política austera de recuperação econômica. Apesar de ser conduzido a editar o Ato Institucional nº 2 (AI-2), para reunificar o grupo revolucionário, realizava as eleições previstas e dava posse aos eleitos, inclusive a dois governadores representantes das forças de oposição. A seus problemas, teria acrescido, a partir desse ano, manifestações do único setor de massa organizado – o estudantil.

O setor estudantil havia sido o preferencial para a doutrinação comunista antes de 1964. Os marxistas-leninistas, conhecedores da psicologia do adolescente – seu idealismo, seu espírito crítico, seu desejo de se afirmar no mundo dos adultos, a identificação em um grupo como fonte de segurança, etc. – sempre consideraram os jovens, em geral, e os estudantes, em particular, como a mais importante força auxiliar da revolução comunista.

Assim, Stálin já se referia ao assunto: *"A juventude é livre do peso do passado e assinala, melhor do que ninguém, os preceitos leninistas".* É nessa idade, em que se liberta dos laços afetivos e de dependências da família para ingressar em outros grupos sociais, onde pensa conquistar seu "status" que o jovem se torna presa fácil. No adolescente, estão reunidas, numa concentração impressionante, várias, se não todas, condições objetivas para o trabalho dos propagandistas e aliciadores da subversão. Se companheiros, com os quais precise partilhar seus interesses e manter uma relação de dar e receber, forem adrede preparados, facilmente poderão lhe impingir seus valores e seus objetivos. E não lhes faltam soluções milagrosas e argumentos tentadores sempre aureolados de profundo altruísmo e amor "desvalido" do sistema. Esse trabalho havia ocorrido antes de 1964. As instituições de ensino haviam sido infiltradas e, em algumas delas, como na Universidade de Brasília, com o pretexto de harmonizar os currículos à necessidade de uma sociedade em desenvolvimento, estes haviam sido impregnados de ideias marxistas[94].

---

[94] Vale a pena conhecer as ideias referentes ao papel da Universidade, por seu fundador e primeiro reitor, o Prof. Darcy Ribeiro, Vice-Governador do Estado do Rio de Janeiro (1983/87). Suas opiniões estão expressas no livro "Contra Vientos y Mareas", (pág. 22), de Vargas Llosa: "O Professor Darcy Ribeiro, sociólogo brasileiro, fundador da Universidade de Brasília e assessor durante algum tempo da ditadura militar peruana, em seu livro sobre a

Com a vitória da Revolução, pôde-se constatar que, para o setor estudantil, haviam sido canalizadas polpudas verbas pelo MEC – na época um dos ministérios mais infiltrados –, e que recursos vindos diretamente de Moscou eram repassados à UNE, pela União Internacional de Estudantes (UIE). Na sede nacional da UNE, no Rio de Janeiro, foram encontradas grandes quantidades de filmes e impressos promovendo a Rússia, a China e Cuba. Notória foi a atuação da entidade no combate ao analfabetismo, quando, à guisa desse trabalho meritório, grupos de militantes profissionais passaram algum tempo distribuindo, pelo País afora, material de leitura subversiva, no qual se incluía o manual de guerrilhas de "Che" Guevara traduzido para o português. Não é de admirar, portanto, que a UNE se reestruturasse com rapidez, mesmo na clandestinidade, para impulsionar a massa estudantil, na qual já estavam infiltrados a AP, a POLOP, o PC do B e o PCB, e que esse fosse o primeiro setor de massa a manifestar-se.

A partir desse ano, o movimento subversivo iria sofrer os influxos mais duradouros da investida externa do Movimento Comunista Internacional (MCI). A influência da revolução cubana iria começar a se fazer sentir na esquerda brasileira, marcando uma nova etapa da subversão.

Segundo a ótica desses elementos subversivos, a revolução cubana demonstrara que a tomada do poder já era possível, e que essa tarefa já não precisaria ser realizada por partidos comunistas tradicionais. Um desses "revolucionários", Jaime Arenas[95], afirma que: *"qualquer grupo latino-americano organizado e suficientemente audaz para imitar o exemplo cubano, teria possibilidade de derrubar um governo, vencer sua polícia e seu exército e instaurar uma nova sociedade socialista, que os partidos comunistas e outros movimentos de esquerda do continente haviam estado a anunciar desde tempos atrás".*

"Che" Guevara ressaltaria outra particularidade dessa revolução vitoriosa – a de que nem sempre seria necessário que todas as condições objetivas e subjetivas ocorressem juntas para tornar possível o sucesso da revolução.

Esses aspectos vinham a colocar por terra um conjunto de concepções defendidas pelos marxistas ortodoxos e abriam caminho para a proliferação de organizações subversivas. Cada elemento que exercia alguma liderança julgava que seu grupo era capaz de fazer a revolução, e que não havia o que esperar.

Por outro lado, a não concordância do Partido Comunista Chinês com a doutrina de coexistência pacífica, exportada pelo partido Comunista da União Soviética (PCUS), levava-o a incentivar e a apoiar a luta armada para a tomada do poder.

Esses fatos, não obstante representassem linhas político-ideológicas diferentes, tiveram um impacto muito grande sobre os pretensos revolucionários latino-americanos. A partir deles, estes passaram a buscar formas de estimular e desenvolver a luta armada, de uma maneira ou de outra. As condições do país pouco importavam. Elas poderiam, é verdade, auxiliar ou dificultar a tarefa revolucionária, mas a "revolução" precisava ser feita a despeito delas.

Universidade Peruana (1974), define assim a missão: "(...) levar adiante o processo revolucionário em curso, antecipando dentro da universidade as novas formas de estrutura social que ela deverá estender amanhã a toda a sociedade".

[95] Arenas, J,: "Dans La Guerrille – Origenes de L'Armé de Liberación Nacional", Paris, 1972, Calman-Levy, pág. 9.

Capítulo III

1966

1. A continuidade da política econômica

O governo Castello Branco continuava com tenacidade a desenvolver a estratégia que traçara. A política de estabilização econômica enfrentava os mesmos problemas que, em governos anteriores – com grande impopularidade política –, fizeram Juscelino Kubitschek abandonar o Plano Lucas Lopes e Goulart pôr de lado o Plano Trienal. O diagnóstico econômico, contudo, sugeria não haver outra alternativa, e o Governo levava adiante com obstinação seu rigoroso programa anti-inflacionário.

Essas medidas amargas e impopulares por período de tempo continuado impunham, todavia, limites às lideranças populistas ou carismáticas que podiam explorar essa situação. Não era difícil convencer os trabalhadores, por exemplo, de que a retirada de subsídios do trigo e do petróleo revelavam a insensibilidade do Governo com suas dificuldades e aflições.

Nesse ano, é cassado Adhemar de Barros. Para os revolucionários, a parcela de legitimidade da Revolução advinha de seus objetivos de purgar o sistema político da corrupção. No entanto, vários revolucionários de primeira hora eram considerados parte dessa corrupção. Um desses casos marcantes era exatamente o do líder populista e Governador do Estado de São Paulo. Por isso, sua cassação foi bem recebida nos meios revolucionários, embora ela tivesse pouco a ver com seu passado. Adhemar, dado a força econômica do Estado que governava, contrariava a política econômica do Governo Federal, criando-lhe entraves de toda ordem, e por isso foi punido pela Revolução que ajudara a fazer.

As medidas que o Governo vinha tomando tinham largo espectro e iam desde aquelas que visavam à atuação do capital de risco estrangeiro à reforma agrária, e aproximariam a esquerda da direita nas suas críticas, uns clamando, naturalmente, pelo "entreguismo", e outros, pela "subversão".

A verdade é que essa impopularidade da Revolução e essas contestações à política do Governo criavam as condições objetivas em que vicejam as ações extremistas. No dia 31 de março de 1966, uma série de três atentados à bomba verificou-se em Recife, onde, cinquenta dias depois, eram lançados dois coquetéis molotov na Assembleia Legislativa, e onde, ainda em 25 de julho, era feita uma nova série de atentados. Entre estes, estava o do Aeroporto de Guararapes, com duas vitimas fatais e mais de uma dezena de feridos, dentre os quais mulheres e até uma criança, que marcaria o início do terrorismo no País.

Em agosto, uma bomba explodiria no Cine Itajubá, em Santos. No mês seguinte, várias bombas explodiram na Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, em São Paulo, e eram fortes os indícios de sabotagem num choque de trens ocorrido na Baixada Fluminense, com 35 mortos.

2. O cumprimento do calendário eleitoral

O Ato Institucional nº2, que devolvia ao Governo os poderes iniciais da Revolução, não foi suficiente para dar-lhe tranquilidade num ano eminentemente eleitoral. Querendo valer-se ao mínimo desses poderes, o Governo utilizou AI-2 em doses homeopáticas, e, às vezes, de forma "casuística", causando, em cada oportunidade, crises que tumultuavam a normalidade política. As eleições desse ano iriam demonstrar, também, que a propalada unidade militar só é verdadeira enquanto organizacional; desfaz-se no momento em que os militares se imiscuem na política. Alguns militares que atuaram ativamente na Revolução já haviam dela se afastado, nos primeiros momentos, por não terem sido aproveitados nos círculos do Governo ou por não terem recebido o Comando que se julgavam merecedores. Agora seria a vez de outros militares, que haviam desempenhado importante papel na Revolução, incompatibilizarem-se com ela, porque o Governo, mantendo o domicílio eleitoral – que no ano anterior afastara um general da disputa pelo governo do Estado da Guanabara –, os impedia de disputar governanças estaduais.

Com o dispositivo revolucionário de sustentação política bastante reduzido, o Presidente Castello, se é que desejou, não pôde obstar a candidatura do General Costa e Silva, que não seria o candidato de sua preferência, para a Presidência da República. Costa e Silva precipitou o processo, aceitando ser lançado a candidato pela ARENA. Quando o partido foi consultado, recebeu o apoio da maioria dos diretórios. O General não deixou, também, de ser sondado pelo MDB, que apostava num desentendimento entre os dois líderes revolucionários. Costa e Silva, porém, enquadrou-se no esquema estabelecido pelo Governo, propondo-se a manter-se fiel à política revolucionária e, a 3 de outubro, era eleito Presidente da República.

Já nas eleições para os executivos estaduais, o Governo pôde impor seu esquema para a escolha dos candidatos. Às vésperas dessas eleições, nas quais também haveria renovação um terço dos senadores e seriam eleitos os membros da

Câmara dos Deputados e das Assembleias Legislativas, o Governo ver-se-ia às voltas com o manifesto da autodenominada "frente ampla".

Há algum tempo, Carlos Lacerda vinha fazendo pronunciamentos que o Governo procurava minimizar, embora suas entrevistas e declarações alcançassem ressonância no ambiente político. Sem encontrar a esperada reação do Governo à sua ilimitada capacidade de agressão, Lacerda trocava, também, há algum tempo, informações, realizando contatos através de correligionários de Juscelino Kubitscheck e João Goulart. Pretendia reunir líderes populares, cassados ou não, de qualquer tendência ideológica, numa frente de resistência ao sistema. Não obtendo a assinatura dos dois próceres cassados, Lacerda lê o manifesto da frente a poucos dias das eleições de 15 de novembro. Não alcança, porém, repercussão maior do que aquilo que lhe querem emprestar os comentaristas políticos.

Realizadas as eleições, o governo Castello cumpria cabalmente o calendário eleitoral.

3. Nova Constituição

Após as eleições, o Governo submeteu ao Congresso o projeto de Constituição, que, por oito meses, vinha sendo elaborado e discutido, recebendo opiniões de juristas e políticos. O Governo considerava que, com esse projeto e com a reformulação da Lei de Imprensa, da Lei de Segurança Nacional e a efetivação da Reforma Administrativa, asseguraria a Costa e Silva o instrumental necessário para a volta à normalidade democrática, com a continuidade da obra revolucionária.

Quando o Congresso se reuniu para examinar o projeto de Constituição, um dos temas dominantes no ambiente político era o chamado Pacto de Lisboa, que acabara de ser firmado entre Lacerda e Kubitschek. As proposições desse pacto eram de divergência em relação ao Governo, e não se podia esperar que pudesse colaborar no esforço de normalização institucional que se realizava no País. Não havendo eleições previstas em curto prazo, seus propósitos só podiam ser tomados como de enfrentamento ao Governo.

Apesar desse evento, o Governo declarou que considerava peremptos os artigos 15 e 16 do AI-2, não devendo haver cassação de mandatos (nem durante, nem após a discussão do projeto constitucional).

O Congresso esteve reunido de 12 de dezembro a 20 de janeiro, e neste período foram acolhidas 343 emendas das centenas apresentadas, boa parte delas era de iniciativa da oposição.

A eleição indireta para presidente foi inserida no projeto por iniciativa do Senador Daniel Krieger, que, segundo o jornalista Castello Branco[96], "exprimindo o pensamento dominante dos civis, era pela manutenção da eleição indireta a fim de resguardar-se de agitação política o começo do novo Governo".

Do projeto original, o capítulo sobre direitos e garantias constitucionais foi o que sofreu maior alteração. Emendado radicalmente, todos os seus dispositivos foram substituídos. No artigo 150, o Governo também concordou com alterações, mantendo apenas a suspensão de direitos políticos, dentre as diversas restrições ali inseridas à Declaração de Direitos. Essa modificação pareceu suficiente ao MDB para justificar um compromisso de votação da emenda do Governo.

O Senador Afonso Arinos, que vinha prestando assistência ao projeto, mostrava-se satisfeito, chegando a prever uma votação unânime das partes fundamentais do projeto e a declarar que o Brasil "*irá ter, afinal, uma constituição que não nos intimida nem nos envergonha"*. Considera o Senador, diz Castello Branco, que as modificações introduzidas no projeto o aperfeiçoam substancialmente[97].

No dia 24 de janeiro de 1967, a nova constituição é promulgada pelas mesas do Senado e da Câmara. Tudo indicava que o País caminhava para a normalidade democrática.

4. O Movimento Estudantil inicia o enfrentamento

Se o ano anterior marcou o início das manifestações organizadas do Movimento Estudantil, o ano de 1966 foi importantíssimo para esse movimento, pois demonstrou, aos estudantes, ser possível o enfrentamento direto com as forças policiais.

Por outro lado, a luta interna nas organizações comunistas, caracterizada pela divisão entre radicais e moderados, levava a maior parte dos universitários politizados a insurgir-se contra a orientação chamada de "reformista" e a fortalecer as dissidências desses partidos, particularmente do PCB.

Nessa época, as bandeiras básicas dos estudantes eram as lutas contra os acordos MEC-USAID, contra a privatização do ensino, contra o pagamento das anuidades, a favor das "liberdades democráticas" e contra a "ditadura".

Em meados de março, a atuação policial contra uma passeata estudantil, realizada em Belo Horizonte, desencadeou novas passeatas de solidariedade em São Paulo e no Rio de Janeiro, além de manifestações em Curitiba e em Vitória. Para

---

96 Castello Branco, Carlos: "Os militares no poder", vol. 1, Ed. Nova Fronteira, pág. 610.

97 Idem, pág. 637.

dificultar a intervenção policial, algumas técnicas novas foram executadas, como a de desmobilizar e reagrupar com rapidez, a de caminhar por entre os carros e a de cantar o Hino Nacional.

O "CACO-Livre", entidade que sobre-existia ao fechamento do Centro Acadêmico Cândido de Oliveira, da Faculdade de Direito, da Universidade do Brasil, afirmava, em panfleto, a necessidade de "derrubar a ditadura" e a possibilidade de "resistir ativamente à repressão policial", através de "um preparo cada vez maior".

Nesse primeiro semestre de 1966, o Movimento Estudantil prosseguiu em contínua ascensão, até que, em 28 de julho, a UNE realizou o seu XXVIII Congresso, clandestinamente, nos porões do convento dos padres franciscanos, em Belo Horizonte. Burlando o cerco policial, cerca de trezentos delegados elegeram o mineiro José Luiz Moreira Guedes como presidente, prosseguindo o domínio da Ação Popular sobre a entidade.

Em setembro, numa tentativa de minimizar a crescente agitação estudantil, o Governo lançou o Movimento Universitário para o Desenvolvimento Econômico e Social (MUDES). De nada adiantou.

Politizada, ideologicamente conduzida, sentindo-se suficientemente forte, a UNE fez desencadear sucessivas greves, passeatas e manifestações em todas as principais capitais brasileiras, com enfretamentos diretos com as polícias.

Em 18 de setembro, uma greve geral, demonstrando a influência da UNE, paralisou todas as universidades do País.

O "Dia Nacional de Luta Contra a Ditadura", comemorado no dia 23, provocou distúrbios estudantis, de Porto Alegre a Belém. No Rio de Janeiro, depois de uma passeata em que a palavra de ordem foi "Povo organizado derruba a ditadura", seiscentos estudantes ficaram encurralados na faculdade nacional de medicina, na Avenida Pasteur. Na madrugada do dia 24, a polícia militar invadiu a faculdade e prendeu dezenas de estudantes.

Tal ação, que ficou conhecida como o "Massacre da Praia Vermelha", se não foi uma vitória do enfrentamento estudantil, pelo menos serviu como um ponto de referência para a radicalização que desembocaria nas manifestações de 1968.

Em novembro de 1966, o desligamento oficial das dissidências universitárias do PCB passou o controle do movimento estudantil da Guanabara aos estudantes que defendiam a luta armada.

5. Cuba e a Tricontinental, a OLAS e a OCLAE

Em 1966, julgando-se detentora de uma nova doutrina guerrilheira, Cuba promoveu uma série de eventos – congressos, conferências, reuniões, etc. –, buscando a posição de líder da revolução na América Latina.[98].

De 3 a 15 de janeiro de 1966, em Havana, realizou-se a I Conferência de Solidariedade dos Povos da Ásia, África e América Latina, que ficou conhecida, simplesmente, como a "Tricontinental"[99].

À Conferência Tricontinental compareceram representantes comunistas de 82 países, dos quais 27 latino-americanos, num total de 483 delegados. A delegação do Brasil foi integrada por Aluísio Palhano e Excelso Ridean Barcelos, indicados por Brizola; Ivan Ribeiro e José Bustos, pelo PCB; Vinícius José Nogueira Caldeira Brandt, pela Ação Popular; e Félix Ataíde da Silva, que residia em Cuba e era ex-assessor de Miguel Arraes.

Durante todo o encontro, a tônica foi de defesa da luta armada. O discurso de abertura teve o pronunciado do Presidente Oswaldo Dórticos, que afirmou: *"Todos os movimentos de libertação têm o direito de responder à violência armada do imperialismo com a violência da Revolução"*. No discurso de encerramento, Fidel Castro afirmou que a luta revolucionária deveria estender-se a todos os países latino-americanos.

Na "Declaração Geral" aprovada, afirma-se que *"o direito geral dos povos para obter sua libertação política, econômica e social pelos caminhos julgados necessários, incluindo a luta armada".* Recomenda, também, *"incrementar a participação da juventude nos movimentos de libertação nacional"* e faz chamamento às organizações femininas e sindicais. No campo cultural, defende a publicação de "obras clássicas e modernas", a fim de "romper o monopólio cultural da chamada civilização ocidental cristã".

Para fazer cumprir os acordos e dirigir o processo subversivo, a Tricontinental criou a Organização de Solidariedade dos Povos da Ásia, África e América Latina (OSPAAL), com sede em Havana, dirigida por um secretariado composto por um secretário-geral cubano e 12 secretários, 4 de cada continente.

Em 16 de janeiro de 1966, um dia depois do término da Tricontinental, reuniram-se as delegações dos 27 países latino-americanos que participaram da Conferência e criaram a Organização Latino-Americana de Solidariedade (OLAS).

---

[98] Na época, já existia a Organização de Solidariedade dos Povos da Ásia e da África (OSPAA), orientada pela China Comunista. Em fevereiro de 1963, em Tanganica, realizara-se a III Conferência da OSPAA, na qual Cuba lançou a ideia de estender as atividades da organização para a América Latina. Na IV Conferência da OSPAA, realizada em maio de 1965, em Gana, decidiu-se que, no ano seguinte, essa Organização iria realizar uma conferência em Cuba, para integrar-se à América Latina.

[99] A China pretendia estender sua influência à América Latina. Entretanto, a União Soviética não via com bons olhos essa influência e, veladamente, manobrou para que Cuba e a Tricontinental permanecessem sob a sua orientação, isolando os chineses. Durante os debates, a questão sino-soviética acirrou os ânimos. Ao final, a China, derrotada, ficou apenas com sua própria OSPAA.

Num folheto, posteriormente distribuído a diversos países da América Latina, denominado "Que ES La Olas", aparece a sua finalidade, que era a de "unir, coordenar e estimular a luta contra o imperialismo norte-americano, por parte de todos os povos explorados da América Latina"[100].

Integrada pelos comitês nacionais dos diversos países – partidos e organizações comunistas que aceitaram as resoluções da Tricontinental –, a OLAS passou a ser dirigida por um comitê de organização, constituído por representantes do Brasil, de Cuba, da Colômbia, da Guiana, da Guatemala, do México, do Peru, do Uruguai e da Venezuela. A secretaria-geral foi entregue à cubana Haydée Santamaria, e o representante brasileiro era Aluísio Palhano.

A partir de sua criação, a OLAS passou a preparar a realização de sua primeira Conferência, prevista para julho de 1967.

Outro importante evento patrocinado por Cuba foi o IV Congresso Latino-Americano de Estudantes, realizado de 29 de junho a 11 de julho de 1966, em Havana, cujo representante brasileiro foi o então presidente da UNE, José Fidélis Augusto Sarno, militante da Ação Popular.

A IV CLAE aprovou uma "Resolução Geral", na qual os estudantes proclamavam "solenemente que a luta armada constitui, hoje, a mais efetiva e consequente forma de luta", e que "a tomada do poder político, em diferentes países da América latina, em proveito das classes populares, não poderá ser feita pela via eleitoral ou parlamentarista, mas através da violência revolucionária".

Para instrumentalizar suas resoluções, o IV CLAE criou a Organização Continental Latino-Americana de Estudantes (OCLAE), com sede em Havana e dirigida por um secretariado permanente, ao qual foi designado, como representante brasileiro, José Jarbas Diniz Cerqueira, militante da Ação Popular.

Cuba, assim, passou a dispor de dois instrumentos para exportar a sua revolução, a OLAS e a OCLAE, que, nos anos seguintes, injetariam recursos, difundiriam o foquismo e formariam os quadros para desencadear as guerrilhas na América Latina.

No Brasil, a efervescência do Movimento Estudantil e o processo de luta interna nas organizações comunistas, causado pelas discussões entre a luta armada e a via pacífica, proporcionaram um campo fértil para a propagação das ideias revolucionárias cubanas, desaguando na radicalização do processo subversivo e na formação de dezenas de organizações militaristas de linha foquista.

6. O Movimento de Resistência Militar Nacionalista (MRMN) e a Resistência Armada Nacionalista (RAN)

Nos primeiros meses de 1966, a I Conferência Tricontinental de Havana e a criação da OLAS agitaram os três grupos de banidos brasileiros no Uruguai, já conscientes do fracasso da Frente Popular de Libertação. Em março, esses grupos realizaram diversas reuniões, com a finalidade de formar uma frente única. Entretanto, enquanto o grupo de Brizola acreditava que dentro do Brasil afloraria um movimento contra o Governo, o grupo militar não concordava com essa posição e afirmava que a revolução armada era a única forma de tomada do poder.

Esse grupo preconizava a criação de uma estrutura clandestina, conduzida por uma liderança conhecida que atuasse no Brasil. Para ele, a presença física de Brizola no Brasil era a condição indispensável para o início do movimento. Na verdade, os militares viviam um dilema. Desejavam a liderança de Brizola como elemento catalisador do movimento, mas relutavam em aceitá-la, em consequência de repetidos fracassos de suas tentativas subversivas, qualificadas como aventuras irresponsáveis.

A convicção revolucionária de Brizola não era tão grande a ponto de levá-lo a se expor fisicamente, liderando um movimento revolucionário no interior do País. Essa posição se constituiu no ponto de ruptura entre os dois grupos.

Em 20 de maio de 1966, realizou-se uma reunião do grupo militar na residência do ex-almirante Cândido de Assis Aragão, em Montevidéu, sendo constituída a organização que iria atuar clandestinamente no Brasil, o Movimento de Resistência Militar Nacionalista (MRMN). Ficou estabelecido que, inicialmente, o MRMN desencadearia uma série de atos de terrorismo contra alvos ligados aos interesses norte-americanos no Brasil, passando, numa segunda fase, à eliminação física dos membros do "Peace Corps" e de outros norte-americanos, tachados de "agentes da CIA e do imperialismo". O MRMN acreditava que os atos terroristas provocariam uma repressão violenta, que, por sua vez, conduziria ao clima visado pela organização, denominado de "autodefesa das massas". O movimento, a partir daí, ganhando mais adeptos, desaguaria na revolução armada, a partir de ações de guerrilhas bem constituídas. As bases do movimento seriam levadas ao Rio Grande do Sul, com a ideia de recrutar militares e civis, que participariam da organização formando "núcleos de resistência" em várias cidades do Brasil[101].

---

[100] Sobre a OSPAAL e a OLAS, esclarece o folheto: "A OSPAAL trabalha para unificar, coordenar e impulsionar a luta contra o imperialismo e o colonialismo no âmbito de três continentes. A OLAS, no âmbito de um único: América Latina".

[101] Inicialmente, a chefia do MRMN coube ao ex-almirante Cândido Aragão. Posteriormente, por problemas de saúde, Aragão entregou o comando a Alfredo Ribeiro Daudt e a Emanoel Nicoll. Integrariam a MRMN os ex-militares banidos no Uruguai e em outros países, ex-militares cassados no Brasil e, clandestinamente, alguns militares ainda em um serviço ativo.

Em 26 de maio de 1966, o MRMN deu publicidade ao manifesto "Ao Povo Brasileiro", no qual transmite uma imagem hegemônica e imperialista do Brasil na América do Sul. No início de junho, os "militares" do MRMN tentaram uma aproximação com o grupo sindical de banidos[102]. A tentativa não teve êxito. Os sindicalistas acreditavam que a tentativa dos ex-militares prejudicaria o trabalho que Dante Pelacani estava desenvolvendo em São Paulo, em ligação com Benedito Cerqueira o com a Federação Sindical Mundial. Ainda em junho de 1966, o MRMN entrou um contato com o Comitê de Apoio a Cuba, a fim de obter o seu reconhecimento político.

Em 15 de junho, Jango realizou uma reunião, em sua residência, com o MRMN, quando prometeu auxílio financeiro ao movimento[103].

Debatendo-se em busca de reconhecimento político e de apoio financeiro, o MRMN saiu do imobilismo, realizando, em 21 de outubro de 1966, um atentado à bomba contra o monumento do Barão do Rio Branco, em Montevidéu, executado por Gualter de Castro Mello, Tito Guimarães Filho e Arnaldo Magno de Araújo.

Em dezembro de 1966, a direção do MRMN decidiu mudar o nome da organização para Resistência Armada Nacionalista (RAN), que utilizava, como símbolo, uma rã[104]. Ficou prevista a ida de Aragão, Daudt e Arnaldo Magno de Araújo a Cuba, a fim de conseguirem recursos para enviar seus militantes a realizarem cursos de guerrilha em Cuba e na Coréia do Norte. A RAN lutava para afirmar-se e ser reconhecida.

7. Brizola e o Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR)

Por ocasião da I Conferência Tricontinental, em janeiro de 1966, buscando ser reconhecido como grande líder da revolução brasileira, Brizola enviou a Havana seu representante, Aluísio Palhano, membro do ex-CGT.

Rompido com o grupo militar do MRMN e pressionado, de um lado, por Cuba, para justificar os recursos financeiros que vinha recebendo, e, por outro lado, pelos seus seguidores, descontentes com a falta de um plano para o retorno, Brizola criaria, em 1966, o Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR).

Com ideia de implantar a guerra de guerrilhas no campo, com o apoio de um movimento urbano, o MNR articulou-se, basicamente, em dois núcleos: o primeiro, sediado em Montevidéu, que manipulava a organização, e o segundo, no Rio de Janeiro, onde se situava o Comando Nacional. Havia, ainda, ligações em São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul. De Montevidéu, Brizola chefiava as articulações, em companhia do ex-coronel do Exército Dagoberto Rodrigues, seu assessor militar, e de outros, como Almino Afonso, Paulo Schilling, Paulo Mello e Moysés Kupperman. No Rio de Janeiro, a direção era de Bayard Demaria Boiteaux, assessorado por Amadeu de Almeida Rocha, no campo político, e pelo ex-capitão Juarez Alberto de Souza Moreira, no campo militar[105].

Para a formação dos guerrilheiros, Brizola obteve o apoio de Cuba. O treinamento iniciava-se em Pando, no Uruguai, numa estância de propriedade de Izidoro Gutierrez, ex-vereador de Uruguaiana ligado a Brizola. Os elementos selecionados eram enviados a Paris, via aérea, onde eram recebidos por Max da Costa Santos, que "legalizava" seus documentos. Depois seguiam para Praga, onde um funcionário cubano os embarcava em aviões cubanos, em direção a Havana. Diversos ex-militares foram treinados em guerrilhas, durante cerca de três meses, na região de Pinar del Rio, em Cuba.

A intenção inicial de Brizola era instalar três focos de guerrilha. O primeiro seria no norte do Rio Grande do Sul, liderado pelo ex-sargento Amadeu Felipe da Luz Ferreira. O segundo, no Brasil Central, sob a responsabilidade de Flávio Tavares. O terceiro foco localizar-se-ia em Mato Grosso; sob a orientação de Dagoberto Rodrigues. A morte do ex-sargento Manoel Raimundo Soares, participante do primeiro grupo, provocou a transferência do foco para a região de Caparaó, na Serra do Mar, entre os Estados de Minas Gerais e Espírito Santo.

O ano seguinte veria, mais uma vez, o fracasso das tentativas de Brizola e seu Movimento Nacionalista Revolucionário.

---

[102] Os "militares" foram representados por Alfredo Ribeiro Daudt, Emanoel Nicoll e Jacy Pereira, e os "sindicalistas", por Osvaldo Pacheco, Osmildo Stafford da Silva, Luiz Cláudio Braga Duarte e Dante Pelacani.

[103] Tentando ficar acima dos grupos, Jango criou um Comitê para coordená-los, integrado por: Emanoel Nicoll, representando o grupo militar; Dante Pelacani, o sindical; Neiva Moreira, os brizolistas; e Darcy Ribeiro, representando o próprio Jango. Esta iniciativa, porém, não prosperou.

[104] Com o objetivo de angariar o apoio financeiro do Partido Comunista Uruguaio e da OLAS, a RAN pretendia lançar um manifesto assinado por Aragão, nas principais capitais brasileiras, e pichar muros para popularizar a nova sigla.

[105] Havia, também, no Rio de Janeiro, um "colegiado de intelectuais", do qual faziam parte, dentre outros, Amadeu Thiago de Melo, Antonio Carlos Callado, Gabriel Obino, Otto Maria Carpeaux, Ana Araújo de Arruda Albuquerque e Maria Ignez da Costa Duque Estrada Bastos. O jornalista Flávio Tavares funcionava como "pombo-correio" entre o Brasil e o Uruguai.

8. O Acirramento da luta interna no PCB

Para o PCB, o ano de 1966 foi marcado pelo acirramento da luta interna entre "moderados" e "radicais", surgida desde 1964.

Por um lado, os "moderados", dominando o Comitê Central com cerca de dois terços de seus membros, iniciavam um trabalho de massa e procuravam neutralizar a influência dos "radicais"[106].

Por outro lado, o crescimento da influência cubana no cenário revolucionário latino-americano – com a realização da Tricontinental de Havana e a criação da OSPAAL e da OLAS, em janeiro de 1966 – incentivava os "radicais" a exigirem uma posição mais firme da cúpula do Partido.

Em junho, pressionado e procurando dar uma satisfação à ala radical, o Comitê Central do PCB realizou uma reunião, na qual criou uma Seção de Trabalhos Especiais, que, entre outras atribuições, tinha o encargo principal de preparar o Partido para a luta armada. No mês seguinte, enviou dez militantes para realizarem um curso de guerrilhas em Moscou[107].

Tais providências, entretanto, não satisfizeram os radicais. Já constituídos na denominada "Corrente Revolucionária", levavam suas ideias aos comitês estaduais de São Paulo, da Guanabara, de Minas Gerais e do Rio Grande do Sul; ao Comitê Metropolitano de Brasília, provocando o surgimento de dissidências internas, embriões de futuros "rachas" no PCB.

Em 10 de dezembro de 1966, Carlos Marighella, um dos líderes da "Corrente Revolucionária", contando com o apoio do PC cubano, enviou uma "carta à executiva", na qual renunciava à Comissão Executiva do PCB (ainda permanecendo no Comitê Central) e demarcava a sua postura revolucionária:

"O contraste de nossas posições políticas e ideológicas é demasiado grande, e existe entre nós uma situação insustentável".

"(...) desejo tornar público que minha disposição é lutar revolucionariamente junto com as massas (...)".

As divergências acentuavam-se cada vez mais. O processo de preparação do VI Congresso, previsto para 1967, obrigaria o PCB a tomar enérgicas providências para afastar as tendências guerrilheiras que ameaçavam galvanizar o Partido.

9. O PC do B inicia a preparação para a luta armada

Em fins de março de 1966, no Rio de Janeiro, o PC do B realizou uma reunião do Comitê Central, na qual foi aprovado o documento "O Marxismo-Leninismo Triunfará na América Latina (Carta Aberta a Fidel Castro)".

Nesse documento, o PC do B posiciona-se contra Fidel Castro e contra a União Soviética, e defende a China e Mao Tsé-tung. Cita os discursos de Fidel Castro de 19 de janeiro, de 6 de fevereiro e de 13 de março de 1966, condenando-o pelos ataques à China. Critica a criação, durante a I Conferência Tricontinental de Havana, "de um comitê para coordenar, na América Latina, as lutas de libertação nacional"[108].

Em junho, no Rio de Janeiro, a VI Conferência Nacional do PC do B aprovou o seu estatuto e as resoluções políticas, estabelecendo a estratégica e a tática "União dos Brasileiros para livrar o País da Crise, da Ditadura e da Ameaça Neocolonialista", na qual o PC do B amplia e detalha o documento de agosto de 1964[109].

---

[106] Nessa linha, o PCB apoiou o MDB nas eleições de novembro de 1966, contra a proposta de voto nulo, e incentivou a atuação junto aos sindicatos, inclusive apoiando, em dezembro, o I Congresso da CONTAC. Estimulou um movimento de protesto da intelectualidade contra o que chamava de "terror cultural" e, no campo, iniciou um trabalho "em colaboração, particularmente, com elementos progressistas do clero católico". Carneiro Pessoa, R.: "PCB: Vinte Anos de Polícia", Livraria Editora Ciências Humanas, 1980, página 88.

[107] Participaram desse curso, entre outros: Fernando Pereira Cristino, Manoel Messias da Silva, Nilson Amorim de Miranda, Osmundo Bezerra Duarte, Paulino Vieira, Sebastião Pafuni, Tomaz Antonio da Silva Meirelles Neto e Khalil Dib.

[108] O PC do B diz que é "farisaísmo" o que Fidel vem fazendo ao tentar criar essa "espécie de marxismo-leninismo para a América Latina", pois "o marxismo-leninismo é universal e não existe um marxismo-leninismo russo ou chinês". Enaltece Mao Tsé-tung, afirma que ele é "o maior marxista-leninista de nossos dias, valoroso revolucionário, admirado e acatado em todo o mundo".

[109] Sobre os Estados Unidos, afirma que o país "ultrapassa em crueldade e banditismo o próprio Hitler e é o pior e o principal inimigo da humanidade, o agressor mais feroz e insolente da história". Defende a China e a Albânia e ataca a Rússia, o Partido Comunista da União Soviética e o revisionismo do PCB.

O principal aspecto desse documento é o chamamento à guerra popular e à luta revolucionária no campo:

"É imprescindível preparar-se para a luta armada, forma mais alta da luta de massas".

"A luta revolucionária em nosso país assumirá a forma de guerra popular (...) que implica na necessidade (sic) de organizar as forças armadas do povo, a partir de pequenos núcleos de combatentes, no amplo emprego da tática de guerrilhas e na criação de bases de apoio no campo."

Nas últimas linhas, um presságio sombrio atestava o início da preparação do PC do B para a luta armada:

"A revolução não é um problema remoto. Mais dia, menos dia, o povo há de empunhar armas (...)".

Na VI Conferência, foi eleito um novo Comitê Central, integrado por 21 membros efetivos e 11 suplentes[110], e foi iniciada uma luta interna no PC do B, concluída, alguns meses depois, com a formação de duas novas organizações, a Ala Vermelha e o Partido Comunista Revolucionário.

10. O PCR e a AV: duas dissidências do PC do B

Em 1966, duas dissidências surgiram no bojo da luta interna do PC do B, aguçada na sua VI Conferência Nacional, realizada em junho. A primeira, liderada por Ricardo Zarattini Filho, Amaro Luiz de Carvalho e, posteriormente, Manoel Lisboa de Moura, deu origem ao Partido Comunista Revolucionário (PCR). A segunda, liderada por Tarzan de Castro, Diniz Cabral Filho e Elio Cabral de Souza, veio a formar a Ala Vermelha (AV).

A dissidência que deu origem ao PCR, em maio de 1966, ainda antes da VI Conferência do PC do B, emitiu o documento "Carta de 12 Pontos aos Comunistas Revolucionários", considerada como o documento-base do Partido. A introdução da Carta contém uma crítica ao PC do B, acusado de "esconder a sua verdadeira face reformista para os comunistas e revolucionários" e de utilizar "toda uma fraseologia e o rótulo da ideologia revolucionária num recipiente cujo conteúdo era uma prática burguesa".

Entretanto, a linha política estabelecida na "Carta de 12 Pontos aos Comunistas Revolucionários" era, em quase tudo, semelhante à do PC do B: caracterizava o inimigo principal como o imperialismo norte-americano; incentivava uma aliança operário-camponesa e a guerra popular prolongada, por meio da guerra de guerrilhas; e estabelecia o campo como mais importante para a revolução do que as cidades. Só se diferenciava do PC do B quando privilegiava o Nordeste como área prioritária da revolução e quando afirmava que a "frente única com a burguesia nacional" só poderia ser efetuada depois da "formação das forças armadas populares, através do próprio desenvolvimento da guerra popular".

A dissidência que deu origem à AV formou-se a partir de elementos oriundos, em sua maioria, das Ligas Camponesas, que haviam feito cursos de guerrilha na China. Influenciados pelas ideias foquistas, pensavam em fundi-las com as de Mao Tsé-tung e em criar um "foco revolucionário no campo".

No início, a intenção de criar uma ala dentro do PC do B era, ainda, difusa e sem possibilidades de existência concreta, em virtude do rígido controle partidário. Os defensores dessa denominada ala vermelha do PC do B continuavam a propagar suas ideias individualmente, argumentando que não desejavam seccionar o PC do B, mas somente contribuir para a redefinição de sua linha política, ainda mantendo a fidelidade partidária.

Entretanto, o PC do B, não aceitando essas concepções "divisionistas e fracionistas", expulsou os dirigentes e seguidores do Partido Comunista Revolucionário e da ala vermelha do PC do B, ainda em 1966.

No ano seguinte, essas duas dissidências debater-se-iam com os problemas internos de organizações e de definição da linha política. Somente, em 1968, apareceriam como mais duas organizações atuantes no conturbado cenário da luta armada no Brasil.

11. A AP intensifica suas atividades

As modificações introduzidas pela "Resolução Política" do Comitê Nacional, em 1965, provocaram a intensificação e a radicalização das atividades da Ação Popular, no Movimento Estudantil.

Iniciadas como contestação à Lei Suplicy, as manifestações de rua, passando pela fase da luta contra os acordos MEC-USAID, ganharam nítidos contornos de confrontação ao Governo.

---

[110] Os principais membros do Comitê Central eram: João Amazonas, Pedro Pomar, Maurício Grabois, Ângelo Arroyo, Diógenes de Arruda Câmara, Carlos Nicolau Danielli, Luiz Guilhardini, Lincoln Cordeiro Oest, Lincoln Bicalho Roque, Dynéas Fernandes Aguiar, José Duarte, Elza Lima Monnerat, José Humberto Bronca e Paulo Mendes Rodrigues.

Para unificar o movimento e estendê-lo aos demais segmentos da sociedade, a AP criou o movimento contra a Ditadura e lançou-se na campanha pelo voto nulo nas eleições parlamentares de 15 de novembro de 1966.

De 29 de junho a 11 de julho de 1966, a AP enviou o seu militante José Fidélis Augusto Sarno à IV Conferência Latino-Americana de Estudantes, realizada em Havana. Criada a OCLAE, o militante da AP José Jarbas Diniz Cerqueira foi designado como o representante permanente da UNE.

A eleição do seu militante José Luiz Moreira Guedes para a presidência da UNE, durante o XXVIII Congresso, realizado em Julho, em Belo Horizonte, preservou a hegemonia da AP no meio universitário. Enquanto isso, a influência no meio secundarista continuava assegurada pelas ligações que a organização mantinha com a Juventude Estudantil Católica e pela sua decisiva participação na reorganização da UBES.

A AP solidificava o seu domínio no Movimento Estudantil. As orientações contidas no documento "Resolução Política" também levaram a AP à retomada dos trabalhos no meio operário e no campo.

Escolhido o setor metalúrgico como o mais sensível e o mais organizado, iniciou trabalhos de infiltração na capital de São Paulo, na região do ABC paulista e em Contagem, junto a Belo Horizonte.

No campo, o trabalho orientado pela AP consistiu em dar prosseguimento a uma tarefa seme1hante à realizada pelo Movimento de Educação de Base, antes de 1964[111]. As áreas escolhidas pela organização para fomentar as lutas camponesas foram o conturbado Vale do Pindaré, no Maranhão, a região de Água Branca, em Alagoas, a Zona da Mata, de Pernambuco, e a Zona Cacaueira, do sul da Bahia.

Para uniformizar e sistematizar a orientação de seu comando nacional, a AP iniciou, nesse ano de 1966, a publicação do jornal "Revolução", contendo as diretrizes para a atuação da organização.

12. O refluxo do PORT

No início do ano anterior, o PORT concretizara a aliança com Brizola, através da assinatura do "Pacto de Montevidéu". Com isso, os dólares cubano-brizolistas passaram a rechear os cofres de Posadas sem que, entretanto, o PORT contribuísse, significativamente, para o avanço da Frente Popular de Libertação [112].

Somente, em dezembro de 1965, apareceu uma ação na qual o PORT teve referência: a "Operação Tartaruga", desencadeada pelos estivadores e portuários de Santos, na luta por aumento salarial. Ela foi conduzida por elementos comunistas, em nome da Frente Popular de Libertação.

A partir de 1966, o descontentamento com Brizola levou o PORT a um refluxo, mantendo-o apenas em atividade de massa. Seu evento mais importante foi a VI Conferência Nacional, em São Paulo, onde o próprio Posadas compareceu e ministrou aulas aos quadros do partido.

13. A POLOP consolida a sua doutrina

A falta de apoio financeiro de Brizola não interrompeu o planejamento do foco guerrilheiro pela POLOP, entretanto, os constantes boatos de levantes, provenientes do Uruguai, prejudicavam a preparação da guerrilha. Brizola, além de não auxiliar, ainda atrapalhava.

No início de 1966, após realizar um balanço político e material, a direção da POLOP resolveu, em longo prazo, consolidar sua doutrina. Em consequência, em abril desse ano, em São Paulo, a organização realizou o Pleno Nacional[113], no qual foram aprovadas as "Teses de Tiradentes" que configuravam a POLOP como um "movimento operário independente", ao qual subordinar-se-iam a agitação, as alianças com outras forças proletárias e até a guerrilha. A pequena e a média burguesia estariam, inicialmente, excluídas do contato com o movimento, até que este se fortalecesse e se tornasse imune às investidas da ideologia burguesa[114].

---

[111] A luta camponesa apoiava-se no anseio pela posse da terra. Os camponeses, orientados para atuar em grupos, realizavam tarefas que, supostamente, estariam ligadas à defesa de seus interesses. O corte das cercas de arame das propriedades – atividade conhecida como "pinicada de arame" – e o abate, a tiros, do gado que estivesse nas roças camponesas eram atividades incentivadas pela AP.

[112] Em 21 de fevereiro de 1965, a prisão em São Paulo de Tullo Vigevani, membro do Bureau Político do PORT, não afetou a organização, pois a polícia ainda desconhecia a sua grande importância política, libertando-o pouco tempo depois.

[113] Esse Plano contou com a participação do Comitê Nacional e de delegados das Secretarias Regionais de SP, GB, MG, BA, GO, PR e PE.

[114] A definição e a consolidação ideológicas da POLOP iniciaram-se a partir de abril de 1966, com os textos doutrinários "Aonde Vamos", de Érico Czackes Sachs, conhecido como "Ernesto Martins". Esses textos, em número de quatro, e os documentos "Estado e Classe, Ditadura e Democracia", "Mais uma vez a pequena-burguesia", também de "Ernesto Martins", acrescidos do "Perspectiva da Situação Política e Social do Brasil", de Rui Mauro de Araújo Marini, do "A Guerra Revolucionária no Brasil" e do "Ensinamentos de Mao", de Eder Simão Sader, o "Raul Villa", serviram de base para a formação do "Programa Socialista para o Brasil", documento que seria aprovado no ano seguinte.

14. Mil novecentos e sessenta e seis

Durante o ano de 1966, sentiu-se a intranquilidade no campo social, principalmente entre o operariado e os assalariados, de uma maneira geral, que arcaram com o maior ônus de uma política econômica austera, conduzida com determinação, mas que não mostrara, ainda, seus frutos.

No campo político, igualmente, a situação não fora tranquila, havia restrições e descontentamento; não vivíamos na plenitude do regime democrático. O processo de escolha dos governantes, diferente do usual, embora garantisse a alternância no poder, não era bem visto por boa parte da população dele alijada.

Nesse ano, ocorreram os primeiros atentados terroristas, que, apesar das mortes que provocaram, eram considerados, por observadores menos avisados – que neles não desejavam ver conotações ideológicas –, como expressão desses descontentamentos.

Olhando, porém, de outro ângulo – não o dos que haviam sido despojados do poder ou o dos impacientes cujo inconformismo com a situação refletia apenas suas ambições pessoais –, essa situação não se mostrava tão desestimuladora. Pelo contrário, tudo indicava que o País caminhava para a normalidade democrática. Menos de três anos depois de uma Revolução, cumpria-se à risca o calendário eleitoral: um novo presidente da república – muitos apostavam que este, ao chegar ao poder, iria "virar pelo avesso" a política vigente – estava eleito e iria tomar posse em breve; e o Congresso Nacional estava em vias de aprovar uma nova Constituição, para cuja elaboração concorreram a oposição e eminentes juristas.

No entanto, pontos de vista à parte sobre a situação interna, e independentemente dela, ocorreram fatos, particularmente no exterior, que iriam influir de maneira decisiva nos destinos do País nos próximos anos, lançando-o à guerra revolucionária.

Usando Cuba, o Movimento Comunista Internacional criara organismos destinados a orientar, incentivar e apoiar a luta armada no continente. Das resoluções secretas da I Conferência Tricontinental, reproduzimos trechos da parte referente ao Brasil, os quais, a um só tempo, mostram a ingerência do Movimento Comunista Internacional e demonstram que a situação interna do País apenas consta dessas cogitações na medida em que se afigura favorável à exploração revolucionária:

"O Brasil é o território ideal para a guerra de guerrilhas. É país limítrofe com quase todos os países sul-americanos e nosso trabalho ali será facilitado pelo fato mesmo de existir uma oposição difusa e natural ao regime militarista de Castello Branco. Até Lacerda é agora oposicionista (...). O Partido Comunista e os grupos socialistas afins estão dispostos a capitalizar todo o descontentamento, fortalecendo as guerrilhas, lançando-as de diversos pontos do vasto território do Brasil". Em seu discurso de encerramento da Conferência, Fidel Castro dizia: "A luta anti-imperialista, na Guatemala, na Colômbia, na Venezuela e na República Dominicana, deve estender-se ao Brasil, ao Paraguai, à Argentina e a todos os países da América Central".

Ao término da Conferência, era criada a Organização Latino-Americana de Solidariedade (OLAS), destinada a "unificar, coordenar e impulsionar" a luta armada na América Latina. Atendendo à recomendação da Tricontinental, de "incrementar a participação da juventude nos movimentos de libertação nacional", durante o IV Congresso Latino-Americano de Estudantes (IV CLAE), proclamou-se solenemente que "a luta armada constitui, hoje, a mais efetiva e consequente forma de luta". Afirmou-se, ainda que "a tomada do poder político, em diferentes países da América Latina, em proveito das classes populares, não poderá ser feita pela via eleitoral ou parlamentarista, mas através da violência revolucionária". Para instrumentalizar suas resoluções, o IV CLAE criou a Organização Continental-Latino-Americana de Estudantes (OCLAE).

Nos anos seguintes, essas organizações injetariam recursos, difundiriam o "foquismo" como forma de luta e formariam os quadros para desencadear as guerrilhas na América Latina. Suas resoluções e recomendações, de imediato, acirraram as discussões entre as correntes que, no interior dos partidos comunistas e nas demais organizações subversivas, propugnavam, respectivamente, pela chamada "via pacífica" e pela luta armada.

No PCB, tornou-se crítica a disputa entre os "moderados" e os "radicais", forçando o Partido a aproximar sua linha política das concepções destes últimos e a enviar militantes a Moscou para frequentar cursos de guerrilha, na tentativa de evitar uma dissidência. Com essas medidas, conseguiu adiar um "racha", concretizado mais tarde entre os jovens. No final desse ano, deu-se o desligamento oficial das dissidências universitárias, que, buscando criar suas próprias organizações, iriam levar a luta armada para o Movimento Estudantil.

Ligado ideologicamente ao Partido Comunista Chinês, o PC do B criticou a criação da OLAS, por refletir, no seu entendimento, a tentativa de criar um marxismo-leninismo latino-americano, vendo-se forçado, por aqueles posicionamentos, a fazer um chamamento à guerra popular e à luta revolucionária no campo. Essas providências não seriam suficientes para evitar o surgimento de facções que se formavam no interior do partido, influenciadas pelas ideias foquistas. Ainda nesse ano, os dirigentes dessas facções seriam expulsos do partido e iriam criar, em breve, duas novas organizações subversivas militaristas.

Esse incentivo à luta armada, partido de Cuba, afetaria também os banidos, particularmente os radicados no Uruguai, tornando-os impacientes quanto ao imobilismo a que tinham sido levados. Uma parcela desses elementos, o grupo militar, criou o Movimento de Resistência Militar Nacionalista (MRMN), para atuar clandestinamente no Brasil, tentando obter do Comitê de Apoio a Cuba o seu reconhecimento político. Posteriormente, decidiu-se pela mudança do nome da organização para Resistência Armada Nacionalista (RAN). Brizola, rompido com o MRMN, pressionado pelos seus seguidores e não desejando perder seu prestígio junto a Cuba, criou uma nova organização, o Movimento Nacionalista Revolucionário, que se articulou em dois núcleos, um no Uruguai e outro no Brasil. Para o preparo de seus quadros, essa organização recebeu o apoio de Cuba e iniciou o envio de militantes a esse país, para a realização de cursos de guerrilha.

Mas seria no Movimento Estudantil, pela própria impetuosidade dos jovens, que essa radicalização se faria sentir de forma mais imediata e acentuada. Isso se devia, por um lado, ao fato de a Ação Popular, organização subversiva que mantinha a hegemonia no Movimento Estudantil, haver, em julho de 1965, superado o que seus dirigentes chamavam de *"período de transição, em que imperou a dispersão ideológica, política e organizativa"*. Tal fato marcou a "*ruptura com a perspectiva reformista*" e adotou a tese da necessidade da tomada do poder através da luta armada. Defendia a Revolução como sendo "socialista e de libertação nacional", e que era, fundamentalmente, foquista[115]. A organização iniciava sua fase revolucionária, numa linha militarista, e é evidente que essas ideias contagiariam o Movimento Estudantil. De outro lado, a essas influências somar-se-iam o repúdio à orientação dita "reformista" das dissidências universitárias do PCB, agora desvinculadas do Partido, e as influências da OCLAE, na qual a UNE tinha um representante permanente.

Tanto a Ação Popular como as Dissidências Universitárias Comunistas necessitavam de quadros e iriam suprir-se no Movimento Estudantil. Para isso, nada melhor que explorar o idealismo dos jovens, sob o pretexto de uma "heroica luta contra a ditadura", para lançá-los no enfrentamento direto com as forças policiais, visando a cooptá-los para a atuação nas organizações em processo de formação ou de crescimento.

A decisão, porém, já estava tomada por quase uma dezena de organizações subversivas: a luta armada era a forma escolhida para a tomada do poder político. A maioria delas optara pelo "foquismo" ou "foco insurrecional", uma linha radical e militarista. A exceção das organizações em formação no Uruguai, que não tinham uma orientação político-ideológica coerente, todas as linhas marxista-leninistas que faziam parte do Movimento Comunista Internacional defendiam esse posicionamento. A luta armada apenas não se desencadeara, porque a maioria das organizações subversivas não se considerava pronta para a ação. Estavam todas elas em laboriosa preparação.

Seria crível que qualquer mudança interna, no sentido de se alcançar a plenitude do regime democrático, desmobilizaria todo esse processo em curso?

---

[115] Dados retirados da Resolução da Comissão Executiva Provisória, da Direção Nacional da Ação Popular, de abril de 1970, na parte intitulada "Quais as origens da atual crise orgânica?".

Capítulo IV

1967

1. Inicia-se a volta à normalidade

Com a posse do Marechal Costa e Silva, no dia 15 de março de 1967, o País reencontrava-se com a ordem constitucional e o estado de direito. Não havia dúvida entre os políticos de que o novo Presidente se dispunha a respeitar essa situação. Aliás, o governo anterior, ao cumprir seus objetivos, não deixou de perseguir essa volta à normalidade.

Porém, logo em suas primeiras horas de existência, o novo governo seria submetido a um primeiro teste. Desafiado pelo jornalista cassado Hélio Fernandes, confinou-o, dando-lhe uma mostra dos processos políticos de que ia valer-se. Quatro dias depois da posse, a Frente Ampla deixa vazar para a imprensa um esboço de seu manifesto-programa, elaborado pela facção esquerdista, que preconizava, entre outras coisas: anistia geral, repudiando a tese da revisão dos processos de cassação; elaboração de uma constituição democrática, quando não havia dois meses que a vigente fora promulgada pelas mesas do Senado e da Câmara; e restabelecimento das eleições diretas para a Presidência da República, processo de escolha que fora o preferido pelos políticos pelas razões expostas no capítulo anterior.

Esses testes não seriam os únicos e nem os mais provocativos, porém já davam uma noção das dificuldades que o Governo iria enfrentar e os cuidados que deveria ter em suas decisões. Em contrapartida, havia uma expectativa otimista em relação ao novo governo. Essa esperança havia surgido, naturalmente, pelo caráter liberal das intervenções do Marechal Costa e Silva, quando da discussão do projeto de Constituição, e por suas características de homem comunicativo e simples. Politicamente, essa expectativa havia sido forjada pelos políticos que apostavam na incompatibilidade de Costa e Silva com Castello Branco, na esperança de que, após a posse, o novo governo "multiplicaria por menos um" a política do governo anterior.

Dentro dessa postura, divulgava-se que a administração Costa e Silva seria iniciada com a implantação da "operação Impacto", sempre negada por membros do Governo. Não desencadeada a operação, passou-se a difundir que seria posto em prática um "plano alívio", que também não veio nos moldes exageradamente preconizados.

Quando o Marechal Costa e Silva deu as diretrizes de sua política externa, não foram poucos os que viram nela a forma escolhida para divergir da política anterior, e que, transplantada para a área interna, "viraria essa política pelo avesso". Qualquer modificação processual ou simples ajustamento às novas realidades eram proclamados como o início da política revisionista. Foi preciso que o tempo escoasse para que se deixasse de crer que o revisionismo viria pelas mãos do Governo – pelo menos, com a pressa que se desejava.

O novo governo buscava desenvolver sua política própria. Na área econômica, por exemplo, havia diferenças de filosofia entre as duas políticas, tal como a que dizia respeito à participação do capital estrangeiro na retomada do desenvolvimento. No setor do trabalho, encetou um ativo programa de organização dos sindicatos, mas sabia que não poderia promover, de imediato, modificações substanciais na política salarial sem que tornasse inútil o sacrifício feito nesses três anos. Era preciso que fosse dado mais tempo para que esse sacrifício pudesse reverter em benefícios.

As medidas tomadas pelo Governo mostravam que, ou não havia muito que mudar, ou não havia, ainda, condições de fazê-lo. Na área política, porém, seriam enfrentados os maiores obstáculos.

2. As dificuldades políticas

A Revolução armara um nó que só podia ser desmanchado com o tempo e a compreensão de ambas as partes. As cassações de líderes populares e de militares não permitiam que esses homens retornassem ao cenário político, fortalecidos pelos seus anos de "exílio" e pela ausência do êxito da Revolução, no curto prazo decorrido. Os revolucionários pensavam, e isto faz parte da experiência política, que seriam por eles hostilizados com sua volta prematura. Esse dilema, entre o desejo de afastar-se do poder e a necessidade de limitar o retorno político dos cassados, existia. Esse "nó" limitava qualquer possibilidade da anistia e outras modificações institucionais em curto prazo. A incompreensão desse aspecto tornaria a crise insolúvel, enquanto esse entendimento não fosse alcançado.

Na intimidade, o Presidente Costa e Silva considerava que, se tudo corresse bem, a revisão sistemática das punições – o primeiro passo efetivo de pacificação nacional – podia ser iniciada dentro de dois anos. Mas, para os que aspiravam à Presidência e a outros cargos, dois anos eram uma eternidade, além do que esse prazo poderia estender-se. Não acreditavam que o desejo dos líderes revolucionários e de suas já estreitas bases era fazer essa passagem pacífica do poder. Escolheram, então, o caminho que manteria o impasse: a imposição da anistia, de eleição direta e de novíssima constituição, já!

Apesar dos problemas que a esquerda do MDB procurava criar, formada por Hermano Alves, Davi Lerer, Márcio Moreira Alves e outros que Ivete Vargas apelidara de "imaturos"; apesar da prisão de subversivos em Caparaó e no

Triângulo Mineiro, que buscavam mudanças pela força das armas; e das escaramuças estudantis em Brasília; dentre outras ocorrências; o Governo dava mostras de que não desejava o agravamento político. Seu objetivo não era criar, mas eliminar tensões. Ele iria sistematicamente buscar a normalidade, enquanto isso fosse possível.

3. A Frente Ampla

A Frente Ampla que se apresentava como um movimento de oposição ao governo Castello Branco, se assim o fosse realmente, deveria ter perdido sua finalidade com a posse do novo governo. No entanto, na mesma semana em que este se iniciava, a Frente apresentava seu esboço de programa. Ela continuaria a mover-se em apoio a ambições pessoais e/ou de grupos.

Lacerda, porém, estava indeciso. Havia uma tendência em transformar a Frente em um terceiro partido, mas essa alternativa a enfraqueceria, pois a colocaria em disputa com o partido da oposição. Talvez o melhor caminho para chegar ao poder fosse acercar-se dele e não enfrentá-lo. Lacerda tentou essa aproximação.

Por outro lado, o MDB, ao mesmo tempo em que desconfiava das intenções de Lacerda, discutia qual sua postura face à Frente: incorporá-la ou ser por ela incorporado? Sua facção de esquerda, porém, não via incompatibilidades no processo, acostumada que estava com a história das frentes. Daí, o pronunciamento de Hermano Alves, autor do manifesto programa da Frente: *"O partido é de oposição ao Governo, a Frente de oposição ao regime"*. E ante a *"ignorância e a candura com que se faz o jogo dos soviéticos"*, como diria Lacerda, só faltou acrescentar: *"Derrubado o regime pela Frente, o Partido assume o poder e sobre os seus escombros implanta o regime de seus sonhos"*.

Diante dessas questões, a Frente passaria por um período de desaceleração. No dizer do deputado Martins Rodrigues, em julho, "a Frente Ampla não está morta, mas está em ponto morto".

Só no início de setembro, o secretário da Frente, deputado Renato Archer, anunciaria o local de seu lançamento: Belo Horizonte. A data ainda não estava definida. Archer convocou os simpatizantes para a hora da definição e procurou tranquilizar o MDB quanto ao caráter de competição da Frente com o partido. Deputados da ARENA também se dispuseram a participar da nova agremiação política.

A Frente já tinha uma bandeira: a da "democratização". No entendimento de seus dirigentes, ela deveria ir às ruas de modo a animar os parlamentares que, segundo eles, estariam imobilizados pelas limitações impostas pelo sistema dominante, e que só seriam libertados para proverem retificações na Constituição através de movimentos de massa. A estratégica guardava incrível semelhança com a empregada por Brizola em 1963, como lembra, em seus comentários, o jornalista Carlos Castello Branco.

A partir dessa definição, o Governo, que até então buscara ignorar a Frente Ampla, passou a considerar injustificada a presença de membros do partido governista, que se propunham a preservar o regime, numa organização que defendia teses revisionistas. Ante as conjunturas nacional e internacional, preocupou-se com a mobilização pretendida, que poderia deflagrar um processo de agitação irreversível.

O Governo identificava-se com o sistema e o defenderia fazendo uso da lei, mas, dentro dela, declarava que "tudo faria para que o movimento não viesse a perturbar a tranquilidade e a paz política".

Lacerda, não aproveitado pelo Governo, aceitava as teses da facção esquerdista do movimento. Em 24 de setembro, encontrou-se em Montevidéu com João Goulart, firmando um acordo que passaria a ser conhecido como "Pacto de Montevidéu". Embora o Governo procurasse esvaziar a importância desse encontro, ele iria dar força política e popular à mobilização que a Frente pretendia realizar contra o sistema implantado pelo Governo da Revolução. O Pacto atenuou bolsões de resistência antilacerdistas no MDB, provenientes, particularmente, dos antigos petebistas. Resultou num compromisso de acrescer, às teses defendidas pela Frente, a de luta contra a política salarial do Governo.

Esses acontecimentos provocaram uma reunião do Presidente com dirigentes da ARENA. Os parlamentares arenistas desejavam que o Governo, pelo menos, desse um alívio na política salarial e fizesse a promessa de eleições diretas, como forma de esvaziamento da Frente Ampla. O Presidente recordou aos políticos que eles haviam sugerido as eleições indiretas, e os que mais pregavam as eleições diretas para governador foram os que apelaram aos quartéis para impedir a posse dos eleitos. Também informou estar convencido da necessidade de manutenção da política econômico-financeira, que em breve daria seus frutos. A inflação deveria ficar aquém dos 30%, e esse era o caminho para a retomada do desenvolvimento, ainda que custasse a impopularidade do Governo.

O Presidente anunciou aos membros de seu partido que o Governo esperava enfrentar os movimentos políticos de oposição – os que se fundamentavam na Constituição – com a força política do Partido, mas que enfrentaria os movimentos subversivos – aqueles que buscavam não só combater, mas derrubar o Governo – com as Forças Armadas[116]. O Governo responsabilizou a Frente Ampla pela possível reversão da gradativa eliminação do controle revolucionário sobre a vida política do País.

---

[116] Segundo o "Novo Dicionário da Língua Portuguesa", de Aurélio Buarque de Holanda Ferreira, "subversivo" é "que ou aquele que pretende destruir ou transformar a ordem política, social e econômica estabelecida; revolucionário".

Os dirigentes da Frente Ampla consideravam altamente benéfico, para o movimento, que o Governo deixasse de adotar medidas populares, pois pretendiam explorar essa situação, a começar pela política salarial. Ativariam as reivindicações salariais dos trabalhadores e dos funcionários, procurando sensibilizar, em particular, os militares, que percebiam baixos salários. Com esse tema, a defesa das riquezas minerais, a política de desenvolvimento e a eleição direta iriam para as ruas.

No entanto, talvez em razão da reação oficial ao Pacto de Montevidéu e com a previsão de o Governo enfrentar séria crise até princípios do ano seguinte, a Frente não foi lançada. Seus dirigentes decidiram utilizar os meses de outubro e novembro para tomadas de contato com as lideranças sindicais e estudantis. Os trabalhadores apresentar-se-iam mais sensíveis às suas bandeiras. Goulart também ajudaria, chamando a Montevidéu prefeitos, vereadores e líderes políticos, para que formassem comissões frentistas em suas cidades. Os estudantes, porém, já impulsionados por organizações subversivas clandestinas, foram mais arredios. Não desejavam abandonar a forma de luta em que estavam engajados, temendo tornarem-se massa de manobra de interesses políticos tradicionais. Na realidade, poderiam ser massa de manobra de interesses políticos "progressistas".

Enquanto perdurava esse ambiente indefinido entre oposição legal e ilegal, as organizações subversivas continuavam praticamente sem ser incomodadas, preparando-se para a luta armada – o processo por elas eleito, favorecido pelas condições objetivas que iam sendo criadas.

4. O aparente refluxo do Movimento Estudantil

Encerrara-se o ano de 1966, mostrando, aos estudantes, que já era possível o enfrentamento direto contra as forças policiais. Entretanto, faltavam-lhes motivações ideológicas mais profundas que pudessem transformar as manifestações, de simples badernas estudantis, em focos de insurreição organizada contra o Governo e contra o regime.

No primeiro semestre de 1967, proliferaram os seminários promovidos pela UNE, contra o "imperialismo" norte-americano, nos quais os "acordos MEC-USAID" eram duramente criticados.

Em fevereiro, foi aprovado o Decreto-Lei nº 228, revogando a Lei Suplicy e extinguindo as entidades estudantis em níveis nacional, estadual e municipal. Por lei, permaneciam, apenas, as entidades existentes no âmbito das universidades, ou seja, os Diretórios Centrais de Estudantes e os Diretórios Acadêmicos.

No entanto, burlar a lei era o objetivo das organizações comunistas que dirigiam o Movimento Estudantil, particularmente, o da Ação Popular unida com as dissidências comunistas mais radicais. No início de março, o XIX Congresso Nacional de Estudantes Secundaristas, realizado em pontos diferentes da cidade do Rio de Janeiro e dirigido por Herbert José de Souza, militante da Ação Popular, aprovava a estruturação do movimento secundarista em nível nacional. Em julho/agosto de 1967, em Valinhos, cidade do interior paulista, a UNE realizava, clandestinamente, o seu XXIX Congresso, elegendo para presidente Luiz Gonzaga Travassos da Rosa, militante da AP. Suas principais resoluções foram a de incrementar as lutas estudantis contra a política educacional do Governo e apoiar o movimento operário, para conscientizá-lo a dirigir a luta armada que se estava preparando. Com as lutas específicas, a UNE pensava dar, aos estudantes, o embasamento ideológico para a luta revolucionária, conforme declarou Vladimir Palmeira:

"Ao lutar, porém contra a política educacional do regime, os estudantes partiriam das suas próprias contradições no meio em que viviam, das contradições que expressam a dominação de classe da burguesia de uma forma concreta e, desse modo, cada luta reivindicativa serviria para caracterizar o governo como um governo ditatorial, como uma ditadura de classe, chegando, por esse caminho, à compreensão da impossibilidade de resolver os problemas universitários dentro do sistema capitalista".[117]

No segundo semestre de 1967, as greves foram tônica do Movimento Estudantil. O único acontecimento de maior relevo foi a passeata, com cerca de mil estudantes, no centro da cidade do Rio de Janeiro, em 25 de outubro. Convocados por Vladimir Palmeira, presidente da UNE, e pela AMES, em protesto contra as condições do Calabouço, contra os "acordos MEC-USAID" e contra o pagamento das taxas de anuidade, os estudantes fizeram a passeata na hora do "rush", andando na contramão dos carros. Suas principais palavras de ordem eram: "O povo organizado derruba a ditadura" e "Guevara: herói do povo".

O Movimento Estudantil, nesse aparente refluxo em relação ao ano anterior, preparava o enfrentamento generalizado que iria ocorrer em 1968.

5. A reorganização do Movimento Operário e Sindical

---

[117] Caso A.: "A esquerda Armada do Brasil", Moraes Editores, Lisboa/Portugal, 1976, depoimento de Vladimir Palmeira, página 29.

Após a desarticulação da influência dos comunistas no movimento sindical brasileiro, em 1964, os sindicatos passaram a desenvolver uma política de coerência com os objetivos do Governo, na tentativa de obter melhores condições para os trabalhadores, de acordo com a visão democrática.

No entanto, foi-se formando, gradativamente, orientada pela “nova esquerda”, uma vanguarda operária revolucionária que rejeitava os novos dirigentes democráticos, pejorativamente chamados de pelegos, e, rompida com o reformismo do PCB, propugnava por soluções radicais e violentas.

Em 1965, já se formara, nas principais indústrias metalúrgicas de São Paulo, particularmente, na Cobrasma, em Osasco, os comitês sindicais clandestinos que, nas fábricas, se opunham à política do sindicato dos metalúrgicos regional e incentivavam a eclosão de operações tartaruga, a fim de pressionar os patrões.

Em 1966, esses comitês sindicais clandestinos, transformados em comitês de fábrica, lançaram-se na tentativa de organizar as oposições dos sindicatos estaduais. Nessa época, as principais organizações comunistas que atuavam no movimento operário eram o PCB, numa atitude conciliadora, e a Ação Popular, através da Juventude Operária Católica. Em contrapartida, havia uma gama de trabalhadores radicalizados, que, inconformados com a moderada participação do PCB, se reuniam em grupos independentes, defendiam a luta armada e iriam engrossar, pouco tempo depois, as fileiras das organizações comunistas revolucionárias.

O ano de 1967 pode ser considerado como o da reorganização do Movimento Operário e Sindical. As oposições sindicais já faziam sentir a sua política, e as novas organizações comunistas já lhes davam uma orientação radical, preparando-se, em lutas específicas, para o enfrentamento direto contra as forças policiais. O exemplo do Movimento Estudantil, que, no ano anterior, saíra às ruas, mostrava que o movimento de massas, desde que bem organizado, poderia enfrentar o Governo.

Já atuantes na Guanabara, no Rio de Janeiro, em Minas Gerais, em Pernambuco e na Bahia, era, entretanto, em São Paulo, centro industrial do País, que as oposições sindicais faziam sentir sua força com mais intensidade, particularmente junto aos metalúrgicos.

Em setembro de 1967, a criação do Movimento Intersindical Antiarrocho, apoiada por todas as organizações comunistas, proporcionou uma direção geral ao movimento operário.

6. A OLAS e a I COSPAL

Em janeiro de 1966, por ocasião da criação da OLAS, ficara decidida a realização de sua primeira conferência em meados do ano seguinte. Assim, de 31 de julho a 10 de agosto de 1967, em Havana, realizou-se a I Conferência de Solidariedade dos Povos da América Latina (I COSPAL), da Organização Latino-Americana de Solidariedade (OLAS).

Pelo Brasil, compareceram: Aluísio Palhano e o ex-cabo Anselmo, representando o Movimento Nacionalista Revolucionário de Brizola; o ex-almirante Aragão e Emanoel Nicoll, pela Resistência Armada Nacionalista; Vinícius José Nogueira Caldeira Brandt e Paulo Stuart Wright, pela Ação Popular; e Carlos Marighella – que já estava com relações estremecidas no que diz respeito ao PCB –, como convidado.

A tônica da I COSPAL foi o apoio à luta armada, de acordo com a guerra de guerrilhas, dentro do modelo cubano. Da “Resolução Geral” aprovada, podem-se destacar os seguintes trechos:

“(...) a guerra de guerrilha, enquanto autêntica expressão da luta armada popular, é o método mais eficaz e a forma mais adequada para o desencadeamento e o desenvolvimento da guerra revolucionária na maior parte de nossos países e, consequentemente, em escala continental”.

“(...) fazer a Revolução é um direito e um dever dos povos da América Latina”.

“(...) os princípios do marxismo-leninismo orientam o movimento revolucionário na América Latina”.

“(...) a luta revolucionária armada constitui a linha fundamental da Revolução na América Latina”.

A I COSPAL também aprovou o seu Estatuto, criou o Comitê Permanente da OLAS, com sede em Havana, e estabeleceu as normas para os diversos Comitês Nacionais. Em 10 de agosto, Fidel Castro encerrou a conferência, com um inflamado discurso, exortando à luta armada guerrilheira em todos os países da América Latina.

Sob o lema “o dever de todo revolucionário é fazer a revolução”, a OLAS já possuía, ao final da I COSPAL, os instrumentos para apoiar e orientar os movimentos que iriam intranquilizar o Brasil.

7. O MNR, Caparaó e a Guerrilha do Triângulo Mineiro

A Serra de Caparaó, nos limites entre os Estados de Minas Gerais e Espírito Santo, foi escolhida pelo Movimento Nacionalista Revolucionário para a implantação de um foco guerrilheiro, pela sua proximidade a centros políticos e econômicos do País, o que poderia motivar e insuflar o movimento das massas urbanas.

Iniciada a infiltração dos "guerrilheiros" de Brizola em novembro do ano anterior, os primeiros meses de 1967 constituíram-se num período de difícil sobrevivência. Obrigada a frequentes mudanças de acampamentos, por questões de segurança, acossada pelo frio e precariamente apoiada por uma rede logística deficiente, a "Frente de Caparaó" veio a se tornar mais um fracasso – não assumido – de Brizola como líder guerrilheiro.

Após sobreviver com dificuldades, o grupo de duas dezenas de homens, que se encontrava na serra, orbitando em torno do Pico da Bandeira, veio a ser denunciado, ironicamente, pelos próprios habitantes locais, quando começou a roubar e a abater animais para não morrer de fome.

No mês de março de 1967, começou o cerco aos "guerrilheiros" pela Polícia Militar do Estado de Minas Gerais, assumindo, em seguida, o controle das operações, a 4ª Região Militar.

No início de abril, já estavam presos o "comandante" Amadeu Felipe da Luz Ferreira; o assessor militar Juarez Alberto de Sousa Moreira; o assessor político Amadeu de Almeida Rocha; a rede de apoio constituída de Hermes Machado Neto, Deodato Batista Fabrício, Itamar Gomes e Gregório Mendonça; e a "força guerrilheira"[118].

Enquanto isso, em Brasília, o jornalista Flávio Tavares, que, pelo "esquema geral" de Brizola, estava encarregado de organizar as guerrilhas do Brasil Central, foi procurado, em dezembro de 1966, por Jarbas Silva Marques, ex-militante do PC do B. Jarbas lhe disse que havia um grupo, em Uberlândia, no Triângulo Mineiro, que saíra do PC do B após a sua IV Conferência, em junho de 1966, disposto a realizar ações de sabotagem, de guerrilha e de terrorismo. Dirigido pelo dentista Guaracy Raniero, o grupo, com cerca de vinte elementos, estava isolado e buscava novos caminhos para atuar.

Flávio Tavares percebeu que poderia apresentar a Brizola um "grupo guerrilheiro" praticamente já constituído e desincumbir-se, quase sem esforço, da missão que recebera. Indo ao Uruguai e recebendo o "aprovo" de Brizola, o jornalista retornou a Brasília, contatou Jarbas Silva Marques e, ambos, dirigiram-se a Uberlândia, na primeira quinzena de fevereiro de 1967[119]. Nessa ocasião, concretizou-se a vinculação do grupo de Uberlândia ao Movimento Nacionalista Revolucionário de Brizola. A obtenção de armas, assaltos a quartéis e o roubo de um carro pagador do DNER, a fim de conseguir recursos financeiros, foram planejados.

Em abril de 1967, Flávio Tavares recebeu, em Brasília, um "instrutor militar" enviado por Brizola, José Carlos Vidal ("Carlos Mário" - "Juca"), e encaminhou-o a Uberlândia para dar instruções de sabotagem e guerrilha. Desentendendo-se com o grupo, o qual considerava de baixo nível político e ideológico, o "instrutor militar", depois de dez dias, retornou a São Paulo. Em fins de julho de 1967, o grupo foi desarticulado, com a prisão da maioria de seus componentes.

O núcleo estruturado no Rio de Janeiro pelo Movimento Nacionalista Revolucionário para apoiar o "esquema geral" de Brizola foi duramente atingido. Bayard De Maria Boiteaux, preso, processado e condenado junto com outros "intelectuais de esquerda", assumiu toda a responsabilidade pelo comando do movimento no País.

Após o fracasso de Caparaó e a conscientização de Brizola de que não conseguiria criar ou apanhar a "onda" insurrecional, em cuja crista pensava retornar ao Brasil, o MNR desmoronou o desarticulou-se.

Preso Flávio Tavares, Hermano Alves apressou-se a denunciar "uma escalada contra a imprensa", relacionando essa prisão com o confinamento de Hélio Fernandes. Para ele, a imprensa, pela sua "livre operação no noticiário e no comentário" estaria a acelerar a perda de substância do poder militar[120].

O Deputado Márcio Moreira Alves, em razão do clima que se poderia formar em consequência desse episódio, pediu uma reunião dos "imaturos" do MDB, a fim de que fosse ativada a campanha de mobilização popular. Aliás, políticos de esquerda já percorriam o País em pregação subversiva. O próprio Deputado Márcio Moreira Alves foi quem relatou, ao colunista político Castello Branco, fato ocorrido com ele numa cidade do Rio Grande do Sul, para exemplificar a radicalização na área oposicionista. Segundo seus relatos, após sua pregação e durante os debates, apresentou aos jovens duas alternativas para a solução brasileira: a violenta e a não-violenta. Afirmou, então, que a opção pela ação direta foi aplaudida em delírio.

8. As atividades da RAN

Em 11 de janeiro de 1967, às 10 horas da manhã, um grupo composto por sete brasileiros e uma uruguaia invadiu a embaixada da Tchecoslováquia, em Montevidéu, visando a obter asilo político e a conseguir salvo-conduto para Cuba. As

---

[118] A "força guerrilheira" era integrada por Araken Vaz Galvão, Avelino Bioni Capitani, Amarantho Jorge Rodrigues Moreira, Edval Augusto de Melo, Josué Cerejo Gonçalves, Gelcy Rodrigues Correia, Milton Soares de Castro, Jorge José da Silva e João Gerônimo da Silva. Outros quatro "guerilheiros", José Carlos Bertoncelos, Dario Viana Reis, Alfredo Nery Paiva e Pedro Espinosa, seriam presos, mais tarde, no Rio Grande do Sul.

[119] Apresentado como "Dr. Falcão", Flávio Tavares reuniu-se com o grupo de Uberlândia no consultório de Guaracy Raniero, onde compareceram, além do dentista e de Jarbas, Taylor Silva, Carlos Maluf Wutke e Edmo de Souza.

[120] Castello Branco, C.: "Os Militares no Poder", Volume II, Ed. Nova Fronteira, RJ., 1977, página ... É interessante notar que Hermano Alves, ao não reconhecer as atividades subversivas de Flávio Tavares, reconhecia a "livre operação" da imprensa no regime que tachava de "ditatorial"!

alegações de perseguição política e falta de garantias pessoais não convenceram o chefe da missão tcheca, que negou o asilo e solicitou, através da chancelaria uruguaia, a retirada dos invasores[121].

Não possuindo recursos financeiros para ir a Cuba realizar treinamento de guerrilha, os componentes do grupo usaram o estratagema da invasão para tentar conseguir o transporte. Presos pela polícia uruguaia, eles lançaram violento manifesto, em nome da Resistência Armada Nacionalista, com ataques ao governo brasileiro. Esse documento foi, também, difundido na cidade do Rio de Janeiro, juntamente com pichações de muros.

Aproveitando a grande repercussão do incidente, os dirigentes da RAN solicitaram aos dirigentes do Partido Comunista Uruguaio que fizessem eclodir manifestações estudantis de solidariedade. Apesar de declarar-se disposto a auxiliar os presos, a reação do Partido Comunista Uruguaio foi fria. Alegando que as férias escolares impediam a realização de manifestações, criticou a iniciativa da invasão e exigiu que outras ações semelhantes só fossem executadas após consulta à direção do Partido. Para o Partido Comunista Uruguaio, tal incidente favoreceu as críticas das correntes pró-Pequim à conduta da tcheca e à linha do comunismo soviético.

A invasão também não contou com o apoio de Jango, que, em represália, não entregou, como costumeiramente fazia, sua contribuição financeira à cúpula da Associação dos Banidos Brasileiros no Uruguai – em sua maioria do grupo da Resistência Armada Nacionalista.

Prosseguindo suas atividades deletérias de difamação do Brasil, a Resistência Armada Nacionalista difundiu, em abril de 1967, durante a realização da Conferência de Presidentes Latino-Americanos de Punta del Este, um manifesto em espanhol. Este atacava o governo brasileiro, exaltando a luta de guerrilhas e a revolução cubana.

O apoio de Brizola à RAN limitou-se à intermediação junto ao governo cubano, conseguindo, em julho, que Cândido Aragão e Emanoel Nicoll fossem a Cuba para participar da primeira Conferência da OLAS. No retorno, Nicoll trouxe dólares para iniciar o envio de pessoal a Cuba, para treinamento de guerrilhas.

Dentre os selecionados para fazer o curso em Cuba, estava Marcos Pancier, elemento oportunista que ganhara a confiança de Nicoll. Pancier temia ser enviado ao Vietnã – conforme se propalava. Para colocar em prática a teoria cubana de guerrilhas, aliou-se ao ex-militar asilado Leoni Lopes, contratou um marginal e assaltou a residência de Nicoll, roubando-lhe cinco mil dólares[122].

A defecção de Marcos Pancier demonstrou a precariedade do critério de seleção dos militantes da RAN e deixou-a, novamente, sem recursos para preparar seus quadros guerrilheiros.

A debacle da tentativa do MNR de Brizola em Caparaó, a precariedade de saúde de Cândido Aragão, também envolvido em problemas familiares, e a ida de Emanuel Nicoll, em setembro de 1967, para São Paulo, provocaram um declínio das atividades da RAN e levaram-na à dissolução, em novembro, no Uruguai[123].

9. As dissidências e o VI Congresso do PCB

O ano de 1967 foi crítico para o PCB. Estava engolfado pelas suas tentativas de resolver a luta interna que corroía o Partido desde 1964 e pelos preparativos para a realização do seu VI Congresso, previsto para o final do ano.

A Corrente Revolucionária, englobando as diversas dissidências existentes internamente no PCB e defendendo as teses de luta armada, articulava-se em nível nacional e usava as Conferências Estaduais, preparatórias ao Congresso, como palco para difundir seus postulados e para ganhar a direção do Partido.

Carlos Marighella, um dos líderes da Corrente Revolucionária, conseguiu ser eleito secretário político do Comitê Estadual do PCB, em São Paulo, com o apoio de Joaquim Câmara Ferreira, Antônio Chamorro, Lindolpho Silva e Wilson Silva, mais conhecido como “Nestor Veras”. Mário Alves dividiu o Comitê Estadual do PCB de Minas Gerais, o mesmo acontecendo com Apolônio de Carvalho, no Rio de Janeiro, Jover Telles, na Guanabara, e Jacob Gorender, no Rio Grande do Sul.

Além dessas divergências na cúpula do PCB, a Corrente Revolucionária tentava integrar as denominadas dissidências estudantis, centradas em alguns comitês universitários. Entretanto, a juventude de seus militantes, empolgada com as ideias de Guevara e Debray, conduziu essas dissidências para caminhos diferentes dos que seriam tomados pelos opositores da cúpula do PCB. No Rio de Janeiro, o Comitê Universitário, que se intitulava Dissidência de Niterói ou, ainda, Dissidência Fluminense, já se havia desligado do PCB em novembro de 1966 e criado o Movimento

---

[121] Faziam parte do grupo Gualter de Castro Mello, Marcos Poncier, Artur Paulo de Souza Giacomini, Ermelindo Dias Paixão, João Carlos de Souza Gomes, Eny Toluá Tosca de Freitas, Carlos Galvão Camargo e a uruguaia Suzana Paiva Pereira, todos membros da RAN.

[122] Marcos Pancier não pôde, entretanto, usufruir dos dólares cubanos, pois acabou sendo preso na fronteira do Brasil com o Uruguai. Naquela época, a Resistência Armada Nacionalista possuía um “Tribunal de Camaradas”, que o julgou e condenou.

[123] Os remanescentes da RAN, misturados aos remanescentes do MNR de Brizola, procurariam novos caminhos, optando por outras organizações subversivas ou abandonando a militância política.

Revolucionário de Libertação Nacional (MORELN). Na Guanabara, o Comitê Universitário, que já se havia constituído em "fração", desligou-se do PCB em fevereiro de 1967, dando origem à Dissidência da Guanabara.

O comparecimento de Marighella à I Conferência da OLAS, realizada no final de julho de 1967, em Havana, sem a autorização do Comitê Central, precipitou os acontecimentos. A Corrente Revolucionária crescia e seus líderes não acatavam, publicamente, a disciplina partidária, ameaçando galvanizar o VI Congresso.

Prestes, preocupado com o fato de que os divergentes pudessem contestar suas posições políticas no Congresso, resolveu pôr fim ao "divisionismo" e iniciar uma série de medidas punitivas, a fim de "limpar a área".

Em setembro de 1967, reunido numa casa em São Paulo, o Comitê Central do PCB expulsou Carlos Marighella e Manoel Jover Telles. Através da "Voz Operária", foram publicamente advertidos Mário Alves, Jacob Gorender, Apolônio de Carvalho e Miguel Batista dos Santos. Foi decretada a intervenção nos Comitês Estaduais do Rio de Janeiro e de São Paulo, bem como no Comitê Metropolitano de Brasília e no Comitê Marítimo da Guanabara, então dirigido por José Maria Cavalcante. Posteriormente, esses elementos seriam todos expulsos[124].

Os expulsos do PCB não conseguiram integrar-se numa organização partidária única e, assolados por divergências internas, procuraram caminhos diferentes. Em São Paulo, a Ala Marighella deu origem ao Agrupamento Comunista de São Paulo, posteriormente transformado em Ação Libertadora Nacional (ALN). No Rio Grande do Sul, em novembro de 1967, formou-se a Dissidência Leninista do Rio Grande do Sul, que, no ano seguinte, iria dar origem ao Partido Operário Comunista (POC).

Em Minas Gerais, os divergentes iriam organizar a "Corrente". No Rio de Janeiro e na Guanabara, os expulsos do PCB formariam, em abril de 1968, o Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR). Ainda na Guanabara, Luiz Guilhardini e José Maria Cavalcante, com o seu Comitê Marítimo, foram para o PC do B. outros, como Francisco Leivas Otero, abandonaram a militância partidária.

Expurgado, o PCB pôde realizar, com certa tranquilidade, o seu VI Congresso, de 6 a 13 de dezembro de 1967, em um sítio nos arredores da cidade de São Paulo. Dos 106 delegados previstos, compareceram 96. Dentre os faltosos, encontrava-se Sérgio Holmos ("Isac") que se afastara do Partido por não concordar com as teses do Congresso. Dirigido por Luís Carlos Prestes, o Congresso elegeu um comitê central com 62 membros, 31 efetivos e 31 suplentes[125].

A Resolução Política aprovada no VI Congresso reafirmou a linha da "via pacífica" para a tomada do poder, sem descartar, entretanto, a hipótese da luta armada:

"As forças populares não podem limitar-se aos marcos das leis impostas pelo regime e devem combinar as formas legais e ilegais de luta e organização. O partido deve preparar-se e preparar as massas para a combinação das formas elementares e ilegais de lutas com outras de níveis mais elevados, como a luta armada".

Reafirmando a sua condição de membro do Movimento Comunista Internacional, o PCB definiu as etapas da revolução, no Brasil, como nacional e democrática, a primeira, e socialista, a segunda. Preconizou uma "reforma agrária radical", a atuação no movimento de massas e no seio das Forças Armadas, "*incorporando oficiais, sargentos, cabos, soldados e marinheiros às lutas populares".*

O VI Congresso, assim, reafirmava a posição tomada pelo Comitê Central, em maio de 1965: assumia, concretamente, a linha de massa e afastava-se, pelo menos na prática, da luta armada.

10. A Dissidência Niterói e o primeiro MR-8

No bojo das divergências do PCB, surgidas a partir de 1964, formou-se uma dissidência centrada na organização de base da Universidade Federal Fluminense, que ficou conhecida por Dissidência Niterói ou, ainda, Dissidência Fluminense.

Impregnada das ideias radicais e militaristas, que provinham do foquismo cubano, a Dissidência Niterói entrou em choque aberto com o PCB em 1966, quando, ao contrário do "voto útil", passou a pregar, abertamente, o "voto nulo" nas eleições de novembro. Nesse mês, a Dissidência Niterói rompeu com o PCB e criou o Movimento Revolucionário de Libertação Nacional (MORELN), cujos principais líderes eram todos universitários da Universidade Federal Fluminense[126].

Ao longo de 1967, o MORELN conseguiu aliciar militantes descontentes com o PCB, em algumas organizações de base de operários metalúrgicos em Niterói e no interior do Estado do Rio de Janeiro, notadamente, em Nilópolis, Nova

---

[124] Também seriam expulsos: Joaquim Câmara Ferreira, Aníbal Fernandes Bonavides, Lourdes Odete de Carvalho Benain, Nery de Almeida e Francisco Leivas Otero.

[125] Dentre os eleitos para o CC, além de Prestes, encontravam-se Giocondo Dias, Armando Ziller, Davi Capistrano, Hércules Correia dos Reis, Moisés Vinhas, Salomão Malina, Luiz Tenório de Lima e Severino Teodoro de Melo, este como suplente. Além dos militantes expulsos em setembro, alguns que pertenciam ao Comitê Central, formado no V Congresso de 1960, não foram reeleitos.

[126] Eram eles: Aluizio Ferreira Palmar, Milton Gaia Leite, Antonio Rogério Garcia da Silveira, Umberto Trigueiros Lima, Nielsen Fernandes, Reinaldo Silveira Pimenta, Marcos Antonio Farias de Medeiros e Sebastião Medeiros Filho.

Iguaçu e Campos. Com uma estrutura orgânica primordialmente militarista e uma concepção revolucionária foquista, o MORELN concebia a consecução da revolução, através da luta armada, desencadeada em três fases:

1ª fase:

– construção de uma organização que determinasse e iniciasse o reconhecimento de uma zona operacional;

– preparação de uma área de treinamento de guerrilha e formação de, pelo menos, um grupo, chamado de "grupo de campo";

– desenvolvimento de contatos em nível nacional e internacional, visando, internamente, a angariar a futura adesão à guerrilha e, externamente, a obter a "solidariedade internacional" para o movimento.

2ª fase:

– início do treinamento guerrilheiro.

3ª fase:

– invasão de uma área e formação de uma coluna guerrilheira.

Com a morte de "Che" Guevara, em 8 de outubro de 1967, o MORELN aprovou a mudança de seu nome, mantendo parte da designação anterior – "Movimento Revolucionário" –, substituindo a expressão "Libertação Nacional" por "8 de Outubro", em homenagem ao "herói" morto na Bolívia. Nascia, assim, o primeiro Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8)[127].

11. A formação da Dissidência da Guanabara

No processo da luta interna no PCB, surgiu, em 1966, no âmbito do Comitê Universitário desse Partido, no Rio de Janeiro, uma "fração" que fazia constantes críticas às posições "moderadas" dos reformistas.

Em fevereiro de 1967, numa casa de temporada em Petrópolis, essa fração realizou uma conferência, rompeu com o PCB e passou a constituir a Dissidência da Guanabara[128].

Nessa I Conferência da Dissidência da Guanabara, a organização formulou a sua linha política, por meio de um "documento base" eivado de indefinições. Apesar de apoiar o Partido Comunista da China na sua luta ideológica contra o revisionismo, estabelecia que isso não significaria "a perda do espírito crítico em relação aos erros dos comunistas chineses, principalmente na sua política externa". Apesar de apoiar a OLAS, ressaltava que isso não implicaria "a aceitação total de seu programa ou diretriz". Definindo-se por uma revolução socialista, estabelecia quatro fases para a guerra revolucionária. O Brasil estava atravessando a primeira fase, de preparação da luta armada, e o foco guerrilheiro seria implantado na segunda, a "guerra de guerilhas". As "insurreições na cidade e no campo" e a criação de "comandos urbanos" comporiam a terceira fase, precedendo a última, a da "ofensiva geral estratégica".

No decorrer de 1967, a Dissidência da Guanabara sofreu um vigoroso processo de luta política interna. No intuito de tentar resolver o impasse, a organização realizou, em dezembro de 1967, num convento da cidade de Petrópolis, a sua II Conferência, na qual ficou nítida a existência de três linhas de opinião.

O grupo vencedor, de posições mais moderadas, pregava a unidade da organização e, liderado por Daniel Aarão dos Reis Filho, Vladimir Palmeira, Stuart Edgar Angel Jones e Luiz Eduardo Prado de Oliveira, prosseguiu o trabalho junto aos estudantes da cidade do Rio de Janeiro. Alguns meses depois, entretanto, radicalizaria sua posição, adotando um militarismo foquista.

O segundo grupo, conhecido como "grupo dos foquistas", defendia ideias militaristas, tais como a formação do foco guerrilheiro e a negação do partido do qual saíra. Derrotado, o grupo, liderado por Jorge Eduardo Saavedra Durão e Sérgio Emanuel Dias Campos, saiu da Dissidência da Guanabara e organizou a chamada Dissidência da Dissidência, que, meses após, curiosamente, passaria a adotar uma visão crítica do militarismo.

O terceiro grupo, dirigido por René Louis Laugerie de Carvalho (filho de Apolônio de Carvalho), Marco Antonio Costa de Medeiros e Jorge Emilio Bonet Guilayn, compunha, na ocasião, o chamado "grupo dos correntistas", simpático à linha da Corrente Revolucionária. Mais tarde, esse grupo veio a constituir-se num dos alicerces da formação do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR).

---

[127] O segundo MR-8 seria criado em setembro de 1969, originado da dissidência da Guanabara.

[128] A dissidência da Guanabara era dirigida por Jorge Eduardo da Seavedra Durão, Sergio Emanuel Dias Campos, Jorge Emilio Bonet Guilayn, Nelson Levy, Yedda Botelho Salles, Luiz Eduardo Prado, Luiz Roberto Tenório e Jorge Miguel Meyer. É interessante ressaltar que apesar de Vladimir Palmeira possuir grande influência na Dissidência da Guanabara, no qual militava, não quis fazer parte de sua direção, talvez para não deixar revelada abertamente sua posição ideológica no movimento universitário, onde tinha projeção.

12. O Agrupamento Comunista de São Paulo

Antigo militante do PCB e membro do Comitê Central, eleito, sucessivamente, nos congressos de 1954 e de 1960, Carlos Marighella constituía-se num dos maiores líderes da Corrente Revolucionária, que tentava radicalizar a linha política do PCB. Sua maior influência era em São Paulo e seus correligionários diziam-se pertencer à "Ala Marighella".

Em 10 de dezembro de 1966, Marighella já havia enviado a "Carta à Executiva", na qual renunciava à Comissão Executiva e declarava-se em favor de uma postura revolucionária. Continuando, entretanto, no Comitê Central, durante a Conferência do Comitê Estadual do PCB em São Paulo, realizada em janeiro de 1967, Marighella conseguiu ser eleito secretário-político, contando com o apoio de outros membros da cúpula do Partido, dentre os quais Joaquim Câmara Ferreira.

Convidado em caráter especial e sem pedir permissão ao Comitê Central, Marighella compareceu a I Conferência da OLAS, realizada em Havana, de 31 de julho a 10 de agosto de 1967. Tomando ciência de sua viagem, o PCB enviou um telegrama ao Comitê Central do Partido Comunista de Cuba, afirmando que Marighella não estava autorizado e não representava o PCB. A reação de Marighella foi imediata e decisiva. Ainda de Havana, em 17 de agosto de 1967, enviou uma carta ao PCB, rompendo definitivamente com o Partido, acusando os membros do Comitê Central de manterem-se nos cargos "a poder de cambalachos", tachando o órgão de ser uma "espécie de academia de letras, cuja única função consiste em se reunir". Sobre sua ida à conferência da OLAS, Marighella afirmava na carta:

"É evidente que compareci sem pedir permissão ao Comitê Central, primeiro, porque não tenho que pedir licença para praticar atos revolucionários, segundo, porque não reconheço nenhuma autoridade revolucionária, neste Comitê Central, para determinar o que devo, ou não, fazer".

Após posicionar-se a favor da OLAS e considerar-se "integrado na Revolução Latino-Americana, da qual a Revolução Cubana é pioneira", Marighella encerrava a sua carta, afirmando:

"Em minha condição de comunista, à qual jamais renunciarei, e que não pode ser dada nem retirada pelo Comitê Central, pois o Partido Comunista e o marxismo-leninismo não têm donos e não são monopólios de ninguém, prosseguirei pelo caminho da luta armada, reafirmando minha atitude revolucionária e rompendo em definitivo com vocês".

Lá mesmo, em Havana, Marighella escreveu mais duas cartas: uma, em 28 de setembro de 1967, ao ex-almirante Aragão, propondo uma união de forças para uma luta de guerrilha; e a outra, a Fidel Castro, solidarizando-se com a revolução cubana e incorporando-se ao preconizado pela OLAS.

Essas três cartas, que ficaram conhecidas como as "Cartas de Havana", marcaram o aparecimento de Marighella como um "grande líder guerrilheiro", que iria criar uma das mais importantes organizações militaristas do País.

Ao retornar ao Brasil, impregnado das concepções foquistas e com a promessa de apoio dos dólares cubanos, Marighella esfacelou o Comitê Estadual do PCB de São Paulo e transformou a sua "ALA" no Agrupamento Comunista de São Paulo, que assumiria, em 1969, a denominação de Ação Libertadora Nacional (ALN).

A partir de setembro de 1967, após a sua expulsão do Comitê Central do PCB, Marighella iniciou o envio de militantes do Agrupamento Comunista de São Paulo para fazer cursos de guerrilhas em Cuba[129].

13. O "Encontro" da Corrente Revolucionária

Em consequência das medidas punitivas tomadas pelo Comitê Central do PCB, reuniram-se, em 19 de outubro de 1967, no "aparelho" de Apolônio de Carvalho, localizado no bairro Paraíso, em Niterói, os líderes da divergência que compunham a Corrente Revolucionária. Nesse "Encontro", compareceram mais de vinte pessoas, representantes de vários estados e do Distrito Federal[130]. O representante da "Ala Marighella" de São Paulo era Joaquim Câmara Ferreira.

Foram aprovados dois documentos, ambos de autoria de Mário Alves. O primeiro, intitulado "Proclamação aos Comunistas Brasileiros", limitava-se a criticar as medidas punitivas do PCB, tachado de "fracionista", "oportunista" e

---

[129] Na primeira leva, posteriormente denominada de I Exército da ALN, seguiram para Cuba: Adilson Ferreira da Silva ("Miguel"), Aton Fon Filho ("Marcos"), Epitácio Remígio de Araújo ("Júlio"), Hans Rudolf Jacob Manz ("Juvêncio" e "Suiço"), José Nonato Mendes ("Pele de Rato" e "Pará"), Otávio Ângelo ("Fermin") e Virgílio Gomes da Silva ("Carlos").

[130] Entre os participantes estavam: Apolônio de Carvalho, Jarbas Amorim, Miguel Batista dos Santos, João Pedro Francisco Filho, Nicolau Tolentino Abrantes dos Santos e Getúlio de Oliveira Cabral, do Rio de Janeiro; Mário Alves, Jacob Gorender, Manoel Jover Telles, Armando, Teixeira Fructuoso, Helena Boaventura Neto, SalatieI Teixeira Rollins, Geraldo Soares e Roberto Ribeiro Martins, da Guanabara; Thomaz Miguel Pressburger, de Brasília; Bruno Costa de Albuquerque Maranhão, de Pernambuco; além de dois representantes do Rio Grande do Sul, dois de Minas Gerais, e um do Espírito Santo, de codinome "Nilo".

"reformista", e a conclamar os revolucionários a organizarem um novo partido, nem da linha soviética nem da maoísta, mas que se aproximasse das resoluções da OLAS. O segundo, "Sobre o Programa e a Tática", procurava traçar a linha política desse novo partido.

Aprovou-se, também, no "Encontro" a criação da "Comissão Provisória de Reconstrução Partidária", integrada por Apolônio de Carvalho, Jarbas Amorim, Manoel Jover Telles e Armando Teixeira Fructuoso, a qual deveria preparar o programa e a conferência nacional do novo partido a ser fundado.

Os documentos, referendados nessa reunião, foram enviados a dissidentes do PCB, em outros estados, tais como Sergipe, Alagoas, Paraíba e Rio Grande do Norte, os quais aquiesceram em participar do movimento. Efetivamente, em abril do ano seguinte, seria realizada a conferência de fundação do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR).

14. O PC do B fortalece a luta ideológica

Três documentos marcaram a linha política do PC do B, em 1967, todos com a tônica de fortalecer a luta ideológica contra o revisionismo, o foquismo, o trotskismo e as concepções centristas da POLOP.

Em abril, após a visita à China de uma delegação do Comitê Central, o PC do B publicou o documento "Apoiar decididamente a Grande Revolução Cultural Proletária", no qual reafirma sua posição de apoio ao pensamento de Mao Tsé-tung e à Revolução Cultural, então em curso naquele país. Deve-se destacar, entretanto, que, contrariamente à linha chinesa, o PC do B considerava-se seguidor de um marxismo-leninismo "puro", Stálinista, e não via o pensamento de Mao Tsé-tung como uma nova etapa na doutrina comunista.

Em maio de 1967, o Comitê Central aprovou um segundo documento, "Desenvolver a Luta Ideológica e Fortalecer a Unidade do Partido", no qual procura reafirmar a sua doutrina e resguardar o Partido das dissensões que vicejavam no PCB e na POLOP. Sobre o caráter da revolução, o documento reafirma a sua postura etapista e posiciona-se contra o foquismo.

"No Brasil, como nos demais países latino-americanos, a revolução tem duas etapas. Uma nacional e democrática, e a outra, socialista. Ainda que sejam parte de um processo único, elas são bem definidas, e têm conteúdo distinto... Mas existem todas as condições para tornar vitoriosa a revolução socialista."

Emprestando solidariedade à China, à Albânia e ao Vietnã, o PC do B atacava o revisionismo soviético, visto como o apoiador velado de foquismo cubano.

O terceiro documento, "O PC do B na Luta contra a Ditadura Militar", foi aprovado na reunião do Comitê Central, em novembro de 1967. Nele, o PC do B reafirma a sua "estratégia revolucionária", estabelecida no Manifesto-Programa de 1962, e a sua "tática revolucionária", contida nas resoluções da VI Conferência, do ano anterior. Defende o desencadeamento de "um poderoso movimento de massa", nas cidades e nos campos, para, numa "política de frente única", derrubar a "ditadura militar" e implantar um governo popular revolucionário. Afirmando que "o caminho da libertação é o caminho da luta armada", o PC do B destaca que "só através da luta armada é possível varrer o sistema político, criado pelo golpe de primeiro de abril, e conseguir um novo poder". Após os costumeiros ataques à URSS e a Cuba, elogia a Albânia e a China, e cita Mao Tsé-tung como "o maior marxista-leninista da época presente, o inspirador e guia da Revolução Cultural". Esse documento faz referência a uma "circular da Comissão Executiva a respeito do trabalho no campo" e estabelece que, no interior, "reside o maior potencial revolucionário do país", e que ele será "o cenário mais favorável à luta armada". Sobre as atividades do Partido, faz referência ao trabalho nas fábricas, nos sindicatos e com os estudantes. Afirma que alguns de seus quadros já estavam atuando nas áreas rurais.

Coerente com a sua linha de Guerra Popular, o PC do B continuava a preparação da luta armada no campo.

15. A Ala Vermelha do PC do B assume a posição foquista

Durante todo o ano de 1967, a Ala Vermelha do PC do B debateu-se com seus problemas internos de organização e de definição da linha política. Apesar de seus líderes terem sido expulsos do PC do B no ano anterior, a intenção geral era permanecer como uma ala interna do Partido, conservando a sigla AV/PC do B, que se manteve até 1969.

Em termos de linha política, para definir a sua posição contrária à do PC do B, a Ala Vermelha emitiu, em dezembro de 1967, um documento sob o título "Crítica ao Oportunismo e ao Subjetivismo da União dos Brasileiros para Livrar o País da Crise, da Ditadura e da Ameaça Neocolonialista", criticando aquele que havia sido aprovado na VI Conferência do PC do B e desenvolvendo, nessa sua primeira fase de formação, uma linha nitidamente foquista.

Pelo documento citado, assim como o PC do B, a Ala Vermelha considerava que a revolução deveria ser feita em duas etapas: a primeira, para atingir uma democracia popular, e a segunda, para atingir o socialismo[131].

No entanto, para partir rumo ao primeiro objetivo estratégico (Democracia Popular), duas condições teriam de ser obedecidas no campo da tática: "Construir um partido revolucionário do proletariado" e "aniquilar o aparelho militar da ditadura contrarrevolucionária, substituindo-o pelo Exército Popular Revolucionário".

A Ala Vermelha afirmava: *"Para que as forças revolucionárias obtenham êxito, torna-se necessário o emprego da luta armada como sua principal forma de ação"*. E acrescentava: *"A experiência da revolução em todo o mundo indica que existem apenas dois caminhos através dos quais a luta armada pode se desenvolver: a guerra insurrecional e a guerra popular"* [132].

Assim como o PC do B, a Ala Vermelha acreditava na guerra popular, defendendo a criação de um "partido temperado na luta", do Exército Popular Revolucionário, da "aliança operário-camponesa", de uma "Frente Única Revolucionária" e da "correta combinação entre a luta armada no campo e nas cidades".

Entretanto, o ponto de discórdia com o PC do B surgia quanto ao método de desencadeamento da luta armada, que, segundo a Ala Vermelha, poderá ocorrer de quatro formas: fruto de um grande movimento de massas; resultado de um levante armado camponês; através de uma cisão no Exército; e através da formação de um "foco revolucionário".

Descartando as três primeiras formas, como inviáveis naquelas condições do País, a Ala Vermelha fixou-se na formação de um "foco revolucionário". Tentando construir um misto de maoísmo com foquismo, a organização defendia o desenvolvimento de um trabalho para ganhar as massas para a revolução, através da criação de uma "Frente Única Revolucionária", vista como "um instrumento de mobilização das massas para apoiar a luta armada".

Desse modo, a Ala Vermelha do PC do B escolheu a luta armada de linha foquista, como o caminho a ser seguido pela organização, fruto de uma análise político-conjuntural realizada em 1966/67. No ano seguinte, a Ala Vermelha do PC do B passaria da teoria à prática.

16. O debate teórico e ideológico da Ação Popular (AP)

Em 1967, a Ação Popular (AP) iniciou a mudança de sua ideologia, buscando no marxismo-leninismo o instrumento para "proletarizar-se" e "viabilizar sua luta revolucionária".

Durante uma reunião do Comitê Nacional, realizada em fevereiro, foi levantada a necessidade de sistematizar o estudo do marxismo-leninismo e de ser criado um partido para dirigir e dar consequência à luta revolucionária. O "Debate Teórico-Ideológico", documento resultante dessa reunião, tinha uma nítida influência do filósofo marxista Louis Althusser e representou uma tentativa de introduzir o marxismo numa organização de origem cristã, sem assustar seus militantes. A AP assumia o estudo teórico do marxismo, sem envolver-se nas consequências de sua prática[133]. Já o documento "Partido de Vanguarda", também elaborado naquela oportunidade, apontava a necessidade de ser criado um partido para conduzir a revolução, fazendo, nesse sentido, constantes referências a Lênin. Afirmava, também, que ainda não havia esse partido no Brasil e defendia a sua criação a partir da Ação Popular.

Em meados de 1967, baseada em Marx e Lênin, a AP debatia-se no estudo de pensadores divergentes, tais como Mao Tsé-tung, Althusser, Guevara e Debray.

Apesar de algumas críticas ao foquismo, a AP, procurando materializar a sua mudança de postura e buscando reconhecimento e apoio internacionais, enviou, no final de julho, seus militantes Vinícius José Nogueira Caldeira Brandt, o "Rolando", e Paulo Stuart Wright, o "João", para o I Congresso da OLAS, em Havana. Durante o Congresso, a organização conseguiu que o governo cubano colocasse à disposição da AP 14 mil dólares para financiar as passagens dos militantes que iriam frequentar o curso de guerrilhas em Cuba. Também foi conseguida para a AP a representação política do Brasil em Cuba, em substituição a Brizola, que, colecionando fracassos, não apresentara explicações aceitáveis para o destino dado aos dólares cubanos por ele recebidos. Tal fato, inclusive, levaria Fidel Castro a referir-se a Brizola como "El Raton", sugerindo que o "líder da revolução brasileira" se havia locupletado com o dinheiro vindo de Cuba.

---

[131] Na primeira fase, desenvolver-se-ia uma "revolução antineocolonialista, democrática, agrária e de transformações socialistas". Nessa etapa, a Democracia Popular seria instaurada por um governo popular revolucionário, que teria as tarefas essenciais de expropriar e estatizar os capitais, os bens e as propriedades do neocolonialismo e da burguesia, expropriar toda a propriedade latifundiária, realizando a reforma agrária radical. Na segunda fase, haveria uma "revolução socialista" e, então, o Socialismo seria instaurado pela Ditadura do Proletariado.

[132] A Ala Vermelha do PC do B só acreditava na guerra insurrecional, se o Exército estivesse desprovido de coesão interna, se o Governo estivesse em processo de decomposição e de desmoralização e se existisse um proletariado em armas. Como nenhuma dessas condições existia na época, a Ala Vermelha não adotou a linha de insurreição.

[133] A fim de incentivar o estudo, o Comando Nacional publicou e distribuiu os "Textos para Debate", contendo obras básicas e passagens importantes de pensadores comunistas, particularmente Marx e Engels.

Em agosto, com a eleição para a presidência da UNE de Luiz Gonzaga Travassos da Rosa, a AP manteve a supremacia que tinha no Movimento Estudantil desde os tempos da Juventude Universitária Católica, em 1961, quando foi eleito Aldo Arantes.

No segundo semestre de 1967, os debates na AP levaram-na a adotar a visão maoísta da Guerra Popular, abandonando o foco. Em consequência, a AP enviou cinco militantes para frequentar o curso de capacitação político-militar na Academia Militar de Pequim.[134]

Até o final do ano, a estrutura organizacional da AP evoluiu, modificando o seu sistema de comando a fim de atender à nova concepção estratégica que ia adotando. Desse modo, foram criadas a Comissão Nacional Estudantil; a Comissão Nacional Operária; a Comissão de Política e Organização; a Comissão Nacional Camponesa; e a Comissão Nacional de Serviços.

No debate ideológico, ficou evidente o conflito entre o marxismo-leninismo – através do Pensamento de Mao Tsé-tung – e a base idealista da AP, trazida do movimento católico. Inicialmente tímida – aceitava-se com reservas a "ditadura do proletariado" –, a ideologia marxista-leninista iria dominar a AP e orientar a sua atuação. Aos que perseveraram nos ideais católicos, só restou a opção do desligamento da organização.

17. O IV Congresso e os "rachas" da POLOP

A intensa doutrinação ideológica pretendida pelo Comitê Nacional da Política Operária (POLOP), que lhe valeu o epíteto de "organização doutrinarista", não impediu o surgimento de correntes internas, localizadas nas secretarias regionais de Minas Gerais, da Guanabara e de São Paulo.

Em setembro de 1967, a POLOP realizou o seu IV Congresso Nacional, no qual aprovou o "Programa Socialista para o Brasil", por 16 votos contra 14 – uma pequena maioria que não conseguiu evitar os "rachas" na organização.

Desde o ano anterior, já existiam divergências com a Secretaria Regional de Minas Gerais, que defendia a Constituinte e se aproximava das organizações que postulavam uma "revolução democrático-nacional". Essa dissidência mineira afastou-se da POLOP e viria a criar, em 1968, o Comando de Libertação Nacional (COLINA)[135].

A minoria da Secretaria Regional da Guanabara apresentou, no Congresso, um programa caracterizando a revolução como sendo de "libertação nacional" e defendendo a estratégia da "guerra prolongada no campo". Liderada por Juarez Guimarães de Brito e sua esposa, Maria do Carmo Brito, essa dissidência carioca viria a juntar-se à dos mineiros, na formação do COLINA.

Em São Paulo, a minoria da Secretaria Regional havia adotado uma posição foquista, seguindo a orientação do livro "Revolução na Revolução?", de Regis Debray. No Congresso, apresentou teses baseadas na "Resolução Geral" da I COSPAL, da OLAS, realizada em agosto, e defendeu a constituição de um "Comando Político-Militar. Derrotada, essa dissidência paulista – liderada por Wilson Egídio Fava, Waldir Carlos Sarapu e João Carlos Kfouri Quartim de Morais, selando antigo namoro com os ex-militares do Movimento Nacionalista Revolucionária, de Brizola, criaria, em 1968, a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR).

Reduzida, praticamente, à metade de seus efetivos, a POLOP lançou-se, após o Congresso, em decidida atuação junto ao movimento operário, setor onde não possuía a mesma força que dispunha junto ao movimento estudantil.

Em novembro de 1967, foi divulgado o documento "As razões da Frente da Esquerda Revolucionária", assinado pelo Comitê Nacional da POLOP, pelo Comitê Estadual do PCB do Rio Grande do Sul, pelo Comitê Municipal do PCB da capital gaúcha e pelo Comitê Secundarista da Guanabara. Nesse documento, além das críticas à direção do PCB, ficou acertada, pelos signatários, a constituição de uma frente de esquerda revolucionária, por aqueles que advogavam uma resolução socialista para o Brasil.

No final de 1967, concretizou-se a aproximação da Dissidência Leninista do PCB, no Rio Grande do Sul, com a POLOP, fusão que seria estabelecida em 1968, formando o Partido Operário Comunista (POC).

18. A Força Armada de Libertação Nacional (FALN)

O inconformismo com a linha pacífica adotada pelo PCB gerou, na faculdade de Direito da cidade paulista de Ribeirão Preto, uma dissensão centrada no universitário Wanderley Caixe, que participava de uma célula do PCB naquela faculdade. No primeiro semestre de 1967, orientado pelo "assistente", Irineu Luís de Moraes – que se havia ligado à Ala

---

[134] Entre eles estavam: Jair Ferreira de Sá ("Dorival" ou "Dori"), Haroldo Borges Rodrigues Lima ("Zé Antônio") e José Renato Rabelo ("Raul").

[135] Entre os líderes da dissidência estavam: Ângelo Pezzuti, Carlos Alberto Soares de Freitas, Apolo Heringer Lisboa, Herbert Eustáquio de Carvalho, Jorge Raimundo Nahas, Maria José de Carvalho Nahas, Inês Etienne Romeu e Vilma Vana Roussef Linhares.

Marighella –, Wanderley resolveu desligar-se do Partido e, influenciado pelo foquismo cubano, criou a "Frente de Libertação Nacional", em seguida transformada na "Força Armada de Libertação Nacional" (FALN).

A FALN estruturou-se em três setores: de inteligência, de logística e de formação de quadros. De reduzido conhecimento teórico, sua direção não fazia elucubrações sobre o caráter da revolução e nem sobre a caracterização da sociedade. Desejando formar um "exército popular de libertação", objetivava, por meio dele, derrubar o Governo assumir o poder e mudar o regime.

Através de um jornal de estudantes da faculdade de Direito, "O Berro", Wanderley Caixe passou a pregar a sua posição foquista, juntamente com Nanci Marieto, Sílvio Rego Rangel, Luiz Gonzaga da Silva e outros. Chegou, inclusive, a distribuir um texto mimeografado do livro "Revolução na Revolução?" (de Regis Debray) e efetuou pichações, nas quais a tônica era a luta armada.

No segundo semestre de 1967, a FALN iniciou os atentados terroristas nas cidades paulistas de Ribeirão Preto e Sertãozinho. Em Ribeirão Preto, fez com que bombas explodissem nos cinemas Centenário, São Paulo, D. Pedro II, São Jorge e Suez; bem como no Mercado dos Campos Elíseos; na agência do Departamento dos Correios e Telégrafos; na Igreja Mórmon; e até mesmo no 3º Batalhão da Polícia Militar. Em Sertãozinho, Mário Bugliani e seus comparsas explodiram bombas em logradouros públicos, nos mesmos horários das acionadas na cidade vizinha de Ribeirão Preto. Os petardos tinham efeito moral e serviam para espalhar panfletos, nos quais a FALN preconizava a derrubada do Governo e elogiava a figura de Guevara[136].

No final de 1967, além de Ribeirão Preto e Sertãozinho, a FALN já se havia estendido para as cidades de Franca e Pitangueiras, lutando por afirmar-se e procurando os meios que lhe permitissem desencadear a luta armada.

19. Atividades do clero na subversão

A influência marxista na Igreja, de que tratamos no Capítulo I (item 15), fazia-se sentir, no Brasil, de forma mais acentuada, na ordem dos dominicanos, exteriorizada por dois aspectos principais: liberalismo, entre os seus membros, para os problemas mundanos, e grande atividade política. Mas, além dos dominicanos, também os franciscanos deram provas de suas tendências políticas, apoiando a realização, em 1966, do XXVIII Congresso da União Nacional dos Estudantes (UNE). Forneceram alojamentos aos congressistas e permitiram que as reuniões fossem realizadas no Convento da Ordem, em Belo Horizonte. A UNE era uma entidade ilegal, cujo fechamento havia sido pedido por ser considerada nociva à ordem pública – fora infiltrada pelos comunistas e tornara-se um reduto deles.

No ano de 1966, os dominicanos de São Paulo promoveram o que denominaram a "Semana da Liberdade". A essa reunião, cuja tônica foi o incitamento à rebelião, compareceram notórios e conhecidos esquerdistas. Ainda nesse ano, dava-se o ingresso, no convento dessa ordem, do jovem Oswaldo Augusto Rezende Junior, de Magno José Vilela, de Luiz Felipe Ratton Mascarenhas, de Ives do Amaral Lesbaupin e de Carlos Alberto Libânio Christo, originários do meio estudantil, no qual atuavam politicamente comprometidos com ideias esquerdistas. Em breve, já como religiosos, iríamos constatar suas atuações em atividades e organizações subversivas.

Em 1967, mais uma reunião clandestina seria realizada num convento religioso, desta vez no dos dominicanos de São Paulo, o qual, por isso, já se ia notabilizando. Ali, no início do ano, houve uma reunião do chamado DCE-livre, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Também nesse convento, numa iniciativa de seu Prior, Frei Francisco Pereira de Araújo – "Frei Chico" –, foi programado um dia de greve mundial contra as guerras, e houve a subsequente criação de uma assembleia permanente pela paz. Na gráfica desse mesmo convento, foi impresso um número do jornal "Revolução", da Ação Popular, cujo assunto principal era os "Textos para debates sobre a Teoria Revolucionária Chinesa".

Na noite de 5 de novembro, foram detidos, em Volta Redonda, no Estado do Rio de Janeiro, quatro indivíduos que distribuíam um manifesto subversivo, pregando, inclusive, a tomada do poder pela força. Os elementos detidos foram identificados como o diácono francês Guy Michel Camille Thibault, o ex-seminarista Carlos de Azevedo Rosa e dois diretores da Juventude Diocesana Católica, da Diocese de Barra do Piraí –Volta Redonda –, Jorge Gonzaga e Natanael José da Silva. O veículo por eles utilizado era de propriedade da Diocese, e os panfletos haviam sido confeccionados na Casa Paroquial de Volta Redonda. Apesar do flagrante de ilícita atividade que envolvia inclusive um estrangeiro, Dom Valdir Calheiros, bispo local, foi a público defender os implicados e alardear o fato como "mais uma tentativa de sufocar a voz da Igreja"[137].

---

[136] As bombas eram confeccionadas por Wanderley Caixe, Luiz Gonzaga da Silva, Sílvio Rego Rangel, Oscar dos Santos Lima, Áurea Moreti e Mauro Rosa Mosca.

[137] A respeito desse episódio, o escritor católico Gustavo Corção escrevia em "O Estado de S. Paulo", de 19/11/67, lamentando que o empreendimento desses jovens não provocasse a indignação do bispo, o que não aconteceu, segundo o autor, "porque vivemos em tempos de grandes superstições: nossos bezerros sagrados irão de audácia em audácia até obter que os eclesiásticos reneguem alegremente a fé e queimem, com as últimas imagens de uma antiquada Igreja de outro século, os crucifixos que lembram a superada ideia de um Cristo morto para a redenção da Humanidade (...)".

Em dezembro desse ano, percebendo que, pelo menos, de uma parcela da Igreja poderia obter colaboração para suas atividades, o PCB incluiu na resolução política de seu VI Congresso a seguinte proposição: "A posição da Igreja Católica, na qual poderosas correntes se identificam com as forças que lutam pela paz e pela democracia, cresce sempre mais em importância (...). A frente antiditatorial inclui, também, correntes e líderes religiosos. Daí, o importante papel da ala progressista da Igreja Católica. Nosso objetivo principal na luta contra a ditadura é promover a formação de um único bloco de todas as forças de oposição (...)".

Em agosto, havia sido divulgado um documento intitulado "Mensagem de 17 bispos do Terceiro Mundo", dos quais nada menos que 8 eram brasileiros. Nessa Mensagem, há uma opção pelo socialismo, com uma ressalva quanto ao seu entendimento. Os bispos, no tópico sobre o capitalismo, assim se expressam: "Os cristãos tem o dever de mostrar que o verdadeiro 'socialismo' é o cristianismo integralmente vivido (...). Evitaremos, assim, que alguns confundam Deus e religião com os opressores do mundo, dos pobres e dos trabalhadores, que são, com efeito, o feudalismo, o capitalismo e o imperialismo (...)".

20. Mil novecentos e sessenta e sete

Com a posse do Presidente Costa e Silva, cessara a vigência do AI-2. O País reencontrava-se com a ordem constitucional e o estado de direito. No entanto, criara-se, antes de sua posse, a expectativa de que o novo governo, tão logo chegasse ao poder, promoveria modificações substanciais, principalmente, nos campos político e econômico.

A esquerda, que dominava a Frente Ampla, tendo inclusive redigido seu manifesto, iria radicalizar essa esperança, transformando-a em pressão. As reivindicações postas nesse sentido eram: anistia, já; eleição direta, já; e uma nova constituição, já!.

O Governo mostrou a seus correligionários que não havia o que mudar de imediato. A política econômica exigia continuidade para não tornar vãos os sacrifícios impostos por três anos. A Constituição estava em vigor só havia alguns meses, e o Governo estimava que só teria condições de rever as punições revolucionárias dentro de dois anos, se tudo corresse bem, isto é, se a Revolução obtivesse êxitos mínimos.

A Frente Ampla, porém, que se proclamava contra o regime vigente, tomou como bandeira a "democratização" e propôs-se a adotar a estratégica utilizada por Brizola, em 1963, calcada na mesma alegação. Os parlamentares estariam imobilizados pelo sistema dominante e só se libertariam para promover as retificações constitucionais, com o povo nas ruas, sob a pressão do movimento de massas.

Sem conseguir aproximar-se do Governo, Lacerda aceitou as teses da esquerda para a Frente Ampla e, em setembro, encontrou-se, em Montevidéu, com João Goulart, firmando com este um acordo que iria dar força política e popular à mobilização que a Frente pretendia realizar contra o Governo e o regime.

O Governo reagiu e responsabilizou a Frente Ampla pela possível reversão da gradativa eliminação do controle revolucionário sobre a vida política do País.

A Frente não chegou a ser lançada, mas passou a ampliar seus contatos, realizando encontros com líderes sindicais e estudantis. Por sua postura de enfrentamento ao Governo, ela não contribuiu para afrouxar o "nó" que limitava qualquer possibilidade de anistia. Passou a apertá-lo, afastando a possibilidade de entendimento entre as partes, para um futuro que outros acontecimentos paralelos acabariam por tornar distante.

Bem caberiam, aqui, as palavras que Lacerda, havia menos de três anos, escrevera, ao prefaciar o livro de Suzanne Labin, "Em Cima da Hora": *"A estupidez dá as mãos à imprevidência, a ingenuidade se abraça à malícia e, nessa frente cínica de traição ativa e passiva, entregam o Brasil à força retrógrada e reacionária que é a ditadura comunista".* Se não havia uma conexão entre a Frente Ampla e a trama que o Movimento Comunista Internacional engrenava em Havana, esta, no mínimo ajudava decididamente a criar as condições objetivas aguardadas pelas organizações subversivas, cuja ocorrência, no país, se daria em apoio à luta armada em preparação.

Paralelamente, temeroso de perder a oportunidade e crente que o momento propício já chegara, Brizola lançou seus despreparados "guerrilheiros" em mais uma aventura, a chamada "guerrilha de Caparaó" – que não houve –, cujo objetivo era desenvolver-se até transformar-se num "exército popular revolucionário". A guerrilha acabou antes de iniciar suas "operações". Nesse ano, outra guerrilha – que também não houve – recebera apoio do caudilho. Esses fracassos guerrilheiros de Brizola, que se somaram a outros anteriores, fizeram com que ele ficasse totalmente desmoralizado ante os líderes cubanos – que o acusaram de ter-se locupletado com o dinheiro destinado à Revolução – e levaram a que se desmoronasse o Movimento Nacionalista Revolucionário até a extinção. Mas o fato de seu "pombo-correio" ter sido preso entre os "guerrilheiros" do Triângulo Mineiro não deixou de ser explorado pela esquerda, que nele via "uma escalada do governo ditatorial" contra a imprensa.

Destino mais inglório que o MNR teve a outra organização subversiva que se criara no Uruguai, a Resistência Armada Nacionalista. Sem uma definição político-ideológica, não obtendo apoio externo e não tendo recursos para prosseguir em suas ações, a RAN esvaziou-se até a total dissolução.

Em contrapartida, a Ação Popular, que se decidira pela proletarização e começava a realizar alterações internas, visando a seus novos objetivos, fez-se oficialmente presente à Conferência da OLAS. Em Havana, além de conseguir a

representação do Brasil junto a esse organismo, passou a receber o auxílio do governo cubano, destinado a apoiar a revolução comunista em nosso País. Esse apoio não refletia apenas o fato de a AP ser a organização subversiva mais atuante, ante os fracassos de Brizola. Devia-se também, sem dúvida, a seu domínio sobre a UNE e, consequentemente, sobre uma grande massa de manobra radicalizada ideologicamente e pronta para ser lançada na criação do foco insurrecional. Coincidentemente, com a I COSPAL, a AP, em frente única com as dissidências comunistas universitárias, alijou de vez a influência do PCB do meio universitário. A direção da UNE passava a orientar-se pelo ideário de organizações que acelerariam o envolvimento da classe estudantil na militância armada. Só faltava um expediente que a jogasse em massa na clandestinidade, a fim de canalizá-la para as organizações subversivas.

Nesse ano, as dissidências que se haviam formado em torno da linha política dos partidos comunistas, às quais a POLOP não ficou imune, começaram a definir-se e dariam margem ao surgimento de nada menos do que nove organizações optantes da luta armada, sendo cinco oriundas do PCB, duas do PC do B e duas da POLOP.

Ainda em 1967, começou a vir à tona o trabalho da esquerda revolucionária na área sindical. Apresentando-se como oposição aos sindicatos dominados pelo PCB, era constituída de grupos rompidos com o reformismo e apoiados pela Juventude Operária Católica. Começaram a criar um sindicalismo paralelo, com base em comitês sindicais, em nível de fábrica. Fortaleceram-se, organizando o Movimento Intersindical Antiarrocho.

Tudo estava a indicar que em breve a luta armada poderia surgir com mais veemência. Na verdade, os primeiros atentados à bomba já haviam começado bem antes, em 1966, com as bombas colocadas em Recife, em especial a bomba do Aeroporto de Guararapes, que vitimou mais de uma dezena de inocentes, ceifando, inclusive, a vida de dois brasileiros que ali se encontravam, todos com seus espíritos desarmados.

Capítulo V

1968

1. O "caminho das pedras"

Quem desconhecia a preparação das esquerdas para a luta armada até poderia prognosticar que 1968 seria um ano tranquilo. Pelo menos para o Congresso, ele começava ao velho estilo – com uma convocação extraordinária, por mera conveniência dos que tomaram essa iniciativa. Não havia prenúncio de crise institucional iminente, nem os projetos em pauta justificavam essa providência.

O Governo, com pouca flexibilidade política, pensou em manifestar sua reprovação a essa medida descabida, não enviando qualquer mensagem ao Congresso durante esse período extraordinário. Alertado de que essa convocação fora provocada por parlamentares da ARENA, que, no final de 1967, haviam criado dificuldades para a tramitação de projetos do Executivo, impondo-lhe alguns reveses, o Presidente foi aconselhado a não aumentar a área de atrito com os representantes situacionistas.

De fato, as relações do Governo com o partido que lhe deveria dar sustentação e com o Congresso não eram das mais harmoniosas. O Governo tinha pouco a ceder em razão de seus objetivos e, onde poderia fazê-lo, muitas vezes não o fazia, em decorrência de características pessoais do Presidente. Durante todo esse ano, o Executivo teria dificuldades para harmonizar suas relações com os parlamentares. Várias tentativas para melhorar essa articulação foram feitas. O Presidente recebia governadores, bancadas estaduais e parlamentares isolados para troca de ideias. Os políticos não desejavam, porém, apenas os diálogos; desejavam ver atendidos seus interesses, que consideravam legítimos, enquanto o Governo, via de regra, os classificava de "fisiológicos", isto é, contrários à causa pública. Essas eram tentativas de resolver problemas básicos: reivindicações de alterações institucionais, ou de mudanças ministeriais, às quais o Presidente não atenderia, por questão de feitio pessoal.

Havia, porém, no alto escalão do sistema governamental, constituído por governadores, parlamentares e até ministros, uma preocupação que ia além desses problemas do cotidiano político. Esses líderes políticos Concordavam que o Governo não vinha correspondendo às esperanças que despertara. Embora divergissem quanto à natureza das causas – políticas, sociais ou econômicas, examinadas isoladamente ou conjuntamente –, consideravam que os fatos poderiam conduzir a uma crise institucional.

Apesar de não estarem satisfeitos com a forma pela qual o Executivo conduziaas estratégias, esses políticos não concordavam com a formulação dos parlamentares do MDB e rejeitavam, por irrealista, a radicalização pretendida pela Frente Ampla. Muitos deles criticavam essas posturas, considerando-as pouco inteligentes e portadoras de aspectos que apenas dificultavam o encontro de uma solução.

O "caminho das pedras", para esses próceres políticos, estava na pacificação e não no confronto. Deveria ser buscado no entendimento – que só seria viável na medida em que houvesse uma atitude moderada, para não dizer conciliatória – entre oposição e Governo.

As tentativas de conseguir esse entendimento apenas demonstraram o grau de irredutibilidade da posição, adotado por setores oposicionistas, o qual, de forma camuflada, também era abraçado por alguns grupos nas hostes governistas. Dizia o secretário-geral do MDB, expressando claramente esse posicionamento, mais emotivo que racional: *"Se para o governo a Constituição é intocável, a anistia é irrealizável, a eleição direta do presidente impossível; por que haverá a oposição de abdicar de seus atuais instrumentos de luta apenas para manter um "status" que considera intolerável?"*.

Por outro lado, o Presidente da República sempre deixara explícito que a anistia e a reforma constitucional não poderiam constituir o ponto de partida para qualquer negociação. Esses pontos básicos necessitavam de preliminares que fossem desarmando os espíritos. O que o Presidente pretendia fazer nesse sentido era projetar essa perspectiva para um futuro não muito distante, expressando seu propósito de promover eleições e passar o Governo ao sucessor – e isso ele fazia com frequência. Além disso, o Presidente adiantava: a sua meta era passar a presidência, em 1971, para um civil.

Batia-se no que chamamos, no capítulo anterior, de "mudado pela Revolução", que só poderia ser desfeito com o desarmamento dos espíritos.

Contrariar essas premissas e querer queimar etapas com pressões de massa ou de outra natureza era conduzir o problema para o impasse; porém, compreender isso, naquele momento, era algo que estava ao alcance de poucos.

2. A retomada do desenvolvimento

Quanto à causa da crise por vir, equivocados estavam aqueles que a atribuíam à política econômica do Governo. Embora seus benefícios ainda não pudessem ser sentidos pela população em sua verdadeira grandeza, os indicadores

econômicos mostravam que 1968 seria o ano da reversão de um longo período de recessão para a retomada do crescimento econômico. O Brasil voltava a crescer a altas taxas[138].

TAXAS ANUAIS DE CRESCIMENTO DO PRODUTO INTERNO BRUTO:				
ANO	P I B		INDÚSTRIA	AGRICULTURA
	REAL	"PER CAPITA"		
1956-62*	7,8	4,0	10,3	5,7
1962-67*	3,7	1,3	3,9	4,0
1968	11,2	8,1	13,3	4,4
* Média anual				

Esse crescimento era decorrente de um processo árduo, sem demagogia, que demandava tenacidade e coragem política para enfrentar a inevitável impopularidade, enquanto seus frutos estivessem em maturação. Devia-se a severas restrições e às reformas institucionais que modernizaram o aparelho do Estado.

O importante, no caso, era que essa reversão não se dava como consequência de meros fatores conjunturais, mas sim como fruto de medidas saneadoras e, por isso, sustentável por um largo período. Esse processo iria permitir a transformação da economia do Brasil e iria retirá-lo da esfera dos países "inviáveis", como a maioria dos países do chamado "terceiro mundo".

3. As pedras do caminho

A decisão dos três líderes da Frente Ampla de realizar ações mais agressivas, tornada pública em dezembro do ano anterior, alcançava os setores de esquerda da bancada federal do MDB. Atingia tal nível que o Senador Oscar Passos anunciava a sua intenção de afastar-se da presidência do Partido, em virtude da pressão a que vinha sendo submetido para tomar atitudes que julgava sectárias. Em dezembro, emedebistas mineiros já se haviam desligado da Frente, em razão de sua radicalização.

Enquanto Lacerda continuava buscando contato com oficiais da "linha dura", por julgar que a frente só teria consequência se pudesse contar com a adesão de militares, esta buscava estruturar-se para dar permanência às suas ações esporádicas, por meio de uma arregimentação organizada e persistente. Julgavam seus próceres que era chegada a hora "de colocar a procissão na rua, mobilizar e estimular a opinião pública". Gestões eram feitas para que Goulart dirigisse um manifesto aos trabalhadores.

Numa alusão aos guerrilheiros vietcongues, o Deputado Hermano Alves alardeava: *"Em março, a Frente Ampla atacará ao mesmo tempo Huê, Saigon, Khe Sanh, Pleikn e o Delta do Meckong".*

Áreas ligadas ao Governo, tanto militares quando políticas, passavam a denunciar o caráter subversivo da Frente.

Não tendo conseguido demover as áreas militares com as quais se ligava, por severa condenação que faziam de seus acordos políticos com Kubitschek e Goulart, Lacerda iniciava a chamada "guerrilha verbal" – provocar a tal ponto que se tornasse inevitável uma reação. Após fazer acusações genéricas de corrupção administrativa, sem fundamento, acusava os Ministros de Estado de serem "vendidos aos interesses estrangeiros".

Em março, a tolerância do Governo chegava ao seu limite. Lacerda acusava o Chefe da Casa Militar, de ter usurpado o poder em nome do Exército, buscando atingir diretamente a autoridade do Presidente da República[139].

Enquanto o Governo estudava a medida mais adequada para por fim às atividades frentistas, numa ação infeliz e lamentável, é morto um jovem estudante no Rio de Janeiro. Acidente ou não, estava criado o "mártir" que emotivamente arrastaria os indiferentes às manifestações dirigidas pela esquerda estudantil, propiciando condições para uma agitação crescente. As autoridades governamentais irritavam-se com o comportamento de alguns políticos nos episódios de rua.

---

[138] Fonte: "Conjuntura Econômica", da Fundação Getúlio Vargas.

[139] Para conhecer as versões do planejamento subversivo da Frente Ampla que circulavam na época, ver em "Os Governos Militares", de Hélio Silva, da Coleção "História da República Brasileira", Editora Três, Volume 20, página 84.

Na Câmara, eram feitos discursos considerados desrespeitosos às autoridades e às Forças Armadas, e alguns deputados, como Hélio Navarro e Davi Lerer, além de protegerem os estudantes rebelados contra a autoridade, estimulavam a agitação, procurando agravá-la com nítido incitamento à subversão.

Cogitava-se a decretação do estado de sítio, medida que não evitaria as provocações e atitudes desses políticos. Por isso, veiculava-se, também, com crédito, a notícia da preparação de um novo Ato Institucional. Contudo, "revela-se que, quando falaram ao Presidente Costa e Silva da necessidade de editar novo Ato Institucional, ele respondeu: "*Isso não é comigo. Jurei cumprir a Constituição e o farei"* [140].

Transpirava, também, que o Ministro do Exército era contrário à decretação do estado de sítio, e que o Alto-Comando entendia caber ao Governo manter a ordem e a política do regime, enfrentando, com medidas constitucionais normais, as manifestações que não haviam adquirido, ainda, caráter insurrecional.

Embora corressem rumores sobre "uma conspiração que visaria a derrubar o Governo através de um movimento de agitação popular", a eclodir em 1º de maio, apenas foi dado curso a uma decisão, já tomada antes dos acontecimentos desencadeados com a morte do estudante no Rio de Janeiro[141]. Em portaria do Ministério da Justiça, de 5 de abril, ficava proibida qualquer manifestação política em nome da Frente Ampla.

A solução branda apenas adiaria um confronto mais sério. Se a medida podia acuar a Frente, não calava uma dezena de parlamentares que fazia pregação subversiva acobertada por seus mandatos. Sequer a Frente deixaria de atuar, por acreditar que havia conseguido gerar um processo de crise irreversível e que o Governo estava por um fio. "Dias depois dessa medida, seu Secretário-Geral, Renato Archer, reafirmaria os compromissos dos três líderes que a constituíram, para algum tempo depois, num debate na PUC, trazer a público a continuidade da atuação da Frente, agora clandestina[142].

4. O Congresso Cultural de Havana.

Nos dois anos anteriores, 1966 e 1967, Cuba havia-se lançado no cenário revolucionário americano, divulgando sua doutrina guerrilheira e organizando a OSPAAL e a OLAS. Faltava, entretanto, um instrumento para aglutinar os intelectuais, os cientistas e os artistas, que poderiam, com seus livros, trabalhos e canções, preparar a consciência das massas para a revolução. Faltava conciliar a cultura com a luta armada.

Assim, em 4 de janeiro de 1968, iniciou-se o Congresso Cultural de Havana, consequência dos trabalhos iniciados desde outubro do ano anterior, com a realização de um seminário preparatório. A "Declaração" aprovada nesse Congresso registrava que:

"O proletariado, o campesinato e as demais classes populares revolucionárias são os herdeiros históricos das melhores tradições culturais. Unicamente pela via da tomada do poder político e da revolução socialista, encabeçada por aquelas classes, será possível desenvolver ilimitadamente, sem os anteriores entraves da luta de classes, uma extensa e rica cultura genuinamente nacional".

Unindo as figuras de Lênin e Guevara (já morto na Bolívia em outubro de 1967) como símbolos do "intelectual revolucionário militante", a "Declaração" assinalava:

"Queremos concluir, expressando que o exemplo de Lênin se mantém e se manterá vivo na prática revolucionária dos povos, que defenderemos a revolução contra todos os inimigos e perigos, com nosso trabalho e com nossa vida, se for necessário, e queremos dizer ao mundo que o grito de guerra de nosso Comandante 'Che' Guevara foi escutado, que estamos dispostos – com nossas mãos e nossas gargantas eivadas de ódio e paixão revolucionária – a deixar nossos instrumentos de trabalho, tomar as armas e entoar os cantos guerreiros com o matraquear das metralhadoras e novos gritos de guerra e de vitória".

Assim como a Conferência da OSPAAL foi a "tricontinental" da subversão, da guerrilha e do terrorismo, o Congresso Cultural de Havana passou a ser a "tricontinental" da infiltração comunista nos meios intelectuais, científicos e artísticos.

No Brasil, as consequências do Congresso foram imediatas. Livros passaram a ser escritos e canções compostas sob a ótica da visão marxista. Nossos "intelectuais" e artistas, forjados nos bares de Ipanema e do Leblon, tomaram a postura de "revolucionários", sempre, porém, insuflando os outros, particularmente os jovens.

---

140 Castello Branco, C.: "Os Militares no Poder", Vol. II, página 330.

141 A notícia sobre a conspiração a ser deflagrada a partir de 1º de maio de 1968 consta do livro já citado, de Castello Branco, páginas 325/326.

142 Castello Branco, C.: obra citada, página 377.

Os “Chico Buarques”, os “Callados” e os “Geraldo Vandrés” proliferaram e ganharam as manchetes como os mártires da “censura da ditadura militar”.

5. O Movimento Estudantil desencadeia o enfrentamento generalizado

Se algum setor pudesse ser destacado, no ano de 1968, este seria, indiscutivelmente, o Movimento Estudantil, em consequência do generalizado enfrentamento dos estudantes contra as forças policiais.

Em 1966, já se iniciara esse processo sem que, entretanto, os estudantes estivessem razoavelmente organizados. Não dispunham, também, de um preparo ideológico mais apurado, o que só viria a ocorrer no ano seguinte, com o fortalecimento das lutas estudantis específicas.

A conjuntura internacional mexia com as cabeças da juventude brasileira. No Vietnã, a ofensiva comunista do “Tet” (início do ano novo lunar dos vietnamitas) alcançava sucesso contra o “poderoso” exército norte-americano. Nos Estados Unidos, os negros realizavam manifestações contra a participação no Vietnã. Na Checoslováquia, os ideais libertários de Dubcek e a posterior invasão do país, inflamavam os jovens colocando-os numa atitude contra a URSS e as posições “reformistas”. A Revolução Cultural Chinesa espalhava os “livrinhos vermelhos” de Mao Tsé-tung. Nas barricadas de Paris, fortaleciam-se as concepções de Marcuse e surgiam novos heróis, como Daniel Cohn Bendit. O Movimento Estudantil atuava intensamente no Uruguai e no México. As guerrilhas de concepção cubana ocupavam as matas da Bolívia, da Venezuela e da Guatemala. E, fundamentalmente, florescia a figura de Guevara, o “novo herói” americano.

Não foi surpresa, portanto, a radicalização dos estudantes brasileiros, que, havia alguns anos, sofriam influência das organizações comunistas. Se o ano anterior fora marcado pela atomização das esquerdas, com sucessivos “rachas” no PCB e na POLOP, o ano de 1968 caracterizou-se pelo surgimento formal de um grande número de organizações comunistas que pregavam a luta guerrilheira. Os jovens já possuíam diversas opções para desaguar suas pretensões em favor das ações armadas.

Das quase duas dezenas de organizações comunistas já existentes ou então formadas, oito foram as mais importantes para o Movimento Estudantil, particularmente, na direção das agitações de rua: a Ação Popular (AP), o Núcleo Marxista-Leninista (NML), a Dissidência da Guanabara (DI/GB), a Dissidência da Dissidência (DDD), o Comando de Libertação Nacional (COLINA), o Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR), a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) e a Ala Marighella (futura ALN).

Em 1968, as bandeiras estudantis, forjadas nas lutas específicas do ano anterior, concentravam-se na “luta contra a repressão interna e a elitização do ensino” e por “mais verbas para as universidades”. Na realidade, entretanto, essas bandeiras nada mais eram do que a ponta do “iceberg”, que carregava, em seu bojo, com muito mais extensão e profundidade, a luta ideológica e o gérmen da luta armada.

Outra característica do Movimento Estudantil, em 1968, foi a orientação dada pelas organizações comunistas para que os estudantes passassem a desafiar abertamente os professores e diretores, obrigando-os a uma definição política. Muitos deles foram desmoralizados e perderam a autoridade, enquanto outros aderiram ou, pelo menos, não tentaram opor-se ao movimento.

Nas agitações de rua, as táticas utilizadas foram as aprendidas com as experiências de 1966 e 1967. Andavam na contramão dos carros, em plena hora do “rush”, causando grandes engarrafamentos e dificultando a ação policial. Faziam minicomícios, trepados em automóveis ou postes de rua. Agrupavam-se e dispersavam-se rapidamente, antes da chegada da polícia. Seus instrumentos de luta foram aumentando gradativamente, na medida em que o enfrentamento ia proporcionando novos sucessos e novas adesões. Dos gritos de protesto iniciais, passaram pelos porretes, atiradeiras, sacos de plástico com clorato de potássio e vidros de ácido sulfúrico, até aos coquetéis molotov e as armas de fogo[143].

Apesar de o Movimento Estudantil ter efetuado agitações em quase todas as capitais brasileiras, foi no Rio de Janeiro e em São Paulo que elas atingiram seu ponto máximo. Em 17 de janeiro de 1968, na Guanabara, Elinor Mendes Brito, presidente da Frente Unida dos Estudantes do Calabouço (FUEC) e estudante secundarista do Artigo 99, organizou um plebiscito para angariar fundos ao Restaurante Central dos Estudantes, mais conhecido como Calabouço. Em março, ocorreram greves em diversas universidades do País, contra a nomeação do Coronel Meira Matos para uma comissão especial de reformulação do ensino, fato considerado pelos estudantes como uma “intervenção militar no MEC”. Nesse mesmo mês, nos dias 13 e 24, houve passeatas com depredações em São Paulo e em Recife, respectivamente.

A primeira agitação de maior envergadura ocorreu em 28 de março de 1968, por ocasião da passeata organizada pela Associação Metropolitana de Estudantes Secundaristas (AMES), em solidariedade aos estudantes do Calabouço. Cerca de quinhentos secundaristas, insuflados por Elinor Mendes de Brito, entraram em choque com a polícia, na Avenida Rio Branca, quando foi morto, por uma bala perdida, Edson Luís de Lima Souto. Resolvendo-se capitalizar o fato, o cadáver foi velado durante toda a noite na Assembleia Legislativa, quando foram pronunciados inflamados discursos contra a

---

[143] Dentre os principais líderes do Movimento Estudantil, em 1968, podem ser destacados: Jean Marc Frederick Van Der Weid e Luiz Gonzaga Travassos da Rosa, da AP; Vladimir Palmeira, Franklin de Souza Martins e Carlos Alberto Vieira Muniz, da DI/GB; José Dirceu de Oliveira e Silva, da ALN; Marco Antonio da Costa Medeiros e Elinor Mendes Brito, do PCBR.

"ditadura militar", à sombra de retratos de Guevara. No dia seguinte, o enterro de Edson Luís, elevado à condição de "mártir estudantil", reuniu milhares de pessoas que, no cortejo entre a Cinelândia e o cemitério São João Batista, prometiam vingança, chegando a depredar um carro da embaixada norte-americana e a incendiar uma caminhonete da Aeronáutica.

No dia 31 de março, foi planejada a 2ª passeata pela morte de Edson Luís e contra a Revolução de 1964, que completava quatro anos. Realizada na hora do "rush", usaram a tática de organizar dezenas de pequenas passeatas que iam e vinham de conhecidos pontos do centro do Rio de Janeiro, como Cinelândia, Largo da Carioca, Praça XV e Praça Mauá. Formando grupos de choque armados com porretes e atiradeiras, depredaram lojas, carros e bancos, chegando ao enfrentamento direto com a Polícia Militar. Segundo palavras de Alfredo Hélio Sirkis, *"naquela noite foi sem o menor receio e com muita raiva que avançamos em cima da PM"*[144]. No final da noite, um civil morto e dezenas de soldados da Polícia Militar feridos atestavam a violência do confronto. Em 4 de abril, durante a missa de sétimo dia, as tentativas de desordem foram todas contidas pela Polícia Militar, que, pela primeira vez, usou a tropa a cavalo.

De 21 a 23 de abril, em Belo Horizonte, a UBES realizou o XX Congresso, que "estabeleceu os eixos centrais de luta contra os acordos MEC-USAID, contra a Lei Suplicy, contra a "Comissão Meira Matos" e pelo apoio à "libertação dos povos oprimidos".

Na primeira quinzena de maio, tumultos ocorridos no vestibular para a Escola de Engenharia, em Curitiba, causaram a prisão de 59 estudantes e ferimentos em 6 policiais, um deles em estado grave.

No início de junho, no Rio de Janeiro, pequenas passeatas, realizadas em Copacabana e na Rua Uruguaiana, pressagiaram as grandes agitações que estavam por vir ainda naquele mês, as quais ficaram conhecidas como "As Jornadas de Junho", verdadeiros marcos do início da mobilização da massa estudantil.

Ao meio-dia da quarta-feira, 19, uma aglomeração com cerca de oitocentos estudantes, liderada por Vladimir Palmeira, presidente da União Metropolitana de Estudantes (UME), tentou tomar de assalto o edifício do MEC. Rechaçados, os estudantes foram, em manifestação, até a Avenida Rio Branco, onde ergueram barricadas e atacaram a Polícia Militar. *"Pela primeira vez"*, afirma o próprio Vladimir Palmeira, *"não era a polícia que avançava contra os estudantes, mas os estudantes que avançavam contra a polícia"*.[145] Houve um caos generalizado, com dezenas de feridos, de lado a lado, e três veículos do Exército foram incendiados.

No dia seguinte, 1.500 estudantes invadiram e ocuparam a Reitoria da Universidade Federal do Rio de Janeiro, na Avenida Pasteur, fazendo com que os professores e membros do Conselho Universitário passassem por vexames, obrigando-os a saírem por uma espécie de corredor polonês, formado por centenas de estudantes. No final da tarde, cercados pela polícia, resolveram romper o cerco à força, quando mais de duas centenas de estudantes foram presos.

Vinte e quatro horas depois dessa invasão realizou-se nova passeata, ao meio-dia, no centro da cidade do Rio de Janeiro. Conhecido como a "Sexta-feira Sangrenta", o dia 21 de junho foi marcado por uma brutal violência. Em torno de dez mil pessoas, os estudantes, engrossados por populares, erigiram barricadas, incendiaram carros, agrediram motoristas, saquearam lojas, atacaram a tiros a embaixada americana e as tropas da Polícia Militar. No final da noite, mais de dez mortos, dentre os quais o Sargento da Polícia Militar, Nelson de Barros, e centenas de feridos atestavam a violência dos confrontos.

Na madrugada do dia 22, dezenas de estudantes tentaram ocupar, sem sucesso, a Universidade de Brasília. No dia 24, cerca de dois mil estudantes realizaram uma passeata no centro de São Paulo, quando depredaram a Farmácia do Exército e a sede de "O Estado de S. Paulo".

No dia 26 de junho, ocorreram distúrbios estudantis em Belo Horizonte. Algumas horas depois de um carro bomba, lançado pela VPR destruir, parcialmente, o muro de uma das entradas do QG do II Exército, matando a sentinela, soldado Mário Kozel Filho, realizava-se, no centro do Rio de Janeiro, a denominada "Passeata dos Cem Mil". Já não eram só estudantes. Saindo da Cinelândia, passando pela Candelária e terminando, no final da tarde, no Palácio Tiradentes, padres, artistas, "intelectuais", professores, operários e pessoas da classe média, com os braços entrelaçados, gritavam os mesmos "slogans" dos estudantes e pediam o "fim da ditadura militar". Os líderes comunistas tinham conseguido o objetivo: partindo dos estudantes, haviam chegado à classe média. Dali tinham a certeza de que chegariam à classe revolucionária, o operariado.

No dia seguinte, 27 de junho, uma comissão dos "cem mil" foi a Brasília, conseguindo ser recebida pelo Presidente Costa e Silva. Não houve diálogo. A comissão, integrada, dentre outros, por Franklin de Souza Martins, da Dissidência da Guanabara, e por Marco Antonio da Costa Medeiros, do PCBR, desejava, tão somente, dar uma demonstração de força às autoridades.

Algumas horas depois, no dia 28, realizou-se uma passeata em Brasília, com a presença de cerca de mil pessoas, dentre as quais, estudantes, parlamentares e sacerdotes, estes autorizados pela Cúria Metropolitana.

---

[144] Sirkis, A.H.: "Os Carbonários", Global Editora, S.P., 1984, pág. 65.

[145] Caso, A.: "A Esquerda Armada do Brasil", Moraes Editores, Lisboa-Portugal, 1976, depoimento de Vladimir Palmeira, página 34.

No dia 3 de julho, dezenas de estudantes portando metralhadoras, fuzis, revólveres e coquetéis molotov ocuparam as faculdades de Direito, Filosofia e Economia da Universidade de São Paulo (USP), fazendo ameaças de colocação de bombas e prisão de generais.

Em 4 de julho, ainda no centro do Rio de Janeiro, uma nova manifestação, conhecida como "Passeata dos Cinquenta Mil", marcou, ao mesmo tempo, "o ápice da radicalização ideológica do movimento e o início de seu refluxo"[146]. Os estudantes sentiram que não adiantava mais realizar manifestações de massa. Para tomar o poder, precisavam integrar-se aos partidos e às organizações comunistas existentes. A palavra de ordem central dessa passeata, "só o povo armado derruba a ditadura", representava bem o que ia em seus espíritos. Parados em frente à Central do Brasil, ao final da manifestação os estudantes olhavam nos olhos dos soldados que guardavam o prédio do Ministério do Exército.

A partir das férias escolares de julho, a agitação estudantil diminuiu. Em 23 de julho, foi realizada uma passeata no centro de São Paulo, com comícios relâmpagos em várias praças, inclusive, com a participação dos operários de Osasco. Já não havia, entretanto, as massas populares que caracterizaram as "Jornadas de Junho", porque o Governo, ante a radicalização crescente, proibira a realização de tais demonstrações.

Em 3 de agosto, Vladimir Palmeira foi preso, e, nos dias seguintes, explodiram manifestações estudantis em vários pontos do País, como na Guanabara, em São Paulo e em Salvador. Vladimir, em seus interrogatórios, nada falou sobre sua militância na Dissidência da Guanabara e sobre a influência das organizações comunistas no Movimento Estudantil. A polícia ainda desconhecia a maioria das correntes em que a esquerda se havia dividido, e um sistema de informações deficiente não conseguia avaliar a luta armada que se iniciava. Liberado no início de setembro, só alguns anos mais tarde, Vladimir Palmeira diria, sobre o segundo semestre de 1968: *"O fato concreto é que, a partir de então existe no Brasil uma esquerda que faz a revolução com as armas na mão"*[147].

Em 29 de agosto, tumultos agitaram o interior da Universidade de Brasília, com depredações de salas de aula e disparos de armas de fogo. Nesse episódio, foi preso o militante da Ação Popular, Honestino Guimarães, então presidente da Federação de Estudantes Universitários de Brasília (FEUB), enquanto que vários parlamentares, dentre os quais Mário Covas e David Lerer, emprestavam solidariedade aos estudantes.

Em 3 de outubro, um confronto armado envolveu cerca de mil universitários da Faculdade de Filosofia da USP e da Universidade Mackenzie. Armados com correntes, porretes, revólveres e coquetéis molotov, os estudantes transformaram as adjacências das duas escolas em uma verdadeira praça de guerra, com a morte de um deles, baleado na cabeça.

Foi nesse clima conturbado que a UNE fez realizar, em 12 de outubro, na pequena cidade de Ibiúna, no interior paulista, o seu XXX Congresso, com a presença de mais de setecentos estudantes. Avisada por telefonemas anônimos, a polícia cercou e prendeu seus participantes. No local, foram encontradas drogas, bebidas alcoólicas e grande quantidade de preservativos, muitos já utilizados. Alguns estudantes chegaram a declarar que havia, inclusive, uma escala de serviço de moças, para "atendimento sexual". Foram enquadrados 712 estudantes em Inquérito Polícial[148]. Alguns apresentaram identidades falsas, como Jean Marc Frederick Van Der Weid, com o nome de "Carlos Alberto Coimbra". Foi liberado sem ter sido reconhecido. Estava presente, também, José Jarbas Cerqueira, representante oficial da UNE na OCLAE, em Havana. Entre os presentes, encontravam-se diversos padres e seminaristas[149].

O Congresso de Ibiúna não conseguiu realizar as discussões políticas previstas e nem eleger o novo presidente da UNE. Mais tarde, entretanto, em confabulações de bastidores, foi eleito Jean Marc Frederick Van Der Weid, militante da Ação Popular, com sua eleição referida ao XXX Congresso.

Muitos ainda se perguntam como foi detectado o Congresso de Ibiúna, tendo em vista que os anteriores haviam sido realizados com estritas normas de segurança e de clandestinidade. Somente alguns anos depois foi comprovado que alguns líderes estudantis, em comum acordo com Marighella e Cuba, chegaram à conclusão de que o desencadeamento da luta só seria possível se o seu "braço armado" saísse do meio estudantil.

A classe operária, ainda apática, e o campesinato, abandonado e disperso, não poderiam ser arregimentados em curto prazo. A juventude, radicalizada e fanatizada no interior das escolas, era o único instrumento que poderia mobiliar as organizações militaristas que estavam surgindo. Nada melhor do que uma prisão em massa, envolvendo comunistas e

---

[146] Sirkis, A.H.: "Os Carbonários", Global Editora, S.P., 1984, pág. 94.

[147] Caso, A.: "A Esquerda Armada no Brasil", obra já citada, pág. 37.

[148] Foram lavrados autos de prisão em flagrante, apenas contra 10 estudantes: Vladimir Palmeira e Franklin de Souza Martins, da Guanabara; Luiz Gonzaga Travassos da Rosa, José Dirceu de Oliveira e Silva, Antonio Guilherme Ribeiro Ribas, Marco Aurélio Ribeiro, Omar Iaino, José Benedito Pires Trindade, Walter Aparecido Cover e Helenira Rezende de Souza Nazareth, de São Paulo.

[149] Entre eles estavam: Tito de Alencar Lima, Domingos Figueiredo Esteves Guimarães, Luiz Felipe Baton Mascarenhas, Anastácio Orth, Elpy Alfredo Pietá e Antonio João.

inocentes úteis, para servir de bandeira e jogar essa "força de trabalho" nos braços da luta armada. Essa bandeira foi o Congresso de Ibiúna[150].

Após o Congresso, manifestações de protesto surgiram em vários pontos do País, como em Brasília, em Goiânia, em Belo Horizonte, em Belém, em João Pessoa, em Aracaju, em Vitória, em Recife, em Salvador, em Curitiba e em São Paulo. Na Guanabara, em 15 de outubro, os estudantes tentaram retomar a UNE, episódio descrito por Fernando Gabeira, então militante da Dissidência da Guanabara:

"A manifestação para retomar o edifício da UNE foi uma verdadeira ação ofensiva de massas. Nela participaram cerca de sessenta estudantes organizados em grupos de cinco. Chegamos ao local, bloqueamos o trânsito na hora de maior movimento e queimamos vários carros oficiais. Um grupo entrou no edifício e, enquanto os automóveis ardiam, vários oradores discursavam dos balcões da antiga sede do organismo estudantil"[151].

No dia 23 de outubro, ainda no Rio de Janeiro, os estudantes depredaram a sede do jornal "O Globo", que era visto como "agente do imperialismo ianque".

Hoje, passados quase vinte anos dos sangrentos episódios estudantis de 1968, pode-se concluir que, na realidade, os jovens foram levados à violência pela ação dos comunistas que dirigiam o movimento. Não foram, entretanto, só os universitários os responsáveis pelas badernas; os secundaristas, mais fáceis de serem moldados, em muito contribuíram para as agitações. Em São Paulo, havia a Frente Estudantil Secundarista (FES) e, na Guanabara, o Comando Secundarista (COSEC), os quais forneceram centenas de quadros para as organizações militaristas. No dizer insuspeito de Sirkis, o Movimento Estudantil foi "*um celeiro de futuros quadros para formar os teóricos da vanguarda do proletariado*"[152].

6. As manifestações operárias

Três eventos significativos marcaram a atuação dos operários no ano de 1968: a greve de Contagem, em Minas Gerais, a manifestação do dia 19 de maio, na capital paulista, e a greve de Osasco, em São Paulo.

A greve dos metalúrgicos de Contagem estourou em meados de abril, entre os operários da Belgo-Mineira, estendendo-se, posteriormente, à Mannesmann, à Mafersa e a outras fábricas. Os operários ocuparam as fábricas com grupos de segurança e, através de piquetes, conseguiram a paralisação das demais. Apresentando a reivindicação de 25% de aumento, fora da época normal do dissídio, os operários receberam do Governo a contraproposta de um abono de emergência, que foi prontamente recusada. Inclusive, negaram-se a dialogar com o próprio Ministro do Trabalho, Jarbas Passarinho, que fora ao local. No dia 22 de abril, havia 15 mil operários parados e 16 empresas afetadas. No dia seguinte, a Polícia Militar ocupou a cidade e prendeu os líderes, encerrando a greve.

Em São Paulo, a situação era mais crítica, em face da maior quantidade de operários politizados pelas organizações comunistas radicais. Desde julho de 1967, o Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco vinha sendo presidido pelo jovem José Ibrahim, operário da Cobrasma, que, na época da Revolução de Março, se considerava um simpatizante do PCB. Optando por formas mais radicais de luta, ingressara na Vanguarda Popular Revolucionária, dirigindo suas células operárias em Osasco. Sendo o grande articulador da oposição sindical, conseguira realizar assembleias em São Paulo, em Santo André, em Guarulhos e em Campinas, apresentando propostas consideradas radicais pelo próprio Movimento Intersindical Antiarrocho, como a criação oficial das comissões de fábricas e da Central Única dos Trabalhadores (CUT).

Em março de 1968, o Movimento Intersindical Antiarrocho, já em processo de dissolução por força da liderança de José Ibrahim, designou uma comissão executiva para organizar um comício na Praça da Sé, em comemoração ao Dia Internacional dos Trabalhadores, com a presença do próprio governador paulista. A Oposição Sindical, apesar de ter-se posicionado contra o convite, às autoridades governamentais, resolveu participar, só que preparando uma "pequena" surpresa. Foi montado um plano para tomar a tribuna e expulsar o governador, preparado pelos dirigentes da VPR, da AP, da Ala Marighella e da UNE, com o conhecimento e o apoio de outras organizações comunistas.

No dia 1º de maio, data do comício, a Praça da Sé estava apinhada de gente. Quando o Governador de São Paulo, Abreu Sodré, começou a falar, um militante da VPR cortou os fios do microfone, como sinal para o início da baderna. Sob uma chuva de pedras tomates e ovos podres, a comitiva do governador foi expulsa da tribuna, refugiando-se na Catedral. Sob um imenso retrato de Guevara, vários oradores revezaram-se na tribuna, todos com contundentes ataques à

---

150 O DOPS/SP fez o acompanhamento da vida dos estudantes presos e indiciados pela participação no Congresso de Ibiúna e, algum tempo depois, constatou que 98,5% deles eram militantes de organizações subversivas (embora menos de 2,5% deles tivessem sido pronunciados, em decorrência do Inquérito Policial) – Depoimento do Dr. Lúcio Vieira, Diretor do DOPS de São Paulo, no período de 1969/1973.

151 Caso, A.: "A Esquerda Armada no Brasil", obra citada, depoimento de Fernando Paulo Nagle Gabeira, página 44.

152 Sirkis, A.H.: "Os Carbonários", obra citada, página 58.

"ditadura militar". Um deles, conclamando pela aliança dos estudantes com os operários, era o militante da AP, Luiz Gonzaga Travassos da Rosa, então presidente da UNE.

Após os discursos, incendiaram a tribuna e iniciaram uma passeata pelas ruas do centro, depredando lojas e automóveis. A multidão, na esquina das avenidas São João e Ipiranga, atacou o Citibank, quebrando suas portas e janelas e incendiando a bandeira dos Estados Unidos da América. Em frente ao prédio da Polícia Marítima, do Departamento de Polícia Federal, jogaram pedras sobre os agentes que o guardavam.

Vitoriosa a manifestação, o Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco, sempre liderado por José Ibrahim, preparou o passo seguinte da radicalização: a greve, com a ocupação das fábricas, que poderia ser a detonadora de outras greves de solidariedade.

No dia 16 de julho de 1968, houve a ocupação das fábricas Cobrasma e Lonaflex. Foramparalisadas a Barreto-Keller e a Alves e Reis, num movimento que pretendia atingir a Brown-Bovery, a Braseixos, a Osran e a Cimaf. Colocando barricadas nos portões e aprisionando os diretores e engenheiros como reféns, os operários fizeram as suas reivindicações: fim do FGTS e da lei antigreve; recebimento de 35% de aumento salarial; contrato coletivo por dois anos; e reajustes salariais trimestrais. Uma delegação do Ministério do Trabalho foi recebida com vaias e o diálogo foi rejeitado. Na madrugada do dia seguinte, a Cobrasma e a Lonaflex foram invadidas pela Polícia Militar. Logo depois, eram desalojados da sede do Sindicato dos Metalúrgicos os operários da Barreto-Keller e da Alves e Reis, que lá se haviam homiziado. Apesar do fracasso da greve, é interessante observar o que o seu líder, José Ibrahim, falou sobre as atividades da VPR naqueles dias:

"Outro saldo positivo daquela luta foi a demonstração, na prática, da necessidade da organização de uma força revolucionária para enfrentar o aparelho repressivo da ditadura. Em outras palavras, a necessidade da luta armada para a libertação do Brasil. Alguns dirigentes operários de Osasco estiveram vinculados, desde o primeiro momento, a organizações de uma força armada da esquerda brasileira, particularmente à VPR. Mas, na direção do Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos de Osasco, o único militante da VPR era eu. Integrava uma célula de cinco operários que arrecadava fundos e realizava outras tarefas clandestinas na montagem da infraestrutura da organização guerrilheira. Tínhamos exercícios de tiro com fuzil, ainda que superficiais e esporádicos. Enfim, todo o nosso trabalho era encaminhado na preparação da luta armada porque sabíamos que, cedo ou tarde, a ela nos deveríamos incorporar"[153].

Além de José Ibrahim, outros militantes comunistas auxiliaram na direção da greve de Osasco, como José Campos Barreto, o "Zequinha" – o mesmo que, em 17 de setembro de 1971, morreu com Carlos Lamarca, no sertão baiano –, e Roque Aparecido da Silva, o "Peres", militante da VPR.

A partir daí, e por muitos anos, o movimento operário não apresentaria características de agitação. Seus líderes, fanatizados e radicalizados, engajar-se-iam na luta armada, integrando-se às organizações militaristas que surgiam.

7. O PCB estrutura-se para o trabalho de massa

O PCB começou o ano de 1968 debilitado pelas numerosas dissidências surgidas ao longo do processo de preparação do VI Congresso, realizado em dezembro do ano anterior. Mas, ao mesmo tempo, entrou fortalecido pela própria realização do Congresso e pelos expurgos procedidos entre seus militantes e quadros, o que lhe forneceu uma unidade ideológica e o afastou do caminho trilhado pelas organizações voltadas para a luta armada, permitindo-lhe intensificar, por alguns anos, o trabalho de massa.

Em janeiro de 1968, o Comitê Central realizou uma reunião, na qual elegeu a Comissão Executiva, integrada por Luís Carlos Prestes ("Alfredo", "Antonio"), Giocondo Dias ("Neves"), Dinarco Reis ("Mário", "Dante") e outros[154].

Numa segunda reunião, realizada em setembro de 1968, o Comitê Central defendeu a invasão da Checoslováquia pelas tropas do Pacto de Varsóvia e analisou, com otimismo, as agitações estudantis ocorridas nas principais capitais brasileiras. Estruturou a direção do Partido em 11 Seções Auxiliares: Organização, Agitação e Propaganda, Sindical, Relações Exteriores, Educação, Juvenil, Finanças, Trabalhos Especiais, Massas, Campo e Trabalho Militar – esta última responsável pelo trabalho de infiltração nas Forças Armadas e nas Polícias Militares. Organizou, também, a Comissão Nacional de Controle, a Comissão Agrária e a Comissão Cultural.

Durante o ano de 1968, o PCB apoiou e participou da Frente Ampla, apresentando as reivindicações do "Estado de Direito", da "Anistia" e das "Eleições Livres e Diretas". Tentou restaurar a sua Juventude Comunista, vinculada à Seção Juvenil. Entretanto, a posição dos estudantes em favor da luta armada, levando-os às organizações militaristas, e o envio

---

[153] Caso, A.: "A Esquerda Armada no Brasil", obra citada, depoimento de José Ibrahim, página 80.

[154] Compunham, ainda, a Comissão Executiva: Orlando Bonfim Júnior ("Jorge"), Geraldo Rodrigues dos Santos ("Marcelo", "Negrão"), Zuleika D'Alambert ("Marta") e Jaime Amorim de Miranda ("João"), como efetivos; Hércules Correia dos Reis ("Macedo"), Antonio Chamorro ("Xavier") e Walter de Souza Ribeiro ("Beto"), como suplentes. Foi eleito, também, um Secretariado composto por Giocondo Dias, Jaime Amorim de Miranda, Fernando Pereira Christino ("Tales", "Nei"), José de Albuquerque Sales ("Marcos") e Itair José Veloso ("Pedro").

de Zuleika D'Alambert para o exterior, por medida de segurança, conduziu ao fracasso a empreitada. Durante os anos da luta armada, o PCB ficaria sem influência no Movimento Estudantil.

No Movimento Operário, o Movimento Intersindical Antiarrocho, do qual o PCB havia sido o maior articulador, ao lado dos "pelegos", entrou em processo de dissolução, em face da influência crescente dos novos líderes sindicais comprometidos com a luta armada.

8. A formação do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR)

Após o "Encontro" da Corrente Revolucionária, realizado em outubro de 1967, a Comissão Provisória de Reconstrução Partidária, então nomeada, iniciou seus trabalhos para a construção do novo partido. Para isso, estabeleceu contatos com os dissidentes de diversos comitês estaduais do PCB e com dissidências de outras organizações que não aceitavam a doutrina do foco, como o "grupo correntista" da Dissidência da Guanabara.

As divergências entre os membros da Comissão fizeram com que fossem confeccionados dois documentos sobre o programado novo partido: um foi elaborado por Apolônio de Carvalho e Jarbas Amorim; o outro, por Manoel Jover Telles e Armando Teixeira Fructuoso. Uma reunião entre os quatro, realizada em 9 de abril de 1968, não conseguiu unificar os dois documentos. Conseguiram, entretanto, chegar a um consenso sobre o "Projeto de Estatutos".

Em 11 e 12 de abril de 1968, realizou-se a I Conferência Nacional dos Integrantes da Corrente Revolucionária, na qual foi fundado o Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR). Foi eleito o Secretariado – composto por Mário Alves de Souza Vieira (secretário-geral), Apolônio Pinto de Carvalho e Manoel Jover Telles – e a Comissão Executiva, integrada, além dos três citados, por Jacob Gorender, Bruno Costa de Albuquerque Maranhão e Armando Texeira Fructuoso. O Comitê Central foi constituído por seis membros da Comissão Executiva, oito membros efetivos e um suplente[155].

A Conferência aprovou dois documentos básicos: os "Estatutos" e a "Resolução Política". Os "Estatutos" estabeleceram a estrutura do PCBR.[156] A "Resolução Política" baseou-se no documento de Mário Alves, "Sobre o Programa e a Tática", apresentado no "Encontro" de outubro de 1967, e traçava a linha política do PCBR, considerado como "a organização política de vanguarda da classe operária brasileira".

O objetivo final dessa "organização política" é a "*edificação do socialismo e do comunismo, considerando que a conquista do poder pela classe operária e a instauração da ditadura do proletariado são condições essenciais para atingi-lo*". O PCBR entende que a primeira etapa da revolução é "*popular, anti-imperialista e antilatifundiária*" e será concretizada quando for destruído *"o aparelho burocrático-militar do Estado burguês-latifundiário, substituindo-o por um governo popular revolucionário"*. Para desenvolver sua estratégia, define-se, claramente, pela luta armada:

"O caminho da Revolução Brasileira é, portanto, a luta armada. No curso do processo revolucionário, é preciso coordenar várias formas de lutas de massas, pacíficas e não pacíficas; legais e ilegais. As formas de ações legais ou pacíficas devem ser utilizadas para desenvolver o movimento popular, mas, com o emprego exclusivo de tais meios, a revolução não pode ser vitoriosa. A violência reacionária só pode ser vencida com a violência revolucionária".

A luta armada, ainda segundo a Resolução do PCBR, deveria ser desencadeada a partir da "guerra de guerrilhas" no campo e complementada, ao mesmo tempo, com a "guerrilha urbana".

Na realidade, os resultados da Conferência não satisfizeram Manoel Jover Telles, que não desejava a criação de um novo partido, e, sim, o ingresso dos militantes da Corrente no PC do B. Sentindo-se derrotado, ele e seu grupo sairiam do PCBR, dois meses após essa Conferência.

Em maio de 1968, tendo em vista as manifestações estudantis que ganhavam vulto, o Comitê Central publicou o documento "Mensagem do PCBR às Forças de Esquerda", em que preconizava "unidade de ação", independente das "discussões de caráter teórico", no qual pudessem "encontrar os objetivos práticos, imediatos e comuns" que conduzissem à vitória sobre "o inimigo comum".

Em junho, um grupo de dissidentes secundaristas da AP ingressou no PCBR. Nesse mesmo mês, desligou-se do partido o grupo capitaneado por Jover Telles[157]. Na resolução denominada de "Um Reencontro Histórico", este grupo

---

155 Faziam parte do Comitê Central, além dos membros da Comissão Executiva: Nicolau Tolentino Abrantes dos Santos, Thomaz Miguel Pressburger, Helena Boaventura Neto, Geraldo Soares, Salatiel Teixeira Rollins, Jarbas Amorim, Miguel Batista dos Santos e Osmundo Bezerra Duarte, além de Rômulo de Araújo Lima, como suplente. Outros militantes compareceram a essa I Conferência do PCBR, dentre os quais Lincoln Bicalho Roque, Roberto Ribeiro Martins, Valdir Salles Saboia, Lauro Reginaldo da Rocha, Luciano de Almeida, um militante de nome Luiz (codinomes "Hugo" e "Ari") e outro, do Espírito Santo, conhecido por "Nilo".

156 O PCBR foi organizado em Comitê Central, Comitê Executivo e Secretariado, Comitês Regionais, Comitês de Zona, Comitês Locais e Organizações de Base.

157 O grupo de Manoel Jover Telles era integrado, entre outros, por Armando Teixeira Fructuoso, Geraldo Soares, Helena Boaventura Neto, Roberto Ribeiro Martins (....).

tachou o PCBR de ser um “grupamento pequeno-burguês, eclético e vacilante” e reconheceu o PC do B como sendo o verdadeiro “partido revolucionário do proletariado”. A facção dissidente se autodenominava “maioria revolucionária”, compunha-se de quase quatrocentos militantes e sua saída significou, para o PCBR, a perda de cerca de 70% de seus efetivos da Guanabara.

A defecção desse grupo provocou uma rápida resposta do PCBR, que publicou o texto “Reencontro Histórico ou simples mistificação?”, criticando as posições do PC do B, e convocou uma nova reunião do Comitê Central. Levada a efeito em julho de 1968, nela, além de se fazer um balanço da situação política do País e estudar as diferentes formas de oposição política ao Governo, foi reestruturada a sua direção nacional[158].

Ainda nessa ocasião, o PCBR criou o “Comando Político Militar” que teria por objetivo o estudo e o encaminhamento da luta armada.

Em meados de 1968, foram grandes as agitações estudantis na Guanabara, das quais o PCBR participou intensamente. Destacaram-se, nas manifestações, seus militantes Elinor Mendes Brito, secundarista e presidente da Frente Unida dos Estudantes do Calabouço (FUEC), e Marco Antonio Costa de Medeiros, presidente do Diretório Acadêmico da Faculdade Nacional de Filosofia, da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Em agosto, aconteceria um marco notável na história do PCBR: o contato com Jorge Medeiros Valle, o “Bom Burguês”, que iniciaria o fornecimento, à organização, de dinheiro para o financiamento da luta armada. A quantia totalizou, aproximadamente, 170 mil dólares.

Jorge Medeiros Valle, o “Bom Burguês”, ingressou no Banco do Brasil em 1952, e, até 1964, nutria simpatia pelo PCB. A partir de julho de 1968, valendo-se de sua função na agência Leblon, no Rio de Janeiro, mediante a emissão de ordens de pagamento fictícias, desviou bilhões de cruzeiros velhos, trocando-os por cerca de um milhão de dólares que foram depositados num banco da Suíça.

Usando parte do dinheiro para satisfazer suas ambições pessoais, o “Bom Burguês”, acreditando que a luta armada derrubaria o regime brasileiro, passou a distribuir a outra parte para as organizações que pregavam a violência. Tornou-se, assim, o grande “mecenas” brasileiro, financiando, de imediato, o PCBR e, no ano seguinte, o MR-8. Com o dinheiro, o PCBR pode profissionalizar um maior número de quadros e montar uma razoável infraestrutura, adquirindo, na Guanabara, cinco apartamentos, uma gráfica e dois automóveis.

Em virtude do crescimento do PCBR em todo o território nacional, o Comitê Central convocou uma nova reunião, realizada em setembro de 1968, num sítio em Teresópolis. Nessa reunião, o documento “Projeto de Reforma de Estrutura” foi aprovado. Por seu intermédio, o partido se organizou em seis Comitês Regionais[159]. Na época, o PCBR chegou a ter por volta de duzentos militantes ativos, com os maiores contingentes nos comitês regionais do Nordeste e do Sudeste.

Em outubro de 1968, através do documento “Resolução do Comitê Central sobre o Trabalho Militar”, o PCBR regulamentou o Comando Político Militar, criado em julho, organizando o “Comando Político Militar Nacional”. Diretamente subordinado ao secretário-geral, coordenava as atividades dos “comandos políticos militares regionais”. O Comando Político Militar, organismo paralelo à estrutura partidária, teria de desenvolver as atividades de Planejamento, Organização, Direção de Unidades Armadas, Logística e Instrução Militar. Os comandos políticos militares regionais teriam de realizar a “recuperação” de fundos e meios, por meio de assaltos, de sequestros políticos, de ações de “justiçamento”, de intensificação dos preparativos para a guerrilha rural e de montagem de “grupos de autodefesa” nas empresas, bairros operários e favelas. Esse documento recomendava, ainda, a aquisição e a montagem de um campo de instrução para treinamento dos “guerrilheiros”, futuros membros do “Exército Popular Revolucionário”.

Ainda no mês de outubro, o PCBR difundiu três documentos doutrinários, para estudo e debate interno de seus militantes. O primeiro, referente às “peculiaridades da realidade nacional” e ao “caminho armado da revolução”, foi de grande importância para o partido, pela sua riqueza de detalhes na orientação da preparação da “guerra revolucionária” no Brasil. O segundo documento intitulava-se “As Formas Elementares da Guerra Revolucionária”. O terceiro era “O Processo da Guerra Revolucionária”, que estabelecia os detalhes para desencadeá-la através da luta armada, na forma da guerra de guerrilha.

Integrado por dirigentes experientes oriundos do PCB e jovens saídos das agitações estudantis, com uma ideologia moldada pelos diversos documentos doutrinários e organizacionais, com uma infraestrutura reforçada pelo dinheiro do “Bom Burguês”, o PCBR pôde dar início às suas atividades revolucionárias de luta armada, o que veio a ocorrer em 1969.

---

[158] No Secretariado, ao lado de Apolônio Pinto de Carvalho, foram incluídos Salatiel Teixeira Rollins e Miguel Batista dos Santos. Na Comissão Executiva, além de Apolônio de Carvalho, permaneceram Mário Alves de Souza Vieira e Bruno Costa de Albuquerque Maranhão, aos quais se juntaram Nicolau Tolentino Abrantes dos Santos, Renê Louis Laugery de Carvalho e Jarbas Amorim. Para o Comitê Central, foram chamados Lauro Reginaldo da Rocha, Luciano de Almeida e dois outros militantes: “Nilo” e “Fernando” (este pelo Paraná).

[159] Os Comitês Regionais estavam assim distribuídos: CR-1 (Centro), formado por Goiás e Distrito Federal; CR-2 (Nordeste), formado por Sergipe, Alagoas, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará; CR-3 (Sudeste), formado por Guanabara, Rio de Janeiro e Espírito Santo; CR-4, formado por São Paulo; CR-5 (Sudoeste), formado por Paraná, Mato Grosso e Santa Catarina; e CR-6, formado por Rio Grande do Sul.

9. Da Ala Marighella ao Agrupamento Comunista de São Paulo

Em 1967, ao retornar de Havana após a I Conferência da OLAS, Marighella denominou o seu grupo de seguidores de Agrupamento Comunista de São Paulo (AC/SP). O nome parecia adequado, pois não havia ideia de se criar um novo partido, e os seguidores do líder comunista concentravam-se em São Paulo.

A difusão das diretrizes da OLAS e a reação à linha pacífica do "Partidão" tornaram o AC/SP um polo de atração para os grupos dissidentes que tinham feito a opção pela luta armada. A organização foi engrossada por dissidentes do PCB e por grupos de jovens marxistas vindos do meio estudantil, sem vinculação orgânica ou partidária.

Na Guanabara, a célula do PCB da Escola Técnica Nacional, que começara a contestar a orientação do partido no início de 1967, foi expulsa no final daquele ano e aderia ao Agrupamento. Nessa célula, despontavam estudantes que mais tarde viriam a se tornar dirigentes da organização e seriam apologistas da violência. A esses elementos, por laços familiares ou de amizade, juntaram-se estudantes de outros colégios.

A posição do grupo de estudantes foi muito influenciada pelos antigos militantes do partido, João Batista Xavier Pereira e Zilda de Paula Xavier Pereira – pais de três deles –, que eram ligados ao líder do AC/SP, dissidentes como ele[160].

Em fevereiro de 1968, Marighella expunha suas diretrizes no "Pronunciamento do Agrupamento Comunista de São Paulo". Nesse documento-base, ficaram estabelecidas as táticas, a estratégia e os princípios que norteariam o Agrupamento Comunista de São Paulo. Além de acusações ao Comitê Central do PCB, a organização adotava a linha política da OLAS, emergente da I Conferência, com a preocupação de esclarecer que "a guerrilha não é um foco", mas, sim, o "embrião do exército revolucionário".

O trabalho inicial seria nas cidades e visaria à implantação imediata do plano de apoio logístico. Para se tornar vitorioso, o movimento teria de se estender ao campo, visto que a participação e o apoio dos camponeses desempenhariam papéis decisivos na constituição do núcleo armado operário e camponês, a semente da guerrilha.

A organização abolia as estruturas herdadas do Comitê Estadual do PCB de São Paulo, consideradas como um estorvo ao trabalho revolucionário dos grupos. Três seriam os princípios básicos adotados: "o dever de todo revolucionário é fazer a revolução"; "não se pede licença para praticar atos revolucionários"; e "a organização só tem compromissos com a revolução".

Os grupos revolucionários deveriam preparar-se, treinando tiro e defesa pessoal, participando de acampamentos onde pudessem acostumar-se à vida no campo. As ações de roubar e fabricar armas e munições, ou mesmo comprá-las, também eram rotuladas como atividades de preparação da guerrilha. O apoio financeiro seria resultante de assaltos ou contribuições voluntárias.

A atuação dos grupos armados nas cidades criaria e manteria o clima de rebeldia, enquanto a guerrilha se desenvolvesse na área rural. No campo, a ocupação de terras por posseiros e o trabalho de organização de sindicatos rurais eram entendidos como forma de desencadear a luta de classes e de obter o apoio para a guerrilha.

A estratégia da organização seria partir direto para a ação, para a luta armada, pois a "ação faz a vanguarda". Numa crítica direta às cúpulas dirigentes do PCB, o Agrupamento Comunista de São Paulo afirmava que a união revolucionária dar-se-ia através do desencadeamento da ação e da guerrilha, mas, não, nas mesas de reuniões.

Em março de 1968, exemplificando suas diretrizes, Marighella chefiou o assalto ao carro pagador do Banco Francês e Italiano, na Avenida Santo Amaro, em São Paulo.

Em abril, o AC/SP lançava o primeiro número do jornal "O Guerrilheiro", definido como o órgão dos grupos que tinham por missão levar a guerrilha brasileira para frente[161]. Constavam da publicação, na íntegra, o "pronunciamento do Agrupamento Comunista de São Paulo" e a "Declaração Geral da I Conferência da OLAS", textos que constituíam o ideário do AC/SP, inclusive a sua linha política.

Em 1968, o documento "Algumas questões sobre as guerrilhas no Brasil", de autoria de Carlos Marighella, foi difundido pelo próprio Marighella. Datado de outubro de 1967, em Havana, o texto inseria a revolução cubana dentro da revolução socialista mundial, apresentando-a como exemplo da conquista do poder – através da guerra de guerrilhas – e da expulsão do imperialismo, sem a ocorrência de uma guerra mundial transformada em guerra civil. Marighella estabelecia, no documento, três fases fundamentais para a implantação e para o sucesso da guerra de guerrilhas:

---

[160] Além dos laços ideológicos, laços afetivos teriam unido Zilda a Marighella, comentando-se, inclusive, que seu filho Yuri Xavier Pereira ("Joãozinho") seria o resultado dessa relação.

[161] No editorial desse jornal, o "imperialismo norte-americano" ficava rotulado como o inimigo da humanidade, e conclamavam-se as forças interessadas na sua expulsão a congregarem-se numa "frente anti-imperialista". Era afirmado que, no núcleo armado operário e camponês, se abria espaço para o movimento estudantil e "demais forças interessadas na revolução", e que o caráter da revolução, seguindo orientação da OLAS para a América Latina, seria de independência nacional ou de libertação nacional, estando destinado ao proletariado o papel dirigente. A tomada do poder, o "grande objetivo", ficaria caracterizada pela "destruição do aparelho burocrático militar do Estado e a sua substituição pelo povo armado".

1º) planejamento e preparação da guerrilha;
2º) lançamento e sobrevivência da guerrilha;
3º) crescimento da guerrilha e sua transformação em guerra de manobra.

Vivendo a primeira fase, Marighella recebeu, a partir de julho de 1968, os militantes que haviam sido enviados a Cuba, em 1967, para realizar o treinamento militar. Era o "I Exército da ALN" – como ficou conhecido o grupo – que retornava para iniciar suas atividades. À mesma época, iniciou-se o envio de mais um grupo de militantes, que, reunido em Cuba, realizaria o curso entre março e setembro de 1969. Esse grupo ficou conhecido como "II Exército da ALN" ou "Grupo dos 25"[162].

Apoiado pela chegada do "I Exército da ALN", com o intuito de partir direto para a ação e de reafirmar que o comando político emergia da ação, Marighella liderou alguns assaltos e atentados na área de São Paulo, em 1968. São de autoria do AC/SP os seguintes assaltos: ao Banco Comércio e Indústria, Av. São Gabriel, 191, em julho de 1968; à agência Bradesco, da Alameda Barros com a Av. Angélica; ao trem pagador da Estrada de Ferro Santos-Jundiaí, em agosto; ao carro pagador da Massey Ferguson, no Alto de Pinheiros, em outubro; à indústria "Rochester-Armas e Explosivos", em Mogi das Cruzes (na Grande São Paulo), no dia 28 de dezembro de 1968; e à casa de um colecionador de armas, na Alameda Ribeirão Preto. A esses atos somam-se o atentado contra um carro pertencente a um elemento do DOPS de São Paulo, na Av. Marginal, e o atentado à bomba contra a casa de um diretor da Contel[163].

Em 1968, as ações armadas do AC/SP se limitaram a São Paulo e renderam mais de 530 mil cruzeiros novos, além de terem acrescentado algumas armas ao arsenal da organização. A ação mais audaciosa foi contra a Rochester S.A., onde cerca de trinta militantes, em treze carros, levaram 23 caixas de dinamite, 21 bananas de gelatina explosiva e 4 sacos de cloreto de potássio.

Em 12 de outubro de 1968, prosseguindo a escalada de violência, foi assassinado, em São Paulo, por Marco Antonio Brás de Carvalho ("Marquito"), juntamente com dois militantes da VPR, o Capitão do Exército dos Estados Unidos Charles Rodney Chandler, vítima de sua cidadania (ver item 20 deste capítulo).

Ao final de 1968, Marighella deu ciência ao AC/SP do documento "Questões de Organização". A chamada "Ala Marighella", sem abandonar seus princípios, pretendia ampliar a área de ação revolucionária, somando todas as tendências – das mais diversas filosofias –, interessadas em mudar o regime. Sugeria, também, efeitos mais contundentes nas ações terroristas, para maior impacto emocional na população, sem levar em conta o possível efeito negativo de tais ações sobre a mentalidade brasileira.

O documento anunciava o "Centro de Aperfeiçoamento", como a escola de formação do guerrilheiro e do dirigente, dotado de elementos capazes de influir no desenvolvimento das operações e de ter influência nas atividades locais. Era preconizada como estrutura organizacional a constituição de três frentes de atividades: "Frente Guerrilheira"; "Frente de Massas" e "Rede (ou Frente) de Sustentação". A "Frente Guerrilheira", dentro da fixação de Marighella pela ação, deveria existir nas atividades locais em qualquer ponto do país. A "Frente de Massas" teria uma estrutura semelhante à da "Frente Guerrilheira" e atuaria nos setores estudantil, operário-camponês, eclesiástico e sobre os meios de comunicação de massa. A "Frente de Massas" teria também uma "potência de fogo razoável" e desenvolveria ações armadas. A "Rede de Sustentação" deveria fornecer às outras duas frentes a infraestrutura para funcionamento e variaria de acordo com as possibilidades locais[164].

Além das frentes, o documento apregoava a constituição de unidades móveis, os "Grupos Táticos Armados", instrumentos especiais das operações mais complexas que exigissem uma grande potência de fogo. Os "Grupos Táticos

---

[162] Faziam parte desse grupo os seguintes elementos: Agostinho Fiordelízio, Alex de Paula Xavier Pereira, Antonio Carlos Bicalho Lana, Antonio Espiridião Neto, Benjamin de Oliveira Torres Neto, Darcy Toshiko Miaki, Guilherme Otávio Lessin Rodrigues, Isis Dias de Oliveira, José Júlio de Araújo, José Luiz Del Royo, José Luiz Paz Fernandes, José da Silva Tavares, Luiz Almeida de Araújo, Luiz José da Cunha, Márcio Leite Toledo, Maria Amélia de Araújo Silva, Norberto Nhering, Paulo Tarso Celestino da Silva, Renato Leonardo Martinelli, Ricardo Apgaua, Paulo Guilherme, Sérgio Ribeiro Granja, Viriato Xavier de Neto Filho, Waldemar Rodrigues de Menezes, Washington Adalberto Mastrocinque Martins, Yuri Xavier Pereira e Zelik Traj Ber.

[163] Participaram dessas ações os seguintes elementos: Aton Fon Filho, Manoel Cyrillo de Oliveira, Denison Luiz de Oliveira, Joseph Alpria Filho, Miguel Nakamura, Francisco Gomes da Silva, Ayrton Medeiros Caldeville, Maria Aparecida da Costa, João Leonardo da Silva Rocha, Takao Amano, Ney da Costa Falcão, Vinícius Madeira Valdeville, Carlos Henrique Knapp, Eliane Toscano Samikhowski, Boaneges de Souza Massa, Itobi Alves de Correia Júnior, Caio Venâncio Martins, Ana de Cerqueira Cesar Corbisier Mateus, Carlos Marighella, Mario Antonio Bras de Carvalho, Arno Preis, Virgílio Gomes da Silva, Sérgio Roberto Correia, João Carlos Cavalcanti Reis, Aylton Adalberto, Celso Antunes Horta, Carlos Eduardo Pires Fleury e Lauriberto Lage Reves.

[164] A desigualdade do desenvolvimento revolucionário nos diversos pontos do território nacional provocou uma desuniformidade no aparecimento das frentes preconizadas. Em alguns locais, houve a predominância de uma frente sobre a outra, e, em outros lugares, uma ou outra dessas frentes não foi desenvolvida.

Armados" não deveriam ser confundidos com os grupos armados, operando nas três frentes de atividades. As frentes e as unidades móveis teriam funcionamento independente, e a coordenação, entre elas, deveria ser mais simples possível [165].

No dia 17 de dezembro, às duas horas da madrugada, explodiu uma bomba no Monumento dos Aviadores da Segunda Guerra Mundial, na Praça 14-Bis, em São Paulo. No local, foram deixados panfletos com a "Mensagem aos Brasileiros", de Marighella, apresentada como suplemento do jornal "O Guerrilheiro".

Finalizando o ano, ainda em dezembro, Marighella dirigiu uma carta aos revolucionários de São Paulo, que ficou conhecida como "Quem Samba Fica, Quem não Samba Vai Embora". Prestando contas do dinheiro dos assaltos, explicava que a prioridade era a preparação do pessoal e o financiamento de viagens às áreas estratégicas para os militantes que mais se destacassem na realização das ações. Outra prioridade era a preparação das áreas estratégicas, rotuladas como decisivas para a vitória da guerrilha.

Os grupos revolucionários deveriam unir-se para a realização de ações em conjunto, fossem ou não do AC/SP. Marighella admitia a frente, desde que se destinasse a golpear "a ditadura e o imperialismo". "De todo o modo, o problema é: quem samba fica, quem não samba vai embora", vaticinava o documento.

Marighella encerrava o documento com palavras de ordem características, destinadas a despertar o sentimento heroico com que a esquerda procura rotular as "ações revolucionárias": "Tomem a iniciativa, assumam responsabilidades, façam. É melhor cometer erros fazendo, ainda que disto resulte a morte. Os mortos são os únicos que não fazem autocrítica".

O ano de 1968 foi um ano experimental para o AC/SP. Sem a definição formal de uma direção, a organização gravitava em torno do carisma de Marighella e baseava-se em princípios idealistas de difícil definição prática. Abolidas as estruturas organizacionais herdadas do PCB, o AC/SP considerava fundamental a atuação de grupos revolucionários. Encontrando-se na fase de planejamento e de preparação da guerrilha, Marighella pretendia acelerar o processo e lançar a guerrilha rural em futuro próximo.

10. Frades dominicanos aderem ao Agrupamento Comunista

Paralelamente à estruturação do Agrupamento de São Paulo, ocorreu, no Convento dos Dominicanos, na rua Caiubi, nº 126, no Bairro das Perdizes, em São Paulo, um movimento de tomada de posição política, que culminaria com a adesão de vários religiosos ao Agrupamento Comunista de São Paulo. No início de 1968, Frei Osvaldo Augusto de Rezende Júnior liderou diversas reuniões dentro do Convento, congregando os frades dominicanos que se interessavam pela problemática política. Participavam das reuniões: Frei Carlos Alberto Libânio Christo ("Frei Beto"); Frei Fernando de Brito ("Frei Timóteo Martins"); Frei João Antonio Caldas Valença ("Frei Maurício"); Frei Tito de Alencar Ramos; Frei Luiz Felipe Ratton; Frei Magno José Vilela; e Frei Francisco Pereira Araújo ("Frei Chico").

A decisão de participação dos religiosos levou-os à análise das organizações subversivas que atuavam na ocasião, visando a ligarem-se a uma delas. Frei Osvaldo analisou e criticou, com seus seguidores, a AP e o PCB. Quanto ao PCB, avaliado negativamente pelo seu "burocratismo" e pelo seu "dogmatismo doutrinal", a crítica foi voltada, também, para a existência de diversas cisões que o enfraqueciam. Na ocasião, Frei Osvaldo teceu comentários elogiosos à ala dissidente do PCB, em São Paulo, chefiada por Carlos Marighella, afirmando que essa não adotava uma linha doutrinária rígida, pautando sua atuação na liberdade de ação dos grupos, sem a fixação antecipada de tarefas.

Frei Osvaldo, que já mantivera contatos anteriores com Carlos Marighella, inclusive apresentando-o a Frei Beto, conseguiu a adesão, ao AC/SP, de todos os dominicanos que participavam das reuniões. Além dos vínculos com o AC/SP, Frei Beto, um dos mais atuantes dominicanos, tinha entrado em contato com a VPR através de Dulce de Souza Maia. O contato deu-se nos meios teatrais, onde Frei Beto atuava como repórter da "Folha da Tarde". Frei Beto chegou a participar de um jantar com Onofre Pinto, e foi apresentado a Isaías do Vale Almeida, por Dulce, ambos membros da VPR.

A união dos religiosos com as organizações subversivas era o resultado de um longo processo de maturação das "novas ideias", expresso no Capítulo I (item 15), sobre a "marxistização" da Igreja.

Em meados do ano, o grupo dos frades dominicanos recebeu a primeira missão do AC/SP. Marighella ordenou que os religiosos fizessem um levantamento de áreas ao longo da estrada Belém-Brasília, visando à implantação das áreas estratégicas onde atuaria a guerrilha. A área de Conceição do Araguaia, onde a Ordem Dominicana possuía um convento, foi assinalada como área prioritária. A guerrilha certamente teria um importante ponto de apoio no convento.

Frei Osvaldo, após receber três mil cruzeiros novos de Marighella, dividiu a tarefa entre seus seguidores. Participaram dos levantamentos Frei Osvaldo; Frei Ivo; Frei Ratton; Frei Tito; Frei Fernando; Nestor Mota, ex-seminarista que se encontrava em São Paulo; e outro estudante amigo de Nestor, de nome Hélio. Durante vinte dias, o grupo dividiu-se e realizou levantamentos socioeconômicos da área, particularmente nas cidades de Gurupi, Pedro Afonso e Itacajá, na

[165] O documento "Questões de Organização" deixava bem claro que o problema de funcionamento geral e global da luta revolucionário ainda não estava suficientemente amadurecido e vinha sendo estudado pela direção revolucionária, subentendida como sendo o próprio Marighella. Os princípios que norteavam a organização encerravam o documento e definiam que o comando político surgia da prática de ações revolucionárias e de suas consequências, o que obrigava a participação dos integrantes do comando nas ações.

região de Rio Vermelho e na região norte do Estado de Goiás, balizada de Tocantinópolis e Araguatins. Especial atenção foi dada às áreas de atritos fundiários que pudessem colocar em evidência a luta de classes no campo. As condições de ligação – estradas, rios, empresas de transporte – entre as áreas foram atentamente avaliadas, tendo em vista o aspecto mobilidade, característica fundamental da guerrilha. Estabelecimentos comerciais e de créditos, também assinalados, tornar-se-iam alvos de saques e "expropriações", visando ao apoio material do movimento.

O engajamento dos dominicanos foi total. O trabalho de cada um com a organização passou a ser compartimentado. Todos eles adotaram, por questões de segurança, codinomes. Frei Ivo, o "Pedro", passou a exercer as funções de motorista de Frei Osvaldo, o "Sérgio" ou "Gaspar I", nos contatos com Marighella. Frei Magno, o "Leonardo" ou "Gaspar", era o elemento que matinha contatos com Joaquim Câmara Ferreira, o "Toledo". Frei Francisco Pereira de Araújo, o "Frei Chico", que já mantivera, anteriormente, contatos com o grupo de Miguel Arraes na Europa, no segundo semestre de 1968, saiu da organização e foi para a França. Mais tarde, abandonou a Ordem dos Dominicanos.

No segundo semestre de 1968, aumentou a participação dos dominicanos no AC/SP. Frei Beto, o "Vitor" ou "Ronaldo", ficou com o encargo do sistema de imprensa (jornal "O Guerrilheiro" e textos de Marighella) e dos contatos com Joaquim Câmara Ferreira, que coordenava as atividades do Agrupamento em São Paulo. Frei Osvaldo viajava constantemente ao Rio de Janeiro para fazer contatos com Carlos Marighella, que procurava acelerar a estruturação da organização naquela cidade, enquanto fazia contatos e apoiava Flávio Tavares na articulação do Movimento de Ação Revolucionária (MAR).

11. AC/SP expande-se além do eixo Rio-São Paulo

Na agitação do meio estudantil de 1967 e de 1968, as ideias de Marighella encontraram ambiente favorável para propagarem-se. Em pouco tempo, a Ala Marighella, como era mais conhecido o AC/SP, ganhou adeptos e cresceu. Várias lideranças surgiram durante as agitações que sacudiram o movimento estudantil, em 1968.

Em março, visando a ampliar sua área de influência, o AC/SP estabeleceu contato com o Grupo Corrente, de Minas Gerais, também dissidente do PCB, que era liderado pelo estudante Mário Roberto Galhardo Zanconato ("Xuxu"). Em Brasília, em torno de Luís Werneck de Castro Filho, agruparam-se vários estudantes que pretendiam derrubar o Governo através da luta armada. Outro grupo, formado em sua maioria por estudantes da Universidade de Brasília, com a mesma motivação do grupo de Werneck, era liderado por José Carlos Vidal, o "Juca".

Durante as escaramuças do Movimento Estudantil, na Universidade de Brasília, os dois grupos se uniram, ao perceberem a identidade de seus propósitos. José Carlos Vidal retomou, então, contato com seu velho conhecido, o jornalista Flávio Tavares, que fora solto para responder em liberdade ao inquérito da "Guerrilha do Triângulo Mineiro". Flávio Tavares, que já possuía contatos com Marighella no Rio de Janeiro, apresentou "Juca" a George Michel Sobrinho, que seria o contato do AC/SP com os grupos de Brasília. A partir desse encontro, o grupo passou a orientar-se pelas diretrizes de Marighella.

Complementando o trabalho de levantamento realizado pelos dominicanos de São Paulo, o grupo de Brasília realizou reconhecimento nas localidades de Formosa, de Posse, de Niquelândia e de Unaí – locais onde existiam conflitos de terra –, visando ao trabalho estratégico da organização.

Ainda em 1968, o grupo realizou treinamento de guerrilha, exercícios de tiro, com metralhadora INA e revólver 38, e experiências com explosivos, à base de clorato, nas proximidades do Rio Bartolomeu.

Em Ribeirão Preto, Irineu Luís de Moraes conseguiu aliciar, para a Ala Marighella, o militante do PCB Paulo Eduardo Pereira, o "Chiquinho", no início de 1968. Paulo Eduardo conseguiu arregimentar algumas pessoas e formou um grupo que se integrou ao AC/SP. O grupo, mais tarde, passou a receber a assistência de Virgílio Gomes da Silva, que transmitia as orientações da organização emanadas de São Paulo.

12. O surgimento da Corrente em Minas Gerais

Vários grupos surgiram do fracionamento provocado pelo VI Congresso do PCB, em novembro de 1967. Dentro da Corrente Revolucionária, que agrupava os dissidentes do "Partidão", procurava seu próprio caminho o Comitê Municipal do PCB de Belo Horizonte, impulsionado pelo seu Comitê Universitário. Em 1968, os seus principais líderes elaboraram o documento base da organização, denominado "Orientação Básica para Atuação: 20 Pontos"[166].

Assim como o dissidente Agrupamento Comunista de São Paulo (AC/SP), a Corrente – como ficou conhecida a nova organização – estabelecia, como objetivo estratégico imediato da revolução brasileira, "a destruição do aparelho burocrático-militar do Estado burguês-latifundiário substituindo-o por um Governo Popular Revolucionário". Entretanto,

---

[166] Os autores do documento foram Gilney Amorim Viana, Hélcio Pereira Fortes, José Júlio de Araújo, Ricardo Apgaua Paulo Guilherme e Mário Roberto Galhardo Zanconato – todos ex-membros do Comitê Municipal do PCB de Belo Horizonte.

divergia de Marighella, quando, num dos pontos do documento, preconizava a necessidade de um partido[167]. Voltava a aproximar-se das concepções de Marighella, quando previa que "o partido há de ser reconstruído no próprio fogo da prática revolucionária, e sua organização deve ser posta em função da luta". A Corrente explicitava, na definição de seus objetivos, a implantação da "ditadura do proletariado", ao contrário do AC/SP, que nunca ia admiti-la abertamente.

Inicialmente, como objetivos da Corrente, foram estabelecidos, aumentar o número de militantes em Belo Horizonte; criar bases nas cidades do interior do Estado de Minas; e fazer contatos com outros grupos que atuassem em diferentes partes do País.

A estrutura adotada refletia, através dos comitês, as áreas de atuação dos principais líderes da organização. Assim, Mário Roberto Galhardo Zanconato ficou como responsável pelo Comitê Universitário, Ricardo Apgaua Paulo Guilherme, pelo Secundarista, Hélcio Pereira Fortes, pelo Operário, e Gilney Amorim Viana, pelo Comitê dos Servidores.

Vários militantes do PCB do setor universitário e do setor operário de Belo Horizonte aderiram à nova organização. Contatos foram estabelecidos em Uberaba, em Governador Valadares, em Montes Claros e em Juiz de Fora, ganhando novos adeptos para a organização.

Mário Roberto Zanconato contatou Marighella em São Paulo. A ligação concretizou-se com a interveniência dos militantes da rede de sustentação do AC/SP, Farid Helou e Antônio Carlos Maneira. Marighella prometeu apoio financeiro para a compra de armas e treinamento para os militantes da Corrente.

Em 1968, a Corrente participou, junto a outras organizações de Minas, dos acontecimentos que agitaram o movimento estudantil. No setor operário, também esteve presente nas duas greves na cidade industrial de Contagem. Por meio de piquetes, atuou em conjunto com o Sindicato dos Metalúrgicos, que possuía, na militância, Conceição Imaculada de Oliveira, uma das diretoras da entidade. Em julho, o Comitê Operário começou a publicar e a distribuir o jornal clandestino "Primeiro de Maio", de orientação da militante Sônia Terezinha Rocha Reis.

Após se estruturar e iniciar suas atividades nos movimentos estudantil e operário, a direção da Corrente manteve novos contatos com Joaquim Câmara Ferreira ("Toledo") e com Marighella. Este orientou como deveria atuar a organização para enquadrar-se dentro do contexto da revolução brasileira. Já era flagrante a dependência da Corrente às experimentadas opiniões de Marighella[168].

Em julho de 1968, em consequência da intensificação da atividade da organização, foi preso o grupo que atuava em Juiz de Fora. Em agosto, Ricardo Apgaua fez contato com "Toledo" para aprender as técnicas utilizadas nas ações armadas e para conseguir auxílio financeiro. Ao retornar, Ricardo tinha obtido 1.500 cruzeiros novos e informações sobre o "modus operandi" do AC/SP nas operações armadas.

Dentro das metas estabelecidas, de fazer contatos com outras organizações subversivas, foi feita a ligação com Armando Teixeira Fructuoso, dirigente do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR), no Rio de Janeiro[169].

Em setembro, novo contato de Zanconato e Ricardo Apgaua com Marighella, em São Paulo, resultou em outras orientações sobre a atuação na guerrilha urbana e em relação ao AC/SP admitir a participação de militantes da Corrente, em nível de direção, em assaltos, para ganharem experiência. Ainda em setembro, a organização sofreu mais um revés com a prisão de vários militantes em Governador Valadares.

No período de agosto e setembro, foram realizados treinamentos na Fazenda Sobrado, de Diva Diniz, tia de Rouberdário Diniz Valério. Os treinamentos de marcha, tiro e orientação topográfica eram ministrados por Márcio Araújo de Lacerda, que era aspirante R/2 do Exército.

Em 25 de outubro, colocando em prática as orientações de Marighella, foi realizado o primeiro assalto em Belo Horizonte. O alvo foi a Drogaria São Félix, na Avenida Amazonas. O bando, debutando em assaltos, ficou decepcionado com o total de dinheiro roubado, cerca de dois mil cruzeiros novos – esperavam quinze mil[170].

Após o batismo de fogo, seguiram para São Paulo, os militantes Ricardo Apgaua, Paulo Guilherme, Antônio Carlos Bicalho Lana e José Júlio de Araújo, com o intuito de militarem no AC/SP e ganharem experiência na prática de ações

---

167 Segundo a Corrente, "a classe operária brasileira só poderá desempenhar o papel dirigente no processo da revolução, se tiver à sua frente um partido de vanguarda guiado pela teoria marxista-leninista. Coloca-se na ordem do dia a reconstrução do partido da classe operária, em todos os terrenos: ideológico, político e orgânico".

168 No retorno de São Paulo, a direção levou na bagagem farta documentação contendo o pensamento do líder do AC/SP. Farid Helou ficou sendo o intermediário dos contatos entre Marighella e a direção da Corrente.

169 Do encontro, resultou o envio de dois militantes do PCBR, "queimados" na Guanabara, para reforçar o trabalho da Corrente nas cidades de Governador Valadares e Montes Claros. Em contrapartida, o militante José Silva Tavares, que se encontrava na Guanabara, ficou ligado àquele "partido". Mais tarde, com o ingresso de Fructuoso no Partido Comunista do Brasil (PC do B), foi suspenso o relacionamento com o PCBR.

170 Comandados por Gilney Amorim Viana ("Augusto"), o bando assaltante era constituído por Antônio Carlos Bicalho Lana, Arnaldo Fortes Drummond, Marcos Antônio Victória Barros, Rouberdária Diniz Valério e Hélcio Pereira Fortes.

armadas. Com a saída de três militantes de nível, houve a necessidade de a Corrente reorganizar o seu comando e a sua estrutura, que passou a ser constituída de três escalões[171].

O 1º Escalão seria o responsável pelas ações violentas e pelo levantamento das áreas rurais. Nele, militavam os elementos de nível ideológico mais elevado e de maior coragem física e decisão. O 2º Escalão era constituído pelos Comitês Operário, dos Servidores e Estudantil. A este escalão estava afeto o trabalho de agitação e propaganda. Nele militavam os elementos que não estavam em condições de atuar no 1º Escalão. O 3º Escalão setorizava todos aqueles que prestavam qualquer tipo de ajuda à parte clandestina da organização.

Para coordenar os três escalões, a Corrente criou um órgão chamado "Regional", que não possuía efetivo definido e se reunia, quando necessário, com militantes que representavam os seus comitês de origem.

Após a reestruturação, foram realizados, por militantes de Belo Horizonte, levantamentos no trecho da estrada Rio-Bahia, entre as cidades de Governador Valadares e Vitória da Conquista. Durante os levantamentos, foram montados "aparelhos" da organização nas cidades de Teófilo Otoni e Vitória da Conquista. Os "aparelhos" serviriam de bases de apoio quando o movimento se estendesse para o meio rural, ao longo da estrada Rio-Bahia.

A segunda ação da Corrente ocorreu na madrugada de 1º de dezembro, quando foi assaltada a boate "Seis às Seis", na Avenida Nossa Senhora do Carmo. Tudo foi planejado e novamente comandado por Gilney Amorim Viana[172]. Durante o assalto, Nelson José de Almeida, que entrara na boate através da cozinha, atirou e feriu no peito o cozinheiro Antônio Joaquim de Oliveira. O freguês We1lington Gadelha Campelo foi ferido na região lombar, por um tiro disparado por Gilney.Dentro da boate, Nelson atirou pelas costas no gerente Antonio de Almeida Ribeiro, que estava na copa. Várias pessoas, além de terem sido feridas à bala, foram espancadas e roubadas de joias e de dinheiro. Na fuga, roubaram o carro de um dos frequentadores da boate.

Ainda em dezembro, na noite do dia 14, com o objetivo de angariar fundos para sustentar a estrutura clandestina da organização, a Corrente encerrou o ano de 1968 assaltando o Armazém São Vicente, na Avenida Rodoviária, nº 42, na cidade de Contagem, ação que lhe rendeu a quantia de 4.800 cruzeiros novos e grande quantidade de gêneros alimentícios.

As relações mantidas pela Corrente com o Agrupamento Comunista de São Paulo, em 1968, desde a orientação, para a atuação, até o treinamento de militantes, para as ações armadas, caracterizaram a organização como uma extensão do movimento liderado por Marighella, em Minas Gerais. A necessidade de realizar ações de banditismo, com a finalidade de sustentar uma estrutura clandestina, despreocupando-se do apoio das massas, levaria a Corrente ao isolamento e à destruição.

13. O PC do B recebe adesões

Durante o ano de 1968, o PC do B recebeu a importante adesão de dois grupos oriundos do PCB, na Guanabara. O primeiro, no início do ano, liderado por Luiz Guilhardini e José Maria Cavalcante, expulsos do PCB antes do VI Congresso, levando quase a totalidade do Comitê Marítimo para o PC do B. O segundo grupo, liderado por Manoel Jover Telles, compunha-se dos que haviam saído do PCBR, em junho de 1968. Nesse mês, o comitê Central do PC do B enviara uma carta denominada "Aos comunistas divergentes do Partido Comunista Brasileiro no Estado da Guanabara", na qual criticava as posições do PCB e do PCBR, e os concitava a ingressarem no PC do B, afirmando que seria, na verdade, "um reencontro entre velhos camaradas".

Em fins de 1968, esses divergentes realizaram uma reunião em Duque de Caxias, denominada "Conferência da Maioria do PC na Guanabara". Foram aprovadas a "Resolução Política" e uma carta ao CC/PC do B, comunicando a adesão dos divergentes ao partido, e foi eleito o Comitê Regional do PC do B para os Estados da Guanabara e do Rio de Janeiro. A essa Conferência, assistida por Pedro Pomar, membro do Comitê Central da organização, compareceram quase duas dezenas de pessoas que representavam cerca de quatrocentos militantes da Guanabara[173].

Em fevereiro, o Comitê Central publicou o documento para estudo "Salve a Vitória da Guerra Popular!", de autoria de Lin Piao, um dos dirigentes da República Popular da China, no qual eram sistematizadas as experiências vividas durante os 22 anos da revolução chinesa, em seus aspectos político e militar.

---

[171] O Comando da Corrente ficou constituído por Mário Roberto Galhardo Zanconato, Gilney Amorim Viana e Hélcio Pereira Fortes, assessorados por José Adão Pinto, que era o responsável pelas atividades de logística da organização, sendo inclusive o depositário de armamento.

[172] Participaram do assalto: Lúcio Dias Nogueira ("Rodrigo"), Nelson José de Almeida ("Beto"), José Alfredo ("Henrique"), Leila Dias de Araújo ("Lia" – "Laura") e José Adão Pinto ("Luiz Carlos" – "Evaldo").

[173] Estavam presentes: Manoel Jover Telles, Armando Teixeira Fructuoso, Lincoln Bicalho Roque, Aurélio Pereira Rosa, Helena Boaventura Neto, Roberto Ribeiro Martins, Antônio Miranda, que seria expulso no ano seguinte, e outros.

Em maio de 1968, o CC/PC do B[174] aprovou dois documentos. No primeiro, denominado "Alguns problemas ideológicos da revolução na América Latina", posicionava-se, em nível internacional, a favor da China e da Albânia e contra EUA e URSS. No aspecto ideológico, atacava o "fidelismo" cubano, afirmando que, na América Latina, "cada povo fará a sua Revolução". Criticava o caráter socialista da revolução e defendia a passagem por uma "etapa nacional e democrática". No segundo documento, "Preparar o Partido para as grandes lutas", o PC do B, baseado nas agitações estudantis ocorridas nos grandes centros urbanos, nos quatro primeiros meses do ano, fazia o vaticínio de que as massas já se estavam movimentando para fazer a revolução. Apesar de reconhecer que "o desprendimento e a energia da mocidade, bem orientados, são fatores de radicalização das lutas", alertava que "as zonas rurais constituirão as vastas áreas de manobra para os destacamentos armados do povo e nestas zonas encontrava-se o maior potencial revolucionário". Não menosprezava, entretanto, o trabalho das massas urbanas:

"O ascenso das lutas populares nas cidades veio a chamar mais ainda a atenção do Partido para a necessidade de incrementar o trabalho no interior, tendo em vista desenvolver o movimento camponês. Por mais importância que tenham as lutas nos centros urbanos, elas, por si só, não conduzirão o povo à vitória. O fator decisivo é o movimento de massas e a luta armada no campo (...) Ambos preparam o caminho da guerra popular".

No item final do documento, o PC do B admitia que "teve ativa participação nas recentes ações de massas" e afirmava, para todos aqueles que não acreditavam que as agitações de 1968 foram dirigidas pelos comunistas:

"Ombro a ombro com as massas, seus militantes enfrentaram a reação, procuraram exercer seu papel de vanguarda e aprenderam com as massas".

14. A Ala Vermelha do PC do B inicia os assaltos

Estabelecida a sua linha política, de caráter nitidamente foquista, a Ala Vermelha do PC do B (AV/ PC do B) iniciou, em 1968, as suas atividades de cunho militarista pretensamente revolucionário.

Para isso, criou o Grupo Especial Nacionalista Revolucionário (GENR)[175] que, a partir de fevereiro de 1968, iniciou uma série de assaltos, em São Paulo, dos quais se podem citar o do carro pagador do Banco da Lavoura de Minas Gerais, por duas vezes, em fevereiro e junho, e o do Banco Francês e Italiano, em maio, com os quais a organização arrecadou centenas de milhares de cruzeiros[176].

No segundo semestre de 1968, Plínio Petersen Pereira, um dos dirigentes da AV/PC do B e integrante do GENR, desligou-se da organização, levando consigo diversos militantes que foram formar o denominado "Grupo do Gaúcho".

Nessa época, era grande a agitação no Movimento Estudantil, com os estudantes participando de ações diretas contra as forças policiais, incentivados e orientados pelas organizações militaristas. O clima de revolta estudantil, aumentando com o fracasso do Congresso de Ibiúna, serviu de incentivo para os integrantes da AV/PC do B pensarem em iniciar a estrutura de uma organização própria, independente, arrebanhando os jovens estudantes que estavam contagiados pelo vírus da luta armada[177]. Assim, foi criada a Comissão Nacional de Consulta, integrada por Diniz Cabral Filho, Elio Cabral de Souza e Derly José de Carvalho, a fim de dar início ao trabalho de formação do que seria a Ala Vermelha (AV), que ia concretizar-se no ano seguinte.

15. O PCR tenta realizar trabalho no campo

Desde a sua criação, em maio de 1966, o Partido Comunista Revolucionário (PCR), atendo-se ao preconizado pela sua linha política, que privilegiava o Nordeste como área prioritária da revolução, procurava afirmar-se no meio rural de Pernambuco, de Alagoas, da Paraíba e do Rio Grande do Norte.

---

[174] A CEx do PC do B era integrada por João Amazonas, Maurício Grabois, Pedro Pomar, Carlos Nicolau Daniellí, Lincoln Cordeiro Oest, Ângelo Arroyo e Luiz Guilhardini. Compunham ainda o CC, Dynéas Fernandes de Aguiar, Monnerat, Diógenes Arruda Câmara, Benedito de Carvalho, Wladimir Pomar, Manoel Ferreira e José Maria Cavalcante, dentre outros.

[175] O GENR era composto por Diniz Cabral Filho, Plínio Peterson Pereira, Elio Cabral de Souza, Daniel José de Carvalho, Devanir José de Carvalho, Aderval Alves Coqueiro, Lúcio da Costa Fonseca, James Allen Luz, José Couto Leal, Derly José de Carvalho e Raimundo Gonçalves de Figueiredo.

[176] Além dos assaltos para obter fundos, realizou dezenas de roubos de carros, utilizados nas atividades "revolucionárias" da organização. As organizações comunistas chamam os roubos de "expropriações", termo utilizado por Lenin.

[177] Embora seus membros tivessem sido expulsos do PC do B, a AV ainda se considerava uma ala desse Partido.

Em fins de 1967, Amaro Luiz de Carvalho ("Capivara") e Manoel Lisboa de Moura, a mando de Ricardo Zarattini Filho, foram ao Uruguai em busca de apoio financeiro de Brizola, para a instalação de uma área de guerrilha no Nordeste. Rescaldado pelos sucessivos fracassos, particularmente o de Caparaó, Brizola negou-lhes apoio.

No segundo semestre de 1968, dinheiro passou a não mais faltar ao PCR. Ricardo Zarattini Filho conseguiu-o em quantidade, através do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR), que o recebia do "Bom Burguês".

Em agosto, "Capivara" arrendou o sítio "Borboleta", no município de Palmares, em Pernambuco, que passou a ser o centro do trabalho de campo do partido, atuando com um grupo nas regiões de Barreiros, de Sirinhaém, de Rio Formoso, de Água Preta e de Joaquim Nabuco. Além do trabalho de recrutamento e divulgação do comunismo no meio rural, praticaram atos de sabotagem, como a queima de canaviais e de engenhos.

Influenciado por ideias militaristas, Ricardo Zarattini foi expulso da organização, em dezembro de 1968, e com esse ato a fonte financeira do PCR secou, e seu incipiente trabalho no campo não evoluiria.

16. O MR-8 estende suas atividades ao Paraná

Ainda no final de 1967, o MR-8 passou a dedicar-se ao levantamento político, social e econômico do território nacional, com o objetivo de selecionar uma ou mais regiões propícias à instalação de um foco guerrilheiro. Selecionada a área para o início do processo – o Sudoeste do Paraná –, no início de 1968, um grupo de militantes embrenhou-se nas matas do Parque Nacional do Iguaçu, para realizar o levantamento topográfico da região.

Em julho de 1968, a situação financeira do MR-8 tornou-se crítica. Baseado, por suas origens, no Estado do Rio de Janeiro, a organização mantinha ali uma "frente de publicações", além de grupos de contatos e de recrutamento. A abertura dos trabalhos no Paraná e o sustento dos militantes "profissiona1izados"[178] fizeram com que diminuíssem os recursos financeiros, conseguidos, até então, apenas pela contribuição de militantes simpatizantes e colaboradores.

Em agosto, o militante Mauro Fernando de Souza deu um desfalque de 60 milhões de cruzeiros (60 mil cruzeiros novos), no Banco Mercanti1 de Niterói, no qual trabalhava. Canalizado para o MR-8, esse dinheiro desafogou, temporariamente, os problemas da organização. No Paraná, em Curitiba, foram montados alguns "aparelhos" e adquiridos dois sítios: um, na região denominada de Boipicuá, na estrada para Assis Chateaubriand, a 25Km do município de Cascavel; e o outro, conhecido por Banhadão, nas proximidades de Matelândia, como "aparelho" rural alternativo. Compraram-se diversas viaturas e iniciou-se a montagem de uma infraestrutura básica.

Entretanto, o dinheiro obtido não seria suficiente para manter as duas frentes de atuação, no Rio de Janeiro e no Paraná. Em dezembro, a direção do MR-8 decidiu criar, no Rio de Janeiro, o "Comando de Expropriações", a fim de conseguir fundos através de assaltos, roubos e furtos. O Comando Político foi deslocado para o Paraná, para melhor concentrar esforços no projetado foco guerrilheiro.

O MR-8 já lograra assentar 26 militantes no eixo Curitiba-Cascavel-Matelândia.

17. A DI/GB atua no Movimento Estudantil

Dividida pela II Conferência, realizada em dezembro de 1967, em Petrópolis, a DI/GB optou pela atuação no Movimento Estudantil (ME), escudada pelo domínio que possuía na União Metropolitana de Estudantes e na Universidade Federal do Rio de Janeiro. Com isso, a DI/GB esteve a cavaleiro das agitações de rua ocorridas na Guanabara, no ano de 1968, através de seus militantes Vladimir Palmeira, Franklin de Souza Martins, Carlos Alberto Vieira Muniz e Luiz Eduardo Prado de Oliveira, além dos irmãos Daniel e Samuel Aarão Reis.

A organização tinha a sua maior fonte de recrutamento no ME, através da direção dos Grupos de Estudo (GE) e dos Organismos Parapartidários (OPP). Os GE eram vistos como a porta de entrada para a DI/GB e atuavam, apenas, no ME. Seus integrantes estudavam o marxismo-leninismo, particularmente as concepções cubanas de revolução, e as conjunturas internacional e brasileira. Dos GE, seus melhores integrantes passavam para os OPP, onde tomavam conhecimento da existência da DI/GB e estudavam sua linha política. Embora possuíssem uma estrutura autônoma, os OPP obedeciam às decisões da organização. Seus militantes usavam codinomes e recebiam orientações para atingir um determinado nível de prática política organizada, ingressando na DI/GB.

A prisão de Vladimir e Franklin, no Congresso de Ibiúna, em outubro, mostrou à organização que o ME, por si só, não conseguiria realizar a pretendida revolução. Sob uma visão essencialmente militarista, a DI/GB encerraria o ano de 1968 preparando-se para iniciar as ações armadas, formando um primeiro grupo de ação[179].

---

[178] Os comunistas chamam de "profissionalizados" os militantes que dedicam tempo integral à organização e são por ela sustentados.

[179] Esse grupo da DI/GB era constituído por Daniel Aarão Reis Filho, João Lopes Salgado, Cid de Queiroz Benjamin, Cláudio Torres da Silva e Stuart Edgard Angel Jones.

18. A Dissidência da Dissidência

Durante o transcorrer da II Conferência da Dissidência da Guanabara (DI/GB), em Petrópolis, acirraram-se as divergências que já existiam nessa organização, formando-se três grupos.

Um deles foi denominado "grupo dos foquistas". Liderado por Jorge Eduardo Saavedra Durão, Sérgio Emanuel Dias Campos e Álvaro Arthur do Couto Lemos Neto, defendia as posições de Guevara e Debray. Esse grupo, sentindo que se tornava impossível a sua permanência na DI/GB, desligou-se dessa organização e, ainda no final de 1967, criou a Dissidência da Dissidência (DDD).

Era um grupo reduzido, com cerca de duas dezenas de militantes recrutados por meio de grupos de estudo que se organizavam entre os estudantes secundaristas e universitários[180].

Apesar de apoiar a luta armada, a DDD nunca executou nenhuma ação, limitando-se a intermináveis discussões sobre sua linha política, efetuadas num apartamento de Copacabana. Através de sua Seção Operária, chegou a distribuir panfletos em bairros operários e, através da Seção Estudantil, participou das agitações ocorridas na Guanabara, em 1968.

Desde cedo, a DDD buscou contatos com outras organizações. No início de 1968, estabeleceu relações com a Dissidência de São Paulo (DI/SP), do PCB, para lá deslocando o militante Cláudio Jorge Câmara. Em meados desse ano, chegou a manter infrutíferos contatos com o Núcleo Marxista-Leninista (NML), dissidência da AP na Guanabara, abandonados em face das divergências entre suas linhas políticas.

A partir do 2º semestre de 1968, através de Jorge Eduardo Saavedra Durão, a DDD iniciou contatos com o Comando de Libertação Nacional (COLINA), este, representado por Maria do Carmo Brito, a "Lia", o que propiciou, aos militantes da DDD, treinamentos de tiro e manuseio de explosivos.

Em março de 1969, após formular uma autocrítica, a DDD resolveu dissolver-se e ingressar no COLINA.

19. O surgimento do Partido Operário Comunista (POC)

Em setembro de 1967, após o IV Congresso, a POLOP viu-se reduzida, praticamente, à metade dos seus efetivos, em razão do afastamento dos dissidentes de Minas Gerais, de São Paulo e da Guanabara, que foram constituir novas organizações. Entretanto, a aproximação da Dissidência Leninista do PCB no Rio Grande do Sul (DL/PCB/RS) trouxe certo alento à POLOP, tendo em vista as perspectivas de atuação junto ao Movimento Operário.

No início de 1968, as duas organizações, em conjunto, realizaram o "Ativo Operário", onde foram estabelecidas as bases para a fusão e as diretrizes para as atividades nos sindicatos e nas fábricas. Em abril de 1968, em Santos, foi selada a união da POLOP com a DL/PCB/RS, através da realização do Congresso de Fundação do Partido Operário Comunista (POC), considerado como o herdeiro e o continuador da ORM-PO, conhecida como POLOP. Como o conclave era o quinto da POLOP, ficou conhecido como o V Congresso do POC. Contando com o reforço de, aproximadamente, cinquenta militantes da DL, o POC iniciou suas atividades com cerca de setecentos membros[181].

No documento "Resolução Política do Congresso de Fundação do POC", a organização afirmava a falência do reformismo e apontava o POC como uma nova liderança, herdeira de todas as tradições revolucionárias do movimento comunista brasileiro. Ao mesmo tempo, criticava as organizações que romperam com o PCB e optaram pela luta armada, por não terem conseguido estabelecer uma linha política definida. A resolução diagnosticava a necessidade de substituir a discussão meramente ideológica – um problema crônico na POLOP, pela aplicação dos princípios, na prática das lutas das classes trabalhadoras.

O POC elegia a luta armada parta desenvolver a estratégia da organização, através da combinação da guerra de guerrilhas no campo com a insurreição urbana. Preconizava a instauração da "Frente da Esquerda Revolucionária!" (FER), constituída pelas forças combatentes da classe operária, em torno das lutas econômicas e da luta pelo desencadeamento de uma greve geral[182].

---

[180] Entre os principais militantes da DDD, além de três já citados, encontravam-se Fernando Luiz Nogueira de Souza, Cláudio Jorge Câmara, Carlos Mink Baumfeld, Sérgio de Faria Pinho, Ana Cristina Zahar, Wilson Thimóteo Júnior e Flávia de Thimóteo.

[181] O Comitê Nacional (CN) eleito nesse Congresso era constituído por Érico Czackes Sachs ("Ernesto Martins"), Eder Simão Sader ("Raul Villa"), Ceici Kamayana ("Zé Paulo), Fábio Oscar Marenco dos Santos ("Emilio"), Flávio Koutzii ("Laerte"), Marcos Faerman ("Gerson"), Otavino Alves da Silva ("Abílio"), Peri Thadeu de Oliveira Falcon ("Romero") e um estudante de nome Jari. A suplência era formada por Nilmário de Miranda ("Augusto") e mais dois, conhecidos por "Armando" e "Azevedo".

[182] O Programa Socialista para o Brasil, adotado pelo partido, considerava a FER como o embrião para a sua criação, e seus integrantes tinham que concordar com o caráter socialista da revolução. A dificuldade dessa concordância levou o POC a planejar a constituição da "Frente Única Proletária" (FUP), que, ao contrário da FER, não excluiria aqueles que não defendessem o caráter socialista da revolução. Suas lutas táticas seriam centradas na luta pela autonomia sindical, tal como constou de uma circular interna, o "Informe às Células" do Secretariado Executivo Nacional (SEN), datado de maio de 1968.

Os estatutos do POC, emergentes do V Congresso, estabeleceram a revolução socialista para a conquista do objetivo estratégico do Partido. Depois do Congresso, o órgão máximo era o Comitê Nacional (CN), que elegeria, dentre os seus membros, o Secretariado Executivo Nacional (SEN)[183].

As intenções operárias do POC não se concretizaram, na prática, tendo uma participação muito limitada, quase inexistente, nas explosões operárias desse ano de 1968. Em junho, o CN divulgou o documento "Por uma prática partidária", contendo uma autocrítica da atuação do partido e novas orientações para suas atividades. O CN atribuía o fracasso do POC pela falta de colocação, na prática, das concepções teóricas e pela situação de inferioridade advinda das alianças com outras organizações para a atuação no movimento operário. Esses problemas, ainda segundo o CN, somente seriam solucionados pelo recrutamento e pela formação de quadros na classe operária, bem como pela implementação de atividades revolucionárias que servissem de alternativa às diversas organizações e tendências de esquerda que apresentassem uma política "pequeno-burguesa".

Apesar desses esforços, o POC continuou com dificuldades de penetração no meio operário. A reduzida participação que viria a ter, a seguir, na 2ª greve de Contagem e na greve de Osasco, não foi capaz de lançar raízes na classe operária.

Apesar de sua definição pela estratégia da luta armada, o POC passou o ano de 1968 e parte do seguinte sem tomar a iniciativa do enfrentamento militar. Tal atitude, apesar de colocá-lo à margem da perseguição policial, provocaria as primeiras dissensões e o questionamento interno de sua linha política e de sua atuação prática. Ainda em 1968, começaram as defecções no CN do POC.

20. O surgimento do Comando de Libertação Nacional (COLINA)

Após o IV Congresso da POLOP, realizado em setembro de 1967, os dissidentes de São Paulo, Minas Gerais e Guanabara iniciaram articulações no sentido de formarem outras organizações. Enquanto os dissidentes de São Paulo e alguns da Guanabara se reuniram para formar a Vanguarda Popular Revolucionária (com os remanescentes do MNR), os de Minas Gerais e a maioria dos da Guanabara entabulavam negociações para a criação da nova Organização Político-Militar (OPM).

Em abril de 1968, esses militantes realizaram uma conferência, na qual aprovaram o documento "Concepção da Luta Revolucionária", onde ficou praticamente aprovada a linha política da futura OPM. O documento definiu a revolução brasileira como sendo de caráter socialista, e o caminho a seguir seria o da luta armada, através do foco guerrilheiro, visto como "a única forma que poderá assumir, agora, a luta armada revolucionária do povo brasileiro". O processo para a tomada do poder iniciar-se-ia com a criação de um pequeno núcleo rural – o foco –, que, através do desencadeamento da luta armada no campo, cresceria e multiplicar-se-ia com a conscientização das massas, até a constituição do Exército Popular de Libertação. As cidades eram vistas como fontes para o apoio logístico, e a guerrilha urbana, nelas desencadeada, serviria para manter ocupadas as forças legais. Os atos de terrorismo e sabotagem deveriam obedecer a um rígido critério político, estabelecido pelo comando da OPM.

Em julho de 1968, esses dissidentes da POLOP realizaram o Congresso Nacional num sítio em Contagem, Minas Gerais, no qual foi criado o Comando de Libertação Nacional (COLINA), com o seu Comando Nacional (CN) integrado por Ângelo Pezzuti da Silva e Carlos Alberto Soares de Freitas, de Minas Gerais; Juarez Guimarães de Brito e Maria do Carmo Brito, da Guanabara.

Diretamente ligados ao CN, existiam o Setor Estratégico, com Carlos Alberto Soares de Freitas e Reinaldo José de Melo; e os Comandos Regionais (CR), subdivididos em Comandos Urbano e Militar. O Comando Urbano, constituído pelos Setores Operário e Estudantil, era o responsável pelo trabalho de massa nas fábricas, empresas, sindicatos, faculdades, etc. Esse trabalho era executado pelas células, através das atividades de recrutamento e de agitação e propaganda, editando o jornaleco "O Piquete". O Comando Militar era composto pelos Setores de Levantamento de Áreas, de Inteligência, de Expropriação, de Terrorismo, de Sabotagem e de Logística. O Setor de Levantamento de Áreas era o encarregado de estudar e selecionar as áreas favoráveis à implantação dos focos guerrilheiros. O de Inteligência falsificava documentos e planejava as ações armadas, através do levantamento de locais e hábitos de personalidades. O Setor de Expropriação era o responsável pela execução das ações armadas, como os assaltos e os sequestros, que visavam a obter recursos financeiros e material bélico para a organização. O Setor de Terrorismo e Sabotagem era o encarregado da preparação dos engenhos explosivos e da execução dos atos terroristas e de sabotagem. O Setor Logístico preocupava-se em dar apoio à organização em relação ao estabelecimento de aparelhos e à distribuição de recursos materiais.

---

[183] Os organismos regionais seriam as Seções, dirigidas pelos Secretariados Regionais e integradas por três ou mais células. Núcleos seriam os organismos regionais que não tivessem atingido o "status" de Seção. A estrutura básica do POC seria a Célula, dirigida por um coordenador e constituída de três a cinco militantes.

A partir de setembro de 1968, o Setor Estratégico deu início a uma série de viagens pelo interior do País, a fim de realizar os levantamentos das regiões mais favoráveis à instalação de guerrilhas. Após estudar mais de sete estados, o COLINA decidir-se-ia, em junho do ano seguinte, por uma região de mais de cem mil quilômetros quadrados, englobando diversos municípios do Maranhão e de Goiás, tais como Imperatriz, Porto Franco, Barra do Corda e Tocantinópolis.

Embora o COLINA tivesse conseguido recrutar militantes em Porto Alegre, Goiânia, e Brasília, nunca deixou de ser uma OPM tipicamente mineira, com um núcleo na Guanabara, onde havia recrutado um grupo de ex-militares que já tinha atacado duas sentinelas: a primeira, em 17 de março, no Museu do Exército, na Praça da República, a qual foi baleada por Antônio Pereira Mattos e teve o seu FAL roubado; e a segunda, em 23 de maio, na Base Aérea do Galeão, a qual ficou sem a sua pistola 45.

Dentre as ações do COLINA, em 1968, podem ser destacadas: em 28 de agosto, assalto ao Banco Comércio e Indústria de Minas Gerais, Agência Pedro II, em Belo Horizonte; em 4 de outubro, assalto ao Banco do Brasil, na cidade industrial de Contagem, em Minas Gerais; em 18 de outubro, dois atentados à bomba em Belo Horizonte, nas residências do Delegado Regional do Trabalho e do Interventor dos Sindicatos dos Bancários e dos Metalúrgicos; em 25 de outubro, no Rio de Janeiro, Fausto Machado Freire e Murilo Pinto da Silva assassinaram Wenceslau Ramalho Leite, com quatro tiros de pistola Luger 9mm, quando lhe roubavam o carro; e, em 29 de outubro, assalto ao Banco Ultramarino, Agência de Copacabana, no Rio de Janeiro[184].

O ano seguinte seria crítico para o COLINA. Uma sequência de prisões debilitaria a organização, forçando a sua fusão com a VPR e a formação da Vanguarda Armada Revolucionária-Palmares (VAR-Palmares).

21. O surgimento da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR)

Nos três últimos meses de 1967, o grupo que "rachou" com a POLOP, no IV Congresso de setembro, estava articulando-se para a formação de uma nova organização, de cunho militarista.

Ao mesmo tempo, diversos sargentos remanescentes do núcleo de São Paulo do Movimento Nacionalista Revolucionário de Brizola, muitos com curso em Cuba, também procuravam organizar-se, de acordo com a mesma linha de orientação cubana. Pressuroso em atuar, esse grupo já havia assaltado, no penúltimo dia do ano, o Depósito Gato Preto, da Companhia Perus, em Cajamar, São Paulo, roubando 10 caixas de dinamite e 200 detonadores[185].

Em janeiro de 1968, iniciaram-se os encontros formais entre os dois grupos, para atuar em conjunto e traçar os planos para a fusão. Em março, concretizou-se o I Congresso, que fundou a Organização Político-Militar denominada Vanguarda Popular Revolucionária (VPR)[186].

A VPR estruturou-se, inicialmente, no Comando Nacional e nos Comandos Regionais, estes eram divididos nos Setores Logístico, Urbano e Rural ou de Campo. O Setor Logístico era o encarregado de conseguir meios para a organização, através das ações armadas. O Setor Urbano fazia o trabalho de massa e subdividia-se nos Subsetores Operário, Estudantil e de Imprensa. O Setor Rural ou de Campo subdividia-se no Subsetor de Levantamento Geográfico, para selecionar as futuras áreas de guerrilhas sob o aspecto fisiográfico; no Subsetor de Levantamento Socioeconômico, para selecionar as regiões mais favoráveis à arregimentação de trabalhadores; e no Subsetor de Fixação, responsável pela implantação das áreas de guerrilha.

No seu início, a VPR não conseguiu definir integralmente a sua linha política, engolfada pelas contradições internas advindas de sua dupla origem: a militar e a política. Entretanto, o consenso sobre o foquismo cubano conduziu a organização às atividades puramente militaristas, praticando a ação pela ação, sem uma estratégia de conjunto.

No Movimento Estudantil, a VPR participou das agitações ocorridas em São Paulo, onde conseguiu recrutar diversos estudantes. No Movimento Operário, atuou nas greves dos metalúrgicos de Osasco, por intermédio de seus militantes José Ibrahim e José Campos Barreto.

Mas foi na área militar que a VPR mais se notabilizou, graças aos contatos dos ex-sargentos oriundos do Movimento Nacionalista Revolucionário. Possuía uma célula no 4º Regimento de Infantaria, em Quitaúna, onde sobressaíam o Sargento Darcy Rodrigues e o Capitão Carlos Lamarca. Estava infiltrada na Companhia de Polícia do Exército, em São Paulo.

---

[184] Desses assaltos, onde foram roubados centenas de milhares de cruzeiros e foi morto um civil, participaram Ângelo Pezzuti da Silva, Juarez Guimarães de Brito, Afonso Celso Lana Leite, Antônio Pereira Mattos, João Lucas Alves, Murilo Pinto da Silva, Severino Viana Colou, Pedro Paulo Freitas, Irani Campos, Jorge Raimundo Nahas, Maurício Vieira de Paiva, Sérgio Menezes Macedo, Fausto Machado Freire, Erwin Bezerra Duarte, Júlio Antônio Bittencourt de Almeida, João Marques e José Raimundo de Oliveira.

[185] Participaram desse assalto: Onofre Pinto, Pedro Lobo de Oliveira, Antonio Raimundo Lucena, José Araújo Nóbrega, José Ronaldo Tavares Lira e Silva e Otacílio Pereira da Silva.

[186] A primeira direção da VPR ficou constituída por Wilson Egídio Fava, Waldir Carlos Sarapu e João Carlos Kfouri Quartim de Morais, pelo grupo dissidente da POLOP, e Onofre Pinto, Pedro Lobo de Oliveira e Diógenes José de Carvalho, pelo núcleo de remanescentes do Movimento Nacionalista Revolucionário.

Foram dezenas as atividades armadas da VPR, catalogadas nesse ano de 1968, desde roubos de carros e assaltos para conseguir dinheiro, armas e explosivos, até os atos terroristas à bomba e assassinatos, capitulados como "justiçamentos".

Os fatos a seguir descritos, todos de 1968, em São Paulo, apenas dão pálida ideia da virulência da VPR, que, em nome da "revolução brasileira", roubou, assaltou e matou indiscriminadamente:

– em 7 de março, assalto ao Banco Comércio e Indústria, da Rua Guaicurus, na Lapa, considerado como o primeiro assalto a banco da guerrilha urbana no Brasil;

– em 19 de março, atentado à bomba contra a biblioteca do Consulado norte-americano, na Rua Padre Manoel, onde um estudante perdeu a perna e mais dois ficaram feridos;

– em 5 de abril, atentado à bomba na sede do Departamento de Polícia Federal;

– em 20 de abril, atentado à bomba no jornal "O Estado de S. Paulo", com três feridos;

– em 31 de maio, assalto ao Banco Bradesco, em Rudge Ramos;

– em 22 de junho, assalto ao Hospital Geral de São Paulo, no Cambuci, de onde foram roubados nove fuzis FAL;

– em 26 de junho, atentado à bomba conta o Quartel General do II Exército, no Ibirapuera, que, além dos danos materiais, matou a sentinela, Soldado Mário Kozel Filho, e feriu diversos outros[187];

– em 28 de junho, assalto à pedreira Fortaleza, na rodovia Raposo Tavares, de onde foram roubadas 19 caixas de dinamite e grande quantidade de detonadores;

– em 1º de agosto, assalto ao Banco Mercantil de São Paulo, do Itaim;

– em 20 de setembro, assalto ao quartel da Força Pública do Estado de São Paulo, no bairro Barro Branco, onde foi assassinada a sentinela, Soldado Antonio Carlos Jeffery, por Pedro Lobo de Oliveira, Onofre Pinto e Diógenes José Carvalho de Oliveira;

– em 12 de outubro, assassinato do Capitão do Exército dos Estados Unidos da América Charles Rodney Chandler, que cursava a Escola de Sociologia e Política da Fundação Álvarez Penteado, foi morto na porta de sua residência, no Sumaré, na frente da esposa e de um filho de 9 anos, a tiros de metralhadora, por Marco Antonio Brás de Carvalho, Pedro Lobo de Oliveira e Diógenes José Carvalho de Oliveira;

– em 15 de outubro, primeiro assalto ao Banco do Estado de São Paulo, da Rua Iguatemi;

– em 27 de outubro, atentado à bomba contra a loja Sears da Água Branca;

– em 7 de novembro, roubo de um carro na esquina das ruas Carlos Norberto Souza Aranha e Jaime Fonseca Rodrigues, com o assassinato de seu motorista, o senhor Estanislau Ignácio Correa, praticado por Yoshitane Fujimori ("Edgar"), Osvaldo Antonio dos Santos ("Portuga") e Pedro Lobo de Oliveira ("Getúlio"). A respeito deste assassinato, o jornal "O Estado de S. Paulo", de 9 de abril de 1980, publicou as declarações de um ex-militante da VPR reproduzidas a seguir;

"São três tiros, um no braço esquerdo, outro no tórax e o terceiro na cabeça. Ele morreu instantaneamente, a metade do corpo para fora do carro (...) Maneira estúpida de morrer. Não havia risco para "Edgar" e "Portuga". O homem estava desarmado, carregava uma pasta de couro a qual não caberia sequer uma arma pequena. Poderia ter sido dominado pelos dois, jovens e fortes, e, além disso, protegidos pela cobertura de "Getúlio", estacionado a menos de 30 metros do local e também armado. Por que então atirou naquele homem? Por que matá-lo, se a única ajuda que poderia receber viria de uma frágil e assustada dona de casa, que assistia tudo paralisada na calçada? Eles poderiam simplesmente golpeá-lo na cabeça – uma simples e dolorida, sem dúvida, mas não mortal coronhada (...)";

– em 6 de dezembro, segundo assalto ao Banco do Estado de São Paulo, da Rua Iguatemi;

– em 11 de dezembro, assalto à Casa de Armas Diana, na Rua do Seminário, de onde foram roubadas armas e munições, saiu ferido o senhor Bonifácio Ignori, com um tiro na perna, disparado por José Raimundo da Costa.

Milhões de cruzeiros roubados, vultosos danos materiais a propriedades públicas e privadas, ferimentos em dezenas de pessoas e quatro assassinatos foi o saldo trágico das ações da VPR, no seu primeiro ano de atuação em atividades "revolucionárias"[188].

---

[187] Entre planejadores e executores, participaram da ação: Wladir Carlos Sarapu, Wilson Egídio Fava, Pedro Lobo de Oliveira, Alberto Pinto, Diógenes José Carvalho de Oliveira, Dulce de Souza Maia, Eduardo Leite, José Araújo de Nóbrega, Osvaldo Antonio dos Santos e Renata Ferraz Guerra de Andrade.

[188] Essas ações foram praticadas pelos seguintes militantes: Onofre Pinto, Pedro Lobo de Oliveira, Antonio Raimundo Lucena, José Araújo de Nóbrega, José Ronaldo Tavares de Lima e Silva, Otacílio Pereira da Silva, Cláudio de Souza Ribeiro, Osvaldo Antonio dos Santos, Diógenes José Carvalho de Oliveira, Hamilton Fernando Cunha, Milton Alberto Martini, Eduardo Leite, Wilson Egídio Fava, Samuel Iavelbela, Ladislas Dowbor, Reinaldo José de Melo, Darcy Rodrigues, Melcides Pereira da Costa, Antonio Roberto Espinosa, João Domingos da Silva, Adileia Pereira da Silva,

Os órgãos policiais, ainda não preparados para enfrentar essa guerrilha urbana, desconheciam os autores dos crimes e muitos eram imputados a marginais. Foi somente no ano seguinte, com a prisão de alguns militantes, que se pôde concluir que esses crimes estavam sendo cometidos em nome da "revolução brasileira".

Em dezembro de 1968, explodiu a crise latente entre os "militaristas", oriundos do Movimento Nacionalista Revolucionário, e os "políticos" ou "leninistas", oriundos da POLOP. Numa reunião, ora chamada de conferência, ora de congresso, realizada no litoral paulista e conhecida como a "praianada", os "militaristas", apoiados pela adesão de Carlos Lamarca, assumiram a direção da VPR e expulsaram João Carlos Kfouri Quartim de Morais ("Manoel"); Wilson Egídio Fava ("Amarelo") e sua mulher, Renata Ferraz Guerra de Andrade ("Cecília"). Em seguida, fugiram para o exterior. O primeiro foi acusado de ter levado dinheiro da organização.

22. O assassinato do Capitão Chandler

Em 1968*,* as ações de guerrilha urbana perdiam-se no anonimato de seus autores. Muitas vezes eram, até mesmo, confundidas com atividades de simples marginais. De acordo com os dirigentes de algumas organizações militaristas, já chegara o momento do público tomar conhecimento da luta armada revolucionária em curso, o que poderia ser feito através de uma ação que repercutisse no Brasil e no exterior.

Marco Antonio Braz de Carvalho, o "Marquito", era o homem de confiança de Marighella, que dirigia o Agrupamento Comunista de São Paulo e que fazia ligação com a VPR. Em setembro, levou para Onofre Pinto, então coordenador-geral da VPR, a possibilidade de ser realizada essa ação, no "justiçamento" do Capitão do Exército dos Estados Unidos da América, Charles Rodney Chandler, aluno bolsista da Escola de Sociologia e Política, da Fundação Álvares Penteado, e que morava em São Paulo com a esposa e dois filhos pequenos. Entretanto, segundo os "guerrilheiros", Chandler era um "agente da CIA" e "encontrava-se no Brasil com a missão de assessorar a ditadura militar na repressão".

No início de outubro, um "tribunal revolucionário", integrado por três dirigentes da VPR, ou seja, Onofre Pinto, como presidente, João Carlos Kfouri Quartim de Morais e Ladislas Dowbor, como membros, condenou o Capitão Chandler à morte. Graças a levantamentos realizados por Dulce de Souza Maia, sobre a vítima apurou-se os horários habituais de entrada e saída de casa, costumes, roupas que costumava usar, aspectos da personalidade, dados sobre os familiares e sobre o local em que residia, na casa da Rua Petrópolis nº 375, no tranquilo bairro do Sumaré, em São Paulo.

Escolhido o "grupo de execução", integrado por Pedro Lobo de Oliveira, Diógenes José Carvalho de Oliveira e Marco Antonio Braz de Carvalho, nada é mais convincente, para demonstrar a frieza do assassinato do que transcrever trechos do depoimento de Pedro Lobo de Oliveira, um dos criminosos, publicado no livro "A Esquerda Armada no Brasil"[189]:

"Como já relatei, o grupo executor ficou integrado por três companheiros: um deles levaria uma pistola-metralhadora INA, com três carregadores de trinta balas cada um; o outro, um revólver; e eu, que seria o motorista, uma granada e outro revólver. Além disso, no carro, estaria também uma carabina M-2, a ser utilizada se fôssemos perseguidos pela força repressiva do regime. Consideramos desnecessária cobertura armada para aquela ação. Tratava-se de uma ação simples. Três combatentes revolucionários decididos são suficientes para realizar uma ação de 'justiçamento' nessas condições. Considerando o nível em que se encontrava a repressão, naquela altura, entendemos que não era necessária a cobertura armada".

A data escolhida para o crime foi o dia 8 de outubro, que assinalava o primeiro aniversário da morte de Guevara. Entretanto, nesse dia, Chandler não saiu de casa, e os três terroristas decidiram suspender a ação. Quatro dias depois, em 12 de outubro de 1968, chegaram ao local às 7 horas. Às 8 horas e 15 minutos, Chandler dirigiu-se para a garagem e retirou o seu carro, em macha à ré. Enquanto seu filho, de 9 anos, abria o portão, sua esposa aguardava na porta da casa, para dar-lhe adeus. Não sabia que seria o último.

Os terroristas avançaram com o Volkswagen, roubado antes, e bloquearam o caminho do carro de Chandler. No relato de Pedro Lobo, *"nesse instante, um de meus companheiros saltou do Volks, revólver na mão, e disparou contra Chandler".* Era Diógenes José Carvalho de Oliveira, que descarregava, à queima roupa, os seis tiros do seu Taurus de calibre.38.

E prossegue Pedro Lobo, que dirigia o carro:

"Quando o primeiro companheiro deixou de disparar, o outro aproximou-se com a metralhadora INA e desferiu uma rajada. A décima quinta não deflagrou, e o mecanismo automático da metralhadora deixou de funcionar.

Renata Ferraz Guerra de Andrade, Dulce de Souza Maia, Hugo Antonio Braz de Carvalho, Hermes Camargo Batista, Yoshitano Fujimori, Antonio Nogueira Filho, Chizuo Ozava, José Raimundo da Costa e Manoel Antonio de Souza.

[189] Caso, A: "A Esquerda Armada no Brasil", Moraes Editores, Lisboa-Portugal, 1976, depoimento de Diógenes de Oliveira, a partir da pág. 159.

Não havia necessidade de continuar disparando. Chandler já estava morto. Quando recebeu a rajada de metralhadora, emitiu uma espécie de ronco, um estertor, e então demos conta de que estava morto".

Quem portava a metralhadora era Marco Antonio Braz de Carvalho.

A esposa e o filho de Chandler gritaram. Diógenes apontou o revólver para o menino que, apavorado, fugiu correndo para a casa da vizinha. Após Pedro Lobo ter lançado os panfletos, nos quais era dito que o assassinato fora cometido em nome da revolução brasileira, os três terroristas fugiram no Volks, em desabalada carreira.

É interessante observarmos o destino dos sete envolvidos no crime:

Marco Antonio Braz de Carvalho ("Marquito"), que deu a rajada de metralhadora, viria a falecer, em 26 de janeiro de 1969, após troca de tiros com a polícia.

Onofre Pinto, o presidente do "tribunal revolucionário" que condenou Chandler à morte, ex-sargento do Exército, foi preso em 2 de março de 1969 e banido para o México, em 5 de setembro, trocado pelo Embaixador dos Estados Unidos, que havia sido sequestrado. Em outubro, foi a Cuba onde ficou quase dois anos, tendo feito cursos de guerrilha. Em junho de 1971, foi para o Chile, com cerca de 20 mil dólares. Em maio de 1973, foi expulso da VPR, tendo sido acusado de "conivência com a infiltração policial no nordeste", com referência às quedas dessa organização em dezembro de 1972. Temendo ser "justiçado" pela VPR, fugiu para a Argentina onde desapareceu, misteriosamente, em meados de 1974.

João Carlos Kfouri Quartim de Morais, um dos membros do "tribunal revolucionário", foi expulso da VPR, em janeiro de 1969, alguns meses depois, fugiu do Brasil, com dinheiro da organização. Radicou-se em Paris, onde foi um dos fundadores da revista "Debate". Professor universitário e jornalista, ele regressou a São Paulo após a anistia, sendo um dos diretores da sucursal da Associação Brasileira de Imprensa (ABI). Em 1983, foi nomeado Secretário de Imprensa do Governo de Franco Montoro, em São Paulo.

Ladislas Dowbor ("Jamil"), também membro do "tribunal", foi preso, em 21 de abril de 1970, e banido, em 15 de junho, para a Argélia, em troca do Embaixador alemão, outro sequestrado. No exterior, casou-se com Maria de Fátima da Costa Freire, filha do educador comunista Paulo Freire. Após passar por vários países, dentre os quais, Suíça, Itália, Polônia, Chile, Portugal, Cuba e Guiné-Bissau, retornou ao Brasil, após a anistia, e aqui leciona Economia na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e na Universidade de Campinas.

Dulce de Souza Maia, que realizou os levantamentos sobre Chandler, foi presa, em 27 de janeiro de 1969, e banida para a Argélia, em 15 de junho. Tem curso em Cuba e percorreu diversos países, tais como, Chile, México, Itália e Guiné-Bissau, onde passou a trabalhar para o seu governo. Retornou a São Paulo em agosto de 1979, passando a desenvolver atividades em movimentos pacifistas, tendo sido eleita, em 1980, presidente do "Comitê de Solidariedade aos Povos do Cone Sul".

Pedro Lobo de Oliveira, o motorista da ação criminosa, foi preso em 23 de janeiro de 1969, quando pintava um caminhão com as cores do Exército, para o assalto ao quartel do 4º Regimento de Infantaria de Quitaúna. Em 15 de julho de 1970, foi banido para a Argélia, em troca do Embaixador alemão. Em fins desse ano, foi para Cuba, onde fez curso de guerrilha. Após passar por vários países, dentre os quais Chile, Peru, Portugal e República Democrática alemã, ele voltou a São Paulo, em novembro de 1980, indo trabalhar como gerente de um sítio em Pariquera-Açú, de propriedade da família de Luiz Eduardo Greenhalgh, advogado de subversivos e um dos dirigentes nacionais do Partido dos Trabalhadores.

Finalmente, Diógenes José Carvalho de Oliveira ("Luiz"), que descarregou o seu revólver em Chandler, foi preso em 30 de janeiro de 1969, quando desenvolvia um trabalho de campo em Paranaíba, em Mato Grosso. Em 14 de março, foi banido para o México, trocado pelo Cônsul japonês (mais um dos diplomatas estrangeiros sequestrados), indo, logo após, para Cuba. Em junho de 1971, radicou-se no Chile. Com a queda de Allende, em setembro de 1973, foi para o México e, daí para a Itália, Bélgica e Portugal. Em 1976, passou a trabalhar para o governo da Guiné-Bissau, junto com Dulce de Souza Maia, sua amásia. Após a anistia, retornou ao Brasil, indo residir em Porto Alegre, onde vive com a advogada Marilinda Fernandes. Trabalhou como assessor do vereador do Partido Democrático Trabalhista, Valneri Neves Antunes, antigo companheiro de militância da VPR, até outubro de 1986, quando este faleceu, vítima de acidente de automóvel.

23. A definição ideológica da AP

Durante o debate ideológico da AP, ocorrido em 1967, retornou o grupo que fora fazer o curso de capacitação político militar na Academia Militar de Pequim, liderado por Jair Ferreira de Sá, que assumiu a "Comissão Militar", então criada.

Ao mesmo tempo, José Renato Rabelo, que se encontrava em oposição ao Comando Nacional, e que dirigia a Comissão Nacional Estudantil, passou a divulgar os pensamentos de Mao Tsé-tung junto aos estudantes.

Por essa época, já existia um foco de descontentamento no setor secundarista da Guanabara, que julgava a AP uma organização meramente estudantil e de pouca atividade em âmbito nacional. Esse grupo dissidente rompeu com a AP em março de 1968. Alguns militantes incorporaram-se ao PCBR, enquanto a maioria resolveu constituir-se numa organização político-militar, intitulada Núcleo Marxista-Leninista.

Após a volta do grupo da China Comunista, Vinícius José Nogueira Caldeira Brandt retornou do exílio e reintegrou-se à AP. Ao tomar conhecimento da nova realidade da organização, Vinícius entrou em divergência com sua direção, sendo logo acompanhado por destacados militantes, como o ex-padre Alípio Cristiano de Freitas, Altino Rodrigues Dantas Júnior, Sérgio Horácio Lopes Bezerra de Menezes e Maria do Carmo Ibiapina de Menezes, entre outros.

A maioria da AP, reforçada pelo pessoal que chegara da China, passou a ser conhecida como "Corrente 1", enquanto o grupo de Vinícius passou a ser a "Corrente 2"[190].

As divergências entre as duas correntes foram sistematizadas no documento "Seis Pontos da Luta Interna", elaborado por Jair Ferreira de Sá, membro do Comando Nacional. Posteriormente, tomando por base esse documento, a "Corrente 1" colocou para discussão o "Esquema dos Seis Pontos". Inspirado na revolução chinesa, o primeiro ponto caracterizava o pensamento de Mao como a terceira etapa da evolução do marxismo, depois de Marx e Lênin; o segundo ponto descrevia a sociedade brasileira como semicolonial e semifeudal; o terceiro definia o caráter da revolução brasileira como sendo nacional e democrático; o quarto fazia a opção pela Guerra Popular como o caminho da revolução; o quinto referia-se à questão do partido, considerando que o PCB se havia "contaminado pelo revisionismo" e o PC do B era um novo partido[191]; finalmente, o sexto ponto propunha a integração dos militantes à produção[192], com o objetivo de provocar a transformação ideológica da maioria dos componentes da AP, de origem pequeno-burguesa.

Ainda no "Esquema dos Seis Pontos", aparecia a definição da AP pelo marxismo-leninismo e pela ditadura do proletariado. Havia críticas abertas ao foquismo e ao terrorismo e, de acordo com a experiência chinesa, apresentava opinião contrária à insurreição urbana como o caminho da luta armada no Brasil.

A maioria da AP, constituída pela maior parte do Comando Nacional e da Comissão Estudantil, liderada pela Comissão Militar, colocou-se ao lado do "Esquema dos Seis Pontos".

A "Corrente 2", de Vinícius, opunha-se a esse documento. Não considerava o pensamento de Mao como a terceira etapa do marxismo e caracterizava a sociedade brasileira como capitalista, sem traços feudais, e a revolução, como socialista. Alguns dos integrantes dessa corrente defendiam o foquismo, não aceitavam nem o PCB, nem o PC do B, como o "partido do proletariado", e, em vez da "reconstrução do partido", defendiam a sua "construção".

Em setembro de 1968, na cidade paulista de Avaré, a AP realizou, durante oito dias, a sua 1ª reunião ampliada da Direção Nacional, com a presença de todo o Comando Nacional, de todas as Comissões Nacionais e de um representante de cada Comando Regional[193]. Vinícius José Nogueira Caldeira Brandt ("Rolando"), por não pertencer a nenhum organismo dirigente, não compareceu a esta reunião. Entretanto, a "Corrente 2" apresentou um texto elaborado por ele, intitulado "duas posições", considerado "ofensivo" pelos membros da "Corrente 1"[194].

Como resolução da sua primeira reunião ampliada, foi divulgado um documento, no qual a AP elegia a China como a vanguarda dessa revolução. Declarando-se em luta ideológica contra o partido comunista de Cuba, a AP retirou-se da OLAS e propôs o afastamento da UNE – um apêndice da AP – da OCLAE, acusada de "imobilismo e burocratismo". Finalmente, fez a proclamação pelo voto nulo, nas eleições municipais previstas para novembro.

Apesar de vitoriosa na 1ª Reunião Ampliada da Direção Nacional, a "Corrente 1" não conseguiria convencer, inteiramente, a organização da justeza de suas concepções sobre a "prática proletária". Não se sentindo capazes de "integrar-se na produção", muitos importantes quadros abandonaram a AP. Em contrapartida, tal política alcançou – e já vinha alcançando – sucesso, através da participação de jovens ex-universitários nas greves operárias e na agitação no campo.

Durante o ano de 1968, a AP atuou intensamente junto ao Movimento Estudantil, incentivando e, por vezes, dirigindo as agitações de rua, em contestação aberta contra o Governo[195].

---

[190] Vinícius enviou um documento para a direção da AP, que não foi aceito. Preparou, então, outro texto, que seria lavado à consideração da organização somente na primeira Reunião Ampliada da Direção Nacional.

[191] Significava que não consideravam o PC do B continuador do PC fundado em 1922, como esse partido queria fazer crer.

[192] A organização desejava que os militantes estudantes, profissionais liberais, etc., deixassem suas profissões e passassem a trabalhar e a viver como operários ou camponeses.

[193] Participaram da reunião 14 pessoas: Aldo Silva Arantes, Haroldo Borges Rodrigues Lima, José Renato Rabelo, Rogério D'Olne Lustosa, Ronald Cavalcanti de Freitas, Péricles Santos de Souza, Duarte Brasil do Lago Pacheco Pereira, José Gomes Novaes, Jair Ferreira de Sá, Paulo Stuart Wright, Altino Rodrigues Dantas Júnior, Maria do Carmo Ibiapina de Menezes, Sérgio Horácio Lopes Bezerra de Menezes e Rosalvo Gonzaga dos Santos.

[194] Na 1ª Reunião Ampliada da Direção Nacional, foram expulsos da AP Vinícius Caldeira Brandt, Altino Dantas Júnior, Maria do Carmo, Sérgio Horácio, Alípio de Freitas, e, posteriormente, alguns militantes a eles ligados. A "Corrente 2" passou a ser denominada, pejorativamente, de "Grupo Oportunista e Provocador de Rolando" (GOPR), e veio a constituir, em 1969, o Partido Revolucionário dos Trabalhadores (PRT).

[195] No XXX Congresso da UNE, realizado em Ibiúna, em São Paulo, além do seu presidente, Luiz Gonzaga Travassos da Rosa, foram presos dezenas de militantes da AP (ver item 5 deste capítulo).

No movimento camponês, a AP esteve presente em importantes acontecimentos. Cita-se, por exemplo, em julho de 1968, nos diversos choques ocorridos entre policiais e camponeses, o que envolveu Manoel da Conceição Santos, o "Heitor". Este orientava a agitação no Vale do Pindaré, no Maranhão, e levou um tiro na perna, vindo a perdê-la. Mais tarde, ele implantaria uma prótese, ao realizar um curso político-militar na China.

Desde o final de 1967, a organização, tentando implantar seu trabalho no campo, mantinha, em Água Branca, Alagoas, uma escola para a formação de quadros camponeses, dirigida por Aldo Arantes e José Gomes Novaes.

Em dezembro de 1968, após a edição do AI-5, a AP preparou e desencadeou demonstrações de hostilidade ao Governador de Alagoas, em visita a Água Branca. Vários militantes foram presos, entre eles Aldo Arantes – que usava o nome falso de "José Roberto de Souza" –; sua esposa, Maria Auxiliadora ("Dodora"); e José Gomes Novaes, com sua mulher[196].

No Movimento Operário, a AP teve destacada atuação em 1968, centrada nas lutas "contra o arrocho salarial". Participou ativamente na greve dos metalúrgicos de Contagem, em abril, inclusive distribuindo o jornaleco "Companheiro", que incitava à greve e à rebeldia. A manifestação de 19 de maio, na Praça da Sé, em São Paulo, contou com o estímulo da AP, que distribuiu o primeiro número do "Jornal Libertação"[197]. Em julho, a AP participou da Comissão de Greve dos metalúrgicos de Osasco e incentivou as violências havidas, quando da manutenção de reféns dentro das fábricas.

O ano de 1968 caracterizou a definição ideológica da AP e sua intensa atuação nos movimentos de massa.

24. Núcleo Marxista-Leninista (NML), uma dissidência da AP

Em 1967, enquanto se desenvolvia, na AP, o "debate teórico-ideológico", surgia um descontentamento no seu setor secundarista do Estado da Guanabara. A efervescência no Movimento Estudantil, gerada pelas diversas dissidências das organizações comunistas, criou, nos militantes da AP, uma sensação de imobilismo e desassossego. Não queriam perder o "bonde da História"!

A morte de Guevara, na Bolívia, em outubro de 1967, acirrou, na juventude secundarista da organização, a expectativa romanesca da constituição do foco guerrilheiro. Em contrapartida, a AP encontrava-se em fase de aproximação com o maoísmo, substituindo o foco pela guerra popular. O grupo foquista, com a maioria constituída por estudantes dos colégios André Maurois e Aplicação, rompeu com a AP, em março de 1968, e procurou seu próprio caminho, assumindo a denominação de Núcleo Marxista-Leninista (NML).

O NML constituiu-se em organização político-militar, definindo o caráter da revolução brasileira como socialista, e o foco, como o caminho revolucionário. Sua estrutura organizacional compunha-se do Comando, do Grupo de Agitação e Propaganda, do Grupo Logístico, do Grupo de Ação de Vinculamento e Expansão e do Grupo de Ação Vinculada à Expropriação.

Faziam parte do Comando os militantes Jaime Walwitz Cardoso ("Marcelo"), Francisco Celso Calmon Ferreira da Silva ("Tálio") e Alan Melo Marinho de Albuquerque ("Alex")[198].

O NML debatia-se com a falta de recursos e com a deficiência quantitativa de quadros. Visando a contornar esse problema, buscou contatos com a Dissidência da Guanabara e com o Partido Operário Comunistas, procurando constituir a "Frente Revolucionária".

Frustrada a "Frente Revolucionária", tentaria compor outra frente de organizações foquistas com a "Dissidência da Dissidência" e a "Cisão", nomes das dissidências da POLOP de Minas Gerais e da Guanabara. Essa tentativa também não obteria êxito e levaria o NML, praticamente, à imobilização, transmitindo um grande desânimo aos seus militantes.

Envolta em séria crise de recursos financeiros e na apatia geral de seus quadros, a organização realizou dois coletivos, buscando alternativas, no afã de sobreviver. A ideia principal e vitoriosa levada aos coletivos era a de que o NML deveria integrar-se e reforçar uma organização foquista de maior porte.

A "Cisão", já constituída no COLINA, havia realizado o Pleno Nacional, onde a estratégia socialista era estabelecida como a posição oficial da organização. Esse quesito fez com que o COLINA fosse eleito como a organização que o NML reforçaria para formar uma organização político-militar mais forte e atuante.

---

196 No ano seguinte, a AP planejaria e concretizaria a fuga desses dois dirigentes.

197 Em maio de 1968, a AP lançou o "Jornal Libertação", em substituição ao "Revolução", que tivera sua circulação suspensa no ano anterior. Ao contrário deste, o "Jornal Libertação", além de ser voltado para a organização, propunha-se a atingir, também, as massas, particularmente, as operárias.

198 O Grupo de Agitação e Propaganda, responsável pela confecção e pela distribuição de panfletos, tinha a coordenação de Alan Melo e atuava nas áreas fabril, bancária, estudantil e de favelas. O de Logística, responsável pelas finanças e pelo material da organização, era coordenado por Tossiro Komoda ("Lopes"). O de Ação de Vinculamento e Expansão, coordenado por Jaime Walwitz, fazia os contatos com outras organizações, visando à atuação em frente e à coordenação das atividades de massa. O de Ação Vinculada à Expropriação era chefiado, também, por Jalme Walwitz e tinha a finalidade de participar de assaltos em frente com outras organizações subversivas.

Por meio de Maria do Carmo Brito ("Lia"), militante do COLINA, foram iniciados os entendimentos, com a fusão concretizando-se em março de 1969, apenas, após dez meses de existência do NML.

25. O surgimento da Fração Bolchevique Trotskista (FBT)

A partir de 1967, iniciaram-se as divergências no PORT, centradas no Rio Grande do Sul e, posteriormente, estendidas para São Paulo, Pernambuco e Ceará.

Enquanto o PORT defendia os governos peruano e chinês, respectivamente citados como nacionalista e sem privilégios, o grupo divergente gaúcho afirmava que, no Peru, havia um governo de classe operária, e que, na China, o governo era burocrático e dominado por uma classe privilegiada. Enquanto o PORT defendia o nacionalismo de Brizola, os divergentes diziam que a etapa do nacionalismo havia terminado com a fuga de Brizola para o Uruguai. No Movimento Operário, o PORT pretendia fortificar maciçamente os sindicatos existentes, enquanto o grupo gaúcho defendia a necessidade de serem criados sindicatos paralelos, em oposição aos dominados pelos "pelegos". No Movimento Estudantil, enquanto o PORT era de opinião que deveria ser estabelecida uma frente com a "burguesia nacionalista", integrada por sindicatos, "clero progressista", parlamentares, militares nacionalistas, intelectuais e profissionais, o grupo divergente afirmava que os estudantes, sozinhos, não fariam a revolução, e que se deviam colocar sob a direção da classe operária.

Inicialmente, o grupo de divergentes gaúchos articulou-se em uma tendência, atuando junto aos operários e estudantes, sob o nome de Tendência pela Aliança Operário-Estudantil, procurando, apenas, modificar a linha política do PORT. Acentuadas as divergências, o grupo resolveu constituir-se em fração, tomando uma posição independente. Então, em março de 1968, numa casa em Capão da Canoa, criou a Fração Bolchevique Trotskista (FBT)[199].

Alguns meses depois, em agosto, no sítio de Itacolomi, em Gravataí, nas proximidades de Porto Alegre, a FBT realizou a sua Conferência Nacional, que contou com a presença de representantes de São Paulo.

Já estruturada no Rio Grande do Sul, inclusive publicando seu jornal oficial "Voz Proletária", a FBT iniciava a formação de um núcleo em São Paulo. Somente no ano seguinte, conseguiria criar bases no Nordeste.

26. O surgimento da Organização de Combate 1º de Maio (OC-1º Maio)

No bojo das divergências ocorridas no PORT e paralelamente à formação, no Rio Grande do Sul, da FBT, surgiu, em São Paulo, em maio de 1968, a Organização de Combate 1º de Maio (OC-1º Maio).

Liderada por Fábio Antonio Munhoz, ex-militante do PORT, a organização, definindo-se pelo trotskismo, adotou uma linha de massa, contrária à luta armada desencadeada por outras organizações comunistas da época. Entretanto, nunca passou de um "grupúsculo", atuando, apenas, no Movimento Estudantil de São Paulo, junto aos metalúrgicos de São Bernardo do Campo.

Estabelecendo rígidas normas de segurança e de clandestinidade para seus militantes, conseguiu manter-se incólume, durante todos os anos em que outras organizações eram desbaratadas pelos órgãos policiais, até sua fusão, em maio de 1976, com a Organização Marxista Brasileira (OMB), dando origem à Organização Socialista Internacionalista (OSI). Depois, esta foi denominada Fração Quarta Internacional (FQI). Hoje, é chamada de "O Trabalho/ Quarta Internacional".

27. O surgimento do Movimento de Ação Revolucionária (MAR)

Em 1968, o conjunto penitenciário da Rua Frei Caneca, na cidade do Rio de Janeiro, abrigava, em sua população carcerária, vários ex-militares que haviam sido condenados por fomentarem a indisciplina e a insubordinação, nos tumultuados dias que antecederam à Revolução de 1964.

Aproveitando-se da liberdade a que ficavam sujeitos os presos políticos, na Penitenciária Lemos de Brito, o ex-marinheiro Marco Antonio Silva Lima, que estava cumprindo pena, iniciou articulações e criou, junto com outros detentos, um grupo que visava à luta contra o regime[200].

---

[199] A FBT teve como fundadores: Vito Antonio Letizia, Deivis Llutz, Luiz Antonio dos Santos Aranovich e Luiz Castilhos – estes, na direção; e, ainda, Vera Lucia Stringuini, companheira de Vito, Silvio Nogueira Pinto Junior, Alexandre Schneiders da Silva, Wili Alberto Brancks dal Zot e sua companheira Jussara Schestasky, Érico Dorneles, Jorge Eduardo Pinto Hausen e sua companheira Magda Maria Zanoni.

[200] Faziam parte do grupo: Avelino Bioni Capitani, Antonio Duarte dos Santos, José Adeildo Ramos e Pedro França Viegas, que eram ex-marinheiros; e Antonio Prestes de Paula, ex-sargento da FAB.

Os conspiradores trabalhavam em setores chaves na penitenciária. Marco Antonio Silva Lima e José Adeildo Ramos, por exemplo, trabalhavam na seção jurídica da Divisão Legal, em contato direto com funcionários, guardas, estagiários, advogados e visitantes – muitos deles subversivos ex-presidiários. Para aumentar o círculo de influência, esse grupo contatou e doutrinou presos comuns, oferecendo-lhes a possibilidade de uma fuga.

O movimento não se restringiu, somente, às articulações intramuros. Estendeu-se ao setor externo, através das ligações com Flávio Tavares, jornalista da "Última Hora", que estava respondendo, em liberdade, ao processo sobre a frustrada "Guerrilha do Triângulo Mineiro", de inspiração brizolista. Ele e os ex-marinheiros José Duarte dos Santos e Edvaldo Celestino da Silva conjuravam e ligavam-se a outros grupos, no sentido de dar sustentação ao projeto sedicioso. Em novembro de 1968, Flávio Tavares conseguiu o apoio de quatro elementos de São Paulo, para ativar a guerrilha urbana na Guanabara[201].

Através do ex-presidiário José Gonçalves Lima, os "revolucionários" da Lemos de Brito conseguiram a adesão de uma célula comunista que atuava na Companhia de Transportes Coletivos da Guanabara. Essa célula, conhecida como "Grupo de Mallet", era chefiada pelo comunista José Ferreira Cardoso[202].

Enquanto isso, no interior da penitenciária, Marco Antonio utilizava a seção jurídica da Divisão Legal como uma verdadeira sede do movimento que, àquela altura, já tinha sido batizada com o pomposo nome de Movimento de Ação Revolucionária (MAR). Nesse local, sucediam-se os encontros dos participantes do movimento, os quais tinham direito a cafezinhos e podiam usar, abertamente, o telefone.

O indulto concedido a Pedro França Viegas, em 18 de dezembro de 1968, e as facilidades concedidas ao estagiário de Direito Sérgio de Oliveira e Cruz intensificaram os contatos entre os grupos interno e externo, ocasionando as primeiras iniciativas para a concretização do plano de fuga, o que iria ocorrer em maio de 1969.

28. O surgimento do Movimento Popular de Libertação (MPL)

O Movimento Popular de Libertação (MPL) teve suas origens nas concepções revanchistas de elementos que haviam sido afastados da vida pública pela Revolução de 1964.

No início de 1966, na Argélia, Miguel Arraes, ex-governador de Pernambuco, dirigiu diversas reuniões, das quais participavam seus antigos correligionários[203]. A intenção de Arraes era constituir uma frente "anti-imperialista" no Brasil, que pudesse formar elementos ligados ao movimento operário e estudantil, atingindo a maior parte do território nacional.

Em abril de 1966, por ordem de Arraes, retornaram ao Brasil Marcos Correia Lins e Piragibe Castro Alves, trazendo cartas para diversos políticos da oposição, dentre os quais o ex-governador de Goiás, Mauro Borges, e o deputado federal Márcio Moreira Alves. Mais tarde, outros "pombos-correios" viriam do exterior, como o Frei Francisco Pereira de Araújo ("Frei Chico"), a fim de arregimentar os descontentes.

No início de 1967, Arraes recebeu a notícia de que os políticos e as organizações consultadas haviam concordado com a frente. Durante esse ano, o ex-governador pernambucano movimentou-se, por diversas vezes, no eixo Argel-Paris, procurando contatar e congregar outros asilados brasileiros.

Em 12 de maio de 1968, em São Paulo, foi realizada a reunião de fundação do MPL, com a participação de Márcio Moreira Alves; Mauro Borges; Frei Francisco Pereira de Araújo; Marcos Correia Lins; Miguel Newton Arraes, primo do ex-governador; Dejaci Florêncio Magalhães; Piragibe Castro Alves; Raimundo Monteiro Alvares Afonso, irmão de Almino Afonso; os operários metalúrgicos Vitelbino Ferreira de Souza e Joaquim Arnaldo de Albuquerque.

Sem ter um documento-base para orientar suas atividades, o MPL, segundo o pensamento de Arraes, deveria desenvolvê-las em duas fases. A primeira, já em andamento desde 1966, visava à unificação de todas as oposições ao governo federal e ao regime. A segunda fase seria o desencadeamento da luta armada, combinando a guerrilha urbana com a rural.

Logo após a fundação do MPL, parte do núcleo dirigente começou a contestar a ideia da luta armada, embora procurasse preservar a figura de Miguel Arraes, julgada importante pelo peso político e pelo prestígio que carreava para o movimento. No exterior, esse prestígio servia para angariar recursos, principalmente através de entidades ligadas ao

---

[201] Compunham o "Grupo de São Paulo" os ex-marinheiros Élio Ferreira Rego e Antonio Geraldo da Costa; o professor Wilson do Nascimento Barbosa; e o estudante de Economia Leôncio Queiroz Maia.

[202] O "Grupo de Mallet" era assim denominado porque as reuniões ocorriam na Rua Mallet, em Magalhães Bastos, na residência de José Ferreira Cardoso. Era integrado por José Leonardo Sobrinho, Silvio de Souza Gomes, José Gonçalves de Lima, Francisco de Oliveira Rodrigues e Luiz Mario Neri.

[203] Entre outros, citam-se: os irmãos Silvio e Marcos Correia Lins; o advogado Dejaci Florêncio Magalhães; o ex-ministro Almino Afonso; Roberto Las Casas; o ex-padre Rui Rodrigues da Silva; e Piragibe Castro Alves.

clero, como o Conselho Mundial de Igrejas, o CIMADE[204], o Comitê Católico Francês e o Comitê Católico Canadense, que recebiam influência das esquerdas.

Após fazer uma avaliação, a parte mais influente do núcleo dirigente do MPL no Brasil, liderada por Marcos Correia Lins, não considerou o foquismo como uma alternativa política, prevendo que o governo brasileiro recuperar-se-ia da surpresa e montaria um esquema para anular e destruir a aventura militarista. O tempo lhe daria razão.

Enquanto isso, na Argélia, Arraes acreditava que a política econômica do governo brasileiro provocaria uma crise, que poderia ser aproveitada para derrubá-lo, por meio da luta armada.

As ideias de Arraes, no exterior, tinham forte aceitação. As ações terroristas, os assaltos e os “justiçamentos” eram fartamente noticiados pela imprensa europeia e serviam de chamarizes, para a obtenção de recursos com os organismos de fachada do Movimento Comunista Internacional[205].

Obedecendo às ordens de Arraes, o MPL buscou contatos com as organizações comunistas do Brasil, visando a cumprir o estabelecido para a primeira fase da entidade. Sônia Correia Lins, irmã de Marcos e Silvio, passou a ser a intermediária desses contatos, sob a cobertura de um consultório odontológico, localizado em São Paulo. Foi assim que o MPL estabeleceu ligações com várias organizações, dentre as quais o PCB, com Luís Ignácio Maranhão Filho e Enildo Pessoa, e a AP, com Marcos Arruda. Eram, também, assíduos frequentadores do consultório de Sônia os frades dominicanos ligados a Marighella.

Prosseguindo as atividades de aliciamento, o advogado e jornalista Sebastião de Barros Abreu foi contatado por Dejaci Florêncio Magalhães, do MPL, através do jornalista D’Alembert Jorge Jaccoud, então chefe da sucursal de Brasília do “Jornal do Brasil”. A intenção do MPL, na realidade, era a de fazer contato com José Porfírio, o da “guerrilha” de Trombas e Formoso, de quem Sebastião Abreu já fora advogado e ainda era amigo. Dejaci desejava entregar a José Porfírio um documento de Arraes e Almino Afonso, no qual eram expostas as linhas básicas do MPL. Arraes pretendia acelerar o processo revolucionário e via, na figura de Porfírio, o líder para desencadear uma guerrilha rural em extensa área a Leste do Rio Tocantins, nos estados de Goiás e do Maranhão. Esse documento foi explicado aos jornalistas Sebastião Abreu e D’Alembert Jaccoud, pelo deputado federal Márcio Moreira Alves, em seu próprio apartamento.

O trabalho de arregimentação, em Brasília, prosseguiu por meio de Sebastião Abreu, que contatou Aurélio Wander Chaves Bastos, ex-vice-presidente da UNE e líder de um grupo de universitários, entregando-lhe um documento que recebera de Dejaci Magalhães. Graças a Aurélio, foi contatado João Humberto Mafra, que controlava um grupo de estudantes secundaristas.

Naquela altura, Sebastião já havia arregimentado Jair Cossão, antigo companheiro da “Associação dos Servidores da Novacap”, e realizava um trabalho de doutrinação, em reuniões realizadas na casa de Jair.

Ainda de acordo com as diretrizes do MPL, o ex-governador Mauro Borges ficaria com a responsabilidade do trabalho em Goiânia, enquanto que D’Alembert Jaccoud seria o encarregado de Brasília, estabelecendo contatos na área parlamentar.

A partir de meados de 1968, Arraes, visando à preparação da luta armada, montou e colocou em funcionamento um esquema de saída de militantes das diversas organizações comunistas, para a realização de curso de guerrilha em Cuba. O esquema consistia na confecção de passaportes e no fornecimento de passagens e dinheiro para uma viagem inicial a Paris, e depois, para Praga, de onde os “candidatos a guerrilheiros” seguiriam para Havana, com passaportes falsos. Em julho, com esse esquema, o MPL encaminhou a Cuba dois militantes do PCBR, de codinomes “Camilo” e “Carlos”; , Edson Lourival Reis de Menezes e Osvaldo Soares, militantes do COLINA; José Augusto Bauer e Newton Camargo Rosa, estudantes de São Paulo, que se abrigavam sob a sigla da Frente de Ação Revolucionária Brasileira (FARB)[206]; e dois militantes do próprio MPL, de codinomes “Antonio” e “Frederico”. Num dos esquemas de retorno ao Brasil, passando por Santiago do Chile, Almino Afonso recebia e orientava os “guerrilheiros” já “formados”.

Enquanto Arraes intensificava a preparação da luta armada, confortável e seguramente instalado no exterior, a facção liderada por Marcos Correia Lins, no Brasil, encontrava dificuldades em recrutar militantes para o movimento. A classe média intelectualizada, alvo principal do recrutamento, estava, direta ou indiretamente, envolvida com o foquismo, desde o início descartado pelo MPL como opção política. Como alternativa, a facção conseguiu um contato, no meio operário, com um antigo militante do PCB, Afonso Dellelis, o “Pedro”, o que abriu a possibilidade de fazer o proselitismo e o aliciamento nessa área.

29. Atuação de padres estrangeiros na subversão

---

[204] Órgão fundado por protestantes para amparar as vítimas da guerra na Argélia.

[205] Ver o trabalho da Frente Brasileira de Informação (FBI), ao exterior, no Capítulo VIII e seguintes.

[206] A Frente de Ação Revolucionária Brasileira (FARB) foi o nome dado a um grupo de cinco estudantes da UEE/SP, José Augusto Bauer, Newton Camargo Rosa, Giovanni Jesus Gomes, Adalberto Garcês e Paulo Antonio Guerra, que não concordava com a orientação que a AP imprimia à UEE/SP.

O clero latino-americano, de um modo geral, entendeu que as resoluções do Concílio Vaticano II estavam mais voltadas para a Igreja europeia, que vivia num contexto histórico, político, econômico e social completamente diverso. Em relação a esse problema, havia muitas dúvidas geradas pela interpretação que teólogos e religiosos – influenciados por ideais marxistas – davam às resoluções conciliares. Em decorrência disso, foi realizada, em Medellín, na Colômbia, entre 26 de agosto e 6 de setembro de 1968, a II Assembleia Geral do Conselho Episcopal Latino-Americano (CELAM).

A atmosfera existente na assembleia era muito propícia para a discussão das necessidades de mudanças sociais no continente. Sacerdotes das igrejas peruana, boliviana, uruguaia e nicaraguense haviam lançado proclamações em favor da promoção da justiça social.

Aproveitando-se desse clima, prelados adeptos da "nova teologia" buscaram conduzir os debates de forma a justificar, inclusive, o emprego da violência na consecução dessas mudanças. Essa tese chocava-se com as ideias do Papa, que, na própria Colômbia, por ocasião do Congresso Eucarístico realizado em Bogotá, nesse mesmo ano, proclamava que "a violência não é nem cristã, nem evangélica", condenando a luta armada como meio para alcançar-se a justiça social.

Mas os 16 documentos, elaborados em Medellín, sairiam carregados de influência marxista, em consequência do trabalho dos adeptos da "nova teologia". Tal influência não apareceria de forma aberta e clara, mas insidiosamente inoculada, através de uma série de termos ambíguos que iriam permitir releituras e reinterpretações do Evangelho.

Antecipando-se às resoluções de Medellín, no Brasil, Joseph Comblin, do Instituto Teológico do Recife, difundia um documento que ocasionou indignação geral. Conhecido como "documento Comblin", era um estudo que nada tinha de teológico, sob cuja capa pretendeu apresentar-se. De clara conotação ideológica, era uma ode à violência, propondo expropriações, expulsões de cidadãos e o trabalho forçado para os próprios operários. Alguns bispos criticaram o documento, realçando que pregava "a instalação de um verdadeiro soviético eclesiástico". Além disso, diversos setores da sociedade reagiram ao documento, pedindo a expulsão, do País, do padre. Nessa época, começava a esboçar-se uma reação de respeitáveis figuras do clero e dos meios intelectuais católicos à atuação de certos padres. Incompatível com a humildade cristã, sacerdotes e freiras se exibiam de forma irreverente, em celebrações litúrgicas, em concentrações e passeatas, pregando a violência como instrumento de consecução da justiça social.

Nesse ano, o Governo teria problemas com outros padres estrangeiros. Em 17 de julho, foi preso, quando atuava como ativista na paralisação da fábrica Braseixos, em São Paulo, o padre-operário Pierre Joseph Wauthier, que acabou sendo expulso do País. Em Recife, os padres norte-americanos Peter Gramas e Dario Rupiper, pertencentes à Ordem das Oblatas, foram detidos por violentas críticas às autoridades e às instituições nacionais, incitando a população à revolta e à desobediência civil. Gestões do Cônsul dos Estados Unidos permitiram que regressassem a seu país. Em Belo Horizonte, padres franceses tentaram reorganizar a Juventude Operária Católica (JOC) em nível nacional, com finalidade subversiva e sob orientação marxista. Os religiosos pertenciam à ordem dos assunsionistas, trabalhavam na Paróquia do Horto Florestal e davam aulas no Instituto Central de Filosofia e Teologia, daquela capital. Foram presos e tiveram a prisão preventiva decretada pela Auditoria da 4ª Região Militar, em 2 de dezembro de 1968, os padres Michel Mario Le Ven, Francisco Xavier Berthou, Nerve Croguennec e o seminarista José Geraldo da Cruz. A CNBB apresentou nota de solidariedade aos religiosos, passando a falar em "Igreja perseguida".

De um dos documentos apreendidos, em poder do Padre Michel, extraiu-se o seguinte:

"Devemos tomar consciência de que uma ação revolucionária é uma ação que tem como objetivo final mudar toda esta maneira de organizar a sociedade. Para isto, ela implica numa (sic) luta política (tomada do poder para os operários) e numa (sic) luta ideológica (terapeuta visão da sociedade), que devem ser feitas na base da clandestinidade e com riscos muito sérios para quem se dedica a ela. Se nos propusermos a esse tipo de ação é necessário termos muita segurança no que vamos fazer. Precisamos ter cuidado com nossas conversas".

Seguiam-se várias regras de segurança.

Outro documento, apreendido nessa ocasião, reunia anotações que resumiam teses e resoluções de uma reunião do Conselho Nacional da Juventude Operária Católica, realizada em Recife, e que diziam:

"O capitalismo não pode continuar a ser um regime econômico do Brasil (...) o regime que convém ao Brasil é o regime socialista. Nós descobrimos que este problema não é somente do Brasil, mas de toda a América Latina, vítima do imperialismo americano".

Esses documentos falam sobre a atuação subversiva dessa parte do clero, que propugnava, desde essa época, pela implantação de uma sociedade socialista no País (ditadura do proletariado) através da ação revolucionária. Os objetivos e os métodos eram os mesmos pregados pelas organizações comunistas atuantes no País, as quais vêm descrevendo.

30. Expande-se pelo mundo a violência estudantil

No início da década de 1960, tanto Moscou como Pequim estavam decididas a subverter a ordem, no mundo ocidental, através da juventude. Ambos os centros irradiadores do comunismo instruíram seus agentes para que se concentrassem nos jovens, que eram a parte mais maleável e ingênua das populações.

O "Boletim do Partido", de janeiro de 1967, trazia as seguintes orientações de Moscou:

"É a juventude idealista que mais violentamente sente as injustiças, e isso é natural. Os jovens estão começando a experimentar novas emoções e ainda não aprenderam como controlá-las (...). As universidades são os campos de cultura ideais para espalhar as ideias revolucionárias (...)".

O "Relatório de Ação" de fevereiro desse ano, de Pequim, seguia pelo mesmo caminho:

"A ostensiva divergência política e as marchas de protestos desde muito são atividades estudantis no mundo capitalista. Os jovens são entusiastas e ciosos de seus direitos. Anseiam por serem ouvidos e exprimem seus sentimentos em voz alta (...). Se forem submetidos a um inteligente estímulo por chefes subversivos poderão chegar até a violência criminosa (...)".

A infiltração nas comunidades estudantis, que começara no início da década, resultou em distúrbios, fora de qualquer previsão, com as reivindicações que deflagraram as desordens. Os manifestantes estavam intencionalmente dispostos a provocar uma forte reação da polícia, e isso foi obtido; inclusive, na Inglaterra, onde os estudantes raramente se expressam em tumultos violentos.

Nos Estados Unidos, o problema foi mais simples, pois viviam a guerra do Vietnã, e os jovens que a ela se opunham manifestavam um sentimento sincero. Suas convicções, porém, foram usadas por astutos agitadores. O ressentimento contra a autoridade varreu as universidades norte-americanas, e, em cada parte, a intervenção da polícia era como "óleo jogado na fogueira" – em cada confronto, os choques causavam centenas de feridos. Durante o primeiro semestre de 1968, a agitação nos Estados Unidos resultou em mais de duzentas demonstrações de vulto, em uma centena de universidades. Pelo menos, no Estado de Ohio, foi declarada a Lei Marcial e foram proibidos todos os comícios. Na Universidade de Kent, nesse Estado, em maio de 1960, a Guarda Nacional matou quatro estudantes, sendo duas moças, e feriu mais nove, ao rebater a ação violenta destes. Essas mortes inflamaram os estudantes e, poucos dias depois, nada menos que quatrocentas universidades norte-americanas estavam ocupadas pelos estudantes.

Nesse período, os tumultos e desordens estudantis estavam ocorrendo em todos os países do mundo ocidental[207].

Em junho de 1967, após os estudantes tentarem ocupar a Ópera de Colônia, na Alemanha Ocidental, seguiu-se uma longa e sangrenta batalha entre aqueles e a polícia, sendo morto um estudante. O governo de Bonn imediatamente proibiu toda e qualquer manifestação, e a polícia recebeu instruções para adotar os métodos necessários para que a ordem fosse cumprida. Em abril de 1968, demonstrações estudantis provocadas por subversivos sucederam-se em toda a Alemanha. A mais violenta foi em Berlim Ocidental. Mais tumultos e violência ocorreram em vinte e sete cidades alemãs, simultaneamente, com mais de quinhentos feridos, entre policiais e civis. O Ministro do Interior informava, tempos depois, que as investigações procedidas haviam permitido descobrir a coordenadora das demonstrações. Em muitos casos, os arrivistas haviam recebido instruções por escrito sobre a maneira de resistir à polícia e de fabricar armas para os tumultos.

As agitações estudantis em Paris, na primavera de 1968, foram as mais amplas provocadas pelos subversivos, porque conseguiram empolgar outros setores e quase levou o país ao colapso total. Em 20 de maio, a França estava completamente isolada do resto do mundo. Sua vida econômica estava paralisada, com mais de seis milhões de trabalhadores em greve, com as estradas de ferro e os aeroportos paralisados. Os bancários aderiram à greve e os funcionários públicos não compareceram ao trabalho. No dia 21, a greve já atingia oito milhões de pessoas. O voto de censura, apresentado à Assembleia Nacional pelo Partido Comunista, por poucos votos deixou de derrubar o governo.

Os mesmos padrões de violência foram simultaneamente deflagrados em Amsterdã, Roma, Tóquio, Montevidéu, México, etc. Primeiramente, os estudantes ocupavam pela força os edifícios das universidades e, depois, os subversivos entravam em ação, provocando demonstrações, tumultos, sabotagens, atos de vandalismo e de violência, resultando, quase sempre, em mortes que provocavam reações em cadeia.

No México, após vários confrontos da polícia com os estudantes, um deles teve resultados trágicos e ficou conhecido como a "Noite do Luto". Nessa noite, segundo os dados fornecidos pelo governo mexicano, morreram 28

---

[207] Hutton, J. Bernard: "Os subversivos", Bibliex e Editora Artenova S/A, RJ, 1975 – transcreve o texto de uma instrução da Divisão Especial de Subversão de Moscou, de abril de 1968, para a Alemanha, da qual retiramos as partes a seguir transcritas. "Secreto – Memoriar e Destruir: É preciso agir imediatamente para criar situação de confusão que abale os próprios alicerces do sistema capitalista. Os distúrbios devem ocorrer com tal escala que cheguem a amedrontar a população (...). As demonstrações devem ser instigadas em todas as ocasiões possíveis, pois são um sinal de descontentamento público (...). As notícias das demonstrações espalham-se pelo país inteiro e até mesmo no estrangeiro (...). É preciso aumentar a atividade revolucionária estudantil, e devem envidar-se de todos os esforços para que esta chegue a tumultos em larga escala (...). Todos os ativistas devem lembrar-se que de forma alguma as suspeitas das demonstrações venham a recair sobre eles, ou que sejam de inspiração comunista (...)."

pessoas e 200 ficaram feridas. No entanto, mediante dados transmitidos por correspondentes estrangeiros, os mortos devem ter sido 100, e os feridos, mais de 500. Quando a Universidade Nacional foi retomada pelo Exército mexicano, os seus auditórios e salas de aula haviam sido rebatizados pelos estudantes com os nomes de Che Guevara, Lenin, Ho Chi Min, etc.[208]

31. Mil novecentos e sessenta e oito

O ano de 1968 transcorria conturbado pelas manifestações estudantis, com os quebra-quebras, o enfrentamento com a polícia, o incêndio de carros, de viaturas policiais e militares; pelo retorno das greves; e pelo início de ações radicais também na área operária. Havia um clima acentuado e crescente de intranquilidade, com atentados à bomba, roubos de carros, de bancos, de casas de armas, de explosivos e detonadores de pedreiras, além de ameaças e constrangimentos impostos às autoridades.

O Movimento Estudantil estava infiltrado por organizações comunistas atuando revolucionariamente nessa área, em busca de quadros e de maneiras de conduzir a luta armada, pela qual haviam optado. O Governo não conhecia pormenores dessas organizações e de suas formas de atuação, assim como ignorava, igualmente, o trabalho que desenvolviam na área operário-sindical. Nesta, por meio de comitês clandestinos, elas estavam criando um comando paralelo aos sindicados. Conduziam ações radicais, como ocupações de fábricas ou a tomada do palanque das autoridades, ocorrida em São Paulo no dia 1º de maio, do qual o Governador Abreu Sodré saíra corrido[209].

Essas ações eram atribuídas, via de regra, à reação espontânea dos operários contra o "arrocho salarial" ou à "baderna estudantil". A própria polícia assim o entendia, incluindo entre seus responsáveis os meliantes comuns. "Para boa parte dos políticos e da imprensa, essas ações eram encaradas como típicas de uma 'vanguarda da oposição política' impedida de se realizar através dos instrumentos constitucionais".

A Frente Ampla, da qual as esquerdas faziam parte, fomentava o impasse político com o PCB, colocando, como sempre, seus objetivos táticos mais à frente. No caso, propunha a imediata concessão de anistia e a realização de eleições diretas para a Presidência da Republica, o que, de resto, atendia aos interesses primordiais dos principais mentores da Frente. Segundo seu secretário-geral, mesmo agindo na clandestinidade, a Frente continuava a atuar, apostando seus componentes numa crise que, para eles, havia entrado num processo irreversível de evolução.

Valendo-se do clima de liberalização que se seguiu à promulgação da Constituição e aliando ao aspecto político a maturação da política econômica, esses segmentos da oposição, ainda que numa aliança aparentemente informal, buscaram mobilizar a massa em manifestações sociais, que eram apoiadas, na cúpula, por um grupo de deputados de esquerda, eleitos em 1966, infiltrados no MDB. Apesar desse clima de liberalização, reconhecido até por Maria Helena Moreira Alves, esses segmentos de oposição conseguiram impor uma ideia-força – a da existência de uma "ditadura militar" –, criando um condicionamento psíquico favorável à aceitação de suas teses pela população e concorrendo para o desgaste da imagem do País no exterior[210].

Assim, iam sendo desenvolvidas, com êxito e relativa liberdade, as ações preparatórias e iniciais da luta armada, favorecidas por essas condições objetivas. O Governo, sem dispor de informações precisas sobre essas novas organizações, tinha pouco crédito junto à opinião pública. Realizava esclarecimentos com base na atuação comunista de forma genérica.

No entanto, o Governo e os Estados-Maiores das forças militares sabiam, pelos acontecimentos em outros países e pelos dados colhidos, que a guerrilha urbana era uma experiência-teste do Movimento Comunista Internacional. Sabiam que seus objetivos eram: obter o apoio da população urbana para suas causas; obter fundos; desmoralizar as autoridades; e levantar a população contra o Governo. Igualmente, sabiam que sua técnica seria operada através de perturbações da ordem, consolidação das ações de violência, sabotagens e terrorismo.

Apesar desses conhecimentos, o Presidente esforçava-se para manter-se fiel à sua missão. Quando o problema estudantil caminhava para o impasse, dada à agressividade de ambos os lados, com serenidade, escolheu a transigência e a negociação, mesmo correndo o risco de contrariar parte das forças de sustentação de seu governo, que julgariam essa atitude uma fraqueza, como também seria assim entendida por aqueles com quem transigia. Após liberar a manifestação que se realizou no Rio de Janeiro e ficou conhecida como a "passeata dos 100 mil", concordou em receber em seu gabinete, no início de julho, uma comissão de seis representantes desses manifestantes.

---

[208] Para maiores detalhes sobre a paciente preparação e a execução dessa série de tumultos, desencadeados sob a orientação de subversivos comunistas, ver os 10 primeiros capítulos do documentado livro de J. Bernard Hutton, antes citado.

[209] Detalhes da atuação das organizações subversivas na área operário-sindical, particularmente da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), são narrados por seu militante José Ibrahim: "A Esquerda Armada no Brasil", já citado, páginas 49 e seguintes.

[210] Alves, M.H. Moreira: "O Estado e a Oposição (1964-1984)", Vozes, 1984, página 111.

Recorde-se que, no dia da passeata dos 100 mil, o QG do II Exército tinha sofrido um atentado à bomba, com a morte de um soldado e ferimentos graves em outros cinco, e que, quatro dias antes, uma organização militar havia sido atacada e, dela, haviam sido roubadas quase uma dezena de armas individuais das mais modernas utilizadas pelo Exército.

No encontro com a comissão representativa dos manifestantes, o Presidente deixou explícito que libertaria as pessoas presas em decorrência de passeatas anteriores, prometendo ainda realizar gestões para o relaxamento da prisão dos indiciados em inquéritos. A nova passeata, prevista para o dia 4 de julho, estava condicionada à libertação dos presos, e seu objetivo declarado era pressionar nesse sentido. A pauta da reunião da comissão com o Presidente versaria, por isso, sobre a liberdade dos presos e o cancelamento da passeata.

Tendo o Presidente dado mostras de sensibilidade para o problema, os estudantes, representados nessa comissão por Franklin de Souza Martins, militante de Dissidência da Guanabara, e Marco Antônio Costa de Medeiros, militante do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário, passaram a fazer uma série de reivindicações políticas.

Essa postura irreverente e inoportuna dos estudantes irritou inclusive o escritor Hélio Pelegrino, porta-voz da comissão, que expressou claramente o seu desagrado em nota distribuída à imprensa. O Presidente compreendeu que o atendimento da reivindicação fundamental, a liberdade dos presos, não desarmaria os espíritos. O objetivo daqueles estudantes era comparecer à reunião, reivindicar o que não seria possível ser atendido e receber a negativa para poder dar seguimento à mobilização das massas. No dia 4 de julho, foi realizada a manifestação que ficou conhecida como "passeata dos 50 mil".

O Governo recomendou, então, aos governadores que não permitissem novas passeatas. Ainda nesse mês, após reunião do Conselho de Segurança Nacional, em nota oficial, o Governo caracterizaria o estado subversivo em curso [211]. Alertaria, ainda, sobre elementos infiltrados também nos "setores formadores da opinião pública", os quais sonegavam informações sobre a "atual situação de prosperidade do País". De fato, embora a economia já apresentasse, nessa altura do ano, claros indícios de reversão, com reflexos na política salarial – com a possibilidade de uma mudança, corrigindo, em parte, o achatamento dos salários, imposto desde 1964 – e já fosse considerável o número de novos empregos gerados, o Governo não conseguia sensibilizar a opinião pública para sua obra administrativa[212]. A verdade é que, embora o Governo começasse a colher os frutos de uma política econômica austera, não tinha um vigoroso programa de ação, especialmente na área da Comunicação Social, nem nem tomava medidas inovadoras para solucionar certos problemas fundamentais do País.

Setores do Governo pediam o Estado de Sítio, mas o Presidente negava-se a adotar medidas de exceção, da mesma forma que julgava inoportuna qualquer abertura política. O Projeto, visando à anistia de estudantes, foi combatido pelo Executivo, por julgá-lo precipitado e ineficaz. O Marechal Costa e Silva, dirigindo-se às lideranças do Governo, em relação a esse projeto, disse que concordaria com a medida, se houvesse algum indício de que cessariam as agitações. Acrescentou saber que elas continuariam, "porque obedecem a esquema internacional". Os parlamentares estavam cientes da situação e das preocupações do Governo com a luta armada unilateralmente declarada.

No final de agosto, ocorreu um episódio em Brasília que gerou nova crise. Estudantes, com prisão preventiva decretada, haviam-se homiziado no "campus" da Universidade. Intimados por edital, não se apresentaram. Comunicado sobre o problema, o Reitor ignorou-o. Conhecida a disposição do encarregado do inquérito de fazer cumprir a lei, criou-se um clima de resistência no interior da Universidade, elevado pela presença de parlamentares e ativistas estudantis, que se valiam do incidente para fazer proselitismo. Entre estes últimos, estava Luís Travassos, militante da Ação Popular, presidente da extinta UNE, também com prisão preventiva decretada por sua atuação em outras cidades.

Em 29 de agosto, agentes do DOPS dirigiram-se à Universidade de Brasília, a fim de dar cumprimento ao mandado de prisão. Conhecida a disposição de resistência, fizeram-se acompanhar por tropas da Polícia Militar, que ficaram a distância do local. Preso Honestino Guimarães, presidente da Federação de Estudantes Universitários de Brasília (FEUB), houve reação por parte dos estudantes, que entraram em choque com a polícia. Várias de suas viaturas foram viradas e algumas incendiadas. Inferiorizada, a polícia civil reagiu como pôde. Em seu auxílio, acorreu a Polícia Militar, que, nas circunstâncias, atuou com violência. Dos choques, resultaram feridos dois policiais e dois estudantes. Instalações da Universidade de Brasília foram depredadas, parte pela polícia em sua natural perseguição aos estudantes e parte pelos estudantes para demonstrar o "vandalismo" da polícia. Um tiro perdido, porém, atingiu um estudante, que nem estava envolvido no conflito, elevando ainda mais o clima emocional que já era alto, desde que se resolveu fazer resistência às prisões[213].

---

211 O Conselho de Segurança Nacional (CSN) é constituído por uma grande maioria de autoridades civis. E formado pelo conjunto de todos os Ministros de Estado.

212 Em 1968, ocorreu uma melhora salarial real, da ordem de 10%, o que indicava que em médio prazo poderia ser eliminada a permanente crise de salário.

213 Para a exata compreensão sobre os tiros perdidos, que sempre ocorrem em manifestações e conflitos desse tipo, ver a criação de "mártires" e "mitos subversivos em ação" na obra de J. B. Hutton, já citada.

O Governo não compactuava com os métodos utilizados para concretizar as prisões, de resto legais. Em busca da harmonia, expressou sua disposição de punir os que se excederam em suas atribuições. O Presidente da República recebeu o Reitor da Universidade, agora arrolado no inquérito, prestigiando-o e mantendo-o no cargo. Era o que podia fazer na linha do equilíbrio.

Valendo-se desse episódio, o Deputado Marcio Moreira Alves, ligado ao Movimento Popular de Libertação (MPL), em aparte na Câmara, chamava os policiais que atuaram na Universidade de "bandidos" e "gângsters". Não satisfeito, voltou a ocupar a tribuna, nos dias 2 e 3 de setembro, assacando injúrias contra as Forças Armadas e incitando a população a isolar os militares, na sociedade, e a boicotar as comemorações do Dia da Independência. A direção da Câmara não tomou nenhuma providência.

Outro deputado de esquerda, Hermano Alves, do mesmo grupo dos "imaturos" do MDB, publicou, no "Correio da Manha", do Rio de Janeiro, uma série de artigos, considerada pelos militares como provocadora[214]. Essas ações visavam, sobretudo, a enfraquecer as instituições, dentro do processo de desmoralização do Governo.

Em razão desses fatos, os três ministros militares representaram contra esses dois parlamentares. O Ministro da Justiça, com base no artigo 151 da Constituição Federal, solicitou a suspensão dos direitos políticos dos dois deputados. De acordo com esse preceito constitucional, a suspensão solicitada só ocorreria se declarada pelo Supremo Tribunal Federal, mediante representação do Procurador-Geral da República. De acordo com o parágrafo único do citado artigo, o processo dependeria de licença da respectiva Câmara, nos termos do artigo anterior.

A Câmara dos Deputados, em vez de deixar que o Supremo Tribunal Federal julgasse o mérito da questão, preferiu desde logo considerar que essa medida afrontava o instituto da imunidade e o princípio da inviolabilidade do parlamentar no exercício do mandato. A oposição alardeava que os grupos que conseguiram essa investida contra o Congresso criariam fatos novos para esquentar a temperatura e poder dobrar certos setores da Câmara. Estes fatos, porém, não precisavam ser criados. Eles estavam em pleno desenvolvimento, com o desdobramento da luta armada e com as ações cada vez mais audaciosas das organizações subversivas. E havia parlamentares que militavam nessas organizações.

No entanto, as oposições, ao que parece, estavam mais interessadas em elevar a temperatura política. Ainda em setembro, reuniram-se, no Rio de Janeiro, representantes de Kubitschek, Goulart, Jânio e facções de esquerda, para novos exames relativos à "Federação das Oposições". O objetivo era estender as ações da extinta Frente Ampla às "oposições informais", unificando-as com os movimentos estudantis e com as lideranças católicas de esquerda. Os líderes da esquerda estudantil, Vladimir Palmeira (Dissidência Comunista da Guanabara) e Luís Travassos (Ação Popular), admitiam essa unificação. Agora, essa união interessava à "revolução". Qualquer que fosse o objetivo de cada um desses parceiros, as atividades resultantes dessa união só poderiam aumentar o ambiente geral de desassossego e a sensação de insegurança que imperava no País[215].

A situação interna ia tornando-se crítica. Documentos apreendidos no Congresso da UNE, em Ibiúna, não deixavam dúvidas quanto à interferência de Cuba no processo subversivo brasileiro. Esse fato era de conhecimento público, como o era o da determinação do mundo comunista de mudar o eixo de seu esforço para a América Latina, uma vez liquidada a guerra do Vietnã, conforme deliberado na última conferência dos partidos comunistas, realizada em Bruxelas[216].

Não há dúvida de que se desenvolvia no País um processo de guerra revolucionária, isto é, a luta de facções da população empenhadas em tomar o poder, para implantar uma nova ordem social, com base na ideologia marxista-leninista à que estavam convertidas essas facções[217].

A essa altura, o número de organizações subversivas já ascendia a quase duas dezenas. Incentivadas – algumas, mesmo, financiadas e apoiadas – do exterior, essas organizações vinham realizando o recrutamento e o preparo de seus militantes, aos quais era propiciado treinamento em técnicas de guerrilha, particularmente no exterior, em especial em Cuba, na China e na URSS, nesta ordem de importância.

Boa parte dessas organizações havia iniciado, em 1968, suas ações armadas – através de atos terroristas – uma técnica de intimidação coercitiva de natureza psicológica. Mais de cinquenta atentados foram realizados, a maioria em São Paulo, tendo como alvos quartéis; jornais, tidos como favoráveis ao Governo ou anticomunistas; meios de transportes

---

[214] Sabe-se, hoje, com certeza, que havia um grupo de políticos do MDB dispostos a desafiar o Governo, tendo elaborado uma estratégia de ação parlamentar, valendo-se do seu direito à imunidade para fazer denúncias dos atos "repressivos" do Executivo. "A atitude provocadora adotada por este pequeno grupo de parlamentares chamado de 'autênticos', situado no contexto da época, em meio ao sentimento eufórico da ofensiva oposicionista, era a crença de que não só a luta armada seria a única alternativa como a população estava pronta a levantar-se contra o Estatuto de Segurança Nacional" – Moreira Alves, M.H.: "Estado e Oposição no Brasil (1964/1970). Vozes, RJ, páginas 129 e 130.

[215] Tratava-se da mesma Frente de Oposições, que Arraes e o MPL trabalhavam para organizar.

[216] Para confirmação do conhecimento público dessas questões, ver Castello Branco, C.: "Os Militares no Poder", Vol. II, páginas 382, 503 e 504, que é uma coletânea de artigos de sua coluna diária na imprensa.

[217] A guerra revolucionária era definida no 3°, do art. 3° da lei 6.620, 17/12/78, como "um conflito interno, geralmente inspirado por uma ideologia, ou auxílio do exterior, que visa à conquista do poder pelo controle progressivo da Nação".

coletivos; residências de autoridades e de representações diplomáticas, no caso, norte-americanas. Tais atentados resultaram na morte de diversas pessoas. Houve, também, dezenas de assaltos a bancos, a carros pagadores e pedreiras, estas para roubo de dinamite e de cordel detonante, e diversos assaltos a casas de armas e a unidades militares, para roubo de armas e munições.[218].

Nesse contexto, as greves e os distúrbios estudantis jogavam seu papel nas atividades de agitação e propaganda. Apropriados pelas organizações subversivas, eram, como preconizavam as instruções de Moscou, vistas no item anterior deste capítulo, “um sinal de descontentamento público”, com repercussão no País e no exterior, que vinha sendo devidamente explorado pela propaganda. Além disso, era uma forma de amedrontar a população, de testar o seu amadurecimento e o grau de aceitação dos movimentos, de selecionar líderes ativistas para o recrutamento, de incentivar a desobediência civil e, até mesmo, de testar a capacidade repressora da autoridade legal.

Como esse tipo de guerra interna tem seu processo, seus instrumentos e suas atividades codificadas, era possível ao Governo prever as fases de seu desdobramento.

Parece que havia, na cúpula dirigente do País, uma preocupação muito grande com a possibilidade de evolução da luta armada e o estabelecimento de zonas liberadas ou “zonas de operações” no interior do seu território, internacionalizando o conflito. Hoje, pode parecer fácil concluir o exagero dessa preocupação, mas, à época em que se verificou – temos insistido –, não havia informações precisas e, portanto, não se tinha uma visão global da extensão do processo revolucionário. Ademais, o processo em curso no Brasil sofria influências de uma nova linha revolucionária vinda de Cuba, assentada nas concepções de Guevara e Debray. Embora não se constituísse em uma nova teoria revolucionária, era interpretada por nossos pretensos revolucionários como capaz de acelerar o processo, queimando etapas. Esses fatos, então ainda imperfeitamente conhecidos, podem explicar o nível elevado daquelas preocupações. Além disso, quem poderá afirmar que não foram preocupações e medidas decorrentes, então tomadas com oportunidade, que impediram o surgimento das zonas liberadas ou “zonas operacionais” e, em consequência, do agravamento do conflito no País?

Tão importante quanto essa preocupação era a dos reflexos negativos para o Brasil, decorrentes de informações sobre essa situação, que fluíssem para o exterior. A criação de uma imagem de instabilidade do Governo poderia provocar o estancamento do fluxo de recursos externos, indispensáveis à manutenção do processo de desenvolvimento acelerado que o País começava a experimentar. Assim, havia quem julgasse que a melhor maneira de evitar esses reflexos negativos era silenciar sobre o problema, ou deixar que ele transpirasse o mínimo possível. Havia outros que defendiam essa mesma alternativa como a melhor forma de evitar mais intranquilidade para a população.

O Governo enfrentava problemas também na área militar. As denúncias do Brigadeiro Itamar Rocha, sobre a pretensa atuação de grupos radicais na Aeronáutica, e sua prisão domiciliar criavam inconformismo de parte dos oficiais. Os debates sobre a sucessão presidencial, postos prematuramente pelo Coronel Mário Andreazza e pelo General Albuquerque Lima, criavam inquietação nos quartéis. Havia entre os oficiais sentimentos contraditórios em relação ao Governo. De um lado, estavam os que se consideravam frustrados, não concordando com os sacrifícios que o Governo exigia da Instituição Militar, sem a contrapartida da eficiência para resolver os problemas nacionais – única justificativa para o desgaste que se lhe impunha. Tinham como certo que o apoio da Instituição ao Governo havia atingido o seu limite, e que dela deveria ser retirado esse ônus político. Do outro lado, existiam os que julgavam que o problema estava na limitação do uso da força para eliminar a subversão e estabelecer uma democracia capaz de defender-se das ameaças extremistas, para que o País pudesse desenvolver-se com tranquilidade. Para estes, a Instituição deveria engajar-se cada vez mais, até que se implantasse uma verdadeira democracia no Brasil.

Mas, com relação ao caso envolvendo o Deputado Márcio Moreira Alves, somente no início de novembro, o STF encaminhou à Câmara o pedido de licença para processá-lo. O STF não julgou, a priori, a denúncia inepta, como poderia tê-lo feito, arquivando-a. Pedido idêntico, referente ao Deputado Hermano Alves, seria enviado dias depois.

O Governo considerava absurda a hipótese da recusa da licença pela Câmara. Julgava que, tendo maioria na Casa – e esta conhecia a situação interna e sentia o empenho do Governo –, não lhe negaria apoio. Considerava, ainda, que seria injustificável que parlamentares governistas viessem a impedir o julgamento, que só poderia ser realizado pelo STF.

Entre os militares das diferentes tendências, havia unanimidade quanto a essa questão. Era notória a incompreensão de que, ante a situação interna, a Câmara tolerasse, em seu meio, a permanência do movimento subversivo em curso, com o decorrente desprestígio da autoridade.

O episódio, à luz dos preceitos constitucionais, era polêmico, mas essencialmente político. O plenário da Câmara o considerava, antes de tudo, como a oportunidade para afirmação do Poder Legislativo. No dia 12 de dezembro, deliberou, recusando conceder licença para o prosseguimento do processo.

32. O Ato Institucional nº 5

No dia 13 de dezembro, era promulgado o Ato Institucional nº5. O Ato mantinha a Constituição de 1967 e autorizava o Presidente da República a decretar o recesso do Legislativo em todos os níveis; intervir nos Estados e nos

[218] No anexo 1 constam as ações subversivas desenvolvidas no ano de 1968.

Municípios; suspender direitos políticos; decretar o Estado de Sítio, nos casos previstos na constituição; e decretar o confisco de bens de todos que tivessem enriquecido ilicitamente. Suspendia, ainda, a garantia do "habeas corpus", no caso de crimes políticos, e excluía os atos nele baseados da apreciação judicial. Diferentemente dos Atos Institucionais anteriores, não estipularia prazos de vigência.

O episódio do deputado e militante do MDB era, em si, insignificante para justificar o AI-5. Em seus considerandos, fica clara a preocupação com os atos subversivos e os fatos perturbadores da ordem.

O mais significativo desses considerandos declara:

"Assim, se torna imperiosa a adoção de medidas que impedissem a frustração das ideias superiores da Revolução, preservando a ordem, a segurança, a tranquilidade, o desenvolvimento econômico e cultural e a harmonia política e social do País comprometidos por processos subversivos e de guerra revolucionária" (grifos do autor).

Na reunião do Conselho de Segurança Nacional que aprovou o Ato Institucional n° 5, todos os 23 componentes que dela participaram, votaram a favor, exceto o dr. Pedro Aleixo, Vice-Presidente da República, que optou pelo Estado de Sítio.

Os Ministros, na sua maioria civis, tinham pleno conhecimento da situação, muito melhor que os brasileiros em geral, e decidiram aprovar o AI-5, porque sentiam a sua necessidade naquele momento extremamente difícil, no qual as forças à Revolução de 1964, em especial a subversão e o terrorismo, se empenhavam, com fanatismo, para aderrubada do Governo Costa e Silva.

Embora o Ato possa ter respondido, à semelhança da crise de outubro de 1965, à necessidade de restabelecer a unidade militar, que, de qualquer modo, dava sustentação ao Governo, sua razão fundamental foi a preocupação com a subversão. A falta de conhecimento do processo subversivo apenas agravava a situação, porque impedia uma visão correta do perigo e da maneira objetiva e segura de debelar essa insólita forma de luta.

O AI-5 pode ter solucionado o problema conjuntural da unidade militar. Sem dúvida, trouxe facilidades para o combate à subversão, mas, nesse aspecto, respondia mais à perplexidade do Governo e das forças de segurança que não dispunham de informações precisas e desconheciam os procedimentos adequados e consolidados para empreender esse combate. Se houvesse esses elementos, ele, talvez, fosse dispensável. Por isso mesmo, não representou a solução ideal para o Governo e para o País. Mostrou-se uma solução emergencial, que se fez duradoura. Ao ampliar o controle sobre o sistema político, ao invés de folgar o "nó" dado pela Revolução, apertava-o.

Pior, ainda, foram os efeitos para as Forças Armadas. Diminuindo a cada crise o apoio civil à Revolução, cada vez mais sua sustentação dependia delas. Inviabilizavam-se, assim, as desejadas alternativas para as Forças Armadas desembaraçarem-se do poder, particularmente, porque a guerra revolucionária estava, agora, em pleno desenvolvimento.

Houvesse, na Constituição de 1967, dispositivos de defesa do regime democrático, adequados a cada circunstância, bem definidos e sem falsos pruridos, que pudessem ser acionados antes que a tênue divisória entre a guerra e a paz – existente nos dias em que vivemos – fosse ultrapassada, toda a situação decorrente das medidas tomadas ao arrepio da lei, provavelmente, poderia ter sido evitada.

Pode-se alegar – e os puristas e inocentes úteis o farão com veemência – que essas medidas podem ser mal utilizadas ou que não correspondem aos princípios democráticos. No entanto, é por medo de ser acusadas de trair os próprios princípios que as democracias têm perecido. Como diz Revel: *"A democracia inclina-se a ignorar ou mesmo negar as ameaças de que é objetivo, tanto lhe repugna adotar medidas adequadas e de dar-lhes a réplica. E só despertar quando o perigo se torna mortal, iminente, evidente. Mas, então, ou falta-lhe tempo para poder conjurá-lo, ou o preço a pagar pela sobrevivência torna-se insuportável".*[219]

- MOVIMENTO ESTUDANTIL DE 1968 –

[219] Revel, Jean François: "Como terminam as democracias". Difusão editorial S/A, RJ, 1984.

CRUSP

Capítulo VI

1969

"Nas primeiras ações, pegamos o inimigo de surpresa e ele acreditou que se tratavam de simples marginais. Ele perdeu um ano seguindo pistas falsas. Quando descobria seus erros, era tarde demais. A guerra revolucionária havia começado.

Carlos Marighella[220]

1. Os reflexos do AI-5

Começávamos o ano de 1969 com as maiores dificuldades já vividas pela Revolução, na área institucional. A Constituição de 1967, que se apresentava como das mais pragmáticas que tivemos, mostrara-se insuficiente para conciliar a Revolução e a legalidade[221]. Embora houvesse uma preocupação notória de recompor o mais cedo possível as instituições, esta era a mais séria crise após o ano de1964, e não teria solução em curto prazo. O Congresso tivera suas atividades suspensas pela primeira vez, limitações foram impostas à imprensa, e o AI-5 não tinha prazo de vigência.

As dificuldades maiores estavam situadas no campo político, mas era exatamente aí que não podia haver pressa. Desde que fora adotada a Constituição de 1967, os políticos só se preocuparam em dar por encerrado o processo revolucionário, deixando de encontrar ou, mesmo, bloqueando as medidas necessárias à promoção das reformas proclamadas pela Revolução, por vias institucionais. Recorde-se que, ainda na primeira metade do mandato do Presidente Costa e Silva, o Governo ficou sem condições de vencer qualquer batalha importante no Congresso. Sendo assim, o Governo ia voltar-se com prioridade para essas reformas.

Poucos dias após a assinatura do Ato Institucional, referindo-se a ele, o Ministro da Fazenda declarava: *"Ele nos permitirá tomar as medidas necessárias no sentindo de reduzir o défice do Tesouro e conter o processo inflacionário, com o objetivo de assegurar o desenvolvimento do País".* Ainda em dezembro de 1968, a Constituição fora modificada em diversos pontos relativos à autoridade federal em questões econômicas, de modo a permitir uma ação mais enérgica do Governo. Removidos os obstáculos, o combate à inflação foi retomado em ritmo acelerado. O Governo voltava-se, prioritariamente, para a ordenação financeira, a mudança das estruturas e o saneamento do organismo político-administrativo do País.

Não estavam, porém, fechadas as vias do processo democrático. A Revolução mantinha-se fiel à sua inspiração e aos seus compromissos. Apenas pretendia remover o entulho da "má política e da ameaça subversiva". A consciência da profundidade da crise era, no entanto, o sinal mais seguro de que caminhos estavam sendo procurados.

Um aspecto era particularmente importante em razão da guerra revolucionária que aflorava no País. As divergências que foram assinaladas no capítulo anterior, no campo militar, em relação ao apoio da Instituição ao Governo, não afetavam a realidade essencial da unidade, e os últimos acontecimentos eram um atestado disso. Os pronunciamentos dos chefes revolucionários puderam assim expressar claramente que a Revolução continuava, ao perseguir a manutenção da ordem econômica, política e social vigente, reformulando-a onde se fizesse necessário, para promover o seu desenvolvimento. Havia, porém, etapas intermediárias nesse processo, e elas estavam claramente definidas: o combate à inflação, no campo econômico, e o combate à subversão, no campo político.

Os políticos, entretanto, e mais insistentemente do que eles, os cronistas políticos, pensavam e agiam apenas em função da reabertura do Congresso. Somente em maio, o Presidente da República incumbiu o Vice-Presidente de promover estudos e propor sugestões para as alterações constitucionais necessárias, a fim de atender aos objetivos da Revolução, compatibilizando-os com o regime democrático. A intenção do Presidente era a de reformar, o mínimo possível, a carta de 1962, preservando sua essência.

Mas a guerra revolucionária em curso agravava-se, como consequência natural da evolução das organizações que há anos preparavam-se para ela. Passaram-se seis meses, e o Governo ficara apenas na chamada "limpeza de área", por meio de cassações. O AI-5 e os poderes de que o Governo se investiu não resolviam o problema por si. A situação estava a exigir medidas para a coordenação e unificação do combate à subversão, que só àquela altura seriam tomadas.

Em julho, a reforma constitucional passou a ser estudada por uma comissão de juristas, da qual faziam parte, além de Pedro Aleixo, Gama e Silva, Carlos Medeiros, Miguel Reale e Themistocles Cavalcanti. Participava, ainda, dessa comissão, como representante do Executivo, o Ministro do Planejamento Hélio Beltrão.

---

[220] Do documento: "O papel da ação na organização revolucionária", maio de 1969.

[221] Eugênio Gudin assim se refere a essa carta magna: "(...) uma constituição que é a melhor que o Brasil já teve, como país independente, porque é, a meu ver, a única que não é utópica, e que tem possibilidade de ser cumprida", no artigo "O quinto aniversário da Revolução", Pub. AERP.

No final de agosto, era dada ao público a notícia de que a reforma da Constituição estava pronta, e que seria promulgada por meio de uma emenda constitucional, no dia 2, para entrar em vigor a 7 de setembro. No dia imediato à sua entrada em vigor, seria reconvocado o Congresso Nacional. Todavia, na madrugada de 29 de agosto, numa sexta-feira, o Marechal Costa e Silva adoeceu, tendo perdido a voz, primeiro sintoma de uma trombose cerebral.

2. O impedimento de Costa e Silva

Ainda no dia 29, o Presidente Costa e Silva foi transferido para o Rio de Janeiro, onde chegou caminhando, em busca de melhor atendimento médico. Em poucos dias, porém, teria o lado direito do corpo totalmente paralisado. A gravidade de sua moléstia não foi revelada de imediato, mas desde logo era evidente o seu impedimento, ainda que temporário.

Na noite de sábado, houve uma reunião do Alto-Comando das Forças Armadas. Nessa ocasião, não se tinha um prognóstico preciso sobre a provável evolução do estado de saúde do Presidente, não sendo até então afastada a possibilidade de sua recuperação. Na reunião, ficou decidido que não entregar-se-ia o poder ao Vice-Presidente, que não tinha apoio militar e político suficiente para resguardar os interesses da Revolução e a segurança interna, seriamente afetada. Tal postura não significava que os membros do Alto-Comando não concordavam com o plano político do Presidente, como se chegou a aventar. Pelo contrário, endossavam a abertura política por ele planejada, mas acreditavam que o Senhor Pedro Aleixo representaria no poder um método de pensar e agir totalmente diferente. Como o Vice-Presidente mostrara-se contrário ao AI-5, os chefes militares julgavam que o momento não permitia correr-se o risco de vê-lo revogado, antes que cessassem ou fossem corrigidas as causas que o determinaram.

Como solução de emergência, ficou decidido que os poderes presidenciais seriam entregues, temporariamente, aos três Ministros Militares.

O Vice-Presidente Pedro Aleixo foi convocado para uma reunião, no Rio de Janeiro, no dia 31 de agosto, quando foi posto a par da real situação de saúde do Presidente e da decisão do Alto-Comando das Forças Armadas. Se a apresentação dessa decisão, como fato consumado, não provocou maior reação por parte do Vice-Presidente, ela não foi bem recebida por alguns chefes militares.

Nessa mesma noite de domingo, a notícia do impedimento temporário do Presidente foi dada por uma cadeia nacional de rádio e televisão, oportunidade em que foi lido o texto do Ato Institucional nº12, que começava por reafirmar a vigência do AI-5 e explicava a decisão do Alto-Comando das Forças Armadas. No seu artigo 49, esse Ato esclarecia que, uma vez cessados os motivos do impedimento, o Presidente reassumiria suas funções em toda a sua plenitude. Nessa ocasião, foi difundida, também, uma proclamação dos ministros militares à Nação.

Somando-se à tensão e às dificuldades já enfrentadas, no dia 4 de setembro era sequestrado, no Rio de Janeiro, o embaixador norte-americano Charles Elbrick. Essa ação demonstrava aos incrédulos que o movimento subversivo estava solidamente implantado, dispunha de recursos e sentia-se com força suficiente para realizar ações cada vez mais audaciosas, enfrentando a lei e negociando com o próprio Governo. É possível que, se os ministros militares não estivessem investidos dos poderes presidenciais, não se houvesse vencido a indignação e as resistências que, superadas, permitiram resguardar a integridade física do embaixador. Essa ação, de certa forma, dava respaldo à decisão do Alto-Comando das Forças Armadas no episódio do impedimento temporário do Presidente. Por outro lado, o atendimento das exigências dos terroristas, que impunham a divulgação de um manifesto pelos jornais, rádios e televisões, e a libertação de quinze subversivos, serviria de estímulo para a realização de futuras ações semelhantes.

3. A eleição de um novo presidente

Com o correr dos dias, acentuava-se a perspectiva da invalidez permanente do Presidente Costa e Silva. Os membros do Alto-Comando das Forças Armadas começaram a examinar as alternativas para solucionar o impasse, que já apresentava reflexos na condução da política governamental.

Desta vez, os políticos e os cronistas políticos, que viviam reprovando a Revolução por não atender a um dos principais postulados de Maquiavel, segundo o qual *"todo mal deve ser feito de uma só vez",* não teriam do que reclamar. Ante a alternativa de se eleger um presidente apenas para cumprir o mandato interrompido ou para cumprir esse mandato restante e mais um mandato integral, decidiram-se por esta última opção. Além do fato de as eleições presidenciais representarem sempre momentos de instabilidade e tensão políticas – não sendo indicada pela situação a conveniência de se promover duas eleições consecutivas – havia ainda o precedente do governo Castello Branco, que fora levado à prorrogação do seu mandato, por consenso, mas quebrava, de qualquer modo, as regras estabelecidas. Embora não interessasse a muitos essa verdade, o fato é que o objetivo da Revolução era encontrar uma solução que permitisse sair da emergência e, mesmo em meio ao arbítrio, preservar, quanto fosse possível, a democracia. Decidiram-se, também, os políticos, pela apresentação de uma candidatura militar, que obtivesse o maior consenso possível – de modo a preservar a unidade – e pela participação do Congresso na eleição do indicado.

Os dirigentes da ARENA propuseram ao Governo que, uma vez escolhido o candidato, esse fosse incorporado ao partido, sob o argumento de que, uma vez tendo sido preservados os partidos, eram eles os instrumentos adequados à apresentação do candidato. Pleiteavam, ainda, um encontro preliminar entre este e os líderes arenistas.

Conduzida a seleção do candidato pelo Alto-Comando das Forças Armadas, através de consulta aos oficiais-generais das três Forças, no dia 6 de outubro, esse órgão colegiado reuniu-se para definir a escolha, e, no dia seguinte, emitia uma nota oficial. Nessa nota, era analisada a situação interna, anunciando o resultado da escolha e informando que o escolhido, o General de Exército Emílio Garrastazu Médici, aquiescera em "aceitar a convocação, considerando-a como missão a ser cumprida".

4. A eleição do Presidente Médici e a nova Constituição

O discurso que o General Médici proferiu, na ocasião do comunicado de sua escolha, como virtual Presidente da República, impressionou profundamente os meios políticos, conforme noticiou a imprensa da época. O tom franco com que expôs a origem do seu mandato e os problemas relativos à segurança, a mensagem de renovação que transmitiu e a determinação revelada no conjunto de seu discurso, talvez, pelo inesperado de suas declarações, criaram expectativas além daquelas normalmente resultantes do advento de um novo governo. O General Médici disse, com toda clareza, a que veio e como veio. Veio como delegado das Forças Armadas, das quais recebeu missão irrecusável. Veio com a enorme autoridade de quem fez tudo que estava em seu alcance para não ser cogitado. E veio para "completar o movimento de 1964, transformando-o em uma autêntica revolução da democracia e do desenvolvimento".

O General Médici não se preocupou em mascarar a realidade. Já ao assumir o Comando do III Exército, dissera que *"o povo não reclama do que a Revolução fez, mas do que ela deixou de fazer"*. Médici voltou seu discurso para o futuro e fez um apelo, *"em vez de jogar pedras no passado, vamos aproveitar todas as pedras disponíveis para construir o futuro".* Dentre vários aspectos de seu pronunciamento, vale ressaltar aquele em que fixava, como objetivo final de seu governo, dotar o País de instituições livres e permanentes.

No dia 14 de outubro, foi editado o AI-6, que determinou a vacância da Presidência da República, convocou as eleições indiretas e marcou o pleito para o dia 25 e a posse do eleito para o dia 30. Ato Complementar suspendia o recesso do Congresso a partir do dia 22 de outubro.

No dia 16, a ARENA, em convocação extraordinária, aclamou os candidatos à Presidência e Vice-Presidência da República, declarando compreender inteiramente as razões de segurança com que se justificava a condução revolucionária. O MDB, em reunião informal, reconheceu a legitimidade do processo.

Precedendo à eleição, foi promulgada a nova Constituição. Aqueles que saudaram como excelente a Constituição de 1967, por dispor de adequada declaração dos direitos e das garantias individuais, e a presença da representação popular que assegurava a renovação periódica dos governantes, por meio de eleições, não tiveram por que se descontentarem.

A nova Constituição conservava essa parte, ainda que, como era de se esperar, restringisse a proteção dos direitos políticos. A nova Constituição, porém, mantinha inserida nas suas disposições gerais e transitórias os Atos Institucionais e Complementares. Ao Presidente da República, caberia decidir sobre a oportunidade e a forma de revogá-los, sendo a única autoridade competente para decretar sua cessação. O Presidente recém-empossado colocou como meta-síntese de seu governo fazê-lo até o término de seu mandato, o que significava o fim do processo revolucionário. Esse era seu objetivo claramente expresso. Esse era o objetivo a ser alcançado para que a Revolução fosse vitoriosa. Por outro lado, significava que, naquele momento, o processo revolucionário ainda estava em curso. Na compreensão dessa dicotomia, residiria, em boa parte, a mais rápida ou mais demorada volta à plenitude democrática no País.

5. O Movimento Estudantil entra em descenso

A partir de 1969, deixou de existir o Movimento Estudantil, enquanto movimento de massa organizada, pelo ingresso de centenas de estudantes nas organizações comunistas. O acesso à luta armada empolgava os jovens, que vislumbravam, em plena idade da afirmação, a oportunidade de se tornarem novos "Guevaras". Segundo Alfredo Hélio Sirkis, era a época da "aventura cintilante da militância revolucionária" [222].

Mesmo aqueles que não haviam entrado para essas organizações procuravam mobilizar-se em grupos, como o Comando Secundarista (COSEC) da Guanabara, que possuía, inclusive, um setor paramilitar, com um grupo de choque armado.

As atividades do Movimento Estudantil, basicamente, restringiram-se aos comícios relâmpagos, às pichações e às panfletagens, todas efetuadas com cobertura armada, vistas como uma forma de auxiliar as organizações comunistas no preparo da opinião pública e no recrutamento da classe operária.

---

[222] Sirkis, A: "Os Carbonários", Global Editora, SP, 1984, pág. 117.

A rigor, o único evento significativo, nesse ano, foi denominado "Semana Rockfeller", desencadeada em junho, contra a visita do Governador Nelson Rockfeller, enviado do Governo norte-americano para visitar diversos países da América do Sul.

Dirigidos por militantes das organizações clandestinas, os estudantes – muitos sem o saber – organizaram manifestações de repúdio em todo o País, das quais podemos citar a depredação da biblioteca Thomaz Jefferson, em Copacabana; a colocação de bombas no Instituto Brasil-Estados Unidos, em Fortaleza, no jornal "O Globo", no Rio de Janeiro, e na União Cultural Brasil-Estados Unidos, em São Paulo.

Após a tal "Semana Rockfeller", considerada, pelos estudantes, como uma vitória, a UNE, na clandestinidade e sem forças para competir com as organizações subversivas, só voltaria à atividade com a realização de um novo congresso, em Salvador, em 1979, época do ressurgimento do Movimento Estudantil em nível nacional.

6. O PCB desencadeia a "guerra de papel"

Desde o ano anterior, estruturado para o trabalho de massa, o PCB, em 1969, procurou manter-se a distância da luta armada das organizações comunistas que integravam a esquerda revolucionária. Ao mesmo tempo, entretanto, buscava manter uma linguagem que lhe assegurasse a liderança junto à juventude e a outros segmentos da população.

A "Voz Operária", de abril de 1969, publicou o documento "A Tática do Partido nas Novas Condições", no qual estabelece cinco pontos para a atuação de seus militantes. No primeiro, traça considerações a respeito da "luta contra a política econômica" do Governo, visando a ganhar adeptos através das reivindicações salariais. No segundo, valoriza a posição da Igreja Católica, vista como um dos polos de oposição ao Governo, em face da prisão de padres que colaboravam com algumas organizações defensoras da luta revolucionária. No terceiro ponto, analisa a sua posição diante das Forças Armadas e determina que seus militantes não as combatam "em bloco", visando a atrair parte de seus membros. No quarto, o PCB, pelo menos em teoria, procura manter uma imagem radical, defendendo a preparação das "massas para responder com violência à violência da ditadura". Finalmente, no último ponto, preconiza uma "unidade de ação", buscando a aproximação com outras organizações comunistas.

No entanto, tudo não passava de mera retórica. Inserido no trabalho de massa, o PCB, na realidade, só conseguiu isolar-se das demais Organizações, sendo alcunhado de "reformista" e "conciliador". Nem o documento aprovado pelo Comitê Central, "A Orientação do Partido quanto ao Emprego das Formas de Luta nas Condições Atuais", que seguia, basicamente, a linha do VI Congresso, conseguiu modificar o desprezo com que era visto pelas organizações militaristas. Enquanto estas ensanguentavam as ruas das grandes cidades, o PCB desencadeava a sua "guerra de papel".

7. A fuga da penitenciária e a desarticulação do MAR

Ao decidir a fuga da Penitenciária Lemos de Brito, o grupo externo do Movimento de Ação Revolucionária (MAR) resolveu realizar "expropriações" para financiá-la. Com os fugitivos, pretendia-se implantar um foco de guerrilha próximo a Angra dos Reis.

O primeiro assalto foi realizado no dia 19 de março de 1969. O alvo foi o Banco da Lavoura de Minas Gerais, em Realengo, do qual foram roubados mais de trinta e sete mil cruzeiros novos[223]. Os assaltantes deixaram dentro do banco panfletos com o título "Exército Libertador para libertar o país".

Enquanto a organização comemorava o sucesso de sua primeira ação armada, prosseguiam em ritmo acelerado as reuniões de planejamento da fuga da penitenciária. Pedro França Viegas fazia contatos na Divisão Legal com estagiários e funcionários da penitenciária, aliciando-os para participar e facilitar a fuga. O acadêmico de Direito Júlio Cesar Bueno Brandão concordou em ceder sua caminhonete Rural Willys, para o transbordo dos presos após a fuga. Da mesma forma, o acadêmico Júlio César Senra Barros começou a colaborar com o movimento, cedendo, a partir de janeiro de 1969, seu apartamento na Ilha do Governador, para homiziar José Duarte dos Santos e para realizar reuniões de planejamento da fuga.

Ressentindo-se da falta de recursos e tendo em vista a proximidade da ação de fuga, o MAR realizou, no dia 5 de maio, o seu segundo assalto, roubando o Banco Nacional Brasileiro, Agência Piedade[224]. A organização conseguiu mais de dezenove mil cruzeiros novos nessa ação.

Pedro França Viegas, em ligação com o "Grupo de Mallet", conseguiu encontrar uma área favorável ao homizio dos fugitivos e à implantação do foco guerrilheiro. Ficava na região da serra de Jacareí, com entrada pela estrada que liga Angra dos Reis ao estaleiro Verolme.

---

[223] Participaram da "ação revolucionária": Flávio Tavares, José Duarte dos Santos, o ex-cabo da Marinha Edvaldo Celestino da Silva, Wilson do Nascimento Barbosa, Leôncio de Queiroz Maia, Antonio Geraldo da Costa e Élio Ferreira Rêgo.

[224] O bando assaltante era o mesmo da primeira ação, acrescido de Jarbas da Silva Marques, estudante de Economia de Brasília.

Flora Frisch, trabalhando num escritório de advocacia, amante de Avelino Bioni Capitani, estava integrada no esquema de fuga. Conseguiu, através de elementos simpatizantes, roupas para os fugitivos. A prima de Flora, Jeny Waitsman, amante de Antonio Duarte dos Santos, também participava dos preparativos de fuga[225].

A guarda estadual Naterça Passos já havia sido aliciada por Marco Antonio da Silva Lima e seria a encarregada de passar as armas para os fugitivos.

O "Grupo de São Paulo" recebeu a incumbência de eliminar o soldado da PM que normalmente permanecia armado de metralhadora na calçada do presídio.

Finalmente, chegou o dia da fuga, 26 de maio de 1968. Pela manhã, o estagiário Júlio César entregou à funcionária Naterça Passos, dentro de um pacote, três revólveres calibre 38, que seriam utilizados na tentativa de fuga pelos detentos. Pouco antes das 17h30min, aproveitando-se do trânsito livre dentro do sistema penitenciário, já estavam reunidos, na Divisão Legal, os nove componentes do MAR, prontos para iniciar a ação. Pontualmente, às 17h30min, estacionou, em frente à entrada de pedestres, um Aero-Willys dirigido por Edvaldo Celestino da Silva. A um sinal de Marco Antonio, o grupo dirigiu-se para a portaria. Ao atingirem a passagem de pedestres, os detentos se defrontaram com os guardas Ailton de Oliveira e Jorge Felix Barbosa, que, surpreendidos, esboçaram uma reação, sacando suas armas. Em situação de inferioridade e colhidos pela surpresa, os guardas foram abatidos durante o intenso tiroteio que se seguiu. Ailton de Oliveira morreria cinco dias depois[226]. A fuga causou mais uma vítima inocente: o funcionário da Light João Dias Pereira, que se encontrava na calçada da penitenciária, foi atingido por um disparo dos fugitivos, tendo ficado inutilizado.

Consumada a fuga, o grupo se dirigiu para a região de Jacareí, na qual chegou à noite. Os fugitivos saltaram das viaturas e embrenharam-se na mata, guiados por Luiz Mário Neri. Após marcharem durante três noites, atingiram um barraco onde encontraram José Sabino Gomes Barbosa. Instalados no barraco de José Sabino, que foi batizado como "Cabana do Jacu", os fugitivos articularam-se na região e iniciaram seus treinamentos de guerrilha. O desejo de deflagrar a guerra revolucionária através de um "foco guerrilheiro" norteava o MAR desde o início de sua articulação na penitenciária. Marco Antonio havia realizado o curso de guerrilhas em Cuba e tinha retornado ao País impregnado pelas diretrizes emanadas da Conferência da OLAS. A estratégia do "foco" era a grande novidade das esquerdas, inclusive, dentro da penitenciária.

Estabelecido com sucesso o "embrião do foco guerrilheiro", em Conceição de Jacareí, o MAR prosseguiu realizando seus assaltos para poder sustentar sua estrutura clandestina.

No dia l0 de junho, o Grupo de Ação do MAR, como passou a ser conhecido o núcleo de assaltantes de bancos, realizou o assalto à Agência Ramos da União de Bancos Brasileiros. A ação transcorreu sem problemas e rendeu mais de trinta e três mil cruzeiros novos.

Naquela altura, o apoio logístico aos guerrilheiros da "Cabana do Jacu" era prestado pelo "Grupo de Mallet". A vida desconfortável da "guerrilha", no entanto, causou, logo de início, três defecções. Antonio Prestes de Paula e Roberto Cietto não se adaptaram à vida cigana dos "guerrilheiros" e retornaram à cidade, ondr permaneceram ligados à "guerrilha urbana", ou seja, aos assaltos a bancos. José André Borges perdeu-se na mata e resolveu retornar ao Rio de Janeiro, também se integrando ao grupo de assaltantes de banco. No dia 18 de junho de 1969, o MAR realizou o seu quarto assalto à Agência Ramos do Banco de Comércio e Indústria de São Paulo, com um saldo positivo de mais de quarenta mil cruzeiros novos.

Após a ação do banco de Ramos, o grupo resolveu intensificar a ação armada. Élio Ferreira Rego conseguiu, com uma parenta de Jorge Medeiros do Vale ("Bom Burguês"), um lote de carabinas .30 Ml. Flávio Tavares contatou o ex-coronel cassado Nicolau José de Seixas e conseguiu umas metralhadoras de mão que teriam sido utilizadas na campanha da FEB.

Reforçado pelos elementos que haviam desistido da guerrilha rural, o Grupo de Ação assaltou, pela segunda vez, em 18 de julho de 1969, a Agência Piedade do Banco Nacional Brasileiro.

Após esse assalto, o "Grupo de São Paulo" desligou-se do MAR e seguiu para o Uruguai. Leôncio Queiroz Maia, em companhia de outros, seguiria para a Itália. Wilson do Nascimento Barbosa seria preso no Uruguai, em setembro de 1969, em companhia do comunista uruguaio Milton Júlio Valenzuela[227].

Apesar dessas primeiras defecções, continuava o treinamento de guerrilhas em Conceição do Jacareí. Liderados por Marco Antonio e por Avelino Capitani, os "guerrilheiros", frequentemente, montavam, trocavam de acampamento, realizavam exercícios de tiro e marchas.

Confiantes com o sucesso até então alcançado por suas ações armadas, Flávio Tavares e José Duarte dos Santos, em contato com parentes do "Bom Burguês", iniciaram planejamento de uma ação espetacular para libertá-lo da prisão em

---

225 Marco Antonio da Silva Lima e Avelino Bioni Capitani eram ex-marinheiros, presos na penitenciária da Rua Frei Caneca.

226 Avelino Bioni Capitani foi citado como autor do tiro fatal.

227 Wilson do Nascimento Barbosa foi devolvido pelas autoridades uruguaias e, mais tarde, em 10 de março de 1970, banido em troca do embaixador suíço.

que se encontrava na Ilha das Flores. A ação não chegou a ser tentada, em virtude da desarticulação da organização pelos órgãos de segurança, a partir de agosto.

Em 7 de agosto, o MAR realizaria o seu sexto e último assalto. O alvo consistia na Agência Vista Alegre do Banco Nacional de São Paulo, situada na Avenida Brás de Pina[228]. Tudo correu normalmente, até que, durante a fuga, o Volks dirigido por Flávio Tavares, em que iam José Duarte e José André, foi interceptado pela polícia e teve um pneu furado. Flávio Tavares separou-se dos dois outros assaltantes e conseguiu fugir. No tiroteio que se seguiu, José Duarte descarregou a sua metralhadora INA contra os policiais. Encurralados, os dois bandidos pegaram uma criança de quatro anos como refém e a ameaçaram de morte, caso a polícia se aproximasse. Mais tarde, desgastados moral e psicologicamente, devolveram a criança e entregaram-se à polícia.

Flávio Tavares ainda conseguiu homizio na casa do advogado Jorge Antonio de Miranda Jordão, situada na Rua General Glicério 114, onde recebeu, no dia 8 de agosto, uma sacola com oito mil cruzeiros novos – parte do produto do roubo –, enviada por Antonio Prestes de Paula[229]. Tavares seria preso no dia seguinte, 9 de agosto de 1969, na Rua Paissandu 162, outro aparelho que possuía naquela rua.

José Duarte, durante suas declarações à polícia, "entregou" o local de treinamento de guerrilhas em Conceição de Jacareí. A Marinha realizou o cerco da área com elementos da Força de Fuzileiros Navais e destruiu as instalações existentes. Durante o cerco, um dos grupamentos, ao se aproximar de uma cabana, foi recebido a tiros, envolvendo-se em violento tiroteio. Pedro França Viegas, ferido na perna durante o entrevero, foi preso na localidade de Lídice, próxima de Angra dos Reis, no dia 12 de agosto. Os demais conseguiram escapar.

Avelino Capitani e José Adeildo Ramos ficaram homiziados na Igreja de São Geraldo, em Olaria, acoitados pelo padre Antonio Lengoen Helmo, e, posteriormente, na Igreja de Nossa Senhora das Cabeças, na Penha, sob os cuidados do padre Pasquali Visconso. Ambos seriam colocados em contato com o PCBR, ao qual aderiram por intermédio de Flora Frisell, amante de Capitani. Marco Antonio e Prestes de Paula também abandonariam o MAR, aderindo ao PCBR.

Antonio Duarte (irmão de José) conseguiria homiziar-se em Goiânia, com o auxilio de sua amante, Jeny Waitsrnan. Iriam ambos para Cuba, no primeiro semestre de 1970, em companhia de Avelino Capitani. Marco Antonio morreria no dia 13 de janeiro de 1970, num "aparelho" do PCBR, na Rua Inhangá, 27/608, em Copacabana, ao reagir, à bala, à ordem de prisão. José Michel Godoy foi preso no dia 2 de setembro de 1969, também em Lídice. Roberto Cietto foi preso no Rio de Janeiro, no dia 4 de setembro de 1969, após sofrer um acidente automobilístico, tendo cometido suicídio na mesma data[230].

Do "Grupo de Mallet" foram presos Francisco de Oliveira Rodrigues e Luiz Mário Neri. José Ferreira Cardoso, José Leonardo Sobrinho e Sílvio Souza Gomes pediram asilo político ao Uruguai. José Gonçalves de Lima continuou foragido. Havia intenção, por parte do MAR, de radicalizar suas atividades. No "aparelho" de José Duarte dos Santos, foram encontradas armas, granadas de fabricação caseira e 8.500g de Trotil, explosivo de alto poder de destruição.

Dessa forma, foi desestruturado o Movimento Armado Revolucionário, que nunca foi orientado por nenhum documento base. Sem fazer avaliações conjunturais, fazia uma opção espontânea pelo "foco guerrilheiro".

A estrutura da organização, não definida em estatutos, foi esmiuçada por Flávio Tavares, em declarações à polícia. Existia o Grupo de Direção, que coordenava e supervisionava os trabalhos. O Grupo de Estudos, provavelmente localizado em São Paulo, dedicava-se ao estudo das ações políticas e militares. O Grupo de Ação era encarregado dos assaltos, e, mais tarde, encarregar-se-ia de os atos terroristas. O Grupo de Apoio, que seria responsável pelo suprimento do Grupo Rural, era encarregado do treinamento e da implantação do foco guerrilheiro. Finalmente, o Grupo Legal realizava as tarefas legais do movimento, como aluguéis de "aparelhos", compra de roupas e suprimentos, etc.

8. O PCBR inicia as ações armadas

A prisão de Thomaz Miguel Pressburger, membro efetivo do Comitê Central (CC), em 23 de fevereiro, no Distrito Federal, iniciou o desvelamento, para os órgãos policiais, da estrutura do PCBR. Alguns dias depois, em 3 de março, a prisão de outro membro do CC, Miguel Batista dos Santos, trazia novos conhecimentos sobre a organização.

---

[228] Participaram da ação Flavio Tavares, Edvaldo Celestino da Silva, José Duarte dos Santos, Antonio Prestes de Paula, Jarbas da Silva Marques, Roberto Cietto e José André Borges.

[229] Jorge Antonio de Miranda Jordão, para não se comprometer, viajou para São Paulo, deixando Flávio Tavares aos cuidados da empregada.

[230] Edvaldo Celestino da Silva, Jarbas da Silva Marques e Adail Ivan Lemos, juntamente com outras pessoas, envolvidas consciente ou desavisadamente com o MAR, foram detidas, indiciadas ou arroladas com testemunhas, em Inquérito Policial Militar.

Enquanto isso, o PCBR iniciava a sua articulação partidária, em nível nacional. O Comitê Regional do Nordeste (CR/NE) foi o primeiro[231]. Havia três Comitês Zonais (CZ) subordinados ao CR/NE: o do grande Recife, o de João Pessoa e o de campo, que atuava na Zona da Mata. Além destes, iniciava-se a estruturação de novos CZ, em Fortaleza, em Natal, em Maceió e em Aracaju[232].

Para conduzir as ações armadas, de acordo com a orientação do Comitê Central (CC), foi criado o Comando Político Militar (CPM) do Nordeste, integrado, dentre outros, por Luciano de Almeida, Alberto Vinícius Melo do Nascimento e Carlos Alberto Soares[233].

Nessa época o CR/NE, que editava os jornais "Luta de Classe" e "Resistência Popular", era assistido por dois membros do CC, Nicolau Tolentino Abrantes dos Santos e Bruno Costa de Albuquerque Maranhão, este, especificamente, para o CPM.

Estruturado, o CR/NE iniciou suas ações armadas em meados de 1969, com uma série de assaltos em João Pessoa e Recife. Em agosto, cerca de uma dezena de militantes do PCBR foi presa em João Pessoa. Entre esses militantes estava Rômulo de Araújo Lima, suplente do CC. Mesmo assim, prosseguiu suas atividades armadas. Na madrugada de 7 de setembro, militantes lançaram uma bomba contra o palanque armado para o desfile militar, na Avenida Conde da Boa Vista, em Recife, e, em 24 de setembro, assaltaram a Companhia de Tecidos do Norte - Fábrica Tacaruna, em Olinda, roubando cerca de oito milhões de cruzeiros, destinados ao pagamento de seus trabalhadores. Na ocasião, o funcionário Gedeão Caetano da Silva, de 56 anos, foi ferido com um tiro de rifle 44, o que lhe ocasionou uma lesão permanente na perna.

No dia 31 de outubro, a organização cometeu seu primeiro assassinato. Nilson José de Azevedo Lins, um jovem de 23 anos, era o gerente da firma "Cornélio de Souza e Silva", distribuidora dos produtos da Souza Cruz, em Olinda. Ao levar para o banco 50 milhões de cruzeiros apurados no dia anterior, foi assaltado e morto por Alberto Vinícius Melo do Nascimento, Rholine Sonde Cavalcante Silva, Carlos Alberto Soares e João Maurício de Andrade Baltar. As autoridades policiais, entretanto, apertavam o cerco aos terroristas do Nordeste, provocando a fuga de diversos deles para o exterior.

Por divergências políticas, militantes do PCBR, centrados no CPM do Nordeste, "racharam" com a organização e ingressaram na ALN[234]. Apesar das fugas e do "racha", o CR/NE iria prosseguir, no ano seguinte, com suas atividades de violência e mortes.

No Paraná, o PCBR organizou-se a partir de uma reunião realizada em fevereiro de 1969, em Pontal do Sul[235].

Em nível nacional, no entanto, a situação do PCBR era, em meados de 1969, contraditória em termos de atuação armada. Enquanto alguns propugnavam por uma intensa atividade militar, a exemplo do CR/NE, a direção do PCBR procurava dar ao Partido uma orientação considerada "massista". Assim, o CC faz publicar, em agosto, um "Plano Nacional de Agitação e Propaganda", em que decidiu elaborar o seu órgão oficial, o "Vanguarda", e o documento "Raízes ideológicas de nossos desvios: militarismo e massismo". Contudo, em setembro, o ingresso, no Partido, de remanescentes do MAR modificou a balança, com o peso da experiência militar de seus integrantes, e fez com que o PCBR descambasse, definitivamente, para a luta militarista.

Assim, em outubro de 1969, o CC detalhava a organização de sua estrutura armada, através do documento "Plano Tático do Comando Político Militar Nacional", no qual tecia considerações sobre a guerrilha rural, a guerrilha urbana, a "autodefesa das massas", a propaganda armada, a logística e as atividades de "informação e contrainformação".

O PCBR publicou, ainda, um documento no qual traçou as diretrizes para a construção de uma "frente única do proletariado" com outras classes e camadas da população, denominando-a de "Frente Revolucionária Popular" (FREP).

Nessa época, foi ativado, de fato, como estrutura partidária, o CR do Sudeste na área da Guanabara, ao ser editado o jornal "Avante"[236]. Foi montada uma área de treinamento militar na Ilha dos Cabritos, no litoral fluminense, próximo a

---

231 A direção do CR/NE estava a cargo de Juliano Homem de Siqueira, Marcelo Mário de Melo, Francisco de Assis Barreto da Rocha Filho, Alberto Vinícius Melo do Nascimento e Luciano de Almeida, membro do CC.

232 No CZ/Grande Recife, seus principais militantes eram Frederico José Menezes de Oliveira, Airton Correa de Araújo, Paulo Pontes da Silva, Grivaldo Tenório, Cândido Pinto de Melo e Carlos Henrique Costa de Albuquerque, irmão de Bruno Maranhão.

233 Compunham ainda o CPM do Nordeste João Mauricio de Andrade Baltar, Rholine Sonde Cavalcante Silva, Samuel Firmino de Oliveira, Perly Cipriano, Maurício Anísio de Araújo e José Pedro da Silva.

234 Desse grupo, faziam parte, dentre outros, Luciano de Almeida, Membro do CC, Rholine Sonde Cavalcante Silva, Perly Cipriano, Maurício Araújo, Grivaldo Tenório, Samuel Firmino de Oliveira, José Pedro da Silva e Maria Tereza de Lemos Vilaça.

235 Estavam presentes em Pontal do Sul, dentre outros, José dos Reis Garcia, Rosa Maria Viana de Castro, Olien Lustosa de Moraes, Romeu Bertol, Carlos Frederico Marcos de Souza Filho e Déa Silvia Pereira.

236 O "Avante" era dirigido por Renê Louis Laurgery de Carvalho, Jarbas Amorim, Luiz Alberto de Andrade Sá e Benevides e Fernando Augusto da Fonseca, este também conduzia o CMP regional, junto com Antônio Prestes de Paula e Bruno Dauster Magalhães e Silva.

Cabo Frio. Além disso, os terroristas realizaram um assalto a uma agência bancária na Praia de Icaraí, de onde foram roubados cerca de quarenta milhões de cruzeiros.

Em 17 de dezembro de 1969, o PCBR assaltou o Banco Sotto Maior da Praça do Carmo, no subúrbio carioca de Brás de Pina, de onde foram roubados cerca de oitenta milhões de cruzeiros. Na fuga, obstados por uma viatura policial, surgiu um violento tiroteio, no qual Avelino Bioni Capitani matou o Sargento da Polícia Militar da Guanabara Joel Nunes. Na ocasião, foi preso o terrorista Paulo Sérgio Granado Paranhos, cujas declarações possibilitaram a chegada, no dia seguinte, a um "aparelho" do PCBR, localizado na Rua Baronesa de Uruguaiana 70, no bairro de Lins de Vasconcelos. Ali, Prestes de Paula, ao fugir pelos fundos da casa, disparou, à queima-roupa, um tiro de pistola 45 no Soldado do Exército Elias dos Santos, que morreu momentos depois.

O PCBR encerrava com três mortes o ano de 1969. Sendo ainda pouco conhecido, essas ações chamaram sobre ele a atenção dos órgãos policiais. As declarações de Paulo Sérgio iriam contribuir ao levantamento do partido e dariam início ao seu desmantelamento na Guanabara.

9. O fim da Corrente

No início de 1969, a direção da Corrente, liderada por Mário Roberto Galhardo Zanconato ("Xuxu"), planejou uma série de ações sucessivas, a ser desencadeadas em fins de abril, visando a intranquilizar a população e a desmoralizar as autoridades. O plano constava da atuação de 5 grupos distintos que, durante 17 dias, realizariam atos terroristas, roubos de armas de delegacias, pichamentos, telefonemas ameaçadores às autoridades, tiros em carros da polícia, etc. Nos pichamentos seria utilizada a sigla COLINA, para dar maior divulgação às ações já realizadas anteriormente por aquela organização, com o intuito de manter as autoridades desorientadas sobre a existência da Corrente[237].

No dia 20 de janeiro, a organização voltou à ação com o ataque e o roubo de explosivos na Pedreira Sarzedo, no município de Ibirité [238]. Na mesma data, foi realizada a tentativa de assalto à Pedreira Belo Horizonte, no Bairro São Geraldo, em Belo Horizonte.

Em 5 de fevereiro, tentando refazer-se de um frustrado assalto a uma mercearia, Arnaldo Fortes Drummond chefiou o também frustrado assalto ao Banco de Minas Gerais, na localidade de Ibirité. Na ação em si não ocorreram problemas; a retirada, porém, foi desastrosa. Após o assalto, realizado por volta das 14h30min, foi encetada a fuga[239]. À saída do banco, os criminosos foram assinalados por Salvador Campos, que, em seu caminhão, passou a perseguir o carro dos fugitivos, em companhia de Desidérios Nagy Varga. Na localidade de Barreiro, na estrada Belo Horizonte-Ibiritê, o caminhão abalroou o Volkswagen, que não pôde prosseguir. Obrigados a abandonar o carro, os assaltantes reagiram, disparando suas armas. Naquela altura, elementos da Polícia Militar e da Polícia Civil já se haviam juntado aos dois perseguidores. Antônio José de Oliveira, ferido na perna, pressentindo que seria preso, disparou por duas vezes sua arma contra o próprio peito, caindo gravemente ferido. No prosseguimento do confronto, Délio Fantini foi preso, após violenta resistência, ficando também ferido. Na fuga, os três assaltantes restantes perderam a maleta com o produto do roubo, que foi recuperado pela polícia. Pouco depois, nas diligências para a localização dos fugitivos, foi ferido à bala o Primeiro-Tenente da Polícia Militar Milton Tomás Firmo.

Durante seus depoimentos no Inquérito Policial Militar instaurado, Délio Fantini, ameaçando o encarregado do inquérito e os policiais, declarou que, quando a revolução fosse vitoriosa, todos aqueles que a ela se antepunham seriam fuzilados.

Após as "quedas" de Antônio José e Délio, a direção da Corrente planejou uma ação contra o Hospital de Pronto Socorro, para resgatá-los, juntamente com o militante do COLINA, Maurício Vieira Paiva, que lá se encontrava internado. Em face das medidas de segurança adotadas pelas autoridades, a ação não foi realizada.

Em razão dos sucessivos fracassos em suas ações, a Corrente utilizou o Convento dos Dominicanos para fazer uma reunião e autocrítica[240]. Nela, ficou decidida a reestruturação da organização. A semelhança da estrutura imposta por Marighella à ALN, a Corrente instituiu setores de atividades[241].

---

[237] Os grupos, previamente constituídos, seriam chefiados por Mário Roberto Galhardo Zanconato, Marco Antônio Victória Barros, Marília Angélica do Amaral, Sérgio Bittencourt Siqueira e José Adão Pinto.

[238] Participaram da ação Antônio José de Oliveira, Marco Antônio Victória Barros, Rouberdário Diniz Valério, Délio de Oliveira Fantini e Sérgio Bittencourt Siqueira. Foram roubados 40kg de dinamite, 60 espoletas e 2 rolos de cordel detonante, além do revólver Taurus .38 do vigia.

[239] Neste assalto, houve a participação de Délio de Oliveira Fantini, Antônio José de Oliveira, Nelson José de Almeida e Marco Antônio Victória Barros.

[240] Participaram da reunião Gilney Amorim Viana, Hélcio Pereira Fortes José Alfredo, Marco Antônio Victória Barros, Rouberdário Diniz Valério, Nelson José de Almeida, Lúcio Dias Nogueira, Marília Angélica do Amaral, Conceição Imaculada de Oliveira, Márcio Araújo de Lacerda, José Adão Pinto e Arnaldo Fortes Drummond.

Após a reunião de reestruturação, foi realizado, no dia 31 de março, o assalto à Caixa Econômica do Estado de Minas Gerais, situada na Avenida Alfredo Balena. No dia seguinte, visando a intensificar as atividades, foi tentado, sem sucesso, o assalto à Casa Tucano, na Rua Tupinambás 1.109, em Belo Horizonte. O alvo em questão era importante para aumentar a potência de fogo da organização, pois se tratava de comércio de armas e munições. O grupo chegou à Casa Tucano às 7 horas. Hélcio, Zanconato e Lúcio Dias, ao entrarem na loja e darem a voz de assalto, foram surpreendidos pela reação do proprietário Gutierrez da Rocha Jardim. Ato contínuo, Lúcio Dias disparou sua arma, atingindo o ancião no peito. Após o disparo, o bando fugiu ameaçado pelos tiros dados por Sebastião Dantas Rocha, filho da vítima[242].

A trajetória de crimes e de terror da Corrente foi interrompida a partir de 10 de abril de 1969, como resultado da ação perseverante dos órgãos de segurança. A Corrente, até então confundida com o COLINA, foi completamente desbaratada com a prisão de 17 militantes, incluindo o seu principal líder, Mário Roberto Galhardo Zanconato ("Xuxu"). Os militantes que não foram presos foram identificados e caíram em completa clandestinidade, tendo a grande maioria sido abrigada pela ALN e deslocada para outros Estados.

10. Ação Libertadora Nacional – ALN

Em janeiro de 1969, o Agrupamento Comunista de São Paulo (AC/SP) utilizaria, pela primeira vez, no documento "Sobre Problemas e Princípios Estratégicos", o nome Ação Libertadora Nacional (ALN), que seria a denominação, daí por diante, utilizada pela organização orientada por Marighella. Neste ano, a ALN emitiria uma série de outros documentos com os quais procuraria fixar sua estratégia, suas táticas, transmitir técnicas de guerrilha e regular sua estrutura em nível nacional.

Nesse documento, divulgado em janeiro, repisaria o caráter tático e complementar da luta na cidade, em relação ao caráter estratégico e principal da luta no campo. Com isso, a ALN procurava reforçar sua linha política, uma vez que se constatava uma tendência de tornar as ações nas cidades a própria razão de ser da organização. Os militantes da ALN estavam no dia a dia vivendo apenas o planejamento e a execução de assaltos, alheios ao problema de guerrilha rural, ressaltada como objeto de caráter estratégico de organização.

Por volta de abril, a ALN apresentava uma evolução na sua organização, com a expedição do documento "Características da Nossa Atual Estrutura", no qual, mais uma vez, nacionalmente, era privilegiado seu objetivo estratégico. Por esse documento, a organização teria o "Comandamento Estratégico", ao qual estariam afetos os problemas "da guerrilha rural, do manejamento das áreas estratégicas secretas e do trabalho de campo; do controle do centro de aperfeiçoamento técnico de combate; da realização das operações de deslocamento e do estabelecimento do apoio estratégico".

Esse "Comandamento" estaria ligado diretamente às "Coordenações Regionais", através de um "elo de ligação" que não ficara definido no documento. As "Coordenações Regionais" eram organismos criados nos grandes centros urbanos e responsáveis "pela guerrilha urbana, impulsionando a frente urbana de massas e organizando a frente urbana de sustentação".

Apesar dessa estrutura, o documento considerava que todos os grupos ou revolucionários isolados, que aceitassem, defendessem e cumprissem os princípios estratégicos, táticos e orgânicos da ALN, seriam considerados vinculados à organização, embora mantivessem total liberdade para executar atos revolucionários. As operações mais complexas que exigissem um efetivo maior seriam articuladas pela Coordenação, que conciliaria a atuação, em conjunto, de mais de um grupo.

Em maio, foi difundido o documento "O Papel da Ação Revolucionária na Organização", no qual procurava valorizar a ação prática na evolução da organização, que, de um pequeno grupo, através da ação, tornara-se um organismo de nível nacional. Nesse documento, eram descritas as ações realizadas pela organização. Salientava-se que a guerrilha urbana e a guerra psicológica em curso eram o prenúncio da guerrilha rural.

Criticava as organizações que buscavam evoluir na base do puro proselitismo e, ao fazer apologia da sua evolução, sustentada pela ação, assim se expressava: *"Sendo o nosso caminho o da violência, do radicalismo e do terrorismo, os que afluem à nossa organização não virão enganados, e sim, atraídos pela violência que nos caracteriza*". Nesse documento, eram defendidas características e objeções feitas à organização e era admitida a formação de uma "frente única", desde que voltada para a ação.

Em agosto, a ALN difundiria dois documentos: "O minimanual do guerrilheiro urbano", que se tornou a bíblia dos terroristas, e "Sobre a Organização dos Revolucionários", onde, de forma monótona, repetia os conceitos e pontos de vista já expostos em documentos anteriores.

---

[241] Gilney Amorim Viana ficou responsável pelo setor de expropriação, Hélcio Pereira Fortes, pelo setor de instrução, Márcio Araújo de Lacerda, pelo setor de armas, e Mário Roberto Galhardo Zanconato, pelo setor de propaganda.

[242] Márcio Araújo de Lacerda foi motorista do Volks utilizado nessa tentativa de assalto.

Em outubro, era dado ao conhecimento da organização o documento "Alocução sobre a guerrilha rural". Por esse documento, era considerada consolidada a guerrilha urbana, através do clima de intranquilidade criado pelas ações de banditismo que ocorriam nas principais cidades brasileiras. Preconizava a união dos grupos armados que atuavam nas cidades, para terminar com a disputa de liderança, já assinalada em documentos anteriores.

A organização revolucionária entendia que a primeira fase da guerra estava prestes a completar-se, mas que seria necessário manter o ritmo e intensificar a guerra psicológica para reter o "inimigo" ocupado nas cidades. O trabalho de agitação no campo seria fundamental para a conflagração social, ambiente indispensável para a deflagração da guerrilha rural. Os revolucionários no campo deveriam continuar montando a infraestrutura ao longo dos eixos guerrilheiros, criando pontos de apoio junto aos camponeses, "à moda Lampião", pois reafirmava o caráter de mobilidade da guerrilha, que seria executada "sob a forma de marcha".

A violência dos camponeses era orientada no sentido de assassinar os "latifundiários e seus empregados", de destruir as plantações e matar o gado, a fim de "levar ao campo o mesmo terror de esquerda e a mesma inquietação que já dominam e apavoram, na área urbana, as classes dominantes, os militares e imperialistas".

Marighella reafirmava que 1969 seria o ano da guerrilha rural, mantendo uma posição baseada numa expectativa otimista e equivocada ou procurando manter elevado o moral da organização.

Ainda nesse ano, a ALN difundiria dois outros documentos, "Operações Técnicas Guerrilheiras" e "A Ação Revolucionária e a Frente Unificada", maçante repetição de assuntos já tratados em documentos anteriores.

11. ALN - Ascensão terrorista em São Paulo

Em meados de 1969, a ALN/SP era coordenada por Joaquim Câmara Ferreira ("Toledo"), visto que Carlos Marighella viajava constantemente para coordenar o estabelecimento de áreas estratégicas pelo interior do País. À coordenação estavam ligados os setores de imprensa, de massas, de logística e de expropriação.

O setor de imprensa, assim como parte do setor de logística, estava sob a responsabilidade dos frades dominicanos e elementos a eles ligados. O coordenador do setor de imprensa era Frei Fernando de Brito, enquanto o coordenador do setor logístico era Paulo de Tarso Venceslau.

O setor de massas, sob a coordenação de Gilberto Luciano Beloque, estava subdividido em subsetor operário e subsetor estudantil. O subsetor operário era coordenado por José Alprim Filho, que, preso logo após assumir a coordenação, não chegou a desenvolver um trabalho profundo. O subsetor estudantil era coordenado por Maria Luiza Locatelli Garcia Beloque, esposa de "Gilberto", e estava sendo estruturado para o trabalho de aliciamento de estudantes e de radicalização do movimento, principalmente na área universitária[243].

O setor de expropriações, também conhecido como Grupo Tático Armado (GTA), era chefiado por Virgílio Gomes da Silva, que contava com o assessoramento de Carlos Eduardo Pires Fleury. O GTA era composto por dois Grupos de ação (GA).

Nesse início de ano, a ALN sofreria importantes perdas em São Paulo. Em 26 de janeiro, morria, em tiroteio com a polícia, Marco Antônio Brás de Carvalho, o "Marquito". Ainda em janeiro, foram presos Argonauta Pacheco da Silva, coordenador de cursos de explosivos, e João Leonardo da Silva Rocha, membro do mesmo GA. Em fevereiro, morria, também em tiroteio com a polícia, no interior da gráfica Urupés, Hamilton Fernando Cunha. Nessa operação, Arno Preiss, que substituíra "Marquito" na coordenação do GTA, queimou-se, passando, então, as funções de coordenador do GTA para Virgílio Gomes da Silva[244].

A esses fatos viria somar-se um estremecimento nas relações da organização, que eram muito intensas, com a VPR. O estremecimento deu-se em razão de a ALN, que armazenara parte do armamento roubado do 4º RI, para a VPR, haver relutado em devolvê-lo, quando solicitado pela organização. Como foi visto no capítulo anterior, "Marquito", que acabara de ser morto, participara, em frente com a VPR, do assassinato do Capitão Chandler. Esses acontecimentos provocaram um refluxo temporário nas ações da ALN em São Paulo. Para sobreviver durante esse período, a organização realizou ações de pequena monta, como assaltos a padarias e a supermercados[245]. Em meados de abril, houve uma tentativa de

---

[243] Dentro do movimento estudantil de São Paulo, consoante a orientação de formação de grupos taticamente independentes, Gilberto Beloque, que era estudante da Escola Politécnica da USP e professor secundário, orientou a formação de uma organização que atuasse de forma violenta dentro das áreas de jurisdição das universidades. O grupo autodenominou-se Frente Estudantil pela Luta Armada (FELA) e a ação mais importante que realizou foi a colocação de uma bomba nos elevadores da USP em outubro. Desta ação participaram, dentre outros, o professor de Pedagogia da USP José Cláudio Barrigueli, que chefiou a ação, o presidente do DCE/USP José Miguel Martins Veloso, que idealizou a sabotagem, e o estudante da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU) da USP Abelardo Blanco Falgueiras. A FELA, com a prisão de seus integrantes e orientadores, no final de março de 1970, foi desarticulada, não mais atuando em São Paulo.

[244] "Queimado" – subversivo que teve a sua identidade levantada pela polícia.

[245] Essas ações foram realizadas pelo grupo de Virgílio Gomes da Silva, composto por Manoel Cyrillo de Oliveira, Aton Fon Filho e Takao Amano.

assalto ao Banco Itaú-América, da rua Lopes Chaves, na Barra Funda, porém o grupo foi posto em fuga por um soldado da Força Pública.

A partir dessa ação frustrada, a ALN realizou uma série de ações violentas, a iniciar-se com o assalto à Agência de Suzano da União de Bancos Brasileiros, no dia 7 de maio. Durante a fuga, os terroristas foram surpreendidos, travando-se intenso tiroteio com a polícia, com o saldo de quatro vítimas. O investigador José de Carvalho, que tentara impedir a fuga, foi atingido por vários impactos. Socorrido, veio a falecer na Santa Casa de Suzano. Os civis Antônio Maria Comenda Belchior e Ferdinando Biamini, que passavam pelo local no momento do tiroteio, foram feridos. O terrorista Takao Amano, ferido na coxa, foi operado por Boanerges Massa, na casa do casal Carlos Henrique Knapp e Eliane Toscano Zamikhowski, todos militantes da rede de apoio da ALN em São Paulo[246].

Neste período, a ALN realizou, ainda, atentado à bomba contra a empresa "Allis-Chalmers", na Av. Água Branca, e assalto à joalheria Majó, na Alameda Jaú.

No dia 27 de maio, no afã de aumentar a potência de fogo de seu GTA e realizar uma ação de propaganda armada, buscando desmoralizar as forças de segurança, foi perpetrada uma ação contra o 15º Batalhão da Força Pública do Estado de São Paulo, na Avenida Cruzeiro do Sul. No Volkswagen dirigido por Celso Antunes Horta, iam Virgílio Gomes da Silva, Aton Fon Filho, Carlos Eduardo Pires Fleury e Maria Aparecida da Costa. O Karman-Ghia da cobertura era dirigido por Ana Maria de Cerqueira Cesar Corbisier, que, antecipando-se ao Volkswagen, estacionara na esquina próxima, aguardando o desenrolar dos acontecimentos. A repentina parada do carro e o rápido desembarque de três elementos surpreenderam o soldado da Força Pública paulistana, Nau José Mantovani, que se encontrava de guarda. Virgílio, Carlos Eduardo e Aton Fon não deram qualquer chance ao soldado de serviço, que caiu fuzilado pelos terroristas e teve sua metralhadora roubada. O soldado Nicácio Conceição Pupo, que acorreu ao local ao ouvir disparos, foi gravemente ferido na cabeça, tendo ficado com o cérebro paralisado. Os assassinos, ante a reação da guarda, que respondeu atirando contra o carro, lograram empreender a fuga.

Em 4 de junho, no assalto ao Banco Tonzan, na Avenida Penha de França, a ALN deu prosseguimento ao rol de suas vítimas fatais. Durante a fuga, o soldado da FPESP, Boaventura Rodrigues da Silva, que se encontrava de serviço nas proximidades do banco e tentou obstar a ação, foi morto a tiros e teve sua metralhadora roubada. O terrorista Francisco Gomes da Silva, que saiu ferido com um tiro nas costas, durante o assalto, foi atendido pela mesma equipe da rede de apoio da ALN, na casa de Carlos Knapp. Devido à gravidade do ferimento, Francisco foi levado para o Hospital Boa Esperança, na estrada de Itapecerica da Serra, onde foi operado. A equipe médica de plantão, ao verificar que se tratava de ferimento à bala, resolveu denunciar o fato à polícia.

Boanerges, ao tomar conhecimento disso, auxiliado por Eliane e Paulo de Tarso Venceslau, roubou uma ambulância, rendeu os médicos e retirou o recém-operado, transportando-o para a casa de Carlos Knapp. Mais tarde, Francisco foi convalescer na casa de praia da militante da rede de apoio, Sandra Brizola, em São Sebastião, litoral de São Paulo.

Nos meses subsequentes, a ALN realizou uma série de assaltos a bancos, a supermercados e a empresas de transporte coletivo e atentados à bomba, dos quais se destacam o atentado ao Palácio Episcopal, em 6 de agosto, e o ataque com tiros de metralhadora, em 24 de agosto, à vitrina da Loja Mappin, que expunha material alusivo à Semana do Exército[247].

No dia 19 de setembro, a ALN realizou mais uma ação de propaganda armada, desta feita contra a guarnição da radiopatrulha nº 21, que habitualmente permanecia estacionada no Conjunto Nacional, na Av. Paulista. A guarnição da RP era constituída de dois homens e, nas suas proximidades, ficava um guarda-civil do policiamento ostensivo. Por volta das 22 horas, após saltarem do carro dirigido por Aton Fon Filho, Virgílio Gomes da Silva, o comandante da ação, Denison Luís de Oliveira e Manoel Cyrillo de Oliveira Netto dirigiram-se para a viatura, como se fossem solicitar uma informação. Ao mesmo tempo, Takao Amano aproximava-se do guarda-civil. Takao, num gesto desnecessário de prepotência, rendeu o guarda e obrigou-o a colocar-se de joelhos à sua frente, humilhando-o ao exigir que lhe pedisse clemência. A trinca que se ocupava da radiopatrulha, ao imaginar ou pressentir uma tentativa de reação, disparou suas armas para o interior da viatura. O soldado da FPESP, Pedro Fernandes da Silva, atingido por vários disparos, um deles na coluna, ficou aleijado. Denison e Virgílio recolheram uma metralhadora INA e dois revólveres .38, enquanto Takao recolhia um revólver .38 do tripudiado guarda-civil.

---

[246] Participaram desse assalto: Virgílio Gomes da Silva, Manoel Cyrillo de Oliveira, Aton Fon Filho, Takao Amano, Ney da Costa Falcão e João Batista Zeferino Sales Vani.

[247] As ações da ALN, no referido período, foram: atentado a bomba nos elevadores da CBI, na Rua Formosa, em 16 de Jun; assalto à empresa de ônibus "Viação Leste-Oeste", em 23 de Jun; atentado a bomba contra uma subestação da Light, em Piquete, em 26 Jun; assalto simultâneo ao União de Bancos Brasileiros e à Caixa Econômica Federal, na Avenida Guapira, em Jaçanan, em 12 Jul; assalto à agência do Banco do Brasil, Santo André, em 8 Jul; primeiro assalto contra a União Cultural Brasil-Estados Unidos na Rua Oscar Porto, em 24 Jul; assalto ao Supermercado Pão de Açúcar, no Bairro Pinheiros, no final de julho; assalto à agência do Banco Comércio e Indústria da Avenida São Gabriel, em 18 Ago; atentado a bomba contra a agência da Light, em 24 Ago; assalto à empresa Instrumental Berse Ltda, na Rua Agostinho Gomes nº1.662, em 29 Ago; assalto à Agência do Banco Itaú – América na Rua Pamplona, em 9 Set; segundo assalto à agencia do Bradesco, na Rua Major Diego, em 22 de Setembro.

Para complementar a "ação revolucionária", os dois primeiros espalharam gasolina e incendiaram a radiopatrulha. Esta seria uma das últimas ações da ALN em São Paulo, no ano de 1969.

12. Os dominicanos na subversão

A ALN ia estruturando-se para conduzir a guerra revolucionária com todo o apoio. Dispunha já de uma rede de atendimento médico e, como vimos no item anterior, de uma casa de recuperação no litoral, contando ainda com outra área de homizio em Ribeirão Preto.

Paulo de Tarso Venceslau, coordenador do setor logístico ou de apoio, conseguiu a mansão do industrial francês Jacques Emíle Frederic Breyton, na Rua Souza Ramos, nº 517, na Vila Mariana, para realizar reuniões do comando da organização. A mansão, servia, também, como área de repouso dos combatentes mais importantes da ALN; onde Marighella, "Toledo" e outros terroristas se reuniam para comemorar as vitórias. As festas eram organizadas por Nair Benedicto, mulher do industrial, que levava estudantes para "fazer companhia" aos subversivos.

Ampliando suas atribuições, no início de 1969, Paulo de Tarso foi apresentado, por Frei Osvaldo, a Frei Ivo, para ser o contato da ALN com os frades dominicanos do Convento das Perdizes. Os dominicanos continuavam a apoiar a ALN e desempenhavam importante papel na rede de sustentação.

Em janeiro, Frei Beto afastou-se de sua residência, por questões de segurança, quando ocorreu a prisão de elementos da VPR que pintavam um caminhão com as cores do Exército, em Itapecerica da Serra. Em março, com a prisão de Isaías do Vale Almada, membro da VPR, Frei Beto foi "aberto", tendo sido procurado em sua residência pela polícia. Com o beneplácito do Provincial da Ordem, Frei Domingos Maia Leite, Frei Beto foi transferido para o Seminário Dominicano Christo Rei, em São Leopoldo, no Rio Grande do Sul.

Em julho, Frei Beto foi chamado a São Paulo por Marighella, que lhe determinou a montagem de um esquema para passagem de militantes clandestinos pela fronteira para o Uruguai. Frei Beto, em ligação com o Padre Veríssimo, em Rivera, no Uruguai, montou a estrutura que contava com a participação de um funcionário corrupto da Aduana daquela cidade. Frei Beto recebia, por meio de ligação telefônica com Frei Fernando, em São Paulo, a notícia de que ia ser contatado. Usando senhas combinadas, encontrava com o elemento em frente ao Cine São João, em São Leopoldo, e o alojava na Igreja da Piedade, onde contava com a conivência dos padres Manoel Vasconcellos Valiente e Marcelo Pinto Carvalheira. Camilo Borre Garcia, ex-seminarista espanhol e colega de Frei Beto, no Christo Rei, também colaborava com o esquema, recebendo correspondência para Frei Beto e ajudando a esconder os clandestinos. Camilo foi quem escondeu Joaquim Câmara Ferreira, quando este abandonou o País, após o sequestro do embaixador norte-americano. De São Leopoldo a Santana do Livramento, Frei Beto utilizava o seminarista Francisco Castro para conduzir os fugitivos e apresentá-los ao Padre Veríssimo. Após ser regularizada a situação dos fugitivos, Veríssimo hospedava-os em Rivera e acompanhava-os a Montevidéu.

O dispositivo de Frei Beto ia ser ampliado para utilização na cidade de Jaguarão, como saída. Entretanto o "contato" em Porto Alegre considerou o esquema "queimado" e sem condições de ser empregado.

Por este dispositivo, foram retirados do País: José Roberto Arantes Almeida, Carlos Henrique Knapp, Eliane Toscano Zamikhowski, Joaquim Câmara Ferreira, Ana Maria Soares Palmeira, Sebastião Mendes Filho e Arno Preiss. Joseph Berthold Calvert foi preso na fronteira, em 26 de outubro, não conseguindo atingir o Uruguai.

Frei Osvaldo colocou Frei Bernardo Catão, responsável pela Casa da Ordem de Conceição do Araguaia, em contato com o líder da ALN. A reunião ocorreu na Rua São Vicente de Paula, nº 360, e Frei Catão colocou as dependências religiosas de Conceição do Araguaia à disposição, para homiziar elementos foragidos.

Aproximadamente no final de maio, Frei Osvaldo foi deslocado para o Rio de Janeiro, no intuito de transmitir a experiência das ações armadas da ALN/SP e auxiliar a estruturação da organização. Após acompanhar a realização de assaltos, Frei Osvaldo viajou para a Europa, onde, sob o pretexto de realizar cursos, cumpria missões da ALN. Foi para a cidade de Fribourg, na Suíça, para realizar um curso de Teologia e adquirir conhecimentos sobre a realidade do socialismo na URSS. Por orientação da ALN, Frei Osvaldo, aproveitando-se de sua permanência na Suíça, montou um esquema noticioso para divulgar as atividades da ALN na Europa. Para tal, contaria com a colaboração da revista "Front", publicada em Paris.

Ao assumir a coordenação dos dominicanos, no lugar de Frei Osvaldo, Frei Fernando fez contato com Marighella, no bairro do Méier, no Rio de Janeiro, e recebeu a orientação de coordenar prioritariamente o esquema de saída para o Uruguai e a divulgação das notícias da organização na Europa.

Além das tarefas já desenvolvidas pelos dominicanos, Frei Giorgio Calegari (Frei "Jorge" ou "Roberto"), que tinha facilidades com a imprensa italiana, ficou com a incumbência de verter para o italiano os documentos da ALN e mandá-los para a Editora Frateneli, que os publicaria, divulgando as posições da organização. Frei "Jorge'" também mantinha contato com Frei Osvaldo, na Europa.

Frei João Antônio de Caldas Valença (Frei "Maurício") ficou com a responsabilidade do setor de imprensa, após a ida de Frei Beto para o Rio Grande do Sul. O setor não foi estruturado por falta de espaço e falta de local adequado. O esquema de utilizar o material gráfico do próprio convento foi mantido. A documentação doutrinária da ALN era batida

em matrizes e rodada pelos dominicanos, dentro do Convento da Rua Caiubi. Em agosto, com a adesão de Frei Roberto Romano, que ficou com a incumbência de rodar o mimeógrafo, o setor de imprensa foi reforçado.

Frei Tito de Alencar Lima era o responsável por manter contato com os seminaristas e arregimentá-los para a ALN.

13. ALN - A guerra psicológica

Vimos que a ALN, além de conduzir a guerrilha urbana, preocupava-se em estabelecer uma estrutura de apoio, até certo ponto sofisticada. Por seus documentos, constatamos que, além da guerrilha urbana, considerada um instrumento complementar, a organização preocupava-se com a guerra psicológica e, naturalmente, com a guerrilha rural – seu objetivo estratégico –, para a qual se preparava.

Uma primeira ação de propaganda foi feita nos Estados Unidos, onde, em 4 de fevereiro de 1969, foi publicada no jornal "Diário de Las Américas", de Miami, uma mensagem de Marighella, afirmando, entre outras coisas: *"O País está entrando numa fase típica de ações de guerrilha, compreendendo emboscadas, roubos de armas, sabotagens, greves e manifestações populares".* A mensagem tinha a finalidade de incentivar as atividades terroristas no Brasil, realizar a propaganda externa e, ao mesmo tempo, dar uma satisfação ao governo cubano, de onde provinham os dólares que auxiliavam o sustento da ALN e onde eram preparados os seus quadros.

Em maio, a ALN procurava enfraquecer as instituições e desmoralizá-las aos olhos da população. Valendo-se do roubo de armamento realizado pela célula de esquerda que existia no 4º RI, por intermédio de cartas e panfletos, instigava militares das três forças singulares a seguirem aquele exemplo, entregando as armas e munições de suas unidades.

Em junho, buscando intensificar e ampliar o clima de desassossego e de insegurança reinantes, a organização remeteu cartas às agências bancárias, contendo ameaças de assalto.

Com o objetivo de ampliar os fatos, tirando deles o maior partido, buscou, também, sensibilizar os representantes das nações estrangeiras no Rio de Janeiro, através de manifestos enviados pelo correio. Um desses documentos, distribuído em junho, continha os seguintes trechos:

"Oficiais e Praças desertam do Exército e entregam aos revolucionários as armas e munições mais modernas; como fez Lamarca. São armas que a OTAN usa, como os FAL. O Sargento Prestes e seus companheiros são libertados da penitenciária pelos guerrilheiros urbanos. O espião ianque Charles Chandler é castigado pelos patriotas. A guerra revolucionária está em curso, chefiada no País por Carlos Marighella. Por favor, avise ao seu governo para que este não seja mal informado. Saudações. Ação Libertadora Nacional. 17/6/69".

No dia 25 de junho, com o objetivo de desmoralizar as Forças Armadas e disseminar o medo e a insegurança na população, foi colocada uma bomba na barraca do Exército instalada na Feira do Livro, na Praça Saens Peña, no Rio de Janeiro. Felizmente, para a multidão de inocentes que visitava a Feira, houve falha no dispositivo e a bomba não funcionou.

Em 15 de agosto, um comando da ALN, de doze elementos, tomou de assalto os transmissores da Rádio Nacional, em Piraporinha, no município de Diadema. Após espancarem o operador-chefe Libório Schuck e tomarem o revólver do guarda Raymundo Salustiano de Souza, os terroristas colocaram no ar uma fita gravada por Gilberto Luciano Beloque, contendo a mensagem "Ao Povo Brasileiro", de Carlos Marighella. Na mensagem, datada de junho de 1968, Marighella conclamava pelo prosseguimento e pela intensificação das ações de terrorismo na cidade, para que as tropas se mantivessem ocupadas e não pudessem intervir na área rural, onde, já em 1969, seria lançada a guerrilha rural.

Marighella tentava despistar o financiamento que recebia de Cuba, apresentando os assaltos à bancos como a única fonte de recursos da organização. Reiterava seus ataques ao imperialismo norte-americano e à "ditadura militar" e repetia os chavões da "luta prolongada" e da panaceia revolucionária representada pela "aliança armada de operários e camponeses".

Não tinham objetivo maior do que a propaganda dos ataques realizados a sentinelas e a viaturas de radiopatrulha. Embora esses homens estivessem isoladamente ou em dupla, no cumprimento do dever, e fosse fácil uma ação de grupos sobre eles, a repercussão desses atos visava a criar o medo, a demonstrar o poder da organização subversiva e a ineficiência dos meios de repressão. Com a mesma finalidade, foi feito o ataque com tiros de metralhadora à loja Mappin, que expunha material alusivo à Semana do Exército.

Não apenas os militares, mas seus familiares foram alvos da propaganda da ALN. Ela ora procurava justificar as ações terroristas que realizava, ora fazia ameaças aos familiares dos que a combatiam, principalmente aos filhos em idade escolar, trazendo intranquilidade e medo para o seio das famílias.

Prosseguindo suas atividades de guerra psicológica, a ALN remeteu às autoridades de São Paulo, dias antes de 7 de setembro, um manifesto recomendando que fossem suspensas todas as solenidades da Semana da Pátria, no Vale do Anhangabaú. No documento, a organização ameaçava realizar atos de terrorismo contra a população, responsabilizando as autoridades pelo que viesse a ocorrer. Além de aspecto psicológico, ações desse tipo desgastavam as forças de

segurança, que tinham por obrigação zelar pela vida e pela tranquilidade da população, empregando grandes efetivos para evitar uma ação terrorista desastrosa.

No final de outubro, o esquema noticioso na Europa (a que nos referimos no item anterior) começava a funcionar. Marighella concedia uma entrevista à revista francesa "Front", através de Conrad Detrez, onde expunha o seu ideário e a sua convicção de que "O Brasil será um novo Vietnã", título da reportagem. Quando a matéria foi publicada, já havia ocorrido a morte de Marighella.

Comentando o óbito, a revista Front estranhava o ocorrido, afirmando que sentira muita segurança no líder comunista durante a entrevista. Quanto às possíveis causas do acontecimento, a revista levantava hipóteses, procurando preservar a estratégia da organização e atribuindo a ocorrência a uma falha de compartimentação na vida clandestina do movimento – um "erro técnico" – a uma temeridade inconsequente de Marighella, que se expunha desnecessariamente, ou à "violência das torturas". Quanto às "torturas", a revista orientava uma campanha de denúncias e a previsão de medidas apropriadas no plano da organização.

14. ALN em Ribeirão Preto/SP e no Ceará

Em Ribeirão Preto, o grupo integrante da ALN, coordenado por Paulo Eduardo Pereira, era visto pela direção da organização, em São Paulo, como um organismo de apoio, de preparação e treinamento de guerrilheiros[248]. Seguindo a orientação de Virgílio e "Toledo", o grupo realizou o levantamento de estabelecimentos comerciais, casas de crédito e casas de armas, em Ribeirão Preto e em cidades vizinhas, com vistas a futuros assaltos. Realizou o mapeamento da região, locando áreas adequadas à implantação da guerrilha rural. Aliciou camponeses das cidades de Bebedouro e Pitangueiras, realizou treinamento de tiro com os mesmos, tendo feito um treinamento de tiro e de guerrilha num sítio de Águas Virtuosas, entre Serrana e Ribeirão Preto.

Dois militantes do grupo, Guilherme dos Santos Carvalho e Ary Almeida Noronha, mantinham um "aparelho" em São Paulo, onde recebiam instruções de Virgílio. Em 19 de abril, Guilherme foi preso na rodoviária de São Paulo com 10kg de clorato de potássio que seria utilizado em atos terroristas em Ribeirão Preto. No dia seguinte, foram presos Ary, em São Paulo, e Paulo Eduardo, em Ribeirão Preto.

Liberados pela polícia, após 2 meses de prisão, Paulo Eduardo e Ary Almeida foram procurados por Virgílio para reiniciarem as atividades. Durante a reunião, Virgílio, demonstrando o comprometimento a que se sujeitava um militante da ALN, propôs o assassinato de Guilherme, por ter delatado os dois à polícia. O assunto ficou para ser resolvido posteriormente, pois a proposta preocupara e assustara Paulo Eduardo e Ary.

O grupo, em meados de outubro de 1969, planejou e tentou realizar um atentado contra as Lojas Americanas de Ribeirão Preto. Por defeito de fabricação, as bombas incendiárias não explodiram. Foram encontradas por um funcionário da loja, no dia seguinte.

O grupo de Ribeirão Preto não conseguiu desenvolver nenhuma ação de vulto e, no início de novembro, com prisões em São Paulo, em Ribeirão Preto e em cidades vizinhas, foi desbaratado.

No Ceará, a ALN estruturou-se a partir da dissensão de militantes do PCB. José Sales de Oliveira, expulso do PCB, continuou mantendo contatos com os militantes do partido e formou um grupo que via na violência o caminho para a revolução no Brasil. Em 1968, com a radicalização no movimento estudantil, foi possível arregimentar mais adeptos para o grupo, inclusive militantes da AP que já haviam realizado expropriações armadas de mimeógrafos, além da fabricação e do lançamento de coquetéis molotov, durante as manifestações estudantis.

A ALN designou Sílvio de Albuquerque Mota para orientar os trabalhos exercidos por José Sales[249].

---

248 Faziam parte do grupo, na época: José e Nanci Marieto, Carlos Russo Júnior, Antonio de Souza, Darrier Carlos Galhardo, Patrocínio Henrique dos Santos, José Adolfo Granville, Toshio Tanaka, Carlos Leopoldo Teixeira Paulino, José Eduardo de Sales Rosemiro e Walnier Leon Carrijo.

249 No meio universitário de Fortaleza, foram aliciados os estudantes da UFCE Hélio Pereira Xavier, Gilberto Thelmo Sidney Marques, Faiani Cunha, Swami Cunha, Moema Correia São Tiago e Nilton Gurgel Barreto. Foram também recrutados o agente da Secretaria de Polícia Carlos Timoschenko Soares de Sales, o funcionário da Petrobras José Elven Siqueira, o funcionário do DNOS Gessé Jerônimo de Oliveira, a surpervisora da Enciclopédia Delta-Larrousse Jane Vasconcelos Dantas, o funcionário do DNER José Bento da Silva, o fotógrafo João Batista de Lima e o agricultor João Xavier de Lacerda ("Cambito"), ex-vereador do PTB. As ações da ALN, no referido período, foram: atentado à bomba nos elevadores da CBI, na Rua Formosa, em 16 de junho; assalto à empresa de ônibus "Viação Leste-Oeste", em 23 de junho; atentado à bomba contra uma subestação da Light, em Piquete, em 26 de junho; assalto simultâneo ao União de Bancos Brasileiros e à Caixa Econômica Federal, na Avenida Guapira, em Jaçanan, em 12 de julho; assalto à agência do Banco do Brasil, Santo André, em 8 de julho; primeiro assalto contra a União Cultural Brasil-Estados Unidos na Rua Oscar Porto, em 24 de julho; assalto ao Supermercado Pão de Açúcar, no Bairro Pinheiros, no final de julho; assalto à Agência do Banco Comércio e Indústria da Avenida São Gabriel, em 18 de agosto; atentado à bomba contra a agência da Light, em 24 de agosto; assalto à empresa Instrumental Berse Ltda, na Rua Agostinho Gomes nº 1662, em 29 de agosto; assalto à Agência do Banco Itaú – América na Rua Pamplona, em 9 de setembro; segundo assalto à Agência do Bradesco, na Rua Major Diego, em 22 de setembro.

A única ação do grupo, em 1969, foi a frustrada tentativa de assalto, no dia 4 de dezembro, à Agência São Sebastião do Banco Mercantil do Ceará. Ronaldo Dutra Machado, do Grupo de Ação da ALN da Guanabara, encontrava-se em Fortaleza para assessorar e participar da ação junto a ALN/CE. José Sales de Oliveira e mais outros militantes entraram no banco, enquanto o resto do bando dominou o guarda que se encontrava na porta, retirando-lhe a metralhadora.

O guarda conseguiu escapar e entrou correndo no banco. Generalizou-se um intenso tiroteio, frustrando o que seria o primeiro assalto da ALN, no Ceará[250].

15. ALN no Planalto Central

Desde 1967, o Comitê Metropolitano do PCB de Brasília (CM/PCB/BSB) preparava-se para a luta armada. Sob a supervisão do Comitê Central, seus membros realizaram, em Paracatu/MG, exercícios de guerrilha, com treinamentos de tiro, execução de marcha e confecção de bombas com explosivos. Sob a liderança dos advogados Thomas Miguel Pressburger e Raimundo Nonato dos Santos, o CM/PCB/BSB, por ser partidário da luta armada, afastou-se do partido, após o VI Congresso, e aproximou-se do Grupo de Marighella, o AC/SP.

No segundo semestre de 1968, chegou a Brasília um militante do AC/SP, Edmur Péricles de Camargo, que seria o responsável pelo levantamento de áreas para implantação da guerrilha rural em Goiás e em Minas Gerais, junto com o pessoal do antigo CM/PCB/BSB.

No início de 1969, os levantamentos no campo já haviam sido realizados, e Edmur aguardava uma definição da direção da ALN sobre o prosseguimento das atividades ligadas à guerrilha rural.

Na terça-feira de carnaval de 1969, foi realizado um assalto ao posto de identificação da Asa Norte, de onde foram roubadas mais de cem cédulas de identidade, uma máquina de escrever e carimbos[251]. Foi a primeira ação da organização em Brasília, a qual, em seguida, provocaria as primeiras "quedas" da ALN na capital federal. Desencadeada uma operação, foram presos quatorze subversivos, a maioria oriunda do antigo CM/PCB/BSB[252].

Sofrido este primeiro abalo, o grupo recompôs-se sob a liderança de José Carlos Vidal, Jorge Alberto Bittar e Jaime Hélio Dick. Foi estabelecido o contato com George Michel Sobrinho e com Flávio Tavares, por intermédio de Roberts Pericris Vitoriano Gomes.

Rearticulado, o grupo assaltou, no dia 7 de maio, o Cine Karin, em Brasília[253] e, passado algum tempo, um posto de gasolina.

A integração do Soldado do Exército Paulo Cesar Lopes da Silva Rodrigues ao grupo rendeu dividendos preciosos para a ALN. Como integrante do grupo, foi orientado para agir em proveito do movimento subversivo. Dias antes de desligar-se do Batalhão de Polícia do Exército de Brasília (BPEB), Paulo Cesar retirou 2 metralhadoras INA da reserva de armamento da 3ª Companhia, e as entregou a José Carlos Vidal. Anteriormente, passara uma relação, contendo nomes, endereços e telefones dos oficiais do BPEB, e um croqui da unidade. Furtou, ainda, um documento sigiloso, que mais tarde foi encontrado no escritório do ex-coronel comunista cassado Nicolau José de Seixas, o mesmo que havia cedido a Flávio Tavares as metralhadoras para as ações do MAR.

Em agosto de 1969, Jeová Assis Gomes, enviado de São Paulo por "Toledo", fez contato com José Carlos Vidal para estabelecer as diretrizes do trabalho no campo. Nas reuniões, realizadas em Taguatinga, ficou decidido o deslocamento de pessoal para a área de Goiânia e Anápolis. Vários elementos foram deslocados para Goiânia. A intenção inicial era formar uma rede de apoio para a futura guerrilha rural.

Jeová recebeu dinheiro de Marighella e arrendou a Fazenda Embira, no município de Goiânia, na rodovia Goiânia-Nerópolis. Fazia frequentes contatos com José Carlos Vidal, em Brasília, e recebia recursos para manter o grupo em Goiânia. Na Fazenda Embira, o grupo realizava treinamentos de tiro e de guerrilhas. Jeová recebeu de José Carlos duas metralhadoras INA e uma pistola, e, de São Paulo, dois fuzis FAL com munição, enviados por "Toledo" para o treinamento do grupo.

Em setembro e outubro, em função das investigações sobre o desaparecimento do estudante menor Carlos Gustavo do Nascimento, em Brasília, ficou configurada a trama subversiva que provocou o desmantelamento da ALN, em

---

[250] Participaram dessa tentativa: Fabiani Cunha, Francisco William de Montenegro Medeiros, Maurício Anísio de Araújo, Adolfo Sales de Carvalho, Gilberto Thelmo Sidney Marques e Ronaldo Dutra Machado.

[251] Participaram do assalto: Luís Werneck, Jorge Alberto Bittar, José Carlos Vidal, Roberts Pericris Vitoriano Gomes e mais um elemento.

[252] Foram presos na operação desencadeada em Brasília, entre outros: Raimundo Nonato dos Santos, Clóvis Bezerra de Almeida, Amilcar Coelho Chaves, José Ribamar Lopes, João Guedes da Silva, Francisco Gonçalves Vieira, Luís Werneck de Castro Filho e Thomas Miguel Pressburger.

[253] A equipe assaltante era composta de Jaime Hélio Dick ("Joca"), Guilherme Modesto Gonzaga ("Gustavo"), Gastão Estelita Lins de Salvo Coimbra ("Lucas"), George Miguel Sobrinho e o Soldado do Exército Paulo Cesar Lopes da Silva Rodrigues ("Caju").

Brasília e em Goiânia. Na ocasião, ficou constatado que na casa do diplomata Marco Antônio de Salvo Coimbra – que estava servindo na embaixada do Brasil na Romênia – funcionava um "aparelho" da ALN.

Lá foram presos Marcos Estelita Lins de Salvo Coimbra, Gastão Estelita Lins de Salvo Coimbra, o menor Carlos Gustavo do Nascimento, Benedito José Cabral e Ricardo Moreira Pena. O grupo preso tinha em seu poder uma metralhadora INA e dez revólveres de diversos calibres, que eram utilizados nos treinamentos.

As "quedas" prosseguiram, inclusive com a prisão de José Carlos Vidal, e foi constatado que a grande maioria de estudantes presos era de secundaristas do Centro Integrado de Ensino Médio e do Colégio Elefante Branco.

No final de outubro, em consequência das prisões em Brasília, iniciou-se o desmantelamento da organização em Goiânia, com a prisão de diversos universitários egressos da UnB e de um repórter do Correio Braziliense, José Anibas de Moraes. Foi apreendido farto armamento, inclusive os dois FAL que haviam sido remetidos de São Paulo[254].

Culminando com a operação dos órgãos de segurança, foi preso, a 12 de novembro, Jeová Assis Gomes, o coordenador da implantação da área estratégica em Goiás. O plano do grupo, de acordo com orientação recebida de Marighella em São Paulo, era desencadear ações de guerrilha no norte de Goiás, enquanto São Paulo era mantida como área prioritária para ações de guerrilha urbana.

16. ALN - Ações na Guanabara

No Rio de Janeiro, os adeptos de Marighella iniciaram a preparação para a guerrilha. Do início do ano até abril, limitaram-se a treinamentos e distribuição de textos de Marighella[255].

Apesar da descentralização característica da ALN, João Batista e Zilda de Paula Xavier Pereira podiam ser considerados os coordenadores da ALN na Guanabara, em função da ligação que tinham com Marighella.

Em março, um grupo de estudantes, liderado por Carlos Eduardo Fayal de Lira, que estava em contato com a Ala Vermelha, resolveu por seu ingresso na ALN[256].

A primeira ação da ALN na Guanabara foi a tentativa de assalto ao Cine Ópera, na praia de Botafogo, em 27 de abril de 1969, sob o comando de Domingos Fernandes. Os subversivos[257] entraram no saguão do Cine Ópera, e, de armas na mão, dirigiram-se à bilheteria. Foram obstados pelo guarda Antônio Guedes de Moraes, que sacou a arma, dando início ao tiroteio. José Pereira da Silva e Domingos Fernandes descarregaram suas armas na direção do guarda Antônio, que, ao final, ficou prostrado no saguão, baleado. Surpreendidos, os terroristas debutantes retiraram-se sem conseguir perpetrar o roubo.

O fracasso da ação provocou uma autocrítica na ALN/GB. Não estavam preparados para ela. Tal constatação provocou a ida para o Rio de Janeiro de Frei Osvaldo Augusto de Rezende Júnior ("Cláudio"), orientador dos dominicanos em São Paulo, para estruturar a organização.

Com o reforço do grupo de Fayal e o assessoramento de Frei Osvaldo, a ALN/GB reencetou suas atividades. No dia 12 de junho, era assaltada a Agência Uruguai do Banco Boa Vista. O levantamento, com a intenção de ensinamento, foi realizado pelo próprio Frei Osvaldo, assessorado por Valentim Ferreira. O assalto, comandado por Domingos Fernandes, teve sucesso. Foram arrecadados quatro mil cruzeiros novos.

A partir dessa ação, a ALN/GB realizou uma série de assaltos bem-sucedidos: no dia 8, a Agência São Cristóvão do Banco de Crédito Territorial, na Rua Bela, nº 597; no dia 12, a agência de automóveis Novocar, na Rua Uruguai, nº 234; no dia 29, a Agência Saens Peña do Banco do Estado de Minas Gerais, situada na Rua Carlos de Vasconcelos[258]. Essas ações, porém, ensejaram a atuação dos órgãos de segurança e, ainda em julho, foram presos Newton Leão Duarte e Jorge Wilson Fayal de Lira, quando iam apanhar um carro roubado, para a realização de uma ação.

---

[254] Foram presos em Goiânia: Marcio José dos Santos, Jorge Alberto Bittar, Aldir Silva de Almeida Nunes, Arthur Carvalho Neto, José Anibas de Moraes e Aristeu Romão dos Santos, à exceção dos dois últimos, que eram, respectivamente, jornalista e pedreiro, todos os demais eram estudantes e universitários

[255] Compunham esse grupo, entre outros: José Pereira da Silva, Domingos Fonseca, Aldo Sá Afonso Miranda da Costa Rodrigues, Marcos Nonato da Fonseca e Aldo Sá Brito de Souza Neto.

[256] O novo grupo que engrossava as hostes da ALN/CB era constituído por: Ronaldo Dutra Machado, Newton Leão Duarte, Flávio de Carvalho Molina, Frederico Eduardo Mayr, Jorge Wilson Fayal de Lira, Paulo Henrique Oliveira da Rocha Lins e Jorge Raimundo Júnior.

[257] Participaram dessa ação: José Pereira da Silva, Carlos Eugênio Coelho Sarmento da Paz, Aldo Sá Brito Souza Neto, Luís Afonso Miranda da Costa Rodrigues e o Dr. Iberê Brandão Fonseca.

[258] Faziam parte do bando assaltante: Dulce Chaves Pandolfi, que se amasiara com Ronaldo Dutra Machado, Carlos Roberto Nolasco Ferreira e Nelson Luís Lott de Morais Costa, neto do Marechal Lott.

As prisões geraram uma crise de segurança na Regional Guanabara da ALN. Até então, nenhum dos militantes tinha-se "queimado", todos tinham vida legal. O caminho era a clandestinidade. O grupo de Domingos Fernandes, através de Francisco Eduardo Sebrão, conseguiu um "aparelho" em São Cristóvão, na Rua Mourão do Vale, que teria a finalidade de guardar militantes que estivessem sendo perseguidos, além de servir de depósito para as armas da organização.

A polícia chegou à residência de João Batista Xavier Pereira, mas este já havia abandonado o local com a sua empregada, Maria José Silvério, que se havia tornado sua amante. O material de sua casa seria encontrado, mais tarde, na garagem da residência de Maria Antonieta Campos da Paz, no Jardim Botânico.

Zilda de Paula Xavier Pereira foi presa na Rua dos Araújos 76, casa 5. Após varias peripécias, acabou internada no Hospital Pinel, de onde fugiu, em meados do ano seguinte, para o exterior.

Em agosto, Ronaldo Dutra Machado recebeu de Marighella a incumbência de fazer contato com um grupo em Recife e "ganhá-lo" para a ALN. Ronaldo manteve contato com Francisco Vicente Ferreira, o líder do grupo, e convenceu-o a atuar dentro da orientação preconizada por Marighella. Ronaldo retornou ao Rio de Janeiro, mas ficou com a responsabilidade de orientar as atividades na área do Nordeste.

Nessa época, foram "passados", para São Paulo, Sebastião Mendes Filho e Joseph Berthold Calvert. Eram comuns essas transferências de área, seja para que fosse retirado do País, seja para atuar em outra área, sempre que o militante estivesse "queimado" ou com problemas de segurança. De São Paulo, foram atuar no Rio de Janeiro, em setembro, Aton Fon Filho e Maria Aparecida da Costa.

No dia 4 de setembro, a nação foi surpreendida com o primeiro sequestro no País. Em "frente", a ALN participara do sequestro do embaixador dos Estados Unidos da América.

No dia 9 de setembro, a ALN realizou mais uma ação audaciosa para "expropriação" de armas. Nesse dia, em dois Volkswagen, a organização atacou dois soldados da Polícia Militar do Estado da Guanabara (PMEG), que, armados de metralhadoras, patrulhavam as dependências da TV Excelsior, na Rua Visconde de Pirajá. Foram rendidos os soldados PMEG Sérgio Rodrigues Teixeira e Hélio Guimarães Monteiro, sendo que o primeiro levou violenta coronhada na cabeça, desferida por Ronaldo Dutra Machado. As metralhadoras foram incorporadas ao arsenal da ALN/GB.

Em outubro, quando de sua volta ao Nordeste, Ronaldo Machado retomou seu contato em Recife e encontrou o grupo de Francisco Ferreira, reforçado por elementos do PCBR conhecidos como "pessoal do racha"[259].

Em 19 de dezembro, o grupo, já então contando com a assistência permanente de Ronaldo, que se estabelecera em Recife junto com Dulce Chaves Pandolfi, assaltou a Agência Cavaleiro, do Banco Financial, em Jaboatão.

A partir do dia 8 de dezembro, iniciaram-se as "quedas" de fim de ano da ALN/GB. Maria Aparecida Costa foi presa, em companhia de Valentim Ferreira, quando foi reconhecida, por acaso, por um policial paulista em férias no Rio de Janeiro. Valentim, estudante de 18 anos, guardava em sua casa, na Rua das Palmeiras 77, casa 4, em Botafogo, um fuzil Mauser com munição, um mimeógrafo e vários estênceis prontos para rodar. Era o "aparelho" de imprensa da organização.

Em decorrência da prisão de Maria Aparecida, foram presos, em 19 de dezembro, Aton Fon Filho e Linda Tayah – militante do setor de apoio –, na rua Domingos Soares, nº 21. No dia seguinte, no mesmo endereço, era preso Domingos Fernandes, que "abriu" o "aparelho" da Rua República do Peru, 143/1166, onde foi presa sua esposa, Tânia Regina Rodrigues Fernandes.

Foram presos, também em dezembro, os irmãos Pedro Henrique e Alfredo Carlos de Miranda Pacheco, donos da Agência de Turismo Riviera, na Rua Erasmo Braga, 227/419. Através da Agência, a ALN mandava para o exterior os militantes que iam fazer curso em Cuba. Os irmãos Miranda Pacheco facilitavam a saída para o exterior de elementos com nomes falsos.

A ALN no Rio de Janeiro praticou, ainda em 1969, uma série de assaltos para sobrevivência: à Agência Catete do Banco Novo Mundo, em 27 de agosto; à Agência Bonsucesso do Banco de Crédito Territorial, em 25 de setembro; a Agência da Rua Bela do Banco da Bahia, em 15 de outubro; à firma Construtora Presidente, na Rua Mayrink Veiga 11, 2º andar, em 29 de novembro; à Agência Castello do Banco Bordalo Brenha, em 5 de dezembro; e à Agência Méier do Banco da Bahia, em 16 de dezembro.

17. ALN - As "quedas" em São Paulo

Após as prisões e mortes ocorridas no início do ano, no mesmo dia em que assaltava a União de Bancos Brasileiros, em Suzano, no dia 7 de maio, a ALN sofreria mais três "quedas". Seriam presos, na esquina das ruas 19 de Janeiro e Mirassol, em São Paulo, os militantes Rolando Fratti, Alexandre Malavazzi e José Jofre de Farias.

A partir de agosto, a ação dos órgãos de segurança atingiria profundamente a organização. No dia 8, o grupo de ação de José Wilson Lessa Sabag assaltou o Curso Objetivo, na Rua Tomaz Gonzaga, de onde levou oito mil cruzeiros novos em dinheiro e doze mil em cheques. Resolveram depositar os cheques na conta que Antenor Meyer tinha, sob o nome falso de Luiz Rodolfo Goldman.

---

[259] Ronaldo travou contato com Rholine Sonde Cavalcanti Silva, Luciano Almeida, Perly Cipriano e Maurício Anísio de Araújo.

Temerosos em verificar se os cheques haviam sido compensados, os terroristas resolveram fazer a compra de um gravador na loja Lutz Ferrando, na esquina da Rua São Luiz com Avenida Ipiranga, pagando com um cheque em nome de Luiz Rodolfo Goldman. A loja, ao tentar descontar o cheque, foi informada de que a conta tinha sido alimentada com cheques roubados, e que a polícia deveria ser avisada, caso os compradores retornassem para apanhar a compra.

No dia seguinte, bisonhamente, dirigiram-se à loja, num Volkswagen, Antenor Meyer, José Wilson Lessa Sabag, Francisco José de Oliveira e Maria Augusta Thomaz. José Wilson e Francisco entraram na loja. Enquanto Antenor ficava ao volante, a mulher saltava do carro e se postava na calçada. Fingindo que ia apanhar o gravador, um funcionário alertou três guardas civis que tinham sido colocados na vigilância. Ao dar voz de prisão aos terroristas, os guardas e aqueles que estavam dentro da loja viram-se envolvidos num intenso tiroteio iniciado pelos terroristas. O guarda civil João Szelacsok Neto ficou ferido com um tiro na coxa e o funcionário da Lutz Ferrando, José Getúlio Borba, ferido na ocasião, veio a falecer mais tarde. Maria Augusta evadiu-se ao iniciar o conflito. Os terroristas José Wilson, ferido no braço esquerdo, e Francisco conseguiram retornar ao carro que arrancou rapidamente na direção da Rua da Consolação.

O acaso obrigou o carro a ficar retido no primeiro semáforo. Teve início a perseguição. Francisco conseguiu sair do carro e abandonar o local. José Wilson e Antenor permaneceram na expectativa do sinal abrir. Só abandonaram o veículo, ao observarem que um dos guardas civis falava com o soldado da FPESP que se encontrava no local. Perseguidos, os dois terroristas correram para o edifício da Rua Epitácio Pessoa, 162, onde, no apartamento 46, morava um apoio de Antenor, de nome Roberto Ricardo Cômodo.

Acolhidos no apartamento, os terroristas verificaram que o prédio estava cercado, ocasião em que Antenor propôs a José Wilson que se entregassem. Este, fanatizado pelas ideias de Marighella, recusou-se e afirmou que resistiria à prisão. Enquanto Roberto Cômodo descia para tentar despistar a polícia, Antenor subia as escadas, tentando, sem sucesso, homizio em outros apartamentos. Desesperado, ao atingir o 7º andar, resolveu escapar por um encanamento d'água existente na parte externa do edifício. Ao atingir o 4º andar, não aguentou o peso de seu corpo e estatelou-se na área interna, sendo preso com uma perna e a bacia fraturadas. José Wilson, adotando uma atitude suicida, matou a tiros o soldado da FPESP João Guilherme de Brito, quando o apartamento foi invadido, refugiando-se no banheiro. Instado a entregar-se, manteve-se irredutível e, quando saiu, desalojado por bombas de gás, o fez de forma violenta, atirando em todas as direções, obrigando os policiais a revidarem, o que provocou a sua morte. Roberto Ricardo Cômodo foi preso sem resistir à prisão.

Carlos Eduardo Pires Fleury, que auxiliava Virgílio Gomes da Silva na coordenação do GTA, assumiu o controle do grupo de ação de José Wilson. A violência não podia parar. No dia seguinte, pela manhã, Ishiro Nagami, que se havia ligado ao grupo de José Wilson, ao conduzir uma poderosa bomba no Volkswagen azul, placa 44-52-77, para um atentado, foi surpreendido pela explosão prematura do petardo, morrendo estraçalhado junto a outro terrorista. A explosão deu-se às 5h45min, na Rua da Consolação, defronte ao nº 758, na esquina da Rua Maria Antônia, e o desditoso acompanhante de Nagami, desintegrado na explosão, não foi identificado.

O final de setembro seria melancólico para a ALN em São Paulo. No dia 24, elementos do GTA foram surpreendidos na Alameda Campinas, quando iam apanhar dois carros roubados para praticar ações. Como era de se esperar, pela mística que envolvia os elementos pertencentes ao grupo, a resistência à prisão foi violenta. Após cerrado tiroteio, feridos, foram presos Takao Amano, Luís Fogaça Balboni e Carlos Lichtsztejn. Na confusão, conseguiu evadir-se Manoel Cyrillo de Oliveira Netto. Luís Fogaça não resistiu aos ferimentos e morreu na mesma data, no Hospital das Clínicas.

Em consequência desse encontro, graças ao trabalho intensivo dos órgãos de segurança, no espaço de uma semana, foi desbaratado o GTA da ALN e parte do setor de apoio. João Katsonobu Amano foi preso, na madrugada de 25 de setembro, na pensão onde residia com seu irmão Takao.

Francisco Gomes da Silva, preso na noite de 28 de setembro na pensão onde morava, indicou a residência de Antonio Carlos Fon, na Avenida Duque de Caxias, 312, apartamento 23, local em que estavam homiziados dois perigosos terroristas. De uma forma previsível, o coordenador do GTA, Virgílio Gomes da Silva, reagiu à bala, vindo a falecer em consequência dos ferimentos recebidos. Maria Aparecida dos Santos, a outra foragida, foi presa com o dono da casa.

Celso Antunes Horta foi preso no dia 29 de setembro, ao "cobrir o ponto" que tinha marcado com Francisco Gomes da Silva.

No "Solar dos Brizolas", em São Sebastião, também por indicação de Francisco, foram presos, em 30 de setembro, Ilda Martins da Silva, esposa do falecido Virgílio, e Manoel Cyrillo de Oliveira Netto.

A onda de prisões continuou. No dia 30 de setembro, Carlos Eduardo Pires Fleury foi preso na casa de José Paulo Reis, na Praça Floriano Peixoto, nº 12, apartamento 32, em Santo Amaro. O dono da casa, dentista e oficial R/2, foi preso na mesma ocasião e confessou que o "aparelho" era depósito da ALN. Ainda no dia 30, foram presos José Luiz Novaes Lima e Gotran Guanaes Netto, ambos do setor de apoio.

Márcio Beck Machado, militante do setor de apoio, foi detido, também no dia 30 de setembro, na rua Maria Antônia, em frente à Universidade Mackenzie. Quando era conduzido para a viatura policial, três elementos que faziam a sua cobertura intervieram, atirando e ferindo o agente do DPF/SP Cláudio Ernesto Canto. Aproveitando-se da confusão, Márcio evadiu-se com os demais militantes, enquanto Cláudio Ernesto Canto, apesar do pronto atendimento, veio a falecer mais tarde em consequência dos ferimentos.

No dia 19 de outubro, foi preso, em São Sebastião, o coordenador do setor de apoio Paulo de Tarso Venceslau, em vigilância montada pela força policial local, no "Solar dos Brizolas". Na mesma data, era preso mais um militante do setor de apoio, Abel Bella.

Terminando as "quedas", foram presos, ainda em outubro, Carlos Alberto Lobão da Silveira Cunha e Denison Luiz de Oliveira, remanescentes do grupo de Takao Amano. Essa ação fulminante dos órgãos de segurança resultou na prisão de dezenove terroristas e no "estouro" de doze "aparelhos". O grupo de ação de Takao Amano foi todo preso. O grupo de Carlos Eduardo Pires Fleury, acéfalo, também sofreu consideráveis perdas, que, somadas ao desaparecimento da indiscutível liderança de Virgílio Gomes da Silva, desestruturaram a ALN em São Paulo.

Essas "quedas" criaram uma crise de segurança na organização. Maria Aparecida da Costa e Aton Fon Filho fugiram para o Rio de Janeiro a fim de aguardar uma oportunidade de saírem do País. Coincidentemente, o deslocamento desses dois militantes serviu para reforçar a estrutura da ALN na Guanabara.

Vários terroristas remanescentes do GTA de São Paulo fugiram para o Uruguai. Esses elementos, após esbanjarem o dinheiro dos assaltos, hospedando-se em hotéis de luxo e fazendo turismo, dirigiram-se para Buenos Aires, onde, no dia 4 de novembro, sequestraram o Boeing 707, da Varig, prefixo PP-VJX, que fazia o voo Buenos Aires-Santiago. Com nomes falsos e chefiados por Aylton Adalberto Mortati, oito terroristas, entre eles Rui Carlos Vieira Berbet, Maria Augusta Thomaz, Lauriberto José Reyes e Marcílio Cesar Ramos Krieger fizeram com que o avião se desviasse para Cuba. Os passageiros foram mantidos, durante todo o tempo, sob tensão, ameaçados com armas e dinamite. Os sequestradores distribuíram panfletos e leram um manifesto atacando o governo brasileiro. Em Cuba, além de se protegerem contra a perseguição policial, os terroristas tiveram a oportunidade de frequentar o curso de guerrilhas, proporcionado por Fidel Castro aos militantes da organização subversiva.

Por intermédio de Paulo de Tarso, coordenador do setor de apoio em São Paulo (que, como vimos, fora preso em 19 de outubro), foi desmantelado o restante deste setor, com várias prisões, desmascarando a velada atuação dos frades dominicanos.

No dia 2 de novembro, foram presos, no Rio de Janeiro, os freis Fernando e Ivo. No dia 3, já em São Paulo, Frei Fernando "abriu" a rede de apoio da ALN. Foram presos em São Paulo: os freis Tito e Jorge; Carlos Guilherme Penafiel, ex-repórter da "Folha da Tarde", responsável pelas fotos para documentos falsos; o casal Luís Roberto Clauzet e Rosemeire Nogueira Clauzet, ele, ex-diretor da "Folha da Tarde"; João Antônio Caldas Valença, ex-frei Maurício, responsável pelo setor da imprensa; Roberto de Barros Pereira, engenheiro do metrô que registrou um carro da organização em seu nome; Manoel Carlos Guimarães Morais, engenheiro que emprestou o carro para levar "Toledo" para o Uruguai, no final de setembro; e Genésio Homem de Oliveira, que emprestava a sua casa para reuniões de Joaquim Câmara Ferreira ("Toledo"). Todos os elementos presos, além das atividades específicas, prestavam-se a homiziar os fugitivos da organização.

Os dominicanos "abriram", também, o esquema de saída para o Uruguai, provocando a prisão de Frei Beto no Rio Grande do Sul.

Para culminar a série de delações, Frei Fernando, apesar de conhecer o temperamento de Marighella, que não admitia ser preso com vida, "abriu" o esquema de contato e levou a polícia ao "ponto" da Alameda Casa Branca, onde morreu o líder comunista. Apesar de uma série de alegações, as esquerdas não perdoaram Frei Fernando de Brito com seus seguidores por essa fraqueza, que privou a "revolução brasileira" de seu líder mais respeitado.

18. Os dominicanos levam Marighella à morte

A persistência e o trabalho de inteligência desenvolvidos pelos Órgãos de Segurança, em São Paulo, levaram à conclusão da possibilidade de Paulo de Tarso Venceslau fornecer os dados que conduzissem ao alvo principal da operação: Carlos Marighella.

Preso desde o dia 19 de outubro, Paulo de Tarso, negava-se a admitir a possibilidade de contatar o líder da organização. Enfim, pressionado insistentemente pela pergunta "Onde buscaria contato com a organização, caso fosse colocado em liberdade?", acabou confessando que a chave era o fone 62-2324, pertencente ao Convento dos Dominicanos, nas Perdizes. Em seguida, forneceu o nome de Frei "Ivo", pessoa a quem procuraria.

Esse dado ia ao encontro das informações prestadas por Isaías do Vale Almada, militante da VPR, por ocasião de sua prisão, em março, quando denunciou a participação de Frei Carlos Alberto Libânio Christo (Frei Beto), da Ordem Dominicana, como integrante de organização terrorista.

No prosseguimento das investigações, apurou-se que Frei Yves do Amaral Lesbaupin (Frei "Ivo") faria uma viagem ao Rio de Janeiro, no dia 2 de novembro, domingo, para fazer contato para a organização. O encontro seria com o ex-monge beneditino Sinval Itacarambi Leão (Frei "Timóteo"), com quem já havia feito contato, em julho, para verificar a possibilidade de infiltração no meio religioso do Rio de Janeiro. Frei Ivo apresentaria Frei Timóteo a Frei Fernando de Brito, que havia assumido a coordenação dos dominicanos da ALN em São Paulo.

No Rio de Janeiro, após uma operação de vigilância, Frei Fernando e Frei Ivo foram presos no interior de um ônibus. Levados a prestar esclarecimentos num órgão policial, os religiosos admitiram que estavam no Rio de Janeiro para fazer contatos políticos. Mais tarde, o ex-monge Sinval Itacarambi Leão foi preso pela polícia carioca.

Levados para São Paulo, Frei Fernando e Frei Ivo "abriram" toda a estrutura de apoio da ALN que estava sob responsabilidade dos dominicanos, incluindo atividades de aliciamento, imprensa, fornecimento de documentos falsos, homizio de terroristas, etc. Em consequência das declarações dos dois religiosos, foram desencadeadas, dentro do maior sigilo, as prisões dos integrantes do setor de apoio em São Paulo, incluindo outros religiosos dominicanos.

Frei Fernando admitiu que era o responsável pela coordenação das atividades do setor de apoio da ALN em São Paulo, e que mantinha contatos com Marighella, desde a saída de Frei Osvaldo de São Paulo, em junho. Marighella combinou que, quando desejasse fazer contato com os dominicanos, ele, ou um preposto, ligaria para a Livraria Duas Cidades, na Rua Bento Freitas, nº 158, em São Paulo, de propriedade dos dominicanos, e, por meio de senhas pré-estabelecidas, marcaria o contato no Rio de Janeiro ou em São Paulo, em horários e lugares pré-combinados.

A senha "Aqui é o Ernesto, ou aqui é por parte do Ernesto. Esteja hoje na gráfica" significava que o contato seria na Alameda Casa Branca, na altura do número 800, às 20 horas, em São Paulo[260]. Já a senha "Aqui é o Ernesto ou aqui é por parte do Ernesto. A tradução está pronta e você pode vir buscá-la" estabelecia que o contato seria na esquina da Rua Dias da Cruz com Rua Carolina Santos, no Méier, na cidade do Rio de Janeiro, às 20 horas.

Após colaborar nas prisões e confessar o esquema de contato com Marighella, Frei Fernando foi levado, no dia 4, para o seu local de trabalho, na Livraria Duas Cidades. Ao atender o telefone, às 16 horas e 30 minutos, escutou: "Aqui é por parte do Ernesto. Esteja hoje na gráfica".

A partir daí, foi montado um dispositivo, e os freis Ivo e Fernando dirigiram-se para o local do encontro, no Volkswagen da organização que se encontrava em nome de Roberto Barros Pereira. Quinze minutos antes da hora combinada, o carro dos dominicanos estacionou em frente ao número 806 da Alameda Casa Branca e desligou as luzes. Toda a área em redor estava sendo vigiada.

Por volta das 19 horas e 50 minutos, desceu a rua, a pé, um indivíduo mulato, indo parar próximo do carro onde se encontrava um delegado do DEOPS/SP com a investigadora Estela Borges Morato, representando um casal de namorados. O delegado, simulando estar se sentindo incomodado com a indiscrição do tal indivíduo, ligou o carro, arrancou até uns poucos metros adiante, parou e desligou as luzes. Em seguida, continuou encenando o namoro. O desconhecido permaneceu observando o carro do delegado cerca de cinco minutos, após o que, desceu a rua, passou pelo carro, parou novamente e seguiu no sentido rua abaixo.

Às 20 horas, Carlos Marighella subiu a Alameda Casa Branca, no sentido contrário ao percorrido pelo seu segurança. Caminhava pela calçada oposta a que estava estacionado o carro dos religiosos. Quando atingiu a altura onde estava parado o carro, atravessou a rua em linha reta e, aproximando-se do veículo, cumprimentou os frades. Frei Fernando desceu do carro para permitir a entrada de Marighella no banco traseiro.

Neste exato momento, a equipe de policiais que estava próxima, acercou-se do carro e deu voz de prisão, ordenando que Marighella saísse com as mãos para o alto. Conforme o combinado, os dominicanos saltaram do carro. Marighella, em vez de obedecer, abriu uma pasta de couro que trazia consigo e tentou empunhar um revólver Taurus calibre 32. Diante do gesto de resistência, os policiais atiraram. Quase instantaneamente, estabeleceu-se violento tiroteio na Alameda Casa Branca. Os demais veículos do dispositivo cercaram o quarteirão, mas não conseguiram impedir a fuga de dois carros suspeitos.

Um terceiro carro, marca Buick, com um ocupante, rompeu o cerco policial e continuou a avançar, mesmo após tiros e gritos de advertência, com um dos pneus traseiros furado. Dando a nítida impressão de tratar-se da cobertura de Marighella, o veículo foi metralhado, tendo seu único ocupante falecido no local. Tratava-se de Friedrich Adolf Rohrnann, residente à Rua Flórida, nº 135, em Santo Amaro. Era dentista, sem antecedentes criminais ou policiais. Pelo que foi apurado, Friedrich sofria de neurose de guerra e deve ter sofrido um desequilíbrio emocional ao ouvir o tiroteio, tentando romper o cerco policial.

Carlos Marighella usava roupa esporte e tinha nos bolsos alguns rascunhos, miudezas, cerca de mil dólares e duas cápsulas de cianureto. Usava identidade falsa, em nome de Mário Reis Barros, expedida pelo Instituto Pereira Faustino, do Estado do Rio de Janeiro.

Quanto ao tiroteio que envolveu os policiais empenhados na operação, ficou razoavelmente esclarecido que os dois carros que conseguiram escapar faziam parte da segurança de Marighella. Na penumbra da rua e sem ter noção exata do que ocorria, seus ocupantes resolveram abrir à bala o caminho para a fuga.

No entrevero, o delegado do DEOPS/SP Rubens Cardoso de Mello Tucunduva foi ferido à bala, na coxa esquerda. A investigadora do DEOPS/SP Estela Borges Morato, atingida gravemente na cabeça, veio a falecer no dia 7 de novembro. Perdíamos, assim, mais uma valente brasileira no cumprimento do dever.

O terror perdia o seu maior inspirador. Os Freis Fernando e Ivo, depositários da confiança de Marighella, fraquejaram diante da realidade da prisão e do desmascaramento.

---

[260] Antes desse local, era utilizada a Rua Teodoro Sampaio, na altura do número 40, mas foi mudado, pois Marighella o achava muito perigoso.

19. ALN – Remanescentes reestruturam-se em São Paulo

Durante a última reunião de autocrítica, realizada por convocação de Marighella e por ele dirigida, em setembro, foi ressaltada a importância de São Paulo, principal ponto de sustentação da organização. Isto, porque as coordenações regionais da Guababara e de Minas Gerais se encontravam desorganizadas, sendo que a segunda estava praticamente desarticulada com a "queda" de Marco Roberto Zanconato e da maioria dos militantes da Corrente. Marighella mal podia prever que, a partir do final desse mês, exatamente a Regional de São Paulo seria profundamente afetada num processo que culminou com a sua própria morte e, em consequência, com a desestruturação de uma das mais bem montadas redes de apoio e dos Grupo de Ação (GA) do GTA de São Paulo.

Desarticulados os GA, Guiomar Silva Lopes, remanescente do grupo Fleury, assumiu sua direção. O grupo, que contava com cinco militantes, passou a usar a denominação de Comando "Virgílio Gomes"[261]. A fim de auxiliar o soerguimento e a continuidade da ação do GTA, foram deslocados, do Rio de Janeiro para São Paulo, Carlos Eugênio Coelho Sarmento da Paz ("Clemente") e Ana Burnsztyn. A seguir, Édio Aparecido de Lima e mais um militante juntar-se-iam a esse grupo.

De qualquer forma, a constituição açodada de grupos, com desprezo pelas normas de segurança, demonstrava a falta de quadros para substituir os elementos preparados para a ação militar.

Em função das "quedas", a ALN, necessitando assaltar para sobreviver, solicitou e obteve apoio das organizações partidárias da luta armada, em São Paulo, para a realização de uma ação. Apoiada pela VPR, pelo MRT e pela REDE, a ALN realizou, em 29 de dezembro de 1969, um assalto simultâneo aos bancos Itaú-América e Mercantil, na Avenida Brigadeiro Luiz Antonio[262].

Os remanescentes fizeram uma avaliação da situação e concluíram que a união em frente, em função das diversas maneiras de atuar das várias organizações, só poderia ser realizada esporadicamente e, portanto, seria necessário refazer o GTA, que era a fonte de recursos da organização. Passaram, pois, a trabalhar com essa finalidade.

20. FALN – A aproximação com a Igreja e o seu desmantelamento

Em 1968, foram estimulados e desenvolvidos pela organização Forças Armadas de Libertação Nacional (FALN) os trabalhos de recrutamento em diversos municípios da região de Ribeirão Preto, no Estado de São Paulo. Foi, também, iniciada a estocagem de artigos diversos visando às atividades futuras da organização.

Mário Bugliani estendia o recrutamento à zona rural e Áurea Moretti à zona urbana. Os contatos iniciais com membros do "clero progressista" eram feitos através de Mário Lorenzato, que, em seguida, os passava a Áurea Moretti. No ano de 1968, a FALN aproximou-se da Igreja Católica, obtendo o apoio moral, financeiro e material de diversos de seus integrantes, dentre eles alguns favoráveis à luta armada.

Em 1969, buscando preparar e dinamizar o desencadeamento da luta armada, a FALN instalou o "Campo de Treinamento dos Comandos do Exército Popular de Libertação Nacional". As atividades do campo eram reguladas pelo "Regimento Interno do Campo de Treinamento", cujos artigos caracterizavam o empirismo da organização e, também, o sofrível nível militar de seus integrantes.

O primeiro campo, instalado nas matas das proximidades da Fazenda Capão da Cruz, foi destruído pelo fogo. O segundo, nas matas da Fazenda Boa Vista, distrito de Guatapará, também em Ribeirão Preto, foi desmantelado pela polícia em outubro de 1969[263]. Nesse campo, ainda em fase inicial de implantação, eram realizados exercícios de tiro e de técnicas de guerrilhas.

Em 1969, foi planejado por Mário Bugliani, com o assessoramento de Djalma Quirino de Carvalho e de César Marcelino da Silva, o sequestro de um membro da família Marchesi, usineiro abastado da região, o qual não se concretizou por falta de condições da organização e em razão dos acontecimentos de outubro desse ano.

Na noite de 12 de outubro, foi realizado um assalto à pedreira da Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto, de onde foi roubada grandes quantidades de dinamite e estopim[264].

---

[261] Compunham o Comando "Virgílio Gomes": Carlos Chnaiderman, Flávio Augusto Neves Leão de Sales, Aurora Maria do Nascimento Furtado, José Idézio Brianezi e Reinaldo Morano Filho.

[262] Pela ALN, participaram: todo o comando "Virgílio Gomes", Ana Burnsztyn e Antônio dos Três Reis de Almeida.

[263] O responsável pelo campo era Mário Bugliani, que recebeu o título de "capitão". Sob sua responsabilidade, foram adestrados José Felipe, Geraldo Nascimento, Agostinho Muniz Batista, Paulo Antônio Paleiros Rocha, César Marcelino da Silva e Djalma Quirino de Carvalho.

[264] Participaram da ação: Wanderley Caixe, Vicente Alessi Filho, Antônio Inocêncio Gomes, José Ivo Vannuchi, Nelson Agenor Toneto, Mário Lorenzato, João Carlos Nicolau e Silvio Rego Rangel.

A pronta reação dos órgãos de segurança, a partir desse roubo, desbaratou a FALN, impedindo que a organização efetivasse seus intentos criminosos. Ao ser desbaratada, a organização já se estendia pelos municípios de Ribeirão Preto, Sertãozinho, Bebedouro, São Joaquim da Barra, Franca, São José dos Campos, Bauru e São Paulo. Foram presos cerca de 50 militantes e apreendido farto material destinado à luta armada, como uniformes de campanha, armas, munição e explosivos. Só em São Paulo, capital, foram "estourados" três "aparelhos" da organização.

Dentre os vários "aparelhos" da FALN, destacava-se o do "Lar Santana" considerado como o centro nervoso da organização. Deste "aparelho", só tinham conhecimento três elementos da cúpula terrorista: Wanderley Caixe, Mário Lorenzato e a Madre Maurina Borges da Silveira. Nele, eram guardados os principais documentos da organização. Os planos de tarefas futuras, o diário do líder da organização, uma parte da munição e do ácido para confecção de explosivos, os esquemas de assaltos e diversos panfletos subversivos ficavam sob a guarda da Irmã Maurina.

Do material existente no "aparelho", pouca coisa restou. Madre Maurina, na condição de religiosa, conseguiu delongar com evasivas, por mais de uma semana, a confissão de sua implicação com a organização. Desta forma, obteve o tempo necessário para destruir a documentação que serviria de prova no inquérito instaurado.

As investigações procedidas, durante a ação policial, revelaram a participação de seis padres do "clero progressista" junto ao setor logístico da organização. Dentro da documentação apreendida, um relatório elaborado por Áurea Moretti, em setembro de 1969, estampava as contribuições financeiras feitas conscientemente pelos religiosos, bem como as suas ideias favoráveis à luta armada[265].

Madre Maurina, que, à sombra da caridade prestada através do Lar Santana, escondia munição e explosivos nas dependências da entidade, foi banida do Brasil, trocada pela vida do cônsul japonês Nobuo Okuchi.

Na realidade, a extinta FALN comportou-se muito mais como um grupo do que como uma organização. Não possuía uma linha política definida, nem uma estrutura que a tornasse operacional, carecendo, ainda, de elementos capacitados a dirigi-la militar e politicamente.

Nascida sob a inspiração das ideias de Marighella, a FALN, caso vingasse, tornar-se-ia mais um grupo revolucionário com autonomia tática, mas tutelado estrategicamente pela orientação emanada do líder da ALN.

21. Marx, Mao, Marighella e Guevara – M3-G

Edmur Péricles de Camargo era um homem de confiança de Marighella. Após se exilar no Uruguai, em 1964, retornou e voltou a militar no PCB. Setorizado no Comitê Estadual de São Paulo (CE/SP), ficou responsável pela impressão dos órgãos comunistas "Tema" e "Combate".

Com o afastamento de Marighella do PCB e a criação do Agrupamento Comunista de São Paulo (AC/SP), Edmur o acompanhou, desligando-se, também, do partido. Em agosto de 1968, Edmur foi enviado a Brasília para fazer um levantamento da região e verificar a possibilidade de instalação de uma área de treinamento de guerrilhas nos arredores das cidades de Formosa, Posse, São Romão, Pirapora e São Domingos.

Realizado o levantamento, Edmur recebeu ordem de aguardar em Brasília novas instruções da organização. Ali permaneceu por dois meses. Então, foi orientado para se encontrar com Marighella em Formosa, no Estado de Goiás. No encontro, Edmur concluiu pela inviabilidade do projeto de implantação de uma área estratégica, tendo em vista as condições fisiográficas desfavoráveis e a falta de motivação dos habitantes locais. Na mesma ocasião, Edmur apresentou um plano de ocupação da cidade de Unaí, em Minas Gerais, que Marighella ficou de apreciar com a Coordenação Nacional.

Na verdade, o projeto foi descartado desde o início pela sua inviabilidade prática. Edmur queria dar um passo maior do que as pernas – não possuía meios suficientes para realizar a ação[266]. Desgastado, por considerar-se o comandante da área de Goiás, Edmur dirigiu-se a São Paulo para pedir explicações a Marighella.

Em São Paulo, no primeiro encontro com Marighella, não foi possível tocar no assunto, considerado de caráter secreto, pela presença de dois estudantes na reunião. Edmur aguardou um novo encontro com o chefe da ALN durante dois meses, mantendo contatos semanais com "Toledo". Contrariado com o que considerava pouco caso de Marighella, Edmur entregou a "Toledo" uma carta pedindo desligamento da ALN[267].

---

[265] Eram citados, nominalmente, no relatório de Áurea, os padres: Angélico Sandalo Bernardino, Enzo Campos Gusso, João Rípoli, Plínio Toldo, Luiz Eugênio Peres e Joaquim Correa Leandro.

[266] Em fevereiro de 1969, o militante José Gomes da Silva ("Ricardo") fez contato com Edmur, em Brasília, e informou que o plano de ocupação de Unaí tinha sido rejeitado.

[267] Na carta, Edmur acusava Marighella de "centralismo autocrático" por contrariar um dos princípios da ALN de Liberdade Tática de atuação dos grupos. Influenciado pelo resultado do levantamento da área de Goiás, Edmur expôs a opinião de que a guerrilha rural era insubsistente sem a guerrilha urbana, que não deveria ter o caráter secundário e diversionista preconizado por Marighella. Finalizando sua carta, Edmur não concordava com o emprego indiscriminado da violência, que "queimava" o militante, fazendo-o viver totalmente dependente da organização.

No início de maio, Edmur viajou para Porto Alegre, onde, com os contatos que possuía, esperava continuar seu trabalho revolucionário. No Rio Grande do Sul, Edmur tentou integrar-se nas organizações que ali atuavam, mas foi delicadamente recusado, pois era considerado "queimado" em todo o País, o que colocava em risco as estruturas existentes no Sul. Tal fato fez com que Edmur partisse para a estruturação de um grupo próprio.

Através de um antigo militante do PCB, Miguel Marques, Edmur contatou Jorge Fischer Nunes. Miguel concordou com a formação de um grupo tático independente, que tomou o nome M2-G (sigla que homenageava Marx, Mao e Guevara). O grupo propunha-se a atuar em frente com outras organizações do Rio Grande do Sul, caso fosse necessário. Miguel Marques ficou como elemento de ligação entre o M2-G e as outras organizações.

Através de Miguel Marques, Índio Brum Vargas aproximou-se de Edmur, levando consigo alguns seguidores. O M2-G foi engrossado no contato feito com as outras organizações. Da VAR-Palmares, aproximaram-se de Edmur Ataíde Teixeira, Paulo Roberto Telles Frank e Gustavo Buarque Schiller; da VPR, o ex-tenente do exército Dario Viana dos Reis; e do PTB, Bertolino Garcia da Silva.

Do POC, o M2-G teve colaboração, com participação de alguns militantes.

O M2-G resolveu partir direto para a ação, e, no dia 13 de junho, Edmur, assessorado por Jorge Fischer, assaltou a Caixa Econômica Federal da Rua José do Patrocínio, em Porto Alegre. O dinheiro arrecadado destinou-se à montagem da infraestrutura do grupo, através de Índio Vargas e Miguel Marques, que se encarregaram de alugar "aparelhos". Em 23 de julho, foi assaltada a Agência Petrópolis do Sul-Banco, em Porto Alegre.

No início de outubro, o líder do M2-G viajou para São Paulo, para saber a solução dada pela Coordenação Nacional da ALN a seu pedido de desligamento. Naquela ocasião, a ALN vivia uma crise de segurança, com as "quedas" de setembro e de outubro, e Edmur não conseguiu contato com Marighella. Enquanto tentava a aproximação, tomou conhecimento, pelo rádio, da morte de Marighella. Nada mais restava a fazer em São Paulo. Abalado com a morte de seu antigo líder, Edmur, ao retornar a Porto Alegre, prestou-lhe homenagem, modificando o nome do seu grupo para M3-G (ou seja, Marx, Mao, Marighella e Guevara).

A partir daí, até o dia 2 de março de 1970, o M3-G assaltou mais três estabelecimentos de créditos no Rio Grande do Sul. Foram assaltadas: a Agência da União de Bancos, em dezembro, em Cachoeirinha; a Agência da União de Bancos do Estado do Rio Grande do Sul, em 28 de janeiro de 1970, em Porto Alegre; e, finalmente, a Agência Viamão, do Banco do Brasil, em 2 de março, em Viamão[268].

O fim do M3-G foi apressado pela tentativa frustrada de sequestro do cônsul norte-americano Curtis Cutter, em Porto Alegre, no dia 4 de abril de 1970, realizado pela VPR. A intensificação da atividade policial atingiu em cheio a organização de Edmur, que foi preso, em abril de 1970, junto com os treze integrantes de seu grupo.

Ao ser preso, Edmur já tinha planejado, dentro de seus desvarios, uma "grande ação", com a ocupação da cidade de Caxias do Sul e a distribuição de gêneros alimentícios para toda a população. Planejava, também, a montagem de uma estrutura militar na cidade de Unaí, em Minas Gerais, a mesma cujo planejamento de ocupação causara seu afastamento da ALN.

Dessa forma, teve fim o M3-G, nascido da vaidade contrariada de um megalômano que não aceitou a interferência da direção da ALN nos seus planejamentos irreais.

22. O PC do B e a Guerra Popular

Com o objetivo de desenvolver a luta armada no campo, o PC do B iniciou, em 1966, os primeiros reconhecimentos para definir a área de implantação de um foco guerrilheiro. Nesse ano, Osvaldo Orlando Costa – militante do partido, com treinamento de guerrilha na República Popular da China, e oficial da reserva do Exército, formado no CPOR do Rio de Janeiro – foi deslocado para a região sul do Pará, norte de Goiás, que, mais tarde, ia constituir-se na principal área de campo do partido. Nesse ano, ainda, Wladimir Ventura Torres Pomar, Nelson Lima Piauhi Dourado e um elemento de codinome "Augusto" passaram a residir em um sítio adquirido em Colinas, no Estado de Goiás, município situado ao longo da rodovia Belém-Brasília, 100km ao sul de Araguaína. A missão principal recebida pelo grupo era o reconhecimento da área, num raio de aproximadamente 30km. Os componentes do grupo deveriam trabalhar como agricultores, garantindo a própria subsistência, travar contato e fazer amizade com os vizinhos. O grupo deveria, no futuro, servir de apoio à guerrilha. As informações levantadas deviam ser passadas a João Amazonas de Souza Pedroso ou a Ângelo Arroyo.

Em 1967, João Carlos Haas Sobrinho foi deslocado para Porto Franco, no Maranhão, onde abriu uma clínica médica, que, com o tempo, evoluiu para hospital.

Após os reconhecimentos realizados, a Comissão Militar (CN), ligada diretamente à Comissão Executiva (CEx) e integrada por João Amazonas, Maurício Grabois e Ângelo Arroyo, havia escolhido a região do baixo Araguaia, no sudeste

[268] Participaram desses assaltos: João Batista Rita, Paulo Roberto Telles Frank, Bertolino Garcia Silva, Ângelo Cardoso da Silva e Dario Viana dos Reis. Edmur Péricles de Camargo tomou parte em todas as ações.

do Pará, como área prioritária para a instalação do núcleo guerrilheiro. Até o final do ano, desembarcariam nessa área mais cinco militantes do Partido[269] . No início de 1968, uniu-se a eles André Grabois.

Esses primeiros militantes estabeleceram-se comercialmente na área, adquirindo uma farmácia e pequenos armazéns, onde vendiam os artigos que interessavam aos habitantes locais e, deles, compravam o que produziam. Utilizavam-se de um barco que permitia a compra e venda ao longo dos rios.

O estabelecimento desse comércio, em diversos lugarejos, permitia aos subversivos exercer um efetivo sistema de informações, com o controle e a identificação dos estranhos que chegassem na área, possibilitando, também, o sustento dos militantes que lá se encontravam e a compra de "direitos de posse", em glebas que se localizavam no interior da selva.

Em janeiro de 1969, numa casa em São Paulo, o PC do B realizou uma reunião de sua Comissão Executiva (CEx)[270]. Ainda nesse mês, o Comitê Central (CC) publicou o documento "Guerra Popular – Caminho da Luta Armada no Brasil", no qual reafirma que a primeira etapa da revolução será "nacional e democrática", englobando "amplas massas da população", as quais, dirigidas pelo "partido do proletariado", desencadearão a luta armada no campo, por meio da "guerra de guerrilhas", visando à criação do "Exército Popular". Às cidades, estarão reservados os movimentos de massa, a fim de obrigar "a reação a conservar nas cidades ponderáveis forças militares". A luta armada deverá ser prolongada, com o "curso de uma guerra de vários anos", apoiada nos recursos existentes no próprio país[271]. O documento afirma que, "no curso da Guerra Popular, elementos isolados e até mesmo unidades das Forças Armadas tendem à desagregação e não terão grande combatividade. Sua tradição militar é quase nula. Empenharam-se pouquíssimas vezes em renhidos combates. A Guerra Popular derrotará as Forças Armadas".

Em 1969, deslocaram-se para a região do baixo Araguaia mais cinco militantes[272]. Os elementos deslocados para a área eram de absoluta confiança da direção partidária, e a missão dos mesmos era preparar o caminho para receberem um maior e mais contínuo fluxo de militantes.

Em dezembro de 1969 o CC do PC do B reuniu-se, novamente, na capital paulista, quando aprovou o documento "Responder ao Banditismo da Ditadura com a Intensificação das Lutas do Povo", através do qual foi lançado um "movimento de revolução ideológica no Partido", a fim de desencadear a Guerra Popular no campo. Por esse documento, os diversos Comitês do PC do B deveriam tomar as medidas que assegurassem "o envio de elementos para o campo, estudar as reivindicações das massas camponesas, organizar o recrutamento de trabalhadores rurais e desenvolver suas lutas".

Em consequência, criaram-se seções militares nos comitês regionais e municipais, encarregadas de selecionar os futuros "guerrilheiros". O PC do B preparava-se para a luta.

João Amazonas, com sua pena, faria dezenas de jovens pegarem em armas e embrenharem-se nas matas do Araguaia.

23. A consolidação da Ala Vermelha

Nos primeiros dias de fevereiro de 1969, a Ala Vermelha do Partido Comunista do Brasil (AV/PC do B) promoveu uma reunião num sítio próximo a São José dos Campos, no Estado de São Paulo, com a presença de 17 militantes[273]. Nessa reunião, foram tratadas as questões da direção e da linha da AV/PC do B. Concluiu-se que ela não era, até então, uma organização, mas sim um amontoado de partes que não se entendiam e nem se coordenavam, pela falta de uma linha política clara e objetiva. Resolveu-se criar a Direção Nacional Provisória (DNP), composta por 11 membros, com uma

---

[269] Deslocaram-se para o sul do Pará, em 1967: Maurício Grabois, Elza de Lima Monerat, Libero Giancarlo Castiglia, Daniel Ribeiro Callado e Paulo Mendes Rodrigues.

[270] Integravam a CEx: João Amazonas, Lincoln Cordeiro Oest, Pedro Pomar, Carlos Nicolau Danielli, Maurício Grabois e Ângelo Arroyo, além dos suplentes Dyneas Fernandes de Aguiar, Luiz Guilhardini e Manoel Jover Telles.

[271] Colocando como seu principal inimigo os "imperialistas norte-americanos" e as Forças Armadas, o documento comete um grosseiro erro de interpretação da realidade, ou um erro intencional, ao afirmar que " ultimamente, os serviços secretos das Forças Armadas, em colaboração com a CIA, têm fomentado atos de terrorismo e assaltos a bancos".

[272] Nessa época, foram deslocados os militantes: Antônio Guilherme Ribeiro Ribas, Criméia Alice Schimidt Almeida, Gilberto Olímpio Maria, João Bispo Ferreira Borges e José Humberto Broca.

[273] Estiveram presentes: Diniz Cabral Filho, Élio Cabral de Souza, Derly José de Carvalho, Paulo Cavalcanti Brasil, João Francisco de Pinedo Kasper, Paulo de Tarso Giannini, Fernando Sanna Pinto, Felipe José Lindoso, Paulo Ribeiro Martins, Olyr Batista Correa, Renato Carvalho Tapajós, Jaime de Almeida, José Moreira Chumbinho, Devanir José de Carvalho, Edgard de Almeida Martins, James Allen Luz e Raimundo Gonçalves de Figueiredo.

missão temporária[274], porque teria de ser ratificada ou retificada por um futuro congresso da organização. Somente a partir dessa reunião, passou a chamar-se, oficialmente, de Ala Vermelha (AV).

Foi eleita, também, entre os membros da DNP, uma Comissão Executiva Nacional (CEN), composta por cinco membros, que teria uma função permanente[275].

Foi, ainda, nessa reunião, que se iniciaram as divergências da CEN com os membros do Grupo Especial Nacionalista Revolucionário (GENR), os quais, por estarem ligados ao trabalho mais secreto e clandestino da AV, queriam uma série de privilégios.

Estruturada e com o nome definitivo, a AV reiniciou, em São Paulo, a sua série de ações armadas: em 15 de março, sequestro do soldado da Força Pública do Estado de São Paulo (FPESP), Valdeir Gomes, a fim de que elementos da organização escapassem de uma vistoria de carros, em Osasco; em 17 de março, assalto ao Banco F. Barreto, em Osasco, com o roubo de mais de 8 milhões de cruzeiros; em 7 de abril, assalto ao Banco Francês-Italiano, na Avenida Utinga, em Santo André, de onde foram levados mais de 17 milhões de cruzeiros; em 14 de abril, assalto à Kombi do Banco Francês-Italiano, na Alameda Barão de Campinas, com o roubo de 20 milhões de cruzeiros – nessa ação foram assassinados o motorista Francisco Bento da Silva e o guarda bancário Luiz Ferreira da Silva[276]; em 19 de maio, tomada da Rádio Independência, de São Bernardo do Campo, para a transmissão de uma fita gravada por Derly José de Carvalho, a propósito do Dia do Trabalho; em 5 de maio, assalto ao Banco de Crédito Nacional, na Rua Pacaembu, na Vila Pauliceia, em São Bernardo, com o roubo de cerca de 250 milhões de cruzeiros; e, em 14 de maio, ato de sabotagem contra a empresa de ônibus Jurema, no Jardim Santo Amaro, com o lançamento de coquetéis molotov e o disparo de rajadas de metralhadora.

Em meados de maio de 1969, a DNP realizou uma reunião, em Santos, na qual a quase totalidade dos membros do GENR foi expulsa da AV, por seu extremo caráter militarista e por não acatar as ordens da CEN. O grupo expulso, liderado pelos irmãos Devanir e Derly José de Carvalho (este, membro da CEN), posteriormente, veio a fundir-se com o "Grupo do Gaúcho", dando origem ao Movimento Revolucionário Tiradentes (MRT). Cerca de dez militantes, liderados por James Allen Luz e Raimundo Gonçalves de Figueiredo, descontentes com esses dois grupos, viriam, em outubro de 1969, a ingressar na VAR-Palmares (VAR-P).

Apesar das expulsões, a AV prosseguiu nas ações armadas e executou, em julho e agosto, três assaltos: à Casa Odeon, onde foram roubados seis mimeógrafos; à firma Kelmaq, da qual levaram grande quantidade de material gráfico; ao Banco de Minas Gerais, em Guarulhos, arrecadando quase quatro milhões de cruzeiros.

Ao retornarem de um treinamento de tiro, em Embu-Guaçu, no dia 5 de agosto, foram presos cinco de seus militantes. As investigações procedidas levaram à descoberta de três "aparelhos" da AV, com a apreensão de grande quantidade de armamento e munição, nos dois últimos dias de agosto, quando foram presos outros oito militantes da organização[277].

Essas prisões levaram alguns militantes a afastarem-se da AV, dentre os quais João Francisco Pinedo Kasper, membro da CEN. Levaram, também, a AV a reformular a sua linha política, na tentativa de afastar-se do foquismo militarista, que, segundo a visão de boa parte dos dirigentes, estava conduzindo a organização ao isolamento e à destruição. Assim, a CEN designou uma Comissão Auxiliar a fim de refazer a linha política da organização[278]. Em setembro, a Comissão reuniu-se e elaborou o documento denominado "Os 16 Pontos".

Ainda nesse mês, mais um membro da CEN, Paulo Cavalcanti Brasil, considerado o "teórico" da organização, que havia participado da comissão para a elaboração do documento "Os 16 Pontos", resolveu desligar-se, alegando "divergências políticas insuperáveis". Dos cinco membros da CEN, eleita em fevereiro, só restavam dois.

Nos últimos dias de outubro e no começo de novembro, a AV promoveu uma nova reunião, na qual foram aproveitados os "Estatutos Provisórios" e o documento "Os 16 Pontos" – uma autocrítica da AV –, divergindo do seu documento básico anterior e atacando com violência o foquismo [279].

---

[274] A primeira DNP da AV ficou constituída pelos 11 primeiros militantes citados dentre os que compareceram à reunião.

[275] A primeira CEN da AV ficou constituída pelos 5 primeiros militantes citados dentre os que compareceram à reunião.

[276] Participaram da ação: Élio Cabral de Souza, Derly José de Carvalho, Daniel José de Carvalho, Devanir José de Carvalho, James Allen Luz, Aderval Alves Coqueiro, Lúcio da Costa Fonseca, Gilberto Giovanetti, Ney Jansen Fonseca Júnior, Genésio Borges de Melo e Antônio Medeiros Neto.

[277] Os cincos presos inicialmente foram: Sérgio Francisco dos Santos, Luiz Toledo Barros, Vicente Sílvio Noschese, Leopoldo Felice Noschese e Trofimena Mafalda Felice Noschese. No final de agosto, também foram presos: Nelson Brissac Peixoto, Carlos Yochikazo, Mizael Pereira dos Santos, Alípio Raimundo Viana Freire, Renato Carvalho Tapajós, Laís Furtado Tapajós, Vicente Eduardo Gomes Roig e Margarida Maria do Amaral Lopes.

[278] A comissão era composta por: Élio Cabral de Souza, Paulo Cavalcanti Brasil, Edgard de Almeida Martins e Paulo de Tarso Giannini.

[279] Em dezembro de 1967, a AV divulgara o "Crítica ao Oportunismo e ao Subjetivismo da União dos Brasileiros para Livrar o País da Crise, da Ditadura e da Ameaça Neocolonialista".

Com “Os 16 Pontos”, a AV não abandonava a estratégia da luta armada, mas a colocava numa visão mais ampla, a ser desencadeada após um trabalho de preparação junto às massas, como aparece no 12º “ponto”:

“O trabalho no seio da classe operária e das massas revolucionárias visa à educação, à preparação e à organização das massas para a luta política armada (...)”.

Por esse documento, a AV caracterizou-se como a primeira organização subversiva a realizar a autocrítica do seu militarismo inconsequente e a repudiar o seu anterior foquismo. Com o decorrer dos anos, outras organizações alcançariam a mesma visão.

A AV encerrou o ano de 1969 com um ato simultâneo de sabotagem, ao lançar, em 16 de dezembro (Dia do Reservista), duas bombas contra as placas do Serviço Militar, uma, nas proximidades do túnel Nove de Julho, e a outra, na Ponte Pequena, em São Paulo.

Apesar de dotada de uma nova linha política, a AV não abdicava das ações de sabotagem, propaganda armada e “expropriação”. O início do ano seguinte, entretanto, traria uma desagradável surpresa para a organização.

24. O surgimento do Movimento Revolucionário Tiradentes (MRT)

Expulso da Ala Vermelha, em meados do ano, o GENR transformou-se no Grupo de Expropriação e Operação (GEO). Liderado por Devanir José de Carvalho, reiniciou as ações armadas, assaltando a perua do Banco da América do Sul, nas proximidades da Avenida 23 de Maio, na capital paulista, da qual roubaram cerca de cinquenta milhões de cruzeiros[280].

Tudo indicava que o grupo de Devanir, pela extremada violência, alcançaria projeção, entre as organizações comunistas que adotavam a luta armada. Entretanto, em consequência de investigações procedidas pela polícia, em 26 de maio, em Santo Amaro, foram presos oito de seus militantes[281]. Em seus aparelhos, a grande quantidade de armamento e munição, além de 91 “bananas” de dinamite, atestavam os propósitos desse grupo.

Debilitado pelas quedas, Devanir e o seu GEO iniciaram, no início de julho, conversações com o “Grupo do Gaúcho”, liderado por Plínio Petersen Pereira (“Gaúcho”) que também havia saído da AV no ano anterior. A intenção era a de fundir os dois grupos e estruturar uma nova organização.

Ao mesmo tempo, James Allen Luz e Raimundo Gonçalves de Figueiredo faziam contatos com a recém-surgida VAR-Palmares (VAR-P) por meio de militantes que haviam pertencido à Dissidência de São Paulo (DI/SP) e à VPR.

Assim, em 23 de julho, executaram, em “frente”, o assalto ao Bradesco da Rua Turiassu, no bairro de Perdizes, de onde foram arrecadados quase sete milhões de cruzeiros[282]. Essa ação terminaria de forma trágica: Raimundo Gonçalves de Figueiredo baleou o soldado da FPESP, Aparecido dos Santos Oliveira, que, já caído, recebeu o impacto de mais quatro tiros, desfechados por Domingos Quintino dos Santos. Foi o primeiro assassinato do grupo de Devanir.

Duas semanas depois, em 8 de agosto, o GEO e o “Grupo do Gaúcho”, em “frente” com a REDE, assaltaram a agência da Light da Rua Siqueira Bueno, no bairro Belém, levando cerca de quinze milhões de cruzeiros.

Avultava, entretanto, o impasse entre militantes dos dois grupos: integração à VAR-P ou formação de uma nova organização? Assim, durante dois dias, em meados de setembro, reuniram-se numa casa em Campos do Jordão. Como observadores, foram convidados Eduardo Leite, pela REDE, Régis Stephan de Castro Andrade, pelo POC, “Altair”, pela VAR-P, e Joelson Crispin, pela VPR. Ao final da reunião, apenas sete militantes decidiram formar uma nova organização. Os demais optaram por ingressar na VAP-P[283].

Em fins de setembro, esses sete militantes, com Jorge Kurban Abrahão, reuniram-se em São Paulo e criaram o Movimento Revolucionário Tiradentes (MRT)[284].

---

280 O GEO era composto por quase duas dezenas de militantes, destacando-se os cinco irmãos “José de Carvalho”, Devanir, Derly, Daniel, Jairo e Joel, conhecidos como os “Irmãos Metralha”. Além destes, compunham o grupo: Aderval Alves Coqueiro, Genésio Borges de Mello, Sérgio Massaro, José Anselmo da Silva, James Allen Luz, Raimundo Gonçalves de Figueiredo, José Couto Leal, Honório Amorim Bezerra, Eliezer Vaz Coelho, Ney Jansen Ferreira Júnior e Lúcio da Costa Fonseca, além de dois militantes com os codinomes de “Joaquim” e “Cláudio”.

281 Eram eles: Aderval, Genésio, Sérgio, José Anselmo e quatro dos “Irmãos Metralha” – Derly, Daniel, Jairo e Joel.

282 Pelo GEO, participaram: Devenir , James, Raimundo, Ney e José Couto. Pelo Grupo do Gaúcho: Plínio Domingos Quintino dos Santos e Chaouky Abbara. Pela VAR-P: Chael Charles Schreier, Roberto das Chagas e Silva e Carmen Monteiro dos Santos Jacomini, que se apavorou e fugiu. Também participou Eduardo Leite (“Bacuri”) que logo depois não aceitaria a VAR-P e iria formar a REDE.

283 Optaram por uma nova organização: Devanir, Flínio, Waldemar Armenio Nelson Ferreira, João de Morais e Antonio André.

284 Para o comando do MRT, foram eleitos: Devanir, Waldemar e Armênio. Plínio Petersen Pereira, o “Gaúcho”, ficou como uma espécie de “assessor do comando”, inclusive formalmente fora do Diretório Nacional (DN), constituído pelos outros sete militantes.

Como linha política, o MRT nada apresentou de novo, era, mesmo, bastante incipiente, procurando a violência pela violência. Seu único documento, a "Carta de Princípios", era o mesmo confeccionado por Plínio Petersen Pereira no ano anterior, mera cópia dos 25 pontos de Mao Tsé-tung e do PC da China.

Mas não eram essas as preocupações dos seus militantes, com os objetivos e a estratégia diluindo-se a reboque da tática das ações armadas. Para ser militante do MRT, diziam, não era preciso ter boa formação política. Bastava saber apertar o gatilho e seguir o lema da organização: "Se dez vidas tivesse, dez vidas daria".

Nos seguintes trinta dias, o MRT executaria três assaltos em "frente" com a REDE.

Em 5 de outubro de 1969, a tentativa de assalto ao supermercado Peg-Pag, em Santo Amaro, acabaria em nova tragédia. Na aproximação de uma viatura da polícia, Devanir José de Carvalho baleou o Soldado da FPESP Abelardo Rosa de Lima, que recebeu, logo após, uma rajada de metralhadora disparada por Mocide Bucheroni, militantes da REDE.

Ainda em outubro, Devanir, Plínio e Waldemar, com outros militantes da REDE, assaltaram uma perua da Heliogas, na Lapa.

No início de novembro, os mesmos três militantes assaltaram o carro pagador do INPS, também na Lapa, quando Devanir, "Bacuri" e Denize Peres Crispim, estes dois da REDE, mataram um funcionário do INPS e feriram outro.

Logo após esse assalto, o MRT realizou uma reunião num aparelho em São João Clímaco, na qual compareceu todo o DN, com exceção de Jorge Kurban Abrahão. Foi aprovada, então, a aquisição de oito chácaras em Itapecerica da Serra, com cerca de 120 mil metros quadrados, para o homizio de militantes e a guarda de material, além de servir para área de treinamento de sobrevivência no mato, que seria ministrado por Plínio, possuidor de curso em Cuba.

Em fins de novembro, realizou-se uma reunião entre militantes do MRT, da ALN, da REDE, da VPR e do POC, para a formação de uma "frente" político-militar. Em 26 de dezembro de 1969, houve a primeira ação armada dessa "frente", com o assalto simultâneo aos bancos Itaú-América e Mercantil, na Avenida Brigadeiro Luiz Antônio, quando roubaram cerca de 68 milhões de cruzeiros.

No ano seguinte, o MRT prosseguiria nas ações armadas.

25. O PCR atua no campo

A expulsão de Ricardo Zarattini, em dezembro de 1968, abalou o Partido Comunista Revolucionário (PCR), em consequência da saída de seus inúmeros seguidores e pelo fim da entrada de dinheiro roubado pelo "Bom Burguês".

Mesmo assim, de acordo com a sua linha política, estruturou-se para atuar no campo, por meio do Conselho de Luta Camponesa, e, em Recife, com o Conselho de Luta Estudantil e o Conselho de Luta Operária.

Seu órgão oficial "A Luta" saía regularmente, além de os jornalecos "A luta Estudantil" e a "Luta Operária" para os setores específicos. Chegou, inclusive, a montar uma área de treinamento de guerrilha, na região de Ribeirão, em Pernambuco, dirigida por Manoel Aleixo da Silva.

Entretanto, em 22 de novembro de 1969, a prisão de seu líder máximo, Amaro Luiz de Carvalho ("Capivara"), no sítio Borboleta, em Palmares, juntamente com os militantes Nurenberg Borja de Brito e Severino Fernando da Silva, iria desarticular a atuação do PCR no campo.

26. O fim do primeiro MR-8

No início de 1969, o MR-8 possuía um "certificado de expropriações". Após roubar cinco carros, realizou os seguintes assaltos: ao depósito do Projeto Rondon, na Universidade do Estado da Guanabara, de onde levaram grande quantidade de material para ser usado no campo; ao Banco Lar Brasileiro, Agência Ipanema, em 6 de janeiro; e ao Banco Aliança S.A., Agência Abolição, também na Guanabara, em 16 de março[285].

Em abril de 1969, apesar de já ter vários planos de assaltos a bancos, o MR-8 não mais precisou realizar esses roubos. Os cerca de quatrocentos mil cruzeiros novos recebidos de Jorge Medeiros Valle, o "Bom Burguês", proporcionaram-lhe uma cômoda situação financeira. Com esse dinheiro, pretendia deslocar-se do Paraná e adquirir uma fazenda para treinamento de guerrilha em Santa Catarina, nas proximidades da Serra do Pires, entre as cidades de Mafra, Lages, Curitibanos e Rio do Sul.

Entretanto, uma série de prisões de militantes desbaratou o MR-8. Em 5 de fevereiro, já havia sido preso Umberto Trigueiros Lima. Em 4 de abril, foi a vez de Aluízio Ferreira Palmar, em Cascavel, no Paraná, após um acidente de trânsito. Ainda no Paraná, em 28 de abril, na cidade de Laranjeiras do Sul, foram presos Antônio Rogério Garcia Silveira, Ivens Marchetti de Monte Lima, Sebastião Medeiros Filho e Marcos Antônio Farias de Medeiros.

---

[285] O "Comando de Expropriações" era integrado por: Reinaldo Silveira Pimenta, João Manoel Fernandes, Ivens Marchetti de Monte Lima, Tiago Andrade de Almeida, Sebastião Medeiros Filho, Umberto Trigueiros Lima, Antônio Rogério Garcia da Silveira, Ronaldo Fernando Martins Pinheiro, Luiz Carlos de Souza Santos, Marcos Antônio Farias de Medeiros, Gerardo Galisa Rodrigues, Joseph Berthold Calvert e Zenaide Machado.

A partir do início de maio, diversos "aparelhos" do MR-8 foram vasculhados na Guanabara e em Niterói, sendo presos doze militantes[286]. Ao mesmo tempo, outros "aparelhos" foram descobertos em Curitiba, onde houve a prisão de mais seis militantes da organização[287].

Após essas quedas, os remanescentes entraram em pânico e refugiaram-se em outras organizações. Mauro Fernando de Souza, o mesmo que deu o desfalque no Banco Mercantil de Niterói, ingressou no COLINA, sendo preso em 13 de agosto de 1969, em Petrópolis; Zenaide Machado ingressou na VPR; Joseph Berthold Calverten entrou para a ALN, sendo preso em 26 de outubro de 1969, na fronteira com o Uruguai; Ronaldo Fernando Martins Pinheiro nunca foi preso, apesar de ter sido condenado a seis anos de reclusão. Menos sorte teve Reinaldo Silveira Pimenta, que, ao ser preso, em 27 de junho, se atirou do apartamento 510 da Rua Bolivar, 124, em Copacabana, um dos "aparelhos" do MR-8.

Na realidade, o MR-8, ex-DI/NIT, ex-MORELN, nunca passou de um pequeno grupo de pouco mais de trinta militantes. Com uma linha política pouco desenvolvida e sem uma liderança definida, viveu à custa do dinheiro arrecadado num desfalque e em dois assaltos a bancos. Quando pretendia desenvolver-se com os fundos conseguidos com o "Bom Burguês", as prisões de seus militantes acabaram com a organização. Por ocasião das "quedas", a imprensa noticiou com abundância de detalhes suas atividades, e a sua sigla, MR-8, ficou bastante conhecida. Alguns meses depois, em setembro de 1969, a DI/GB assumiria o nome MR-8, por ocasião do sequestro do Embaixador dos Estados Unidos da América.

27. A DI/GB inicia as ações armadas e assume a sigla MR-8

Ao decidir iniciar as ações armadas, a Dissidência da Guanabara (DI/GB) enviou, em janeiro de 1969, João Lopes Salgado para o interior da Bahia, a fim de comprar armas. Ao mesmo tempo, iniciou treinamentos de tiro numa fazenda próxima a Jequié, por meio de Cláudio Torres da Silva. Quatro meses depois, esses treinamentos intensificar-se-iam na Praia do Peró, em Cabo Frio, e numa praia próxima a Búzios.

Após roubar diversos carros, a DI/GB realizou três assaltos no Rio de Janeiro, que tiveram repercussão: em 15 de fevereiro, ao Hospital Central da Aeronáutica, onde Daniel Aarão Reis Filho, João Lopes Salgado, Cid de Queiroz Benjamin e Cláudio Torres da Silva roubaram a metralhadora INA da sentinela; em 23 de fevereiro, ao Bar Castelinho, na avenida Vieira Souto, onde esses quatro militantes e mais Stuart Edgard Angel Jones levaram cerca de dez mil cruzeiros novos; e, em 24 de março, ao Banco de Crédito Territorial, no bairro de Bonsucesso, onde esses cinco militantes roubaram 38 mil cruzeiros novos. Neste último assalto, Stuart estava muito nervoso, chegando a disparar a sua arma, o que lhe valeu a saída do grupo de ação.

Em abril de 1969, a DI/GB realizou a sua III Conferência[288]. Nela, importantes decisões foram tomadas pela organização a fim de melhor estruturar-se para a luta armada. Profissionalizou diversos quadros, montou "aparelhos", elegeu a Direção Geral (DG) – integrada por Daniel Aarão Reis Filho, Franklin de Souza Martins e José Roberto Spiegner – e criou três frentes de atuação: a Frente Operária (FO), a Frente de Camadas Médias (FCM) e a Frente de Trabalho Armado (FTA).

A FO, assistida por Daniel Aarão Reis Filho e dirigida por Stuart Edgard Angel Jones, tinha o objetivo de realizar o trabalho de agitação e propaganda no meio operário. Integrada por diversos militantes, a FO divulgaria, no 2º semestre de 1969, panfletagens nas seguintes empresas: Remington e Eternit, em Guadalupe; Cortume Carioca, na Penha; Metropolitana, no Jardim América; Estaleiros Caneco e Ishikawajima, no Caju; e Ciferal, em Ramos[289].

A FCM, assistida por José Roberto Spiegner e dirigida por Carlos Alberto Vieira Muniz, atuava na "pequena-burguesia" e, particularmente, no meio universitário e secundarista[290]. A sua principal atividade foi a organização dos estudantes nas manifestações de protesto ocorridas durante a denominada "Semana de Rockfeller", em junho.

---

[286] Foram presos: Luiz Carlos de Souza Santos, Gerardo Galisa Rodrigues, Tiago Andrade de Almeida, Antonio Calegari, Hélio Gomes de Medeiros, Zilêia Reznik, Martha Mota Lima Alvarez, Milton Gaia Leite, Paulo Roberto das Neves Benchimol, Rui Cardoso de Abreu Xavier, Ubirajara José dos Reis Loureiro e Paulo Amarante Barcellos.

[287] No Paraná, foram presos: César Cabral, Iná de Souza Medeiros, João Manoel Fernandes, Nilse Fernandes, Maria Cândida de Sousa Gouveia e Maria da Glória Oliveira Leite.

[288] Estiveram presentes: Daniel Aarão Reis Filho, Franklin de Souza Martins, José Roberto Spiegner, Stuart Edgard Angel Jones, João Lopes Salgado, Cid de Queiroz Benjamin e Vera Sílvia Araújo Magalhães.

[289] Entre os militantes da Frente Operária estavam: Lúcia Maria Marat Vasconcelos, Mário de Souza Prata, Marcos Dantas Loureiro, Marcos Aarão Reis e Solange Lourenço Gomes. Faziam parte da Frente de Camadas Médias importantes militantes, como Carlos Augusto da Silva Zílio e Carlos Bernardo Wainer.

[290] Faziam parte da Frente de Camadas Médias importantes militantes, como Carlos Augusto da Silva Zílio e Carlos Bernardo Wainer.

A FTA, assistida por Franklin de Souza Martins e dirigida por João Lopes Salgado, era a responsável pelas ações armadas, roubos e assaltos, a fim de conseguir fundos para a DI/GB[291].

A DI/GB resolveu iniciar um trabalho de campo no interior da Bahia e criou o Setor de Imprensa, na FCM, chefiado por Fernando Gabeira e sua amante Helena Bocayuva Khair, que publicava os jornalecos "Luta Operária", destinado à FO, e "Resistência", para o FCM.

Após a conferência, os integrantes da FTA iniciaram uma série de roubos de carros e assaltos na Guanabara: em 9 de maio, assalto à usina da Light, no Leblon, onde agrediram e roubaram a metralhadora INA do soldado da PM que estava de guarda; em 4 de julho, assalto à Rural Willys do Banco Mercantil de Niterói, que transportava o dinheiro dos supermercados "Disco", na Rua Farme de Amoedo, em Ipanema, da qual levaram cerca de 60 mil cruzeiros novos; em 4 de agosto, assalto à Kombi do Banco Português do Brasil, na Rua Djalma Ulrich, em Copacabana, da qual levaram 55 mil cruzeiros novos; em 14 de agosto, assalto à residência do Deputado Federal Edgard de Almeida, na Avenida Atlântica, em Copacabana, da qual roubaram quase 50 mil dólares em dinheiro e joias estimadas no valor de 600 mil cruzeiros novos; e, ainda em agosto, assalto à Kombi dos supermercados "Mar e Terra", na Rua Haddock Lobo, na Tijuca.

O sequestro do embaixador norte-americano, realizado em 4 de setembro de 1969, em "frente" com a ALN, foi um marco na história da DI/GB. Visto, essencialmente, como uma ação de propaganda política, o sequestro serviu para libertar 15 presos, dentre os quais o seu militante Vladimir Palmeira, detido desde o Congresso de Ibiúna. Serviu, também, para a DI/GB assumir a sigla "MR-8", a fim de ganhar maior repercussão junto ao público[292] e de mostrar aos órgãos policiais que o MR-8 não havia sido extinto[293]. Nascia, assim, o "segundo" Movimento Revolucionário 8 de Outubro, antiga DI/GB.

À satisfação pelo sucesso do sequestro e pela libertação de Vladimir Palmeira[294] sucedeu-se o pânico pela prisão, em 9 de setembro, de dois de seus militantes, que haviam participado dessa ação, Cláudio Torres da Silva, membro da FTA, que, durante a prisão, baleou o Sargento da Marinha Jorimar José Igrejas, e Antônio de Freitas Silva, caseiro do "aparelho" para onde foi levado o embaixador, na Rua Barão de Petrópolis.

Alguns aparelhos foram desativados. Helena Bocayuva Khair, que havia alugado o "aparelho" da Rua Barão de Petrópolis, fugiu para a França sendo acompanhada, no final do ano, por Luiz Eduardo Prado de Oliveira. O membro da DG e líder da FTA, Franklin de Souza Martins, fugiu do Brasil no esquema da ALN, indo fazer curso em Cuba.

Na onda das fugas, em 8 de outubro, data do aniversário da morte de Guevara, aconteceu o primeiro sequestro de avião no Brasil. Quatro militantes do MR-8, Elmar Soares de Oliveira, Cláudio Augusto de Alencar Cunha, Ronaldo Fonseca Rocha e Edgar José Fonseca Fialho, sequestraram o Caravelle PP-PDX, da Cruzeiro do Sul, quando voava de Belém para Manaus, levando-o para Cuba.

A fim de aumentar a sua segurança e dotar seus militantes de documentos falsos, o novo MR-8 assaltou, em 18 de novembro, o posto de identificação do Instituto Félix Pacheco, no bairro de Madureira, levando centenas de espelhos de carteira de identidade e de formulários de atestado de bons antecedentes.

Em dezembro de 1969, realizou na miniconferência que aprovou a "Resolução" que dava maior ênfase ao trabalho operário. Desestruturada com a saída de Franklin, a DG foi completada por Cid de Queiroz Benjamin, que assumiu o Grupo de Fogo (GF), criado no lugar da FTA[295].

O novo MR-8 preparava-se para prosseguir nas ações armadas, sem saber que, a partir de fevereiro do ano seguinte, uma série de prisões desestruturariam a organização e silenciariam, por algum tempo, a sigla que desejava manter.

28. O sequestro do Embaixador Charles Burke Elbrick

---

[291] Além desses dois militantes, a Frente de Trabalho Armada foi constituída por Cid de Queiroz Benjamin, Cláudio Torres da Silva e Vera Sílvia Araújo Magalhães, amante de José Roberto Spiegner. Posteriormente ingressaram José Sebastião Rios de Moura e Sérgio Rubens de Araújo Torres.

[292] A DI/GB não estava satisfeita com o seu próprio nome, que trazia reminiscências do PCB e a situava localizada, apenas, na Guanabara. Lá, fizera, inclusive, panfletagens usando o nome de Frente Estudantil Revolucionária (FER).

[293] Os jornalistas fartamente noticiaram que o "primeiro" MR-8 (exDI/Nit, ex-MORELN) estava extinto, em face da prisão de seus militantes, em abril de 1968.

[294] Vladimir Gracindo Soares Palmeira ("Marcos") foi banido, em 5 de setembro de 1968, para o México.

[295] Nessa época, João Lopes Salgado desenvolvia um trabalho de campo no interior da Bahia. O GF era constituído por Carlos Bernardo Wainer, Cesar de Queiroz Benjamin, Alexandre Lyra de Oliveira, Sérgio Landulfo Furtado, Zaqueu José Bento e Solange Lourenço Gomes.

Assaltos a bancos, ataques a sentinelas, roubos de armas e explosivos, assassinatos apresentados sob o eufemismo de "justiçamentos" – a violência estarrecia, porém perdera o ineditismo. A repetição sistemática das ações tirava-lhes o impacto do fato novo gerador de curiosidade. Era necessário imaginar algo que mexesse com a opinião pública.

Com esse pensamento, a direção da DI/GB imaginou, em meados de 1969, o sequestro de um representante diplomático. A ação teria a finalidade de libertar terroristas presos e de chamar a atenção da opinião pública nacional e internacional para a audácia e a determinação do movimento revolucionário no Brasil.

O alvo mais significativo seria o embaixador dos Estados Unidos, o representante e defensor dos "interesses imperialistas norte-americanos em nosso país".

O pensamento inicial da DI/GB era libertar o seu militante e líder estudantil Vladimir Palmeira, além dos dirigentes do movimento José Dirceu de Oliveira e Silva e Luís Gonzaga Travassos da Rosa. A ideia partiu de Franklin de Souza Martins, que havia estado preso junto com os demais líderes até o final de 1968.

A direção da DI/GB, liderada por Franklin de Souza Martins, após os planejamentos preliminares, concluiu que a falta de experiência de seus quadros seria um impedimento à consecução de suas intenções. Seria necessário o apoio de uma equipe mais experiente. A ALN já havia conseguido notoriedade através da intensificação de suas atividades, principalmente em São Paulo, e pela constante divulgação de textos de Marighella, incentivando qualquer tipo de "violência revolucionaria". Marighella afigurava-se como o apoio mais competente a ser testado.

Em julho de 1969, Cláudio Torres da Silva, membro da Frente de Trabalho Armado (FTA), foi fazer contato com Joaquim Câmara Ferreira, o "Toledo". Este, dentro da autonomia revolucionária permitida pelos princípios da ALN, tomou conhecimento e aprovou o planejamento da DI/GB. Sem o conhecimento e a aprovação de Marighella houve a promessa de apoio da ALN à empreitada da DI/GB.

Durante os preparativos, foi alvo de especial atenção a escolha da data da ação. Havia duas opções: a semana de 7 de setembro ou 8 de outubro. O dia 8 de outubro era significativo pela lembrança da queda de Guevara na Bolívia. Foi preterido pela semana de 7 de setembro, em função da urgência em libertar os presos políticos, da intenção de desmoralizar as autoridades e de esvaziar as comemorações da Semana da Pátria.

No final de agosto, Cid de Queiroz Benjamnin, membro da FTA, tornou a fazer contato com "Toledo", em São Paulo, pormenorizando detalhes da operação. Da reunião, participou Virgílio Gomes da Silva, coordenador do GTA da ALN, que seria o comandante da operação. Virgílio selecionou os militantes Manoel Cyrillo de Oliveira Netto e Paulo de Tarso Venceslau, para participarem diretamente da ação. "Toledo", representando a direção da ALN, deslocar-se-ia para o Rio de Janeiro para coordenar as ações e orientar a ligação com as autoridades.

Os levantamentos, reconhecimentos e providências logísticas da operação, tudo sob a responsabilidade da DI/GB, já haviam sido realizados.

Fernando Paulo Nagle Gabeira, jornalista do "Jornal do Brasil" e responsável pelo setor de imprensa da DI/GB, através de sua amante Helena Bocayuva Khair, havia alugado, em 5 de agosto, a casa número 1.026 da Rua Barão de Petrópolis, no Rio Comprido.

O "aparelho", além de servir ao setor de imprensa, seria utilizado para guardar o embaixador após o sequestro.

Cláudio Torres, Cid Benjamin e Franklin levantaram o itinerário do carro do embaixador, que, invariavelmente e sem qualquer segurança, transitava de sua residência oficial – na rua São Clemente, em Botafogo – para a embaixada, na Av. Presidente Wilson. O itinerário, sempre o mesmo, iniciava-se na Rua São Clemente, passando pela descongestionada e tranquila Rua Marques, para atingir a Rua Voluntários da Pátria. A Rua Marques, por suas características, foi escolhida como o local para abordagem do carro do embaixador.

Vera Sílvia Araújo Magalhães ("Marta"), militante da FTA da DI/GB, foi a encarregada de levantar a personalidade e os horários de saída do embaixador. Aproveitando-se de sua aparência física atraente, à semelhança de ações anteriores, apresentou-se na casa do embaixador à procura de emprego como doméstica. Atendida pelo encarregado da segurança, Antônio Jamir, "Marta" envolveu-o emocionalmente, conseguindo os dados necessários à complementação do planejamento.

Acertados os detalhes, foi marcada a data de 4 de setembro para a ação. Paulo de Tarso Venceslau, no dia 2 de setembro, conduziu para o Rio de Janeiro os terroristas Virgílio Gomes da Silva e Manoel Cyrillo. Ao chegarem, foram recebidos por Cid e Cláudio, que os conduziram, "fechados", para um "aparelho" no bairro do Flamengo, próximo ao Hotel dos Ingleses.

Virgílio, cioso de suas prerrogativas de comandante, iniciou, com os outros militantes da ALN, os reconhecimentos dos locais e os itinerários, ainda no dia 2 de setembro, complementando-os no dia seguinte.

No dia 3 de setembro, completado o planejamento, Paulo de Tarso, por telefone, comunicou-se com "Toledo", em São Paulo, informando: "Negócio fechado. Mande a mercadoria". A senha, enviada para a residência do industrial Jacques Breyton – da rede de apoio da ALN – significava que a ação estava preparada, seria desencadeada, e que "Toledo" poderia deslocar-se para o Rio de Janeiro. No mesmo dia, "Toledo" viajou de avião para o Rio de Janeiro e se alojou no "aparelho" da Rua Barão de Petrópolis.

Em 3 de setembro, já estava pronto o documento, redigido por Fernando Gabeira, que seria deixado no carro do embaixador após o sequestro. O manifesto inseria o sequestro dentro do contexto das demais ações terroristas que ocorreriam na ocasião, classificando-o como um "ato revolucionário". Fazia propaganda "anti-imperialista". Fazia a exigência da libertação de quinze presos políticos – a serem anunciados oportunamente – que seriam conduzidos para

Argélia, Chile ou México, onde lhes pudesse ser concedido asilo político. A outra exigência era "a publicação e leitura desta mensagem completa nos principais jornais e estações de rádio e televisão de todo o País". Finalizando o manifesto, era feito o ultimato, concedendo quarenta e oito horas, para o Governo aceitar as condições impostas, e mais vinte e quatro horas, para que os presos fossem transportados para o exterior, em segurança. O não atendimento das exigências representaria o assassinato ou, mais apropriadamente, o "justiçamento" do embaixador. Assinavam o manifesto a Ação libertadora Nacional e o Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8), nome adotado pela DI/GB a partir de então.

A manhã do dia 4 de setembro foi tensa para os executantes diretos do sequestro. Com a antecedência necessária, foi tomado o dispositivo para a ação.

Na esquina das ruas São Clemente e Marques, ficaram estacionados o Volkswagen bege, com João Lopes Salgado e Vera Sílvia ("Marta"). O motorista era José Sebastião Rios de Moura ("Baixinho"), que se postou a pé na esquina, para anunciar a aproximação do carro do embaixador.

Num Volkswagen azul, com chapa de São Paulo, foram transportados Franklin, Cid e Virgílio. Virgílio saltou na Rua Marques e, de acordo com o planejamento, seria um dos elementos a entrar no carro do embaixador após a abordagem. O Volks azul, estacionado na Rua Marques, deveria realizar uma manobra – aparentando movimento normal de trânsito – que obrigasse o carro do diplomata a parar.

Cláudio Torres, Paulo de Tarso e Manoel Cyrillo chegaram ao local num Volks vermelho com chapa do Espírito Santo. Os três abordariam a pé, com Virgílio, o carro do embaixador. O Volks vermelho estacionou na Rua Marques, no lado oposto ao Volks azul, para estreitar a rua e impedir a manobra do veículo diplomático.

Na Rua Caio de Melo Franco, no Jardim Botânico, já havia sido estacionado, por Sérgio Rubens de Araújo Torres, membro da FTA da DI/GB, a Kombi Volkswagen verde que serviria para o transbordo do embaixador.

Tudo pronto. O tempo passava, a tensão aumentava. O Cadillac do embaixador não aparecia.

Por volta das 11 horas o esquema foi desfeito. Apurara-se que o embaixador, contrariando a rotina, havia saído de casa bem mais cedo. Restava a alternativa do retorno do mesmo para a embaixada, após o almoço em sua residência.

Às 13 horas, Virgílio determinou que o dispositivo fosse retomado. Apenas o Volks vermelho não foi utilizado. Havia vários carros estacionados estreitando a rua. O Volks foi abandonado na Rua Capistrano de Abreu.

Pronto o dispositivo, surgiu, na Rua Marques, um carro semelhante ao do embaixador americano. Os olhares convergiram para "Baixinho", que se encontrava na esquina. O sinal convencionado não foi dado; era o carro do embaixador português.

Finalmente, às 14h45min, "Baixinho" fez o sinal combinado. Surgiu, na esquina da Rua Marques, o imponente Cadillac negro, chapa CD-3, dirigido por Custódio Abel da Silva. Em marcha moderada, deslocava-se pela rua aproximando-se do local da ação. No banco traseiro, estava Charles Burk Elbrick. Cerca de vinte metros à frente, um Volks azul deixava o acostamento lentamente e fazia uma manobra em U. Custódio freou, para aguardar que a rua ficasse desimpedida.

Repentinamente, a calma da tarde foi interrompida. Quase que simultaneamente, as quatro portas do Cadillac foram abertas e quatro elementos armados lançaram-se para o interior do carro. Virgílio e Manoel Cyrillo encarregaram-se do embaixador. Elbrick, aturdido e sem entender o que estava ocorrendo, foi forçado a abaixar-se no assoalho do carro com as mãos na nuca, enquanto Virgílio anunciava: "Somos revolucionários brasileiros". Pela porta do motorista, entrou Cláudio Torres, que, empurrando Custódio e tomando-lhe o boné, colocou-se ao volante. Pela porta dianteira direita, entrou Paulo de Tarso, ameaçando Custódio com sua arma.

O Cadillac, ao arrancar, foi seguido pelo Volks azul que fazia a cobertura na retaguarda. Ao retornar à Rua São Clemente, seguindo para a região de transbordo, o carro diplomático passou a contar com uma cobertura, à frente, proporcionada pelo Volks bege dirigido por Sebastião Rios.

Após rodar alguns minutos, o Cadillac atingiu a região de transbordo. Elbrick recebeu a ordem para fechar os olhos e sair do carro. Imaginando que seria morto, tentou segurar a mão de Virgílio que empunhava um revólver. Recebeu violenta coronhada na cabeça, desferida por Manoel Cyrillo. Sangrando abundantemente e atordoado pela pancada, foi colocado no chão da Kombi e coberto com uma manta.

Os terroristas tinham, entretanto, cometido um erro grosseiro. O motorista Custódio, previsto para dar o alarme à polícia e divulgar o ocorrido, tinha sido levado ao local de transbordo e visto a Kombi verde que levaria o embaixador. Esta foi uma das valiosas pistas que levaram os órgãos de segurança a descobrir o "aparelho" da Barão de Petrópolis, já no dia seguinte, 5 de setembro.

Conduzido ao "aparelho", Elbrick, ensanguentado e ferido, permaneceu, ainda, cerca de quatro horas no interior da Kombi, dentro da garagem do "aparelho", aguardando o escurecer para ser levado para o interior da casa.

No local, já se encontravam "Toledo", Gabeira e Antônio de Freitas Silva ("Baiano"). "Baiano" havia sido contratado por elementos da DI/GB, como serviçal, para, futuramente, prestar serviço como mimeografista, na preparação de documentação subversiva.

Após o sequestro, o efetivo do "aparelho" foi engrossado pelas presenças de Virgílio, Manoel Cyrillo, João Lopes e Franklin. No interior da casa, foi montado um esquema de segurança. Os terroristas que se comunicavam com o embaixador o faziam encapuzados, para não serem reconhecidos.

A equipe de sete terroristas mantinha-se tensa, aguardando o desdobramento da ação. Os panfletos deixados no interior do carro diplomático exigiam a sua divulgação através dos meios de comunicação, como uma das condições para a salvaguarda de Elbrick.

Finalmente, durante a noite, os terroristas captaram a transmissão de rádio que divulgava o manifesto. Era sinal de que o Governo resolvera negociar, preservando a vida do diplomata americano. Naquela mesma noite, foi iniciada a seleção de nomes para a lista dos quinze criminosos políticos a serem libertados.

A ideia inicial do MR-8, de libertar três líderes estudantis, ampliada, posteriormente, por "Toledo", para quinze, exigia uma pesquisa para a qual o bando sequestrador não estava preparado. Tiveram dificuldades em selecionar nomes de outras organizações, pois desconheciam a importância dos diversos presos no contexto da subversão. Ignoravam, inclusive, o nome de Mário Roberto Galhardo Zanconato, da Corrente/MG, colocado na relação com o apelido de "Xuxu".

Finalmente, completaram a lista. Dela, faziam parte: Argonauta Pacheco da Silva, Flávio Aristides de Freitas Tavares, Gregório Bezerra, Ivens Marchetti de Monte Lima, João Leonardo da Silva Rocha, José Dirceu de Oliveira e Silva, José Ibraim, Luís Gonzaga Travassos da Rosa, Maria Augusta Carneiro Ribeiro, Mário Roberto Galhardo Zanconato, Onofre Pinto, Ricardo Vilas Boas Sá Rego, Ricardo Zarattini, Rolando Fratti e Vladimir Gracindo Soares Palmeira.

Na manhã do dia 5, sexta-feira, Fernando Gabeira e Cláudio Torres colocaram, na urna de donativos da Igreja do Largo do Machado, uma mensagem, informando que divulgariam a lista de 15 nomes e um bilhete manuscrito de Elbrick para a esposa. Uma cópia da mensagem foi deixada, como alternativa, na urna de donativos da Igreja N. S. de Copacabana, na Praça Serzedelo Correia.

Elbrick, acovardado e orientado por seus sequestradores, suplicava, em seu bilhete, que as autoridades não tentassem localizá-lo, informando que "a gente que me prendeu está determinada". Cláudio Torres, orientado por Gabeira, ligou para o "Jornal do Brasil" e para a "Última Hora", comunicando onde se encontravam as duas cópias da mensagem, e solicitou a sua publicação.

No início da tarde do dia 5 de setembro, a relação com os quinze nomes foi colocada pela dupla Gabeira Cláudio Torres na caixa de sugestões do mercado "Disco", do Leblon. Foi utilizado o expediente de ligar para a Rádio Jornal do Brasil, informando o local onde se encontrava a mensagem e pedindo a sua divulgação.

Naquela altura, os órgãos de segurança, graças ao amadorismo dos sequestradores, já tinham localizado o "aparelho" e o mantinham sob vigilância. Após seguirem Gabeira e Cláudio Torres nas andanças para a colocação das mensagens, os órgãos da segurança resolveram demonstrar aos sequestradores que já os tinham sob vigilância, e que qualquer dano causado ao embaixador seria imediatamente reprimido. Dois agentes bateram à porta do "aparelho" e, sem se preocuparem em disfarçar suas intenções, fizeram perguntas sobre os moradores da casa e outros detalhes típicos de uma investigação. Gabeira, esforçando-se em aparentar naturalidade, respondeu, de forma pouco convincente, as perguntas dos policiais. Enquanto isso, dentro do "aparelho", os sequestradores, assustados, preparavam-se para fazer frente a uma ação que não haviam previsto. Virgílio correu para o quarto de Elbrick e, colocando-o sentado no chão, permaneceu com o revólver apontado para a cabeça do apavorado embaixador.

Para alívio dos "revolucionários", os policiais retiraram-se. A vigilância foi intensificada e, a partir daquele momento até altas horas da madrugada, o tempo foi consumido em discussões para decidir qual a atitude a tomar. Chegaram à conclusão de que deveriam permanecer no "aparelho" e prosseguir com o planejamento inicial. Enquanto mantivessem Elbrick vivo, teriam chance de escapar.

O dia de sábado foi de expectativa. O governo brasileiro, em respeito à vida humana de um representante estrangeiro, já havia aceitado as condições dos terroristas. O México, um dos países propostos, tinha concordado em receber os presos políticos. Quatorze presos políticos foram reunidos no Rio de Janeiro. Gregório Bezerra seria recolhido em Recife, quando da passagem do avião. Às 17h30min, um avião Hércules da FAB decolou da Base Aérea do Galeão, levando, rumo ao México, os primeiros terroristas banidos do território nacional.

Na manhã do dia 7 de setembro, domingo, foi colocada, por Cláudio Torres, no monumento em frente à empresa Manchete, na Praia do Russel, a terceira e última mensagem. Os sequestradores anunciavam o conhecimento da chegada dos 15 subversivos no México e aguardavam apenas uma autenticação, previamente combinada, para libertar o embaixador.

Com o "aparelho" cercado, a vida do sequestrado valia, então, a vida dos sequestradores. Os terroristas resolveram escolher o momento da saída do jogo Fluminense x Bangu, no Maracanã, para libertar o embaixador. Tirariam proveito do início da noite e da confusão do trânsito, no final do jogo, para escapar do cerco policial. Elbrick foi colocado, vendado, num Volks dirigido por Cláudio Torres, com Virgílio Gomes a guardá-lo. Em outro Volks, fazendo a cobertura, deslocaram-se Cid Benjamin e Manoel Cyrillo.

Helena Bocayuva Khair auxiliara Gabeira a retirar do "aparelho" os dirigentes Franklin, Lopes Salgado e Câmara Ferreira. Antônio de Freitas Silva também já abandonara o local, auxiliado por Helena. Foi guardado num "aparelho", no bairro de São Cristóvão.

Por volta das 18h30min, os terroristas trancaram o "aparelho" e iniciaram o deslocamento, acompanhados por uma viatura policial. Os órgãos de segurança tinham ordem de não intervir para não colocar em risco a vida de Elbrick. No congestionado trânsito do término do jogo no Maracanã, os terroristas conseguiram distanciar-se e foram perdidos pela viatura policial.

Elbrick foi abandonado numa rua próxima do Largo da Segunda-Feira, na Tijuca, com ordens de permanecer quinze minutos no local antes de procurar auxílio. O intimidado embaixador cumpriu à risca as ordens dos terroristas. Transcorrido o prazo, tomou um táxi e retornou à sua residência.

Terminava, assim, resguardada a integridade do embaixador, o episódio que serviria de modelo para o sequestro de mais três diplomatas.

29. Os prenúncios da cisão do POC

Criado em abril de 1968, o Partido Operário Comunista (POC), no início de 1969, estava estruturado em São Paulo, Rio Grande do Sul, Guanabara, Minas Gerais e Bahia.

A Secretaria Regional de São Paulo (SR/SP) realizou, no princípio do ano, uma Conferência Regional, onde foram discutidos aspectos do trabalho de massa no movimento estudantil e no movimento operário, bem como problemas de segurança interna e de disciplina.

A conferência representou uma tentativa de dinamizar o trabalho da organização, em São Paulo, que, assim como nas demais áreas de atuação do POC, se encontrava parado, com sérias dificuldades de mobilização, principalmente no meio operário.

Buscando colocar na prática as resoluções dessa conferência, a SR/SP tentou implantar um trabalho operário na região do ABC, que, contudo, não apresentou resultados satisfatórios. A tentativa de penetrar no meio operário transformava-se em obsessão para o POC. Entretanto, a origem pequeno-burguesa da organização provocava sérias restrições ao seu trabalho.

Assim, um ano após sua criação, o POC pouco tinha progredido. Existiam sérios problemas políticos, econômicos e de segurança que geravam divergências. Os militantes oriundos da DL/PCB/RS e alguns elementos de São Paulo criticavam a direção nacional formada por antigos militantes da POLOP. A principal crítica, motivada pela crise econômica, levou o grupo divergente a propor a realização de "expropriações", como meio de atender à manutenção da organização.

Em Curitiba, antigos militantes da POLOP tentavam implantar um trabalho revolucionário, realizando, para isto, incursões na área estudantil. O contato com a direção nacional do POC foi conseguido no mês de junho. Em setembro, o núcleo do POC de Curitiba e seus prosélitos reunir-se-iam em Caiobá/PR, para realizar o "Ativo de Fundação do POC na Região".

Ainda em junho, visando a dirimir as contradições internas, o POC realizou, na Praia de Tramandaí, no Rio Grande do Sul, uma Reunião Ampliada Nacional (RAN), com a presença dos nove membros do Comitê Nacional (CN) e dos representantes das Secretarias Regionais de São Paulo, do Paraná, do Rio Grande do Sul, da Bahia e de Minas Gerais[296].

No decurso da reunião, ao ser realizado um balanço das atividades da organização, as divergências acirraram-se, numa antevisão de um futuro rompimento. O fulcro dos desentendimentos era a realização, ou não, das ações armadas. A maioria dos presentes, motivada, talvez, pela escalada armada da subversão em 1969, apoiava a realização de "expropriações".

As controvérsias na RAN provocaram modificações no Comitê Nacional. Érico Czackzes Sachs, contrário às ações armadas, afastou-se do CN, e ligou-se à SR/GB[297]. Otavino Alves da Silva foi substituído por Ângela Maria Mendes de Almeida[298].

Como reflexo da posição majoritária na RAN, favorável às ações de "expropriação", Flávio Koutzi, um dos dirigentes regionais do POC no Rio Grande do Sul, participou do assalto ao Sul-Banco, no dia 23 de julho, realizado em "frente" com o M3-G[299]. A SR/RS recebeu oito mil cruzeiros novos na partilha do produto do assalto, na primeira manifestação armada do POC em toda a sua história.

Em setembro de 1969, autorizado pela direção nacional, Régis Stephan de Castro Andrade compareceu como observador a uma reunião, em Campos do Jordão, de elementos dissidentes da Ala Vermelha do PC do B. Durante o conclave, Régis Stephan combinou novos contatos para discutir a formação de uma frente de atuação das organizações. Num primeiro encontro, firmou-se um acordo de atuação, em frente, do POC, do MRT, da REDE e da VPR. A associação das organizações recebeu a denominação de Frente de Mobilização Revolucionária (FMR) e assumiria, a partir de então, a autoria das ações decididas pela aliança, mesmo sem a participação de representantes de todas as organizações.

---

[296] Pelo CN, compareceram: Ceici Kameyama, Éder Simão Sader, Érico Czackzes Sachs, Fábio Oscar Marenco dos Santos, Flávio Koutzi, Nilmário de Miranda, Otavino Alves da Silva, Peri Thadeu de Oliveira Falcon e mais um, conhecido por "Armando". As Secretarias Regionais estavam representadas por: Clayton Rogério Duarte Netz (RS), Marcos Wilson (MG), Régis Stephan de Castro Andrade (SP), Teresa Daisi Furtado (PR) e "Azevedo" (BA).

[297] Érico Sachs, substituído no CN pelo suplente "Azevedo", seria preso no Rio de Janeiro, em setembro de 1969, no DOPS, de onde se evadiria no dia 20 de setembro, pedindo asilo político na Embaixada do México.

[298] Após a realização da RAN, a Secretaria Executiva Nacional (SEN) foi constituída por Fábio Oscar Harenco dos Santos, Ceici Kameyama, Éder Simão Sader e Ângela Maria de Almeida.

[299] Da ação, realizada sem conhecimento da direção nacional, participou, também, o militante do POC Antônio Pinheiro Sales.

O Comitê Nacional (CN) do POC aprovou o acordo, e os contatos foram passados, por Régis Stephan, para Fábio Oscar Marenco dos Santos, que havia recebido orientação da direção nacional para estruturar o "Setor Especial", com o objetivo de participar das ações da FMR.

Houve, no final de novembro, uma segunda reunião, quando se formalizou a constituição da FMR[300].

Em 13 de outubro, dentro da "onda militarista" que tomou conta do POC, foi realizado um assalto à residência de Manoel Marques Gregório, presidente do clube Portuguesa de Desportos, em São Paulo.

No final de 1969, o POC entrou num processo de luta interna, de âmbito nacional. Duas correntes distintas pretendiam impor seus pontos de vista. A corrente majoritária, conhecida como "Voluntarista", propugnava pela colaboração com outros grupos de esquerda, de linha violenta, para tentar impor sua linha política. A facção minoritária, conhecida como "Tendência Proletária", era partidária de um trabalho pacífico de proselitismo com a massa operária, para transformá-la em uma classe política independente, apta à conquista do poder e a transformação da estrutura social.

Antevendo o rompimento, o principal organizador da "Tendência Proletária", Éder Simão Sader, passou a realizar reuniões preparatórias para a estruturação da Organização de Combate Marxista-Leninista-Política Operária (OCML-PO).

30. O COLINA funde-se com a VPR

O ano de 1969 parecia promissor para o COLINA (Comando de Libertação Nacional). Seus dois assaltos a bancos, realizados em Belo Horizonte, no ano anterior, haviam-lhe fornecido o numerário suficiente para a aquisição de armas e para a instalação de diversos "aparelhos". Suas demais ações armadas – roubo de carros e lançamento de bombas –, dirigidas por Ângelo Pezzuti da Silva, foram coroadas de êxito, e a sigla "COLINA" já era respeitada pelas demais organizações subversivas. Na Guanabara, do mesmo modo, Juarez Guimarães de Brito conduzia as ações. Nos dois Estados, diversos assaltos a bancos já estavam planejados, bem como atentados a quartéis e a delegacias de polícia.

Em janeiro, o Comando Nacional (CN) da COLINA difundiu, internamente, o documento "Informe Nacional", no qual faz um balanço de suas atividades e se vangloria de que a organização *"já realiza ações básicas para a montagem do foco e demais tarefas da luta revolucionária, tais como ação de desapropriação, aquisição de material bélico, químico, de saúde, intendência, engenharia, comunicação, etc., contatos e treinamentos no exterior, definição de áreas táticas e estratégicas"*. Realça, também, que a sabotagem e o terrorismo "têm sido utilizados" pela organização: a primeira, visando, "fundamentalmente, a minar a economia e/ou atingir instalações das forças repressivas", e o segundo, para "justiçamento ou amedrontamento".

Na tarde de 14 de janeiro de 1969, o COLINA assaltou, simultaneamente, os bancos da Lavoura e Mercantil de Minas Gerais, em Sabará, onde roubaram cerca de setenta milhões de cruzeiros[301].

Apesar de o assalto ter alcançado êxito, ele representou o início do desmantelamento da organização político-militar (OPM) denominadaDigite a equação aqui. COLINA. Nessa mesma noite, Ângelo Pezzuti da Silva, seu principal dirigente, foi preso. Suas declarações possibilitaram a prisão de diversos militantes, dentre os quais José Raimundo de Oliveira, do Setor de Terrorismo e Sabotagem, Pedro Paulo Bretas e Antônio Pereira Mattos, do Setor de Expropriação.

Esses depoimentos levaram a polícia a desbaratar três "aparelhos" do COLINA, em Belo Horizonte, na madrugada de 29 de janeiro de 1969. À uma hora, onze policiais dirigiram-se para o "aparelho" da Rua Itaí, nº 113, no bairro Santa Efigênia, "entregue" por Ângelo Pezzuti, onde não encontraram ninguém, apenas documentos da organização. Às 2h30, foram para o "aparelho", delatado por Pedro Paulo Bretas, na Rua XXXIV, nº 31, no bairro Santa Ignez, onde encontraram explosivos, armas e munições. Às quatro horas, reforçados por três guardas-civis de uma radiopatrulha, os policiais chegaram no terceiro "aparelho", na Rua Itacarambu, nº 120, bairro São Geraldo, também "entregue" por Pedro Paulo Bretas. No local, quando disseram ser da polícia, foram recebidos por rajadas de metralhadora, disparadas por Murilo Pinto da Silva, irmão de Ângelo Pezzuti, as quais mataram o policial Cecildes Moreira de Faria e o guarda-civil José Antunes Ferreira; feriram, gravemente, o investigador José Reis de Oliveira. No local, foram encontradas armas, munições, fardas da PM, documentos do COLINA e dinheiro dos assaltos, sendo presos sete militantes da organização[302].

Essas prisões, posteriormente seguidas de outras, levaram o pânico aos militantes do COLINA, em Minas Gerais, inviabilizando o prosseguimento de suas atividades nesse Estado. Como o trabalho na Guanabara prosseguia incólume,

---

[300] Como representantes de suas organizações e "signatários" do acordo, estiveram presentes: Devanir José de Carvalho e Plínio Potersen Pereira, do MRT; Joelson Crispim e Ladislas Dawbor, da VPR; Eduardo Leite, da REDE; e Régis Stephan de Castro Andrade e Fábio César Marenco dos Santos, do POC.

[301] Participaram do roubo: Ângelo Pezzuti da Silva, Murilo Pinto da Silva, Afonso Celso Lana Leite, Antônio Pereira Mattos, Erwin Rezende Duarte, João Marques Aguiar, José Raimundo de Oliveira, Júlio Antônio Bittencourt de Almeida, Nilo Sérgio Menezes Macedo, Maria José de Carvalho Nahas, Pedro Paulo Bretas e Reinaldo José de Melo.

[302] Os sete eram: Murilo Pinto da Silva, Afonso Celso Lana Leite, Maurício Vieira de Paiva (ferido com 2 tiros), Nilo Sérgio Menezes Macedo, Júlio Antônio Bittencourt de Almeida, Jorge Raimundo Nahas e sua esposa, Maria José de Carvalho Nahas.

foram transferidos para esse Estado, onde chegou a ser criado o "Setor dos Deslocados", englobando os militantes mineiros, ainda desestruturados.

Com as "quedas", o COLINA sentiu a necessidade de intensificar o processo de fusão com a VPR, iniciado no ano anterior, e de acelerar os trabalhos de incorporação de outros grupos.

Já havia, desde meados de 1968, no Rio Grande do Sul, um grupo, ainda sem nome, que atuava no meio operário, publicando os jornalecos "União Operária" e "O Rebelde". Embora não tivesse programa e nem estatuto, defendia as posições foquistas e articulava-se em torno do advogado Carlos Franklin Paixão Araújo, com cerca de trinta militantes[303].

Em novembro de 1968, Carlos Alberto Soares de Freitas já havia feito uma reunião com o grupo, numa chácara próxima ao bairro Ipanema, em Porto Alegre, e, em fins de janeiro de 1969, Maria do Carmo Brito convidou esse grupo gaúcho para uma reunião, em março, no qual ele ia integrar-se ao COLINA. Ao mesmo tempo, o COLINA fazia contatos com outros grupos, da Bahia, de Goiás e do próprio Rio Grande do Sul. No início de março, foi realizada a reunião prevista na Rua Miguel Lemos, no bairro de Copacabana, à qual compareceram representantes desses grupos[304]. Nas discussões políticas, ficou claro que, para o COLINA, o caráter da revolução era socialista, mas com uma etapa de libertação nacional. Decidiram fazer uma nova reunião, dentro de sessenta dias, para efetivar a fusão e deslocar dois militantes do COLINA, Liszt Benjamin Vieira e Cláudio Galeno de Magalhães Linhares, para intensificar os trabalhos no Rio Grande do Sul.

Ainda no mês de março, o COLINA recebeu a incorporação de dois novos grupos, centrados na Guanabara: o Núcleo Marxista-Leninista (NML)[305] e a Dissidência da Dissidência (DDD)[306], engrossando seus efetivos e tornando mais forte e importante a organização.

Em 31 de março de 1969, o COLINA executou o assalto ao Banco Andrade Arnaud, na Rua Visconde da Gávea, nº 92, na Guanabara, onde foram roubados 45 milhões de cruzeiros e foi assassinado o comerciante Manoel da Silva Dutra.

Em fins de abril, o COLINA realizou um pleno numa casa em Petrópolis, com duração de cerca de dez dias, ao qual compareceram os mesmos representantes dessa organização que estiveram na reunião do início de março, com exceção de Inês Etienne Romeu, e procederam à integração dos grupos do Rio Grande do Sul, de Goiás, da Bahia e de Brasília. Foi aprovado um novo programa, que, apesar de ainda ser foquista, sustentava a necessidade de realizar um maior trabalho operário e definia o caráter da revolução como socialista, eliminando a etapa de libertação nacional. Foi aprovado, também, um projeto de estatuto e eleito o novo CN do ex-COLINA[307].

Na tarde de 15 de maio, militantes do ex-COLINA assaltaram o Banco Mercantil de Niterói, Agência do Mercado São Sebastião, na Avenida Brasil, roubando 12 milhões de cruzeiros.

Alguns dias depois, houve a primeira reunião do novo CN, em Copacabana, onde foi fixada a estrutura orgânica e foram setorizados os membros da direção, além de traçados os planos para a fusão com a VPR.

Em 28 de maio, após intensa perseguição e tiroteio, foram presos os militantes Fausto Machado Freire e Marco Antônio de Azevedo Meyer, logo após terem roubado um Aero-Willys, na Rua Barão da Torre, em Ipanema.

A última ação do ex-COLINA, enquanto organização, foi o assalto à Agência Urca do União de Bancos Brasileiros, na Guanabara, em 16 de junho, de onde foram roubados 27 milhões de cruzeiros.

A partir desse mês, foi feita a fusão da organização com a VPR, dando origem à Vanguarda Armada Revolucionária-Palmares (VAR-P).

31. VPR: as "quedas" do primeiro trimestre e a fusão com o COLINA.

---

303 Entre eles estavam: Raul Ellwanger, Antonio da Cunha Lousada, Antonio Luiz de Carvalho, João Ruaro Filho, Athanásio Orth, Maria Celeste Martins, Paulo de Tarso, Delci Fensterseifer, Francisco Martinel Torres, Vânia Amoretti Abrantes e o casal Raul David do Valle Júnior e Ida Furstein do Valle, que seriam, posteriormente, deslocados para Brasília.

304 Participaram da reunião: Carlos Alberto Soares de Freitas, Juarez Guimarães de Brito, Maria do Carmo Brito, Apolo Heringer Lisboa, Herbert Eustáquio de Carvalho, Inês Etienne Romeu, Helvécio Luiz Amorim Ratton e Dilma Vana Rousseff Linhares, pelo COLINA; Carlos Franklin Paixão Araújo e Antônio Luiz de Carvalho, pelo Rio Grande do Sul; Rafton Nascimento Leão, por um grupo de Goiás; Raul David do Valle Júnior e Ida Furstein do Valle, por Brasília; e um elemento de codinomes "Fábio" e "Patrício", representando um grupo da Bahia.

305 O NML era liderado por: Jaime Walwiltz Cardoso ("Marcelo"), Francisco Celso Calmon Ferreira da Silva ("Túlio") e Alan Marinho de Albuquerque ("Alex").

306 A DDD era liderada por: Jorge Eduardo Saavedra Durão, Sérgio Emanuel Dias Campos e Álvaro Arthur do Couto Lemos Neto, além de Fernando Luiz Nogueira de Souza, Cláudio Jorge Câmara, Carlos Minc Baumfeld, Wilson Thimóteo Júnior e sua esposa, Flávia de Camargo Cavalcanti de Thimóteo.

307 A partir desse plano, a organização passou a assinar seus documentos como "ex-COLINA". O novo CN era integrado por: Carlos Alberto Soares de Freitas, Juarez Guimarães de Brito, Maria do Carmo Brito, Herbert Eustáquio de Carvalho, Carlos Franklin Paixão de Araújo, Dilma Vana Rousseff Linhares e Carlos Avelino Fonseca Brasil.

Expurgada daqueles que condenavam o militarismo inconsequente, a VPR iniciou o ano de 1969 com dois assaltos em São Paulo: ao Banco Itaú-América, na Rua Jumana, onde levaram 35 milhões de cruzeiros; e ao Banco Aliança do Rio de Janeiro, da Rua Vergueiro, onde foram roubados 20 milhões de cruzeiros.

Mas foi o assalto ao 4º RI que desestruturou a VPR, em consequência das prisões ocorridas em 23 de janeiro, em Itapecerica da Serra. Os depoimentos, particularmente os de Pedro Lobo de Oliveira e Oswaldo Antônio dos Santos, proporcionaram, alguns dias depois, as prisões de Dulce de Souza Maia, José Ibrahim, Roque Aparecido da Silva e João Leonardo da Silva Rocha.

Em 30 de janeiro, foram presos Otacílio Pereira da Silva e os irmãos Nelson e Pedro Chaves dos Santos, na Fazenda Ariranha, em Paranaíba, no Mato Grosso, local em que a VPR fazia treinamento de guerrilhas.

Após as expulsões de dezembro de 1968 e as prisões de janeiro de 1969, dos seis elementos que compunham o Comando Nacional (CN) da VPR restavam três: Waldir Carlos Sarapu, Onofre Pinto e Diógenes José Carvalho de Oliveira.

Em 11 de fevereiro, em tiroteio na gráfica Urupês, morria Hamilton Fernando Cunha ("Escoteiro"), militante da ALN, e era ferido José Ronaldo Tavares de Lira e Silva, da VPR, numa ação em que, também, foi baleado um policial.

Em 26 de fevereiro, no mesmo dia em que a VPR assaltava o Banco da América, da Rua do Orfanato, levando 102 milhões de cruzeiros, a polícia chegou a um sítio, em Cotia, que servia como "aparelho" da organização, denunciado por Otacílio Pereira da Silva. Seus ocupantes, o casal de militante Joselina de Jesus Pereira e Joaquim Gonçalves dos Santos, reagiu à prisão. Joaquim foi morto na ocasião.

Dois dias depois, a prisão e as declarações de Aristides Nogueira de Almeida propiciaram que a polícia prendesse, em 2 de março, na Praça da Árvore, em Vila Mariana, dois membros do CN, Onofre Pinto e Diógenes José Carvalho de Oliveira, além de Roberto Cardoso Ferraz do Amaral, Isaías do Vale Almeida – marido da cantora Marília Medaglia –, Armando Augusto Vargas Dias, militante do Rio Grande do Sul, e o advogado Antônio Expedito Carvalho Pereira.

As prisões de cerca de trinta militantes, entre os quais os três "militaristas" do CN, e a descoberta de mais de uma dezena de "aparelhos" foram um preço muito caro para o relativo sucesso tático que a VPR alcançou com o assalto ao 4º RI.

Desestruturada, a VPR organizou um congresso em abril de 1969, numa casa em Mongaguá, cidade do litoral paulista[308]. Nele, o grupo de Celso Lungaretti oficializou a sua incorporação à VPR, e, em face das "quedas" de janeiro, fevereiro e março, o Setor Logístico foi reformulado, criando-se três Grupos Táticos Armados (GTA), que seriam, doravante, os responsáveis pela execução das ações armadas. Ficou decidido não mais haver a fusão com a ALN, cujas relações estavam estremecidas desde o roubo das armas do 4º RI, e intensificar a aproximação com o COLINA, para uma próxima fusão.

A partir desse congresso, a VPR reiniciou suas ações armadas, com um assalto a um banco na Rua Duílio, na Lapa. Em 9 de maio, realizou o assalto simultâneo aos bancos Federal, Itaú, Sul-Americano e Mercantil de São Paulo, este, na Rua Piratininga, na Mooca, cujo gerente, Norberto Draconetti, foi esfaqueado. Nesta ação, o guarda-civil Orlando Pinto da Silva foi morto, com dois tiros – um, na nuca, e o outro, na testa –, por Carlos Lamarca, que se encontrava escondido atrás de uma banca de jornais. Na retirada do grupo, Lamarca disparou uma rajada de metralhadora para o ar, como se marcasse seu primeiro assalto a banco e sua primeira morte.

Em 8 de junho, ainda na capital paulista, a VPR assaltou o Hospital Santa Lúcia, na Alameda Ribeirão Preto, levando grande quantidade de equipamento médico. No dia 13, foi a vez da Agência da Avenida Jabaquara da União de Bancos Brasileiros, com o roubo de 39 milhões de cruzeiros.

Reconhecido por populares, foi preso, no interior de um cinema, em 28 de junho, o ex-soldado do 4º RI, Carlos Roberto Zanirato. Na manhã do dia seguinte, saindo em diligências para apontar militantes e "aparelhos" da VPR, Zanirato suicidou-se, atirando-se embaixo das rodas de um ônibus, na Avenida Celso Garcia. De qualquer modo, suas primeiras declarações possibilitaram à polícia chegar a dois "aparelhos", onde foram encontrados documentos e armas da organização: um, na Rua Itaquera, na Mooca, onde foi preso, em 29 de junho, Gilson Theodoro de Oliveira, e o outro, na Rua Bonsucesso, no bairro Belém, em 2 de julho, onde residiam José Araújo de Nóbrega e o casal Tereza Ângelo e Gerson Theodoro de Oliveira, irmão de Gilson.

Nessa época, encerrava-se a primeira fase da VPR. Com a fusão com o COLINA, surgia a Vanguarda Armada Revolucionária-Palmares (VAR-P).

32. A VAR-Palmares e a "grande ação"

---

[308] Compareceram a esse congresso: Carlos Lamarca, Antônio Roberto Espinosa, Chizuo Ozava, Fernando Carlos Mesquita Sampaio Filho e Cláudio de Souza Ribeiro – estes cinco, eleitos para o CN –, Waldir Carlos Sarapu, Darcy Rodrigues, Eduardo Leite, José Raimundo da Costa, José Campos Barreto, Roberto das Chagas e Silva, Ana Matilde Tenório da Mota, Celso Lungaretti, José Claúdio Telles Cubas e sua mãe, Maria Joana Telles Cubas.

Os primeiros meses de 1969 foram marcados pelas prisões de dezenas de militantes da VPR e do COLINA, inclusive diversos de seus dirigentes. Debilitadas, ambas buscaram, na fusão, um modo de rearticularem-se, formando uma única organização, mais poderosa e de âmbito quase nacional.

No início de junho, membros da VPR e do COLINA, numa casa do litoral paulista, próximo a Peruíbe, realizaram uma primeira reunião. Ao final do encontro, foi emitido o "Informe Conjunto", que comentava sobre "a perfeita identidade política das duas organizações", o que deveria conduzi-las à fusão, só ainda não concretizada oficialmente em face da ausência de alguns membros do CN do COLINA. Foi marcada uma nova reunião para o final do mês, que ultimaria a fusão, e um congresso para referendá-la.

Nesse período, entretanto, as ações armadas não pararam. Na noite de 22 de junho, militantes das duas organizações assaltaram uma Companhia do 10º Batalhão da FPESP, em São Caetano do Sul, roubando 94 fuzis, 18 metralhadoras INA, 30 revólveres Taurus calibre 38, 360 granadas e cerca de 5 mil cartuchos de calibres diversos. Aumentava o arsenal já conseguido com os assaltos à casa de armas Diana e ao 4º RI.

No início de julho, numa outra casa do litoral paulista, em Mongaguá, realizou-se a denominada Conferência de Fusão, com o comparecimento de todos os integrantes dos dois CN. No "Informe sobre a Fusão", datado de 7 de julho de 1969, já aparecia o nome da nova organização, a Vanguarda Armada Revolucionária-Palmares (VAR-P), que iria, também, ganhar a adesão de militantes da Dissidência do PCB de São Paulo (DI/SP)[309].

Estruturalmente, foram criados dois grandes setores: o Setor de Luta Principal (SLP), para tratar do treinamento e da formação da "coluna guerrilheira"; e o Setor de Lutas Complementares (SLC), encarregado das lutas urbanas e da coordenação das regionais de São Paulo, Guanabara, Rio Grande do Sul, Distrito Federal, Goiás, Minas Gerais e Bahia. Na determinação da área estratégica para a implantação da guerrilha rural, foi vencedora a proposta do COLINA, sendo escolhida uma área com mais de cem mil quilômetros quadrados, no Maranhão, em Goiás e no Piauí, abrangendo as cidades de Imperatriz, Porto Franco, Barra do Corda e Tocantinópolis.

Apesar de a fusão ter sido concretizada, as discussões da conferência não foram tranquilas. Transcorreram num clima tenso e, por vezes, tumultuado. Os "massistas", oriundos do COLINA, mais bem preparados politicamente, criticavam os "militaristas" da VPR, pelo "imediatismo revolucionário" que defendiam. De qualquer forma, ao entrarem com 55 milhões de cruzeiros e um grande arsenal de armas, munições e explosivos, os guerrilheiros oriundos da VPR sentiam-se moralmente fortalecidos, em comparação a nenhum dinheiro, duas metralhadoras Thompson e quatro pistolas entregues pelo COLINA. Entretanto, tudo foi esquecido quando Juarez Guimarães de Brito apresentou o seu trunfo, o planejamento da "grande ação", que poderia dar à VAR-P a sua independência financeira.

Gustavo Buarque Schiller, o "Bicho", era um secundarista da Guanabara que havia participado das agitações estudantis de 1968 e, através de militantes do NML, era ligado ao COLINA. De família rica, morava em Santa Teresa, próximo à casa de sua tia, Anna Benchimol Capriglione, conhecida como a "amante do Adhemar", ex-governador de São Paulo. Ao saber que, no casarão de sua tia, na Rua Bernardino dos Santos, havia um cofre com milhões de dólares, levou esse dado à organização.

No início de maio de 1969, o "Bicho" recebeu de Juarez Guimarães de Brito a incumbência de realizar levantamentos mais acurados, para um futuro assalto. Descobriu, então, que não havia só um, mas dois cofres, o segundo num escritório em Copacabana. Descobriu, também, que deveria haver, nos cofres, de dois a quatro milhões de dólares, além de documentos que poderiam incriminar, por corrupção, o ex-governador.

Juarez vislumbrou a "grande ação". Num assalto simultâneo, arrecadaria recursos financeiros nunca antes conseguidos por uma organização e, com os documentos, poderia desmoralizar um dos articuladores da Revolução de 1964. Necessitando de mais dinheiro para o roubo dos cofres, Juarez decidiu executar o que denominou de "ação retificadora", assaltando, em 11 de julho, a Agência Muda, do Banco Aliança. O assalto não proporcionou o resultado esperado: além de apurarem apenas 17 milhões de cruzeiros, foram perseguidos pela polícia, quando Darcy Rodrigues assassinou o motorista de táxi Cidelino Palmeira do Nascimento[310].

Feitos os levantamentos para o roubo dos cofres, concluiu-se que o assalto ao cofre de Copacabana necessitava de um tempo maior de planejamento, o que a "revolução" não poderia conceder. Decidiu-se, então, pelo roubo de Santa Teresa.

Na tarde de 18 de julho de 1969, 13 militantes do VAR-P, disfarçados de policiais e comandados por Juarez Guimarães de Brito, invadiram o casarão de Anna Benchimol Capriglione, à cata de "documentos subversivos"[311]. Após

---

309 Foi eleito o seguinte CN (três oriundos de cada organização): Carlos Lamarca, Antônio Roberto Espinosa e Cláudio de Souza Ribeiro, da VPR; Juarez Guimarães de Brito, Maria do Carmo Brito e Carlos Franklin Paixão Araújo, do ex-COLINA.

310 Os assaltantes foram: Chael Charles Schreier, Adilson Ferreira da Silva, Fernando Borges de Paula Ferreira, Flávio Roberto de Souza, Darcy Rodrigues, Reinaldo José de Melo e Sônia Eliane Lafoz.

311 Erradamente, Emiliano José e Oldack Miranda; autores do livro "Lamarca - o Capitão da Guerrilha", Global Editora. São Paulo, 1980, afirmam, na página 59, que Carlos Lamarca comandou a "ação de Santa Teresa". Participaram do roubo: Wellington Moreira Diniz, José Araújo de Nóbrega, Jesus Parede Sotto, João Marques de Aguiar, João Domingos da Silva, Flávio Roberto de Souza, Carlos Minc Baumfeld, Darcy Rodrigues, Sônia Eliane Lafoz, Reinaldo José de Melo, Paulo César de Azevedo Ribeiro, Tânia Manganelli e mais um terrorista da VAR-P.

confinarem os presentes numa dependência do térreo da casa, um grupo subiu ao 2º andar e levou, através de cordas lançadas pela janela, o cofre de 200kg, colocado numa Rural Willys. Em menos de trinta minutos, consumava-se o maior assalto da subversão no Brasil. Levado para um "aparelho" localizado próximo ao largo da Taquara, em Jacarepaguá, o cofre foi aberto com maçarico, com o cuidado de enchê-lo de água, através da fechadura, para evitar que o dinheiro se queimasse. Aberto, os militantes puderam ver, maravilhados, "milhares de cédulas verdes boiando". Penduraram as notas em fios de "nylon" estendidos por toda a casa e secaram-nas com ventiladores. Ao final, os dois milhões, oitocentos mil e sessenta e quatro dólares atestavam o sucesso da "grande ação".

Entretanto, entre os documentos encontrados, só havia cartas e papéis pessoais e nada que pudesse incriminar o ex-governador, além das inevitáveis especulações sobre as origens da fabulosa quantidade de dólares. O destino dado ao dinheiro nunca foi devidamente esclarecido, perdido nos obscuros meandros da cobiça humana sobrepondo-se à ideologia.

Juarez e Wellington Moreira Diniz deixaram todo o dinheiro num "aparelho" da Rua Oricá 768, em Braz de Pina, guardado por Luiz Carlos Rezende Rodrigues e Edson Lourival Reis Menezes. Após alguns dias, Juarez foi buscar o dinheiro e determinou que essas duas "testemunhas" viajassem para a Argélia. Edson foi, em, 12 de agosto, a fim de comprar armas, e Luiz Carlos, para fazer um curso de guerrilha[312].

Cerca de 300 mil dólares foram colocados em circulação, sabendo-se que muitos militantes receberam 800 dólares para emergência, e os dirigentes passaram a viver sem dificuldades financeiras. Inês Etienne Romeu recebeu 300 mil dólares. Cerca de 1,2 milhão foi distribuído pelas regionais, para aquisição de armas, "aparelhos" e carros, além da implementação das possíveis áreas de treinamento de guerrilhas. No final de setembro, Maria do Carmo Brito entregou ao Embaixador da Argélia no Brasil, Hafif Keramane, a quantia de um milhão de dólares. As ligações do Embaixador Keramane com o COLINA, por meio de Juarez e de Maria do Carmo Brito, iniciaram-se em 1968, tendo o diplomata argelino auxiliado essa organização na aquisição de armas e na preparação de viagens de militantes para fazer curso na Argélia, como Chizuo Ozava ("Mário Japa"), em novembro de 1969.

Quanto a Gustavo Buarque Schiller, o "Bicho", seu destino foi mais claro – senão trágico – do que o dos dólares que denunciou. Logo após o assalto, passou para a clandestinidade, no Rio Grande do Sul, onde usou os codinomes de "Luiz" e de "Flávio". Preso em 30 de março de 1970, foi banido para o Chile, em 13 de janeiro de 1971, em troca da vida do embaixador suíço. Depois de passar longos anos de dificuldades financeiras na França, retornou ao Brasil, em 18 de novembro de 1979. Movido por "conflitos existenciais", suicidou-se, em 22 de setembro de 1985, atirando-se de um edifício de Copacabana.

Com os dólares, com as armas e com os militantes preparados, a VAR-P nascia grande e prometia tornar-se a maior das organizações subversivas brasileiras. Os conflitos ideológicos entre seus integrantes, originados de uma fusão que nunca desceu da cúpula dirigente às bases, acabariam por dividi-la e enfraquecê-la.

33. VAR-P : O "Congresso do Racha"

Após a Conferência de Fusão entre a VPR e o COLINA, os meses de julho e agosto de 1969 foram dedicados à preparação do I Congresso Nacional da VAR-P, posteriormente conhecido como o "Congresso do Racha", com a redação das teses para o evento e a realização das conferências regionais para a discussão das teses para a eleição dos delegados.

Entrementes, na noite de 29 de julho, a VAR-P perdia dois expressivos militantes, oriundos da DI/SP, em tiroteio com policiais num posto de gasolina da Barra Funda, bairro da capital paulista Eram Fernando Borges de Paula Ferreira – amante de Sonia Eliane Lafoz –, que morreu no local, e João Domingos da Silva, que faleceu, posteriormente, em face dos ferimentos. Nesse tiroteio, ficaram gravemente feridos três policiais: Francisco Rocha, José Roberto M. Salgado e Adriano Ramos, além do funcionário público Osmar Antônio da Silva.

Quanto às teses para o Congresso, pelo lado dos oriundos da VPR, dois documentos marcavam uma posição nitidamente foquista, desprezando o trabalho junto às massas e privilegiando, de um modo total e absoluto, a coluna guerrilheira Os documentos gerados eram "A Vanguarda Armada e as Massas na Primeira Fase da Revolução", conhecido como as "teses do Jamil", escrito por Ladislas Dowbor e "Área Estratégica-Coluna Móvel Guerrilheira", preparado por Carlos Lamarca e Juarez Guimarães de Brito, expressando as ideias do "teórico" Chizuo Ozava ("Mário Japa").

Ao mesmo tempo, uma comissão de militantes cuja origem era o COLINA escrevia os documentos "Teses sobre a Tática" e "Política de Organização", expressando uma posição contra o foquismo e o militarismo, defendendo uma linha socialista[313]. Ainda dentro dessa mesma posição, passaram a circular os documentos "Estratégia", "Guerra Revolucionária", "Situação Internacional, América Latina e Realidade Nacional" e "Contribuição à Elaboração de uma Linha

---

[312] No início de 1970, já no Brasil, Luiz Carlos Rezende Rodrigues pediu para Jorge Frederico Stein levar, do Rio Grande do Sul para a Guanabara, em duas viagens, a quantia de 220 milhões de cruzeiros.

[313] Constituíram a comissão: Álvaro Arthur do Couto Lemos Neto, Jorge Eduardo Saavedra Durão e Carlos Alberto Soares de Freitas.

de Massa", este, preparado pela regional do Rio Grande do Sul. Em resposta às teses de Ladislas Dowbor, Álvaro Arthur do Couto Lemos Neto escrevia "A Subversão de nossa Estratégia pelo Camarada Jamil".

Na Conferência Especial dos Deslocados, foi aprovado o documento "Revolução no Foquismo", redigido por "Helio Moreira", pseudônimo utilizado por Apolo Heringer Lisboa, no qual criticava a coluna guerrilheira e defendia a deflagração de "pequenas guerrilhas irregulares", em estreita vinculação com o movimento de massa, cujos efetivos, nelas empenhados, seriam os embriões de um futuro exército.

Em meados de agosto de 1969, começaram a chegar os primeiros delegados ao congresso, realizado numa casa em Teresópolis. Compareceram os seis integrantes do CN do VAR-P e nove delegados eleitos pelas conferências regionais. José Raimundo da Costa e Celso Lungaretti apresentaram-se como representantes de São Paulo, sem terem sido eleitos por uma conferência, que não foi realizada sob a alegação de problemas de segurança. Não foram aceitos, e, durante seis dias, o congresso aguardou para que a conferência da regional paulista elegesse, regularmente, dois novos delegados. Completando-se os 16 militantes com direito a voto, a Conferência dos Deslocados elegeu um delegado especial, Apolo Heringer Lisboa. Foram também convidados, com direito, apenas, à palavra, outros seis militantes. Na equipe de segurança e manutenção, havia onze militantes.

O grande ausente do congresso foi Ladislas Dowbor ("Jamil"), cujo documento suscitou as maiores polêmicas, além de Fernando Carlos Mesquita Sampaio Filho, do comando da ex-VPR.

Durante cerca de 20 dias, 33 militantes transformaram aquilo que seria o I Congresso Nacional do VAR-P num festival de bebedeiras e tóxicos, recheado por acirradas discussões políticas que, por pouco, não degringolaram em agressões físicas e tiros[314]. Os debates foram prejudicados pelo deficiente encaminhamento da ordem do dia e pelo baixo nível político da média dos participantes.

Tão logo o Congresso foi iniciado, apareceram divergências, ao realizarem o balanço da fusão e o funcionamento da estrutura do CN da VAR-P. Os delegados criticaram a Conferência da Fusão, estabelecida pela decisão da cúpula sem que tivessem sido ouvidas as bases, e não chegaram a um acordo sobre a estrutura da organização, pois as divergências de pensamento político eram profundas.

Nas discussões sobre estratégia e tática, formaram-se três posições: a primeira, a da maioria, defendia a linha estabelecida pelos documentos confeccionados pelo ex-COLINA, a da revolução socialista, com a luta armada sendo realizada simultaneamente, com a coluna guerrilheira no campo, a classe operária e os segmentos populares nas cidades; a segunda, a da minoria, defendia uma linha nitidamente foquista, estabelecida nas "Teses do Jamil", nas quais o aspecto militar se tornava mais importante que o político, e a coluna guerrilheira no campo era o único aspecto essencial; e a terceira, representada, apenas, pelo voto isolado de Apolo Heringer Lisboa, que negava a coluna guerrilheira e acusava as duas outras propostas de foquistas.

A "maioria" procurava respostas lógicas, alicerçadas no maior conhecimento político dos militantes cuja origem era o COLINA. A minoria, dos foquistas, tinha respostas rápidas e ideológicas, consequência do militarismo extremado da ex-VPR. No dia 5 de setembro, durante o Congresso, um exemplo típico do estado de espírito que reinava nesse conclave foi a entrada intempestiva de um dirigente da ex-VPR, numa sessão plenária, gritando, em altos brados, a respeito do sequestro do embaixador americano, realizado no dia anterior pela ALN e pelo MR-8: "Enquanto nós discutimos, eles estão fazendo a revolução!".

Nas discussões noturnas sobre a tática, cristalizaram-se as divergências e apareceu o denominado "Grupo dos 7" ou "Racha dos 7". Logo depois, apresentando as divergências como irreconciliáveis, o "Grupo dos 7" retirou-se do plenário, lendo um documento datado de 26 de setembro, no qual explicitava a sua decisão: "Fica suspensa a ultimação da fusão VPR-COLINA" e "Fica restaurada a vida orgânica da VPR"[315].

Concretizara-se o "Racha". A VAR-P e o "Grupo dos 7" reuniram seus representantes e chegaram a um acordo sobre a divisão do patrimônio, segundo o qual o "Racha" ficaria com 10% do dinheiro e 60% das armas.

Após a saída dos sete, houve mais uma sessão entre os que ficaram, quando reafirmaram a disposição de permanecer na VAR-P, e elegeram um CN provisório[316]. Decidiram desmobilizar o congresso durante dez dias (por problemas de segurança, advindos da saída dos sete) e iniciar a sua segunda fase, após relatar o ocorrido às bases.

Entretanto, alguns dias depois, apareceu uma nova divisão na VAR-P, conhecida como o "Racha dos 4" e consubstanciada pelo documento "Cerrar Fileiras por uma Linha Revolucionária"[317]. Os quatro, imediatamente, receberam

---

[314] Cláudio de Souza Ribeiro bebeu o tempo todo; Raul Moura Ellwanger dormiu com Ana Matilde Tenório da Mota, esposa do ausente Fernando Carlos Mesquita; e Darcy Rodrigues tentou violentar uma das mulheres presentes.

[315] O "Grupo dos 7" era integrado por: Carlos Lamarca, Cláudio de Souza Ribeiro, Chizuo Ozava, Darcy Rodrigues, José Raimundo da Costa, Celso Lungaretti e José Araújo de Nóbrega. Também foi chamado Antônio Rodrigues Espinosa, do ex-CN/VPR, que, em inflamadas discussões, foi pressionado a aderir ao "Racha dos 7". Espinosa respondeu que eles estavam livres para sair, e que ele continuaria com a VAR-P.

[316] O CN provisório era composto por: Carlos Alberto Soares de Freitas, Carlos Franklin Paixão Araújo e Antônio Roberto Espinosa.

[317] Compunham o Grupo dos 4 e assinaram o documento: Juarez Guimarães de Brito, Maria do Carmo Brito, Herbert Eustáquio de Carvalho e Welington Moreira Diniz.

a adesão de mais um participante do Congresso, Liszt Benjamin Vieira, que afirmou, também num documento, "nada se nega à Coluna". O "Grupo dos 4" unia seus dólares às armas do "Grupo dos 7".

Nos primeiros dias de outubro, após contraditar o novo "racha" com o documento "Pela Unidade de Princípios, Contra o Oportunismo", a VAR-P designou uma comissão para dialogar com os dissidentes, no bar das Paineiras, na Floresta da Tijuca. O então "Grupo dos 12" exigiu o nome "VAR-Palmares", dizendo que eles é que davam "peso internacional ao nome". A VAR-P não aceitou, retrucando que já haviam divulgado o ocorrido às bases. Em seguida, o grupo denunciou o acordo sobre o patrimônio, efetuado no Congresso, afirmando que o material deveria ser distribuído proporcionalmente pela quantidade de militantes das organizações que haviam participado das ações armadas, e que o obtiveram. Com isso, a VPR seria regiamente aquinhoada em armas e dinheiro. Não obtendo o concorde da VAR-P, após inflamadas discussões, decidiu-se que cada um ficaria com o que já possuía. De qualquer modo, o "Grupo do Racha" ficou com a maior parte do dinheiro e das armas. Com a VAR-P ficaram cerca de oitocentos mil dólares. "Uma vitória de Pirro para a maioria da VAR"[318].

Nos meses seguintes, grande seria a corrida das duas organizações para o aliciamento das bases. Em setembro, por ocasião do "racha", a VAR-P possuía cerca de trezentos militantes. No final de 1969, mais ou menos cem militantes haviam permanecido na VAR-P, cem estavam presos e outros 100 já estavam com a VPR, ressurgida após o "racha".

A VAR-P havia perdido a oportunidade de se tornar a maior organização subversiva brasileira.

34. A VAR-P encerra o seu I Congresso Nacional.

Interrompido o "Congresso do Racha", em Teresópolis, e após o "Racha dos 4", a VAR-P continuou a 2ª fase do Congresso, realizado no início de outubro de 1969, no Rio de Janeiro, num apartamento próximo à Rua Visconde de Albuquerque, no Leblon, com o comparecimento de todos os militantes da 1ª fase que não aderiram ao "racha", com o acréscimo de Fernando Carlos Mesquita Sampaio Filho, do ex-CN/VPR.

Além de estabelecer o caráter socialista da revolução brasileira, o Congresso do VAR-P determinou que a tática principal seria a coluna guerrilheira, enquanto as guerrilhas irregulares no campo e na cidade deveriam ser encaradas como formas secundárias de luta. Estabeleceu, também, a criação de organizações clandestinas de massa no campo e na cidade, a fim de levar a luta armada às massas e formar um futuro exército, a partir da coluna.

Foi eleito um novo CN e, por problemas de segurança, resolveram encerrar o Congresso, nomeando comissões para a redação das resoluções[319].

Ainda em outubro de 1969, a VAR-P realizou a primeira reunião de seu CN, no Rio de Janeiro. Foi nessa reunião que foram redigidas as resoluções do I Congresso da VAR-P, consubstanciadas nos seguintes documentos: "Programa", "Estatuto", "Estratégia", "Tática", "Tática para o Trabalho no Campo", "Tática para o MO", "Situação Naciona1 e Análise de Classe" e "Balanço Crítico da VAR-Palmares". No final de todos os documentos, aparecia o lema que celebrizou a VAR-P: "Ousar Lutar - Ousar Vencer"[320].

Nessa época, mais de uma dezena de militantes que haviam sido expulsos da Ala Vermelha ingressaram na VAR-P[321]. A VAR-P procurava, assim, aumentar seus quadros e articulava-se em São Paulo, na Guanabara, no Rio Grande do Sul, em Minas Gerais, na Bahia, em Goiás, no Paraná e no Ceará.

Em 15 de novembro, através do documento "Carta Aberta à Direção", um grupo, liderado por Apolo Heringer Lisboa, desligou-se da VAR-P e foi constituir a Dissidência da VAR-Palmares (DVP).

Na noite de 21 de novembro, a polícia chegou num dos "aparelhos" da organização, localizado na Rua Aquidabã nº 1.530 Apto 101, no Méier, na Guanabara. Após a voz de prisão, seus ocupantes resistiram a tiros e petardos de dinamite. Foram presos Antônio Roberto Espinosa, do CN, Chael Charles Schreier e Maria Auxiliadora Lara Barcellos. Fanatizado, Chael chegou a ingerir veneno – apesar dos agentes terem procurado impedir a ação –, e faleceu no dia seguinte. Maria Auxiliadora, dois dias depois, tentou enforcar-se[322]. Espinosa, ao contrário, apontou diversos "aparelhos" e elementos da VAR-P, inclusive, da VPR, onde havia militado. Com a sua "queda", iniciava-se o desvelamento da estrutura da VAR-P.

---

318 José E. e Miranda, O: "Lamarca - O Capitão da Guerrilha", Global Editora, São Paulo, 1980, página 63.

319 O novo CN era composto por: Carlos Alberto Soares de Freitas, Jorge Eduardo Saavedra Durão, Carlos Franklin Paixão Araújo, Mariano Joaquim da Silva e Antônio Roberto Espinosa.

320 A VPR também usava esse lema.

321 Ingressaram na VAR-P nessa ocasião: James Allen Luz, Raimundo Gonçalves de Figueiredo, Honório Amorim Bezerra, Eliezer Vaz Coelho, Lúcio da Costa Fonseca, Chaouky Abbara, Domingos Quintino dos Santos, e os irmãos Dimas e Denis Antônio Casemiro, este, logo depois, entrando em divergências com seu irmão e ingressando na VPR.

322 Maria Auxi1iadora Lara Barcellos viria a cometer suicídio em 1976, na República Federal da Alemanha.

Após a prisão de Espinosa, Cláudio Jorge Câmara foi cooptado para o CN e designado para dar assistência ao Setor de Operações na Guanabara, que se encontrava em processo de organização e montagem. Seria, posteriormente, incorporado ao Comando Regional (CR).

Na segunda quinzena de dezembro, realizou-se, na cidade de Guarapari/ES, uma reunião do CN. Essa reunião, que durou quase dez dias, foi, praticamente, dedicada à elaboração de documentos sobre política de organização, os quais passariam a orientar os militantes sobre os critérios de recrutamento, métodos de direção, finanças, normas de segurança e estrutura orgânica. Foram, ainda, discutidas e formuladas resoluções sobre a situação geral do VAR-P, que constaram do documento "Balanço Político e Orgânico do VAR-P". Decidiu-se pela redução dos deslocamentos de militantes, em face dos problemas de segurança, e pela designação dos membros do CN para darem assistência aos diversos organismos subordinados.

Foi criado, na ocasião, o equivalente a uma Comissão Executiva, composta por duas subcomissões: a Executiva de Luta Secundária, integrada por Jorge Eduardo Saavedra Durão, responsável pela assistência aos CR de MG, BA e GO, e a denominada "Imprensa Nacional", por Carlos Franklin Paixão de Araújo, assistente dos CR de SP e RS, e por Cláudio Jorge Câmara, que ficou responsável pelos Setores de Operações e de Comunicações no CR da Guanabara; e a Executiva de Luta Principal, integrada por Carlos Alberto Soares de Freitas, com a missão de assistir e estruturar os setores logísticos, de treinamento e de área, que seriam os responsáveis pela implantação e treinamento da Coluna Guerrilheira. Mariano Joaquim da Silva, que ficou incumbido de realizar contatos de campo em Goiás, onde faria levantamentos de área, fazia, também, parte dessa Executiva.

A Executiva de Luta Principal, na prática, pouco fez, principalmente por concluir que seria impossível iniciar-se qualquer atividade de treinamento militar, pela inexistência de elementos especializados para instruir os seus militantes. Para sanar essa deficiência, o CN da VAR-Palmares designara James Allen Luz, para planejar o sequestro de um avião para Cuba, que visava, entre outros objetivos, a obter tal treinamento naquele país.

35. O ressurgimento da VPR

Após o "Congresso do Racha" e a reunião com uma comissão da VAR-P, no bar do Hotel das Paineiras, o "Grupo do Racha" designou a Comissão Reestruturadora Nacional, integrada por Carlos Lamarca, Juarez Guimarães de Brito e Cláudio de Souza Ribeiro, a fim de reorganizar a VPR.

Entretanto, o mês de outubro de 1969 foi trágico para a VPR. No dia 14, a prisão de Reinaldo José de Melo, que havia participado da "grande ação", possibilitou a identificação de diversos militantes da VAR e dos que haviam aderido ao "racha". No dia 16, foi preso Carlos Minc Baumfeld, que também participara do roubo do cofre, e que denunciou o "aparelho" da VPR, na Rua Toroqui nº 59, em Vila Kosmos, na Guanabara, onde residia com sua amante Sônia Eliane Lafoz e Eremias Delizoikov, que, resistindo a tiros à voz de prisão, morreu no local. Alguns dias depois, a VPR distribuiu um panfleto clamando por vingança aos seus mortos, particularmente, a Eremias, ameaçando os militares do Exército: "Podem esperar, nós vamos enchê-los de chumbo quente".

No início de novembro de 1969, foi realizado um Congresso Nacional, na Barra da Tijuca, no Rio[323], e o "Grupo do Racha" adotou, oficialmente, o antigo nome de VPR e elegeu um novo CN[324].

A estrutura foi reformulada, criando-se dois comandos subordinados ao CN: o Comando Rural ou de Campo e o Comando Urbano, que possuía, em cada regional, o Setor de Inteligência e a Unidade de Combate (UC).

Desde agosto de 1969, a regional de São Paulo da antiga VPR possuía um sítio em Jacupiranga, próximo ao quilômetro 254, da BR 116, onde fazia treinamentos de tiro e marchas tipo guerrilha. Lamarca, nomeado comandante em chefe da VPR, não havia participado do congresso, pois se encontrava dirigindo esses treinamentos. Entretanto, a proximidade dessa área a uma rodovia e a regiões urbanas fez com que a VPR a desmobilizasse e ativasse a área de Registro, no Vale da Ribeira. Além desta, a VPR iniciou a preparação de mais duas áreas de treinamento, visando à implantação de uma futura coluna móvel guerrilheira em Goiás, para onde foi enviado o militante Manoel Dias do Nascimento. Outra área foi criada na região Norte do Rio Grande do Sul, entre Três Passos e Tenente Portela, dirigida por Roberto Antônio de Portini, que chegou a criar, em dezembro de 1969, uma empresa de "fachada", a "Sociedade Pesqueira Alto Uruguai Ltda.".

---

[323] Entre outros, estiveram presentes: Juarez e Maria do Carmo Brito, Cláudio de Souza Ribeiro, Darcy Rodrigues, Herbert Eustáquio de Carvalho, Liszt Benjamin Vieira, Inês Elienne Romeu, Diógenes José Carvalho de Oliveira, Ladislas Dowbor, Sônia Eliane Lafoz, Iara Iavelberg (amante de Lamarca) e Oswaldo Soares.

[324] O CN era composto por: Carlos Lamarca, Maria do Carmo e Ladislas. Juarez não quis integrar o CN, preferindo ficar em sua assessoria, juntamente com Herbert.

No final de novembro de 1969, a VPR sofreu uma defecção importante em seus quadros dirigentes, com a saída de Cláudio de Souza Ribeiro, por motivos amorosos que vinham resultando em conflitos emocionais e intermináveis bebedeiras[325].

Em dezembro, a UC da VPR, na Guanabara, realizou dois assaltos para roubo de armas: a um quartel do Exército, em Triagem, quando foram obtidas duas metralhadoras, e a um quartel da Aeronáutica, na Avenida Brasil, quando três fuzis foram levados. Nos últimos dias do ano, em "frente" com ALN, MRT e REDE, a VPR assaltou os bancos Itaú-América e Mercantil, na Avenida Brigadeiro Luiz Antonio, em São Paulo.

O ano de 1969 encerrou-se com um mau presságio para a VPR. A prisão, em 29 de dezembro, em Nanuque, Minas Gerais, do ex-cabo do Exército José Mariane Ferreira Alves, que havia participado do roubo de armas do 4º RI, levou à polícia a descobrir as ligações de Lamarca com dois oficiais da ativa do Exército, o Capitão Altair Luchesi Campos e o Tenente Rui Amorim de Lima. Apesar de o Cabo Mariane ter optado em ficar na VAR-P, sua militância anterior na VPR possibilitou o desvendamento da infiltração desta organização no Exército.

36. Resistência Democrática (REDE)

Antes da fusão da VPR com o COLINA, Eduardo Leite ("Bacuri") já se encontrava em divergências com a sua organização, a VPR. Após o Congresso de Mongaguá/SP, em abril de 1969,"Bacuri" constatou que as tarefas estabelecidas no conclave não estavam sendo levadas à prática, e que a coordenação da VPR não conseguia implantar a linha política lá definida.

No dia 9 de agosto, foi distribuído nas ruas de São Paulo um panfleto da "Resistência Nacional Democrática Popular", organização, até então, inédita para os órgãos de segurança. O panfleto conclamava o povo à luta contra os "generais entreguistas", incentivando a organização de "grupos de ação, de, no máximo 6 (seis) pessoas", que teriam como tarefas: a distribuição de panfletos, a participação em greves, a sabotagem de empresas estrangeiras e o ataque às instalações da repressão. Os grupos de ação teriam um comandante que faria ligações com outros grupos e, na evolução dos acontecimentos e na intensificação das ações, seria escolhida uma coordenação para a ação conjunta de mais de um grupo. Esta coordenação integraria o organismo à REDE, ou seja, à Resistência Democrática, como passou a ser conhecida a nova entidade subversiva. O panfleto da REDE era fechado com as palavras de ordem "Liberdade", "Igualdade", "Solidariedade" e pelo *slogan* "Liberdade ou Morte". "Bacuri" associou-se a outro descontente, Gilberto Faria Lima, e iniciou a estruturação da organização, restrita, de início, aos dois. Compraram um mimeógrafo e a panfletagem de 9 de agosto representou o esforço solitário da dupla. Com o tempo, o grupo cresceu quantitativamente pelo aliciamento de pessoas propensas a participarem de atividades políticas, de cunho subversivo, e pela adesão de dissidentes de outras organizações clandestinas.

A REDE não possuía uma linha política que servisse de orientação e guia para os militantes que a integravam. Num esboço de programa, apreendido nas "quedas" de maio de 1970, a organização pretendia adotar uma estrutura baseada em grupos de combate constituídos de no máximo seis elementos, sendo um deles o comandante. A união de seis grupos constituiria uma companhia. Dos seis comandantes de grupo, seria retirado um comandante de companhia. O escalão imediatamente superior seria o batalhão, constituído de seis companhias, cujo comandante seria eleito com a participação do comando da REDE. A organização devia reger-se pelo centralismo democrático, com os grupos em discussão e participação das decisões do comando.

A REDE, assim como outras organizações surgidas na mesma ocasião, não passava de um grupo de assaltantes sem qualquer perspectiva e sem objetivos nítidos. Segundo Eduardo Leite ("Bacuri"), sua maior liderança, a REDE pretendia derrubar o Governo através da luta armada; entretanto, a ação marginal que desenvolvia nunca foi além de assaltos para a manutenção de seus militantes clandestinos.

A REDE, através de seus quadros mais politizados, tentou elevar o nível ideológico de seus militantes. Com esse objetivo, Denize Peres Crispim, amásia de "Bacuri", ministrou cursos de politização em Bom Jesus de Pirapora. Durante os cursos, eram realizados, também, treinamentos de tiro. Além dos assaltos que a caracterizaram, a organização realizou algumas panfletagens no centro da cidade de São Paulo[326].

A falta de efetivo suficiente levou a REDE a efetuar suas ações em "frente" com outras organizações, destacando-se a afinidade com o MRT, com a VPR e com a ALN.

---

[325] Ex-marinheiro e possuidor de curso em Cuba, em 1966, quando ainda estava no MNR, Cláudio de Souza Ribeiro sempre foi considerado como "linha de frente" da VPR, integrando diversos de seus comandos nacionais e, inclusive, tendo participado do "Racha dos 7", Apaixonando-se por Cleide Dall'Ollio, saiu da VPR e foi morar com sua amásia em Recife. Entretanto, a história de amor não iria chegar a um final feliz. Em 22 de julho de1971, por ciúmes, Cláudio assassinou Cleide e entregou-se à polícia. Tentou o suicídio em agosto. Seis anos depois, em julho de 1977, Cláudio fugiu da penitenciária de Itamaracá.

[326] Os panfletos, sem muita denominação, repetiam os chavões de sempre, utilizados pelas esquerdas. O encarregado de redigir a documentação da organização era Fernando Kolleritz, ex-militante da VPR que havia participado das Ligas Camponesas até 1964.

Em setembro, alguns de seus elementos incendiaram vários caminhões pintados com as cores do Exército que estavam estacionados no pátio da Fábrica Ford, em Vila Prudente/SP[327].

No assalto, realizado em outubro, a dois funcionários da Light, em São Bernardo do Campo, o terrorista Walter Olivieri, motorista do automóvel usado na ação, foi ferido superficialmente com um tiro nas costas, vítima da imperícia de Ismael Andrade dos Santos ao descarregar suas armas.

No dia 5 de outubro, foi realizada uma tentativa de assalto ao Supermercado Peg-Pag da Avenida Américo Brasiliense, em Santo Amaro, resultante da "frente" constituída pela REDE e pelo MRT. Devanir José de Carvalho, líder do MRT, havia comprado, dias antes, um caminhão Ford 48, onde pretendia transportar o cofre do supermercado. O caminhão, transportando areia e pneus velhos, tinha sido preparado para receber o impacto do cofre que seria atirado de uma janela do andar superior.

De madrugada, quando a equipe de assaltantes se dirigia para a área, o Volkswagen dirigido por Devanir José de Carvalho e guarnecido por Mocide Bucheroni e Ismael Andrade dos Santos, ambos da REDE, foi interceptado por uma viatura da radiopatrulha que fazia o policiamento rotineiro. Devanir estacionou o veículo, sacou seu revólver de calibre 38 e aguardou. Quando o soldado da FPESP Abelardo Rosa de Lima, mais conhecido como "Rosani", aproximou-se da porta do motorista para pedir documentos, recebeu um tiro no peito. Mocide Bucheroni, complementando o "serviço", saiu do carro e disparou uma rajada de metralhadora contra a vítima agonizante e outra contra a viatura da radiopatrulha. Da ação, que aumentou o rol das vítimas fatais do terror, participaram, também, pela REDE, Eduardo Leite ("Bacuri") e Walter Olivieri[328].

Em novembro, a REDE e o MRT prosseguiram sua caminhada espalhando a morte e o terror. Na investida contra a agência do INPS, na Lapa, três de seus membros adentraram o escritório e, para realizar a "expropriação", mataram um guarda de segurança e feriram outro[329]. Na fuga empreendida, Devanir, que dirigia o Volkswagen, atropelou um pedestre e, ao fazer uma curva, em alta velocidade, bateu na traseira de um caminhão de entrega da Coca-Cola, que estava estacionado. Impedido de prosseguir, o famigerado trio retirou, sob a ameaça das armas, o motorista de um carro que vinha atrás e, apossando-se do veículo, completou a fuga.

Ainda em 1969, a REDE assaltou, em "frente" com o MRT, a agência da Light, na Rua Siqueira Bueno nº 37, em Belém, no dia 8 de setembro, e o veículo perua da Heliogas, em novembro. Com o auxílio da ALN, da VPR e do MRT, a REDE participou do assalto simultâneo aos bancos Itaú-América e Mercantil da Avenida Brigadeiro Luiz Antonio, no dia 29 de dezembro[330].

A falta de quadros experientes levou a REDE a optar pela constituição de "frentes" na realização de suas ações. Tal fato, aliado à inexistência de uma linha política definida, provocaria, com a "queda" de maio de 1970, a absorção de seus remanescentes pela ALN.

37. A "Corrente Dois" da AP funda o Partido Revolucionário dos Trabalhadores

Ao fazer aliança com Maria do Carmo Ibiapina de Menezes – com quem passara um período na França –; Sérgio Horácio Lopes Bezerra de Menezes, marido de Maria do Carmo; Altino Rodrigues Dantas Júnior, que regressara de uma visita a Cuba; Alípio Cristiano de Freitas; dentre outros; Vinícius Caldeira Brant apresentara suas ideias no documento "Duas Posições", durante a Iª RADN da AP[331]. Expulso dessa organização, o grupo que ficara conhecido como "Corrente Dois" iniciou estudos e contatos para a formação do Partido Revolucionário dos Trabalhadores (PRT).

As divergências essenciais entre as posições do PRT e da AP configuravam-se, em nível estratégico, na caracterização da revolução brasileira. Enquanto o PRT a estabelecia como socialista e realizada numa única etapa, a AP a definia como democrática e burguesa, numa primeira etapa. Segundo o PRT, as tarefas democráticas e nacionais seriam realizadas durante a revolução socialista, sem caracterizar uma etapa. A Guerra Popular, escolhida pela AP como o

---

[327] Participaram da ação: Gilberto Faria Lima, Ismael Andrade dos Santos e Walter Olivieri, chefiados por "Bacuri".

[328] No final de outubro, "Bacuri" expulsou da organização o militante Ismael Andrade dos Santos. Ismael recebeu a missão de alugar um "aparelho" para a organização e gastou o dinheiro em benefício próprio.

[329] Os três eram: Denize Peres Cristina, Eduardo Leite ("Bacuri") e Devanir José de Carvalho ("Henrique").

[330] Além dos militantes já citados, a REDE contou, na ação da Av. Brig. Luiz Antonio, com a participação de Elias Marijas Júnior e José Bezerra do Nascimento, que haviam sido aliciados para a organização no mês de dezembro.

[331] A ida de Vinícius Caldeira Brant, como representante da AP, ao 1º Congresso da OLAS, em julho/agosto de 1967, e sua permanência na França, num exílio voluntário, contribuíram para que formasse uma ideia sobre a revolução brasileira, diferente daquela trazida da China por alguns dirigentes da organização.

caminho revolucionário, era contestada pelo PRT, que fazia opção pela Guerra Revolucionária das massas para a implantação da "Ditadura do Proletariado".

Finalizando as críticas à AP, o PRT, que não aceitava o pensamento de Mao Tsé-Tung como a terceira fase do marxismo, afirmava que "a ligação com as massas", dentro de uma visão leninista, significava ligar-se através do programa, dirigindo-as como sua vanguarda e incutindo nelas a ideologia proletária. A AP desejava, segundo o PRT, que o militante de origem pequeno-burguesa se "purificasse", integrando-se na produção como operário ou camponês.

O ano de 1969 foi consumido em estudos, pelos líderes do PRT, para a confecção dos documentos que serviriam de base para a formalização do partido.

Entre 17 e 27 de setembro de 1969, em Formoso/GO, às margens da estrada Belém-Brasília, foi realizado o I Congresso do PRT, onde foi aprovado o "Projeto de Programa". Além da confirmação de sua estratégia, foco da dissensão com a AP, o Projeto estabelecia uma estrutura organizacional semelhante à da AP. Durante o Congresso, o PRT elegeu o Comitê Central (CC), de 13 membros, e a Direção Nacional Provisória (DNP)[332]. A DNP deveria convocar uma reunião do CC para escolher uma Direção Executiva de quatro membros[333].

No aspecto da organização, o PRT constituía-se de comitês de zona, regionais, central, de secretarias e de regiões[334].

Os comitês zonais deveriam ser compostos por três bases em funcionamento – com cinco elementos em cada base – e por duas, em estruturação.

Cada comitê deveria ter um secretariado de quatro membros, que ocupariam as Secretarias de Guerra Revolucionária, de Organização, de Massas – Agitação e Propaganda e a de Finanças.

A Secretaria de Guerra Revolucionária seria a responsável pela guerrilha, pela inteligência e pela propaganda armada. A Secretaria planejava a aplicação de dois tipos de Guerra Revolucionária (GR), a rural e a urbana. Na execução da GR do tipo urbana, havia os setores de terrorismo e sabotagem e de expropriações logísticas. A Secretaria de Organização tratava do "recompletamento" de quadros e do zoneamento das regiões. A de Finanças respondia pelo suporte financeiro da organização, compreendendo as finanças políticas, correspondentes às arrecadações do partido, e as finanças militares, resultantes das "expropriações". A de Massas – Agitação e Propaganda era a responsável pela imprensa e pela realização de panfletagens e pichações.

Na realidade, o CC do PRT não orientava efetivamente o partido, pois não havia militantes suficientes para estruturar e mobiliar todas as regiões da organização. As regiões 2, 3, 6 e 7, citadas em 115, foram as únicas que conseguiram estruturar o Comitê Regional, embora não tenham constituído comitês zonais por absoluta falta de militantes.

A organização era efetivamente dirigida pela DNP, que não conseguiu reunir o CC para eleger a Direção Executiva. A carência de quadros e a falta de recursos aproximariam o PRT de outras organizações, visando à atuação em "frente".

38. A FBT estrutura-se em nível nacional

Dotada de uma direção nacional, a Fração Bolchevique Trotskista (FBT) estruturou o seu Comitê Regional (CR) do Rio Grande do Sul e, em julho de 1969, organizou o CR de São Paulo[335].

Nessa época, a FBT possuía o seu jornal oficial "Voz Proletária" e atuava com células, nos setores bancário, estudantil e operário, realizando, basicamente, trabalho de massa, com distribuição de panfletos nas portas de fábricas.

Em agosto e setembro, iniciaram-se os contatos entre Vera Lúcia Stringuini, mulher de Vito Antonio Letizia, com José Arlindo Soares e Inocêncio Rodrigues Uchoa, de Pernambuco, e Lourival Almeida de Aguiar, do Ceará, que

---

[332] A DNP era composta por Altino Rodrigues Dantas Júnior, Vinícius Nogueira Caldeira Brant e Maria do Carmo Ibiapina Bezerra de Menezes.

[333] O CC constituído no I Congresso, o único realizado pelo PRT, era composto de Alípio Cristiano de Freitas, Maria do Carmo Ibiapina Bezerra de Menezes, Altino Rodrigues Dantas Júnior, Vinícius Nogueira Brant, Alberto Henrique Becker, Augusto Nascimento, Manoel de Souza Castro, Ferreira, João Francisco e Pedro de Souza.

[334] Na Região 2 (SP, PR e Triângulo Mineiro), o trabalho na direção estava, acumulativamente, com o trabalho de direção nacional, sendo exercido por Vinícius Caldeira Brant, Maria do Carmo Ibiapina Bezerra de Menezes e Altino Rodrigues Dantas. Tinham a auxiliá-lo o membro do CC, Alberto Henrique Becker. Na Região 3 (GB, MG e RJ) o trabalho era coordenado por Alípio Cristiano de Freitas, auxiliado por sua mulher Wanda Corsetti Marinho. Antônio de Paulo e Augusto Nascimento eram camponeses do Vale do Pindaré, no Maranhão, e responsáveis pelo trabalho na R7 (MA e PI). "Luciano" ou "Gordo" e Ferreira eram de Recife e coordenavam os trabalhos no R6 (AL, PE, PB, RN E CE). Para Recife, dirigiu-se João Francisco, membro do CC, após abandonar a militância no PRT, em Nova Iguaçu/RJ. Na R8 (GO, DF e Leste do MT), o trabalho incipiente estava sob a responsabilidade de Manoel de Souza Castro, camponês do Norte de Goiás, irmão de José Porfírio, que mantinha contatos em Uruaçu, Porangatu e Santa Tereza.

[335] O CR/RS era integrado por Vito Antonio Letizia, Alexandre Schneider da Silva, Vera Lucia Stringuini, Silvio Nogueira Pinto Junior e Wili Alberto Branks dal Zot. O CR/SP tinha, na sua direção: Luiz Carlos Schmidt, Antônio Carlos de Campos e Antônio Gonçalves Pedro Gomes.

representavam grupos dissidentes do PORT nesses dois Estados. Em outubro de 1969, realizou-se, na localidade de Massapê, no Ceará, a I Conferência Regional do Nordeste, quando se configurou a entrada desses grupos na FBT. Em consequência, foram criados os CR do Ceará e de Pernambuco.

A FBT ampliava suas atividades: dos trabalhos estudantil e operário, realizados no Rio Grande do Sul e em São Paulo, estendia-se para tentar o trabalho camponês, no Nordeste.

39. MPL: Luta Armada x Conscientização das Massas

Durante o ano de 1969, prosseguia, no Movimento Popular de Libertação (MPL), a velada luta entre a intenção de Arraes, que pretendia apoiar a luta armada, e a visão do núcleo dirigente, no Brasil, que advogava um trabalho de conscientização para que a queda do regime se desse pela pressão das massas.

Da reunião de fundação, em maio de 1968, resultou uma comissão provisória de sete membros que representaria diversas tendências enfeixadas no MPL. Na verdade, a organização pretendia ser uma frente de oposição ao governo revolucionário, e, não, uma entidade com estrutura e diretrizes próprias[336]. A aceitação do MPL implicava a união das oposições e na atuação coordenada das organizações subversivas. Na realidade, tal fato não ocorreu. Todos cobiçavam, apenas, os possíveis benefícios que o prestígio de Arraes pudesse conseguir no exterior, para as suas organizações. A união ficou unicamente na intenção, inviabilizada, desde o princípio, pela dificuldade de comunicação entre a própria comissão provisória e pela clandestinidade a que se submeteu a oposição.

A edição do Ato Institucional-5, em dezembro de 1968, causou uma dispersão do núcleo do MPL, e o afastamento de alguns de seus membros acelerou o esvaziamento da organização. No início de 1969, foi realizada uma reunião, de âmbito nacional, na fazenda do pai do ex-deputado Márcio Moreira Alves, no Estado do Rio de Janeiro, quando se procurou fazer uma avaliação do significado do AI-5[337]. Este ato revolucionário serviu para acirrar as divergências dentro do MPL. Os adeptos da luta armada reafirmaram seus propósitos, citando, inclusive, a chegada de um elemento de Cuba, possuidor do curso de guerrilhas, que responsabilizar-se-ia por um "Grupo Especial" que se dedicaria a obter recursos por meio da realização de ações armadas.

Arraes, naquela altura, afirmava que não estava surpreso com a decretação do ato revolucionário, que era consequência da crise econômica que ele já havia previsto. Ao pretender manter o fluxo de recursos que recebia do estrangeiro, ele ordenou de Argel, que o MPL reativasse seus contatos com as organizações foquistas. Arraes já havia recebido, na capital argelina, porta-vozes de líderes subversivos, reclamando do isolamento que estavam sujeitos por parte do MPL, no Brasil.

Marcos Correia Lins passou a liderar, no Brasil, a corrente de oposição ao apoio à luta armada e, independentemente da orientação de Arraes, iniciou a estruturação de uma organização que teria atuação paralela às existentes. Em carta endereçada a Miguel Arraes, afirmava que Marighella se recusava a falar-lhe. Arraes insistiu com Marcos sobre a necessidade de aproximação das diferentes forças. O MPL – a "frente das oposições" – não deveria discriminar qualquer organização, e, sim, buscar a união de todas[338].

Em São Paulo, o consultório dentário de Sônia Correia Lins, na Avenida São Luiz 258, sala 510, tornou-se ponto de encontro de subversivos. Lá, eram marcados encontros, guardavam material impresso, etc. O consultório tinha-se transformado em um "aparelho". A movimentação tornou-se tão acintosa, que a irmã de Marcos, sentindo-se ameaçada, viajou para a Europa, em julho de 1969.

Na França, Sônia retomou contato com seu outro irmão, Sílvio Correia Lins, que para lá se deslocara quando teve sua prisão preventiva decretada no Brasil[339]. Iniciaram conversações sobre a situação da organização e sobre a necessidade de definição de uma linha política, a fim de encerrar as divergências entre o irmão, Marcos Correia Lins e Miguel Arraes[340].

---

336 O nome frente só não foi oficializado, porque houve reação de algumas organizações, principalmente, da Ação Popular, em aceitar a denominação.

337 Desta reunião participaram, dentre outros, Márcio Moreira Alves, Mauro Borges, Dejaci Magalhães, Vitelbino Ferreira de Souza, Marcos Correia Lins, Francisco Pereira de Araújo, Afonso Delelis e Aurélio Wander Chaves Bastos.

338 Marcos redarguiu, prevendo para breve o extermínio das organizações foquistas. Arraes não concordou com esse ponto de vista, porquanto apreciava o movimento político no Brasil com a visão distorcida pela distância do exílio.

339 Sílvio era procurado por atividades subversivas no Estado de Pernambuco, na época em que era Secretário de Viação e Obras Públicas do Governo Arraes. Sílvio trabalhava como engenheiro da Renault e transitava frequentemente no eixo Paris-Argel, em contato com Arraes.

340 Em Paris, mantinham residência os militantes da MPL Roberto Las Casas, ex-professor da UnB, e Rui Rodrigues da Silva, ex-secretário de Educação do Estado de Goiás, no governo Mauro Borges. Refletindo o relacionamento entre Arraes e Marighella, encontravam-se em ligação com os militantes da MPL, em Paris, os militantes da ALN Frei Osvaldo Augusto de Resende Júnior e Aloísio Nunes.

Em setembro de 1969, Miguel Arraes dirigiu-se a Paris, onde se iniciaram as discussões visando a definir a linha política do movimento, sua estrutura, sua política de quadros, a estratégia e as táticas[341]. Durante os encontros, o ex-governador propôs que o movimento em formação se fundisse com a ALN, e que os elementos originários do MPL passassem a constituir a infraestrutura de apoio da organização de Carlos Marighella. Houve reação à proposta, e as discussões prolongaram-se até a Páscoa de 1970.

Um dos pontos abordados nas reuniões foi a necessidade de o movimento passar a contar com um suporte financeiro autônomo, que mantivesse um fluxo de recursos constante, independente do auxílio internacional.

Por volta de setembro/outubro, foi criada, em sociedade, por Miguel Arraes e os irmãos Sílvio e Marcos Correia Lins, a firma de importação e exportação Intrade S.A., com sede em Argel. A firma teria a finalidade de atuar no comércio internacional e comercializar recursos para o MPL. Sílvio Correia Lins se tornou um dos diretores da Intrade, com a obrigação de fazer prestação de contas periódica a Arraes.

Antes da definição dos destinos do MPL, já ocorrera um fato que desagradara os que se opunham à fusão com a ALN. Em outubro de 1969, Arraes, sem consultar os demais companheiros do MPL, tomou a iniciativa de criar, em Paris, a Frente Brasileira de Informações (FBI). Acompanharam o ex-governador de Pernambuco, nessa iniciativa, o ex-deputado Márcio Moreira Alves, o Padre Almery Bezerra e Everaldo Norões.

Em novembro de 1969, após a morte de Marighella e o aumento do número de subversivos que fugiam do Brasil e se dirigiram à Europa, Sônia Correia Lins e Rui Rodrigo da Silva montaram um esquema de recepção e encaminhamento daqueles que se dirigiam à França. Os meios para montagem desse esquema foram conseguidos com uma organização protestante, o CIMADE, que possuía um hospital em Paris e um centro de recepção fora da capital francesa.

Ao "Comitê de Entrada" – como ficou conhecida a entidade criada por Sônia e Rui – juntaram-se alguns dos que chegavam de fora e tinham, nesta atividade, os meios de sobrevivência custeados pelo CIMADE. O Comitê, que serviu para promover a organização MPL junto às demais organizações subversivas, tinha a finalidade de dar apoio financeiro e auxílio de ambientação aos subversivos brasileiros.

No final de 1969, o MPL ainda não possuía um fundo ideológico definido, caracterizando-se, aos olhos daqueles que se opunham a Arraes, como um movimento de massas de cunho socialista. A única definição era a de que não apoiava a luta armada.

A aproximação de Arraes com Marighella e a opção deste pela luta armada criariam um obstáculo intransponível à conciliação e provocariam o rompimento.

40. Do MNR surge o Grupo Independência ou Morte

A "queda" da "Guerrilha de Caparaó" desarticulou o Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR). As lideranças que não foram presas retiraram-se para o exterior.

No início de 1968, Amadeu Thiago de Melo retornou clandestinamente ao Brasil, vindo de Cuba. Auxiliado por Ana Araújo Arruda Albuquerque, refez contatos com elementos do MNR que não tinham sido atingidos. O trabalho foi reativado nos subúrbios do Rio de Janeiro, através do militante Roberto Pinto de Luna Pedrosa.

Durante as atividades de rearticulação do MNR, Thiago de Melo manteve dois contatos, com o MPL de Miguel Arraes. O primeiro, em 1968, foi feito com o então deputado federal Márcio Moreira Alves. No segundo, em 1969, o interlocutor de Arraes foi Marcos Correia Lins. Apesar da interferência de Dagoberto Rodrigues, que, do Uruguai, incentivava o trabalho com o MPL, Thiago de Melo não conseguiu acordo com o grupo de Arraes.

No início de outubro de l969, em consequência de prisões ocorridas no Grupo de Roberto Pinto de Luna Pedrosa, num subúrbio do Rio de Janeiro, Thiago de Melo, novamente, retirou-se para o exterior.

Em razão da redução de sua pena pelo Superior Tribunal Militar, no dia 8 de outubro de 1969, foi colocado em liberdade Amadeu de Almeida Rocha, um dos participantes da "Guerrilha de Caparaó", que se deslocou para o Rio de Janeiro[342].

Ali, reuniram-se, na casa de Laís Mourão Sá Tavares de Oliveira, Amadeu, Filisbina Assunção Santos, Ana Arruda, Maria José Lourenço, além da dona da casa, para fazerem um balanço do que sobrara do MNR[343].

---

341 Da discussão participaram Miguel Arraes, Roberto Las Casas, Rui Rodrigues Silva, Sílvio Correia Lins, Padre Almery Bezerra, Everaldo Norões — sobrinho de Arraes —, Violeta Arraes Gervessau — irmã de Arraes — e Sônia Correia Lins.

342 Amadeu deslocou-se de Juiz de Fora para o Rio de Janeiro, procurando contato com a liderança do desarticulado MNR. Ao saber da fuga de Thiago de Melo, resolveu então contatar Ana Arruda Albuquerque. Ana, que, por desentendimentos com Thiago de Melo, tinha-se afastado da organização, sugeriu um encontro com Maria José da Silva Lourenço.

343 No inventário realizado, foram acrescidos ao grupo, como militantes em condições de prosseguir no movimento, Roberto Pinto de Luna Pedrosa, Dalva Umbelina e Silva – ligada a Luna Pedrosa —, Mário de Lucena Montenegro e Galeno Freitas, jornalista do "Correio da Manhã".

O grupo resolveu contribuir financeiramente para o seguimento do movimento e lançar um jornal, que seria o veículo de aliciamento de novos adeptos para a organização a ser criada. O jornal precederia a estruturação da entidade. Maria José Lourenço informou que haviam sobrado algumas armas curtas do MNR, que seriam herdadas pelo grupo em formação.

O jornal recebeu a denominação de "Independência ou Morte", e sua direção foi atribuída ao trio Amadeu, Ana Arruda e Maria José Lourenço. Roberto Pinto de Luna Pedrosa encarregou-se de conseguir o material para a tiragem da publicação e responsabilizou-se por sua impressão[344].

Todo o trabalho do grupo desenvolveu-se em torno do jornal. Hermes Machado desenhou um símbolo para o jornal, constituído de um triângulo verde, da Inconfidência Mineira, e de uma estrela vermelha de cinco pontas, da Inconfidência Baiana. O grupo considerava esses movimentos os mais significativos da História do Brasil. Em dezembro, foi impresso e distribuído o primeiro número do jornal – com tiragem de cem exemplares –, rodado por Roberto Pedrosa na Federação Nacional dos Trabalhadores de Transporte Ferroviário, local onde trabalhava.

Assim, teve início uma organização, surgida dos espólios do MNR, que, por gravitar em torno de um jornal, passou a ser conhecida como "Grupo Independência ou Morte" (GIM).

41. Mil novecentos e sessenta e nove

O ano de 1969 foi politicamente conturbado. Como decorrência do AI-5, editado no final do ano anterior, começava com o Congresso Nacional em recesso e com a imprensa sujeita às restrições da censura. Ao longo dos meses, outros fatos o tornariam um dos anos mais difíceis que o País já atravessara. A evolução do movimento subversivo e o crescimento de sua virulência e audácia impediram a ascensão natural do Vice-Presidente da República, quando uma trombose cerebral obstou a continuidade do mandato do Presidente Costa e Silva, às vésperas deste promulgar a Emenda Constitucional e convocar o Congresso, recolocando o País na trilha do estado de direito, em consonância com os objetivos maiores da Revolução de Março de 1964.

Nesse ano, boa parte das quase duas dezenas de organizações subversivas atuantes no Brasil havia expandido sua estrutura em nível nacional. Os assaltos a bancos, as ações de "expropriação" de armas e de propaganda tomaram vulto, embora as principais organizações houvessem definido o caráter complementar da guerrilha urbana e fixado a guerrilha rural como o objetivo estratégico. As organizações que haviam alcançado um maior porte selecionavam e algumas começavam a preparar áreas, que denominavam de "estratégicas", para implementá-las, e as demais estabeleciam no campo, pelo menos, áreas de treinamento militar. Essas organizações buscavam conjugar a guerra psicológica a essas atividades. Quase todas preocupavam-se com a propaganda, particularmente a armada, levada a efeito contra sentinelas e radiopatrulhas, com o objetivo de desmoralizar o aparelho de manutenção da ordem. De acordo com os ensinamentos de Debray, a propaganda tinha como objetivo essencial convencer a população de que "a revolução é uma realidade já em marcha e que o inimigo não é invulnerável". A ALN já estruturara e fazia funcionar, com o auxílio do MCI e dos padres dominicanos, um sistema de propaganda no exterior.

Praticamente, todas as organizações subversivas tinham, no mínimo, um "jornaleco" em circulação. Embora, de uma maneira geral, não dessem a ênfase que os movimentos revolucionários marxista-leninistas costumam dar ao trabalho de massa, a quase totalidade das organizações tinha, em suas regionais, setores para tratar especificamente dos segmentos estudantil e operário.

As organizações mais importantes haviam conseguido estabelecer uma infraestrutura de apoio, e a ALN havia estruturado, até com certa sofisticação, o setor de apoio médico-cirúrgico, o setor de imprensa e, inclusive, áreas de repouso e homizio.

Nesse ano, as organizações subversivas, além de ações que se iam tornando rotina, mas que resultaram na morte de mais de vinte pessoas, entre elementos dos órgãos de segurança e civis involuntariamente envolvidos, realizaram ações de grande repercussão: o primeiro sequestro de uma autoridade estrangeira, cuja segurança é uma responsabilidade do governo brasileiro; a formação da célula subversiva dentro da penitenciária Lemos de Brito, e a fuga de todos os seus componentes; o primeiro sequestro de uma aeronave, desviada para Cuba. Essas ações, além da propaganda política das organizações que a realizavam e da demonstração de audácia e força da "revolução", serviu para libertar quinze subversivos presos, abrindo uma válvula de escape à impunidade terrorista. Apenas a autoridade e a determinação dos ministros militares puderam vencer a indignação e as resistências a essa negociação, que permitiu resguardar a integridade física do embaixador dos EUA.

Ficaria, também, perfeitamente caracterizada, a atuação subversiva de padres, ditos "progressistas", não só dando apoio, mas, em alguns casos, integrando organizações subversivas cujos propósitos e métodos conheciam bem. Valendo-se de suas condições, colocaram o instrumental de comunicação social da Igreja à disposição dos terroristas, montaram esquemas de homizio e fuga com base em instalações de suas ordens e suas paróquias, aliciaram seminaristas para a

[344] Naquela ocasião, o grupo foi reforçado pela adesão de Hermes Machado Neto, que havia sido posto em liberdade, em Minas Gerais, após cumprir pena por participação na fracassada guerrilha de Brizola. Hermes foi acolhido por Maria José Lourenço, na casa de quem passou a residir.

subversão. Um deles chegou a participar de ações armadas na qualidade de instrutor. E, como terroristas comuns, mal preparados ideologicamente, delataram e traíram.

Em 1969, as medidas tomadas no sentido de coordenar a ação dos órgãos de segurança, centralizando as informações e as operações antissubversivas, mostrariam o acerto da decisão. A centralização das informações, antes dispersas por vários organismos, permitiu que fossem processadas metodicamente e com oportunidade, e os resultados não se fizeram esperar. Algumas organizações subversivas, como as Forças Armadas de Libertação Nacional (FALN), o Movimento Revolucionário Oito de Outubro (MR-8) – o primeiro –, a Corrente, o Movimento Armado Revolucionário (MAR) e a Marx-Mao-Marighella e Guevara (M3-G), foram praticamente desmanteladas. Outras sofreram perdas que abalaram suas estruturas, como ocorreu com a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), o Comando de Libertação Nacional (COLINA) e a Ação Libertadora Nacional (ALN), que foi desestruturada em São Paulo, onde era mais bem organizado e perdeu seu líder maior. Essa ação fulminante permite compreender por que as organizações subversivas, apoiadas pelo clero dito "progressista" e demais organizações auxiliares do MCI, moveriam uma campanha psicológica, sistemática e sem tréguas contra os Centros de Operações de Defesa Interna (CODI). Sua eficiência, certamente, não as interessava.

Coincidentemente, várias organizações subversivas começaram a externar o ressentimento da falta do apoio popular, e algumas delas começaram a colocar em dúvida a validade da linha política adotada, partindo para o processo de sua revisão. Tiveram início críticas ao foquismo militarista, tido agora como inconsequente. As divergências começaram a tomar vulto, com dissidências e "rachas" constantes que confundiam os órgãos de segurança e suas análises. A defesa de posições "machistas", pelos antigos militantes do COLINA, mais politizados, impediu que se concretizasse, nas bases, a fusão com a VPR, engendrada na cúpula das duas organizações. Isso frustrou a formação daquela que seria a mais poderosa organização subversiva do País, pela quantidade e qualidade de seus quadros, pela pletora de armas e pelos recursos financeiros de que disporia. Por outro lado, os dados colhidos pelos órgãos de informações permitiam identificar organizações que eram verdadeiros grupos de marginais, sem qualquer formação ou objetivos políticos, e que praticavam a violência pela violência.

Apesar de tudo isso, algumas dessas organizações demonstrariam capacidade de se reestruturar e de conduzir a guerra revolucionária, por mais alguns anos, inclusive com o incremento de ações audaciosas e violentas. O PC do B, exemplo das poucas que não aderiram ao foquismo como teoria, tomaria medidas que assegurariam o envio de militantes de suas regionais para a área estratégica no campo, em preparação desde 1967, com o intuito de programar a sua "guerra prolongada".

Hoje, analisando-se os fatos, é fácil concluir que três deles impediram que 1969 fosse caracterizado como o ano do ápice da aventura subversivo-terrorista. Os três fatos foram a eficiência que os órgãos de segurança ganharam com sua ação coordenada; o início do questionamento do foquismo militarista como a linha revolucionária mais adequada; e a morte de Marighella.

A despeito de todos os percalços do campo político, o País desenvolvia-se. A inflação caíra para 22% ao ano, e o produto interno bruto crescia à taxa superior a 9%. Começara-se a colher os frutos da modernização da estrutura administrativa do Brasil. Em decorrência da criação da Embratel e do Ministério das Comunicações, com os investimentos nesse setor, era inaugurada a estação terrena de comunicações por satélite de Itaboraí, que iria revolucionar um dos setores mais deficientes do País, embora dos mais importantes para o desenvolvimento e a integração nacional. Os investimentos na infraestrutura econômica não eram negligenciados e estavam sendo feitos continuamente, orientados para a expansão do fornecimento de energia, do sistema de transporte, da infraestrutura urbana e das indústrias pesadas, especialmente do aço e da mineração. Abria-se a economia para o comércio exterior. O País começava a produzir excedentes, além do café.

De qualquer forma, mesmo politicamente, o ano terminou melhor do que havia começado: o Congresso foi convocado, a ARENA aclamara os candidatos à Presidência e à Vice-Presidência da República, a nova Constituição fora promulgada O novo Presidente, eleito pelo Congresso, ou por ele homologado, abrira novas esperanças, pois seu tom franco, sua mensagem de renovação e a clareza com que encarava a realidade vivida pelo País criaram expectativas além daquelas normalmente resultantes do advento de um novo governo.

F O T O S

Capítulo VII

O engajamento dasForças Armadas

1. A intranquilidade crescente

Havia, em 1968, um clima acentuado e crescente de intranquilidade, com as ações preparatórias e iniciais da luta armada, realizadas com desenvoltura, o que conduziu o Governo a editar o Ato Institucional 5. A preocupação com essa situação alcançava o Exército, que acompanhava essas ações com interesse, mas era incapaz de identificar os autores.

Dentre essas ações, o Exército preocupava-se, particularmente, com os assaltos a pedreiras e a casas de armas e tinha um interesse especial no esclarecimento dos atos terroristas que lhe haviam atingido diretamente, como o roubo de armamento do Hospital Geral de São Paulo e o atentado ao Quartel-General do II Exército. O último deles foi realizado quatro dias depois do roubo do Hospital, com a morte do soldado Mário Kozel Filho. Chamava-lhe a atenção, ainda, o assassinato do Capitão Chandler, do Exército dos Estados Unidos, à porta de sua residência. Neste último, os terroristas, após perpetrá-lo, haviam lançado panfletos na área. Embora a organização comunista não tivesse se identificado, podia-se inferir que se tratasse de uma ação revolucionária praticada por uma organização impregnada pelas teses cubanas de luta armada.

As investigações dessas atividades estavam algumas a cargo do Departamento de Investigações Criminais (DEIC), outras eram responsabilidade do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), além das que eram acompanhadas pela Polícia Militar ou investigadas por delegacias isoladas. As Secretarias Estaduais de Segurança Pública não dispunham de um órgão que centralizasse ou coordenasse essas investigações. Nessas circunstâncias, o simples texto do AI-5 era inócuo.

2. O acaso

Num sítio em Itapecerica da Serra, município da Grande São Paulo, viviam, com suas respectivas famílias, duas irmãs que chamaremos, simplesmente, de irmã da frente e irmã de trás. O filho desta última brincava normalmente em todo o sítio, embora sua mãe não se desse bem com o cunhado.

Um dia, no entanto, em janeiro de 1969, alguns homens que foram trabalhar no sítio começaram a implicar com o garoto, impedindo-o de circular livremente na parte anterior do sítio. Para escorraçá-lo, um deles chegou a dar-lhe um safanão. Sua mãe então se dirigiu à delegacia de polícia local e denunciou que, no setor no qual seu cunhado morava, um caminhão estava sendo pintado com as cores do Exército.

Policiais do destacamento de Itapecerica foram até o sítio e prenderam, às 13 horas do dia 23, quatro dos elementos. Mas um deles logrou fugir. O Delegado local comunicou o fato ao DOPS de São Paulo. No entanto, seus agentes que compareceram ao local julgaram que o inquérito deveria ser policial-militar, realizado pelo Exército. Ligou-se com o Comandante da 2ª Companhia de Polícia do Exército e recolheram os presos àquela organização militar.

Inquiridos na Cia. PE, o ex-sargento cassado da Força Pública de São Paulo, Pedro Lobo de Oliveira, o desertor do Exército, ex-soldado paraquedista Hermes Camargo Batista, Osvaldo Antonio dos Santos e Ismael Antonio de Souza não se negaram a prestar depoimentos. Ao fazê-lo, apresentaram uma estória-cobertura aceitável: a razão da pintura do caminhão era a realização de um grande contrabando.

Apesar da estória-cobertura verossímil, o Major Comandante da Cia PE, que deveria mandar recolher ao quartel o caminhão pintado com as cores privativas do Exército, julgou que o episódio poderia estar vinculado à subversão. Decidiu, então, além de mandar buscar o caminhão roubado, realizar uma “varredura” na área, à procura de outros dados que pudessem esclarecer o caso[345]. No entanto, como sua companhia estivesse com recrutas recém-incorporados, pediu ao Comandante do Esquadrão de Reconhecimento Mecanizado, seu vizinho de quartel, que lhe cedesse uns cinco ou seis

[345] Varredura — operação para vasculhar a área, tipo “pente fino”.

homens para guarnecer seus “choques”[346]. Pelo fato do Comandante do Esquadrão ter sido autorizado a ceder-lhe os homens, combinaram o início da operação para as cinco horas do dia seguinte, 24 de janeiro.

3. Moleque sabido

Antes das 5 horas do dia seguinte, adentrou a Cia PE um pelotão do Esquadrão de Reconhecimento Mecanizado. Não era isso exatamente o que o Comandante da Cia. PE pedira. No entanto, como o companheiro do Esquadrão devia ter passado boa parte da noite reunindo aquele pessoal e preparando o seu material para aquela “operação antissubversiva”, não teve coragem de fazer o pelotão retornar ou de mantê-lo inativo no quartel. Decidiu levá-lo, também, na “operação”.

Às 5 horas, um capitão da Cia PE, que iria comandar a operação, deslocou-se com os choques e o Pelotão de Reconhecimento Mecanizado para Itapecerica. Se o objetivo da operação fosse atrair o público, teria alcançado pleno êxito. Os carros de reconhecimento M-8, do Pelotão de Reconhecimento Mecanizado, constituíram-se numa festa para a criançada.

Foi com um desses garotos que rodeavam os M-8, e que não tinha mais do que dez anos, que o capitão, procurando saber como os elementos chegavam até o sítio, entabulou a seguinte conversa:

– E como o pessoal chega até o sítio?

– Eles vêm de carro até aquelas árvores lá em baixo, onde deixam o carro e sobem a pé.

– E qual o carro de que se utilizam?

– É um fusca cinza, quase novo, mas que tem os dois pneus de trás completamente “carecas”.

– Oi, moleque sabido, só faltava você ter anotado a chapa desse carro para ser um verdadeiro policial.

– E anotei.

– Puxa! Então vá até sua casa e traga essa anotação para mim, porque é muito importante.

– Não. Anotei aqui... (disse o menino, enquanto apontava o indicador da mão direita para a própria fronte e declinava para a placa do veículo) “30-81-45”.

Retornando ao quartel, na tarde desse mesmo dia, com o caminhão Chevrolet “Brasil” pintado de verde, o capitão estava no gabinete do Comandante da Companhia relatando-lhe o ocorrido, quando este, por volta das 18 horas e 30 minutos, recebeu um telefonema da Guarda-Civil, informando-o de que um carro com as armas do Exército fora abandonado em Santo Amaro, bairro da zona sul de São Paulo. Incontinenti, o capitão foi enviado para aquele local.

Chegando à rua que lhe fora indicada, qual não foi o espanto do capitão ao deparar-se com o “fusca” cinza, indicado pelo moleque sabido, com a placa que ainda retinha na cabeça. Por mera curiosidade, foi examinar seus pneus traseiros. De fato, estavam na penúltima, se não na última lona. No seu interior, havia sido abandonada uma pistola Walter 7.65, três revólveres de calibre 38 e duas carabinas de calibre 22.

Procurando saber em que circunstâncias o carro havia sido abandonado, o capitão foi informado de que não foi voluntariamente. Deslocando-se pela Avenida Santo Amaro, ao encontrarem uma barreira de trânsito de rotina, seus ocupantes deram meia-volta e se puseram em desabalada correria, em sentido contrário. Ante a atividade suspeita, o carro passou a ser perseguido pela Guarda-Civil. Na fuga, seu motorista realizou uma manobra inadequada, entrando em uma rua cuja única saída era a própria avenida de onde viera. Percebendo o equívoco, seus ocupantes abandonaram o carro às pressas, deixando no seu interior, possivelmente, parte das armas que transportavam.

No local, o capitão já encontrou dois inspetores do DOPS, que pretendiam, por terem chegado primeiro ao local, conduzir o veículo para aquele departamento. Estabelecida, porém, a ligação entre seus ocupantes, o roubo e a pintura do caminhão de Itapecerica da Serra, cujo inquérito corria na Cia PE, o capitão convenceu-os a recolher o carro para aquela Companhia, onde eles poderiam realizar as perícias que desejassem. Acompanhado do carro e dos inspetores, o oficial retornou ao quartel.

4. A revelação surpreendente

Já passava das 22 horas daquela sexta-feira, quando o capitão terminou de relatar, ao Comandante da Companhia, as circunstâncias do abandono do veículo e a vinculação de seus ocupantes com o roubo do caminhão que estivera sendo pintado em Itapecerica. De posse desses novos dados, o major voltou a inquirir os quatro presos que havia retido na Companhia, nada obtendo deles que pudesse esclarecer a situação.

Retornando ao pátio do quartel, aguardavam-no, ao lado do “fusca”, os inspetores do DOPS. Dirigindo-se a eles, o major lhes disse, em tom jocoso: *“O que vocês estão esperando? Se vão trabalhar conosco, tratem de tirar esse paletó e gravata, arregaçar as mangas da camisa e passar uma vistoria completa nesse carro”.*

---

[346] Choque — carro aberto, de fácil embarque e desembarque, utilizado pela Polícia.

Dessa vistoria, resultou encontrarem, sob a capa do banco, do lado do motorista, um caderno de endereços, um papel com algumas anotações e um recibo da revendedora "Yourcar", referente à venda de uma Kombi verde, em nome de Carlos Lamarca. Esse nome não dizia nada aos inspetores e ao capitão. O major, porém, que fora ajudante de ordem do Comandante da 2ª Divisão de Infantaria e costumava acompanhá-lo com frequência a Osasco e a Quitaúna, lembrou-se vagamente desse nome. Consultando o Almanaque do Exército, lá estava Carlos Lamarca – Capitão de Infantaria.

Apesar de já passar da meia-noite, o major ligou para a casa do Coronel Chefe do Estado-Maior da 2ª Divisão de Infantaria. Este tomou conhecimento dos fatos, revelou-lhe que o capitão pertencia ao 4º Regimento de Infantaria, sediado em Quitaúna, e, dizendo-lhe que o caso era muito importante, determinou-lhe que estivesse no QG da Divisão de Infantaria, na segunda-feira pela manhã.

Chateado por ver transferido para segunda-feira o problema que julgava tão importante, o major, cujo pai estava doente em Niterói, e que não fora visitá-lo pelas circunstâncias em que se viu envolvido, deslocou-se para lá na manhã de sábado, bem cedo, antes que tivessem início as comemorações de mais um aniversário da cidade de São Paulo. O capitão dormira e permanecia no quartel.

As autoridades presentes às comemorações do aniversário da cidade tomaram conhecimento no palanque, de forma discreta e sigilosa, que, na véspera, haviam sido roubadas, do 4º Regimento de Infantaria, dezenas de fuzis automáticos leves da marca FAL e alguns cunhetes de munição. A notícia chegara ao QG do II Exército e à 2ª Divisão de Infantaria por volta das 9 horas.

Na Cia. PE, ao tomar conhecimento do fato, o capitão deu ordem para que ninguém mais saísse do quartel. Informou ao II Exército e desencadeou o seu plano de chamada. Tendo reunido os graduados encontrados em São Paulo, passou o restante do final de semana realizando exercícios de tiro. A tropa da Companhia, formada de recrutas, não havia ainda realizado nenhum tiro real.

Quando o telefone tocou na casa do major, em Niterói, este acabara de chegar. Ciente do fato, agora, só retornaria no domingo, após descansar da viagem. Não havia mais pressa. O fato que buscara intuitiva e desesperadamente evitar ocorrera na tarde de 24 de janeiro, quando suas tropas ainda se deslocavam de Itapecerica para São Paulo. O que o capitão, e o major não podiam suspeitar é que o Coronel Comandante do 4º Regimento de Infantaria, o Coronel Chefe do Estado-Maior da Divisão de Infantaria e o General ex-comandante da Divisão de Infantaria sabiam, pelo menos desde outubro de 1968, que existia uma célula comunista no 4º Regimento de Infantaria, da qual, entre outros, fazia parte o Capitão Lamarca.

5. A célula subversiva do 4º RI

Declarado aspirante a oficial de Infantaria em dezembro de 1960, Carlos Lamarca foi o 46º classificado numa turma de 57 aspirantes, tendo sido designado para servir no 4º Regimento de Infantaria (4º RI), em Quitaúna, São Paulo[347].

Nesse Regimento, Lamarca sempre procurou firmar sua liderança entre os graduados. Um desses graduados com quem mais se ligava era o Sargento Darcy Rodrigues, que chegou à Unidade em 1962, procedente da Escola de Sargentos das Armas. Darcy assim se refere a esses contatos mantidos com Lamarca: *"Desde aquela época, a nossa relação foi fundamentalmente política (...) as nossas discussões giravam em torno da luta armada, embora, ainda naquela época, com posições espontaneistas*" (sic.)[348].

Esse contato, porém, não teve longa duração, nem abarcou a fase de maior efervescência política do período do governo Goulart. Vislumbrando a possibilidade de integrar a Força brasileira na Faixa de Gaza, Lamarca conseguiu sua transferência para o 2º Regimento de Infantaria e veio a participar, durante 13 meses, da Força de Emergência da ONU, no Oriente Médio. Retornando ao Brasil, foi transferido, em outubro de 1963, para a então 6ª Companhia de Polícia do Exército, em Porto Alegre, no Rio Grande do Sul.

Em 26 de novembro de 1964, foi preso em Porto Alegre, quando embarcava para Montevidéu, o ex-capitão da Força Aérea Brasileira, Alfredo Ribeiro Daudt, implicado na "Operação Pintassilgo". Dada a sua periculosidade e audácia, Daudt foi transferido do DOPS para o Quartel da 6ª Cia. PE, considerado um local mais seguro. Na madrugada de 13 de dezembro, sete dias depois da sua transferência para aquela organização militar, o ex-capitão da FAB logrou evadir-se. Era um caso inédito naquela Companhia.

Por "coincidência", o fiscal (oficial) de dia da 6ª Cia. PE, de 12 para 13 de dezembro de 1964, era o Primeiro-Tenente Lamarca. Segundo o depoimento do Terceiro-Sargento Nilton Aguidas, entre 8 e 10 de dezembro de 1964, por volta das 20 horas, apesar de Daudt estar preso e incomunicável, Lamarca permitiu que seu advogado subisse até o local onde o

---

[347] Fazendo a apologia de Lamarca, o ex-terrorista e Deputado Federal pelo PT/RJ, Liszt Benjamim Vieira, ao pronunciar um discurso na Assembleia Legislativa, em 25 de agosto de 1983, por ocasião do Dia do Soldado, falseou a verdade, quando disse, sobre o mesmo: "Cursou a Escola Militar, onde foi o primeiro aluno".

[348] Depoimento do ex-sargento Darcy Rodrigues em Caso A. — "A Esquerda Armada no Brasil", já citado, pag. 99.

mesmo se encontrava preso. A palestra entre o advogado e o preso, a portas fechadas, somente foi assistida pelo Tenente Lamarca[349].

Embora o Inquérito Policial Militar nada tivesse apurado contra Lamarca, ele pediu, no meio de 1965, transferência para São Paulo, por interesse próprio[350].

De retorno a São Paulo, Lamarca retomou o contato com o Sargento Darcy Rodrigues. Nesse intervalo de tempo, o Sargento Darcy havia sido punido, em 1963, por ter, em companhia de outros companheiros, participado de um ato de desagravo do sargento-deputado Antonio Garcia Filho, contra o jornal "O Estado de S. Paulo", e, também, por ter participado da campanha à presidência do Clube dos Subtenentes e Sargentos do II Exército, do ex-sargento esquerdista Onofre Pinto. Em 1964, estivera preso, recolhido ao navio-prisão Raul Soares. Darcy continuava mantendo contatos com Onofre Pinto que, agora, pertencia ao Movimento Nacional Revolucionário (MNR). Em fins de 1967, início de 1968, remanescentes do MNR uniram-se a dissidentes paulistas da POLOP e constituíram uma nova organização subversiva que iria autodenominar-se Vanguarda Popular Revolucionária (VPR).

Nessa altura, Lamarca já estava em contato com Marighella e com outra organização subversiva, possivelmente o PC do B. Propenso a unir-se a Marighella, necessitado de apoio no quartel, Lamarca procurou o Sargento Darcy, propondo-lhe, também, integrar essa organização. Em agosto, Lamarca voltou a procurá-lo, ocasião em que o sargento lhe revelou que pretendia ingressar na VPR, organização a que pertencia o ex-sargento Onofre. Lamarca, de imediato, interessou-se por essa organização, onde não teria que disputar a liderança com os ex-deputados Carlos Marighella e Joaquim Câmara Ferreira.

Após o contato de Lamarca com Onofre Pinto, o capitão e Darcy ingressaram na organização subversiva e começaram a trabalhar em busca da ampliação da célula, no Regimento. Desde logo, passaram a fornecer à organização fichas de instrução que versava sobre exercícios de tiro, destruições, manuseio de explosivos, de munição, etc. Esta era obtida por meio do sargento encarregado do Paiol, com a alteração correspondente, nos mapas de consumo, feita por Darcy, que trabalhava na Fiscalização Administrativa da Unidade.

De todas as tentativas futuras para ampliar a célula na Unidade, no entanto, só obtiveram sucesso com o Cabo Mariane e o Soldado Zaniratto. Nem mesmo o sargento encarregado do paiol concordou em entrar para o grupo. Esse graduado era um indivíduo com problemas sociais e financeiros. Desquitado, sustentando uma segunda família, e com uma filha doente, vivia solicitando empréstimos aos companheiros. Aos poucos, Lamarca foi-lhe emprestando cada vez mais dinheiro, de modo que o teve preso nas mãos. Inicialmente, o fornecimento de munição, em pequena quantidade, era feito para Darcy. Quando o sargento quis parar e questionar sobre a utilização da munição, foi-lhe informado o fim a que se destinava, e o contato deste foi passado para Lamarca. Em três meses, conseguiram, desta forma, desviar cerca de 2.000 tiros para FAL, 50 tiros para metralhadora INA e 30 tiros para pistola.

Mariane havia confidenciado a Darcy que, em Foz do Iguaçu, obtivera uma certidão de nascimento falsa, na qual alterara o local de nascimento e aumentara sua idade em dois anos, pois, tendo saído de casa com 16 anos, tinha dificuldade em obter emprego. Ao se valer desse "segredo" comum, Darcy passou a expor-lhe suas ideias revolucionárias. No momento desejado, Darcy confidenciou-lhe que o Capitão Lamarca compartilhava dos mesmos pontos de vista e convidou-lhe a integrar o grupo, o que foi aceito. Já a cooptação de Zaniratto foi mais simples e direta. Darcy havia recebido do Sargento Pittoli, que na ocasião servia na 2ª Companhia de Polícia do Exército, a informação de que Zaniratto era simpatizante das concepções de esquerda. Darcy passou a observar seu comportamento e, em face de sua reação a um ou dois estímulos, convidou-o diretamente a participar do grupo. Com essa célula formada, sem conseguir ampliá-la, em novembro, Lamarca idealizou o assalto ao 4º Regimento de Infantaria e começou a prepará-lo.

6. O assalto ao 4º RI

O assalto estava planejado para ser conduzido em duas etapas: uma, no dia 25 de janeiro, sábado, e a outra, no dia imediato.

Na primeira etapa, seria retirado apenas o armamento de dois pelotões da companhia de Lamarca. O armamento restante seria deixado para armar o pessoal de serviço no dia seguinte, sem suspeitas. Essa etapa seria realizada apenas por Lamarca, que, como Comandante da Companhia, possuía meios e modos de concretizá-la.

A segunda etapa contaria com a prévia escala de Darcy, como Comandante da Guarda do Quartel, e do Cabo Mariane, como Sargento de Dia ao Rancho. Na madrugada do dia 26, com o uso de uma cópia da chave do Depósito de Armamento, o soldado Zaniratto seria introduzido no seu interior e, até às 15h30min, hora marcada para o início da operação, prepararia o armamento em fardos, de modo a facilitar e abreviar o seu transporte. Mariane, do Rancho, que

---

[349] Segundo depoimento do ex-sargento Darcy Rodrigues, na obra citada, no item anterior, pág. 100, ao referir-se à ida de Lamarca para Porto Alegre, diz: "Ali solicitou inscrição no PCB, mas seu pedido nunca chegou a formalizar-se".

[350] O militar que solicita a transferência por interesse próprio arca, inclusive, com todas as despesas decorrentes, desonerando a Fazenda Nacional.

era localizado em frente ao Depósito, vigiaria essa dependência e, dotado de um "hand-talkie", poderia, se necessário, comunicar-se com a segurança, postada fora do quartel.

Pouco antes da hora marcada, um grupo da organização chegaria em um Volkswagen. Seus integrantes passar-se-iam por amigos de um soldado. Ao contarem com a autorização de Darcy, adentrariam o quartel e estacionariam em local pré-fixado para dar cobertura ao carregamento das armas. Ficariam, também, em condições de, se necessário, destruir os meios de comunicações da Unidade. Nessa hora, pretextando uma inspeção, Darcy ordenaria a retirada da munição de todos os postos da guarda e reuniria o pessoal que não estivesse na hora, nos postos, para transmitir-lhes pretensas instruções de serviço.

Na hora marcada, Lamarca, com sua Kombi e dois companheiros da organização, precederia o caminhão pintado nas cores e com os indicativos do Exército, o qual entraria no quartel conduzido por dois elementos da organização, ex-militares fardados.

Nas imediações do quartel, postar-se-iam, em diferentes locais, uma caminhoneta Ford F-l00 e dois Volkswagen com o pessoal dos grupos armados de segurança. Um deles era destinado a apoiar o pessoal no quartel, e os outros dois visavam a anular quaisquer reações que partissem, respectivamente, do 2º Grupo de Canhões Antiaéreos 90, vizinho ao 4º RI, ou da Vila Militar, por oficiais e sargentos do Regimento.

A reunião final para checar o plano estava marcada para a noite de 24 de janeiro. No entanto, na hora do almoço desse dia, os quatro componentes da célula do 4º RI foram convocados para uma reunião urgente, com o coordenador da operação, Diógenes José Carvalho de Oliveira, vulgo "Luís". Nessa reunião, foram-lhes comunicadas a apreensão do caminhão e a prisão dos quatro subversivos em Itapecerica da Serra. Lamarca decidiu, então, realizar, nesse mesmo dia, a parte do plano que lhe cabia desenvolver sozinho, e o fez, entre 18h e 18h30min desse dia, levando sessenta e três fuzis automáticos leves e seus respectivos acessórios, três metralhadoras INA e uma pistola 45. Darcy já não regressou mais ao quartel, rumando dali mesmo para a casa de Onofre Pinto, onde havia quatro dias a sua família e a de Lamarca estavam homiziadas e preparadas para viajar para o exterior. Não só não voltou ao quartel, como tentou desestimular Lamarca a fazê-lo.[351]

Nesse mesmo dia, às 18 horas, Dulce de Souza, a "Judith", dando seguimento ao planejamento original, retirava da casa de Onofre a esposa de Lamarca, a de Darcy e os filhos de ambos, para conduzi-los ao aeroporto de Congonhas, a fim de que viajassem para o Rio de Janeiro. Dali, ainda naquela noite, seguiriam para Roma e, de lá, via Praga, chegariam a Cuba. Essa era a primeira parte do pagamento exigido à organização, para a participação dos militares no roubo do 4º RI.

7. Inexperiência?

Numa noite, em fins de setembro de 1968, inesperadamente, Lamarca, acompanhado de sua mulher, fez uma visita de cortesia a um sargento do Regimento. O sargento estranhou a visita por não encontrar motivo que a justificasse. A conversa, porém, iniciou-se normalmente, exceto pela situação do sargento, que se viu constrangido em sua própria casa. Lamarca, desde logo, procurou deixar sua mulher com a esposa do sargento, de modo que ambos ficassem sozinhos.

Em certo momento, após tecer elogios ao comportamento profissional e familiar de seu interlocutor, Lamarca disse-lhe, de chofre, ser adepto do comunismo. Alarmado, o sargento procurou desconversar, alegando seu pouco interesse e conhecimento sobre política. O capitão, então, passou a tentar convencê-lo das qualidades dessa ideologia. Possivelmente, para impressionar o sargento, disse-lhe estar ligado a um grupo do qual faziam parte o General Zerbini, com o qual já tivera contato, e outros generais colocados em postos-chave[352].

Ao despedir-se, tarde da noite, o sargento prometeu retribuir aquela visita em futuro próximo. Após a retirada do casal visitante, sua esposa comentou que não havia gostado do rumo que a conversa com a esposa do capitão tomara, ao enveredar-se para problemas políticos.

Depois daquela noite, o sargento ficou angustiado por alguns dias. Chegou a pensar que, em razão de algum motivo com o qual não conseguia atinar, estivesse sendo testado.

Dias depois, foi procurado no quartel pelo sargento Darcy, que lhe disse precisar acertar algumas contas com ele, porque o "Carlinhos" era um pouco precipitado. O sargento, em princípio, não entendeu. Mas com o transcorrer da conversa percebeu que o "Carlinhos" a que Darcy se referia era o Capitão Lamarca. A partir dessa constatação ficou mais apavorado.

Nos dias subsequentes, Darcy insistiu com ele para que aderisse ao grupo, dizendo-lhe que o movimento em que estavam era de âmbito nacional, e que eles não desejavam vê-lo embarcando "em canoa furada". Incentivara-o, procurando tranquilizá-lo quanto à família, informando-o que a organização ia prover-lhe toda a segurança.

---

[351] Darcy no seu depoimento em "A Esquerda Armada no Brasil", já citado, pag. 106, mente, buscando engrandecer-se aos olhos dos subversivos, quando diz: "E decidimos regressar imediatamente ao quartel de Quitaúna e executar rapidamente a primeira parte do plano, ou seja, a parte da ação prevista para o dia 25". Diga-se de passagem que, nem ele, nem os outros dois tiveram participação nessa etapa do roubo.

[352] O General Euryale Jesus Zerbini havia sido reformado, pela Revolução, em abril de 1964.

Sem ter mais dúvidas quanto à ideologia que Lamarca e Darcy professavam, mas cheio de dúvidas sobre o que fazer, o sargento decidiu falar com o capitão tesoureiro, seu chefe imediato. Ante a sua indecisão, o capitão apresentou-lhe duas alternativas: procurar de imediato o Oficial de Informações da Unidade ou prosseguir naqueles contatos até obter dados mais concretos. Tendo optado pela última alternativa, o sargento logo percebeu que não tinha condições de prosseguir naquela empreitada, porque não recebeu o apoio de sua esposa para a linha de ação escolhida.

Já na segunda quinzena de outubro, o sargento decidiu levar o problema ao Oficial de Informações da Unidade. Tomada essa decisão, participou a seu chefe imediato, e este solicitou ao major chefe da 2ª Seção que o acompanhasse até o gabinete do Comandante da Unidade, pois tinha uma importante revelação a fazer-lhes. No gabinete, acompanhado daquele oficial, o capitão tesoureiro narrou ao comandante o que vinha ocorrendo. Nessa ocasião, ficou combinado um contato do oficial de informações com o sargento, fora do quartel, para que este lhe transmitisse os dados de forma mais completa e sem despertar a atenção.

Poucos dias depois, o Comandante do 4º RI procurou o Chefe do Estado-Maior da 2ª Divisão de Infantaria, acompanhado de seu Oficial de Informações, e determinou que este expusesse a tentativa de aliciamento do sargento por parte de Lamarca, sua ligação com o Sargento Darcy e a possível vinculação do grupo com o General Zerbini. O problema foi de pronto levado ao Comandante da 2ª Divisão de Infantaria. Desta reunião, resultou a decisão de manter o máximo sigilo sobre o assunto e de acompanhar as atividades desses três elementos do Regimento, na busca de provas ou fatos novos, inclusive a identificação de outros militares que pudessem ou viessem a integrar a célula subversiva da Unidade. Na ocasião, o Comandante do 4º RI alertou sobre a incapacidade do Regimento em acompanhar as atividades do General Zerbini e de outros possíveis implicados que estivessem fora do Regimento.

Passaram-se três meses, e a Unidade não obteve nenhum dado novo. Lamarca esteve em evidência como sempre desejou; no entanto, indicado para ministrar aulas de tiro a funcionárias de um banco. Ironicamente, para que, pretensamente, pudessem enfrentar, com sucesso, os terroristas, nos assaltos a banco.

No dia 21 de janeiro de 1969, um cabo do 4º RI procurou o Chefe da Seção de Informações no refeitório de oficiais, dizendo-lhe que necessitava encontrar-se com ele fora do quartel, para transmitir-lhe informações importantes. Como o major demorasse em definir o local do encontro, o cabo, apavorado, solicitou autorização e se retirou. Assim mesmo, o cabo foi visto por Darcy, saindo do refeitório de oficiais, e foi por ele interpelado. O cabo, porém, deu-lhe uma desculpa aceitável.

Esse cabo, há seis meses, estabelecera amizade com um indivíduo, em um bar, em Quitaúna, sobre o qual, posteriormente, veio a saber que se tratava de um ex-militar da Marinha, que tinha vínculos com o Sargento Darcy. Mais tarde, foi convidado a participar do grupo de discussões políticas do qual faziam parte militares do 4º RI e aceitou, informando, depois, que o fizera para saber quais as pretensões de seus componentes. Na véspera do fato antes narrado, tomara conhecimento de que, no dia 22, haveria uma reunião para definir as missões dos que participariam de um golpe de mão no Regimento. Nesse dia, apesar de convocado, não compareceu à reunião. À noite, foi à casa do Major Chefe da Seção de Informações, relatando-lhe esses fatos e informando-o de que, apesar de não saber a data exata da ação planejada, ela deveria ocorrer entre 2 e 30 dias.

Seja por imprecisão nas informações do cabo, seja por dedução, o fato é que para o Comando do Regimento ficou assentado que, se houvesse essa ação, ela seria realizada na época do carnaval, ocasião em que a guarda do quartel já estaria sendo tirada por soldados recrutas. Ao chegar a essa conclusão por dedução, a prática mostrou que, apesar de conter alguns aspectos lógicos, ela não se confirmou, comprovando, sim, o ensinamento de que nem sempre as ações do inimigo obedecem à lógica. Dessa forma, se antes se podia admitir certa cautela em apurar os fatos, em razão de haver apenas a denúncia do sargento contra o oficial, após as informações do cabo, havia dois graduados capazes de testemunhar sobre um problema da maior gravidade, que punha em risco, no mínimo, a vida de integrantes do Regimento.

O Comandante do Regimento, ao tomar conhecimento desse fato novo, no dia 23 de janeiro, reuniu, em seu gabinete, o Subcomandante, os Comandantes dos dois batalhões e o Fiscal Administrativo. Nessa reunião, deu ciência dos fatos, como se fossem oriundos de uma informação da 2ª Divisão de Infantaria, determinando a substituição do sargento encarregado da munição, a imediata troca dos cadeados do depósito de armamento e, quanto ao Capitão Lamarca e ao Sargento Darcy, apenas a intensificação da vigilância.

No dia 24, o comandante do 4º RI foi a Caçapava e, ao regressar a São Paulo, por volta das 16 horas, esteve na 2ª Divisão de Infantaria, relatando os novos dados ao Chefe do Estado-Maior e ao novo Comandante daquela grande Unidade. Por volta das 17 horas, regressou a Quitaúna, mas, retido por forte chuva que caía na região, só chegou àquela localidade, aproximadamente, às 18h30. A essa hora estava perpetrado o roubo na Unidade, o qual só foi detectado no dia seguinte, na hora da formatura da Unidade, para as comemorações do aniversário da cidade de São Paulo.

8. O fio da meada

As atividades subversivas em São Paulo começaram a ser desvendadas, graças às investigações em torno do grupo que foi preso em Itapecerica da Serra e ao roubo no 4º RI.

No mesmo dia 25 de janeiro, foi detido o ex-proprietário do Volkswagen abandonado no bairro de Santo Amaro, o qual revelou que o dono do carro era o 3º Sargento José Araújo da Nóbrega, do Estabelecimento Regional de Subsistência/2, que estava aguardando reforma. As buscas em torno de José Araújo, vulgo "Zé", mostraram que estava foragido[353]. Nesse dia, foi detido, também, o dono do sítio de Itapecerica e o seu cunhado, que era vinculado ao PCB desde 1943.

Com base nos depoimentos dos presos e nas anotações registradas no caderno de notas, encontrado no citado Volkswagen, foram feitas várias diligências. Numa dessas buscas, a realizada no "aparelho" de Renata Ferraz Guerra de Andrade, que se havia evadido, foram encontrados vários polígrafos de instrução militar, nos quais aparecia o nome do Sargento Pittoli, da Companhia PE. Isso permitiu detectar mais uma infiltração no Exército.

Pittoli era amigo do Sargento Darcy desde a infância, na cidade de Bauru, e, tendo convivido com ele no 4º RI, comungava de suas ideias político-ideológicas. A pedido de Darcy, entregou os polígrafos de instrução a Onofre Pinto, com quem passou a manter contato. Quando houve a prisão dos elementos da VPR, em Itapecerica, Onofre marcou um encontro com Pittoli, ao qual compareceram, também, Diógenes José Carvalho de Oliveira ("Luís") e José Raimundo da Costa ("Gilberto"). O objetivo da reunião era obter informações sobre as condições de segurança da Companhia PE, sobre os presos e sobre a viabilidade de resgatá-las. Após estudarem todas as possibilidades, ficou combinado que a ação seria realizada nas primeiras horas da madrugada, aproveitando o dia que Pittoli estivesse de serviço. Os membros da VPR roubariam uma perua Chevrolet tipo C-14 e apresentar-se-iam como agentes do DOPS, tendo sua entrada facilitada por Pittoli. Para confirmar a realização da ação, foi combinado que "Judith" daria um telefonema para Pittoli, a fim de saber da possibilidade de concretização da ação, sendo estabelecida uma senha. No entanto, o fato de a Companhia ter entrado de prontidão, tão logo foi anunciado o roubo no 4º RI, levou Pittoli a temer pela operação e a dar resposta negativa para a ação, que, em seguida, se frustrou de vez com a sua prisão[354].

Ainda no dia 26, foi presa Dulce de Souza Maia ("Judith Meirelles"). Esta era do setor de inteligência da organização e participara ou preparara muitas ações, inclusive as que resultaram no assassinato do Capitão Chandler e na morte do Soldado Kozel. Seus depoimentos foram muito importantes.

Na segunda-feira pela manhã, um soldado da Companhia PE, que fora punido e estivera recolhido ao xadrez no final de semana, procurou o seu Comandante. Contou-lhe que, no dia do atentado ao QG do II Exército, em junho do ano anterior, estava de sentinela naquele quartel quando um efeminado, ou fazendo-se passar por tal, havia-se aproximado do seu posto a pretexto de pedir fogo, e que esse indivíduo era um dos presos que estavam recolhidos ao xadrez da Companhia. O terrorista reconhecido era Hermes Camargo, que atuava com o codinome de "Xavier". Esse fato estabelecia a conexão entre vários atos terroristas e possibilitou a intensificação dos interrogatórios com base em conhecimentos mais objetivos.

Pedro Lobo, um dos presos, assim descreve a evolução dessa situação:

"A repressão só conseguiu saber quem havia participado do 'justiçamento' de Chandler a partir do momento em que foram presos quatro companheiros nossos. Um deles, traidor da revolução, passou a cooperar com a polícia. O traidor falou sobre a ação e forneceu detalhes à polícia a respeito de sua execução. Esse tipo não participara da ação contra Chandler, mas tinha conhecimento indireto de alguns detalhes e, sobretudo, sabia quais os companheiros que haviam participado dela. Eles foram presos a 23 de janeiro de 1969, mais de três meses, portanto, após a ação. Sem essa delação, a polícia não teria descoberto jamais os autores da ação, porque a verdade é que não dispunha de nenhuma pista".

Parece-nos interessante prosseguir um pouco mais na narrativa de Pedro Lobo, na qual se pode notar que ele, que sempre se descreve como figura central dos episódios, oculta, no caso, que ele próprio era um dos quatro presos. Assim, ele continua a falar, como se fora de personagens distantes:

"O tipo só esteve preso. Eis outro detalhe importante. Foi detido com os outros três companheiros. Estes foram torturados até quase à morte. Mas ele não foi torturado. Cooperou com a polícia desde o primeiro momento da sua captura, não sei se por medo ou covardia, porque não levou sequer uma bofetada. Não foi maltratado pela polícia" [355].

Hermes Camargo, que é acusado por Pedro Lobo, pode ter colaborado mais que os outros, porque não tinha convicções político-ideológicas arraigadas. A verdade, no entanto, é que, ante as evidências, todos eles cooperaram, e Pedro Lobo, por ser um dirigente da organização e conhecê-la melhor, foi, sem dúvida, o que contribuiu com as melhores

---

353 Soube-se, depois, que "Zé" pertencia à mesma organização subversiva — a VPR —, e que participara do roubo de armas no Hospital Geral de São Paulo bem como do atentado ao QG do II Exército.

354 Posteriormente, foi apurado que Pittoli havia sabotado as viaturas de pronto emprego da Companhia PE, na noite do atentado ao QG do II Exército, deixando-as com as chaves ligadas de modo a descarregar-lhes as baterias.

355 Depoimento de Pedro de Oliveira em "A esquerda armada no Brasil", obra citada, páginas 169 e 170.

informações, tendo entregado dirigentes nacionais da organização, entre os quais Onofre Pinto, seu padrinho de casamento.

É compreensível que Pedro Lobo tenha ocultado ser ele um dos colaboradores. É natural que elementos como Pedro Lobo, fanfarrões e cabotinos, que sempre se descrevem como "heróis", tenham a necessidade imperiosa de dizer que suas delações são feitas sob a tortura. Além do que, subsidiariamente, tais acusações sempre são vistas como mais uma contribuição à "causa".

O livro citado, que descreve as ações armadas no Brasil entre 1967 e 1971, foi premiado pela Casa da Cultura Cubana, traz meias-verdades e acusações sem qualquer preocupação com a verdade. Na página 320, assim descreve a primeira tentativa de luta armada no sul do País: "O grupo rebelde estava encabeçado pelo ex-coronel do Exército Jefferson Cardin de Alencar Osório, que depois de preso, conseguiu fugir. Anos mais tarde, foi entregue pelo regime militar argentino à ditadura brasileira, cujos corpos repressivos o torturaram até a morte, em 1971". Ora, Jefferson Cardin, como, anteriormente, dissemos, prestou declarações na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, em 1982, e, salvo tenha morrido após a elaboração deste capítulo, continua "vivo, gordo e são de lombo", como dizem os gaúchos[356].

Boa parte das denúncias de tortura no Brasil foi feita com estas motivações: atender a vaidades ou, como propaganda adversa, buscar denegrir, aos olhos da população brasileira e do mundo, os órgãos de segurança do País. Tais denúncias visavam à sua desmoralização e à intimidação, isto é, como instrumento de guerra psicológica.

9. Intensifica-se o trabalho na Companhia PE

Descoberto o fio da meada, as prisões, apreensões e buscas intensificaram-se. Em pouco tempo, a linha política, os objetivos e toda a estrutura da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), que era a organização subversiva mais atuante no momento, em São Paulo, ficaram conhecidos. Tinham sido levantados os setores e subsetores, as coordenações e boa parte das bases da organização. Sabia-se de suas necessidades para atender à folha de pagamento de seus militantes, profissionais da subversão, que era superior a NCr$ 35.000,00 – recursos que eram quase obtidos, exclusivamente, através de assaltos.

Nos primeiros dias de março, pouco mais de um mês depois do início dessas atividades, tinham sido identificados 54 membros da organização subversiva, 22 eram conhecidos por seus codinomes e/ou funções que exerciam, e 23 deles estavam presos. Em pouco tempo, tinham sido tirados de circulação importantes dirigentes, como Diógenes José de Carvalho, Onofre Pinto, Pedro Lobo de Oliveira e José Ibrahim. A maioria dos demais presos pertencia ao Setor Logístico, que era o encarregado de conseguir meios para a organização através de ações armadas.

Também foram esclarecidas importantes ações terroristas realizadas pela VPR, com seus autores identificados nas seguintes: roubo da pedreira Gato Preto, em Cajamar; atentado ao consulado norte-americano em São Paulo; roubo de armas no Hospital Geral de São Paulo; atentado ao QG do II Exército; atentado à loja "Sears"; assassinato do Capitão Chandler; roubo da pedreira Fortaleza; roubo da Casa de Armas Diana; e roubo de cinco estabelecimentos bancários – o Comercial (março de 1968), o Brasileiro de Descontos (março de 1968), o Mercantil (agosto de 1968), o Estado de São Paulo (outubro e dezembro de 1968) e o Aliança do Rio de Janeiro (janeiro de 1969), num total de NCz 404.000,00.

Uma semana depois do roubo do 4º RI, haviam sido recuperados, numa batida no aparelho de Yoshitane Fujimori, vulgo "Edgard Japonês", 18 "FAL", 4 submetralhadoras "INA", 2 submetralhadoras "URKO", uma pistola .45 "ITHACA" e grande quantidade de munição. Sabia-se que a VPR, sem dispor de locais seguros para armazenar o restante do armamento roubado, o havia deixado sob a guarda da "Ala Marighella".

Detectou-se a existência de um centro de treinamento de guerrilha na Fazenda Ariranha, no município de Paranaíba, no Estado de Mato Grosso, onde foi apreendida boa quantidade de armamento diverso e foram feitas as prisões de Nelson Chaves dos Santos, seu irmão Pedro e Otacílio Pereira da Silva.

Foi descoberta uma autoelétrica adquirida pela VPR, onde eram feitos reparos e pinturas nos veículos roubados, em uso pela organização. Era destinada, também, a gerar recursos. Encoberto pela autoelétrica, trabalhava um torneiro-mecânico, encarregado de fabricar acionadores para granada, fazendo cerca de trinta por semana, e de preparar canos para bombas e silenciadores para armas.

Eram conhecidas as ligações da organização com os dominicanos, através dos contatos feitos entre frei Carlos Alberto Libânio Christo, o "Frei Beto", e Dulce de Souza. Havia sido detectado que a organização se reestruturava, ao deslocar pessoal do Setor Urbano para o Logístico, de modo a dar curso às suas ações armadas.

Começaram a ser feitas prisões, também, de membros de outras organizações subversivas, como do Agrupamento Comunista de São Paulo, conhecido como "Ala Marighella", e da Ação Popular.

Tais atividades estavam comprometendo seriamente a Companhia PE no cumprimento de sua missão, que, absolutamente, não era essa. A instrução havia sido relegada a um segundo plano e a administração da subunidade estava prejudicada. Até o tesoureiro da Companhia passava parte do dia e da noite cuidando de subversivos; no tempo que

---

356 Em 10 e 11 de agosto de 1986, Jefferson Cardin deu entrevistas respectivamente ao "Jornal de Brasília" e ao "Correio Brasiliense", quando foi a Brasília para tratar de sua pensão como anistiado.

sobrava é que ia fazer seus mapas e balancetes. As atividades antissubversivas deviam ser desenvolvidas sem solução de continuidade, porque os atos de terror não respeitavam expedientes. A Companhia PE não estava estruturada para essa missão. Não tinha pessoal especializado e nem suficiente para esse regime de trabalho. Não dispunha de veículos, de armamentos e de meios de comunicações adequados a essas atividades que lhe eram estranhas.

Constatara-se, também, que, fruto do grande número de prisões, as organizações subversivas haviam aperfeiçoado suas medidas de segurança e seus militantes haviam-se tornado mais violentos, respondendo com fogo a qualquer tentativa de prisão. Isto implicava em risco crescente para o pessoal não habituado a essas ações. Influía no ânimo dos próprios policiais, acostumados com meliantes comuns, que dificilmente os enfrentavam à bala, o que redundava, em alguns casos, em retardo proposital no cumprimento das missões ou numa atuação mais agressiva.

O mais importante, no entanto, é que de início houve uma colaboração espontânea muito grande, refletindo o anseio de se obter sucesso numa área que havia mais de um ano desafiava a polícia. Contudo, o aumento do trabalho sistemático e até mesmo o êxito inicial começaram a tornarem-se fatores negativos. Era humanamente impossível que deixassem de aparecer os ciúmes e os zelos, e que, inevitavelmente, surgisse a questão – a quem pertence o êxito?

Ademais, o Major Comandante da Companhia PE não tinha canais oficiais para ligar-se com a Secretaria de Segurança, o DOPS, a Guarda Civil e a Polícia Militar. As solicitações eram feitas na base da amizade e atendidas pelo desejo de cooperar. Quando este último começou a arrefecer, os pedidos nem sempre eram atendidos com a presteza necessária, quando o eram. O combate à subversão ia perdendo sua eficiência – pecava, fundamentalmente, pela falta de coordenação e de controle das ações antissubversivas.

10. Modificações no esquema de segurança

"No dia primeiro de maio, chegávamos a São Paulo. Um avião especial levaria o General Canavarro e todo o seu estafe. Quando atingimos o Campo de Congonhas, grande massa popular se comprimia para nos oferecer boas-vindas. À frente, o ilustre Governador Roberto Abreu Sodré com parte de seu secretariado.

As manifestações de afeto que recebíamos à chegada refletiam o quanto esperavam de nós. São Paulo, centro econômico mais importante do Brasil e da América Latina, enfrentava violenta onda de terrorismo,na qual meia-dúzia de assaltos a bancos ocorriam a cada dia com o fim de obter recursos para o lançamento da contrarrevolução; operações de sequestros; invasões de quartéis com roubo de armas; enfim, atos que deixavam a população amedrontada e tensa (...).

De maio a meados de junho, procuramos sentir o ambiente e tomamos as medidas iniciais (...)" [357].

Essas são as palavras com que o General Ayrosa, que acompanhou o General Canavarro como Chefe do Estado-Maior do II Exército, descreve, em seu livro de memórias, a situação em São Paulo, no início de 1969, causa de uma série de medidas que iriam ser tomadas em curto prazo.

Perguntamos ao General Ayrosa a que atribuía essa recepção, de certa forma inusitada, a um Comandante do Exército, e ele nos respondeu:

"A expectativa era de que nós iríamos buscar meios e formas de restabelecer
a ordem".

Indagamos se o Governador revelara a incapacidade do Governo Estadual de manter a ordem, e ele explicou:

"Ele não tinha essa capacidade, por uma razão muito simples: o problema era muito amplo, a situação insólita e nós mesmos, que antes de irmos para São Paulo nos preocupávamos com o problema e o havíamos estudado, tateamos um bom tempo em busca da melhor solução".

Buscamos conhecer de que natureza eram essas dificuldades, se decorriam de deficiências pessoais, de falta ou inadequação do material, de comunicações inadequadas, ou de que ordem eram, a que o General Ayrosa respondeu enfaticamente:

"Acima de tudo, a deficiência decorria da falta de unidade de coordenação. Embora a Polícia de São Paulo tivesse um efetivo muito grande, fosse bem equipada, e, inclusive, a Polícia Militar fosse comandada por um oficial do Exército, tendo, portanto, um relacionamento com o Exército razoavelmente bom – não havia, também, uma ação coordenada, não havia um objetivo definido. Faltava alguém que superintendesse, que orientasse, que coordenasse as ações. Quando fomos para São Paulo, aquilo que depois viria a ser a Operação Bandeirante já havia sido esboçada. Prevíamos a necessidade da atuação do conjunto, englobando todos os órgãos de seguranças federais e estaduais da área".

Essa preocupação com a coordenação e o controle das atividades antissubversivas era geral. Entre 6 e 8 de fevereiro de 1969 havia sido realizado o I Seminário de Segurança Interna, em Brasília, sob os auspícios do Exército.

---

[357] Ayrosa da Silva, E: "Memórias de um soldado", Bibliex, RJ. , 1988, pág. 116.

Reunindo os Secretários de Segurança, os Comandantes das Polícias Militares e os Delegados do Departamento de Polícia Federal, o aspecto que mereceu maior ênfase nesse conclave foi, justamente, a necessidade de integração operacional dos organismos policiais.

De maio a junho de 1969, foi montado um esquema experimental, na 2ª Seção do II Exército, que respondesse a essa necessidade de integração dos diferentes órgãos, de tal modo que cada um se encarregasse daquilo que estava mais ajustado à sua missão normal. Esse esquema foi debatido no Centro de Informações do Exército, que também tinha ideias a respeito e uma visão mais geral do problema.

O General Canavarro, entretanto, não podia fazer essa coordenação de imediato. Ele queria ir obtendo essa integração aos poucos, mas, ante as dificuldades para torná-la efetiva e em face da manutenção das ações subversivas em altos níveis, foi convocada, em junho, uma reunião de todos os elementos envolvidos com a segurança na área. Dessa reunião, nasceria a Operação Bandeirante.

11. É criada a "Operação Bandeirante" – OBAN

Na reunião convocada pelo Comando do II Exército, foi apresentada a proposta de um Centro de Coordenação, que englobava a ação de todos os órgãos de segurança da área, sem limitar a iniciativa de qualquer um deles, mas coordenando todas as atividades de combate à subversão. Esse trabalho seria feito com base, exclusivamente, na compreensão de sua necessidade, por parte de todos os órgãos envolvidos no problema. Não havia, ainda, nenhuma medida legal que indicasse essa colaboração. Ela teria de ser espontânea. O resultado da reunião, no dizer do General Ayrosa, *"foi surpreendente, porque todos, unanimemente, acharam que a proposta atendia a um ensaio geral. O único que poderia mesmo fazer alguma restrição seria o Secretário de Segurança Pública de São Paulo. No entanto, o Dr. Hely Lopes Meireles deu apoio incondicional à proposição. Na verdade, o apoio à ideia não foi apenas dos órgãos de segurança, o apoio em São Paulo foi total".*

Esse Centro de Coordenação foi batizado de "Operação Bandeirante".

O que era, então, na prática, a "Operação Bandeirante"? Era esse Centro de Coordenação, organizado pelo II Exército, constituído, inicialmente, da Central de Informações e da Central de Operações, que tinha como objetivo – conforme sua própria estrutura indicava –, produzir informações sobre as ações dos grupos subversivos de forma centralizada, assim como orientar, de forma centralizada, as ações antissubversivas.

A que visava a OBAN? Seu objetivo era, de um lado, evitar superposições e, de outro lado, lacunas, definindo responsabilidades. Com isso, tornaria mais efetivo o combate à subversão.

Faziam parte desse Centro de Coordenação os Comandantes do II Exército e de seus Grandes Comandos subordinados (2ª Região Militar e 2ª Divisão de Infantaria), os Comandantes do 6º Distrito Naval e da 4ª Zona Aérea, a Secretaria de Segurança Pública, os Chefes do Departamento de Polícia Federal e do Serviço Nacional de Informações – estes dois últimos órgãos, com uma estrutura ainda incipiente na área.

O Centro de Coordenação não limitava a iniciativa dos órgãos que o integravam e nem se imiscuía no cumprimento de suas missões normais. No entanto, as operações de informações e as operações antissubversivas, isto é, repressivas, eram por ele coordenadas. Tomemos como exemplo a Força Pública – ela, além de participar com elementos para as Centrais de Informações e de Operações, continuava com sua missão normal de policiamento ostensivo. Julgado conveniente que esse policiamento se fizesse com maior ênfase numa determinada área, a bancária, por exemplo, ele era indicado pelo Centro de Coordenação.

Todos os informes e informações colhidos deveriam ser transmitidos diretamente e no mais curto prazo para a Central de Informações, que iria processá-los. O Chefe da Central de Informações era o General Chefe do Estado-Maior do II Exército, e participavam dela todos os órgãos já citados. Da Secretaria de Segurança Pública, participavam o Diretor do DOPS, o Representante da Guarda Civil e o Chefe da Seção de Informações da então Força Pública do Estado. Na Central de Informações, os informes eram imediatamente examinados quanto à sua credibilidade e pertinência, eram analisados seus dados significativos, integrados com fatos pré-existentes, e examinada sua coerência. Enfim, eram metodicamente tratados. Havia uma preocupação muito grande em cruzar os informes, particularmente, quando se tratasse de "estouro de aparelho", pois, sendo verdadeira a informação e não havendo a determinação e a iniciativa de fogo necessário, por certo haveria baixa entre os homens da operação. Em contrapartida, se a informação fosse falsa, os OI poderiam fazer vítimas inocentes. As pessoas envolvidas em subversão, presas ou detidas, deveriam ser encaminhadas às equipes de interrogatório preliminar, de modo a alimentar a Central de Informações e, ao mesmo tempo, possibilitar o controle dessas prisões e detenções. Após a identificação inicial, os militares eram encaminhados às suas respectivas corporações, e os civis, ao DOPS.

No DOPS, que mantinha os presos civis sob sua custódia, eram qualificados e identificados imediatamente. O DOPS é que procedia os inquéritos, bem como lavrava os autos de prisão em flagrante. Deste modo, os órgãos exerciam as atividades para as quais haviam sido constituídos e estavam mais bem preparados. Em comum, os órgãos apenas integravam as equipes mistas das centrais de informações e operações.

O Chefe da Central de Operações era o Subchefe do Estado-Maior do II Exército, e, dela, faziam parte os oficiais de operações das organizações militares componentes do Centro de Coordenação, inclusive, o Oficial de Operações da Força Pública do Estado de São Paulo. Essa Central fora criada com base no conhecimento da doutrina revolucionária marxista-leninista e em casos históricos. Segundo esses conhecimentos e experiências, as ações terroristas nas cidades ou a guerrilha urbana são secundárias e complementares no contexto da evolução. Destinam-se a obter fundos, a exercer pressão psicológica sobre as autoridades e a população e a fixar efetivos dos órgãos de segurança nas cidades, desviando-os da ação principal. Esta deve realizar-se no campo, onde toma vulto e exige operações militares de envergadura para neutralizá-la.

O Centro de Coordenação deveria reunir-se mensalmente, e seus representantes, nas centrais, reuniam-se, como rotina, semanalmente, ou extraordinariamente quando necessário. A Central de Informações elaborava o Sumário Diário de Informações que dava, às autoridades e aos órgãos participantes da "Operação Bandeirante", uma visão geral da situação em toda a área, no que tange às atividades subversivas.

O próprio documento constitutivo do Centro de Coordenação esclarecia não haver previsão de novos meios para enfrentar as ações subversivas. O fundamental, porém, era essa coordenação. Por isso, a "Operação Bandeirante" multiplicou os êxitos alcançados pela Companhia PE.

O entrosamento entre os órgãos que a compunham fez-se com relativa rapidez. Desde o início de suas atividades, sucedeu-se uma série de prisões que só iria arrefecer um ano depois. De setembro a dezembro, foram presos inúmeros líderes da ALN, até então praticamente intocada. Com a prisão das bases e da cúpula da VAR-Palmares, em dezembro de 1969 e em janeiro de 1970, essa organização subversiva foi desestruturada em São Paulo. A FALN, que atuava em Ribeirão Preto, foi completamente desarticulada. De maio a agosto de 1969, as inúmeras prisões de militantes da Ala Vermelha do PC do B levaram essa organização a reformular sua linha política e a dar prioridade para o trabalho de massa.

Essencialmente em razão desse sucesso, a "Operação Bandeirante" sofreria toda a carga das organizações subversivas e dos seus acólitos de esquerda, na primeira oportunidade que surgisse. Naturalmente, para as esquerdas interessava que os órgãos de segurança, sustentados pela Nação, continuassem desarticulados, sem meios e ineficientes.

12. Dificuldades e desencontros

O documento que propunha a criação da "Operação Bandeirante", e que foi apresentado às forças e aos órgãos que a comporiam, na reunião realizada em 24 de junho de 1969, prescrevia quanto à situação:

a. "A área de São Paulo e municípios vizinhos, constituindo a denominada "GRANDE SÃO PAULO" , vem sendo alvo da ação de vários grupos organizados sob as mais diversas denominações – VPR, OPM, COLINA, FLN, ALA MARIGHELLA, etc. –, por estudantes habilmente manipulados e pelos adversários da Revolução de 31 de Março de 1964, todos sob a liderança consciente, ou consentida, de elementos do PCB, do PC do B e de outras facções comunistas, já agora identificadas no propósito comum de derrubada do Governo e das instituições.

Inspirados nas ações dos subversivos, com outras finalidades, mas igualmente agitando, provocando danos e contribuindo para uma ação de desmoralização das autoridades, alguns marginais atuam, realizando roubos, saques e atentados a pessoas.

– Ações estimadas: desencadeamento da guerrilha urbana; recrudescimento de assaltos a bancos, carros-transporte de valores, organizações industriais e comerciais para obtenção de fundos; assaltos a quartéis, casas de armas e depósitos de explosivos para obtenção de material bélico, equipamentos, explosivos e para a desmoralização das forças policiais e organizações militares; terrorismo, particularmente o seletivo, contra autoridades civis, militares, líderes democratas, industriais e outras pessoas influentes; panfletagem, agitação e propaganda contrária ao Governo e às instituições; exploração de atos dos governos federal, estadual ou municipais, suscetíveis de utilização negativa e adequada aos seus propósitos; tentativas de libertação de presos em quartéis ou prisões civis; tentativas de associação dos Movimentos Estudantil, Sindical, Rural e Religioso.

b. Unidades, serviços e meios do II Exército, 4ª Zona Aérea, 6º Distrito Naval, Secretaria de Segurança Pública (Força Pública do Estado de São Paulo – Polícia Civil – Guarda Civil), Divisão de Polícia Federal, em São Paulo, Serviço Nacional de Informações – Agências em São Paulo continuarão atuando em toda a área.

c. Não há previsão de novos meios para enfrentar as ações subversivas.

d. Meios: Centro de Coordenação, constituído da Central de Informações e da Central de Operações".

Seguem-se a constituição do Centro de Coordenação e a das Centrais de Informações e Operações, já vistas no item anterior.

No item 4, Assuntos Administrativos, havia as seguintes prescrições:

"Logística

Todas as organizações participantes deverão ficar em condições de alimentar os elementos empregados nas operações.

As viaturas serão reabastecidas na origem. Quando necessário, poderão ser reabastecidas na organização mais próxima ou em estabelecimento civil, mediante controle da Central de Informações.

Todos os elementos participantes devem ser armados e municiados em suas organizações de origem.

Quando necessário, o elemento será evacuado para o hospital mais próximo.

Ligações e Comunicações

Todos os meios disponíveis devem ser utilizados e ligados com a Central de Informações".

Da análise desse documento, constata-se que, embora soubesse da existência de várias organizações subversivas, não se conhecia suas origens, estrutura, a própria orientação ideológica e a linha revolucionária, bem como suas ligações ou desvinculação dos autodenominados partidos comunistas conhecidos. Eram chamadas então de "grupos organizados" (...) "todos sob a liderança consciente ou consentida de elementos do PCB, do PC do B e de outras facções comunistas". Ainda a essa altura, junho de 1969, ações terroristas eram confundidas com atividades de marginais.

Observe-se que à "Operação Bandeirante" foi dada uma organização tipo Estado-Maior Combinado, o que, de certa forma, era válido, pela participação de elementos de outras forças singulares e de segurança, demonstrando o desejo de manter um razoável equilíbrio na participação desses elementos. No entanto, essa organização não previa Centrais de Pessoal, de Logística e de Assuntos cCivis[358]. A ausência delas e a existência da Central de Operações – embora, nas ações estimadas, não se fizesse referência a operações de vulto e não fossem previstas atividades de instrução, específicas dessa área – revelam que, na ocasião, não se sabia como combater essa ação insólita, ou não se podia determinar que rumos essas ações pudessem tomar, ou ambas as hipóteses. Realmente, não se tinha experiência e nem conhecimento das técnicas de combate a empregar na guerrilha urbana. Havia um conhecimento razoável quanto às técnicas contra a guerrilha rural, mas, paradoxalmente, aí é que seriam cometidos os maiores equívocos. Quanto à guerrilha urbana, o conhecimento era muito pequeno e restringia-se, praticamente, a técnicas de controle de distúrbios, de calamidade pública, de população e de recursos, as quais, à exceção da primeira, nunca chegaram a ser empregadas. A técnica de combate à guerrilha urbana foi adquirida na luta diária e desenvolvida na prática do dia a dia, de acordo com as observações, estudos e necessidades de aprimoramento das ações, tendo em vista, precipuamente, o modo de atuar dos terroristas-subversivos. Isto iria distinguir aqueles que a apreenderam, da grande maioria que a desconhecia.

Na prática, as atividades que passaram a ser desenvolvidas pela "Operação Bandeirante" eram as mesmas que a Companhia de Polícia do Exército realizava, agora, com equipes mistas. Estas eram formadas por pessoal cuja missão específica era o combate à subversão, com uma equilibrada distribuição de missões e de trabalho, com canais de ligação estabelecidos, que permitiam a fácil solicitação de providências por parte de cada Força ou órgão. Essas atividades eram típicas de informações, que têm também funções operacionais pertinentes à produção de informação e contrainformação.

O documento da OBAN esclarecia também que não havia previsão de novos meios para enfrentar as ações subversivas. Surgia uma nova missão, e a falta de meios adequados a ela criaria uma série de dificuldades. A primeira delas foi inexistência de local, de instalações físicas, para o funcionamento da "Operação Bandeirante". Inicialmente, essa Organização passou a funcionar no 2º Esquadrão de Reconhecimento Mecanizado, mas criava vários problemas, particularmente, quanto ao controle e à segurança dessa subunidade. Esse aspecto foi solucionado com a cessão, pela Secretaria de Segurança Pública, da parte vaga de uma delegacia de polícia, no bairro Paraíso, relativamente próxima ao QG do II Exército.

Outras dificuldades surgiram, relacionadas ao Apoio Administrativo, em particular à Logística. A "Operação Bandeirante" não dispunha de viaturas, de combustível, de armamento e munição, de meios de comunicação e de rancho. Passou a funcionar com viaturas das organizações participantes, as quais eram abastecidas na origem. Eram viaturas nem sempre adequadas e descaracterizadas, que foram, posteriormente, reforçadas pelos veículos apreendidos dos subversivos, quando não eram roubados, mas adquiridos pelas suas próprias organizações[359].

Os componentes das diversas equipes eram armados e municiados também nas organizações de origem, que deveriam ainda alimentá-los. O armamento nem sempre era compatível com esse novo tipo de atividade – como andar pela rua, sem ser notado, com um imenso revólver 45. Os meios de comunicações também eram os disponíveis em cada organização, não sendo, particularmente, os das Forças Armadas, os mais apropriados para operar nas grandes cidades. Como todo esse material não era de dotação da OBAN, mas carga das unidades, que continuavam responsáveis por ele, normalmente, não era cedido ou reposto de bom grado. As atividades da "Operação Bandeirante" eram continuadas, nas 24 horas do dia, pode-se imaginar as dificuldades decorrentes para alimentação do pessoal, constituído em diversas equipes mistas. Cada equipe tinha de se alimentar em sua organização.

---

[358] Numa estrutura típica de um estado-maior, existe um chefe de estado-maior, e, qualquer que seja a missão do comando militar, as atividades do órgão, normalmente, abrangem no mínimo cinco campos: pessoal, informações, operações, logística (hoje, apoio administrativo) e assuntos civis.

[359] Mais tarde, homens de negócio de São Paulo cotizar-se-iam e dariam apoio material à Operação Bandeirante, permitindo que fosse suprida parte de suas deficiências.

Ora, para toda a missão de combate há uma mobilização, um esforço para se suprir as deficiências. Estas podem ser admitidas nos tempos de normalidade, mas precisam ser equacionadas e atenuadas para que a missão possa ser cumprida numa situação de guerra. Essa era uma situação de combate, mas que se apresentava diferente. Parece-nos importante a compreensão dessa situação “sui generis” vivida, porque ela teria também reflexos no recrutamento do pessoal e no próprio desdobramento das ações. Quando há uma guerra declarada, na qual se envolve toda a instituição, o soldado profissional, sem sentir prazer e até mesmo vencendo ditames da própria consciência, sente uma compulsão interior para dela participar, sem qualquer subterfúgio, por dever.

Por ser esta a hora da grandeza de servir, a hora sublime e esperada de se dar à Pátria, que é compartilhada por seus familiares. No entanto, vivíamos uma guerra diferente, anônima, unilateralmente declarada pelo inimigo, não reconhecida oficialmente, e que análises equivocadas levaram quase a ocultá-la, na qual não se empenharia mais de um por cento dos efetivos das forças nela engajadas. Não apresentava, assim, o mesmo estímulo, mas exigia muito do homem, mais do que no combate regular, porque o enfrentamento era diário, com um inimigo do qual não se tinha informações precisas, que agia inopinadamente, de surpresa, com violência e tendo a iniciativa das ações. Além disso, numa situação de guerra normal, os riscos são apenas do militar, não alcançando sua família, que, pelo contrário, permanece em segurança, agasalhada pelo conforto moral de seu gesto e pelo apoio dos amigos e familiares. Nesse caso, não, pois além da situação constrangedora de se obrigar a ocultar as atividades do marido, por questões de segurança, de apresentar desculpas por suas ausências sistemáticas, por seus horários incomuns, por suas atitudes inusitadas, a mulher ainda vive sob pressão psicológica constante, produzida por impróprios dirigidos por carta ou telefone, anúncios falsos e ameaças verdadeiras de sequestro dos filhos. Muitas foram as mulheres que não suportaram essa angústia permanente, e não foram poucos os lares desfeitos por incompreensões ou falta de estrutura psicológica para suportar tal situação continuada. Por tudo isso, não era fácil o recrutamento para esse tipo de missão.

A falta de recursos e a expectativa de que fosse uma situação transitória fizeram com que esses problemas nunca se equacionassem totalmente de modo a permitir que a “Operação Bandeirante” funcionasse com a eficiência desejada, e que a importância da sua missão exigia.

Também criou dificuldades à “Operação Bandeirante” a disparidade de formação de seus integrantes, em todos os aspectos, agravada pela falta de tempo e experiência para se estabelecer um critério de seleção do pessoal. Apesar de ter sido feito um esforço no sentido de selecionar o que havia de melhor, isto só foi alcançado à medida que crescia o êxito e, consequentemente, o prestígio da “Operação Bandeirante”. Tal fato tornaria comum, no início, a necessidade de dispensa e a aplicação de sanções a seus integrantes, pelas razões as mais diversas, desde a falta contumaz ao serviço até a desonestidade, passando pela afoiteza exagerada até o medo.

Outro aspecto que criaria sérias dificuldades de coordenação e controle eram as prisões que fugiam aos trâmites normais, isto é, feitas em nome da “Operação Bandeirante”, mas não obedecendo ao seu planejamento e à sua coordenação, nem atendendo às normas por ela estabelecidas. Quando isso ocorria, o órgão que atuava de forma irregular buscava ocultar o fato ou retardar o seu conhecimento, e, em consequência, as informações obtidas. Esse tipo de dificuldade, ao contrário da anteriormente apontada, foi-se agravando, à proporção que aumentava o sucesso do combate ao terrorismo e à subversão. Era o sensacionalismo envolvendo os trabalhos, era à busca da promoção pessoal, ou do órgão infrator das normas, em detrimento da impessoalidade e do espírito de equipe que se buscava imprimir às ações da “Operação Bandeirante”.

Esses são alguns aspectos negativos, decorrentes da improvisação, que precisam ser conhecidos, mas que tiveram caráter de excepcionalidade, não podendo ser generalizados. Seguramente, não atingem a organização e muito menos a grande maioria de seus integrantes, que sempre se portou com correção, desprendimento, abnegação e, por que não dizê-lo, com heroísmo.

13. Os Centros de Operações de Defesa Interna – CODI

O problema de segurança não é novo, não é especificamente nosso, sendo comum e da própria essência de todo governo. Em nosso país, por exemplo, em 1951, existia um planejamento do Governo, cuja denominação retrata, de forma clara, seu Objetivo: *“Plano de Ação Interna para enfatizar uma perturbação da ordem pelos comunistas”.* Decorria do fato de ser essa a hipótese mais viável de perturbação da ordem, à época. Esse plano, elaborado por Comissão Mista constituída no Conselho de Segurança Nacional, destinava-se a coordenar a ação das Forças Armadas entre si e com as autoridades civis. Previa duas hipóteses à eclosão da perturbação da ordem, sem o concurso de movimentos armados, e tendo o caráter armado. A previsão de emprego das Forças Armadas era feita considerando que fosse insuficiente a ação das forças policiais, e o emprego efetivar-se-ia por solicitação da autoridade civil, ou a juízo do comando militar competente. Em tal plano, a ação militar era apenas uma entre inúmeras outras componentes previstas pelo Governo. Evidentemente, só seria desencadeada se houvesse a perturbação da ordem ali prevista. Ao Governo interessava, antes de tudo, evitar a perturbação da ordem, e para isso tomaria medidas preventivas, na sua maioria, na esfera dos ministérios e dos órgãos civis.

Em 1961, o planejamento das Forças Armadas e sua conduta no âmbito da segurança interna estavam calcados nas Diretrizes Governamentais de maio desse ano, que previam ações preventivas e ações repressivas. A preocupação das Forças Armadas era, basicamente, com a defesa de seus aquartelamentos e bases e com a possibilidade de sabotagens, de atentados às autoridades e de outras ações, particularmente, visando aos serviços essenciais. Nessa época, também havia uma coordenação das ações previstas para as Forças Singulares, as Secretarias de Segurança pública e Ministérios civis, em especial, os da Justiça e do Trabalho.

Em 1968, a situação alterou-se, pois se abrira um ciclo insólito de atuação das organizações subversivas. Em julho, o Governo proibira a realização de passeatas. A Diretriz de Segurança do Governo alertava aos comandantes militares de que, mediante entendimento prévio com os órgãos de segurança dos Estados, deveriam apoiá-los. Esse apoio poderia chegar ao emprego de tropa federal, para o resguardo da ordem pública e da decisão governamental. Essas ações estavam fundamentadas, essencialmente, nos textos e procedimentos legais. No essencial, não diferia do planejamento feito em 1951.

Esses são alguns aspectos da segurança, tomados ao longo do tempo e em diferentes governos, que demonstram que as Forças Armadas e demais órgãos de segurança cumprem determinações dentro de sua destinação constitucional, que são emanadas pelas autoridades constituídas dos governos civis.

O ápice do sistema político, como nos ensina Francis J. Sorauf, *"é marcado por duas características – a sua universalidade e a qualidade final de sua força".* Primeiramente, apenas ele se estende a todas as pessoas na sociedade; outras entidades, como as associações religiosas e associações profissionais, como CNBB, CUT, OAB, etc., alcançam apenas uma fração do todo. Toda vez que qualquer dessas entidades quiser impor suas normas à sociedade haverá choque. O sistema político possui, em segundo lugar, "uma qualidade conclusiva, e, em última análise, um monopólio da força e da coação na sociedade. Monopoliza a força armada organizada e as sanções de prisão e de morte". Não pode aceitar que outras forças se organizem para se oporem a esse monopólio. Assim, sempre que essa característica for violada, haverá choque. Esses são princípios universais da atividade política e de governo[360].

Em julho de 1969, o Governo, considerando o processo subversivo, bem caracterizado em suas ações e amplitude, e suas ligações com acontecimentos internacionais semelhantes, julgou ser imperativo neutralizá-lo, para garantir a paz interna e preservar sua política de desenvolvimento, e baixou novas diretrizes. Esse documento, denominado Diretrizes para a Política de Segurança Interna, atribuía um papel preponderante aos comandantes militares de área, quanto ao planejamento e à execução das medidas antissubversivas, e considerava indispensável a integração de todos os organismos responsáveis por essa área. Em decorrência dessas Diretrizes, foram baixados, pela Presidência da República, documentos particulares aos diversos ministérios, sendo que, aos ministérios militares, era atribuída a missão de concretizar aquelas ideias mediante estudos específicos.

Fruto desses estudos, que tiveram como base a experiência da "Operação Bandeirante", recém-constituída, foi determinado o estabelecimento, nos Exércitos e nos Comandos Militares, do Centro de Operações de Defesa Interna (CODI). Instruções complementares definiam o modo de estabelecê-los – ligações, contatos e coordenação na área. Regulavam seu papel de assessoramento ao comandante de área, na coordenação do planejamento e na execução das medidas de defesa interna. Delineavam sua constituição e determinavam as atribuições de seus responsáveis. De acordo com essas instruções, a organização deveria atender à estrutura administrativa e militar existente. Como a subversão não estava igualmente ativa em todo o território nacional, tal organização deveria ser flexível, atendendo a essa particularidade e às peculiaridades das áreas geográficas onde fossem implantadas[361].

Em resumo, o Centro de Operações de Defesa Interna (CODI) nada mais era do que o centro de coordenação já existente no II Exército e batizado de "Operação Bandeirante", com idênticas atribuições. Tanto assim é que, embora recente, mas em razão da mística que já criara, o CODI do II Exército manteve o nome de "Operação Bandeirante".

Em função dessas diretrizes e instruções, o então I Exército, com sede no Rio de Janeiro, onde a subversão também estava bastante ativa, iniciou, em outubro de 1969, estudos visando à criação de seu CODI. A equipe de trabalho criada para esse fim contava com oficiais que haviam feito um estágio na "Operação Bandeirante". Apresentou como resultado do seu trabalho uma estrutura contendo apenas a parte da OBAN que efetivamente estava atuando, isto é, sua Central de Informações.

A Central de Operações, por estar sem função na OBAN, não foi prevista no CODI do então I Exército. No entanto, foi prevista uma evolução que já ocorrera no II Exército – a introdução da Coordenação Executiva, subordinada à Central de Informações (CI), para coordenar as atividades de informações dos diversos órgãos envolvidos, e que, por essa razão, funcionaria fora do QG do Exército.

---

[360] Sorauf J.F – "Iniciação ao Estudo da Ciência Política" – Zahar Editores, RJ – 1967.

[361] Sorauf J.F – "Iniciação ao Estudo da Ciência Política" – Zahar Editores, RJ – 1967.

* Trata-se da Secretaria de Operações de Informações. Não confundir com a Secretaria de Operações do EM dos Comandos, que trata de operações militares.

Sem segredos, no dia 17 de janeiro de 1970, diversos jornais do Rio de Janeiro anunciaram a instalação do CODI do I Exército, na véspera. Por várias razões, entre as quais a falta de instalações físicas, o CODI do I Exército somente foi instalado nessa época, quando recrudesceram as ações terroristas e se acumularam as atividades do Batalhão de Polícia do Exército, que havia prendido vários militantes da VAR-Palmares, apreendendo farta documentação da organização. Havia sido preso, também, um militante do PCBR, em assalto à agência Brás de Pina do Banco Sotto Maior, o que poderia propiciar outras prisões de elementos dessa organização. Em abril, foi incluída na estrutura do CODI uma Comissão Assessora, diretamente subordinada ao Comandante do I Exército, exercendo função e tendo constituição semelhante ao Centro de Coordenação da OBAN. As dificuldades e os desencontros no CODI do I Exército, assim como seus êxitos, seriam em tudo semelhantes aos da OBAN.

14. Evolução na estrutura dos CODI/DOI

Em março de 1970, a Presidência da República baixou nova Diretriz. A novidade que apresentava era a criação do Conselho de Alto Nível para assessorar o Presidente da República, que determinaria diretamente as ações a realizar[362]. Essa nova diretriz mantinha, basicamente, as missões atribuídas às Forças Armadas. No entanto, fazia uma importante recomendação, visando a não engajar as Forças Armadas naquelas missões tipicamente policiais. O Governo Federal e os Governos Estaduais deveriam adotar medidas que visassem, respectivamente, ao fortalecimento do Departamento de Polícia Federal e dos órgãos de segurança pública.

Como decorrência dessa nova diretriz, seriam feitos pequenos ajustes, na “Operação Bandeirante” e no CODI do I Exército, que importavam mais na homogeneização da designação dos diversos órgãos do que nas suas missões e na dinâmica de funcionamento.

Assim, foram criados nas áreas, a exemplo do que ocorria no mais alto nível, o Conselho de Defesa Interna, que substituía, na “Operação Bandeirante”, o Centro de Coordenação, e, no CODI do Exército, a Comissão Assessora. A novidade era que os governadores estaduais passavam a integrar esses conselhos. O Chefe do Estado-Maior seria o Chefe do CODI, e a Coordenação Executiva da Central de Informações, encarregada das informações e das operações de informações, continuava com as mesmas atribuições, agora sob a denominação de Destacamento de Operações de Informações (DOI).

O engajamento das Forças Armadas no combate à subversão foi importante por suprir a falta de um organismo que assegurasse o planejamento integrado à pronta e à eficiente execução nas áreas, em nível nacional. Fez-se imperioso, porque o Departamento de Polícia Federal e as Secretarias de Segurança Pública, com raras exceções, não tinham estrutura adequada e nem preparo para cumprir essas missões.

15. A batalha perdida

Em junho de 1970, o Estado-Maior do Exército (EME), que já o tinha programado, realizou um simpósio visando, através da troca de experiências e informações, a aperfeiçoar a organização e o funcionamento do CODI, instalado até então apenas nos I e II Exércitos.

Nesse simpósio, além da estrutura e da mecânica de funcionamento, foram debatidas as vulnerabilidades dos CODI; a insuficiência quantitativa e qualitativa do pessoal, particularmente a falta de pessoal especializado em informações; o despreparo das polícias militares e civis, em pessoal, material e adestramento; a dificuldade de obter-se a cooperação e a integração dos ministérios civis nesse combate; a falta de mentalidade na salvaguarda das informações, inclusive do público interno; e medidas atinentes aos meios de divulgação e à falta de motivação do público, inclusive o interno.

A maioria dessas deficiências não seria solucionada em curto prazo, seja pela dificuldade que órgãos da dimensão do Ministério do Exército têm para responder com presteza à modificação de sua rotina administrativa, seja pela demora natural que algumas demandavam, como, por exemplo, a formação de pessoal. Outras deficiências apontadas deixariam de ser solucionadas pela sua própria complexidade, como foi o caso da falta de motivação do público e da questão correlata da comunicação social. Essas questões seriam, porém, as que trariam mais sérias consequências e emergeriam, na prática, paradoxalmente, como decorrência do êxito obtido pelos CODI no combate à subversão.

Sabe-se, hoje, que a oportuna e eficiente atuação dos CODI foi um dos fatores que concorreram, de forma decisiva, para que os comunistas não conduzissem o Brasil para uma guerra civil prolongada e sangrenta. Essa atuação impediu que a guerra revolucionária evoluísse, mantendo-se na fase embrionária dos assaltos, atentados, sequestros e demais atos terroristas. Como não evoluíra, não exigira, até então, a condução de operações militares de vulto. Sem que as ações

---

[362] Esse Conselho era formado pelos Ministros Militares, o Chefe do SNI, o Secretário-Geral do CSN e o Ministro da Justiça, estes em caráter permanente, e os demais Ministros, como membros eventuais.

atingissem a fase operativa, foram praticamente alijadas do processo repressivo as 1ª, 3ª e 4ª seções dos Estados-Maiores. Isso, por si só, restringia a participação do público interno. O pessoal do Exército, envolvido nas atividades de informações, em todo o território nacional, mesmo nos momentos de maior intensidade das atividades subversivas, não ultrapassou um por cento do efetivo da Força[363].

Por outro lado, esse êxito fazia crescer a importância das 2ª Seções – afinal, elas, no âmbito do Exército, venciam sozinhas a batalha contra a subversão no campo militar, e seus componentes eram os homens que corriam, diariamente, risco de vida, com muitos deles tendo morrido em ação. Num Exército que vive um longo período de paz, a única e justa recompensa desses elementos era o reconhecimento, nem sempre presente, de seus companheiros e o prestígio por participar de uma guerra. No entanto, em boa parte decorrente dessa situação de prestígio, toda 2ª Seções levava a compartimentação ao extremo, o que conduziu de vez o público interno a alhear-se do problema. Como interessar-se por algo que não lhe era dado conhecer? Esse excesso de compartimentação não levou apenas o público interno ao alheamento, mas chegou, por vezes, a criar animosidade e até ressentimento nos próprios QG, entre o pessoal de informações e a grande maioria que, circunstancialmente, não estava exercendo aquela atividade.

Se esse problema interferia de tal forma no público interno, inevitavelmente iria interferir na comunicação com o público externo. Foram os representantes da OBAN que levaram ao simpósio os aspectos contraditórios dessa questão que, entretanto, deixou de ser analisada com a profundidade merecida. Anunciaram, ali, o acréscimo, na estrutura da OBAN, da Central de Difusão, sob a direção do Chefe da 5ª Seção, composta, também, por representantes das demais Forças Singulares e por integrantes da própria Operação. Ao mesmo tempo, expuseram a preocupação quanto à divulgação de atos terroristas e da repressão, propugnando que essas notícias não fossem veiculadas, para não valorizar as ações terroristas, não denunciar as intenções dos órgãos de segurança e não manter os subversivos informados e em evidência junto à opinião pública.

Essa colocação iria restringir as atividades da 5ª Seção, que, na maioria dos casos, se ateve à mostra de material apreendido em poder dos terroristas e à apresentação de entrevistas na televisão com indivíduos que haviam abandonado espontaneamente a militância subversiva. Além disso, a difusão de notícias era feita através de notas oficiais, que, normalmente, pecavam pela oportunidade e tinham sua credibilidade reduzida pela censura imposta à imprensa. Sequer os jornalistas credenciados nos QG eram utilizados na sua veiculação ou como auxiliares em sua redação. A Central de Difusão nunca chegou a funcionar, ficando quase tão inativa quanto a Central de Operações.

Outros fatores naturalmente pesavam nesta questão, como, por exemplo, o fato de a população ter-se mostrado sempre contrária à ação subversivo-terrorista, negando-lhe qualquer apoio, não preocupando quanto a esse aspecto e fazendo com que se negligenciasse a necessidade de mantê-la informada.

Na verdade, olvidou-se que a população tivesse o direito de ser informada sobre o processo subversivo, por mais tranquila que ficasse, porque, apesar de tudo, deveria viver aquela situação. Empolgados com a vitória militar, os que combatiam a subversão esqueceram-se, também, de que o esclarecimento da opinião pública era a única forma de mantê-la na posição favorável em que se colocara.

O fato é que, embora apreensiva com atentados, sequestros, assaltos e demais ações terroristas, a população nunca pôde avaliar os riscos reais que correu e nem as dificuldades e sacrifícios que eram feitos na condução desse combate – que, em última instância, visava a dar-lhe tranquilidade –, porque não lhe foi dado conhecer essa realidade.

Em razão disso, no exato instante em que se começava a ganhar a batalha contra a subversão no campo militar, iniciava-se a perda de uma batalha importantíssima – a da comunicação social. É verdade que, naquele momento, não havia consciência ainda da primeira batalha, e sequer se dava conta de que a segunda estava sendo travada.

As relações da Revolução com os meios de comunicação de massa estavam no seu mais baixo nível, em razão do AI-5. A preocupação dos órgãos de segurança, exclusivamente com o combate à subversão no campo militar, iria apenas agravar esse relacionamento, ao dificultar o trabalho dos profissionais do setor, cuja colaboração era indispensável para que os fatos fossem apresentados de forma a ser obtida a compreensão da opinião pública e a manutenção da cooperação da população na defesa dos interesses do País.

A ação dos órgãos de segurança atingiram diferentes grupos sociais, como o clero, o magistério, etc. Aquela mesma preocupação impediu que se desse a atenção devida a seus líderes. Não esclarecidos convenientemente, até por instinto, passariam a solidarizar-se com seus pares, quando poderiam ser os elementos capazes de mostrar o real envolvimento de membros do grupo com a subversão e obter a compreensão da classe em relação ao trabalho dos órgãos de segurança.

Essas desatenções, aliadas à censura dos meios de comunicação, provocariam a falta de conhecimento e de convicção que predisporiam a população a aceitar como verdade os fatos que lhe fossem oferecidos de forma racional ou emocional. Quando esses dados vieram do exterior, na forma de uma maciça campanha psicológica, orientada pelas esquerdas, não sendo adequadamente refutados, tiveram uma aceitação maior do que era de esperar. Repetidos à exaustão, com continuidade, em variadas formas e ocasiões, por diferentes meios, colocados com oportunidade, graças às repercussões negativas do AI-5 no exterior, eles atingiram primeiro o Governo, que era apresentado como mais uma "brutal ditadura militar latino-americana". Depois, alcançaram os órgãos de segurança e informações, que vinham sendo

---

[363] Computando-se entre esse pessoal: motoristas, telefonistas, rádio-operador, arquivistas, datilógrafos, encarregados do material, encarregados da manutenção do material bélico, de comunicações e de moto; pessoal de suprimento, de saúde, de guarda, de segurança, etc.

os algozes dos subversivos, atingindo-os de forma sistemática e permanente. Essas informações lhes denegriam a imagem de forma irreversível, fazendo com que fossem esquecidos rapidamente os sacrifícios de seus componentes e os inestimáveis serviços prestados à Nação.

De tal ordem seria essa campanha, ao longo dos anos, identificando esses órgãos como algo a ser temido ou odiado, que as mensagens das esquerdas passaram a ser aceitas até por boa parte do público interno, que passou a ver os que lutavam contra a subversão como os responsáveis pelo desgaste da própria Instituição perante a opinião pública. Isso ocorreria até a campanha se voltar, diretamente, para as próprias Forças Armadas, mostrando, então, que o verdadeiro propósito sempre fora afastar as Forças Armadas da segurança interna, pois os comunistas julgavam que elas eram o maior obstáculo à sua caminhada rumo ao poder.

Capítulo VIII

1970

1. Renasce o otimismo nacional

Embora o Presidente Médici, ao ascender à presidência, fosse um desconhecido para a maioria da população, seus pronunciamentos à Nação, exortando o esquecimento do passado e a união em torno da “tarefa de transformar este país numa grande nação”, fizeram com que fosse recebido, desde logo, com simpatia. Sua franqueza, a sincera enunciação dos problemas e objetivos, ainda que discutíveis, e sua preocupação com a justiça social infundiram esperanças no povo, com o qual tinha facilidade de identificação.

A essas qualidades pessoais iria aduzir o êxito de sua administração, com a continuidade das medidas saneadoras da economia e o adequado aproveitamento de condições conjunturais, como, por exemplo, a explosão do comércio mundial a partir de 1968. O Governo deu forte estímulo à exportação, com uma taxa de câmbio flexível e uma série de incentivos fiscais. Ao mesmo tempo, cuidou de modernizar os serviços portuários, para tornar possível o aproveitamento dessas condições favoráveis do mercado internacional. Nesse ano, as exportações do País deram um salto, ultrapassando a marca dos três bilhões de dólares. Sem dúvida, o Governo estava colhendo os frutos de anos de sacrifícios, mas saber colhê-los e aproveitar as oportunidades surgidas veio tornar-se mais um fator do êxito que o Brasil alçaria no seu desenvolvimento.

Tão ou mais importante do que o volume dos recursos obtidos com as exportações seria a melhoria qualitativa da indústria e a sua preocupação com preços competitivos, em nível internacional, que esses estímulos provocariam. Haveria, também, uma crescente demanda para os produtos nacionais e, naturalmente, uma melhoria no balanço de pagamento do País.

Nesse ano, foi criado o Fundo de Modernização e Reorganização Industrial, destinado ao financiamento da modernização do parque industrial tradicional. Mas a meta prioritária do Governo era o abastecimento e a produção agrícola. O apoio dado a esse setor acabou por constituir-se em mais um importante fator responsável pelo crescimento do País. Os preços mínimos, o crédito, os incentivos à mecanização e ao uso de fertilizantes, entre outros fatores, faziam parte de uma política que enfatizava o desenvolvimento do setor primário, em apoio à expansão das exportações, e que visava, também, a assegurar um crescimento setorial equilibrado, criando, ao mesmo tempo, condições autônomas para a redução da inflação. As condições climáticas eram favoráveis nesse ano, e as safras prenunciavam-se como boas. Seriam colhidas, pela primeira vez, mais de 1.800 toneladas de trigo. Em 1970, também, seriam ampliadas as centrais de abastecimento existentes, e seriam entregues à população as CEASA de Porto Alegre, Curitiba, Belo Horizonte, Salvador e Recife.

No período de 1968 a 1970, o setor primário brasileiro cresceu à taxa de 7% ao ano, ritmo sem precedentes no período pós-guerra. Foi criado o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). A colonização transformou-se numa grande preocupação do Governo, pois este era, e ainda é, o maior latifundiário do mundo livre. As terras devolutas pertencentes aos poderes públicos federal, estadual e municipal são estimadas em 50% do território nacional, o que equivale ao dobro da área somada de todos os países da Europa Ocidental. O Governo pensava, sempre carente de recursos para atender a todos os setores, que seria por aí que poderia modificar a estrutura agrária brasileira.

Mas o crescimento exigia investimentos, e grandes somas vinham sendo aplicadas em energia, comunicações e transportes. Nesta última área, construía-se a estrada de Picos (PI) a Vitória (PA), passando pelos vales úmidos do Maranhão, região de terras das mais férteis do País. E, em razão do abalo sofrido pelo Presidente, que presenciou as dramáticas consequências da seca daquele período, no Nordeste, decidia-se construir a Transamazônica – mais tarde

praticamente abandonada –, numa ideia de estadista, como disse Jarbas Passarinho, pensando na necessidade de articular "a terra sem o homem com o homem sem a terra", expressão consagrada de Oliveira Viana.

O programa siderúrgico começava a dar frutos em escala apreciável. Incentivos eram dados à construção naval, e programava-se no País a indústria aeronáutica e petroquímica.

Não descuidando da área social, o Governo investia em habitação, um setor que crescia a cada ano, após a criação do BNH.

Um esforço fizera-se para diagnosticar e resolver a questão universitária, e, naquele momento, ia-se obter uma ampliação substancial de vagas no ensino superior. De 138.000 vagas, em 1964, passara-se a 425.000, em 1970, criando-se, em seis anos, mais do que o dobro das vagas criadas, em todo o período do País independente. Através de um projeto de lei submetido ao Congresso, foi implantado o programa de Integração Social, que, ao menos em intenção, integrava o assalariado nos frutos da riqueza nacional dando-lhe um acréscimo anual de salário.

Com o crescimento do PIB a 9,5%, o Brasil completava o seu terceiro ano consecutivo de crescimento a taxas das mais altas do mundo, e não havia fatores que indicassem a mudança desse ritmo em curto prazo. O crescimento da riqueza nacional era dirigido para ampliar-se, no País, com uma sociedade aberta, isto é, livre. Nessas condições, não se podia encarar o futuro com receio. Renascia o otimismo nacional.

2. A imagem do País no exterior

Desde o final do ano anterior, tivera início uma campanha internacional deturpando a imagem do País. Nesse ano, ela ganhava dimensões preocupantes[364].

Primeiramente, foram as denúncias sobre o genocídio de índios. Por iniciativa da Chancelaria brasileira, repórteres dos principais jornais do mundo vieram ao Brasil, e, aqui, lhes foram oferecidas todas as facilidades para percorrer o interior do País. As acusações caíram por terra, mas não se podia passar uma esponja na mente daquelas pessoas que haviam lido as notícias sensacionalistas. A imagem continuava a mesma, embora se perdesse o tema. E o tema é o de menos, cria-se outro...

Naquele período, o Ministro da Justiça reativara o Conselho de Defesa dos Direitos Humanos. Em sua primeira reunião, haviam sido postas duas questões: o genocídio de índios e o novo tema que estava sendo explorado externamente – o esquadrão da morte. Na segunda sessão do Conselho, o Conselheiro Danton Jobim, relator da matéria sobre o genocídio de índios, concluiu que se tratava de "mera exploração sensacionalista de um tema inexistente". Mas não se procurou identificar a fonte desses boatos. Quanto ao segundo tema, as notícias tinham procedência, mas as atitudes do próprio Presidente em relação ao assunto, bem como as providências do Ministro da Justiça, mostravam que os responsáveis seriam identificados e punidos, como o foram.

As autoridades brasileiras que viajavam ao exterior estavam impressionadas com a eficiência da campanha. Desconheciam ou não acreditavam na capacidade da "desinformatzya" – segundo "O Estado de S. Paulo", "também conhecida, neste século de engenhos destrutivos, como 'Bomba D', uma das mais terríveis e eficientes armas" de que se vale o MCI, desde o famoso discurso de Kruschev, no XX Congresso do PCUS[365]. Constatara-se que a campanha não havia afetado os meios governamentais e empresariais, que, pelo contrário, expressavam confiança no País, reconhecendo os êxitos do Governo Brasileiro, na administração, no encaminhamento dos problemas econômicos e nos esforços para conduzir o Brasil à plenitude democrática. Esses dados foram transmitidos à imprensa pelo Ministro do Tribunal de Contas da União, Amaral Freire. Este declarou, ainda, que "na opinião geral predomina a imagem denegrida, fruto de uma campanha sistemática contra o Brasil, cujo Governo é apresentado como terrível ditadura militar".

Mas os temas já se estavam tornando insubsistentes. Eis que se retoma o tema eleito desde 1964: a tortura. Dado o seu apelido emocional, muito mais forte que a morte de índios ou de bandidos, foi o tema escolhido. Variavam-se a forma, a oportunidade e os meios utilizados, mas o tema passou a ser sempre o mesmo. Em pouco tempo, estava criado o condicionamento psíquico desejado na população.

Tal era o nível dessa orquestração, que a representação de 19 senadores e deputados que compareceu à Conferência da União Interparlamentar propôs-se a utilizar aquele fórum internacional para, no dizer do presidente da Comissão de Relações Exteriores do Congresso, "substituir a imagem deformada por uma imagem real do País, e, sem deixar de apresentar as dificuldades ainda existentes no campo político, testemunhar o real esforço do Presidente para restaurar definitivamente a vida democrática no País". Entre esses parlamentares, quatro eram do partido de oposição, o MDB, inclusive, o Deputado Tales Ramalho. Esse deputado oposicionista contestou, em Haia, as denúncias que julgava inspiradas por políticos brasileiros no exílio. De volta ao Brasil, tal foi a pressão do patrulhamento ideológico, por ele sofrida, que o Deputado se viu na continência de dar explicações públicas sobre a sua conduta.

---

[364] Joseph Goebbels afirmava que: "Uma mentira repetida mil vezes acaba por transformar-se em verdade".

[365] Ver em "O Estado de S. Paulo", edição de 15 de novembro de 1986, o editorial "AIDS e desinformatzya: qual a pior?".

3. As eleições de novembro

Apesar das dificuldades colocadas para a volta à normalidade democrática, com sequestros de autoridades estrangeiras, pirataria aérea, campanha caluniosa no exterior, etc., o Governo ia cumprindo eventos que representavam um avanço nesse sentido. As eleições de 15 de novembro eram um marco nessa direção. Nessas eleições, a vitória do partido do Governo foi insofismável. A vitória para o Senado foi esmagadora, e na Câmara foi obtida uma folgada maioria absoluta. Naturalmente, para esses resultados concorreu o apoio dos governos estaduais, todos sob o domínio do partido do Governo, à exceção do da Guanabara. No entanto, influíram de forma ainda mais marcante o desempenho do Governo federal e o prestígio do Presidente Médici, que o havia tornado um cidadão festejado, seja nas tardes do Maracanã, seja nas festas do Círio de Nazaré.

Esses resultados fizeram com que surgissem, na imprensa, insinuações de uma possível "mexicanização" das instituições políticas do País e rumores de autodissolução do partido oposicionista. Eram avaliações, no mínimo, precipitadas, dado que a votação obtida pelos candidatos do MDB nos grandes centros, tendo em conta as circunstâncias, não fora de nenhum modo desestimulante.

Mas esse não foi o único passo no sentido da busca dessa normalidade. Os meios políticos não mais foram afetados pela legislação revolucionária. Até mesmo o empenho do Governo em transferir os ministérios e seus órgãos para Brasília, de modo a torná-la, efetivamente, o centro de decisão nacional, onde a atividade política é mais intensa, contribuía nesse sentido. Nesse ano, o Itamaraty transferiu-se totalmente para a capital, provocando que, no máximo em dois anos, o mesmo ocorresse com as representações diplomáticas. O Ministério da Fazenda, o do Planejamento e o da Indústria e Comércio, cujos titulares já tinham seus gabinetes em Brasília, também estavam organizando suas transferências. Essas providências foram possíveis, porque os governos revolucionários não se haviam descuidado do problema, dando continuidade ao plano de obras da capital. O empenho do Presidente nesse sentido, todavia, ficaria bem caracterizado pela previsão orçamentária de Cr$ 100 milhões, para 1971, mais do que o dobro da prevista para o ano em curso.

O Governo, no entanto, enfrentava uma guerra revolucionária, nas condições que temos descrito, e os passos para o desenvolvimento político iam sendo dados com muita cautela, exatamente para que o processo pudesse ter caráter irreversível. Afinal, havia os exemplos frustrantes dos dois governos anteriores, que acabaram em lamentáveis retrocessos. Mas, apesar disso, a pressão era constante, particularmente da imprensa, no sentido de que o Governo revogasse o AI-5. Valendo-se da oportunidade da passagem de seu primeiro ano de Governo, o Presidente Médici abordou mais uma vez o problema com clareza meridiana. A meta síntese de sua administração, que mal se iniciara, era, ao final do mandato, recolocar o País na órbita democrática. Porém, os dados de que dispunha na oportunidade não aconselhavam trilhar esse caminho, ainda mais num futuro imediato.

4. Frente Brasileira de Informações

Desde 1966, Miguel Arraes vinha trabalhando a ideia de construir uma frente anti-imperialista no Brasil, integrada pelas várias tendências de oposição, e que pudesse agasalhar também segmentos dos movimentos operário e estudantil. Desde essa época, alguns líderes de esquerda baseavam suas estratégias na crença de que a política econômica do Governo provocaria uma crise que poderia ser aproveitada para derrubá-lo. Brizola e Arraes estavam entre os que assim pensavam.

O trabalho de arregimentação realizado por Arraes durante dois anos resultou, em 1968, na criação do Movimento Popular de Libertação (MPL), cuja estratégia previa, numa primeira fase, a unificação de todas as esquerdas. Nesse ano, o MPL estabeleceu ligações com o PCB, AP, ALN e com os padres dominicanos de São Paulo. Através das facilidades oferecidas para que as organizações subversivas enviassem seus militantes a Cuba, o movimento estabeleceu vínculos com várias delas, entre as quais o PCBR e o COLINA.

Com o início das ações terroristas no Brasil, a luta, aqui travada, ganhou espaço na imprensa internacional. O desenvolvimento do MPL encontrava dificuldades na diversidade de tendências que buscava reunir, principalmente na reação em torno da luta armada, colocada como o objetivo da segunda fase da organização. O AI-5 veio a agravar essas divergências, provocando uma dispersão no seu núcleo formador no Brasil. Arraes, numa avaliação distorcida da realidade nacional, talvez pela distância, ou querendo construir a conjuntura que lhe parecia mais favorável, atribuía o ato institucional a dificuldades do Governo na área econômica.

Em l969, o incremento das ações de terrorismo, particularmente os sequestros do embaixador norte-americano e de aeronaves, fez crescer no exterior as notícias sobre a situação interna do Brasil. Nesse ano, começou-se a perceber o aparecimento de notícias tendenciosas, com o nítido propósito de formar uma falsa imagem do País, particularmente em Paris e em Bruxelas. A prisão de padres "progressistas", comprovadamente integrantes de organizações subversivas, e as medidas tomadas em relação a padres estrangeiros, comprovadamente envolvidos na subversão, geraram notícias, e, às

vezes, protestos em jornais e em publicações religiosas. O AI-5, para quem não conhecia a situação interna, sem dúvida dava respaldo à distorção das notícias, principalmente em razão das restrições impostas à imprensa do País.

Cientes dos ensinamentos de Lênin, sobre a necessidade de aprender a suplementar, com o máximo de rapidez, uma forma de luta com outra, e conscientes da força da opinião pública nas democracias, as esquerdas deram início a uma virada de tática.

O MPL encontrava-se quase num impasse. Sentindo a necessidade de definir a linha política, a estrutura, a estratégia e as táticas do movimento, Arraes reuniu-se em setembro, em Paris, com alguns de seus dirigentes. As propostas radicais de Arraes não permitiram o entendimento desejado. Antes, porém, que os destinos do MPL ficassem definidos, Arraes, em outubro de 1969, tomou a iniciativa, juntamente com o ex-deputado Márcio Moreira Alves, o padre Almery Bezerra e Everardo Norões, de criar, em Paris, a Frente Brasileira de Informações (FBI). A FBI pretendia sensibilizar a opinião pública mundial e conseguir o seu apoio para a luta das organizações subversivas no Brasil, através da difusão de notícias tendenciosas que apresentassem o governo brasileiro como um contumaz violador dos direitos humanos.

A Frente, pela sua versão em francês, "Front Brésilien d'Information", passou a ser conhecida na Europa como "Front". Inicialmente, a orientação do "Front" ficou centralizada com Arraes, a partir de um escritório central em Argel, com endereço postal de Plateau Sauliers - BP (Caixa postal) 5[366].

O jornal "El Siglo", porta-voz do Partido Comunista Chileno, em editorial, na edição de 15 de novembro de 1969, anunciou a criação da FBI em Paris, com correspondentes no Brasil e em outros países latino-americanos. A agência noticiosa serviria como meio de divulgação de elementos subversivos e das organizações revolucionárias brasileiras. As notícias, segundo o "El Siglo", seriam recolhidas e avaliadas por uma equipe com representação de todas as correntes ideológicas.

O Chile, pela facilidade de comunicação com o Brasil e por concentrar um efetivo maior de asilados brasileiros, teve, em novembro de 1969, a primazia do lançamento dos boletins da FBI em sua versão espanhola "Frente Brasileño de Informaciones", com endereço postal Casilla Postal 3594 - Santiago/Chile.

No Uruguai, realizados os contatos, Paulo Romeu Schilling Schirmer – ligado a Leonel Brizola – e Carlos Figueiredo de Sá – ex-juiz da Justiça do Trabalho, cassado pelo AI-5, e militante da ALN – assumiram a coordenação da rede de divulgação, auxiliados pelos asilados brasileiros que lá se encontravam. O jornal uruguaio "De Frente", na edição de 8 de janeiro de 1970, dava início à campanha da FBI, publicando uma matéria sob o título "Torturas no Brasil".

A criação da FBI ocorrera sem grande publicidade. Havia a necessidade da realização de uma solenidade de impacto que ajudasse à promoção da entidade. No dia 15 de janeiro de 1970, ocorreu, no grande Salão de Mutualité, em Paris, a "Reunião de Solidariedade com o povo Brasileiro", prestigiada por personalidades da esquerda mundial e transformada no marco do nascimento da FBI ou "Front".

Tendo ao fundo um grande mural com a fotografia do finado Carlos Marighella, George Casalis – professor da Faculdade de Teologia Protestante de Paris – presidiu a cerimônia, com a participação de uma mesa diretora composta: pelo advogado Jean Jacques de Félice; por Blanquart; por Miguel Arraes; por Jean Paul Sartre; Michel de Certau, padre jesuíta, redator da revista "Notre Combat", professor do Centro Experimental Universitário de Vicenta "Tricontinental" e autor de diversas obras sobre a economia do Terceiro Mundo; por Jan Talpe, físico belga, ex-professor da USP, expulso do Brasil por envolvimento com a ALMN; por Luigi Maccario, secretário-geral da Federação Italiana de Metalúrgicos; e por M. Ghisenti. Essas presenças, por si só, davam, aos espíritos menos desatentos, a nítida orientação ideológica da solenidade.

Durante a reunião, proferiram-se palestras em consonância com o objetivo do evento. O Padre Michel de Certau utilizou o tema "Os militares no poder: o poder contra o povo"; Pierre Jalée, "O imperialismo lhe destrói"; Jean Jacques de Félice, "A lógica da tortura"; Jan Talpe, "O único meio de defesa: a luta armada"; Miguel Arraes, "O povo brasileiro na luta por sua libertação"; e Jean Paul Sartre, "Sob o fogo cruzado dos burgueses".

Transmitindo o apoio das entidades que representavam, usaram da palavra Luigi Maccario e o enviado do Comitê Nacional da União Nacional dos Estudantes Franceses, Pierre Vallade.

A reunião do Mutualité, além de celebrar o surgimento da FBI, representou a expansão da entidade internacional de esquerda "Europa-América Latina" (ELA), com a criação de mais uma seção nacional, o "Comitê Francês Europa-América Latina". A ELA já possuía a seção italiana em funcionamento, e outras estavam em formação, como a suíça, a belga, a inglesa e a escandinava. Tinha o objetivo de promover o intercâmbio e a comunhão de interesses entre os povos europeus e latino-americanos, auxiliando a luta das organizações comunistas na América Latina. A ela ampliaria as campanhas de informação e difamação desenvolvidas pela FBI, o que também seria feito por outros organismos semelhantes, existentes em vários países.

Os organizadores do encontro propuseram, ao final da reunião, uma "Campanha Contra a Repressão Política na América Latina" – típica das organizações de frente comunistas – visando a "apoiar as <u>forças de libertação</u> que lutam no Brasil e em toda a América Latina; fazer com que todos os franceses tomem conhecimento e comunguem os interesses dos povos latino-americanos; informar, suscitar reuniões públicas e estudar de maneira profunda as relações da Europa e

---

366 Desde fins de 1969, o movimento dos Tupamaros, do Uruguai, o MR-8 e a VPR já possuíam um esquema de intercâmbio e de difusão de informações, através da agência de notícias cubana Prensa Latina.

da América Latina, descobrindo meios de ação e de pressão". **Essa era** a programação da campanha Miguel Arraes, Almino Afonso, Jean Paul Sartre e Waldech Rochet, secretário-geral do Partido Comunista Francês.

A revista "Notre Combat", mensário do Movimento Cristão, editada em Paris, publicou corno suplemento de seu número 37/38, de fevereiro de 1970, o livreto "La lutte de peuple bresilien", de autoria da FBI. O suplemento narrava a reunião de 15 de janeiro, no Salão de Mutua lite, na sua contracapa, apresentava os objetivos e o modo de atuação da FBI:

"A Frente Brasileira de Informações propõe-se a assegurar a defesa do povo brasileiro em luta e a difundir as informações e os documentos capazes de permitir um conhecimento exato da situação no Brasil, rompendo, assim, a barragem da censura imposta pela ditadura".

"A Frente Brasileira de Informações denunciará, por todos os meios à sua disposição, o domínio imperialista sobre o Brasil, as medidas tomadas pela ditadura contra o povo e as ações específicas de repressão. Para este fim, ela se esforçará em fazer chegar à imprensa e às organizações internacionais, bem como aos brasileiros, tanto do interior quanto do exterior, todas as informações necessárias".

"A Frente Brasileira de Informações abrirá escritórios, em todos os países, com a finalidade de promover a circulação de informações de qualidade e estabelecer ligações com todos aqueles que, no exterior, estejam ou não organizados em comitês de assistência, dando apoio à luta de nosso povo ou sua ajuda às vítimas da ditadura". (Os grifos são nossos)

Em um livreto editado pela FBI, apresentaram mensagem de solidariedade e apoio as seguintes organizações: Confederação Francesa Democrática do Trabalho (CFDT); Comitê de Iniciativa Belga de Solidariedade com a América Latina (CIBSAL); Movimento Separatista Basco (ETA); Fundação Bertrand Russel; Liga Comunista (Seção Francesa da IV Internacional); e Comitê Palestino. A diversidade ao apoio dava uma mostra do alcance da atuação da FBI. A partir daí, ela passaria a ser apoiada por um número cada vez maior de organizações de frente e de fachada do Movimento Comunista Internacional.

A variedade de órgãos de difusão dava crédito aos dados difundidos, já que o leitor ignorava que todas as notícias, apresentadas com pequenas nuanças, eram originárias de uma mesma fonte.

A FBI passou a integrar organismos que lhe proporcionavam uma maior amplitude de ação. Idealizados por Almino Afonso, os "Comitês de Solidariedade aos Presos Políticos" foram criados no Chile, na Bélgica e na França. O Partido Socialista do Chile e o Partido Comunista Francês, este, na pessoa de Waldech Rochet, apoiaram a medida, que, em seguida, se estenderia a outros países[367].

O "Comitê de Defesa dos Presos Políticos Brasileiros", criado durante o encontro de 15 de janeiro, tinha sede na redação da revista católica de esquerda "Croissance des Jeunes Nations", cujo diretor era o Padre José Broucker, tradutor das obras de Dom Hélder Câmara.

Os comitês, integrados por militantes de diversas organizações, tinham a tarefa de organizar e coordenar a divulgação, no exterior, de tudo que fosse contra o Governo brasileiro. Inicialmente, a estruturação dos comitês ficava sob a orientação de Arraes, na Europa; de Almino Afonso, no Chile; e de Paulo Romeu Schilling Schirmer, no Uruguai.

A FBI também passou a empregar os terroristas autobanidos ou banidos, sustentando-os no exterior. De onde provinham tantos recursos, não foi possível se determinar ao certo. O fato é que esse trabalho exigia milhares de dólares que brotavam como que por encanto.

A Frente esboçou um arremedo de estrutura orgânica, em que a coordenação internacional ficaria a cargo do "Comitê de Direção", instalado em Argel, com as seções, existentes nos diversos países, orientadas por um "responsável local". O "responsável local", designado pela coordenação internacional, coordenaria as equipes da FBI constituídas por "participantes" e auxiliadas, eventualmente, por "colaboradores".

Em janeiro de 1970, foi preso o casal Arthur Jáder Cunha Neves e Ângela Maria Cunha Neves, ex-militante do PCBR. O casal, integrado nas atividades da FBI, preparava e entregava o material para difusão a Maria Tereza Porciúncula de Moraes, funcionária do Ministério de Relações Exteriores, e a Maria Regina Senna Figueiredo. As duas, intermediárias, enviavam a matéria, pela mala diplomática, a Miguel Darcy de Oliveira, diplomata destacado na Embaixada do Brasil na Suíça, que a distribuía aos encarregados de providenciar a publicação.

Em maio, a Seção uruguaia da FBI realizou uma ação psicológica, através do envio de mensagens, versando sobre "torturas no Brasil", a vários elementos aqui residentes. Segundo a própria mensagem, postada no correio no Rio Grande do Sul, os destinatários eram escolhidos aleatoriamente através de catálogos telefônicos.

Na França, os asilados Renato Bayma Archer da Silva, ex-deputado, e o jornalista Hermano Alves integraram-se à FBI, através de contatos mantidos com Márcio Moreira Alves. Com a chegada à Argélia dos quarenta banidos, trocados pelo embaixador alemão, sequestrado no Brasil em junho de 1970, a FBI passou a ser dirigida por um colegiado composto

---

[367] Os comitês de solidariedade são típicas organizações de frente comunistas. Jamais se viu no Brasil, por exemplo, qualquer movimento articulado de solidariedade ao povo do Afeganistão, mas proliferam os de solidariedade ao povo do Chile.

por Miguel Arraes, Apolônio de Carvalho, do PCBR, Ladislas Dowbor, da VPR, Jean Marc Friedrich Van Der Weir, da AP, e José Maria Crispim, do PCB. A constituição desse colegiado, formado por facções comunistas empenhadas na luta armada no Brasil, dá uma boa ideia da "isenção" das notícias, difundidas no exterior, e da força que a guerra "psicopolítica" ganhava.

Durante 1970, os boletins intitulados Frente Brasileira de Informações foram publicados no Chile e no eixo Paris-Argel, nos idiomas espanhol e francês, respectivamente, focalizando invariavelmente os temas: a perseguição de religiosos e operários católicos; o extermínio de índios (genocídio); o conflito de gerações e classes; a exploração de flagelados; a ditadura militarista e a perda da liberdade; a tortura a presos políticos; a divulgação de nomes de supostos torturadores; a violência policial e os esquadrões da morte.

Dentre as entidades internacionais que se associaram à FBI, a Amnesty International[368] destacou-se por uma intensa campanha difamatória desencadeada contra o Brasil. Em parte, a virulência da Amnesty era justificada pelo fato de seus comitês terem, sob contatos, vários terroristas brasileiros banidos e foragidos.

Em meados de 1970, a Amnesty International publicou e difundiu o documento "Mission d´Enquete au Brasil". O texto, segundo a publicação, representava o resultado de uma pesquisa que teria sido realizada por dois advogados da Corte de Apelação de Paris, Louis E. Pettiti e Jean Louis Weil, sobre a situação dos presos políticos no Brasil. Após acusar a legislação revolucionária de discricionária, o relatório admitia a existência de tortura contra os presos políticos no Brasil. Descrevia, pormenorizadamente, todos os tipos de tortura possíveis e imagináveis, e alegava que seriam elas impostas aos prisioneiros no Brasil. A partir dessa publicação, qualquer subversivo que tivesse a oportunidade de ser entrevistado podia "escolher o tipo de suplício" – que desejava fazer crer – a que tivesse sido submetido. Ninguém se perguntou quem eram Louis E. Pettiti e Jean Louis Well, quais suas ideologias, quais seus objetivos... O homem é assim, daí o êxito da psicopolítica.

Em outubro, o jornalista italiano Aldo Santini esteve no Uruguai fazendo uma reportagem com os Tupamaros. Através de Aldo, Carlos Figueiredo de Sá conseguiu um contato na Embaixada da Itália, que se encarregou de enviar, pela mala diplomática, material destinado a Arraes, na Europa. O esquema foi utilizado até março de 1971, quando houve a expulsão de Carlos Figueiredo de Sá do Uruguai.

No Uruguai, a campanha de difamação era veiculada pelo jornal "El Popular", órgão oficial do Partido Comunista Uruguaio, e pelo vespertino "YA", que, nas suas edições de 10 e de 11 de dezembro de 1970, publicou uma suposta reportagem com terroristas brasileiros, a propósito do sequestro do embaixador suíço no Brasil. As reportagens foram cedidas por Carlos Figueiredo de Sá, em nome da ALN.

Em Lima, no Peru, o ex-deputado paulista David Lehrer era o contato da FBI. Lehrer, como correspondente da agência cubana de notícias Prensa Latina, fazia frequentes viagens a Montevidéu, para apanhar matéria para divulgação.

No final de 1970, o reflexo da ação da FBI fazia-se sentir na Europa, particularmente na França. A frequência quase diária da publicação difamante de notícias, nos jornais franceses, criara uma imagem negativa do Brasil em toda Europa e, também, na América.

5. O fim do CC do PCBR

As declarações de Paulo Sérgio Granado Paranhos, preso em dezembro do ano anterior, permitiram que a polícia atingisse, fundamentalmente, o Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR).

No início de janeiro, foi preso Salatiel Teixeira Rollins, membro do secretariado. No dia 13, chegou-se ao "aparelho" da Rua Inhangá, nº 27, em Copacabana, onde foi morto Marco Antônio da Silva Lima, que iniciou um tiroteio, tendo ferido os sargentos Rubens e Almada. Na ocasião, foi baleada no abdômen a militante Ângela Camargo Seixas, quando também procurava disparar sua arma.[369]

Alguns dias depois, foram presos mais três integrantes do CC, Nicolau Tolentino Abrantes dos Santos, Augusto Henrique Maria d'Aurelle Ollivier e Jacob Gorender.

A seguir, em 28 de fevereiro, houve a prisão de Apolônio Pinto de Carvalho e seu filho, René Louis Laugery de Carvalho, ambos eram membros da CEx. Ao mesmo tempo, iniciava-se a busca ao 1º dirigente do partido, Mário Alves de Souza Vieira, nunca encontrado pelos órgãos de segurança.[370]

---

[368] A Amnesty International é uma organização privada, cujo objetivo declarado é ajudar os prisioneiros condenados por motivos de suas convicções políticas ou religiosas, que não tenham cometido atos de violência. Foi fundada em 28 de maio de 1961, em Londres, pelo advogado britânico Peter Benenson. Funciona com "status" de entidade na Inglaterra, Alemanha, Dinamarca e EUA.

[369] Ângela Camargo Seixas vive no exterior com Philip Agee, notório desertor da CIA, tendo auxiliado na elaboração do livro "Por Dentro da CIA".

[370] Em fevereiro de 1970, o jornal francês "Le Monde" publicou a notícia de sua morte. Posteriormente, alguns militantes do PCBR denunciaram terem "ouvido" Mário Alves em prisões brasileiras.

Mas essas quedas não se restringiram só à cúpula do partido, atingindo, também, dezenas de quadros intermediários e militantes de base, na Guanabara, no Paraná e no Nordeste, particularmente, em Pernambuco.[371]

Nesses meses, durante as prisões, o PCBR realizou duas ações armadas. A primeira foi em 13 de fevereiro, com o assalto ao Banco da Lavoura de Minas Gerais, em Icaraí, Niterói, onde foram roubados cerca de Cr$ 50.000,00; e a segunda foi em 16 de março, com o assalto ao carro de transporte do "Bank of London", em Fortaleza, quando foram roubados cerca de Cr$ 90.000,00.

Houve, nessa época, o deslocamento de diversos militantes da Guanabara para a Bahia, por medida de segurança. Ali, em 25 de maio, assaltaram o Banco da Bahia.[372]

A chegada inesperada da polícia frustrou o assalto, com os sacos de dinheiro sendo abandonados na calçada. Na fuga, os militantes iniciaram cerrado tiroteio, ferindo o escrivão Tibúrcio Souza Barbosa, que perdeu as funções do braço direito, e o guarda Zacarias Bispo da Silva Filho.

Em junho, o PCBR resolveu sequestrar o cônsul norte-americano, em Recife, a fim de trocá-lo pelos elementos presos. Para isso, entretanto, era preciso um Volks branco, à semelhança do pertencente à Nancy Mangabeira Unger, membro do CR/NE, que julgavam já ser conhecido dos órgãos de segurança. Depois de duas noites de procura, encontraram, às 22 horas do dia 26, um Volks estacionado em Jaboatão, em Recife, nas proximidades do Hospital da Aeronáutica.

Quatro militantes do PCBR desceram do carro dirigido por Nancy Mangabeira Unger: Carlos Alberto Soares, José Bartolomeu Rodrigues de Souza, José Gersinho Saraiva Maia e Luiz "Jacaré" (este, nunca perfeitamente identificado). Ao tentarem render o motorista, este, identificando-se como Tenente da Aeronáutica, tentou reagir. Carlos Alberto Soares não teve dúvidas e, disparando à queima-roupa, atingiu-o, por duas vezes, na cabeça e no pescoço. A vítima, o Tenente Matheus Levino dos Santos, chegou com vida ao hospital, sendo operado dois dias depois. Entretanto, após nove meses de impressionante sofrimento, veio a falecer em 24 de março de 1971, deixando viúva e duas filhas menores.[373]

O imprevisto levou o PCBR a desistir do sequestro. A frustrada tentativa redundou numa nova leva de prisões em Recife. Em 16 de julho, chegou-se ao "aparelho" da Rua Jandaia nº 37, em Afogados, quando foram presos Francisco de Assis Barreto da Rocha Filho, sua amante, Vera Maria Rocha Pereira; 19 dirigentes do CR/NE; e Nancy Mangabeira Unger, responsável pelo Grupo Armado de propaganda (GAP) do CR/NE. Os três reagiram a tiros, saindo ferida Nancy, com um tiro no abdômen e outro na mão direita. As declarações prestadas, particularmente as de Nancy Mangabeira, proporcionaram a "queda" de três outros "aparelhos" e a identificação de diversos outros militantes. Nancy, em seus depoimentos, tomou uma "eficiente" decisão: para os órgãos de segurança, entregava seus companheiros, na justiça. Para o seu próprio partido, acusava Francisco de Assis e Vera Maria de "traição".[374]

Nessa época, o PCBR, depois de sucessivas reuniões, decidiu, através dos "Documentos de Julho", partir para uma linha de cunho essencialmente militarista, fazendo críticas ao "imobilismo do CC". Resolveu, também, incrementar as ações armadas em "frente", com MR-8, ALN, VPR e MRT, e continuar enviando seus militantes para fazer cursos de guerrilha em Cuba, à semelhança dos que já haviam seguido viagem, como Antônio Duarte dos Santos e sua amante Jeny Waitsman, além de Avelino Bioni Capitani.

Em 11 de setembro, membros da organização assaltaram o Banco do Brasil, em Maranguape, no Ceará, e roubaram cerca de Cr$ 200.000,00. Na noite de 27 de outubro, Getúlio de Oliveira Cabral, Theodomiro Romeiro dos Santos e Paulo Pontes da Silva, militantes do PCBR, "cobriam um ponto" nas proximidades do Posto São Jorge, na Avenida Vasco da Gama, em Salvador, quando, de um Jeep Willys, desceram quatro agentes que lhes deram voz de prisão. De imediato, Getúlio saiu correndo. Foi perseguido por um dos agentes, trocando tiros. Os outros dois foram presos e colocados no banco traseiro do Jeep. O pulso direito de Theodomiro foi algemado ao pulso esquerdo de Paulo Pontes. Os três agentes subiram no veículo e conduziram-no, por uns trinta metros, em direção aos tiros, para auxiliar na captura de Getúlio.

---

371 Foram presos, nessa ocasião, entre outros: Bruno Dauster Magalhães e Silva, Olien Lustosa de Moraes, Nésio Jacques Pereira, Romeu Berto, Airton Correa de Araújo e Juliano Homem de Siqueira.

372 Participaram do assalto na Bahia: Bruno Maranhão, Fernando Augusto da Fonseca, Antônio Prestes de Paula, Getúlio de oliveira Cabral, José Adeildo Ramos, Valdir Salles Saboia, Paulo Pontes da Silva, Alberto Vinícius Melo do Nascimento e, no seu batismo de fogo, Theodomiro Romeiro dos Santos.

373 Em relatório médico, datado de 4 de março de 1971, aparece: "Visto hoje, após oito meses, apresenta um dos quadros mais tristes a que pode chegar um ente humano. Vive, hoje, depositado em colchão adequado de borracha, cheio d'água; mesmo assim, não foi possível evitar as escaras decúbito que, a despeito também de todos os cuidados da enfermagem, conta, hoje, com vinte e sete escaras disseminadas praticamente em todo o corpo, algumas delas já chegando à exposição do osso. Não é capaz de manter conversação. Por vezes, quando estimulado, passa a responder nossas perguntas por meio de monossílabos. Tem emitido, com frequência, gritos que podemos dizer horripilantes, que são ouvidos em toda a enfermaria onde se encontra e em outras dependências do Hospital".

374 Nancy Mangabeira Unger, banida em treze de janeiro de 1971, em troca da vida do embaixador suíço, era filha de pai americano e sua mãe, brasileira, era filha de Otávio Mangabeira. Por ironia, o próprio consulado americano, sem saber do planejamento do sequestro do cônsul, correu em sua defesa, alegando a dupla nacionalidade de Nancy, brasileira e norte-americana.

Nesse intervalo, Theodomiro retirou um revólver Taurus, calibre .38, da pasta que portava, e, com a mão esquerda, atirou, pelas costas, no agente que saía do Jeep. Morria ali, traiçoeiramente assassinado, o Sargento da Aeronáutica Walder Xavier Lime, deixando viúva e dois filhos menores. Ato contínuo, Theodomiro deu mais dois disparos, ferindo o agente da Polícia Federal, Amilton Nonato Borges, sendo dominado pelo outro policial.[375]

Tal assassinato desencadeou nova leva de prisões em Recife e em Salvador, além das de Elinor Mendes de Brito e Alberto Vinícius Melo do Nascimento, em 29 de novembro, em Pato Branco, no Paraná.

Assustado, o único militante que sobrara da antiga CEx, Bruno Maranhão, fugiu para a França, no final do ano, com sua esposa Suzana.

6. O fim das lideranças carismáticas na ALN

O início de 1970 encontrou a ALN sob o impacto da morte de Carlos Marighella. A organização, órfã do carisma de seu chefe, atuava, sem coordenação nacional, por iniciativa das diversas regionais.

Joaquim Câmara Ferreira, o "Toledo" ou "Velho", ausente do País desde o sequestro do embaixador norte-americano, impunha-se como o substituto natural de Marighella. Sua reconhecida experiência e a total concordância com o pensamento do líder morto habilitavam-no à chefia nacional da ALN.

"Toledo" encontrava-se na Europa, fazendo contatos e buscando apoio para a luta revolucionária, quando tomou conhecimento da morte de Marighella. Sentindo o momento crítico que vivia a organização, Câmara Ferreira resolveu retornar ao Brasil, via Cuba. Além de se afirmar como herdeiro de Marighella junto às autoridades cubanas, fez contato com militantes do II Exército da ALN[376], que haviam concluído o curso de guerrilhas, concitando-os a retornarem ao Brasil e a retomarem a luta clandestina.

Antes de viajar para o Brasil, aonde chegaria ao final de janeiro de 1910, "Toledo" concedeu entrevista à Rádio Havana, reafirmando os princípios revolucionários de Marighella. A entrevista, publicada no "Diário de las Américas", editado em Miami, pode ser considerada como uma orientação aos militantes da ALN no Brasil.

Durante a entrevista, "Toledo" confirmou que a revolução brasileira não tinha prazo fixo, e "que as ações de guerrilha urbana, através dos assaltos a bancos e da propaganda armada, deveriam prosseguir num ritmo crescente". No campo, os revolucionários eram concitados a "matar o gado e distribuir a carne entre a população". Lamentada como um profundo golpe, a morte de Marighella deveria ser vingada pela eliminação dos responsáveis, a qual seria estendida aos "torturadores, exploradores e norte-americanos".

Finalizando, relembrava-se que a união das forças revolucionárias, uma ideia constante do pensamento político de Marighella, deveria ser conseguida através de "ações concretas e não nas mesas de discussão". Citando o sequestro do embaixador norte-americano, realizado pela ALN em "frente" com o MR-8, como um primeiro passo para a unificação das forças revolucionárias, "Toledo" vaticinava a união das organizações revolucionárias brasileiras partidárias da "derrubada da ditadura pela via armada".

Em março, "Toledo" estabeleceu para a ALN as tarefas de consolidar a organização, retomar a iniciativa nas cidades e tomar a iniciativa no campo. Em documento divulgado nesse mês, "Toledo" suspendia a ida de militantes para Cuba, afirmando a necessidade da presença de revolucionários no Brasil e a existência de um grande número de militantes com curso de guerrilhas.[377]

As "quedas" e as frequentes crises de segurança sugeriam prioridade na ida do comando da organização para o campo, com a criação de uma coordenação tática no eixo Rio-São Paulo.

No Uruguai, a ALN, por meio de Carlos Figueiredo de Sá, tentava refazer o esquema de entrada e saída de militantes, através da fronteira, o qual havia caído com a prisão de Frei Beto. Prejudicando parcialmente os planos da organização, no dia 13 de abril de 1970, era preso Luís Carlos Rocha Gaspes, mandado por Carlos Sá, com gráficos que continham roteiros e localidades da fronteira, integrados nos esquemas de trânsito dos subversivos.[378]

---

[375] Pelo crime, Theodomiro foi condenado à morte, pena essa comutada para prisão perpétua, e, posteriormente, para oito anos. Em 17 de agosto de 1979, fugiu da penitenciária da Bahia, conseguindo asilo na Nunciatura Apostólica e obtendo salvo-conduto para o exterior. Depois de passar alguns anos em Paris, Theodomiro regressou ao Brasil em setembro de 1985. Recebido como herói, declarou que iria filiar-se ao PT, e que não se arrependia do ato que havia praticado.

[376] Assim ficou conhecido o grupo de militantes da ALN que terminou o curso de guerrilhas de 1969, e que aguardava oportunidade de retornar ao Brasil.

[377] Vários militantes do II Exército da ALN já estavam atuando no Brasil e existia um novo grupo de membros da ALN em Cuba, conhecido como III Exército da ALN, aguardando o início de um novo curso de guerrilhas.

[378] O trânsito de subversivos pelas fronteiras foi planejado em conjunto com Apolônio de Carvalho, do PCBR, e com o ex-major do Exército Joaquim Pires Cerveira. O Objetivo principal era o envio de militantes para realizarem curso em Cuba e era de interesse geral das organizações adeptas da luta armada.

Dentro das atividades da ALN no exterior, Carlos Figueiredo de Sá participou, em maio, como delegado da ALN, de uma reunião, em La Paz, com outras organizações terroristas do continente, visando à integração de suas atuações dentro de um quadro revolucionário sul-americano.

Em documento datado de 1970, "Toledo" assinalava a morte de Marighella como a principal causa do adiamento do lançamento da guerrilha rural, afirmando que a organização prosseguia na fase da sua preparação.

No "Relatório sobre a Coordenação da Região Centro-Norte", ficava definida, a partir de 1969, a vinculação dos trabalhos de Minas Gerais e do Nordeste à Guanabara, na "Coordenação Centro-Norte". O texto do Relatório, em parte uma autocrítica, denunciava uma vacilação, na aplicação da estratégia que colocava o campo – a área estratégica – como principal, e diagnosticava a falta de trabalho de massas. Quanto ao relacionamento da ALN com as outras organizações, estabeleceu-se uma política de restrição à execução de ações em "frente", por questões de segurança.

As ações em "frente" seriam situações excepcionais, na concretização de grandes feitos, como sequestros.

Da avaliação dessa documentação e de suas atividades, depreendia-se que o comando da organização, incluindo o controle de pessoal no exterior, estava sob a liderança de "Toledo". Entretanto, havia uma rebeldia desse pessoal quanto à direção no Brasil, decorrente da falta de um órgão de direção localizado em Cuba.[379]

"Toledo", nos seus escritos, fazia ainda uma análise da "situação atual da organização". A falta de quadros legais era apontada como uma das causas da fraqueza das estruturas revolucionárias, nos grandes centros, e era inibidora da passagem à ofensiva. Criticava a falta de coordenação entre as ações do GTA e da Frente de Massas. E preconizava mudar a qualidade de atuação, de modo a quebrar o isolamento através de ações políticas desenvolvidas pelos setores sociais, e iniciar ou consolidar, caso fosse existente, o trabalho na área estratégica.

Durante esse período de criação e consolidação de suas estruturas no Brasil e no exterior, a ALN sofreria um grande golpe. No dia 23 de outubro, poucos dias depois de conceder uma entrevista à revista "Pensamento Crítico", seria preso e morreria de enfarte Joaquim Câmara Ferreira.

A prisão de "Toledo" foi o resultado de um paciente trabalho dos órgãos de segurança, que detectaram a presença e a atuação de Maria de Lourdes Rego Melo ("Baixinha"), sua companheira de "aparelho".

Através da vigilância de Maria de Lourdes, chegou-se a um militante da Rede de Apoio, Maurício Segall ("Mathias") e a Viriato Xavier de Melo Filho ("Torres"), finalizando pela prisão de "Toledo", na esquina da Avenida Lavandisca com Alameda Javaperis, na capital paulista. Impedido de sacar a arma, "Toledo" reagiu violentamente, chutando e mordendo seus captores, vindo a sofrer um infarto do miocárdio, que o matou aos 57 anos de idade.

Com o desaparecimento de Joaquim Câmara Ferreira terminava o período de atuação monolítica da ALN, resultado da orientação centralizadora emanada da personalidade forte de seus líderes nacionais. O ciclo, iniciado com Carlos Marighella, começara a sofrer abalos durante o comando de "Toledo", através das contestações à linha política e à forma de atuação, formuladas por militantes que se encontravam em Cuba.

Mais cedo do que se pudesse imaginar, a ALN cindir-se-ia pela falta de uma liderança carismática que a pudesse conduzir nos difíceis momentos do confronto armado.

Após a "queda" de "Toledo", dois anos e meio depois da publicação do primeiro número, a ALN conseguiu divulgar uma edição mal cuidada do número dois do jornal "O Guerrilheiro". A apresentação e o editorial, assinados por Joaquim Câmara Ferreira, estimulavam a realização de ações e a criação de grupos revolucionários. Na mesma edição, sob o título "Carta ao Militante", o jornal anunciava a morte de "Toledo" e concitava a organização a superar o golpe e a levar a proposta de Marighella e de Câmara Ferreira às últimas consequências. Esse artigo, assinado pela "Coordenação Nacional", era datado de 24 de outubro. A publicação terminava concitando o voto nulo nas eleições de 15 de novembro.

7. As atividades da CR/SP da ALN

Debilitada com as derrotas de 1969, a Coordenação Regional de São Paulo da ALN (CR/SP) resolveu aderir à frente de Mobilização Revolucionária (FMR), constituída por VPR, REDE, POC e MRT. Em janeiro de 1970, Flávio Augusto Neves Leão de Sales integrou-se a uma comissão de levantamento da FHR com representantes das outras organizações.

A partir da segunda quinzena de janeiro, foi duramente golpeado o até então intocado Setor de Massas da CRISP. Miguel Nakamura e José Alprin Filho, este, importante dirigente do subsetor operário, foram presos no dia 29 de janeiro.

No desenrolar da operação, Maria Luíza Locatelli Garcia Beloque, coordenadora do subsetor estudantil, e sua cunhada, também militante, Leslie Denise Beloque, foram presas no dia 2 de fevereiro. Vários estudantes, militantes desse subsetor, seriam presos nos dias subsequentes.

O Grupo Tático Armado (GTA), coordenado por Guiomar Silva Lopes, reconstituiu-se com os remanescentes do grupo de Carlos Eduardo Pires Fleury e com elementos que agiam na Guanabara. Aos poucos, elementos da Frente de Massas (FM) iam sendo cooptados para comporem o GTA.[380]

---

[379] Na tentativa de solucionar esse problema, foi definido o retorno, ao Brasil, dos militantes João Leonardo da Silva Rocha e Ricardo Zarattini, visando à preparação e ao estabelecimento da uma liderança que pudesse atuar em Cuba.

Esse GTA, assim fortalecido, assaltaria a Agência da União de Bancos Brasileiros, na Avenida Jabaquara, em dois de março, e a Agência do Bradesco, no Jaguaré, em 20 de março.

As atenções dos órgãos de segurança continuavam voltadas para o Setor das Massas. Nelson Luiz Lott de Morais Costa, preso na Guanabara, "abriu" um ponto que teria com "Alencar" em São Paulo. Com essa colaboração que Nelson Lott proporcionou, em 20 de março, foi preso Gilberto Luciano Beloque ("Alencar"), o coordenador do Setor, dando sequência à sua desarticulação.

A prisão de "Alencar" irradiou-se, atingindo a Rede de Sustentação (ou de Apoio), em fase de reestruturação após as quedas de 1969, e o próprio GTA. No dia seguinte, era presa a coordenadora do GTA, Guiomar Silva Lopes, e, com ela, Sônia Hipólito, da Rede de Sustentação. Grande número de militantes do Setor de Massas e da Rede de Apoio foi preso na mesma oportunidade.

Por ocasião de sua prisão, Guiomar Silva Lopes tentou o suicídio, ingerindo substância desconhecida. Atendida no Pronto Socorro Santa Lúcia, foi transferida, por falta de vagas, para o Hospital das Clínicas, onde ficou em observação. Após algumas horas no hospital, Guiomar, movida pelo fanatismo incutido nos integrantes do GTA, tentou, novamente, o suicídio, lançando-se da janela do 4º andar. Por sorte, ou azar, teve a queda amortecida por um toldo. Com a bacia fraturada, ao sobreviver, foi transferida para o Hospital Geral de São Paulo, estabelecimento militar, onde, com intensa vigilância, pôde restabelecer-se, para responder na justiça por seus crimes.

No prosseguimento das operações, os órgãos de segurança dirigiram-se, no dia 2 de abril, à Rua Zumá de Sá Fernandes, em Presidente Altino, onde residia o militante Dorival Ferreira, da Rede de Apoio. Na tentativa de fuga, Dorival iniciou um tiroteio, ferindo gravemente o soldado da FPESP José Ruiz Gimenez. Insistindo em sua resistência, Dorival foi morto a tiros pelos policiais. No "aparelho", foi encontrado vasto material destinado à confecção das mais sofisticadas bombas, além de armamento e de material explosivo. Dorival era o responsável pela fabricação das bombas da CR/SP e já estava estruturado no GTA, tendo participado de vários assaltos.[381]

José Edézio Brianezzi ("Mariano"), um dos comandantes de grupo do GTA, morreu, em 13 de abril, num enfrentamento com a polícia. Brianezzi, com Antônio dos Três Reis de Oliveira, pretendia montar, ainda em 1970, um "aparelho" rural da ALN, ao norte do Paraná. Ambos eram nascidos em Apucarana e pretendiam utilizar contatos e conhecimentos da área para este empreendimento. Três Reis de Oliveira, igualmente estruturado no GTA e fanatizado pela mística de "não cair vivo", morreu, em 17 de maio, quando mantinha contatos da "frente" com a militante da VPR Maria Gomes da Silva – também morta no "aparelho" da Rua Caranguataí, no bairro do Tatuapé. Terminava, assim, o projeto de utilizar o Paraná para a instalação de um "aparelho" rural.

As "quedas" de março/abril imobilizaram o GTA por algum tempo. As ações passaram a ser feitas pelo grupo de fogo da Frente de Massas, que assaltou a Agência do Banco do Brasil da Avenida Jabaquara, em 29 de maio, e que, ainda nesse mês, assaltou o supermercado "Peg-Pag" da Avenida Higienópolis.

Ainda em maio, durante uma reunião da Frente de Mobilização Revolucionária, com a presença de "Toledo", de Lamarca e de Devanir José de Carvalho, foi decidido colocar em execução o planejamento do sequestro do embaixador alemão, realizado pela VPR desde o início do ano.[382]

Após o assalto ao carro pagador do Banco de Minas Gerais, narrado no item seguinte deste capítulo, "caíram" a militante do GTA Ana Burnsztyn e vários elementos da Frente de Massa, inclusive Rafael de Falco Neto, responsável pela tentativa de reestruturar o setor de imprensa da CRISP.

Ana Burnsztyn foi presa, no dia 14 de julho, por investigadores particulares do Mappin, quando tentava roubar uma sala daquela loja. No momento de sua prisão, Ana sacou um revólver .38, que portava na bolsa. Efetuou dois disparos, atingindo o segurança Isidoro Zambaldi, que veio a falecer, posteriormente, vítima dos ferimentos.

No dia 15 de agosto de 1970, foi preso o militante, oriundo da Frente de Massas (FM), Reinaldo Morano Filho. Reinaldo foi preso num "ponto" com a militante Basia Waitman, que chegava de uma viagem ao Uruguai. Reinaldo esteve envolvido na tentativa de ressurgimento do setor de imprensa da CR/SP, juntamente com Rafael de Falco Neto e Monir Tahan Sab.

Nesse período, o grupo de fogo da FM realizou os seguintes assaltos: ao supermercado "Peg-Pag", no bairro Indianópolis; a um posto telefônico, no bairro da Liberdade; à Drogasil, da Avenida Jabaquara; e ao supermercado "Ao Barateiro", da Rua Coronel Diogo. O GTA só voltaria a operar depois de reforçado por militantes do II Exército da ALN, dentre eles Yuri Xavier Pereira e Márcio Leite Toledo.

---

[380] Lembramos que a FM possuía, também, seu poder de fogo e realizava ações. Via de regra, um elemento do GTA dava cobertura às ações da FM. Exemplificando citamos o assalto a um soldado da FPESP, nas proximidades do Ibirapuera, para "expropriação" de sua arma, realizado no início de 1970 por Hiroaki Torigoe, Venâncio Dias Costa Filho e José Carlos Cianini da Paz ("Clemente"), do GTA.

[381] Com a "queda" de Guiomar, José Edênio Brianezzi assumiu a coordenação de um dos grupos do GTA e Carlos Eugênio Sarmento Coelho da Paz passou a coordenar o GTA como um todo, enquanto o outro grupo era liderado por José Milton Barbosa.

[382] Ver, no item 29 deste capítulo, a descrição desse sequestro.

Em 15 de setembro, a FMR realizava um assalto ao carro transportador de valores da Brink's, na Rua Estados Unidos. Essa ação teve a participação de militantes da VPR e do MRT, rendeu 480 mil cruzeiros e resultou em dois guardas de segurança feridos.

Na segunda quinzena de setembro, ocorreu nova reunião da FMR, ampliada com um representante do MR-8, para tratar do sequestro a três diplomatas. As ações ocorreriam consecutivamente em São Paulo, na Guanabara, e no Nordeste, e serviriam para libertar duzentos presos políticos. A resolução, tomada por Devanir José de Carvalho, do HRT, "Toledo", da ALN, Lamarca, da VPR, e Carlos Alberto Vieira Muniz, não foi colocada em prática.

Ocorreram discussões, envolvendo o número de militantes de cada organização a ser libertado. A VPR exigiu um número idêntico ao da ALN, tendo em vista "não existir organização maior ou menor na frente".

Enquanto internamente a ALN se via às voltas com as discussões, na FMR, externamente, sob a orientação do Frei Osvaldo Augusto de Rezende Júnior ("Cláudio"), foi montada uma estrutura ligada à FBI, para divulgação de notícias desabonadoras ao Governo brasileiro. Ao mesmo tempo, seria destinada a obter recursos no exterior. Com ligações na Argélia, por meio de Miguel Arraes, o esquema passava por Roma, onde atuavam Frei Osvaldo e os militantes Carlos Henrique Knapp e Eliane Tosca, no Zamikhowski, e chegava a Paris, onde se encontrava Aloísio Nunes Ferreira Filho. Frei Osvaldo mantinha contatos no Partido Comunista Italiano. Visava a conseguir recursos financeiros para atuação da ALN.

Após o trauma da morte de "Toledo" e das "quedas" subsequentes, incluindo um "aparelho" que servia de local de impressão, a ALN prosseguiu seus contatos na FMR, discutindo a questão dos sequestros. O planejamento inicial das três ações consecutivas, que já apresentava dificuldades, não foi adiante, em decorrência da morte de "Toledo" e de "quedas" do PCBR no Nordeste. Após as eleições de 15 de novembro, foi realizada nova reunião da "frente", onde Carlos Eugênio Sarmento Coelho da Paz ("Clemente") representou a organização. Tratava-se da realização de um sequestro urgente por solicitação da VPR. O MR-8 opinou que a ação só deveria ser realizada em excepcionais condições de segurança. Vencida pela maioria, a VPR comprometeu-se a não atuar até uma próxima reunião da Frente, que se daria dentro de dois meses. Quebrando seu compromisso, a VPR realizaria isoladamente o sequestro do embaixador suíço, no dia 7 de dezembro. Tal atitude iria arrefecer o relacionamento das organizações dentro da FMR.

8. O "justiçamento" de Ary Rocha Miranda

Havia pouco tempo, tinham sido incorporados ao GTA os militantes Ary Rocha Miranda e Wilson Conceição Pinto, egressos da Frente de Massas. Após os primeiros assaltos, os dois manifestaram a intenção de afastarem-se por inaptidão àquele tipo de atividade. Foram ameaçados de morte por Monir Tahau Sab, caso resolvessem abandonar a organização.

No dia 11 de julho de 1970, durante o assalto ao carro-pagador do Banco Nacional de Minas Gerais, na chegada à agência do banco, na Av. Nossa Senhora da Lapa, esquina com Afonso Sardinha, Eduardo Leite ("Bacuri"), que se havia agregado à ALN, após o desbaratamento da REDE, em maio de 1970, – feriu "acidentalmente" Wilson Conceição Pinto e Ary Rocha Miranda.

Wilson Conceição Pinto encontrava-se, dentro do esquema do assalto, a cerca de trinta metros do banco, no seu posto de observação, na Av. Nossa Senhora da Lapa, esquina com Afonso Sardinha, quando ouviu um tiroteio na porta do banco. "Bacuri" acabava de ferir mortalmente Ary Rocha Miranda. Momentos depois era a vez de Wilson ser atingido por "Bacuri" com um tiro "transfixante" no braço esquerdo. Ao ligar o surpreendente acontecimento às ameaças de Monir, Wilson evadiu-se do local, evitando embarcar num dos carros da ação.

Ao procurar socorro no Hospital São Camilo, em São Paulo, Wilson entregou-se às autoridades. Em declarações aos órgãos de segurança, afirmou: *"Há muito tempo eu já havia demonstrado a intenção de abandonar a militância na ALN e entregar-me às autoridades. Durante minha militância na ALN, senti que muitos elementos têm disposição para entregar-se a polícia, só não o fazendo por medo de represálias da organização e, também, temorosos de tortura policial que a organização propaga existir, acrescentando detalhes horríveis".* Prosseguiu: *"A ALN não dá o devido valor aos operários que conseguem recrutar, alegando falta de nível político. Mesmo dentro da organização, é notória a existência do espírito de classe".*

Quanto a Ary Rocha Miranda, gravemente ferido, foi transportado de carro, por Hiroaki Torigoe, "Bacuri" e um militante chamado "Francisco", para o aparelho de "Bacuri". Por falta de socorro, Ary faleceu por volta das 22h30min daquele mesmo dia. Como "estória de cobertura" para o "acidente", foi apresentada a versão de que "Bacuri" confundira os dois com policiais. A farsa teve prosseguimento com a ida do militante do GTA Reinaldo Morano Filho, ex-acadêmico de Medicina, ao "aparelho", para prestar socorro a Ary, quando este já estava morto.

No dia seguinte, Flávio Augusto Neves Leão de Sales saiu para procurar local para enterrar o morto. Escolhido o local, por volta das 15 horas, Flávio Augusto, Aurora Maria do Nascimento Furtado e "Bacuri" colocaram o cadáver na mala do carro e realizaram a inumação num terreno em Embu-Guaçu. A família de Ary Rocha Miranda não teve o conforto de ser avisada de sua morte, nem do local do enterro. Mais conveniente seria atribuir o "desaparecimento" de Ary aos órgãos de segurança, como foi feito. Só se tomou conhecimento da trama macabra através das prisões posteriores de Denise Crispim, a companheira de "Bacuri", e Reinaldo Morano Filho.

É importante que se ressalte o processo de recrutamento utilizado pela ALN, em relação a Reinaldo Morano Filho. Reinaldo havia sido preso no XXX Congresso da UNE, em Ibiúna. Enquanto aguardava julgamento, desenvolvia suas

atividades normais na Faculdade de Medicina da USP, onde estudava. No início de novembro de 1969, foi procurado, na faculdade, por uma mulher, até então desconhecida, que lhe afirmou ter informações seguras sobre o processo. Redundaria na condenação de todos a dois anos de prisão. Em seguida, Trajano Pontes Filho, seu companheiro de apartamento, transmitiu-lhe notícias, nunca confirmadas, de que elementos declarando-se policiais estavam à sua procura. Tais fatos provocaram a fuga de Reinaldo para Salvador, ainda em novembro, e seu ingresso na clandestinidade. No seu retorno clandestino a São Paulo, fez contato com a mesma mulher na Faculdade de Medicina, acertando seu ingresso na ALN e sendo designado para atuar no desfalcado GTA.

9. Atividades da CR/GB da ALN

As prisões de militantes da ALN na Guanabara, no final de 1969, elevaram Carlos Eduardo Fayal de Lira e Paulo Henrique Oliveira Rocha Lins à Coordenação Regional da Guanabara CR/GD.

O GTA da CR/GB estava estruturado com dois grupos, coordenados por Paulo Henrique Rocha Lins e Mário de Souza Prata. Nos dias 9 de janeiro e 17 de fevereiro, o GTA "expropriou" a Agência do Banco do Estado de Minas Gerais e a Agência Avenida Brasil do Banco Brasileiro S.A, respectivamente, conseguindo cerca de 50 mil cruzeiros nas ações.

Pretendendo aumentar a potência de fogo do grupo, foi realizado, por volta das 14 horas do dia 25 de janeiro, um assalto à Fábrica do Andaraí, do Exército. O alvo eram as metralhadoras das sentinelas que se mantinham nas ruas. Divididos em dois grupos, os assaltantes esperavam um sinal de Carlos Eduardo Fayal de Lira para iniciar a ação, atacando simultaneamente os dois soldados. Dado o sinal, o grupo chefiado por Paulo Henrique Rocha Lins acovardou-se e não atacou a sentinela. O segundo grupo, chefiado por Fayal de Lyra, agrediu a coronhadas o soldado George de Souza, ferindo-o na cabeça e retirando-lhe a metralhadora. Durante a fuga, no interior do Volkswagen usado na ação, Mário de Souza Prata, ao tentar desengatilhar a arma, provocou um disparo, atingindo mortalmente Luiz Afonso Miranda Costa Rodrigues, que se encontrava no banco dianteiro. Por volta das 16 horas, o carro foi encontrado na Rua Teodoro da Silva, com o cadáver de Luiz Afonso no banco dianteiro.

No dia 11 de março de 1970, os militantes do GTA Mário de Souza Prata, Rômulo Noronha de Albuquerque e Jorge Raimundo Júnior deslocavam-se num Corcel azul, roubado, dirigido pelo último, quando foram interceptados, nas Laranjeiras, por uma patrulha da PM. Suspeitando do motorista, pela pouca idade que aparentava, e verificando que Jorge Raimundo não portava habilitação, os policiais ordenaram-lhe que entrasse no veículo policial, com Rômulo Noronha de Albuquerque, enquanto Mário de Souza Prata, acompanhado de um dos soldados, dirigiria o Corcel até a delegacia mais próxima. Aproveitando-se do descuido da polícia, que não revistara os detidos, Mário, ao manobrar o veículo para colocá-lo à frente da viatura policial, sacou uma arma e atirou, matando, com um tiro na testa, <u>o Soldado PMEX Newton de Oliveira_Nascimento </u>que o escoltava no carro roubado. O <u>Soldado Newton deixou viúva, D. Luci, e órfãs duas filhas menores de quatro e dois anos.</u>

Dois dias depois, tinha prosseguimento o festival de violência patrocinado pela ALN. No dia 13 de março, foi abordado na Lagoa Rodrigo de Freitas, para uma verificação de rotina, um Volkswagen vermelho conduzindo Carlos Eduardo Fayal de Lira, Paulo Henrique de Oliveira Rocha Lins e Ronaldo Dutra Machado. Agindo com rapidez, os subversivos saltaram do carro, ocasião em que Fayal de Lira, sacando sua arma, atirou contra a barreira, ferindo gravemente o Sargento do Exército Francisco Aniceto Antunes de Carvalho.

Na confusão reinante, Ronaldo e Paulo Henrique fugiram a pé do local. Encurralado, Fayal de Lira assaltou um carro que passava e retirou, à força, do volante, a Sra. Juanita de Souza, que se fazia acompanhar de seu filho, o menor de nove anos, Paulo Alves de Souza. Não percebendo a presença da criança no veículo, os agentes de segurança acabaram ferindo-a na axila, ao prosseguirem na perseguição armada. Preocupado apenas com a sua segurança, Fayal, também atingido no tiroteio, rompeu o cerco na Rua Siqueira Campos, completando a fuga a pé.

Fayal, sentindo-se perdido, procurou o amparo dos pais, que o internaram numa casa de saúde e o entregaram às autoridades no dia 16 de março. O subversivo seria banido em julho de1970, trocado pelo embaixador alemão sequestrado na Guanabara.

A "queda" de Fayal de Lyra ocasionou várias prisões e a desarticulação da CR/GB, que prosseguiu com a ida de Ronaldo Dutra Machado para Recife, em companhia de Paulo Henrique de Oliveira Rocha Lins. Ronaldo seria preso, em Recife, em 28 de março, e Paulo Henrique, em Natal, no dia 13 de abril. Em seguida, foram presos, na Guanabara, os militantes do GTA Nelson Luiz Lott de Morais Costa e Epitácio Remígio de Araújo.[383]

No dia 1º de julho, ocorreu um fato insólito desligado de qualquer interferência da Coordenação Regional. Jessie Jane, militante da Frente de Massas da CR/SP, ligou-se a Colombo Vieira de Souza Júnior e aos irmãos Eiraldo e Fernando Palha Freire. Juntos, resolveram sequestrar um avião e exigir a troca dos passageiros por quarenta presos políticos, que seriam transportados para Cuba.

---

[383] Com a desarticulação da Coordenação Regional, foi constituída uma direção provisória, com participação de Aldo Sá de Brito de Souza Neto, Hélcio Pereira Fortes e Antônio de Matos.

O sequestro foi frustrado pela pronta e eficiente ação de tropas especiais da Força Aérea Brasileira, que, após furarem a tiros os pneus do Caravelle prefixo PP-PDX da Cruzeiro do Sul, encobriram a aeronave com espuma e a invadiram, resgatando Eiraldo Palha Freire, que tentou o suicídio com um tiro no pescoço, vindo a falecer dias depois.

A motivação dos quatro sequestradores era a libertação de parentes subversivos presos, além do reconhecimento da autoria de um feito espetacular. Washington Alves da Silva, militante da ALN preso em São Paulo e pai de Jesse Jane, encabeçava a lista dos presos a serem trocados. No rol dos subversivos, constavam ainda os nomes de Iná de Souza Medeiros e Marcos Antônio Faria de Medeiros, respectivamente, irmã e cunhado do sequestrador Colombo Vieira de Souza Júnior.

Em meados de 1970, Mário de Souza Prata, sua mulher, Marilena Villas-Boas Pinto, e José Carlos Avelino da Silva abandonaram a ALN e incorporaram-se ao MR-8.

No dia 15 de julho, Zilda de Paula Xavier Pereira, ex-coordenadora da CR/GB, conseguiu fugir do Hospital Pinel em Botafogo, onde fora internada ao simular doença mental, depois de sua prisão, em 1969.[384]

A partir de julho, reforçado, inclusive, por dois "cubanos"[385], o GTA fez dois assaltos: ao posto policial da favela Azul, quando foram roubados armamentos, dentre os quais uma metralhadora INA, e fardamento; e a uma agência do Banco Comércio e Indústria de Minas Gerais, no Leblon.[386]

O GTA da CR/GB faria mais uma vítima fatal, em 19 de agosto, durante a tentativa de assalto a Agência do Banco Nacional de Minas Gerais, em Ramos. O vigilante Vagner Lúcio Vitorino da Silva foi baleado por Sônia Maria Ferreira Lima. Caído e sangrando na porta do banco, o vigilante teve seu coldre e sua arma roubados. Constatada a morte de Vagner, os assaltantes entraram no banco e procuraram o gerente, que, utilizando um estratagema não se identificou, informando que o gerente estava ausente. Isto fez com que os terroristas abandonassem o local sem consumar o assalto[387].

Dias depois dessa ação, Otoni Guimarães Fernandes Júnior, que dela participara, seria preso, constituindo-se em mais um desfalque para o GTA.

Refletindo os entendimentos da FMR em São Paulo, a CR/GB iniciou a realização de ações em "frente" a partir de julho. Contrariando orientação dada em março, que limitava a grandes feitos a constituição de frentes, a ALN optou por essa linha de ação, quando as "quedas" que afetaram o GTA chegaram a inviabilizar a sua atuação armada. A organização participou dos assaltos à Churrascaria Rincão Gaúcho e à Kombi de transporte de valores da firma Moinho Inglês, em são Cristóvão, ambos, realizados com a cooperação do MR-8.

10. Atividades da ALN no Nordeste e em Minas Gerais

Em Fortaleza, a frustração da tentativa de assalto ao Banco Mercantil do Ceará, em 4 dezembro de 1969, foi compensado pela realização de algumas ações armadas, pelo grupo liderado por José Sales de Oliveira[388]. Uma delas, em 10 de março, foi contra a fábrica da Coca-Cola, em Fortaleza, em assalto que rendeu cerca de oito mil cruzeiros.

As ações armadas realizadas no Ceará adequaram-se às condições socioeconômicas da área, não se registrando "expropriações" vultosas de estabelecimentos de crédito, como ocorria nos grandes centros. O assalto a um trocador de uma empresa de ônibus, os roubos de mimeógrafos e de máquinas de escrever, nos institutos de Química e Matemática da UFC, e um assalto a um casal de idosos, nas proximidades do quartel do 23º BC, em julho, são arrolados como façanhas, realizadas pelo grupo de José Sales de Oliveira.

Em meados de 1970, foram deslocados para o Ceará Antônio Espiridião Neto, Waldemar Rodrigues de Menezes e Antônio Carlos Bicalho Lana, militantes recém-chegados de Cuba, diplomados nas escolas de terrorismo de Havana. A organização tinha ideia de iniciar um trabalho de campo na Região do Cariri.

No início de agosto, o advogado Tarcísio Leitão de Carvalho, considerado o ideólogo da ALN no Ceará, ministrou uma palestra sobre guerra psicológica aos militantes da ALN.

---

[384] Zilda, auxiliada em sua manobra pelo Dr. Iberê Brandão Fonseca e Rosita Teixeira de Mendonça, foi para Cuba.

[385] Assim eram chamados os militantes possuidores de curso de guerrilhas em Cuba.

[386] O GTA passou a contar com a participação de Reinaldo Guarany Simões, Sônia Maria Ferreira Lima, Viriato Xavier de Melo Filho e Benjamim de Oliveira Torres Neto, os últimos, recém-chegados do curso em Cuba. No início de agosto, mais dois "cubanos" incorporaram-se ao GTA da CR/GB: Isis Dias de Oliveira e Gilson Ribeiro da Silva.

[387] Participaram dessa ação: Isis Dias de Oliveira, Sônia Maria Ferreira Lima, Aldo de Sá Brito de Souza Neto, Hélcio Pereira Fortes, Benjamin Torres de Oliveira Neto, Reinaldo Guarany Simões, Otoni Guimarães Fernandes Júnior e mais os militantes do PCBR Getúlio de Oliveira Cabral e Francisco Roberval Mes.

[388] Como Sílvio Albuquerque Mota, orientador de grupo, foi para Cuba participar do Curso de Guerrilhas, José Sales de Oliveira passou a coordenar as atividades da ALN no Ceará.

Durante a palestra, realizando uma avaliação crítica, Tarcísio assinalou o distanciamento da organização, em relação às massas, e sugeriu a criação de um jornal que divulgasse as ideias da ALN.

A ALN/CE manteve contatos com o PCBR, organização mais bem estruturada na área do Nordeste. Firmaram o acordo de realizarem ações em conjunto. Os assaltos ao carro-pagador do Banco London, em 16 de março, e ao Banco do Brasil, em Maranguape, em 11 de agosto, foram ações realizadas em "frente" pelas duas organizações.

Se as ações armadas, pela frequência e pelos recursos auferidos, contrastavam com a atividade subversiva nos grandes centros, o mesmo não se podia dizer de sua violência.

Em 29 de agosto, o sequestro e o assassinato do comerciante José Armando Rodrigues, proprietário da Ibiapaba Comercial Ltda., em São Benedito/CE, revoltaram a opinião pública. Após assaltarem a loja, os terroristas da ALN levaram José Armando, sob a ameaça de revólveres, amarraram-no com cordas para prevenir resistências, torturaram-no – foi barbaramente espancado, conforme laudo cadavérico –, assassinaram-no a tiros e lançaram seu corpo num precipício na Serra de Ibiapaba.[389]

Os assaltantes recolheram 32 mil cruzeiros da loja do comerciante, sem qualquer reação. Por que o mataram? A resposta à pergunta envolve-se no absurdo, quando se sabe que dois de seus assassinos eram os ex-seminaristas Antônio Espírito Neto e Waldemar Rodrigues de Menezes – este, o autor dos disparos. Cabe uma reflexão sobre o assunto: onde teriam assimilado tanto ódio e violência? No ensino cristão dos seminários ou na curta estada em Cuba? O fanatismo ideológico teria transformado o modesto comerciante de São Benedito em burguês monopolista, associado ao imperialismo norte-americano?

Após atirarem o corpo no penhasco, os terroristas reencenaram a fuga rumo a Fortaleza. À noite, nas cercanias de São Luiz do Curu, o grupo foi cercado, ocorrendo as prisões de Waldemar de Menezes e de Francisco Willian de Montenegro Medeiros.

Nos dias seguintes, foram realizadas outras prisões, e, com o deslocamento dos principais terroristas para fora da área, desarticulou-se a atuação armada da ALN no Ceará.[390]

Em Pernambuco, da mesma forma que no Ceará, a ALN ligou-se ao PCBR. No dia 28 de março, além de Ronaldo Dutra Machado, foi preso, em Recife, Perly Cipriano. Em decorrência das investigações, foram desarticulados três "aparelhos" do PCBR e da ALN, com várias prisões.

Num dos "aparelhos", situado na Rua Pimenteira, em Casa Amarela, houve reação, resultando no ferimento do investigador Joaquim Francisco de Melo. No enfrentamento, também saiu ferido o subversivo Mauricio Anísio de Araújo. As prisões prosseguiram com a apreensão de grande quantidade de armamento, munição e explosivos, além de material de impressão. Com essas prisões, apurou-se que fora da autoria do grupo da ALN os assaltos à Farmácia de Pronto-Socorro Jayme da Fonte e a um posto de gasolina na Avenida Rosa e Silva.

Ao final da operação policial, no dia 31 de março, haviam sido presos doze elementos do grupo da ALN, em Recife.

Nessa época, Paulo Henrique de Oliveira Rocha Lins, seguindo orientação da Coordenação Centro-Norte, foi deslocado para o Nordeste, com o objetivo de estruturar a organização no Rio Grande do Norte. Depois de seguir com Ronaldo Dutra Machado para Recife, os dois terroristas ficaram homiziados no Colégio Marista, acoitados pelo irmão Aloísio Paulo Henrique, que fez contato com Avelino Batista Neto. Pouco tempo depois, dirigiram-se para o Rio Grande do Norte, onde iniciariam, com orientação de Avelino, que era da área, o trabalho de estruturação da organização no Estado.

A conduta suspeita de Paulo Henrique fez com que a polícia o detivesse – e através dele também foi preso Avelino, no dia 13 de abril. Após uma tentativa frustrada de suicídio, Paulo Henrique relatou todo o seu envolvimento com a ALN na Guanabara e no Nordeste.

Enquanto isso, em Belo Horizonte, o trabalho de aliciamento que a ALN iniciara, após a desestruturação da Corrente, dava seus primeiros resultados. Havia um grupo formado, inclusive, com treinamento de tiro. Julgando-se preparado, o grupo, após realizar algumas panfletagens, fez seu primeiro assalto, em seis de junho, contra o Supermercado Merci, do Bairro de Lourdes. Um mês depois, outra ação, desta vez contra o Supermercado Camponesa, não obteve êxito.

No início de agosto, a ALN, em Minas, era reforçada com a chegada do militante Marcos Nonato da Fonseca, "queimado" por sua ativa participação no GTA da CR/GB.

No final de setembro, seria mais uma vez reforçada com a chegada, à capital mineira, de Aldo Sá Brito, recebendo, então, a incumbência de planejar e preparar o sequestro do cônsul da Inglaterra, em Belo Horizonte. Essa ação estava prevista pela Coordenação Nacional, num esquema global destinado à libertação de terroristas presos.

11. A tentativa de implantação da "Área Estratégica" da ALN

[389] O grupo assassino, chefiado por José Sales de Oliveira, constitui-se por Carlos Timoschenko Soares de Sales, Antônio Espiridião Neto, Francisco Willian de Montenegro Medeiros, Gilberto Thelmo Sidney Marques e Waldemar Rodrigues de Menezes.

[390] José Sales de Oliveira e Antônio Espiridião deslocaram-se para Pernambuco, enquanto Antônio Carlos Bicalho Lana, Gilberto Thelmo Sidney Marques e Carlos Timoschenko Soares de Sales dirigiam-se para São Paulo, visando ao prosseguimento de suas atividades em melhores condições.

No início de 1968, Carlos Augusto da Silva Sampaio, líder estudantil em Belém, foi contatado e convencido a ligar-se com Carlos Marighella. Aproveitando-se das férias do início daquele ano, Carlos Augusto deslocou-se para o Rio de Janeiro, onde fez contatos e estabeleceu um esquema de comunicação, com Marighella, por meio dos coordenadores, naquela ocasião, da ALN na Guanabara. Eram a militante Maria Cerqueira – moradora da Av. Nossa Senhora de Copacabana, em cima do Mercadinho Azul – e o casal João Batista e Zilda de Paula Xavier Pereira.

Em setembro de 1968, Carlos Augusto foi procurado, em Belém, por João Batista, com a orientação para o início da estruturação da ALN no Estado do Pará.[391]

Em junho de 1969, Carlos Augusto, juntamente com João Alberto Capiberibe, em nova viagem ao Rio de Janeiro, recebeu a missão de iniciar o trabalho de implantação de uma área rural, na região do Rio Araguaia, até a cidade de Imperatriz, no Maranhão.

No Rio de Janeiro, Carlos Augusto encontrou-se com os frades dominicanos Ivo e Fernando e com Nestor Mota, elementos que haviam vasculhado a região escolhida, em reconhecimentos realizados, em l968. Ao retornarem a Belém, fizeram-se acompanhar de Nestor Mota, que se dirigiu a Conceição do Araguaia para fazer contato com João Carlos Ramalho, que trabalhava no Movimento de Educação de Base (MEB). Após acertos, e dentro do esquema de iniciar o trabalho de doutrinação no campo, João Moacir Santiago Mendonça passou a morar com João Ramalho, em Conceição do Araguaia.

Em 17 de agosto de 1969, Flávio Augusto Neves Leão de Sales, que havia sido recriminado, pela organização, por ser viciado em maconha, realizou, por iniciativa própria, um assalto à firma Gelar, em Belém, auxiliado por marginais comuns[392]. A intensificação da atividade policial em Belém provocou, por questões de segurança, a viagem apressada de Carlos Augusto e João Moacir Santiago Mendonça ao Rio de Janeiro, onde se homiziaram no apartamento de Maria Cerqueira. Flávio Augusto, também ameaçado, deslocou-se para São Paulo, onde se integrou ao GTA, passando a participar ativamente de ações armadas, movido, quase sempre, pela euforia da maconha.

Ao retornarem a Belém, Carlos Augusto e João Moacir informaram-se de que Capiberibe já tinha conseguido um local apropriado na área do Tocantins. Após o retorno de Carlos Augusto do Rio de Janeiro, um grupo da ALN, em Belém, tentou um assalto a um carro de um oficial da Marinha. Esse fato levou as autoridades a desenvolverem um trabalho específico, visando a detectar e a identificar o grupo, que iniciava uma atuação sistemática e organizada em Belém. Com a morte de Marighella, em novembro de 1969, o grupo perdeu a ligação com a Coordenação Nacional da ALN, que se encontrava em São Paulo.

Somente em abril de 1979, Carlos Augusto, já formado em advocacia, retomou a ligação com a Coordenação Nacional, sendo colocado em contato com "Toledo" em São Paulo. "Toledo" informou que seria enviado para Belém, a fim de ser colocado, na área rural escolhida, um militante que regressara de Cuba.

Em junho de 1970, José Silva Tavares, antigo militante da Corrente, chegou de Cuba e recebeu orientação de "Toledo" para dirigir-se a Belém, com finalidade de dar continuidade aos trabalhos de implantação da área estratégica. "Toledo" insistiu para que as atividades fossem alicerçadas no trabalho de doutrinação da massa rural.

Em julho, foi providenciada a compra de uma área próxima a Imperatriz, no Maranhão, que seria a base para o desenvolvimento do trabalho estratégico. Em setembro de 1970, José Tavares foi deslocado para Belém. O planejamento constava da ida antecipada de Capiberibe para a área de Imperatriz, onde receberia Tavares.

Enquanto a ALN tramava a articulação de sua área estratégica, as forças de segurança, centradas na 8ª Região Militar, coroando diligências que eram realizadas desde abril, desmantelaram inúmeros "aparelhos" da organização. No dia 7 de setembro, quando aguardavam o ônibus para se deslocar a Imperatriz, foram presos Capiberibe, sua esposa, Janete Del Castilho Capiberibe, e sua cunhada, Eliane Lúcia Del Castilho Góes. No mesmo dia, "caiu" Carlos Augusto. José Tavares foi preso na manhã do dia 8 de setembro, no interior do ônibus que o conduzia a Imperatriz. No desenrolar da operação, foram presos, na base da área estratégica onde já existia uma construção rústica para acolher os militantes, o estudante do terceiro ano de Medicina, Pedro Alcântara Carneiro, e Wanderley Gomes Camorim. Na área, já se iniciara o trabalho de massa, através do atendimento à população local, realizado por Pedro Alcântara. Com eles, foi apreendido um mosquetão 7mm, com a respectiva munição.

Durante a ação policial que se abateu sobre a ALN, no Pará, foi detectada a existência de um grupo, na Faculdade de Ciências Econômicas de Belém, com a participação de Roberto Ribeiro Correia, responsável pela publicação do panfleto "Luta Revolucionária". O grupo tinha ligação direta com Capiberibe e distribuía o "Luta Revolucionaria" na área universitária e nos pontos mais carentes da cidade de Belém.

Dessa forma, teve fim a tentativa organizada da ALN de implantar uma "área estratégica" na convulsionada área do NE do Maranhão/Goiás, conhecida como "Bico do Papagaio".

Frustrada também foi a sua intenção de estender-se ao Rio Grande do Norte.

---

[391] Com o início do trabalho de aliciamento, o grupo constitui-se com a adesão de João Alberto Rodrigues Capiberibe, João Moacir Santiago Mendonça, Pedro Alcântara Carneiro e Flávio Augusto Neves Leão de Sales.

[392] Flávio Augusto provocaria, em 25 de agosto, a morte de sua madrinha e irmã de criação, Sulamita Campos Leite, estraçalhada por uma bomba de alto teor explosivo, enterrada no quintal da residência dos Sales, na Travessa Curuzu, nº 2.235, em Belém.

A organização sofreria, nesse ano, uma série de reveses no NE e nas duas principais CR de São Paulo e da Guanabara, mas seus GTA estavam sendo reforçados pelos "cubanos" do "II Exército da ALN". A ALN, todavia, ao contrário do que preconizava "Toledo", cada vez afastava-se mais das massas e tornava-se mais violenta e sanguinária.

12. O PC do B prepara-se no campo e na cidade

Em 1970, a atividade principal do Partido Comunista do Brasi1 (PC do B) consistiu na preparação da Guerra popular no Sudeste do Pará, região até então mantida na clandestinidade. Nesse ano, pouco mais de uma dezena de militantes seria deslocada para lá, tendo como objetivo imediato tomar conhecimento da região, adaptar-se à nova vida e realizar um progressivo trabalho de massa. Este teria cunho essencialmente social, sem conotações políticas aparentes, de modo a ganhar a confiança da rarefeita população local.

Na cidade, a fim de agrupar jovens que, embora sem nível ideológico para se tornarem militantes, tivessem um maior grau de politização que a massa, o PC do B criou, no início de 1970, na Guanabara, um organismo partidário denominado "União da Juventude Patriótica (UJP)". Para organizá-lo, foi designado o Comitê Universitário do Comitê Regional Leste (GB), por intermédio de Lincoln Bicalho Roque e de José Roberto Brom de Luna. No manifesto – programa de março –, a UJP afirmava que seu objetivo era congregar "os jovens da Guanabara", entre "operários, estudantes, professores, favelados, comerciários, bancários, jornalistas e artistas". Criava, assim, o PC do B, uma fértil fonte para o recrutamento de seus futuros "guerrilheiros".

Nesse período, três documentos aprovados pelo CC marcaram a linha política do partido. O primeiro publicado em abril e escrito por João Amazonas e Maurício Grabois, sob o título de "Atualidade do Pensamento de Lênin", caracterizou o início público das controvérsias com o PC da China. O PC do B não aceitava a concepção chinesa de que o pensamento de Mao seria uma "nova etapa do marxismo". O segundo documento, de julho, com o título de "Mais Audácia na Luta contra a Ditadura", procurava aprofundar o "movimento de revolucionar", iniciado no ano anterior. Finalmente, em dezembro de 1970, o documento "Desenvolver Ações mais Vigorosas" procurava aumentar o espírito de oposição das "massas" e "acelerar a preparação da luta armada".

13. A AV amplia a sua estrutura

A Ala Vermelha (AV) entrou no ano de 1970 com uma nova linha política estabelecida pelo documento "Os 16 Pontos", aprovado no ano anterior, no qual repudiava o foquismo e assumia o trabalho de massa.

Dispunha de uma Direção Nacional Provisória (DNP), composta por sete membros efetivos, dos quais três eram do Bureau Político (BP) e dois eram suplentes. A AV estava estruturada em sete Comitês Regionais (CR).[393]

Todos os CR, além da Rede de Apoio, possuíam dois setores, o de Trabalho Operário e o de Trabalho de Massa, subdividido nos subsetores Universitário, Secundarista e da Pequena Burguesia. Tudo indicava que, por ser a primeira organização a reformular a sua linha política e a aderir ao trabalho de massa, conseguiria crescer e alcançar maior projeção na esquerda revolucionária brasileira.

Entretanto, em 20 de janeiro de 1970, a prisão de Diniz Cabral Filho, fundador e dirigente número um da AV, arrefeceu o ânimo e o funcionamento da organização. As "quedas" decorrentes, no CR de Minas Gerais, levaram o pânico a seus militantes que debandaram em busca de segurança em outros Estados. Essas "quedas", acrescidas de divergências políticas, proporcionaram o surgimento, em Minas, de um grupo dissidente liderado por Fernando Sana Pinto, membro da DNP, que ficou conhecido como "Grupo Mineiro".

Em maio, numa casa alugada no litoral paulista, reuniu-se a DNP, para tratar da questão do "Grupo Mineiro", do problema de finanças e da recomposição do BP.[394]

No mês seguinte, uma nova reunião da DNP aprovou que o I Congresso da AV seria realizado dentro de 18 meses e publicou o documento "Diretivas para o Trabalho Operário". Decidiu, também, que a organização passaria a editar dois jornais, "Unidade Operária" e "Luta Proletária".

A partir de agosto, sem dispor de uma infraestrutura que lhe garantisse a sobrevivência, a AV criou um Curso de Madureza, no ABC paulista. Com isso, além de conseguir recursos financeiros, a organização poderia recrutar novos militantes. Ao mesmo tempo, a fim de conseguir recursos imediatos, a AV assaltou, em setembro, um Volks do Banco Francês-Italiano, em São Bernardo do Campo, que transportava o dinheiro do pagamento dos funcionários da Chrysler,

---

[393] Os CR estavam organizados nos Estados de SP, GB, RS, MG e ES e no DF. Entretanto, era em São Paulo que a AV estava mais bem estruturada e onde, inclusive, se localizava a sua DNP. No RS, possuía militantes em Porto Alegre e em Santa Maria. Em MG, atuava em Belo Horizonte e no Triângulo Mineiro. Havia, ainda, o início da organização de um CR no Nordeste, com militantes em PE (Recife e Zona da Mata) e no CE (Fortaleza e Jucás).

[394] A direção da AV resolveu afastar Fernando S. Pinto da DNP. Não acatando a decisão, Fernando e seu grupo foram expulsos. Na recomposição do BP, procedida uma nova eleição, esse organismo ficou constituído por Edgard de Almeida Martins, Olyr Batista Correa e Paulo de Tarso Gianini.

roubando Cr$ 78.000,00. Apesar de ter mudado a sua linha política, a AV não se esquecia da facilidade em conseguir dinheiro através de assaltos.

Em outubro, novas "quedas" afetaram a estrutura da organização. No Rio Grande do Sul, a prisão de onze militantes, dentre os quais vários do CR, possibilitou a identificação de outros e a desarticulação da AV nesse Estado. Na Guanabara, parte do CR também foi presa.

Para fazer a propaganda do voto nulo, através da transmissão de uma fita gravada, militantes da AV tomaram a Rádio Clube de Santo André, na véspera das eleições de 15 de novembro. Ao final da ação, o Gálaxie roubado no dia anterior foi abandonado com um dispositivo de explosão, que não funcionou.

Para discutir o desenvolvimento de sua linha política, particularmente em relação ao movimento operário, a DNP promoveu, na primeira quinzena de dezembro de 1970, aquela que seria a sua última reunião, antes das grandes "quedas". O ano seguinte seria desastroso para a AV.

14. O MRT reduz-se a um grupelho em 1970

As ações armadas do Movimento Revolucionário Tiradentes (MRT), ao longo de 1970, seriam, todas, realizadas na "frente" político-militar criada em novembro de 1969.

Em 11 de março, o MRT, através de Devanir José de Carvalho e Plínio Peterson Pereira, participou, com a VPR e a REDE, do sequestro do cônsul japonês.[395]

É dessa época o início dos contatos do MRT com o denominado "Grupo Mineiro", dissidência da AV em Minas Gerais, cujos militantes haviam-se deslocado para São Paulo, a fim de pedir auxílio a Devanir. Esse grupo, que, alguns meses depois, transformar-se-ia no Movimento Revolucionário Marxista (MRM), também participaria de ações armadas realizadas pela "frente".

Depois do assalto ao Banco Itaú-América, na Vila Leopoldina, em 25 de março, no qual participaram Devanir, Antônio André Camargo Guerra e José Rodrigues Ângelo, pelo MRT, esses militantes, Plínio e Waldemar André assaltaram, em dois de maio, numa ação de "frente", a Companhia de Cigarros Souza Cruz, no Cambuci. Nessa ocasião, "Bacuri", da REDE, assassinou o guarda de segurança João Batista de Souza.

Logo depois desse assalto, o Diretório Nacional (DN) do MRT realizou uma reunião para tratar da saída de Armênio de Souza Rangel, que não se considerava mais em condições de permanecer no comando. Essa reunião marcou o início das divergências entre Devanir e Plínio. Transcorreu num clima de violência. Enquanto Devanir chamava Plínio de oportunista, mais preocupado em realizar-se financeiramente, este, que tinha a maioria na reunião, acusava Devanir e Antônio André de realizarem as ações somente pela violência. Dos sete membros do DN, cinco acompanharam Plínio e desligaram-se do MRT.

O MRT reduzia-se a um grupelho de militantes, girando em torno de Devanir: Antônio André, José Rodrigues e Domingos Quintis, além de dois simpatizantes, que também sairiam logo depois. Fortalecer-se-ia, entretanto, com a chegada de Joaquim Alencar de Seixas, antigo militante expulso do PCB do Rio Grande do Sul, com a família constituída pela esposa, Fanny Akselrud de Seixas, e quatro filhos. Desses filhos, Ivan, com apenas 16 anos, passaria à condição de militante, participando de assaltos com o pai.

Em 29 de maio, Devanir e Antônio André, pelo MRT, assaltaram o Banco do Brasil, agência da Avenida Jabaquara, e roubaram cerca de 180 mil cruzeiros novos. Entretanto, com a saída do grupo do "Gaúcho", o MRT precisava reestruturar-se.

Realizou, então, uma reunião, na qual foi eleito um novo comando, integrado por Devanir, Antônio André e Joaquim. Foi, também, aprovada a "Carta de Princípios", baseada na antiga, de Plínio Peterson, e ficou decidida a publicação do órgão oficial do MRT "Voz Guerrilheira".

No mês de setembro, dois novos militantes ingressaram no MRT: Dimas Antônio Casemiro, vindo do VAR-P, e Gilberto Faria Lima, da ALN. No dia 15, seis militantes do MRT, em "frente" com outros da ALN e da VPR, assaltaram um carro-forte da Brink's, fato já relatado no item sete deste capítulo. Logo após esse assalto, Devanir e Joaquim participaram de uma reunião da "frente", onde ficou decidido o sequestro de três diplomatas para a libertação de 206 presos, cujos resultados também já foram narrados no mesmo item deste capítulo.

É dessa época a publicação de dois panfletos do MRT. Um deles, dirigido ao público em geral, concitava a população a participar da luta armada, que "culminará com a vitória da Revolução Socialista no Brasil e no mundo". O outro, dirigido às vitimas dos roubos de carros, procurava justificar essas ações, afirmando que o "seu carro foi requisitado por necessidade da Revolução".

Alguns dias depois das eleições, Devanir e Joaquim participaram de uma nova reunião da "frente", na qual "a VPR defendia a execução imediata dos sequestros, enquanto o MR-8 queria esperar uma melhor oportunidade".

---

[395] Esse sequestro está descrito no item 22 deste capítulo.

Em 14 de dezembro, o MRT participou, com a ALN, a VPR e o MRM, de um assalto frustrado a um carro-forte da Brink's, na Rua Paraíso, próximo à Praça Oswaldo Cruz. Apesar de metralhado e de ter um guarda de segurança ferido, o veículo de transporte de valores arrancou em alta velocidade e conseguiu escapar do bloqueio.

A última ação armada do MRT, em 1970, foi um puro ato de vingança contra um estacionamento de veículos na Água Funda, em razão de o carro da organização ter sido apreendido nesse local. No final de dezembro, seus militantes, com outros da ALN, atacaram o estacionamento com rajadas de metralhadora e coquetéis molotov, ateando fogo numa pequena casa ali existente, roubando um Volks e placas de automóveis.

Para o MRT, o ano terminava bem, apesar do "racha" do grupo do "Gaúcho". O ano seguinte, segundo seus militantes, seria marcado por ações mais espetaculares, dentre as quais o "justiçamento" do Delegado Sérgio Fleury, que era o grande inimigo da organização e que lhe combatia implacavelmente. Para isso, já estavam realizando os levantamentos em sua residência e nos locais que costumava frequentar. Contudo, seus militantes não esperavam que os primeiros meses de 1971 determinariam o fim da organização.

15. O surgimento do Movimento Revolucionário Marxista (MRM)

No início de 1970; alguns militantes da Ala Vermelha (AV), em Minas Gerais, entraram em divergências políticas com a organização e foram pedir auxílio ao MRT, contatando seu líder Devanir José de Carvalho.

Em maio, essa dissidência foi formalmente expulsa da AV. Seus integrantes deslocando-se para São Paulo e passaram a ser conhecidos como o "Grupo Mineiro". Em julho, o grupo criou o Movimento Revolucionário Marxista (MRM).[396]

Sem possuir uma linha política definida e uma estrutura concreta, seus militantes procuraram integrar-se ao operariado, realizando cursos no SENAI, com a finalidade de se capacitarem profissionalmente e realizarem trabalho de massa nas fábricas.

Nesse ano, entretanto, quatro militantes fundadores do MRM participaram de quatro ações armadas, todas na capital paulista, em "frente" com o MRT, a REDE, a VPR e a ALN.[397]

Com esses assaltos, o MRM conseguia o dinheiro necessário para a sua sobrevivência. Só no ano seguinte, definir-se-ia como uma verdadeira organização, estabelecendo uma estrutura e adotando uma linha política.

16. PCR: na prisão, "Capivara" vira "cachorro".

Com a prisão de Amaro Luiz de Carvalho ("Capivara"), seu primeiro dirigente, o Partido Comunista Revolucionário (PCR) resolveu reestruturar sua direção.[398] Nesse ano, o partido restringiu-se às atividades de pichações e panfletagens nas áreas urbanas de Recife, de Maceió, de João Pessoa e de Natal, além de prosseguir no aliciamento de camponeses na região de Ribeirão, em Pernambuco.

Enquanto isso, os depoimentos prestados por "Capivara", num regime de colaboração, iam aumentando o conhecimento da Secretaria de Segurança Pública de Pernambuco sobre o PCR. Em dezembro de 1969, os policiais ficaram satisfeitos quando o nome de "Capivara" foi incluído na lista dos que seriam trocados pela vida do embaixador suíço, sequestrado na Guanabara. A oportunidade de enviar um "cachorro" ao Chile era ímpar, e a polícia chegou a combinar um código para as comunicações sigilosas que seriam estabelecidas[399]. Na última hora, entretanto, a troca de "Capivara" por Vera Maria Rocha Pereira, militante do PCBR, frustrou a operação.

A fim de incrementar a tiragem de suas publicações, o PCR realizou, em 28 de dezembro de 1970, em Natal, um assalto a um departamento do Governo do Rio Grande do Norte, roubando mimeógrafos e máquinas de escrever. Apesar de o PCR ser contra os assaltos destinados a arrecadar dinheiro (motivo da expulsão de Zarattini), achava natural realizar aqueles que lhes possibilitasse obter bens materiais, como armamento, automóveis, material gráfico, etc., para suas atividades, que, diga-se de passagem, cada vez ficavam mais restritas.

---

[396] Foram os seguintes os criadores do MRN: Fernando Senna Pinto, Job Alves dos Santos, Milton Tavares Campos, Jaime de Almeida e Joana Darc Janssen Ferreira.

[397] Foram realizados os seguintes assaltos: ao Banco Itaú-América, em Vila Leopoldina; à Companhia de Cigarros Souza Cruz, no Cambuci, no qual morreu um guarda de segurança; à garagem da CMTC, na Avenida Imperatriz Leopoldina; e a um carro-forte da Brink's, na rua Paraíso (este frustrado).

[398] A direção passou a ser integrada por Manoel Lisboa de Moura e sua amante Selma Bandeira Mendes, Valmir Costa, Emanuel Bezerra dos Santos e sua amante Luíza Nóbrega e Rinaldo Claudino de Barros

[399] Na gíria policial, "cachorro" é o militante que passa a colaborar e a trabalhar para um órgão de informação.

17. O MR-8 intensifica as ações armadas

Após a miniconferência de dezembro do ano anterior, o MR-8 entrou em 1970 com nova Direção Geral.[400]

Editava os jornais "Avante" e "Resistência". Estava fortemente organizado na Guanabara, iniciando sua estruturação na Bahia, vista como o trampolim para o Nordeste. Possuía, também, dirigido por João Lopes Salgado, um trabalho de campo na Bahia, na região de Cangula, em Alagoinhas, e uma "área de recuo" no Rio de Janeiro, na região de Cachoeira de Macacu, para homizio e recebimento de militantes que viessem de outros países. Em janeiro e fevereiro, havia adquirido cerca de cinquenta revólveres Taurus, de calibre .38, além de quase cinco mil cartuchos.

Em 31 de janeiro, foi preso, em São Paulo, Fernando Paulo Nagle Gabeira, que havia participado do sequestro do embaixador americano. Seus depoimentos foram decisivos para a identificação de diversos militantes, e, através deles, iniciaram-se as investigações para suas localizações[401].

No início de fevereiro, houve uma reestruturação do MR-8, com a criação da Unidade Externa (UEx), no lugar da Frente Operária.

Para a Bahia, foram deslocados Carlos Alberto Vieira Muniz e Lúcia Maria Murat Vasconcelos, enquanto o trabalho de campo recebeu o reforço de um grupo de Avelino Bioni Capitani, que se havia incorporado ao MR-8, no Chile.

Na noite de 16 de fevereiro, a polícia encontrou o "aparelho" da Rua Montevidéu, nº 391, na Penha/GB, onde a direção do MR-8 fazia uma reunião. Avisados, os militantes reagiram a tiros, baleando o policial Daniel Balbino de Menezes.[402]

Após diligências processadas noite a dentro, em busca de um táxi que havia levado um dos terroristas feridos, chegou-se ao apartamento da Rua Taylor, onde foi preso José Ruivo de Pereira e Souza. Pela janela dos fundos do apartamento, José Roberto Spiegner escapou espetacularmente. Foi encontrado, pouco depois, embaixo da cama, em uma casa da Rua Joaquim Silva. O policial subiu rapidamente na cama e o tiro disparado por José Roberto não conseguiu atravessar o colchão. Após tiroteio travado com o outro agente que chegara à porta do quarto, ali morria José Roberto Spiegner, com um tiro na cabeça.

Não acabaram aí as desventuras do MR-8 nesse início de ano. Em seis de março, sete militantes faziam panfletagem na Avenida Suburbana, próximo a Inhaúma. Ao serem abordados por uma RP, abandonaram dois Volks e refugiaram-se numa pedreira localizada na Estrada Velha da Pavuna. Cercados, após intenso tiroteio, foram presos Daniel Aarão Reis Filho, membro da DG, Vera Sílvia Araújo Magalhães, ferida no pulmão e no maxilar, Pedro Alves Filho, baleado no braço, e Jorge Alves de Almeida Venâncio, além do casal Paulo César Farah e Regina Maria Toscano Farah.[403]

As declarações dos militantes presos, particularmente as de José Ruivo, de Daniel, de Vera Sílvia e de Jorge Alves, proporcionaram as "quedas" de diversos "aparelhos" e militantes.

Em 24 de março, o Grupo de Fogo (GF) assaltou a Kombi do Banco Irmãos Guimarães, na Rua Almirante Gavião, roubando um revólver e o próprio veículo, onde foram encontrados, apenas, malotes com cheques e papéis contábeis.

Na tarde de 15 de abril, parte do GF assaltou a Agência Ramos da União de Bancos Brasileiros, na Rua Cardoso de Moraes, 542, de onde foram levados 15 mil cruzeiros novos. Com a prisão, alguns dias depois, de Sonia Regina Yessin Ramos, que havia participado desse assalto, pôde-se levantar dados que levaram à prisão, entre 22 e 26 de abril, dos três membros da DG, Cid de Queiroz Benjamin, Samuel Aarão Reis e Carlos Bernardo Wainer, além de diversos outros militantes de menor expressão, entre eles Cláudio Cardoso Campos.[404]

Nesses quatro primeiros meses de 1970, o MR-8 perdia cinco membros da DG, além de quadros do GP e de outras frentes[405].

---

[400] O novo DG era constituído por Daniel Aarão Reis, José Spiegner, Cid de Queiroz Benjamin, que comandava o Grupo de Fogo (GF), Stuart Edgard Angel Jones, que dirigia a Frente de Camadas Médias.

[401] Fernando Gabeira, nessa época, estava atuando no subsetor operário da ALN/SP. Foi banido para a Argélia, em 15 de junho de 1970, em troca da vida do embaixador alemão. Posteriormente, fez curso em Cuba com o codinome de "Ignácio", tendo retornado ao Brasil em 1º de setembro de 1979.

[402] Na ocasião, fugiram Daniel Aarão Reis, José Roberto Spiegner, Cid de Queiroz Benjamin, Vera Silvia Araújo Magalhães, Carlos Augusto da Silva Zílio e mais um militante não identificado.

[403] Daniel e Vera Sílvia seriam banidos em 15 de junho para a Argélia, enquanto Pedro Alves o seria em 13 de janeiro de 1971, para o Chile.

[404] Alguns anos mais tarde, com o pseudônimo de "Daniel Terra", Cláudio Cardoso Campos escreveria diversos trabalhos sobre a linha política do MR-8. Considerado como o seu maior teórico, Cláudio é, hoje, o1º dirigente da organização.

[405] Nessa época, foi constituído novo DG, com Carlos Alberto Vieira Muniz, designado comandante e chefe, Stuart Edgard Angel Jones, João Lopes Salgado e Sérgio Rubens de Araújo Torres, que havia participado do sequestro do embaixador americano.

Em junho, João Lopes Salgado e Alexandre Lyra de Oliveira, disfarçados de funcionários da Light, entraram na residência do industrial José Carlos Leal, no Leblon, acobertados por outros militantes do GF. Em face da reação da vítima, fugiram, depois de Salgado ter baleado o industrial.

Em julho, descontentes com os procedimentos adotados no sequestro do embaixador alemão, cinco militantes que haviam participado dessa ação deixaram a VPR e integraram-se ao MR-8. Ao mesmo tempo, por outras razões, mais três militantes da VPR também entraram no MR-8. Com o reforço desses oito militantes, o GF do MR-8 realizou, nesse mês, quatro assaltos: a uma garagem na Rua Cirne Lima, da qual levaram três Volks e algumas placas; à Casa da Banha, na Tijuca; à residência do Sr. Adam Valock, em Copacabana, onde roubaram o cofre, com 5 mil cruzeiros novos, 3.500 dólares e uma coleção de moedas estrangeiras[406]; e a distribuidora da Kibon, em Copacabana, quando foram roubados quase 15 mil cruzeiros novos; e Sérgio Landulfo Furtado baleou um guarda.

Na tarde de 13 de setembro, sob o comando de João Lopes Salgado, onze militantes do MR-8 assaltaram a Churrascaria Rincão Gaúcho, na Tijuca, em “frente” com a CR/GB da ALN, onde roubaram cerca de 30 mil cruzeiros novos. Irritados com os dizeres “Ninguém segura o Brasil”, colado num painel de vidro, explodiram-no com uma bomba, e deixaram outra no local, posteriormente, desativada pela polícia.

Nesse mês, o MR-8 recebeu o reforço de três militantes que saíram da ALN[407] e transformou o GP em Grupo Político-Militar (GPM). Dois foram criados, sob os comandos de João Lopes Salgado e Sérgio Landulfo Furtado.

Os GPM, além de realizar os assaltos e “justiçamentos”, tinham a missão de fazer a propaganda armada, através da distribuição de gêneros alimentícios nas favelas e do sequestro de gerentes de supermercados. Em outubro, os militantes do GPM realizaram dois assaltos: no dia 4, ao posto de gasolina Shell, no Flamengo, roubando 8.500 cruzeiros novos; e, no dia 30, ao depósito da Coca-Cola, na Gávea, onde roubaram 13 mil cruzeiros novos.

Em novembro, depois do assalto a uma loja de loteria esportiva, no Flamengo, onde foram roubados 3 mil cruzeiros novos, os dois GPM foram unificados, sob o comando de Roberto Chagas da Silva.

No dia 13, César de Queiroz Benjamin, o “Menininho”, quando “cobria um ponto” na Rua Visconde de Itamarati, próximo da Igreja Divino Salvador, no Encantado, com Sônia Eliana Lafoz e Caio Salomé Souza de Oliveira, trocou tiros com os componentes de uma radiopatrulha. Ferindo dois policiais, os três militantes conseguiram fugir. Caio foi baleado na mão e Sônia, ferida de raspão na cabeça e na perna.

Às 11h30min, de 20 de novembro de 1970, sob o comando de Mário Prata, o MR-8 assaltou o Banco Nacional de Minas Gerais, Agência Ramos[408]. Enquanto se processava o assalto, chegaram um carro-forte do banco e seus integrantes. Imediatamente, entraram em intenso tiroteio com os terroristas. Ficaram feridos dois guardas e um transeunte, a 16m de Stuart Edgard Angel Jones, baleado no joelho. Os militantes levaram mais de 55 mil cruzeiros novos e um revólver Taurus calibre .38; e fugiram em três carros, depois de picharem o muro, em frente ao banco, com a frase “Comando Joaquim Câmara Ferreira.[409] Na Avenida Brasil, na altura de Bonsucesso, quando faziam o transbordo de Stuart, os militantes foram atacados por um guarda que os havia seguido. Alexandre Lyra de Oliveira foi baleado no ombro e nas costas, enquanto o guarda caía atingido por um tiro de espingarda desfechado pelo “Menininho”.

Em 27 de novembro, Mário Prata, “Menininho”, Marilena, Roberto das Chagas, Manoel Henrique, Gradel e José Carlos Avelino assaltaram os dois policiais militares que davam guarda no Mirante Dona Marta, ponto turístico em Botafogo, levando-lhes dois revólveres e suas fardas. Na ocasião, feriram a coronhadas o Tenente do Exército Flávio Amarante Ribeiro, que passeava no local com a família.

Para encerrar o ano de 1970, em 29 de dezembro, o MR-8 assaltou a Kombi de transporte de valores do Moinho Inglês, em São Cristóvão, o que lhe proporcionou 33 mil cruzeiros novos.

Quase duas dezenas de carros roubados e catorze assaltos foi o saldo da organização, naquele ano. Em compensação, teve dezenas de militantes presos, e um deles, morto, membro da DG. No ano seguinte, a linha militarista do MR-8 continuaria a prevalecer, com a realização de dezenas de ações armadas.

18. A cisão e a crise do POC

---

406 Ao ser assaltado, o Sr. Adam iniciou um discurso, dizendo que também era comunista, César de Queiroz Benjamin, o “Menininho”, não querendo perder tempo, desfechou-lhe uma coronhada com o revólver.

407 Eram eles: José Carlos Avelino da Silva, Mario de Souza Prata e sua companheira, Marilena Villas-Boas Pinto.

408 No banco, entraram Mário Prata, Sérgio Landulfo Furtado, Alexandre Lyra de Oliveira, José Carlos, Avelino da Silva e Dirceu Grecco Monteiro. Na cobertura, junto à porta, ficaram Zaqueu José Bento e Manoel Henrique Ferreira. Na rua, como cobertura externa, estavam Stuart Edgard Angel Jones, César de Queiroz Benjamin, Nelson Rodrigues Filho, Marilena Villas-Boas Pinto e José Maurício Gradel.

409 Homenagem do MR-8 a “Toledo”, da ALN, falecido em 23 de outubro de 1970.

Em janeiro de 1970, a SR/SP do Partido Operário Comunista (POC) realizou, em um sítio, perto de São Roque, uma Conferência Regional. Foram discutidos a realização das ações armadas, o trabalho operário e o trabalho estudantil. Houve divergências sobre a prioridade a ser estabelecida entre a execução de "expropriações" e a efetivação de tarefas no meio operário. Acentuaram-se as divergências surgidas por ocasião da Reunião Ampliada Nacional (RAN) de julho de 1969.

Os militantes ligados à "Tendência Proletária" defendiam a realização do trabalho operário nos sindicatos legais e não aceitavam a realização das ações armadas. Os "voluntaristas" faziam uma aberta opção pelo trabalho armado e sugeriam a criação de "Uniões Operárias" clandestinas, para a atuação no movimento operário.

A Conferência Regional serviu para aflorar e aguçar as divergências entre as duas correntes do POC, coexistentes, de forma tácita, desde a Reunião Ampliada Nacional. Na reunião, foi reeleita a direção da SR/SP, composta por militantes "voluntaristas".[410]

O rompimento inevitável efetivar-se-ia em fevereiro, durante uma reunião realizada na residência de Éder Simão Sáder. Ao final do encontro, Éder e seus liderados retiraram-se do POC, reafirmando a intenção de criar uma organização voltada exclusivamente para o trabalho operário. Após o "racha", a direção do POC foi reformulada[411].

Terminada a reunião, as duas correntes mandaram emissários às diversas SR, tentando "ganhá-las" para suas posições. Ao final da disputa, o POC ficou com a maioria nas SR de São Paulo e do Rio Grande do Sul e um pequeno núcleo na Guanabara. Minas Gerais, Guanabara, Bahia e Paraná acompanharam a "Tendência Proletária", na fundação da Organização de Combate Marxista-Leninista-Política Operária (OCML-PO).

Enquanto ocorriam as reuniões entre as duas correntes, os "voluntaristas" aprofundavam o relacionamento do POC dentro da Frente de Mobilização Revolucionária (FMR) e estruturavam o Setor Especial.

No dia 25 de março, o Setor Especial partiu para a prática. Tendo Fábio Marenco como motorista, um, bando entrou na Agência do Banco Itaú-América da Rua Guaipá. Na cobertura, havia um Volkswagen, com Eduardo Leite e Fernando Kolleritz, da REDE, e outro, com Devanir José de Carvalho e Antônio André Camargo Guerra, do MRT.

Durante o assalto, aproximou-se do banco um carro de transporte de valores da Brink's. Assustado, Fábio Marenco fugiu com o Volkswagen. Devanir, com a experiência de muitas ações anteriores, rendeu um dos guardas do carro-forte, facilitando a fuga da gangue, a pé.

No final de maio, a Direção Nacional do POC resolveu suspender a realização de ações dentro da FMR. A decisão do Comitê Nacional descontentou os militantes do Setor Especial, Antônio Pinheiro Sales e Paulo Walter Radtke, que passaram a fazer contatos independentes com a VPR.

Em consequência desta rebeldia, e por haverem tentado apropriar-se das armas da organização, os dois foram expulsos do POC no final de maio. Antônio e Paulo dirigiram-se para o Rio Grande do Sul, onde, reunindo antigos contatos, fundaram o Movimento Comunista Revolucionário (MCR).[412]

Em julho, a direção nacional tomou a deliberação de suspender definitivamente a realização de ações armadas, em "frente" ou isoladamente.

Mais tarde, realizou-se uma reunião do POC com a VAR-Palmares. Foi criado o "Comitê Revolucionário Permanente" (CRP), composto pelas três organizações. O CRP tinha o objetivo de discutir as linhas das três organizações, as quais se aproximavam, visando a uma futura fusão. Para o POC, configuraria a concretização da Frente de Esquerda Revolucionária (FER), aspiração antiga contida no Programa Socialista para o Brasil (PSB).

O CRP chegou a reunir-se três vezes, mas, com a prisão de Régis Stephan, em agosto, o comitê deixou de contar com a participação do POC. O sucesso do CRP ficou comprometido não só pela prisão de Régis, mas por divergências internas dentro das próprias organizações.

A prisão de Régis Stephan desarticulou o POC. Muitos militantes, dentre eles dirigentes, abandonaram a organização, alguns indo para o exterior.[413] O Comitê Nacional estava reduzido, com as prisões e desistências, e buscou a rearticulação da organização por meio da realização da Conferência Nacional.

A Conferência Nacional foi antecedida por Conferências Regionais em São Paulo e no Rio Grande do Sul. Duas tendências persistiam no partido. Uma era representada por Fábio Oscar Marenco dos Santos, e a outra, pela dupla, Luís Eduardo da Rocha Merlino e Ângela Maria Mendes de Almeida.

---

[410] Compunham a direção da SR/SP: Régis Stephan de Castro Andrade, Helena Sumiko Hirata, Laurindo Martins Junqueira Filho, Luís Eduardo da Rocha Merlino e Gilberto Mathias ("Túlio").

[411] A direção passou a ser constituída por: Emir Simão Sáder, Fabio Oscar Marenco dos Santos, Flávio Koutzi, Ângela Maria Mendes de Almeida e Régis Stephan de Castro Andrade.

[412] Apesar de não estarem mais integrados à frente, o POC e a FMR prosseguiram auxiliando-se mutuamente. Devanir de Carvalho entregou a Mauricio Franjam um lote de espelhos para confecção de carteiras de identidade, carteiras de motorista e títulos de eleitor. Em contrapartida, o POC "guardou" os militantes Gilberto Faria Luís e Valer Neves Antunes, que haviam saído da área de treinamento em Registro/SP.

[413] A perseguição policial no Rio Grande do Sul obrigara os dirigentes da SR a homiziarem-se e a fugirem. Flávio Koutzi, sua amante Maria Regina Jacob Pilla e Marco Aurélio de Almeida Garcia abandonaram suas obrigações na secretaria e buscaram refúgio no exterior.

Fábio criticava os métodos de discussão empregados pela tendência oposta. Defendia a tese de que a esquerda perdera sua oportunidade histórica e seria preciso começar do nada para construir-se uma organização realmente capaz de influir na política nacional. A outra tendência reconhecia que as teses continham desvios e erros, mas, a partir delas, tomadas criticamente como base, é que seria possível avançar.

Apesar das divergências, as duas tendências defendiam essencialmente o mesmo plano de ação, insistindo ambas na necessidade do atendimento de um mesmo conjunto de tarefas, abrangendo a formação teórica dos militantes, o preparo de uma infraestrutura orgânica eficiente e a manutenção e ampliação dos poucos núcleos de trabalho operário existentes.

Em novembro, em São Paulo, foi realizada a Conferência Nacional do POC. Saiu vitoriosa a tese de direcionar o POC para o trabalho de doutrinação, reaproximando-o da OCML-PO. A Conferência reconstituiu o Comitê Nacional, desfigurado pelas deserções e fugas para o exterior[414] e o Comitê Nacional escolheu uma Secretaria Executiva Nacional (SEN).

A reconstituição do CN e o remanejamento de quadros não escondiam a crise enfrentada pelo POC. Flávio Koutzi, membro da direção, foi para o exterior antes da Conferência Nacional. Depois dela, Ângela Maria Mendes de Almeida, Gilberto Farias, Helena Sumiko Hirata e Emir Simão Sáder, todos militantes em de nível de direção, deixaram o País. Além dos dirigentes, cerca de dez militantes abandonaram a organização. Em seguida, no início de 1971, a dirigente regional Ruth Santana Brandecer morreu num acidente automobilístico na Argentina, quando retornava do Chile.

A Conferência Nacional apenas estagnou a crise latente no POC, que ia manifestar-se mais agudamente no segundo trimestre de 1971.

19. O surgimento da OCML-PO

Após o rompimento com o POC, a Tendência Proletária, liderada por Éder Simão Sáder, realizou um Ativo Nacional, em abril de 1970. Da reunião, participaram representantes da Bahia, de Minas Gerais, do Paraná, da Guanabara e de São Paulo.

No Ativo, ficou resolvido que a nova organização, denominada Organização de Combate Marxista-Leninista-Política Operária (OCML-PO), passaria a editar o jornal "Política Operária" (PO), de responsabilidade do Comitê Nacional (CN), e a "Tribuna de Debates" (TD), publicação de circulação interna para que os militantes e colaboradores pudessem expor suas opiniões. Além destas publicações, o CN da OCML-PO propôs-se a publicar o Boletim Interno (BI), destinado a militantes e a simpatizantes, no qual seriam veiculadas orientações de interesse imediato da organização.

Durante o Ativo, foi escolhido o Comitê Nacional Provisório e foram distribuídas funções e responsabilidades.[415]

A Secretaria Executiva Nacional (SEN) do POC foi substituída pelo Bureau Político (BP), na OCML-PO. Em princípio, o BP ficou constituído pelos quatro membros efetivos do CN.

A OCML-PO, abominando o militarismo, dava ênfase ao trabalho junto ao operariado, procurando manter-se fiel ao Programa Socialista para o Brasil (PSB), aprovado no IV Congresso da ORMPO, em setembro de 1967.

Em curto prazo, a organização tinha como objetivo a penetração na classe operária, a fim de, em médio prazo, realizar a doutrinação marxista-leninista e a conscientização do operariado para as lutas econômicas e políticas. Em longo prazo, a OCML-PO previa a revolução socialista realizada pelos trabalhadores da cidade e do campo.

Em abril de 1970, a OCML-PO divulgou a sua "Declaração Política", considerada o primeiro documento doutrinário da organização. O texto diagnosticava a debilidade da esquerda, pela falta de ligação com o operariado e pela supremacia de concepções burguesas dentro do movimento. Na outra ponta, a debilidade da classe operária era assinalada pela falta de uma organização independente e de consciência política. A declaração preconizava a criação do Partido Revolucionário e não descartava as atividades armadas, consideradas indispensáveis, desde que orientadas para o trabalho de organização de classe.

Esta organização deveria ser orientada para as áreas mais importantes selecionadas, chamadas "polos proletários".

"O ponto mais débil no movimento operário é a ausência de organismos de luta dos trabalhadores da cidade e do campo", afirmava o texto da OCML-PO. Para corrigir esse desvio, era orientada a constituição de "comitês de empresas" nos setores mais avançados da classe operária. Pelo exemplo, a classe operária invectivaria a mobilização do povo e estimularia a luta camponesa. O combate à estrutura sindical vigente, "vinculada ao Ministério do Trabalho", seria conduzida através de oposições sindicais, atuantes nas bases das empresas, com o objetivo de "minar os alicerces dos sindicatos oficiais".

---

[414] A direção nacional ficou composta por: Fábio Oscar Marenco dos Santos; Wladimir Melo Ungaretti; Alberto Augusto Júnior, responsável pelo Setor de Formação de Quadros; Ana Mércia Silva, responsável pelo Setor Interno; Ricardo Prata Soares, responsável pelo Setor de Imprensa; Hélio Bento Miranda Cunha e Laurindo Martins Junqueira Filho.

[415] Éder Simão Sáder, Lídia Acerboni, José Luiz Homem da Costa e Pedro Ivo Furtado foram escolhidos como membros efetivos do Comitê Nacional.

Finalizando, a OCML-PO admitia, na construção do partido da classe operária, a constituição de frentes e alianças com outras organizações, desde que subordinadas ao compromisso de mobilização da classe.

Os problemas de segurança para a OCML-PO começariam cedo. No dia 27 de abril de 1970, foram presos em Salvador vários estudantes secundaristas. Todos menores, estavam atuando no Movimento de Organização e Luta (MOL), uma organização de frente do movimento secundarista da Bahia, promovido pelo POC, e que seria encampado pela OCML-PO.

O organismo estudantil clandestino tinha uma coordenação geral que orientava os Comandos de Ação (CA) – grupos de quatro a cinco estudantes – por meio de assessores. O MOL, a semelhança do Movimento Universidade Crítica (MUC) – organização de frente para o movimento universitário, criada pelo POC, e que seria orientada mais tarde pela FB-PO –, tinha a finalidade de aliciar e doutrinar estudantes para atuação nas organizações subversivas. O MOL tinha como orientadores os militantes da OCML-PO Aderbal Caetano de Burgos e Jaime de Almeida Cunha.

No dia 19 de maio, pouco tempo depois do Ativo, foi "estourado" um aparelho em Santo Amaro, Recife. Os contatos da OCML-PO foram todos presos em Recife.[416.]

Os contatos da OCML-PO ficaram perdidos no Estado de Pernambuco.

O trabalho na Guanabara conseguiu desenvolver-se no movimento estudantil. Em meados de 1970,

a SR/GB realizou o Ativo Regional, no qual foi escolhido um novo secretariado.[417]

A Seção Regional da Guanabara tinha três setores: Interno (SI), Estudantil (SE) e Operário (SO).[418] Publicava, através do SI, o jornaleco "Proletário". Quanto ao seu SE, aos poucos afastou-se da organização e constituiu um grupo com tendência e disciplina próprias, assumindo, a partir de novembro de 1970, a denominação de fração.

Em São Paulo, a direção nacional da OCML-PO confundia-se com a SR/SP. O Setor Interno (SI) da direção nacional era responsável pela tiragem mensal do jornal "Política Operária" (PO). O Setor de Organização Nacional (SON), em fase de estruturação, teria a responsabilidade de distribuição do material impresso às SR, de recolhimento das contribuições financeiras dos Estados e da confecção de documentação "fria". Em âmbito regional, a SR/SP dava "assistência" ao Setor Estudantil (SE) e ao Setor Operário (SO).[419]

No Paraná, foi realizado um Ativo Regional, em Caiobã. A SR/PR orientava as atividades do Setor Central de Organização Interna (SCOI) e do Setor Político. Com as investigações sobre o afogamento de Francisco Dias Vermelho, em um sítio próximo a Curitiba, no início de agosto de 1970, iniciaram-se as prisões que desarticularam o trabalho da OCML-PO no Estado do Paraná. As atividades no movimento estudantil de Curitiba e na célula do Norte – com sede em Apucarana –, onde se desenvolvia um trabalho camponês, foram suspensas, e a OCML-PO perdia mais um ponto em sua articulação nacional.

O trabalho na Bahia não chegou a ter expressão. Limitou-se a um esforço de aliciamento no movimento estudantil, visando a um trabalho no setor operário. Em setembro, iniciaram a publicação de um jornal clandestino, "A Faísca", que era distribuído nos ônibus dos bairros operários e na Petrobras.

Dessa forma, o ano de 1970 representou um esforço da OCML-PO em montar a sua estrutura, voltada preferencialmente para a organização da classe operária. Entretanto, os "comitês de empresa" preconizados pela " Declaração Política" não surgiram, evidenciando que a organização herdara de suas antecessoras a dificuldade de penetração no proletariado.

20. MCR: uma fugaz rebeldia no POC

O inconformismo com a suspenção das ações armadas no POC provocou uma manifestação de rebeldia em dois militantes do Setor Especial.

---

[416] Foram presos: Perry Thadeu de Oliveira Falcon ("Romero"), sua irmã, Yara Ceei de Oliveira Falcon ("Tina"), Paulo Rodrigues do Nascimento ("Maia") e Stéfane Brito Lins.

[417] O Secretariado era composto por: Aderbal Caetano de Borges, Carlos Roberto Tibúrcio de Oliveira, João Antônio Arnold Heródia e "Orlando".

[418] O SI, "assistido" por Aderbal Caetano de Borges, controlava o arquivamento e a distribuição de material escrito, o reconhecimento e a contabilidade das contribuições, bem como o cadastramento de colaboradores e simpatizantes. O SO, sob a responsabilidade de "Orlando", não conseguiu fazer recrutamento no meio operário, retratando a incapacidade crônica da organização de conseguir um relacionamento mais íntimo com o proletariado. O Setor Estudantil (ME), sob a liderança de Nilton Behalis dos Santos, ao crescer, sentiu-se desprestigiado pela pouca importância atribuída ao Movimento Estudantil (ME) nas diretrizes da Organização.

[419] O SO, "assistido" por Luiz Carlos de Almeida, desenvolvia o trabalho operário através de duas células na Região do ABC. Existia, ainda, um trabalho operário na Grande São Paulo, orientado por Lídia Acerboni. O setor chegou a publicar alguns números do jornal "Avante Operário". O SE, praticamente, não existia, pois a partir da cisão com o POC, a OCML-PO ficou sem militantes estudantis.

Em julho de 1970, reunindo um pequeno grupo de jovens comunistas, o MCR resumiu-se a oito militantes e alguns simpatizantes, que não chegaram a definir uma estrutura de organização.[420]

Finalmente, no dia 10 de dezembro de 1970, os assaltos à Agência do Banco Itaú-América S.A. e à Farmácia do Hospital Nossa Senhora da Conceição, em Porto Alegre, foram a última "manifestação política" do MCR. Entre os dias 11 e 15 de dezembro, foram "estourados" cinco "aparelhos" em Porto Alegre, ou seja, três da VPR e dois do MCR, quando ocorreu granda apreensão de grande quantidade de armamento e munição.

O grupo foi extinto com a prisão de Antônio Pinheiro Sales, Paulo Walter Radtke, Brilo Kan-Iti Suzuki, Juarez Santos Alves, Cezar Cresqui e Mailde Cresqui. Ao tomar conhecimento da onda de prisões, Hélio Zamir Sanchotene Trindade se suicidou em Porto Alegre.

Na sua curta existência de cinco meses, o MCR demonstrou a desorientação e o despreparo na aventura armada da revolução comunista brasileira, que nos atirava em mais uma tentativa de tomada do poder.

21. VPR: meses de planejamento e sigilo

A VPR iniciou o ano de 1970 com uma linha política estabelecida no seu último congresso, de novembro do ano anterior, logo após o "racha".

Em janeiro, o Comando Nacional (CN) expediu o "Informe nº 3", no qual analisava a situação do País, da esquerda e da organização, e estabelecia um plano de trabalho para o ano. Ao mesmo tempo, publicou parte dos documentos aprovados no congresso, dos quais se destaca o capítulo referente à "Propaganda Armada".

Depois de considerar o novo Presidente eleito – General Emílio Garrastazu Médici – "um militar totalmente inexpressivo" e o novo governo "politicamente mais fraco desde 1964", a VPR apontava o seu inimigo: a burguesia.

Privilegiando a luta armada como a única forma de tomada do poder, a VPR estabelecia duas tarefas fundamentais para esse ano: a propaganda armada e a guerrilha rural.

Para a organização, a agitação e a propaganda não deveriam, como até agora acontecia, simplesmente inocular nas massas a necessidade de fazer a revolução, mas mostrar-lhes um quadro revolucionário pronto, para que nele ingressassem, inicialmente, a reboque da vanguarda.

Dentre as ações de propaganda armada, a VPR as caracterizava em três tipos: as "de repercussão nacional, de grande vulto"; as "de repercussão local"; e as "de repercussão interna, dentro da vanguarda, como troca de prisioneiros, 'justiçamento' de torturadores, etc.". Nestas últimas ações, a VPR enquadrava os "justiçamentos" dos "dedos-duros" e dos "traidores", condenados por um "tribunal revolucionário", que poderiam ou não ser divulgados pela organização.[421]

Sobre a guerrilha rural, a segunda tarefa fundamental desse ano, a VPR afirmava que ela seria desencadeada através de três fases:

– na primeira, a preparação dos quadros em áreas de treinamento;[422]

– na segunda, a implantação de Área Tática (AT), onde seriam desencadeadas guerrilhas irregulares;

– na terceira, a Coluna Móvel Guerrilheira, de fundo estratégico, que seria o embrião do Exército Popular.

Na carta endereçada "Aos Comandantes de Unidades de Combate", com data de sete de janeiro, Carlos Lamarca afirmava que "a palavra de ordem é aguçar a luta, em todos os níveis, em todos os lugares".

Para realizar todo esse ambicioso plano, a VPR precisava ter uma organização dinâmica que lhe permitisse, com mais facilidade, acionar suas bases, sem os entraves de uma estrutura complexa, com excessivos comandos intermediários.

Seu CN era composto por três militantes: Carlos Lamarca, nomeado comandante em chefe; Ladislas Dowbor ("Jamil"); e Maria do Carmo Brito. Ligadas diretamente ao CN, havia as Unidades de Combate (UC), na Guanabara, em São Paulo e no Rio Grande do Sul. Apesar de falarem, comumente, em Comando Urbano e Comandos Regionais, eles não existiam como organismos estruturados. O comando da UC confundia-se com o comando regional.

Na Guanabara, havia duas UC. Uma era denominada de "João Lucas Alves" (UC/JLA), comandada por José Ronaldo Tavares de Lira e Silva, ex-sargento do Exército, e possuía duas bases[423]. Essa UC, como as demais, possuía uma vida

---

[420] Aderiram à dupla Paulo Radtke e Antônio Pinheiro Sales os seguintes elementos: Brilo Kan-Iti Suzuki, Cezar Cresci, Hélio Zamir Sanechetne Trindade, José Angeli Sobrinho, Ulisses Arpini, Ivan Barache Ferreira, Juarez Santos Alves e Milula Creasqui.

[421] As discussões sobre a propaganda armada durariam todo esse ano e seriam intensificadas em dezembro, a partir do sequestro do embaixador suíço.

[422] A VPR já havia feito um treinamento, de outubro a dezembro de 1969, e, naquele momento, janeiro de 1970, iniciava a implantação de uma nova área de treinamento, na região de Registro.

[423] A primeira base era coordenada por Darcy Rodrigues, ex-sargento do Exército, e integrada por Gerson Theodoro de Oliveira, sua companheira Tereza Ângelo, Maurício Guilherme da Silveira e Flávio Roberto de Souza; e a segunda, coordenada por José Maurício Gradel e integrada por Sônia Eliane Lafoz, Jesus Paredes Soto, Adair Gonçalves Reis e Cristóvão da Silva Ribeiro.

própria, com o Setor de Imprensa, o de Documentação, o de Inteligência, e a Base Médica, onde se destacava Almir Dutton Ferreira[424]. A outra UC estava em gestação e foi denominada “Severino Viana Colou”. Era comandada por Herbert Eustáquio de Carvalho, um estudante de Medicina, homossexual, vindo do COLINA de Minas Gerais[425]. Essa UC era encarregada de executar pequenas ações. Integrada, fundamentalmente, por militantes oriundos do Comando Secundarista (COSEC), possuía duas bases.[426]

Em São Paulo, havia apenas a UC coordenada por José Raimundo da Costa, que possuía cerca de vinte militantes, e que, em seguida, passaria para a coordenação de Ladislas Dowbor. No Rio Grande do Sul, havia a UC “Manoel Raimundo Soares” (UC/MRS), dirigida por Félix Silveira Rosa Neto.[427]

Além da área urbana, a VPR passava, nesse início de ano, a dar maior atenção ao trabalho de campo dirigido pelo próprio Lamarca. Estava iniciando os trabalhos na área de treinamento do Vale do Ribeira, na região de Registro, em São Paulo, e implantava a futura Área Tática (AT), na região de Três Passos, no norte do Rio Grande do Sul. Fracassara a tentativa de criar uma AT com José Clayton da Silva Vanini e Isko Germer, ex-tenente da PM gaúcha. Essa UC havia sido reforçada, em dezembro de 1969, com a entrada de mais de uma dezena de militantes oriundos do POC.

A mando da organização, Antônio Nogueira da Silva Filho comprara uma fazenda no interior goiano, mas “desbundou” (ou seja, desistiu da subversão) e pediu para sair. Julgado por um Tribunal Revolucionário, por pouco não foi “justiçado”, sendo expulso pela contagem de 2 x 1, com o voto isolado a favor do fuzilamento.[428]

Em termos de “frente” com outras organizações, a VPR participava com a ALN, a REDE, o POC e o MRT. A VPR fazia, também, contatos com o grupo denominado de Frente de Libertação Nacional (FLN), liderado pelo ex-major do Exército Joaquim Pires Cerveira, chamado, pelos militantes da VPR, de “comandante arco-íris”, pela indefinição de sua ideologia. Juntas, VPR e PLN realizaram planejamentos de diversas ações, dentre os quais o do sequestro do embaixador alemão, na Guanabara.

Nesse início de 1970, os órgãos de segurança empenhavam-se em descobrir as infiltrações da VPR no Exército, através das declarações do ex-cabo José Mariane Ferreira Alves. Preso, o Capitão Altair Luchesi Campos negou peremptoriamente as suas 1igações com a VPR e com Lamarca. Acareado com o cabo[429], em prantos, o Capitão Luchesi confessou suas ligações com a organização.

No exterior, a VPR iniciava a montagem de uma estrutura em Cuba, onde se encontrava Onofre Pinto, banido em setembro do ano anterior. Inclusive, já havia conseguido recrutar diversos marinheiros do ex-MNR que possuíam curso de guerrilha realizado em Cuba. Ao longo dos meses seguintes, esses militantes integrar-se-iam à VPR, no Brasil.[430]

Nos dois primeiros meses do ano, a VPR decidiu diminuir o ritmo de suas ações, a fim de não arriscar alguma prisão que pudesse por em risco à área de treinamento. O sigilo era prioritário.

Sua única ação armada, nesse período, foi o assalto ao Centro de Transmissores de Manguinhos, perto da Avenida Brasil, na Guanabara, realizado em 30 de janeiro. Quatro militantes fardados de militares da Aeronáutica subjugaram a guarda da FAB e levaram três fuzis e algumas fardas.

Apesar de limitar suas ações, o mês de fevereiro não foi bom para a VPR, em São Paulo. Na tarde do dia 20, por acaso, quando quatro policiais-militares faziam diligências para apurar um furto de carro, foi localizado um “aparelho” da VPR no Jardim das Cerejas, em Atibaia. Assim que chegaram à casa, os PMs foram recebidos a tiros de FAL, disparados por Antônio Raimundo de Lucena, que mataram o 3º Sargento Antônio Aparecido e feriram o 2º Sargento Edgar Correa da Silva. Antônio Raimundo morreu no tiroteio que se seguiu, enquanto sua esposa, Damaris de Oliveira Lucena, foi presa. No

---

424 Os responsáveis eram os seguintes militantes: Melcides Porcino da Costa e sua companheira Ieda dos Reis Chaves – Documentação; Celso Lungaretti, Maria Aparecida Peccinini Dulley – Inteligência; e Almir Dutton Ferreira – Base Médica.

425 Ao dirigir-se para a área de treinamento da guerrilha, em Registro, Herbert foi substituído por Juarez Guimarães de Brito.

426 A primeira, coordenada por Alex Polari de Alverga, era integrada por sua companheira Lúcia Velloso Maurício, por Paulo Cesar de Amorim Chagas e Vera Lúcia Timóteo; a segunda, coordenada por Alfredo Hélio Sirkis, constituía-se de Júlio Cesar Covello Neto e Marco Antônio Esteves da Rocha.

427 Integrada pela companheira de Felix Silveira Rosa Neto, Eliana Lorentz Chaves, Fernando Damatta Pimentel, Irgeu João Menegon, Luiz Carlos Dametto, José Clayton da Silva Vanini e Isko Germer, ex-tenente da PM gaúcha.

428 O Tribunal, constituído por Celso Lungaretti, Ladislas Dowbor e Carlos Alberto Soares de Freitas, expulsou-o em 24 de setembro de 1969. Com medo, Antônio Nogueira da Silva Filho, ainda em 1969, fugiu para Milão, na Itália.

429 Ao ser acareado com o cabo, este lhe disse: “Vamos ser homens, Capitão! Eu caí, estou falando a verdade e, se faço neste momento esta declaração, não é por vingança. Não tenho medo de nenhum oficial que tenha me dado punição quando soldado. O senhor realmente esteve no aparelho do Lamarca”.

430 Os ex-integrantes do MNR recrutados foram: José Maria Ferreira de Araújo, Evaldo Luiz Ferreira de Souza, Edson Seves Quaresma e José Anselmo dos Santos, além de Aluízio Palhano Pedreira Ferreira, bancário, ex-vice-presidente da CGT e ex-presidente da OLAS.

“aparelho”, além de documentos e material cirúrgico, foi encontrado um verdadeiro arsenal: 11 FAL; 24 fuzis; 4 metralhadoras; 2 carabinas calibre 22; 2 espingardas calibre 12; 1 Winchester calibre 22; explosivos e milhares de cartuchos de calibres diversos. No dia seguinte, durante os interrogatórios, Damaris declarou que a VPR estava fazendo “treinamento militar em florestas perto de Registro”. Não se sabe muito bem o porquê, mas os órgãos de segurança passaram a acreditar que a área era em Registro do Araguaia, em Mato Grosso. Perdia-se, naqueles dias, a primeira oportunidade de descobrir a área de treinamento.

Logo depois, apareceu a segunda oportunidade, também por acaso. Na manhã de 27 de fevereiro, um acidente de carro na Estrada das Lágrimas, em São João Clímaco, colocava na mão da polícia Chizuo Ozava (“Mario Japa”), que sabia onde era a área de treinamento. Questionado sobre o assunto, “Mario Japa” disse que estava localizada em Goiás. Mais uma vez, os órgãos de segurança foram desviados em suas buscas, naturalmente em decorrência do erro inicial.

Entretanto, a simples prisão de “Mario Japa” preocupou a VPR e, particularmente, Lamarca, internado nas matas de Jacupiranga. Era preciso, urgentemente, fazer um sequestro para libertá-lo, ação concretizada em 11 de março, através do cônsul japonês em São Paulo.

No Rio Grande do Sul, a fim de desviar de São Paulo a atenção dos órgãos de segurança, a UC/MRS iniciava as ações armadas. No dia 2 de março, assaltou um Volks do Banco do Brasil, que transportava dinheiro da Campanha Ultragaz, levando 65.000 mil cruzeiros.

A relativa inação da VPR, nesses dois primeiros meses do ano, seus planejamentos, sua preparação e, particularmente, o sigilo com que procurava cercar suas ações permitiam prenunciar grandes atividades da organização nos meses a seguir.

22. O sequestro do cônsul japonês Nobuo Okuchi

A VPR havia iniciado o treinamento de militantes para a guerrilha rural. A área de Registro/SP estava em pleno funcionamento e sua existência e localização era considerada assunto do mais alto sigilo.

No dia 27 de fevereiro, Chizuo Ozava (“Mario Japa”), militante da VPR, sofreu um acidente automobilístico em São Paulo. Ao ser socorrido, foram encontrados farta documentação e armamento dentro de seu carro, o que provocou a sua prisão.

Lamarca e o comando da VPR, ao tomarem conhecimento do fato, ficaram apreensivos. “Mario Japa” já tinha estado na área, em Registro, e poderia, ao ser interrogado, “abrir” a preparação guerrilheira da organização. Era necessário libertá-lo rapidamente para preservar o sigilo das operações no Vale do Ribeira.

A forma mais expedita seria o sequestro de uma autoridade ou de um representante diplomático. O exemplo da ação contra o embaixador norte-americano, em setembro de 1969, no Rio de Janeiro, pesou decisivamente na opção pelo sequestro do cônsul japonês Nobuo Okuchi, em São Paulo.

Atendendo à orientação de Ladislas Dowbor, os militantes Liszt Benjamin Vieira, Mario de Freitas Gonçalves, Miguel Varoni, Alcery Maria Gomes Silva e Joelson Crispim realizaram o levantamento para a ação. Do MRT, participou do levantamento, além de Devanir José de Carvalho e Peterson Pereira, o militante José Rodrigues Ângelo Júnior.

Por meio de Ladislas Dowbor e Liszt Benjamim Vieira, foram contatados Devanir José de Carvalho e Eduardo Leite (“Bacuri”), coordenadores do MRT e da REDE, respectivamente. A VPR necessitava de auxilio para executar a ação. Seus quadros mais experientes estavam empenhados no Vale do Ribeira ou fazendo levantamentos nas áreas de Goiás e do norte do Rio Grande do Sul, visando à implantação das “áreas estratégicas”. Além dos desfalques, a organização perdera grande parte de seu arsenal no “estouro do aparelho” de Antônio Raimundo Lucena, em Atibaia/SP, no dia 20 de fevereiro.

No dia 11 de março, após terminar seus trabalhos no consulado, Nobuo Okuchi dirigia-se para a residência oficial, na Rua Piauí, 874. Por volta das 18h20min, quando o Oldsmobil, dirigido por Hideki Doí, trafegava pela Rua Alagoas, passando pela Praça Buenos Aires, um Volkswagen azul, aparentando realizar uma manobra descuidada, interpôs-se no caminho do veículo consular, na esquina da Rua Bahia. Hideki freou o carro e chegou a reclamar da barbeiragem. Okuchi, no banco traseiro do Oldsmobil, também não se preocupou, quando viu um rapaz alto apanhar uma metralhadora junto ao volante do Volkswagen e se dirigir para seu carro. Julgava ser uma verificação policial de rotina.

O planejamento tinha funcionado a contento. Liszt Benjamin Vieira, parado na Praça Buenos Aires, tinha assinalado para Ladislas Dowbor, na esquina das ruas Bahia e Alagoas, a aproximação do carro do cônsul. Ladislas fez o sinal convencionado para Devanir José de Carvalho, que arrancou como Volks azul, colocando-se no caminho do Oldsmobil. Marco Antônio Lima Dourado, militante da VPR, era o rapaz alto que apanhara a metralhadora no carro de Devanir e, para surpresa de Okuchi, ameaçava o motorista Hideki.

Plínio Peterson Pereira, que se encontrava junto a Ladislas, auxiliou Liszt a retirar o cônsul de dentro do carro, sob a ameaça das armas, e a conduzi-lo para um Volkswagen vermelho que estava estacionado na Rua Alagoas, do outro lado da esquina. Os militantes da VPR Oswaldo Soares e Mário de Freitas Gonçalves, ao longo da Rua Bahia, faziam a segurança e interrompiam o trânsito nas proximidades da esquina.

Okuchi, colocado no banco trazeiro, teve os olhos vendados com esparadrapo e foi forçado a colocar a cabeça sobre os joelhos de Liszt, que se postara a seu lado. O motorista do carro era "Bacuri", que partiu em velocidade, após Ladislas ocupar o outro banco da frente.

A Volks azul seguiu à retaguarda, na segurança, até a Avenida Dr. Arnaldo, com os outros participantes do sequestro.

"Bacuri" conduziu o carro para a Avenida Ceci nº 1.216, em Indianópolis, "aparelho" que ocupava com Denise Peres Crispim, onde Okuchi ficou "guardado" até o dia 15. Os contatos com o cônsul eram feitos por Ladislas e Liszt, que se comunicavam em inglês. Okuchi, que tinha pouco tempo de Brasil, não entendia corretamente o português.

No "aparelho", permaneceram vigiando o cônsul, até a sua libertação, "Bacuri", Ladislas e Liszt. Denise, além de cuidar das compras e da alimentação, foi à única pessoa que saiu do local para levar os comunicados dos sequestradores e as mensagens do cônsul. Iniciou suas atividades ao fazer contato com José Raimundo da Costa, incumbido de difundir o acontecimento através de notificações às estações de rádio e aos jornais. Tendo a imprensa estampado, no dia seguinte, uma foto de José Raimundo, como um dos prováveis sequestradores, ele foi substituído na missão por Fernando Kolleritz.

Os comunicados, escritos por Ladislas, exigiam a libertação de cinco presos políticos e a obtenção de asilo político no México, ou quatro países que a isto se dispusesse. As exigências dos sequestradores iam da paralisação das atividades de busca à propaganda de "suspensão das violências contra o esconderijo dos políticos". Os terroristas ameaçavam dinamitar o esconderijo do cônsul, com todos que lá estivessem, caso houvesse alguma tentativa de resgate. Todos os comunicados eram assinados pelo "Comando Lucena" da VPR, em alusão ao terrorista morto em Atibaia.

No comunicado nº4, os terroristas divulgaram a lista dos cinco presos a serem libertados. Damaris de Oliveira Lucena, esposa do falecido Antônio Raimundo de Lucena, homenageado com denominação do Comando, e seus três filhos encabeçavam a lista. Cihizuo Ozava, o principal objetivo da ação, era referido como "um nissei de nome de guerra Mario". A seguir, o rol apresentava o nome de "Toledo", como um elemento simpatizante que teria sido preso junto com Cihizuo. Os terroristas estavam mal informados, Cihizuo foi preso sozinho, durante o desastre que sofreu. Otávio Ângelo ("Tião"), da ALN, e a Madre Marina, da FALN de Ribeirão Preto, completavam a lista.

Os terroristas, na realidade, tiveram dificuldades em elaborar a lista. Nem o nome verdadeiro de Shizuo eles sabiam. Ao ser contestada a existência de "Toledo", o comunicado nº5 o substituía por Diógenes José Carvalho de Oliveira, da VPR, que teria condições de identificar o "nissei Mario".

Libertados os presos políticos e transportados em segurança para o México, teve início a operação de libertação de Nobuo Okuchi. No comunicado nº6, os terroristas exigiam a suspensão de policiamento e advertiam sobre as consequências trágicas para o cônsul, caso fosse tentado algo contra eles.

No domingo, dia 15 de março, às 16 horas, "Bacuri" retirou Liszt do "aparelho", deixando-o na Vila Mariana. Por volta das 18 horas, Okuchi foi vendado e levado por Ladislas para o banco traseiro do Volks vermelho. "Bacuri" e Denise, depois de revistarem a casa e queimarem documentos, trancaram a porta. O endereço estava sendo abandonado por questões de segurança.

Após rodarem algum tempo, para se certificarem de que não estavam sendo seguidos, deixaram o Cônsul Okuchi na Rua Arujá, atrás da Cervejaria Brahma. Ladislas saltou com o Cônsul, enquanto "Bacuri" dava uma circulada pelas redondezas com o carro, para verificar se havia vestígio de polícia. Caso não voltasse, Ladislas assassinaria o cônsul japonês.

Para sorte de Nobuo Okuchi, o Volks vermelho retornou e recolheu Ladislas, afastando-se do local. De táxi, o diplomata retornou para casa, cansado, mas com a integridade física preservada.

Respeitando os compromissos assumidos e resgatado o diplomata nipônico, teve prosseguimento a luta diuturna contra o terror. Confirmando sua comprovada eficiência, os órgãos de segurança, no período de abril/maio, já tinham prendido ou eliminado em combate os seguintes terroristas envolvidos no sequestro: Ladislas Dowbor, Liszt Benjamin Vieira, Oswaldo Soares, Fernando Kolleritz, Miguel Varoni, Alcery Maria Gomes da Silva e Joelson Crispim, os dois últimos foram mortos.

Mas a VPR também era eficiente. Logo após o banimento de "Mario Japa", Almir Button Ferreira enviou um de seus contatos, Maria Adelaide Valadão Vicente, aeromoça da BRANIFF, ao México, a fim de saber o que Chizue havia falado. Num "ponto", ao qual também compareceu Diógenes José Carvalho de Oliveira, Maria Adelaide entregou oito mil cruzeiros a Chizuo e soube que a "repressão pensava que a área era em Goiás". Transmitida a notícia, a VPR ficaria tranquila por mais um mês.

23. VPR: A tentativa de sequestro do cônsul norte-americano em Porto Alegre

No início de 1970, a VPR atuava no Rio Grande do Sul por meio da Unidade de Combate "Manoel Raimundo Soares" (UC/MRS), um organismo numeroso, com mais de duas dezenas de militantes, reforçado pelos elementos oriundos do POC. Havia, também, estabelecido aliança com o Movimento Revolucionário 26 de Março (MR-26), conhecido como "Paulo Melo". Procurando auxiliar o MR-26, Félix Silveira Rosa Neto, comandante da UC/MRS, entregou, em janeiro, 30 mil cruzeiros a "Paulo Melo", que fugiu com o dinheiro.

A essa época, a UC/MRS já havia sido aquinhoada, pelo Comando Nacional (CN), com o "privilégio" de preparar a futura área tática (AT) da VPR, na região de Três Passos, no norte gaúcho, para onde havia destacado quase uma dezena de seus quadros. Precisava, entretanto, além de redimir-se do fracasso de suas ligações com o MR-26, realizar uma ação que marcasse a sua presença no cenário da esquerda brasileira, e que caracterizasse a sua eficiência aos olhos do CN. Para isso, idealizou e conseguiu a autorização para o sequestro do cônsul dos Estados Unidos, em Porto Alegre, Curtis Carly Cutter.

Em fevereiro, os militantes da UC/MRS, reforçados por Gregório Mendonça, do MR-26, iniciaram os levantamentos sobre o cônsul, que passou a ser continuamente vigiado. Observaram que, durante os dias da semana, ele se deslocava sempre acompanhado por um carro de segurança, com dois agentes. O melhor seria sequestrá-lo num fim de semana.

A quebra do silêncio da VPR, com o sequestro do cônsul japonês, deu liberdade a UC/MRS para realizar a ação. Em meados de março, Carlos Roberto Serra Borges alugou uma casa na Avenida Alegrete, no bairro Petrópolis, onde ele mesmo, com o auxílio de outros companheiros, guardaria o cônsul durante as negociações.

Confiantes no sucesso da ação, solicitaram ao CN que elaborasse um comunicado a ser entregue às autoridades, loto após a ação. Juarez Guimarães de Brito incumbiu o responsável pelo Setor de Inteligência, Celso Lungaretti, de divulgar o "Comunicado Número Um", que bem demonstra a falsidade das alegadas justificativas para o sequestro:

"O Cônsul norte-americano em Porto Alegre (Curtis Cutter) foi sequestrado às... horas do dia... de março pelo comando 'Carlos Marighella' da Vanguarda Popular Revolucionária".

"Esses indivíduo, ao ser interrogado, confessou suas ligações com a 'CIA', Agência Central de Inteligência, órgão de espionagem internacional dos Estados Unidos, e revelou vários dados sobre a atuação da 'CIA' no território nacional e sobre as relações dessa Agência com os órgãos de repressão da ditadura militar. Ficamos sabendo, entre outras coisas, que a 'CIA' trabalha em estreita ligação com o CENTMAR, fornecendo inclusive orientação a esse último órgão, sobre os métodos de tortura mais eficazes a serem aplicados nos prisioneiros. A CIA e o CENTMAR sofrem a concorrência do SNI, sendo que essa rivalidade é tão acentuada que em certa data uma agente da 'CIA' foi cuidadosamente abafada pela ditadura, mas o depoimento do Agente Cutter, nosso atual prisioneiro, permitiu que o trouxéssemos a público".

"Após prestar o seu depoimento, o Agente Cutter foi julgado por um tribunal de justiça revolucionária e condenado à morte do imperialismo norte-americano no mundo inteiro".

Condenado à morte pelo tribunal revolucionário, a VPR condescendia em entregá-lo vivo, desde que as autoridades libertassem "50 companheiros presos", e fossem "enviados, em avião civil, para a Argélia. No final do comunicado, vinha a ameaça:

"A não aceitação ou quebra das condições significa a imediata execução da sentença de morte contra o Agente Cutter".

"A vida do cônsul espião está nas mãos da ditadura".

O sequestro foi marcado para o dia 21 de março, um sábado. Na tarde desse dia, estando tudo pronto, já com o carro para a ação roubado, o sequestro fracassou pela primeira vez, em virtude de erro no planejamento. Nova tentativa foi marcada para semanas depois.

No dia 4 de abril (também um sábado), o "Comando Carlos Marighella" foi assim constituído: no carro da ação, um Volks azul, estava o comandante da operação, Félix Silveira Rosa Neto, com pistola calibre 45, o motorista Irgeu João Monegon, com revólver .38, Fernando Damatta Pimentel, com revólver .38, e Gregório Mendonça, do MR-26, com metralhadora INA .45; no carro da cobertura, ia o motorista, Reinhold Amadeo Klement, com revólver .38, Antônio Carlos Araújo Chagas, também com revólver .38, e Luiz Carlos Damatta, com metralhadora INA .45. Além das armas, algumas granadas completavam o arsenal formado para o sequestro.

Na manhã desse dia, o cônsul saiu sozinho de sua residência, com sua caminhonete Plymouth azul-marinho. Pelo excesso de tráfego nos caminhos percorridos, nada foi tentado. À tarde, novamente, o cônsul saiu em direção à Vila Hípica. Em Vila Assunção, tentaram encostar-se ao seu carro, mas, por mais uma vez, o tráfego impediu a ação. Às 16 horas, o americano encontrava-se numa rua sem saída, no bairro Tristeza. Montaram o esquema de bloqueio da rua, que fracassou por imperícia de Irgeu: em vez de fechar, seu carro emparelhou com o do cônsul. Este, pensando que os rapazes queriam fazer um "pega", arrancou a sua potente Plymouth, deixando para trás os surpresos terroristas.

Combinaram, então, nova tentativa para essa mesma noite, marcando um ponto de encontro, ao qual Luiz Carlos Dametta não compareceu. Apesar do desfalque, resolveram agir assim mesmo. Os frequentes fracassos irritavam e açodavam os militantes do "Comando Carlos Marighella".

Às 20 horas, o cônsul, acompanhado de sua esposa, saiu para visitar uns amigos, estacionando na Avenida Independência nas proximidades do Teatro Leopoldina. Às 22h30min, saiu o casal acompanhado de um amigo. Tomando o carro, foram seguidos até a Rua Vasco da Gama, quando, logo após a Rua Ramiro Barcellos, foram ultrapassados e fechados pelo Volks dirigido por Irgeu, ocorrendo uma batida. Os três militantes desse carro, Félix, Fernando e Gregório desceram, cercando a caminhonete do cônsul. Este não titubeou, ao ver as armas, arrancou violentamente e atropelou

Fernando, abalroando o Volks. Félix atirou com sua pistola .45, acertando a omoplata da vítima, que, mesmo ferida, conseguiu escapar.

O Volks, batido, foi abandonado na Rua Dona Laura. O outro carro foi guardado para futuras ações. De madrugada, reunidos no "aparelho" em que o cônsul deveria ser guardado, analisaram as causas do fracasso. Até hoje, não se sabe o que fizeram naquele momento, com o "Comunicado Número Um".

24. VPR: a crise de abril

Ao contrário do que se esperava, além do sequestro do cônsul japonês, a VPR pouco fez em abril. Aliás, esse mês configurou-se como de verdadeira crise na organização, com a prisão de cerca de cinquenta militantes no Rio Grande do Sul, em São Paulo e na Guanabara, atingindo desde a cúpula até as bases. Sua única ação armada, nesse improdutivo mês, foi a do dia 12, na Guanabara, quando assaltou uma garagem perto da estação de Todos os Santos, roubando dois carros. O restante foi uma sucessão de "quedas".

No Rio Grande do Sul, logo no início de abril, foi desmantelada a futura área tática (AT) de Três Passos, com a prisão de quase uma dezena de militantes que integravam a "Sociedade Pesqueira Alta Uruguai Ltda.", órgão de "fachada" da VRP. Em túneis escavados nas barrancas do Rio Uruguai, nas proximidades da barra do Turvo, foi encontrado grande quantidade de armas, munições e material de acampamento. Roberto Antônio de Fortini, que havia recebido 65.000 cruzeiros para a preparação da AT, conseguiu fugir com alguns outros militantes que só seriam presos nos meses seguintes.

Em Porto Alegre, em 11 de abril, a prisão de Eliana Lorentz Chaves possibilitou as "quedas", nos dois dias seguintes, do comandante da UC/MRS, Félix Silveira Rosa Neto, e de outros quatro militantes. As declarações dos militantes presos, particularmente as de João Carlos Bona Garcia, possibilitaram o desvendamento da tentativa de sequestro do cônsul norte-americano e dos demais militantes que integravam a UC gaúcha, além da localização de cinco "aparelhos" da organização, em Porto Alegre.

Mas foi na Guanabara que se iniciaram as prisões que possibilitariam à polícia atingir o CN/VPR. Tudo começou no dia 8 de abril, com a prisão de Joaquim Pires Cerveira, da FLN, e com a localização de seu "aparelho", na Rua Bento Lisboa, no Catete.

Ocupando esse "aparelho", os órgãos de segurança prenderam, no dia 11, Wellington Moreira Diniz, lugar-tenente de Juarez Guimarães de Brito, um dos "comandantes" de UC na Guanabara. Wellington, em suas declarações, forneceu dados sobre a operação plástica que Carlos Lamarca havia feito no ano anterior e sobre as fotos tiradas para a nova identidade. Os agentes saíram em busca do fotógrafo.

Enquanto isso, o CN/VPR fazia uma reunião com os seus comandantes UC, numa casa em Peruíbe, cidade do litoral sul paulista, à qual compareceu Carlos Lamarca, vindo da área de treinamento, Ladislas Dowbor, membro do CN e Comandante da UC em São Paulo, e Maria do Carmo Brito, membro do CN, além dos dois comandantes de UC da Guanabara. O Comandante da UC do Rio Grande do Sul, também previsto para a reunião, não foi encontrado.[431]

Foi decidida a desmobilização da área de Jacupiranga, por término de treinamento, e a ativação da AT de Três Passos[432]. Discutida a necessidade da descentralização do Comando, para a condução das operações de guerrilhas irregulares na nova AT, Lamarca recusou a proposta de aumentar o CN, de 3 para 4 membros, mas aceitou a formação de um Estado-Maior do Sul, para auxiliar na condução das operações.[433]

Terminada a reunião, os participante voltaram para seus lugares de ação. Maria Barreto seguiu para Porto Alegre, levando ordens escritas para Félix, que, obviamente, não foi encontrado.[434]

Na Guanabara, as investigações procedidas em busca do fotógrafo levaram à prisão, no dia 15, do Dr. Afrânio Marcelino Freitas de Azevedo, médico do Hospital Gaffrée Guinle, que havia realizado a operação plástica em Lamarca. O Dr. Afrânio, por sua vez, indicou os médicos que haviam solicitado a operação: Almir Dutton Ferreira, da Base Médica, preso nesse mesmo dia; e a Dra. Germana Figueiredo, também da Base Médica da VPR, detida no dia seguinte.

Mais três militantes foram presos no mesmo dia 16, Celso Lungaretti, Edmundo de Menezes Paredes Júnior e Vanísio Bernardino de Melo Ferreira.

---

[431] Félix Silveira Rosa Neto já havia sido preso em 12 de abril. Ainda na casa, estavam presentes Iara Javelberg, amante de Lamarca, Maria Barreto Leite Valdez, que iria cumprir missão no Sul, e Tercina Dias de Oliveira, a "Tia", retirada da área do treinamento no início de março.

[432] A VPR ainda não sabia que a AT já havia sido desmantelada.

[433] Sobre o assunto da descentralização do Comando, Lamarca escreveria o documento "Não Só Um Exemplo".

[434] Presa alguns dias depois, Maria Barreto Leite Valdez disse que, não encontrando Félix, rasgou essas ordens, que estavam em um envelope fechado.

Em São Paulo, ainda nesse dia 16, foi preso Roberto Macarani, do Setor de Inteligência da UC. Conduzido no dia seguinte para um "ponto", desvencilhou-se dos agentes e atirou-se do Viaduto do Chá. Mas as grandes "quedas" ainda estavam por vir.

Wellington Moreira Diniz falou sobre o "ponto" que teria com Juarez Guimarães de Brito e sua esposa, no dia 18 de abril, no Jardim Botânico. Conduzido num jipe da própria VPR, Wellington ficou aguardando sozinho no carro, enquanto os agentes cercavam o local. Juarez e Maria do Carmo, vindos da reunião do CN, em Peruíbe, chegaram num Volks e deram algumas voltas, percebendo que era uma armadilha. Maria do Carmo foi a uma feira próxima e comprou alguns maços de couve, colocando-os numa sacola. Por baixo, um revólver. Foi ao jipe, entregou a sacola a Wellington, alertando-o sobre a arma. Voltou rápido ao Volks, avisou Juarez e tentaram escapar em alta velocidade. A tudo isso os agentes assistiam. Observando a tentativa de fuga, fecharam o Volks, no momento em que Juarez colocava a arma na janela para disparar. No tiroteio, o Comandante UC Severino Viana Colou foi ferido com um tiro no punho e outro no abdômen.

O casal tinha um pacto de morte, jurando que nunca seriam presos vivos. Maria do Carmo, entretanto, estava paralisada pelo medo. Juarez, ferido, arrebatou-lhe a pistola calibre 7,65mm e deu um tiro em sua própria cabeça, vindo a falecer, algumas horas depois, no Hospital Souza Aguiar. Maria do Carmo Brito, membro do CN, talvez pelo choque da morte do marido, não se mostrou à altura da posição que ocupava na VPR e não fez jus a fama que possuía. Em poucas horas, entregou dezenas de militantes, sendo preso, nesse mesmo dia, na Guanabara, o Comandante de UC José Ronaldo Tavares de Lira e Silva, além de quatro outros membros da VPR. Denunciou o "aparelho" onde havia sido realizada a reunião do CN, em Peruíbe, cortando a alternativa de homizio de Lamarca, caso a área de treinamento fosse descoberta. Entregou o "ponto" que teria com Ladislas Dowbor, em São Paulo, onde esse membro do CN foi preso com Liszt Benjamin Vieira, também integrante da UC.

Maria do Carmo apontou como sendo em Jacupiranga a área de treinamento de guerrilha da VPR, confirmando as declarações de Celso Lugaretti. E, finalmente, esclareceu o destino dado aos dólares roubados do denominado "cofre do Adhemar" e as ligações da VPR com o governo da Argélia, através do seu Embaixador Hafif Keramane. Para Maria do Carmo, cerca de um milhão de dólares ainda estavam com o Embaixador. Colaborando com a polícia, montou uma operação armadilha para Keramane, escrevendo-lhe, de próprio punho e em francês, um bilhete que marcava uma entrevista, na qual a conversa seria gravada. Seu banimento para a Argélia, em 15 de junho de 1970, em troca da vida do embaixador alemão, impediu que a operação fosse concretizada.[435]

Na sequência das "quedas" em 26 de abril, foram presas, no "aparelho" de Peruíbe, Maria Barreto Leite Valdez e sua filha Luíza Helena Barreto Leite Valdez. No dia seguinte, em São Paulo, foi detido Wanio José de Mattos, ex-capitão da PM/SP e integrante do Setor de Inteligência.

No final de abril, era crítica a situação da VPR. Havia perdido dois membros do CN, Ladislas e Maria do Carmo, além dos comandantes das suas quatro UC. Dezenas de outros quadros haviam sido presos, enquanto outros buscavam refúgio no exterior. A futura área tática estava desmantelada, e Lamarca, o comandante em chefe, estava perdido nas matas de Jacupiranga. A VPR desmantelava-se e dependia do seu retorno para reestruturar-se.

25. VPR: as áreas de treinamento do Vale do Ribeira

De acordo com a sua linha política, a VPR pretendia criar o seu Exército Popular a partir da Coluna Móvel Guerrilheira, inicialmente instalada numa área estratégica. Antes disso, porém, precisava criar guerrilhas irregulares em áreas táticas.

Em setembro de 1975, num acidente de carro nunca bem explicado, em Paris, Maria do Carmo perdeu o seu segundo marido. Retornou ao Brasil em setembro de 1979. Depois de casar-se com Chizuo Ozava, o "Mário Japa", entrou para o partido de Brizola. Foi nomeada, em 1983, Assessora da Secretaria de Educação do Governo do Estado do Rio de Janeiro.

A área estratégica, nos tempos da VAR-Palmares, escolhida na confluência de Maranhão, Piauí e Goiás, ficou em segundo plano, condicionada, nas palavras de Carlos Lamarca, "às discussões com a ALN". Fracassara a ideia de criar uma área tática em Goiás, mas, a essa época, ainda estava em pleno andamento a preparação da de Três Passos, no norte do Rio Grande do Sul. Falava-se, também, numa segunda área tática, na região de Foz do Iguaçu, no sudoeste do Paraná.

Mas, para realizar tudo isso, a VPR precisava possuir quadros preparados, que ativassem, com eficiência, as áreas táticas. Resolveu-se criar uma área de treinamento político-militar, onde os militantes pudessem adquirir as técnicas de guerrilha rural. Carlos Lamarca era o homem indicado para desenvolver essas tarefas.

Desde meados de 1969, a VPR, ainda embutida no VAR-Palmares, havia iniciado negociações para adquirir um sítio onde pudesse realizar esse treinamento. Manoel de Lima, ex-prefeito de Jacupiranga, município localizado 30km ao sul de Registro, na região do litoral sul paulista, era amante da cunhada de Onofre Pinto. Manoel possuía, em sociedade com

[435] A partir daí, Maria do Carmo Brito sempre foi considerada como um bom "partido". Indo para o Chile, casou-se, em outubro de 1971, com Ângelo Pezzuti da Silva, seu antigo companheiro do COLINA. Após a queda de Allende, o casal esteve em vários países da Europa e da África, havendo quem dissesse que Keramane teria devolvido 800 mil dólares para Maria do Carmo.

Flozino Pinheiro de Souza, o Sítio Palmital, na altura do quilômetro 254 da BR 116, rodovia que liga São Paulo a Curitiba. Com 40 alqueires de terras, 30km ao sul de Jacupiranga, o sítio acabou sendo vendido à VPR. Celso Lungaretti adquiriu-o por 3.500 cruzeiros, registrando-o em seu nome falso, "Lauro Pessoa"[436]

Em 15 de novembro, Lamarca foi levado por Joaquim dos Santos e José Raimundo da Costa para o Sítio Palmital, onde já os aguardavam Celso Lungaretti, Yoshitane Fujimori, Massafumi Yoshinaga e José Lavecchia. A partir do dia seguinte, quando Joaquim e José Raimundo retornaram para São Paulo, os cinco militantes permaneceram no sítio, realizando treinamento de tiro, marchas e reconhecimento das áreas adjacentes. Observaram, entretanto, que a área não era a ideal: além de ser pequena, a excessiva proximidade da rodovia e a constante presença de caçadores aumentavam a sua vulnerabilidade, inviabilizando-a como área de treinamento para maior número de "guerrilheiros".

No início de dezembro, o mesmo Manoel de Lima disse-lhes que possuía outro sítio, de 80 alqueires, um pouco mais ao norte, situado a 4km da BR-116. Reconhecido o local, Joaquim dos Santos comprou-o por 40.000 cruzeiros.

A primeira área foi desmobilizada e seu material transferido para a nova, denominada de área dois. Em São Paulo, Manoel Dias do Nascimento passou a adquirir gêneros, que Joaquim dos Santos levava para a área. A mãe de Manoel, Tercina Dias de Oliveira, a "Tia", ocupou, em 18 de dezembro, um dos três barracos existentes na entrada do sítio, com quatro crianças – três netos e um filho adotivo. Além de fornecer a "fachada", a "Tia" poderia costurar as roupas especiais dos futuros "guerrilheiros". Cuidaria do rádio transmissor-receptor e serviria como base de entrada, fornecendo alimentação e pousada iniciais para os militantes que iriam chegar. José Lavecchia ocupou o outro barraco. Joaquim dos Santos levou para a área quatro FAL, seis fuzis, duas espingardas calibre 12 automáticas, uma espingarda calibre 12 simples, três winchesters 44, três winchesters 22, duas carabinas 22 semiautomáticas, 17 revólveres .38, uma pistola .45 e um revólver .32, além de milhares de cartuchos de diversos calibres.

Antes do Natal de 1969, a área dois estava pronta. Extremamente montanhosa e coberta de densas matas, serviria perfeitamente para o treinamento. As poucas casas existentes na região permitiriam o sigilo necessário. No início de janeiro de 1970, já se encontravam na área, além da "Tia" e Lavecchia, Lamarca, sua amante Iara Iavelberg e Fujimori.

De acordo com o planejado, Rio Grande do Sul, São Paulo e Guanabara deveriam enviar seis militantes, num total de 18 "alunos", sem contar com Lamarca e Lavecchia, este, previsto para fornecer a "fachada" legal, com a "Tia".

Na noite do dia 7 de janeiro, levados por Joaquim, chegaram os dois primeiros "alunos", José Araújo de Nóbrega e Ariston Oliveira Lucena. Depois de dormirem na Capelinha, designação dada ao local das três casas, os seis militantes (Lamarca, Iara, Fujimori, Lavecchia e os dois recém-chegados) seguiram para um barracão, localizado a 400 metros das três casas, o qual seria a "base logística" da área, onde passaram o dia preparando o material – mochilas, armas, munições, gêneros alimentícios, medicamentos, roupas, etc.

No dia seguinte, 9 de janeiro, seguiram para o primeiro campo de treinamento, a poucos quilômetros do barracão, onde foram iniciadas as aulas e as discussões políticas, durante cerca de duas semanas. Lamarca já estava contrariado pela demora da chegada dos demais militantes e pela discussão que tivera com Nóbrega, sobre a presença de Iara na área.

Durante esse período, passaram a considerar o local acanhado para receber mais alunos, e, deslocando-se uns dois quilômetros, no rumo norte, pelas margens do Rio Capelinha, encontraram uma área que lhes pareceu a ideal, na qual montaram a Base "Carlos Roberto Zanirato"[437].

Na noite do dia 22 de janeiro, chegaram mais dois militantes – os gaúchos Edmauro Gopfert e Antenor Machado dos Santos. A partir do dia seguinte, durante uma semana, o grupo iniciou a montagem de mais uma base, a "Eramias Delizoikov", localizada a uns trezentos metros a sudeste da "Zanirato". As instruções continuavam em ritmo lento, aguardando novos "alunos".

No dia 30, chegaram Delci Fenterseifer e Diógenes Sobrosa de Souza. No dia 2 de fevereiro, vindos do Rio Grande do Sul, chegaram Ubiratan de Souza e Valneri Neves Antunes. Alguns dias depois, da Guanabara, foram Darcy Rodrigues, Roberto Mendes e sua companheira Carmen Monteiro dos Santos Jacomini. Em meados de fevereiro, receberam Hebert Eustáquio de Carvalho, também da Guanabara. No fim do mês, juntou-se ao grupo Mário Bejar Revollo, um boliviano militante da DVP. No mês de março, a "Tia", por problemas de saúde, foi deslocada para o "aparelho" de Peruíbe. Lavecchia incorporou-se, definitivamente, aos treinamentos e, nessa ocasião, chegou o último "aluno", Gilberto Faria Lima, militante da REDE.

Nesse mês de março, considerou-se completa a área de treinamento, com Lamarca comandando o núcleo "Carlos Marighella", composto por duas bases: o "Carlos Roberto Zanirato", com Darcy Rodrigues no comando, integrado por Gilberto, Lavecchia, Revollo, Valneri, Delci, Antenor, Herbert e Iara; e a "Eremias Delizoikov", comandada por Yoshitane Fujimori, integrada por Diógenes, Ariston, Nóbrega, Edmauro, Roberto Menkes, Carmen e Ubiratan. Havia o total de 18 militantes, dentre os quais duas mulheres.

---

[436] Para um melhor entendimento, consultar o croqui, no final deste capítulo.

[437] Nessa base, foram colocados: dois FAL; com 1.000 tiros; oito revólveres; duas winchesters 44, com 300 tiros; duas carabinas22, com 1.000 tiros, duas espingardas 12, com 3.000 tiros; facões de mato Collins; faroletes; bússolas; rádio HT; redes de nylon com mosquiteiros; material de cozinha; gêneros alimentícios; cantis; mochilas; facas-punhal; canivetes; material para limpeza de armas; etc.

Como já vimos, por duas vezes, no mês de fevereiro – no dia 20, com a prisão de Damaris de Oliveira Lucena, e no dia 27, com a de Chizuo Ozava –, os órgãos de segurança estiveram próximos de descobrir a área. No dia 1º de março, a notícia da prisão de Chizuo Ozava ("Mário Japa") fez com que Lamarca exigisse um sequestro urgente para que fosse libertado o companheiro. No dia 11, o sequestro do cônsul japonês foi realizado, com sucesso (item 22).

Até o início de abril, Lamarca dirigiu reuniões de crítica e autocrítica, chegando, inclusive, a pensar na formação de um Tribunal Revolucionário para julgar Nóbrega, que estava pensando em sair da organização. Após aulas teóricas e práticas de armamento e tiro, marchas, topografia, explosivos, minas e armadilhas, emboscadas, instrução tática individual e teoria política, o treinamento foi dado por encerrado, sendo aprovados, para futura participação na Coluna Móvel Guerrilheira: Lamarca, Darcy, Fujimori, Valneri, Hebert, Ubiratan, Edmauro, Delci, Diógenes, Lavecchia e Roberto Menkes. Dos dezoitos militantes, sete haviam sido "reprovados".

No dia onze de abril, Iara foi retirada da área, por motivo de doença, indo para o "aparelho" de Peruíbe, logo depois, seguida por Lamarca, para a reunião do Comando Nacional (CN). Foi no período dessa reunião que se iniciou a série de prisões que levaria a descoberta da área de treinamento.

No dia dezesseis de abril, Celso Lungaretti, preso na Guanabara, denunciou a existência da área um e disse que a área dois era próxima.

No dia 17 de abril, O Centro de Informações do Exército (CIE) informava ao II Exército sobre a existência da área um e sobre a provável localização da área dois. Às 23 horas, uma equipe do 2º Batalhão de Polícia do Exército (2º BPE) deslocou-se para Jacupiranga, a fim de prender Manoel de Lima e Flozino Pinheiro de Souza.

Na manhã do dia 18, um sábado, Flozino foi preso, enquanto um de seus filhos corria para avisar Manoel que ele também estava sendo procurado. Manoel descobriu Lamarca e Joaquim almoçando num restaurante, na entrada de Jacupiranga, e avisou-os da prisão de Flozino.

Nesse mesmo momento, suicidava-se Juarez Guimarães de Brito, na Guanabara, e era presa sua esposa, Maria do Carmo Brito, que, na tarde desse sábado, falava sobre as duas áreas de treinamento.

As declarações de Lungaretti estavam, assim, confirmadas pelas de Maria do Carmo, membro do CN. O CIE passou os dados para o II Exército em caráter de urgência.

Nessa mesma noite, Lamarca chegou à área e informou que ela seria desmobilizada, em virtude da prisão de Flozino. Determinou, também, que Darcy e Edmauro se deslocassem para um Posto de Observação (PO), denominado "topo-bicha", que dominava a região de Capelinha (Três Casas), entrada natural da área.

Na manhã do dia 19 de abril, havia, na área dois, dezessete militantes.[438] Lamarca decidiu evacuá-los em três turmas: a primeira turma, composta por oito militantes, sairia no dia seguinte; a segunda, com Lavecchia, Diógenes, Ariston e Gilberto, no dia 21; e a terceira, com Lamarca, Darcy, Fujimori, Nóbrega e Edmauro, no dia 24. Para isso, Fujimori e Diógenes abririam uma trilha até a torre de micro-ondas, na Serra do Aleixo, de onde poderiam atingir, com facilidade, a BR-166. Enquanto isso, os que iriam permanecer desativariam as bases e esconderiam o material. Decidiu, também, abandonar a base "Zanirato" e ocupar a "Eramias", mais favorável ao ocultamento e à defesa.

26. "Operação Registro"

Localizada a área de treinamento, na manhã de 19 de abril, um domingo, no QG/II Exército, tomavam-se as providências necessárias para o seu desbaratamento e a possível prisão dos terroristas. Na hora do almoço, as decisões estavam tomadas. A "Operação Registro", como fora denominada, começaria com o patrulhamento da área.

A primeira fase, de patrulhamento, seria executada, basicamente, por militares do 2º BPE, deslocados para a região nesse mesmo dia, para vigiar as proximidades da área e observar a saída de suspeitos para a BR-116, e por elementos de informações do CIE, da 2ª Seção/II Ex e do 2º BPE, que seriam deslocados na manhã do dia seguinte, para localizar e destruir a área dois. Para isso, contariam com o apoio de quatro helicópteros e a cobertura de cinco aviões-T6, da 1ª Força Aérea Tática (1ª FAT). Participaria, ainda, dessa fase, uma Bateria do Comando da Artilharia de Costa e Antiaérea (CACAAE), com seus homens dispostos entre Iguape e Cananeia, para vigiar os acessos que, particularmente, do interior da área um, demandavam o litoral.

A segunda fase, de limpeza, seria executada por elementos do 1º Batalhão do 4º Regimento de Infantaria (1º/4º RI), do 2º Batalhão de Caçadores (2º BC) e do 6º Grupo de Artilharia de Costa Motorizado (6º GACosM).

No cumprimento da primeira fase, às 17 horas, saiu uma equipe do 2º BPE, transportada por helicóptero, pousando ao anoitecer próximo à fazenda Boramy; às 19 horas partiu outra equipe, de C-14, que se reuniu à primeira, antes da meia-noite; e, às 23 horas, seguiu a terceira equipe, também de caminhonete, que não chegou ao destino, pois teve um acidente no caminho, no qual morreu um soldado e os demais ficaram feridos.

No PO do "topo-bicha", Darcy e Edmauro avistaram um helicóptero e transmitiram a Lamarca que, às 17h30min, a aeronave sobrevoava a área um.

---

[438] Iara fora para Peruíbe e, depois da reunião do CN, seguiu para São Paulo com Tercina ("Tia") e Maria Barreto Leite Valdez.

Planejamentos foram realizados de lado a lado. Tudo indicava um encontro decisivo, para a manhã do dia seguinte, com a chegada dos elementos de informações que coincidiu com a saída dos oito militantes que seriam evacuados na primeira turma.

As fortes chuvas que caíram em São Paulo, no dia 20, entretanto, ajudaram os "guerrilheiros" da VPR, só permitindo que os quatro helicópteros, que transportavam vinte e cinco homens, saíssem de Cumbica ao meio-dia. Nesse ínterim, partiam, pela trilha da torre de micro-ondas e daí para aBR-116, os oito militantes.[439] Um dos helicópteros pousou em Jacupiranga, e os outros três, em Registro. Perguntando aos moradores da região de Jacupiranga, um sargento descobriu o sítio do "Manco". Estava localizada a área dois.

Às 15h30min, os quatro helicópteros desceram a 2km das "Três Casas". No "topo-bicha", Darcy informou a chegada dos helicópteros e, à noite, na base "Eramias", esclareceu que havia, no local, homens no valor de um pelotão.

Voltando ao PO, às 5h30min, do dia 21 de abril, Darcy e Lavecchia (que substituíra Edmauro), conforme o combinado com Lamarca, tentaram comunicar-se através do rádio, nada conseguindo.

Ainda na manhã desse mesmo dia, a 1ª/1º/4º RI, que chegara durante a noite, passou a ser empregada a partir das "Três Casas", com a missão de limpar a área e de atingir o ponto mais elevado do primeiro compartimento (o "topo-bicha"), aí estabelecendo uma base para a saída de novas patrulhas.

À tarde, um avião C-115, com uma equipe da Brigada Aeroterrestre (Bda.Aet.), integrada por onze oficiais, dezessete subtenentes e sargentos e seis cabos, passou em Registro.

Não conseguindo ligação com o PO, Lamarca, na hora do almoço, enviou Diógenes para observar o que havia ocorrido. Ao retornar, cerca de três horas depois, Diógenes afirmou que ouviu vozes dando ordens na região do PO e os "gritos de Darcy e Lavecchia sendo torturados". Os sete militantes deslocaram-se para o depósito de suprimentos, uns 2km ao norte, onde deveriam se encontrar com Darcy e Lavecchia, caso não estivessem presos.[440]

No dia 22 de abril, o General Comandante do CACAAE foi designado Comandante da "Operação Registro". Seu Posto de Comando (PC) foi instalado em Pariguera-Açu, deslocado, poucos dias depois, para Jacupiranga.

A 1ª/1º/4º RI, com cães de guerra da PM/SP, foi empregada em ações de patrulhamento na região de Capelinha. Sediados em Registro, sete helicópteros de reconhecimento e quatro aviões T6, da 1ª FAT, forneciam apoio aéreo às operações. À tarde, a equipe paraquedista iniciou os patrulhamentos, com sua base sendo colocada a NW da área, a fim de barrar as saídas para Barra do Turvo e Braço. Sem saber, havia sido colocado em rota de colisão com o "grupo dos sete", que seguia rumo NW, em direção a Braço. Nessa tarde, foi descoberta a base "Zanirato". À noite, homens da Bateria do 6º GACosM ocuparam a estrada que saía da torre para a BR-116. Ainda nessa noite, a PM/PR passou a ser empregada para bloquear as saídas para o sul.

Em 23 de abril, Lamarca já havia decidido sair da área pelo norte, atingindo a estrada que liga Braço a Eldorado. Nesse dia, prosseguiram as patrulhas na área, por tropas da 1ª/1º/4º RI e da equipe paraquedista, que se deslocaram para o segundo compartimento.

No dia 24 de abril, uma sexta-feira, o "grupo dos sete" continuava marchando sempre no rumo norte. Nesse dia, helicópteros de combate e aviões T6 bombardearam e metralharam áreas suspeitas. À tarde, duas patrulhas paraquedistas foram lançadas para percorrer os ribeirões Capoeira e Calixto, afluentes do Rio Capelinha. O encontro com os militantes da VPR parecia ser iminente.

Na manhã de sábado, 25 de abril, enquanto o "grupo dos sete" prosseguia para o norte pelo ribeirão Calixto, descobriu-se um erro da patrulha designada para esse ribeirão. Ela seguira em direção contrária a prevista, tomando o contra azimute! Corrigido o erro, retornou à sua missão, mas, ao descer o Rio Capelinha, não identificou a confluência do ribeirão Calixto, indo parar na base das "Três Casas". Perdia-se, mais uma vez, a oportunidade de encontro. Nesse dia, foi descoberta a base "Eremias".

No domingo, 26 de abril, Darcy e Lavecchia tomaram o rumo leste, chegando às proximidades das "Três Casas". Decidiram escapar em direção a BR-116 e, à noite, pediram comida na casa de um morador da região. Entretanto, mal saíram do local, observaram que o camponês foi avisar os soldados.

Na manhã de segunda-feira, 27 de abril, Darcy e Lavecchia, ao pedirem carona a um caminhão, na altura do quilômetro 246 da BR-116, foram presos pela equipe de abastecimento dos helicópteros, que estava estacionada junto a uma instalação do DNBR. Em vez de serem levados ao PC avançado, distante 5km, o Capitão Ajudante de Ordens do General conduziu-os até Jacupiranga, a 30km, para serem apresentados ao Comandante da Operação. Perdia-se um tempo precioso para a busca de informes. No retorno, indicaram o local onde haviam escondido seu material, onde foram apreendidos dois FAL com 130 tiros, dois revólveres .38, com 120 tiros, e duas mochilas.

O "grupo dos sete", nesse dia e nos que se seguiram, prosseguia no mesmo esquema de deslocamento, sempre no rumo norte.

---

[439] Saíram dois a dois, em intervalos de 10 minutos: Hebert e Revollo, Roberto Menkes e Carmen, Ubiratan e Antenor, Delci e Valneri. Enquanto os oito fugiam, Manoel de Lima era capturado no "aparelho" de Peruíbe, já ocupado pela polícia.

[440] Nesse ponto, houve um erro de coordenação: enquanto para Darcy e Lavecchia o encontro seria na região da torre, para Lamarca e seus companheiros, ele seria no depósito.

No dia 1º de maio, a BR-116 foi totalmente interditada, com o tráfego sendo desviada para a estrada da Ribeira, antiga rodovia São Paulo-Curitiba.

No domingo, dia 3 de maio, foi feito um patrulhamento geral da área, com o lançamento de dezoito patrulhas que nada encontraram. Muitos acreditavam que os "guerrilheiros" já haviam conseguido sair.

No dia 5 de maio, terça-feira, o Comando da Operação determinou a desmobilização parcial da área, mantendo, apenas, um dispositivo de vigilância, com uma companhia do 6º RI, em Capelinha, e tropas, em Barra do Turvo e em Braço. O apoio aéreo ficou reduzido a três helicópteros.

Na quinta-feira, 7 de maio, em reunião no QG/II Ex, decidiu-se desmobilizar mais a área, apesar da opinião contrária do CIE, que insistia em afirmar que os militantes ainda não haviam saído. Um pelotão do 2º BC, que estava em Braço, recebeu ordens de abandonar aquela região.

A despeito da desativação, o CIE havia montado um dispositivo de vigilância e informações[441]. Dois oficiais seguiram para São Paulo, a fim de conseguir reforços, mas não tiveram êxito, em face da ordem de desmobilização do dispositivo.

Às 10h30mi, do dia 8 de maio, o "grupo dos sete" – Lamarca, Fujimori, Gilberto, Diógenes, Nóbrega, Ariston e Edmauro – atingiu a localidade de Barra do Areado, 10 km a SW de Braço. Viram que haviam cometido um erro de cálculo: em vez de rumarem sempre para o norte, desviaram-se para NW.

Dirigindo-se para uma venda e dizendo que eram caçadores perdidos, alugaram, por 80 cruzeiros, uma "pick-up" Ford F-350 do proprietário da venda, a fim de levá-los até Eldorado. Tomaram banho no rio, trocaram de roupa e almoçaram.

Enquanto isso, o proprietário, já instruído, enviou dois moradores a cavalo para avisar a tropa do Exército que estava em Braço. Sem encontrar ninguém, pois o pelotão havia sido retirado no dia anterior, seguiram para Eldorado, onde alertaram que os sete militantes viriam na carroceria da P-350.

Por telefone, foi avisada a polícia de Registro. O Sargento Comandante do Destacamento da PM, que policiava Eldorado, determinou que seus seis soldados, armados de revólveres .38, estabelecessem uma barreira e seguiu para Jacupiranga, a fim de avisar ao Exército. ÀS 18h30min, o PC de Jacupiranga decidiu enviar um pelotão do 6º RI para Eldorado.

Às 17h30min, entretanto, os sete militantes já haviam saído da Barra do Areado, deixando suas mochilas na venda e levando somente as armas. Cada um portava revólver .38 e armas "pesadas", ou seja, dois FAL, uma metralhadora INA, duas espingardas calibre 12 e dois fuzis. Depois de uma pequena parada em Braço, chegaram a Eldorado por volta das 19 horas. Na barreira, os soldados da PM pediram-lhes os documentos e não acreditaram na história de caçadores perdidos. Nóbrega foi o primeiro a atirar, acertando um soldado. Com o tiroteio, alguns soldados foram feridos, enquanto outros fugiram para um lado, e os sete correram para o outro, parando cinquenta metros adiante. Observando que ninguém ficara próximo da F-350, Ariston e Diógenes foram buscá-la e, após embarcarem, os sete seguiram em direção a Sete Barras, com Edmauro levemente ferido na cabeça.

Enquanto isso, às 19h30min, o PC de Jacupiranga tomava ciência do ocorrido em Eldorado. Só então o pelotão do 6º RI seguiu para Eldorado, agora em perseguição aos militantes. Nesse ínterim, cerca de vinte homens da PM/SP, chefiados pelo Tenente Alberto Mendes Júnior, haviam seguido de Registro para Sete Barras. Aí chegando, o Tenente Mendes soube que nada havia ocorrido nessa cidade, como, erradamente, fora avisado. Por telefone, soube, então, que o entrevero havia sido em Eldorado, para onde seguiu já reforçado por uma Rural-Willys vermelha. No cruzamento com o Rio Etá, que transbordara pelas chuvas, a Rural atolou, prosseguindo os policiais militantes com uma C-14 e um caminhão Chevrolet, com o toldo abaixado.

Depois de quase um quilômetro, houve o encontro já narrado na introdução deste livro, quando alguns homens do Tenente Mendes ficaram feridos. Após render-se, o Tenente Mendes deixou o restante de seus homens sob as armas dos terroristas e levou os feridos até Sete Barras. Então, retornou sozinho, em busca de contato com o grupo, preocupado que estava com o restante dos policiais militares. Encontrou os terroristas pouco além do Rio Etá, de posse de um caminhão civil por eles capturado. Constatou logo que os soldados haviam sido abandonados e deixados para trás. Informado de que ficaria como refém, foi obrigado a seguir com o "grupo dos sete" em direção a Sete Barras. Ao tentarem atravessar o atoleiro do Rio Etá não conseguiram transpô-lo com o caminhão. Prosseguiram, então, a pé, em duas filas indianas dispostas nas margens da estrada.

Era quase meia-noite, quando o grupo ouviu vozes e barulho de veículos, quase 15 metros à frente, na entrada de Sete Barras. Nesse momento, Edmauro, que havia ficado mais à retaguarda por estar ferido, começou a gritar que estava perdido. Os soldados da barreira, assim alertados, deram ordem de "alto", o que fez com que o grupo se embrenhasse no mato, levando consigo o tenente.

---

[441] Compunham o dispositivo os seguintes elementos: do CIE e da 2ª Seção II Exe, no PC em Jacupiranga; do DOPS/Santos (dois delegados, dois escrivães e cinco investigadores, reforçados por praças da PM/SP); da 2ª Seção/II Exe, com três agentes, no quilômetro 230 da BR-116; do 2º BPE, com um capitão e três sargentos, na Casa Amarela; e da PH/SP, para reforçar o policiamento em Barra do Turvo, Braço, Pariguera-Açu, Iguape e Cananeia.

Pouco depois, passou um veículo civil, no sentido Eldorado-Sete Barras, e, ultrapassando o local da estrada onde haviam estado antes os terroristas, chocou-se com a barreira. Travou-se intenso tiroteio. Era o pelotão do 6º RI que vinha de Eldorado em viatura civil, pois as viaturas militares haviam sofrido sucessivas panes, o que acabou por provocar o tiroteio entre as próprias forças amigas, o que causou quatro feridos. A sorte, decisivamente, ajudava os militantes da VPR.

27. "Operação Sete Barras"

Confirmada a presença dos terroristas ainda na área, no dia 9 de maio, teve início uma nova operação, denominada "Sete Barras". Para essa operação, o dispositivo foi reajustado, estabelecendo-se o cerco com uma bateria do 2º RO 105, em São Miguel Arcanjo, ao norte; elementos do 6º GACosM e da PM/SP, a oeste do Rio Etá; um pelotão do 6º RI, em Eldorado; elementos do 5º GCan 90 AAe, do 6º RI e da Polícia Civil, em Sete Barras; uma companhia do 6º RI, a leste do Rio Etá; e uma companhia do Batalhão "Brucutu", da PM/SP, em Juquiá. Para o apoio aéreo, havia dois helicópteros da 1ª FAT.

Após o entrevero, o "grupo dos sete" havia-se reduzido a cinco, sem contar o Tenente Mendes, conduzido como refém. Nóbrega, perdido, ficou ao sul de Sete Barras; Edmauro, também perdido, permaneceu próximo de Eldorado. Lamarca e seus companheiros deslocaram-se rumo ao norte, em direção a São Miguel Arcanjo.

O dia 10 de maio, domingo, foi marcado pelo assassinato do Tenente Mendes, praticado a coronhadas, desfechadas por Yoshitane Fujimori e Diógenes Sobrosa de Souza[442]. Depois de enterrado, já então o "grupo dos cincos" andou algumas centenas de metros, chegando a uma plantação de abacaxis e bananas, numa fazenda, 20km ao norte de Sete Barras. Essa fazenda estava ocupada por tropas do Exército. Mas, mesmo assim, os cinco ficaram no local durante dez dias, escondido embaixo de uma pedra, que formava uma espécie de gruta.

Na manhã desse domingo, Edmauro foi pedir guarida numa casa próxima do local em que passara a noite. Denunciado, foi preso, logo depois, quando dormia numa pequena casa de madeira que servia de paiol.

Nóbrega, por sua vez, não conseguiu sair da área, pelo forte cerco, chegando a ser visto próximo de um riacho. Até terça-feira, dia 12, permaneceu escondido. Nessa manhã, dirigiu-se a um lavrador e pediu comida. Às 14 horas, quando a aguardava, foi preso por um sargento e um soldado, levados pelo lavrador.

No início da noite de 18 de maio, segunda-feira, Lamarca e Fujimori saíram do esconderijo e foram comprar gêneros numa venda próxima à Estrada do Areiado. Apesar da denúncia feita pelo proprietário da venda, o Comandante da Operação não acreditou no informe, e as medidas para o cerco aproximado só foram tomadas muito tarde.

Depois de dez dias escondidos, percebendo que haviam sido denunciados, os cinco militantes reiniciaram, em 19 de maio, o deslocamento para o norte, em direção a São Miguel Arcanjo.

Quatro dias depois, em 23, às 11 horas, Fujimori dirigiu-se a um nissei proprietário do Sítio Alvorada, próximo do entroncamento da Estrada de Sete Barras e São Miguel Arcanjo com a Estrada da Formosa. Falando em japonês, disse que estava com outros companheiros, lutando contra o Exército, e que pagariam bem pela comida, marcando um encontro às 10 horas do dia seguinte. O proprietário foi à venda em busca da tropa do 2º RO 105, quando encontrou diversos oficiais praticando tiro de revólver.[443]

No dia seguinte, 24 de maio, um domingo, os cinco militantes chegaram bem cedo ao local previsto para o recebimento da comida. Às 11 horas, uma hora depois da hora marcada, viram chegar um "japonês" (seria o mesmo do dia anterior?), seguido por mais um homem. Lamarca disse "bom dia" ao "japonês". Nesse momento, observou que, um pouco mais atrás, vinha outro elemento, fardado. Gritou que era a "repressão", e os cinco fugiram para um lado enquanto a "repressão" fugia para o outro. Mais uma vez, houve o contato e novamente fora rompido. O "grupo dos cinco", após esse encontro, reiniciou o seu deslocamento para o norte, acampando, no dia 29 de maio*,* a cerca de um quilômetro das tropas do Exército.

Na manhã do dia seguinte, após tomar banho num rio, barbear-se e cortar o cabelo, Gilberto Faria Lima conseguiu sair da área sozinho. A ideia do grupo, agora reduzido a quatro, era conseguir auxílio de transporte com os militantes da VPR, em São Paulo.

Na tarde de 31 de maio, aproximou-se uma viatura do 2º RO105, rebocando uma cisterna, pois ia buscar água. Na direção, havia um sargento nissei, com pistola .45, e 4 soldados, 2 na boleia e 2 na carroceria, todos estavam desarmados. Ariston fez sinal para a viatura, que parou. Ato contínuo, tomaram-na de assalto e vestiram as fardas dos militares, deixando os soldados só de cuecas, embaixo de um toldo na carroceria. Encontraram, no porta luvas, a relação das senhas. Ainda com o sargento nissei ao volante, encontraram, mais à frente, uma barreira, onde foi interpelá-los um sargento. Dizendo que precisava do suprimento com urgência, o nissei passou com facilidade, sem mesmo ter que usar a senha.

---

[442] O assassino do Tenente Mendes foi descrito na Introdução deste livro – "A violência em três atos". É o segundo ato.

[443] Posteriormente, Diógenes e Ariston, presos, declararam que esses tiros os espantaram para longe do local.

Já com Fujimori ao volante, fardado de sargento, o grupo chegou a São Miguel Arcanjo, onde abasteceu. Daí passou por Itapetininga e Tatuí, ganhando a Rodovia Castello Branco. Já em São Paulo, na Marginal do Tietê, perto de Vila Maria, voltaram a colocar as roupas civis, deixando os militares, sem roupas, amarrados na carroceria. Acabava, nesta noite de 31 de maio, a "Operação Sete Barras".

Em 8 de setembro, o cadáver do Tenente Mendes era desenterrado do local apontado por Ariston, preso em 19 de agosto. Alguns dias depois, Lamarca divulgava um manifesto intitulado "Do Vale do Jacupiranga ao Vale do Ribeira", onde descreve a sua versão dos acontecimentos, procurando justificar o assassinato do Tenente.

Não há dúvida de que a fuga bem-sucedida serviu para que tentassem criar o mito Lamarca. Por outro lado, José Araújo de Nóbrega, também ex-militar, preso na área em 12 de maio, fazia declarações importantes sobre a infiltração da VPR no Exército.

De próprio punho, sob o título de "Visão Crítica Pessoal", Nóbrega escrevia:

"O Capitão Lamarca não possui um QI satisfatório, a altura de ser um líder revolucionário. É um elemento de caráter volúvel, não tem posição definida, suas decisões são tomadas seguindo suas tendências emocionais. Suas qualidade militares são limitadas, tem limites de aproveitamento prático do conhecimento técnico que possui. É pouco engenhoso. O valor político que possui para ser um líder de esquerda lhe foi dado pela imprensa [interessada ou não]. As façanhas são limitadas e são raras, todavia é elemento audacioso".

De fato, Lamarca era audacioso, e sua audácia advinha, pelo menos em boa parte, da sua compulsão em "aparecer", para se fazer notado. Colocado em 46º lugar numa turma de 57 aspirantes, não era, sem dúvida, uma inteligência brilhante e, embora gostasse de tiro, não chegou a ser um atirador de escol, era apenas um bom atirador.

De qualquer forma, eficiente ou embusteiro, a VPR dele estava precisando para a sua reestruturação.

28. VPR: os rescaldos de maio e a reestruturação de junho

Fruto das sucessivas "quedas" do mês de abril, o CN da VPR estava esfacelado.

Na Guanabara, desaparecia a UC "Severino Viana Colou". A outra UC, a "João Lucas Alves ", passou a ser comandada por Sônia Eliane Lafoz, e ganhou o reforço de três militantes oriundos da VAR-Palmares. Em São Paulo, Oswaldo Soares assumiu o comando da UC, no lugar de Ladislas. No Rio Grande do Sul, a VPR iniciava a sua reestruturação, após o fiasco da tentativa de sequestro do cônsul norte-americano e das consequentes prisões.

Ao todo, eram cerca de sessenta militantes, nos três Estados, e um trabalho que era iniciado no Nordeste.

Não pararam, entretanto, as "quedas", em consequência das prisões. Em maio, resistindo a tiros à voz de prisão, foi morto Joelson Crispim, que havia participado do sequestro do Cônsul do Japão.

No dia 17, em São Paulo, foi preso o recém-designado comandante da UC, Oswaldo Soares, que entregou seu "aparelho", como já foi narrado, onde morreu sua companheira Alcery Maria Gomes da Silva e Antônio dos Três Reis de Oliveira, militante da ALN.

Também foram presos, em maio, Encarnación Lopes Peres, Luiz Alberto Barreto Leite Sanz, Jovelina Tonello do Nascimento e seu marido Manoel Dias do Nascimento, que colaborou com a polícia na identificação de dezenas de militantes[444].

Na Guanabara, no dia 14, foram presos Richard Domingues Dulley e sua esposa Ana Maria Aparecida Peccinini Dulley, do Setor de Inteligência, e, no dia 20, Eduardo Gomes da Silva.

No Rio Grande do Sul, ainda no dia 14, foi preso Roberto Antônio de Fortini, que dirigira a implantação da área tática de Três Passos.

No mês de maio, a VPR somente executou duas ações armadas: no dia 23, quando roubou 4.500 cruzeiros da casa de câmbio "Adam Exchange", em Copacabana; e no dia 26, em São Paulo, quando, em "frente" com a ALN, o MRT e a REDE, obteve 180 mil cruzeiros do Banco do Brasil, na Avenida Jabaquara.

O mês de junho marcou a reestruturação da VPR, engrossada com o retorno do restante dos militantes que haviam participado do treinamento de guerrilha no Vale do Ribeira. Carlos Lamarca reassumiu as suas funções de comandante em chefe e participou de uma reunião da "frente", integrada pela ALN, pelo MRT e pela REDE. Apesar de não ter sido aprovada a constituição do Comando Urbano, composto por um dirigente de cada organização, foi reconhecida a necessidade de concentrar esforços e de realizar planejamentos conjuntos.

O CN foi completado com Herbert Eustáquio de Carvalho e Inês Etieno Romeu.

No Rio Grande do Sul, reestruturava-se a UC "Manoel Raimundo Soares" (UC/MRS), que passou a ser comandada por Reinholdo Amadeo Klement, que também acumulava o Setor de Inteligência com sua companheira Vilma de Oliveira

---

[444] Banido em janeiro de 1971, Luiz Alberto Barreto Leite Sanz fez, na Suécia, um filme sobre Maria Auxiliadora Lara Barcelos, militante que se suicidara em 1976. Retornando ao Brasil, passou a trabalhar na EMBRAFILME, em 1984.

Franceschi. A UC era constituída por duas bases: a primeira, denominada de "João Lucas Alves", era coordenada por Diógenes Sobrosa de Souza; a segunda, por Antônio Carlos Araújo Chagas.

Na manhã do dia 10 de junho, a UC/MRS assaltou a Agência Menino Deus da Caixa Econômica Federal, em Porto Alegre, onde foram roubados 2.218 cruzeiros. Na ocasião, a PM tentou impedir o assalto, resultando em tiroteio que não acarretou nenhum ferido.

Em São Paulo, Yoshitane Fujimori assumiu a UC, que recebeu a denominação de "Antônio Raimundo de Lucena" (UC/ARL), e a dividiu em duas bases: a primeira, coordenada por Valneri Neves Antunes; a segunda, por José Maria Ferreira de Araújo.

Fato marcante desse mês de junho foi a apresentação, à polícia, de Massafumi Yoshinaga, arrependido de sua atuação passada. Compareceu à televisão e deu várias entrevistas, procurando mostrar à juventude o erro de caminhar-se pela trilha do terrorismo.[445]

Na Guanabara, os militantes da VPR reuniram-se numa única UC, a "Juarez Guimarães de Brito" (UC/JGB), em homenagem ao líder morto em 18 de abril. Comandada por Sônia Eliane Lafoz, possuía três bases: a primeira, coordenada por Gerson Theodoro de Oliveira; a segunda, por Roberto das Chagas e Silva; e a terceira, por Zenaide Machado.

Enquanto isso, Alex Polari de Alvarenga prestava assistência ao denominado "grupo dos proletas", constituído por cerca de dez marginais levados pelos salva-vidas Walter Ribeiro Novaes e Alípio Barbosa. Com eles, a VPR pretendia formar uma base para realizar assaltos na já conturbada área da Baixada Fluminense.

Mas, indubitavelmente, a ação importante da VPR, no mês de junho, foi o sequestro do embaixador alemão, através da UC/JGB.

29. VPR e ALN: o sequestro do embaixador alemão

Desde o início de 1970, coerente com a sua intenção de realizar atividades de propaganda armada, a VPR da Guanabara vinha realizando levantamentos para o sequestro de alguns diplomatas, como os embaixadores "dos Estados Unidos, do Japão, da Suécia e da Alemanha, este último em 'frente' com a FLN, de Joaquim Pires Cerveira".

A prisão, em 18 de abril de 1970, de Maria do Carmo Brito, membro do CN, e a localização de seu "aparelho", na Gávea, proporcionaram aos órgãos de segurança a descoberta de um minucioso planejamento para o sequestro do embaixador alemão. Nele, apreciam as primeiras letras dos codinomes dos principais participantes da ação: Juarez Guimarães de Brito, Maria do Carmo Brito, José Ronaldo Tavares de Lira e Silva, Roberto das Chagas e Silva, Alex Polari de Alvarenga e Joaquim Pires Cerveira. Três estavam presos, um morto e somente dois permaneciam soltos.[446] Em maio, as prisões ficaram abarrotadas de militantes da VPR. Para a organização, era urgente desencadear uma operação de sequestro que libertasse os principais quadros, e que, ao mesmo tempo, tivesse repercussão internacional. A UC/JGB retomou os planejamentos já realizados. Visavam ao embaixador norte-americano. A direção de Alfredo Hélio Sirks mostrava uma segurança forte e atenta, motivada pelo sequestro anterior, do Embaixador Elbrick, em setembro de 1969, e a tentativa de sequestro do cônsul em Porto Alegre, em abril de 1970. Em relação ao embaixador da Suécia, o plano revelara que o veículo do diplomata fazia constantes mudanças de itinerário, tornando muito difícil a execução da ação.

Decidindo-se pelo sequestro do embaixador do Japão, no dia e no momento previstos, a ação foi sustada pela presença inesperada e ocasional de um camburão da polícia.

Resolveu-se, então, sequestrar o embaixador alemão, de 61anos, Ehrenfried Von Holleben.

O planejamento inicial mostrara que a ação poderia ser executada com grandes chances de sucesso[447]. Apesar dos planos serem do conhecimento da policia, a segurança do embaixador era pequena, constituída por um carro com dois agentes.

Além disso, os terroristas raciocinaram que os órgãos de segurança não estariam acreditando que fosse realizada a ação, com o planejamento já conhecido. A VPR pensou corretamente.

Atualizaram o planejamento e roubaram quatro carros. Desde o mês de maio, a organização possuía uma casa de dois quartos para guardar o embaixador, na Rua Juvêncio de Menezes, nº 535, em Cordovil, alugada para o "casal" Gerson Theodoro de Oliveira e Tereza Ângelo. Em São Paulo, nos primeiros dias de junho, uma reunião, entre Carlos Lamarca, "Toledo" (da ALN) e Devanir José de Carvalho (do MRT), havia estabelecido a lista com quarenta prisioneiros que seriam trocados pelo embaixador. Como reforço, o planejamento recebeu 30 mil cruzeiros, uma metralhadora INA, uma pistola .45 e dois militantes da ALN, José Milton Barbosa e "Bacuri", este, para comandar a ação.

---

445 Em seis de junho de 1976, Massafumi Yoshinaga apareceu enforcado em sua residência, em Vila Odete, na capital paulista.

446 Eram o "Maciel" e o "Bartô", posteriormente identificados como, respectivamente, Roberto das Chagas e Silva e Alex Polari de Alvarenga.

447 O planejamento foi dirigido por Alex Polari de Alvarenga, com a ajuda de Lúcia Velloso Mauricio, Vera Lúcia Thimóteo e Júlio Cesar Covello Reto.

"No dia 11 de junho de 1970, durante o jogo Inglaterra x Checoslováquia, pela Copa do Mundo, quando o trânsito era diminuto, Holleben saiu da Embaixada, localizada na Rua Presidente Carlos de Campos, em Laranjeiras, rumo à sua residência, na Rua Cândido Mendes, em Santa Teresa. Sentado no banco de trás de sua Mercedes preta, o embaixador tinha, como motorista, o funcionário Martinho Huttl e o agente da polícia Federal Irlando de Mouro Regis, sentado no banco da frente e portando um revólver 38. Seguindo a Mercedes, como segurança, ia uma Variant, com os agentes da Polícia Federal Luiz Antônio Sampaio, motorista, e José Banharo da Silva, com uma metralhadora INA.

Tendo ocupado o dispositivo da ação desde as 19 horas, o "Comando Juarez Guimarães de Brito" executou o sequestro às 19h55min, nas proximidades da residência do embaixador, no cruzamento da Rua Cândido Mendes com a Ladeira do Fialho.

Ao aproximar-se o carro diplomático, Jesus Paredes Soto deu um sinal a José Maurício Gradel. Este avançou com uma "pick-up" Willys, abalroando a Mercedes. Então, o "casal" que namorava na "Escadinha do Fialho", Sônia Eliane Lafoz e José Milton Barbosa, este com metralhadora, disparou suas armas contra a Variant da segurança, ferindo Luiz Antônio no abdômen e na coxa esquerda, e Banharo, na cabeça. Ao mesmo tempo, "Bacuri", à queima roupa, disparou três tiros de revólver 38 em Irlando de Souza Regis, matando-o com um tiro na cabeça.

Hebert Eustáquio de Carvalho, empunhando uma pistola 45, arrancou o diplomata da Mercedes e embarcou-o no Opala, dirigido por José Roberto Gonçalves de Rezende.

Deixando no local a "pick-up" do abalroamento, três carros fugiram em alta velocidade, em fila indiana: na frente, um Volks grená dirigido por Roberto das Chagas e Silva, transportando Sônia Eliane Lafoz e Alex Polari de Alvarenga; no meio, um Opala, com José Roberto, "Bacuri", Herbert e o embaixador; e, atrás, cerrando a fila, um Volks vermelho dirigido por Gradel, levando José Milton e Jesus Paredes Soto.

Executado por nove terroristas, o sequestro não durou nem quatro minutos e deixou um morto e dois feridos graves. Espalhados pelo chão, alguns panfletos assinados pela VPR e pela ALN: o "Esclarecimento" e o manifesto "Ao Povo Brasileiro".

Subindo pela Cândido Mendes, Herbert colocou algodão embebido em éter no nariz de Holleben. No outro lado de Santa Teresa, na altura do número 200 da Rua Professor Olinto de Oliveira, para servir de intérprete, guardava Gerson Theodoro de Oliveira, Maurício Guilherme da Silveira e Alfredo Hélio Sirkis. Saiu a Kombi dirigida por Maurício: na frente, Gerson e "Bacuri", e, atrás, Sirkis e o embaixador, colocado dentro de uma caixa de madeira. Os dois Volks e o Opala foram, logo depois, abandonados por seus ocupantes.

Por volta das 21 horas, depois de dar uma raspada num ônibus, chegaram ao "aparelho" de Cordovil, onde aguardavam Manoel Henrique Ferreira e Tereza Ângelo. O caixote foi desembarcado e colocaram Holleben em um dos quartos. Nessa madrugada, "Bacuri" datilografava o "comunicado número 1", no qual fazia diversas exigências às autoridades, dentre as quais a libertação de quarenta presos e a divulgação, pela Rádio Nacional, de "comunicados entre as regionais da organização". Ao mesmo tempo, Maurício deixava a Kombi num determinado local, para ser apanhada posteriormente, a fim de levar de volta o embaixador.

Durante os cinco dias que durou o sequestro, mensagens foram trocadas entre o governo brasileiro e o alemão. Seis comunicados do "Comando Juarez Guimarães de Brito" foram enviados às autoridades. Tereza os levava a Alex (sempre em três vias), que, depois de colocá-los em três locais, avisava às rádios e aos jornais para apanhá-los. Diversos "comunicados internos" foram trocados entre o comando da operação, e a VPR, em São Paulo, através da Rádio Nacional. Em código, eles transmitiam dados e instruções.

Nesses cinco dias, foram tranquilas as relações entre Holleben e os cinco terroristas, sempre escondidos por capuzes. A comunicação era feita por Sirkis, que, em inglês, fazia o seu proselitismo, dizendo, entre outras coisas, que estavam tentando libertar seus companheiros, torturados nas prisões.

Na segunda-feira, no dia 15, "Bacuri" foi para São Paulo, deixando Gerson no comando da operação. Nessa noite, os quarenta banidos, dentre os quais vinte da VPR, chegavam à Argélia, em avião da VARIG. Só fa1tava, agora, soltar o embaixador. No entanto, ocorreu um problema. Ao ir buscar a Kombi, Maurício não mais a encontrou. Deixada num local de estacionamento proibido, ela foi rebocada pelo DETRAN.

Durante todo o dia seguinte, 16 de junho, os militantes buscaram uma saída para o problema, chegando, inclusive, a aventar a hipótese de levá-lo de ônibus.

Às 22 horas, chegou a solução na forma de um carro trazido por José Roberto Gonçalves de Rezende e Roberto das Chagas e Silva. Numa primeira leva, Sirkis e Manoel foram deixados no Méier. Na segunda, saíram Gerson, Tereza e o embaixador, largado às 23 horas, na Tijuca, próximo da Rua Barão de Mesquita.

Reconhecido por um popular, foi levado até a Embaixada portando, no bolso do casaco, um documento relatando torturas, que, prazerosamente, se dispôs a divulgar na Europa. Nos seus depoimentos, posteriormente prestados, o Embaixador Holleben nada falou sobre esse documento e nem sobre suas conversas em inglês com Sirkis, o que poderia tê-lo identificado.

A VPR, paradoxalmente, ganhara mais um aliado.[448]

---

[448] Trocados pelo embaixador alemão, quarenta militantes foram banidos para a Argélia, em 15 de junho de 1970. Desses, 20 eram da VPR: Almir Dulton Ferreira, Altair Luchesi Campos, Carlos Minc Baumfeld, Darcy Rodrigues, Dulce de Souza Maia, Edmauro Gupfert, Eduardo Gomes da Silva, Flávio Roberto de Souza, Leda dos Reis Chaves, José Araújo de Nóbrega, José Lavescchia, José Ronaldo Tavares de Lira e Silva, Ladislas

30. VPR: um 2º semestre violento

Reestruturada e com o moral alto, pelo sucesso alcançado com o sequestro do embaixador alemão, a VPR ingressou no 2º semestre de 1970 disposta a incrementar suas ações violentas.

Na noite de 26 de julho, um domingo, quatro militantes da VPR do Rio Grande do Sul e mais dois do MR-26 tentaram sequestrar o gerente e o subgerente do Banco do Brasil, em Gramado, a fim de levá-los a abrir o banco. Apesar de subjugarem o subgerente, o grupo que foi à casa do gerente surpreendeu-se com os gritos histéricos de sua esposa, o que os colocou em fuga.

Dois dias depois, em São Paulo, num assalto realizado em "frente" com o MRT e o MRM, militantes da VPR roubaram mais de 40 mil cruzeiros de uma garagem da CMTC, localizada na Avenida Imperatriz Leopoldina[449].

Em 19 de agosto, era preso, em São Paulo Ariston Oliveira Lucena, um dos assassinos do Tenente Alberto Mendes Júnior. Vinte dias depois, Lucena indicava o local onde o oficial havia sido enterrado.

Em São Paulo, Lamarca participava de mais uma reunião da "frente", agora somente com a ALN e o MRT, ocasião em que foram selecionadas as ações conjuntas para os dois meses seguintes, que culminariam com as que seriam realizadas em 4 de novembro, data do primeiro aniversário da morte de Marighella.

Na Guanabara, três ações foram realizadas pela UC/JGB, no mês de agosto: no dia 6, o assalto a um posto de fiscalização do Ministério do Trabalho, em Caxias, com o roubo de carteiras de trabalho; uma semana depois, o assalto a um terminal de ônibus em Nova Iguaçu, no qual foi levada uma caixa de metal onde havia bilhetes de ônibus; e o assalto a uma garagem em Piedade, onde foram roubados um Volks e três pares de placas.

No Rio Grande do Sul, a UC/MRS, desejosa de redimir-se dos fracassos anteriores, em "frente" com a VPR, realizou, em 13 de agosto, assaltos simultâneos à Companhia de Fumos Santa Cruz e à Fábrica de Cigarros Flórida, onde foram roubados cerca de 16 mil cruzeiros. Em 29 desse mês, essa "frente" assaltou a casa de armas de caça e pesca Oficina Precisão, na Rua Benjamin Constant, levando nove revólveres calibre 32; três espingardas; uma carabina e mais de dez mil cartuchos.

No mês seguinte, setembro, mais dois assaltos foram bem-sucedidos: no dia 4, ao posto de gasolina Antão Farias, no qual foram levados dois Volks; no dia 8, à Sociedade Anônima Moinhos Rio-Grandense, que rendeu seis mil cruzeiros.

Apesar de, nesse mês, terem sido presos três militantes que haviam participado da preparação da área tática de Três Passos, a UC/MRS estava exultante com as ações armadas que vinham sendo executadas. Por isso, no momento mesmo em que o CN colocava em descrição a possibilidade de serem criados "comandos de sabotagem, a VPR gaúcha dispensava os debates e organizava o citado comando[450]. Açodado, Isko Germer, coordenador do "comando de sabotagem" da UC/MRS, em documento datado de 28 de setembro, propunha o sequestro de "ex-governadores, militares e diplomatas", além de operações de sabotagem com "bombas, minas, granadas e material incendiário" em portos e navios.

Em São Paulo, ainda em setembro, a UC "Antônio Raimundo de Lucena" (UC/ARL) recebeu um reforço na figura de Aluízio Palhano Pedreira Ferreira, que veio de Cuba trazendo dois mil dólares. Duas ações armadas foram realizadas pela VPR, na capital paulista, nesse mês: no dia 15, em "frente" com militantes, da ALN e do MRT, assaltaram o carro-forte da Brink's (já narrado nas ações do MRT); e, no dia 28, assaltaram e incendiaram a RP número 53, na Rua Alcindo Guanabara, próximo da Avenida Lins de Vasconcelos, roubando dois revólveres e a metralhadora INA dos dois policiais militares. Mas nem só de sucesso viveu a VPR/SP, em setembro de 1970.

No dia 22, foram presos Mário de Freitas Gonçalves e sua companheira Noêmia Iba. Na tarde do dia seguinte, ao ser levado para "cobrir um ponto nos terminais de ônibus do Anhangabaú, Mário conseguiu fugir espetacularmente, enquanto sua companheira reagia violentamente à prisão, morrendo em consequência dos ferimentos recebidos. Identificado pelos documentos que portava, com o nome de "Edson Cabral Sardinha", mais tarde, conseguiu-se levantar que era o misterioso "Ariboia", José Maria Ferreira de Araújo, ex-marinheiro com curso de guerrilha em Cuba e

---

Dowbor, Lizzt Benjamin Vieira, Maria do Carmo Brito, Melcides Porcino da Costa, Oswaldo Antônio dos Santos, Oswaldo Soares, Pedro Lobo de Oliveira e Tercina Dias de Oliveira. Os outros 20 pertenciam a outras organizações comunistas: Aderbal Alves Coqueiro, Ângelo Pezzuti da Silva, Apolônio de Carvalho, Carlos Eduardo Fayal de Lira, Carlos Eduardo Pires Fleury, Cid Queiroz Benjamin, Daniel Aarão Reis, Domingos Fernandes, Fausto Machado Freire, Fernando Paulo Nagle Gabeira, Jeová Assis Gomes, Joaquim Pires Cerveira, Jorge Raimundo Nairis, Marco Antônio Azevedo Meyer, Marin José Carvalho Nairis, Maurício Vieira Fernandes, Murilo Pinto da Silva, Ronaldo Dutra Machado, Tânia Rodrigues Fernandes e Vera Sílvia Araújo Magalhães.

[449] Pela VPR, participaram Yoshitane Fugimore, Ariston Oliveira Lucena e Gregório Mendonça.

[450] O "comando de sabotagem" era integrado por: Isko Cermer, Marco Antônio Lima Dourado, Cezar Augusto Tejera de Re e Miguel Viulow Golobisek Maslak.

companheiro da paraguaia Soledad Darrett Viedma. Em seu lugar, como coordenador de uma das bases, assumiu Edson Neves Quaresma.

Na segunda quinzena de setembro, numa reunião da "frente", decidiu-se realizar a "Campanha pelo Voto Nulo", para as eleições de 15 de novembro.

Na Guanabara, no dia 6 de setembro, um comando da VPR rendeu o gerente da União de Bancos Brasileiros, que chegava em sua residência, em Nilópolis, e obrigou-o a abrir a agência, em São João do Meriti, roubando cerca de cem mil cruzeiros. Os militantes, previstos para a cobertura da ação, eram Sônia Eliane Lafoz, comandante da UC/JGB; Roberto das Chagas e Silva, comandante de uma base; e José Maurício Gradel. Eles não compareceram. Os três acabaram saindo da VPR e ingressando no MR-8.[451]

Rearticulou-se, então, a UC/JGB. Como comandante, no lugar de Sônia, ascendeu Gerson Theodoro de Oliveira, e as bases foram reduzidas a duas: uma, coordenada por Alex Polari de Alvarenga; e a outra, por Adair Gonçalves Reis.

Nos últimos dias de setembro, em "frente" com o PCBR, a UC/JGB fracassou no assalto a um carro-pagador do Bamerindus, em Nova Iguaçu.

No início de outubro, deu-se a transferência do CN de São Paulo para a Guanabara. Seguiram para o Rio de Janeiro Lamarca, Iara, Inês Ettiénne e José Raimundo da Costa, com escolta fornecida pelo MRT. Depois de quase quatro meses escondidos no "aparelho" do MRT, Lamarca e Iara eram entregues em domicílio à VPR. Lamarca não se esqueceria do favor que essa pequena organização lhe havia prestado. O casal foi descansar, durante dois desses, em Rio d'Ouro, pequeno lugarejo situado entre Piabetá e Santo Aleixo.

Em meados de outubro, numa reunião da "frente", decidiram-se executar três sequestros consecutivos, como demonstração de força, no dia do aniversário da morte de Marighella, em 4 de novembro. A ideia, como já vimos anteriormente, era libertar duzentos presos.

Em São Paulo, duas prisões importantes aconteceram no dia 2 de outubro: as de Ubiratan de Souza e Valneri Neves Antunes, que haviam participado da área de treinamento do Vale do Ribeira. Seus depoimentos esclareceram detalhes ainda obscuros do que haviam feito em Registro e possibilitaram à OBAN iniciar as investigações sobre a UC/ARL.

A única ação armada da VPR, nesse mês, foi a do dia 12, quando foram roubados três carros de uma garagem, em Todos os Santos, na Guanabara.

No dia 23, Lamarca divulgou o documento "Nota Complementar sobre Guerrilha", onde eram estabelecidas as diferenças entre guerrilha tática e guerrilha irregular.[452]

Entre os dias 1º e 9 de novembro, atendendo às recomendações "da frente", a VPR decretou uma absoluta parada nas atividades. As ações previstas para serem desencadeadas no dia 15 de novembro, pela "Campanha do Voto Nulo", não poderiaDigite a equação aqui.m ser prejudicadas por possíveis "quedas".

A partir do dia 10, iniciou-se a panfletagem armada em diversos bairros de São Paulo, com militantes da ALN, do MR-8, do MRT, do PCBR e da VPR. Vários foram os choques entre a polícia e os terroristas, destacando-se o do dia 10, em Vila Prudente, quando foram baleados os Soldados da PM Garibaldo de Queiroz e José Marques do Nascimento, além do motorista de táxi José Marques do Nascimento; e o do dia 13, na Avenida das Nações Unidas, em Santo Amaro, quando foram feridos nas costas o Sargento da PM Wilson Nora dos Santos e o Cabo Artur Re Saraiva.

Dois dias depois das eleições, em uma reunião, a "frente" determinou a posição de "recuo" e suspendeu os três sequestros programados, apesar da opinião contrária da VPR[453].

No dia 19, Lamarca escreveu o documento "Partido ou Proletariado?", retornando ao tema "Avanço ou Recuo", "Vanguarda ou Massa", que havia, na Guanabara, provocado o "racha" dos oito militantes que foram para o RM-8. Definindo-se pelo "proletariado", Lamarca procurava demonstrar que o recuo, para a organização, não era uma posição revolucionária, sendo incompatível mesmo com os "princípios leninistas". Analisava, também, o quadro geral das esquerdas, concluindo que as organizações estavam desmembradas, isoladas politicamente e passando por uma séria crise de segurança, causada, basicamente, pelo "aperfeiçoamento militar da repressão". Finalmente, estabelecia os quatro objetivos a serem atingidos pela VPR: o "desmascaramento da ofensiva política da classe dominante"; a "ruptura do isolamento político", a ser conseguida pela propaganda armada; a "preparação da guerrilha rural" e a "organização de comandos de sabotagem".

Diversos foram os documentos que circularam sobre esses comandos. O de Adair Gonçalves Reis defendia a execução de pequenas ações de sabotagem ou ações de terror contra edifícios públicos; representações diplomáticas;

---

[451] Por defenderem a montagem de uma melhor infraestrutura para a organização, antes de prosseguir nas ações, esses militantes, não atendidos, deixaram a VRP, transferindo-se para o MR-8. Foram acompanhados pelos militantes Roberto Marques, Carmen Monteiro dos Santos Jacomini, Jesus Paredes Soto, Manoel Henrique Ferreira, Salomé Souza de Oliveira.

[452] Para Lamarca, na guerrilha tática, deveriam atuar grupos de militantes, com regularidade e constância nas ações. Já a guerrilha irregular deveria ser desenvolvida pelos camponeses da região, treinados pelos militantes, sem regularidade, e, somente, com pequenas ações. No Vale do Ribeira, tinha havido treinamento. Na região de Três Passos havia guerrilha tática e, no Nordeste, José Raimundo da Costa preparava a guerrilha irregular.

[453] Essa reunião está descrita no item 31 deste capítulo.

residências de empresários norte-americanos e de generais; clubes de luxo frequentados pela burguesia (Iate, Clube Militar); etc. Já o de Gerson Theodoro de Oliveira preconizava a realização de sabotagem nos "locais vitais para a normalidade da vida na cidade (usinas elétricas, gasômetros, vias de comunicação – pontes, viadutos, torres de comunicação, telégrafo, telefone, etc.)".

Ouvidas as bases da Guanabara, foi criado um Comando de Sabotagem, subordinado à UC/JGB, no qual atuava Ubajara Silveira Roriz, um estranho militante oriundo da VPR, e que proporia a retirada dos "suportes da ponte Rio-Niterói", a provocação de incêndios insuspeitos nos lençóis petrolíferos, a danificação do material das usinas de eletricidade, dando "marteladas nos pontos fracos das turbinas" e a soltura de "milhares de ratos em cidades siderúrgicas (como Volta Redonda)", a fim de "criar epidemias e paralisar a produção".[454]

Nos dias 3 e 6 de novembro, no Rio Grande do Sul, foram presos mais dois militantes que haviam participado do treinamento no Vale do Ribeira, respectivamente, Delci Fensterseifer e Tenor Machado dos Santos. As declarações de Delci possibilitaram à polícia chegar à placa que Yoshitane Fujimori estava usando em seu carro, um Volks grená. Às 11h30min de 5 de dezembro, um sábado, Fujimori foi reconhecido em Vila Mariana e perseguido ao longo de várias ruas de São Paulo, até ser alcançado na Praça Santa Rita de Cássia, no Jabaquara. Saindo do Volks disparando uma metralhadora e um revólver, Fujimori e seu acompanhante, mais tarde identificado como Edson Neves Quaresma, morreram no local, em consequência do tiroteio estabelecido.

Enquanto isso, no Rio Grande Sul, a UC "Manoel Raimundo Soares" prosseguia nas ações armadas, incentivada pelo êxito das efetuadas em agosto e setembro. Na noite de 27 de novembro, junto com dois militantes do MCR, assaltaram a Casa Modelo, distribuidora dos produtos Lacta, localizada na Rua Dr. Eduardo Chartier. Desejavam dar a entender que era um assalto de marginais, usaram disfarces e, além de 3.550 cruzeiros, levaram dois relógios, um rádio e chocolates.

No dia 7 de dezembro, Isko Germer, Luiz Carlos Dametto e Marco Antônio Lima Dourado executaram aquela que seria a primeira e única ação do "comando de sabotagem", ateando fogo na sede campestre do Círculo Militar – ainda em construção, em Vila Assunção, Porto Alegre.

A última ação armada da UC/MRS foi executada na tarde de 10 de dezembro, com os assaltos simultâneos ao Banco Itaú-América, à farmácia e à tesouraria, localizadas no interior do Hospital Nossa Senhora da Conceição, onde roubaram um total de quase 73 mil cruzeiros. O "Comando Yoshitane Fujimori", que praticou a ação, foi constituído por 9 militantes da VPR e 4 do MCR. Chegou a disparar contra um carro que o perseguia.

Logo depois, entre os dias 11 e 13 de dezembro, foram localizados 5 aparelhos (3 da VPR e 2 do MCR), quando ocorreu a prisão dos militantes do MCR e de nove da VPR[455], causando, na prática, o desmantelamento dessas duas organizações no Rio Grande do Sul. As declarações dos elementos presos, particularmente as de Carlos Alberto Tejera do Rê, possibilitariam a identificação e a prisão dos remanescentes, no ano seguinte.

Nessa época, estava, em pleno andamento, o sequestro do embaixador suíço, na Guanabara.

31. VPR: o sequestro do Embaixador da Suíça

Em meados de outubro de 1970, a frente composta por cinco organizações subversivas, ANL, VPR, PCBR, MR-8 e MRT, estava em plena euforia, fruto da perspectiva das ações que iriam executar em conjunto na semana do primeiro aniversário da morte de "Mariguella", em 4 de novembro. Dentre essas ações, a VPR planejava ativamente o sequestro que iria executar na Guanabara, do Embaixador da Suíça Giovanni Enrico Bucher, um dos três a serem sequestrados.

A morte, em 23 de outubro, de Joaquim Câmara Ferreira, o "Toledo", líder máximo da ALN, e a sucessão de prisões que atingiram o PCBR, em Recife e em Salvador, arrefeceram o ânimo da "frente", agora embalada, apenas, pelas ações de propaganda armada que pretendia realizar alguns dias antes das eleições de 15 de novembro.

A VPR, entretanto, debruçava-se inteiramente nos preparativos para o sequestro. No dia 19 de novembro, Carlos Lamarca enviou o documento "Recorrência da VPR à Frente", no qual questionava a quantidade de presos da VPR e da ALN que deveriam ser soltos pelos três sequestros. Num total de 200 presos, dentre os quais 25 do PCBR, 15 do MR-8, 7 do MRT e 43 de outras organizações, a VPR não concordava com os 40 que a ela haviam sido propostos, em comparação com os 70 da ALN. Numa linguagem agressiva, talvez pela ausência de "Toledo", Lamarca propunha a inversão dos números, 70 para a VPR, 40 para a ALN. "De qualquer modo", afirmava Lamarca, "a VPR tem como questão fechada que o número de militantes da VPR e da ALN deve ser o mesmo".

Alguns dias depois, a ALN, o MR-8 e o MRT enviaram o documento "Ao Comando da VPR", no qual decidiam "reabrir as discussões em torno do número de presos a ser pedido 'no sequestro'", fazendo, entretanto, severas críticas

---

[454] O Comando de Sabotagem era integrado por: Maurício Guilherme da Silveira, como coordenador, Walter Ribeiro Novaes, José Carlos de Oliveira Mendes e Ubajara Silveira Roriz.

[455] Os militantes da VPR presos foram Luiz Carlos Damelto, Carlos Alberto Tejera de Rê, Diógenes Sobrosa de Souza, Edemar Meimes, Carlos Roberto Serassol Borges, Airton Antônio Castagna, José Clayton e Flávio Gil Reia.

ao procedimento da VPR, que questionava os números estabelecidos numa reunião conjunta, à qual ela mesma havia comparecido. Sem que Lamarca percebesse, já estava embutida, no documento, a posição de "recuo" – em vez de "sequestros", a palavra vinha no singular.

O fracasso das ações de propaganda armada na "Campanha pelo Voto Nulo", ocasionando choques trágicos com a polícia e pouco rendimento, precipitou o "recuo" da "frente".

Numa reunião realizada alguns dias depois das eleições, no "aparelho" de Joaquim Alencar de Seixas, do MRT, à qual compareceram Herbert Eustáquio de Carvalho e Yoshitane Fujimori, pela VPR, o MR-8, representado por Carlos Alberto Vieira Muniz, apresentou a proposta de suspensão, por tempo indeterminado, dos três sequestros. Desejavam que fossem preparadas melhores condições de segurança, com "aparelhos", dinheiro, armas, documentação, esquema médico, etc. Para o MR-8, havia que se montar, antes, uma infraestrutura eficiente que assegurasse o sucesso das ações. Era a posição de "recuo" que a VPR já havia discutido poucos meses antes e deliberado contra.

A maioria optou pelo "recuo", e a VPR comprometeu-se a não realizar o sequestro até a reunião da "frente", prevista para ser realizada em dois meses. Lamarca, na Guanabara, consultou as bases. Favorável à ação, a VPR decidiu executá-la usando a sua autonomia, à revelia da "frente".

Bem que o MR-8 tentou atrasar o sequestro, lançando a ideia de executar uma ação que iria render 20 metralhadoras. Como precisavam de fardas da PM e para provar que essa ação já estava em andamento, o MR-8 assaltou os dois policiais militares que davam guarda ao mirante Dona Marta, em Botafogo, em 27 de novembro. Chegou mesmo a pensar em não devolver uma metralhadora que a VPR lhe havia emprestado, necessária para o sequestro. Depois de acirradas discussões, concluiu que seria "oportunismo demais" e devolveu a arma.

Nada mais faltava à VPR. Os levantamentos já estavam prontos, realizados pela Unidade de Combate "Juarez Guimarães de Brito" (UC/JGB), comandada por Gerson Theodoro de Oliveira.

O esquema médico já havia sido montado por Inês Ettiénne Romeu, que combinara com o Dr. Edson Medeiros, ex-vereador cassado em 1964, para aguardar um telefonema, até 13 horas do dia aprazado. Se houvesse feridos, eles seriam recebidos por Walter Ribeiro Novaes, que estaria aguardando com um Volks estacionado na Rua Costa Matos, em Santa Teresa. Daí, seriam levados para um sítio na Estrada do Guerengue, na Taquara, alugado por Cinfrônio Mesaneto, onde seriam recebidos pelo caseiro Boiônio Amorim Bezerra, ex-militante da Ala Vermelha e da VAR-Palmares.

Os carros para a ação já haviam sido conseguidos. No dia 22 de novembro, às 6 horas, assaltaram a garagem e o apartamento localizados na Rua de Bonsucesso, nº 500, onde levaram três Volks, dois azuis e um branco, além de dois pares de placas e um revólver INA calibre 38. Às 5h30min de 30 de novembro, assaltaram, pela segunda vez, a garagem "Todos os Santos", na Avenida Amaro Cavalcanti, no Encantado. Nessa oportunidade, levaram um Aero-WillYs cinza-claro e dois Volks, um branco e outro azul-turquesa.

Como desinformação, Paula Brandi de Barros Cachapuz daria, logo após o sequestro, diversos telefonemas para rádios e delegacias, procurando dar falsas pistas à polícia sobre o paradeiro dos terroristas.

O "aparelho" escolhido para a guarda do embaixador seria, do mesmo modo que o do alemão, a residência do "casal" Gerson e Tereza, alugado, desde julho, uma casa de três quartos na Rua Tacaratu, uma ladeira que começava em Rocha Miranda, onde havia um quartel da PM, e terminava em Honório Gurgel.

O esquema para o envio das mensagens às autoridades também já estava pronto, com "pontos" anteriormente marcados entre os três "legais" do "aparelho", Gerson, Tereza e Herbert, este, apresentado à vizinhança como irmão de Tereza, de Ivan Mota Dias e de Zenai. Seriam deixados em cinco diferentes locais, avisando, logo depois, aos órgãos de comunicação social.

O levantamento sobre os hábitos do Embaixador havia mostrado que ele saía diariamente, por volta das 8h45min, de sua residência na Rua Campo Belo, em Laranjeiras, e dirigia-se no seu Buick azul de chapa diplomática para os escritórios da embaixada, na Rua Cândido Mendes, na Glória. Não havia carro de segurança, pois o embaixador desprezava as sugestões da Polícia Federal nesse sentido. Para ele, o sequestro do alemão mostrara que esse carro não impediria a ação de elementos determinados a isso. Do mesmo modo, desprezara as recomendações de constantes mudanças de itinerário: de sua residência, no Campo Belo, passava pelas ruas pereira da Silva, das Laranjeiras, Ipiranga e Conde de Baependi, chegando à Praça José de Alencar, no Catete e, daí, atingindo a Glória. Para ele, o sequestro de um embaixador suíço era improvável, já que o envolvimento do pequenino e neutro país não traria dividendos políticos aos sequestradores. Passava, portanto, diariamente, entre 8h50 e 9horas, na Rua Conde de Baependi, uma rua estreita, de mão única, que liga Laranjeiras ao Flamengo. Com ele, no Buick azul, seguiam o motorista, desarmado, e um agente da Polícia Federal, com uma pistola 7,65mm.

Depois de dois adiamentos, Carlos Lamarca marcou a ação para o dia 3 de dezembro. Tudo pronto, com os militantes em seus postos, o comandante da operação não apareceu: Sirkis havia esquecido de entregar-lhe a chave do Volks que o levaria, com Gerson, ao local determinado.

Entre 8h50min e 8h55min do dia 7 de dezembro de 1970, uma segunda-feira, consumou-se o sequestro do Embaixador Giovanni Enrico Budher, de 57 anos, que saiu de sua residência na hora prevista, com o motorista Hercílio Geraldo e o agente da Polícia Federal Hélio Carvalho de Araújo.

Um pouco antes de entrar na Rua Conde de Baependi, Adair Gonçalves Reis, que estava como "olheiro", deu um sinal para Gerson Theodoro de Oliveira e saiu, a pé, da área. Gerson, por sua vez, sinalizou a Alex Polari de Alvarenga, que ligou o motor de seu Aero-Willys cinza claro, estacionado na calçada da esquerda, perpendicularmente à rua, na altura do

número 63. Segundos depois, avançou na contramão, chegando a tocar, com o parachoque do seu carro, o Buick azul. Ao mesmo tempo, Inês Ettiénne Romeu, num Volks azul estacionado junto à calçada da direita, deu marcha a ré, impedindo a fuga do Buick por esse lado. Enquanto isso, um Volks branco, dirigido por Maurício Guilherme da Silveira, simulava uma pane na esquina da Rua Senador Correia, impedindo o acesso de outros veículos à Conde de Baependi. Herbert Eustáquio de Carvalho dava segurança à operação. Lamarca (de cavanhaque, terno e gravata) e Gerson, com metralhadora, aproximaram-se pela direita do Buick. Lamarca bateu no vidro da janela do agente de segurança e abriu a porta, desfechando-lhe dois tiros com um revólver "Smith & Wesson" calibre 38, cano longo, a uma distância de um metro. O primeiro tiro atingiu o teto do carro, e o segundo, as costas do agente, que, por instinto de defesa, se virara.[456]

Alex retirou o motorista, Hercílio Geraldo, obrigando-o a deitar-se de bruços na calçada. Aproveitando um descuido, Hercílio fugiu, saindo correndo por entre as obras de um prédio em construção. O apavorado embaixador, retirado do carro, foi levado por Inês a um Volks azul-turquesa, dirigido por José Roberto Gonçalves de Rezende.

Alex, Herbert e Inês fugiram no Volks branco de Maurício, que saiu na contramão Posteriormente, o carro foi abandonado numa transversal da Rua Riachuelo. Lamarca e Gerson, com o embaixador, fugiram no Volks de José Roberto. A ação durou pouco mais de 30 segundos. Na fuga, Bucher pôde vislumbrar dois soldados de PM que corriam para o local dos tiros, vindos da Praça José de Alencar, onde atendiam a um acidente de trânsito, a 100 metros do local do sequestro. Abandonados na Conde de Baependi, ficaram o Aero-Willys e o Volks usados para fechar o Buick. Dentro deste, inclusive, sobre o corpo ensanguentado do agente, panfletos do "Comando Juarez Guimarães de Brito", da VPR, tentavam justificar a "Operação Joaquim Câmara Ferreira" e afirmavam, paradoxalmente: "Deste instante em diante, a vida do Sr. Embaixador está sob inteira responsabilidade do governo".

Nesse período, os órgãos policiais desencadeavam operações de bloqueio em diversas saídas da Guanabara. Entretanto, os telefonemas dados por Paulo Brandi de Barros conduziam o grosso das Forças Armadas da Floresta da Tijuca e desviavam sua atenção dos subúrbios da Leopoldina.

Alguns momentos depois da chegada ao "aparelho", Bucher pediu que seus sequestradores queimassem um documento que fora encontrado em sua pasta – uma análise da situação brasileira, no que foi atendido[457].

Durante os quarenta dias que duraram as negociações, cinco militantes cuidaram do embaixador: Lamarca, Herbert, Gerson, Tereza e Sirkis. Foi bem tratado, chegando a receber duas bermudas, duas camisas, chinelos, cigarros, remédios e até, um ventilador para enfrentar o forte calor do verão carioca. Constantemente, jogava "biriba" em parceria com seus sequestradores e tomava banho de sol, no pequeno quintal dos fundos. Chegou a ser fotografado e respondeu, por meio de um gravador, a uma dezena de perguntas que haviam sido enviadas pela revista alemã "Stern". Inicialmente, permaneceram de capuzes, uma semana depois os cinco militantes ficaram com os rostos descobertos[458].

Algumas horas depois do sequestro, a VPR enviou o "Comunicado Número 1", o "Manifesto do Povo Brasileiro" a "Carta Aberta à Embaixada Suíça" e uma carta de Bucher, de próprio punho.

Entre as diversas exigências, três destacavam-se:

– a divulgação do "Manifesto do Povo Brasileiro", por dois dias consecutivos, na primeira página dos jornais e, em todos os rádios e TVs do País, às 6h, 12h, 18h e 20h30min;
– a cessão de passagens gratuitas nos trens suburbanos da
Central e da Leopoldina, durante dois dias;
– a liberação de 70 presos para Chile, Argélia ou México.

Ao meio-dia de 9 de dezembro, uma nota oficial do Ministro da Justiça afirmava que "o Governo brasileiro, no empenho de preservar a vida e a liberdade do Embaixador da Suíça, estava aguardando uma carta de próprio punho do Embaixador e a relação nominal dos terroristas presos". Nessa mesma tarde, a VPR expediu o "Comunicado Número 2", dizendo que só divulgaria a lista dos setenta presos após cumpridas as exigências. Quatro dias depois, novamente a VPR cobrou essas exigências, através do "Comunicado Número 3", e, no dia 16, com o "Comunicado Número 4".

Nesses dias, instaurava-se uma verdadeira confusão nos órgãos de segurança, abarrotados por falsas denúncias anônimas, falsas exigências e falsos comunicados. Peritos grafotécnicos eram chamados para verificar a autenticidade dos comunicados. Apesar de os verdadeiros terem sido encaminhados com a assinatura do embaixador, alguns outros já apareciam com essa assinatura. Em oitenta, a perícia pôde mostrar a falsificação.

No dia 17, o Governo deu a garantia da libertação dos presos e, no dia seguinte, a VPR enviou o "Comunicado Número 5", com a lista dos setenta. Na segunda-feira, 21 de novembro, o Governo respondeu que aceitava libertar 51, da

---

[456] O agente da polícia federal Hélio Carvalho de Araújo, com a medula totalmente seccionada pelo projétil, viria a falecer às 2 horas do dia 10 de dezembro de 1970, no Hospital Miguel Couto.

[457] Em suas declarações, depois de solto, o Embaixador obviamente esqueceu-se desse detalhe.

[458] Brucher disse que seus sequestradores ficaram de capuzes o tempo todo. Naquela época, com as fotos existentes nos arquivos dos órgãos de segurança, os 5 militantes poderiam ter sido identificados.

lista. Não concordava, entretanto, com os outros 19, pelos seguintes motivos: 6 eram autores de sequestros, 4 estavam condenados à prisão perpétua ou a prisões mais elevadas, 3 haviam cometido homicídios, 1 não estava identificado, 1 não queria ir e 4 já estavam em liberdade.

A partir desse momento, o "Comando Juarez Guimarães" entrou numa série de discussões para ver se matavam ou não o embaixador. No dia seguinte, Lamarca enviou o "Comunicado Especial" não aceitando a preterição dos 13 e concordando com a substituição dos 6 seguintes. Regido em formato de ultimato, o final do comunicado traria a sombria advertência de que estavam "firmes no propósito de executar a sentença de morte". Ao mesmo tempo, Lamarca determinou que os militantes das duas bases enviassem, por escrito, a respectiva posição.

No documento de Adair Gonçalves Reis, datado de 24 de dezembro, aparece:

"Propomos a marcação imediata da data e horário para o 'justiçamento', com comunicado à ditadura. Prazo mínimo de 48 horas e máximo de 12 horas, tomando às 18 horas da tarde como horário básico".

Em 26 de dezembro, Zenaide Machado afirmava: *"A saída é pagar o preço alto, carregar um defunto que irá muito nos incomodar".*

Nessa data, Ivan Mata Dias declarava:

"Demorando a resposta da ditadura ao comunicado especial, damos um 'ultimato' que se não for aceito nos levará a 'fechar' o cara. Havendo resposta negativa ao comunicado especial, pode-se pensar em negociar com o Feller[459]. Eu penso que 6 ou 8 milhões de dólares seriam possíveis de serem obtidos, e parte desse tutu poderia ser entregue ao Jamil[460], na Europa, através dos contatos suíços em Genebra e os caras daquela Liga de Direitos Humanos. O pessoal dela teria tutu para voltar e para comprar equipamentos interessantes para lutar aqui, inclusive armas".

Ubajara Silveira Roriz, o mesmo que aventara a ideia de soltar milhares de ratos nas cidades siderúrgicas, defendia "fazer a ditadura levar o cadáver do embaixador atravessado na garganta, nas suas andanças pelo mundo".

Nas respostas, somente Alfredo Hélio Sirkis e José Roberto Gonçalves de Rezende não viram dividendos políticos na morte do embaixador. Dentre os 5 militantes confinados no "aparelho" da Rua Tacaratu, inicialmente, Sirkis ficou isolado, numa posição absolutamente minoritária. Com as respostas e o passar dos dias, Lamarca mudou a sua posição. Mesmo assim, eram 15 votos contra 3, a favor da execução. Lamarca, como comandante chefe da VPR, exerceu o seu poder de veto, sustou a execução e enviou uma lista substituindo os 13.

Sem o saber, Bucher nunca estivera tão perto da morte como naqueles dias, em torno do Natal do ano de 1970.

No dia 28, o Governo informou que, da nova lista, muitos também não poderiam ser libertados, pelos mesmos motivos anteriores. Outros, inclusive, não desejavam sair do País. No dia 30, a VPR enviou nova lista.

Já aliviados pela decisão de negociar, os sequestradores resolveram fazer uma festa na passagem do ano, com o comparecimento dos vizinhos; no quarto dos fundos, escondidos, só ficaram Sirkis e o embaixador.

No dia 4 de janeiro, o Governo informou a preterição de mais 9 presos, no dia seguinte substituídos por nova lista enviada pela VPR. No dia 6, nova preterição de mais 4, e, um dia depois, nova lista substituindo esses 4.

No dia 11, uma nota do Ministro da Justiça condicionava o embarque dos 70 presos (já reunidos na Guanabara) a um comunicado da VPR comprometendo-se a libertar o embaixador. Esse comprometimento foi enviado no dia seguinte.

Às 24 horas de 13 de janeiro de 1971, os 70 presos escoltados por 3 agentes da Polícia Federal decolaram do Galeão, num Boeing da VARIG que aterrissou, às 4h15min no aeroporto de Pudahuel, em Santiago do Chile. Foram fotografados ao lado do avião com os braços erguidos e os punhos cerrados. Era a saudação dos "vitoriosos" comunistas às dezenas de militantes que os aguardavam nas varandas do aeroporto, com faixas e cantos dos hinos nacionais do Brasil e do Chile, entremeados pelo hino da Internacional Comunista, por sambas brasileiros e pelo coro de "assassinos filhos da puta", dirigido ao avião.

Um dos agentes da Polícia Federal desceu do avião para colher a assinatura das autoridades chilenas pelo recebimento dos banidos. Ao dizer que levava uma correspondência para o Adido Militar brasileiro, o Comissário Hugo Toro, afirmando que "aqui quem manda sou eu", arrebatou-lhe o documento diplomático, rasgou o envelope e saiu, a fim de lê-lo. Depois de permanecer duas horas detido por agentes chilenos armados, o agente da Polícia Federal foi liberado. Às 6h45min, o avião decolou e, horas depois, aterrissava no Galeão.

Para a liberação do embaixador, do mesmo modo que a do alemão, a VPR estava com problemas de carro: o Volks previsto havia sofrido um acidente, quando Walter Ribeiro Novaes entrara na traseira de um caminhão, na Avenida Brasil.

No dia 15, Lamarca abandonou o "aparelho", indo encontrar-se com Iara Iavelberg, vinda de São Paulo.

Ao alvorecer do dia 16 de janeiro de 1971, Sirkis e Gerson, no Volks acidentado, levaram o embaixador próximo do penhasco da Igreja da Penha, onde o deixaram às 5h05min. O diplomata suíço chamou um táxi e, seguindo rigidamente as

---

[459] Max Feller, embaixador substituto.

[460] "Jamil" era o codinome de Ladislas Dowbor.

instruções de seus sequestradores, dirigiu-se para a casa de um dos conselheiros da Embaixada, próxima ao Largo do Machado. Logo depois, foi para a sua residência num carro diplomático, nela entrando sem ser percebido pelas dezenas de jornalistas e policiais que aguardavam havia vários dias a sua chegada de táxi. Ainda nessa manhã, Bucher, acompanhado de sua governanta, foi fotografado, sorridente e queimado pelo sol. Depois de quarenta dias, o Sr. Embaixador voltava para o seu mundo.[461]

32. VAR-P enfrenta sucessão de crises

No primeiro dia do ano, a Vanguarda Armada Revolucionária Palmares (VAR-P), para comemorar o aniversário da revolução cubana, sequestrou, em pleno voo, um avião Caravelle da companhia Cruzeiro do Sul, que fazia a linha Montevidéu-Porto Alegre-Rio de Janeiro, desviando-o para Cuba. O sequestro foi planejado por James Allen Luz, que o executou juntamente com Athos Magno Costa e Silva, Cláudio Galeno de Magalhães Linhares, Isolda Sommer, Nestor Guimarães Herédia e Marília Guimarães Freire, esposa do terrorista Fausto Machado Freire. Os objetivos reais do sequestro eram realizar propaganda política da organização, conseguir treinamento militar para esses militantes, em Cuba, e retirar do país Marília Freire, militante da ALN. Sem obter o treinamento militar que desejava, a VAR-P ainda perdeu os militantes Isolda Sommer e Athos Magno, que, desgostosos com a falta de coordenação da organização, a abandonaram.

Enquanto isso, cumprindo as decisões da reunião realizada no final do ano anterior, em Guarapari/ES, os integrantes da CN deslocaram-se para as áreas onde lhes cabia assistir aos CR, para discutir as resoluções aprovadas nessa reunião.

Na primeira quinzena de janeiro, ocorreram inúmeras prisões de militantes da VAR-P em Minas Gerais. Dos militantes remanescentes, uma parte passou a integrar um grupo dissidente autodenominado "Grupo de Política Revolucionária" (GPR), que, no mês seguinte, desligar-se-ia da VAR-P. O restante que permanecia na organização deslocar-se ia para o Rio de Janeiro, provocando a desarticulação do CR/MG.

Em São Paulo, no início do ano, igualmente ocorreram várias prisões, com a apreensão de quase todo o armamento da organização que foi distribuído a esse Comando Regional. Vários militantes do Setor de Operações, em fase de formação, abandonaram a organização.[462]

No início de fevereiro, a VAR-P promoveu uma reunião, na Guanabara, dos dirigentes do CN, que integravam a Executiva de Luta Secundarista, para discutir as quedas ocorridas nos CR/SP e CR/MG. Por questões de segurança, efetuaram um balanço geral da organização. Essa reunião foi transferida para Araruama, cidade do litoral do Estado do Rio de Janeiro, e transformada em reunião do Comando Nacional.

Durante esse evento, foram decididas à extinção do CR/MG, a regionalização dos integrantes do CN e o atrelamento do CR/GO à Executiva de Trabalho Principal. Foi elaborado, ainda, um documento, no qual eram definidos o militante, o parapartidário, o simpatizante e o aliado. Estabeleceram-se, também, as linhas gerais para a tática operária.[463]

---

[461] Dos 70 banidos para o Chile, em 13 de janeiro de 1971, em troca da vida do embaixador suíço, 24 eram militantes da VPR: Antônio, Expedito Carvalho Pereira, Antônio Ubaldino Pereira, Aristenes Nogueira de Almeida, Armando Augusto Vargas Dias, Bruno Piola Cristóvão da Silva Ribeiro,De1ci Fensterscifer, Encarnación Lopes Peres, Ceny Cecília Pióla, Ismael Antônio de Souza, João Carlos Bona Garcia, Jovelina Tonello do Nascimento, Luiz Alberto Barreto Leite Sanz, Manoel Dias do Nascimento, Nelson Chaves dos Santos, Otacílio Pereira da Silva, Pedro Chaves dos Santos, Roberto Antônio de Fortini, Roberto Cardoso Ferraz do Amaral, Roque Aparecido da Silva, Ubiratan de Souza, Valneri Neves Antunes, Wânio José de Matos e Wellington Moreira Diniz. Os outros 46 pertenciam a outras organizações subversivas: Afonso Celso, Lana Leite, Afonso Junqueira de Alvarenga, Aluísio Ferreira Palmar, Antônio Rogério Garcia da Silveira, Bruno Dauster Magalhães e Silva, Carlos Bernardo Wainer,Cannela Pezzuti, Conceição Imaculada de Oliveira, Daniel José de Carvalho, Deriy José de Carvalho Edmundo, Péricles Camargo, Elionor Mendes Brito, Francisco Roberval Mendes, Gustavo Buarque Schiller, Humberto Trigueiros Lima, Iran Campos, Jaime Walwitz Cardoso, Jairo José de Carvalho, Jean Mare Friedrich, Charles Van der Weid, João Batista Rita, Joel José de Carvalho, José Duarte dos Santos, Júlio Antônio Bittencourt de Almeida, Lúcio Flávio Uchôa Regueira, Mará Curtiss de Alvarenga, Marco Antônio Maranhão da Costa, Maria Auxiliadora, Lara Barcelos, Maria Nazareth Cunha da Rocha, Nancy Mangabeira Unge, Roberto Alves, Paulo Roberto Telles Franck, Pedro Alves Filho, Pedro Viegas, Pedro Paulo Bretãs, Rafael de Falco Neto, Reinaldo Guarani Simões, Reinaldo José de Melo, René Louis, Laugery de Carvalho, Samuel Aarão Reis, Sônia Regina Yessin Ramos, Falcão Amano, Tito de Alencar Lima, Ubiratan Vatutinllerzcher Borges, Vera Maria Rocha Pereira, Washington Alves da Silva e Wilson Nascimento Barbosa.

[462] Nesse período, foram presos, entre outros, Amílcar Bayard e Dilma Vana Rousseff Linhares, esta, integrante do CR; e abandonaram a VAR-P: Sonia Cardoso, Everaldo Nóbrega Queiroz e Leda R. Amaral Queiroz.

[463] Ao final, fez-se a divisão de responsabilidades, designando-se Jorge Eduardo Saavedra Durão para o CR/RS, também responsável pela Imprensa Nacional; Carlos Franklin Paixão de Araújo, para o CR/SP; Cláudio Jorge Câmara, para o CR/GB, devendo, ainda, assistir os elementos de MG e RA e o setor de Comunicações; Mariano Joaquim da Silva, para o Nordeste, onde deveria abrir uma frente de trabalho, enquanto Fernando Luiz Nogueira de Souza, recém-cooptado para o CN, receberia os contatos em Goiás e, juntamente com Carlos Alberto Soares de Freitas, integraria a Executiva de Luta Principal.

Em março, Jorge Eduardo Saavedra Durão viajou para o Chile e o Uruguai, com a finalidade de contatar banidos e encaminhar um investimento financeiro da organização. Ao final, não realizado, compraria armas, providenciaria o envio de material político para o Brasil e acertaria a remessa de notícias brasileiras para a FBI. Ainda em março, no dia 2, em "frente" com o M3-G, o CR/R assaltou a Agência do Banco do Brasil, em Viamão, roubando Cr$ 7.400,00.

De volta do exterior, Jorge Eduardo reuniu-se com o grupo encarregado da imprensa nacional e foi elaborado o primeiro número do jornal interno "Palmares", cuja impressão teve que ser feita na imprensa do CR/RS, em face das prisões ocorridas no grupo da imprensa nacional, que praticamente o desestruturou.[464]

Tendo em vista a deserção de vários elementos do Setor de Operações do CR/SP, Carlos Franklin Paixão de Araújo solicitou a transferência, da Guanabara para São Paulo, de Adilson Ferreira da Silva, dando-lhe a incumbência de reestruturar o setor. Com a transferência de elementos de outros CR, iniciou a organização dos setores estudantil, operário e de inteligência. Em março, o Setor de Operações realizou um assalto à empresa "ABC transporte Coletivo", que rendeu Cr$ 6.000,00 à organização. Em abril, um novo assalto, agora ao supermercado do SESI, no Cambuci, rendeu pouco mais de Cr$ 5.000,00.

Enquanto o CR/RS se organizava, na Guanabara, boa parte dos militantes da VAR-P identificando-se com as posições militaristas e vanguardistas da VPR, passou para essa organização, inexistindo, praticamente, o CR/GB. Na Bahia e no Nordeste, o trabalho principal não se desenvolvia.

Em fins de abril e começo de maio, a VAR-P realizou, na cidade de São José dos Pinhais/PR, uma nova reunião de seu CN.[465] Durante essa reunião, foi elaborada uma série de documentos e aprovado o início de uma campanha denunciando a "tortura de presos políticos" e o "desmascaramento da farsa eleitoral" de 15 de novembro.[466] Feito um balanço dos meios e das atividades da organização, constatou-se que, dos 800.000 dólares de que dispunha em outubro do ano anterior, restavam apenas 350.000, decidindo-se distribuí-los entre os CR e o trabalho principal. Não houve acordo quanto à proposta de suprimir os trabalhos na Bahia e no Nordeste, de modo a fortalecer os CR do Centro-Sul. O assunto ficou para ser cuidado no Congresso Extraordinário, convocando para fins de agosto e início de setembro, quando, além de se decidir esse assunto, deveria ser eleito um novo CN.

A organização, porém, não conseguia deslanchar. No CR/RS, o trabalho resumia-se ao Setor Operário, que foi desestruturado com a ocorrência de inúmeras prisões nos meses de maio e junho, inclusive a de Jorge Eduardo Saavedra, do CN. Em São Paulo, houve novos "desbundamentos" no Setor de Operações, e os Setores de Imprensa, Operário e Estudantil tinham reduzida a capacidade de atuação. Também era ineficiente o Setor de Inteligência, que possuía como um de seus responsáveis Elizabeth Mendes de Oliveira – "Bete Mendes". Esse setor nunca chegou a estruturar-se efetivamente, cumprindo apenas tarefas referentes à documentação. Além da falta de experiência e preparo político de seus integrantes, Bete Mendes e Roberto Bielawski levavam, constantemente, para o Setor, os seus problemas pessoais. Na Guanabara, com a prisão de Cláudio Jorge Câmara, do CN, assistente do CR/GB, este foi, praticamente, desarticulado.

(Em razão da prisão dos dois membros do CN, em julho, decidiu-se adiar o Congresso Extraordinário marcado para o final de agosto). Porém, nos meses de agosto e setembro, respectivamente em São Paulo e Rio de Janeiro, eram presos dois outros membros do CN, Carlos Franklin Paixão e Fernando Luiz Nogueira. Este último, por ocasião de sua prisão, tentou o suicídio, tendo sido conduzido ao Hospital Souza Aguiar, onde foi posto fora de perigo. Após essas prisões, os dois membros remanescentes do CN, incapazes de resolver a crise que se abatera sobre a organização, voltaram a convocar o Congresso Nacional, então marcado para o primeiro trimestre de 1971, em Recife.

Durante esse período, o CR/SP, através de seu Setor de Operações, ainda realizou alguns assaltos. Assim, em julho, assaltou o Supermercado Pão de Açúcar da Rua Conselheiro Furtado, onde foi roubada a quantia de Cr$ 20.000,00. No mês de setembro, realizou dois assaltos, em "frente" com o PRT, ambos ao Supermercado Pão de Açúcar, o primeiro, na filial da Rua Afonso Brás, e o segundo, na filial da Rua Baturité.

No mês de setembro, voltaram a ocorrer várias prisões no CR/SP, dentre as quais a de Elizabeth Mendes de Oliveira e a de Maria Celeste Martins, esta última, do CR.

Praticamente desarticulada e acéfala no restante do País, a VAR-P continuava a existir pelas atividades do CR/SP, que ainda realizou algumas ações armadas no último trimestre do ano. Em outubro, assaltou o Supermercado Peg-Pag da Avenida Paes de Barros e a Empresa Paulista de Ônibus, localizada na Rua Pascoal Ranieri Mazzilli. No mês de novembro, fez nova carga sobre o Supermercado Pão de Açúcar – primeiramente, assaltando novamente a filial da Rua Baturité e, depois, a da Rua Barão de Jundiaí, este último, em "frente" com o PRT.

---

[464] Foram presos do setor de imprensa nacional: Antônio de Pádua Jr, sua esposa Iara Gloria Areias Prado e Rui Goethe da Costa Falcão.

[465] O CN estava constituído por Carlos Alberto Soares de Freitas, Carlos Franklin Paixão de Araújo, Cláudio Jorge Câmara, Jorge Eduardo Saavedra Durão, Mariano Joaquim da Silva e seu mais novo integrante, Fernando Luiz Nogueira de Souza.

[466] Durante essa reunião, foram elaborados os seguintes documentos: "Tática para o Trabalho de Campo", "Programa Tático de Lutas", "Propaganda Armada", "Luta Ideológica", "Diretrizes para o Movimento Estudantil", "Agitação e Propaganda", "Carta do VAR ao POC e PRT", propondo a formação de uma "frente", "Informe sobre o CPR" e "Homenagem a um Revolucionário Morto- Juarez Guimarães de Brito".

Durante todo esse ano, debatendo-se em sucessivas crises provocadas pelas constantes prisões e deserções, a VAR-P não conseguiu estruturar, com eficiência, os seus diversos organismos, nos diferentes níveis, e tudo indicava que a organização duraria enquanto restassem os dólares provenientes da divisão ocorrida após o "racha" de setembro/outubro de 1969.

33. O surgimento da Dissidência da VAR-Palmares (DVP)

Em setembro de 1969, durante o "Congresso do Racha" da VAR-Palmares (VAR-P), Apolo Heringer Lisboa havia permanecido como voto isolado, contrário às posições defendidos pela VAR-P e pela VPR, por ele consideradas como foquismo. Através de seus documentos "Contribuição a uma Autocrítica da Organização" e "Revolução no Foquismo", assinados com o pseudônimo de "Hélio Moreira", Apolo negava à coluna guerrilheira o seu papel primordial e defendia a formação de guerrilhas irregulares em vinculação com a massa.

Em 15 de novembro, o documento "Carta Aberta à Direção" formalizava o afastamento do grupo liderado por Apolo, constituído por sua esposa Carmen Helena do Vale Heringer Lisboa, o boliviano Mário Bojar Revollo e sua companheira Silvia Lajes de Oliveira. Estava criada a Dissidência da VAR-Palmares (DVP) que, logo depois, receberia a adesão de elementos oriundos do setor operário do VAR-P.

Nessa época, estava em gestação uma dissidência na VAR-P, constituída por elementos do setor estudantil que haviam sido do antigo Comando Secundarista (COSEC) da Guanabara. Formando o autodenominado Grupo de Política Revolucionária (GPR)[467], iniciaram uma aproximação política com a DVP e, formalmente, com a VAR-P, em fevereiro, pelo documento "Carta Aberta".

As prisões de numerosos militantes da VAR-P, em Minas Gerais, ocorridas em janeiro, haviam provocado uma debandada de seus integrantes. Os que se dirigiram à Guanabara, mais de uma dezena, dividiram-se entre o GPR e a DVP.

Na primeira quinzena de março de 1970, o GPR incorporou-se à DVP, sendo constituída a primeira Direção da Organização (DO), com Apolo e Carmen, pela DVP, e Cláudio Antônio Gonçalves, pelo GPR. Estruturada, basicamente, na Guanabara, no Rio de Janeiro (Baixada Fluminense e Volta Redonda) e em Minas Gerais, a DVP possuía quatro setores subordinados diretamente à DO: o Setor Operário, que possuía a responsabilidade do trabalho de massa e do recrutamento junto à classe operária; o Setor de Imprensa, para elaborar e distribuir os documentos da organização; o Setor da Pequena Burguesia, para as discussões políticas e ideológicas, além de angariar fundos provenientes de contribuições; e o Setor Estudantil, constituído com base nos militantes oriundos do GPR.

Ainda ligado à DO, foi criado um Grupo de Operações (GO), para as ações armadas, cujos componentes realizaram treinamentos de tiro com revólveres .32 e .38, em Coroa Grande, Itaguaí, no Rio de Janeiro. Pensando nas guerrilhas irregulares, Mário Bojar Revollo integrou-se à área de treinamento da VPR, em Registro.

Em 29 de março, a DVP iniciou suas ações armadas de forma violenta. Sílvia Lajes de Oliveira, Tomas David Weiss, Leonardo Valentini e Eurico Natal tentaram roubar um automóvel no bairro de Ipanema, na Guanabara. Ao passarem pela Avenida Vieira Souto foram abordados por uma viatura policial, cujos integrantes desconfiaram das intenções do grupo. Sílvia iniciou o tiroteio. Foram feridos o agente Hélcio Gomes de Moraes, com um tiro no pescoço, e um vigia noturno, Antônio dos Anjos Ferreira, baleado na perna. Leonardo Valentini, ferido no ombro, foi atendido pela médica Graciela Neienberg Fadul ("Júlia"), mãe do militante Antônio Carlos Neienberg Fadul.

Temeroso das investigações que seriam desencadeadas, Eurico Natal entregou, a Geraldo Ferreira Damasceno, as armas que guardava em sua residência – uma carabina .44 e cinco revólveres .38 com munição –, acondicionadas numa mala. Três semanas depois, tranquilizado quanto à segurança, pediu a devolução das armas, só recebendo, depois de muita insistência, a mala cheia de tijolos. Geraldo, precisando de dinheiro, vendeu as armas.

Levado o caso à DO, instalou-se, em maio, o Tribunal Revolucionário, integrado por Apolo, sua esposa Carmen, Eurico, João Leite e Sílvia, no "aparelho" dos dois primeiros militantes, em Sepetiba, o qual decidiu, por unanimidade, o "justiçamento" de Geraldo Ferreira Damasceno. Apesar de avisado por Jonas Soares, Geraldo confiava que a DVP, no máximo, o expulsaria.

Às 23 horas do dia 29 de maio de 1970, com a cobertura de Jonas Soares, Paulo Roberto Machado da Silva, Apolo Heringer Lisboa e João Leite Caldas encontraram Geraldo em frente ao número 55 da Rua Leblon, em Duque de Caxias. Estava acompanhado por um amigo, de nome Elias dos Santos.

A morte estava prevista para ser a facadas, mas a presença de Elias modificou o planejamento da dupla assassina. Ali mesmo, Geraldo foi abatido com seis tiros desfechados por Apolo, e Elias morreu, para não haver testemunhas, com um tiro disparado por João Leite.

Pouco mais de duas semanas depois, na noite de 16 de junho, Apolo, João Leite e Paulo Roberto tentaram roubar um Volks de um casal de namorados, estacionado na Rua Orlando, em Vigário Geral. Recebidos a tiros pelo proprietário do carro, Apolo e Paulo Roberto fugiram, deixando João Leite Caldas agonizante na calçada.

---

[467] Os principais líderes do GPR eram: Cláudio Antônio Gonçalves Egler, João Cesar Belizário de Souza, Leonardo Valentini, Cleto José Praia Fiúza, Laerte Seixas Wilmann Ferreira e Gustavo José Meyer.

Os dois fracassados assaltos e o "justiçamento" provocaram a saída de diversos militantes da DVP, no segundo semestre de 1970, além da extinção do CO e da criação da Coordenação Operária, a fim de fortalecer os trabalhos nesse setor. Por discordarem da suspensão das ações armadas, Mário Bojar Revollo, Sílvia Lajes de Oliveira e Tomas David Weiss foram expulsos da organização, em novembro.

Inviabilizada como organização militarista, a DVP procuraria novos caminhos, no trabalho de massa junto à classe operária.

34. A desarticulação da REDE

No início de 1970, a REDE perdeu importantes militantes do seu grupo de ação.[468] Pela total falta de efetivo, ela passou a realizar, apenas, ações em "frente" com outras organizações. No dia 11, foi o sequestro do cônsul japonês. Em 2 de maio, assaltaram a Companhia de Cigarros Souza Cruz, no Cambuci, em São Paulo, ação realizada em "frente" com o MRT. Nessa ocasião, houve mais uma oportunidade para "Bacuri" exercitar o seu instinto assassino: João Batista de Souza foi morto a tiros por ele, sem ao menos ser instado a render-se.

Em maio, ocorreram as "quedas" que esfacelaram a REDE e provocaram o seu desaparecimento como organização. Praticamente, só restaram o casal "Bacuri" e Denize Peres Crispim, além do militante Almir Marun Cury, que, por afinidade e falta de opção, se ligaram à ALN.

Dessa forma, desaparecia a REDE, que se notabilizou, no seu curto período de existência, pela violência – aspecto característico transmitido pela personalidade de seu celerado líder, Eduardo Leite ("Bacuri").

35. As contradições afloram dentro da Ação Popular

No início de 1970, novas alterações ocorreram na articulação nacional da AP. A saída do ex-padre Alípio Cristiano de Freitas, que "ganhou" a maioria dos militantes de sua regional para o PRT, provocou o desmantelamento da Região 10 (Goiás-DF), com sua posterior extinção pela Direção Nacional.[469]

Os impactos no trabalho camponês, representados pelas "quedas", em meados de 1969, no Vale do Pindaré/MA e na Zona da Mata/PE, foram recompensados pelo trabalho de implantação das Regiões 9 e 10 (Especiais). A R-9 Especial foi estabelecida na região do Bom Jesus da Lapa, na Chapada Diamantina, na Bahia, através da direção de Ronald Cavalcante de Freitas. A R-10 Especial fixava-se na região do Vale do Cariri, no sul do Ceará, orientada por José Luís Moreira Guedes e Rui Soares Frazão. As duas regiões, consideradas assunto do mais alto sigilo na organização, ligaram-se e eram diretamente orientadas pela Comissão Executiva Provisória (CEP).

No início de 1970, tomava corpo, na AP, a ideia de deslocar dirigentes nacionais da organização para o interior do País. Sob o nome código de "Projeto Ho-Chi-Min", previu-se a cidade de Feira de Santana, na Bahia, para a instalação da Direção Nacional. O objetivo do deslocamento era evitar a militância em São Paulo e nos grandes centros, onde a ação policial se tornara intensa.

Preocupada com a segurança da organização, a CEP divulgou, em abril de 1970, a circular "Mobilizar todo o Partido para Levar adiante a Campanha contra a Repressão", divulgando normas e procedimentos para evitar e denunciar a atividade policial, que se tornara preocupantemente eficaz, a partir da integração das Forças Armadas no combate à subversão.

Ao retornar da China via Chile, Jair Ferreira de Sá, secretário-geral da organização, acompanhado de Paulo Gustavo de Barros Carvalho, participou, em Santiago, de uma conferência dos partidos e organizações marxistas-leninistas sul-americanos.[470]

Após a conferência, por ocasião do regresso ao Brasil, Paulo Gustavo foi preso, no dia 13 de setembro, em Rivera, no Uruguai. Detido com farta documentação trazida do Chile e da China, depois de entregue às autoridades brasileiras, "abriu" todo o esquema da AP, possibilitando um amplo conhecimento sobre a organização.

Por motivo de segurança, a Reunião Ampliada Direção Nacional (III RADN), prevista para o final de setembro, foi adiada.

---

[468] Walter Oliveira abandona a organização; Gilberto Faria Lima, no início de janeiro, tinha-se deslocado para a área de treinamento de guerrilhas da VPR, em Registro/SP; e os militantes Elias Mesias Junior e José Bezerra do Nascimento, por questões de segurança, foram desligados das ações armadas.

[469] O trabalho remanescente, existente em Goiânia, Brasília e Anápolis, ficou a cargo do Comitê Seccional, subordinado à Região 5 (Minas Gerais).

[470] Paulo Gustavo frequentava o curso de capacitação político-militar na Academia Militar de Pequim, na China, onde Jair esteve em busca de apoio e reconhecimento para a AP.

Durante a longa ausência de Jair Ferreira de Sá, agravaram-se as questões políticas na organização. Em julho de 1970, na décima reunião da CEP, foram acrescentadas, ao projeto de estatuto, modificações nas teses da "revolução brasileira". Foi estabelecida a "revolução ininterrupta por etapas" e a "construção do partido novo". Dentro da CEP, Paulo Stuart Right e Jair Ferreira de Sá, em minoria, questionavam a análise da sociedade brasileira, o caráter da "revolução" e o caminho da luta armada. A questão do partido já não conseguia encobrir a gama de contradições latentes dentro da AP.

36. A extinção do PRT

No ano de 1970, o PRT tentou colocar em prática seus propósitos revolucionários, que se limitaram a uma série de assaltos que visavam à sobrevivência de seus militantes profissionalizados.

A rotina repetia-se. As organizações subversivas, nascidas de decisões imaturas de meia dúzia de comunistas, não apresentavam um planejamento de infraestrutura de sustentação e, mesmo assim, resolviam fazer a "revolução". Fácil era justificar os assaltos como "expropriações", tentando encobrir a incompetência de sensibilizar e conseguir o apoio da massa, supostamente, a beneficiária de sua ação.

Em fevereiro, iniciou-se a "ação revolucionária" do PRT. Altino Dantas chefiou o assalto a um hotel de encontros amorosos na Lapa, Rio de Janeiro.

Em março, "expropriaram" o Supermercado Pão de Açúcar da Av São Gabriel, em São Paulo.

Inspirado nos sucessos de Altino, o ex-padre Alípio Cristiano de Freitas, português naturalizado, principal líder do PRT na Guanabara, resolveu "fazer finanças" e planejou o assalto à Agência da Caixa Econômica Federal, em Anchieta. Feitos os reconhecimentos e o planejamento, no dia 7 de abril de 1970, o "padre" Alípio e o Grupo de Ação (GA) da Guanabara partiram para a empreitada "revolucionária". Bisonhos e mal preparados, o chefe e o grupo bateram em desordenada retirada quando o gerente reagiu ao assalto, ameaçando chamar a polícia.

Em maio, o "liberalismo" e o despreparo dos militantes do PRT na Guanabara causaram a "queda" do "padre" Alípio e de grande parte dos militantes da regional da Guanabara.[471]

As "quedas" da Guanabara enfraqueceram, ainda mais, o já combalido PRT. A crise financeira e a falta de quadros ameaçavam a existência do partido. A organização vislumbrou, na atuação conjunta com outras entidades clandestinas, o alento para a sua sobrevivência. Em meados de 1970, Altino Dantas, em nome do PRT, fez contatos com o POC, que não desistia da intenção de formar a "Frente da Esquerda Revolucionária" (FER). Altino contatou, também, a VAR-P, a ALN e o MR-8. Todas essas relações indicavam que o PRT seria incentivado a prosseguir no caminho escolhido dos assaltos e da violência.

Os dirigentes Altino Dantas e Maria do Carmo Ibiapina Menezes, em julho, participaram de uma reunião, com a VAR-P e com o POC, no intuito de estudar a viabilização de uma frente de atuação. A reunião redundou num estreitamento do relacionamento do PRT com essas organizações. Os entendimentos com o POC foram praticamente suspensos com a prisão de Régis Stephan, em setembro de 1970, não se formalizando a criação da FER. A organização com a qual o PRT mais se relacionou foi a VAR-P, realizando em conjunto várias "ações de expropriação" em São Paulo.

Em agosto, Vinícius Caldeira Brandt foi preso em São Paulo. Com ele "caíam" seus contatos, enfraquecendo a Regional 2 (SP). Em outubro, Maria do Carmo Ibiapina de Menezes e seu marido Sérgio Horácio Bezerra de Menezes foram presos no Rio de Janeiro, juntamente com o outro membro da Regional da Guanabara, Alberto Henrique Becker. Poucos foram os militantes de importância que restaram nessa Regional.

Enquanto isso, Altino, o único remanescente da DNP, continuava "expropriando", em São Paulo, unido ao setor de operações da VAR. A cadeia do Supermercado Pão de Açúcar foi a maior vítima do GA do PRT, reforçado por "Zequinha" do VAR-P. Por duas vezes, em setembro, e duas vezes, em outubro, o "Pão de Açúcar" foi vítima de "expropriações".

O assalto à fábrica de parafusos Mapri, em São Paulo, no dia 10 de março de 1971, seria o canto do cisne do PRT. Com a prisão de Altino Rodrigues Dantas Júnior, em 13 de maio de1971, a hidra do PRT perdia a sua última cabeça e desaparecia como organização.

Desde a sua expulsão da AP, em setembro de 1968, a "Corrente", ou "Grupo Oportunista e Provocador de Rolando" (GOPR), que dera origem ao PRT, demonstrou que seria mais uma tendência fugaz na constelação de organizações subversivas, surgidas com a atomização das esquerdas no período 68/69. A clandestinidade obrigou o PRT a cair na sanha da violência e dos assaltos para garantir a sua sobrevivência. A incapacidade de sensibilizar a população para a sua despropositada luta gerou o isolamento que ia sufocá-lo e destruí-lo.

37. O PORT e as "quedas" de maio e de julho

---

[471] Naquela época, o Comitê Regional, além do "padre" Alípio, era composto por Wanda Corsetti Marinho – amante do "padre" – e por João Francisco. Wanda foi presa e João Francisco abandonou o PRT.

Em 1970, o Partido Operário Revolucionário Trotskista (PORT) possuía, apenas, quatro Comitês Regionais: em São Paulo, na Guanabara, no Rio Grande do Sul e no Distrito Federal. Sua maior força residia em São Paulo, onde possuía células nas faculdades de Física e de Letras, na USP, e entre os metalúrgicos e os têxteis. E foi em São Paulo que o PORT sofreria suas primeiras "quedas". Elas se iniciaram durante as manifestações de 19 de maio, realizadas no bairro Belém, na capital, quando foram presos cerca de vinte militantes, dentre os quais Olavo Hanssen, ex-estudante de engenharia da USP, que estava trabalhando numa indústria química de Santo André e atuava infiltrado no Sindicato dos Metalúrgicos. Alegando, desde o primeiro dia de sua prisão, estar passando mal de saúde, Olavo foi transferido para o hospital do Exército, onde se suicidou, em 9 de maio, ingerindo grande quantidade de um remédio tóxico, o que provocou um grande protesto da linha "posadista" mundial, dizendo que ele havia sido "assassinado sob torturas".

Em 13 de julho de 1970, na Guanabara, foi preso Primo Alfredo Brandimiller, que, em suas declarações, entregou toda a estrutura e a direção do PORT, inclusive aquela que viria a ser sua esposa, Miriam Gomes Burger. Ela foi presa, logo depois, com outros militantes do PORT nesse Estado.

A partir daí, mais cinco militantes foram presos em São Paulo. Na leva de prisões, foi detido, em 20 de julho, o líder internacional trotskista Hugo Miguel Bressano ("Nahuelfureno"). Desconhecendo sua real importância, a polícia liberou-o, em 11 de agosto, enviando-o para a Argentina.

Essas "quedas", além de outras, de militantes de menor nível, levaram o pânico ao PORT. A organização, desarticulada, levaria um ano para estruturar-se novamente.

38. O desmantelamento da FBT

Nos três dias de carnaval de fevereiro de 1970, a Fração Bolchevique Trotskista (FBT) realizou a sua II Conferência Nacional, numa granja em Cachoeira do Caracol, entre os municípios de Gramado e Canela, no Rio Grande do Sul. Com a presença de cerca de 30 militantes, representando Rio Grande do Sul, São Paulo, Pernambuco e Ceará, foi eleito o Comitê Central (CC), composto de 11 membros efetivos[472].

Durante a Conferência, foi feita uma análise da situação nacional e estabelecida a linha política da FBT, centrada em agitações nos meios sindical, estudantil e camponês. Críticas foram tecidas a "Posadas" e aos grupos guerrilheiros. Ficou acertado que a III Conferência Nacional seria realizada em maio desse ano, em Porto Alegre, sendo, posteriormente, adiada para julho e transformada em um pleno reduzido, tendo em vista a má situação financeira da organização.

Em 24 de abril, quando realizavam uma reunião no "aparelho" da Rua do Sossego, em Recife, foram presos onze militantes.

Quatro dias depois, no Rio Grande do Sul, foram presos outros sete integrantes da organização. No início de maio, foi a vez de São Paulo, onde caíram nove membros da FBT. Ao mesmo tempo, no Ceará, foram presos, também, mais quatro de seus militantes.

As sucessivas prisões, em vários Estados, em abril e maio, impediram a realização do pleno previsto e desmantelariam a FBT. Ao todo, foram mais de 30 prisões, inclusive 11 de membros do OC. Os remanescentes encolher-se-iam ou fugiriam para o exterior, como Deivis Hutz. Alguns abandonariam a militância, como Francisco José Acioly Vasconcelos Filho. Outros ingressariam em outras organizações, como Clóvis Carneiro de Oliveira. A FBT só tentaria a sua rearticulação dois anos depois.

39. A estruturação do Grupo Independência ou Morte

O ano de 1970 foi utilizado pelo Grupo Independência ou Morte (GIM) para refazer os contatos do antigo MNR e para aliciar militantes e simpatizantes para o grupo em formação. Adotou uma estrutura orgânica, baseada no grupo de ação (GA). Ao invés de células ou bases, o (GA) seria o organismo embrionário constituído por três militantes.[473]

Em setembro de 1970, João Carlos Reis Horta conversou, em Juiz de Fora, com o professor Avelino Gonçalves Kock Torres. Avelino, pessoa conhecida e respeitada no meio universitário local, passou a receber o jornal "IM" e foi considerada a ponta de lança da organização para uma futura expansão para Minas Gerais.

O conhecimento do Padre Narciso Sminovski, capelão da Penitenciária de Linhares, em Juiz de Fora, proporcionou a Amadeu Rocha uma ligação com o clero "progressista". Em uma de suas frequentes visitas a Amadeu, no Rio de Janeiro, Narciso proporcionou um contato com o Padre Mário Frigol, da Igreja do Catumbi. Amadeu desejava receber a publicação clandestina, pelo clero "progressista", de "O Círculo". Realizado o encontro, o Padre Mário aceitou receber e distribuir o

---

[472] Compunham o Comitê Central (CC) da FBT (Fração Bolchevique Trotskista): Vito Antonio Letizia, Vera Lucia Strinuini e Antonio Carlos dos Santos, estes três compondo o Bureau Político (BP), e mais Silvio Nogueira Pinto Júnior, Sérgio Joveleviths, Érico Dorneles, Luiz Antonio dos Santos Aranovich, Luiz Castilhos, José Arlindo Soares, Bartolomeu José Gomes e Sérgio José Cavalcanti Buarque.

[473] Três GA formariam a Equipe de Ação (EA) e três ou mais EA formariam um setor. Três ou mais setores estabeleceriam uma regional.

jornal subversivo "Independência ou Morte" e proporcionou um contato com o Padre Tranquilo Mortelo ("Padre Mota"). "Padre Mota" concordou em escrever artigos da organização para a publicação no jornal e passou a receber e distribuir o "IM". Graças a um pedido do "Padre Mota", a organização imprimiu um documento defendendo a ala "progressista" da Igreja, o qual foi difundido no meio eclesiástico.

Por meio de Ana Araújo Arruda Albuquerque, foi retomado o contato com o escritor Antônio Calado, que passou a ligar-se ao grupo e a receber o jornal. Na área militar, Amadeu Rocha foi procurar o ex-major cassado, Fernando Ryff Correia Lima, seu antigo conhecido do ISEB, que se integrou na organização como leitor do jornal "IM".

No final do ano, Maria José da Silva Lourenço retirou-se para o Chile com seu amante Jorge Pinheiro dos Santos. Perdendo a participação de Maria José Lourenço, o trabalho do grupo do jornal ficou limitado às atividades de Amadeu Rocha e Ana Arruda. A sofrível qualidade do jornal caiu ainda mais, gerando críticas por parte dos militantes mais exigentes.

O "Grupo Independência ou Morte" lutava para arregimentar adeptos, mas se limitou, em 1970 , a captar leitores para o seu jornal.

40. O MPL aproxima-se do clero "progressista"

No início de 1970, o Movimento Popular de Libertação (MPL) não tinha um fundo ideológico definido. No Brasil, o movimento caracterizava-se como um trabalho de massa de cunho socialista. Para a direção que se encontrava em território brasileiro, a intenção de transformar o MPL em "frente anti-imperialista" existia. A organização procurava adotar uma linha de atuação própria, no universo das esquerdas brasileiras, pautando sua atividade na conscientização, através da educação.[474]

Em janeiro, Miguel Arraes reconheceu a difícil situação em que se encontrava o movimento. A maioria dos elementos que haviam participado da reunião de fundação abandonara a organização. O núcleo que coordenava os trabalhos do MPL no Brasil estava reduzido a Marcos Correia Lins, Piragibe Castro Alves e Afonso Delelis, todos contrários à pretensão de Miguel Arraes de conduzir o movimento para uma aliança com a ALN.

Em março, Sônia Correia Lins foi a Argel e acusou Arraes de não se submeter às decisões da direção do movimento, representada pelos três remanescentes do núcleo original. Arraes não aceitou a admoestação e acusou a direção de estar provocando um rompimento, respaldada pelos recursos advindos das atividades comerciais de Sílvio Correia Lins, na firma Intrade, e de estar isolando as organizações militaristas no Brasil. Ocorreu o rompimento.

Roberto Las Casas, Rui Rodrigues da Silva e os irmãos Sílvio e Sônia Correia Lins definiram-se contra a fusão com a ALN e romperam com Arraes. Pretendiam prosseguir na estruturação de uma organização de massa com ideologia de esquerda, sem adotar a política imediatista do foquismo. Arraes, Padre Almery Bezerra e Everardo Norões persistiam na postura de apoio à ALN.[475]

Em abril, a Frente Brasileira de Informações (FBI), orientada por Miguel Arraes, tentou assumir a direção do "Comitê de entrada", que representava um importante papel no auxílio aos subversivos brasileiros na França. Dentro do "Comitê de Entrada" atuavam elementos ligados às diversas organizações, auxiliando a direção da entidade na identificação e no encaminhamento dos subversivos que chegavam a Paris. Severo de Albuquerque, militante da AP, e Luiz Prado de Oliveira, do MR-8, desempenhavam no Comitê o assessoramento relativo às suas organizações. Arraes pretendia capitalizar, para si e para a sua facção, o prestígio adquirido pela entidade junto à esquerda brasileira. A disputa pela hegemonia no organismo desgastou as duas partes junto ao CIMADE que, ao final de 1970, retirou o apoio financeiro do Comitê, provocando o encerramento de suas atividades.

O rompimento com Arraes representou, para o MPL, a perda de importante apoio político e financeiro. Iniciou-se, então, um período de reconstrução do MPL, com a formação de grupos de debate e a busca de contatos, principalmente na área de educação e na área operária.

Em 1970, o MPL chegara a algumas conclusões. Abjurava o foquismo e fazia do trabalho de conscientização, realizado na área de educação, na Igreja e no meio operário, os três setores básicos de atuação da organização, sua atividade principal.

O movimento tinha o objetivo de implantar um regime socialista no Brasil, em longo prazo. O contato com os estudantes foi evitado. A radicalização do movimento estudantil poderia colocar em risco a organização. A primeira fase, após o acesso, centrou-se em contatos com o clero, com os intelectuais e com os trabalhadores urbanos e rurais.

---

[474] A frente de Educação contava com o concurso de Beatriz Bebiano Costa, Maria Letícia Ligneul Cotrim e Maria Bezerra. Beatriz Bebiano ministrava cursos sobre a educação e Maria Letícia, atuando no Movimento de Educação de Base (BEM), fazia o trabalho do MPL, através de Cursos ministrados em Teresina, Manaus, Fortaleza e Aracaju.

[475] Após o rompimento com os irmãos Correia Lins, houve a distorção da sociedade da firma Intrade. Depois de um primeiro ajuste de contas, Arraes entendeu ter direito a uma parcela maior de capital, como ressarcimento. Insistiu com Sílvio na devolução do restante do dinheiro, nada conseguindo de positivo.

Em Salvador, existia um grupo ligado à esquerda católica que se reunia para debater problemas conjunturais e propor alternativas socialistas para o Brasil. István Jancsó, professor universitário ligado a D. Timóteo Amoroso Anastácio, abade do Mosteiro de São Bento, em Salvador, dedicava-se, em companhia deste, ao diletantismo socialista. Realizavam encontros com a presença do Padre Alfredo Hervé, da Igreja do Pilar, e do jornalista Walter Santiago, do Jornal da Bahia. Outros grupos socialistas proliferavam pelo Nordeste. Em Fortaleza, o Padre Daniel Constant Jouffe, do Instituto de Ciências Religiosas, orientava um grupo semelhante ao de Salvador, congregando católicos apologistas do socialismo. Em Recife, o trabalho era orientado por João Francisco de Souza Clemente, ligado a D. Hélder Câmara. István Jancsó mantinha contatos, através da "Igreja Progressista", com os outros grupos em Recife, em Fortaleza e no Rio de Janeiro. No Rio de Janeiro, os contatos eram feitos pelo Padre Tranquilo Mortele ("Padre Mota") e por José Domingos Cardoso, antigo militante da JQC.

A partir de determinada época, a discussão entre os grupos foi sistematizada pela publicação do jornal "O Círculo". Os orientadores de "O Círculo" eram István Jancsó e o Padre Daniel. Os trabalhos gráficos ficaram sob a responsabilidade do Padre Alfredo Hervé, naturalmente com recursos da Igreja.

No final do 1º trimestre de 1970, o Padre Alfredo Hervé apresentou István Jancsó a Marcos Correia Lins, na cidade do Rio de Janeiro. Após conversações, com a participação do Padre Alfredo Hervé e de Piragibe Castro Alves, ficou decidida a adesão do grupo de "O Círculo" ao MPL. De início, apenas István Jancsó e o Padre Hervé passaram a participar, cabendo aos dois a tarefa de aliciar outros elementos do grupo de "O Círculo" para o movimento. István recebeu a incumbência de montar o Setor de Estudos e Informações, que funcionaria em conjunto com o Setor de Educação, com a finalidade de estabelecer uma linha política e de elaborar um documento básico para o movimento.

José Cardoso, no Rio de Janeiro, e o Padre Jouffe, em Fortaleza, concordaram também em participar do MPL.

Apoiado no Grupo "O Círculo" da Igreja dita "progressista", o MPL articulava-se no Nordeste e ampliava sua penetração na área operária e, em parte, na Igreja da cidade do Rio de Janeiro.

41. Mil novecentos e setenta

Este foi um ano politicamente mais tranquilo. Vivia-se sob a vigência do AI-5, e os políticos, sabidamente, tinham pouca interferência nas decisões governamentais. Todavia, dentro dos princípios enunciados pelo Presidente da República, com a dupla missão de preservar a Revolução e de promover a volta do País à plenitude democrática, aos políticos cabia ampliar, com atitudes e comportamento, o raio de sua autonomia. No exercício de suas atribuições, deveriam desenvolver sua própria área de liberdade. Só assim a dupla função do Presidente poderia obter êxito. O novo governo criara condições para o desarmamento dos espíritos, proposto e iniciado pelo Presidente da República, mas as circunstâncias conduziam a cuidados de ambas as partes, fazendo com que a evolução do processo político fosse tímida e lenta. O Presidente desejava que o comportamento, as atitudes e os elos políticos fossem altivos, mas não abria mão dos instrumentos que a Revolução outorgara-lhe para conduzir o processo, embora não os utilizasse. Os políticos queriam ampliar sua área de liberdade, mas, simplesmente, esperavam pela revogação do AI-5. Ocorre que as decisões do Governo não são assentadas apenas em intenções, e vivíamos numa realidade que não indicava a conveniência da revogação imediata daquelas medidas acautelatórias.

No Exterior, o País sofria os efeitos de uma guerra psicológica – e é preciso que se tenha sempre em mente – conduzida por subversivos fugidos ou banidos do Brasil, frustrados com sua importância, e que contavam com o apoio de organizações de frente e de facilidade do Movimento Comunista Internacional. Ela se desenvolvia através de uma campanha sistemática, cuja principal arma, a propaganda, visava a gerar emoções e, com elas, influenciar opiniões, naturalmente, em apoio aos objetivos de seus promotores ou orientadores. Gastava-se, nesse trabalho, milhões de dólares, que brotavam como se fosse por encanto, para manter uma estrutura internacional que, de quebra, dava emprego a dezenas de subversivos que deixavam o País.

Como diz o editorial, já citado neste capítulo, do jornal "O Estado de S. Paulo", "à custa de sistemática repetição da aleivosia, mesmo conceituados jornais e revistas caem nas redes da trama". Internamente, isto ocorria no País. Verificavam-se opiniões que, sem estarem inseridas nessa campanha externa, mostravam-se por elas influenciadas. Neste ano, inclusive, um experimentado cronista político passava a defender a inexistência da guerra revolucionária entre nós. Seu argumento, simplista, era de que aqui não havia nenhum "Vietnã". Ora, a guerra, revolucionária ou não, é fenômeno evolutivo, que tem suas fases de progressão, seus passos e suas gradações. Felizmente, graças às providências do Governo e à atuação dos órgãos de segurança, o povo brasileiro não chegou a conhecer esses infortúnios em suas fases mais avançadas, como no Vietnã, no Camboja, no Iêmen, na Colômbia, onde sua gente sofrida suporta, há tanto tempo e não se sabe até quando, as nefastas e impatrióticas ações das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC), etc.

Internamente, as ações das organizações subversivas mostravam, exatamente, a evolução do processo revolucionário. Enfrentava o País, talvez, o ano de maior intensidade dessa luta. Embora fossem evidentes os progressos dos órgãos de segurança, com novas prisões, "estouros de aparelhos" e enfrentamentos com os subversivos, o terrorismo estava longe de ser neutralizado. Uma organização subversiva, a REDE, havia sido desmantelada pela ação desses órgãos. Outras duas organizações, o PRT e a FBT, desapareciam, mais por suas próprias ineficiências do que pela atuação dos

órgãos de segurança. Eram organizações que nasceram como fruto de personalismos, e que nunca foram capazes de se estruturarem ou sequer de definirem uma linha política coerente. No entanto, da mesma forma que essas organizações desapareciam, outras surgiam. Eram consequência das constantes dissidências, como aconteceu, ao longo daquele ano, com o aparecimento do Movimento Revolucionário Marxista (MRM), oriundo de um "racha" na Ala Vermelha, da Organização de Combate Marxista-Leninista-Política Operária (OCML-PO) e do Movimento Comunista Revolucionário (MCR), frutos dos sucessivos "rachas" no Partido Operário Comunista (POC).

Embora as prisões afetassem certos setores ou regionais de algumas organizações, elas continuavam a atuar com intensidade, sendo que algumas recebiam, inclusive, reforços do exterior, como foi o caso da ALN, que naquele ano acolheu seus militantes do chamado "II Exército de cubanos".

Evidenciava-se, claramente, um incremento na radicalização e na violência, que, naturalmente, não seria unilateral resistência à prisão, que causou várias mortes, de ambos os lados. Houve assassinatos frios, como no caso do Tenente Levino ou do Sargento Walter, quando o assassino, algemado, não tinha sequer qualquer chance de fuga. Igualmente, revela-se essa violência na morte covarde do vigilante do Banco Nacional de Minas Gerais, Vagner Vitório, roubado quando ainda agonizava à porta do seu emprego; ou na do investigador da loja Mappin, assassinado por Ana Bursztyn, por motivo de somenos importância; ou, ainda, o assassinato cruel e sem qualquer sentido do modesto comerciante José Armando, de São Benedito, no interior do Ceará. A violência atingia, também, os próprios militantes, como atestam os "justiçamentos" de Ary Rocha Miranda e de Geraldo Ferreira Damasceno; os suicídios e as inúmeras tentativas de suicídio, resultantes de normas de segurança orientadas por um incompreensível fanatismo.

Além do incremento das ações armadas nas cidades, que cresceram no segundo semestre desse ano, vários trabalhos estavam sendo realizados no campo: na região de Imperatriz e no Vale do Pindaré, no Maranhão; no Vale do Cariri, no sul do Ceará; na região do Araguaia, no sudeste do Pará e norte de Goiás; na zona da Mata, em Pernambuco; na área de Dom Jesus da Lapa, na Chapada Diamantina, na Bahia; etc. Dessas ações, a que preocupou mais as autoridades militares foi a que talvez tivesse menor importância, pois, embora localizada numa área vital para o País, tratava-se apenas de uma área de treinamento militar, findo quando descoberta a área do Vale do Rio Ribeira do Iguape, no litoral sul de São Paulo. Aí, como ocorreria em outras oportunidades, no afã de eliminar no nascedouro um possível foco guerrilheiro, os chefes militares agiram açodadamente, olvidando-se de um ensinamento comezinho e milenar – a necessidade de informações precisas para a decisão racional. No entanto, a rapidez das decisões que levaram ao emprego de várias unidades, inclusive, das forças auxiliares, e ao apoio de outras forças singulares, num final de semana, vencendo a inércia comum numa estrutura hierarquizada, da dimensão das nossas Forças Armadas, foi um aspecto altamente positivo desse episódio. O desencadeamento imediato das operações demonstrou que havia uma preocupação geral, entre os chefes militares, de impedir, a todo custo, que prosperasse, no País, qualquer tentativa de se criar um novo "Vietnã".

Se algum reparo pode-se colocar nessa parte inicial das operações, seria, exatamente, por contraditório que pareça, o de ter-se mobilizado e deslocado forças de certo vulto, sem que se tivesse informações adequadas sobre a área, principalmente, sobre as forças em presença, o que poderia tê-las levado a indesejáveis reveses ou, no mínimo, fazê-las cair no vazio, afetando seu moral.

Paradoxalmente, no caso do Vale do Ribeira, se fosse desencadeada, preliminarmente, como seria de boa técnica, uma operação de informações, é provável que nenhum "guerrilheiro" tivesse sido preso. O treinamento a que os terroristas se propuseram havia terminado em meados de abril e sua retirada da área foi retardada unicamente em razão da participação de Lamarca na reunião do CN/VP, em Peruíbe, realizada nesse período. Era iminente a sua retirada da área, chegassem ou não as tropas. Em contrapartida, a realização da operação de informações não daria margem para que a organização comunista desse líder subversivo tentasse transformá-lo, de um ex-militar comum – abaixo da média –, em um mito. É essa margem de incerteza sobre o que é mais vantajoso em determinada circunstância, ou o que é mais correto executar em certa ocasião, que transforma o combate num jogo e a guerra no domínio do acaso, do imprevisto, fazendo com que o tempo e o espaço sejam elementos sem presente, importantes nas decisões. São esses fatores subjetivos que conduziram Clausewitz a dizer, na guerra, "mais do que em qualquer outro domínio, é necessária uma inteligência sutil e penetrante para discernir e apreciar a verdade de cada momento". A fuga ou a retirada antecipada dos guerrilheiros era, nas circunstâncias, de somenos importância. O emprego da força, nessas condições, porém, poderia afetar-lhe o moral, fator que se torna relevante nesse tipo de operações.

Além desses aspectos, neste caso, desde a tentativa inicial de prisão dos supostos proprietários da área até a perda da viatura militar com a qual os subversivos restantes fugiram da região, sucedeu-se uma série de erros elementares, envolvendo fundamentos do combate, de tal modo que o episódio se tornou um repositório de ensinamentos a serem estudados e apreendidos.

O erro mais significativo foi, sem dúvida, o do encontro com os "guerrilheiros" no Sítio Alvorada, onde a falha destes foi tão grosseira que, se houvesse a preparação de uma emboscada, a Operação poderia ter tido ali o seu término, com êxito quase total.

Em 1970, o Governo enfrentaria, ainda, situações delicadas, descontente com o que as organizações subversivas denominaram de "grandes ações", representadas pelos sequestros de diplomatas e de aeronaves, em busca da repercussão internacional. Nada menos de três sequestros seriam realizados nesse ano: o do cônsul do Japão, em São Paulo, e dos embaixadores da República Federal da Alemanha e da Suíça. O governo brasileiro, nesses episódios, fixou

uma conduta independente das pseudorreações internas e internacionais. Negociou com os terroristas, que, com sua ação, envolveram ou ameaçaram pessoas alheias aos problemas internos, mesmo os que se mostravam simpáticos aos sequestradores, mas cuja segurança era uma responsabilidade sua. O Governo estava ciente de que esta era uma ação a que estavam sujeitos os países do mundo livre, independentemente do tipo de regime – do plenamente democrático ao autoritário – mas não os países totalitários. De fato, até hoje, não ocorreu e nem ocorrerá sequestro em nenhum país comunista ou ação que envolva seus representantes diplomáticos, por ser evidente a conivência e a identidade ideológica desses países com a atuação terrorista. Do mesmo modo que não ouviremos falar de Comitês de Solidariedade aos povos do Afeganistão, da Etiópia, do Camboja, da Checoslováquia, dentre outros do mundo.

Mesmo depois do sequestro do cônsul brasileiro em Montevidéu e da negativa do governo uruguaio em negociar com os terroristas, o governo brasileiro não mudou sua conduta. Negou-se, é verdade, a cumprir exigências descabidas ou propagandísticas dos terroristas, como viagens gratuitas em trens suburbanos, por julgar que a impunidade de assassinos e assaltantes já era um preço suficientemente alto a pagar. E os terroristas, que blefavam, recuavam. Embora houvesse setores que se mostrassem céticos quanto aos resultados até então alcançados com essa política, pois tal atitude sequer resultou numa melhoria da imagem do governo brasileiro no exterior, este continuou irredutível. Para ele, esse posicionamento honrava, sobretudo, os compromissos do País com a comunicação internacional e ajustava-se aos sentimentos humanitários da população brasileira.

Esse respeito aos direitos humanos, sem aspas, sem dúvida, tinha de tornar mais claro e nítido o caminho que o governo brasileiro trilhava, mesmo que não o admitissem.

Além desses três, vários sequestros foram planejados, e alguns, embora frustrados, foram tentados. Destes, a tentativa de que foi vítima Curtis Cutter, cônsul norte-americano em Porto Alegre, narrado no item 23 deste capítulo, dá uma amostra cabal da moral comunista que orientava a guerra psicológica de que o País era alvo. Para os comunistas, sob o pretexto de que “os fins justificam os meios”, as barreiras éticas inexistem. *“A moralidade comunista”* – como acentuou Lênin – *“é subordinada aos interesses da luta proletária de classes”*. Sob essa moral se pode exagerar, enganar e, como no caso em pauta, mentir. Nessas condições, a propaganda torna-se uma arma perigosa e poderosíssima.

Talvez, tanto quanto a própria incapacidade que se ia delineando de alcançar seus objetivos, atormentasse as esquerdas as realizações do Governo. A Revolução ia mudando a imagem de ineficiência do País: *“Até um homem como o ex-presidente Juscelino Kubitschek, proscrito pelo regime político, dá seu testemunho de que se firma de nosso País uma ‘nova imagem’, a qual permite a empresários europeus ver o Brasil como a grande nação do final deste século”*, diz o jornalista Carlos Castello Branco, em uma crônica política, no início de outubro desse ano. O mesmo insuspeito cronista diz: *“O Governo Médici vai consolidando uma imagem de eficiência que se começou a construir no País a partir de março de 1964. Eficiência no diagnóstico dos males financeiros e econômicos e eficiência na execução de soluções objetivas e realizadas para as questões mais importantes relacionadas com o desenvolvimento material”.*[476] Para isso, o Governo perseguia suas metas com determinação em todos os campos, o que lhe proporcionava um alto índice de popularidade. Seria o mesmo jornalista, antes citado, que diria, no final desse ano: *“Não há dúvida de que, nas atuais circunstâncias, caso o Presidente Médici se submetesse a um referendo popular, teria seu mandato legitimado”.*

E era ainda a imprensa da época que registrava o clima de otimismo que existia: *“A visão pragmática que está na base da política de desenvolvimento é hoje notoriamente triunfante nesta terceira etapa do processo revolucionário. 1970 nos devolveu, salvo correções, ao clima de 1960, e é sob esse impacto que iniciaremos a ‘década grandeza’. A liderança do General Médici se exerce nitidamente nesse sentido, e ela marcou com decisão o episódio eleitoral de que emergimos, tanto mais quanto a outra vertente estava com suas fontes estancadas. Hoje, como há dez anos, voltamos a acredita que o Brasil queimará etapas na sua luta contra a pobreza”*. (nota de rodapé nº 114): (dissemos *insuspeito*, ao nos referirmos ao jornalista Castello Branco, porque combateu com veemência o regime autoritário, ainda que, às vezes, com argumentos bastamente discutíveis. Mas, exatamente por essa sua posição, as citações da imprensa nesse ano referem-se praticamente a seus artigos e estão contidos no Vol. III de "Os militares no Poder", pág. 646, 692/693, 722 e 736).

---

[476] Recorde-se que o Presidente Médici não hesitou, neste ano, em afastar o Ministro da Indústria e do Comércio, que não se entrosara com os demais setores da alta administração do País. Essa determinação não se verificava apenas na área administrativa. No campo político, o Presidente repelira com um expressivo “vocês estão doidos” a alguns deputados que lhe propuseram o adiamento das eleições, sob o pretexto de se concluir algumas composições internas no partido do Governo.

Ações terroristas em 1970

Assassinatos de Inocentes

CAPÍTULO IX

1. As **atividades subversivas**

.

"Já havia quebrado uns cinco deles quando um grupo liderado por um sujeito com cara de japonês veio contra mim, e entramos numa luta corporal". Preso, Luís elogiou as realizações do governo brasileiro e passou a ser chamado pela imprensa chilena de "minigorila brasileño".[477]

As atenções dos órgãos de segurança continuavam focadas para o setor de massas. A ALN continuaria a praticar ações bastante violentas, mesmo depois da divisão que geraria o MOLIPO.

Aproveitando o idealismo dos jovens, sua ousadia e a sua esperança em poder reformar o mundo, as organizações subversivo-terroristas, tendo como suporte experientes militantes comunistas, sempre dispensaram especial atenção ao recrutamento dos jovens.

O recrutamento começava, geralmente, em reuniões sociais, shows, bares, colégios e faculdades. Inicialmente, reuniões informais, sem intenções políticas. A penetração de ideias subversivas era feita no momento em que o jovem sentia os problemas sociais no meio em que vivia. Depois, os indivíduos que mais se destacavam eram reunidos para discussões em torno de fatos políticos que haviam causado impacto no âmbito internacional ou nacional.

Ainda naquele ano, o ex-deputado Márcio Moreira Alves tentou distribuir, durante as sessões da 59ª Conferência Interparlamentar realizada na Europa, um panfleto altamente ofensivo ao País, ação que não logrou êxito em decorrência de gestões promovidas pela delegação brasileira. O mesmo verificou-se com um deputado comunista da Venezuela que ali acorreu, "em solidariedade ao povo brasileiro", com uma carta de acusações ao Brasil.[478]

Internamente, as notícias sobre as atividades terroristas vinham sendo veiculadas pela imprensa, mas, normalmente, restringiam-se a seus atos em si, muitas vezes sem relacioná-las às diferentes organizações subversivas, sem dar uma ideia mais ampla dessas atividades e sem que transparecesse que elas se tornavam, a cada dia, mais violentas e radicais. Reconheciam-se essas atividades como "desvinculadas aspirações políticas que se afirmavam na vida nacional", sendo, inclusive, a causa principal de perturbação do processo político. A falta dessa visão de conjunto, importante para que a população pudesse "viver" o problema, já se disse, era em grande parte culpa dos órgãos de segurança e, por via indireta, do Governo, a quem cabia essa responsabilidade. As notícias de prisões, de desbaratamento de "aparelhos", etc., se tornavam uma constante. Mas não se informava ao público sobre as novas organizações que surgiam, sobre a vinda, para o País, de terroristas com curso de guerrilha no exterior, e sobre as tentativas de implantação de focos de guerrilha rural, o que dava a impressão de que a subversão estava praticamente contida. Isso gerava incompreensão pela não correspondente evolução do processo político. Desse modo, qualquer fato de maior repercussão, como ocorreria nesse ano com a morte de Lamarca, e a não correspondente "abertura política" levavam essa incompreensão a experientes cronistas e políticos.

2. O processo político

A compreensão do processo subversivo em curso no País poderia ter sido, paradoxalmente, o elemento catalisador que vinha faltando para afrouxar o nó dado pela Revolução – a que já nos referimos algumas vezes –, trazendo de volta a seu seio, no "bonde histórico" do desenvolvimento que o Brasil experimentava, aquelas pessoas que dela se afastaram. Não por problemas ideológicos, mas por falta de comunicação e dessa visão política perdia-se essa oportunidade ímpar. Essa não era a ocasião de reunir homens num partido político de apoio ao governo revolucionário, mas a oportunidade de consolidar um instrumento político que reunisse as ideias interpretativas do ideário da Revolução, como contribuição

---

[477] O sujeito "com cara de japonês" que atacara Luís era o terrorista Takao Amano, um dos trocados pela libertação do embaixador da Suíça. Luís preferiu ficar preso, não concordando com o embaixador brasileiro que pretendia indenizar os subversivos por meia dúzia de painéis destruídos. ("Jornal do Brasil"; 10/06/71). A essa altura, 1971, a imprensa livre já desaparecia no Chile. ("Jornal do Brasil";26/05/71).

[478] Ver "Jornal do Brasil" de 21/09/71.

importante para o fortalecimento das instituições democráticas. Ao contrário – embora se entenda os problemas que toldaram essa visão na época –, deixou-se engrossar o aglomerado de pessoas que sempre se aglutinavam em apoio ao Governo, cuja única força polarizadora era o "governismo", e que, naturalmente, desagregar-se-ia com a mudança do Governo, ou à medida que ele perdesse sua força como tal.

A área política já era considerada saneada. O Presidente Médici não se valia dos poderes que o Governo estava dotado para punir qualquer parlamentar. Havia um esforço dos partidos para que o Congresso recuperasse suas funções e reafirmasse sua utilidade. Não tendo, porém, se modernizado, o Congresso debatia-se com dificuldades para examinar os inúmeros projetos que o Governo remetia para seu exame. Esse ano, além de mais de meia centena de projetos, o Executivo encaminharia ao Congresso a reforma da Lei Orgânica dos Partidos Políticos e o Plano Nacional de Desenvolvimento, juntamente com o orçamento plurianual e a proposta orçamentária.

No Congresso, porém, a discussão mais importante girava em torno da volta do processo de julho que a constituição eliminara. Para os parlamentares, o retorno do processo, exigindo reforma da Constituição, seria o primeiro passo na direção da redemocratização do País. Neste contexto e diante da reafirmação do Presidente de que era cedo para reformulações do processo, não se geravam fatos políticos.

Como salientaria Tancredo Neves, naquele ano, dois foram os fatos políticos: a exitosa viagem do Presidente Médici aos Estados Unidos da América e o pronunciamento do General Souto Malan, Chefe do Estado-Maior do Exército, no final do ano, propugnando o desengajamento controlado das Forças Armadas do processo político. Em março, os novos governadores tomaram posse. Nem mesmo a renúncia do Governador do Paraná, Haroldo Leon Perez, com pouco mais de seis meses de governo, por corrupção, teve a repercussão que seria usual. Do episódio, a imprensa tiraria duas conclusões principais: a firme determinação do Presidente Médici de não compactuar com a corrupção, sobretudo, de pessoas nas quais havia depositado confiança; e a escolha indireta não era garantia de probidade dos governantes.

3. O País vai bem, mas o povo vai mal

O Brasil entrava no seu quarto ano consecutivo de crescimento acelerado, atingindo, em 1971, uma expansão, do PIB, de 3%, sendo, por isso, natural que as áreas econômicas e sociais gerassem mais fatos do que a área política. A continuidade desse ritmo exigia novos projetos e principalmente investimentos. O Governo preocupava-se em aplicá-los de tal sorte que, a par da manutenção do crescimento, pudesse corrigir ou atenuar as disparidades regionais que refletiam flagrantes desigualdades de rendas das áreas mais pobres em relação as mais evoluídas do País.

Naquele ano, o Governo lançaria dois programas regionais com esse objetivo. Em julho, foi anunciado o Programa de Redistribuição de Terras e Estímulo à Agroindústria no Norte e no Nordeste (PROTERRA). Esse programa previa a aplicação de Cr$ 4 bilhões até 1976, transferindo 20% dos incentivos fiscais, do total até então destinado à industrialização da área.[479] Seu objetivo era facilitar o acesso do homem à terra e o fomento da agroindústria nessas regiões. Tratava-se, sem dúvida, da reorientação de uma política que havia depositado unicamente na industrialização a esperança da redenção do Nordeste.

No final do ano, foi lançado o Programa de Desenvolvimento do Centro-Oeste, com o objetivo de integrar, ao processo de desenvolvimento que se verificava no País, Mato Grosso, Goiás e DF.

O programa previa, entre outras coisas, o asfaltamento da Belém-Brasília e a construção de uma rodovia asfaltada, entre Brasília e Cuiabá, com prolongamento até Cáceres (MT). O programa, cujos recursos estavam especificados no projeto, estabelecia a construção de uma rede de silos e armazéns, a implantação de usinas de beneficiamento, frigoríficos e obras de saneamento.

Nesse ano, foi apresentado ao Congresso o I Plano Nacional de Desenvolvimento, que definia de forma global a estratégia do Governo para o período de 1972 a 1974. O plano visava a garantir a transformação do País numa sociedade desenvolvida, com o ambicioso propósito de elevar o Brasil à posição de 8ª economia do mundo e de ultrapassar, em 1974, a barreira dos 500 dólares de renda *per capita*.

Como é da dinâmica dos governos, o início de novas obras alternava-se com a inauguração de outras. Nesse ano tinha sido iniciada a expansão das siderúrgicas, dentro do programa que previa a autossuficiência na produção de aço, com 20 milhões de toneladas em 1980. Era inaugurada a usina hidrelétrica de Xavante, de 400 mil quilowatts, no rio Paranapanema, onde estava prevista, para o ano seguinte, a conclusão da usina de Capivari. Naquele ano, estavam sendo aplicados 50 milhões de dólares na construção da usina de Ilha Solteira, do complexo de Urubupungá. Inaugurava-se o aeroporto de Brasília e dava-se continuidade às obras do aeroporto internacional do Rio de Janeiro. Nesta cidade e em São Paulo, tocavam-se, em ritmo lento, as obras de seus respectivos metrôs. Enquanto a Ishikawagima dava início à construção do maior dique do continente, que lhe permitiria construir navios de até 400 mil toneladas, o Xavante, caça a jato da Embraer, fazia seus voos testes.

---

[479] Eram destinados à industrialização do NE 50% do produto do Imposto de Renda, representando esse montante uma ajuda sem paralelo na história do País, de umas às outras regiões.

Naquele ano, também, portanto há apenas 16 anos, eram instaladas as primeiras cabines de telefones públicos na cidade do Rio de Janeiro. Nessa época, as ligações telefônicas interestaduais, ou mesmo intermunicipais, levavam horas para se efetivarem, quando não havia interrupções nas linhas e essas ligações não se concretizavam. No final do ano, os terminais telefônicos da cidade seriam integrados ao sistema de discagem direta à distância (DDD), atendendo essas medidas a verdadeira revolução por que passavam as comunicações no País, as quais se estendiam, também, à Amazônia, onde estava prevista a implantação de 194 emissoras de rádio.

Mas a preocupação maior do Governo continuava a ser com a Educação: 100 milhões de dólares estavam sendo aplicados no desenvolvimento de projetos de modernização do ensino e 25 milhões de dólares eram aplicados para ativar o ensino agrícola. Essas cifras confirmavam que o Brasil era realmente um dos países que mais destinavam recursos à Educação no mundo. O Brasil era dos poucos países que gastavam mais em Educação do que em Segurança.

Após um ano de debates, o Governo enviava ao Congresso a Reforma do Ensino Primário e Médio. O MOBRAL, que em setembro completaria um ano, com 1.350.000 alunos frequentando suas aulas, em 3.200 municípios, receberia, em abril, com pouco mais de seis meses, após o início de suas atividades, a visita de uma equipe de técnicos da UNESCO, para conhecer os métodos utilizados pelo País que, nos últimos meses, mais alfabetizara adultos. Aniversariava também, pela primeira vez, logo após o MOBRAL, o Projeto Minerva, que reunia, em torno das estações de rádio, 180 mil brasileiros frequentadores dos cursos primário e ginasial. No afã de ampliar a alfabetização, estava o MEC, apesar de seus métodos esquerdizantes. Referindo-se a esse esforço e às verbas empregadas nesse setor, o Jornal do Brasil assim se expressou em seu editorial de 19 de junho: "Estas somas significativas, a que se acrescentam outras contempladas nos orçamentos dos Estados e no Orçamento da União, definem a filosofia do desenvolvimento brasileiro".

Apesar dos projetos de assistência indireta, através do PIS, da Educação e da construção de moradias, com o BNH reformulando sua política com medidas de caráter social, e apesar da criação da Central de Medicamentos, o Governo tinha consciência das dificuldades em superar as disparidades regionais e a desigualdade de distribuição de renda. Isso levou o Presidente Médici a proferir a frase que ia tornar-se célebre: *"O País vai bem, mas o povo vai mal".*

4. Amplia-se a rede de "desinformatzya"

As notícias deturpadas sobre o Brasil no exterior continuaram a ser veiculadas de forma crescente. Tinha-se a nítida impressão de que seus mentores já percebiam a falência da perspectiva de alcançar o poder pela luta armada e de que sofriam, mais do que com os reveses impostos aos grupos terroristas, com os êxitos alcançados pelo governo brasileiro, nos campos econômico e social.

O objetivo estratégico era colocar barreiras que estancassem o fluxo de recursos do exterior, imprescindíveis para a manutenção desse êxito.

Em janeiro, surgiu a versão italiana da FBI, a "Fronte Brasiliano D'Informazíone". A publicação italiana apresentava a maioria dos artigos, escritos por estrangeiros, criticando aspectos políticos e econômicos do governo brasileiro. As denúncias sobre "assassinatos" e "torturas" de presos políticos eram frequentes, porém menos intensas que nos boletins chilenos e franceses. A "Frente" possuía ramificações em Roma, em Turim e em Carrara.

Na Itália, dentre os vários órgãos ligados à FBI, destacava-se, na publicação de material difamante contra o Brasil, o "Centro de Informazioni América Latina" (CEIAL), órgão auxiliar da Conferência dos Bispos da Itália. O CEIAL publicava artigos tendenciosos de clérigos ligados à "Igreja Progressista" no Brasil, como D. Evaristo Arns, D. Hélder Câmara, D. Antônio Fragoso e D. Pedro Casaldáglia[480]. O trânsito e as comunicações de religiosos brasileiros na Itália ficavam facilitados pela existência de freiras e padres "progressistas" na Secretaria de Estado do Vaticano.

No Uruguai, as atividades subversivas de Carlos Figueiredo de Sá provocaram sua prisão, em fevereiro desse ano, e a intimação para que deixasse o país. Dirigiu-se para o Chile, onde prosseguiu com suas atividades ligadas à FBI e à ALN.

A expulsão de Carlos Figueiredo de Sá do Uruguai provocou uma modificação no esquema da FBI. O militante do PCBR, César Pereira Gomes, passou a ser o representante ostensivo da "frente", enquanto Paulo Schilling permanecia nas sombras como o seu principal coordenador. Geraldo Jorge Sardinha assumiu os contatos com o MLN-Tupamaros, que eram passados por Carlos de Sá.

Em fevereiro de 1971, Ladíslas Dowbor e Apolônio de Carvalho, membros do colegiado da coordenação internacional da FBI, dirigiram-se para a cidade de Lund, na Suécia, onde se encontrava asilado o militante do MAR, Élio Ferreira Rego. Das conversações, resultou a decisão de criar-se uma sucursal da FBI em Lund, sob a supervisão de Élio Rego.

---

[480] Recorde-se que D. Hélder Câmara e D. Antônio Fragoso foram signatários do manifesto dos bispos do chamado "terceiro mundo", no qual aconselhavam, mesmo, a subversão e a luta de classes. Em 1970, o Ministro da Educação Jarbas Passarinho, depois de debater pela televisão com o Bispo D. Hélder Câmara, que, no entanto, se omitiu no debate, preferindo, ao invés de apresentar suas posições de forma clara e franca pela televisão brasileira, levar suas objeções ao "l'Epresses", de Paris.

No Chile, em janeiro de 1971, a chegada dos setenta banidos em troca do embaixador suíço, sequestrado no Rio de Janeiro, em 7 de dezembro de 1970, fez com que se intensificasse a campanha de denúncias, através dos boletins da "Frente Brasileña", órgão de divulgação do "Comitê de Denúncia da Repressão no Brasil".

Na prática, a quase totalidade dos brasileiros asilados no Chile tinha participação na FBI. Teotônio dos Santos Júnior e sua mulher Vânia Bambirra, assim como o ex-líder estudantil e militante da AP José Serra, eram pessoas atuantes dentro do esquema da frente. José Serra era um dos ativos "pombos-correios" entre Santiago e Montevidéu.

Carlos de Sá, do Chile, não perdia a oportunidade de intensificar a campanha de denúncias no Uruguai. Remeteu para César Pereira Gomes um artigo de Paulo Canabrava, versando sobre uma tentativa de golpe de oficiais radicais da Aeronáutica no Brasil. A reportagem, depois de chegar às mãos de Paulo Schilling, foi publicada no diário de tendência esquerdista "Ahora".

Em julho, remeteu matéria versando sobre torturas, que foi publicada no semanário esquerdista "Marcha".

No Chile, as revistas "Ercilla", "Mensaje", "Punto Final" e "Causa Marxista-Leninista" tornaram-se veículos de calúnias e infâmias contra o governo brasileiro.

A expansão da tiragem dos boletins da Frente, em Santiago, provocou a suspensão de sua distribuição gratuita. Em abril, circulara um panfleto informando que o boletim não seria mais distribuído gratuitamente, em decorrência do aumento das despesas. Em setembro de 1971, Carlos de Sá retornava ao Chile de uma viagem à Argélia, com dólares para financiar as atividades da FBI, atenuando a crise financeira da entidade.

Em outubro de 1971, foi lançada, em Santiago do Chile. Uma nova publicação da FBI, a revista "Temas e Debates", obtida graças a um fundo de ajuda aos asilados brasileiros, constituído por instituições da Igreja Católica. Ampliava-se a rede e os veículos da "desinformatzya" contra o Brasil.

5. PCBR: um ano de incertezas

O ano de 1971 iniciou-se com o PCBR praticamente desarticulado em sua cúpula dirigente. No exterior, Apolônio de Carvalho, banido em 11 de junho de 1970 para a Argélia, e Bruno Costa de Albuquerque Maranhão observavam, na segurança proporcionada pela distância, seu partido desmoronar-se em face da eficiência dos órgãos de segurança.

a vida do embaixador suíço.[481]

Ao mesmo tempo, as bases sofriam pesadas perdas na Guanabara, tornando praticamente inviável a atuação nesse Estado. Resolveu-se, então, dar prioridade e reestruturar o CR/NE, até então dirigido por Marcelo Mário de Melo, membro do CC, Mário Miranda de Albuquerque e Cláudio Roberto Marques Gurgel.

Fernando Augusto da Fonseca e Antônio Prestes de Paula, membros do CC, realizaram uma reunião em meados de janeiro, na Praia do Pirangi, próxima a Natal, da qual participaram, além dos três membros do CR/NE, vários militantes. Nessa reunião, além de serem traçadas as normas para a atuação do partido, calcadas em rígidas regras de clandestinidade, aprovou-se a saída de Mário Miranda de Albuquerque da direção do CR/NE, em face do seu expresso desejo de visitar a esposa Vera Maria da Rocha Pereira, banida no Chile (apesar de, por ocasião de sua prisão no ano anterior, Vera estar amasiada com Francisco de Assis Barreto da Rocha Filho).[482]

Apesar das medidas adotadas, as críticas continuaram até que, em outubro de 1970, ocorreu uma reunião dos militantes da ALN em Cuba, quando foram discutidos os acontecimentos que envolviam a organização e os erros que ela estaria cometendo. O documento resultante da reunião assinalava os princípios que não tinham sido observados pela organização e a divergência de métodos que existia entre o grupo e a ALN. Veiculava, ainda, duras críticas a elementos que se encontravam na Europa como importantes dirigentes, que nunca se haviam destacado em trabalhos ou em ações armadas.

O grupo nordestino não se aguentou por muito tempo. Em 30 de janeiro, a polícia encontrou um aparelho do PCBR na Praia de Maria Farinha, em Paulista, Pernambuco, no qual, além de ser apreendida grande quantidade de armamento, munição e explosivos, foram presos Odijas Carvalho de Souza e Lylia Silva Guedes. Seis dias depois, no mesmo local, ocorreu a prisão de Mário Miranda de Albuquerque. Odijas foi preso doente e levado para o Hospital da PM, vindo a falecer, em 8 de fevereiro, de embolia pulmonar.

---

[481] Dos banidos, pertenciam ao PCBR: René Louis Laugery de Carvalho, Bruno Dauster Magalhães e Silva, Eleanor Mendes Brito, Nancy Mangabeira Unger, Marco Antônio Maranhão Costa e Vera Maria Rocha Pereira.

[482] Dentro do espírito da "moral revolucionária", o grupo nordestino do PCBR, por certo, bem aproveitava seus ociosos períodos de clandestinidade para exercitar seus apetites sexuais: Lylia Silva Guedes era amante de Odijas Carvalho de Souza, o qual era casado com Maria Ivone de Souza Loureiro, que era amante de Mário Miranda de Albuquerque, o qual era casado com Vera Maria da Rocha Pereira, que era amante de Francisco de Assis Barreto da Rocha Filho, o qual era amante de Rosane Alves Rodrigues, que era amante de Jamildo Tavares Conserva.

Nesses dias, foram descobertos mais dois “aparelhos” do PCBR: um, na Praia de Candeias, Jaboatão, em Pernambuco, e o outro, na Praia de Pirangi, em Natal, onde foram presos outros quatro militantes.[483] Em 9 de março, mais um “aparelho” era descoberto, em Natal, na Lagoa de Bonfim, com a prisão de Marcelo Mário de Melo, do CR/NE. Estava difícil, em qualquer lugar, a atuação do PCBR, com seus militantes sendo delatados pelos companheiros presos, numa reação em cadeia.

Suas ações armadas, nesse ano, ficaram restritas à atuação em “frente” com outras organizações subversivas, na Guanabara. Em dezembro de 1971, uma reunião definia uma nova direção nacional para o partido.[484] Essa direção não duraria mais do que um ano.

6. MOLIPO: uma dissidência da ALN

As condições de realização dos cursos em Cuba propiciavam o surgimento de descontentamentos entre os militantes, na ALN. A longa espera, aguardando a chegada de outros elementos, num país carente em recursos, que optara pela socialização da miséria, gerava o desencanto com o “paraíso comunista”. A distância e a falta de informações do Brasil aguçava o mal-estar dos brasileiros, submetidos, muitas vezes, a uma disciplina rígida e coercitiva por parte dos cubanos. A proibição de contatos com a massa do povo cubano e a limitação do trânsito a determinadas arcas de Havana emolduravam o ambiente de clausura vivido pelos candidatos a guerrilheiro.

Após a morte de Marighella, em razão da falta de ação do comando, com a participação das autoridades cubanas, Washington Adalberto Mastrocinque Martins foi escolhido para ser o representante do “ II Exército da ALN” junto a “Toledo”. O problema estava momentaneamente equacionado.

Os problemas repetir-se-iam durante o curso do grupo seguinte que ficou conhecido como “III Exército da ALN”, com o descontentamento pelas diversas “quedas” e pelas mortes de militantes ocorridas durante o ano de 1970.

“Em julho de 1970, a insatisfação dos militantes do III Exército da ALN aumentou em relação à direção da organização no Brasil” (485).

Frei Osvaldo Augusto Rezende Junior, mandado por “Toledo”, deslocou-se de Roma para uma reunião com os descontentes em Cuba. Durante o encontro, foi escolhida a direção política do grupo, composta por João Leonardo da Silva Rocha e Lauriberto José Reis, que seria o canal de contato com a direção no Brasil. As divergências foram, temporariamente, contornadas.

Apesar das medidas adotadas, as críticas continuaram até que, em outubro de 1970, ocorreu uma reunião dos militantes da ALN em Cuba, quando foram discutidos os acontecimentos que envolviam a organização e os erros que ela estaria cometendo. Os documentos resultantes da reunião assinalavam os princípios que não tinham sido observados e a divergência de métodos que existia entre o grupo e a ALN. Veiculava, ainda, duras críticas a elementos que nunca se haviam destacado em trabalhos ou em ações armadas.

Após a morte de “Toledo”, o “Grupo da Ilha”[485] intensificou as discussões em torno das divergências políticas, contestando a Coordenação Nacional, instituída após o desaparecimento de “Toledo”.

Enquanto o “Grupo da Ilha” desgarrava-se da ALN, a Frente de Massas (FM) da Coordenação Regional de São Paulo (CR/SP) também entrava em rota de colisão com a direção nacional da organização. As críticas da Frente aproximavam-se das do “Grupo da Ilha”, no que se referia à pouca importância atribuída ao trabalho de massas em relação às atividades do GTA.

No início de 1971, a coordenadora do Setor Estudantil do CR/SP, Sílvia Peroba Carneiro Pontes, orientava a formação de “comandinhos”, estruturas “enquadrantes” de elementos em fase de aliciamento.[486] Tal fato quase

---

[483] Os quatro militantes presos eram: Carlos Alberto Soares, assassino do Tenente Levino; Rosa Maria de Barros Soares; Cláudio Roberto Marques Gurgel; Maria Yvone de Souza Loureiro. Nos dias seguintes, seriam presos, na Guanabara, Osmundo de Souza Loureiro e José Gersino Saraiva Maia, que também havia participado da ação contra o Tenente Levino.

[484] A nova direção nacional do PCBR era integrada por Fernando Augusto da Fonseca, Getúlio de Oliveira Cabral e Luiz Alberto de Andrade Sá.

[485] O “Grupo da Ilha”, também era conhecido como “Grupo dos 28” por ser o número de militantes que divergiam da ALN. Estava constituído por: Rui Carlos Vieira Berbet, João Leonardo da Silva Rocha, Lauriberto José Reyes, Márcio Beck Machado, Arno Preiss, João Zeferino da Silva, Luiz Raimundo Bandeira Coutinho, Itobe Alves Corrêa Junior, Aylton Adalberto Motati, Maria Augusta Thomás, Ana Maria Ribas Palmeira, Antônio Benethzzo, José Roberto Arantes de Almeida, José de Oliveira, Jeová Assis Gomes, Carlos Eduardo Pires Fleury, Sérgio Capozzi, Jane Vanini e Sílvio de Albuquerque Mota.

[486] O “comandinho” foi um passo concreto para o desenvolvimento do trabalho de massas. Os elementos não seriam retirados das escolas e das fábricas para receber uma formação militar, permaneceriam em seus locais de atividade recebendo formação política, através de leituras orientadas e discussões.

antecipou o "racha", pois a direção da ALN não concordava com aquela forma de recrutamento. Na ocasião, os desentendimentos não tiveram prosseguimento, graças à atitude mediadora de José Milton Barbosa.

A crise entre a direção nacional e a FM foi reacesa com o "justiçamento" do membro da Coordenação Nacional, Márcio Leite Toledo, em 23 de março de 1971. O fato provocou uma revolta generalizada, abrangendo até elementos do GTA, normalmente em total sintonia com a direção nacional da CN. Desejavam cooptar um dos coordenadores da Frente de Massas, Nonir Than Sab, para a direção nacional.

As dissensões entre FM, CN e GTA iniciaram-se, realmente, por questões de vaidade e disputa do poder. A FM cresceu e ganhou certa autonomia, adquirindo condições de realizações.

As ações da Frente tinham de ter a participação de um elemento do GTA que seria o "matraqueiro", responsável pela cobertura. Com o desenvolver das querelas, os "matraqueiros"[487] começaram a faltar aos "pontos de ação", alegando, posteriormente, imprevistos, como enguiço do carro e problemas no trânsito, dentre outros.[488]

Em maio de 1971, Yuri Xavier Pereira foi a Cuba para buscar um último entendimento com o "Grupo dos 28" e para acertar a volta dos militantes ao Brasil. Após uma reunião com a cúpula do grupo dissidente, representada por Carlos Eduardo Pires Fleury, Jeová Assis Gomes e Antônio Benetazzo, Yuri reconheceu a impossibilidade de reconciliação. Foi estabelecido que o grupo voltaria ao Brasil por conta própria.

Com a chegada dos primeiros elementos ao Brasil, ainda em maio de 1971, foram reabertas as discussões que pareciam encerradas com a viagem de Yuri a Cuba. Enquanto crescia a afinidade entre o "Grupo da Ilha" e a FM, a CN e o GTA de São Paulo permaneciam unidos, defendendo a posição militarista.

Monir Tahan Sab seria, em seguida, afastado do CN sob a alegação de levar para debate posições pessoais e não as defendidas pela FM. Ao ser afastado do CN, Monir deixou, também, a FM, constituindo-se um grupo independente.[489] Esse grupo manteria contatos com a ALN e com a Dissidência da ALN (DI/ALN), denominação assumida pelo "Grupo da Ilha". Destes, receberia apoio e com eles participaria de ações para sobreviver.

Os primeiros elementos que chegaram de Cuba tinham a tarefa de estabelecer uma infraestrutura para receber o restante do pessoal. A ideia inicial era a divisão do grupo em dois para a atuação nas cidades e no meio rural. Na guerrilha urbana, seria dada mais ênfase às ações de propaganda armada: comícios em fábricas, atentados terroristas, assaltos a quartéis e a viaturas militares, dentre outras. A guerrilha rural seria desenvolvida em áreas correspondentes ao nordeste de Minas Gerais e ao centro-oeste e norte de Goiás.

"As ações armadas", dentro do pensamento da organização, "visavam à propaganda, não se destinando à simples obtenção de recursos para o sustento da clandestinidade". No entanto, a DI/ALN iniciou uma série de ações criminosas de caráter até mais violento do que as da própria ALN e tornou-se responsável, nesse ano, por mais de vinte episódios de impressionante violeza em São Paulo.

Na sequência de suas atividades terroristas, o Movimento de Libertação Popular (MOLIPO) resolveu realizar propaganda armada, por ocasião de um aumento de tarifas dos transportes coletivos. No dia 31 de outubro de 1971, em Brasilândia, um bando chefiado por Ailton Adalberto Mortari incendiou um ônibus da Companhia de Transportes Urbanos S/A (TUSA). Enquanto o coletivo era incendiado, chamado por populares, aproximou-se do local o cabo da PM/SP Nelson Martinez Ponce. Ao avistar o policial, Ailton, que fazia a cobertura da ação, não se preocupou em rendê-lo ou imobilizá-lo, simplesmente matou-o com uma rajada de metralhadora.

No dia 16 de julho de 1971, a DI/ALN iniciou suas atividades assaltando o posto de gasolina Capricho, em Santo André. Durante a fuga, assaltaram ainda a viatura radiopatrulha número 13, levando todo o seu armamento.

Com o afastamento de Monir Tahan Sab da CN e da própria organização, Hiroaki Torigoe e Sílvia Peroba Carneiro Pontes assumiram as discussões em nome da FM. No início de agosto, as divergências chegaram a um ponto extremo, com a destituição dos dois da Coordenação da FM. Foram acusados de participação na divulgação de um documento que reconhecia a derrota política da ALN e previa, para breve, a sua derrota estratégica.

No dia seguinte, conforme previsto, Francisco Carlos de Andrade, militante da Frente de Massas, participou de urna reunião em seu "aparelho", com a presença dos militantes da Frente, Sílvia Peroba, Arthur Machado Scavoni, Pedro da Rocha Filho e José Carlos Gianini. Ao encontro deveriam estar presentes um representante da ALN e outro da DI/ALN, para esclarecer as posições das duas facções, visando à tomada de posição da FM e da CR/SP.

Dois fatos precipitaram a definição da FM: a destituição de Sílvia Peroba, no dia anterior, e a ausência do delegado da ALN e da DI/ALN. Representado por Maria Augusta Thomas, esta acabava de "ganhar" a FM da CR/SP para as suas hostes.

Em documento datado de agosto de 1971, a DI/ALN criticava a ALN pelo isolamento das massas, pela concepção errada de conduzir a luta e pela estrutura inadequada às tarefas que se propôs a realizar.

---

[487] Elemento que, com metralhadora ("matraca"), realizava a segurança da ação.

[488] Os encontros realizados antes das ações armadas para combinar detalhes da operação eram chamados de "pontos de ação".

[489] O grupo era integrado por: Paulo Miguel Novaes, pelo casal Tânia Rodrigues Mendes e Gabriel Prado Mendes e por Ana Maria Rodrigues.

Estabelecida a fusão de grande parte da FM com a DI/ALN, a nova organização adotou uma estrutura constituída de: Comando Nacional (CN), Setor Estudantil, Setor de Classe Média, Setor Operário e Setor Camponês.[490]

Como novidade, o Setor de Classe Média representava uma preocupação da organização em conseguir, fora do Movimento Estudantil, novos adeptos para a luta revolucionária. Dava prioridade à atuação na categoria dos bancários e dos professores primários. Na atividade urbana, a ideia de intensificar a ligação com as massas foi incrementada com a criação dos "comandinhos".

Para as ações, em face da carência de pessoal, foram empregados todos os elementos disponíveis, sem considerar o seu setor de atuação. Em 28 de agosto, um grupo da DI/ALN assaltou uma radiopatrulha no município de São Caetano do Sul. O guarda da PM/SP, Norival Ciciliano, foi ferido gravemente com um tiro no abdômen, desferido por Maria Augusta Thomás. No dia 31, foi realizado um atentado à bomba ao consulado da Bolívia, causando ferimentos graves em dez pessoas.[491]

Depois de estabelecido o "racha" com a ALN, a organização iniciou o processo de escolha de sua denominação. Após debates e avaliações de propostas, foi adotada a denominação de Movimento de Libertação Popular (MOLIPO).

Desde a sua constituição, o Movimento de Libertação Popular (MOLIPO) realizou uma série de assaltos, roubos de carros, de viaturas policiais, de armamento e atentados à bomba, demonstrando que a crítica que faziam ao militarismo da ALN não correspondia à sua atuação, permanecendo no campo das ideias e não se efetivando na prática.[492]

Enquanto isso, o Setor Camponês do MOLIPO seguia um planejamento realizado ainda em Cuba. O grupo pretendia internar-se no campo. Conseguindo, numa primeira etapa, legalizar sua situação, familiarizando-se com a área e seus habitantes. Numa segunda etapa, em ligação com elementos da cidade e deles recebendo apoio, iniciaria assaltos a localidades pequenas, distantes de 400 a 500 km da base de guerrilha. Tais ações visariam a angariar fundos, fazer adeptos e desmoralizar as forças de segurança, atraindo-as para áreas afastadas de suas bases.

A área inicialmente selecionada situava-se ao longo do Rio São Francisco, entre Ibotirama e Bom Jesus da Lapa.[493] Foram realizados reconhecimentos em Ibotirama, por se tratar de um importante entroncamento rodoviário. Naquela época, foi tentado contato com o MR-8, para unificar as ações das duas organizações no interior baiano, visto que as áreas de atuação eram próximas.

Esta primeira tentativa do MOLIPO fracassou pela falta de dinheiro e pelo cerco a Lamarca, desenvolvido pelos órgãos de segurança exatamente nessa região. Carlos Eduardo Pires F1eury, inclusive, teve que abandonar roupas e munição em uma pensão em Ibotirama, pela proximidade das forças de segurança empenhadas na captura de Lamarca. Deixando a Bahia, o pessoal da organização dirigiu-se para Goiás, onde Jeová Assis Gomes iniciava um trabalho na região de Araguaína.[494]

---

490 O CN foi constituído por Hiroaki Torigoe, Francisco José de Oliveira e Aylton Adalberto Mortari. O Setor Operário, mobiliado com militantes da FM, passou a receber a orientação de Hiroaki Torigoe, enquanto o Setor de Classe Média e o Setor Estudantil eram coordenados, respectivamente, por Márcio Beck Machado e Sílvia Peroba. O Setor Camponês, dirigido por Jeová Assis Gomes e Carlos Eduardo Pires Fleury, tentava estabelecer um ponto de apoio para as atividades rurais.

491 Foram feridos no atentado: Samuel Pereira Borba, escrivão do DEOPS; Nelson Laurindo e Eurico Conrado Radeck, investigadores; Sebastião Moreira de Azevedo, motorista da Kombi; Benedito Gonçalves Arruda, sargento da PM/SP; Geraldo dos Santos Reis, ascensorista; Ronaldo Keza, auxiliar de escritório; e João Batista Dominici Cabral, menor de idade.

492 Ações armadas do MOLIPO, em 1971:

– Agosto: Assalto à agência do Ministério do Trabalho.

– Setembro: assalto ao Restaurante Bierhale, em Moema; atentado fracassado com bombas incendiárias no Mappin; e assalto a um posto de identificação em Santo André.

– Outubro: assalto e incêndio contra uma radiopatrulha, em Santo André; explosão de um veículo, na Rua João Moura; pichações na Cidade universitária e na PUC; assalto à loja de perucas Dejan, em Vila Mariana; assalto à Industria de Máquinas AMF; atentado à bomba contra o escritório da Esso da Rua Pedro Américo; atentado à bomba e hasteamento da bandeira Marighella no prédio do jornal "Gazeta"; e atentado à bomba contra a loja Sears de Água Branca, em São Paulo.

– Novembro: "expropriação" de um automóvel Volkswagen no bairro das Perdizes; e assalto ao Banco Nacional de Minas Gerais, no interior das FMU.

– Dezembro: discurso gravado e divulgado na Cidade Universitária através do alto-falante de uma Kombi expropriada; pichações, distribuição de Cartões de Natal; assalto a uma loja de roupas na Rua Xavantes, no Brás, seguida de distribuição do produto do roubo, no bairro da Sapopemba, e de panfletagem.

493 O primeiro a chegar na área foi Boanerges de Souza Massa, por volta de maio, instalando-se em Bom Jesus da Lapa. Em seguida, Carlos Eduardo Fleury, em julho, fez contato com Boanerges, estabelecendo planos para mobiliar a área. Em julho, o trabalho no campo reforçava-se com a chegada de Jeová Assis Gomes e Rui Carlos Vieira Berbet, ambos procedentes de Cuba.

494 Participavam do trabalho em Araguaína: Sérgio Capozzi, sua mulher Jane Vanine e Otávio Ângelo. Rui Berbert e Boanerges instalaram-se em Balsas no Maranhão, próximo a Araguaína.

No entanto, a partir de novembro, iniciou-se a desarticulação do MOLIPO, com importantes "quedas" ocorridas em São Paulo e no Rio de Janeiro, as quais se refletiram no campo.

Em São Paulo, os órgãos de segurança chegaram ao endereço da Rua Cervantes, nº 7, em Vila Prudente. No dia 5 de novembro, ao tentarem entrar no "aparelho", após se identificarem como policiais, os agentes foram recebidos à bala. Ao final do tiroteio que se seguiu, jazia morto o terrorista José Roberto Arantes de Almeida. Ao ser vasculhado o local, foram encontrados documentos e pertences dos terroristas Aylton Adalberto Mortari e Maria Augusta Thomás, que lá também residiam. No mesmo dia, Francisco José de Oliveira, outro dos dirigentes nacionais da organização, ao ser surpreendido na Rua Turiaçu, repetiria, numa trágica e fatal monotonia, a reação à prisão, enfrentando a polícia com uma arma na mão, encontrando a morte.

A derrocada prosseguiria no dia seguinte, 6 de novembro, com a prisão de Flávio de Carvalho Molina. Flávio "caiu" vivo, porque foi possível aos agentes confundirem-se com a multidão e agarrá-lo, firmemente, antes que pudesse usar as duas pistolas que portava, juntamente com uma granada de mão. Das poucas coisas que Flávio admitiu ao ser interrogado, foi ter realizado curso em Cuba, onde foi doutrinado, pelo instrutor cubano Olaf, "a andar armado e a resistir à prisão, matando, sempre que possível, seus captores, a fim de não ser preso vivo e correr o risco de falar". Explicava-se, de certa forma, a suicida disposição dos elementos que vinham de Cuba. Forjou, também, a estória de um "ponto" que teria às 13 horas do dia seguinte, na Rua Marqueti. Ao ser colocado no local, empreendeu a tentativa de fuga, obstada, em última instância, a tiros, que lhe causaram a morte.

No Rio de Janeiro, os órgãos de segurança chegariam a Carlos Eduardo Pires Fleury. Em dezembro de 1971, Fleury tentaria abrir caminho à bala e tombaria morto.

Orientada pela documentação apreendida nos "aparelhos" estourados, teve início uma operação de informações visando a atingir o Setor Camponês do MOLIPO. No dia 21 de dezembro, foi preso, em Pindorama, em Goiás, utilizando nome falso, Boanerges de Souza Massa. Boanerges entregou o "ponto" que teria com Rui Carlos Vieira Berbet, provocando sua prisão, dia 31 de dezembro, em Natividade/GO. Rui foi preso com documentação falsa em nome de "João Silvino Lopes". Debilitado pela malária, imaginou poder contornar a situação com sua documentação falsa, pois não sabia ainda da prisão de Boanerges. Ao sabê-la, de forma inadvertida, através de seus captores, aproveitou-se de um descuido na vigilância e suicidou-se.

O ano de 1971 terminava de forma pouco promissora para o MOLIPO, com as "quedas" de importantes lideranças e a detecção do Setor Campo.

7. As atividades da CR/SP da ALN

Em São Paulo, Yuri Xavier Pereira e Carlos Eugênio Clemente Sarmento Coelho da Paz, membros da Coordenação Nacional Provisória, acumulavam as funções da Coordenação Regional (CR), mantendo-a com a militante Lídia Guerlenda, que substituíra Márcio Leite Toledo, em "crise ideológica". Enquanto a CN aguardava o desfecho da luta interna provocada pelo pessoal do "III Exército", cursando em Cuba, a CR/SP enfrentava problema idêntico, representado pelo conflito entre o Grupo Tático Armado (GTA) e a Frente de Massas (FM).

No início de 1971, a CR/SP acionou o GTA numa série de ações em "frente" com outras organizações, inclusive o assassinato do industrial Boilesen, realizado com o MRT, em 15 de abril. A VPR, com o relacionamento estremecido na "frente", pela realização, sem consulta, do sequestro do embaixador suíço, participou apenas do assalto ao carro transportador do Banco Andrade Arnaud, na Rua Lava-pés, no Bairro Cambuci, em 22 de janeiro. As demais ações foram realizadas em colaboração com o MRT e com o incipiente MRM, até abril, quando as duas organizações foram desmanteladas.[495]

No início de 1971, a FM da CR/SP começou a participar das ações armadas, quebrando a exclusividade do GTA como instrumento de violência e intimidação. O esquema consistia da presença de um elemento do GTA, como cobertura, e da ação dos militantes da FM integrados em grupos de fogo. A FM limitara-se, até então, a ceder militantes para o GTA, quando fosse solicitada. A realização de ações por parte dela fez crescer a rivalidade entre os dois organismos.

Nesse ano, a ALN renovou esforços para restabelecer o Setor de Imprensa, prejudicados desde a "queda" dos dominicanos, em outubro de 1969. Em 1970, o esquema gráfico da ALN estava para ser montado por Rafael de Falco Neto. Os contatos foram estabelecidos e Jorge Fidelino Galvão de Figueiredo, estudante de Jornalismo da PUC, aceitou tornar-se responsável pela gráfica, desde que não fosse clandestina. O aspecto legal da gráfica serviria de "cobertura"

---

[495] As ações realizadas em "frente" pela ALN com o MTR (algumas, também com o MNR), em São Paulo, em 1971: em 18 de janeiro, roubo de carros e placas no estacionamento da Avenida Água Branca, nº 337, com lançamento de coquetel molotov e ferimento a um motorista; em 31 de Janeiro, assalto ao Supermercado Pão de Açúcar, na Rua Maestro Elias Lobo Gabriel; em 6 de fevereiro, assalto ao Supermercado Fioreto, na Rua Silva Bueno; em 10 de março, assalto ao Banco Comércio e Indústria, jogada de demolição de uma ponte sobre o Rio Tietê, no bairro do Jaguaré (a demolição fracassou por falha do dispositivo de acionamento da carga explosiva); e, em 29 de março, assalto às joalherias "Divina" e "Milton Botturra e Miranda", nas ruas Amália Noronha e Oscar Freire respectivamente, no Bairro Sumaré.

para a edição ilegal da imprensa da ALN e amenizaria os custos, através de serviços prestados a terceiros. A prisão de Rafael, em meados de 1970, adiou o projeto. Jorge Fidelino foi recontratado, no final de 1970, por Monir Tahan Sab, e reiniciaram-se os planejamentos para a montagem do "aparelho de imprensa".

Em março de 1971, com dinheiro fornecido por Monir, Fidelino instalou a gráfica na Rua Domingos de Moraes. Auxiliado por Ladislas Crispim de Oliveira, imprimiu cinco números do jornal "Venceremos" e do jornal "O Guerrilheiro", órgão central da ALN, datado de setembro de 1971. Fidelino escrevia artigo para as duas publicações, tornava-se o redator-chefe da imprensa da ALN. Com o intuito de dar uma parada nessas ações de desmoralização e desassossego, foi montada uma operação, colocando-se viaturas do Exército, simulando pane, guarnecidas apenas com um motorista, nas áreas de maior atuação terrorista em São Paulo.

Às 15 horas do dia 23 de setembro, a viatura estacionada desde cedo na Rua João Moura, bairro do Sumarezinho, foi abordada por um Volkswagen que estacionou à sua frente com cinco elementos fortemente armados. Três homens e uma mulher saltaram do veículo e, enquanto a mulher, identificada como Ana Maria Nacinovic Correia, imobilizava o soldado, os três terroristas dirigiam-se para a viatura a fim de se apoderarem da metralhadora deixada sobre o banco. Naquele momento, uma equipe de segurança surgiu e deu voz de prisão aos terroristas recebendo, como imediata resposta, uma saraivada de balas. Durante o entrevero, morreram os terroristas Antônio Sérgio de Matos, Manoel José Mendes Nunes de Abreu e Eduardo Antônio da Fonseca. Ana Maria, correndo, conseguiu evadir-se por uma rua lateral.

Uma camionete "Variant", que fazia a cobertura da equipe de ação da ALN, a cerca de cem metros, abandonou a área ao iniciar o tiroteio. Antes, seus ocupantes trocaram tiros com os agentes de segurança.

No dia 6 de outubro, Monir Tahan Sab e Yutaka Nishikawa foram feridos numa tentativa de assalto a um carro estacionado nas proximidades da Avenida Cursino, no Jardim da Saúde. Tratava-se de um Volkswagen da PM/SP. Os assaltantes chegaram a ferir, durante o tiroteio, o Capitão da PM Francisco Antônio Coutinho e Silva e o Soldado da PM Erasmo Correia Bueno. Mas foram alvejados, Monir, na garganta, e Yutaka, na barriga. Resgatados por Venâncio Dias da Costa Filho e Paulo Miguel Novaes, que permaneceram no carro da cobertura, os feridos foram levados para o "aparelho" do primeiro.

A gravidade do estado de saúde de Monir obrigou, no dia seguinte, ao sequestro do médico Dr. Anísio Costa Toledo. Verificada a impossibilidade de restabelecimento sem uma cirurgia num hospital, a direção da organização resolveu entregar Monir à sua família. No dia 13 de outubro, o irmão de Monir internou-o, com a falsificação de documentos, tudo sob a orientação de Jorge Fidelino, no Hospital São Camilo, e ligou-se com as autoridades informando o ocorrido.

A ALN não se preocupou com Monir – ele se afastara da organização e criara um grupo independente. Venâncio, pelos cuidados dispensados a Monir, seria expulso da organização por Yuri Xavier Pereira, aderindo, em seguida, ao MOLIPO.

Esses dois fatos fizeram com que cessassem as ações terroristas contra as viaturas militares.

Outra série de ações foi planejada para comemorar o que ficou conhecido como a "Quinzena Marighella-Toledo". Para marcar a ocasião, a CR/SP executou a intensificação das ações terroristas de propaganda armada.[496]

Dentro de um esquema normal de treinamento da organização, no dia 4 de dezembro, após atirarem com suas armas, um grupo de terroristas resolveu testar suas granadas. Lídia Guerlenda acionou a primeira granada que não funcionou. Acionou o segundo petardo, e este explodiu em sua mão direita, destruindo-a quase totalmente. O grupo retornou a São Paulo, onde Lídia foi tratada por Linda Tayah.

No dia seguinte, quando se deslocavam de carro para tratar do problema da mão de Lídia, José Milton Barbosa, Linda Tayah e Gelson Reicher foram surpreendidos por uma "operação arrastão", na Avenida Sumaré. Abandonaram o carro, mas, avistados pelos policiais, foram perseguidos. Após tentarem entrar em várias residências, os terroristas fugiram pulando cercas e atravessando quintais. Utilizando este expediente, atingiram a Rua Veríssimo, onde surpreenderam o Soldado da PM/SP Waldomiro Trombettas, e o renderam.

Waldomiro foi obrigado a parar um Galaxie que passava pelo local, conduzindo um casal. Linda Tayah entrou rapidamente no carro, enquanto o casal, ao sair do carro, lançou-se, por precaução, ao solo. Aproveitando-se da surpresa dos terroristas com a precavida iniciativa do casal, Waldomiro atracou-se com José Milton Barbosa, conseguindo tirar-lhe a metralhadora. Nesse instante, Linda atirou, ferindo Waldomiro na mão. Alertados pelo tiro, os demais soldados acorreram ao local, tendo início um tiroteio, ao final do qual José Milton estava morto, e Linda Tayah, ferida com um tiro na cabeça.

Depois de recuperada do ferimento, Linda Tayah, respondendo a uma pergunta das autoridades policiais, declarou que um militante do GTA, quando instado a se identificar pela polícia, "manda bala e tenta fugir", o que não poderia acontecer era "cair vivo", como ocorreu com ela, desacordada com um tiro na cabeça.

---

[496] Durante a "Quinzena Marighella-Toledo", ocorreram: em 26 de outubro, assalto à agência da Light, na Rua Silva Bueno, no Ipiranga; em 27 de outubro, atentado à bomba, seguido de incêndio, a panfletagem na área industrial, no Jaguaré; em 29 de outubro, assalto e panfletagem na Vulcan, no bairro de Socorro; no início de novembro, o incêndio de um ônibus, no bairro operário de Vila Ema, e de duas peruas de transporte e distribuição do jornal "Folhas"; no início de novembro, panfletagem no Centro de São Paulo; e, em 3 de novembro, incêndio do carro do cônsul americano, atentado à bomba e pichação nas casas do diretor-presidente da Scars e do diretor da Companhia Chicago Brid.

Além do dinheiro empregado na montagem desse esquema, a ALN realizou sete assaltos a escolas, firmas, cartórios, posto de identificação e delegacia do trabalho, para roubo de impressoras "Off Set", máquinas de escrever, máquinas e material de plastificação, mimeógrafos, estênceis, certidões de nascimento, de casamento e carteiras profissionais.

Naquele ano, as atividades revolucionárias em São Paulo cresceram muito, se comparadas ao descenso do ano anterior. O GTA, sob a coordenação geral de Carlos Eugênio Sarmento Coelho da Paz ("Clemente") possuía diversos grupos de fogo, orientados por José Milton Barbosa, Antônio Carlos Bicalho Lana, Antônio Sérgio de Matos e Manoel José Mendes de Abreu. À intensa movimentação do GTA foi acrescida a da FM, preocupada em mostrar sua eficiência em ações armadas.

Em dez de maio, a ALN realizou um assalto à Frota de Táxis Bandeirante, nas proximidades do Museu do Ipiranga, liderado por Flávio Augusto Neves Leão e Antônio Eduardo da Fonseca, o qual resultou na morte do vigia da firma.

Além das ações narradas no texto e de incontáveis roubos de carros, placas, etc., a ALN realizou, nesse ano, 25 panfletagens e 15 assaltos a bancos, supermercados e empresas, para roubo de dinheiro. Realizaram, ainda, algumas ações insólitas, como o assalto ao caminhão frigorífico da Swift, em 17 de maio, seguido da distribuição de frios aos favelados da Av. Palmares, em Santo André.

Com objetivo específico, realizou uma série de ações que visavam a alvos militares, para aumentar sua potência de fogo e desmoralizar as Forças Armadas e a força policial. Durante uma partida de futebol de um pelotão do Exército, no Parque da Aclimação, no dia 19 de julho, o soldado de guarda ao caminhão foi rendido e teve sua metralhadora roubada. No dia 17 de agosto, o Soldado do Exército Guedes Nogueira, realizando trabalha de estafeta, foi rendido na Rua Aspicuelta, em Pinheiros, e teve sua pistola .45 roubada. A escalada teve sequência no dia 13 de setembro, com o assalto a uma viatura do Exército estacionada na Avenida Gualter, em Pinheiros, ficando o motorista privado de sua pistola .45.

O ano de 1971, apesar da intensa atividade, terminava com o CR/SP e o GTA desfalcados pela atividade dos órgãos de seguranças. Muitos militantes, que começavam a questionar o tipo de atuação da ALN, foram desestimulados a desistir da militância, pelo exemplo do que ocorreu com Márcio Leite Toledo. Só lhes restava um caminho: a permanência na militância até a "queda", por morte ou prisão.

8. As atividades da CR/GB da ALN

A ALN na Guanabara havia-se desestruturado após o frustrado assalto ao Banco Nacional de Minas Gerais, em Ramos, em agosto de 1970.[497]

Debilitada pelas "quedas" e transferências ocorridas no 2º semestre de 1970, prosseguiu com a sua política de realização de ações em "frente" com outras organizações.

No dia 25 de janeiro, a organização dava sua colaboração ao assalto realizado no 10º Setor de Guardas de Controle de Trânsito, na Rua Pereira Landim, em Ramos. O "Comando José Roberto Spiegner", responsável pelo roubo de uma metralhadora INA, representava uma frente constituída por MR-8, MRT, VPR, ALN e PCBR.

Em abril, o GTA, em fase de formação, realizou um assalto à Garagem Pina, em Vila Isabel, roubando quatro automóveis e dez pares de placas. A ação foi considerada um adestramento, em razão de o GTA atuar, pela primeira vez, de forma isolada, sem a colaboração de outras organizações.[498]

Graças ao exemplo de São Paulo, a Guanabara desenvolvia esforços para estabelecer sua imprensa própria. No dia 22 de julho, foi realizada uma ação contra a empresa RUF, na Rua Debret, com o roubo de uma copiadora eletrônica e matrizes, de um mimeógrafo e de várias máquinas de escrever. Uma semana depois, no dia 29 de julho, os recursos financeiros para o empreendimento foram conseguidos através do assalto ao Hospital da Ordem Terceira da Providência, que rendeu cento e cinquenta e sete mil cruzeiros.

Dias antes da ação, chegara à Guanabara, vinda de São Paulo, a militante Sônia Hipólito, para montar o Setor de Documentação da CR/GB. Sônia e Antônio Carlos Nogueira Cabral alugaram um "aparelho" onde instalaram o esquema de fornecimento de documentação. O material necessário foi conseguido por meio dos assaltos ao Cartório do Registro Civil José Alves Linhares, na Rua Joaquim Méier, com o roubo de duas mil certidões, carimbos e máquinas, no dia 9 de agosto, e aos 5º e 18º postos eleitorais, na Rua Miguel de Lemos, com roubo de mil e quinhentos títulos eleitorais, em 17 de agosto.

---

[497] Otoni Guimarães Fernandes Júnior, Reinaldo Guarani Simões e Eduardo Leite foram presos, em agosto de 1970. Por estarem "queimados" na Guanabara, Antônio Sérgio de Matos e Sônia Maria Ferreira Lima transferiram-se para São Paulo, enquanto Marcos Nonato da Fonseca e Aldo Sá Brito de Souza Neto se deslocavam para Minas Gerais. Benjamin de Oliveira Torres Neto rompeu seu contato com a organização.

[498] Em meados de maio, as fileiras da CR/GB seriam engrossadas por Antônio Carlos Nogueira Cabral e Luís da Cunha ("queimados" em São Paulo) e por Flávio Augusto Neves Leão de Sales e Aurora Maria do Nascimento Furtado, que foram integrados no GTA. Em contrapartida, Gilson Ribeiro da Silva, voluntariamente, perdeu a ligação com a organização, deixando a militância.

Em agosto, a CR/GB conseguia publicar e difundir o primeiro número de seu jornal "Ação". Dentro da mesma orientação do "Venceremos" e do "O Guerrilheiro", o "Ação" fazia propaganda das atividades criminosas da organização, endeusando os militantes da ALN pela sua coragem e ousadia.

As ações da CR/GB passaram a ser orientadas para a propaganda armada e para a intimidação. O GTA, com a experiência adquirida nas ações bem-sucedidas, decidiu eleger viaturas policiais como fonte de suprimentos de armamento e de munição.[499] Com o fito de desmoralizar as forças policiais, as viaturas eram incendiadas. Assim, ocorreram os assaltos às radiopatrulhas: na Avenida Prado Júnior, em 31 de julho; na Praça Avaí, em 19 de novembro; e na Rua Dias da Cruz, em 31 de outubro. Na Praça Aval, os subversivos simularam um acidente de trânsito, a poucos metros do local da viatura, e, quando os patrulheiros foram verificar o ocorrido, foram rendidos e algemados a um poste. Em seguida, a viatura foi incendiada e o local panfletado.

Animados com o resultado do assalto ao Hospital da Ordem Terceira, a CR/GB planejou o assalto à Casa de Saúde Dr. Eiras, em Botafogo.[500] Definido o dia 2 de setembro como a data da ação, José Milton Barbosa, Antônio Sérgio de Matos e Hélber José Gomes Goulart foram de São Paulo ao Rio de Janeiro, para reforçar o GTA.

No dia do pagamento, o GTA, comandado por Flávio Augusto Neves Leão de Sales e contando com a participação de Hélcio Pereira Fortes, Antônio Carlos Nogueira Cabral, Sônia Hipólito, Aurora Maria do Nascimento Furtado, Isis Dias de Oliveira e Paulo Cesar Botelho Massa, além do reforço paulista, entrou em ação, à chegada do carro pagador na Casa de Saúde. Surpreendida, a guarda de segurança do manicômio reagiu ao assalto. Ao final de um intenso tiroteio, o rol das vítimas fatais da subversão estava acrescido dos guardas de segurança Gardênio Jaime Dolce, Silvano Amâncio dos Santos e Dermeval Ferreira dos Santos, enquanto o Dr. Marilton Luiz dos Santos Morais e o enfermeiro Almir Rodrigues de Morais saíram feridos. Os assaltantes, além de oitenta mil cruzeiros, levaram as armas dos guardas abatidos.

O jornal "Ação" número dois, de setembro/outubro, fazendo apologia da chacina da Casa Dr. Eiras, assim justificava os assassinatos: "A imprensa da ditadura procurou explorar politicamente a morte dos guardas, apresentando-os como vítimas inocentes. No entanto, é preciso ficar bem claro que, consciente ou inconscientemente, naquele momento, agiram como defensores dos exploradores e de seu governo, atacando os guerrilheiros. Por isso não foram poupados, e nem o serão aqueles que tomarem a mesma atitude".

Carlos Alberto Maciel Cardoso e sua companheira Hermelinda de Jesus Melo e Silva foram presos no dia 9 de outubro, pela Polícia Federal, por suspeita de participação no assalto ao Hospital da Ordem Terceira da Penitência. Admitiram algumas coisas, procurando ganhar a confiança de seus inquisidores. Vislumbrando a possibilidade de ser solto, Carlos Alberto propôs entregar os militantes da organização. Solto no dia 10, Carlos Alberto entregou um "ponto frio", com um dirigente de CR/GB, conseguindo fugir do controle dos policiais. Retornando ao seio da organização, narrou a sua astúcia para conseguir a liberdade. Não convenceu. Foi julgado por um "tribunal revolucionário", composto da direção da CR/GB, naquela altura constituída por Hélcio Pereira Fortes, Flávio Augusto Neves Leão de Sales e Antônio Carlos Nogueira Cabral, e condenado à morte.

No dia 13 de novembro, os juízes, transvertidos de carrascos, tiveram um encontro com Carlos Alberto e informaram-no do seu destino. Apavorado, Carlos Alberto saiu correndo, sendo perseguido por Flávio Augusto e Antônio Carlos, disparando suas armas. Ferido, ainda tentou abrigo no interior de uma casa da Rua Bernardo, no Encantado, onde seus algozes terminaram o serviço. Hélcio Pereira Fortes recolheu os companheiros, de carro, depois de concluída a missão de "justiçamento".

Os dirigentes da CR/GB não se preocuparam com Carlos Alberto, apesar dos "relevantes serviços prestados, em levantamentos que proporcionaram ações de vulto para a organização". Os argumentos de traição não se confirmaram, pois a organização nada sofreu com a prisão de Carlos Alberto. Apenas as suspeitas de três elementos, constituídos em "tribunal revolucionário", foram suficientes para determinar a sua morte.

Apesar de realizar ações isoladas, a CR/GB procurou manter um estreito relacionamento com as demais organizações ligadas à luta armada, objetivando a unidade da esquerda revolucionária. Assim sendo, foi realizada uma série de ações em "frente".[501] A do dia 28 de outubro, assalto à agência do Banco Itaú-América, na Rua Conde de Bonfim,

---

499 O GTA da CR/GB era dirigido por Flávio Augusto Neves Leão de Sales e articulava-se em dois grupos. O primeiro grupo, chefiado pelo próprio Flávio, era constituído por Aurora Maria do Nascimento Furtado, Isis Dias de Oliveira e Carlos Alberto Maciel Cardoso. O segundo grupo, chefiado por Antônio Carlos Nogueira Cabral, era formado por Sônia Hipólito, Paulo Cesar Botelho Massa e Merival de Araújo.

500 O levantamento, assim como o do assalto anterior, foi realizado por intermédio de Carlos Alberto Maciel Cardoso. Carlos Alberto, ex-marinheiro, casado em 1964, aliciara, para a organização, sua amásia, Hermelinda de Jesus Melo e Silva, funcionária do Hospital da Ordem Terceira. Quanto à Casa de Saúde Dr. Eiras, o levantamento da data do pagamento do dia foi estabelecido pelo namorado da irmã de Carlos Alberto, o fuzileiro naval Paulo Sérgio Fonseca Cardoso.

501 Ações realizadas pela ALN em "frente" com o PCBR e a VAR-P, na Guanabara: em 19 de agosto, assalto ao apartamento do comerciante Jaime Pazuello, na Rua Paula Freitas; em 23 de agosto, depredação de dois postos de gasolina na Rua Barata Ribeiro e na Avenida Vieira Souto, por estamparem cartazes de subversivos procurados; em 16 de setembro, assalto a uma Kombi transportadora de valores do Banco Bradesco, na Ponte de Quintino, com o roubo de vinte mil cruzeiros; em 3 de outubro, assalto à joalheria Missangea, na Avenida Rio Branco, com o roubo de quarenta mil cruzeiros e joias (do qual participou, também, o MR-8).

resultou numa vítima. A ação, realizada em "frente" com PCBR, VAR-P e MR-8, constou, inclusive, da interdição da Rua Conde de Bonfim no trecho defronte da agência. Uma viatura policial que passava pelo local tentou intervir, mas foi obstada por rajadas de metralhadora, saindo ferido o detetive Walter Cláudio Ramos Mattos.

Finalizado o ano, a quadrilha da ALN, na Guanabara, reforçada por Yuri Xavier Pereira e José Milton Barbosa, realizou, no dia 8 de novembro, um assalto à Cooperativa Central dos Produtores de Leite (CCPL). O plano frustrou-se, em parte, pelos cinquenta mil cruzeiros arrecadados, quando se esperava mais de duzentos mil.

O ano de 1971 representou o crescimento e a reestruturação da CR/GB, compensando-se as "quedas" ocorridas em 1970. A coordenação estava operando sem crises de segurança – a única pressentida terminou num "justiçamento" –, e a imprensa regional, representada pelo jornal "Ação"[502], significou um salto de qualidade da atuação regional.

9. A falta de liderança na ALN

Após a morte de Joaquim Câmara Ferreira, o "Toledo", a organização tentou recompor-se através de uma Coordenação Nacional Provisória (CNP), reunindo alguns coordenadores regionais da ALN.[503]

Em janeiro, a CNP expediu o documento "Balanço dos Três Anos", no qual, através de uma autocrítica, esforçava-se para aproximar-se das posições do "Grupo dos 28" e da FM da CR/SP. Por meio de Carlos Figueiredo de Sá, que se deslocou de Montevidéu para Santiago, recontratou os militantes que haviam sido banidos em troca do embaixador suíço. Ainda nesse mês, surgiram problemas no NE. A subordinação dos trabalhos daquela área a uma coordenação no Sul era criticada. O grupo que lá atuava foi transformado, à revelia da organização, na Frente de Libertação Norte-Nordeste (FLNN). O problema, no entanto, foi contornado com a liberdade de atuação tática da FLNN, que se mantinha estrategicamente ligada à ALN. A CNP tudo fazia no sentido de manter a unidade da organização.

O amadurecimento das divergências sobre o "desvio esquerdista" da organização, iniciado com as contestações do III Exército da ALN, em Cuba, refletiu no desencanto de Márcio Leite Toledo, que foi destituído da CNP e integrado a um grupo de fogo do GTA.

As posições de Márcio Toledo, contestando a orientação da Coordenação Nacional teriam consequências trágicas. Ao tentar se desligar da organização seria "justiçado", no dia 23 de março, por um comando do qual faziam parte Yuri Xavier Pereira e Carlos Eugênio Sarmento Coelho da Paz– "Clemente" -, este, o autor dos disparos fatais.[504]

O assassinato de Márcio Toledo gerou uma onda de protestos dentro da organização. A CNP, desgastada, foi modificada com a substituição de Yuri e "Clemente".

Numa tentativa de apaziguar o descontentamento reinante, particularmente, na FM, a CNP cooptou, para a direção nacional da organização, Monir Tahan Sab, um dos coordenadores da Frente de Massas.

A tentativa de contornar o problema surgido com os militantes do "III Exército da ALN", em Cuba, frustrou-se com a viagem de Yuri a Havana, em maio, ocasionando o surgimento do MOLIPO, em meados de 1971. A ALN perdeu, ainda, a maior parte da Frente de Massas da CR/SP.

Sentindo a impossibilidade de manter a unidade da organização, a CNP inclinou-se de vez para o militarismo. Em junho, em pleno fogo da luta interna, a CN divulgou um histórico da organização, fazendo um retrospecto de sua atuação.

Após conhecer o declínio das atividades armadas, em 1970, em decorrência dos golpes sofridos, a CN admitiu que as atividades da organização se limitaram à sobrevivência e à reorganização. Para reverter esta situação, preconizava-se a intensificação da guerrilha urbana, onde os militantes teriam "a própria luta como escola de preparação de combatentes". Preocupava-se em criar uma infraestrutura intimamente ligada aos grupos de ação, com o aumento da potência de fogo, através da compra, da expropriação ou da fabricação de armamento, e com a utilização de explosivos – bombas, granadas e coquetéis molotov. Reassumindo sua posição militarista, a CN apregoava que as frentes de massas deveriam realizar ações de caráter armado, mobilizando uma potência de fogo própria. A CN transmitia, ainda, orientação a seus militantes no exterior, para que não recrutassem, pois esta atividade teria de ser realizada no Brasil, em pleno clima do enfrentamento armado, para que todo o trabalho ficasse subordinado ao comando da organização no País.

Com o "racha" do "III Exército da ALN" e da Frente de Massas da CR/SP, não se justificava mais o afastamento de Yuri e "Clemente" da Coordenação Nacional. Ambos foram reintegrados à direção nacional, ficando Yuri como responsável pela CR/SP e pelas ligações da organização com o exterior.

Enquanto os elementos que voltavam ao Brasil aglutinavam-se em torno do MOLIPO. Havia os que permaneceram no exterior, sob a liderança de Rolando Fratti, Argonauta Pacheco da Silva e Ricardo Zarattini – que, ainda em Cuba, se

---

502 A CR/GB publicou, em novembro, o número 3 do "Ação".

503 Yuri Xavier Pereira, Márcio Leite Toledo e Carlos Eugênio Sarmento Coelho da Paz ("Clemente") representavam São Paulo; Arnaldo Cardoso Rocha, Minas Gerais; e Hélcio Pereira Fortes, Guanabara.

504 O episódio foi narrado na Introdução deste livro. É o "Terceiro Ato".

afastaram do “Grupo dos 28” – e propunham reformulações na linha política da organização. Esta facção intitulou-se Tendência Leninista da ALN (TL/ALN) e, sem se afastar da organização, ganharia praticamente todo o esquema da organização no exterior. A TL/ALN divulgou, em agosto de 1971, o documento intitulado “Uma Autocrítica Necessária”, no qual expôs seus pontos de vista.

Com a data de 25 de agosto, a CN difundiu o documento “A ALN e a Unidade da Esquerda Revolucionária”, pelo qual consignava, como problema mais premente da revolução brasileira, a questão da unidade revolucionária. A declaração, publicada no número 3 do jornal “O Guerrilheiro”, de setembro de 1971, assinalava que, apesar da unanimidade do repúdio ao reformismo e da adoção da guerra revolucionária num “assalto de qualidade”, por diversos grupos, não ocorrera a unidade e sim a autorização da esquerda revolucionária.

A união, segundo o informe, estava entravada pelo oportunismo e pela aspiração de hegemonia de certas organizações que chegavam a realizar ações acima de suas forças, para imporem-se como lideranças.

A ALN preconizava a troca de experiência, no plano político e militar, entre as organizações da esquerda revolucionária, para a identificação de pontos de afinidade, objetivando, posteriormente, a formulação de um plano político comum. De início, a “frente” seria formada em nível de organizações que adotassem a violência revolucionária, com o objetivo de perpetrar ações conjuntas e combinadas. Posteriormente, seria estendida a todas as forças progressistas, populares e democráticas.

O excesso de ações armadas e a falta de trabalho de massa, questionamentos que conduziram ao “racha”, tornaram a aflorar na organização. Em São Paulo, onde “Clemente” conduzia o GTA de forma açodada, realizando ações, indiscriminadamente, e expondo os militantes e a própria organização a riscos desnecessários, ocorreram novas críticas ao “desvio militarista” da ALN.

Pretendendo atenuar as críticas e evitar novas dissensões, a Coordenação Nacional resolveu deslocar “Clemente” para o Setor Rural, afastando-o da violência do asfalto. No final de outubro, foi deslocado para o Nordeste.

Somente em outubro foi difundido no Brasil o citado documento da TL/ALN. Em resposta a esse documento, a CN difundiu, em novembro, uma declaração que satirizava seus autores, afirmando que “intelectuais de esquerda podem chegar a cronistas, pesquisadores, vulgarizadores e repetidores de ‘teorias’ da moda, mas dificilmente a revolucionários”. Nas respostas irônicas ao texto da TL, a CN fez analogias entre as propostas apresentadas e as resoluções do VI Congresso do PCB, tachando de irreais e direitistas as intenções da TL.

Acossada e preocupada com o crescimento da TL/ALN, motivada pela mecânica de desinformação e pela dificuldade de comunicação com o exterior, assinalada como causa geradora das divergências com o “Grupo da Ilha” a direção da organização expediu, em dezembro de 1971, a “Mensagem aos Militantes no Exterior”. Nessa mensagem, fez um balanço de suas atividades e pediu uma definição em termos de uma militância efetiva na organização, ou o seu abandono.

Ainda este ano, a ALN receberia o apoio da maioria dos militantes que se encontravam no Chile, os quais produziram um documento intitulado “Análise de Conjuntura da Revolução Brasileira”, na reunião do CNP/ALN. No texto, os banidos reafirmavam a validade dos princípios doutrinários de Marighella, apresentando a ação como “essência ideológica do princípio da iniciativa”. O documento, de cunho militarista, não falava de trabalho de massa e estabelecia a “defesa ativa” como tática adequada à organização, dentro de um quadro de “defensiva estratégica”, determinado pelas derrotas sofridas pela organização, desde o final de 1969.

A CNP, antes do término do ano, produziria ainda o documento “Orientações aos Companheiros no Exterior”, no qual fez urna avaliação crítica das diversas turmas que fizeram curso em Cuba, no “Centro de Treinamento”. Os quatro “Exércitos da ALN”[505] foram criticados, ressalvando-se exceções representadas por revolucionários de atuação destacada no retorno ao Brasil. As deficiências foram atribuídas a falhas no recrutamento dos militantes enviados a Cuba, considerados despreparados política e ideologicamente. Além disso, o documento era uma repetição de recomendações anteriores relativas ao acatamento das ordens emanadas do comando no Brasil.

A presteza com que se procurou constituir uma Coordenação Nacional para a organização não foi suficiente para manter a unidade da ALN. Constituída de militantes sem experiência política e sem uma liderança efetiva, propiciou, com sua conduta pendular, o surgimento de dissidências e rachas que não foi capaz de contornar, e que enfraqueceram a organização.

10. A Frente de Libertação Norte-Nordeste (FLNN)

Após o assassinato do comerciante de São Benedito e as consequentes “quedas”, a atividade terrorista no Ceará manteve-se suspensa, com o deslocamento dos “quadros” mais procurados para outros Estados.

[505] O “IV Exército da ALN”, representado por reduzido número de militantes que fizeram curso em Cuba, entre fins de 1970 e julho de 1971, era constituído por Caio Venâncio Martins, Domingos Fernandes, Luiz Eurico Tejara Lisboa, Marília Angélica do Amaral, Ronald Dutra Machado, Suzana Keninger e Tânia.

Antônio Esperidião Neto e José Sales de Oliveira, estabelecendo-se em Pernambuco, iniciaram os contatos visando a reestruturar o trabalho da ALN na região Nordeste. A fim de equacionar o problema, mantiveram ligação com José Calixtrato Cardoso Filho, que já tivera relações com a VAR-P e exercia a liderança sobre um grupo espalhado na região de divisa do Ceará, de Pernambuco e da Paraíba.

Da avaliação efetuada pelo trio, conclui-se que a organização, no Nordeste, já se mantivera muito tempo isolada da coordenação, no próprio Nordeste, e essa era a solução lógica para o isolamento da área.

No dia 8 de janeiro, o trio ficou reduzido com a prisão do ex-seminarista Antônio Esperidião, em Recife.

Movidos pelo apelo regional e visando à integração de outros grupos atuantes no Nordeste, José Sales e José Calixtrato instituíram a Frente de libertação Norte-Nordeste (FLNN).

Em fevereiro, a dupla dirigiu-se a São Paulo para fazer contato com a Coordenação Nacional da ALN. No final de fevereiro, Gilberto Thelmo Sidney Marques, que para lá se deslocara após a chacina de São Benedito, recebeu, da CN, a incumbência de verificar a situação da organização, em Recife, e de iniciar um levantamento de área estratégica no Nordeste. Enquanto isso, Yuri Xavier Pereira mantinha conversações com José Calixtrato Cardoso Filho, para estabelecer o relacionamento ALN-FLNN.

No retorno de Gilberto Thelmo do Nordeste, em meados de março, já estava decidido que a FLNN manteria a sua autonomia tática, mas sua atuação estaria voltada para os objetivos estratégicos da ALN. Naquela ocasião, Arnaldo Cardoso Rocha foi designado para coordenar o trabalho rural do Nordeste, integrando a FLNN. Arnaldo tinha a intenção de, numa primeira fase, intensificar as atividades nos Estados do Ceará, Paraíba, Pernambuco aproveitando-se da estrutura já implantada por José Calixtrato, na região do Cariri. Numa segunda fase, a FLNN deveria estender suas atividades para a região do Bico do Papagaio, a norte de Goiás e a oeste do Maranhão.

Nesse ano, a FLNN realizaria apenas duas ações: no dia 27 de agosto, uma ação tática rural ao assaltar a Coletoria Pública, em Bodocó, no sertão pernambucano[506]; e, no dia 20 de novembro, assaltando a Companhia de Transportes Urbanos (CTU) de Recife.

Após o assalto, o bando dirigiu-se para Campina Grande, na Paraíba, onde se dispersou. Por volta de outubro de 197l, Carlos Eugênio Sarmento Coelho da Paz ("Clemente"), membro da CN/ALN, foi deslocado para o Nordeste, passando a atuar junto a Arnaldo Cardoso Rocha.

11. A morte de Aldo Sá Brito e a campanha de difamação

A chegada, de Aldo Sá Brito de Souza Neto, da Guanabara, criou ânimo novo no grupo da ALN, em Belo Horizonte. A facção estava em fase de criar urna infraestrutura para intensificar sua atuação na capital mineira. Necessitava, portanto, de recursos financeiros para seu empreendimento.

Em janeiro de 1971, o grupo assaltou a Agência do Banco Nacional de Minas Gerais, na Rua Tupinambás. Ao final da tarde, quatro elementos desembarcaram de um Volks na p*no bairro da floresta*orta do banco, permanecendo um ao volante. Três penetraram no banco, enquanto Milton Campos de Souza permanecia na porta. O guarda, no interior da agência, foi facilmente dominado, e o assalto seguiu a técnica conhecida, com a prisão de clientes e funcionários no banheiro. O gerente foi, então, forçado a entregar aos assaltantes oitenta e nove mil cruzeiros, em dinheiro, e cinquenta e quatro mil cruzeiros, em cheques.

As coisas teriam corrido favoravelmente aos assaltantes, não fosse a demora na realização do assalto e a presença, próximo à agência, de um agente do Serviço Secreto da PM/MG, que, investigando um outro problema, teve sua atenção voltada para o indivíduo parado à porta do banco.

Em determinado momento, Milton "impediu a entrada de um cliente no banco, ameaçando-o, nervosamente, com o revólver que sacara".

A cena foi presenciada pelo agente da PM e por populares, que, curiosos, começaram a se aglomerar na porta do banco. Despreparado para a situação e assustado com o rumo que as coisas iam tomando, Milton guardou a arma e afastou-se, calmamente, caminhando pela rua, quando foi seguido e preso pelo agente da PM.

Os três assaltantes que se encontravam no interior do banco, ao saírem, defrontaram-se com uma pequena multidão na porta. Um deles falou que se tratava de um assalto. O tumulto que se seguiu, com gritos e correrias, chamou a atenção de uma viatura do juizado de menores que passava pelo local.

O Volks dos assaltantes saiu em desabalada carreira, acompanhado pela viatura policial com a sirene ligada. Perturbados pela perseguição, os terroristas não obedeceram ao plano de fuga e entraram na rua onde se localizava a delegacia contra roubos e furtos. Alertados, os agentes da delegacia incorporaram-se à caçada aos subversivos.

No Bairro da Floresta, na Praça Negrão de Lima, os assaltantes resolveram abandonar o carro, deixando-o atravessado na rua. Na troca de tiros que se seguiu, Newton Moraes, um dos assaltantes, atingiu mortalmente o menor de quatorze anos, Marcelo Coimbra Tavares, que passava pelo local, e se refugiou, com Aldo Sá Brito, no interior de um

---

[506] Participaram da ação: Arnaldo Cardoso Rocha, José Sales de Oliveira, Francisco Peixoto de Carvalho ("Galego") e José Calixtrato Cardoso Filho.

prédio. Marcos Konato da Fonseca e Eduardo Antônio da Fonseca, que completavam o grupo, roubaram um Aero-Willys e conseguiram deixar o local.

Newton Moraes veio a ser preso no interior do prédio sem oferecer resistência, enquanto Aldo, ao tentar escapulir por uma janela do 3º andar, sofreria uma queda, vindo a falecer na manhã do dia seguinte, apesar de socorrido na Fundação Estadual de Assistência Médica de Urgência (FEAMUR).

As prisões de Milton Campos de Souza e Newton Moraes causaram a desarticulação do trabalho da ALN em Minas Gerais, com a identificação e a prisão de várias militantes.[507] O coordenador da ALN em Minas, Arnaldo Cardoso Rocha, abandonou o Estado, deslocando-se para São Paulo. O mesmo destino tomaram outros militantes.[508]

A morte de Aldo Sá Brito foi rotulada como mais um assassinato da "ditadura militar". Na realidade, os órgãos de segurança, em vez da morte de Aldo, anunciaram a sua prisão. Imaginava-se que Aldo houvesse participado do sequestro do embaixador suíço, assunto ainda em discussão por parte do Governo, no que se referia aos presos a serem libertados. O anúncio da prisão visava a intranquilizar os sequestradores, dentre os quais se imaginava estar incluído Aldo. Posteriormente, ao ser anunciada a morte do terrorista, ela foi explorada, no País e no exterior, por motivo de tortura. Como o retardamento do anúncio havia cumprido sua finalidade e existia registro médico da entrada de "Santana", nome utilizado por Aldo na sua documentação fria, às 19 horas do dia 6 de janeiro, na FEAMUR, contendo, inclusive, a orientação médica da tentativa de salvar a sua vida, os órgãos de segurança não se preocuparam em esclarecer o episódio.

No caso, cometiam-se dois erros. O primeiro se deu por não se esclarecer a população. Não se tratava de imputação ou não de responsabilidade. A falta de esclarecimento dava credibilidade à maldosa exploração do fato. O segundo erro é que esses estratagemas utilizados com a intenção de beneficiar as operações correntes, invariavelmente, causavam muito mais malefícios aos órgãos de segurança do que vantagens, quando essas vantagens efetivamente existiam.

No rastro desse fato e valendo-se da credibilidade auferida com ele, buscou-se generalizar os casos de tortura, como se eles fossem a regra na Penitenciária de Linhares, em Juiz de Fora. Buscavam envolver também os militares encarregados de ouvir Newton Moraes. Em carta datada de 2 de agosto de 1971 ao Juiz Auditor da 4ª Circunscrição da Justiça Militar, Newton declara não "se responsabilizar por abaixo-assinado que será por fim enviado a esta auditoria", no qual eram descritas torturas que teria sofrido num quartel do Exército. As acusações constavam de uma carta denúncia remetida pelos presos políticos da Penitenciária de Linhares aos órgãos de defesa dos direitos humanos nacionais e internacionais. Newton afirmava em sua carta: "Fui tratado com todo o respeito devido à pessoa humana", quando se referia a uma entrevista mantida com um oficial do Exército, nas dependências do Quartel-General da 4ª Região Militar.

As acusações falsas estavam inseridas na campanha de difamação patrocinada pela subversão, com o objetivo de desestabilizar o governo revolucionário.

12. O surgimento da Tendência Leninista da ALN

Enquanto o retorno dos militantes do III Exército da ALN significava a cristalização das divergências com a Coordenação Nacional e o surgimento do MOLIPO, elementos da organização, que permaneciam no exterior, pretendiam assumir a direção da ALN, imprimindo-lhe uma nova orientação.

Em Cuba, Ricardo Zarattini Filho, afastando-se do "Grupo da Ilha", ligou-se a Rolando Fratti e a Argonauta Pacheco da Silva, formando uma coordenação da ALN no exterior, o trio pretendia reformular a linha política da organização, redirecionando-a, numa "postura leninista", para uma maior ligação com as massas.

Antes de se ligar com a coordenação no Brasil, foi feito contato com José Maria Crispim, que se encontrava na Itália. Representando a ALN na coordenação da FBI, Crispim viajou para Cuba, onde, fez com que todo o esquema da ALN no exterior se inclinasse para a nova tendênc'ia que surgia.

Rolando Fratti e Ricardo Zarattini deslocaram-se para o Chile, onde a reflexão e a posição autocrítica, assumidas pela maioria dos banidos, criavam um ambiente favorável para a proposta de mudanças e a difusão de novas ideias.

Finalmente, elaborado por Rolando Fratti, foi enviado à CN, no Brasil, o já referido documento "Uma Autocrítica Necessária", expondo os pontos de vista e as propostas do grupo. Este assumia, a partir de então, a denominação "Tendência Leninista da ALN". No documento, datado de agosto de 1971, a TL criticava a ALN pelo isolamento das massas, pela concepção errada de conduzir a luta e pela estrutura inadequada às tarefas que se propôs a realizar.

O desvio da ALN, olvidando a "revolução como obra das massas", foi atribuído a dois fatores: o afluxo para a organização de "elementos da pequena burguesia, notadamente estudantes, imbuídos do espírito radical" e a influência das teses de Regis Debray sobre esses elementos.

---

[507] Foram presos Luiz Fernando Gonçalves dos Reis, Cecílio Emigidio Saturnino, entre outros.

[508] Entre eles, Walderez Oliveira Nunes e os assaltantes Marcos Nonato da Fonseca e Eduardo.

O primeiro fator conduziu a ALN a um excesso de ações urbanas, de caráter armado, completamente desvinculadas das massas, enquanto o segundo negava o trabalho junto às massas e a necessidade de um partido que seria substituído pela "Coluna Móvel Estratégica".

Condenando a concepção revolucionária que a esquerda radical vinha adotando, os dissidentes criticavam a própria "doutrina Marighella". Afirmavam que "a expropriação de bancos foi erigida como critério de uma política de formação de quadros", e que "a necessidade de autoafirmação de muitos se ajustava ao critério seletivo, ocorrendo a incorporação de muitos radicais, em detrimento do justo critério leninista de seleção nas forças fundamentais: operariado e campesinato". A TL prosseguia com suas críticas, afirmando ter sido criado, dentro da ALN, um verdadeiro "culto ao guerrilheiro urbano", e que o conceito de "liberdade tática" fazia com que os militantes se sobrepusessem às ordens de suas próprias coordenações.

Para corrigir o "desvio esquerdista" e sanar as imperfeições levantadas na linha política da ALN, os dissidentes propuseram, para debate, cinco pontos:

1º - o estabelecimento de um programa amplo, reunindo as forças básicas em todas as camadas e classes sociais, dentro de uma estratégia nacional-libertadora e democrática;

2º - o estabelecimento de uma frente única, num novo tipo de aliança, englobando não só organizações e partidos, mas, inclusive, outras forças interessadas na revolução, tendo como base a "aliança operário-camponesa";

3º - a necessidade de um "partido marxista revolucionário" para a condução do processo revolucionário, visto que a sua falta impedia de levar avante a "expressão mais elevada da luta de classes, a luta armada". Neste ponto, o documento propunha a realização de um congresso, para decidir a estrutura e a linha política do partido, e o estabelecimento de uma escola de quadros políticos e militares na organização;

4º - a formação do "Exército Revolucionário do Povo" (ERP), apontado como necessário para quebrar a coluna vertebral do sistema de governo, as Forças Armadas. Os dissidentes não aceitavam, a priori, as fórmulas pré-estabelecidas do "foco" ou da "coluna móvel", bem como os esquemas do "cerco da cidade pelo campo" ou da "insurreição generalizada nos grandes centros urbanos" como dogmas para a criação de seu exército. Deixando indefinido o processo de formação do ERP, a TL/ALN propôs a transformação dos GTA em "destacamentos de propaganda armada", como principal instrumento do trabalho político nas cidades e no campo. Os DPA, ao contrário dos GTA, não teriam autonomia tática e agiriam dirigidos por uma chefia político-militar, tendo ainda como diferença fundamental que nem todos os membros do destacamento necessitariam ser quadros marxistas, bastando, para tanto, estarem de acordo com o programa nacional – libertador e "democrático" da ALN;

5º - o estabelecimento de uma política exterior que proporcionasse um maior relacionamento com o sistema socialista mundial. Ignorando o conflito sino-soviético, a TL/ALN preconizava a ligação não só com Cuba, mas também com os outros países que apregoavam a luta armada. Recomendavam, ainda, o estabelecimento de relações com organizações progressistas do mundo capitalista desenvolvido, e, como principal e prioritário, o relacionamento mais profundo com as organizações revolucionárias da América Latina, principalmente com aquelas dos países vizinhos ao Brasil, por considerar o movimento em nosso território como "integrante de um processo de revolução continental".

Os cinco pontos propostos para debate sintetizavam os problemas levantados pelos dissidentes para a condução do movimento armado.

A TL/ALN pretendia, na verdade, a realização de um congresso, no qual a força política acumulada representasse a conquista de importantes posições na Coordenação Nacional da ALN, transformada em partido marxista revolucionário.

O documento foi respondido em tom de zombaria pela CN da ALN, que comparou as propostas da TL às resoluções "direitistas" do VI Congresso do PCB, como já vimos no item 9.

A TL/ALN constituía uma facção dentro da própria ALN, sem ideias fracionistas. Combatia o "vanguardismo militarista" dentro da ALN, que, "preocupando-se exclusivamente com a formação do combatente e não do militante", estaria conduzindo a organização à destruição.

Assumindo esta postura, a TL/ALN não reconheceria a sua expulsão, decretada, em março de 1972, pela Coordenação Nacional no Brasil.

13. O assassinato de Henning Albert Boilesen

O industrial Henning Albert Boilesen começou a morrer em janeiro de 1971.

Nessa época, Antônio André Camargo Guerra ("Márcio", "Rafael", "Fernando", "Homero", "Alexandre"), do comando do Movimento Revolucionário Tiradentes (MRT), "cobriu um ponto" em Cascadura, na então Guanabara, com Herbert Eustáquio de Carvalho, o "Daniel", da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), para tratar das próximas ações da "Frente", constituída por essas duas organizações e mais a Ação Libertadora Nacional (ALN), o Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8) e o Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR). Na ocasião, Herbert, a mando de Carlos Lamarca, entregou-lhe um bilhete com três nomes: "Henning Boilessen", "Peri Igel" e "Sebastião Camargo (Camargo Correia)". Segundo Herbert, Lamarca pedia ao MRT que levantasse os dados dessas três pessoas a fim de futuros seqüestros ou justiçamentos.

Boilesen, um dinamarquês de 55 anos, havia sido, em sua juventude, lutador de box e jogador de futebol em Copenhague. Formado em Administração de Empresas, veio para São Paulo em 1942, como contador da Firestone, naturalizando-se brasileiro em 1959.

Ingressando na Ultragas, foi, pela sua grande capacidade de trabalho, galgando postos, sucessivamente, até tornar-se o presidente do Grupo Ultra, que englobava várias empresas ligadas à produção do gás liqüefeito do petróleo.

Preocupado com os aspectos sociais do trabalho, auxiliava diversas entidades e havia criado um Centro de Integração Empresa-Escola, para a formação de mão-de-obra especializada. Entrosado com o meio empresarial, possuía os títulos de "Cidadão Paulistano" e de "Homem de Relações Públicas em 1964", além de quase uma dezena de medalhas e condecorações, outorgadas por diversas entidades, entre as quais o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, a Sociedade Geográfica Brasileira e o Museu de História do Rio de Janeiro.

Casado, com 3 filhos e 4 netos, Boilesen disputava peladas de futebol nos fins de semana e era fanático torcedor do Palmeiras. Gostava de samba e ficava horas a ouvir Chico Buarque, a quem considerava um gênio. Apaixonado pelas artes plásticas, patrocinava exposições e privava da amizade de inúmeros artistas que expunham na vizinha cidade de Embu.

Mas, para a VPR, ele era um "espião da CIA" e patrocinador da Operação Bandeirante, a OBAN. No bilhete passado por Herbert para Antônio André, Boilesen estava em primeiro lugar e assinalado com um sinistro "X".

A partir da 2ª quinzena de janeiro de 1971, iniciaram-se os levantamentos do industrial, dos quais participaram Devanir José de Carvalho ("Henrique", "Justino", "Heitor"), Dimas Antônio Casemiro ("Rei", "Celso", "Jaime", "Serafim"), Gilberto Faria Lima ("Zorro", "Diego", "Carlos", "Giba", "Sílvio") e José Dan de Carvalho ("Alcides"), pelo MRT, Carlos Eugênio Sarmento Coelho da Paz ("Clemente", "Guilherme"), pela ALN, e Gregório Mendonça ("Fumaça", "Leônidas", "Marcos") e Laerte Dorneles Meliga ("Flávio", "Sebastião"), pela VPR.

Nos levantamentos procedidos, descobriu-se que Boilesen residia no Morumbi e que diariamente, às 0900 horas, antes de ir para o trabalho, passava para ver um de seus filhos (que era cego) do primeiro casamento, na Rua Estados Unidos, 1030. Nada descobriram, entretanto, sobre sua suposta ligação com a OBAN.

A prisão de Laerte e Gregório, respectivamente, em 02 e 04 de fevereiro, fez com que suspendessem a ação, temporariamente, pois ambos haviam participado dos levantamentos. Passados alguns dias, observando que o industrial não mudara seus hábitos e continuava a não possuir segurança pessoal, concluíram que nada havia sido delatado pelos companheiros.

Numa reunião do comando do MRT, realizada em 17 de fevereiro, Boilesen foi julgado e condenado à morte. Na pauta resumida dessa reunião, apreendida dois meses depois, aparece um lacônico "Justiçamento-CIA". Uma semana depois, em 23 de fevereiro, na pauta de uma nova reunião do comando, aparecia, com a própria letra do Devanir: "Tarefa prioritária: Sobre a pena de morte - apresentar proposta à frente". O MRT, para executar a ação, precisava propô-la à "Frente". Boilesen ganhou mais alguns dias de vida.

A morte de Devanir José de Carvalho, o famigerado "Henrique", líder do MRT, baleado ao resistir à prisão em 05 de abril, em vez de suspender, precipitou a ação. Dimas, o "Rei", e Giberto, o "Zorro", entraram em contato com Carlos Eugênio, o "Clemente", e José Milton Barbosa ("Castro"), da ALN, e pediram auxílio para a execução, como vingança pela morte do "Henrique".

Entre os dias 09 e 13 de abril, o "Comando Revolucionário Devanir José de Carvalho", criado especificamente para a ação, realizou novos levantamentos sobre Boilesen. Dimas escreveu o panfleto que seria jogado sobre a futura vítima, procurando "justificar" o assassinato.

Na manhã de 14 de abril, o Comando Revolucionário montou o seu dispositivo. No carro da ação, um Volks, três militantes da ALN: Antônio Sérgio de Matos ("Uns e Outros"), como motorista, Yuri Xavier Pereira ("Joaozão"), com Fuzil Mauser 7 mm, e José Milton Barbosa, com metralhadora INA. No carro de cobertura, outro Volks, três militantes do MRT: Dimas Antônio Casemiro, como motorista, Joaquim Alencar de Seixas ("Roque", "Felipe", "Velho"), com Winchester 44, e Gilberto Faria Lima, com metralhadora INA. Haviam decidido que a ação seria executada em frente da casa dos filhos de Boilesen, na Rua Estados Unidos, a fim de causar maior impacto na opinião pública. Estacionaram os dois carros na Alameda Casa Branca e Yuri e José Milton montaram guarda na esquina para esperar a sua saída. Subiriam nos carros e fechariam o do industrial antes que ele desse a partida.

Entretanto, nesse dia, Boilesen viajou a negócios para a Guanabara. Ganhou mais 24 horas de vida.

No dia seguinte, 15 de abril de 1971, novamente o Comando Revolucionário tomou posição. Dessa vez, pontual, Boilesen saiu da casa de seus filhos, às 0910 horas. O planejamento, no entanto, não fora bem feito. Ao entrarem na Estados Unidos, os terroristas observaram, surpresos, que o Ford Gálaxie do industrial já virava à direita, tomando a Rua Peixoto Gomide. Após alguns segundos de hesitação, decidiram agir assim mesmo e saíram em perseguição ao carro. Para evitar uma feira livre, Boilesen entrou na Rua Professor Azevedo Amaral e pegou a Barão de Capanema. Na esquina da Alameda Casa Branca, parou

para entrar à esquerda. Nesse momento, os dois carros emparelharam com o dele. Pela esquerda, Yuri, colocando o fuzil para fora da janela, disparou um tiro que raspou a cabeça de Boilesen. Este saiu do Gálaxie e tentou correr em direção contrária aos carros. Foi inútil. José Milton descarregou a metralhadora em suas costas e Yuri desfechou-lhe mais três tiros de fuzil. Cambaleando, Boilesen arrastou-se por mais alguns metros, indo cair na sarjeta, junto de um outro Volkswagen. Aproximando-se, Yuri disparou mais um tiro, que arrancou-lhe a maior parte da face esquerda. Joaquim e Gilberto jogaram os panfletos por cima do cadáver. Os terrorista, subindo em seus carros, arrancaram em alta velocidade, fugindo pela Alameda Casa Branca em direção à Avenida Paulista.

Mais tarde, num relatório escrito por Yuri e apreendido pela polícia, pode-se ler: "Durante a fuga trocávamos olhares de contentamento e satisfação.. Mais uma vitória da Revolução Brasileira".

O assassinato durara menos de dois minutos. Os disparos haviam chamado a atenção de dezenas de populares que estavam na feira livre. Vários carros e casas foram atingidos por tiros perdidos. Caídas, uma senhora, atingida no ombro, e uma vendedora de maçãs, ferida na perna, aumentou o pânico das pessoas, que correram em direção à Peixoto Gomide.

Sobre o corpo de Boilesen, mutilado com 19 tiros, os panfletos da ALN e do MRT, dirigidos "Ao Povo Brasileiro", traziam a ameaça:

"Como ele, existem muitos outros e sabemos quem são. Todos terão o mesmo fim, não importa quanto tempo demore; o que importa é que todos eles sentirão o peso da JUSTIÇA REVOLUCIONÁRIA. Olho por olho, dente por dente".

Os "senhores da vida e da morte" superestimaram o próprio tempo.

14. O fim do MRT

Desde o seu início, o ano de 1971 trouxe maus prenúncios para o Movimento Revolucionário Tiradentes (MRT).

Em 14 de janeiro, cinco militantes do MRT, em "frente" com outros militantes da ALN, da VPR e da OPCOR, sigla do novo nome do MRN, realizaram um frustrado assalto ao carro pagador do Banco Itaú- América, na avenida Dr. Arnaldo, no Sumaré/SP. Apesar de Devanir José de Carvalho ter procurado bloqueá-lo com um caminhão e de terem sido feitos vários disparos, o carro pagador conseguiu evadir-se.

A prisão de diversos dirigentes da Ala Vermelha (AV), na segunda quinzena de janeiro, permitiu que os órgãos policiais passassem a saber quem eram os autores das dezenas de assaltos ocorridos no ano anterior, realizados por Devanir e outros militantes do MRT.

Ao mesmo tempo, a "Frente", da qual o MRT fazia parte, analisando as causas do fracasso do assalto de 14 de janeiro, concluiu que seus militantes não estavam preparados para ações de grande porte e resolveram realizar "pequenas" ações de "expropriação".

Assim, em 22 de janeiro, o MRT, a ALN, a VPR e a OPCOR assaltaram a Kombi do Banco Andrade Arnaud, no Cambuci, da qual levaram cheques, uma carabina e dois revólveres. Em 30 de janeiro, essas mesmas organizações realizaram o 19º assalto ao Supermercado Peg PaGg em Santo Amaro, do qual levaram NCr$ 4.500,00 e 6 garrafas de "whisky".[509] Cerca de uma semana depois, realizaram outro assalto a esse supermercado, quando levaram o equivalente a NCr$ 12.000,00.

A partir de 28 de janeiro, a prisão de Waldemar Andreu, que havia saído do MRT no ano anterior, precipitou as detenções de uma série de militantes desse grupo, na primeira quinzena de fevereiro.

Mesmo assim, o MRT realizou três assaltos em fevereiro de 1971: o primeiro, no dia 10, na metalúrgica Mangells, na Mooca, onde, em "frente" com a ALN e a OPCOR, roubou NCr$ 270.000,00 além de duas carabinas e um revólver; o segundo, no dia 12, no Supermercado Fioreto", no Ipiranga, onde, com a ALN, levou NCr$ 8.000,00; e o terceiro, no dia 19, a uma firma de máquinas tipográficas, na Rua Vergueiro, onde roubou uma "Off Set" e outras máquinas acessórias.

A partir desse assalto, três reuniões marcaram as atividades da organização. Na primeira reunião, de 1º de fevereiro, o MRT "julgou" e condenou o industrial Henning Boilesen à morte. Na segunda, realizada um mês depois, reestruturou o seu comando, integrado por Devanir, Antônio André e Dimas, este, colocado no lugar de Joaquim Alencar de Seixas. Na terceira, em 22 de março, criou duas bases para as ações armadas: a "Base Eduardo Leite" e a "Base Yoshitane Fujimori".[510] Na pauta dessa reunião, com a própria letra de Devanir, aparecia, como "tarefa prioritária", a sombria proposta para o "justiçamento" de Boilesen: "Sobre a pena de morte – apresentar proposta à 'frente'".

---

509 Nesse assalto, Ivan Akeselrud Seixas, filho de Joaquim Alencar, com apenas 16 anos, exercitou a sua "aptidão" para as ações armadas.

510 A 1ª base era integrada por Devanir, Antônio André, Joaquim Alencar e Domingos Quintino dos Santos; e a 2ª base, constituída por Dimas, Gilberto, José Rodrigues e Ivan.

Nessa época, o MRT estava financeiramente bem, pois, além do apurado nos assaltos, Devanir passou a contar com 4 mil dólares, trazidos pela ALN, mais do que suficientes para a sobrevivência de seus militantes e simpatizantes, que não chegavam a duas dezenas.[511]

A partir do dia 22 de março, iniciaram-se as “quedas” dos militantes da OPCOR, que, em face das antigas ligações e da atuação na “frente”, aumentaram o conhecimento da polícia sobre o MRT.

Em 29 de março, o MRT, com a ALN, realizou um assalto simultâneo à joalheria Milton, na Rua Amália Noronha, e à joalheria Rolex, na Rua Oscar Freire, em Pinheiros. Por alguns dias, os militantes do MRT fizeram farta distribuição de relógios a seus amigos e familiares.

Em 30 de março, o MRT, a ALN e o MR-8 idealizaram uma ação que, segundo eles, ganharia repercussão internacional e “comemoraria” a data dos 7 anos da Revolução de Março: a explosão, por dinamite, da ponte sobre o Rio Tietê, no bairro do Jacaré. Frustrada, a ação só serviu para irritar os ânimos dos componentes da “frente”.

Abril foi o mês crítico para o MRT. No dia 3, foram presos Antônio André Camargo Guerra e Domingos Quintino dos Santos, cujo “aparelho”, na Rua Cruzeiro, na Barra Funda, foi ocupado pela polícia. Na manhã do dia 5, ao chegar nesse “aparelho”, Devanir recebeu voz de prisão. Reagiu a tiros, morrendo baleado logo depois.

Dimas Antônio e Gilberto Faria Lima assumiram o comando do MRT e entraram em contato com a ALN, pedindo ajuda para o que qualificaram de vingança pela morte do Devanir, através do “justiçamento” de Boilesen.[512]

No dia 14, foram presos dois “simpatizantes”. Isso não alterou os planos com relação a Boilesen. Na manhã de 15 de abril, a ALN e o MRT o assassinaram, no que seria a última ação armada da organização.[513]

A partir da segunda quinzena de janeiro de 1971, iniciaram-se os levantamentos do industrial paulista, dos quais participaram Devanir José de Carvalho, Dimas Antônio Casemiro, Gilberto Faria Lima e José de Carvalho, pelo MRT; Carlos Eugênio Sarmento Coelho da Paz, pela ALN; Gregório Mendonça e Laerte Dorneles, pela VPR.

Nos levantamentos procedidos, descobriu-se que Boilesen residia no Morumbi, e que, diariamente, às 9 horas, antes de ir para o trabalho, passava para ver seus filhos, na Rua Estados Unidos. Só não conseguiram descobrir a sua suposta ligação com a OBAN.

A prisão de Laerte e Gregório, respectivamente, em 2 e 4 de fevereiro, fez com que suspendessem a ação temporariamente, pois ambos haviam participado dos levantamentos. Passados alguns dias, entretanto, observaram que o industrial não mudara seus hábitos e continuava sem possuir segurança pessoal. Concluíram que a ação não havia sido delatada por seus companheiros.

Numa reunião do comando do MRT, realizada em 17 de fevereiro, Boilesen foi julgado e condenado à morte. Na pauta resumida dessa reunião, apreendida dois meses depois, aparecem um lacônico “Justiçamento – CIA”. Uma semana depois, em 23 de fevereiro, na pauta de uma nova reunião do comando, aparecia, com a própria letra de Devanir: “Tarefa prioritária: sobre a pena de morte – apresentar proposta à Frente”. O MRT, para executar a ação, precisava propô-la à “Frente”, constituída pela VPR, pela ALN, pelo MR-8 e pelo PCBR, além do próprio MRT. Boilesen ganhou mais alguns dias de vida.

A morte de Devanir José de Carvalho, líder do MRT, baleado ao resistir à prisão, em 5 de abril, precipitou a ação. Dimas e Gilberto, o “zorro”, entraram em contato com “Clemente” e José Nilton Barbosa, da ALN, e pediram auxílio para a execução de Boilesen, como vingança pela morte de Devanir.

Entre os dias 9 e 13 de abril, o “Comando Revolucionário Devanir José de Carvalho”, criado especificamente para a ação, realizou novos levantamentos sobre Boilesen. Dimas escreveu o panfleto que seria jogado sobre a vítima, procurando “justificar” o assassinato.

Nesse mesmo dia, às 19 horas, foi preso José Rodrigues Ângelo Júnior, no seu “aparelho” da Avenida Dr. Arnaldo, nº 1.532.

Na manhã do dia 16, Joaquim Alencar de Seixas e seu filho Ivan foram presos. Logo em seu primeiro depoimento, Joaquim falou sobre o “ponto” que teria, nesse mesmo dia, com Gilberto Faria Lima, na altura do número 5.000 da Estrada do Cursinho. Indo ao local, a polícia recebeu tiros, partidos de elementos que estavam num carro sem placa. Joaquim, ao tentar fugir, sob fogo cruzado, aproveitando a confusão, morreu no local. Nesse mesmo dia, após a prisão de Florival Cáceres, chegou-se ao “aparelho” de Devanir, na Rua Diogo Barbosa Rego. No local, foi encontrada uma grande quantidade de documentos, dentre os quais anotações sobre as reuniões do comando do MRT, atestando que Boilesen já havia sido condenado à morte antes da “queda” de Devanir, além de dezenas de nomes de empresários que seriam levantados para futuros sequestros ou “justiçamentos”.

No dia seguinte, no “aparelho” de Dimas, na Rua Elisa Silveira, na Saúde, foram presas Pedrina José de Carvalho, viúva de Devanir, e Maria Helena Zanini Casemiro, esposa de Dimas, e foi encontrado um verdadeiro arsenal de produtos

---

[511] O MRT só considerava como militantes aqueles que participavam das ações armadas. Os nove “simpatizantes” da época eram: Fedrina José de Carvalho, esposa de Devanir, Fanny Albeldur de Seixas, esposa de Joaquim, e suas filhas, I ara Akseirud de Seixas e Ieda Akseirud de Seixas.

[512] Lembrar que Boilesen já havia sido julgado e condenado, pelo MRT, em 17 de fevereiro. Faltava, apenas, o aprovo da “Frente”.

[513] O assassinato de Boilesen está descrito no item 3 deste capítulo.

de assaltos. Horas depois, Dimas Antônio Casemiro e Gilberto Faria Lima chegaram ao local, reagindo a tiros à voz de prisão. Enquanto Gilberto conseguia fugir, embrenhando-se num matagal, Dimas morria baleado.

Como rescaldos, foram presos, ainda em abril, três simpatizantes da organização.

Dos elementos que participaram de ações armadas, três nunca foram presos: Plínio Peterson Pereira, Armênio de Souza Rangel e João de Morais. Da última fase do MRT, só um conseguiu escapar à prisão, Gilberto Faria Lima, que continuaria na ALN até que, por problemas psicológicos, fugiu para o exterior e nunca mais foi visto.

Acabava-se o MRT que, de setembro de 1969 a março de 1971, assaltou dezenas de empresas, roubando, em "frente" com outras organizações, cerca de NC$ 1.185.000,00.

A história do MRT confunde-se com a história de "Henrique" Devanir José de Carvalho. Só ele, ao longo da sua trajetória de crimes, no PC do B, na AV e no MRT, cometeu mais de 30 assaltos, 1 sequestro e, direta ou indiretamente, 6 assassinatos, além de causar dezenas de feridos.

15. A divisão da CEx/PC do B

Já no início de 1971, a CEx do PC do B estava dividida em duas partes. A primeira, composta por João Amazonas, Maurício Grabois e Ângelo Arroyo, conduzia, na região do Araguaia, o trabalho de campo para a implantação de um núcleo guerrilheiro. A segunda parte era formada pelos três membros restantes, que permaneciam em São Paulo e na Guanabara, em condições de deslocar-se para a área de campo, quando necessário. Além desses, alguns membros do CC, como José Humberto Bronca e Paulo Mendes Rodrigues, também haviam sido deslocados para o Araguaia, que já contava com cerca de 70 militantes. Nem José Toledo de Oliveira escapou de ser deslocado para a área. Assim que saiu da prisão, foi guindado ao CC e encetou viagem.

Na área de campo, os subversivos realizavam um trabalho político que consistia de leitura e discussão dos documentos do partido, além da obrigatoriedade de se ouvir, diariamente, as transmissões das rádios de Tirana e de Pequim. A partir desse ano, deu-se prioridade à atividade militar, constituída de treinamento físico, instruções de tiro, sobrevivência na selva, etc. O trabalho de massa continuava a ser realizado por meio de ações que visavam à conquista da amizade da população local, que permanecia alheia às atividades políticas dos que denominavam, genericamente, de "paulistas". Naquele ano, o partido decidiu adotar uma estrutura militar para o movimento, constituído à base de "destacamentos", em número de três, A, B e C.

No aspecto político-ideológico, o PC do B prosseguiu em seus ataques à política chinesa. No documento "soluções ilusórias" posicionaram-se frontalmente contra o apoio que a China emprestava aos militantes nacionalistas peruanos. Ao mesmo tempo, atacava o governo brasileiro na questão do mar das 200 milhas, afirmando que essa atitude não passava de "demagogia barata, de tentativa de engodo para encobrir a verdadeira traição aos interesses de nosso povo".

Em meados de 1971, iniciou-se a aproximação entre o PC do B e a APML do B, que, poucos anos depois, iria redundar num considerável reforço para o partido.

No final do ano, seiscentos membros alcançados atestavam que era fácil conduzir o idealismo da juventude para posições, além de equivocadas, francamente mais radicalizadas.

16. A desarticulação da AV.

A partir de meados de janeiro de 1972, o "estouro" de oito "aparelhos" em São Paulo e a prisão de mais de duas dezenas de militantes da AV – dentre os quais, quatro membros do DNP, Hélio Cabral de Souza, Edgard de Almeida Martins, Paulo de Tarso Glianini e Felipe José Lindoso – desmantelaram a organização. Nos meses seguintes, novas prisões de quase meia centena de militantes, em diversas regionais, acabariam por desarticular a AV.

Os elementos que mais cooperaram com a polícia foram os seus próprios dirigentes, que pareciam, inclusive, querer acabar com a organização.

Pela absoluta falta de uma direção nacional, em meados de 1971, na Guanabara, cerca de cinco militantes da AV, liderados por Luiz Carlos Lopes, resolveram constituir-se em dissidência e criaram o "Grupo Tacape", de reduzida influência político-ideológica.[514]

Após as quedas, a AV passaria por três anos de isolamento e de estagnação política, dirigida por uma Direção Geral Provisória e com alguns esparsos militantes em São Paulo e na Guanabara.

17. O MRM transforma-se na OPCOR, que é desarticulada.

---

[514] O "Grupo Tacape" seria extinto em janeiro de 1974, com a prisão de seus poucos militantes.

No primeiro dia de 1971, reunido em São Vicente/SP, o Movimento Revolucionário Marxista mudou o seu nome para Organização Partidária Classe Operária Revolucionária e elegeu o Comitê Nacional (CN).[515]

Nas "Resoluções Políticas", aprovadas nessa reunião, destacam-se os documentos "Normas Estatutárias", "Manifesto Programa" e "Acerca da Tática para a Revolução Brasileira", que estabeleciam a estrutura e a linha política da nova OPCOR.

Influenciada, por suas origens na Ala Vermelha (AV) do PC do B, a OPCOR adotou uma linha nitidamente maoísta. Admitia um estágio intermediário dirigido pelo "Governo Popular Revolucionário", alçado ao poder pela luta armada, através da guerra popular e do cerco das cidades pelo campo, este, eleito como área de atuação principal.

Na prática, entretanto, a OPCOR limitou-se a assumir uma posição militarista, unindo-se a outras organizações na realização de assaltos na cidade de São Paulo. A OPCOR era uma organização que só possuía "cabeça", os seis integrantes do CN. Nesse início de 1971, estava começando a recrutar oito novos militantes, em Belo Horizonte e em Vitória.

Em "frente" com MRT, VPR e ALN, a OPCOR participou de quatro ações armadas em 1971: em 14 de janeiro, assalto frustrado a um carro-forte do Banco Itaú-América; em 27 de janeiro, assalto à Kombi do Banco Andrade Arnaud, no Cambuci; em 30 de janeiro, assalto ao Supermercado Peg-Pag, em Santo Amaro; e em 10 de fevereiro, assalto à Metalúrgica Mangells, na Mooca.

Quatro dias de março marcaram o fim da OPCOR. Entre os dias 22 e 25 de março, foram presos os seis integrantes do CN e os quatro simpatizantes.[516]

Nos "aparelhos" dos militantes, foram apreendidos, além de armas e munições, documentos que mostravam os planejamentos já efetuados para a sabotagem de redes elétricas e de oleodutos de São Paulo; para os sequestros de dois norte-americanos, considerados como agentes da CIA, três diretores da Chrysler e os cônsules da Itália, de Mônaco e de Portugal.

Na prisão, além de entregar os seus companheiros, falaram sobre as ligações com outras organizações, o que facilitou as "quedas" de militantes do MRT e da VPR.

Apenas como exemplo, destaca-se o final das declarações, de próprio punho, de João Amorim Coutinho, feitas em 27 de março:

"Aí está toda a minha vida, desde que me importei com coisas de política. Estou pronto a responder pelos meus erros, para, quando sair daqui, esquecer-me disso tudo e refazer minha vida, estudar, trabalhar, ter meus filhos com minha esposa. Essa é a mais pura verdade, juro pela memória do meu pai, por minha mãe, por minha esposa, por meu filho, que está para vir, enfim pelo que há de mais sagrado em minha vida".

De nada adiantou o juramento. João Amorim Coutinho, hoje, está separado da esposa e é militante do PC do B, tendo sido eleito, em 1985, presidente do Sindicato dos Bancários do Espírito Santo.

18. PCR: um "justiçamento" e um assassinato

Na prisão, em Recife, Amaro Luiz de Carvalho ("Capivara") continuava a colaborar com as autoridades. No dia 21 de agosto, enviou um bilhete informando detalhes sobre três camponeses que haviam sido soltos recentemente, e que estavam sendo recrutados pelo PCR. Na noite do dia seguinte, "Capivara" era assassinado por dois presidiários, que lhe deram um refrigerante envenenado. Depois, desfecharam-lhe violentas pancadas no tórax, com canos de ferro. Os mandantes do crime nunca foram descobertos. O mais provável é que "Capivara" tenha sido identificado como informante da polícia e "justiçado" por uma organização comunista.

Alguns dias depois, em 2 de setembro de 1971, José Mariano de Barros, a mando do PCR, tomou um táxi na Madalena, no Recife. Ao chegar perto do Hospital das Clínicas, quando fingia que ia pagar a corrida, aproximaram-se Manoel Lisboa de Moura e José Emilson Ribeiro da Silva. Na tentativa de assalto, ao reagir, o motorista Gentil Procópio de Melo foi alvejado por dois tiros disparados por José Emilson, vindo a falecer momentos depois. Essa seria, a rigor, a única e covarde ação do PCR, nesse ano, e sua primeira vítima fatal.

19. A desarticulação do POC e o surgimento do POC-Combate

---

[515] Integrado por Fernando Sanna Pinto, Job Alves dos Santos, Jaime de Almeida, Joana Darc, Janne Ferreira e Paulo Roberto de Magalhaes, com os dois primeiros compondo o Secretariado.

[516] Os simpatizantes eram João Amorim Coutinho e sua esposa Laura Maria da Silva Coutinho, Francisco Feitosa Norberto e Ney Janssen Ferreira Junior, marido de Joana, que havia saído da AV.

O POC vivia uma fase de retorno ao trabalho de conscientização da classe operária.

Pretendia-se enterrar a lembrança militarista e reassumir a posição da OML-PO, estabelecida no IV Congresso, pelo programa socialista para o Brasil. Adotando essa postura, o POC aproximava-se da OCML-PO, deixando de existir as divergências que provocaram a cisão.

Em janeiro de 1971, Fábio Oscar Marenco dos Santos, membro do Comitê Nacional do POC, encontrou-se com o dirigente da OCML, Nilton Bahalis dos Santos, e discutiram a possibilidade de realizar, em médio prazo, a reunificação das duas organizações. Naquela ocasião, Bahalis já representava uma tendência importante dentro da SR/GB da OCML-PO, em pouco tempo, “racharia” com a organização.

No início de maio de 1971, Fábio Marenco e Wladimir Neto Ugaretti encontraram-se com o dirigente da OCML-PO, Celci Kameyana, numa nova tentativa de entendimentos com aquela organização. Celci passou uma farta documentação da OCML-PO, para que fosse avaliada, visando a um futuro entendimento.

Abalada desde a sua incursão militarista, no 1º semestre de 1970, a unidade do POC já não existia, persistindo, no seu interior, três tendências. A “Tendência de Osasco” era formada pelos militantes e simpatizantes da célula operária daquele município e aglutinava-se em torno de Laurindo Martins Junqueira Filho. A facção era partidária da organização dos operários em seus bairros e em “uniões operárias”. A “Tendência do ABC”, liderada por Alberto Augusto Júnior. Compunha-se dos militantes operários das células daquela região e tinha o pensamento idêntico ao da “Tendência de Osasco”, à exceção de julgarem a classe operária já pronta para a insurreição. A “Tendência do Sul”, liderada por Fábio Marenco, era adotada pela maioria dos militantes da SR/RS. Os partidários dessa tendência pretendiam atuar dentro das fábricas, organizando os operários em comitês por seção, que seriam conduzidos em suas lutas reivindicatórias, por uma “coordenação operária”.

No início de maio de 1971, era insustentável a posição da direção nacional do POC, totalmente inoperante, frente às facções em luta interna. Foi realizada uma reunião da direção nacional. Como consequência dessa reunião, o Comitê Nacional e a Secretaria Executiva Nacional foram dissolvidos. Seus militantes consideravam necessário iniciar um período de discussões que deveria culminar na eleição de uma nova direção. Foi marcada uma conferência nacional para o mês de outubro, que não chegou a ser realizada.

Em junho, militantes da organização começaram a ser presos em São Paulo. No dia 28 de julho, o casal Fábio Marenco e Ângela Rocha Santos, que retornara do Chile cinco dias antes, foi preso em Porto Alegre, na avalanche de prisões que quase extinguiu o POC.[517]

Em agosto e setembro de 1971, continuaram as “quedas” no Rio Grande do Sul, que, num efeito reverso, se estenderam a São Paulo. No Rio Grande do Sul, foram presos cerca de trinta militantes, “caindo” todos os componentes da SR/RS. Em São Paulo, as prisões ocorreram em massa, causando total desarticulação do POC. As principais tendências conflitantes no partido foram presas. O POC estava desarticulado.

Os remanescentes do Partido tinham a convicção da impossibilidade de sua sobrevivência dentro da orientação estabelecida pelas diretrizes da organização. Era necessária a procura de um novo caminho.

No Chile, Flávio Koutzi e Marco Aurélio de Almeida Garcia lideravam um grupo de novos adeptos do trotskismo que haviam aderido à tendência majoritária do secretariado unificado, da IV Internacional. Esse grupo, que iniciou, no Chile, em 1971, a publicação da revista “Combate”, passou a ser conhecido como Tendência Combate.

Em dezembro de 1971, a Tendência Combate divulgou a chamada Declaração Política, em espanhol, elegendo a IV Internacional como o organismo que poderia dar sequência à revolução mundial.

A primeira tentativa de unificação dos remanescentes do POC na Tendência Combate frustrou-se por divergências doutrinárias.

Os remanescentes do POC continuavam praticamente inativos e, somente no início de 1974, durante o X Congresso Mundial da IV Internacional, seriam superadas as diferenças ideológicas que possibilitariam a fusão dos remanescentes do POC com a Tendência Combate. Surgiu, então, o POC-Combate, organização simpatizante da IV Internacional.

20. A OCML-PO fica acéfala

No início de março de 1971, a Fração – dissidência estudantil da SR/GB – desvinculava-se definitivamente da OCML-PO. A dissensão assumiu a denominação de Fração Bolchevique da Política Operária (FB-PO).

Paralelamente à defecção da Fração – que representou um duro golpe para a SR/GB –, a deserção de quatro militantes gerou um clima de desalento à estrutura da OCML-PO na Guanabara.[518] Alegando que no Brasil não havia mais

---

[517] No início de julho, Fábio Marenco, Ângela Maria e Leopoldo Nosek foram ao Chile, onde participaram de uma reunião com os militantes do POC Raul Mauro Martini, Teotônio dos Santos, Flavio Kkoutzi, e Marco Aurélio Almeida Garcia, em busca de uma solução para a crise da organização.

[518] Esses militantes constituíram o quarteto conhecido como Jeud – iniciais dos codinomes de Júlio Antônio Arnould Herédia, Emília Ilher, Jaime Rodrigues e Lúcia Wendel Leite, mulher de “Júlio”.

condições de luta, esses militantes se "autoexilaram" no Chile. Além de João Arnoud Herédia, membro da SR/GB, a OCML-PO perdia, no Rio de Janeiro, importantes quadros em nível de direção.

Embora com suas atividades muito restritas, a OCML-PO foi duramente atingida, um setembro de 1971, na onda de prisões que assolou o POC. Toda a Coordenação Nacional da organização foi presa, provocando uma interrupção de contatos com as Secretarias Regionais. Celci Kameyana, Marcos, Lúcia Paula Pereira e Antônio Edson Urban foram presos. A OCML ficava sem a sua imprensa nacional, o instrumento de coesão orgânica e ideológica, representado pela veiculação das diretrizes emanadas do Comitê Nacional.

As relações de distribuição do Boletim Interno e da Tribuna de Debates, encontradas no "aparelho" de imprensa, possibilitaram o levantamento do efetivo nacional da organização. A OCML ficaria inativa. Estava acéfala.

A OCML-PO tentava ainda avaliar suas perdas, quando, em abril de 1972, os órgãos de segurança desmantelaram a organização na Bahia, realizando vinte prisões.

Buscando a sobrevivência, a OCML-PO transferiu para São Paulo os quadros dirigentes da SR/GB. Em 1973, a organização mantinha atividades apenas no Estado de Minas Gerais e de São Paulo.

Vivendo o ânimo da reconstrução, a OCML-PO sentiu necessidade de reavaliar sua atuação pretérita, visando a apurar as razões da sua ineficiência operacional e da falta de disposição para a luta dos seus mais distinguidos dirigentes. Com esse propósito, a coordenação orgânica, antigo Comitê Nacional, resolveu fazer contatos com os ex-militantes foragidos no Chile, que haviam constituído o "Grupo de Apoio à Política Operária".

Em meados de 1937, enviou Carlos Roberto Tibúrcio de Oliveira ao Chile, para contatar a CAPO, entidade não vinculada organicamente à OCML-PO.[519]

No balanço autocrítico realizado pelos membros da CAPO, ficou evidente que, apesar do interesse em discutir os problemas políticos da organização, nenhum deles apresentou disposição de retornar ao Brasil naquela ocasião.

No retorno ao Brasil, em junho de 1973, Carlos Tibúrcio foi preso em Foz do Iguaçu, impedindo que a coordenação orgânica tomasse conhecimento do resultado de sua missão.

Através dos anos, a OCNML-PO atravessaria várias crises. Sua posição, equidistante do reformismo e do trotskismo, tornava-se o ataque dos extremos. Vivendo esta instabilidade, sofreria mais uma defecção com a perda de um grupo de estudantes de São Paulo, que se afastou da organização, no final de 1976, constituindo a Praça Operária Comunista.

21. FB-PO: a rebeldia dos estudantes da OCML-PO na Guanabara

Os estudantes da SR/GB da OCML-PO constituídos numa tendência afastaram-se da organização, no início de maio de 1971, criando a Praça Bolchevique da Política Operária.

A cisão foi justificada pela omissão da organização em atribuir importância tática ao movimento estudantil.

Nilton Bahalis dos Santos assumiu a liderança do movimento e iniciou o trabalho de articulação da recém-criada organização. A FB-PO, centrada no Rio de Janeiro, conseguiu estender-se fracamente para São Paulo, onde estabeleceu duas células, uma no meio estudantil e outra no meio operário.

A exemplo da OCML-PO, a FB-PO adotou o Programa Socialista para o Brasil (PSB) como seu documento básico, acrescentando, com ênfase, o papel dos estudantes na conscientização da massa operária para a "revolução socialista" no Brasil. Como seguidora do PSB, a FB-PO não descartava o emprego da luta armada, que seria desencadeada numa segunda fase do movimento.

A FB-PO não definiu uma estrutura organizacional tradicional. Estabeleceu o Setor de Organização, que seria a direção da organização, limitada à atuação de Nilton Behalis. Ligados estavam os setores Estudantil, Interno, Operário e São Paulo.

O Setor Estudantil atuava com o Movimento Universidade Crítica, organização de "frente" do movimento universitário, criado pelo POC e encampado pelas OCML-PO e FB-PO.

A FB-PO editava o jornal "Pavio" com um suplemento estudantil. A reunião de quatro a cinco pessoas para discutir os artigos publicados, sob a orientação de um estudante mais conscientizado, estabeleceria o Grupo Pavio, constituído com o objetivo de contestar o regime, através de críticas a problemas fora da universidade.

O Organismo de Prática Orientada era outra forma de mobilização e conscientização utilizada pela FB-PO. Oriundo do MUC, o OPO decorria naturalmente da evolução de um GPA.

O organismo parapartidário era um estágio obrigatório, anterior à militância. Na realidade, o OPO confundia-se com o OPP. Na prática, constitui-se no organismo de formação de militantes da FB-PO.

A coordenação do SE era responsabilidade de Angelina Ferreira Peralva.[520]
O Setor Operário era coordenado por André Luiz Pappi.[521] O trabalho da FB-PO no meio operário foi incipiente. Não há

[519] Carlos reunia-se, entre outros, com Éder Simão Sader, João Antônio Arnaud Herédia e sua esposa, Maria Lúcia e Luiz Carlos de Almeida.

[520] Da célula estudantil participavam Roberto dos Santos Bartholo Júnior, Ricardo Henrique Fábio de Salles, Fábio de Silas Sá e Vera Maria Joppert Carneiro de Mendonça.

qualquer notícia da efetivação do recrutamento de um trabalhador. Os militantes eram todos estudantes, o que dificultava a aproximação e o relacionamento com a classe operária.

O Setor Interno funcionava sob a orientação de Marlene Seic Shirona.[522]

Em São Paulo, Luiz Felipe Falcão, Jorge Eduardo de Souza Huê e Estrela Dalva Bohadana Buraztyn revezavam, procurando atender ao incipiente trabalho do Movimento Estudantil e do Movimento Operário. A célula de São Paulo editava o jornal "Tocha", destinado ao ME, e o panfleto "Denúncia", para o MO.

A FB-PO não escaparia à atuação dos órgãos de segurança que, nesse ano, mostravam-se muito ativos e eficientes. Em janeiro de 1972, com menos de um ano de sua fundação, a organização foi totalmente desarticulada. Sofreu prisões no Rio de Janeiro e em São Paulo.

O líder da organização, Nilton Bahalia dos Santos, escapou à prisão. Desconfiando da "queda" de seu contato, Nilton mandou sua amante, Angelina Teixeira Peralva, "cobrir um ponto" em seu lugar, livrando-se da prisão.

Enquanto aguardava julgamento em liberdade, Angelina Teixeira Peralva evadiu-se para o Chile, onde se encontrou com Nilton. No exílio, aproveitando-se da liberdade proporcionada aos comunistas pelo governo da Unidade Popular de Salvador Allende, Nilton se reuniu com militantes da FB-PO, que, associados a militantes de outras organizações, lançaram a revista "Campanha", cujo primeiro número foi publicado no dia 28 de setembro de 1972.

A FB-PO passou a ser conhecida no Chile como Grupo Campanha e utilizava a publicação como órgão de mobilização das esquerdas no exílio andino, difamando o governo brasileiro. Com a queda de Allende, o Grupo Campanha deslocou-se para a França, com uma breve passagem pelos Estados Unidos.

No início de 1976, remanescentes da FB-PO fundaram, no Brasil, o movimento pela emancipação do proletariado, encerrando o ciclo FB-PO/Grupo Campanha.

22. VPR: as discussões sobre Propaganda Armada

No início de 1971, a VPR possuía dezenas de militantes no exterior, banidos ou foragidos, particularmente em Cuba, no Chile e na Argélia. Em Cuba, a VPR chegou a possuir bases de militantes coordenadas por Onofre Pinto e Chizuo Ozava. Muitos militantes realizaram cursos de treinamento de guerrilha, com instruções de tiro, de explosivos e de campo. No Chile, a chegada de 24 militantes da VPR, banidos em 13 de janeiro, acarretou a necessidade de uma estrutura que os integrasse. Assim, em 1º de fevereiro, Carlos Lamarca enviou a carta "Aos Companheiros da VPR no Chile", na qual nomeava Ubiratan de Souza como coordenador das bases e determinava que fosse criada a "Comissão de Apuração de Responsabilidades", para analisar o procedimento da cadeia, à semelhança da que já existia em Cuba.

Quanto à "frente" constituída com a ALN, o MR-8, o PCBR e o MRT, as relações sofreram um esfriamento, fruto das divergências ocorridas por ocasião do sequestro do embaixador suíço. Mesmo assim, elas continuariam existindo nesse início de ano, com assaltos conjuntos a reuniões bilaterais. Em 4 de fevereiro, Lamarca enviou à "frente" o documento "Vanguarda ou Povo", praticamente uma reedição do "Partido ou Proletariado?", de novembro de 1970, reafirmando a posição da VPR em favor do "avanço" e contra o "recuo".

O Comando Nacional (CN) era o mesmo nomeado na reestruturação de junho do ano anterior, com o triunvirato constituído por Lamarca, Herbert Eustáquio de Carvalho e Inês Etienne Romeu. Em fevereiro, o ex-estudante de Medicina, Herbert, autoclinicado, concluiu que estava com leucemia e pediu seu desligamento do CN, sendo substituído por José Raimundo da Costa, que retornou do Nordeste especialmente para assumir suas funções.

No Rio Grande do Sul, a situação da UC "Manoel Raimundo Soares" (UC/MRS) era crítica, em face das prisões ocorridas em dezembro. Apesar disso, seus remanescentes, liderados pelo Comandante da UC Reinaldo Amado, procuravam reestruturar-se e "criar novas táticas para dar continuidade à luta".

No entanto, um golpe decisivo colocou um fim às atividades da VPR no Rio Grande do Sul.

Em Capão da Canoa, no dia 22 de janeiro, foi preso Isko Germer e, no dia seguinte, Reinholdo e sua companheira Vilma de Oliveira, derrubando o UC/MRS. Em longo depoimento de próprio punho, com o título de "Uma Posição" Vilma escreveria, ainda em janeiro:

"Outro fato que é importante destacar, para se comparar esta minha posição, é a podridão em que a esquerda vive. Impressionante, as mesquinharias, os desvios de dinheiro, a falta de consenso e a incapacidade dos elementos que a formam".

"Conheci, também, o mito que se chamava repressão. Para mim, que ouvia falar em homens desnaturados, a prova que tive em contrário foi no convívio no meio deles. Em geral, são homens que lutam, com dificuldades, têm família, responsabilidades, etc.".

---

[521] Compunham a célula do SO as militantes Maria do Carmo Navarro da Silva e Regina Maria Alves de Carvalho.

[522] Contando com a colaboração de Sérgio de Castro Lopes, de Valeska Peres Pinto e da militante.

No final do mês e no início de fevereiro, novas "quedas" atingiram a UC/MRS, desestruturando a VPR gaúcha.[523]

Em São Paulo, em janeiro de 1971, só restavam quatro militantes na UC "Antônio Raimundo de Lucena" (UC/ARL).[524] Apesar disso, a UC continuava atuando.

Em 22 de janeiro, o seu comandante Gregório Mendonça, com militantes da ALN e do MRT, assaltou um carro de transporte de valores do Banco Andrade Arnaud, no Cambuci. Em 2 de fevereiro, indo a Porto Alegre pegar munição com Reinholdo, foi preso Laerte Dorneles. Em São Paulo, aquele também foi preso. A UC/ARL ficou reduzida a dois militantes.

Subsistia a VPR no início do ano, portanto, apenas na Guanabara, com as atividades desenvolvidas pelos 14 militantes que compunham a UC "Juarez Guimarães de Brito" (UC/JGB).[525] Além da UC/JGB, a VPR possuía, na Guanabara, um grupo de aliados que cooperava nos esquemas médico e de imprensa.

O assunto que galvanizou a UC/JGB, nesse período, foi o intenso debate sobre Propaganda Armada (PA), iniciado ainda no "aparelho" da Rua Paracatu, durante as negociações do sequestro do embaixador suíço.

No dia 28 de dezembro de 1970, Alfredo Hélio Sirkis encaminhou o documento "O Caminho da Propaganda Armada, a PA como responsabilidade histórica da VPR, a ser executada através de ações localizadas do confisco à distribuição de gêneros alimentícios". No dizer de Sirkis, "devemos deixar de ser, para a massa, 'os caras que assaltaram o banco, para ser 'os caras que tomaram o caminhão do leite e distribuíram o leite pra gente', ações essas complementadas (no ato) com panfletagem, comício, pichações, etc.".

No dia seguinte, o documento "Sequestro x Propaganda Armada?", redigido por Alex Polari de Alvarenga, apesar de preconizar a PA, defendia, ainda, o sequestro como um instrumento válido e eficaz.

Em 3 de janeiro de 1971, Lamarca, com o seu "Vincular para Romper", analisou os dois documentos anteriores, criticando o de Alex e apoiando o de Sirkis, e documentos para sistematizar o problema, defendendo a execução da Propaganda Armada Vinculada (PAV), a fim de romper o isolamento da organização.

Depois, Herbert, com o documento "Alguns Problemas da PA", seguiu a ideia do seu chefe, defendendo a PAV e posicionando-se contra as ações gerais. Sirkis escreveu, em 9 de janeiro, o documento "PA Vinculada ao Trabalho Político no Seio da Massa", no qual, pela primeira vez, nessa organização militarista, surge a ideia de um trabalho político, não necessariamente armado.

Foi nesse contexto que a UC/JGB executou duas ações de PAV, denominadas de "Saque e Reparto" ou, ainda, de "Robin Hood".

Precisando de carros para suas ações de PAV, cinco militantes da VPR, com mais três do PCBR, assaltaram, na madrugada de 6 de janeiro, a garagem "Gratidão", na Tijuca, roubando quatro Volks, dois dos quais ficaram com o PCBR.

No dia 11 de janeiro, assaltaram a Empresa de Transporte Aliança, perto da estação de Ramos, roubando um caminhão carregado de gêneros (leite em pó, chá, remédios, etc.), logo depois repartidos entre os moradores da favela de Brás de Pina.

No dia 26 de janeiro, dez dias depois da liberação do embaixador suíço, todos os 14 militantes da UC/JGB assaltaram e renderam os funcionários do depósito dos "Armazéns Mundial", no Jacaré. Em 40 minutos, roubaram 3 mil cruzeiros do cofre e distribuíram, depois, entre os assustados e ávidos moradores da favela do rato molhado, perto do cemitério de Inhaúma.

No dia 14 de fevereiro, com o documento "Um Futuro Nebuloso para a Guerrilha Urbana", Adair Gonçalves Reis preconizava "transformar o atual estágio da vanguarda em armas, para o povo em armas". A VPR conscientizava-se da força da massa.

Encerrando as discussões sobre PA, Lamarca escreveu, em 18 de fevereiro, o "É Hora de Negar as Ilusões", determinando a execução de ações de PAV para romper o isolamento político.

Mas não foram só as discussões sobre PA que caracterizaram a VPR, nesse início de 1971. Dez dias depois de escrever a "Carta Aberta a Toda a Organização", Zenaide Machado escreveu, em 25 de janeiro, em parceria com Adair Gonçalves Reis, um documento no qual analisava os fenômenos existentes na esquerda, isto é, o voluntarismo, o espontaneísmo, o individualismo, o personalismo e a autoafirmação. Ressaltava que:

"Toda a esquerda sofre na carne as presenças destes fenômenos que tem atravancado o seu desenvolvimento. Se não vencermos o desafio que esta realidade nos impõe, se não tivermos a combatividade necessária para fazermos uma

---

[523] Foram presos, em Porto Alegre, Marco Lima Dourado, sua companheira Rose Marie Porto Alegre Pereira, Antônio Constâncio de Souza, Cesar Augusto Tejera de Ré e Miguel Viustow Golobksck.

[524] Gregório Mendonça, que substituiu Yoshitano Fujimori no comando, Aluízio Palhano Pliano Pedreira Ferreira e José Anselmo dos Santos.

[525] Compunham a UC/JGB: Gerson Theodoro de Oliveira, Cmt. da UC, Alex Polari de Alvarenga, Zenaide Machado, Ivan Mota Dias, Maurício Guilherme de Rezende, Tereza Ângelo, Walter Ribeiro Novaes, Lúcia Veloso e um militante que veio da VPR. A VPR possuía, na Guanabara, um grupo de aliados que cooperava nos esquemas médico e de imprensa.

profunda autocrítica e revolução interna não passaremos do que somos hoje: uns alunos distantes da realidade política brasileira".

O ponto alto das discussões, entretanto, pelo aspecto caricato de que se revestiu, foi a polêmica entre Lamarca e o estranho militante de codinome "Otávio" Ubajara Silveira Roriz. Lamarca não havia recebido nenhum dos documentos produzidos por Ubajara, com os comandantes da UC e das bases achando que era melhor preservar o comandante em chefe da leitura dos textos de Ubajara.

O último documento, entretanto, foi recebido por Lamarca, em 14 de janeiro, o qual, dois dias depois, envia-lhe a "Resposta Sintética ao Companheiro Otávio", afirmando que o seu balanço era superficial e incompleto, caindo no "desvio ideológico". Ao final, há uma advertência: "Nós devemos é ser mais sérios em nossas análises".

Em 23 de janeiro, Ubajara respondia pelo documento que mexeu com toda a organização, o "Quem é Carlos Lamarca", no qual levanta dúvidas sobre a lealdade revolucionária do "ex-capitão do Exército" e afirma estranhar o mito que se havia criado em torno do seu nome.

Quase uma dezena de documentos sobre a polêmica Lamarca x "Otávio" circularam entre os militantes da VPR nesses dois primeiros meses de 1971, demostrando a fragilidade do comando, particularmente, tendo em vista que tudo acabou em nada.

Em 4 de fevereiro, Gerson, Adair, Maurício, Zenaide, Tereza, Alex, Ivan e Walter realizaram um frustrado assalto à residência do Guanabara Palace Hotel. Com os dados fornecidos por Walter, que trabalhava na casa como técnico em piscinas, os cinco primeiros militantes tentaram render a vítima que, ao reagir, foi ferida com um tiro no rosto desfechado por Adair, enquanto sua esposa levava um soco no rosto dado por Gerson. Na atropelada fuga, Adair disparou um tiro em sua própria perna, sendo conduzido para ser medicado no "aparelho" de Walter, onde estavam homiziados Lamarca e Iara, obrigando, por segurança, a remoção do casal para outro "aparelho".

No mês de fevereiro, a UC/JGB sofreria duas defecções importantes: José Roberto Gonçalves de Rezende e Alfredo Hélio Sirkis pediram desligamento, permanecendo, apenas, em contato com alguns militantes até prepararem as suas fugas para o Chile.

O mês seguinte, entretanto, marcaria o início do desmantelamento da VPR.

23. VPR: o desligamento de Carlos Lamarca

O mês de março foi caracterizado pelas ásperas discussões travadas entre Carlos Lamarca e Inês Etienne Romeu, que provocaram o desligamento desses dois membros do CN da VPR. No entanto, não cessaram os assaltos. No dia 11, assaltaram e levaram Cr$ 210,00 e centenas de fichas telefônicas da agência da CTB, localizada no Leblon. No dia 13, roubaram Cr$ 8.600,00 dos escritórios do Conhaque de Alcatrão São José da Barra e Bebidas Praianinha, em Ramos.

Em 9 de março, Lamarca, através do documento "A Organização", propôs que a UC/PGB realizasse estudos sobre a prática da organização, visando a uma autocrítica e à reformulação de sua linha política, para isso, neles, incluindo os três do CN, além de Herbert e de Iara.

Nesse mesmo dia, considerando que essa divisão foi uma intervenção na UC, Inês criticou a decisão de Lamarca através do documento "Contra o Cupulismo", respondido por Lamarca, logo no dia seguinte, com o "Pelo Leninismo", no qual teria graves acusações a Inês, pelos seus "conceitos burgueses de moral e de disciplina" e por sua "posição negativista".

Considerando-se pessoalmente ofendida, Inês enviou, em 13 de março, um "comunicado", no qual decidia desligar-se do CN e considerava-se "impedida de exercer qualquer atividade na Organização". Ao mesmo tempo, declarava que a apuração das acusações a ela imputadas deveria "ser feita pelo Comando Nacional", único órgão a que submeter-se-ia.

No dia 21, Lamarca produziu dois documentos, "Ao Cat. A"[526] e "Posição sobre o Comunicado do Cmt. A", nos quais reiterava suas críticas a Inês e convocava uma reunião do CN.

Entretanto, sentindo esfacelar-se a organização que ajudara a fortalecer, logo no dia seguinte, Lamarca, através do documento "Ao Comando da VPR", apresentou o seu "pedido de desligamento em caráter irrevogável", fundamentado por:

– divergir da linha política da VPR, conforme coloquei em diversos documentos internos;
– ter constatado os desvios ideológicos da VPR e a deformação que acarreta em muitos dos seus quadros;
– não ter conseguido levar a luta interna que iniciei há anos com a devida serenidade;
– não conseguir romper com o culto ao sectarismo existente na VPR;

[526] "A" era "Alda", codinome então utilizado por Inês Etienne Romeu.

– discordar de métodos de direção, apesar de ser Comandante-em-Chefe da organização, porque impedem a liderança-de-potencial, não formam quadros, alienam militantes, deformam dirigentes, eliminam a criatividade, impedem a prática leninista, como já coloquei em documentos internos”.

Depois de escrever, em 27 de março, o documento “Congresso: salvação política e não de honra”, Lamarca ingressou no MR-8.

Mas não foram as saídas dos dois membros do CN as únicas “perdas” da VPR em março. No dia 22, num encontro fortuito com a polícia em Cascadura, morriam, depois de cerrado tiroteio, Gerson Theodoro de Oliveira e Maurício Guilherme da Silveira. A UC/JGB perdia mais dois militantes, dentre os quais seu próprio comandante.

O CN e a UC/JGB passavam por uma séria crise de direção. Alex Polari de Alvarenga foi nomeado comandante da UC, e as duas bases passaram a ser coordenadas por Ivan Nota Dias e Zenaide Machado, com esses três militantes compondo, com José Raimundo da Costa, o único que restara do antigo CN, o novo Comando Nacional Provisório. Ao todo, com os dois remanescentes de São Paulo, 12 militantes compunham a outra poderosa VPR.

No dia 11 de abril, o CNP emitiu o documento “Sobre o Problema do Desligamento do Companheiro Cláudio”, no qual atacava Lamarca pelo seu “personalismo”, “oportunismo” e por ser possuidor de um “egoismo” e de um “idealismo ingênuo”. Afirmava que essa atitude havia sido de “fuga à responsabilidade”, “a partir de um profundo emocionalismo”, denotando uma “fraqueza ideológica”.[527] A propósito dos numerosos documentos escritos por Lamarca, o CNP não se esqueceu de criticá-los, afirmando que eram “somente algumas frases feitas e não passavam de exercícios de caligrafia”.[528] Ao final, o CNP concluía que não aceitava o seu desligamento enquanto não ficassem claras as divergências, e que ele não poderia “assumir militância em outra organização até a decisão final da questão”.

Mero exercício de retórica, Lamarca já estava no MR-8.

24. A desmobilização da VPR no Brasil

Em maio de 1971, a VPR já vivia seus estertores. No dia 5, enquanto Alfredo Hélio Sirkis fugia para o Chile, Inês Ettiénne Romeu era presa na Guanabara, fornecendo o estopim para uma nova sucessão de prisões, dentre as quais a de José Roberto Gonçalves de Rezende, no dia 7, e a de Alex de Alvarenga, no dia 12. Alex atropelou, durante a sua tentativa de fuga, o operário João Bernardo de Vasconcelos Filho. Foi preso após disparar os seis tiros de seu revólver contra os policiais que o perseguiam.

Na primeira quinzena de junho, apavorado com as “quedas”, José Anselmo dos Santos, o conhecido Cabo Anselmo, apresentou-se ao Delegado Fleury, em São Paulo, e passou a trabalhar para a polícia. No entanto, já era pouco o que ainda retirava da VPR.

Naquele mês, desvencilhando-se de sua letomania paranoica, Herbert Eustáquio de Carvalho retornou à militância, só que com outras ideias. No dia 9, encaminhou ao CNP o documento “E haverá perspectivas?”, no qual “reconhecia estar entre os escombros da derrota”, em consequência “do imperialismo, do amadorismo, do aventureirismo, das teses sem importâncias e de uma teoria remendada”. Ao fazer uma análise das organizações que escolheram o caminho da luta armada, afirmou:

“A esquerda revolucionária compunha-se quase que totalmente da parcela mais jovem e inexperiente da esquerda. Sua composição, basicamente de jovens estudantes, levou-a a uma ousadia revivificante e, ao mesmo tempo, a quixotadas grotescas”.

Após mostrar que “os grupos armados seguiam um caminho, enquanto o povo seguia outro”, concluiu que a organização já não existia mais, escrevendo:

“Tentar remontar a VPR a partir de suas forças exauridas é trabalho inútil, como esvaziar o mar”.

Estabeleceu os possíveis rumos que a organização deveria tomar, dentre os quais:

“– Desmobilização total, no único intuito de conservar o que sobrou da derrota, em termos de material sumário, para aproveitá-lo numa nova fase;

– Preparar lentamente e minuciosamente uma nova luta, que se lembre desta, mas não cometa os mesmos erros de novo;

– Definição da existência única de um comando no exterior e inexistência da organização formalmente no Brasil”.

---

[527] ”Cláudio” era um dos codinomes de Lamarca, que utilizava, entre outros, também os codinomes de “Cid” e de “César”.

[528] A Caligrafia de Lamarca era perfeita, redondinha, tipicamente feminina.

Herbert propunha desmobilizar a VPR e encerrava com a frase:

"Fracassamos e devemos pagar com a humilhação de uma desmobilização total".

O documento caiu como uma bomba entre os minguados militantes da Guanabara. Entretanto, não foi bem recebido pelo único que ainda conservava o espírito militarista da antiga VPR, José Raimundo da Costa. Em 20 de junho, plagiando Marighella, escreveu "Ficar para lutar ou quem samba fica, quem não samba vai embora", no qual tacha Herbert de "indivíduo politicamente vacilante, inseguro e confuso", dotado do "comportamento típico, e já muito nosso conhecido, do pequeno-burguês que radicalizou e tentou engajar-se nas fileiras da Revolução". E prosseguiu, José Raimundo, no seu áspero ataque a Herbert:

"Quando o pequeno-burguês tenta assumir a postura de revolucionário e não o consegue, começa a viver um conflito individual que se expressa na tentativa de conciliar o inconciliável. Sua participação, no atual momento, ou será nula, ou será na direção da fuga, em qualquer caso, não deixará de ser um peso morto ou um entrave".

Após dizer que "desmobilização é apresentação sofisticada da deserção!", José Raimundo concluiu, colocando no final do documento, não mais o "ousar lutar, ousar vencer", mas, apenas, um lacônico "ficar para lutar".

Um mês e meio depois, em 5 de agosto, José Raimundo da Costa morria na Guanabara, após tiroteio com a polícia, em Pilares.

Zenaide Machado cooptou Herbert para o CNP, que, no dia 7 de agosto de 1971, emitiu três comunicados No "Comunicado nº 3 – Aos Companheiros do Exterior", fazia uma análise da situação crítica da VPR no Brasil e participava as decisões de desmobilizá-la, a convocação do Comando Nacional, além de solicitar Cr$ 35.0000,00 para a fuga.

Ainda no mês de agosto, novas "quedas" dariam razão ao CNP.

Depois de Ubajara Silveira e José Carlos de Oliveira Mendes fugirem para o Chile, foram presos Lúcia Veloso Maurício e Carlos Alberto do Carmo, com 9.400 dólares destinados para a fuga.

Da VPR no Brasil, haviam sobrado Herbert, Tereza Ângelo e Adair Gonçalves Reis, refugiados num "aparelho" do Movimento Popular Revolucionário, uma dissidência da DVP, além do ex-cabo Anselmo.

25. Aprovados os estatutos da APML do B

As contradições aguçavam-se dentro da AP, delineando as duas tendências em conflito. A minoria, reforçada com o retorno de Jair Ferreira de Sá, assinalava no Brasil a existência de imperialismos de várias origens – norte-americano, japonês e Maoísta –, que iam anular-se entre si, deixando, à burguesia nacional, o domínio do Estado, onde não existiria o latifúndio pré-capitalista, como afirmava a maioria. Desta visão, emergia a caracterização da revolução como "nacional em marcha para o socialismo", que transformar-se-ia, mais adiante, em "revolução socialista".

No início de 1971, por suspeitas infundadas, a AP, alegando razões de segurança, "justiçaria" o militante Antônio Lourenço, na R-8 (Maranhão, Piauí).[529]

Adiada algumas vezes, na busca de um denominador comum que conciliasse os interesses das correntes em choque, realizou-se, finalmente, no período entre 14 e 21 de abril de 1971, em São Paulo, a III RADN. Com a presença da Direção Nacional e dos representantes dos diversos Comandos Regionais, foram propostos e aprovados os "Estatutos da Ação Popular Marxista-Leninista do Brasil". A AP assumia essa denominação e se definia pelos "princípios científicos universais do marxismo-leninismo-maoísmo".

Reafirmando o maoísmo como a terceira etapa do marxismo, a APML do B defendia o princípio do "internacionalismo proletário". Definia o Brasil como um país "dominado pelo imperialismo norte- americano", onde se combinavam relações capitalistas com relações semifeudais e feudais. A organização preconizava, nesse programa mínimo, a "revolução nacional, democrática e popular anti-imperialista e agrária", cujos alvos seriam: "os imperialistas, principalmente os norte-americanos; os grandes capitalistas ligados aos imperialistas; e os latifundiários".

O caminho estratégico da APML do B ficava definido como o da luta armada, através da guerra popular. A essência da tática era a preparação da Guerra Popular, através da radicalização das ações de massa no campo e na cidade, da criação de certo número de áreas estratégicas no campo e na cidade, da criação e do desenvolvimento de unidades de guerrilha, de milícias e de grupos de autodefesa, embriões do "Exército Popular".

Durante as tarefas principais, buscava-se a construção de "um partido do proletariado do Brasil de um tipo inteiramente novo, marxista-leninista-maoísta", levando-se em consideração a existência, no Brasil, de um partido marxista-leninista, com o PC do B e outras organizações marxistas-leninistas. A APML do B conclamava o PC do B e as demais organizações para o debate, visando à constituição do "partido do tipo inteiramente novo". Isto significava que o PC do B, mesmo considerado proletário, não seria do tipo inteiramente novo. Prevalecia, inicialmente, o ponto de vista da facção minoritária.

---

[529] Vide o item seguinte deste capítulo.

Adotando o "centralismo-democrático" como o princípio fundamental da organização, a APML do B transformava a estrutura organizativa do "comando", herdada da influência foquista, em comitê.

Durante a III RADN, elegeu-se o Comitê Central Provisório (CCP).[530]

Como parte das transformações organizativas, criou-se o Bureau Político, organismo dirigente da APML do B, entre duas reuniões do Comitê Central (CC).

O BP estabeleceu um Secretariado Permanece, com Jair Ferreira de Sá, Duarte do Lago Pacheco Pereira, Haroldo Rodrigues de Lima e Aldo da Silva Arantes[531], o qual era o órgão executivo das decisões emanadas do BP e do CC. Jair Ferreira de Sá foi eleito o secretário-geral da APML do B.

O BP instituía e controlava os departamentos. O Departamento Nacional de Agitação e Propaganda ficou sob a orientação de Duarte Pacheco Pereira, que, entre outros encargos, publicava o "Jornal Libertação". O Departamento Nacional de Organização ficou sob a direção de Aldo da Silva Arantes.

O comunicado da III RADN divulgou a existência de três correntes na organização, girando em torno da questão do partido. A primeira corrente, defendida por Jair Ferreira de Sá e Paulo Stuart Wright, lutava pela construção de um partido inteiramente novo e considerava um grave erro que se pretendesse tomar o PC do B como base para esta construção. O segundo grupo, liderado por Duarte do Lago Pacheco Pereira, pretendia construir um partido inteiramente novo, mas achava que tinha de ser em torno de um partido marxista-leninista, e que o PC do B seria este partido. A terceira facção, orientada por Haroldo Borges Rodrigues de Lima e Aldo da Silva Arantes, não aceitava a proposta de um partido inteiramente novo, elegendo o PC do B como base para a unificação das forças proletárias.

Após a RADN, a organização sofreu um duro golpe no seu trabalho. Em maio, foi desmantelada a direção regional e foram atingidos as seccionais de Feira de Santana, de Salvador e o trabalho camponês na zona cacaueira da Bahia, com quatorze prisões, sendo seis de dirigentes.

Na reunião extraordinária do BP, ocorrida em julho de 1971, a maioria optou pela unificação em torno do PC do B, enquanto a minoria acusava esta posição de "liquidacionista". Resolveu-se pela convocação de uma reunião extraordinária do CC para decidir o assunto.

As dissensões no BP refletiam-se nas regiões, de acordo com a liderança exercida pelos membros desse organismo. A R2, particularmente o Estado do Paraná, e a R4 (Guanabara e Rio de Janeiro), dominadas por Paulo Stuart Wright e Jair Ferreira de Sá, respectivamente, aderiram à ideia dos líderes.

A reunião extraordinária do CC realizou-se em novembro de 1971. Aldo da Silva Arantes, Haroldo Lima e José Renato Rabelo apresentaram um documento, conhecido como "documento dos três", contendo sua posição de unificação ao PC do B, com base na assertiva de que se tratava de um partido marxista-leninista-maoísta, fundado em 1922 e reorganizado em 1962. O documento foi aprovado pela maioria do CC.

A minoria, liderada por Jair Ferreira de Sá e Paulo Stuart Wright, apresentou o documento "Abaixo a Linha Dogmática e Direitista", opondo-se à posição majoritária e revelando que tinham feito importantes reavaliações quanto ao programa da revolução brasileira na atual etapa, na estratégica e na tática. Os integrantes da maioria passaram a considerar a revolução como socialista, executando tarefas nacionais e democráticas. Contestaram a Guerra Popular como o caminho da revolução brasileira e reviram a posição de que o centro do trabalho do partido estaria no campo. A minoria contou com o voto de Manoel da Conceição Santo.

A reunião aprovou o documento "Tese do CC sobre o Partido da Classe Operária no Brasil", com os votos contrários da minoria, aprovando a tese de unificação ao PC do B e convocando o II Congresso, no qual o problema seria definido de forma cabal.

Após a reunião, o jornal "A Classe Operária" do PC do B, de novembro de 1971, publicou o artigo "A Proposta da AP", tecendo duras críticas aos Estatutos da APML do B, particularmente a proposta de um partido "inteiramente novo". A direção do PC do B desconhecia a realização e as resoluções da reunião do CC da APML do B.

Enquanto as correntes só se digladiavam, buscando definir os destinos da APML do B, a R5 (MG) foi atingida com a prisão de importantes militantes, e a R5 (SP) sofreu um abalo com a "queda" de uma célula estudantil e uma célula operária.

Definidas as facções e delimitadas as posições, o ano de 1972 seria o palco do desenlace da luta interna.

26. A AP condena e executa Antônio Lourenço

[530] Do CCP faziam parte Jair Ferreira de Sá, Duarte Brasil do Lago Pacheco Pereira, Haroldo Borges Rodrigues de Lima, Aldo da Silva Arantes, José Renato Rabelo, Paulo Stuart Wright, Ronaldo Cavalcante Freitas, José Gomes Novais, Rui Soares Frazão, Rogério Dólne Lustosa, Manoel da Conceição Santos, José Luís Moreira Guedes e Péricles Santos de Souza. Para complementar o CC, numa futura reunião, foram indicados os militantes Maria José Jaime, Antônio Neto Barbosa, João Batista Franco Drummond e José Fidélis Augusto Sarno.

[531] Como novidade, os Estatutos da APML do B instituíram os organismos temporários, também chamados de "frações", para coordenar o trabalho nas organizações de massa. Assim, em nível nacional, foram criados os organismos teporários na UNE e na UBES, com os militantes Honestino Paulo Guimarães de Macedo de Lacerda, da UNE, e Humberto de Albuquerque Câmera de Alcântara Nogueira ("Benê"), da UBES.

Em fevereiro de 1971, por volta das oito horas da noite, a tortuosa trilha que conduzia da localidade de Santa Filomena à localidade de Bacabeira, no município de Pindaré-Mirim, no Maranhão, ao invés das promessas de um encontro amoroso, traria a morte inesperada e violenta a “Fernando”, nome de guerra do militante da AP, Antônio Lourenço.

Antônio Lourenço não foi vítima de um assalto ou de uma ação de vingança pessoal. A AP, olvidando sua origem católica e seu idealismo humanista, condenara “Fernando” à morte. A desdita de “Fernando” foi ter sido preso e ter retornado à militância, o que o colocou sob suspeita de ser um agente policial.

O Comitê Regional da 8ª Região, coordenador das atividades da AP no Maranhão e no Piauí, foi o responsável pela condenação de Antônio Lourenço. Esse CR-8, constituído a partir de dezembro de 1970, era composto pelos militantes Rogério Dolne Lustosa, que usava, também, o nome frio de José Severino Nascimento, e mais seis militantes.[532]

O assassinato foi planejado pelo comitê seccional de Santa Inês, subordinado ao CR-8. Luzia Saraiva Lima, membro do comitê, seduziu Antônio Lourenço com promessas de amor e o conduziu para a trilha onde já se encontrava um grupo chefiado por Ana Maria Gonzaga. O grupo era constituído por Joaquim Matias Neto, Antônio Lisboa Rodrigues Brito, Deoclécio Ramos Tavares, João Batista, Francisco Vitório dos Santos e um agricultor de Bacabeira conhecido como “Chico Brabo”. Um outro grupo, constituído por Luís Moraes dos Santos, Antônio Pereira Campos, Antônio Moralino, “Osmar”, e um camponês de Santa Filomena, postou-se em outra estrada, visualizando uma alternativa, caso o “casal de amantes” optasse por outro caminho.

Antônio Lourenço e Luzia tomaram a trilha que conduzia a Bacabeira, sendo “surpreendidos” pelo primeiro grupo.

Antônio Lisboa Brito deu um tiro de rifle 44 na barriga de Antônio, que, aturdido e sem entender sua sina, levou um segundo tiro, de revólver 38, desferido por Joaquim Matias Neto, caindo ao solo. Ato contínuo, todos os participantes do grupo caíram sobre o condenado, estrangulando-o e trucidando-o a porretadas até a morte.

Restava dar sumiço ao corpo. O cortejo macabro levou os despojos de “Fernando” para a “roça” de Antônio Lisboa, onde foram colocados numa cova, cobertos com palha e incendiados. Após cobrirem a sepultura, resolveram disfarçar o improvisado jazigo, plantando feijão sobre ele.

A terra, adubada com os restos de Antônio Lourenço, continuou, indiferente aos desígnios vingativos da AP, a produzir feijão.

A pena de morte, vinculada à Lei de Segurança Nacional, constrangia a sociedade e era alvo constante da orquestração comunista, entretanto, utilizada sob o eufemismo de “justiçamento”, era aplicada, sem o menor embaraço, a qualquer suspeita não comprovada que pudesse colocar em risco a “causa revolucionária”. Assustadora é a coerência comunista.

Justiçado “Fernando”, a AP estava salvaguardada. Além do grupo constituído pelo CR-8 e pelo Comitê Seccional de Santa Inês, a Comissão Executiva Provisória da AP também teve responsabilidade direta no assassinato, aprovando a decisão do CR-8.

Longe iam os tempos do humanismo de Mounier.

27. A “política nacionalista” e a aproximação do PORT à URSS

O ano de 1971 foi gasto, pelo PORT, para reestruturar-se, após as “quedas” do ano anterior. Para isso, foram frequentes as viagens de seus dirigentes para Porto Alegre, Guanabara, Brasília e, mesmo, para Buenos Aires, a fim de obter orientação do Secretariado Latino-Americano, Seção da IV Internacional Posadista.

Nessa época, “Posadas” divulgava uma imensa produção literária, intervindo em todos os campos, desde a revolução política e a crise do capitalismo, até o futebol, o golfe, o cinema, a música popular, os museus, os discos voadores, a Química, a Física, a Medicina, a alimentação e como curar enfermidades.

Era a plena vigência da “posodolatria”, na qual esse líder era chamado, pelos seus seguidores, de “o centro”. Para eles, “posadas domina o marxismo, e quem domina o marxismo domina todo o conhecimento humano”.

No Brasil, o PORT defendia uma política nacionalista e a união, numa “frente”, do clero “progressista”, de setores do MDB e dos militares “nacionalistas”. As Forças Armadas, segundo o PORT, não deveriam ser vistas como inimigas, mas como forças importantes que poderiam ser canalizadas para a luta contra o “imperialismo capitalista”. Nelas, crescia o papel dos militares “nacionalistas”, em oposição aos da “linha dura”, e que poderiam, caso assumissem o poder, desenvolver uma “política nacionalista”, estatizante. Dentre esses militares, os dirigentes do PORT citavam os generais Albuquerque Lima, Rodrigo Octávio e Ernesto Geisel, então presidente da Petrobras.

Em nível internacional, o PORT buscava uma aproximação com a URSS, apesar de continuar criticando a sua “burocracia”. Nesse sentido, dois militantes do seu Bureau Político, Heriberto Back e Primo Alfredo Brandi Miller,

---

[532] Eram eles: Maria Dolores Pereira Bahia, Manoel da Conceição Santos, Ana Maria Gonzaga, Antônio Lisboa Rodrigues Brito, Carlos Fernando da Rocha Medeiros.

empreenderam, em novembro de 1971, uma viagem de 15 dias à URSS e à Ucrânia, financiada pela Konsomol, entidade que congregava a juventude comunista soviética.

Em moscou, Heriberto e Primo fizeram uma reunião com quatro dirigentes do Instituto da América Latina, que englobava cerca de 400 especialistas dessa área, e que desenvolvia estudos sobre o proletariado, o papel do campesinato e das classes dominantes, a experiência da revolução cubana e o apoio aos partidos comunistas de linha soviética. Nessa reunião, da qual participaram Kobal, diretor do Instituto; Chugovsky, vice-diretor geral; o diretor da Seção Político-Social e o secretário-geral das Relações Exteriores dos "sábios científicos" da URSS; os dois trotskistas fizeram exposições sobre a situação da conjuntura brasileira e de alguns países sul-americanos. Perceberam, pela exposição e pelas perguntas dos soviéticos, que seu maior interesse era sobre o papel dos exércitos na América Latina.[533]

Ainda em Moscou, além de contatarem dirigentes da Konsomol, Heriberto e Primo encontraram-se com Luís Carlos Prestes e Gregório Bezerra, que lá estavam residindo. No retorno ao Brasil, passaram por Paris, onde fizeram um relatório para "Posadas".

O PORT, ganhando prestígio internacional, estava no caminho da reestruturação.

28. A VAR-P e sua crise permanente

Como primeira atividade do ano da Vanguarda Armada Revolucionária-Palmares, teve início, em Recife, em 23 de janeiro, seu II Congresso, organizado por Carlos Alberto Soares de Freitas e Mariano Joaquim da Silva, os únicos remanescentes da Direção Nacional, após os abalos sofridos pela organização no ano anterior. Participaram do Congresso, além dos militantes da organização que representavam São Paulo, Guanabara, Rio Grande do Sul, Nordeste e a área estratégica, Bruno Costa Albuquerque Maranhão, pelo PCBR, Adilson Teixeira da Silva e David Gonzaga Júnior, representando o setor de operações de São Paulo que havia "rachado" com a VAR-P.[534]

Havia a esperança de que o Congresso permitisse dirigir as divergências, e que a organização pudesse estabilizar-se. No entanto, além do problema com o Setor de Operações de São Paulo, existiam três correntes que conviviam com dificuldades no âmbito da organização. A primeira dessas correntes, composta dos militantes do Nordeste, defendia posição nitidamente militarista, sendo a favor da "violência revolucionária", preconizando que o Setor de Operações deveria sair da própria massa e não da vanguarda. Um segundo grupo, encabeçado por Carlos Alberto Soares de Freitas, admitia o trabalho político, com a organização da parcela avançada da massa operária estruturada em "organizações independentes de massa operária". No entanto, diferentemente da corrente nordestina – para qual só deveriam integrar essas organizações aqueles que se posicionassem contra o regime capitalista –, julgava que poderiam integrá-los todos aqueles que se dispusessem a lutar pelos interesses da classe operária.

A terceira corrente, a dos militantes da Guanabara, adotava uma posição considerada "direitista", negava a necessidade da "violência revolucionária" defendendo exclusivamente o trabalho de massa.

No primeiro dia do Congresso, os debates giravam em torno do programa e da tática da organização, sem que emergissem áreas de atrito. No segundo dia, os representantes do Setor de Operações de São Paulo, preocupados com a segurança, exigiram que o encontro tivesse a duração máxima de dez dias. Contrariados em suas pretensões, decidiram abandonar o conclave, contra todas as normas de segurança usuais nessas ocasiões. Apesar desse imprevisto, os trabalhos prosseguiram com a aprovação da constituição das "Uniões Operárias" (UO), integradas apenas por aqueles que se posicionassem contra o regime capitalista.[535]

Quando o Congresso ia chegando próximo ao seu décimo dia, Bruno Maranhão, o representante do PCBR, suspeitando que a reunião tivesse sido assinalada pela polícia, evadiu-se apavorado do local. O insólito acontecimento, somado ao afastamento dos representantes do Setor Operário de São Paulo, provocou a suspensão do evento por medida de segurança. O Congresso teria prosseguimento, numa segunda fase, dentro de um mês; em local a ser determinado.

No balanço feito durante o Congresso, constatou-se que a única área efetivamente ativa da organização era o Nordeste, onde se desenvolvia um trabalho no campo, com a implantação, em Pernambuco, de "Uniões Camponesas". O trabalho em Goiás continuava sem contato com o CN, e, no Rio Grande do Sul, totalmente desbaratado, desde as prisões de membros do CN no ano anterior. Da área estratégica, pouco se falou por questões de segurança. Entretanto, o trabalho incipiente continuava sob o controle de Carlos Alberto Soares de Freitas. A VAR-P admitia, como causa da situação crítica

---

533 Segundo os dois trotskistas brasileiros, aqueles especialistas em outras áreas do mundo eram chamados, na URSS, de "sábios científicos".

534 Estiveram presentes no II Congresso: Heitor Farias da Silva, representando São Paulo; Raimundo Gonçalves Figueiredo; Ligia Moura Salgado de Nóbrega e "Miguel", o Nordeste; Marco Antônio Batista de Carvalho, a área estratégica; Sérgio Emanuel Dias Campos e Carlos Henrique Viana Pereira, a Guanabara; Antônio da Cunha Losada, o Rio Grande do Sul; e Ana Matilde Tenório da Mata.

535 A "União Operária" seria uma organização independente do proletário, que procuraria influir nas massas, através da agitação e da propaganda, incutindo-lhes a perspectiva de resolver de forma violenta suas contradições específicas.

vivida pela organização, a falta de estrutura ideológica de seus militantes, cujas origens pequeno-burguesas geravam o liberalismo provocador das "quedas".

James Allen Luz, que regressara ao Brasil em dezembro de 1970, vindo de Cuba, foi cooptado para constituir o Comando Nacional Provisório (CNP) com Carlos Alberto e Mariano.

Na segunda fase do Congresso, seria eleito o novo Comando Nacional e decidida a setorização de seus membros.

Permaneceram em pauta para debate e aprovação as questões sobre tática estudantil; política de organização; estatutos; critérios de recrutamento e militância; planejamento em curto e médio prazos, com o encerramento de algumas frentes de trabalho e a concentração de atividades em alguns comandos regionais; a política de "frente" e a validade ou não das ações armadas.

Após o retorno de Recife, quando a organização se preparava para realizar a segunda parte do congresso, ocorreu a prisão, no Rio de Janeiro, no dia 15 de fevereiro, de Sérgio Emanuel Dias Campos, membro do CR/GB. Na mesma ocasião, Carlos Alberto Soares de Freitas, que se encontrava no Rio de Janeiro, perdeu contato com a organização.[536] Estes fatos e os que se seguem iam provocando o adiamento da segunda parte do Congresso.

A organização passaria por uma crise de segurança, com a "queda" e desativação do CR/NE, no final de abril e início de maio. Ao reagir à prisão, morreu, em 27 de abril, trocando tiros com a polícia em seu "aparelho", o membro do CR/NE, Raimundo Gonçalves de Figueiredo. Na mesma ocasião, foram presos Arlindo Felipe da Silva, também membro do CR/NE, e mais dois integrantes do Comando Regional. Com essas prisões, "caíram" outros quatro "aparelhos", ocorrendo a prisão de mais nove militantes, tendo sido apreendida farta documentação, além de armas, munição e explosivos. Os remanescentes do Regional Nordeste deslocaram-se para outras áreas.

Essa crise de segurança aguçou as dissensões internas e provocou uma dispersão na VAR-P. Em junho, Carlos Henrique Viana Pereira, membro do CR/GB, desligou-se da organização, arrastando consigo um grupo de militantes desse Comando Regional. Ao mesmo tempo, alguns componentes da VAR-P, em São Paulo, afastaram-se da organização, abandonando a militância ou ligando-se à VPR, enquanto outros abandonaram o País.[537]

James Allen Luz, sentindo-se isolado no CN, havia cooptado Marco Antônio Batista de Carvalho, com quem passara a partilhar as tarefas da Direção Nacional.

Crendo no Congresso como panaceia para a permanente crise que envolvia a organização, James Allen Luz ordenou que Geraldo Leite alugasse um sítio em Teresópolis para concluir o II Congresso, a ser realizado em julho.

Ao encontro deixou de comparecer quase metade dos delegados previstos.[538] Os presentes, considerando o conjunto não representativo por falta de quadros importantes, resolveram encerrar o Congresso, após realizar um balanço autocrítico e eleger um novo CN, não assumindo alterações na linha política vigente na organização. O plenário elegeu James Allen Luz, Ana Matilde Tenório de Mota e Marco Antônio Batista de Carvalho para o CN. Encerrado o II Congresso, teve início, com os mesmos participantes e no mesmo local, o I Ativo "Seminacional". O Ativo não teria autoridade para modificar a linha política da organização, embora comportasse a sua discussão. Decidiu-se, então, incentivar a realização de ativos nas regiões não representadas em Teresópolis, para concluir-se pela validade ou não da linha política adotada.

Durante o Ativo foram discutidos os critérios de militância, as medidas de segurança, sendo realizada uma análise da conjuntura política nacional. As divergências, até então mantidas em nível aceitável, exacerbaram-se com a discussão do reinício das ações armadas.

A posição favorável às ações armadas saiu vencedora, apoiada no argumento de que a fase difícil de isolamento social vivida pela organização exigia a realização de ações para a sobrevivência orgânica. Além disso, a "Propaganda Armada Geral" (PAG), desde que cercada por determinadas circunstâncias de caráter político, foi admitida como processo válido na luta revolucionária.

Como consequência do consenso militarista, decidiu-se pela reativação do Setor de Operações que seria subordinado diretamente ao CN, sem vinculação com a estrutura política regional da área onde atuasse.

Superando o sectarismo político da organização, o Ativo definiu-se pela concretização de uma política de "frente" com outras organizações da esquerda revolucionária. Na verdade, a VAR-P, adotando uma política antifoquista, aderiu à luta armada em função da fragilidade do trabalho de massa.

O Ativo marcava, ainda, o início de nova desagregação do CN. Marco Antônio de Carvalho, eleito havia alguns dias, pediu seu afastamento da direção nacional, sem se afastar da organização, declarando viver um período de avaliação autocrítica. Ana Matilde, também eleita, para compor com Geraldo Leite e Rosalina Santa Cruz Leite o novo CR/GB,

---

[536] Embora não tenha sido preso pelos órgãos de segurança, Carlos Alberto Soares de Freitas foi alvo de uma campanha promovida por seus parentes e pela esquerda, visando à sua libertação.

[537] Sabe-se que, pelo menos, Carlos Henrique Viana Pereira, sua futura esposa e Henrique Gaspar Bibas abandonaram o País, refugiando-se no Chile.

[538] Estiveram presentes à 2ª parte do II Congresso: James Allen Luz, Marco Antônio Batista de Carvalho, Ana Matilde Tenório da Mota, Irene Madeira de Carvalho, José Carlos da Costa, Geraldo leite, Heitor Farias da Silva, Maria Regina Leite, Rosalina Santa Cruz Leite, Heitor Farias da Silva, Maria Salgado da Nóbrega, Antônio Mares Prieto de Oliveira, Adão Vila Verde e, como convidado do PCBR, Luiz Alberto de Sá e Benevides.

entrava em choque com James Allen Luz, que passaria a atuar na Guanabara, como chefe do Setor de Operações da VAR-P.

O CR/GB, revivido após o afastamento de Carlos Henrique Viana Pereira, desenvolvia um trabalho operário através do "Grupo de Jovens de Osvaldo Cruz" (GRUJOC). O GRUJOC, formado por estudantes do artigo 99, distribuía em portas de fábricas o jornal "União Operária", que era confeccionado no setor de imprensa do CR/GB.[539]

O trabalho na área estratégica, desenvolvido em torno da cidade de Imperatriz, no Maranhão, foi desarticulado em agosto, quando as forças de segurança desencadearam a "Operação Mesopotâmia". A área do "Bico do Papagaio", situada ao norte de Goiás e a oeste do Maranhão, sempre foi um polo de atração para as esquerdas que viam nos agudos problemas sociais e fundiários da região um solo fértil para o seu proselitismo. Confundiam-se, na área, os trabalhos da VAR-P e do PRT, que foram interrompidos pela prisão de trinta e dois envolvidos, entre militantes e simpatizantes de ambas as organizações.[540]

Dando sequência à decisão do Ativo de Petrópolis, a VAR-P iniciou, em agosto, suas ações armadas em "frente" com outras organizações.[541]

Dessas ações, destacam-se o assalto ao carro de transporte de valores da Transport S/A, realizado na Estrada da Portela, em Madureira, no dia 22 de novembro. A ação, perpetrada em "frente" com o MR-8, contou com a participação de James Allen, Carlos Alberto Sales e José Carlos da Costa. Resultou na morte de José Amaral Vieira, chefe de segurança do carro, e no ferimento, à bala, do motorista, Sérgio da Silva Taranto, e dos guardas de segurança Emílio Pereira e Adilson Caetano da Silva. James Allen representaria a VAR-P, no dia 28 de outubro, no assalto ao Banco Itaú América, na Avenida Conde de Bonfim, em "frente" com a VPR, ALN e o PCBR, que redundaria no ferimento do detetive Walter Cláudio Ramos de Mattos.

As ações armadas provocaram divergências no CN. No final de setembro, Ana Matilde Tenório da Mota, contrariada com as ações do Setor de Operações na Guanabara, solicitou, em carta, seu desligamento do CN e da CR/GB. Concordando com o pedido, James Allen permaneceu novamente isolado no CN, gerindo os destinos da VAR-P.[542]

A crise gerada pelo desligamento de Ana Matilde estendeu-se até o CR/GB. Em novembro, o casal Geraldo Leite e Rosalina Santa Cruz Leite – ambos membros do CR –, por comungarem com as ideias de Ana Matilde a respeito das ações armadas, enviaram uma carta pedindo desligamento da organização. Ao tomar conhecimento da carta, o CN optou pela expulsão dos signatários.

Sob a orientação de Marco Antônio Batista de Carvalho, que retornara ao CN da VAR-P, os militantes do acéfalo CR da Guanabara, limitados ao trabalho de imprensa e ao GRUJOC, iniciaram as discussões visando a reestruturar o trabalho no Rio de Janeiro. Por consenso, foi escolhida Irene Madeira de Carvalho, esposa de Marco Antônio, para compor o CR/GB. A partir desta ocasião, o Setor de Imprensa passou a publicar o jornal mensal "Quilombo", como porta-voz da direção nacional da organização.

No final do ano, foi preso Janeiro Pinto de Oliveira, um dos coordenadores do GRUJOC, e foi desestruturado esse grupo. Ainda nesse ano, mais uma vez, Marco Antônio Batista de Carvalho abandonava o CN.

A VAR-P, adotando uma política antifoquista, fora obrigada a aderir à luta armada por necessidade de sobrevivência, mas essa decisão não era aceita pacificamente na OS. Agora via desaparecer o GRUJOC, única tentativa que mantinha de trabalho de massa. As variações de seu CN refletiam bem a irregularidade que vinha marcando essa organização, desde a sua tentativa frustrada de fusão com a VPR.

29. A DVP transforma-se em Liga Operária (LO)

---

[539] Eram responsáveis pela GRUJOC os irmãos Januário José e Antônio Marcos Pinto de Oliveira que, com Maria Emília Silva, compunham o setor de imprensa do CR/CS.

[540] Na ocasião, foram presos Eliezer Vaz Coelho, Pedro Gomes dos Santos e Catarino Leal Junior da Silva, estabelecidos em pequenas propriedades pela VAR-P em torno de Imperatriz, que faziam o trabalho de aliciamento e doutrinação de elementos locais, objetivando montar uma rede de apoio e, posteriormente, desencadear a guerrilha rural.

[541] Ações realizadas em "frente" pela VAR-P: em 23 de agosto, depredação de dois postos de gasolina na Rua Barata Ribeiro e na Avenida Vieira Souto, por estamparem cartazes de subversivos procurados, em "frente" com ALN e PCBR; assalto, em 16 de agosto, transportadora de valores do Banco Bradesco, na Ponte de Quintino, com o roubo de Cr$20.000,00, em "frente" com a ALN e o PCBR; em 30 de outubro, assalto à joalheria Missagea, na Avenida Rio Branco, 151, sala 210, com o roubo de Cr$40.000,00 e joias, em "frente" com a ALN, o PCBR e o MR-8.

[542] No informe do Comando Nacional, em 28 de outubro, James Allen, ao deflagrar o processo de luta interna, incentivando a discussão das posições da organização em ativos, explicava o processo de modificação do CN com os afastamentos ocorridos e as cooptações de José Carlos Costa e, surpreendentemente, de Marco Antônio Batista de Carvalho, que, após relutar um pouco, acabou aceitando retornar ao CN.

No início de 1971, alguns militantes, alcunhados de "hippies", começaram a questionar o imobilismo da DVP e a duvidar do acerto em dar prioridade ao trabalho com a classe operária.

A partir do dia 7 de maio, a DVP realizou um pleno. Na 1ª fase, foi eleita a nova Direção da Organização (DO), composta por Apolo Heringer Lisboa, sua esposa Carmen Helena do Vale e José Aníbal Perez de Pontes. Aprovou-se, também, a mudança do nome de DVP para Liga Operária (LO), o seu Estatuto e um novo jornal, o "Unidade".

Na 2ª fase do pleno, Apolo e Dalton Godinho Pires apresentaram a nova LO aos dois representantes do grupo dos "hippies", João César Belizário de Souza e Ernesto Prado Lopes, que não aceitaram as decisões e foram expulsos, juntamente com Leonardo Valentini e Cláudio Antônio Gonçalves Egler.[543] Esses militantes arrebanharam cerca de meia dúzia de companheiros e foram formar o Movimento Popular Revolucionário (MPR), uma minúscula organização que seria conhecida, no ano seguinte, apenas por suas ligações com os remanescentes da VPR.

Em julho, a LO publicou o primeiro número do seu jornal "Unidade", já como número 10, para despistar e para dar uma aparente imagem de antiguidade.

No segundo semestre de 1971 e durante todo o ano seguinte, a par de algumas prisões isoladas, a LO procuraria desenvolver sua atuação junto ao operariado, formando células em Belo Horizonte, em Volta Redonda (na Companhia Siderúrgica Nacional), em Duque de Caxias e na Guanabara.[544]

A organização, todavia, não prosperou, até a sua debacle, que viria no início de 1973.

30. O GIM continua estruturando-se

No início de 1971, em razão das críticas feitas ao jornal "Independência ou Morte" (IM), a organização resolveu reformular seu órgão de divulgação. Foi constituído o Grupo de Ação (GA) com a participação de Cid Alzira Silveira, Fernando Ryff Correia Lima e Laís Mourão Sá Tavares de Oliveira, para tentar elevar o nível da publicação. A partir daí, iniciou-se a segunda fase do jornal.

Ana Arruda, dispensada do JA do jornal, foi deslocada para um GA de informações, recém-criado com os encargos de levantar notícias censuradas na imprensa, para publicação no "IM". Atuava em sua companhia, no GA de informações, Maria Ignez da Costa Duque Estrada Bastos, antiga militante do MNR.

Dentro da filosofia herdada do MNR, o Grupo Independência ou Morte (GIM) procurava conseguir o apoio das classes média e superior. O jornal "IM" tinha esse objetivo. Formado por intelectuais, o GIM julgava que a resolução do proletariado só teria sucesso com o apoio da classe média e, em consequência, das Forças Armadas. Para sensibilizar as Forças Armadas era fundamental dar enfoque de nacionalismo às posições da organização. Acreditava-se que o proletariado e o campesinato seriam levados à revolução pela classe média.

Amadeu de Almeida Rocha pretendia utilizar a experiência de Amarantho Jorge Rodrigues no setor armado da organização.

Amarantho, "escaldado" pela tentativa de Caparaó, esquivava-se. A outra alternativa seria Hermes Machado Neto, assim como Amarantho, possuidor de curso em Cuba, com o inconveniente de estar ligado aos trabalhos de impressão do jornal "IM". Além de liderança, faltavam militantes capacitados e dispostos a se arriscarem em ações armadas. O projeto foi sendo adiado.

Em julho de 1971, Amadeu Rocha foi apresentado a Adail Ivan de Lemos, ex-integrante do MAR. Adail, como estudante de Medicina e estagiário no Hospital Pedro Ernesto, conseguiu a internação e a cirurgia de Amadeu naquele nosocômio. Durante sua convalescência Amadeu contatou e aliciou, com a interveniência de Adail, vários médicos residentes e, ao sair do hospital, constituiu um GA médico com os novos prosélitos do GIM. A assistência médica gratuita estava também nos planos da organização, que pretendia utilizá-la no trabalho político. Jorge Manuel de Oliveira e Silva foi escolhido para ser o coordenador do GA médico.

Por volta de outubro, a organização, coerente com a filosofia de conseguir o apoio de setores nacionalistas das Forças Armadas, conseguiu contato com Juan José Hernandez Arregui, da cúpula do peronismo, para assimilar a experiência do justicialismo das Forças Armadas argentinas. A reunião entusiasmou os presentes. Em seguida, foi arregimentado para a organização o coronel da reserva do Exército José Agostinho Marques Porto. Marques Porto sugeriu, inclusive, um assalto a uma casa de armas, na Avenida Rio Branco – considerado de fácil execução – para reforçar o carente poder de fogo do GIM, mas a organização continuava sem condições de estruturar seu setor militar para realizar ações armadas.

No final de 1971, a direção da organização concluiu que o jornal "IM" era insuficiente para aprofundar os temas abordados e elevar o nível ideológico de seus militantes. Havia necessidade de uma publicação mais didática que pudesse sensibilizar o público selecionado, intelectualizado, que a organização buscava. Em dezembro, foi constituído um GA de

[543] Mais tarde, após a autocrítica, Ernesto Prado Lopes foi readmitido na LO.

[544] Foram presos, no segundo semestre de 1971: Gustavo José Meyer, Sílvia Lajes de Oliveira e Cláudio Antônio Gonçalves Egler, este, liberado alguns dias depois. Foi preso, em junho de 1972, Laerte Seixas Wilmann Pereira.

uma revista que pretendia se transformar num sólido instrumento de preparação ideológica da organização. A revista, por sugestão de Lara Lemos, recebeu a denominação de "Prisma", correspondendo às iniciais do lema: Pensamento Revolucionário do Ideal Social Marxista.

Também no final de 1971, foi constituído um GA de impressão do jornal "IM", substituindo o antigo esquema. César José de Campos – aliciado pelo irmão Cláudio José de Campos Filho – ficou como coordenador do GA, auxiliado por Rogério Medeiros. O jornal passou a ser rodado no Curso Progresso, de propriedade do pai dos irmãos Campos.

O ano de 1971 caracterizou-se pela preocupação em melhorar o nível da propaganda do GIM, através da reestruturação de seu jornal e da preparação da revista "Prisma", visando a transformá-lo em organização expressiva no seio das esquerdas.

31. MR-8: um ano de sucessos e de desventuras

No início de 1971, decorriam os dias do desenlace do sequestro do embaixador suíço, cujas negociações já se arrastavam por mais de um mês, enquanto a polícia aumentava o cerco aos terroristas.

Em 13 de janeiro, 7 militantes do MR-8, ao lado de 63 de outras organizações, foram banidos para o Chile.[545] Com isso, aumentava o contingente de quadros do MR-8 no exterior, particularmente no Chile, onde já se encontravam Daniel Aarão Reis, Franklin se Souza Martins, Vladimir Palmeira e Vera Sílvia Araújo Magalhães. Cada vez mais, crescia a importância qualitativa desses militantes, obrigando a organização a abrir uma Seção no Exterior.

Ainda no início de janeiro, 4 militantes do Grupo Político-Militar (GPM) saíram do MR-8. Nos meses seguintes, todos iriam também para o Chile. O fato curioso é que cada um deles recebeu, para a fuga, Cr$ 8.000,00 da organização.

Naquele ano, o MR-8 passou a dar maior importância ao CR da Bahia, já estruturado e atuante em Salvador e Feira de Santana, sob o nome-código de "Marajó". Editava o jornal "Venceremos" e eram constantes as viagens de Carlos Alberto Vieira Muniz a Salvador, onde prestava assistência a Solange Lourenço Gomes, coordenadora do MR-8 na Bahia e em Sergipe.[546] O MR-8 contava, também, com a estreita colaboração do padre Paulo, da Paróquia do Peru, em N.S. de Guadalupe, um dos representantes da "Organização Sem Nome", integrada por padres e religiosos que editavam o jornal "O Círculo", e que possuíam um curso de alfabetização de adultos, utilizado, pelo MR-8, para proselitismo e recrutamento.

Independente do CR/BA, João Lopes Salgado dirigia o trabalho de campo na Bahia, em duas áreas: na região de Cangula, em Alagoinhas, e na região do médio São Francisco, entre os municípios de Brotas de Macaúbas e Ibotirama.

Nesse início de ano, fruto das intensas atividades de roubo praticadas no ano anterior, não faltava dinheiro ao MR-8. Assim, foram destinados Cr$ 27.000,00 à Bahia, sendo Cr$ 17.000,00 enviados para apoio ao trabalho de campo.

Em 6 de março, Solange Lourenço Gomes apresentou-se voluntariamente aos órgãos de segurança e falou sobre seus assaltos na Guanabara e as atividades do MR-8 em Salvador. Diversos "aparelhos" foram vasculhados e dezenas de militantes presos, a partir de 12 de março, dentre os quais Eliana Gomes de Oliveira e Denílson Ferreira Vasconcelos, que prestou declarações entregando, praticamente, toda a estrutura da Bahia.

Na Guanabara, onde o Comitê Regional (CR) era bem organizado, as atividades continuavam intensas. Com seus dois GPM reestruturados executaria mais de 30 ações armadas, entre roubos de carros e assaltos a supermercados, bancos e outras empresas.

No dia 26 de janeiro, oito militantes comandados por Mário Prata, dentre eles o inglês Timothy William Waskin Ross, assaltaram o posto do Setor de Trânsito, em Ramos, levando uma metralhadora INA, dois carregadores completos, um remuniciador e uma sacola com 50 cartuchos, além de várias fardas da guarda civil. Ao deixarem o local, estavam pichadas as paredes do posto com "Viva a Luta Armada - Comando José Roberto Spiegner". No primeiro dia de fevereiro, assaltaram o Supermercado Ideal, de Vista Alegre, onde roubaram cerca de 40 mil cruzeiros novos.

No dia 5, César de Queiróz Benjamin, o "Menininho", quando "cobria um ponto", junto à Igreja Divino Salvador, no Encantado, com dois militantes da VPR, Sônia Eliana Lafoz e Caio Salomé Souza de Oliveira, trocou tiros com os componentes de uma radiopatrulha. Ferindo um policial, os três militantes conseguiram fugir, com Caio baleado na mão e Sônia ferida de raspão na cabeça e na perna.

No dia 18 de fevereiro, ocorreu a primeira "queda" do ano, para o MR-8, com a prisão de Alexandre Lyra de Oliveira, quando "cobria um ponto" com Edmilson Borges de Souza, do PCBR. Alexandre falou tanto, em seus interrogatórios, que seria acusado, mais tarde, de ter "passado para a repressão", com uma fuga falsa, em novembro de 1975.[547]

---

[545] Foram banidos do MR-8: Carlos Bernardo Wainer, Samuel Aarão Reis, Regina Yessin Ramos, Lúcio Flávio Uchoa Rigueira, Antônio Rogério Garcia Silveira, Paulo Roberto Alves e seu irmão Pedro Alves Filho.

[546] Faziam parte do CR/BA: Denílson Ferreira Vasconcelos, então amante de Solange, Maria Lúcia Santana Cerqueira, Eliana Gomes de Oliveira, Diogo Assunção de Santana, Milton Mendes Filho, Renato José Amorim da Silveira e sua companheira Nilda Carvalho Cunha.

[547] Entrevista com Cesar Queiroz Benjamin, o "Menininho", publicada no "Caderno de Campanha", número 9, de 1979.

No dia 13 de março, um sábado, 13 militantes sob o comando de Mário Prata, dentre os quais Stuart Angel e a "matraqueira"[548] Carmen Jacomini, assaltaram a Casa da Banha da Tijuca, roubando quase 70.000 cruzeiros novos. Já bem treinados, imobilizaram cerca de 100 pessoas que faziam compras, usando metralhadoras e bombas molotov. Chegaram ao requinte de usar dois terroristas disfarçados de guarda-civil para manobrar o trânsito e facilitar a fuga.

Nesse mês, ocorreria um fato importante para o MR-8. Carlos Lamarca romperia com a VPR e, alguns dias depois, ingressaria no MR-8 com sua amante, Iara Iavelberg. A primeira vista, parecia que o MR-8 se fortalecia com a adesão de Lamarca, aumentando o seu prestígio com as esquerdas. Na realidade, a organização recebia um "elefante branco" e a responsabilidade de mantê-lo na absoluta clandestinidade.

No mês de abril, na Guanabara, o MR-8 praticou três assaltos: no dia 2, ao posto e garagem FINA, em Vila Isabel, de onde foram roubados 4 carros, 8 placas e 1 revólver; no dia 3, ao Supermercado Peg-Pag, em Botafogo, com o roubo de cerca de trinta e três mil cruzeiros; e, no dia 18, ao Supermercado Merci, em Ipanema, onde foram levados vinte mil cruzeiros novos. Dentro de sua política de generosa distribuição de dinheiro, Stuart Angel entregou 5 mil cruzeiros novos ao cineasta Gustavo Dahl, que, constantemente, cedia sua residência para reuniões de dirigentes da organização. Dahl fazia parte do grupo de elementos da denominada "pequena burguesia", particularmente formada por artistas e pseudointelectuais, que mantinham ligação com a direção do MR-8.[549]

Em decorrência das prisões de Maria Luiza Garcia Rosa e Lúcia Maria Murat Vasconcelos, a Polícia prendeu José Carlos Avelino da Silva, no início do mês, o que levou, também, ao desbaratamento de diversos "aparelhos". Em 8 de abril, Maria Cristina de Oliveira Ferreira, esposa de Alexandre de Oliveira, apresentou-se às autoridades.

Apesar de seu marido ter sido preso quase dois meses antes, sua decisão só foi tomada após ter perdido, também, seu amante José Carlos Avelino. Nesse mês, ainda foram presos, no dia 17, Antônio Ivo de Carvalho e Maria Ângela Carvalho de Oliveira.

Também em abril, César Queiroz Benjamin, o "Menininho", assumiu o CR/BA, esfacelado com as sucessivas quedas de quadros e militantes. Unificou o trabalho realizado em Alagoinhas ao CR, estabeleceu rígidas normas de segurança e determinou que fossem feitos diversos levantamentos para futuros assaltos.

Na madrugada de 6 de maio, 11 militantes do MR-8, ao comando de Nelson Rodrigues Filho, assaltaram uma garagem em São Cristóvão, roubando 3 Volks e 4 placas.

No dia seguinte, foram presos mais dois membros do GPM, Zaqueu Bento e Manoel Henrique Ferreira. Os militantes presos entregaram dois "aparelhos", e Manoel, inclusive, entregou o "ponto" que teria com José Roberto Gonçalves de Rezende, da VPR, quando esse foi preso na Livraria Entre-Livros, em Copacabana. Nas declarações de próprio punho de Manoel, ricas e contundentes, aparece a declaração: "A briga hoje deixou de ser pela revolução. É contra a repressão e pela sobrevivência".

Em 10 de maio, foi presa mais uma integrante do GPM, Vera Lúcia de Mello Aché. Em fins desse mês, alguns jornais noticiaram a prisão e a morte de Stuart Edgard Angel Jones, nunca comprovadas. Uma coisa é certa, ele nunca deu entrada no DOI/I Ex.

Em 11 de junho, o assalto ao pagamento dos funcionários do canteiro de obras da Norberto Odebrecht, que construía a Universidade do Estado da Guanabara, no Maracanã, rendia, ao MR-8, cerca de 7 mil cruzeiros novos. Durante o assalto, Sérgio Landulfo Furtado, o comandante da ação, atirou e feriu um operário. Na saída, Dirceu Grecco Monteiro atirou num carro pagador que passava. No tiroteio que se seguiu, Norma Sá Pereira, que também disparara, foi baleada na mão.

Em julho, mais três assaltos foram realizados rendendo mais de NCr$ 100.000,00 e material de impressão para a organização. Esses assaltos foram: em 30 de junho, à residência do industrial David Adler, na Avenida Atlântica, roubando cerca de NCr$ 61.000,00 em joias; em 21 de julho, ao escritório da Organização Ruff, da Rua Debret, com o roubo de 5 mimeógrafos, 4 máquinas de escrever e 2 gravadores eletrônicos de estêncil; e, em 24 de julho, um sábado, ao Supermercado Mar e Terra, no Rio Comprido, roubando cerca de NCr$ 45.000,00.

Os meses de agosto e setembro, porém, foram trágicos para o MR-8, quando teve vários militantes de importância presos, inclusive o "Menininho", e foi atingido pela morte de Lamarca, sem que este tivesse participado de nenhuma ação com a organização. No entanto, precisava sobreviver e dar continuidade a seus assaltos, dos quais eram as vítimas, particularmente, os supermercados da Guanabara.[550]

---

548 "Matraqueiro" era o nome dado, pelas organizações comunistas, ao militante que, nos assaltos, portava metralhadora ("matraca").

549 Gustavo Dahl era amante de Maria Clara Mariana Bittencourt, nora de Carlos Lacerda, a qual havia acolhido e cuidado de Stuart, quando este fora ferido durante o assalto ao Banco Nacional de Minas Gerais, em fins de novembro.

550 Foram as seguintes as ações armadas realizadas na Guanabara: em 14 de agosto, realizaram um segundo assalto ao Supermercado Peg-Pag, em Botafogo, de 35 mil cruzeiros novos; em 28 de agosto, 13 militantes, disfarçados com perucas, bigodes, cavanhaques e boinas, levaram quase 45 mil cruzeiros novos e um revólver do Supermercado Disco, em Copacabana; nesse mesmo bairro, roubaram, em 4 de setembro, 7 mil cruzeiros novos do Supermercado Nerei; ainda em setembro, roubaram 15 mil cruzeiros do edifício de Paoli, na Av. Rio Branco e ações de uma corretora de valores, na Rua do Ouvidor; em 16 de outubro, assaltaram o Supermercado Mar e Terra, no Flamengo, onde levaram 70 mil cruzeiros novos; e, em novembro, roubaram 8 mil cruzeiros novos do Supermercado Peg-Pag, em Botafogo.

Em 28 de outubro, em “frente” com PCBR, ALN e VAR-Palmares, Sérgio Landulfo Furtado, Norma Sá Pereira e Paulo Roberto Jabour assaltaram o Banco Itaú-América, na Tijuca, arrecadando mais de cem mil cruzeiros novos. Nessa ação, foi baleado, no pescoço, o detetive Walter Cláudio Ramos Mattos.

Na manhã de 22 de novembro de 1971, em “frente” com a VAR-Palmares, Sérgio Landulfo Furtado, Norma Sá Pereira, Nelson Rodrigues Filho, Paulo Roberto Jabour, Timothy William Watkin Ross e Paulo Costa Ribeiro Bastos assaltaram um carro-forte da firma Transport, na Estrada do Portela, em Madureira. A rajadas de metralhadora morreu o guarda José do Amaral Vilela e foram feridos os guardas Sérgio da Silva Taranto, Emilio Pereira e Adilson Caetano da Si1va. Esse último assalto do ano rendeu duzentos e sessenta e dois mil cruzeiros novos, além de armas e munição.

No dia seguinte, Sérgio Landulfo Furtado, por estar em atitude suspeita e portar um revólver calibre 38 e um carregador de metralhadora, foi abordado pelo detetive Ney de Gaspar Gonçalves.

Sérgio baleou o policial e, ao fugir, deixou cair diversos objetos, dentre os quais sua própria fotografia, como atestado de sua ação.

A morte de Lamarca, aparentemente, ao mesmo tempo em que acirrava os ânimos dos militantes, incitando-os a novas ações, fazia com que os quadros do MR-8 repensassem sobre a justeza da guerra que travavam, vista, apenas, como uma luta “pela sobrevivência”. Por outro lado, perceberam que, com a eficiência demonstrada pelos órgãos de segurança, essa sobrevivência não seria muito longa.

Carlos Alberto Vieira Muniz fugiu para o Chile, acompanhado por diversos quadros, dentre os quais o casal Roberto Menkes e Carmen Monteiro Jacomini. Se o MR-8 do Brasil perdia quadros importantes, a Seção do Exterior, centrada no Chile, ganhava uma visão crítica do militarismo, que lançaria a organização, no ano seguinte, num novo processo.

32. A morte do Major José Júlio Toja Martinez Filho (Zazá)

No início de abril, a Brigada Paraquedista recebeu uma denúncia de que um casal de subversivos ocupara uma casa localizada na Rua Niquelândia, 23, em Campo Grande/RJ. Não desejando passar esse informe à 2ª Seção do então I Exército, sem aprofundá-lo, a 2ª Seção da Brigada decidiu montar uma “campana” naquela casa, a fim de confirmar ou não sua utilização como “aparelho”.

No dia 2 de abril, uma equipe da 2ª Seção da Brigada, chefiada pelo Major Martinez, montou um esquema de vigilância sobre a citada residência. Por volta das 23 horas desse dia, chegou, num táxi, um casal. O carro estacionou nas proximidades do prédio vigiado. A mulher ostentava uma volumosa barriga que indicava estar em adiantado estado de gravidez. O fato sensibilizou Martinez, que, impelido por seu sentimento de solidariedade, agiu impulsivamente visando a preservar a “senhora” de possíveis riscos.

O Major José Júlio Toja Martinez Filho acabara de concluir o curso da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, onde, no período em que a guerra revolucionária se desenvolveria, estivera afastado desses problemas, em função da própria vida escolar bastante intensa.

Estagiário na Brigada Paraquedista, a qual também não estava afeta a missão de combate à subversão, não se havia habituado à virulência da ação terrorista, que se tornava a cada dia mais violenta, à medida que constatava a sua inconsequência.

Julgando que o casal nada tinha a ver com a subversão, Martinez iniciou a travessia da rua, a fim de solicitar-lhe que se afastasse daquela área. Ato contínuo, de sua “barriga”, formada por uma cesta para pão com uma abertura para saque da arma ali escondida, a mulher retirou um revólver, matando-o instantaneamente, sem qualquer chance de reação. O Capitão Parreira, de sua equipe, ao sair em sua defesa, foi gravemente ferido por um tiro desferido pelo terrorista. Nesse momento, os demais agentes desencadearam cerrado tiroteio que causou a morte do casal de subversivos. Estes vieram a ser identificados como os militantes do MR-8 Mário de Souza Prata e sua amante Marilena Villas-Boas Pinto, ambos de alta periculosidade e responsáveis por uma extensa lista de atos terroristas. No “aparelho” do casal foram encontrados armas, munição e explosivos, além de dezenas de levantamentos de bancos, de supermercados, de diplomatas estrangeiros e de generais do Exército.

Destino perverso esse que compensou com uma reação de ódio e violência o gesto de bondade tão característico do “Zazá”, como “era carinhosamente chamado Martinez por seus amigos”. Martinez deixou viúva e quatro filhos, três meninas e um menino, a mais velha, na época, com 11 anos de idade. Sua esposa, com uma pequena pensão, criou com sacrifícios aquelas crianças, que, pelo ambiente familiar de que desfrutavam, eram, naturalmente, dóceis e afáveis. Com o apoio de familiares e amigos, suplantou a dor, os traumas decorrentes da morte violenta e inesperada e as dificuldades resultantes da ausência do chefe de família.

A família de Martinez não pediu, nem vê razão para homenagens. Apenas quer guardar a lembrança do esposo dedicado e pai carinhoso que ele foi. Profissional competente, dedicado e leal, amigo afável e educado, “Zazá”, com seu gênio expansivo e alegre, será sempre lembrado com muito carinho pelos amigos que com ele conviveram.[551]

---

[551] Numa homenagem muito especial aos “heróis”, hoje, Marilena dá seu nome ao DCE da Universidade Santa Úrsula e Mário Prata ao DCE da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

33. A prisão de "Menininho" e a morte de Lamarca

Nos meses de abril, maio e junho, Lamarca e Iara passaram escondidos de "aparelho" em "aparelho", dentre os quais o de José Gomes Teixeira. A prisão deste, em 11 de junho, precipitou a decisão de enviá-los para o sertão da Bahia, junto ao trabalho de campo na região do médio São Francisco. Para o transporte, conseguiu-se um Volks e uma Kombi, cujos motoristas e proprietários eram, respectivamente, Rui Belford Dias e Waldir Flock da Silva. No início da noite de 25 de junho, os quatro encontraram-se, junto ao BOB'S da Avenida Brasil, com José Carlos de Souza, que viera especialmente para buscá-los. No Volks, seguiram Lamarca, Iara e José Carlos. Um pouco mais à frente, para verificar as barreiras policiais, seguiram Waldir e Rui.

No dia seguinte, ao chegarem a Vitória da Conquista, Rui retornou com seu Volks, e os outros quatro seguiram com a Kombi até Jequié. Depois de pernoitarem, Iara e Waldir seguiram de ônibus para Salvador, enquanto Lamarca e José Carlos dirigiram-se para Itaberaba e Ibotirama. Ao chegarem à ponte da BR-242, sobre o Rio Paramirim, encontraram-se, no fim da tarde de 27 de junho, com José Campos Barreto, o "Zequinha". Depois de dormirem numa pensão, no início da estrada que demanda a Brotas de Macaúbas, chegaram nessa cidade na tarde de 28. No dia seguinte, Lamarca e Zequinha chegaram a Buriti CriStálino, enquanto José Carlos seguia com a Kombi para Salvador, para encontrar-se com Iara e Waldir.

Na tarde de 6 de agosto, encontraram-se, no Centro de Salvador, "Menininho" e José Carlos de Souza. Como assunto principal, discutiram e estabeleceram que Iara seguiria para Feira de Santana, onde havia melhores condições de segurança, e ele, José Carlos, incorporar-se-ia ao trabalho de campo, em Brotas. Há algum tempo na vigilância, policiais deram voz de prisão aos dois militantes. "Menininho" atracou-se com os agentes, chegou a atirar e conseguiu fugir pela segunda vez ao cerco, dirigindo-se para a Guanabara. Menos feliz, José Carlos foi preso e começou a denunciar diversos companheiros.

Desde o dia 17 de agosto, Iara Iavelberg residia no apartamento 201, do Edifício Santa Terezinha, na Pituba, com Jaileno Sampaio, a companheira deste, Nilda Carvalho Cunha, e a irmã desta, Lúcia Bernardeth Cunha.

No dia 20 de agosto de 1971, através de declarações de José Carlos, a polícia cercou o Edifício Santa Terezinha e exigiu a rendição dos ocupantes do apartamento 201. Após terem sido presos Lúcia, Jaileno e Nilda, Iara foi encontrada no apartamento 202, onde se escondera no início do cerco. Não vendo possibilidade de fuga e assolada por bombas de gás lacrimogêneo, a amante de Lamarca suicidou-se com um tiro no coração.

Às 19 horas de 21 de agosto, logo depois de passar um telegrama para Iara (sem saber que ela já estava morta), "Menininho", num Volks com Ney Roitman, Alberto Jak Schreber e sua amante Teresa Cristina de Moura Peixoto, foi detido no Rio de Janeiro, por uma operação "Para-Pedro", na Avenida Vieira Souto, na altura do Jardim de Alá. Ao serem solicitados os documentos, "Menininho" saiu rapidamente do carro, fugindo entre os transeuntes. Pela terceira vez, conseguiu escapar de um cerco policial. No veículo, o diário de Lamarca e cartas para Iara forneceram, aos órgãos de segurança, a certeza de onde deveriam procurar. Apesar de saber da prisão de José Carlos havia mais de dez dias (seu último assentamento era em16 de agosto), Lamarca permanecia na região. Teve início, então, uma operação de informação, visando à sua prisão.

Com as declarações de José Carlos de Souza, em 27 de agosto, mais dois dirigentes do CR/BA foram presos, Diogo Assunção de Santana e Milton Mendes Filho.

No dia seguinte, os órgãos de segurança chegaram a Buriti CriStálino, dando voz de prisão aos ocupantes da casa dos irmãos Campos Barreto, que reagiram com intenso tiroteio. Ao final, Olderico foi preso, ferido no rosto e na mão direita, enquanto Otoniel foi morto, quando tentava a fuga. Dentro da casa, estava o cadáver de Luiz Antônio Santa Bárbara, que se matou com um tiro na cabeça. Era o terceiro suicídio de militantes do MR-8, possivelmente para não denunciarem Lamarca, que, acampado a poucos quilômetros do lugarejo de Buriti CriStálino, provavelmente ouvira os tiros e fugira, internando-se, com José Campos Barreto ("Zequinha"), mata adentro.

Sem saber do acontecido e sentindo-se "queimado" na Guanabara, César de Queiroz Benjamin retornou a Salvador, sendo preso em 30 de agosto, no Rio Vermelho, delatado por Jaileno. Após longa série de assaltos e de ter escapado de três choques com a polícia, "Menininho" mostrou-se extremamente dócil nos interrogatórios. Suas extensas declarações, todas de próprio punho, desvendaram a linha política e as ações do MR-8. Muitos militantes foram, então, identificados. Chegou, inclusive, a fazer uma análise dos métodos de interrogatório aplicados, declarando-se surpreso com o bom tratamento recebido e com o nível de seus interlocutores.

Na manhã de 6 de setembro, recebia-se o primeiro informe da permanência de Lamarca e "Zequinha" na região de Brotas de Macaúbas, confirmado no final da tarde do dia 7. Haviam obtido alimentação na área. Tentaram obter informes e amedrontaram os moradores. Nos dias 10 e 11, houve informes da presença de ambos em Ibotirama. Os órgãos de segurança, que, a partir de 4 de setembro, já haviam retirado boa parte de seus agentes da região, retornaram à área.

Apesar de o MR-8 estar trabalhando nessa área de campo por mais de um ano, os órgãos de segurança eram procurados pelos moradores, que levavam informes sobre os subversivos. Os informes começaram a indicar a presença dos dois terroristas na região de Cana Brava.

No dia 17, uma equipe que chegou à localidade de Pintada foi informada de que dois homens descansavam à sombra de uma árvore, nos arredores do lugarejo. Ao se acercarem dos mesmos, dois elementos da equipe, que se haviam lançado através da caatinga, provocaram ruído de mato quebrado. Isso alertou os terroristas, e um deles exclamou: "Capitão, os homens estão aí!". À voz de prisão, iniciou-se intenso tiroteio, findo o qual, os dois terroristas estavam mortos.

34. Mil novecentos e setenta e um

Neste ano, inúmeras foram as prisões de subversivos efetuadas no Brasil. Essas "quedas" determinaram o desaparecimento temporário do Partido Operário Comunista (POC), deixaram acéfala a Organização Comunista Marxista Leninista política Operária (OCML-PO) e desestruturaram a Organização Partidária Classe Operária Revolucionária (OPCOR).

Igual ou superior ao número de terroristas presos foi o de banidos ou fugidos que buscaram refúgio no exterior, em particular no Chile, onde o governo da Unidade Popular de Salvador Allende dava-lhes cordial guarida. Essas fugas, combinadas com as prisões, enfraqueceram o Movimento Revolucionário Oito de Outubro (MR-8) e levaram ao desaparecimento, no Brasil, da Fração Bolchevique da Política Operaria (FB-PO).

Também fora desarticulado nesse ano o Movimento Revolucionário Tiradentes (MRT), que nunca passara de um bando, voltado exclusivamente para as ações armadas, cuja história confunde-se com a de seu líder Devanir José de Carvalho, pela violência de seus atos. Esses fatos eram um importante indício de que naquele ano se iniciara a debacle da subversão no País. Por outro lado, no entanto, observadas as atividades desenvolvidas pelas organizações subversivas, constatava-se que as ações armadas não haviam arrefecido. Era ainda muito elevado o número de assaltos e atentados. As ações cresciam em audácia, tendo havido um incremento daquelas que visavam a desmoralizar os órgãos de segurança, com assaltos a praças e a viaturas do Exército e das forças policiais, com roubo de armas e incêndios. Tampouco havia diminuído a violência, pelo contrário, essa crescia. Segundo Linda Tayah, que fora presa quando desacordada com um tiro na cabeça, um militante, quando instado a se identificar *"manda bala e tenta fugir".* É natural que tal violência provocasse reações idênticas, porque, para quem estava envolvido com o problema, tratava-se de matar ou morrer. Nos relatos feitos neste capítulo e nos precedentes, viu-se que, toda a vez que um agente da lei agiu dentro dos padrões normais de urbanidade, saiu ferido, quando não foi morto. Nesse tipo de combate, quem não tivesse a iniciativa do fogo não saía ileso.

Naquele ano, além dos assassinatos do industrial Henning Albert Boilesen, do motorista de táxi Gentil Procópio de Melo e do vigia da garagem da Praça de Táxis Bandeirantes, em tiroteios com subversivos foram mortos o Major José Júlio Toja Martinez; o guarda da firma Transport, José do Amaral Vilela; e os guardas de segurança Gardênio Jaime Dolce, Silvano Amâncio dos Santos e Demerval Ferreira dos Santos. Também os militantes das organizações subversivas eram vítimas dessa intransigente violência. Com a alegação de "Justiçamento" haviam sido assassinados Amaro Luiz de Carvalho Antônio Lourenço, Márcio Leite Toledo e Carlos Alberto Maciel Cardoso.

Mas havia dúvidas sobre a proximidade ou não do fim da luta armada, havia indícios dessa perspectiva, mais fortes do que as prisões e fugas e até mesmo do que a desestruturação de diversas organizações subversivas. Um deles era a ausência de lideranças efetivas em praticamente todas as organizações ainda atuantes. Como consequência desse fato e do momento, sem dúvida crítico, que viviam essas organizações, começaram a aflorar em seus seios discussões e debates em torno da validade dessa luta, que, a cada dia, se mostrava mais inconsequente e sem objetividade, e que um terrorista aludiu como *"quixotadas grotes*cas*"*.

Com o título de autocrítica vinham à tona as mais acerbas críticas à esquerda, tida como "incapaz" e "podre", com acusações que iam de "mesquinharias" a "desvio de dinheiro" e críticas às chefias "personalistas" e "individualistas", assim como ao "espontaneísmo" das organizações. Começaram a ver, inclusive, a socialização da miséria em Cuba, desencantando-se com o "paraíso comunista".

Ora, esses fatos evidenciaram um outro indício: o moral dos militantes subversivos estava seriamente afetado.

Como decorrência dessa situação, desmobilizava-se no Brasil a outrora tida como poderosa Vanguarda Popular Revolucionária, enfraquecia-se a ALN e suas dissidências, e tinha um fim melancólico a Ala Vermelha, com seus próprios dirigentes "entregando-se" uns aos outros, como se desejassem dessa forma por fim à organização.

Assim como os militantes da AV, à exceção dos membros do GTA/ALN e outros militantes com uma formação ideológica mais sólida, a "abertura" de todo o conhecimento passou a ser uma conduta comum aos presos. Embora organizassem tribunais de averiguação de conduta dos militantes quando presos, essas organizações não desejavam e não admitiam que a eficiência dos órgãos de segurança decorria em boa parte da falta de convicção e de firmeza ideológica dos militantes subversivos.

A saída, sem dúvida inteligente, foi incrementar ao máximo a denúncia de tortura nos órgãos de segurança, apresentada como causa dos "desbundamentos" e das denúncias.

Os órgãos de segurança, possivelmente não acreditando na eficiência da guerra psicológica – como muitos não creem até hoje – ou atendendo apenas a fatores imediatistas, cometiam equívocos que facilitavam sobremodo essa tarefa aos oponentes. Para os comunistas, porém, essa ação não seria apenas momentânea, mas teria continuidade ao longo do tempo e viria a atingir não apenas esses órgãos, mas até o próprio Presidente da República.

Na verdade, se não fosse a descoberta da área de campo do PC do B, que reunia na zona rural o maior contingente já implantado no campo por urna organização subversiva, sobre a qual não dispunham os órgãos de segurança de dados suficientes para avaliar sua extensão e profundidade, poder-se-ia prognosticar para breve o fim da luta armada no País. Pelo menos. já não se vislumbrava que as demais organizações pudessem aspirar à tomada do poder. Um líder terrorista, ao referir-se à situação de então, disse: *"A briga, hoje, deixou de ser pela Revolução, é contra a repressão e pela sobrevivência".*

A sobrevivência, porém, nas circunstâncias, não parecia ser muito longa. Aumentava, dia a dia, o número daqueles que preferiam lutar pela sobrevivência no Chile, na França, na Itália, no Uruguai ou na Argélia. Como consequência, crescia a rede de "desinformatzy" e incrementava-se a propaganda da guerra psicológica. Agora, as esquerdas tinham um objetivo estratégico, o de colocar barreiras que estancassem indispensável fluxo de recursos externos para o País. Para as esquerdas, a essa altura, muito mais desastrosa e duradoura que a derrota no campo militar era a vitória que o governo brasileiro ia alcançando com o ritmo acelerado de desenvolvimento econômico e social. Mais do que os órgãos de segurança, seu alvo seria agora o Governo e mesmo a pessoa do Presidente da República.

AÇÕES TERRORISTA EM 1971

IMAGENS

Capítulo X

1972

1. A defasagem do campo político

Embora o ano político tenha sido tranquilo, o processo político não evoluiu, em 1972, como era esperado, uma vez que se aproximava o momento da eleição do Presidente da República. O governo conseguiu desestimular a discussão, até mesmo em torno dos parâmetros que regeriam a sucessão. No entanto, as eleições para governador, que só iriam ser realizadas em 1974, tiveram seu processo alterado por uma emenda que tornou essas eleições indiretas. Com isso, não faltaram insinuações sobre um pretenso continuísmo, ligando o retardo da definição do processo eleitoral à eleição do Presidente da Câmara de Deputados que, tempos antes, havia dado a sugestão da reeleição do Presidente Médici.

Nesse ano, ocorreram outras alterações constitucionais. Por intermédio delas, voltava a existir o recesso parlamentar do meio do ano e os parlamentares já podiam assumir secretarias de Estado. As casas do Congresso, após quatro anos, viam a escolha de seus dirigentes respeitada pelo Executivo, numa prática democrática elementar, mas que, nas circunstâncias, representava uma evolução. Os políticos iam ampliando seus próprios espaços e retomando a liberdade.

Em julho, ao inaugurar o prédio do Ministério da Justiça, o Presidente da República voltou a afirmar que o Governo não abdicaria das prerrogativas ou dos poderes que lhe haviam atribuído. O pronunciamento, aparentemente extemporâneo, causou constrangimentos. É possível que o Presidente estivesse refletindo suas apreensões com a situação interna, particularmente, com relação ao foco guerrilheiro, no Pará, então recém-descoberto. Mas essas apreensões não eram as da nação, que não dispunha desses dados, nem de outros relacionados à atuação subversiva, com exceção de notícias superficiais divulgadas pela imprensa.

Essa situação gerou, pelo menos, dois importantes pronunciamentos, um de Etelvino Lins e outro de Aliomar Baleeiro, que revelavam a impaciência que a lentidão da evolução do processo político ia provocando. O êxito obtido no desenvolvimento econômico e social, em vez de atenuar a insatisfação, parecia aguçá-la, ao ressaltar a defasagem do processo político.

Este estava a reclamar, não tanto por aberturas, mas pelo encontro de soluções concretas que se constituíssem em marcos, assinalados na evolução nacional, sob risco de, no futuro, permitir a volta à instabilidade e à demagogia. A saída nesse sentido, todavia, não era vislumbrada. As eleições municipais de 15 de novembro encontram uma ARENA melhor estruturada que, valendo-se da sublegenda e do apoio dos governadores e levando ao debate municipal as realizações do Governo na esfera federal, conseguira ampliar o controle sobre as prefeituras municipais. Esse êxito enganoso funcionava como um biombo, a tapar a necessidade de se buscar a evolução, também, no campo político.

2. A continuidade do desenvolvimento econômico e social

Se o futuro político não era fácil de ser antevisto, o mesmo não ocorria com os campos econômico e social, pois, neste ano, começava a ser posto em execução o Plano Nacional de Desenvolvimento que definia, exatamente, a estratégia do Governo para preparar o País, a fim de que se tornasse uma nação desenvolvida até o final do século. Sua execução deveria permitir um crescimento racional e harmonioso. Visava, sobretudo, a realizar a integração nacional, incorporando vastas áreas de populações marginalizadas ao processo de crescimento, a criar novos polos e a descentralizar o desenvolvimento, de modo a atenuar as disparidades regionais, tidas como a principal causa das distorções na distribuição da riqueza nacional.

Para alcançar esses objetivos, ao lado de uma estratégia global, o plano apoiar-se-ia em quatro instrumentos operacionais, alguns dos quais já em andamento. O Programa de Integração Nacional, de que a ponte Propriá-Colégio sobre o Rio São Francisco, inaugurada naquele ano, era um marco significativo, pela sua importância como elo de ligação entre o Nordeste e o Centro Sul. O Programa de Redistribuição de Terras e Estímulo à Agroindústria no Norte e Nordeste (Proterra) que teria início em 1972, nas áreas prioritárias da Reforma Agrária em Pernambuco, na Paraíba e no Ceará, com uma dotação de Cr$ 100 milhões. O Programa de Desenvolvimento do Centro-Oeste, com a construção de rodovias, silos e armazéns no Mato Grosso e sul de Goiás. O Programa Especial para o Vale do São Francisco (Provale), com serviços de dragagem, balizamento e proteção das margens do rio, assim como a implantação e pavimentação de mais de 3.000 km de rodovias, integrando os Estados ribeirinhos ao Plano Nacional de Viação.

Ligado ao futuro via-se, também, o acordo entre o Brasil e a Argentina, sobre o aproveitamento das águas contíguas, ser aprovado na ONU. Esse acordo era o resultado de entendimentos que vinham sendo desenvolvidos entre os dois países. Desde há alguns anos, o Brasil iniciou estudos e discussões relativas ao aproveitamento do potencial hidrelétrico do Rio Paraná. Com esse mesmo objetivo, uma vez definida a área ideal desse aproveitamento, o Brasil firmava com o Paraguai, em 1965, a Ata de Iguaçu. Em 1970, os dois países constituíram uma missão mista, que assinou contrato de consultoria internacional, cujos resultados foram apresentados naquele ano. Iniciaram-se, então, os testes de

solo e as discussões, entre os dois países, a respeito das terras a serem alagadas com a construção da futura barragem. Itaipu garantiria a energia necessária ao Centro Sul, até a virada do século, em complemento a usinas em construção: Jupiá e Ilha Solteira (Rio Paraná); Marimbondo (Rio Grande); Capivara (Rio Paranapanema); Salto Osório (Rio Iguaçu); São Simão (Rio Parnaíba); e outras menores, aliadas a empreendimentos projetados, como Água Vermelha (Rio Grande). Da mesma forma, a Usina de Paulo Afonso, em construção, e a projetada barragem de Sobradinho dariam tranquilidade ao Nordeste por alguns anos.

O projeto RADAN, através de levantamentos aerofotogramétricos, realizados pela Companhia de Pesquisas e Recursos Minerais, trazia à luz as potencialidades da área Norte, até então tida como desprovida de recursos minerais, ao revelar a existência de grandes jazidas de cassiterita, em Rondônia, e os depósitos de ferro, manganês, ouro e outros minerais de Carajás.

Considerando a expansão das fronteiras agrícolas e a dinamização do setor de pesquisa e tecnologia, fundamentais para o desenvolvimento da agricultura, foi criada nesse ano a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa). Do mesmo modo, para responder às preocupações com a subnutrição, mal crônico que ainda atingia grande parte da população brasileira, e que se devia não somente à insuficiência global de rações, mas à composição das quotas alimentares, o Governo criou o Instituto Nacional da Alimentação e Nutrição (INAN).

Recursos da ordem de Cr$ 3 bilhões passaram a ser aplicados em ferrovias, portos e silagem, nos chamados corredores de exportação, privilegiando os portos de Vitória, Tubarão, Santos, Paranaguá e Rio Grande. Era criada, também, a Infraero, para implantar, administrar e explorar a infraestrutura aeroportuária do País.

Na área das comunicações,na qual eram realizados os primeiros testes de TV em cores, foi criada a Telebras que, assumindo o controle acionário da Embratel, passou a gerir o Fundo Nacional de Telecomunicações. A Telebras, através de empresas representativas em todos os Estados e no Distrito Federal, iria incorporar mais de 800 companhias telefônicas existentes, boa parte das quais operando com material obsoleto, carente de pessoal especializado e de estrutura administrativa, sem condições de, por si só, acompanhar a expansão desse sistema, dos mais reclamados pelo progresso nacional.

Neste ano, o País veria seus esforços na área de educação de adultos coroado de êxito. O MOBRAL atingiria os mais altos níveis de alfabetização de sua clientela, comparativamente, com 64 países vinculados à UNESCO, e seria recomendado aos outros países. O Brasil, em 1972, além da verba orçamentária de Cr$ 1,9 bilhões, investiu Cr$ 43,2 milhões no MOBRAL, provenientes do Imposto de Renda, e Cr$ 86 milhões, canalizados da Loteria Esportiva. Aliás, o Brasil continuava a ser um dos países que mais aplicava verbas na educação. Aplicou Cr$ 8,7 bilhões para garantir a matrícula de cerca de 20 milhões de alunos nos cursos primário e médio e mais de 650 mil no nível universitário. Ainda na área social, além de manter os programas de construção de habitação e ampliar os financiamentos em saneamento básico, milhares de trabalhadores rurais passaram a contar com um pecúlio funeral e uma módica aposentadoria, benefício com os quais foram aquinhoados, no ano anterior, pela constituição do Programa de Assistência ao Trabalhador Rural.

3. O prosseguimento da guerra psicológica

O êxito do governo brasileiro em combater os grupos terroristas, a incapacidade desses de se articular, os sucessos crescentes do governo no sentido de romper definitivamente as barreiras do subdesenvolvimento impunham às esquerdas uma derrota que, aos não iniciados, poderia afigurar-se como definitiva. No entanto, estas não se davam por vencidas.

A melhor estratégia de que dispunham, no momento, era negar esses êxitos. Para isso, utilizariam, tanto quanto possível, o instrumento mais eficaz, a propaganda.

Em janeiro, realizou-se, em Paris, uma reunião de consulta dos representantes do "Front" na França, Holanda, Suíça e Bélgica, para discutir suas possibilidades. Durante essa reunião, foi considerada a necessidade de aprofundar-se o debate sobre o papel da Frente Brasileira de Informações (FBI) como instrumento de unificação das esquerdas. Márcio Moreira Alves foi encarregado de restabelecer as atividades da Frente na Inglaterra, enquanto se definia a expansão da distribuição dos boletins da FBI a todos aqueles que pudessem colaborar com a campanha de difamação do Brasil.

No período entre 15 de março e 9 de abril, a FBI realizou na Igreja São Clemente, em Nova York, uma extensa promoção contra o Brasil, englobando conferências, debates, filmes e representações. O evento contou com a participação do teatrólogo Augusto Boal, do cineasta Glauber Rocha e de Márcio Moreira Alves, dentre outros.

Em maio de 1972, Miguel Arraes viajou sigilosamente de Argel para Santiago do Chile, onde manteve contatos com o presidente chileno Salvador Allende. A viagem de Arraes teve a finalidade de orientar a organização de uma Seção Latino-Americana do Tribunal Bertrand Russel e de articular a FBI na Argentina, no Peru e no México, países importantes no contexto latino-americano.

O crescimento da campanha da FBI no Chile, através do aumento da tiragem dos boletins e sua venda ostensiva em bancas de jornais e livrarias, provocou a reação do embaixador brasileiro naquele país. Em julho, o chanceler chileno Clodomiro Almeida foi interpelado no sentido de que o governo chileno pusesse um fim àquele estado de coisas. O protesto foi formalmente aceito, com a promessa de que os responsáveis seriam expulsos do país, caso prosseguissem com a campanha.

Como resultado da pressão diplomática, as autoridades chilenas adotaram uma ação de fachada para satisfazer as autoridades brasileiras. O Partido Socialista Chileno pediu que a FBI passasse a circular o boletim clandestinamente.

Em consequência do aparente cerceamento da circulação ostensiva dos boletins da FBI no Chile – que continuaram a ser publicados normalmente –, a Frente patrocinou e apoiou a publicação de órgãos legais. Assim, a revista "América Latina" e o tabloide "Brasil Hoy" passaram a se destacar ao lado dos divulgadores da campanha contra o Brasil.

No dia 7 de julho, o comitê alemão da Amnesty Internacional patrocinou, em Hamburgo, uma conferência de Márcio Moreira Alves, ocasião em que foi feita a propaganda de um de seus livros, contendo injúrias contra o Brasil.

Por volta de setembro, a FBI perderia um de seus apoios no Chile, com a fuga de seu dirigente Carlos Figueiredo de Sá para a França. A Coordenação Nacional da ALN pressionava-o para receber o total da importância em dólares enviada pelos Tupamaros, resultado do resgate do cônsul brasileiro Aloísio Dias Gomide, sequestrado no Uruguai. Carlos de Sá encaminhara apenas nove mil dólares para a ALN, não prestando contas do restante, que seria o grosso da importância.

Em outubro, Maria Iracema dos Santos, Uirich Hoffman Roger, Amarílio de Oliveira Vasconcelos e Armando Ziller, em nome da FBI, entraram em contato com a comunista norte-americana Ângela Davis, arregimentando-a para participar da campanha difamatória ao governo brasileiro no exterior.

Em novembro, dentro do esquema de "frente", a FBI apoiou o lançamento do panfleto "Campanha", orientado pela FB-PO no Chile, que se incorporou aos esforços de denegrir o Brasil, naquele país. Com o mesmo propósito, a APML do B estruturou bases no exterior, em estreita ligação com a FBI. A Base Europa (BEur), coordenada por Jean Marc Friedrich Van Der Weid, a Base América (BaNor), orientada por Marco Pena Sattamini de Arruda, e a Base Santiago/Chile (BSant), com a efetiva participação de Herbert José de Souza, tornaram-se importantes pontos de apoio no trabalho de influenciar a opinião pública mundial, dando a impressão de tratar-se de diferentes fontes independentes.

Em novembro, José Ferreira Cardoso, presidente da Associação Chilena Brasileira de Solidariedade (ACUS), retornava da Europa, trazendo um cheque de vinte e cinco mil dólares, destinados à manutenção das atividades da ACUS e da FBI.

A origem desses dólares não ficou determinada, embora se pudesse deduzir qual teria sido.[552] O refugiado brasileiro no Chile, Antônio de Bezerra Baltar, funcionário da CEPAL, nas diversas viagens que efetuava ao exterior, também trazia dólares da República Federal da Alemanha para a FBI. Da Itália, os recursos eram canalizados pelo Partido Comunista Italiano e pela entidade denominada "Pax-Romana", vinculada ao clero progressista. O apoio financeiro à FBI fluía sem problemas, na razão direta do sucesso do governo brasileiro na gestão do País.

4. O fim da segunda direção nacional do PCBR

No início desse ano, o Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR) era dirigido por uma Comissão Nacional Provisória (CNP), integrada por Fernando Augusto da Fonseca, Getúlio de Oliveira Cabral e Luiz de Andrade Sá e Benevides.

Atuava com duas regionais, o Comitê Regional Sul (CR/S), com base na Guanabara, e o Comitê Regional Nordeste (CR/NE), concentrado em Recife e atuando nos municípios de Ribeiro, Água Preta, Amaragi e Palmares, em Pernambuco, além de Jequié, Itabuna e Vitória da Conquista, na Bahia.

Para atuar no campo, o PCBR criou os denominados "Comandos de Engenho", que procuravam insuflar os camponeses contra os latifundiários, a polícia e o Exército. Segundo seus documentos, "o Engenho deve ser a escola onde o trabalhador do campo vai aprender a lutar" através das greves e da defesa armada, afirmando que todos os camponeses deveriam possuir e saber usar "espingarda, revólver, foice, facão e bombas".

No setor de imprensa, dois jornais defendiam clandestinamente a linha do PCBR: "O Revolucionário", na Guanabara, e "Vanguarda", no Nordeste.

As ações armadas restringiram-se à Guanabara, com o PCBR atuando em "frente" com ALN, VER, VAR-Palmares e MR-8. Destas ações, destacam-se o assassinato do marinheiro inglês David A. Gutemberg, em 5 de fevereiro, e o assalto ao Banco Novo Mundo, na Penha, em 27 de setembro, quando José Silton Ribeiro matou o contador Sílvio Nunes Alves.[553]

Apesar da intensa atividade terrorista, as desventuras chegaram ao PCBR com o acidente de carro ocorrido em 8 de março, nas proximidades de Caruru, em Pernambuco, que matou Luiz Alberto de Andrade Sá e Benevides, membro do

---

[552] ACES – Associação Chilena Brasileira de Solidariedade – entidade criada no Chile para amparar financeiramente aliados brasileiros. Embora englobasse várias organizações subversivas, a "casinha", nome utilizado para designar a entidade, recebia orientação prioritária do PCB.

[553] São as seguintes as demais ações praticadas pelo PCBR, na Guanabara: em 10, 24 e 31 de janeiro, respectivamente, assalto ao DETRAN, em Campinho, assalto ao curso FISK, em Copacabana, assalto à delegacia do Ministério do Trabalho, em Ramos; em 25 de fevereiro, assalto simultâneo ao Banco de Crédito Territorial e ao Banco da Bahia, em São Cristóvão; em 24 de abril, assalto ao Banco de Crédito Territorial, em São Cristóvão; em 9 de junho, assalto ao Banco Nacional Brasileiro, em Bonsucesso; em 11 de agosto, assalto à União de Bancos, no Jacaré; em 19 de outubro, assalto ao Banco Itaú América, em Botafogo.

CNP, e sua esposa Miriam Lopes Verbena, responsável pelas finanças e pelo setor de profissionais liberais do partido. As investigações procedidas levaram a dezenas de prisões na Guanabara e em Recife, nos meses de março e abril.[554]

Alçado ao CNP, pela morte de Luiz Alberto, Antônio Prestes de Paula ficou encarregado de contatar e de levar dinheiro para os banidos, no Chile, que pretendiam retornar ao Brasil.

Para isso, viajou para Santiago em setembro, seguido, dois meses depois, por José Bartolomeu Rodrigues de Souza. Entretanto, enquanto Prestes de Paula programava a sua volta para o início do ano seguinte, José Rodrigues retornaria em meados de dezembro, não escapando às grandes "quedas que atingiram a cúpula do PCBR".

A prisão, em Recife, em 12 de dezembro, de Edmilson Vitorino de Lima, membro do CR/NE, acarretou, nos dias seguintes, as prisões de cinco militantes da organização.[555] José Adeildo Ramos, preso nessa ocasião, entregou o "ponto" que teria com Fernando Augusto da Fonseca. Este, preso em 24 de dezembro, indicou dois aparelhos do partido na Guanabara, um, em Bento Ribeiro, e o outro, no Grajaú. No dia 27, no "entrevero" desses aparelhos, depois de intenso tiroteio, morriam, além do próprio Fernando, Getúlio de Oliveira Cabral, José Bartolomeu Rodrigues de Souza, Valdir Salles Saboia, José Silton Ribeiro e Luciana Ribeiro da Silva,[556]amante de Valdir. Mais uma vez, o PCBR ficava sem a sua direção nacional.

5. A desativação do MOLIPO

No início de janeiro, foi localizado um veículo roubado, estacionado no bairro de Santa Cecília, em São Paulo. Conhecedores da técnica subversiva de estacionar um carro em determinado local para uso posterior em ações, os órgãos de segurança montaram uma "paquera" no local.

No dia 5 de janeiro, chegou ao carro um elemento de origem japonesa, que tentou colocá-lo em movimento. Ao receber ordem de prisão, fez uso da arma atingindo um dos agentes e um transporte. O marginal, ferido no tiroteio que se seguiu, veio a falecer no Pronto-Socorro para onde fora conduzido. Portando uma identidade com o nome de Masahiro Nakamura, verificou-se tratar-se de documentação falsa, o que determinou intensa e prolongada busca nos arquivos datiloscópicos, constatando-se, posteriormente, tratar-se de Hiroaki Torigoe, um dos elementos do Comando Nacional do Movimento de Libertação Popular (MOLIPO).

Enquanto a direção do MOLIPO esfacelava-se com a continuidade das "quedas" em São Paulo, as operações prosseguiam para neutralizar também o trabalho no Campo. Boanerges de Souza Massa continuou entregando tudo. "Abriu" um "ponto" que teria com Jeová Assis Gomes em Guarai, no Estado de Goiás, no dia 10 de janeiro de 1972. A equipe policial chegou à localidade no dia 9 de janeiro e, com o auxílio de Boanerges, Jeová foi localizado nas arquibancadas de um campo de futebol, assistindo a uma partida. Ao receber voz de prisão, Jeová retirou uma granada de uma sacola e tentou sacar o grampo de segurança para lançá-la. Pressentindo a tragédia que a explosão causaria no estádio, a equipe policial atirou, matando Jeová.

Por meio de Boanerges, tomou-se conhecimento, ainda, da existência de uma pequena fazenda que o MOLIPO havia adquirido na região de Araguaína. A localização foi demorada e apenas no dia 18 de janeiro foi "estourado" esse aparelho rural, na região do Rio Lagos, entre Araguaína e Wanderlândia.[557]

O tempo necessário à localização do "aparelho rural" permitiu que seus ocupantes abandonassem o local. Na operação, foram neutralizados dois pontos de apoio: um sítio localizado ao sul de Wanderlândia, em Goiás, a 5 km da rodovia Belém-Brasília, também adquirido pelos terroristas, e um núcleo de sitiantes de Santa Maria da Vitória, que estava sendo aliciado pelo MOLIPO.

A direção nacional do MOLIPO, desfeita com as mortes de Francisco José de Oliveira e Hiroaki Torigoe, foi recomposta por Lauriberto José Reyes, que assumiu também a responsabilidade do Setor Operário, e por Maria Augusta Thomas.

No dia 18 de janeiro, mais uma vítima fatal atestava o desprezo dos militantes formados em Cuba pela vida humana. João Carlos Cavalcanti Reis, Lauriberto José Reyes e Márcio Beck Machado foram assinalados num Volkswagen,

---

[554] Destacando-se as prisões de: Raayna Vaz Vargena, Maria Dalva Leite de Castro, Amélia Maria Maya Guilaya, João Alvena Gondim Neto, Vitorino Alves Motinho, Romildo Maranhão do Valle, Pedro Eugênio de Castro Toledo Cabral, Helena Mota Quintela, Maria Quintela de Almeida, Robert Monteiro Furtado da Cruz e Geraldo Ferreira Santos, além de Maria do Socorro Dioremos, que cooperou bastante com os órgãos policiais.

[555] Natália Melo Alves, esposa de Luiz Alves Melo, presa nessa oportunidade, enforcar-se-ia no banheiro da SP/PE, em 22 de janeiro de 1973.

[556] Só alguns anos mais tarde, "Luciana" veio a ser identificada como Lourdes Maria Wanderley Pontes ("Gordinha", "Zélia", " Cláudia"), esposa de Paulo Pontes da Silva, que se encontrava preso.

[557] Pelos habitantes das redondezas, através de reconhecimento fotográfico, foram identificados como moradores do local Sergio Capozzi, sua mulher, Jane Vanini e Otávio Ângelo ("Tião"), membro do I Exército da ALN, que estava em Cuba por ocasião das divergências do III Exército com o CM/ALN e aderiu ao MOLIPO.

no bairro do Ipiranga, e perseguidos por uma camionete dos órgãos de segurança. Houve troca de tiros e o vidro do carro dos terroristas foi estilhaçado. Numa evasiva, os subversivos entraram na Rua Colônia da Glória, no Cambuci, onde resolveram roubar um carro para substituir o que estava com o vidro quebrado. O primeiro veículo que encontraram tinha, ao volante, o Primeiro-Sargento da PM/SP Thomas Paulino de Almeida que "foi retirado" do veículo e sumariamente assassinado com uma rajada de metralhadora. João Carlos saiu ferido na perna, durante a perseguição realizada pela viatura policial.

No final de janeiro, o Setor Estudantil também seria atingido por prisões que provocaram a total desarticulação do setor.

A cidade de Paraíso do Norte, em Goiás, estava incluída dentro do esquema de trabalho de campo do MOLIPO. Na cidade, com o nome falso de "Patrick McBundy Comiey", chegara o terrorista Arno Preiss.

No dia 28 de fevereiro, Arno tentou entrar, com sua "documentação fria", no baile carnavalesco do clube social da cidade. Seus documentos levantaram suspeitas, e os policiais o convidaram a comparecer à delegacia local. Ao deixar o clube, julgando-se desmascarado, Arno sacou seu revólver e disparou à queima-roupa contra os policiais, matando o PM Luzimar Machado de Oliveira e ferindo gravemente o outro miliciano que o conduzia, Gentil Pereira Mano.

Protegido pela escuridão, Arno homiziou-se num matagal, sendo, entretanto, localizado por populares que, indignados, auxiliaram a polícia. Arno travou, ainda, intenso tiroteio com seus perseguidores, antes de tombar sem vida. Com dificuldade, a polícia impediu a violação do corpo.

No dia 27 de fevereiro, Lauriberto José Reyes, em companhia de Alexandre José Ibsen, travou tiroteio com a polícia, na Rua Serra de Botucatu, no Bairro Tatuapé. Armado de metralhadora, Lauriberto feriu um policial e matou um transeunte, Napoleão Felipe Bixcaldi, de 61 anos, funcionário público municipal, aposentado, residente no número 849 daquela rua. Ao final do entrevero, os dois subversivos também estavam mortos.

Acossado pela perseguição policial, o trabalho de massas, através dos "comandinhos", estava suspenso, enquanto os remanescentes da organização realizavam ações para sobreviver.

Os órgãos de segurança não davam trégua ao MOLIPO e acabaram por assinalar um "aparelho" onde residia o torneiro mecânico Rubens Carlos Costa, o armeiro da organização. A vigilância sobre o endereço permitiu, no dia 27 de outubro, a prisão de Antônio Benetazzo. Rubens acabara de preparar um revólver para Benetazzo adaptar um silencioso. Benetazzo, após informar às autoridades durante os interrogatórios, "abriu" um "ponto", às 15 horas, no dia 30 de outubro, na Rua João Boemer, no Bairro do Brás. Levado ao local, o terrorista tentou a fuga, ou suicídio, ao atravessar em desabalada carreira a rua, à frente de um caminhão Scania Vabis. Colhido pelo veículo, Benetazzo faleceu no local, em frente a um ponto de ônibus, onde um grande número de populares testemunhou a ocorrência.

No "aparelho" de Benetazzo foi encontrado um uniforme completo de oficial do Exército, além de instruções para fabricação e uso do silencioso. A intenção dos remanescentes da organização seria a de cometer atentados contra autoridades, utilizando-se de armas silenciosas, sendo o uniforme militar um artifício para facilitar o acesso às vítimas. O jornal do MOLIPO, "Imprensa Popular", era impresso no "aparelho" de Benetazzo, onde existia um mimeógrafo, apreendido juntamente com vários números do citado panfleto.

No dia 2 de novembro, ao anoitecer, a vigilância do "aparelho" de Benetazzo, na Vila Carrão, permitiu a verificação dos dois elementos que entravam no endereço. A presença de mulheres e crianças impediu a imediata ação policial. Ao deixarem o local, por volta das 20 horas, os dois terroristas, pressentindo a presença policial, dispararam suas armas, uma delas, uma metralhadora. No tiroteio, caiu mortalmente ferido João Carlos Cavalcanti Reis, enquanto Natanael de Moura Giraldi, ferido na virilha, mas armado com a metralhadora, rendia e tomava como refém o motorista de um Volkswagen. Evadindo-se do local, Natanael conseguiria deixar o Brasil, exilando-se na Europa.

Dessa forma, com prisões e mortes, foi-se diluindo a atuação do MOLIPO, centrada e limitada ao Estado de São Paulo. Em fins de 1972, a organização praticamente já não existia. Em outubro de 1974, com a organização totalmente desarticulada e inoperante, foram presos Venâncio Dias Costa Filho, do Setor Operário, e elementos por ele aliciados. O inquérito, então instaurado, foi a última manifestação conhecida do MOLIPO.

Estava extinta uma organização que, nascida das críticas ao militarismo e ao desprezo da ALN pelo trabalho de massa, não conseguiu efetivar sua proposta de aprofundar o relacionamento com as classes operária e camponesa. Perseguida por uma intensa atividade policial, a maioria de seus integrantes, pertencentes ao "III Exército da ALN", encontrou a morte, no enfrentamento com os órgãos de segurança, motivada pela doutrinação e pela lavagem cerebral recebidas em Cuba, que lhe incutira a mística de "não cair vivo".

6. A desarticulação da FLNN

Às voltas com a preocupação de implantar o trabalho rural, a Frente de Libertação Norte-Nordeste (FLNN), com um grupo limitado de militantes, procurava contatos com outras organizações para a realização de ações de sobrevivência.

No dia 7 de janeiro, na Praça Coração de Jesus, em Fortaleza, houve um contato entre a FLNN e o PCBR. José Calixtrato, que chegara de carro com mais três elementos, afastou-se conversando com o militante do PCBR, João Alves

Gondim Neto, enquanto José Adeildo Ramos, do PCBR, permanecia no carro em contato com Aloízio Valério da Silva e José Luiz da Costa.

Naquele momento, o agente federal João Lucena Leal, passando pelo local, reconheceu Calixtrato, e, tomando a iniciativa, resolveu surpreender os subversivos. Pedindo auxílio a um guarda de trânsito, João Lucena aproximou-se do veículo e, retirando as chaves da ignição, solicitou a documentação do carro e a identificação de seus ocupantes. Saltando do carro, o motorista, ao simular apanhar a identidade na sua "capanga", sacou um revólver, atirou em João Lucena e provocou uma grande confusão. Os subversivos, armados, intimaram um motorista de táxi a parar e embarcaram no veículo que os conduziu até Parangaba, onde se homiziaram num "aparelho" da organização.

No interior do veículo abandonado, foram encontrados vários documentos que identificavam os seus ocupantes e proporcionavam dados para o prosseguimento das investigações. As operações tiveram sequência no dia 11 de janeiro, com a prisão, em Crato, de José Sales de Oliveira e mais três subversivos da "frente".[558]

A FLNN perdia, momentaneamente, a ligação com o trabalho rural na Região do Cariri, centrado na cidade do Crato e dirigido por José de Oliveira.

Apesar da perda de um de seus líderes e dos indícios de que os órgãos de segurança concentravam suas investigações na organização, a FLNN necessitava sobreviver e, no dia 16 de janeiro, assaltou, por volta das 23h30min, os escritórios da empresa de ônibus Montese. O dinheiro apurado foi rateado entre os assaltantes para custear despesas. No dia 20 de janeiro, voltou a assaltar, sendo vítima, desta vez, o corretor Amadeu Dantas Robalinho da Gama.

No dia seguinte, 21 de janeiro, prosseguiram as prisões que levariam a FLNN à desarticulação. Leonardo Mário Aguiar Barreto e João Mendes de Araújo, utilizando-se de um carro roubado, pararam num bar, próximo à Casa de Detenção de Recife.

Através do carro, a polícia assinalou e surpreendeu os dois terroristas, Leonardo entregou-se, enquanto João Mendes abria caminho à bala, evadindo-se do local, ferido com um tiro na coxa.

Durante os interrogatórios, Leonardo "abriu" a articulação da FLNN em Campina Grande, na Paraíba. No dia 23 de janeiro, era "estourado um aparelho" naquela cidade da Serra da Borborema, com as prisões de Maria Lenita Cardoso, Maria do Carmo Cardoso, Isanuse de Queiroz Castro e Firmino Azevedo.[559]

Dia 24 de janeiro, com as indicações de Isanuse, a polícia "estourou o aparelho" de Olinda, quando, após cerca de quinze minutos de tiroteio, foi morto João Mendes de Araújo, sendo preso, ferido, José Calixtrato, juntamente com Marluce Gomes da Silva e Maria de Lourdes da Silva. O corpo de João Mendes, que havia desaparecido no mar, reapareceu no dia seguinte nas praias de Olinda.

As "quedas" prosseguiram, em Recife, com as prisões, no dia 26, de Aluízio Valério da Silva, e, no dia 28, de José Walter de Araújo. Nos dias 31 de janeiro e 2 de fevereiro, a operação prosseguiu no interior pernambucano com as prisões, respectivamente, de Francisco Peixoto de Carvalho e Ivanildo Sampaio Xavier.

Atingido o braço armado da FLNN, restava a base logística que se mantinha nas sombras. Com base nas informações prestadas por Gilberto Thelmo Sidney Marques, preso em São Paulo, foi levantada a rede de apoio da ALN no Ceará, sendo efetuadas, na primeira quinzena de abril, inúmeras prisões naquele Estado,[560] inclusive, de alguns militantes do PCBR. Essa ação estendeu-se a Brasília, no mês de março, onde foram presos mais três militantes da organização.[561]

Com essas operações, completava-se a derrocada da FLNN.

Arnaldo Cardoso Rocha e Carlos Eugênio Sarmento Coelho da Paz ainda retornariam à área, na esperança de reativar o trabalho rural. Entretanto, as dificuldades de retomar os contatos e a conjuntura desfavorável, representada pelas "quedas" ocorridas na direção nacional da ALN, influíram, decisivamente, no abandono por eles da região para que pudessem reforçar o trabalho no Centro-Sul.

7. As atividades da CR/SP da ALN

---

[558] José Sales foi preso num hotel da cidade, quando planejava os sequestros do gerente, subgerente e tesoureiro da Agência do Banco do Brasil, para posterior assalto. Com José Sales foram presos Patrício Medeiros, Geraldo Alves Formiga e José Arruda Lopes, elementos de ligação da FLNN com a área rural.

[559] As duas primeiras eram irmãs de José Calixtrato, sendo que Lenita guardava o dinheiro proveniente dos assaltos da organização. Firmino era o responsável pela guarda do armamento do bando, que era recolhido após cada grande ação. Isanuse, companheira de Calixtrato, indicou à polícia a localização do "aparelho" de seu amásio em Olinda.

[560] Foram presos no Ceará: Tarcísio Leitão Carvalho, Elísio Arimatéia Ribeiro, João Xavier de Lacerda, Francisco de Chagas Monteiro, Helena Moreira Serra Azul, Maria do Carmo Serra Azul, Edna dos Santos Veras, Antônio Aldenor Holanda, José Moreira de Andrade, Fernando José Bastos Macambira, Luiz Ricardo Veras e João Alves Gondim Neto.

[561] Foram presos: Jaime Andrade Freitas Júnior, Ariolando Tavares Araruna e Cândida M. Magalhães.

Apesar das perdas de quadros experientes do GTA e de um membro da CR/SP, o clima da Aliança Libertadora Nacional (ALN), no início de 1972, era triunfalista. O número 4 de "O Guerrilheiro", órgão da direção nacional, em janeiro, publicou um balanço otimista da organização, catalogando setenta e cinco ações realizadas com sucesso na capital paulista.

Antônio Carlos Bicalho Lana substituiu José Milton Barbosa na CR/SP, e os grupos de fogo do GTA tinham sido recompostos com o remanejamento de militantes.[562]

Dentro desse ambiente de euforia foram realizados, no dia 10 de janeiro, os assaltos ao Colégio Fernão Dias, na Rua Pedro de Morais, no Bairro de Pinheiros, e à Agência de Empregos, na Rua Maestro Elias Lobo, este, com distribuição do jornal "Venceremos". As ações renderam Cr$ 20.500,00 e Cr$ 90.000,00, respectivamente.

No dia 18 de janeiro foi preso o integrante do GTA, Gilberto Thelmo Sidney Marques. Gilberto "abriu" seu aparelho, onde foi presa Eliane Potiguara Macedo, sua companheira e, também, integrante do GTA.

Utilizando-se da técnica do "caminho de rato",[563] os órgãos de segurança, no dia 20 de janeiro, surpreenderam Alex de Paula Xavier Pereira e Gelson Reicher, coordenadores de grupo de fogo do GTA, na Avenida República do Líbano, no interior de um Volkswagen. Ao serem abordados para identificação, os dois terroristas reagiram e atiraram, ferindo mortalmente o Cabo da PM/SP Silas Bispo Feche.

Silas faleceu no caminho do Hospital das Clínicas, deixando viúva, em estado de gestação, dona Ieda Alves Feche. Durante o tiroteio, foi ferido, gravemente, o Sargento da PM/SP Oswaldo Ribeiro Leão. Sem qualquer ideia de rendição, os terroristas continuaram atirando até tombarem mortos, crivados de balas.

No dia 22 de janeiro, Antônio Carlos Bicalho Lana recolheu, de carro, o casal José Pereira da Silva e Gastone Lúcia de Carvalho Beltrão.[564] Bicalho Lana e José Pereira da Silva iriam "cobrir um ponto", ação da qual não participaria Lúcia, deixada na Rua Lins de Vasconcelos. Por volta das 14h30, policiais do DEIC reconheceram o marginal João Ferreira da Silva, o "Tião", em um ponto de ônibus. Ao se aproximarem do bandido, uma mulher loura, que estava ao seu lado, sacou um revólver da bolsa, disparou seguidas vezes contra os policiais e afastou-se do local correndo. Dois policiais caíram baleados, enquanto os demais saíam em perseguição à loura. Entrincheirando-se atrás de um balcão de bar, Lúcia, aperfeiçoada em Cuba, manteve um prolongado tiroteio com a polícia, ferindo um agente, antes de tombar sem vida.

Um transeunte, Adalberto Nadur, recolheu a bolsa de Lúcia, caída durante a tentativa de fuga, e entregou à polícia. A bolsa seria extraviada, provocando dificuldades e retardo na identificação da misteriosa loira que, com sua surpreendente reação, propiciaria a fuga de "Tião", alvo da investida policial.

Em quatro dias, o GTA perdia cinco militantes. A surpresa imobilizaria momentaneamente a ALN em São Paulo, cuja coordenação buscava razões para as ocorrências. Admitia-se um "salto qualitativo" na atuação da repressão, aliado a um acentuado descuido com as normas de segurança, como causa das "quedas". A morte de Lúcia abalou profundamente seu marido, José Pereira da Silva, que entrou num processo de "crise ideológica".

Em 26 de janeiro, a crise de segurança teria desdobramento com a prisão de Hélcio Pereira Fortes, membro da Coordenação Nacional (CN), na estação rodoviária de São Paulo. Hélcio conseguira romper um cerco policial na Guanabara e iria manter contato com o restante da CN, na capital paulista. Hélcio "abriu" um "ponto" que teria na Avenida Bandeirantes, entre a Rua Prudente de Moraes e a Alameda Jurupês.

Às 11 horas de sábado, no dia 28 de janeiro, com o local cercado, apareceu um Volkswagen bege, que arrancou rapidamente na direção da Avenida Conselheiro Rodrigues Alves, após recolher Hélcio, que fora postado na calçada. Bloqueado o caminho, o motorista abandonou, em fuga, o carro, atirando contra os agentes. Hélcio, na tentativa de acompanhar a escapada do terrorista, ficou entre fogos cruzados, sendo mortalmente ferido.

No caminho para o Hospital das Clínicas, Hélcio esclareceu que tinha "coberto" um "ponto de polícia",[565] e que seu companheiro – não declinou o nome –, contrariando as normas de segurança existentes, tentara resgatá-lo. Hélcio faleceu antes de dar entrada no Pronto-Socorro.

A organização sofreria novo impacto na sua estrutura, em 3 de fevereiro, com a "queda" do "aparelho de imprensa". Jorge Fidelino Galvão de Figueiredo e Ladislas Crispim Oliveira foram presos, na sala 62, do número 2.132 da

---

[562] No início de 1972, os grupos de fogo (CF) estavam constituídos da seguinte forma: CF coordenado por Alex de Paula Xavier Pereira, constituído por, Marcos Nonato da Fonseca, Gilberto Thelmo Sidney Marques, Eliano Potiguara Macedo; CF coordenado por Gelson Reicher, constituído por Ana Maria Nacinovic Correia, Helber José Gomes Goulart, Yara Xavier Pereira, Francisco Emanuel Penteado; CF coordenado por Antônio Carlos Bicalho Lima, constituído por Moema Correia São Tiago, Francisco de Suiko Okawa, José Pereira da Silva e Gastone Lúcia de Carvalho Beltrão.

[563] Vigilância motorizada nos itinerários dos "pontos" habitualmente utilizados pelos subversivos.

[564] José Pereira da Silva e Gastone Lúcia de Carvalho Beltrão, casados, fizeram parte do "III Exército da ALN", em Cuba, e não aderiram ao MOLIPO, permanecendo na ALN.

[565] Local de encontro "confessado" pelo terrorista, onde a sua presença, observada de longe, significa que está preso.

Rua Domingos de Moraes, quando imprimiam mais um número do jornal "Venceremos". O último trabalho da gráfica tinha sido a edição do nº 4 do jornal "O guerrilheiro".[566]

Jorge Fidelino "abriu" um ponto que teria com Yuri Xavier Pereira, no dia seguinte. Ao aproximarem-se do local do encontro, os agentes reconheceram Yuri e Antônio Bicalho Lana no interior de um carro. Ao perceberem que estavam sendo observados, os terroristas reagiram a tiros, ferindo o Soldado PM/SP Jordão Chamelet, na perna, e dois civis que se encontravam nas proximidades – um deles, com gravidade. Todos foram recolhidos ao Hospital das Clínicas. Yuri e Bicalho Lana abandonaram o carro que ocupavam e assaltaram um Opala, no qual empreenderam a fuga. Abandonando o Opala nas proximidades do aeroporto, a dupla assaltou um Volks, cujo proprietário notou que Yuri estava ferido.

Rearticulado com os remanescentes dos vários grupos de fogo, o GTA voltaria à carga no dia 6 de março, assaltando a firma F. Monteiro S/A, Comércio, Indústria e Importação, na Avenida Euzébio Cardoso, em Pinheiros. Após obrigarem o gerente, Valter César Galetti, a abrir o cofre e entregar a importância de Cr$ 40.000,00, entre cheques e dinheiro, os subversivos do "Comando Hélcio Fortes" fizeram discursos e picharam a loja durante cinco minutos.

Ao sair, os terroristas desfecharam rajadas de metralhadoras nas paredes e no interior do estabelecimento, ferindo gravemente o gerente no baixo-ventre e os funcionários Maurílio Ramalho, subgerente, e Rosalino Fernandes, despachante, com tiros de raspão, respectivamente, nas costas e na cabeça.

O GTA realizaria ainda algumas ações para garantir o sustento da combalida CR, com a participação de elementos das coordenações nacional e regional, e, num esforço de manutenção da guerra psicológica e da intimidação, executaria atentados contra residências de estrangeiros, identificados como "defensores dos interesses do imperialismo norte-americano e de seus aliados".[567]

No dia 29 de março, a violência atingia a residência de Michel H. Drainton, assessor da presidência da firma Isopor, na Rua Gen. Almério de Moura, no Morumbi. Liderados por Yuri Xavier Pereira e Ana Maria Nacinovic Correia, cinco homens e uma mulher picharam as paredes internas da casa, saquearam-na, e quando iam incendiá-la, tiveram suas atenções voltadas para uma Kombi que se aproximava. A Kombi, confundida com a polícia, provocou a suspensão do plano incendiário do grupo. Seus desprevenidos ocupantes foram repelidos a tiros, saindo ferido, de raspão, na cabeça, Carlos Moreira de Souza.[568]

No dia 14 de abril, José Pereira da Silva, finalizando um silencioso e introvertido processo de autocrítica, resolveu abandonar a organização. Não denunciando suas intenções – o que poderia provocar um "justiçamento"–, José Pereira deixou um bilhete para sua companheira de "aparelho", Yara Xavier Pereira, irmã de Yuri, explicando que iria tentar um contato que poderia trazer benefícios financeiros para a organização. Desta forma, José Pereira deixou São Paulo, deslocando-se para o Rio de Janeiro, onde aguardou algum tempo, antes de se entregar às autoridades, no dia 8 de maio.

Enquanto a CR e a CN em São Paulo se debatiam, procurando solucionar seus problemas de segurança, a organização vivia um processo de faciosismo, representado pela Tendência Leninista (TL), encastelada em Santiago do Chile. Carlos Figueiredo de Sá havia se inclinado para a TL e conseguira, através de contatos com os Tupamaros, no Uruguai, apoderar-se de vultosa importância em dólares provenientes do resgate do cônsul brasileiro sequestrado, Aloísio Dias Gomide. O dinheiro destinava-se à ALN. Como a TL considerava-se ALN, apesar de expulsa em março, Carlos de Sá entregou apenas nove mil dólares aos militantes no Chile, fiéis à GN /ALN.

Carlos de Sá, que ficara com a maior parte dos dólares, andou sendo caçado pelos militantes da ALN e, por sugestão de Joaquim Pires Cerveira, viajou para a Europa, em setembro. Carlos de Sá fez contatos com a FBI e, com os dólares, pôde incrementar as atividades dos militantes da ALN no exterior, que haviam aderido à TL.

No campo interno, Arnaldo Cardoso Rocha e Sarmento Coelho da Paz ("Clemente"), membros da CN e coordenadores do trabalho rural no Nordeste, haviam discutido a situação crítica da região com Yuri e Luís José da Cunha e haviam resolvido retornar à área, visando a reagrupar os frangalhos da FLNN. Arnaldo faria, ainda, uma tentativa de iniciar um trabalho na Bahia, sem sucesso.

A CN, em meados de 1972, reconheceu que a organização carecia de documentação que sintetizasse os ensinamentos e as experiências vividas após a morte de Marighella. Reconhecia ainda que esta carência havia provocado prejuízos à organização, por incompreensões de sua linha política e de sua forma de atuação, gerando correntes de pensamentos que se afastavam do ideário de Marighella. Assim sendo, em junho, foi difundido para discussão um documento sobre política de organização, que consolidava os preceitos do funcionamento orgânico e político da ALN. Ao longo de todo o texto, com repetição de conceitos já conhecidos, houve uma preocupação constante e insistente em apontar as atividades das forças de segurança, seu adestramento e eficiência operativa como fatores impeditivos para o

---

[566] A CN conseguiria, ainda, em 1972, publicar a edição mimeografada do nº 5 de "O Guerrilheiro", referente aos meses de maio e de junho.

[567] Ações financeiras realizadas pela ALN em São Paulo, em 1972: assalto à Fábrica de Alimentos Cacique, na Rua Carlos Welbi número 757, Vila Leopoldina - Lapa, com o roubo de Cr$ 36.500,00, em 10 de abril; assalto à cooperativa da Fábrica Rhodia Têxtis, no ABC, com o roubo de Cr$13.500,00, em maio; assalto à farmácia Drogasil, na Rua Silva Bueno, em maio.

[568] No dia 29 de abril, foi atacada a residência de Mr. Craie Myers, diretor do grupo Johnson Y Liggins, corretora de seguros, com o incêndio dos dois carros que se encontravam na garagem e "pichação" das paredes.

crescimento da organização. Esse era um motivo para que todos os quadros atuassem no sentido de criar os instrumentos necessários à construção da organização, de conformidade com a conjuntura da época.

Fazendo jus à preocupação da ALN, os órgãos de segurança prosseguiam seu paciente trabalho, tendo localizado Yuri Xavier Pereira, que se deslocava num Volks pela cidade de São Paulo.

Através do intrincado trânsito da capital paulista, perdeu-se o contato, restando o conhecimento da placa de seu carro para a retomada da operação.

No dia 12 de junho, Yuri comandava o assalto à firma D.Z. Vasconcelos, na Avenida Indianópolis, que rendeu Cr$ 130.000,00. O bando de assaltantes, autointitulado "Comando Gastone Lúcia Beltrão", compunha-se de Antônio Carlos Bicalho Lana, Marcos Nonato da Fonseca, Ana Maria Nacinovic Correia e Francisco Seiko Okama.

No dia 14 de junho, foi localizado o Volks de Yuri, estacionado nas proximidades do restaurante Varela, no Bairro da Mooca. Verificações realizadas no local permitiram constatar a presença de Yuri, Ana Maria, Marcos Nonato e Bicalho Lana que almoçavam na mesma mesa. A frequência ao estabelecimento no horário do almoço desaconselhou uma ação imediata. Montou-se uma "espera" nas proximidades do Volks.

À saída do restaurante, quando o quarteto se acercou do carro, ocorreu o previsto. À voz de prisão, todos sacaram as armas dando início a um tiroteio que se tornaria decisivo para a desarticulação da ALN. Bicalho Lana, com uma rajada de metralhadora quebrou as duas pernas de um cabo da PM/SP. Com um tiro na coluna, quedou ferido um sargento da PM, enquanto um investigador do DOPS também era atingido. Amparado pela potência de fogo de sua metralhadora, Bicalho Lana conseguiria afastar-se do local, sequestrar um carro e fugir. Marcos Nonato foi o primeiro a tombar morto, enquanto Yuri, armado com uma Luger 9mm, e Ana Maria, com um revólver .38, permaneciam engajados, mesmo feridos. Yuri tombou apertando o gatilho de sua pistola para não mais se levantar. Ana Maria, instada a render-se, permanecia atirando. Finalmente, o desfecho previsível, Ana Maria caiu morta ao lado de Yuri.

Ao balanço trágico da ocorrência – três terroristas mortos e três policiais feridos –, acrescentaram-se ferimentos à bala, na menina Irene Dias, de oito anos de idade, moradora na Rua Cuiabá, 172, e, em Rodolfo Aschrman, residente na Avenida Paes de Barros, 2.520, apartamento 871.

As duas vítimas inocentes encontravam-se na calçada oposta aos terroristas, sendo por eles atingidas na tentativa desesperada de romper o cerco policial.

No "aparelho" de Yuri foram recolhidos materiais de impressão, de falsificação de documentos, além de explosivos e outros apetrechos para fabricação de bombas. Dentre a documentação apreendida, destacava-se um detalhado levantamento de oficiais que serviam no QG do II Exército, alvos de futuros atentados. Publicações italianas, como o "Bolletino Informativo della Resistenza Brasiliana" e o "Fronte Brasiliano d'Informazione", atestavam a participação da ALN no esquema de difamação do Brasil no exterior.

No dia 18 de agosto, no Largo Ana Rosa, na Vila Mariana, foram presos José Júlio de Araújo e sua companheira Walderes Nunes Fonseca. Levantando suspeitas do policiamento, o casal foi agarrado antes que José Júlio tivesse oportunidade de sacar sua arma.

José Júlio, durante os interrogatórios, admitiu ter um contato para as 17 horas daquele dia, na esquina da Rua Fradique Coutinho com Teodoro Sampaio. A "alternativa" seria no mesmo local, às 17h30min.[569] O "ponto furou",[570] e, quando dirigia-se para a "alternativa", José Júlio, num gesto de audácia, aproveitando-se da negligência de um policial, apoderou-se de uma arma e empreendeu desabalada carreira na direção da Rua Teodoro Sampaio. Na expectativa de sequestrar um carro para a fuga, José Júlio travou tiroteio com os policiais, vindo a falecer no confronto. Perdia a ALN mais um importante e fanático quadro, oriundo das escolas terroristas cubanas.

A morte de Yuri, mitificado como o grande nome da CN, foi o marco inquestionável do início do fim da ALN. Junto com ele desapareciam importantes quadros do GTA, imobilizando este organismo, em São Paulo, durante o restante do ano de 1972. Como consequência da "batalha do restaurante Varela", retornaram a São Paulo Arnaldo Cardoso Rocha e Carlos Eugênio Sarmento Coelho da Paz ("Clemente"), por volta de setembro, com a ida de Carlos, em seguida, para o exterior.

A incipiente tentativa de implantação de trabalho no campo, ficando acéfala, perder-se-ia por falta de orientação. Luís José da Cunha deslocar-se-ia, também, para a capital paulista, visando à tentativa de reagrupar e reorganizar a CR/SP e a própria CN/ALN.

8. O declínio da ALN na Guanabara

No dia 3 de janeiro, um "comando" denominado "José Milton Barbosa" – terrorista morto em São Paulo no dia 5 de dezembro – assaltou o posto policial da favela Nova Holanda, em Bonsucesso.

---

[569] "Alternativa" ou "ponto de Alternativa" é o encontro mareado entre militantes para o caso de, por algum imprevisto, um deles falhar ao ponto marcado.

[570] Quando o encontro não se realiza.

Após roubarem o armamento e o fardamento da guarnição do posto, os terroristas afixaram na porta um cartaz estampando o rosto de José Milton. Na saída, Flávio Augusto Neves Leão de Sales, quase sempre ator de desnecessárias cenas de violência, feriu gravemente, com um tiro no peito, o Cabo da PM Manuel Alves Sá Filho. Além do estímulo representado por sua ideologia de violência, Flávio Augusto agia, quase sempre, sob efeito da maconha, vício adquirido nos tempos da adolescência, em Belém.[571]

No dia 17 de janeiro, o GTA agiria visando ao sustento da estrutura clandestina da CR/GB. O alvo da "ação financeira" foi a Agência Miguel Lemos do Banco Bradesco, em Copacabana. A equipe de assaltantes era a mesma da operação anterior, acrescida de Luiz José da Cunha, membro da CN atuando na área da Guanabara.

A partir dessa ação, a CR/GB retomou as ligações com as organizações adeptas da luta armada na cidade do Rio de Janeiro, reiniciando a atuação em "frente". Dentro desse esquema, a organização participou do roubo de um fuzil da sentinela do depósito de Intendência da Marinha, em Santo Cristo, no dia 21 de janeiro.

Com a prisão, na estação rodoviária de São Paulo, e a posterior morte de Hélcio Pereira Fortes no dia 28 desse mês, desfalcava-se, ao mesmo tempo, a CN e a CR/GB. Esta ficaria restrita aos militantes Flávio Augusto Neves Leão de Sales e Antônio Carlos Nogueira Cabral.

No dia 31 de janeiro, aliados à VAR-P e ao PCBR, militantes do GTA participaram de um assalto ao posto de identificação do Ministério do Trabalho e Previdência Social, na Rua Uranos, no bairro de Olaria.

No dia 19 de fevereiro, a direção da ALN na Guanabara envolveu-se em mais uma cena de violência. Realizando ronda rotineira na Estrada Vicente de Carvalho, a polícia reconheceu Flávio Sales e Antônio Carlos Nogueira Cabral em companhia de mais um elemento, no interior de um Volkswagen. Ao manobrar a viatura, para a perseguição, os policiais foram pressentidos e tornaram-se alvos de rajadas de metralhadora. Parcialmente impedida de responder ao tiroteio, por causa dos transeuntes, a polícia não evitou a fuga dos terroristas. Da agressão subversiva, resultou ferimento à bala nos transeuntes Marinho Floriano Sanchez, Romeu Silva e Altamiro Pinzo. A senhora Íris Amaral, também ferida, faleceu no caminho do hospital.

No dia 5 de fevereiro, chegava ao porto do Rio de Janeiro uma força-tarefa da Real Marinha Inglesa. Liberado da faina do navio, o marinheiro inglês David A. Gutenberg, acompanhado de um amigo, tomou um táxi para conhecer Copacabana. Na esquina da Avenida Rio Branco com Visconde de Inhaúma, à porta do Hotel São Francisco, um veículo emparelhou com o táxi, e David foi atingido por uma rajada de metralhadora disparada por Flávio Augusto Neves Leão Sales. Em seguida, a militante da VAR-P, Lígia Maria Santiago da Nóbrega, lançou, pela janela do veículo ocupado pelos subversivos, panfletos que falavam em vingança contra os ingleses por terem massacrado os irlandeses do norte. O "Comando da Frente",[572] distribuído em dois carros, acabou com o sonho de David, que desejava conhecer Copacabana, "justificando plenamente" seu ato pela solidariedade à luta do IRA contra os ingleses.

Em seguida, a "frente" revolucionária realizaria um assalto simultâneo às agências do Banco de Crédito Territorial e do Banco da Bahia, na Rua Bela, em São Cristóvão, no dia 25 de fevereiro. O total arrecadado, Cr$ 108.000,00, foi distribuído entre a ALN, a VAR-P e o PCBR, cujos militantes participaram da ação.

No dia 16 de março, Flávio Sales cometeu uma falta gravíssima que valeu a sua destituição da CR/GB. Dirigia-se para uma reunião da "frente", quando foi interpelado pela PM, numa "Operação Para-Pedro"[573], na Rua Carvalho de Souza. Ao volante de um Opala, Flávio declarou ser oficial da Marinha e não estar portando documentos por se encontrar em missão reservada. Sugeriu, ao tenente da PM que comandava a batida policial, que se deslocassem para a Avenida Meriti, onde seu chefe poderia confirmar suas declarações. O tenente aceitou a proposta e, acompanhado de onze policiais, dirigia-se para a Avenida Meriti, onde, numa mesa de bar, ao lado de uma padaria, encontrou quatro elementos sentados. Flávio adiantou-se e declarou que os policiais desejavam ver seus documentos. Recuperando-se da surpresa, os quatro subversivos[574] se ergueram e, sacando suas armas, iniciaram a debandada, em meio a cerrado tiroteio. Sequestraram uma Rural-Willys e se evadiram, levando Flávio, ferido com um tiro de raspão no pescoço. Mais adiante, trocariam a Rural por um Volkswagen. "Flávio" foi levado para um aparelho da VAR-P, no bairro de Quintino, onde permaneceu em tratamento.

Em comunicado às organizações da "frente", a CN/ALN desculpava-se pela "vacilação do companheiro Rogério"[575] e informava a sua decisão de afastá-lo de qualquer contato referente ao preparo e à realização de ações armadas em

---

[571] O "Comando José Milton Barbosa" era composto por: Hélcio Pereira Fortes, Antônio Carlos Nogueira Cabral, Flávio Augusto Leão de Sales, Ísis Dias de Oliveira, Aurora Maria do Nascimento Furtado e Sônia Hipólito.

[572] Participaram da ação, pela ALN, Flávio Neves Leão de Sales, Antônio Carlos Nogueira e Aurora Maria do Nascimento Furtado; pela VAR-P, Lígia Maria Salgado da Nóbrega, Hélio da Silva e Carlos Alberto Salles; pelo FCBR, Getúlio de Oliveira Cabral.

[573] Operação de Fiscalização no trânsito visando à apreensão de viaturas roubadas ou em situação irregular. Em São Paulo, utilizava-se o nome "Operação Arrastão".

[574] Encontravam-se na mesa do bar: James Allen Luz, Carlos Alberto Salles e Hélio da Silva, da VAR-P, e Getúlio de Oliveira Cabral, do PCBR.

[575] Rogério era um dos codinomes de Flávio Sales.

conjunto. A CN/ALN informou à CR/GB o afastamento de "Rogério" dos contatos com outras organizações da "frente" e sua destituição da Coordenação Regional. A CR/GB ficava limitada a Antônio Carlos Nogueira Cabral.

A atividade da "frente" foi paralisada, a partir de 29 de março, com a prisão de dois militantes da VAR-P, em operação de controle de trânsito. Os terroristas, dentre outros "aparelhos", "abriram" o endereço de Quintino, onde Flávio estava homiziado em tratamento. Na reação armada, morreram três militantes da VAR-P, conseguindo escapar um elemento do Comando Nacional e Flávio.

A desmobilização da CR/GU passaria, em 9 de abril, pela neutralização do seu esquema médico. Foram presas a médica Antonieta Hampshire Campos da Paz e Maria de Cerqueira e Silva.

Mais tarde, em 15 de maio, apresentar-se-ia às autoridades, o Dr. Iberê Brandão e Fonseca, que prestava, também, apoio aos terroristas da ALN.

Prosseguindo as operações com dados colhidos de informantes e da "derrubada" da VAR-P, o DOPS localizou um "aparelho" da ALN na Rua Zizi, no Bairro Lins de Vasconcelos. Feita a diligência, foi constatada que a residência estava vazia e verificou-se que se tratava de local de impressão e falsificação de documentos. Foi montada uma "espera" na tarde de 10 de abril.

Na madrugada do dia 11, três elementos receberam voz de prisão quando tentavam entrar na casa. A ALN não proporcionava alternativas à polícia. A imediata reação à bala originou o entrevero, resultando na fuga de dois terroristas e na morte do terceiro. O morto, identificado como Antônio Carlos Nogueira Cabral, deixava acéfala a CR/GB. Sônia Hipólito, sua companheira de "aparelho", membro do GTA e encarregada do Setor de Documentação, conseguiu escapar. Deixaria o Estado, homiziando-se, mais tarde, no exterior.

As atividades da ALN no Rio de Janeiro limitaram-se às tarefas de reorganização, enquanto se avaliava as consequências das "quedas" da VAR-P e da própria CR. Como demonstração de alento, a CR/GB conseguiu editar o número 5 do jornal "Ação", referente aos meses de março e abril.[576]

Em junho, o impacto das "quedas" em São Paulo, entre elas a morte de Yuri Xavier Pereira, far-se-ia sentir na CR/GB. Luís José da Cunha deslocou-se para São Paulo na tentativa de estabilizar a organização, evitando a desarticulação que já se afigurava certa. Seu deslocamento reabilitou Flávio Sales, que reassumiu a CR/GB, apesar de ter "vacilado perante o inimigo".

No dia 14 de agosto, a necessidade de sobreviver retirou a CR da imobilidade. O GTA, reativado por Flávio, assaltou a Agência da União de Bancos, situada na Rua Lino Teixeira, nº 152, no Jacaré, levando Cr$ 93.000,00. Estava garantida, por algum tempo, a manutenção da estrutura clandestina.

A tentativa de reorganizar e reativar as ações em São Paulo motivou a vinda de Hélbert José Gomes Goulart ao Rio de Janeiro**.** Na manhã de 9 de novembro, Hélbert fazia contato com Aurora Maria do Nascimento Furtado na Ponte de Parada de Lucas, quando foram abordados por uma viatura do 2º Setor de Vigilância Norte. Instados a mostrar seus documentos de identidade, os terroristas esboçaram o entendimento à solicitação, ocasião em que Aurora, abrindo a bolsa, sacou um revólver e disparou à queima-roupa, ferindo mortalmente o detetive Mário Domingos Panzariello, com dois tiros no peito. Correndo entre os carros que transitavam pela Avenida Brasil, Aurora continuou atirando contra policiais e populares que a perseguiam. Só foi dominada após travar luta corporal com um policial. Ambos rolaram uma ribanceira nas proximidades da ponte. Enquanto desenvolvia-se o tumulto, Hélbert fugia noutra direção, tendo largado no local uma maleta em cujo interior existia uma metralhadora.

Durante os interrogatórios, Aurora admitiu que ia deslocar-se na madrugada seguinte, junto com outros elementos do GTA, para reforçar uma ação que a organização pretendia realizar em São Paulo.

Na madrugada do dia 10, Aurora levou os agentes ao Méier, tendo, numa esquina da Rua Magalhães Couto, pedido para prosseguir a pé até o local de encontro, para não levantar suspeita. A partir de determinado local, Aurora, talvez imitando o gesto de "Rogério" no dia 16 de março, saiu correndo e gritando em direção a um Volkswagen que estava nas proximidades. Do carro partiram tiros na direção dos policiais, que responderam da mesma forma. O carro partiu em velocidade, enquanto Aurora agonizava no chão. Preocupados em prestar socorro a Aurora, os agentes não conseguiram alcançar os fugitivos. Aurora não resistiu aos ferimentos e faleceu no local.

Aurora Maria do Nascimento Furtado era uma militante experiente, formada em grande número de ações armadas no Rio de Janeiro e em São Paulo. Sua morte foi sentida pela organização que se encontrava em dificuldades. Não havia condições de "recompletar" suas perdas com militantes experientes e fanatisados, tipo Aurora.

9. Fracassa a tentativa de fusão entre o PCR e a TL/ALN

Os dois crimes ocorridos no ano anterior açularam os órgãos de segurança, no sentido de identificar e deter os militantes do Partido Comunista Revolucionário (PCR). As investigações procedidas levaram, em 21 de março, à prisão do

---

[576] A redatora-chefe do "Ação" era a terrorista Aurora Maria do Nascimento Furtado. Ainda em 1972, a CR/GB publicaria o "Ação" nº 6, de maio, junho e julho, o nº 7, de agosto, e o nº 8, de setembro.

dirigente Rinaldo Claudino de Barros, em São Paulo. Seus depoimentos, repletos de nomes, permitiram que aumentasse o cerco aos militantes do partido.

Em meados desse ano, do Chile, Ricardo Zarattini Filho fez uma proposta de fusão de sua nova organização, a Tendência Leninista da ALN com o PCR. Para isso, enviou ao Brasil seu representante, Dario Camberolo Canale, a fim de manter negociações com Manoel Lisboa de Moura, que contatou, também, Selma Bandeira Mendes. Entretanto, Manoel Lisboa não esquecia as sérias divergências ocorridas com Zarattini, em 1968, que acarretaram a sua expulsão do PCR. Apesar de, no segundo semestre de 1972, o PCR ter enviado ao Chile Juarez José Gomes, a fusão não se concretizou.

10. Abre-se o caminho para a incorporação da APML do B ao PC do B

A luta interna prosseguia na Ação Popular Marxista-Leninista do Brasil (APML do B). As posições da minoria, apresentadas na reunião extraordinária do CC, de novembro de 1971, foram rebatidas pelo documento "Contribuição ao Estudo Científico da Sociedade Brasileira", divulgado pela maioria.

Ficavam perfeitamente definidas as duas linhas divergentes. A maioria fazia opção pela "revolução nacional e democrático-popular" e pela incorporação ao PC do B. A minoria posicionava-se pela "revolução socialista" e pela construção de um partido "inteiramente novo".

Apesar da escolha do PC do B como o partido da classe operária no Brasil, a maioria da APML do B sofria restrições por parte desse partido no tocante a pontos de vista constantes do programa aprovado na III RADN. O Programa Básico afirmava existência de uma nova época histórica, que corresponderia a uma nova e terceira etapa do marxismo, o maoísmo. Nos contatos com o PC do B, ao tomar conhecimento do documento "Atualidades das Ideias de Lenin", a maioria modificou seu pensamento sobre a época histórica e sobre a nova fase do marxismo, retificando o Programa Básico da APML do B.

A organização considerava a necessidade de realizar o Congresso para definir a incorporação ao PC do B.

Antes do Congresso, veio a público a tentativa de implantação de guerrilhas, pelo PC do B, na região do Araguaia. Tal fato elevou o prestígio do partido junto à APML do B, fazendo crescer a posição da maioria.

Por volta de maio, João Batista Franco Drummond, membro do CR-6 (Bahia, Sergipe), enviou uma carta ao Birô Político, ao qual informava o seu desligamento e o de seus seguidores da APML do B e a incorporação do grupo ao PC do B. Jair Ferreira de Sá criticou violentamente a atitude de Franco Drummond, considerando-a uma forma de a maioria precipitar a incorporação, antecipando-a ao Congresso. Ao mesmo tempo, ocorria a prisão de Manoel da Conceição Santos, no Maranhão, que, por ser adepto da posição minoritária, não foi alvo de preocupações por parte da organização.

O rompimento, que já ocorrera de fato, foi formalizado. No final de setembro, houve o afastamento dos representantes da minoria, Jair Ferreira de Sá e Paulo Stuart Wright, da DN da APML do B, seguindo-se da expulsão de ambos da organização.

Com a expulsão dos dirigentes da corrente "trotskista", o Congresso previsto perdera o seu significado. Estavam afastados todos os obstáculos que se antepunham à incorporação ao PC do B.

11. A descoberta do foco guerrilheiro no Sudeste do Pará

No início do ano, o PC do B acelerara a preparação da luta armada no Sudeste do Pará. Em fevereiro, João Amazonas de Souza Pedroso e Elza de Lima participaram de uma reunião do Comitê Central (CC), que aprovou o documento "50 Anos de Luta". Depois de traçar um histórico do partido desde 1922, o documento reafirmava as concepções da Guerra Popular, dizendo que *"o campo é problema-chave da revolução".* O documento também dizia que *"o fragor das primeiras refregas escorra pelo país inteiro convocando todos os patriotas e democratas para ocupar o posto que lhes compete na grande jornada pela independência, o progresso e a liberdade".*(grifos do autor)

Nesse mês, foi preso pelo DPF, em Fortaleza, o militante do PC do B, Pedro Albuquerque Neto. Durante os interrogatórios, Pedro declarou ter-se evadido, em junho de 1971, de um campo de treinamento de guerrilha rural, localizado no interior do município de Conceição do Araguaia, em uma área denominada Cigana.

Em seus depoimentos, Pedro esclareceu ter sido recrutado para a área de guerrilha em Fortaleza, no segundo semestre de 1970, por um elemento conhecido pelo nome de "André", integrante, naquela época, do CR/PC do B/CE.

Em janeiro de 1971, recebeu a orientação de deslocar-se para o Rio de Janeiro juntamente com sua esposa, Tereza Cristina de Albuquerque, onde deveria cobrir um "ponto". No local do encontro, manteve contato com Oseas Duarte de Oliveira, seu colega de faculdade em Fortaleza, juntamente com uma pessoa de nome Lauro, o qual lhe entregou um pequeno embrulho que deveria ser levado para São Paulo. Na capital paulista, cobriram vários "pontos" e, de olhos vendados, foram conduzidos a um "aparelho" onde o casal permaneceu cerca de uma semana. Ali ficaram sabendo que iriam cumprir uma tarefa de contato com gente do campo. Ao término desse período, receberam Cr$ 200,00, as passagens de ônibus de São Paulo a Anápolis e a orientação de hospedarem-se no hotel em frente à rodoviária dessa cidade goiana. De Anápolis, foram para Araguaína. De lá, numa camioneta de aluguel, sempre escoltados por "Paulo" e

"Domingos", seguiram até Xambioá, atravessando, no mesmo dia, o Rio Araguaia para o lado do Pará, hospedando-se no "aparelho" de "Dina".[577] No dia seguinte, foram levados para a localidade de Caitano, onde foram apresentados a "Gilberto", "Daniel", "Ari" e sua esposa. Ali, "Gilberto" teria comentado *"daqui sairão vitoriosos ou deixarão seus ossos".* Foi nesse momento que Pedro Albuquerque e sua esposa travaram conhecimento de que ali estavam para preparar a guerrilha. Foram levados por "Victor" para a localidade de Caximbeiro e, dali, para a localidade de Cigana, onde passaram a conviver com o acompanhante.[578]

Diversos militantes recrutados para a mesma missão, ao tomarem contato com a área, manifestaram interesse em dela se afastar, sendo impedidos, no entanto, por três razões fundamentais: as ameaças dos dirigentes locais, receosos de que uma possível prisão possibilitasse a descoberta da área; o medo de se perderem no interior da selva, ao empreenderem a fuga; e o receio de se entregarem às forças legais, já que os dirigentes do partido incutiam nos militantes a certeza de que seriam torturados até a morte.

Não se adaptando às atividades na selva e fortalecido por uma decisão do Partido que impunha à mulher a realização de aborto, o casal passou a engendrar um plano de fuga, que ocorreu em junho de 1971, ao apropriar-se da quantia de Cr$ 30 mil pertencente à organização.[579]

Os dados obtidos nos relatos de Pedro Albuquerque só foram repassados ao Exército em 17 de março, chegando ao conhecimento da 8ª Região Militar, o Grande Comando responsável pela área, em 21 de março. Havia informes anteriores de estabelecimento de "áreas estratégicas" de outras organizações na mesma região, conhecida como Bico do Papagaio. Mas não passavam de proselitismo nos arredores das cidades, realizado por meia dúzia de militantes. Ante a inexistência de outros dados, a 8ª RM realizou, na área, de 27 a 31 de março, uma limitada operação de informações, com uma equipe mista formada por 3 elementos do Exército, 2 da Marinha e 2 da Aeronáutica. Essa equipe, no entanto, levantou indícios que corroboravam as declarações de Pedro Albuquerque.

Diante dos novos dados colhidos, a 8ª RM realizou, no período de 3 a 11 de abril, uma nova operação de informações, empregando ainda uma equipe mista de composição semelhante à primeira. No entanto, com efetivo de 14 homens que, dado o tempo limitado de operação e as dificuldades da área, simplesmente confirmaram os indícios levantados inicialmente sem ter tido condições de definir a extensão e a profundidade dos trabalhos desenvolvidos na área, nem os efetivos que lá atuavam, apesar de receber todo o apoio da população local.

12. As primeiras operações de combate no Sudeste do Pará[580]

Após as primeiras operações de informações com reduzidíssimo efetivo, levando-se em conta as dificuldades da área e o desconhecimento da sua própria extensão, apenas ficaram confirmados os indícios sobre o que Pedro Albuquerque declarara. A ideia era prosseguir nas operações de informações até que se tivessem dados concretos sobre os efetivos em presença, atividades que estavam sendo desenvolvidas, dimensão da área, etc. Essas operações contariam com o apoio do escalão superior, assim como do Comando Militar do Planalto (CMP), cuja área de responsabilidade ia até o norte de Goiás, região que poderia estar sendo afetada pela ação subversiva.

A 8ª RM estava com a tropa incorporada há menos de 3 meses, encontrando-se na fase de instrução básica, portanto sem condições de emprego em operações de combate. No entanto, seu Comandante decidiu realizar uma operação desse tipo, embora de pequenas proporções. Iniciou por empregar um pelotão do 2º Batalhão de Infantaria de Selva (2º BIS) sobre Pontos de Apoio (PA) que haviam sido levantados durante as operações de informações anteriores. Manteve outros dois pelotões, um do 2º BIS e outro da 5ª Companhia de Guarda, cada um com o efetivo de 20 homens, em condições de apoiar aquela ação.

No dia 12 de abril, o pelotão do 2º BIS investiu sobre os PA de "Chega com Jeito" e "Metade", tendo apreendido, nesses locais, roupas, calçados, remédios, literatura marxista, o Manual do Curso Militar, um quadro de trabalho e

---

577 "Paulo", "Domingos" e "Dina" eram os codinomes, respectivamente, de Paulo Mendes Rodrigues, Dower Morais Cavalcante e Dinalva Conceição Oliveira Teixeira.

578 "Daniel", "Ari" e "Victor" eram os codinomes, respectivamente, de Daniel Ribeiro Callado, Arildo Valadão e José Toledo de Oliveira.

579 Pedro Albuquerque Neto e a sua mulher não foram – ao contrário do que poderia supor-se – "justiçados". Pedro é hoje integrante do movimento Pró-Mudança Frei Tito de Alencar Lima, de Fortaleza. Uma explicação para isso está no fato de que boa parte do partido acreditava que a "abertura" da área teria sido feita por uma militante conhecida pelo nome de "Regina", que se afastara da área por questões de saúde. Também, porque tendo o partido forçado o encaminhamento de militantes para área, uma das militantes que não desejava seguir apresentou-se ao DOPS/SP e passou a colaborar com as autoridades legais. É possível que outros casos semelhantes tenham ocorrido, embora não exista notícia de que hajam chegado ao ponto de se apresentarem às autoridades.

580 Os dados sobre essas operações foram obtidos em grande parte através de entrevistas com elementos que participaram das operações e do "Relatório sobre a luta no Araguaia" de Ângelo Arroyo. Para melhor compreensão, consultar o croqui, no final deste capítulo.

algumas armas em mau estado. Esses dados concretos permitiram chegar-se a algumas conclusões e ofereciam valiosos indícios para outras. Comprovavam a existência, na área, de atividades subversivas visando à implantação de uma área de guerrilha. Davam uma primeira ideia do material e do armamento que possuíam. O abandono desse material e a ausência dos subversivos podia indicar que dispunham de uma rede de informantes, mas, também, que não estavam suficientemente preparados.

No dia 13 de abril, foi preso Francisco Amaro Lins, elemento de contato do subversivo Paulo Mendes Rodrigues, que confirmou as atividades de treinamento de guerrilha. Nesse mesmo dia, os elementos de informações que atuavam no sul também chegaram a um PA, apreendendo material de orientação, medicamentos e alimentos.

No dia seguinte, foi preso, num ônibus detido por uma barreira policial, Eduardo José Monteiro Teixeira, quando se deslocava de Tocantinópolis para Marabá. Esse era um dos itinerários utilizados desde São Paulo a Anápolis, para entrada na área, com o objetivo de integrar-se ao grupo de treinamento na região. Nesse mesmo dia, 14, foi preso na Transamazônica, nas proximidades de Marabá, Danilo Carneiro ("Nilo"), que em sentido inverso, buscava abandonar a área, uma vez que fora liberado pelo Birô Político do Movimento. João Amazonas e Elza Monnerat não mais tentaram entrar na área.

Em decorrência de novos dados colhidos com os elementos presos, e, particularmente, com habitantes locais, foram levantados outros PA. Com o reforço dos pelotões que se encontravam, inicialmente, na reserva, em Belém, realizaram-se incursões a esses PA, sendo apreendidos farto material subversivo e estoques de material e suprimentos.

O PC do B determinara que fosse acelerado o recrutamento para o Araguaia, onde avultavam as medidas tomadas pela União da Juventude Patriótica (UJP), que já havia enviado cerca de 20 militantes para o campo. Nesse trabalho, destacava-se José Roberto Brum de Luna que, ainda em abril, encaminhara Carlos Nicolau Daielli, num "ponto" em São Paulo, Dagoberto Alves da Costa ("Gabriel") e Adriano Fonseca Filho ("Queixada", "Chico"). José Roberto, um dos líderes da UJP, era muito eficiente para encaminhar os jovens para a guerrilha. Ele mesmo, entretanto, alegando "incompatibilidade com a selva", recusou-se a ir.

No dia 15, foi presa, num hotel de Marabá, Rioco Kayano, que ali havia sido deixada por Elza Monnerat, uma das responsáveis pela condução de militantes para a área, desde Anápolis.

No dia 18, foi preso "Geraldo", codinome do subversivo José Genoíno Neto. "Geraldo" revelou a estrutura do PC do B na área, fornecendo a localização geral dos destacamentos, bem como a constituição do seu, que era o destacamento "B".

Sem que se soubesse previamente essa localização, constatou-se que, nos primeiros dez dias de atuação, haviam sido investidos e destruídos nove PA e atingidos os três destacamentos. Foram destruídos os PA de "Chega com Jeito" e "Metade", no destacamento "A"; os de "Gameleira", "Castanhal do Zé Ferreira" e "Gameleirinha", no destacamento "B"; e "Pau Preto", "Sobra de Torra", "Caiano" e "Abóbora", no destacamento "C". Foram apreendidos farta literatura marxista, material bélico, munição, bússolas, medicamentos, componentes de equipamentos de rádio, oficina de manutenção e de fabricação de armamento, uniformes, bombas de fabricação caseira, etc.

Devido a esse êxito inicial, progressivamente, os efetivos militares foram sendo ampliados, inclusive com o emprego de 26 elementos do Destacamento de Forças Especiais da Brigada Paraquedista. Computados os elementos responsáveis pelo transporte aéreo, elementos da Policia Militar do Pará, elementos de informações das Forças Singulares, o efetivo total das forças de segurança na área ultrapassava 200 homens, no início de maio.

O aumento de efetivo permitiu que as principais cidades e lugarejos da área fossem ocupados. Esse efetivo era muito reduzido para uma atuação eficaz numa área que ia se delineando como um triângulo que tinha como base a Transamazônica, desde Marabá até Araguatins, e como vértice Araguanã. Se forem considerados como limites Norte, Leste e Sudoeste o Rio Araguaia e Oeste a linha do Rio Vermelho, a área alcança cerca de 900 km2, coberta por densa vegetação e praticamente desprovida de vias de transporte e de qualquer núcleo urbano de importância.

No final de abril, início de maio, ao mesmo tempo em que ampliavam seus efetivos no Sudeste do Pará, os órgãos de segurança prendiam dezenas de militantes no Comitê Regional Leste (CRL), na Guanabara, sendo desarticulados os comitês universitário, secundarista, da Leopoldina e da Light, bem como a própria UJP.

No Sudeste do Pará, à exceção de um primeiro choque ocorrido no dia 8 de maio, quando elementos de uma equipe que atuava na região de Grota Seca, no Vale da Gameleira, ao banharem-se sem medidas necessárias de segurança, foram surpreendidos pelos subversivos, os encontros e choques eram escassos. A tropa reduzida não entrava na mata, mantendo-se nas cercanias dos povoados, ocupando fazendas e castanhais, movimentando-se pelos caminhos e estradas.

Os subversivos se recolheram a regiões de homizio e raramente apareciam antes do final de maio, início de junho.

A equipe surpreendida no Vale da Gameleira pertencia à 8ª RM que, como responsável pela área, julgara-se no dever de substituir os elementos de outros comandos que atuavam na região. Comandada por um tenente, essa equipe era composta ainda por dois sargentos e um cabo. Substituíra, na noite de 7 para 8 de maio, uma experiente equipe de informações, que ali estava com a missão de aprisionar o grupo subversivo liderado por Paulo Roberto Pereira Marques ("Amauri"). No dia 8 de maio, restabelecendo-se da surpresa do ataque sofrido, a equipe reuniu-se para avaliar suas perdas, constatando-se, além de ferimentos no tenente e num dos sargentos, a perda de contato com o cabo, julgaram que o Cabo Cruz Rosa houvesse apenas se desgarrado. Em razão dos ferimentos dos dois militares, a equipe retirou-se para Santa Cruz e, dali, pela impossibilidade de atendimento médico na localidade, para a base situada em Xambioá. Nessa cidade, tomou-se conhecimento, por informação de um morador da área, conhecido como "Pedro", que o Cabo

Cruz Rosa teria sido morto, e que Osvaldo Orlando Costa ("Osvaldão") dissera aos habitantes da região que permaneceria mantendo guarda ao corpo do Cabo até que ele apodrecesse, pois o Exército não teria coragem para resgatá-lo. Foi formada uma patrulha com a missão de localizar e, de acordo com a informação antes referida, resgatar o corpo do Cabo, caso fosse confirmada sua morte. A patrulha efetivamente encontrou o Cabo Rosa morto e recolheu seu corpo. Os subversivos haviam levado sua metralhadora, mas não foram encontrados na área. No dia 29 desse mês, durante um choque com os guerrilheiros, foi ferido um sargento paraquedista.

A partir da segunda quinzena de maio, com a quebra de sigilo da operação por informações do emprego de tropas do 8ª RM, decidiu-se pelo emprego de outras frações, tendo a 3ª Brigada de Infantaria (3ª Bda.Inf.) enviado três pelotões para a região de Xambioá, e dois para a região de Araguatins. Com a chegada desses pelotões na área, as forças legais, praticamente, dobraram o efetivo existente no início de maio.

Em junho, começando a rarear os suprimentos, os elementos subversivos começaram a deixar a selva em busca de alimentos. No dia 4, houve um choque de um grupo subversivo com as forças legais na região de Caiano. Dele, resultou ferido um tenente paraquedista, sendo morto Bergson Gurjão de Farias ("Jorge"). No dia seguinte, em um novo choque, na região de Caximbeiro, foi preso Dower Morais Cavalcante ("Domingos"), pertencente, como "Jorge", ao destacamento "C", ocasião em que um soldado foi ferido no pé, ficando aleijado.

No dia 8, foi presa, nas proximidades do PA do Pau Preto, a subversiva Luzia Reis Ribeiro, conhecida pelos codinomes de "Lúcia" e "Baianinha". No dia seguinte, apresentava-se às tropas do Exército, em Xambioá, Dagoberto Alves Costa ("Miguel"). Ambos pertenciam ao destacamento "C". No dia 16, esse destacamento sofreria outra baixa com a morte de Maria Lúcia Petit da Silva ("Maria") em choque com as forças legais. No dia 26, após ter sido ferido no ombro, foi preso o subversivo Kleber Lemos da Silva ("Carlito"). Dispôs-se a indicar às forças de segurança um depósito de suprimentos. No dia 29, chegou-se a um depósito desativado, onde o elemento que lá estava, apesar de ferido, conseguiu fugir. Em seguida, um grupo de subversivos assassinou "exemplarmente" João Pereira, um morador da área, por ter servido de guia para o Exército. Arroyo diz que: *"A morte desse seu bate-pau causou pânico entre os demais da zona".* Nesse mês ainda, por se encontrar grávida, Criméia Alice Schmidt de Almeida abandonou a área.

A partir de julho, com a diminuição dos encontros e prisões, os efetivos na área foram sendo progressivamente diminuídos. Nesse mês, no dia 13, num choque com as forças legais, em Perdidos, foi morto o subversivo Idalísio Soares Aranha Filho ("Aparício"). No dia 17, foi descoberto e destruído mais um esconderijo na região de Abóbora. No dia 26, foi presa Regina da Silva Carvalho ("Lena"), que se entregou na região de Pau Preto I. "Lena" também havia pertencido ao destacamento "C", o mais afetado, nessa primeira etapa.

Dada a extensão e as características da área, proporcionalmente, eram reduzidos os efetivos empregados, Foram obtidos dados preciosos, mas a área não fora limpa. A situação, apesar de mais de uma dezena de "baixas" nos quadros subversivos, permanecia inalterada. De qualquer forma, a operação foi praticamente suspensa, reduzindo-se os efetivos aos valores alcançados no final de abril, em uma simples ação de manutenção da presença na área, feita por tropas que se revezavam, situação que perdurou até a primeira quinzena de setembro.

13. Novas ações contra o foco guerrilheiro

Tendo se configurado que a área afetada pela ação de subversivos do PC do B abrangia zona de mais de um Grande Comando, o Estado-Maior do Exército atribuiu ao Comando Militar do Planalto (CMP) a responsabilidade pelas operações a serem desenvolvidas no Sudeste do Pará e Norte de Goiás.

O CMP, que previra em suas Diretrizes de Instrução uma manobra como complemento da instrução do grupamento A/72, decidiu, em coordenação com o Comando Militar da Amazônia (CMA), realizá-la nessa região. Sugeriu então ao Estado-Maior do Exército (EME) que fosse ampliada a participação nessa manobra, com a inclusão de unidades do então IV Exército e elementos da Brigada Paraquedista, de apoio aéreo e naval. Havendo a concordância do escalão superior, a manobra seria conduzida no âmbito da 3ª Bda.Inf., a Grande Unidade Operacional do CMP.

A manobra estava prevista para se desenvolver no período entre 18 de setembro e 6 de outubro. Decidida sua ampliação, dela participaram, além das tropas da 3ª Bda.Inf., um batalhão do CMA e um do IV Exército; uma companhia paraquedista; um grupamento de fuzileiros navais; elementos de apoio aéreo e elementos de informações das forças singulares, totalizando um efetivo em torno de 3.000 homens.

O deslocamento da Brigada e de suas peças de manobra teve início na primeira quinzena de setembro, tendo em vista a distância média a percorrer, da ordem de 1.500km, para seus batalhões localizados em Goiás e no Triângulo Mineiro. O deslocamento dos batalhões do CMA e IV Exército, sediados respectivamente em Belém e em Teresina, seria pouco inferior a 1.000km.

Embora se tratasse de uma manobra, ela seria realizada dentro de uma situação real e sob os efeitos de suas condicionantes. A área afetada, apesar de sua extensão, está totalmente contida nos municípios de Conceição do Araguaia, São João do Araguaia e uma pequena parte do município de Marabá. A ação dos governos municipais não se fazia sentir. A localidade de Santa Cruz, possuía um hospital para toda a área. Xambioá não o possuía. Entre outras coisas, com as máquinas do INCRA, a Brigada orientou a construção de uma estrada ligando São Geraldo a Marabá e quase uma

dezena de pequenas estradas vicinais, a melhoria de outras tantas estradas carroçáveis, assim como a construção de diversos pontilhões.

Concomitantemente com a ocupação da área e durante o restante do mês de setembro, foram desencadeadas operações psicológicas. Houve a distribuição de folhetos que explicavam as verdadeiras intenções dos subversivos que, a partir de julho, haviam dado início a seu proselitismo político. Visando especificamente aos subversivos, foram espalhados panfletos com o objetivo de minar o moral do grupo. Era incentivado o espírito de rendição. Para reforçar esse apelo, outros panfletos foram confeccionados, dos quais constavam fotografias dos subversivos presos, que mostravam o tratamento humano que estavam recebendo, acompanhadas de declarações de próprio punho e por eles assinadas. Esses últimos panfletos eram dirigidos especificamente a determinados subversivos cujas concepções ideológicas eram sabidamente frágeis. A carta assinada por José Genoíno Neto ("Geraldo") era dirigida a Glênio Fernandes de Sá e afirmava que estava sendo bem tratado pelo Exército e exortava-o a entregar-se. Também faziam apelos semelhantes "Lena" e "Lúcia", presas durante as primeiras operações na área.

No dia 1º de setembro, ainda durante a ocupação da área, os terroristas emboscaram elementos de informações na região de João Goiano (destacamento "B"). Houve troca de tiros, sendo levantada a hipótese, não confirmada, de ferimentos em um ou dois subversivos. Durante e após a ocupação da área, os subversivos realizaram ações de fustigamento e emboscadas sobre as forças legais, sem vítimas. No dia 25, em João Cuca (destacamento "C"), os terroristas atingiram com tiros de espingarda calibre 20 um tenente do 6º BC. Nesse mesmo dia, na região de Pavão (destacamento "A"), uma sentinela recebeu tiros de revólver .38. Sem ser atingida, respondeu prontamente ao ataque.

No dia 26, na Fazenda Pernambuco (destacamento A), e em uma base do 2º BIS, houve fustigamento das tropas legais. Um terrorista chegou a penetrar na base, apoderando-se de uma estação de rádio portátil e de um FAL. Em decorrência de disparos de uma sentinela, abandonou o material e fugiu.

No dia 27, os terroristas investiram contra uma base do 2º Batalhão de Infantaria de Selva, na localidade de Pavão. O Comandante do grupo de combate que estabelecera a base, Segundo-Sargento Mário Abrahim da Silva, ao tentar chegar ao local da incursão, foi atingido por um disparo desferido por um terrorista. Contam seus companheiros que o Sargento Mário, mesmo ferido e após haver descarregado sua arma, deu ordens ao grupo: *"Deitem-se todos, aferrem-se ao terreno, varram a área a tiros e mantenham a segurança".* Logo após chamou seu sucessor, o Sargento Bonifácio, e disse-lhe: *"A boina verde é sua, companheiro! Comande nossos homens para que a nossa pátria permaneça sempre livre e democrata".*[581] Depois, chamou o Soldado Frota e perguntou-lhe: *"Como estão nossos soldados?".* Após saber que todos iam bem, tornou a dizer-lhe: *"Mantenha a segurança. Diga a todos que eu não compreendo por que irmão está matando irmão. Agora que o progresso está chegando aqui, o que querem esses brasileiros além da Transamazônica, além do que o Presidente vem fazendo por todos nós, trazendo para esta região o que existe de bom? Deus os perdoem".* A seguir lembrou sua família, esposa, filhos e mãe, e faleceu. A sua calma ante o perigo, o seu cuidado com os subordinados e as suas recomendações, constituíram-se na sua última instrução, uma lição de patriotismo. Sua atitude serena e lúcida diante da morte, embora não compreendesse a motivação da mão que o matava, é digna dos heróis. Nesse dia, o terrorista Miguel Pereira dos Santos ("Cazuza"), do destacamento "C", foi morto numa emboscada, tendo seu acompanhante logrado fugir ileso.

No dia 28, um grupo que realizava um patrulhamento quase caiu numa emboscada fatal. No entanto, falhou a arma ou fraquejou um dos terroristas e o grupo foi alertado. Como se tratasse de uma passagem perigosa, o grupo tinha exploradores evoluindo pela mata, os quais reagiram a tempo. O terrorista cuja arma falhara logrou fugir. O outro, que abriu fogo com uma espingarda calibre 16, caiu morto no tiroteio que se seguiu. Tratava-se de Resende Souza Nazareth ("Fátima"), do destacamento "A".

No dia 29, um grupo de 4 ou 5 terroristas tentou emboscar um GC do 10º BC. Os terroristas montaram uma emboscada numa capoeira.

Percebida a ação, em razão de ruídos produzidos pelos subversivos, foi montada uma contraemboscada, na qual morreram três terroristas, Antônio Carlos Monteiro Teixeira ("Antônio"), José Toledo de Oliveira ("Victor") e José Francisco Chaves ("Zé Francisco"), além de possível ferimento em um ou dois terroristas.

Ainda nesse dia, em outra área, um grupo de terroristas aproximou-se de um casario. Um deles foi visto, no momento em que retrocedia, por um dos componentes de uma patrulha do 6º BC. A patrulha empreendeu perseguição aos subversivos e no tiroteio travado acabou por matar três terroristas do grupo: Ciro Flávio Salazar de Oliveira ("Flávio"), Manoel José Nurchis ("Gil"), do destacamento "B"; João Carlos Haas Sobrinho ("Juca"), da Comissão Militar. Possivelmente, foram feridos outros terroristas que se embrenharam na mata.

Após esse dia, não se tem dados sobre outras ações desenvolvidas pelos subversivos, que passaram a realizar deslocamentos através da selva, evitando utilizar trilhas e picadas, além de recolherem-se em áreas de refúgio, normalmente em grotas próximas a fontes de água, de difícil obtenção nessa época do ano. Coincidentemente, ou não, as atividades desenvolvidas pelos subversivos ocorreram com maior incidência e intensidade durante o período de aclimatação das forças legais, a partir do qual passaram a evitar contato com a tropa, fugindo de qualquer tipo de confronto ou ação militar. No entanto, ainda houve outros combates de encontro.

---

[581] A boina verde compõe o uniforme de selva e é seu símbolo.

A essa altura, as forças legais já haviam conquistado o apoio da população, preocupando visivelmente os subversivos, particularmente, a utilização pelo Exército de guias locais, que passaram a ser intimidados e ameaçados de represália pelos terroristas. Era importante a mudança de postura da população, constituída em grande parte de posseiros, homens de origem humilde e pacífica. Desejavam estabelecer-se, trabalhar e ansiavam por ocupar áreas devolutas e receber o título de posse da terra. A Polícia Federal muito contribuiu para que isso ocorresse, com a prisão, pela interferência do comando da Brigada, de vários grileiros, elementos normalmente a serviço de terceiros ou mais raramente de "mote" próprio, que expulsam os posseiros de suas terras, invariavelmente fazendo uso da violência. Nessa ocasião, foram presos, entre outros: José Noleto, proprietário de extensos castanhais, Antônio e Eleutério Alcaz Martim, sócios da Indústria de Madeiras Pará-Impar, e seus capangas.

A manobra foi encerrada no dia 2 de outubro, quatro dias antes do previsto. Trouxe ensinamentos preciosos, de ordem operacional, logística e de informações, que contribuíram, de forma altamente positiva, para a corporificação da doutrina militar brasileira. Permitiu que fossem salientadas deficiências de alguns meios materiais, assim como ratificou a excepcional qualidade e rendimento do armamento utilizado. Mostrou falhas humanas, principalmente decorrentes da formação do pessoal com permanência temporária no Exército, evidenciando, por outro lado, a excelente capacidade de adaptação do soldado às rigorosas condições do combate na selva. No entanto, apesar de mais uma vez desarticular o destacamento e permitir a apreensão de importantes documentos, deixou claro que não é possível realizar tal tipo de ação com prazo pré-fixado. Esse erro fundamental trouxe sérios prejuízos operacionais, financeiros e psicológicos, além dos possíveis reflexos que teve na própria evolução do processo político nacional e o consequente desgaste para as Forças Armadas.

Após o término da manobra, permaneceram na área uma Companhia do 36º BF em Xambioá, com pelotões articulados, em Caiano, em Abóbora, e um pelotão da 8ª RM, ao Norte. A partir de 15 de novembro, esses efetivos foram ainda reduzidos, mantendo-se apenas destacamentos nas localidades periféricas de Marabá, Xambioá e Araguatins, além de elementos de informações e barreiras na periferia da área, mantidas pela PM/PA. Isso permitiu que os subversivos voltassem a se movimentar com liberdade, realizassem a reaproximação com os moradores da área, adquirissem e estocassem alimentos e reestruturassem suas forças, em condições de, com a experiência adquirida, ampliar suas ações.

No entanto, o PC do B continuava a sofrer baixas. Em dezembro, dois membros do CC morreram em choques com a polícia. No dia 20, na Guanabara, morreu Lincoln Cordeiro Oest, e, no dia 30, em São Paulo, Carlos Nicolau Danielli, ao tentar a fuga auxiliada por seus camaradas. No dia 22, Glênio Fernandes Sá, do destacamento "B", apresentou-se à tropa estacionada em Xambioá. Glênio transmitia importantes informações sobre o Movimento de Libertação do Povo (MOLIPO). Era a organização estruturada na área, que seria o embrião do "Exército Popular".[582] Revelou a forma de recrutamento e os itinerários utilizados para a entrada na área; as atividades desenvolvidas pelos militantes do PC do B no local; e forneceu dados sobre parcerias conjugais.

Finalmente, em 28 de dezembro, foi presa em Vila Clementina/SP, a militante Criméia Alice Schmidt de Almeida que, grávida, abandonara a área de campo em junho último.

14. VPR: as "travessuras" de Herbert e de Anselmo

Em 1972, a VPR já não existia no Brasil, desmobilizada que fora pelo Comando Nacional Provisório (CNP), em agosto do ano anterior. Seus únicos três remanescentes, Herbert Eustáquio de Carvalho, Tereza Ângelo e Adair Gonçalves Reis, haviam sido passados por Zenaide Machado, antes de sua prisão em 31 de agosto de 1971, ao militante do MPR, Leonardo Valentini, e haviam ficado escondidos, até o final desse ano, em seu apartamento da Rua Noronha Torrezão, em Niterói.

Entretanto, as divergências políticas entre Herbert e o "casal" Adair e Tereza eram muito grandes. Enquanto estes eram contra a desmobilização, Herbert havia sido seu maior defensor e propugnava por um congresso a ser realizado no exterior. Adair e Tereza desligaram-se de Herbert e foram passados para a ALN. Herbert, por sua vez, enviara Leonardo a Santiago do Chile para contatar Onofre Pinto, Maria do Carmo Brito e Ângelo Pezzuti da Silva. Precisava pedir dinheiro e documentos falsos para sair do País, que foram trazidos por uma moça chilena, em março de 1971.[583]

Mas, para Herbert, já não havia grandes interesses em sair. Nessa época, morava em Niterói, na residência do "casal" de militantes do MPR, Cláudio Alves Mesquita Filho e Maria Elisalva Oliveira. Depois de ter passado alguns anos reprimindo o seu homossexualismo, quando Maria Elisalva saía, Herbert dava vazão aos seus instintos divertindo-se com Cláudio. Embolsou os 1.000 dólares e foi ficando.

Em abril, Ubajara Silveira Roriz retornou do Chile, com a responsabilidade de fazer contato com os três remanescentes da VPR.

---

[582] O MOLIPO possuía como documentos básicos um programa de reivindicação, o regulamento da Justiça Militar Revolucionária (JMR) e o Regulamento Militar, embora estes últimos não fizessem referência ao movimento.

[583] Além dos documentos falsos para a viagem, Anaíre Pinto enviou 1.000 dólares para Herbert.

Só encontrou Herbert e, juntos, em junho de 1972, incorporaram os quatro únicos militantes, Leonardo Valentini, Cláudio Alves, Maria Elisalva e João César Belisário de Souza, à VPR, sob a denominação de "Frente Gerson Theodoro de Oliveira". Com isso, idealizavam conseguir mais dólares do exterior, fornecendo a imagem de que estariam procurando reestruturar a VPR na Guanabara.

A nova "frente" planejou editar três publicações: um jornal quinzenal denominado "Jornal Livre" (só saíram três números), a revista "La Marca" (nunca saiu) e a tribuna de debates "De União" (só saiu um número). A fuga de João César para o Chile, em outubro, desfalcou ainda mais a diminuta "frente".

No entanto, já possuía um militante no local onde os dólares poderiam ser conseguidos.

Enquanto isso, o ex-cabo Anselmo, seguindo as recomendações do Delegado Fleury, buscava contatos com os remanescentes da VPR no Brasil. Não encontrando ninguém, dirigiu-se para o Chile, em dezembro, quando soube, por Onofre Pinto, que a ALN e a VPR estavam desconfiadas de que ele havia passado para a "repressão". Só tranquilizou-se quando Onofre disse que já havia esclarecido tudo, e que, inclusive, ele iria receber a incumbência de dirigir a instalação de um núcleo armado em Pernambuco, com militantes saídos de Cuba e do Chile. Anselmo retornou ao Brasil com esse encargo.

15. O desmantelamento do PORT

Reestruturado após as "quedas" de 1970, o Partido Operário Revolucionário Trotskista (PORT) ficara mais forte em São Paulo, onde estava localizado o denominado "aparelho técnico" que, sob a direção de Rui Osvaldo Aguiar Pfutzenreuter e Ayberê de Sá, imprimia o jornal "Frente Operária" e outras publicações do Partido. Trabalhava para ampliar suas atividades no Rio Grande do Sul, no Distrito Federal e junto aos camponeses do Nordeste. Seu Birô Político estava constituído por Heriberto Back, Martinho Lea'l de Campos, Almério Malquiades de Araújo, Barnabé Medeiros Filho e Ayberê de Sá. Rui Osvaldo era o encarregado das ligações do Partido com o Secretariado Latino-Americano (SLA) sediado em Buenos Aires.

No início de abril, Heriberto reuniu-se com militantes do Distrito Federal, numa casa do Gama, cidade satélite de Brasília, quando relatou sua viagem à URSS, no ano anterior, e informou a decisão do Partido de deslocar Iran Jácome Rodrigues para São Paulo, onde assumiria um cargo no CC".[584] Nessa reunião, foi, ainda, estabelecida a direção regional do Partido. A exposição de Heriberto nessa ocasião foi gravada por Iraê Sassi, e essa fita caiu em mãos da polícia, alguns dias depois.

Logo após a organização do PORT no Distrito Federal, reiniciar-se-iam as "quedas" de militantes do partido, em São Paulo. Em 12 de abril, foram presos Iran Jácome e Barnabé Medeiros. A prisão, no dia seguinte, da esposa deste último, Isolda Gouveia Medeiros, precipitou uma série de detenções de militantes de base, que se estendeu aos elementos da direção, alcançando, em uma semana, quase duas dezenas de militantes da organização e todos os membros de seu Birô Político.[585] Caía, também, Rui Oswaldo, que, ao resistir a tiros à voz de prisão, foi morto no dia 14 de abril.

As declarações dos elementos presos, particularmente as de Heriberto, Martinho, Epaminondas Jácome e Celso Agra, forneceram dados que possibilitaram a identificação e posterior detenção de diversos militantes em outros Estados. Essas prisões, que incluíam todos os militantes do Birô Político, desmantelaram o PORT, que só reapareceria, alguns anos depois, com novas lideranças.

16. Remanescentes trotskistas em busca de uma definição

No início de ano, vários militantes trotskistas estavam em busca de uma definição. No Brasil, remanescentes da FBT e militantes da Organização Comunista 19 de Maio (OC 19 de Maio) iniciaram contatos para uma possível fusão e posterior filiação ao Comitê de Organização pela Reconstrução da Quarta Internacional (CORQI).[586]

---

[584] Participaram dessa reunião, além de Heriberto: Iran Jácome Rodrigues, João Batista Arruda, Iraê Sassi, Aluísio Bezerra de Oliveira e Jaime Gonçalves de Almeida.

[585] Foram presos nessa ocasião: Almério Melquíades de Araújo e sua esposa Karim Back de Araújo, Ayberê Ferreira de Sá, Heriberto Back, Claudio Antônio de Vasconcellos Cavalcanti, Antônio Claudio de Oliveira de Souza e sua companheira Guaracira Gouvêa, irmã de Isolda, Epaminondas e sua companheira Ana Lúcia Herça Fernandez, José Américo de Paula, Maria Sunie Watanosa e Dúcia Ferrari.

[586] A IV Internacional, a essa época, estava fracionada em quatro correntes, de acordo com o organograma a seguir:

– no final e fora do organograma, entra: (*) Princípios ideológicos.

Ao mesmo tempo, remanescentes da FBT, que viviam em Paris, resolveram criar o denominado “Grupo de Outubro”, que, em abril, editou o primeiro número de seu jornal, que recebeu o mesmo nome escolhido para o grupo. Esses elementos também entraram em contato com os remanescentes da FBT, no Brasil, prevendo uma futura fusão.

Em julho, em São Paulo, foi criada uma outra entidade trotskista, a Organização de Mobilização Operária (OMO), que visava à articulação dos “setores avançados da classe operária, e que passou a publicar o jornal “O Movimento Operário”.

No final desse ano, foram retomadas as gestões para a fusão desses pequenos grupos trotskistas, agora acrescido da OMO.

Essa fusão apenas seria concretizada em 1975, com a formação da Organização Marxista Brasileira (OMB), que no ano seguinte transformar-se-ia na Organização Socialista Internacionalista (OSI).

17. VAR-P: os prenúncios do fim

Interrompido o trabalho de massa realizado pelo GRUJOC, no final do ano anterior, a Vanguarda Armada Revolucionária Palmares (VAR-P) prosseguiu realizando ações de sobrevivência, atuando sempre em “frente” com as organizações da esquerda revolucionária na Guanabara.[587]

No dia 10 de janeiro, o início das atividades criminosas da VAR-P, no ano de 1972, marcava a estreia de Irene Madeira de Carvalho, responsável pela CR/GS, em ações armadas. O alvo da ação, realizada com panfletagem em “frente” com o PCBR, foi o posto do DETRAN, em Jacarepaguá, na Rua Comendador, nº 2, de onde foram subtraídos oitenta e seis pares de placas.

O orgulho do todo-poderoso James Allen Luz ver-se-ia arranhado com a fuga de seu irmão de criação Adão Vila Verde, o “Itamar”, integrante do Setor de Operações. “Itamar”, que vivia com o irmão e a militante Ligia Maria Salgado da Nóbrega num “aparelho”, em Quintino, desapareceu, levando um aparelho de rádio e Cr$ 20.000,00, parte do produto do assalto simultâneo a dois bancos na Rua Bela. Um ligeiro “desvio pequeno-burguês” que provocou a ira de James Allen e a promessa de “justiçamento” de “Itamar”, assim que fosse encontrado.

No dia 16 de março, James Allen Luz, Carlos Alberto Sales e Hélio da Silva encontravam-se sentados à mesa de um bar na Avenida Meriti, em companhia de Getúlio de Oliveira Cabral, do PCBR, aguardando a chegada de Flávio Augusto Neves Leão de Sales, da ALN, para combinarem mais uma ação em “frente”. Flávio, surpreendido numa operação policial de controle de trânsito, sob o pretexto de uma “estória de cobertura”, levou a polícia ao local da reunião, numa tentativa de escapar. O encontro com os policiais, marcado por um intenso tiroteio; propiciou à fuga de Flávio, que, ferido, foi levado para o “aparelho” de James Allen, em Quintino, onde recebeu os primeiros socorros e passou algum tempo restabelecendo-se.

A eficiência de operações de controle de trânsito ficaria mais uma vez comprovada com a prisão de Hélio da Silva e Carlos Alberto Sales, quando se deslocavam num táxi, de propriedade da organização, no bairro do Méier, no dia 29 de março.

Carlos Alberto e Hélio “abriram” dois “aparelhos” da organização. No primeiro, abandonado por Maria Regina Leite Lobo de Figueiredo e Antônio Marcos Pinto de Oliveira, foram apreendidos o arquivo da VAR-P, máquinas de impressão, armamento e munição.

O segundo “aparelho”, abordado ainda na noite do dia 29 de março, situado na Avenida Suburbana, nº 8.695, apresentou reação armada e, no tiroteio, morreram Lígia Maria Salgado da Nóbrega, Antônio Marcos Pinto de Oliveira e Maria Regina Leite Lobo Figueiredo. Tratava-se do “aparelho” de James Allen e Lígia Maria, que era “limpo” com o auxílio de Maria Regina e de Antônio Marcos, após constatadas as prisões de Carlos Alberto Sales e Hélio da Silva.

As ocorrências do dia 29 de março assinalaram uma grande derrota para a VAR-P, com a desestruturação do Setor de Operações – desfalcado pelas prisões de Carlos Alberto e Hélio da Silva e pela morte de Lígia Maria – e a paralisação da imprensa com a morte de seus responsáveis, Antônio Marcos e Maria Regina.

---

[587] Ações realizadas em “frente” pela VAR-P, em 1972: em 24 de janeiro, assalto ao Curso Fisk, na Rua Itacuruçá, na Tijuca, com o roubo de uma máquina de escrever e dois mimeógrafos, em “frente” com o PCBR e a VRP; em 31 de janeiro, assalto ao posto de identificação do Ministério do Trabalho e Previdência Social, na Rua Uranos, 1230, em Olaria, com o roubo de 800 carteiras de trabalho em branco e das armas dos policiais de serviço, em “frente” com a ALN e o PCBR; em 21 de fevereiro, assalto simultâneo às agências dos Bancos de Créditos Territorial e da Bahia, na Rua Bela, em São Cristóvão, com o roubo de 108 mil cruzeiros, em “frente” com a ALN e o PCBR; em 24 de abril, assalto ao Banco de Crédito Territorial, na Rua Bela, 318, com o roubo de 45 mil cruzeiros, em “frente” com o MR-8 e o PCBR; em 9 de junho, assalto ao Banco Nacional Brasileiro, na Rua Guilhermina Mazvell, esquina com Av. Brasil, com o roubo de 18.500 cruzeiros, em “frente” com o MR-8 e o PCBR; em 1º de outubro, assalto ao Banco Itaú-América, na Rua Marquês de Abrantes, 118-C, em Botafogo, com o roubo de 90.800 cruzeiros, em “frente” com o PCBR.

No dia seguinte, foi "estourado" um terceiro "aparelho", "aberto" pela dupla presa na Rua Silva Vale nº 55, no Subúrbio de Cavalcanti, no Rio de Janeiro. Tratava-se de uma oficina mecânica da organização, utilizada como "fachada" para guardar material e homiziar o dirigente nacional, José Carlos da Costa.

Novamente, os órgãos de segurança encontraram resistência armada que resultou na morte de Hilton Ferreira e na prisão de Cid de Jesus Torres.

As informações de Hélio da Silva causaram, também, "queda" no MR-8, com a prisão do dirigente Nelson Rodrigues Filho, elemento de ligação com as organizações da "frente".

As "mortes de março" causaram indiretamente problemas para a combalida estrutura da organização. Em maio, intimidada, Maria Emília Silva, ativa militante do Setor de Imprensa na Guanabara, desligou-se da organização e abandonou o País, alegando problemas de saúde.

O agravamento da situação da organização impunha urna tentativa para a reversão do quadro. Como já parecia ser norma na VAR-P, em ocasiões de crise, foi convocado pelo CN um novo congresso, o terceiro. Em julho, realizava-se, na Ilha do Mosqueiro, em frente a Belém, no Pará, o III Congresso da VAR-P.

O reduzido plenário espelhava a fase difícil vivida pela organização. Presentes: James Allen Luz, José Carlos da Costa, Irene Madeira de Carvalho, Antônio da Cunha Losada, Sônia Venâncio Cruz, um casal de Belém e, como convidado, o dirigente do PCBR, Getúlio de Oliveira Cabral. As discussões giraram em torno das táticas, com o objetivo de, numa visão autocrítica, corrigir o desvio militarista. Decidiu-se dar ênfase ao trabalho de massas, procurando maior penetração no setor operário. Os delegados presentes elegeram um novo CN constituído por James Allen Luz, José Carlos da Costa e Irene Madeira de Carvalho.

Na tentativa de reestruturar a organização, os membros do CN atribuíram-se missões específicas. James Allen permaneceria na Guanabara, tentando reestruturar a organização e fazendo contato com as organizações da "frente". Incentivaria as ações político-armadas, em vez das rotineiras ações de sobrevivência. Irene iria para o Rio Grande do Sul, a fim de, em ligação com Antônio da Cunha Losada e Sônia Venâncio Cruz, restabelecer contatos com militantes da organização naquele Estado, visando a posterior deslocamento para as áreas do Rio e de São Paulo, consideradas prioritárias. José Carlos deslocar-se-ia para São Paulo, por já ser conhecido na área, onde havia trabalhado como operário, com a intenção de retomar antigos contatos.

Abandonando Belém após o Congresso, o CN reuniu-se em São Paulo e decidiu pela reestruturação do CR/RS, indicando Antônio da Cunha Losada e sua amante, Sônia Venâncio Cruz, para as tarefas de direção. A reestruturação do trabalho em São Paulo, considerada prioritária, ficou adiada para março, quando a organização acreditava ter resolvido o problema da falta de recursos.

Os trabalhos no Rio Grande do Sul, prejudicados pelo baixo nível político dos contatos de Losada, foram ainda mais dificultados quando Carlos Avelinq Fonseca Brasil, desiludido com os rumos tomados pela organização, distribuiu uma carta em Porto Alegre, acusando Losada de "oportunista" e James Allen de "bandoleiro".

As dificuldades de arregimentação de novos militantes e a falta de recursos da VAR-P levaram James Allen ao Chile, em setembro. Em seus contatos, James foi procurado pelos integrantes das duas facções do MR-8 – que tinha "rachado" – para que fossem reconhecidas pela VAR-P. Demonstrando uma posição firme e ocultando a real situação de sua despedaçada organização, James Allen recusou o reconhecimento da VAR-P e das duas correntes do MR-8, afirmando que só as reconheceria caso retornassem ao Brasil para prosseguir a luta revolucionária.

Apesar da empáfia demonstrada no Chile, James Allen retornou sozinho e com os bolsos vazios.

As difíceis condições de militância nos grandes centros, como Rio de Janeiro e São Paulo, fizeram com que a VAR-P voltasse sua atenção para Porto Alegre, onde, julgando menos forte a estrutura dos órgãos de segurança, procuraria recursos financeiros e humanos para desenvolver o trabalho político nas áreas prioritárias, Rio de Janeiro e São Paulo.

Após um sucesso inicial, a organização seria vítima da subestimação dos órgãos de segurança do Rio Grande do Sul.

18. Surge uma nova RAN

No início do ano, o Grupo Independência ou Morte (GIM), embora de forma atabalhoada, crescia. Novos adeptos eram aliciados para os Grupos de Ação (GA), de impressão do jornal, de informações e de medicina,[588] embora houvesse também algumas deserções. [589]

---

[588] O Prof. Rubim Santos Leão de Aquino foi encarregado pelo seu colega do curso Psico-Pré, Júlio F. Rosas Filho, para o GA de impressão do jornal "Independência ou Morte". No Hospital Pedro Ernesto, Gerson Noronha Filho, sobrinho do Governador Chagas Freitas, sua namorada Evelyn Eiseirnstein e Sandra Lazzarini, além de outros estudantes e médicos residentes, passaram a engrossar as fileiras do GIM.

[589] O Prof. Rubim Santos Leão de Aquino durou pouco no GIM por sentir-se diminuído tendo em vista estar desempenhando uma função julgada subalterna. Por razões idênticas, também se afastou da impressão Cesar José Campos.

Sanadas as dificuldades de elaboração do jornal, permaneciam as de sua impressão. Estudos foram feitos para a instalação de uma gráfica, mas o grupo não dispunha de recursos para implementá-la. A impressão do jornal muitas vezes expunha seus militantes, ao ser realizada em seus locais de trabalho.[590]

As atividades dos aliciados para o grupo indicavam que esse trabalho era feito sem objetividade e possivelmente sem uma definição adequada dos propósitos da organização. Por exemplo, em março, Sahdra Lazzarini aliciou para a organização Nicolau Zarvos Neto e Maria Alice Viveiros de Castro ("Lilice"). Ao que se sabe, a atuação de Nicolau limitava-se a discussões sobre o jornal "Independência ou Morte" e a revista "Prisma". Ambos cumpriram também à tarefa de remeter, pelo correio, exemplares das publicações da organização a jornais argentinos e uruguaios. No final do ano, ambos estavam previstos para integrarem o GA de propaganda, recém-criado.

Em abril, Hermes Machado foi finalmente encarregado de coordenar um GA cuja atribuição seria realizar ações armadas para auxiliar no sustento da organização, até então sobrevivendo da contribuição individual de seus militantes e simpatizantes. Esse GA foi inicialmente constituído por Hermes, João Carlos Reis Horta e José Sérgio Vazo. O major do Exército, cassado, Fernando Ryff Correia Lima ("Major") aguardava a constituição de outros GA para assumir o comando da Equipe de Ação (EA) e, posteriormente, do Setor Armado. Cedeu vários manuais de campanha do Exército para o GA de ações armadas, visando a dar-lhe uma base teórica para a sua atuação. O Major, inclusive, criticou o manual de explosivos da organização, confeccionado, em 1970, por Hermes, dizendo que seria mais simples comprar os manuais no balcão do Estabelecimento General Cordeiro de Farias, no saguão do Ministério do Exército, onde eram vendidos sem qualquer exigência quanto a seu adquirente e destino, o que passou a ser feito pela organização.

O GA de ações armadas apenas iniciava a sua preparação, realizando exercícios de tiro na localidade de Açaí, próximo a Muriqui/RJ, e Amadeu Rocha substituiu João Carlos por Jefferson Santos do Nascimento. Amadeu pretendia continuar utilizando João Carlos na atividade de aliciamento.

No afã de melhorar o nível ideológico dos militantes da organização, o Prof. Júlio Ferreira Rosas Filho, para, em maio, um curso de marxismo. As aulas eram ministradas na Rua Itacuruçá, na residência de César José Campos, aos sábados e domingos.[591] Confirmando a forma indefinida de aliciamento da organização, quando os presentes tomaram conhecimento que as aulas eram realizadas por uma organização subversiva, abandonaram o curso, permanecendo apenas os encontros do dono da casa e sua esposa com o professor. De forma semelhante, a organização tentou estender seu proselitismo à área artística.[592]
Se Júlio Rosas não obtinha êxito com seu curso, fá-lo-ia no aliciamento de professores. Assim foi que trouxe para o grupo um novo militante, o Prof. Francisco Jacques Moreira de Alvarenga, que passaria a atuar na revista "Prisma" e no aliciamento de novos membros na área educacional.[593]

Naquele ano, o GIM tentou também a aproximação com outras organizações subversivas, visando ao seu reconhecimento e na tentativa de aliciar novos militantes, particularmente para os seus GA de ações armadas. Foram feitos contatos com o PCBR, com a ALN e com a VPR sem que nada de positivo fosse conseguido.

No meio do ano, foram feitas modificações no GA médico. Cláudio José de Campos Filho foi cooptado para formar o esboço de um comando regional e Adail Ivan de Lemos substituiu Jorge Manuel de Oliveira e Silva na coordenação do GA. Este, após seu casamento, estava abandonando a organização quando foi convocado para servir na Marinha.

Em setembro, o grupo que assumia o jornal "Independência ou Morte" resolveu transformar-se numa organização, adotando a denominação de Resistência Armada Nacional (RAN). O dia 7 de setembro foi escolhido como o mais apropriado para a divulgação do "Manifesto ao Povo Brasileiro", que anunciava a constituição da RAN por "revolucionários representantes de diversas regiões do País, reunidos na cidade de São Paulo". O manifesto era um engodo propagandístico, pois o antigo GIM, transformado em RAN, estava circunscrito ao Estado da Guanabara, mais especificamente à cidade do Rio de Janeiro.

Ainda em setembro, Amadeu Rocha resolveu ir a Montevidéu conversar com Dagoberto Rodrigues para reafirmar a fundação da organização – já informado por carta – e convidá-lo para integrar o comando da RAN no exterior.

Dagoberto Rodrigues aceitou o convite e disse que ia convidar Neiva Moreira para colaborar com a organização. Os contatos no Uruguai foram ampliados, e antigos participantes de Caparaó aderiram à RAN, dentre eles Araken Vaz Galvão e Walter Teschi. Nas conversações com Dagoberto, Amadeu ponderou que um comando nacional só teria sentido, caso a organização se estruturasse em outros dois Estados, além da Guanabara. Dagoberto concordou com a ideia e sugeriu para

---

[590] Muitas vezes o jornal "Independência ou Morte" foi rodado no SESI, onde trabalhava o militante Roberto Pinto de Luna Pedrosa.

[591] Participava do curso, além de César, sua esposa Flávia Sollero Campos, José Sérgio Correa Mendes ("Pedro"), sua esposa Ivone Maria Barros Correa e um dentista amigo de César.

[592] O então casal de atores Paulo José e Dina Sfat, foi convidado por Ana Araújo de Arruda Albuquerque, mas não aceitou tornar-se militante. O compositor Capinas, procurado por Cláudio Campos, chegou a ser apresentado a Amadeu Rocha, mas, alegando falta de tempo, escusou-se de militar no GIM.

[593] Francisco Alvarenga traria para o GIM o Prof. Manoel Maurício de Albuquerque.

o comando nacional da RAN, quando constituído, o escritor Antônio Calado, que deveria ser procurado em seu nome. Amadeu sugeriu Avellino Gonçalves Kock Torres como o terceiro nome do comando nacional, que foi aceito por Dagoberto.

Na volta ao Rio de Janeiro, Amadeu Rocha contatou Antônio Calado, que concordou em participar do comando nacional da RAN.

Dagoberto Rodrigues, mais tarde, em carta escrita a Amadeu, informou que Neiva Moreira aceitaria a responsabilidade de participar do comando da RAN no exterior.

Em setembro de 1972, Júlio Rosas aliciou para a organização o Prof. Carlos Henrique de Escobar Fagundes e sua mulher, à época, Maria da Glória Ribeiro da Silva, os quais passaram a participar da reestruturação da revista "Prisma". Carlos Escobar sugeriu também o nome de sua ex-mulher, a teatróloga Ruth Escobar, que, contatada em São Paulo, passou a receber o jornal "Independência ou Morte" e ficou aguardando oportunidade de conversar com Amadeu Rocha.

Carlos Escobar aliciou, ainda, o casal César Augusto Chaves Fernandes e Maria da Conceição Chaves Fernandes, ele, escritor, e ela, jornalista do jornal "Opinião". O casal também foi setorizado num GA da revista "Prisma". Carlos Escobar e Maria da Glória ficaram ligados à Filisbina Assunção Santos, num dos GA da revista. No outro GA, coordenados por Ana Maria Ferreira Rosas, permaneceram César Augusto e Maria da Conceição.

A visão da organização de arregimentar os setores nacionalistas das Forças Armadas teve desdobramento com o aliciamento do Capitão Jarbas Barbosa de Lemos. Este comprometeu-se a fazer o levantamento dos oficiais nacionalistas que pudessem ser aliciados para a organização.

Amadeu Rocha, com a perspectiva de expansão da organização para São Paulo, por meio de Ruth Escobar, contatou Avelino Gonçalves Kock Torres, para informar-lhe da intenção de elevá-lo ao comando nacional da organização e da necessidade de estruturar um GA em Juiz de Fora. Avelino, inicialmente, demonstrou preocupação com o que pudesse acontecer à sua família, no entanto, vencida sua relutância, ao retornar a Juiz de Fora, tentou estruturar o GA da RAN com José Paulo Neto, funcionário da prefeitura municipal daquela cidade, indicado por João Carlos Reis Horta. A tentativa, entretanto, não logrou êxito, esbarrando em desentendimentos ocorridos entre Avelino e José Paulo.

Em outubro, Júlio Rosas, insistente, iniciava um curso de marxismo para outro grupo de militantes da RAN.[594]

Em dezembro, Sandra Lazzarini "ganhou" para a RAN José Flávio Ramalho Ortigão. No final de dezembro, Ramalho Ortigão foi apresentado a Amadeu Rocha que solicitou para a organização umas armas que estariam guardadas no sítio da família, na Estrada Grajaú-Jacarepaguá. Solicitava, ainda, a utilização do sítio para realizar reuniões e guardar material da organização. Ramalho Ortigão argumentou que não poderia ceder as armas, porque elas estavam na residência da família no Jardim Botânico, mas cederia o sítio. Com o assentimento de Ramalho Ortigão, foram guardados no sítio documentos da organização, remédios e material de impressão.

Ramalho Ortigão, por possuir um carro, passou a servir de motorista para a "impoluta figura" do comandante da RAN, Amadeu de Almeida Rocha.

Ruth Escobar, que continuava mantendo contatos com seu ex-marido, Carlos Escobar, foi, finalmente, apresentada a Amadeu Rocha, em dezembro, no Rio de Janeiro. Ruth reafirmou seu propósito de participar da organização e, como estava de viagem marcada para Portugal no início de 1973, ficou de refazer contato com a organização quando retornasse da Europa. Na ocasião, Ruth foi orientada a fazer contato com o Dr. Leonardo Barbosa de Medeiros, recentemente transferido para São Paulo, para estruturar um GA naquela capital. Além da possibilidade de trabalho com Leonardo, Ruth imaginava estruturar um GA na área teatral.

Finalmente, em dezembro, ocorreu a reestruturação da revista "Prisma".[595]

Com a perspectiva de estender-se a Minas Gerais e a São Paulo, a RAN pretendia estruturar o Comando Nacional, cujos membros já estavam escolhidos, e realizar o seu primeiro Congresso, no qual definiria sua linha política e sua estratégia.

19. MR-8: o fim do militarismo, o "racha" e o Pleno

A destruição do Comitê Regional (CR) da Bahia e do "trabalho de campo" fez com que o Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8) voltasse seus olhos para São Paulo, para onde foi deslocado João Lopes Salgado, a fim de iniciar a estruturação do futuro CR.

---

[594] O curso foi realizado no apartamento de Filisbina Assunção Santos e, além dela, participaram Wlaeyra Maria Wagner, Ana Lúcia Azeredo Carneiro e uma nora de Filisbina, integrante do conjunto musical "Quarteto em Cy". As aulas ocorriam duas vezes por semana, às segundas e terças-feiras. Prolongaram-se até o Natal.

[595] Júlio Ferreira Rosas Filho foi deslocado do GA do Jornal "Independência ou Morte" para coordenar a equipe de ação (EA) da revista "Prisma". Com o impresso do Prof. Manoel Maurício de Albuquerque e do médico psiquiatra Antônio Celso Pires Osório Pereira, ficaram estruturadas três CA que formaram a Equipe de Ação da Revista "Prisma".

Foi criada uma Frente Interna (FI), a fim de executar trabalhos especiais, como documentação falsa, gráficas, inteligência e finanças legais, dirigida por Sérgio Rubens. Para substituir a Frente de Camadas Médias (FCM) e a Frente Operária (FO), foi criada uma Frente de Massas (FM), voltada, particularmente, para a atuação junto ao operariado. A grande modificação, entretanto, foi à extinção dos GPM, substituídos por uma Frente de Trabalho Armado (FTA). Para o MR-8, que iniciava a sua autocrítica, as ações armadas deveriam ser poucas e realizadas sempre em "frente" com outras organizações.

Na realidade, a estrutura brasileira do MR-8 estava esfacelada, contando com cerca de 15 militantes para realizar suas atividades. Em contrapartida, crescia a Seção do Exterior que, do Chile, buscava outras linhas para a organização.

Em 30 de março, aconteceu a primeira importante "queda" do ano, no MR-8, com a prisão de Nélson Rodrigues Filho, quando "cobria um ponto" com Hélio da Silva, da VAR-Palmares.

Em abril e junho, Paulo Roberto Jabour participou dos dois únicos assaltos do MR-8 nesse ano, respectivamente, ao Banco de Crédito Territorial da Rua Bela, em São Cristóvão, e ao Banco Nacional Brasileiro, na esquina da Avenida Brasil com a Rua Guilherme Maxwell, ambos em "frente" com o PCBR e com a VAR. Era a última ação armada do MR-8. Seus militantes, acuados e amedrontados, buscavam, apenas, a sobrevivência.

Em junho, foram presos Eduardo Lessa e Ana Maria. Em 3 de julho, Paulo Roberto Jabour foi preso na Guanabara. No fim do mês, os jornais noticiavam os desaparecimentos de Sérgio Landolfo Furtado e Paulo Costa Ribeiro Bastos, dos quais não se teve mais notícias.

A Direção Geral (DG) decidiu fugir.[596] João Lopes Salgado, Sérgio Rubens de Araújo Torres e João Luiz Silva Ferreira deslocam-se para o Chile acompanhados por outros quadros. Os remanescentes do MR-8, no Brasil, dispersaram-se, e a história da organização passou a ser escrita de Santiago.

No Chile, o MR-8 ganhou alguns militantes de outras organizações, como Nélson Chaves dos Santos e José Ibrahim, vindos da VPR, e Neusa Maria Barbosa Sader, do POC. Amadeu Thiago de Mello, ex-militante do MNR, ministrava cursos aos quadros do MR-8. As divergências, entretanto, eram evidentes e centravam-se, em grosso modo, na divisão entre "militaristas" e "massistas", estes, preocupados em dar uma nova dimensão à linha política do MR-8, voltada para o trabalho de massa. Segundo suas teses, o ano de 1972 marcava um período de transição, caracterizado por um impasse, ou a organização mudava a sua linha política, ou desapareceria, como consequência de sua prática militarista, baseada em "métodos artesanais de trabalho", no "voluntarismo", no "espontaneísmo político" e na "fragilidade ideológica de seus militantes".

Para os "massistas", impunha-se um "recuo do esquerdismo", visando ao "fortalecimento e à preparação da organização para maior eficácia de sua interferência na luta de classes".

Em novembro, em Santiago do Chile, na tentativa de dar solução ao "racha" iminente, o MR-8 convocou a Assembleia Geral, com o comparecimento de seus principais militantes.[597] Na votação final, oficializou-se o "racha", com a saída do grupo "militarista", representado por Vladimir Palmeira e Maria Augusta C. Ribeiro, integrado, dentre outros, por Daniel Aarão Reis, Samuel Aarão Reis, Athos Magno Costa e Silva, Amadeu Thiago de Melo, Sônia Regina Yessin Ramos e José Ibrahim.[598] Cid de Queiroz Benjamin não aceitou as ideias de nenhum dos grupos, desligou-se das duas facções.

Durante três dias do início de dezembro, os "massistas" realizaram as reuniões preparatórias do Pleno, nas quais discutiram as conjunturas internacional e nacional, a estratégia e a tática, e fizeram um balanço do trabalho das esquerdas no Brasil, com diversos militantes convidados de outras organizações.[599]

Alguns dias depois, ainda em dezembro, o MR-8 realizou o seu Pleno, com o comparecimento de Franklin de Souza Martins, João Lopes Salgado, Carlos Alberto Vieira Muniz, Sérgio Rubens de Araújo Torres, João Luiz Silva Ferreira e Nelson Chaves dos Santos, estes seis, eleitos para a nova DG, além de Norma Sá Pereira Torres e Maria da Glória.

No artigo 19 dos "Estatutos Provisórios", aprovados no Pleno, o MR-8 definia o caráter e os objetivos da organização:

"Somos uma organização política marxista-leninista cuja finalidade é contribuir para a criação do partido revolucionário do proletariado no Brasil, que assuma a vanguarda da luta da classe operária e da massa explorada, pela derrubada do poder burguês, pela supressão da propriedade privada dos meios de produção e pela construção da sociedade como transição para a abolição da sociedade de classe e o ingresso comunista".

---

[596] Com a saída de Carlos Alberto Vieira Muniz, a Direção Geral do MR-8 havia passado a ser integrada por João Lopes Salgado, Sérgio Rubens de Araújo Torres, Sergio Landulfo Furtado e João Luiz Silva Pereira.

[597] Compareceram na AG: Franklin de Souza Martins, João Lopes Salgado, Carlos Alberto Vieira Muniz, Sérgio Rubens de Araújo Torres, João Luiz Silva Ferreira, Nelson Chaves dos Santos, Norma Sá Pereira Torres, Maria da Glória Araújo Ferreira, Neuza Maria Barbosa Sader, Dirceu Grecco Monteiro, Elizabeth Rabelo Correia Lima, Vladimir Soares de Palmeira, Maria Augusta Carneiro Ribeiro e Cid de Queiroz Benjamin.

[598] Esse grupo continuaria usando a sigla MR-8, diferenciando-se por usar o termo "Construção Partidária" (CP). No ano seguinte, apesar de ter chegado a algumas resoluções políticas, o grupo seria dissolvido.

[599] Almeida, do POC, Herbert José de Souza, da FD-PD, Túlio Roberto Cardoso Quintiliano "temas e debates" de um grupo sem nome.

O MR-8 definiu-se pela denominada linha massista, vista como uma absoluta necessidade histórica, a fim de, paulatinamente, preparar a luta armada a ser desencadeada pela própria população. Apesar da autocrítica feita ao militarismo, o MR-8 afirmava, nas "Resoluções Políticas do Pleno", que, para a "destruição do poder burguês e o aniquilamento das Forças Armadas reacionárias" seria imperiosa a luta armada:

"O proletariado e as demais classes revolucionárias terão de desenvolver uma guerra revolucionária contra as classes dominantes, assumindo a luta militar para a tomada do poder, para tal, a revolução terá de formar o seu exército assentado principalmente no proletariado urbano e no campesinato, num processo de longa duração".

20. O MPL reestrutura-se no Brasil

As atividades do Movimento Popular de Libertação (MPL), em 1971, haviam sido muito restritas. No primeiro trimestre, o MPL ampliara a sua abrangência com o "aliciamento" de João Francisco de Souza, ligado ao Grupo de "O Círculo", em Recife, realizado por Istvan Jancso e Maria Aída Bezerra.[600] Em meados do ano, ocorreu em Recife à prisão do Padre Geraldo do Oliveira Lima, que era ligado ao Grupo "O Círculo". Istvan Jancso, sentindo-se ameaçado, viajou com a família para a França, em agosto. Istvan aproveitou como pretexto para a viagem a realização de um curso de História do Brasil no Centro Nacional de Rechedo Cientifique, em Paris. Na França, István aproveitou o restante do ano para, em contato com os militantes do MPL no exterior, aprofundar as discussões sobre a linha política da organização.

Mais tarde, juntaram-se ao grupo o Padre Alfredo Hervê e o Frei Tito de Alencar Lima. Este, aproveitando-se do fato de responder, em liberdade, ao processo de sua implicação com a ALN, fugira para Paris.

Em fevereiro de 1972, Miguel Arraes difundiu o comunicado "Aos companheiros e as organizações brasileiras", onde expôs os motivos do fracasso de sua participação no MPL. Arraes fez severas críticas a Sílvio Correia Lins, acusando-o de manipular os recursos da organização sem aceitar fiscalização. Atribuindo a responsabilidade do afastamento do MPL das organizações subversivas no Brasil a Sílvio e a seus seguidores, o ex-governador de Pernambuco declarou-se definitivamente afastado do movimento.

Na França, o grupo de militantes do MPL ainda procurava a definição de uma linha política. As ideias pré-existentes ao rompimento com Miguel Arraes necessitavam ganhar um contorno nítido. Existia o pensamento de que a linha principal de ação seria a conscientização, isto é, o trabalho a desenvolver não seria do tipo recrutamento de quadros, nem do tipo "ação de massas", mas algo mais amplo visando à modificação na forma de pensar. A transformação da organização, em longo prazo, através de um movimento de educação de base, criaria condições para a modificação do regime e para a implantação do socialismo no Brasil. Apesar da definição de intenções, Roberto Las Casas, considerado o intelectual do grupo, não conseguia formalizar um documento consubstanciando a estratégia e as táticas do movimento. O exílio não permitia uma correta avaliação do clima político no Brasil.

Ainda no primeiro trimestre desse ano, o grupo de banidos foi engrossado com a chegada de José Domingos Cardoso. José Domingos assumiu um cargo na sede da Juventude Operária Católica (JOC), em Bruxelas. Na França, constitui-se um Setor Operário do MPL com a participação de Roberto Las Casas, Padre Hervê e José Domingos. O grupo atuava junto a grandes centrais sindicais socialistas buscando apoio de políticos e reconhecimento, perdidos desde o rompimento com Miguel Arraes. Do esforço desses militantes, surgiu o apoio e o reconhecimento do MPL pela Confederação Francesa Democrática dos Trabalhadores, uma central socialista.

No segundo semestre, Piragibe Castro Alves viajou para fazer contato com as lideranças do movimento que se encontravam em Paris. Foi proposto o retorno de Istvan Jancso, para iniciar o trabalho de reestruturação do movimento a partir da reativação do Setor de Estudos e Informações (SEI).

Em novembro, Istvan retornou da França e dirigiu-se a São Paulo para fazer contato com antigos companheiros buscando subsídios para a atuação do SEI. No Centro Brasileiro de Pesquisas (Cebrape), foram contatados Fernando Henrique Cardoso, José Artur Gianotti e outros elementos, na busca de inspiração.

Após os contatos em São Paulo, István dirigiu-se ao Rio de Janeiro, onde foi trabalhar na Ceplade.[601] O SEI pretendia definir uma linha teórica para o movimento e uma linha prática de atuação para os militantes. István pretendia apoiar a estruturação do SEI em entidades educacionais que pudessem mascarar a atuação do setor e proporcionar subsídios para a elaboração de um programa. Dentro dessa ideia, foi fundada a empresa de pesquisa, assessoramento e avaliação em educação, por István Jancsó, Maria Letícia Ligneul Cotria, Maria Aída Bezerra e mais dois elementos. István imaginava

---

[600] Em janeiro de 1971, o Dr. Sebastião Barros de Abreu, Coordenador do Grupo Ligado a Miguel Arraes em Brasília, foi preso, encerrando a tentativa de implantação do trabalho das áreas rurais de Goiás. Esse grupo já não tinha ligações com o dirigente do MPL no Brasil, recebendo orientação direta de Apraus.

[601] Em setembro de 1971, Maria Letícia Ligneul Cotrim, do Setor de Educação do MPL, foi demitida do MCB, segundo a subversão, para poder prosseguir seu trabalho. Maria Letícia associou-se a outros colegas de esquerda e fundou o Centro de Planejamento e Desenvolvimento da Educação (Ceplade).

utilizar outras entidades, comprometidas com o MPL, nos diversos Estados, como a Associação Difusora de Técnicas e Pesquisas Pedagógicas (Aditepp), no Paraná; a Federação de Assistência Social e Educacional (FASE), em São Paulo; e o Centro de Estudos e Ação Social (CEAS), em Salvador, para montar esquema equivalente ao do NOVA.[602] A ideia era situar militantes do MPL nos pontos de responsabilidade na área de pesquisa das citadas entidades, visando a transformá-las em instrumento de ação do movimento.

Em dezembro de 1972, Sônia Correia Lins e Maria do Pilar Costa Santos retornaram ao Brasil e foram reintegradas na organização. Em São Paulo, por meio de Afonso Delelis, foram apresentadas a Antônio Aparecido Flores de Oliveira, Elias Stein, Vitor Gianotti, Alcides Salles Filho o Waldemar Rossi, que atuavam no Setor Operário na capital paulista.

No final de 1972, notava-se uma diferença na atuação do MPL. Procurava-se não mais arregimentar adeptos na classe média e sim na classe menos favorecida. O movimento procurava firmar suas bases em três níveis diferentes, no meio operário, usando o sindicalismo, na classe menos favorecida, através da pastoral católica, e no meio dos trabalhadores do campo.

O retorno dos banidos do MPL deu novo alento ao movimento. Procurava-se ultrapassar a fase de reuniões e discussões políticas e partir para as atividades essencialmente práticas.

21. Mil novecentos e setenta e dois

O ano do sesquicentenário da Independência foi auspicioso para o Brasil. Era o quinto ano consecutivo de desenvolvimento acelerado, com 1,5 milhão de novos empregos para a força de trabalho que ingressava anualmente no mercado de 11,7% de crescimento no PIB; uma inflação em torno de 15% e um déficit público igual a 0,14% do PIB, o menor das duas últimas décadas .

Apesar desse surto extraordinário de progresso, ainda estava longe de eliminar os desequilíbrios setoriais e regionais e de solucionar o complexo e controvertido problema da distribuição da riqueza. O censo de 1970, cujos resultados estavam sendo apurados, mostrava que nessa década toda a população havia melhorado seu nível de vida, mas as distorções ainda eram flagrantes. Os proveitos indiretos sobre a forma de educação, saúde, oferta de emprego e habitação não contam muito, porque seus beneficiários calculam sua participação na economia apenas pelo lado dos salários, e, estes, em lenta recuperação, não haviam ressarcido as grandes perdas verificadas no período de 1962/1969. O Governo, tendo sido o primeiro a aferir o problema, sabia que nessa área não se faz milagres. Não se resolvia o estágio de pobreza em que ainda vivia grande parte da população com slogans ou políticos populistas. Não cedia à demagogia. Seguia impondo ao País um desenvolvimento de forma ordenada, segundo um planejamento baseado em princípios racionais.

O desenvolvimento acelerado, porém, não é por si só instrumento de redistribuição social. Os benefícios indiretos são a única forma de antecipar as vantagens que o progresso oferece em longo prazo. E o Governo tomava medidas nesse sentido.

Uma lei regulamentara a profissão de empregada doméstica, vinculando essa categoria profissional – até então não reconhecida –, ao sistema previdenciário brasileiro, a exemplo do que fora feito, no ano anterior, com relação aos trabalhadores rurais. Da mesma forma, isso ocorria com a permanente ampliação das oportunidades de educação, com a criação do Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição (INAN), com o fornecimento de remédio gratuito a 70% dos segurados do INPS, com o aumento real de 3 a 4% do salário mínimo, etc. Embora não solucionassem o problema da distribuição da riqueza, essas medidas eram formas de levar os frutos do desenvolvimento a esses contingentes marginalizados e importantes para se alcançar a justiça no campo social.

Nesse ano o País viu o Congresso Interamericano de Direito Trabalhista e Previdência Social reconhecer as vantagens do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e recomendar seu estudo pelos países interessados em aperfeiçoar fórmulas de justiça social. Era a consagração internacional de um instrumento que revo1ucionara as relações de trabalho no País, mas fora enorme carga para as esquerdas. O Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), com 4 milhões de alunos e 200 mil professores, recebera idêntica consagração internacional. Era provável que nos próximos anos viesse a ser reconhecido, também, o esforço que se fazia para elevar a renda do assalariado através do Plano Nacional de Valorização do Trabalhador, que buscava elevá-lo da condição de mão de obra não qualificada à mão de obra especializada.

Auspiciosa também era a constatação de que o terrorismo urbano estava decisivamente no seu ramo descendente. A FLNN e o MOLIPO estavam desestruturados. AVPR praticamente já não existia no País e o MR-8 seguia no mesmo caminho, do qual não estava longe a VAR-P. Embora surgisse nesse ano uma nova organização, a Resistência Armada Nacionalista (RAN), cujos líderes eram já conhecidos por seus fracassos anteriores, podia-se afirmar que a "guerrilha urbana estava com seus dias contados". Sua derrota militar completa era uma questão de tempo. As organizações subversivas tinham consciência de que não podiam continuar a luta armada. A fuga da direção geral do MR-8 para o Chile

---

[602] A FASE foi criada por iniciativa do Padre canadense Leising e seguia a mesma orientação do MPB, tendo como área de atuação os centros urbanos.

era um dos muitos indícios dessa verdade. Nesse período, o MR-8, ao fazer no exterior sua autocrítica, dera início a um processo a que se submeteriam uma a uma as demais organizações subversivas, chegando todas elas a conclusões semelhantes.

Não era possível continuar essa prática militarista, baseada em métodos artesanais de trabalho, no voluntarismo e "espontaneísmo" político e na fragilidade ideológica de seus militantes. Esse reconhecimento era o prelúdio do fim da terceira tentativa de tomada do poder. O fato de proclamarem a necessidade do recuo do esquerdismo, visando ao fortalecimento e preparação das organizações para maior eficiência de sua interferência na luta de classes, era, por outro lado, o primeiro passo de uma nova tentativa que viria com o tempo, por outros métodos, com outras táticas.

No entanto, as organizações subversivas que continuavam a atuar no País, possivelmente em desespero de causa, mostravam-se cada vez mais virulentas, praticando atos de violência que extrapolavam a possível necessidade de utilizá-la, como seria o caso do combate às forças de segurança ou pela sobrevivência. Assim, nesse ano, registramos assassinatos desnecessários e injustificáveis como o do contador do Banco Novo Mundo, Sílvio Nunes Alves, por militantes do PCBR, após o roubo do banco, sem reação, no momento do abandono do local, o assassinato do gerente da firma F. Monteiro S/A, Valter Cesar Galetti, por militantes da ALN/SP, após terem pichado a loja e feito discursos por cinco minutos, ferindo o subgerente Maurílio Ramalho e o despachante Rosalino Fernandes; o "justiçamento" do marinheiro inglês David A. Guthberg por militantes de uma "frente" de organizações subversivas, como forma de expressão da solidariedade ao movimento irlandês; o "justiçamento exemplar" do posseiro João Pereira, pelo PC do B, na região do Araguaia; o assassinato do Primeiro-Sargento PM/SP Thomas Paulino de Almeida, que teve seu carro roubado e foi morto no volante do mesmo, por militantes do MOLIPO, simplesmente por ser um policial, embora não envolvido na ação antissubversiva. Mortos em condições semelhantes foram o investigador Mário Domingos Panzariello, por militantes da ALN/GB, o Soldado PM/GO Luzimar Machado de Oliveira, por militantes do MOLIPO e o Cabo PM Silas Bispo Peche, por militantes da ALN/SP. Vale lembrar nesses episódios a atitude violenta de Gastona Lúcia, que feriu gravemente três policiais pela simples suspeita de que se dirigiam a ela. Dessa forma bruta de agir, sem nenhuma preocupação com a população, resultaram a morte de pessoas completamente alheias ao problema, como a do funcionário público aposentado, o sexagenário Dapolcão Felipe Biscaldi, por militantes do MOLIPO, da senhora Fris do Amaral, por militantes da ALN/GB, além de inúmeros outros feridos, como os transeuntes Marino Floriano Sanchez, Romeu Silva, Altamiro Firezo, a menina de oito anos, Icene Dias, e o senhor Rodolfo Archmman.

Nota-se que houve uma incidência do uso desregrado da violência por parte dos militantes do MOLIPO e da ALN, duas organizações de maior número de militantes com curso em Cuba, e que estavam em processo de desarticulação no País.

Numa área, porém, as organizações subversivas continuavam a crescer, a da "desinformatzya". À medida que se desfaziam as organizações no País, os trânsfugas ampliavam os instrumentos que serviam de veículo à propaganda contra o Brasil no exterior. Agora, eram a FB-PO e a APML do B que haviam incorporado seus quadros no trabalho de difundir as meias-verdades sobre a nação brasileira. No entanto, mesmo nesse aspecto, embora com percussão apenas interna, ocorreram dois fatos importantes.

Em novembro, o "Jornal do Brasil" publica uma carta de uma jovem gaúcha, Judite Fasolono Zanatte. Tendo concluído o primeiro ano de Letras, em 1964, Judite resolveu ingressar numa ordem religiosa. Deixou o curso e iniciou o noviciado de dois anos. Em fevereiro de 1967, era secretária do bispo auxiliar de Pelotas. Sentindo desejo de estudar, Judite pediu e obteve uma modesta bolsa de estudos para o curso de Catequese no Instituto Lumen Vitac, filiado à Universidade Católica de Fonvain, na Bélgica.

Em agosto de 1970, chegavam à Bélgica Judite e mais vinte e três padres e freiras brasileiros. Era a única que havia desistido do hábito de freira, embora continuasse interessada na catequese.

No Segundo ano do curso, em 1971, para cumprir uma exigência acadêmica de apresentação de tese, Judite foi a seu orientador e informou que pretendia montar sua tese em torno da "Teologia da Libertação". O padre Jacques von Nizuvenhove, seu orientador, disse-lhe que, teologia por teologia, a tese ficaria num plano muito abstrato. Sugeriu-lhe, então, que partisse de uma "realidade concreta". Que *"pusesse em evidencia a situação política, econômica, social e cultural do Brasil".* Judite diz que ficou perplexa. Não tinha formação nem conhecimento para aquele tipo de trabalho.

O padre disse-lhe que era preciso pesquisar. Judite alegou que preferia *"se restringir a assuntos estritamente religiosos, ligados à fé e à religião, em virtude de ter tido uma vida estudantil e religiosa completamente desligada daqueles aspectos".* Precisando da tese para ser aprovada, ante a firmeza do padre orientador, foi pesquisar. Diz, no entanto que, pela situação criada, ficou completamente transtornada.

Feita a tese, o padre a devolveu alegando, segundo relata Judite em sua carta, *"que deveria falar sobre a existência da tortura como mecanismo de repressão política".* E entregou-lhe, como subsídios, livros e artigos de Márcio Moreira Alves, Miguel Arraes, D. Hélder Câmara, D. Antônio Fragoso e de outros, exemplares da revista *"*Croissance des Jeunes Nations", a que já nos referimos no capítulo anterior, publicação mantida por uma organização esquerdista internacional.[603]

---

[603] Os bispos citados eram dois dos oito bispos brasileiros igualitários da "Mensagem dos 17 bispos do Terceiro Mundo", referido no item 19, do Cap.IV deste trabalho. Foi feita a opção pelo brasileiro.

Após chegar ao Brasil, em 20 de setembro, escreve Judite, referindo-se à sua tese *"vim a me certificar tratar-se de matéria inclusa numa campanha contra o Brasil no exterior"*. E prossegue: *"Premiada pela necessidade de terminar com aproveitamento o curso e confiando que a orientação do padre Jacques fosse correta, fiz a tese nos moldes indicadas por ele, sem arquitetar o crime que estava cometendo contra a minha Pátria. Servi de instrumento dessa campanha inconscientemente, vendo agora que fui aproveitada, na minha boa-fé, pelo orientador da tese".*

O episódio, mais do que colocar a nu os "fundamentos" da campanha contra o Brasil no exterior, mostrava que o clero "progressista", ao valer-se do instrumental marxista para análise da "realidade concreta", incorpora, também, a ética e a moral comunistas, segundo as quais "os fins justificam os meios". Por eles pode-se mistificar, simular, aumentar, mentir. E é o que fazem quase sempre, valendo-se da repetição automática das ladainhas, onde fazem repetir suas pregações subversivas, sem a inquietação interior da atitude interrogativa.

A denúncia de Judite fez com que, uma semana depois, um militante do PCB, Adaulto Alves dos Santos ("Carlos" ou "Arlindo"), viesse ao mesmo "Jornal do Brasil", denunciar, segundo suas palavras, "com menos fatos e locais, toda a trama comunista em relação ao Brasil, todas as maquinações do Movimento Comunista Internacional". Adauto, conforme narrou ao repórter, 20 anos depois, descobriu que o PCB é um antro de intrigas e vaidades, com gente de boa e má-fé teórica, sobretudo, aproveitadores. Jornalista profissional, ele trabalhou em jornais do Rio de Janeiro e Minas Gerais, mas o jornalismo era apenas sua "frente legal", pois, nos últimos 20 anos fora um profissional do Partido e, há 12 anos, atuava na área internacional, fazendo contatos com os partidos Comunistas estrangeiros e com agentes da KGB.

Adauto revelou, efetivamente, a organização das Seções de Relações Exteriores, de Agitação e Propaganda, de Educação, de Organizações e de Negócios do PCB. Revelou os "aparelhos" do Partido no exterior e o apoio dado pelos soviéticos na formação de quadros, através da Escola de Quadros Profissionais de Moscou e da Universidade Patrice Lumumba. Explicou o mecanismo de troca de informações e de recebimento de verbas (dólares) e material de propaganda. Demonstrou o sistema da troca de informações e de recebimento de verbas (dólares) e material de propaganda. Demonstrou o trabalho militar, denominação dada principalmente ao esforço da infiltração nas Forças Armadas, dirigido por Dinarco Reis e a tática do Partido em relação à Igreja Católica. Com relação a este último aspecto declarou: "O objetivo em relação a ela é utilizá-la em toda a sua estrutura e como um todo, e não apenas as entradas progressivas, como vinha sendo feito, aproveitando ao máximo os canais de penetração tradicionais, para, com a fachada cristã, difundir, sorrateiramente, o comunismo. Por exemplo: "Não interessa aos soviéticos se Dom Hélder é comunista ou não. O que importa é que serve aos propósitos do comunismo".

Finalmente, "Carlos" revelou os encarregados de dirigir os esforços do Partido na campanha que se move contra o País no exterior: "Zuleia D'Alebert e seu marido, Armênio Guedes, que estão no Chile, em Santiago, fazendo proselitismo junto aos jovens brasileiros que lá se encontram".

Os aspectos antes ressaltados estavam a indicar que o Presidente Médici, a 15 meses do término de seu mandato, poderia alcançar os objetivos a que se propusera ao ser indicado candidato à Presidência da República. No entanto, era preciso ter em mente que naquela ocasião ele se colocara como delegado e como depositário da confiança das Forças Armadas, das quais teria recebido missão irrecusável.

Naquela época, a segurança interna era o problema sobre o qual se concentrava todo o sistema de Governo. As ameaças correta ou incorretamente identificadas haviam produzido o Ato Institucional nº14 e a reformulação do Decreto-Lei da Segurança Nacional, por isso a descoberta, nesse ano, do fogo guerrilheiro no Sudeste do Pará, toldava essa expectativa.

No Sudeste do Pará, haviam sido realizadas duas operações, embora equivocadas. A primeira foi ter feito, como já ocorrera no Vale do Ribeira do Iguape, o lançamento precipitado de tropa em missão de combate, quando deveria ter sido montada, antecedendo-a, uma operação de informação. Embora não fosse esse o objetivo buscado, essa operação transformou-se num reconhecimento e, como tal, o seu êxito foi satisfatório. Além dos mortos e feridos de ambos os lados, foram feitas dez prisões de subversivos, das quais quatro resultantes de deserções, o que, por si só, já se constituía em dado importante. As informações prestadas pelo subversivo "Geraldo"[604] foram valiosas, dando uma noção importante sobre o armamento, o nível de instrução e de suprimento dos terroristas. Mas a tropa, não adentrando a selva, não pôde confirmar essas informações, que continuaram genéricas e pouco confiáveis. O equívoco ia completar-se com a suspensão da operação sem que seus objetivos tivessem sido alcançados.

Deu-se, então, uma trégua aos subversivos e cometeu-se um segundo equívoco, maior que o dá primeira operação, ao pensar-se que era possível reduzir o fogo guerrilheiro com recrutas, e o que é fundamental, com prazo pré-fixado. Um prazo extremamente curto, inferior aos vinte dias inicialmente previstos, dos quais seis foram consumidos com a adaptação do homem ao meio e quatro foram surpreendidos pela determinação de concluir as ações com essa antecedência. Foram, na realidade, dez dias de operações e os resultados menos satisfatórios do que a operação anterior. Não foram feitas prisões, não se adentrou a selva, não se evoluiu quanto ao conhecimento dos elementos que ocupavam a área, embora, como manobra, tivesse oferecido excepcionais ensinamentos. Através de uma bem montada operação civil e social, permitiu não apenas ganhar a simpatia da população como constatar que os subversivos não tinham adeptos

---

[604] "Geraldo" era o codinome utilizado pelo terrorista José Genoíno Neto.

na área. A população local desconhecia sua intenção e estava completamente alheia ao seu posicionamento político-ideológico.

Essas operações, embora reduzissem o efetivo dos subversivos – que não apresentavam condições de repô-lo, já que na cidade também sofreriam perdas –, não traziam tranquilidade ao Governo. Não se pensava, na época, que a dificuldade de reduzir o foco guerrilheiro decorria muito mais desses equívocos do que da capacidade da força adversária. Assim, esse foco tornou-se a mais séria de todas as ameaças. Primeiro, porque se estabelecera no campo, objetivo que nenhuma das outras organizações subversivas alcançara. Ali, caso valessem da faculdade dos guerrilheiros de se deslocaram livremente – desobrigados que estão, inicialmente, de manter o terreno nos longos espaços disponíveis –, o seu combate tornar-se-ia bem mais difícil e dispendioso. Segundo, por enfrentarem condições objetivas e subjetivas desfavoráveis, tudo levara a crer que deveriam ter o apoio do exterior, o que ampliara significativamente a sua eficiência. Sem esse apoio, em tais condições, essa empreitada não passaria de uma grande aventura. Não havia, até então, elementos para considerá-los meros aventureiros. Terceiro, porque havia o receio de que pudessem estabelecer uma zona liberada, onde procurassem caracterizar a formação de um verdadeiro Estado, e, como tal, buscaram o reconhecimento dessa condição jurídica, o apoio externo, enfim, a internacionalização do conflito.

Receios, equívocos, incapacidades de avaliar adequadamente a situação geraram consequências sérias e outros equívocos que acabaram por se constituir, no mínimo, em favor inibidor da institucionalização do País, no momento talvez mais adequado. Levaram a uma férrea censura da imprensa, que, naquele momento não será compreendida nem pelos seus profissionais e muito menos pela população. Esta passou a descrer que o objetivo último da revolução – o seu compromisso democrático – não houvesse mudado, permitindo que, outros segmentos da sociedade se colocassem contra ela. Finalmente, permitiu que, ante seu silêncio, os subversivos contassem sua versão, propositalmente deturpada, dos fatos, mas, como versão única, fosse tida como verdadeira. Naturalmente, hoje, afastados dos fatos e tendo a certeza de que, na verdade, aquele foco guerrilheiro não passava de uma grande aventura, é bem mais fácil enxergar-se a situação por outro ângulo.

TENENTE ALBERTO MENDES JÚNIOR

CAP CHANDLER E SEU FILHO TODD

O que restou do Sd Kozel

Delegado Otávio

Capítulo XI

1973

1. A “reinstitucionalização” gradativa

O ano de 1973, no dizer dos comentaristas políticas, não se iniciara bem. O Presidente Médici, em sua mensagem de passagem de ano, nada abordara sobre decisões políticas importantes que deveriam ocorrer, não se pronunciando sobre o futuro, neste que era praticamente seu último ano de governo.

O País seguia, porém, com tranquilidade e mudara sua face. Já não seria, depois de uma década da Revolução de 31 de Março de 1964, um “paraíso tropical” ou um “gigante adormecido”. Passava por um surto de progresso econômico que na história moderna só encontra paralelo na performance japonesa de tempos atrás. Através desse desenvolvimento continuado, chegar à situação de 9º país ocidental de maior renda bruta nacional, no exato momento em que se tornara o 7º em número de habitantes.

Mas, como “nem só de pão vive o homem”, era natural que houvesse contestações e críticas. A ampliação da autoridade estatal no meio econômico, como fundamento para o desenvolvimento, era um fato, assinalado pela imprensa, chegando alguns a taxarem o Governo de estabelecer o “socialismo democrático” ou a “democracia estatizante”. Apesar dessa constatação, na reunião do Clube de Repórteres Políticos, o professor de direito constitucional Afonso Arinos congratulava-se, com o resultado da política econômico-financeira do Governo. Começava a se tornar mais candente a crítica acerca da distribuição da renda. Reclamava-se da falta de liberdade política. Mas todas essas críticas que se ouviam e liam não faziam parte dessa liberdade? Não era, evidentemente, ainda, o estágio da liberdade com que a Revolução comprometera-se desde suas origens, por isso essa “cobrança” era uma atitude compreensível. Ademais, como temos destacado, a culpa pela não compreensão dessa lenta evolução era do próprio Governo que limitou as informações à população, por razões que temos também exposto ao longo deste trabalho, de modo que cada um pensa julgar a sua validade. A propósito, vale reproduzir o pensamento, nessa oportunidade, do deputado, e também professor de direito constitucional, Célio Borja.

Dizia Célio Borja, em síntese, nas declarações ao “Jornal do Brasil”, após recordar os compromissos democráticos da Revolução: “Concordo que em 68 e 69 havia razões que justificavam a armadura do sistema para defesa das instituições diante da ofensiva terrorista. Aquela altura, o País se achava diante de uma ofensiva que não conhecia limites em nossa história. Era, portando, evidente a razão que justificava todo o aparelho institucional. Considero, agora, a necessidade de uma reinstitucionalização gradativa”. Embora a proposição em termos globais pareça correta – o grande défice da Revolução ainda era o da institucionalização –, é importante salientar o momento em que o deputado governista situava como justificativa da “armadura do sistema”. Na verdade, para quem vem, como nós, acompanhando o desdobramento da luta armada desse período, seria correto afirmar que teriam sido os anos de 68 e 69 os mais críticos em termos de ameaça às instituições, ou teriam sido os anos de 69 e 70, ou 70 e 71 ou mesmo 72 e 73? A análise do deputado, porém, era feita com base nas informações de que dispunha, as quais, possivelmente, eram bem mais amplas do que as do público em geral, e elas conduziam a essa conclusão. De outro lado, isso explica por que os militares ligados às atividades de segurança discordavam de colocações como essa. Seus conhecimentos sobre essa ameaça eram diferentes e por isso julgavam que esse não era ainda o momento do estado desfazer-se da “armadura”.

O importante é que, com as exceções necessárias até para confirmar a regra, havia concordância quanto à questão de fundo – a necessidade de uma institucionalização gradativa. O problema era a harmonização do momento adequado.

Mas o processo político não estava estagnado, embora andasse lentamente. Naquele ano foi suspensa a intervenção federal em 28 municípios com o Código do Processo Civil, com a contribuição do Congresso, no qual foram acolhidas cerca de 500 emendas, o que devia refletir as tendências e opiniões da sociedade brasileira. O Presidente Médici anunciava que a questão sucessória seria aberta no segundo semestre, quando repetiria ao Congresso a lei complementar para regular a composição do Colégio Eleitoral que elegeria o próximo chefe do governo. O Presidente adiantava que não haveria modificações nas regras do jogo. Não haveria reeleição e nem prorrogação de mandato. Referia-se, naturalmente, às sucessões anteriores dentro do processo revolucionário, nas quais emergências factuais impuseram modificações nas previsões legais.

Inclusive, manteve-se firme quanto às propostas que pretendiam modificar o prazo de desincompatibilização que se encerrava a 15 de julho.

No dia 19 de julho, o Presidente Médici indicou, para a ARENA, o General Ernesto Geisel como candidato à Presidência da República. O MDB e seu candidato decidiram conduzir uma peregrinação pelo País, com comícios e atos políticos públicos em defesa de seu programa e pela “abertura política”. Embora o “Jornal do Brasil” reprovasse essa atitude do MDB, que, para seu editorialista, havia adotado “o modelo da atuação da liga de propaganda, em vez de funcionar como partido político”, essa atividade não foi obstada. Não foram oferecidas, todavia, as facilidades de acesso aos meios de comunicação pleiteadas, por se julgar não cabíveis em uma eleição indireta.

Se no Brasil não havia uma percepção clara dessa evolução, no exterior, os "asilados" políticos pareciam vê-la melhor e tomavam decisões comuns, buscando uma unidade de ação. Uma possível abertura política era vislumbrada e movimentava os banidos, principalmente em Paris, onde se concentravam. A presença de João Goulart na capital francesa alvoroçava-os. Era desejo deles que Goulart voltasse ao Brasil, como um teste ou uma provocação, não se sabe, já que dois ex-presidentes, igualmente cassados, viviam normalmente no País.

Ex-terroristas e subversivos rearticulavam-se no exterior, na expectativa de que pudesse surgir oportunidade de retorno e uma nova atuação política no País que proclamavam "agora deverá ser pacifica".

A queda do Presidente Allende no Chile, onde existiam cerca de 1.300 brasileiros em situação irregular, provocou uma revoada, que teve a bela capital francesa eleita como área de pouso da maioria. A esquerda europeia, incentivada por esse aumento de "mão de obra" disponível, foi buscar, no episódio do Chile, a inspiração para sustentar a propaganda contra o Brasil no exterior. Este foi alvo em Bruxelas – onde realizava uma feira internacional, a Brasil Export 73 – de uma manifestação de hostilidade planejada com larga antecedência e custeada por milhares de dólares e marcos. Buscando uma repercussão espetacular, além do comentário o batido tema da tortura, passou a tentar transmitir a imagem do País como "neoimperialista, que não se recusaria a servir de trampolim à influência de forças hostis à 'libertação' do continente".

Os temas da mensagem dão bem ideia de suas origens e orientação e da indicação segura da fonte dos dólares e marcos.

No Brasil, uma bomba-relógio colocada na agência de turismo LAN-CHILE, que provocou ferimentos em 6 policiais e 6 transeuntes, foi a manifestação do estertor do terrorismo nesse período de que nos ocupamos.

O General Geisel, como candidato da maioria do colégio eleitoral que o iria eleger, entrevistava-se com todos os Ministros para conhecimento detalhado dos problemas e projetos em andamento em cada setor. O Governo, por sua vez, não diminuiu o ritmo de sua administração e nem restringiu seus projetos àqueles de curto prazo. O Brasil continuava a projetar seu desenvolvimento para o futuro.

Em seu primeiro pronunciamento como candidato, o Gen. Geisel, alertara que "as modificações necessitam ser realísticas e oportunas, com franquia que tenha como contrapartida necessária, a responsabilidade efetiva e corresponda incontestavelmente à nossa realidade e à vontade política da Nação, interessada, sobretudo, que não se quebre o clima de tranquilidade indispensável ao pleno rendimento do seu labor ordenado e produtivo".

Enfatizou "não abdicar das prerrogativas ou poderes que foram atribuídos ao Governo, enquanto essenciais à realização dos objetivos concretos e específicos que lhe cumpre perseguir para a segurança social, econômica e política dos brasileiros". Finalizando seu discurso, disse da necessidade de "compatibilização do compromisso de continuidade revolucionária com as aspirações políticas e por um diálogo que conduza à normalidade institucional".

Reafirmava-se o propósito da Revolução de 1964 – caminhava-se para a institucionalização gradativa como desejo nacional e por decisão dos dirigentes revolucionários.

2. O ápice do desenvolvimento nacional

O Brasil alcançou, em 1973 a maior taxa de crescimento de toda a sua história, com um incremento de 14% no seu PIB, apesar das condições climáticas terem provocado um mau ano agrícola. A Agricultura cresceu apenas 3,5%, mas o aumento da produção industrial foi de 15,8%.

O Governo realizava seu planejamento e implementava medidas visando a manter a inflação em torno de 12%.

Começava-se a ver aflorar os resultados de uma obra saneadora, planejada com eficiência e executada com determinação por toda nação. Neste ano, ficou pronta a rodovia BR-452, ligando Itumbiara a Rio Verde e foi inaugurado o trecho Rio-Bahia da BR-101. A Belém-Brasília fora retificada em vários trechos, o que permitiu a diminuição de sua extensão em 160km e tinha agora seus 2.100km totalmente asfaltados. O País, que, em 1966, tinha uma rede de estradas federais de 37 mil km, possuía, em 1973, exatamente esta quilometragem, em estradas asfaltadas, de uma rede duplicada em 7 anos, alcançando 73 mil km. A construção de estradas, que evoluíra a um ritmo de 12% ao ano, no período de 1964/67, crescera, no período de 1968/73, em média, 25% ao ano. Nos mesmos períodos, o asfaltamento de rodovias aumentara as médias anuais de 6% a 33%, respectivamente.

O esforço nos transportes se fez também na navegação e em ferrovias. Nestas últimas, concentram-se os recursos naquelas que passaram a integrar os corredores. A produção em escala na agricultura, que recebeu do Governo incentivos sem precedentes, foi acompanhada de um plano de modernização, reequipamento e expansão da rede ferroviária. A integração porto-ferrovia delineava, em parte, a reabilitação de nossas estradas de ferro, que se complementava com o equipamento dos portos. Inaugurou-se em Santos um terminal de carregamento de cereais dos mais modernos do mundo. Dois e meio bilhões de cruzeiros foram aplicados no Rio de Janeiro e em São Paulo.

Por ocasião da visita do Presidente Médici a Portugal, inaugurou-se um cabo submarino com 160 canais, oferecendo ligações mais claras e confiáveis do Brasil com diversos países europeus. De 4.000 terminais de telex existentes, o País passou a contar com 15.000. Na área das comunicações, os últimos passos necessários para o

estabelecimento de um sistema completo foram dados ao integrar-se Fernando de Noronha aos sistemas nacionais de telex e telefonia.

A Companhia Telefônica Brasileira voltava-se para a melhoria de seus quadros, com a formação de cientistas de alto nível, a fim de desenvolver pesquisas, em vez de simplesmente importar suas matrizes. A necessidade de rapidez nas ligações internacionais estava contemplada num planejamento que previa, para 1975, a conclusão de um sistema de discagem direta internacional-DDI, ligando-nos com todo o mundo.

A confiabilidade e rapidez das comunicações do Brasil com o mundo era um fator importante para responder à expansão dinâmica de nosso comércio exterior. O Brasil não tinha ainda um superavit na sua balança comercial, embora nossas exportações já houvessem ultrapassado 6 bilhões de dólares anuais. Essas exportações tornavam-se um dos pilares de nosso desenvolvimento, pois permitiriam que importássemos os equipamentos e matérias-primas indispensáveis que respondiam por 97% de nossa pauta de importação. Além dessa importante função de nossas exportações, cada dólar exportado significava aumento da escala de produção, geração de mais empregos, melhorias de qualidade dos produtos e uma inevitável diminuição no preço da produção e da comercialização externa e interna.

Mas o processo de desenvolvimento é complexo e dinâmico e os planejadores têm que estar atentos às suas variações. As indústrias automobilísticas, de eletrodomésticos e de construção civil, em constante expansão, estavam em vias de ter que diminuir o seu ritmo por falta de matéria-prima. A produção brasileira de aço, que no segundo trimestre deste ano cresceu 12%, não atendia à demanda, aumentando a necessidade de importação do produto. Isto levou o governo brasileiro a reformular seu planejamento, que tinha por meta alcançar a produção de 20 milhões de toneladas de aço em 1980, antecipando a obtenção do índice fixado para 1978, para tornar visível essa nova meta, o Brasil teria que investir 26 bilhões de dólares na construção de 3 novas unidades: a usina de Laminação de Tubarão e a usina do Carajás ou Itaqui, cuja viabilidade econômica começava a ser estudada. O valor desses empreendimentos mostra por que as nações subdesenvolvidas nem sempre conseguem romper as barreiras que as separam das nações desenvolvidas. Para rompê-las é preciso coragem. Além disso, o tempo de maturação do projeto de construção de uma usina siderúrgica, ou mesmo da unidade de uma usina, varia de 3 a 5 anos. Essa antecedência de planejamento é sempre um risco, graças às modificações. Com vistas a atender a essa nova dimensão da siderurgia brasileira, o Governo criou a Siderbras, empresa "holding" que reunia a companhia Siderúrgica Nacional (CSN), a Companhia Siderúrgica Paulista (Cosipa) e a Usiminas, a fim de realizar a política brasileira nesse setor.

Apesar de termos assistido o primeiro voo do avião Bandeirante, e a Embraer ter-se lançado no projeto de um novo avião, o Xavante, atestando a evolução de nossa tecnologia, o Brasil ainda pagava caro pela importação de "Know-how" estrangeiro. Nesse ano, os gastos foram de 1 bilhão de dólares, pensando na balança de pagamento no valor de 350 milhões de dólares. Tendo em vista este alto custo pago pela tecnologia estrangeira, o Governo decidiu, a partir desse ano, aplicar 1% do PNB na criação de tecnologia própria. Nos anos de 71/74 investiria 3,6 bilhões de cruzeiros no Plano Básico de Desenvolvimento Tecnológico.

A instalação da fábrica de automóveis FIAT em Minas Gerais atendeu a mais um objetivo do crescimento nacional que buscava uma descentralização do parque manufatureiro nacional. Minas Gerais, com o incremento da indústria cimenteira e com a implantação da indústria automobilística, ia se tornando um novo polo de desenvolvimento.

No plano internacional, alguns fatos iriam mostrar que, à medida que o Brasil se expandia, começava a chocar-se com outros interesses A conjuntura internacional, favorável até então, poderia mudar seus rumos. Os países produtores de petróleo anunciavam ao mundo, como decorrência de acordos firmados em Genebra no final de 1972, que a era da energia barata acabara. Nessa época, o preço de um barril de petróleo era de US$2,50 (Cr$15,54). O Brasil, então, tomou as medidas que podia adotar na contingência: passou a investir em carvão mineral e em óleo que lhe permitisse produção de energia até 1980.

Por outro lado, a Argentina fazia tudo que estava ao seu alcance para retardar o progresso energético brasileiro. No dia 19 de abril, o Brasil deu início à operação de enchimento da barragem de Ilha Solteira, buscando, com o melhoramento do projeto, ter até o final do ano, quatro dos vinte geradores dessa usina em funcionamento. A Argentina protestou evocando a Convenção de Estocolmo. Ocorre que Ilha Solteira fica a montante de Jupiá e a formação de seu lago não afetava a situação existente a jusante dessa usina. Qualquer irregularidade na operação traria prejuízos inicialmente a Jupiá, o que não era do interesse do Brasil. Ademais a operação de enchimento do lago de Ilha Solteira seguia o mesmo cronograma previsto para o enchimento do lago de Jupiá, que havia sido considerado exemplar pela Argentina.

O Presidente Médici determinou que cessassem as discussões em torno da usina de Itaipu e que se desse início às suas obras. Foi formada uma empresa mista dos dois países interessados, com um capital de 100 milhões de dólares e uma comissão do Congresso Nacional foi encarregada de opinar sobre a aquisição, pelo Brasil, dos serviços de eletricidade do Paraguai.

Ainda no mês de abril, em Brasília, com a presença do Presidente Stroessner, os chanceleres dos dois países assinavam o acordo de Itaipu, negociado agora em termos definitivos. Paralelamente, a Argentina informou ao Brasil que pretendia construir a hidrelétrica de Corpus e por isso desejava que o Brasi1 e o Paraguai reduzissem a cota projetada para a barragem de Itaipu, o que resultaria numa perda de 25% de seu potencial. Ocorre que o projeto de Corpus estava num estágio tão incipiente que poderia ser protelado indefinidamente. O Brasil deu à Argentina as explicações julgadas necessárias e prosseguiu nos seus projetos. Neste ano, ainda, o Brasil faria o desvio do Rio Iguaçu para dar início à

construção da barragem da hidrelétrica de Salto Osório que, em 1975, deveria gerar 1.050 kW. Outros problemas menores, nas fronteiras vivas e econômicas do País, começariam a surgir, fruto de um trabalho desenvolvido pela esquerda internacional.

Apesar dos indícios de mudanças substanciais na conjuntura e das dificuldades crescentes a enfrentar, em decorrência de nossa expansão e dos choques de interesses, o Brasil era um país com "fôlego" para prosseguir sua caminhada e estava muito melhor preparado para enfrentar possíveis crises internacionais. Ainda mais, gozava de confiança da comunidade internacional. Julgando que suas reservas internacionais estavam muito elevadas, pela primeira vez na sua história, o País pensava em reter 40% do ingresso de capital estrangeiro, com uma rapidez de ingresso de divisas que já alcançavam 6,3 bilhões de dólares, equivalentes ao valor de nossas importações e exportações, na época.

3. O desenvolvimento social

O desenvolvimento brasileiro contemplava cada vez mais o campo social, o qual ia sofrendo os influxos das alterações que se operavam nas estruturas. Em algumas áreas, porém, isso não ocorreu sem resistências, exigindo uma atuação enérgica e determinada do Governo. Isto verificou-se, naquele ano, nos Estados de Pernambuco e da Paraíba, com a implantação dos projetos de reforma agrária do Proterra. Nessa região, além de desapropriar terras de 24 latifundiários que não aderiram ao projeto, o Governo teve que anular escrituras de doação de terras a seus parentes, a fim de conter esses abusivos desvios. Em contrapartida, nessa mesma região, desapropriou terras, com indenização prévia, a sete usinas que aderiram ao projeto, onde foram assentadas 1.000 famílias, e se negociava outras operações idênticas que permitiriam igual número de assentamentos.

O trabalhador rural foi sempre alvo das maiores atenções do Governo. Complementando os benefícios já concedidos ao homem do campo, equiparou as pensões, julgadas insuficientes, às aposentadorias, providência que veio acompanhada de medidas que visavam a evitar a dispensa sistemática no campo, em decorrência das aposentadorias. Nesse mesmo ano, as aposentadorias do trabalhador rural ultrapassaram a casa de um milhão. Além do nítido caráter social das providências, elas funcionaram como fator inibidor do êxodo rural, fenômeno agregado ao próprio desenvolvimento e que será tanto mais rápido quanto maior for a diferença da assistência oferecida ao trabalhador urbano e ao rural.

A educação foi outra área através da qual foram levados a números crescentes da população os benefícios indiretos do crescimento econômico. O MOBRAL alcançava o último município, instalado nos 3.953 municípios brasileiros, com sua meta de alfabetização superior a 1 milhão de pessoas. Como suplemento de sua atividade básica, o MOBRAL passou a participar do Programa Intensivo de Preparação de Mão de Obra, de largo alcance social. Além de ampliar a rede de ensino gratuito, o Governo vinha buscando criar condições de real acesso à educação. Para isto, o MEC distribuiu 8 milhões de livros, através do Programa do Livro Didático que os vendia a baixos preços obtidos por meio de condições de alta tiragem.

A exemplo do que ocorreu com os trabalhadores rurais no ano anterior, foram estendidos aos empregados domésticos os benefícios da previdência social. Com isso, o número de assistidos pela previdência ultrapassava a casa dos 10 milhões. Também o Setor Financeiro da Habitação, além de financiar unidades habitacionais em números crescentes, levava benefícios à população na área do saneamento básico. À época, foram atendidos, com redes adutoras de abastecimento de água, 2.640 municípios e houve crescimento de 100% da rede de esgotos sanitários. A partir daquele ano até 1980, havia previsão da aplicação de Cr$ 5 bilhões nessa área, beneficiando 65 milhões de pessoas.

A marcha satisfatória da economia, sem dúvida, vinha permitindo ao Governo liberar recursos para projetos que atendessem aos seus objetivos sociais.

4. A FBI continuava em expansão

À medida que os terroristas fugiam do País, a Frente Brasileira de Informações (FBI) expandia-se. As organizações subversivas que surgiam no Brasil afloravam no exterior e integravam-se no que se havia tornado a mais importante forma de luta das esquerdas – a propaganda adversa.

Em março, apareceu, no Chile mais uma publicação, a "Jornadas de La Lucha Popular". Assumido pelo Comitê do PCB no exterior, o tabloide incluiu-se no esquema da FBI, assacando infâmias contra o Brasil.

No dia 24 de maio, no Chile, houve um evento solene. Realizou-se um jantar no restaurante Savain em solidariedade às atividades da ACBS e da FBI. Na ocasião, foram rendidas homenagens a Francisco Whitaker Ferreira, escolhido como novo coordenador do "Comitê de Denúncia da Repressão no Brasil".

O ano de 1973 foi marcado por duas importantes campanhas desenvolvidas pela FBI.

Em junho, foi iniciado, na Bélgica, um movimento para suspender a realização da '"Brasil Expor 73". O "Comitê Belgo-Euro para América Latina" e o, também, belga, "Movimento Cristão para a Paz" desenvolveram intensa campanha

tentando evitar a realização da feira. O pasquim "Jornadas de La Lucha Popular" no seu número 3, de agosto, distribuído no Chile, também se incorporou à campanha. O objetivo era por demais evidente. A realização da exposição poderia representar o desmascaramento das infâmias divulgadas na Europa e, ao contrário, promover o País.

A segunda campanha desenvolvida pela FBI referia-se ao julgamento do Governo Brasileiro pelo Tribunal Bertrand Russel. Intensa atividade foi desenvolvida no sentido de recolher informações e testemunhos que pudessem ser apresentados durante o julgamento, previsto para outubro. Um dos principais membros do tribunal, o senador italiano Lélio Basso, esteve no Chile convidando terroristas a testemunharem perante o tribunal. Militando na ALN, Fernando Soares, asilado na Itália, esteve no Uruguai, desenvolvendo as mesmas atividades do Senador Basso no Chile.

É preciso não perder de vista que a maioria dos componentes dos diversos órgãos que compunham a rede de apoio à FBI e a própria FBI eram subversivos comunistas fugidos do Brasil.

A revolução chilena de setembro, que tirou de cena o comunista Allende, representou o desalento para os asilados brasileiros e a queda de um importante bastião no esquema do movimento comunista. Toda atividade desenvolvida pela FBI no Chile foi suspensa, a partir da revoada dos comunistas à procura de um novo refúgio. O julgamento do Brasil pelo Tribunal Bertrand Russel foi adiado. O último boletim da FBI editado no Chile, números 43/44, de Jul/Ago, anunciava a formação do júri do tribunal, para o julgamento da "ditadura brasileira", em outubro.

Em novembro, o Comitê Francês da Amnesty Internacional, em ligação com o Front, organizou e promoveu um congresso sobre tortura, repetindo as acusações de sempre contra o Brasil. Como novidade, a reação do professor Denis Buean, romeno naturalizado francês que, ao comentar uma notícia do jornal "Le Figaro" sobre o evento, destacou que a Amnesty International nada fazia contra a tortura nos países comunistas.

No final do ano, iniciou-se a publicação do "Brasiliansche Informations-Front", versão alemã do boletim da FBI. Ressalvando-se o idioma diferente, o boletim seguia o mesmo esquema do chileno, do francês e do italiano, as notícias eram as mesmas, assim como a fonte e a estrutura encarregada de fazê-las circular.

5. Os "justiçamentos" e o desmantelamento do PCBR

Após as "quedas" de dezembro de 1972, que atingiram a cúpula dirigente do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR), três militantes assumiram o Comissariado Nacional Provisório (CNP) que passou a ser conhecido como "3º CC", Ramires Maranhão do Valle, Ranúsia Alves Rodrigues e Almir Custódio de Lima.

Estruturado somente na Guanabara, o PCBR possuía esparsos militantes distribuídos na Frente de Massas, que englobava o Setor Operário, o Setor Estudantil, o Setor Logístico e a Base Médica. Na realidade, para as ações armadas, só existiam os militantes do triunvirato dirigente, reforçados por Vitorino Alves Moitinho, que já havia saído da prisão.

Em 25 de fevereiro de 1973, o PCBR participou do traiçoeiro assassinato do Delegado Octávio Gonçalves, pelas costas, em Copacabana. Em "frente" com a ALN e com a VAR-Palmares, participaram do crime Ramires e Ranúsia, responsável pelo esquema médico.

Em março, Ramires e Vitorino dirigiram-se para Porto Alegre, onde, em "frente" com a VAR-Palmares, assaltaram, no dia 14, o Banco Francês-Brasileiro, roubando cerca de Cr$ 41.000,00. Ainda em "frente" com a ALN e com a VAR-Palmares, o PCBR assaltou, em 4 de junho, o "BOB'S" de Ipanema, onde roubou cerca de Cr$ 31.000,00.

Em julho, os quatro militantes iniciaram o planejamento do assassinato de Salatiel Teixeira Bollins, ex-membro do CC e da CEX, que havia saído da prisão um ano antes. Segundo os quatro remanescentes, ele era um traidor e deveria ser "justiçado". Depois de roubarem um Volks em Maria da Graça, os militantes, na manhã do dia 22, entraram num bar da Rua Dias Ferreira, no Leblon, onde Salatiel era o gerente. A vítima nem chegou a perceber o que estava acontecendo. Absorvido no trabalho de lavar o local recebeu o impacto de três tiros disparados por Ramires e Vitorino. Enquanto Ranúsia esperava no Volks da fuga, Almir pichava as paredes do bar com a sigla assassina "PCBR" e lançava, sobre o cadáver, panfletos assinados pelo "Comando Mário Alves".

Em 29 de agosto, os quatro assaltaram uma clínica médica na Rua Paulino Fernandes, em Botafogo, da qual roubaram cerca de Cr$ 4.000,00.

Nessa época, além de enfrentar as dificuldades causadas pelo restrito número de militantes, o CNP do PCBR travava, a distância, intensas discussões com os militantes foragidos e banidos que, no Chile, haviam eleito um novo CC, em oposição à direção do "anterior".

Na primeira quinzena de outubro, a denúncia de um informante possibilitou a localização de Almir que passou a ser constantemente vigiado. Na manhã de 27 de outubro, Ranúsia foi presa pela polícia. Já no seu primeiro depoimento, afirmou, além de vários assaltos, que o PCBR estava planejando o "justiçamento" de Ramayana Vaz, acusado de traição, que havia sido liberado da prisão quatro meses antes. Disse que teria um "ponto", naquela noite, na Praça Combate, em Jacarepaguá, com Ramires Flávio Augusto Neves Leão de Sales, da ALN, a fim de serem acertados os novos assaltos em regime de "frente". Na chegada ao "ponto", Ranúsia e os policiais foram recebidos a tiros.

No final da refrega, estavam mortos Ramires, Almir e Vitorino, com o desmantelamento total do PCBR.

Só muitos anos mais tarde, com a volta de dirigentes do exterior, como Apolônio de Carvalho, Bruno Costa de Albuquerque Maranhão e Antônio Prestes de Paula, pôde o PCBR reestruturar-se novamente, atuando infiltrado no PTB, mais uma vez, prosseguiria nos assaltos a bancos, anunciando, talvez, uma futura luta armada.

6. A desestruturação do PCR

Em1973, o Partido Comunista Revolucionário (PCR) era constituído pela Direção Geral (DG), integrada por Manoel Lisboa e José Emilson Ribeiro da Silva no Conselho de Luta Operária (CLO), Valmir Costa no Conselho de Luta Estudantil (CLE) e Manoel Aleixo da Silva no Conselho de Luta Camponesa (CLC). Selma Bandeira Mendes era responsável pelas finanças e Bartolomeu Mendes Cunha encarregado do Setor de Imprensa. Existiam direções regionais (DR) em Pernambuco, Alagoas, Paraíba e Rio Grande do Norte. A DR de Pernambuco era integrada pelos mesmos elementos da DG.

Em 20 de março, a organização realizou sua primeira ação do ano. Manoel Lisboa e José Emilson, usando fardas da Força Aérea, e mais três elementos assaltaram o Parque da Aeronáutica em Recife, roubando dois mosquetões e uma carabina .30.

As primeiras prisões de militantes do PCR ocorreram em maio, em João Pessoa, logo estendidas para Maceió, em fins de julho. Mesmo assim, em 4 de agosto, a organização assaltou a Padaria Rosarinho, na Avenida Norte, em Recife, roubando cerca de 5 mil cruzeiros. Desesperado, o PCR esquecia-se de suas convicções anteriores e buscava, no assalto, conseguir dinheiro para a sua ameaçada sobrevivência. Foi, no entanto, o canto do cisne de suas ações armadas.

Em agosto e setembro, ocorreram as prisões de dezenas de militantes do PCR, nos quatro Estados. Em Recife, foram descobertos quatro "aparelhos". No localizado na Avenida Central, foi encontrada grande quantidade de armamento, de munição e de explosivos.

Seu principal dirigente, Manoel Lisboa de Moura, o "Galego", preso em 16 de agosto, disse que Emmanuel Bezerra dos Santos havia ido a Buenos Aires, no começo do mês, a fim de contactar para pedir apoio ao Partido Comunista Revolucionário (PCR) argentino e à Vanguarda Comunista, e que, ao retornar, teriam um "ponto" no Largo da Moema, em São Paulo. No dia previsto para o encontro, às 8h30min, deixado sozinho no meio da praça, cercada pelos agentes, "Galego" encontrou-se com Emmanuel. Nesse momento, ao receber voz de prisão, Emmanuel reagiu a tiros, ocasionando um violento tiroteio que causou a morte dos dois militantes.

Com a perda desses dois dirigentes, com a morte do encarregado do trabalho de campo, Manoel Aleixo da Silva, "Ventania", ao reagir à prisão, em 29 de agosto, no município pernambucano de Ribeirão e com a prisão de cerca de meia centena de militantes, o PCR ficou praticamente desestruturado. Dos elementos da direção, só não foram presos Valmir Costa, Selma Bandeira Mendes e Luiza Maria Nóbrega.

O PCR só vo1taria ao cenário da esquerda brasileira anos mais tarde, com a fusão do que restou da organização ao MR-8.

7. ALN: a violência até no exterior

O longo silêncio da Ação Libertadora Nacional (ALN) foi quebrado em São Paulo, no dia 16 de janeiro, com o assalto à empresa de transportes Útil S/A, como decorrência da necessidade de sobrevivência. A essa altura, o limitado efetivo da ALN fazia com que seus militantes exercessem múltiplas funções, e que se confundisse a Coordenação Nacional com a Coordenação Regional de São Paulo e com o próprio Grupo Tático Arcanjo (GTA).

Antônio Carlos Bicalho Lana e Arnaldo Cardoso Rocha, seu companheiro de direção nacional, alternavam-se no planejamento e no comando das ações armadas que sustentavam o que restava da organização subversiva em São Paulo. Ao GTA foram incorporados elementos pertencentes ao Setor Estudantil, entre os quais Ronaldo Mouth Queiroz e Francisco Emanuel Penteado.

Havia um esforço da organização no sentido de recompor o Setor Estudantil, na tentativa de mobiliar seus debilitados quadros. Conseguira refazer seus contatos no movimento estudantil praticamente inexistente, desde o "racha" do MOLIPO. Ronaldo Mouth Queiroz ligou-se a Alexandre Vanucchi Leme para a reconstituição de grupos de discussão política, primeiro passo para o aliciamento e recrutamento de novos militantes.

Apesar de abalada na sua estrutura, a ALN conseguia manter o seu Setor de Imprensa funcionando. Divulgou, em São Paulo, uma edição mimeografada do nº 9 de "O Guerrilheiro", enquanto no Rio de Janeiro era distribuído o nº 9 de "Ação", referente aos meses de outubro, novembro e dezembro de 1972.[605] As publicações, refletindo o estertor da

---

[605] O atraso da difusão do número 9 de "Ação" devia-se à morte da editora-chefe do jornal, Aurora Maria do Nascimento, em novembro de 1972. Ainda em janeiro, foi difundido o número 10 desse jornal que continuaria a ser divulgado até o número 12, de julho de 1973. Ao que se sabe, o número 10 de o "Guerrilheiro", de abril, seria o último número do jornal.

organização, não mais enalteciam seus feitos "guerrilheiros". Limitavam-se a orientar o planejamento das ações a serem realizadas, apenas onde e quando se pudesse assegurar uma superioridade tática.

Assim como ocorrera com o MR-8 no exterior, o nº12 de "Ação" vaticinava, numa postura autocrítica, que o prosseguimento da atividade armada, indiscriminadamente, representaria a destruição da organização. Mas, ao contrário daquela organização, esclarecia que as ações corretas, de início, esvaziavam-se de conteúdo político, e a insistência na sua prática constituía um erro tático, proporcionando o ressurgimento do "reformismo pacifista". Este era uma alusão à nova postura propugnada por diversas organizações subversivas, particularmente, pela Tendência Leninista que, aos poucos, ganhava adeptos dentre os quadros e militantes da ALN, também no Brasil.

Mas a organização, mesmo nos seus estertores e apesar da autocrítica, manter-se-ia guiada pela violência irracional que estava incorporada em seus militantes.

Atribuindo a morte de Yuri Xavier Pereira e seus companheiros à delação de um dos proprietários do Restaurante Varela, no bairro da Mooca, onde o terrorista e seu bando foram localizados, decidiu-se pelo seu assassinato, com o pomposo título de "justiçamento". O comando "Aurora Maria Nascimento Furtado", constituído por Arnaldo Cardoso Rocha, Francisco Emanuel Penteado, Francisco Seiko Okama e Ronaldo Moutta Queiroz, foi encarregado da missão, e assassinou, no dia 21 de fevereiro, o comerciante Manoel Henrique de Oliveira. Às 7 horas da manhã, quando Manoel descia de seu Volkswagen, acompanhado de um sobrinho menor, para abrir o restaurante do qual era um dos quatro sócios proprietários, foi metralhado, sem que pudesse esboçar um gesto de defesa, não tendo seu sobrinho sido atingido pelas rajadas de metralhadora por um acaso. Manoel, de 39 anos, de nacionalidade portuguesa, viera para o Brasil há pouco mais de um ano, "para tentar a vida na terra da promissão". Com sua morte, antes que pudesse enriquecer, deixou sua mulher, com duas crianças pequenas totalmente desamparada, numa terra estranha. O conhecimento da ação não ficou restrito aos assassinos; o corpo de Manoel foi coberto por panfletos da organização impressos no Centro de Orientação Estudantil da USP, por interveniência do militante da ALN, Paulo Prateschi.

Havia algum tempo que os órgãos de segurança conheciam a intenção da ALN em assassinar seus componentes, como forma de intimidação e retaliação pelas frequentes "perdas" ocorridas no "estouro de aparelhos" e nos confrontos armados. A organização reconhecia que a agonia das organizações "militaristas" devia-se, em boa parte, à atividade eficiente dos profissionais que participavam da luta antiterrorista.

O Doutor Octávio Gonçalves Moreira Júnior, o "Otavinho", delegado do DOPS paulista, destacava-se, desde os tempos de estudante na Universidade Mackenzie, como um convicto opositor das teses marxista-leninistas. Na luta contra a subversão comunista, "Otavinho" havia demonstrado sua inabalável profissão de fé no regime de liberdade. Além disso, pela sua educação e afabilidade, "Otavinho" era muito estimado nos órgãos segurança, constituindo-se, por tudo isso, num alvo compensador para o terror.

Passando o fim de semana no Rio de Janeiro "Otavinho" retornava da praia com um amigo, no dia 25 de fevereiro. Parou na esquina da Av. Copacabana com a Rua República do Peru para fazer uma ligação telefônica para sua noiva. Estava sendo vigiado havia muito tempo por um comando composto por Flávio Augusto Neves de Sales e Merival de Araújo, da ALN; Ramires Maranhão do Val1e, do PCBR; e James Allen Luz, da VAR-P. Enquanto completava a ligação no "orelhão", "Otavinho" foi abatido pelas costas por um tiro de espingarda de caça calibre 12, disparado por um dos dois elementos que haviam saltado, sorrateiramente, de um Aero-Willys verde. O disparo fatal, que deixou suas marcas no prédio da esquina e na banca de jornal próxima ao orelhão, feriu, também, o amigo de Octávio Gonçalves, que foi internado no Hospital Miguel Couto. O "justiçamento" foi completado por dois tiros de pistola 9mm desferidos na cabeça do corpo já estendido na calçada, enquanto de dentro do veículo eram lançados panfletos, ante os olhares assustados de populares. Com a morte de "Otavinho", talvez a ALN tenha desejado demonstrar que, apesar de debilitada, a "guerra" prosseguiria.

No dia 2 de março, em São Paulo, ao abordar um local suspeito de tráfico de tóxico, a polícia foi recebida à bala, e os meliantes lograram fugir. Um deles, nissei, na fuga, deixou cair uma maleta contendo documentos da ALN, sendo o fato comunicado aos órgãos de segurança. No dia 15, com o auxilio dos policiais envolvidos nesse incidente, foi dada uma nova "batida" no local, tendo sido ali identificado o mesmo elemento que deixara cair a maleta com documentos durante a fuga anterior, acompanhado de outros dois. À ordem de prisão, reagiram, travando-se cerrado tiroteio. Ao dispararem suas armas, os terroristas feriram a transeunte Aparecida Guarnieri Rodrigues e um policial. Ao cabo da refrega, os três elementos estavam mortos, tendo sido identificados como Francisco Seiko Okama, Arnaldo Cardoso Rocha e Francisco Emanuel Penteado.

8. Uma ajuda involuntária à guerra psicológica

Independentemente do episódio ocorrido na véspera, quando morreram, em São Paulo, em tiroteio com a polícia, três terroristas da ALN, fruto de um paciente trabalho de investigação no meio universitário da USP, foi preso, no dia 16 de março, o subversivo Alexandre Vanucchi Leme. Alexandre "abriu" os elementos que estava recrutando para a ALN, o que permitiu a imediata prisão de alguns deles.

Alexandre admitiu um “ponto” com Ronaldo Mouth Queiroz no dia seguinte, às 11 horas, no cruzamento da Rua Bresser com a Av. Celso Garcia, no Brás, lugar de tráfego intenso. Levado ao local, Alexandre foi deixado na esquina, permanecendo os agentes a distância, aguardando que o encontro se concretizasse. Aparentando tranquilidade, Alexandre dirigiu-se à padaria da esquina, tomou uma cerveja, e retornou ao seu ponto, olhando insistentemente para os lados. Em determinado momento, vislumbrando a chance de escapar, Alexandre tentou atravessar a rua em desabalada carreira, imediatamente após a abertura do semáforo. Não conseguiu. Foi atropelado pela Mercedes Benz, placa NT 1903, dirigida por João Coscov, vindo a falecer com lesões traumáticas no crânio, atestadas como “causa mortis” pela necropsia realizada no IML.

No inquérito instaurado pelo DOPS, foram ouvidas várias testemunhas, entre as quais, naturalmente, o motorista do caminhão, e todos confirmaram a ocorrência. Houve, no entanto, um retardo no anúncio da sua morte – a imprensa noticiou-a no dia 20 de março – isso deveu-se à necessidade de aprofundamento das investigações, com base nos depoimentos de Alexandre dos dias 16 e 17. A operação resultante permitiu a prisão de mais estudantes comprometidos com a ALN, num total de dezoito.

Com dados fornecidos por Alexandre Vanucchi Leme, foi realizada uma operação de vigilância na Vila Buarque, com a finalidade de deter Ronaldo Mouth Queiroz, elemento importante no esquema de aliciamento de estudantes. Na manhã do dia 6 de abril, foi observado, na esquina da Av. Angélica com a Rua Sergipe, um elemento com todas as características de Ronaldo. Ao ser dada voz de prisão ao suspeito, este sacou um revólver .38 e reagiu a tiros, vindo a falecer no tiroteio que se seguiu. A polícia, diligenciando nas imediações da ocorrência, localizou o “aparelho” de Ronaldo, onde farta documentação demonstrava a preocupação de aliciar estudantes da USP e a realização de levantamentos de terroristas já mortos e de agentes de órgãos de segurança. A morte de Ronaldo punha fim a uma operação que teve início com a prisão de Alexandre, e que desbaratou o Setor Estudantil da ALN em São Paulo.

O “ponto” que Alexandre “abrira” com Ronaldo possivelmente era um “ponto de Polícia”. O fato é que, dessa ou de outra forma, já no dia 17, circulavam na USP rumores de sua prisão. Quando foi noticiada sua morte, os órgãos de segurança foram surpreendidos por uma intensa atividade de propaganda, a qual difundiu a versão de que Alexandre tinha morrido em consequência de torturas sofridas nos órgãos de segurança. A campanha, apoiada pelo clero dito “progressista” – sob a liderança de D. Evaristo Arns –, gerou um compreensível clima de revolta no meio estudantil. Era o próprio “fermento na massa” na sua verdadeira expressão. O fato abriu uma campanha psicológica sistemática que, daí por diante, seria desencadeada sempre que ocorresse a morte de um terrorista que não fosse resultado de um flagrante entrevero.

No momento da morte de Alexandre, estavam descobertos “os direitos humanos”. Sim, porque, sobre a morte brutal de Manoel Henrique de Oliveira, que fora assassinado à porta de seu trabalho, um mês antes, e o assassinato cruel de Otávio Gonçalves Moreira Júnior, quatro dias depois, nada fora dito. Ou a vida e o trabalho não se inserem entre os direitos humanos? Ou seria porque Manoel, um dos quatro proprietários de um restaurante na Mooca, não era um “oprimido” e sim um representante do “capitalismo selvagem”? Estes fatos, por acaso, não foram escritos com sangue? Ou será que a imagem de Deus, estampada na pessoa humana, não é sempre a mesma?

Vários terroristas declararam mais tarde ter assistido ou tomado conhecimento da “morte” de Alexandre, o “menino Alexandre”, como se referem, nos seus depoimentos, uma psicológica e uma pedagoga. Um dos depoentes diz que ouvira seus gritos e gemidos na cela solitária, e que já estava em tal cela 15 dias antes do interrogando chegar ao pavilhão; (...). Ora, Alexandre foi preso dia 16, como é público e notório, e, mesmo que não tivesse morrido ao tentar a fuga no dia 17, sua morte foi noticiada no dia 20, tudo no mês de março. Como poderia estar na solitária há mais de 15 dias? O restante de seu depoimento, semelhante aos demais, apenas diferindo, também, quando acrescenta que, no dia da morte, o carcereiro informou-lhe “que aquele moço da solitária havia tentado o suicídio cortando os pulsos, e que veio a saber que o nome desse rapaz da solitária era Alexandre Vanucchi”. Erro dessa natureza é compreensível. Afinal, o trabalho de denúncia sistemática de tortura nos tribunais estava no seu início, e alguns terroristas julgavam que quanto mais grave a denúncia melhor, esquecendo-se de que mesmo a mentira precisa de um mínimo de coerência e não havia ainda uma coordenação eficiente. Os porcos erros desse tipo não seriam mais cometidos. Existe a versão única, normalmente coerente, com nuanças sem importância para dar-lhe maior autenticidade.

Indagamos ao diretor do DOPS, à época, sobre a morte de Alexandre, e ele nos disse: “Se o Alexandre Vanucchi tivesse permanecido vivo não teríamos acabado apenas com o Setor Estudantil da ALN, em São Paulo, teríamos, naqueles dias, acabado com a própria ALN e, talvez, outras organizações que com ela atuavam em frente”. Por paradoxal que possa parecer, os maiores interessados em preservar a vida de Alexandre, naquele momento, eram os órgãos de segurança. Além do mais, se fosse objetivo dos órgãos de segurança simular a morte de Alexandre no trânsito, quem conhece São Paulo sabe que seria um absurdo tentar fazê-lo às 11 horas da manhã, no cruzamento da Rua Bresser com a Avenida Celso Garcia. O retardamento do anúncio de sua morte foi o recurso que nos restou para acabar pelo menos com o Setor Estudantil da ALN. Não esperávamos que sua morte por acidente, comprovada em inquérito, fosse alvo de uma campanha psicológica que, pelas suas técnicas, naturalmente, ignorou o inquérito e as circunstâncias citadas.

9. O fim da ALN

No dia 13 de abril, a Ação Libertadora Nacional (ALN) perdia, no Rio de Janeiro, o terrorista do GTA, Merival de Araújo, morto ao tentar escapar durante a "cobertura de um ponto". A prisão de Merival fora possível pelas declarações de seu "apoio", o Prof. Francisco Jacques de Alvarenga, militante da RAN, preso naquela ocasião.

No dia 28 de junho, quando preparava provas na secretaria do Curso MCB que funcionava em anexo ao Colégio Veiga de Almeida, na Rua Francisco Xavier, na Tijuca, o Prof. Francisco Jacques de Alvarenga foi assassinado com quatro tiros de pistola 45 desferidos pelo terrorista do GTA, Tomás Antônio da Silva Neto. O assassino, acompanhado por mais dois, disparou quatro vezes, em resposta ao gesto amistoso do mestre que lhe estendia a mão. Um dos acompanhantes de Thomas pichou uma das paredes do colégio com a sigla ALN.

Consumava-se, assim, mais um "justiçamento" da ALN que, pressentindo o seu fim, agia de forma a cercá-lo da mesma aura de violência que caracterizou o seu surgimento e a sua existência como organização subversiva.

Em julho, em São Paulo, a ALN perdeu, em enfrentamentos armados, mais um elemento de sua Coordenação Nacional e mais um experiente quadro do GTA. No dia 13, o dirigente Luiz José da Cunha, identificado na Avenida Santo Amaro, empreendeu fuga ferindo uma moça, na tentativa de sequestrar um carro, antes de morrer no combate com a polícia. No dia 16, desfalcava a organização o militante Hélber José Gomes Goulart, morto no bairro de Ipiranga ao tentar romper um cerco policial. A ALN mantinha a mística de que os quadros dirigentes e os membros do GTA não deveriam "cair vivos".

Com Hélber, foi encontrado em documentos da organização o que considerava como causas das derrotas da esquerda em geral: *"A centralização e controle das informações através dos COPI; o incremento da formação técnica dos agentes da lei; bem como o aperfeiçoamento dos métodos de investigação; a campanha publicitária do governo; o controle exercido sobre os sindicatos, desenvolvendo os movimentos de massa; 'os projetos impacto'; a formação de uma unidade política de esquerda; a inexperiência de guerra; as derrotas impostas aos movimentos armados e às suas redes de apoio; o grande número de militantes no exterior".* O texto admitia o sucesso do governo revolucionário junto à classe média quando veiculava textualmente: *"(...) E na verdade não podemos dizer que não obteve êxitos".*

Em 19 de outubro, o que sobrara da CR/GB, chefiada por Flávio Augusto Neves Leão de Sales, em "frente" com o PCBR e a VAR-P, fez explodir uma bomba nos escritórios da agência de passagens da empresa aérea LAN-Chile, na Avenida Rio Branco, ferindo seis policiais e seis populares. A bomba, entregue com um bilhete, representou um protesto pela derrubada do Governo de Unidade Popular de Salvador Allende, no Chile, ocorrida no dia 11 de setembro.

Essa bomba foi considerada a última manifestação de violência praticada pelas organizações subversivas e baliza o fim da tentativa armada comunista para a tomada do poder no Brasil.

Em face das "quedas" ocorridas nas fileiras da ALN, sua estrutura, que já era deficiente, tornou-se crítica. Em São Paulo, restava um grupo do Setor de Massas, controlado por Betty Chaghamovitz, do qual faziam parte Edmir Elias Albino, Gregório Gomes Silvestre e Rivaldo Leão. Estes elementos, militando na organização desde o final de 1972, ligavam-se diretamente ao último membro da antiga CN ainda atuante, Antônio Carlos Bicalho Lana. O grupo atuava no meio sindical da cidade de Santos, particularmente no meio portuário, imprimindo e distribuindo um jornal.

A desarticulação da organização exigia a neutralização do remanescente da direção nacional, Antônio Carlos Bicalho Lana, que continuava atuando em São Paulo. Prosseguindo as investigações, os órgãos de segurança localizaram, em 30 de novembro, na Avenida Pinedo, em Santo Amaro, um casal suspeito. Ao serem abordados, os dois sacaram suas armas e tentaram fugir, atirando nos agentes. Cercados, continuaram atirando até tombarem mortalmente feridos. Confirmando as suspeitas, foram identificados como Antônio Carlos Bicalho Lana e Sônia Maria Lopes de Moraes. Desta forma, a ALN tornava-se acéfala com o desaparecimento do último membro da Coordenação Nacional.

Com a morte de Bicalho, Betty Chaghamovitz deslocou-se para o Rio de Janeiro, passando a viver com Flávio Augusto Neves Leão de Sales. Sem a assistência de Betty, o grupo, que atuava no setor portuário de Santos, seria assinalado e preso em abril/maio de 1974, encerrando suas atividades.

A ALN, no Brasil, estava praticamente extinta. Com a inquestionável derrota militar da organização, as teses da Tendência Leninista da ALN, formuladas no exterior por Rolando Fratti, ganhavam adeptos, afirmando-se como a linha política mais correta dentro da conjuntura. O debate entre a TL e a ALN, veiculado pelo jornal "Unidade e Luta", no Chile, foi nitidamente favorável à Tendência.

Após a derrubada de Allende no Chile, a TL, acompanhando a revoada das organizações subversivas brasileiras que lá atuavam, manteve um núcleo na Argentina com Ricardo Zarattini Filho, enquanto o restante se radicava na Europa.

Nessa altura, Cuba já havia reconhecido um dos mentores da TL, José Maria Crispim, como liderança da ALN. Crispim foi para a Argentina, para onde, no final do ano, dirigiram-se Flávio Neves Leão de Sales e Rafael de Falco Neto, visando a impor seus pontos de vista e manter a ALN dentro da orientação original imposta por Marighella. Nada conseguiram e acabaram aceitando a vitória do novo pensamento que se impunha na organização.

A Ação Libertadora Nacional deixava de existir como organização atuante no Brasil.

10. Operação "Sucuri"

“Aquele que conhece o inimigo e a si mesmo, ainda que enfrente cem batalhas, jamais correrá perigo. Aquele que não conhece o inimigo, mas conhece a si mesmo, às vezes ganha, às vezes perde. Aquele que não conhece nem o inimigo nem a si mesmo está fadado ao fracasso e correrá perigo em todas as batalhas”. “A Arte da Guerra”, Sun Tzu

Em 1973, teriam continuidade as quedas verificadas no PC do B desde o final do ano anterior, atingindo elementos da cúpula do partido, entre os quais três do Comitê Central (CC). Em l5 de fevereiro, foi preso Luiz Vergatti, e, nos dias 4 de janeiro e 13 de março, foram mortos, em choques com a polícia, respectivamente, Luiz Guilhardini e Lincoln Bicalho Roque. O cerco ao PC do B, na cidade, estava estabelecido. Era preciso cuidar do foco guerrilheiro que se desenvolvia nas matas do Araguaia, e que se havia tornado preocupação máxima do Partido e das forças de segurança.

No início desse ano, sentiu-se a necessidade de se obter dados mais concretos acerca da área onde se implantara o foco guerrilheiro e das atividades que ali eram desenvolvidas, antes de realizar qualquer ação para reduzi-lo. A saída das tropas da área, desde outubro do ano anterior, restituíra liberdade de ação aos subversivos. Tendo tido suas baixas localizadas particularmente a oeste da Serra das Andorinhas, sem dúvida realizara remanejamentos em seus efetivos. Embora não houvesse dados que indicassem a retomada do fluxo de subversivos para a área, o longo período de permanência na região, realizando um trabalho de conquista da população, e o proselitismo que passaram a desenvolver, desde julho do ano anterior, eram de molde a indicar que pudessem ter conseguido ampliar seus quadros com moradores locais. Sem dúvida, haviam reposto seus suprimentos, estabelecido novos depósitos, organizado novas bases e, possivelmente, – se é que pretendiam expandir aquele foco, não se tratando de simples área de treinamento –, teriam conseguido melhorar a qualidade e ampliar o número de suas armas.

Com o objetivo de conhecer o seu dispositivo atual, composição, seus meios, suas atividades junto da população local, a receptividade desta a seu proselitismo, etc., foi planejada e executada na área uma operação de informações que recebeu o nome de “Sucuri”. Concluídos os preparativos, a operação teve início somente na primeira quinzena de maio, com a “implantação” de agentes, como os terroristas haviam feito durante seis anos, mas de forma bem mais rápida. Em cerca de 20 dias, foram implantados 32 agentes que iriam fazer funcionar uma eficiente rede de coleta de informações, numa área superior a 10.000km². Às dificuldades dessa extensa área, coberta pela exuberante floresta amazônica e dotada de rica rede fluvial, somar-se-iam as deficiências de escassas vias de acesso, que as resumiam à Belém-Brasília e à Transamazônica. No interior da área, havia a PA-70 (Marabá-Conceição do Araguaia); a OP-25 (São Domingos-São Geraldo), intransitável; e a OP-3 (Brejo Grande-Santa Cruz), inconclusa.

A fase mais difícil das operações foi exatamente a do estabelecimento da rede de agentes – a aquisição de terra pelos “posseiros”, a compra de “bodegas” e o estabelecimento dos negócios.[606] Um dos agentes chegou a ser aprisionado logo ao adentrar a área. Depois de solto, seria afastado por medida de segurança, mas faria muita falta. Era um “gateiro” (informante-móvel) e não pôde ser substituído. O Sd. Francisco Xavier de Paula, que havia se instalado numa posse de terra, no município de Xambioá, desapareceu. É provável que tenha sido identificado pelos terroristas e por eles tenha sido morto. No início de junho, estava montada a rede e começaram a fluir as primeiras informações. A maioria desses dados iniciais dizia respeito aos aspectos políticos, econômicos e psicossociais da área. Retratavam de maneira objetiva as precárias condições em que o poder político se exercitava na região, representado quase sempre por prefeitos corruptos, incapazes e primários, mancomunados, via de regra, com a autoridade policial, em princípio, apática e irresponsável. Os órgãos estaduais e federais, inoperantes quando não corrompidos, foram postos por seus chefes locais a serviço dos grandes proprietários. O pequeno proprietário, em precaríssimo estado físico-sanitário, era explorado pelos madeireiros, donos de castanhais e grileiros.

Esse quadro favorecia a obtenção inconsciente de apoio político de posseiros e pequenos proprietários, homens humildes, pacíficos e desassistidos, aqueles que, como os subversivos, estendiam-lhes as mãos. A situação era tão revoltante que uma equipe de agentes desviou-se do “trabalho de cobertura”, inicialmente previsto, e passou a trabalhar em apoio a um escritório do INCRA na área. Como tal, procedeu a levantamentos socioeconômicos e fundiários na região, que, conjugados a contatos feitos em Brasília, permitiram a titulação parcelada de uma série de posseiros. Os agentes empenhados nessa tarefa tiraram grande proveito dessa atividade no campo das informações, seja pelo relacionamento com a população e a colaboração que desta passaram a receber, seja por ter essa atividade se constituído em “estória de cobertura” melhor do que a originalmente engendrada. Nesse período inicial, os agentes remeteram também informações que permitiram atualizar caminhos e trilhas, nomes de castanhais e igarapés e localizar bodegas e vilarejos.

Os agentes viveram cinco meses na região. Os informes fluíam das “roças”, “bodegas” e “pessoal do INCRA” para os informantes, que eram os agentes móveis encarregados de transmiti-los aos subcoordenadores, um ao norte e outro ao sul. Muitas vezes um informante tinha que percorrer 40 quilômetros para passar os informes. Os agentes dispunham, para a defesa pessoal, de armas de caça, facões e revólveres, semelhantes ao de uso corrente na área. Somente os

---

[606] Bodega é um termo empregado na área para definir um pequeno comércio, no qual se adquire querosene, farinha, linha, água, anzol etc. Caracteriza-se exatamente pela variedade dos produtos.

"roceiros" levavam armas de caça calibre 20. As roupas eram também as utilizadas na área, previamente usadas e lavadas várias vezes. Apenas uma estação de rádio foi levada para a região.

Por várias vezes, os agentes tiveram contato com os terroristas e um deles, para não despertar suspeitas, viu-se obrigado a vender-lhes munição. Esse convívio na região permitiu aos agentes delinear a área onde os subversivos circulavam; determinar o tipo de armamento de que dispunham; identificar os elementos que lhes prestavam apoio; conhecer toda a área de operações; identificar, na população, os neutros e os que poderiam ser contrários aos terroristas, desde que apoiados. Apesar de não ter sido possível localizar as bases da guerrilha, já que as medidas de segurança não permitiam a circulação nessas áreas sem criar sérias suspeitas, foi possível determinar seu dispositivo e, grosso modo, sua composição. Ao final da operação foi possível estimar também a quantidade de suprimentos que havia sido estocada e o tempo que os subversivos poderiam sobreviver, se cortadas suas fontes de abastecimento.

Durante esse período, os subversivos realizaram diversas ações: executaram dois moradores locais, um conhecido por Pedro Mineiro e outro por Osmar, tendo "expropriado" deles suas armas, roupas e remédios; atacaram a fazenda de Nemer Kouri, acusado de auxiliar as forcas legais, tendo, também, na ocasião, roubado, a título de "expropriação", dinheiro, armas, roupas, alimentos e remédios; e assaltaram um posto policial (PM/PA.) na Transamazônica, onde também "expropriaram" seis fuzis antigos, um revólver, munição e roupas. Em cada uma dessas ações, os comandantes dos destacamentos responsáveis emitiram "um comunicado militar", exaltando o "ato revolucionário".

Nesse mesmo período, fugiu da área um elemento, não identificado pelas forças legais, que atendia pelo codinome de "Paulo", considerado pelos subversivos como traidor. Anteriormente, em 16 de agosto, por desejar deixar a área, foi "justiçado" o subversivo Rosalindo Cruz ("Mundico"), dado pelos subversivos como morto em acidente com arma de fogo.

As informações necessárias ao início das operações já haviam sido colhidas. Estava perfeitamente configurada a intenção do grupo terrorista de permanecer na região, a fim de tentar alcançar seus objetivos políticos, com a implantação de uma área liberada. Embora nos oito meses que permaneceram com quase total liberdade, houvessem evoluído, recrutaram, entre os moradores locais, um número irrisório de colaboradores. Não haviam conseguido melhorar a qualidade nem ampliar a quantidade de seu armamento e não haviam reforçado seus efetivos, sequer para repor as baixas que alcançavam entre mortos, presos e desertores, um terço do efetivo inicial.

11. Desarticulação do foco guerrilheiro do PC do B

Era pensamento dos subversivos incrustados no SE: se o "inimigo" não atacasse antes de outubro, ele não mais o faria nesse ano, em razão da chegada das chuvas. Também julgavam que as forças de segurança, como das vezes anteriores, evitariam entrar na selva, "porque não tinham capacidade para isso", pelo que se haviam preparado para realizar emboscadas com ações de fustigamentos nas trilhas e caminhos. Julgavam ainda que, como das vezes anteriores, essas forças deveriam entrar na área pelo norte e pelo sul.

As forças legais iniciaram as ações em 7 de outubro e surpreenderam as forças subversivas, ainda que, na época do início das operação, não estivessem subordinadas a esse propósito. Essas forças atuaram descentralizadas, guiadas pelos elementos que, há cinco meses, viviam na área e de cuja presença os subversivos sequer suspeitavam. Isto se constituiu em mais uma surpresa para os terroristas, que ficaram cerca de um mês sem ter noção dos efetivos, que os combatiam. Essas forças tinham um efetivo de cerca de 250 homens, mas os terroristas o estimavam cinco vezes superior, confundidos por sua dispersão.

A primeira ação realizada foi a de isolamento dos elementos que prestavam apoio material aos terroristas e deveria ser desencadeada simultaneamente em toda a área, pois se pensava que, após longa permanência na região, os subversivos tivessem montado uma eficiente rede de informações. As forças de segurança estavam equivocadas. Concluiu-se, depois, que sequer essa rede conseguiu estrutura com os moradores locais. Cada equipe que adentrou a área recebia de seu guia uma ficha dos moradores, ditando seu grau de comprometimento e tipo de apoio que prestavam, embora, inicialmente, pelas razões antes explicitadas, todos tivessem sido isolados. Esses elementos, depois de desestimulados a cooperar com os subversivos, eram concitados a colaborar com as forças legais que passaram a apoiar suas famílias. Sob a custódia da PM/PA, recebiam alimentação, certidões de casamento, nascimento e, por fim, a muitos foi entregue o esperado título de terra. Não tinham qualquer formação política e cooperavam com os "paulistas" – denominação dada aos terroristas –, que lhes ofereciam assistência médica, orientação sobre práticas agrícolas, educação e lhes tratavam com correção; da mesma forma, passaram a colaborar com as forças legais, à medida que lhes foi ganha a confiança. Muitos deles tornaram-se valiosos guias.

Logo no início das operações, a rede de apoio, cuidadosamente trabalhada durante meses, estava na sua quase totalidade neutralizada, graças aos levantamentos realizados com antecedência. Os subversivos tiveram o primeiro combate com as forças legais e sofreram quatro baixas, perdendo três depósitos na área da Transamazônica. Haviam morrido no enfrentamento com as "forças de repressão" Divino Ferreira de Souza ("Nunes"); André Grabois ("José Carlos"); João Gualberto Calatronio (Zebão), pertencentes ao DST; e Antônio Alfredo Campos, elemento de apoio da área. Ainda no mês de outubro, nessa mesma região, helicópteros assinalaram um grupo de terroristas deslocando-se pela

estrada que demanda a São Domingos. Foi orientada uma patrulha para a área e houve o encontro do qual resultou um terrorista morto e, possivelmente, um ferido. O morto seria identificado como Lúcia Maria de Souza ("Sônia").

Habitantes locais, surpreendidos pelas ações junto às forças subversivas, abandonaram os "paulistas" logo nos primeiros dias. Outros o fariam dias depois. Após esses primeiros combates, os terroristas desapareceram da área. Tinham seguramente se retirado para as áreas de homizio. Durante o restante do mês de outubro, todo o mês de novembro e boa parte de dezembro não houve mais encontros nessa região.

As tropas, agora empregadas, eram especializadas neste tipo de combate e boa parte delas, com larga vivência na selva. Palmilhavam a selva, mas não encontravam ninguém. Estabeleceram bases de operações na mata. Patrulharam castanhais, grotas, áreas de homizio, recebiam informações de helicópteros que vigiavam a região. Estavam acompanhados de bons "pizeiros" e, possivelmente, pelas dimensões da área, não encontravam viva alma.[607] É provável que, muitas vezes, tivessem passado bem próximo de acampamentos, mas, em razão do limitado campo de visão na mata, não se apercebessem de sua existência.

Em fins de novembro, uma patrulha encontrou um grupo de terroristas junto a uma grota. Travou-se um tiroteio, quando dois subversivos lograram fugir. É possível que, nessa ocasião, tenha morrido o terrorista Arildo Valdão ("Ari"). Os "paulistas", no entanto, imputaram a morte de "Ari" a um indivíduo conhecido por Jonas, integrante desse grupo, e que, após esse episódio, teria desertado.

Nos primeiros dias de dezembro, ainda na área do Dst B, uma patrulha, que vinha da região de Palestina, defrontou-se com um grupo de sete ou oito subversivos, acampado próximo a uma grota, num lugar já utilizado para esse fim anteriormente. A patrulha atacou o grupo que, ao invés de reagir, fugiu apavorado, abandonando mochilas, bornais, panelas e um revólver. Teriam sido feridos ou mortos, nessa oportunidade, dois terroristas.

No relatório sobre a luta no Araguaia, "J", codinome de Ângelo Arroyo, assinala nesse episódio apenas a morte de Adriano Fonseca Filho ("Chico"). No entanto, fala que "Jaime" e "Ferreira", nessa ocasião, ficaram desligados do grupo.[608]Simão não foi procurá-los. Não se sabe o que ocorreu com eles. Durante cinco dias os demais subversivos, em número de cinco, caminharam pela mata sem ter o que comer e sequer um isqueiro para obter fogo. Ao se encontrarem com o resto da força, apresentavam o corpo inchado de picadas de tatuquira e estavam famintos.[609] Com o que acontecera a "Ari", "Jaime" e "Ferreira", parece que não houve mais preocupação, bastou o registro.

No final de dezembro, foram localizados rastros que indicavam a movimentação de uma coluna na área do DST A. Esses rastros foram seguidos. Em decorrência da possibilidade dos terroristas estarem, efetivamente, reunidos em grande número, informações foram passadas por meio de helicópteros de modo que outras equipes fossem orientadas para aquela região.

No dia 25, pela manhã, a patrulha que estava na área travou cerrado tiroteio com os subversivos. Intensificaram-se os reconhecimentos na região e entre os dias 30 de dezembro e 2 de janeiro houve vários combates de encontro, com trocas de tiro.[610]

Os subversivos, desde que começaram essas últimas operações em outubro de 1973, pareciam ter como objetivo marcar presença na área, ou sobreviver. Nesses três meses, em nenhuma ocasião chegaram a tomar a iniciativa das ações. Seus efetivos na área, ao término do ano, haviam se reduzido a um terço do existente em abril de 1972. As operações prolongar-se-iam até meados de 1974, mas as forças restantes na área não tinham condições de atuar coordenadamente, principalmente porque perderam o contato com a direção política do movimento, que também vinha sendo desarticulada nas cidades. O grosso das tropas foi retirado, sendo mantidos na área elementos de informações e um destacamento que passou a guarnecer as instalações de um quartel recém-construído em Marabá.

12. A incorporação da APML do B ao PC do B

Após a expulsão de Jair Ferreira de Sá e de Paulo Stuart Wright, estreitaram-se os contatos da Ação Popular Marxista-Leninista do Brasil (APML do B) com os dirigentes do PC do B. Resolveu-se que o processo de incorporação da APML do B ao PC do B seria gradual, coexistindo, inicialmente, as atividades orgânicas das duas entidades.

A 17 de maio, o Birô Político do CC da APML do B divulgou sua última circular, intitulada "Incorporemo-nos ao PC do B", na qual indicava o procedimento a ser observado pelas duas organizações subversivas no decurso da incorporação.

Em julho, uma reunião do CC do PC do B aprovou o documento "Acerca da Luta Anti-imperialista", no qual o Partido posicionava-se contra o PC da China e contra a "Teoria dos 3 Mundos", discordando de Mao Tsé-tung acerca da existência

---

[607] "pizeiro" é chamado na área o rastreador, o homem que tem habilidade de seguir rastros.

[608] "Jaime" será, possivelmente, Jaime Petir da Silva, e "Ferreira" ou "Zé Ferreira", Antônio Guilherme Ribeira Ribas.

[609] "Simão" é o codinome de Cilón Cunha Brum.

[610] No combate do dia 2 de fevereiro, foi ferido um soldado da patrulha com um tiro na coxa esquerda.

de uma terceira posição ocupada por países não alinhados com os EUA e com a URSS e que seriam capazes de dirigir os seus próprios movimentos de libertação nacional. No segundo semestre desse ano, intensificaram-se as reuniões entre João Amazonas de Souza Pedroso, Haroldo Borges Rodrigues de Lima e Aldo Silva Arantes, visando à incorporação da APML do B ao PC do B. Haroldo e Aldo, porta-vozes dessa decisão, já estavam cogitados para integrarem o CC e a Comissão Executiva do PC do B.

Durante o ano de 1973, alguns dirigentes da APML do B passaram a auxiliar em tarefas do CC/PC do B e da própria Comissão Executiva do CC/PC do B. A união de duas organizações iniciava-se pela cúpula.

Apenas no final de 1974, durante uma reunião do CC/PC do B, ocorreria formalmente a incorporação. Os dirigentes da APML do B, Haroldo Borges Rodrigues de Lima, Aldo Silva Arantes, Péricles Santos de Souza, José Renato Rabelo, João Batista Franco Drumond e Ronald Cavalcanti Freitas, foram cooptados para membros do CC/PC do B, sendo Aldo Arantes e Haroldo Lima eleitos membros da CEX/CC/PC do B.

Conforme combinado, as duas organizações mantiveram independentes os seus trabalhos em níveis intermediários e de bases, adotando, o PC do B, a denominação “Estrutura1”, e a APML do B, a denominação de “Estrutura 2”.

13. Extinção da VPR

No início de 1973, seis militantes da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) vindos de Cuba, onde haviam feito cursos de guerrilha, iniciavam os trabalhos para reestruturar a VPR no Brasil, a partir de um núcleo armado, em Pernambuco.[611]

O ex-cabo Anselmo, então amasiado com uma paraguaia componente do núcleo, indicou o “aparelho” onde eles se reuniam, em Paulista, município do Grande Recife. Na noite de 8 de janeiro, a polícia deu uma “batida” no local e houve violenta reação terrorista. Após cerrado tiroteio, os seis militantes tinham sido mortos pelos órgãos policiais.

No final desse mês, Herbert Eustáquio de Carvalho, líder da “Frente Gerson Theodoro de Oliveira”, enviou Maria Elisalva Oliveira ao Chile, onde conseguiu 7 mil dólares com João César Belisário de Souza.

Entretanto, a Coordenação Provisória da VPR existente no Chile não estava vendo com bons olhos as atividades de Herbert. Em fevereiro, expulsou da organização Maria do Carmo Brito, por não ter correspondido às “funções que exercia na época de sua prisão”, e Herbert, por diversos motivos, dentre os quais “por demonstração de medo físico”, “por excessivos gastos pessoais e desvios de dinheiro” e “por passar a exercer atividades duvidosas junto a um grupo da pequena-burguesia, admitindo-os como membros da VPR, sob o título de Frente Gerson Theodoro de Oliveira”.

A tempestade, no entanto, não se desencadeou só no Chile. Fruto das “quedas” de diversos militantes da DVP, na Guanabara e em Minas Gerais, foram presos, entre os dias 3 e 7 de março, Maria Elisalva, Leonardo Valentini e Ubajara Silveira Roriz, acabando com a “sonhada” reestruturação da VPR através da “Frente Gerson Theodoro de Oliveira”.

O Brasil havia ficado muito pequeno para Herbert. Apesar de sua “amizade íntima” com Cláudio Alves Mesquita Filho ter-lhe dado tranquilidade emocional, a polícia brasileira fechava o cerco, e ele conhecia bem a determinação de seus ex-companheiros da VPR. Com 7 mil dólares, Herbert e Cláudio fugiram para Paris, alguns meses depois, passando a viver maritalmente e indo trabalhar numa sauna “gay”. Herbert, ex-comandante nacional da VPR, resolvera “assumir”.[612]

Em meados de abril de 1973, com os dados fornecidos por Pedro Lobo de Oliveira, formou-se, em Santiago do Chile, um Tribunal Revolucionário integrado por militantes da ALN, do PCBR, do MR-8 e da VPR, esta representada por Oswaldo Soares e Flávio Roberto de Souza, que chegou às seguintes decisões: expulsar Onofre Pinto “por conivência com a infiltração policial no Nordeste”;[613] expulsar Cristóvão da Silva Ribeiro e Mário José de Mattos;[614] “justiçar” o ex-cabo Anselmo[615] e o delegado Fleury.[616]

---

611 O núcleo era formado por Eduardo Gomes da Silva, que havia sido banido para a Argélia em junho de 1970, sua então companheira Paulina Reichstul (“Silvana”), uma tcheca ex-amásia de Ladislas Dowbor, Evaldo Luiz Ferreira de Souza, ex-marinheiro Jarbas Pereira Marques, José Manoel da Silva e Viedma (”Sol”).

612 Em janeiro de 1985, já no Brasil, o “casal” Herbert Eustáquio de Carvalho e Cláudio Alves Mesquita Filho foi assessor do Deputado Estadual, pelo PT do Rio de Janeiro, Benjamim Vieira, ex-integrante da VPR, banido para a Angélia em junho de 1970.

613 Onofre Pinto desapareceu misteriosamente em julho de 1974, na Argentina.

614 Mário José de Mattos morreu no Chile, em 1973, de doença.

615 Até hoje, o ex-cabo Anselmo vive escondido.

616 O Dr. Sérgio Fernando Paranhos Fleury, incansável lutador contra o terrorismo do Brasil, morreu, em 1979, num acidente na Ilha Bela, no litoral paulista.

A atitude de vingança, entretanto, não conseguiu sedimentar os militantes da VPR numa única vontade de reestruturação. A "queda" do Presidente Allende, do Chile, em 11 de setembro, dispersou seus militantes e extinguiu a VPR.

14. O fim da VAR-P

Embora voltada para o Rio Grande do Sul – onde, no seu julgamento, os órgãos de segurança ainda não haviam alcançado a eficiência revelada em São Paulo e no Rio de Janeiro –, a Vanguarda Armada Revolucionária-Palmares (VAR-P) mantinha seus contatos com a "frente" no Rio de Janeiro. No início desse ano, a VPR autodissolveu-se. Alegando falta de condições orgânicas, abandonou a coalizão subversiva. Os contatos permaneceram, então, com a ALN e o PCBR, por conta de James Allen Luz e José Carlos da Costa.

No dia 25 de fevereiro, a "frente" perpetrou o assassinato do delegado do DOPS/SP, Dr. Octávio Gonçalves Moreira Júnior, o "Otavinho", relatado no item referente à ALN, deste Capítulo.

Dentro do planejamento da organização, Porto Alegre torna-se o alvo de seus investimentos armados, no afã de obter recursos para implantar uma infraestrutura de apoio ao trabalho de massas. No dia 14 de março, reunidos militantes da VAR-P e do PCBR vindos do Rio de Janeiro, foi assaltada a Agência Passo de Areia do Banco Francês-Brasileiro, no Bairro Floresta. Durante o assalto, que rendeu quarenta e três mil e duzentos cruzeiros, foram feridos à bala o encarregado da limpeza Haroldo Rocha Silveira e o guarda bancário Telmo Farias Raymundo, pelo assaltante José Carlos da Costa. O bando era constituído por dois militantes do PCBR (Ramires e Vitorino), James Allen Luz, José Carlos Costa, Irene Madeira de Carvalho, Antônio da Cunha Losada e "Janílson", pela VAR-P.

Após a ação, José Carlos Costa e dois militantes do PCBR, Ramires Maranhão do Valle e Vitorino Alves Moutinho, retornaram ao Rio de Janeiro.

Em março, James Allen passou para Irene Madeira de Carvalho "pontos" com a ALN e o PCBR, para que fosse combinada uma outra ação em Porto Alegre. O "ponto" coberto apenas pela PCBR permitiu o planejamento da ação que não se realizou por falha na ação do roubo do veículo, perpetrado por militantes daquela organização.

No dia 25 de março, a fatalidade colocaria fim na vida criminosa de James Allen Luz. Ao retornar embriagado de uma Churrascaria, na zona balneária de Porto Alegre, na Variant do militante Aldir Rodrigues da Silva, James Allen veio a falecer quando o veículo se chocou contra uma árvore, na estrada do Lami. Antônio da Cunha Losada e o motorista, Aldir, ainda levaram o corpo para uma clínica, onde foi constatada a morte do líder da VAR-P, conhecido pelo codinome de "Ciro".

A identificação de James Allen foi dificultada pelo expediente de Aldir e Losada em retirar-lhe os documentos, antes de deixá-lo na clínica. Inicialmente, foi confundido com Aldir, em razão do recibo encontrado no veículo acidentado. A vinda da esposa de Aldir de São Paulo esclareceu a dúvida, levando a polícia, induzida pela documentação da VAR-P, encontrada na Variant e pelos boatos da presença de "Ciro" em Porto Alegra, a concluir pela identificação de James Allen, após o confronto de fichas datiloscópicas.

A existência nominal da VAR-P, sustentada pelas andanças e participações em assaltos de James Allen, viu-se irremediavelmente condenada pelo desaparecimento de seu líder. Abalada, Irene Madeira de Carvalho retornou ao Rio de Janeiro, permanecendo em contato com José Carlos da Costa. Os levantamentos para os "justiçamentos" de Reinhold Amadeu Klement e Artur Paulo de Souza, orientados por James Allen, em Porto Alegre, sob a alegação de abandono da organização, foram encontrados. Estes colaboraram com as autoridades. Concederam entrevistas a órgãos de difusão, e a empreitada assassina foi abandonada.

Em setembro, no Rio de Janeiro, Irene Madeira "cobria ponto" com Mário Augusto Neves Leão da ALN e Ramires Maranhão do Vale do PCBR. Concordou, juntamente com Ramires, com a proposta de Flávio de que as três organizações assumissem a autoria de um atentado à bomba que seria realizado contra os escritórios da LAN-CHILE por militantes da ALN. A ação, realizada em 1º de outubro, foi relatada no item deste capítulo, referente à ALN.

A agonia da organização prosseguiria, em meados de outubro, no Rio Grande do Sul, com a "queda" do pretenso CR/RS e seu incipiente trabalho operário. As prisões de Antônio da Cunha Losada, Sônia Venâncio Cruz, Aldir Rodrigues da Silva e mais seis militantes significaram o fim do trabalho organizado da VAR-P.

O golpe de misericórdia ocorreria no dia 22 de novembro, em Porto Alegre, com a prisão de Irene Madeira de Carvalho, quando a última expressão da direção nacional prometia verificar pessoalmente a extensão dos danos provocados pelos órgãos de segurança.

O final do ano trouxe consigo o fim da VAR-P, nascida no COLINA, com prenúncios de grandeza, mas que se esvaziara paulatinamente corroída por dissidências e "rachas", acompanhando a melancólica sina das demais organizações da esquerda revolucionária.

15. A extinção da LO e do MPR

A Liga Operária (LO) passara todo o ano de 1972 realizando trabalho de massa e procurando aumentar seus efetivos que não chegaram, entretanto, a ultrapassar meia centena de militantes. Seu jornal "Unidade" era mais conhecido que a própria LO que passou a ser, também, chamada de "Grupo Unidade".

A prisão de Eurico Natal, em 3 de janeiro de 1973, desencadeou uma sucessão de mais de 30 detenções nos três primeiros meses do ano, acarretando a extinção da LO e do Movimento Popular Revolucionário (MPR).[617]

Os três membros da Direção da Organização (DO), Apolo Heringer Lisboa, Carmen Helena do Vale Beringer Lisboa e José Anibal Perez de Pontes, fugiram para o Chile, em março, acompanhados de Lúcia Marly de Oliveira, companheira de José Anibal, e do casal Ernesto Prado Lopes e Paula Pinheiro Dias.

Somente em 1977, ouvir-se-ia falar novamente do "Grupo Unidade", com Apolo, Carmen e José Anibal editando, em Paris, a revista "Conjuntura".

16. RAN, mais um fim melancólico

Em janeiro de 1973, Júlio Ferreira Rosas Filho reencontrou, de férias no Rio de Janeiro, o Capitão-Tenente José Miguel Camolez, da Base Naval de Aratu, em Salvador/BA. Camolez foi citado pelo Capitão-Tenente Jarbas Barbosa de Lemos como elemento de esquerda, suscetível de ser arregimentado para a Resistência Armada Nacional (RAN).

Dentro do propósito da organização de arregimentar os setores nacionalistas das Forças Armadas, Júlio Rosas providenciou um encontro de Camolez com Amadeu de Almeida Rocha. Na conversa, ficou acertado o ingresso de Camolez na RAN, com o compromisso deste de tentar criar um grupo de ação (GA) em Salvador. Camolez levantou também a possibilidade de fazer um trabalho de massa junto aos operários da Base Naval de Aratu. Amadeu pediu, num procedimento já padronizado, para que Camolez comprasse uma pistola Walter PPK na Marinha e cedesse para a organização. Pedia, ainda, que fosse levantado o nome do oficial que comandou a operação que resultara na morte de Carlos Lamarca no interior da Bahia. Amadeu procurava, com uma fanfarronice característica, impressionar Camolez com a perspectiva da RAN ajustar contas com aquele oficial.

O GA da Propaganda estava, no início de 1972, em fase de implantação. Filisbina Assunção Santos, como coordenadora, contava com a colaboração de Ana Maria Ferreira Rosas, de Nicolau Zarvos Neto e de Maria Alice Viveiros de Castro. A Equipe de Ação (EA) da revista "Prisma", coordenada por Júlio Ferreira Rosas, estava completa, com três GA.[618] A partir de fevereiro, a revista passou a ser rodada no sítio de Ramalho Ortigão.

Hermes Machado Neto recebeu ordens de iniciar as ações armadas, em preparação desde meados do ano anterior. Entre os levantamentos já feitos, existia um da residência do Dr. Chrisógomo Silva Borges, um dos donos da "Clínica da Gávea". Antes, porém, de realizar esse assalto, Amadeu Rocha resolveu reforçar o poder de fogo do GA ordenando um assalto a um posto da Guarda Noturna, na Rua Uruguai.

Na Rua Uruguai, o comando da ação, para efeito de treinamento, foi atribuído a José Sérgio Vazo, o motorista do GA passou a ser Ramalho Ortigão, que recebeu o apelido de Fittipaldi. Durante a incursão, Jefferson Santos do Nascimento disparou acidentalmente a sua arma, provocando urna fuga precipitada. Assim mesmo foram roubados dezenove revólveres. Durante a retirada, uma cena cômica: assaltantes de carro foram perseguidos algum tempo por um guarda-noturno de bicicleta. Naquela ocasião, Jefferson disparou novamente sua arma, tentando afugentar o perseguidor.

O assalto da Guarda Noturna foi motivo de euforia na organização. Como crianças travessas, os "revolucionários" Amadeu Rocha e Júlio Rosas ligavam para todos os conhecidos mandando que comprassem os jornais e identificassem o assalto como sendo de autoria da RAN. Amadeu chegou a preparar correspondência para os jornais, onde a organização assumia a responsabilidade da ação.

Já tendo roubado um carro no início de fevereiro, no dia 27 desse mês, foi realizada aquela que seria a segunda e a última ação da RAN. Hermes Machado, Jefferson Santos e José Sérgio Vaz reuniram-se no Largo do Machado e dirigiram-se, a pé, para o prédio 128 da Rua Senador Vergueiro. Sandra Lazzarini, que já auxiliara no levantamento do apartamento do Dr. Chrisógomo, serviu de distração do porteiro, enquanto Hermes Machado – o comandante da ação – e seus dois comparsas adentravam no prédio. Em seguida, entraram no apartamento. Hermes amarrou e amordaçou a esposa e o filho do médico e mais a empregada da casa. O médico não estava em casa. Pouco tempo depois, adentrava o apartamento o Dr. Chrisógomo acompanhado por Jefferson. Do cofre foram roubados trinta mil cruzeiros, oitocentos

---

[617] Da LO foram presos: Amado Manoel de Souza Portela, Antônio Carlos Meinberg Fadul, Cláudio Antônio Gonçalves Egler, Cleto José Praia Fiúza, Cristina Mariaa Pape, Dalton Goudinho Pires, Eduardo José Ribeiro da Fonseca Filho, Edward Braga, Eurico Natal, Fábio Geraldo Flores, Fernando Maurício Caldeira Brandt Saldanha, Graciela Meinberg Fadul, Jandira Andrade Citirana Praia Fiúza, Janete Oliveira de Carvalho, Joel Ângelo da Costa, Jonas Soares, José Diogo da Silva, José Muniz Cardoso, José Santiago, Juvenício José Neves da Silva, Lygia Carvalho Pape, Manoel Assumpção de Castro, Manoel Leite, Margarida Maria Godinho Pires, Paulo Ferreira Campos e Regina Lúcia dos Reis Abrante. Do MPR foram presos: Leonardo Valentini, Maria Elisalva Oliveira, Marília dos Santos Cruz e Paulo Roberto Machado da Silva.

[618] O 1º GA, coordenado pelo próprio Júlio, contava com a participação de Marília Galles Palei Medeiros e Manoel Mauricio de Albuquerque.
O 2º GA era coordenado por Francisco Jaques Moreira de Alvarenga.

dólares e ações ao portador da Companhia Vale do Rio Doce. Após acertarem e amordaçarem também o médico, o bando se retirou, abandonando o prédio.

Após o assalto à residência do Dr. Chrisógomo, José Sérgio Vaz foi preso por ter dado desfalque na editora onde trabalhava. A organização, preocupada com a segurança, contratou um advogado para tirá-lo da prisão. Em reunião realizada no sítio de Ramalho Ortigão, ficou decidido que os membros do GA deixariam de se encontrar enquanto perdurasse a situação.

No início de março, as perspectivas da RAN eram animadoras. Em São Paulo, a disposição de participação de Ruth Escobar prometia uma atuação imensa no meio teatral. A perspectiva de trabalho com Leonardo Barbosa de Medeiros permitia prever uma breve estruturação do GA na capital paulista. Em Recife, seria tentada a implantação de um trabalho de massa através do ex-padre Narciso Sminovski e de sua mulher Maria Francisca Simões Lemos. O GA de Juiz de Fora estava para ser estruturado, apesar dos desentendimentos de Avelino Kock Torres e José Paulo Neto. Em Salvador, também, havia otimismo com a possibilidade de atuação do Capitão-Tenente José Miguel Camolez, em termos de estruturação do GA e aliciamento na área militar.

O crescimento da organização previsto para 1973, impulsionado pelas recém-iniciadas ações armadas, proporcionaria condições para a estruturação de diversos militantes.[619] A partir dos assaltos, a RAN começou a pensar grande. Pretendia comprar uma gráfica que ficaria sob a responsabilidade de Mário de Lucena Montenegro, em atividade no setor de imprensa, o qual era coordenado por Roberto Pinto de Luna Pedrosa. A organização esperava estruturar-se, em breve, em mais dois Estados, para formalizar a instituição do Comando Nacional.

Em março, Amarantho Jorge Rodrigues Moreira foi preso pelos órgãos de segurança, para esclarecer sua participação em curso de guerrilhas em Cuba. O fato gerou uma crise de segurança na RAN. Hermes Machado e Sérgio Vaz abandonaram o "aparelho" de Sepetiba, onde haviam se homiziado após o último assalto – local frequentado por Amarantho – e se homiziaram em residências de militantes legais.

Quando a emergência estava praticamente superada, houve as prisões de Sandra Lazzarini, Adail Ivan de Lemos e José Flávio Ramalho Ortigão. A partir dessas prisões, o despreparo dos intelectuais para a eventualidade da prisão provocou o completo desmantelamento da organização. Amadeu Rocha, abandonando sua residência, entregou grande parte do dinheiro roubado à guarda de Júlio Rosas Filho. O pai de Júlio gastou grande parte do dinheiro para pagar contas pessoais do filho.

Não afeitos à clandestinidade, os militantes da RAN foram sendo presos um a um, até que, no dia 5 de abril, foi a vez de Almeida Rocha. Sua prisão causou constrangimento à sua esposa, Alice Amália Moniz Almeida Rocha, que ficou conhecendo sua noiva, Vera Lúcia Coutinho Faria, na prisão.

Da arrogância e da autoconfiança de Amadeu, discípulo aplicado da escola de Leonel Brizola, o tutor de Caparaó, nada restou. Desprovido de coragem física e moral, Amadeu acovardou-se de forma humilhante, tornando-se motivo do "desbundamento" de vários militantes da RAN, que pretendiam manter o "papel digno do revolucionário na prisão".

O que restava da RAN, até o dia 5 de abril de 1973, foi destruído pela delação de Amadeu. Mais tarde, já cumprindo pena, o grande líder da RAN denunciaria as "torturas" que teria sofrido, procurando justificar a tibieza de seu comportamento na prisão.

Menos sorte teve o professor Francisco Jacques Moreira de Alvarenga. Antes de sua prisão, recebera de Júlio Rosas um pacote, contendo algumas armas do lote roubado da Guarda Noturna do Rio de Janeiro, com orientação de desfazer-se dele. Jacques passou as armas para Merival de Araújo – terrorista da ALN – de quem era um elemento de "apoio". Durante os seus depoimentos na polícia, Jacques "abriu" um contato que teria com Merival, que, de forma previsível, se tratando de terrorista da ALN, foi morto ao reagir à prisão. No dia 20 de junho. Francisco Gustavo Vieira Alvarenga seria assassinado pela ALN em pleno Colégio Veiga de Almeida, Rio de Janeiro, onde lecionava.

A RAN, assim como o seu predecessor, o MNR, não tinha uma linha política definida e considerava o trabalho de massas como acessório.

Pretendeu estabelecer relações com organizações argentinas da luta armada. Dava muita importância ao trabalho junto às Forças Armadas. Segundo as lideranças da organização, a revolução peruana do General Alzavado representava uma alternativa válida para a revolução brasileira.

A luta armada era vista como a única forma de alterar o regime no País. Entretanto, a RAN não tinha definido como utilizar o argumento das armas. Antes que pudesse tentá-lo pela segunda vez, tinha um fim tão melancólico quanto o da fracassada "Guerrilha de Caparaó".

17. A divisão da Direção Geral do MR-8

[619] Amaranho José Rodrigues Moreira, que se encontrava afastado da organização, tinha previsão de ser autorizado num CA de ações armadas. Adail Ivan de Lemos seria agregado à estrutura de comando regional da Guanabara quando se livrasse dos problemas judiciais por participar de assaltos no Movimento de Ação Revolucionária (MAR).

Após a autocrítica e a reformulação de sua linha política, o novo MR-8, o MR-8 do Pleno, passou a desenvolver suas novas atividades, com a sua Direção Geral (DG) dividida em duas seções: a do Exterior, com Carlos Alberto Vieira Muniz, João Lopes Salgado, Nelson Chaves dos Santos e João Luiz Silva Ferreira, e a do Interior, no Brasil, com Franklin de Souza Martins e Sérgio Rubens de Araújo Torres.

Em Fevereiro de 1973, Franklin retornou ao Brasil, instalando-se em São Paulo e estruturando um Comitê Regional, dirigido por José Roberto Monteiro e Albino Wakahara, para imprimir o jornal "Manifesto".

Logo depois, regressaram Sérgio Rubens de Araújo Torres e sua esposa, Norma Sá Pereira Torres, passando a reestruturar e a coordenar o CR da Guanabara.

Na realidade, o MR-8 do Interior era dirigido pela DG no Chile, que chegou, inclusive, a realizar o "I Ativo no Exterior", em agosto.

A queda de Allende, em 11 de dezembro de 1973, dificultou os planos iniciais da organização, com os quatro membros da DG tomando diferentes caminhos, até nova integração em Paris, em 1974. O esquema de contato passou a ser por cartas enviadas para o endereço de Augusto Boal, em Buenos Aires.

18. O crescimento e a desarticulação do MPL

Com o regresso de Sônia Correia Lins da Europa, no final de 1972, iniciaram-se os estudos para modificar a estrutura do Movimento Popular de Libertação (MPL). A organização, como um todo, possuía uma coordenação e três setores: Educação, Operário e Igreja. A existência de militantes atuando em mais de um setor, na mesma área, criou a necessidade de um organismo que harmonizasse as atividades paralelas.

No início de 1973, foi aprovada a criação das Regionais, entidades coordenadoras nos grandes centros urbanos que seriam orientados por uma Coordenação Nacional, instituída na mesma ocasião.

A antiga coordenação transformou-se em Coordenação Nacional, onde Marcos Correia Lins, Piragibe Castro Alves e Afonso Delelis passaram a contar com a colaboração de Waldemar Rossi, líder metalúrgico de São Paulo. Instituía-se provisoriamente a Regional São Paulo, e, para superar a carência de recursos, a direção do MPL, em ligação com Sílvio Correia Lins, resolveu abrir uma sucursal, a Intrade, na cidade do Rio de Janeiro.[620]

Em março de 1973, foi realizada a 1ª Reunião da Coordenação Nacional num colégio católico no bairro da Casa Verde, São Paulo. Durante o encontro, ficou decidida a ampliação da Coordenação Nacional e a criação da Regional do Paraná.

Foram incluídos na CN István Jancsó, o Padre Carlos Hinayo Gomes, Antônio Aparecido Flores de Oliveira e Sônia Correia Lins. A Regional do Paraná estabeleceu-se com os militantes Cristina Schroeder Simião, Paulo José Portes Simião, Padre Ângelo Avelino Perin e Padre Felipe Leddet.

No Rio de Janeiro, o aliciamento foi orientado pelo Padre Minayo, coordenador da Pastoral Operária do Vicariato da Leopoldina e assistente da Ação Católica Operária (ACO). Alguns operários metalúrgicos, integrantes da Comissão Operária (CO), constituíram o grupo "Reflexão sobre o Trabalho na Classe". As reuniões da CO ocorriam no Vicariato da Leopoldina, onde passaram a ser ministradas palestras por István Jancsó e por Piragibe Castro Alves visando à manutenção da coesão do grupo e a conscientização dos ouvintes para a necessidade de mudanças na estrutura existente. A partir de determinada época, além dos membros do Grupo Reflexão, passaram a assistir às palestras outros membros da Pastoral Operária.

A atuação do grupo no Sindicato dos Metalúrgicos, orientada por Afonso Delelis, voltou-se para a constituição da Oposição Sindical que teve papel de destaque nas eleições sindicais.

Waldemar Rossi encontrou-se com Joaquim Arnaldo de Albuquerque para discutir assuntos ligados a interesses comuns da atividade sindical no Rio de Janeiro e em São Paulo. Com uma reunião posterior em São Paulo, ficou praticamente acertado o ingresso dos metalúrgicos cariocas no MPL.[621]

Ao final de 1973, Padre Minayo terminou o trabalho de aliciamento, transformando os membros do Grupo Reflexão em militantes do MPL.

Na formação da Regional da Guanabara, Beatriz Bebiano não concordou em participar da estruturação da Regional, optando pela vinculação do Setor de Educação diretamente à Coordenação Nacional. À Regional da Guanabara, ficaram ligados, apenas, os Setores Igreja e Operário.[622]

---

[620] A Regional/SP estava constituída pelos militantes Maria do Pilar Costa Santos, Vitor Gianouri, Leo Pedro Birke, Antônio Sales Filho e Elias Stein, militante profissional pela organização.

[621] Os escritórios da Intra Ltda., localizados na Avenida Rio Branco, nº 57, tinham a finalidade de atuar no comércio internacional e servir de cobertura para angariar recursos para o movimento. Eram associados dos empreendimentos Roberto Farias Mendes, Marcos Correia Lins, Olávo Augusto Machado Nélio.

[622] A Regional Guanabara ficou constituída pelo Padre Minayo Gomes, Coordenador, e pelos militantes Joaquim Arnaldo de Albuquerque, Altamiro Silva, Manoel Andrade Canosa e José Maria Galdeano.

Em São Paulo, foi realizada uma reunião para definir uma nova coordenação regional. Foram escolhidos Elias Stein, Vitor Gianotti e Waldemar Rossi, que atuavam nos Setores Igreja e Operário, e Maria do Pilar Costa Santos e Leo Pedro Birke, que coordenavam as ligações no Setor Educação. Maria do Pilar realizaria, também, os contatos na área de campo em São Paulo.

Por volta de agosto de 1973, ocorreu no Colégio Imaculada Conceição, em Botafogo, no Rio de Janeiro, a Reunião da Coordenação Nacional, quando foi incluído um representante do Paraná no órgão máximo do movimento.

Com o retorno do Padre Alfredo Hervé para a França, István Jancsó, em uma de suas frequentes viagens à capital baiana, aliciou, no Centro de Estudos e Ação Social (CEAS), o Padre Andrés e os irmãos José Crisóstomo e Deodato, com os quais passou a coordenar o movimento, atuando prioritariamente no Setor Educação.

No Paraná, Paulo José Fortes Sirião ministrava cursos nos Centros Sociais ligados às paróquias, dentro do Plano Pastoral Rural do Paraná. Estavam ligados aos movimentos os Padres Josef Emiel Jan Caekelberg, de Francisco Beltrão/PR e Manoel Jeguels, de Altônia/PR.

Em setembro de 1973, no bairro de Casa Verde, São Paulo, no mesmo local da reunião, foi realizada a 3ª Reunião da Coordenação Nacional do MPL.

Durante o encontro ocorreram algumas definições. O trabalho dos bairros deveria ser retomado, aproveitando-se suas Sociedades de Amigos de Bairros já existentes. O trabalho do Setor Igreja deveria prosseguir através das pastorais, sob a coordenação do Padre Minayo Gomes. Os trabalhos no campo e nos bairros não tinham um coordenador designado, ficando aberto a todos os membros da Coordenação Nacional. No Setor Operário, as Regionais deveriam incentivar a atuação das Oposições Sindicais nas fábricas e nos sindicatos.

O controle financeiro do MPL ficaria a cargo dos irmãos Marcos e Sônia Correia Lins. Os recursos seriam obtidos através de financiamentos a projetos, concedidos por entidades assistenciais internacionais, como a International American Fundation (FINA), americana; o Comité Catholique, francês; e a Developpement et Paix, canadense; dentre outras.

Dentro desse esquema financeiro, István Jancsó desviou pagamento de um financiamento, concedido à NOVA, para o MPL, e Cristina adotou o mesmo procedimento, quanto a um empréstimo cedido pela ADITEPP. Os recursos da organização destinavam-se à manutenção de militantes profissionalizados e ao financiamento de despesas de viagens a serviço do MPL.

No dia 12 de janeiro de 1974, o MPL realizou a quarta e última Reunião da Coordenação Nacional, no Instituto Rio XII em Taboão da Serra/SP.

Durante a reunião, a Coordenação Nacional – desfalcada do Padre Carlos Minayo Gomes, que viajara em férias para a Espanha – discutiu dois documentos que não chegaram a ser aprovados. Piragibe Castro Alves apresentou um documento sobre a conjuntura econômica e Waldemar Rossi expôs um texto sobre a estrutura sindical. A Coordenação concluiu pelo prosseguimento das discussões numa próxima reunião, prevista para o mês de fevereiro.

Em Taboão da Serra, um dos encarregados das finanças, Marcos Correia Lins, apresentou um quadro sombrio sobre a situação da organização. Um défice de oitenta mil cruzeiros, acumulado em sua maior parte com ajuda de custo a militantes, ameaçava inviabilizar o MPL. As soluções levantadas, aumento do auxílio recebido do exterior ou montagem de empresas rentáveis, administradas exclusivamente por militantes do MPL, ficaram de ser aprofundadas na próxima reunião da Coordenação Nacional. A intensificação das atividades do MPL tinha seu preço.

Os questionamentos e problemas do MPL terminaram com o desmantelamento da organização, iniciado no final de janeiro de1974.

No Rio de Janeiro, São Paulo e Curitiba foi presa a maioria dos militantes do MPL. Apenas Marcos Correia Lins e o Padre Carlos Minayo Gomes conseguiram escapar à ação policial.

Desarticulava-se assim o movimento que pretendeu, sem êxito, unir as esquerdas e a oposição ao regime de 1964 numa "Frente Anti-imperialista". Evoluindo para uma organização voltada para o trabalho de massas, através da conscientização pela educação de base, o MPL promoveu a união de intelectuais marxistas, clérigos "progressistas" e operários ligados ao setor da metalurgia. Carecendo de estatutos e de um documento-base contendo estratégia e táticas, o movimento tornou-se uma entidade abstrata, atuante pela infiltração em entidades legais ou consentidas, existentes na área de educação nos meios eclesiásticos e operários.

Em 1978, a justiça absolveria os militantes do MPL, em consequência das dificuldades encontradas em materializar a existência da organização.

19. Mil novecentos e setenta e três

O ano de 1973 marcou, praticamente, o fim da terceira tentativa de tomada do poder pelos comunistas. Foram desmantelados, no seu transcorrer, o Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR), o Partido Comunista Revolucionário (PCR), a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), a Ação Libertadora Nacional (ALN), a Liga Operária (LO),

o Movimento Popular Revolucionário (MPR), a Vanguarda Armada Revolucionária-Palmares (VAR-P), a Resistência Armada Nacional (RAN) e o Movimento Popular de Libertação (MPL). Foi, também, desarticulado o foco guerrilheiro do PC do B, no SE do Pará.

Não diminuíra porém a violência. Além do elevado número de mortos em combate, seriam “justiçados” Manoel Henrique de Oliveira, Otávio Gonçalves Moreira Junior, Pedro Limoeiro e Osmar, moradores do SE do Pará, Rosalino Cruz, do PC do B, e Salatiel Teixeira Rollins, do PCBR, além de mais de uma dezena de pessoas feridas no atentado à agência da LAN-CHILE. Sobre esta violência, sobre esses assassinatos, alguns brutais como o do Dr. “Otavinho”, alguns de inocentes, alheios ao problema, como de Manoel de Oliveira, não se ouviu uma única manifestação dos comitês e associações de Defesa dos Direitos Humanos que começavam a proliferar no País. Para essas entidades, apenas as esquerdas tinham direitos humanos a serem preservados. Para elas, a imagem de Deus estampada na pessoa humana, seguramente, não era Única.

Apesar de todos os esforços e gastos despendidos pelas esquerdas e, particularmente, pelo Movimento Cristão para a Paz, a feira realizada pelo Brasil, na Bélgica, Brasil Export 73, superou todas as expectativas, tendo sido um êxito completo. O Brasil confirmava para os países da Europa que era uma alternativa válida, de suprimento permanente, além de matérias-primas, de produtos manufaturados. Esse sucesso que abria novos mercados para os produtos nacionais, ampliando as possibilidades do País de dar seguimento a seu progresso, pela via da livre iniciativa, era sentido pelas esquerdas, tanto quanto sua derrota na luta armada no País. Durante as semanas que antecederam essa feira, seus acólitos tentaram passar uma imagem do Brasil de mera “ditadura militar” com pretensões imperialistas.

Mais uma vez, tiveram êxito. Nos desencontros que iriam surgir entre o Brasil e a Argentina, com relação ao aproveitamento do potencial energético do Rio Paraná, provocados por problemas de política interna de nosso vizinho do sul. O posicionamento do Brasil foi tido, pela coligação de Partidos que venceu as eleições argentinas, como uma “demonstração de imperialismo”. A mesma colocação seria posta quando o Brasil, buscando uma estreita cooperação com a Bolívia, financiou alguns projetos naquela nação irmã.

Mas o País sabia que, à medida que se desenvolvesse, expandindo suas fronteiras econômicas, iria contrariar interesses e encontrar obstáculos cada vez maiores a serem contornados por nosso corpo diplomático, felizmente altamente capacitado.

Vivíamos o décimo ano do processo revolucionário e o sétimo de crescimento acelerado, tendo nesse último período quase dobrado o nosso Produto Interno Bruto. De 1967 a 1973 o PIB aumentou 85%, com crescimento anual médio de 11%. Para se ter um elemento de comparação, no período entre 1955 e 1961, quando tivemos outro surto de crescimento, a média anual foi de 7,4%.

No dia 31 de março desse ano, o “Jornal do Brasil”, no seu editorial “1964” assim se expressava: “Vive o País, há nove anos, um desses períodos férteis em programas e inspirações, graças à transposição do desejo para a vontade de crescer e afirmar-se.

Negue-se tudo a essa revolução brasileira, menos que ela não moveu o País, com o apoio de todas as classes representativas, numa direção que já o destaca entre as nações com parcela maior de responsabilidades.

Os louvores e as emulações que acompanham, como se fossem moldura, a imagem do País que se projeta, constituem o julgamento de mudança para melhor, e por isso mesmo irreversível, embora sujeita a reajustes eventuais no seu mecanismo de prospecção e aperfeiçoamento. O que ficou para trás está banido pelo consenso geral da nação que se moderniza a fim de antecipar seu destino (...).

O País que foi reformulado em 1964 na maneira de pensar e agir ingressa hoje no ano 10 de sua nova etapa, e em muitos aspectos mostra uma face transfigurada. A obra de renovação aponta em quase todos os setores os frutos de um trabalho ingente planejado e executado pela nação inteira - governo e povo unidos no mesmo sentimento e na mesma inspiração. O crescimento econômico; a afirmação internacional; a ocupação crescente de largos espaços vazios de nosso território; a preocupação mais recente com o conteúdo social do desenvolvimento; tudo isso traduz a definição pragmática de um destino que desabrocha (...)”.

Ao fim de 10 anos de processo revolucionário, o País experimentara o período de crescimento mais duradouro a níveis mais elevados de sua história. Eliminaram, também, as atividades da subversão armada. Estavam criadas todas as condições para buscar saldar os compromissos iniciais da Revolução. O País organizara-se e progredira sob o signo da eficiência, mas não rearticulara seu sistema político, não lançara as bases de uma estrutura permanente capaz de integrar o homem brasileiro no processo de busca do seu bem-estar.

Era preciso, agora, restabelecerem-se franquias democráticas e encontrar fórmulas adequadas ao desenvolvimento político. “Era preciso que se encontrasse a estabilidade política através do estado de direito, capaz de preservar a ordem jurídica e paz social, por meio de instrumento permanente”, que reduzisse o arbítrio, preservasse as garantias individuais e armasse o Estado para a defesa da sociedade democrática.

Era o que propunha o novo Governo, com a continuidade de desenvolvimento econômico e social.

Capítulo XII

Avaliação crítica da terceira tentativa

“A guerra não é um passatempo, nem uma pura e simples paixão do triunfo e de risco, nem tampouco a obra d´um entusiasmo desenfreado: é um meio sério para alcançar um fim sério”.
CLAUSEWITZ

1. O desfecho

Em 1974, as organizações subversivas marxista-leninistas, que, desde 1967/68, haviam deflagrado a guerra revolucionária no País, tinham sido derrotadas na forma de luta que escolheram, a luta armada, estando neutralizadas no campo militar e extintas mesmo na sua maioria.

Nessa luta, como vimos ao longo deste trabalho, estiveram envolvidos grupos e facções, minoritariamente, da população, que, convertidos à ideologia marxista-leninista, decidiram-se pelo caminho da violência para tentar impor sua vontade à maioria da nação. “Seus objetivos eram aparentemente comuns, tomar o poder e implantar uma nova ordem que, baseada na ideologia que os inspirou, seria a “ditadura do proletariado”. Ao escolher a luta armada, isto é, submeter a vontade da nação pela força física, pela ação violenta, essas organizações comunistas decidiram-se igualmente por arcar com as “consequências de sua atitude”. A escolha de tal forma de luta, desafiando a autoridade constituída, agredindo as instituições de forma violenta, com o apoio do exterior que lhe fornecia ideologia, doutrina revolucionária, insidiosa propaganda, recursos financeiros, treinamento de guerrilheiros, enfim, subsídios de toda ordem, a fim de operar modificações nas estruturas do país, implicou a ação legítima e oposta do Estado agredido. “As almas subtropicais”, como diz Clausewitz, “podem julgar que existe uma maneira de contrapor-se a essa ação violenta, sem o uso da violência. É um erro”, diz o filósofo da guerra, “pensar assim, por mais que a brutalidade nos repugne, tal método ainda não foi inventado”.

Nesse embate, as organizações subversivas, como vimos nos capítulos anteriores, foram completamente derrotadas. A luta armada fracassara e, com ela, a mais duradoura, a mais sangrenta, mas nem por isso mais perigosa, tentativa de tomada do poder pelos comunistas. A ação das forças de segurança foi determinante nessa derrota. Mas quais seriam as outras causas desse insucesso?

As próprias organizações subversivas, em suas autocríticas, reconheceram a eficiência dos órgãos de segurança e concluíram que foi um equívoco subestimarem sua capacidade; nessas autocríticas, é ponto pacífico e unânime, também, que foi um erro fundamental lançarem-se na aventura militarista, sem antes terem conseguido o apoio de boa parte da população. Essa causa foi tão mais importante para o insucesso dessa tentativa de tomada do poder quanto a anterior.

Existem, naturalmente, outras importantes causas determinantes dessa derrota. Propomo-nos, nestas conclusões, a analisar essas causas e outros aspectos que influíram na derrota, porque nelas reside a resposta a muitas indagações feitas no início deste trabalho. Por outro lado, o exame destas questões, proporcionará um melhor conhecimento da natureza do processo subversivo, das organizações envolvidas e dos homens que nelas militaram ou as dirigiram.

2. A atomização das esquerdas brasileiras

Havia alguns anos que o bloco comunista deixara de ser movimento político. Vimos que mesmo antes de 1961 já existiam no País, além do PCB, do PORT do PC do B, da POLOP e da AP, a esquerda independente, isto é, aquela não estruturada em uma organização ou partido.[623]

Em 1964, a precipitação dos comunistas, como diz o dito popular, “a sede com que foram ao pote”, determinou o fracasso daquela segunda tentativa de tomada do poder. A técnica pretensamente posta em prática naquela ocasião, que o Instituto para Estudo de Conflitos de Londres denomina de “conquista progressiva da nação” é demorada, arrastando-se, às vezes, por décadas como ocorreu em Portugal, onde o processo levou 40 anos. O Comitê Central do PCBI em suas “Teses” publicadas no seu periódico clandestino “Voz Operária” buscou eximir o Partido de culpa por aquela derrota. Consideramos que a Revolução de 31 de Março havia sido deflagrada em decorrência da ameaça de utilização da força e da violência, e que essa violência fora colocada pela própria esquerda, no afã de atingir seus objetivos.

A esquerda independente a quem possivelmente o PCB tenha dirigido suas críticas, como é usual, nessas horas, desaparece, e seus porta-vozes “fazem-se de mortos”.[624] Mas a esquerda organizada, ou a que passaria a ser conhecida

---

[623] A esquerda independente é uma língua difusa, constituída por líderes de esquerda ou que de acordo com a conjuntura e suas conveniências se fazem passar por tal, agindo como franco-atiradores e atirando de acordo com seus interesses sem se comprometerem com um organismo estruturado.

como "nova esquerda", tomou as dores e culpou a própria linha revolucionária do PCB e a forma com que o Partido conduziu a escalada comunista, por esse fracasso. Esse insucesso, tido como fracasso da "via pacífica", robusteceu na "nova esquerda" a convicção que a tomada do poder só seria viável pela luta armada, passando imediatamente a preparar-se para ela. O fato ampliou o fosso entre essas organizações – que passaram a autodenominar-se de "esquerda revolucionária" – e o PCB, por elas considerado reformista, é de quem queriam distinguir-se.

O processo dessa tentativa provocou também o acirramento da luta interna no PCB. Essa luta foi travada em torno do balanço "dos erros e causas da derrota de 1964", valorizando a luta armada. Além dessas circunstâncias, a luta armada já vinha sendo impulsionada na América Latina pela China e por Cuba. Essas discordâncias, inicialmente em torno da linha revolucionária e da tática adotável, geraram, primeiro no PCB e depois no seio das demais organizações subversivas, dissidências que evoluíram para novas organizações. Posteriormente, além da linha revolucionária, aspectos menores e de somenos importância passaram a se constituir em motivo suficiente para se criar, no interior das organizações subversivas, tendências e frações que evoluíam normalmente até o "racha", fazendo surgir uma nova organização.

O divisionismo tornou-se a característica fundamental da esquerda revolucionária brasileira. O Brasil foi seguramente o País onde o maior número de organizações subversivas existiu e atuou, simultaneamente, com o mesmo objetivo – o de derrubar o governo e o regime.

Por que isto teria acontecido?

Melhor do que nós a esquerda terá sua resposta a esta indagação. Sem nos aprofundamentos, mas visando conhecer melhor a esses que dizem ter a solução para todos os problemas nacionais, apontamos duas deficiências que saltam aos olhos, como causas desse fenômeno. A falta de lideranças autênticas, capazes de congregar essas facções e a falta ou deficiência no preparo político-ideológico de quadros e dirigentes. Difícil é determinar qual dessas causas, que se nos afiguram como interagentes, será a fundamental.

Se um grupo dentro de uma organização tinha um ponto de vista diferente, não apresentava argumentos doutrinários capazes de fundamentá-lo, exatamente por não terem seus pretensos líderes conhecimentos político-ideológicos suficientes para fazê-lo. Era mais fácil para eles criar outra organização do que argumentar. Por outro lado, a facção contrária não tinha argumentos suficientes, com base na doutrina, para convencê-los e mantê-los na organização. Esta indisciplina intelectual revela falta de conhecimento doutrinário e, em decorrência, de convicção ideológica. Isto gerava uma instabilidade muito grande nas organizações, onde se verificavam situações anômalas criadas por aqueles fatos. Recordamos apenas um dentre as dezenas de casos narrados neste trabalho. A Dissidência Comunista da Guanabara (DI/GB) sofreu, em 1967, um processo de luta interna, tripartindo-se. O grupo majoritário, de posições mais moderadas, iria, meses depois, radicalizar-se e adotar o foco militarista, meses após formaria uma Dissidência da Dissidência (DDD). A simples denominação desta última organização expressa, como nos teoremas, o que queríamos demonstrar.

O foquismo, sem dúvida, contribuiu para que essa tendência divisionista fosse levada ao extremo.

Cuba, pretendendo ter introduzido "um avanço decisivo à experiência revolucionária internacional e ao marxismo-leninismo", buscava exportar seu processo revolucionário baseado no "foco militarista". A inovação do "foco militarista" residia, principalmente, na não necessária subordinação da guerrilha a um Partido Comunista. A revolução deveria ser dirigida por uma vanguarda marxista-leninista que estivesse decidida iniciá-la por um foco militar – a guerrilha – que geriu o motor da guerra total. Entendiam os cubanos e de resto também os chineses que para derrubar o poder do estado capitalista, como diz Debray, para "arrebentar o seu esqueleto – o exército – é preciso outro e supõe treinamento, disciplina e armas", e isso era o prioritário. No foquismo, o comando militar não se sujeita ao político, a guerrilha não é simples braço armado do Partido. Dizem seus teóricos que não há subordinação de nenhuma dessas instâncias "desde que fique claro que a guerrilha é a diretora e motriz". Deixam, pois, imanente, a prevalência do Militar e dão à organização e à luta armada prioridade militar, podendo a organização e a formação política até inexistirem nas fases iniciais. Outro aspecto que o foquismo pretendeu inovar foi em fazer crer que a ação armada é que impulsionaria a conscientização das massas.

O foquismo, dispensando a complexa e demorada organização do partido revolucionário, facilitaria, sobremodo, a criação de novas organizações. As pretensas lideranças, não sendo formadas no interior de um partido, onde normalmente vão galgando posições nos embates políticos, nem sempre eram autênticas. Um indivíduo mais arrojado, mas nem sempre mais capaz e nem mesmo mais corajoso, podia facilmente arvorar-se em líder. Esses pretensos líderes, diante de obstáculos à sua ascensão, preferiam desbordá-los, através de um "racha", do que enfrentá-los.

Interessante é que a unificação das esquerdas, ou, a unidade na ação, fazia parte do discurso de todas as organizações subversivas da época, mas nunca se verificou na prática, a não ser em situações circunstanciais, como nas formações de "frente" para assaltos e sequestros. Um exemplo marcante disso foi a fusão da VPR com o COLINA para formar a VAR-Palmares que seria a organização mais potente já constituída no País – pela quantidade e a qualidade de seus militantes, pelo número de armas que dispunha e pelos recursos financeiros que estariam disponíveis para a

---

[624] É possível que o PCB quisesse se referir mais a Brizola, ou mesmo a Arraes, ou a ambos e a outros, no PORT, POLOP, PC do B ou AP, todos, na época, de expressão reduzida.

organização – mas que, pela imaturidade política ou pelo egocentrismo de seus pretensos líderes, não resistiu a mais do que algumas semanas e desmembrou-se.

A característica predominante, pois, da esquerda revolucionária, foi o divisionismo. A atomização resultante, significando uma divisão de forças, enfraquecendo-as, numa atitude incompreensível para quem pretendia, pelo menos teoricamente, destruir as Forças Armadas do País. Este fato, sobretudo, tira toda a seriedade e passível sinceridade de propósitos que se pudesse atribuir a esses pretensos líderes e suas organizações. Afinal, estavam assassinando, roubando, atentando contra a vida e a propriedade em nome desses propósitos. Mais importante do que isso, por esses mesmos propósitos, estavam jogando nessa verdadeira aventura a vida de jovens inexperientes, iludidos idealistas.

Se não foram capazes de se unirem para alcançar o objetivo comum que procuravam – a tomada do poder–, pode-se imaginar o caos e a carnificina que proporcionariam, se um dia chegassem a ele.

Não há dúvida de que a atomização das esquerdas foi um importante fator dessa derrota. O enfraquecimento dessas organizações evitou que o País fosse lançado numa guerra civil e, pelo menos, contribuiu para que fosse extremamente reduzida, em relação ao que poderia ter sido, o número de mortos e feridos a lamentar de ambos os lados.

3. Origens da guerra revolucionária e suas táticas

No verão de 1920, a revolução bolchevista estava consolidada, e os comunistas, senhores da Rússia. A Rússia contra-atacara e invadira a Polônia. Os propagandistas soviéticos espalharam a ideia de que os exércitos soviéticos ateariam o fermento da revolução desde a Polônia até a Mancha. Os operários e camponeses poloneses, porém, não fizeram o que a doutrina marxista-leninista lhes indicara. Não se sublevaram em apoio ao exército vermelho. Foram derrotados e rechaçados para a Rússia.[625].

O fracasso da invasão da Polônia e dos levantes revolucionários, que deveriam eclodir em todas as partes da Europa, foi acompanhado por desastres na própria Rússia. No inverno de 1920/1921, os efeitos da guerra e do ineficiente sistema econômico comunista quase levaram a Rússia a um colapso total. E como se isso não bastasse, os marinheiros de Kronstadt, a principal vitrine da revolução, revoltaram-se, em março de 1921, contra e que denominavam de usurpação comunista.

Essa combinação de derrota externa e desastre interno forçou os líderes soviéticos a abandonarem suas pretensões de uma ordem comunista mundial imediata e a se concentrarem em salvar a revolução antes de expandi-la. A política externa soviética teve de ser orientada para uma tarefa imediata e muito necessária: a preservação do novo Estado Soviético até que ele se tornasse bastante forte – o santuário do comunismo internacional. Lênin, pragmático e realista na estimativa da situação do poder mundial, anunciou ao partido, em 1921, que não era possível derrotar os capitalistas com um único golpe. Aceitavam o fato de que o "triunfo final do comunismo" teria de ser retardado por diversas décadas. Lênin preparou a base teórica para uma "detente" com as nações capitalistas, prevendo alguma espécie de "modus vivendi" com os estados não comunistas. Estava mudada a estratégia para a revolução mundial. Desse ano em diante, foi dada ênfase às formas não tradicionais de guerra, sobretudo à guerra política e ao desenvolvimento da arma organizacional, os agentes treinados do Partido, as organizações auxiliares e de frente.[626]

No III Congresso do Comintern, em junho/julho, ainda em 1921, a nova estratégia foi anunciada por Karl Radek, ele próprio um dos primeiros protótipos do revolucionário profissional Radek, frisou que "a tarefa revolucionária poderia tomar muitas outras formas além da guerra direta". Os comunistas, disse ele, "deveriam compreender que a operação de escolhas do partido, o trabalho das organizações clandestinas, a preparação de manifestações e a propaganda revolucionária, tudo isso era resultante de luta". Surgia uma nova tática.

Somadas essas ideias às contidas na filosofia escatológica soviética da guerra e com base em experiências práticas em técnicas revolucionárias, nas quais a ação popular foi fator decisivo, teóricos marxistas desenvolveram uma doutrina para a guerra não tradicional – a guerra revolucionária – estruturada na base das táticas da subversão e da luta armada.[627] Sem criar praticamente nada, esta concepção, simplesmente, estruturou e metodizou fatos, ações e técnicas já conhecidas, dando ênfase ao preparo e à conquista do organismo revolucionário, prévia do apoio popular. Consiste essencialmente em criar um clima favorável que é utilizado por um grupo político na condução da "massa" para a derrubada do governo e da sociedade existentes.

---

[625] O.F.C. Fuller, "A Military History of the Western World", New York Fank Rwagnalls Co. 1956 pág. 339/61; 3.E Lidell Wait "The Soviet Army", Londres, Werdenfeld and Nicolson, 1056, pág. 45/51.

[626] Atkinson o. James, "A Política de luta", Biblex e Edições CRO, Rio de Janeiro, 1968, pág 40/41.

[627] A filosofia escatológica da guerra, desenvolvida com base nos ensinamentos de Marx, é diferente, em aspectos fundamentais, da filosofia Clausewtziana. A principal diferença é que, no paradigma de Lênin, os atores nas relações já não são os Estados monolíticos e sim as classes sociais, surgindo da ideia do inimigo interno de classe, levado pelos comunistas para o interior dos países.

A organização do partido revolucionário dispensa maiores comentários para o entendimento do processo, mas, de qualquer forma, será objeto de apreciação específica no item 9 deste capítulo. O preparo de líderes e militantes para a ação armada, a montagem e o adestramento de uma organização militar são feitos simultaneamente com a obtenção de material bélico e a ação a ser empreendida.

A conquista da população e a criação de um clima favorável à revolução merecem uma melhor compreensão.

A conquista da população consiste, sobretudo, no emprego planejado da propaganda, através da imaginação ideológica e de outras ações, normalmente, de cunho psicológico que atuando de forma lenta, progressiva e insidiosa, busca introduzir a descrença nos governantes e nas instituições. Contesta a moralidade e a eficiência do governo, cria ou amplia a descrença na equânime distribuição da justiça, insufla a quebra da hierarquia, lança enfim a dúvida sobre os agentes do governo e a população quanto às razões que os obriguem a permanecer fiéis ao regime em vigor. Busca, igualmente, criar um clima de desassossego e uma sensação de insegurança, atuando particularmente sobre as instituições sociais tradicionais (família, escola, igreja, forças armadas, etc.). Vale-se, ainda, do aliciamento, da infiltração e do estabelecimento de hierarquias paralelas, sempre tendo em vista fazer a população perder a fé nos governantes e nas instituições. Quando a população deseja mudar a situação existente, está conquistada.

A criação do clima revolucionário, obtido através da continuação dessas ações, é conseguida no momento propício, através da exploração de contradições, do agravamento de insatisfações e ansiedades, da deturpação e da desmoralização das instituições e dos valores morais e espirituais da nacionalidade. É complementado por pressões, demonstrações de força e atividades de terrorismo, sabotagens, desordens, greves, tumultos e distúrbios.

4. O leque das linhas revolucionárias

Com o aparecimento das armas nucleares durante a II Guerra Mundial, agravando riscos de uma agressão direta ou de confronto dos militares e tendo já a URSS expandido seu império sobre vários países do leste europeu, voltou a crescer a importância da guerra irregular e indireta, a guerra por procuração. Durante o XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética (PCUS), Kruchev propõe a tese da coexistência pacífica.[628]Era a “detente” teorizada por Lênin em 1921, aplicada com nova denominação. Não significava absolutamente, como no passado, o abandono do objetivo da revolução comunista mundial. Não se tratava de uma nova tática, mas de uma simples inversão de prioridades. A subversão passava a ter prevalência sobre a luta armada. Por esse processo buscava a conquista do poder sem o recurso da violência generalizada e sem seus riscos imediatos. A luta armada não estava, porém, descartada, era uma alternativa para ser usada, se necessário e normalmente, nas fases finais do processo.

Esta nova forma de atuação adotada pelo PCUS e seus seguidores, dentre os quais o PCB, tendo por base a coexistência pacífica que reforçava os efeitos da propaganda em torno da paz e da guerra política, passou a ser conhecida como linha ortodoxa.[629] Essa linha preconizava a “via pacífica” para a tomada do poder, um termo ilusório, mas com conotação altamente favorável.

Este Congresso do PCUS, como vimos no Cap. I da 2ª parte, fez aflorar o conflito sino-soviético, quebrando o monolitismo do PC com a China, passando a disputar sua liderança. A China defendia a irredutibilidade da luta armada e passou a “exportar” o modelo vitorioso da sua revolução. Essa defesa da luta armada, sob a liderança do Partido Comunista, com base na doutrina maoísta do cerco das cidades pelo campo, ficou conhecida como linha chinesa ou maoísta. Preconizava uma guerra prolongada, aliando a ação armada com um trabalho de massa precedente e sempre presente no processo.

Além da linha cubana, conhecida também como “foquismo” ou “foco militarista”, cujas características gerais já foram expostas no item 2, completava-se o leque de opções derivadas da doutrina revolucionária marxista-leninista e a linha trotskista.

Para os trotskistas, a revolução baseia-se na formação de comandos paralelos ou no poder duplo (comissões de fábrica, milícias operárias, etc.), cuja proliferação permitirá constituir uma Central Única dos Trabalhadores. Esta Central, através da insurreição instantânea e geral do campo e da cidade, será o instrumento de tomada do poder. O trabalho de agitação deve, desde logo, aspirar e desencadear greves e distúrbios e, no campo, constituir sindicatos camponeses, proceder a invasões de terras e organizar insurreições localizadas. Os trabalhadores devem, passo a passo, assumir o controle dos meios de produção. A revolução partirá das lutas econômicas existentes ou latentes que se agravarão até converter-se em insurreição de massas.[630]

---

[628] Ver item 3, Cap. I, parte deste livro com dados sobre o XX Congresso do PCUS.

[629] A URSS, a partir do término da II Guerra Mundial, lançou uma miríade de organizações de “Frente”, a maioria girando em torno da defesa da paz.

[630] Debray, R: “A Revolução na Revolução”, obra já citada, pag. 19.

As organizações que adotaram a linha chinesa ou o foco militarista se autodenominavam de esquerda revolucionária ou nova esquerda.[631]

5. A preferência pelo foquismo

Das linhas revolucionárias disponíveis no início da década de sessenta, a ortodoxa foi descartada por motivos mais do que óbvios. A linha trotskista foi adotada pelas organizações vinculadas a uma das facções originárias da IV Internacional, recaindo, porém, sobre o foquismo a preferência da grande maioria.

Arrolamos, a seguir, as causas que, ao longo deste trabalho, nos pareceram tenham contribuído, umas mais, outras menos, de acordo com a organização subversiva, para determinar aquela preferência:

– Influência da revolução cubana, por ter sido a primeira.

– Revolução comunista, vitoriosa no continente americano, ela foi promovida e exaltada ao máximo.

– Influencia da OLAS. Essa organização, além de incentivar a luta armada no continente latino-americano, prometia apoio material, financeiro, de propaganda, etc.

– A intensa propaganda da linha foquista, apresentada como um "avanço decisivo revolucionária", dando-lhe uma conotação de infalibilidade.

– O imediatismo. Apresentou-se o foquismo como a linha mais rápida de ser implantada.

– Trabalho de conquista do apoio das massas, que dispensa, igualmente, o paciente e meticuloso trabalho de organização do partido revolucionário, relegando a um segundo plano a preparação político-ideológica dos militantes.

– O personalismo. O fato de o foquismo permitir que o líder de um pequeno grupo pudesse pretender dirigir a revolução, sem enfrentar as disputas políticas para galgar posições no interior de um partido, atendia ao personalismo tão comum ao homem latino-americano.

– Halo de romantismo que envolvia os "barbudinhos" de Sierra Maestra, influenciando a intelectualidade pequeno-burguesa e a juventude do movimento estudantil.

6 A "luta" se resume ao terrorismo

Tanto a linha maoísta – com seu propalado "cerco das cidades pelo campo" – quanto à linha foquista, cujos ideólogos só se referem à guerrilha, considerando-a como guerrilha rural, dão prioridade absoluta à luta armada no campo.

O "PC do B", a mais importante facção maoísta, para justificar a importância do campo, aduzia aos aspectos doutrinários de luta, além de revolucionários importados, outros fatores específicos do País, tais como: "as regiões montanhosas e grande parte do território coberto por densas florestas"; "a concentração dos contingentes mais numerosos e mais fortes das forças armadas do inimigo nas grandes cidades, etc.".

Já o foco nasce por doutrina no campo. "Os focos guerrilheiros, ao começo da sua ação, ocupam regiões relativamente pouco habitadas, de população muito dispersa".

Debray assim descreve o que chama de "etapa do assentamento primário."[632] "Operante a primeira estapa (...) o grupo inicial conhece um período de romantismo absoluto, no começo; depois de um período mais longo de fortalecimento ou ambientação dos combates, organizações dos mensageiros, de linhas de abastecimento, de depósitos de armas, para chegar a fase final de instalação verdadeira ou constituição mínima de uma zona de operações".

A implantação do "foco", porém, não chegou a ser tentada seriamente por seus adeptos.

Os grupos foquistas perderam-se em ações que visavam à obtenção de recursos, acarretando a hipertrofia dos seus setores urbano e logístico. Apenas a Dissidência Fluminense do PCB, o primeiro MR-8, chegou a trabalhar no sentido de implantar um foco guerrilheiro no Paraná. As demais organizações foquistas não deram sequer os primeiros passos da etapa de assentamento do foco guerrilheiro. Nenhuma chegou a estabelecer-se em uma área e a organizar cadeia de mensageiros ou linha de abastecimento. Nenhuma teve continuidade, e as tentativas feitas tinham como objetivo mais o

---

[631] No final do século passado e início do século atual, houve uma cisão na Internacional, devido a maneira como deveria ser implantado o socialismo. As organizações marxistas se autodeterminaram como passagem para o socialismo, através de uma revolução. Com isso, distinguiram-se dos sociais-democratas que pregavam e admitiam que poder-se-ia atingir o regime socialista por meios pacificos, observadas as regras da democracia. Hoje, essa expressão é usada pelas organizações subversivas que surgiram na década de 60, e mais precisamente a partir de 1964, como dissidências das organizações comunistas então existentes: PCB, PC do B, POLOP, AP e PORT, para se distinguir, principalmente do PCB, considerado reformista.

[632] Debray divide o desenvolvimento da guerra de guerrilha na América Latina em 3 etapas, a de assentamento primário, a do desenvolvimento, assinalada pela ofensiva do inimigo; e a ofensiva revolucionária politico-militar de uma só vez.

treinamento do que a instalação do foco. Foi isso exatamente o que ocorreu num dos casos mais conhecidos, o do Vale do Ribeira do Iguape.

Por paradoxal que pareça, a única organização que chegou a estabelecer um "foco guerrilheiro", ou deu os primeiros passos nesse sentido, foi o PC do B, que o condenava visceralmente. Mas este é um caso específico e será examinado no item seguinte.

O fato é que as organizações foquistas exaltavam, teoricamente, a necessidade de estabelecerem-se as áreas estratégicas, mas, sob os mais variados pretextos, iam permanecendo nas cidades.

O "foco", como recomenda essa linha, deve ter início numa área de difícil acesso, se possível montanhosa e coberta de selva. Ora, o combate na montanha, ou na selva, exige técnicas e treinamentos especiais. A simples vida na selva é sacrificada e depende de adaptação. O deslocamento abrindo picadas, carregando pesados fardos, com visibilidade reduzida, normalmente, a menos de 10m, dificultando sobremodo a orientação e não permitindo, às vezes, que se ande mais de100m em uma hora, exige um esforço extraordinário. Sem falar na temperatura e umidade elevadas, nos espinhos, insetos e animais, na caça e na água nem sempre disponíveis, que tornam a sobrevivência nela um risco, muitas vezes maior que o próprio inimigo.

Aliando-se a essas dificuldades o fato de que a maioria dos militantes das organizações subversivas era constituída de estudantes e intelectuais "pequeno-burgueses", despreparados, e não dispostos a enfrentar tais dificuldades, pode-se inferir que essa conjugação de fatores tenha-se tornado uma das causas, e possivelmente das mais importantes, para que essas organizações permanecessem nas cidades e insistissem no terrorismo urbano. Na cidade, com um carro "expropriado", pode-se andar a mais de 100km/h e com uma nota no bolso, fruto de um assalto, está garantida a sobrevivência.

Vimos, em capítulo anterior, militantes do MAR, num dos casos de treinamento de guerrilha rural, abandonar as agruras do campo, trocando-o pelos assaltos a bancos e atentados na cidade, indiferentes à orientação da organização. E não havia "inimigo" na área. Vimos, também, casos de militantes do PC do B que não se adaptaram à vida na selva ou que se negaram a encorajar-se na guerrilha rural, e que tiveram de empreender a fuga da região, para não serem mortos pelos próprios companheiros.

Além desses aspectos, tendo em vista os segmentos sociais nos quais essas organizações recrutavam seus militantes e a sua faixa etária, pode-se apresentar outros citados. Na selva, as ações já são realizadas no anonimato, enquanto que, na cidade, a notícia de um assalto, ou de um sequestro, ganha manchetes nos jornais, permitindo que seus autores engrandeçam-se aos olhos de seu grupo e tornem-se verdadeiros "heróis". Na selva, muitas vezes, quando uma morte se verifica longe das bases, situada a dias de penosa marcha, sequer a evacuação do cadáver do companheiro é possível, pois as dificuldades são tantas que seria uma odisseia inenarrável. Mesmo que as condições físicas tornassem esta ação de solidariedade humana possível, as condições climáticas e miológicas não permitiriam tal evacuação. É sabido que na selva amazônica o processo de decomposição biológica inicia-se imediatamente após a morte e a putrefação é questão de horas.

Guevara fundamenta que nunca pode sugerir por si só uma guerrilha urbana, portanto a função dessa guerrilha não será levar a cabo ações independentes, mas sim de acordo com planos estratégicos pré-concebidos. Debray é, porém, mais radical na condenação do terrorismo independente e assim definia essas "ações anárquicas". É claro que o terrorismo na cidade não pode desempenhar nenhum papel decisivo e que traz consigo alguns perigos de ordem política. "Mas, se está subordinado à luta fundamental, a do campo, tem, do ponto de vista militar, um valor estratégico: imobilizar milhares de soldados inimigos e paralisar a maior parte do aparato repressivo em tarefas estéreis de proteção".

Concluindo, as ações desenvolvidas no Brasil, de sequestro, de assalto, de assassinato e de "justiçamento", não cumpriram um objetivo específico sequer de uma guerrilha urbana.

7. Por que fracassou, também, a tentativa do PC do B?

O PC do B foi, na década de sessenta, a única organização subversiva comunista que fez uma tentativa de realizar um movimento revolucionário no campo. Essa tentativa, porém, fracassou, não saindo de suas origens. Por quê?

O PC do B, como vimos, condenava o foquismo, principalmente por seu "voluntarismo", isto é, por "não levar em conta a situação objetiva, as forças de classe em presença e o processo político em curso", no que estava absolutamente certo. Aliás, a crítica é uma capacidade que se há de louvar nos comunistas.

O foco militarista não representava nenhuma inovação estratégica ou tática, nem nenhum "avanço decisivo na experiência revolucionária", como pregava sua propaganda. A rigor, não podia sequer ser considerada uma linha revolucionária distinta. Era, sim, uma sistematização, rebuscada por um escritor militante de uma revolução vitoriosa. Uma revolução que deu certo graças às condições especialíssimas em que se consumou. Cuba vivia sob uma prolongada, férrea, inepta e corrupta ditadura, sem perspectivas de aberturas ou melhorias. Seu povo estava cansado e desejoso de mudanças, fossem elas quais fossem.

Isto é, a população cubana estava autopreparada espiritualmente, não precisando ter sido conquistada pelo movimento revolucionário. As forças estavam enfraquecidas e desmoralizadas pelo tipo de governo a que eram obrigadas

a dar sustentação. Existia uma liderança efetiva e capaz que conseguiu mascarar o caráter marxista-leninista da revolução apresentando-a como “nacional” e “antiditatorial”, para um povo que não sabia o significado dessas palavras no jargão comunista e que conseguiu angariar, para o movimento, a simpatia do mundo. Só nessas condições excepcionais, numa organização tão incipiente e débil, poderiam conduzir um movimento revolucionário à vitória.

Pode-se alinhar várias causas para o fracasso da tentativa do PC do B, mas quase todas elas estarão invariavelmente ligadas ao fato de ter sido, de propósito ou não, uma tentativa foquista na essência.

Em razão dessa inspiração, começou por menosprezar o apoio da população – um dos fundamentos da guerra popular prolongada a que se propunha – a título de manutenção do sigilo político. Ali estavam como bodegueiros, comerciantes, farmacêuticos, que poderiam ter permanecido na região, não fosse a “abertura” da área de treinamento por um casal de militantes que fugiu da região.

Por ocultarem dos habitantes locais as condições do comunismo, como homens de “Sierra Maestra”, mas também a de revolucionários, o apoio que receberam desses habitantes foi o mesmo dispensado aos estudantes do Projeto Rondon. À população local, retribuíram os auxílios que lhes foram efetivamente prolatados com comportamentos exemplares, de “justiçamento” dos habitantes regionais julgados pelo Tribunal Revolucionário. Em consequência, desses fatos não obteve, como preconiza a “guerra popular prolongada” o apoio das massas. As massas camponesas não se sensibilizaram com “as juntas mais altas”. Não foram capazes de “fornecer a massa principal de combatentes da guerra popular”, como preconizavam suas resoluções políticas. Isto não decorreu apenas da falta de trabalho político prévio, mas também da própria área selecionada, de população muito rarefeita, onde um casebre distava do outro cerca de 6 a 8 horas de caminhada.

Como resultado prático, depois de seis anos de permanência na área, não conseguiu o Partido cooptar uma dúzia de adeptos entre a população local, e assim mesmo, a maioria desertou quando as forças de segurança retornaram.

Negligenciaram as condições objetivas, alheando-se da conjuntura nacional. Quando se decidiram pelo estabelecimento do foco, em 1966, o país caminhava a passos firmes para a redemocratização. Durante a fase de assentamento do foco, foram surpreendidos pela abertura da Transamazônica, que, do trecho em que cruza o Rio Araguaia até Marabá, cortou transversalmente a principal área selecionada para a guerrilha. A construção dessa rodovia, o asfaltamento da Belém-Brasília e a presença, embora ineficiente do INCRA, caracterizava o momento em que a população sofrida e esquecida dessa área começava a tomar conhecimento da existência do governo brasileiro. Quando a guerrilha teve início, com os primeiros embates com as forças de segurança, em 1972, o Brasil vivia a euforia de um desenvolvimento continuado, sem precedentes no mundo contemporâneo, à exceção do ocorrido anteriormente no Japão.

Complementando a irrealidade da proposição, estava a pretensão de formar um Exército Popular, quando não dispunha de pessoal suficiente, de armamento adequado sequer para as dezenas de comunistas ali instalados – a menos que esperassem recebê-lo do exterior –, e não se mostraram capazes de ampliar os efetivos inicias e nem de repor as baixas, à medida que elas foram ocorrendo, apesar das tréguas involuntárias verificadas. Na verdade, não foram capazes de estabelecer uma rede de apoio ou criar uma cadeia de informações, após seis anos de permanência na área. Para coroar esse irrealismo, subestimaram a capacidade operacional das Forças Armadas, as quais classificavam como carentes de experiência e condições de combate.

Era o mesmo Partido Comunista de 1935 que fazia de seus sonhos a “realidade”, de “sua realidade” a luta fratricida, sacrificando a vida de pessoas cujas mentes estavam cristalizadas pela ideologia. É preciso não esquecer que seu objetivo era construir um Exército Popular, capaz de destruir a tudo e a todos que se lhe opusessem na caminhada para a tomada do poder.

Hoje “choram” seus mortos como se fossem inocentes vítimas.

8. As estratégias - o caráter da revolução, forças amigas e inimigas

Vimos no item 1, do Cap. I, da 1ª Parte, que as organizações alinhadas com a então III Internacional planejam, antes desse, um objetivo intermediário, por considerarem que a mudança do regime vigente não pode ser conseguida apenas pelo Partido e o proletariado.A maioria da população não deseja a mudança do regime, mas, normalmente, boa parte dela está insatisfeita ou pode se tornar descontente com o governo. É preciso pois, utilizar essa massa insatisfeita para derrubá-lo. Uma vez vitoriosa essa fase, instala-se um governo progressista, uma "democracia popular". Já no poder altera-se a correlação de forças e o Partido poderá, dirigindo o proletariado, passar à segunda etapa, a da revolução socialista que conduzirá à ditadura do proletariado. Por essa razão são conhecidas também como etapistas.

Da concepção estratégica de todas essas organizações subversivas, consta o caráter da revolução. O militante deve saber, basicamente, qual o tipo de revolução que, na conjuntura, possibilitará a tomada do poder. Teoricamente, o caráter é definido a partir de uma análise da conjuntura da revolução, sob a visão marxista, quando são levantadas as contradições da sociedade. Naturalmente, na ótica dessas organizações, essas contradições só podem ser solucionadas

pelas transformações que a revolução realizará e as classes nela engajadas. Seriam as que promoveriam e beneficiar-se-iam dela. O resultado dessas análises determinam, também, o "estágio" de desenvolvimento da sociedade, com predominância de seu aspecto econômico. A definição desse estágio permitirá, basicamente, caracterizar os principais inimigos que a revolução deverá enfrentar e as tarefas que caberão às classes nela envolvidas.

Ao caracterizar o estágio do desenvolvimento brasileiro, as organizações subversivas o tem classificado como "semifeudal", "semicolonial", "agrário", "agroindustria1" ou "industrial- agrário". Essa diversificada classificação, e até mesmo a inversão de termos, tem sido um dos motivos de divergência entre elas.

Dessa divergente classificação, surgem, naturalmente, diferentes caracteres da revolução, que são normalmente expressos por dois ou mais vocábulos, como já vimos, no caso cubano,[633]cujo caráter da revolução era "nacionalmente ditatorial" O caráter define o principal ou principais inimigos da revolução e as tarefas a serem cumpridas para derrotá-los. Assim, se o principal inimigo considerado é o "imperialismo", a principal tarefa da revolução será a "libertação econômica e política da dependência imperialista, e a revolução será nacional". Se o principal inimigo é o "latifúndio ou o capitalismo", a tarefa básica da revolução será, respectivamente, "a transformação das estruturas com a eliminação do monopólio da terra ou do modo de produção capitalista" e, naturalmente, a "eliminação dos latifundiários ou dos capitalistas como classe" e, em ambos os casos, a revolução será "democrática".

Nesse raciocínio reside a explicação, simplista naturalmente, dos dois significados que têm a palavra "democracia" para os comunistas e que os mortais comuns não conseguem alcançar. A "democracia" da revolução comunista significa a eliminação do latifúndio e/ou do modo de produção capitalista e dos latifundiários e capitalistas como classe". Enquanto não chegam ao poder, democracia significa, porém, a mais ampla e irrestrita liberdade. Liberdade, sobretudo, para organizarem-se com a garantia da lei, para tramar e investir contra essa mesma democracia. Uma vez no poder, seriam as liberdades de expressão, de opinião e de participação, as primeiras a serem "caçadas" em nome da revolução. Consolidada a revolução, seria caçada, também, a liberdade de oportunidade, monopolizada pela "nomenclatura".

As organizações trotskistas, como vimos no item 1, do Cap.I da 2ª Parte, não visualizam a necessidade da etapa intermediária. Para elas, desde o início, a revolução será socialista, e uma vez derrubado o governo, o socialismo estará implantado.

O método é racional e coerente. Fica claro, de seu desdobramento, que a análise da conjuntura, como é usual, serve para identificar as contradições da sociedade e mesmo flagrantes injustiças, as quais permitem levantar "bandeiras" e "slogans" que sejam adequados à realidade presente. Fica claro também que essas bandeiras e slogans serão utilizados para agitar, iludir e conduzir a massa de manobra que levará o partido ao governo. Uma vez ali, essa massa será alijada, tendo servido apenas, na verdadeira expressão, como "massa de manobra" do partido.

Não tendo as organizações subversivas que atuaram no Brasil desembocado na revolução, aqui teoricamente esquematizada, suas estratégias não podem ser objeto de análise crítica. No entanto, a discussão teórica de seus elementos constitutivos, somada às discordâncias em torno de suas conclusões, constitui-se em mais um dos fatores concorrentes para a atomização das esquerdas. Por outro lado, essa análise serve também como um alerta sobre o que significam, no jargão comunista, as palavras "liberdade", "nacional", "democrática".

9. O organismo revolucionário

Um dos aspectos enfatizados nos movimentos revolucionários marxista-leninistas é o preparo do organismo necessário à sua condução. Esse organismo se concretiza através de urna série de atividades: o recrutamento e preparação dos dirigentes; a formação de quadros em cursos e escolas especiais; a criação de núcleos (células) de revolucionários profissionais (dirigentes, ativistas, agentes especiais, etc.); a disseminação desses núcleos e estruturação do partido revolucionário em todos os níveis da organização político-administrativa do país. Esse organismo é, correntemente, o Partido Comunista e aquelas tarefas são inerentes à sua própria estruturação que é demorada e cuidadosamente estabelecida.

Com o advento do foquismo, o Partido Comunista deixou de ser um instrumento necessário à condução da revolução. Esse instrumento seria a vanguarda composta daqueles "que realmente desejam fazer a revolução". Debray, no seu "Revolução na Revolução", desfila uma série de desvantagens de, na condução da revolução, ser a guerrilha o mero "braço armado" de um partido, mostrando que a luta armada exige um novo modo de organização e um novo estilo de direção. Para o foquismo, o preparo físico é fundamental. "Uma perfeita educação marxista não é, necessariamente condição imperativa". Para o foquismo, "a guerrilha é o período em gestação". No Partido Comunista, a estrutura política prepondera sobre qualquer outra coisa. Na vanguarda guerrilheira, há prevalência do militar, ou, no mínimo, as instâncias militares e políticas se igualam e são preferencialmente unificadas, daí denominar-se tal estrutura de Organização Político-Militar (OPM) . De qualquer forma, seja qual for o modo de organização e o estilo de direção, tanto o partido como a OPM

---

[633] Uma organização subversiva, a sua versão tupiniquim, rebatiza-a de "democracia proletária". Sem dúvida, uma expressão com conotação bem mais positiva que a literal ditadura do proletariado. Tão mal batizada por Marx, na expressão fria de suas concepções totalitárias.

necessitam recrutar adeptos e preparar seus quadros e dirigentes, sendo estes os aspectos que influirão no sucesso ou insucesso da ação e, por isso, serão objeto de nossa análise.

10. O recrutamento

O recrutamento é um processo de atração, sedução, enfim, de convencimento de pessoas a aceitarem a doutrina marxista-leninista. A fase inicial desse trabalho é a de aliciamento que consiste na conquista de adeptos – futuros militantes ou simpatizantes – para a causa revolucionária. É realizado através de contatos pessoais, formação de grupos de estudo, reuniões informais, reuniões de base, etc. E é favorecido pela infiltração dos agentes nos mais diversos órgãos e instituições. Na fase do aliciamento, normalmente, o alvo desconhece a existência da organização subversiva, e durante seu transcurso são inoculados no indivíduo os primeiros conhecimentos ideológicos, por meio da visão marxista da realidade. Na fase final, o alvo toma conhecimento da organização e é levado à prática de algum ilícito que a beneficie, que a identifique e o vincule a ela.

Algumas organizações subversivas tinham organismos de fachada, especialmente voltados para essa tarefa. Dos vários exemplos citados nos capítulos anteriores, recordemos a estrutura da Dissidência da Guanabara (DI/GB), depois MR-8, que atuava especificamente no meio estudantil, para as tarefas de aliciamento e recrutamento. O alvo, o estudante, era aliciado pelos Grupos de Estudo (GE) – "a porta de entrada da organização". No GE, eram ministrados os estudos doutrinários iniciais e dado uma visão ideológica das conjunturas internacionais e brasileiras. Após essa fase, os estudantes passavam a integrar os Organismos Para-Partidários (OPP), ocasião em que realizavam as primeiras ações em benefício da organização, cuja existência só então tomavam conhecimento. Com essas ações, adquiriam experiência, comprometiam-se e vinculavam-se à organização. O passo seguinte era a estruturação na organização subversiva.[634]Havia, também, formas bem mais diretas de aliciamento. Como exemplo, transcrevemos o extrato do depoimento de uma jovem universitária presa em Brasília, em que mostra, também, a colaboração dos professores, desde então: "Fui criada numa família sem problemas. Nada me faltava: tinha o carinho e o afeto de meus parentes e um razoável padrão da vida (classe média), com o qual via atendidas todas as minhas necessidades materiais. Nossa família podia ser classificada como a família de padrão tradicional, com respeito e obediência aos mais velhos, educação religiosa cristã com missas dominicais quase obrigatórias, aversão aos modismos, cabelos, roupas extravagantes, etc., hábitos e horários rígidos, etc. Entrei para a faculdade muito cedo, dezessete para dezoito anos. Fiquei aturdida com o ambiente que encontrei. Não entendia o linguajar dos meus companheiros e relutava a aceitar certos hábitos correntes como fumar coletivamente (eu nem fumava), permitir certas licenciosidades, sair junto com rapazes, usar certos trajes, etc. Era tachada por meus colegas de "quadrada", "retrógada" e outros epítetos... Estes evitavam minha companhia e passei a viver numa espécie de "gelo". Foi então que um companheiro (não é preciso dizer que era subversivo) condoeu-se de minha situação e começou a me procurar. Exultei com isso. Ele, então, foi me ensinando. Isto é, doutrinando, a seu modo, para uma nova realidade que eu desconhecia. Paralelamente a isso, os professores faziam sua contribuição: noventa e cinco por cento dos livros recomendados eram de autores marxistas. Como perdi uma prova, eu estava na iminência de ser reprovada numa dada matéria, o professor exigiu de mim uma monografia baseada num livro de autor comunista com o que me seria dado o grau necessário, o que de fato ocorreu. Eu não tive escolha, eu não tive alternativa".

De outro lado, havia formas de aliciamento bem mais sutis. Depoimentos prestados por subversivos revelam que o sexo era usado nos meios terroristas como elemento de atração e comprometimento de jovens inexperientes. Um dos casos mais chocantes pelo seu resultado foi o de Solange Lourenço Gomes, conhecida pelos codinomes de "Rute", "Conceição", "Clara", "Aurora" e "Maria José Linhares".[635]

Solange conta que quando iniciou o namoro com Carlos Augusto da Silva Zílio, em 1966, **(NR 637=16: Grifamos a data para aquelas pessoas que insistem em afirmar que a subversão no país só teve início após o AI-5)**, não sabia que ele era indiciado em inquérito. Naturalmente, o jovem inexperiente era a presa mais fácil dessa verdadeira cilada. Cilada que, nesse caso, como vimos foi preparada por orientação de Cuba, em conluio com organizações subversivas nacionais. O recrutamento simplista do tipo desses de Ibiúna representou um alto percentual no total de recrutados. Apenas esse episódio foi responsável por cerca de 15% de todos os recrutados, nesse período de luta armada.

A quase totalidade dos jovens foi "jogada" na clandestinidade e 98% deles passaram a integrar ou já integravam organizações subversivas e engajaram-se na luta armada.

---

[634] Estruturado é militante que integra algum órgão (organização de massa, comitê, etc.) da organização subversiva.

[635] A maioria dos fatos aqui narrados já se tornaram públicos. Solange, quando se entregou, em julho de 1971, deu entrevistas, entre outros, para os jornalistas de "O Globo" e do "Diário de Notícias", revelando-se na ocasião.

Não foi, pois, por acaso, ou por outra razão, que mais de 80% dos quadros das organizações subversivas eram constituídos de estudantes, dos quais cerca de 20% eram secundaristas. Dos restantes, boa parte era de militantes profissionais, intelectuais, profissionais liberais, sendo inexpressivo o número de trabalhadores da cidade e quase nulos os do campo que integraram as organizações de esquerda revolucionária.

Uma jovem militante da ALN, encarregada do setor, descreve de forma mais detalhada o que chamou "as etapas do processo de politização", empregadas na organização. Parece-nos que vale a pena, como alerta, descrevê-las na síntese:

– conhecimento dos elementos mais permeáveis a novas informações, estabelecendo-se contato com eles;
– discussão inicial em torno de um fato político que ocorra no âmbito internacional ou nacional;
– ligação desse fato político com a estrutura socioeconômica brasileira;
– discussão da necessidade de uma mudança estrutural-revolucionária;
– colocação de meios para se realizar essa mudança, com propostas específicas da organização;
– integração do elemento em algum nível de trabalho prático, progressivamente;
– engajamento progressivo e irreversível do elemento na organização.

Ao se procurar estabelecer contato com os elementos mais abertos para o início do processo de politização, usa-se inicialmente de situações sociais, shows, conversas em bares, atividades que versem sobre temas favoráveis à manifestação de crítica e a problemas ou ao sistema como um todo. A partir de então, os indivíduos que mais se manifestam são identificados e procurados posteriormente para conversas individuais (...).

Após o contato inicial, que é feito sob vários pretextos, inicia-se a discussão, abordando algum fato político que tenha ocorrido recentemente, e que forneça conteúdo para ser criticado. Por exemplo, atos institucionais.

(...) Posteriormente, discute-se outros problemas num nível mais amplo, inserindo-o numa estrutura socioeconômica de tipo capitalista ou no quadro das relações socioeconômicas imperialistas. Aqui são fornecidos textos que partem desse problema específico e o relacionamento com a situação brasileira, no seu aspecto estrutural. O Objetivo é fazer com que as pessoas concluam a ineficiência do sistema capitalista (...).

A filosofia que baseia a análise nesses textos é a marxista, que vai sendo incorporada de um modo sutil pelo elemento (...).

Estando a par do método de análise marxista-leninista e já informada da impossibilidade de resolução dos problemas de nossa realidade, dentro desse sistema, são introduzidas as questões referentes aos meios de mudança dessa mesma estrutura socioeconômica. Iniciam-se as discussões sobre a violência no processo revolucionário, o papel do terrorismo frente às instituições vigentes e outras questões relativas à política da organização, especificamente (...).

O elemento responsável pelo desenvolvimento desse processo de politização deve encaminhar a pessoa, já politizada, para desempenhar algum trabalho; direta ou indiretamente, ligado à organização (...).

Paralelamente ao trabalho de vinculação teórica, o elemento vai sofrendo um processo de vinculação prática, progressivamente.

De início, é considerado o apoio do recrutado, fornecendo dinheiro à organização, mantendo pessoas ou material da organização em sua casa em outras atividades em que sobressaia o espírito de cooperação do indivíduo submetido ao processo de recrutamento.

Após esse passo, realiza pequenas tarefas para a organização: levantamentos, panfletagens, etc. O fato de o novo elemento participar, pelo menos, de uma das ações da organização, torna essa prática mais uma atividade por ele desempenhada, tirando-lhe o medo inicial de cumprir o novo encargo.

Depois desses primeiros trabalhos, o indivíduo vai recebendo obrigações mais importantes para a organização, até que passa a participar diretamente numa ação armada, não tendo nenhuma alternativa a partir da ação, pois, em questão de pouco tempo, será reconhecido e obrigado a passar para a clandestinidade. Tem de pertencer aos quadros da organização, depender dela (...).

A vida na clandestinidade transcorre de um modo ditatorial para o elemento, por perder todas as possibilidades de vida civil regular, o que antes o tornava independente em relação à organização. Agora, ele está à mercê da organização em todos os aspectos: econômico, pessoal e quanto ao nível de atuação política.

Passa a ser extremamente conhecido pelos integrantes da organização, reduzindo, a cada dia, a sua margem de vida. A prática de ações armadas torna-se corriqueira, sua visão da vida vai mudando a cada passo dessa vinculação, até que o elemento atira, mata, perdendo o significado real desses fatos, além de afastar-se, completamente, de seus familiares: mãe, pai, irmãos, pois a clandestinidade o obriga.

11. A preparação dos quadros

A formação de quadros e dirigentes deu-se quase que exclusivamente no exterior. Cerca de 150 militantes foram formados em Cuba. Por volta de 120, foram formados na China e um número bem mais reduzido foi formado na URSS. Dos formados na Rússia, a totalidade era do PCB, dos formados na China, cerca de 65% pertenciam ao PC do B, sendo que,

em torno de 15% deles deixaram o partido para integrarem a Ala Vermelha. Dos 35% restantes, pertenciam a AP 25%, ao PCB 5%, e, em menores percentuais, foram contemplados o PCR e o PRT. Os formados em Cuba estavam diluídos em maior número de organizações Não se dispõe de dados que permitam uma avaliação judiciosa desses cursos. Sabe-se, no entanto, que em Cuba existiam dois cursos básicos: um, de guerrilha rural, e outro, de guerrilha urbana. Havia cursos complementares de especialização, tais como: de fotografia, explosivos, enfermagem, preparação de documentação falsa, etc. Todos eram cursos de pequena duração, cujo nível e organização eram objeto de críticas dos subversivos que os frequentavam.

Na verdade, eram poucas as organizações que possuíam um número razoável de elementos com esses cursos de especialização. Mesmo considerando que os efetivos das organizações subversivas não eram elevados, esses percentuais eram pequenos. Se esses elementos tivessem sido utilizados para a formação de quadros, num prazo razoável, poderia ter resultado em quadros melhor preparados. No entanto, não se tem notícia dessa utilização. Os casos de treinamento assinalados ao longo deste livro são raros. Eram, de qualquer modo, cursos de formação militar. Se compararmos esses cursos com a formação dada ao soldado nas Forças Armadas, nas quais os instrutores são profissionais altamente treinados e especializados, contando com meios necessários e dedicação em tempo integral durante nove meses, pode-se concluir que era fraco o preparo militar, mesmo dos militantes com curso no exterior. Aliando-se as formas de recrutamento utilizadas à inexistência de cursos ou estágios de formação política, pode-se concluir que também era baixo o nível de preparo ideológico da massa de militantes. Esse despreparo levou-os a cometer graves e bisonhos erros de segurança, quer na prática diária da militância, quer através de seu comportamento perante o “inimigo”.

12. As deserções e as técnicas de terror

Cedo as organizações subversivas perceberam a vulnerabilidade que representava a falta de preparo político-ideológico de seus militantes. Nos interrogatórios, era comum esses militantes despreparados, sem convicção, “entregarem” tudo o que sabiam quando caíam em contradições ou quando eram postos ante evidências. Mais de 90% das prisões decorreram da indicação de subversivos anteriormente presos.[636]

Assim, quando um terrorista era preso, perdia toda a confiança da organização e se, por qualquer motivo, era liberado ou permanecia pouco tempo detido, era considerado um “cachorro” e à primeira vacilação ou erro, normalmente era “justiçado”, como vimos em vários casos narrados, quase todos, diga-se de passagem, injustamente. Houve diversos casos de elementos seriamente implicados na subversão que passaram pelos órgãos de segurança e que não foram identificados como subversivos.

Como decorrência dessa mesma causa, o despreparo político-ideológico, mais de uma centena de militantes desertaram das organizações subversivas e um número superior a cinco dezenas repudiou, publicamente, a subversão e o terrorismo.

Incapacitadas de corrigir essa deficiência fundamental, as organizações subversivas valeram-se do expediente que lhes pareceu mais expedito, cujas técnicas dominavam. Por meio delas, utilizaram-se, em larga escala, do terror.

Essas técnicas começavam, no âmbito das próprias organizações, com as ameaças e a concretização de assassinatos, ditos “justiçamentos”, a que os militantes sabiam estar sujeitos. Outra técnica, de múltiplos efeitos, fazer crer aos militantes que, uma vez presos, seriam torturados física e psicologicamente até a morte. Ao mesmo tempo em que criavam e propagavam essa imagem dos órgãos de segurança, induziam os militantes a resistir à prisão a todo o custo. Essa técnica era “multinaciona1”. Os que tinham essa doutrinação mais internalizada eram os possuidores de curso em Cuba. Segundo essa técnica, resistir à prisão a todo custo era, na pior das hipóteses, apenas “abreviar a hora da morte sem o risco de trair a luta do povo”. Finalmente conscientizavam os militantes de que, se não pudessem chegar a isso “no ato de reagir à prisão”, havia que “tentar o suicídio de todas as formas possíveis”. Estas instruções, induzindo ao suicídio, eram comuns às organizações subversivas e cada uma buscava transmiti-las da forma mais patética possível. A ALN, por exemplo, no seu documento intitulado “Sobre a questão de comportamento” assim sintetizava esse apelo: “O suicídio é uma mera antecipação de uma morte certa... E morrer caracteriza-se pela passividade, mas matar-se é ato”. De forma constrangedora, constatamos que a doutrinação surtiu efeito.

Inúmeros casos de tentativa de suicídio nas prisões, a maioria neutralizada pelas medidas de segurança adotadas nas carceragens, e a invariável disposição de resistir à prisão até a morte são testemunhas inequívocas da eficiência do processo de fanatizarão utilizado pelos terroristas.

O suicídio, sempre utilizado como instrumento da guerra psicológica, era apresentado como “morte por tortura nos órgãos de segurança”. Uma coisa é certa, permitir que esses suicídios fossem perpetrados na prisão era a irracionalidade máxima. Esses descuidos ocorreram apesar das medidas rigorosas para evitá-los. Convenhamos, porém, que, se os componentes dos órgãos de segurança eram tão cruéis e desalmados, como dizia a propaganda adversa, havia mil maneiras menos comprometedoras de dar “sumiço” em alguém. O “suicidar” alguém sob sua guarda na prisão está além da “burrice” admitida. O resto... o resto é “desinformatzya”.

[636] Dada a compartimentação posta em prática pelas organizações subversivas, estes dados não são absolutos, mas apenas uma aproximação. Assim, 100 subversivos foram relacionados com o curso na China.

Mas a guerra psicológica é um instrumento extremamente eficaz e exatamente por isso ninguém indaga da racionalidade do que está sendo impingido. Com essa técnica, reforçavam nos militantes o pavor de ser preso, aumentavam o moral da organização quando o militante resistia à prisão, ao mesmo tempo que passavam essa imagem distorcida dos órgãos de segurança ao grande público. Se conseguiam uma missa, com toda pompa, em memória do suicida, o que não era difícil dado o empenho dos prelados "progressistas" na "desinformatzya", estava selada a culpa do órgão de segurança aos olhos da população.[637]

Apesar dessas técnicas e dos riscos, o número de deserções na subversão e de repúdio público ao terrorismo foi seguramente elevado. A grande maioria que assim agiu parece ter sido sincera, sendo poucos os casos que apresentavam indícios de que essa atitude visava a possíveis atenuações de penas ou outras vantagens pessoais. A característica comum desses militantes era a falta de preparo político-ideológico, mas, para confirmar a regra, houve inclusive a exceção. Hans Rudolf Jakob Manz, com treinamento na URSS, Cuba e Checoslováquia, homem maduro e com sólida formação marxista-leninista, repudiou a subversão. As causas principais parecem ter sido a infantilidade dos métodos e a falta de objetividade das organizações subversivas brasileiras. Pelo menos, essas foram as causas mais comuns entre aqueles que esconjuraram o terrorismo.

Além dessas, apareceram como causas: a tentativa das organizações subversivas de dar justificativa ideológica a puros atos de banditismo; a desilusão com os métodos de luta e a argumentação para mantê-los; e a incapacidade das esquerdas em apresentar soluções construtivas, quando o governo que desejavam derrubar havia encontrado, pacificamente, meios e formas de vencer as barreiras do subdesenvolvimento. Pode-se citar, entre os que, por essas razões ficam desiludidos com os métodos, processos e fins das esquerdas: André Yoshinaga Massafumi ("Massa" ou "Jorge"), 21 anos quando foi preso, estudante pertencente à VPR/SP; Rômulo Augusto Romero Montes ("Enio", "Taka", "David" ou "Craveiro"), 21 anos quando foi preso, comerciante da VPR/SP, militante desde os 13 anos, participou das Ligas Camponesas e o único conhecimento político que possuía era a doutrina marxista-leninista; Reinhold Amadeo Klement ("Amâncio", "Batista" ou "Chico"), 20 anos quando foi preso, estudante secundarista que pertenceu à AP e à VPR/RS; Francisco das Chagas Fonseca ("Severino"), 20 anos quando se apresentou voluntariamente, estudante, da VAR/Palmares/GO; José Barros de Oliveira ("Arnaldo", "Fernando" ou "Marcos"), 39 anos quando se apresentou espontaneamente, antigo militante do PCB e da VPR/SP, mecânico ferramenteiro; Raimundo de Oliveira ("Evandro"), 35 anos quando foi preso, Sargento da Polícia Militar de Minas Gerai, estudante, comunista que pertencia ao COLINA, abjurou a violência e recusou-se a ser banido em troca da liberdade do embaixador da Suíça, refutou, em reportagem filmada e na imprensa, as mentiras publicadas na Europa, de autoria de Ângelo Pezzuti.

Entre esses desertores, havia, também, indivíduos violentos e agressivos por natureza, como Gilson Teodoro de Oliveira, da VPR/SP, tido como fanático. Gilson abjurou o terrorismo num programa de TV, após ter tentado o suicídio por enforcamento, na prisão. Houve, também, casos de indivíduos que mostravam uma fraqueza a toda prova. Foi o caso de Newton Moraes, da ALN/MG, conhecido como "Brandão" ou "Gordo". Assaltante à mão armada, "Brandão" participou de uma série de assaltos a bancos e roubo de automóveis. Ao ser preso, ficou desesperado e escreveu uma carta a seus pais, na qual renegava o terrorismo e o comunismo. Possivelmente, pressionado por colegas de prisão, tumultuou seu julgamento ao negar seus depoimentos anteriores, insinuando, inclusive, que houvera sido forçado a tomar aquela atitude perante seus pais. Após o julgamento, arrependido, voltou a procurar as autoridades, reafirmando seu repúdio ao terrorismo. "Brandão" não fez acusação de ter sido torturado durante os interrogatórios, embora, naquela altura, essa fosse uma recomendação comum a todos os subversivos.

Erwin Rezende Duarte ("Tião"), estudante, do COLINA/MG, tinha 22 anos quando foi preso juntamente com Ângelo Pezzuti, com quem atuou na Penitenciária de Linhares, em Juiz de Fora, no preparo e difusão de documentos relatando torturas inexistentes. Em agosto de 1971, quando era das mais ativas a atuação da "Frente Brasileira de Informações" (FBI), prestou declarações à imprensa, desmentindo e desmascarando Ângelo Pezzuti e seus documentos, além de renunciar e renegar o seu passado subversivo. Mais sincero, talvez, do que o depoimento de Erwin,foi o de Rouberdário Diniz Valério ("Dario", "Pedro") 31 anos quando foi preso, estudante, condenado a 2 anos e 11 meses de prisão. Rouberdário desiludiu-se com o terrorismo e abjurou o comunismo, fruto de leituras e do comportamento de seus companheiros de prisão. Revoltou-se com as mentiras e refutou as publicações de Ângelo Pezzuti. As estórias de Pezzuti, porém, circularam pela Europa e América, nas asas da FBI.

Havia casos em que a rejeição decorria de problemas pessoais. Foi o que ocorreu com Milton Campos de Souza ("Francisco", "Marcos"), da ALN/MG, 23 anos quando foi preso, estudante, tinha remorsos por ter matado um garoto de 14 anos, Marcelo Costa Tavares, por ocasião de um assalto a banco, em Belo Horizonte. Problemas de família, de afetividade, e mesmo traumas familiares também foram causas de deserção. Foi o caso de Maria Júlia Oliveira, 19 anos quando foi presa, estudante, pertencente à AP/SP, ou de Jackson Luiz Pires Machado ("Geraldo"), 21 anos quando foi preso, estudante. "Geraldo" entrou para a VAR-Palmares/GO, quando seu pai foi preso por peculato. Foi um ativo

---

[637] A liturgia não nega o direito dos sacramentos ao suicida, recomendando, porém, que o ato seja discreto e reservado. A "pompa e o aparato" nesses casos deveria significar que não houvera "suicídio". A missa, na verdade, transformava-se em mero ato político.

militante, traçou planos de organização para a VAR-P, assaltou bancos, planejou a formação de colunas guerrilheiras e chegou a ser um militante de importância na organização. Repudiou a subversão e o comunismo em um programa de TV, logo após sua mãe ter morrido em acidente automobilístico ao vir visitá-lo na prisão pela primeira vez.

Entre os arrependidos, encontravam-se, também, indivíduos que, não sendo comunistas e nem tendo simpatia por essa ideologia, haviam ingressado em organizações subversivas por imaturidade ou atraídos pelo espírito de aventura. Seguramente, enquadram-se nesse caso Gustavo Guimarães Barbosa e Douglas de Carvalho Merechia. Razões semelhantes podem ser imputadas àqueles que renunciaram ao terrorismo e à subversão por não haverem suportado as angústias da clandestinidade, como Celso Lungaretti, o primeiro terrorista a renegar publicamente suas atividades e o marxismo-leninismo.

13. Conclusão

A avaliação desta terceira tentativa de tomada do poder pelos comunistas, leva-nos a indagações muito parecidas com as formuladas após a primeira tentativa, também levada a efeito pelo caminho da violência. Conduz-nos igualmente ao pensamento de Lênin, ao referir-se ao esquerdismo - doença infantil do comunismo, de que ela foi “não só uma estupidez, mas também um crime”.

Mais uma vez, vimos a tão decantada análise marxista da realidade, instrumental tão a gosto do clero dito “progressista”, mostrar-se um meio inútil, como qualquer outra metodologia, quando manipulada por mentes bloqueadas pela ideologia e seus dogmas, porque confundem a realidade com seus desejos, chegando sempre a conclusões pré-determinadas.

Poderíamos, nesta conclusão, ressaltar a deformação de valores a que foram levados nossos jovens, principalmente aqueles preparados em Cuba, a irresponsabilidade de líderes personalistas e egocêntricos, envolvimento insidioso do melhor da nossa juventude, a estudantil, ou o aspecto que mais nos impressiona desse processo, mais que a violência física, ou a indução ao suicídio como ato heroico, que é a agressão psicológica, com base na mistificação, no exagero e na mentira que sofreu a nação brasileira, envolvendo uma de suas mais importantes Instituições, as Forças Armadas.

É preciso, porém, atentar que, ao contrário do que pretendem induzir, os fatos não contém em si a verdade. Os meios de comunicação nos dão exemplos diários de fatos que dão margem a interpretações diferentes e até opostas, conforme as fronteiras ou os interesses de pessoas ou grupos. As ideologias, sobretudo, alteram a realidade dos fatos. Jean Brunhes dizia que é por “um estranho abuso de palavras que se fala da veracidade de um fato. Um fato possui dimensões, cor, duração, mas não a verdade; verdadeira ou falsa será a percepção que dele temos, assim como mais ou menos justo pode ser o juízo que sobre ele formamos”. Esse juízo depende não apenas do conhecimento dos fatos, mas também das circunstâncias e condições em que se deram, e pode ser mutável, à medida que tenhamos maiores informações sobre eles. Uma das experiências significativas a esse respeito deu-se com o francês Benjamin Constant, que por muitos anos coletou cerca de 10.000 fatos, sobre os quais assentou alentada obra crítica das ideias religiosas. Sofrendo a ação de novas influências, evoluiu no seu pensamento e modificou completamente a obra, alterando-lhe o espírito, não obstante, servindo-se dos mesmos fatos. Ele costumava dizer a respeito dessa experiência: “Eles deram meia volta à voz de comando, e atacam agora em sentido oposto”.

Nosso propósito, nesta 3ª parte do livro, era dar meia volta nos fatos, não para atacar, mas para apresentá-los sob outro ângulo, de forma que não ficasse deles, apenas, uma visão unilateral. Não tínhamos a pretensão de trazer a luz à verdade final e irrefutável em todos os seus aspectos, a qual só existe nas mentes cristalizadas pelas ideologias. Nosso propósito era dar ao leitor a possibilidade de ver o outro lado dos fatos, de comparar suas interpretações, de refletir sobre eles com espírito crítico e encontrar sua própria verdade, que, sem dúvida, estará mais próxima da realidade, na medida em que puder despir-se de seus preconceitos, “descondicionar-se” e “fazer uma análise com isenção”.

PARTE 4

A quarta tentativa de tomada do poder

Capítulo I

A estratégia geral

"As palavras, como parte de um esforço cuidadosamente organizado, são hoje uma forma de luta suplementar e algumas vezes as antigas formas de conflito".
Athinson[638]

1. A estratégia geral

Vencidas na forma de luta que escolheram – a luta armada –, organizações da esquerda revolucionária têm buscado transformar a derrota militar que lhes foi imposta, em todos os quadrantes do território nacional, em vitória política.

Após a autocrítica, uma a uma, as diferentes organizações envolvidas na luta armada concluíram que foi um erro lançarem-se na aventura militarista, sem antes terem conseguido o apoio de boa parte da população. A partir desse momento, reiniciaram a luta para a tomada do poder, mudando de estratégia. A prioridade agora seria dada ao trabalho de massa.

O trabalho de massa consiste na propagação da ideologia e na utilização das técnicas de agitação, de propaganda, de recrutamento e de infiltração, valendo-se de todos os meios de comunicação social para atuar sobre os diferentes segmentos sociais (movimento operário/sindical; movimento educacional; movimentos populares; etc.), a fim de conscientizar a massa para a necessidade de fazer a revolução. Objetiva conquistar a população, sobretudo, fazendo com que perca a fé nos governantes, no regime e nas instituições; dominar, especialmente por meio da infiltração, as estruturas governamentais; e educar, organizar, orientar os diversos segmentos sociais para a revolução.

Ao optarem por essa mudança, colocaram-se lado a lado com a esquerda ortodoxa, da qual divergiam desde os últimos anos da década de cinquenta, vendo-se, agora, perseguindo os mesmos objetivos táticos e valendo-se das mesmas técnicas e processos. Nessa fase, encontraram, ainda, um poderoso aliado, o clero dito "progressista", que, pouco a pouco, tirava a máscara e propugnava por uma "nova sociedade", também socialista.

Todos atuavam, agora, no trabalho de massa. Sabedores que, com a politização que a democracia introduziu no mundo ocidental, os "donos da opinião pública determinam os acontecimentos muito mais que os donos das fábricas ou os chefes militares", valer-se-iam largamente da propaganda para alcançar seus objetivos.[639]

2. A política de distensão

O fato de terem adotado uma estratégia comum não significa que haviam sido eliminadas as divergências entre as organizações de esquerda. Tampouco poderia ser tomado como regra o fato de que tivessem objetivos táticos coincidentes. Isto decorria tão somente da existência de uma necessidade comum a todas elas – a possibilidade de poderem voltar a atuar no País com alguma segurança. Isso lhes foi proporcionado pela chamada "política de distensão".

Tendo o Brasil se livrado da agressão armada comunista, seu novo governo propunha-se a "reinstitucionalizar" gradativamente o País, pois esse era o desejo da sociedade brasileira que legitimamente pressionava nesse sentido. Essa era, também, uma meta da Contrarevolução de 31 de Março de 1964.

O novo governo iniciou a implantação de um programa de medidas liberalizantes, progressivamente posto em prática, para o retorno à democracia, que ficou conhecido como "política de distensão". Alguns chamavam essa fase simplesmente de redemocratização, outros, cientes dos poucos progressos que a Revolução fizera no campo político – premido pela luta armada – a denominavam de aperfeiçoamento democrático, como a indicar a necessidade de avanços marcantes nessa área e não a simples liberalização. Essa nuança serve para destacar que não havia um consenso de como conduzir essa fase, que havia divergências não apenas quanto ao como, mas também o que, o quando, o porquê, etc. Tais medidas começaram com a suspensão da censura à imprensa, culminando, nessa fase, com a revogação do artigo 182 da Constituição de 1969, o que ocorreu em 15 de agosto de 1979, significando que nos seis últimos anos da Contrarevolução de 1964 (Governo João Figueiredo) não havia nenhuma medida de exceção à disposição do Presidente.

Com a revogação do citado artigo da Constituição, foi eliminada a figura do Ato Institucional nº5 e de todos os atos complementares nele apensos. Isto restaurava o habeas-corpus para os crimes políticos e o direito de não ser preso sem

---

[638] Athinson James D: "A Política de luta", já citado.

[639] A propaganda é aqui entendida como arma da guerra psicológica, constitui-se na difusão de dados e fatos visando a influenciar opiniões, a fim de gerar benefícios para quem a promove.

mandado. Restabelecia, também, as garantias de vitaliciedade, inamovibilidade e estabilidade aos componentes do Poder Judiciário. Eliminava determinadas prerrogativas do Executivo, o que tornava mais equilibrados os Poderes. O Executivo perdeu o poder de decretar o recesso ou fechamento do Congresso Nacional e das assembleias estaduais e a cassação de mandatos eleitorais. Incorporava, em contrapartida, à Constituição uma série de medidas denominadas "salvaguardas de emergência". Falar em governo autoritário, nessa época, é, simplesmente, um despropósito. O Presidente Figueiredo governou com a Constituição, sem contar com Atos Institucionais.

3. O equilíbrio estratégico

O Movimento Comunista Brasileiro – aqui entendido como o conjunto das atividades realizadas pelas organizações comunistas e por organismos por elas criados, infiltrados ou dominados, conduzido segundo a ideologia marxista-leninista, que com a finalidade de implantar o comunismo no Brasil – passou a coexistir, a partir de 1964, com a etapa que denominaram de confrontação, dividida em linhas gerais em três grandes períodos: o primeiro de 1964 a 1973, a defensiva estratégica; o segundo de 1974 a 1978, o equilíbrio estratégico; e o último ou atual, a partir de 1979, a contraofensiva.

O período de 1974 a 1979 caracterizar-se-ia como de equilíbrio, porque haveria o gradativo "desmantelamento dos mecanismos explícitos de coação legal", níveis mais elevados de participação política e mais espaço para se organizarem e atuarem.

Nessa fase, as organizações subversivas levantariam bandeiras que variariam em ênfase e na forma de expressão, mas todas diriam respeito à possibilidade de se prepararem para a tomada do poder, com segurança, com a garantia do direito, valendo-se da prerrogativa que só esse regime paradoxal – a democracia, sem aspas e adjetivos – oferece: a possibilidade de seus inimigos prepararem-se para a tomada do poder sob o amparo da lei.

As "bandeiras"

Foram fixadas então as "bandeiras" com as quais iniciariam o seu trabalho de massa:

– anistia geral aos presos e condenados políticos;
– revogação do AI-5 e toda a legislação de exceção;
– liberdade democrática (ou política);
– respeito aos direitos humanos;
– livre organização de todos os partidos políticos, inclusive os comunistas;
– punição de todos os responsáveis pelos crimes no período da ditadura;
– extinção de todos os órgãos de opressão.

Algumas incluíram, desde logo, entre suas bandeiras, a convocação de uma Assembleia Constituinte.[640]

4. A Campanha Psicológica

Em apoio à concepção das metas do período de equilíbrio estratégico, seria desencadeada uma verdadeira operação psicológica, com base principalmente em ações políticas e psicossociais. Através dessas atividades, as organizações subversivas difundiriam suas "bandeiras" e "buscariam criar, em grupos nacionais e internacionais, emoções, atitudes e comportamentos favoráveis à consecução de seus objetivos".

Seria dada continuidade à campanha psicológica que se desenvolvia no exterior com a Frente Brasileira de Informações (FBI), e que agora adentraria ao território nacional.

A revoada de subversivos do Chile, com a queda do governo de Salvador Allende, e do Brasil, com a derrota militar da esquerda revolucionária, havia possibilitado a expansão da Frente Brasileira de Informações (FBI), que continuava operando. No entanto, a partir de 1974, as atividades da FBI iriam começar a sofrer um declínio, como decorrência da vitória dos órgãos de segurança sobre as organizações terroristas. As denúncias divulgadas no exterior, na sua maior parte, referiam-se à ação policial contra os terroristas, sua violência e pretensa tortura que infligiam aos prisioneiros. Esse tema ia perdendo sentido.

No início de 1974, a Amnesty International, que empregava vários subversivos brasileiros em suas sucursais, e que se propunha a ajudar prisioneiros condenados por motivo de suas convicções políticas, "que não tinham cometido atos de violência", publicou e difundiu o documento "Deaths Custody in Brazil", contendo nomes de terroristas e subversivos mortos, buscando polemizar as ocorrências. O novo tema a ser trabalhado não só iria ocupar a FBI na sua difusão, como se somaria ao da tortura e seria utilizado por mais de uma década.

---

[640] Eram "bandeiras" constantes das resoluções políticas do VI Congresso do PCB, atualizadas.

Em 1° de abril de 1974, na sessão do Tribunal Bertrand Russel, foram apresentados inúmeros testemunhos de subversivos brasileiros que haviam sido patrocinados pelo Comitê Italiano da Amnesty International, mediante compensação financeira. Dentre os aquinhoados estavam os depoentes Miguel Arraes, Fernando Paulo Nagle Gabeira, Dulce de Souza Maia, Marco Antônio Moro, Denise Crispim, Wellington Moreira Diniz, Carlos Figueiredo de Sá, Maria do Socorro Soares Vigevani, Jean Marc Friedrich Van Der Weid, Frei Tito de Alencar Lima, Ângelo Pezutti, Sônia Regina Yessin Ramos, Onofre Pinto, Gregório Bezerra e Thiago de Melo. Como o leitor poderá notar, era um corpo de jurados altamente qualificado e, principalmente, "isento". Se, no ano anterior, a queda do governo chileno representara a perda de um importante bastião no esquema do movimento comunista, este ano, a Revolução dos Cravos, em 25 de abril, em Portugal, abriu um novo espaço, particularmente, para subversivos brasileiros que se encontravam no exterior. Em Portugal, o Partido Comunista passou a controlar a revolução militar e o próprio Movimento das Forças Armadas e oferecia aos "companheiros de viagem" as mesmas facilidades que lhes dera Allende no Chile. Em torno de setembro e outubro de 1974, encontravam-se residindo em Lisboa Márcio Moreira Alves, Almino Afonso, Carlos de Sá Figueiredo e outras figuras de destaque da FBI. Por volta de novembro de 1974, Miguel Arraes mudou-se, também, para Lisboa, unindo-se ao restante da coordenação internacional da frente. A essa época, também já chegara a Portugal José Maria Crispim, que ali fundara o Movimento de Ação Socialista (MAS), congregando o que restara da ALN, do MR-8 e do PCBR. Nessa época, o MAS recebia auxílio financeiro da Junta de Coordenação Revolucionária sem, entretanto, integrá-la.[641]

Em janeiro de 1975, após analisar um extenso informe do professor brasileiro da Universidade de Vincennos, Francisco Andrade, ligado à ALN, o Tribunal Dortrand Russel condenou o Brasil. Durante a sessão, além do Brasil, foram julgados o Chile, o Uruguai e a Bolívia, acusados de violarem os direitos fundamentais do homem. Os quatro países foram condenados e considerados culpados de "crimes contra a humanidade".

Aproveitando-se das comemorações do Ano Internacional da Mulher, instituído pela ONU, foi lançado em São Paulo, sob a liderança da militante do PCB Therezinha Godoy Zerbini, o Movimento Feminino pela Anistia (MFA ou MFPA) que visava a criar uma corrente de opinião interna e internacional para pressionar o governo brasileiro a conceder anistia a todos os presos políticos. Constituído por diversas militantes de organizações subversivas, algumas, inclusive, com condenações, além de mães e esposas de subversivos, o MFA iria se irradiar para outras capitais, inserindo-se na campanha psicológica que, vindo do exterior, adentrava o País. Nos lugares onde esse movimento foi dominado por militantes do PC do B, intitular-se-ia Movimento Feminino pela Anistia e Liberdades Democráticas. Paralelamente, em 30 de maio de 1975, era criado em Portugal o Comitê Pró-Anistia Geral Brasil, também conhecido como Comitê Português pela Anistia Geral Brasil (CPAGB).

As medidas liberalizantes que vinham sendo tomadas no Brasil constituíam-se em mais um fator de esvaziamento da FBI. Em 8 de fevereiro 1976, Carlos Figueiredo de Sá reuniu-se em Lisboa com asilados brasileiros numa espécie de "assembleia geral". Durante o encontro, foi aprovado um texto que passou a vigorar como estatutos para o Comitê Pró-Anistia Geral Brasil (CPAGB), organismo oficial da campanha pela anistia dos presos políticos. O CPAGB autodenominava-se "apartidário, aberto à participação de todos aqueles que possam se dedicar à solidariedade com a luta do povo brasileiro". Na verdade, o CPAGB era uma frente de propaganda contra o governo brasileiro, e que tomaria o lugar da FBI, sendo a anistia ampla, geral e irrestrita uma de suas principais bandeiras. A CPAGB contava com o apoio do Partido Socialista Português (PSP), do Partido Comunista Português (PCP) de entidades ligadas aos Direitos Humanos e de organizações de frente do MCI. Seu órgão de divulgação denominava-se "Amnestia".

Além de portugueses ligados ao PSP e ao PCP, faziam parte de sua direção vários subversivos brasileiros.[642] Esses comitês, como a FBI, foram criados em diversos países da Europa, na Argélia e nos EUA. Mostrando que, efetivamente, tratava-se de uma frente de propaganda, o CPAGB divulgou, logo após sua criação, com ampla publicidade na imprensa, a situação dos presos políticos do presídio da Ilha Grande.

Em abril de 1976, confirmando suas atividades como frente de propaganda, o CPAGB lançou uma publicação intitulada "Dos Presos Políticos Brasileiros". Tratava-se de uma condensação do livro "Al1egation of. Torture in Brazil", publicado em 1972 pela "Amnesty International", possivelmente realizada por Márcio Moreira Alves, um dos principais responsáveis por sua publicação.

Em 14 de fevereiro de 1978, era lançado no Rio de Janeiro, o Comitê Brasileiro de Anistia (CBA). Sua função era pró-anistia. Realizava debates, passeatas, manifestações e comícios. Procurava pressionar o Congresso por uma lei que concedesse anistia a todos os presos políticos e a todos os cidadãos banidos em nome de qualquer dos três principais atos institucionais.

---

[641] Fundada em fevereiro de 1974 na Argentina, a JCR reunia as organizações mais radicais do subcontinente sul-americano, liderada pela ERP, numa demonstração de que a suspensão da luta armada era conjuntural. A ALN integrava seu "Comando Unificado", que era constituído, ainda, pelo Exército Revolucionário do Povo (ERP) da Argentina, o Movimento de Libertação Nacional (MLN) da Bolívia e o Movimento de Esquerda Revolucionária(MIR) do Chile.

[642] Faziam parte da direção do CPAGB: Almir Dutra Ferreira; Domingues Fernandes; José Maria Crispim; Márcio Moreira Alves; Cândido da Costa Aragão; Carlos Figueiredo de Sá; Fernando Leite Pereira; Zillah Duttoa Vieira; Altair Luchesi Campos e Moreira Fernandes.

Continuariam a valer-se da propaganda para transmitir à nação brasileira suas "bandeiras" e também uma "verdade" própria, unilateral e distorcida sobre os fatos relacionados com o processo revolucionário terrorista desencadeado no País e, principalmente, em relação ao combate a essa subversão que, pelo nível de seu desenvolvimento, acabou por envolver as Forças Armadas. Adentrando no País no bojo da campanha pela anistia, deixava subjacente, em suas mensagens, a "candura" dos terroristas, apresentados como "angelicais defensores" da sociedade democrática valendo-se do invencível tropismo das massas para a mentira, de que nos fala Djacir Menezes, particularmente apresentada sob forma mística. Não lhes faltou sequer esse efeito, obtido por meio dos teólogos da "libertação", que chegaram a comparar os terroristas a Cristo que "passou pela terra fazendo o bem, foi perseguido, torturado e morto". Naturalmente, nunca dissera, nesse verdadeiro protótipo da técnica de meia-verdade, por razões óbvias, que Cristo não assaltou, não sequestrou, nem assassinou ninguém. Na ideia força da "resistência democrática", punham, de forma subliminar, a tese constante das esquerdas de que o recurso à violência, à luta armada, havia lhes sido imposto como única alternativa deixada pelas forças da "ditadura militar".

Essa "verdade" foi transmitida através de ideias-força de alta conotação emotiva e propositalmente genéricas, como "direitos humanos", "tortura, torturados e torturadores", "1iberdades democráticas", "estado do direito"; "ditadura militar"; "órgão de repressão", etc., que, por seu largo espectro, sugerem diferentes ideias e diferentes pessoas, e, explorando interesses da crença da população, mostraram-se eficientes e atingiram múltiplos objetivos. Além de difundir suas bandeiras, permitiu-lhes ou estariam permitindo, denegrir e enxovalhar seus algozes, os órgãos de segurança, buscando, nessa fase, combalir o ânimo de seus integrantes, destruir sua moral e acuá-los em campanhas bem orientadas. Permitiu-lhes colocar os grupos neutros contra esse alvo. E permitiu-lhes, finalmente, justificar seus fracassos pretéritos aos olhos dos futuros recrutados, isto é, transformar a derrota militar em vitória política.

Nessa fase, encontraram ainda, seu aliado, o clero "progressista", valendo-se da dialética dos direitos humanos e utilizando-os no instrumental da Igreja – que formalmente já atua politicamente através da CNBB – que desce ao nível das "organizações de base", por meio de ampla rede de comissões, submissões e atividades de grupos, realizava seu próprio projeto de coordenação política - seu trabalho de massa, - organizando grupos de pressão, com táticas próprias.

O objetivo desse trabalho, além de outros que veremos em capítulo seguinte, era a rápida mobilização de movimentos de massa em torno de certas questões". Nessa ocasião, surgiu, por exemplo, o "Movimento contra o Custo de Vida", orientação pelo clero "progressista", aparentemente sem conotação política, mas objetivamente estruturado como forma de treinamento e organização de massa. Esse movimento começou a ser organizado em 1973 e só veio à tona em 1978, como se fosse "uma ação espontânea de iniciativa da própria massa".

5. A fronteira incerta

Existia, como é fácil perceber, uma coincidência muito grande entre os objetivos buscados pelo Governo, os quais seriam os da sociedade brasileira, e a maioria dos objetivos das organizações subversivas. Havia pressões justas e legais no sentido de se promover a redemocratização, e as organizações subversivas jogavam uma partida fácil, pois exploravam o direito de discordar da própria democracia.

Essa coincidência fazia com que se entrasse na área que Jean François Revel chamou de "a fronteira incerta", a transição fácil entre oponente leal, que faz uso de uma faculdade prevista pelas instituições, e o adversário que viola essas mesmas instituições. O totalitarismo confunde o primeiro com o segundo, de maneira a justificar o esmagamento de toda a oposição; a democracia confunde o segundo com o primeiro, por medo de ser acusada de trair os seus próprios princípios.

Vivíamos exatamente nessa fronteira incerta, quando em decorrência das denúncias de Adauto Alves dos Santos, referidas no Cap. XI da 3ª Parte deste trabalho, intensificaram-se as operações sobre as atividades do Partido Comunista Brasileiro, atingindo seu ápice em 1975, com o desmantelamento, no primeiro semestre de 1976, da CE/MG. Em São Paulo, na Guanabara, no Paraná, no Rio Grande do Sul, no Rio de Janeiro, em Sergipe e na Bahia, haviam sido presos membros do Comitê Central, da Comissão Executiva e dos Comitês Estaduais dos Estados citados. Apesar da atividade subversiva dos comunistas presos, houve uma grande campanha em torno do episódio. A "Amnesty International" lançou um apelo urgente ao mundo.[643] A Arquidiocese de São Paulo transformou-se no centro da campanha. Criou um instrumento de ajuda humanitária às famílias de pessoas presas e desaparecidas. Com o estímulo do Cardeal Arns, a Arquidiocese criou a Comissão Arquidiocesana de Justiça e Paz, integrada por juristas do Estado.

A comissão foi encarregada da defesa dos "perseguidos" e de mover ações civis contra as autoridades "em casos comprovados da tortura."[644]

---

643 Ver The Asmesty International, ano 1975-1976 "Brasil", pag. 90-92.

644 Nesta época, em vez dos generais do povo, apareciam os cardeais do povo. Ver entrevistas de Evaristo Arns, em Partido Imediato – R Paulo Amaro, "Cardeal do povo".

O principal objetivo do Cardeal Arns era estimular a população a resistir à "repressão violenta" de uma forma pacífica, mas firme.[645]

As normas de terror, utilizadas principalmente pela ALN para amedrontar seus militantes e ao mesmo tempo denegrir as imagens dos órgãos de segurança, tinham continuidade agora no corpo da guerra psicopolítica e eram diferenciadas visando à população em geral.

Nesse contexto, ocorre o lamentável, em todos os sentidos, suicídio do jornalista Vladimir Herzog nas dependências do DOI/CODI/IIEx.

No mês de outubro de 1975, o DOI/IIEx. estava desenvolvendo investigações a células do PCB no setor de comunicação social. Rodolfo Konder apontou o jornalista Herzog como militante do partido. Vladimir Herzog trabalhava no Rio de Janeiro, na Rádio e TV Cultura de São Paulo, no período noturno, sendo diretor responsável de telejornalismo. No dia 24, Herzog foi convidado a prestar depoimentos no DOI/IIEx. O comandante do II Exército havia recomendado que se evitasse atrapalhar a vida profissional dos envolvidos, pelo menos até que suas implicações assim o exigissem. Herzog poderia ter prestado esclarecimentos e ter sido liberado no próprio dia 24. Sua atuação era secundária.

No dia 25, às 8 horas, Vladimir Herzog, acompanhado do jornalista Paulo Ferreira Neves, compareceu ao DOI. Neves foi informado de que poderia procurar Herzog por volta das 16 horas, quando o jornalista já deveria estar liberado. Herzog inicialmente negou sua militância. Nos confrontos com o próprio Rodolfo Konder, acabou confessando os atos nos quais esteve envolvido. Nenhum de maior importância. No entanto, resolveu dar o nome de todos os militantes do PCB com os quais mantinha contato.

Após o almoço, devendo Herzog aguardar que seus depoimentos fossem datilografados, foi recolhido a uma cela especial no piso superior da dependência e teve de substituir suas roupas e calçados. Vestiu um macacão de brim. Foi solicitado ao jornalista que nesse período firmasse uma declaração de próprio punho.

Por volta das 16 horas, estando prontos os depoimentos, ao ser buscado o jornalista para assiná-los, foi constatado que o mesmo se enforcara, como ficou plenamente comprovado posteriormente nos laudos de necropsia e complementares, tendo antes do ato extremo rasgado a declaração que redigira.

Entregue a família, ao contrário de versões propositalmente deturpadas, o corpo de Herzog foi lavado e preparado pelo rabino de sua congregação religiosa, que não constatou quaisquer sevícias ou sinais de violência em seu corpo. A ação delatória movida por sua família visou à indenização por ter sido cometido quando o dominado estava sob custódia ou em dependência de responsabilidade do II Exército.[646]

No dia seguinte à morte de Herzog, o Cardeal Arns pedia oficialmente o apoio dos bispos presentes à conferência regional dos Bispos em Itaici, São Paulo. A conferência divulgou uma declaração formal, analisando a repressão em São Paulo e denunciando a morte do jornalista.[647] Os bispos declaravam "sua total solidariedade com o sofrimento das vítimas", denunciavam a negativa de habeas corpus como grave violação dos direitos humanos e convocavam os cristãos a demonstrar sua solidariedade com as "vítimas" das famílias dos "perseguidos", reunindo-se em todas as catedrais e igrejas de São Paulo, para os serviços religiosos em memória dos desaparecidos, dos que ainda sofrem em prisões e dos que morreram vitimados pela "violência".

Apesar da "generalização brilhante", uma das técnicas mais usuais da guerra psicológica, o documento não foi refutado. A morte de Herzog constitui-se no evento mais importante da campanha em desenvolvimento.

Os casos de suicídio e tentativas foram elevados. Tendo sido grande parte abortada, graças às normas de segurança com que se buscava evitar a consumação do ato extremo contra a vida nas prisões. Se fôssemos relacionar todos os casos catalogados, além dos já apontados aleatoriamente neste trabalho, precisaríamos abrir um novo capítulo. Citaremos, porém, dois atos, ambos ocorridos após 1975 o que demonstra que as práticas continuaram em vigor.

José Leite de Assis Fonseca, em 1970, passou a integrar o "Corpo de Apoio Revolucionário à Luta do Povo Brasileiro", em Paris. Constituído por ex-militantes de várias organizações terroristas brasileiras, tinham por finalidade retirar do Brasil elementos das esquerdas que estivessem em circunstâncias difíceis e preparar quadras para posterior retorno ao país. O grupo era formado basicamente por ex-militantes da ALN e do PC do B e alguns da VAR-P.

Preso em julho de 1975, em Brasília, como militante do PCB, Leite, em determinado dia, bateu sua cabeça violentamente contra a parede da sela. Após atendido e indagado sobre o motivo desse ato de autoflagelação, disse que, quando estava em Paris, tomara conhecimento do caso de um "estudante" francês que, tendo sido preso durante as manifestações estudantis, em 1968, suicidara-se na prisão, transformando-se em "herói" do movimento. Segundo Leite, esse estudante para se matar, havia enfiado a cabeça na grade da sela e jogando o corpo para cima quebrara o pescoço.

---

645 Ver Álvares Maria Helzera Moreira – em "Estado a oposição no Brasil" (1966/1964), editora vozes, Petrópolis.

646 Ação Declaratória é aquela em que mediante simples declaração, sem força secundária, o juiz proclama a existência ou inexistência de uma revolução jurídica, ou a fatalidade em um documento.

647 Nessa época, o AI-5 estava em pleno vigor e não havia, ainda, sido restabelecida a necessária concessão do "habeas corpus" nos casos de crimes políticos.

Por isso, tinha passado por sua cabeça também cometer suicídio e transformar-se em herói. É de se imaginar o cuidado que foi necessário para evitar que Leite se transformasse, efetivamente, num "herói nacional".

O outro caso deu-se com uma militante do PC do B, presa em 1976, que, por motivo de segurança, identificaremos apenas pelo nome de "Maria".[648] Esta foi encontrada pelo carcereiro, encolhida a um canto de sua cela com o rosto todo arroxeado. Enquanto aguardava o médico, chamado com urgência, o carcereiro com auxilio de outros companheiros adentrou na cela e, na tentativa de reanimá-la, com massagens e respiração artificial, desabotoou a gola de seu macacão, descobrindo, então, o artifício utilizado na tentativa de suicídio. "Maria" retirara a borda costurada do lençol e enrolara-a apertadamente em torno do pescoço, em sucessivas voltas e estava prestes a morrer sufocada. A determinação suicida não fora assinalada, a princípio, por ter a prisioneira abotoado e levantado a gola de sua vestimenta. Livrada do laço e ainda com respiração entrecortada, "Maria" proferiu as suas primeiras palavras:

– Me deixa morrer, seu filho da p...!

Além de tudo, tinha-se, ainda, de "pajear" esses energúmenos fanáticos.

Entre nós, nesse período, a fronteira tornara-se mais incerta, na medida em que as próprias instituições seriam objeto de pretensos aperfeiçoamentos, e a esse pretexto muitas leis em vigor deixavam de ser observadas. As entidades da chamada oposição organizada estavam infiltradas e vivíamos sob uma campanha psicológica que ia obtendo êxito crescente, graças à adequabilidade das técnicas utilizadas, principalmente a exploração psicológica de fatos representados como verdades irrefutáveis e ao uso de personalidades, como parlamentares, jornalistas e, principalmente, crianças, para dar prestígio e autenticidade às mensagens veiculadas.

Recorremos, mais uma vez, a J. François Revel, com o objetivo de salientar que não estamos imaginando coisas e que o problema não é especificamente nosso, mas um subproduto da guerra psicológica, para a qual o Ocidente, como nos ensina Suzanne Labin, continua, nesse setor, "cego, surdo e mudo".[649]

Diz Revel: "Acaba-se por chegar a esta situação em que aqueles que querem destruir a democracia parecem lutar por reivindicações legítimas, enquanto os que querem defendê-la são apresentados como artífices de uma repressão reacionária. A identificação dos adversários internos e externos da democracia como forças progressistas legítimas, e, o que é pior, como forças de "paz", tende a desconsiderar e a paralisar a ação dos homens que tão somente querem preservar suas instituições.650

6. A Contraofensiva

A passagem do período de equilíbrio estratégico para a contraofensiva estratégica foi deflagrada pelas organizações subversivas em 1979. Como consequência da adoção, pelo Governo do General João Baptista Figueiredo, do processo de aprimoramento democrático, que ficou conhecido como "abertura política", através da qual se restabeleceram as franquias democráticas, o primeiro passo desse período foi a anistia política, resultado de intensas negociações com a oposição.[651] Houve, também, mudanças na Lei de Inelegibiliidade, possibilitando a candidatura dos anistiados. No bojo da abertura, foi feita, ainda, uma reforma eleitoral que extinguiu os partidos existentes e possibilitou a criação de um maior número de novos partidos políticos.

A Lei de Anistia permitiu o retorno ao Brasil de todos os terroristas, os subversivos e os banidos que estavam no exterior, constituindo-se em um reforço de peso para o período contraofensiva.

Utilizando-se das organizações de massa como instrumentos de ação, ocupando posições de liderança no seio dos mais liberados segmentos da sociedade, dirigindo e orientando simpatizantes ou inocentes colocados nos diferentes movimentos, essa lei conseguiu direcioná-los para a base do objetivo projeto de mobilização das massas populares para pressionar o Governo a fim de obter o atendimento de suas reivindicações.

As eleições realizadas em novembro de 1982, dando seguimento ao processo de abertura política, contribuíram consideravelmente para o desenvolvimento do período de abertura política, contribuíram consideravelmente para o desenvolvimento de um período de contraofensiva, não só pela livre pregação política – através das participações de

---

648 Maria e seu amásio revelaram dados que permitiriam a realização de uma importante operação, as identificações poderiam colocar em risco a integridade física de ambos. O suicídio deixaria a impressão de não ter partido dela as informações que trariam, logo a seguir, prejuízo para a sua organização subversiva. . Seu nome consta de originais.

649 Suzanne Labin é autora de "Em cima da hora" – obra já citada

650 Acrescentaríamos que são sobre paz os temas englobados nos direitos humanos.

651 A lei não concedia anistia aos que se haviam envolvido na luta armada e eram acusados de "crimes de sangue". Os integrantes das Forças Armadas expurgados por motivos políticos, não poderiam reassumir suas funções, mas passariam a receber vencimentos integrais. Estes aspectos da lei não agradaram as esquerdas, mas, principalmente não lhes agradou o perdão incondicional que a lei concedeu aos integrantes dos órgãos de segurança.

políticos contestadores, ex-asilados, ex-cassados, simpatizantes e mesmo militantes estruturados de organizações subversivas que se filiaram e concorreram nas legendas dos partidos legais de oposição –, mas, principalmente, por ter propiciado a eleição de parte desses elementos para diversos cargos políticos, em diferentes níveis da estrutura governamental.

A eleição de governadores apoiados, velada ou extensivamente, pelas esquerdas, em importantes estados da Federação, fez com que se abrigassem no seio de seus governos, quando não eles próprios, políticos cassados. Como foi o caso, por exemplo, do governador do Rio de Janeiro.

A partir dessa livre preparação doutrinária, as Organizações Sociais (OS) passaram a ousar mais e suas táticas, de uma maneira quase generalizada, passaram a objetivar “o desenvolvimento de mobilizações amplas, a partir de uma posição política vantajosa e, vice-versa, a criação de posições vantajosas para desencadear mobilizações amplas”.

Através das organizações sociais de massas, conseguiram desencadear essas mobilizações, valendo-se do que denominaram de “semilegalidade política” de massas populares. As vitórias parciais foram obtidas através do aliciamento dos trabalhadores, com a deflagração de greves de nítido cunho político e de contestação às decisões de Governo, particularmente, no campo econômico.

Mobilizações dessa natureza aconteceram por ocasião da greve política de julho de 83 e da fixação de política salarial no mês de outubro do mesmo ano. O Governo se viu forçado a modificar os parâmetros de sua política no prazo de 7 dias, vigorando a lei nº 2064 durante o espaço de tempo, talvez inédito, de uma semana. Naquela oportunidade, o Governo foi obrigado a decretar, pela primeira vez, as medidas de emergência, o que ocorreu durante a tramitação da lei 2065. Esse decreto foi posto por terra, na prática, com menos de seis meses de vigência, quando dos acordos salariais dos metalúrgicos. Para o PCB, mais importante do que os reajustes obtidos pelos operários foi a quebra do ordenamento jurídico, com a “derrubada” da política salarial do Governo, buscando a sua desmoralização.

A amplitude política do movimento de contestação – embora confiada a uma maioria representada pelos militantes das OS e pelas “direções políticas” por eles conquistadas nos movimentos populares – foi alcançada pela incorporação de extensos contingentes da população, premidos pela difícil conjuntura socioeconômica.

Três fatores concorreram, de forma decisiva, para o êxito desse trabalho de massa: a total liberdade conhecida; a crise econômico-financeira, oriunda da segunda crise internacional do petróleo, que o País enfrentava, a qual reduziu o bem-estar da população, quando a impopularidade do Governo e o desejo de mudança; e o trabalho, de longo prazo, realizado, paralelamente, pelo clero dito “progressista”.

Nada do que foi feito até então, dentro desta estratégica do PCB, compara-se ao trabalho desenvolvido pelas organizações subversivas, no bojo da campanha pelas eleições diretas, realizadas em 1988, seja em termos de divulgação, por todos os meios de comunicação social, de seus slogans e palavras de ordem, seja por sua pregação ideológica às grandes massas. Não se nega validade ao movimento. Apenas as instituições “aproveitaram-se da fronteira de incerteza para desenvolver o seu trabalho de massa, o seu proselitismo”.

Além de realizarem o “trabalho de massa”, mobilizando previamente militantes e simpatizantes para os comícios, contaram, para a continuidade desse trabalho, com o aproveitamento da campanha publicitária, transportes gratuitos, shows com iluminação e outras facilidades, postas à disposição dos participantes pela máquina administrativa dos Estados, das prefeituras e de outros organismos.

Jamais poderiam contar, em outras circunstâncias, com uma infraestrutura tão fabulosa que chegou até a caríssima sofisticação de proporcionar a transmissão direta de fleches pela TV, nos seus horários mais nobres, para fazer seus proselitismos.

As OS ganharam com isso importantes posições para a preparação da legalização dos partidos proscritos. Suas bandeiras e siglas foram difundidas em todo o território nacional no trabalho de arregimentação e mobilização de amplas massas populares. Incutiam confiança em sua força, avançando seu nível que diziam ser de “conscientização, organização e luta”, de onde, esperavam, surgiriam as forças políticas e materiais para alcançar a fase final da contraofensiva. O entusiasmo foi tanto que, em 19 de abril de 1984, a Convergência Socialista (CS), uma organização subversiva trotskista, assim se expressava no Item 1 de sua Resolução Política:

“O elemento fundamental a ser destacado na conjuntura é que a ditadura militar pode ser derrubada a curto prazo. A ditadura pode cair, pode ser vitoriosa a revolução democrática aqui e agora. Como se deu na Bolívia e na Argentina. Ou seja, existem condições objetivas para tanto:

- com a ascensão das massas nunca vista na história do País;
- com a divisão da burguesia;
- com uma crise econômica e política também sem precedentes.

“Dentro da etapa pré-revolucionária, estamos avançando para a etapa revolucionária e a derrubada da ditadura”.(os grifos são do autor)

Ficava suficientemente claro que as organizações subversivas não almejavam apenas o término do “regime autoritário”, a essa altura nem tanto autoritário – uma aspiração generalizada da nação. Buscavam, no bojo desse

movimento legítimo, incentivar uma crise político-institucional, para através dela derrubar a "ditadura militar" e tomar o poder de forma revolucionária. Esse seria um momento crítico da transição para a democracia se não fossem os adiantados entendimentos entre o Governo e as oposições, em particular do candidato à Presidência da República e a determinação do Presidente Figueiredo, poderia ter ocorrido mais um retrocesso político.

Durante o transcorrer do período de contraofensiva estratégica, não cessou a guerra psicológica, pelo contrário, com a volta dos elementos do exterior, ela foi incrementada, ganhando expressão.[652]

Para as esquerdas, nesse período, já não satisfazia a facilidade de atuar livremente, confundindo-se com a oposição igual e leal às instituições. Era preciso desacreditar a Revolução de 64, negar seus êxitos, proclamando a "farsa do milagre econômico". Era precisa que a consecução dos objetivos da "abertura" fosse a ela creditada, para que pudesse manter na massa a confiança em sua força, transmitindo ao mesmo tempo a imagem do governo acuado que nada concedia, mas que, pressionado, a tudo cedia.

Imanente em todo esse trabalho estava o objetivo de atingir seus algozes – agora as próprias Forças Armadas que não só recentemente, como em 1964 e 1935, haviam sido o obstáculo mais sério às suas tentativas de tomada do poder, com o fito de afastá-las ou neutralizá-las como empecilhos à sua caminhada.

Não refutadas com oportunidade, o êxito inicial dessas ideais deu margem a novas campanhas, com as quais as esquerdas foram atingindo seus objetivos; recrudescidas após a anistia, quando os ex-terroristas retornaram do exterior e incorporaram-se a esse trabalho, infiltrando-se em todos os segmentos sociais, atuando particularmente através das comissões de justiça e paz e das associações, comitês, sociedades, etc., de defesa dos direitos humanos que proliferam pelo País. Estas últimas passaram a atuar como verdadeiras organizações de "frente"; de difícil reputação pelo próprio assunto que mascara seus reais objetivos. São, porém, na sua maioria, organismos denominados pela esquerda. Essa afirmação é comprovada por ocasião do término do IV Encontro Nacional de Direitos Humanos, realizado em Olinda/PE, em janeiro de 1986, quando foi criado o Movimento Nacional de Defesa Dos Direitos Humanos, contendo deliberações finais do encontro. Nessas deliberações, propugnam pela criação de uma sociedade sem classes, isto é, uma sociedade comunista. Esse objetivo é repetido na Carta Aberta à população, difundida por ocasião da passagem do 389º aniversário da proclamação da Declaração Universal dos Direitos Humanos, em dezembro de 1986, assinada não só pelo Movimento Nacional de Defesa dos Direitos Humanos, mas também pela Comissão Arquidiocesana de Justiça e Paz e pela Comissão Pastoral da Terra – Centro Sul, entre outros. Esse documento, além de vincular várias bandeiras do PCB, assim se expressa em um de seus trechos:

> "... Estimular a participação do povo nas organizações populares e sindicais para conquistar e fazer valer os seus direitos, lutando intransigentemente pela conquista de uma sociedade livre, justa, igualitária, enfim, uma sociedade sem classes".
> (grifo do autor)

Com tal posição ideológica e utópica como realização, mas perturbadora da vida nacional por suas atividades político-ideológicas, "compreende-se por que as organizações de Defesa dos Direitos Humanos, como as organizações subversivas, procuram denegrir a imagem das Forças Armadas". Seus objetivos são comuns.

A postura imobilista em relação a essas atividades, a progressividade das campanhas, o seu entrosamento "no tempo e no espaço político nacional" e a conjugação de esforços das organizações subversivas de fachadas e infiltradas permitiram que essas inverdades, repetidas em várias formas, oportunidades e diferentes meios de comunicação social, fossem ganhando foros de verdade, inclusive para boa parte dos componentes das próprias Forças Armadas, seus familiares e, em especial, os elementos mais jovens que não viveram aquela situação, e que passaram a sofrer os efeitos dessa versão ideológica dos fatos.

---

[652] No final da década de 70, foi criada no Brasil, uma entidade, com uma sofisticada estrutura, dotada de modernos computadores, que daria emprego a dezenas de ex-terroristas e subversivos em nosso território após a anistia, apoiada em milhões de dólares, subvencionada pela ala progressista do clero. Difundiria as "torturas" delatadas sempre por ex-terroristas, falaria de mortos e desaparecidos e da: "origem do regime militar"; o "estado autoritário e seu aparelho repressivo" e divulgaria, de modo muito especial, a história das organizações subversivas brasileiras duramente perseguidas pelo regime militar, com grande repercussão.

Capítulo II

Projeto do Clero dito progressista

1. A infiltração marxista

Existem inúmeros trabalhos que se ocupam do processo de "marxistização" da Teologia. Um dos mais interessantes, mas nem por isso completo, é o do sacerdote polonês Miguel Poradowsik.[653] Ele apresenta o que denomina etapas da marxistização, iniciando pela corrente "saduceia" que é constituída pelos cristãos que creem em Deus, amam-no e o servem, mas não creem na vida após a morte. Há muito da influência saduceia na "teologia da morte de Deus". Seus seguidores estão muito próximos dos marxistas, com eles se entendem facilmente e com eles colaboram. Introduzida essa corrente na Igreja, tanto na Teologia como na Pastoral e na Liturgia, constitui uma excelente preparação para as etapas posteriores. Procura-se com ela acostumar os cristãos a concentrarem toda a sua vida, exclusivamente, sobre o espaço temporal, aproximando-os dos marxistas.[654]

A etapa seguinte da evolução está ligada à imagem do "Reino de Deus na terra". Partindo dessa imagem, o teólogo protestante Karl Barth constituiu uma ponte mais sólida entre os cristãos e os marxistas, desenvolvendo a tese de que ambos têm a mesma finalidade: "a construção de uma nova sociedade do futuro". Os cristãos concebem essa sociedade como o "socialismo" ou o "Reino de Deus na terra", os marxistas com o socialismo ou o comunismo. A posição de Barth é em muitos pontos idêntica à de Marx, como por exemplo, a referente ao "desaparecimento" da instituição com o Estado precedendo a sociedade ideal do futuro, que é característica fundamental da sociedade comunista.

O Problema do "Reino de Deus na terra" foi objeto de vários enfoques. Um deles que lhe deu novo e forte impulso ocorre imediatamente após o Concílio Vaticano II com "A teologia da esperança", obra de Juergen Noltmare, outro teólogo protestante. A esperança de um porvir melhor, dirigido a um fim concreto e temporal, é o terreno, um catalisador das energias humanas vinculadas e não à religião. Este é no fundo o mesmo problema de que se ocupara Barth sob um ponto de vista mais atraente, considerando a esperança como o motor da vida, como elemento dinâmico. A esperança como confiança, quase certeza, de que o homem pode, aqui, na terra, construir uma sociedade ideal do futuro, que será uma realização tanto do conceito cristão do "Reino de Deus na terra", quanto do conceito marxista de uma sociedade comunista. Como quase ninguém pergunta, e a grande maioria desconhece, se o "Reino de Deus na terra" está mais próximo no Quênia, na Tanzânia socialista, na Costa do Marfim, na pobreza socialista da vizinha Guiné, na Tailândia, em Cingapura ou na Coreia do Sul, no Camboja, na Coreia do Norte ou na Nicarágua, para não falar no Japão e noutros países desenvolvidos, fica eminente que esse "Reino" só poderá ser construído pelo socialismo.

Fica claro que a "marxistização" da corrente teológica católica se deu através da "protestantização", o que vale dizer que a protestante está igualmente "marxistizada".

Outra "teologia" que aproxima os cristãos do marxismo é a do "cristianismo horizontal". Antropocêntrica, essa teologia elimina a cruz como símbolo. Para a teologia católica a cruz é seu símbolo: seu tronco, isto é, a direção vertical simboliza o amor do homem a Deus e de Deus ao homem, enquanto seus braços, isto é, a direção horizontal, indicam as consequências desse amor: sua projeção até o próximo. Para essa nova "teologia", o braço vertical não existe, pois está concentrado totalmente sobre o homem, sobre o horizontal. O essencial no cristianismo é o amor a Deus, mas sua consequência se expressa no amor no próximo – amar a Deus no próximo. Para o "cristianismo horizontal", na prática, Deus não existe e Jesus é apresentado como um homem que sacrificou a vida pelos demais, por motivos puramente humanos, como expressão da solidariedade humana. Daí, o compararem a Che Guevara e outros. "Muitas congregações religiosas que assimilaram esse pensamento, concentraram-se no trabalho exclusivamente laico e temporal por sacrificado que seja. Transformando-se em associações laicas de beneficência, muito frequentemente estão comprometidas em atividades subversivas, colaborando ativamente com os movimentos marxistas revolucionários".[655]

---

[653] Os trabalhos de Poradowsik foram publicados no Brasil no nº19 da revista "Nova Presente". Nessa mesma revista são também encontradas duas entrevistas, nos seus números 17 e 18, respectivamente, do Cardeal D. Ângelo Rossi (Evangelização e Secularismo) e do Cardeal D. Joseph Noltmar (O evangelho paraíso terrestre) que focalizam outros aspectos desse mesmo tema.

[654] No item 15, do Cap. 39, parte deste trabalho, sob o título "influências na igreja", já abordamos alguns aspectos dessa mesma questão.

[655] Poradowsik – ob. citada nº 14.

Suas homilias, e isso é comum entre nós, versam quase exclusivamente sobre temas socioeconômicos. As funções litúrgicas são por eles transformadas em cerimoniais laicas, com sentido meramente sociológico. O "cristianismo horizontal", diz Poradowski, "manifesta-se nas orações e cânticos litúrgicos compostos para a circunstância. As igrejas são transformadas em casas do povo". Até a Santa Missa fica reduzida a uma assembleia do povo, frequentemente, com a participação ativa até de pessoas ateias.

Poradowski mostra ainda as influências de outros pensamentos como os da "Fé sem religião", do "cristianismo sem mitologia", do "cristianismo ateu", etc., que foram empurrando os cristãos para o marxismo. Não é, porém, nosso propósito nos aprofundarmos nesses problemas. Nosso objetivo era demonstrar a existência, se pode dizer, de cristãos-marxistas, por respeito à Igreja. Somos cristãos, como os padres e pastores, procurando separar o joio do trigo.

2. As linhas de clero.

Como decorrência dessas influências continuadas do marxismo e sua atuação no seio da Igreja, que vai da exploração de ambições pessoais até a infiltração em seminários e universidades religiosas, no final da década de sessenta os estudiosos do assunto consideravam que o clero comportava três linhas bem definidas quanto às ideias que esposa e às atividades que desenvolve: conservadores tradicionalistas, reformistas e progressistas.

Quanto ao pensamento e ação dos tradicionalistas parece desnecessário qualquer esclarecimento, pois a designação fala por si.

Os Reformistas têm como principal característica a adaptação da Igreja às condições modernas sob a orientação das encíclicas e em obediência à autoridade eclesiástica. Agem na linha das tradicionais missões da Igreja, visando à construção de uma civilização cristã orgânica, alicerçada num sistema religioso autônomo e nos recursos próprios. Julgam que a Igreja deve considerar a cidade – teatro no qual o Reino de Deus se realiza – os problemas e as inquietações que ela suscita para os cristãos. Mas consideram que a Igreja pode e deve ter uma orientação apenas ética com relação aos assuntos políticos e não uma orientação partidária. Eticamente, a Igreja deve apontar as injustiças e as iniquidades, não justificando a inércia da sociedade diante de situações de miséria que são incompatíveis com a dignidade humana.

Consideram impossível conciliar marxismo e cristianismo.

Outra característica marcante deste grupo é acreditar que os instrumentos para conscientizar as massas são a fé e a esperança e jamais o ódio e o desespero.

Consideram os problemas sociais de máxima importância e procuram a cooperação laica para solucioná-los. Dentro da opção pelos pobres feita pela igreja, não exclusiva e nem exclusivamente, procuram posição de conciliação entre as classes, que leve a sociedade ao progresso, como é tradição de sua doutrina socia1, com fundamentos nas encíclicas "Reruz Novaram" e "Quadragésimo Ano".

Os progressistas dessa época, quando a "teologia de libertação" ainda estava em gestação, já eram considerados, de forma genérica, como "integrados de várias maneiras ao socialismo". Embora sem definir que tipo de socialismo era, dizia-se que essa integração era radical. Tanto assim é que Pierre Valadin, ao apresentar as tipologias sociais do episcopado brasileiro, caracterizou-o como extremista.

Consideram a justiça social impossível na conjuntura moderna, assentada, segundo afirmam, na iniquidade de um sistema econômico falso e de uma estrutura social anticristã. Aconselham mesmo, em trecho da "Mensagem de 17 bispos do terceiro mundo", dos quais 7 signatários são brasileiros, a subversão e a luta de classes.

Ao referir-se a esse grupo, Valadin diz: "sua trajetória, em que pese buscar polos diferentes dos comunistas, tem pontos que se entrelaçam, sendo, pois, aliados que percorrem caminhos comuns, cada vez mais difíceis de serem distinguidos". São atraídos para os poderes temporais que almejam obter. Intrometem-se na vida econômica e política das nações, inclusive com participação político-partidária. Acusam as autoridades democráticas de incapazes e procuram desprestigiá-las.

Antônio Batista Fragoso, bispo diocesano de Crateús, um dos signatários do manifesto antes referido, afirmava, na época, que "Cuba deve ser o exemplo para a América Latina", e convidou Crateús a "transformar sua Diocese numa pequenina ilha de Cuba".

Essa tipologia é aceita, pelo menos, pelos progressistas. O ex-padre Hugo Assmann, "um dos mais radicais protagonistas da teologia da libertação", ao referir-se às divergências no seio da Igreja, afirma que "o verdadeiro abismo, a verdadeira discrepância de fundo, não é o existente entre cristãos tradicionalistas de um lado e cristãos reformistas pós-conciliares de outro, mas o que existe entre estes e os cristãos revolucionariamente comprometidos".

3. A teologia da libertação

Essa teologia surgiu em meados dos anos sessenta, prosperou e se fez sentir nos documentos da Conferência Episcopal Latino-Americana (CELAM), realizada em Medellín/Colômbia, em 1968, que traduziu seu radicalismo intelectual.

Proclama e insiste no seu caráter especificamente latino-americano, embora sustente-se claramente em teólogos europeus, protestantes e católicos. Seu postulado fundamental é que constituímos (América Latina) "um mundo dominado, oprimido e explorado pelo capitalismo ocidental. Baseia-se na famigerada doutrina da dependência. Segundo esse corolário marxista, a riqueza de uns é baseada, sustentada e explorada pela pobreza dos outros". Parte suas análises da disjuntiva – países subdesenvolvidos e países imperialistas. Transporta essa disjuntiva do plano internacional para a relação entre as classes de uma mesma nação, onde identifica os "exploradores" como a personificação do capitalismo, sinônimo de "riqueza à custa da miséria".

Sintetiza, como se pode perceber, toda a influência marxista sofrida pela teologia. Seu discurso, antropocêntrico, deixou de ser teológico, é sociológico e político-ideológico. Sua semântica é marxista e sua principal característica talvez seja "seu conteúdo utópico, algumas vezes admitido francamente".[656]

O padre peruano Gustavo Gutierrez, o mais importante teólogo da libertação, confessa-se marxista, acredita que o "Reino" realiza-se aqui na terra, numa sociedade "justa", o que quer dizer, "numa sociedade socialista, sem classes e sem propriedade.[657]

O brasileiro Hugo Assmann, ex-padre, é o mais conhecido e radical teólogo da libertação. Assmann ataca o "reformismo" e a "terceira via", alegando que ela desvia a atenção do que é essencial, a Revolução. Considera os reformistas da Igreja "ingênuos ou reacionários". Ao criticar o padre Vekemans, que defendeu a ideia de que o subdesenvolvimento pode ser superado por medidas reformistas, diz "o que se deve fazer é a ciência nova, subversiva, rebelde, guerrilheira e politizada" e não procurar "saídas "terceiristas", tais como capitalismo de Estado, multiplicação dos polos, de dependência, etc.".

"O marxismo desses senhores", diz o embaixador Meira Penna, "não é apenas num sentido platonicamente ecológico, porém, num sentido muito definido da 'práxis' de violência, de luta de classes, da revolução social totalitária e da subversão e do que denominam eles, de um modo geral, as estruturas".[658]

"Os teólogos da libertação, pelo menos alguns deles, como Gutierrez e Assmann, sustentaram as necessidades do empenho econômico para transformá-lo. Não se trata, assim, de um programa reformista – que eles violentamente condenam, mas de uma 'práxis' que se propõe deliberadamente, se necessário, por métodos que violem a legalidade".[659]

"O tipo de socialismo que, do princípio ao fim, pregam em suas obras não é a chamada social-democracia que vigora em muitos países da Europa Oriental. A condenação irrestrita da propriedade privada, manifestada em seus livros, não deixa dúvidas quanto a isso, tão pouco a constante citação de Marx e seus discípulos."[660]

Para Assmann, isso é importante. "Não se trata somente de ser marxista, mas de ser marxista em nome da fé". Isto é valer-se de seu valor simbólico em nível público e social, o peso sociológico e místico do sacerdote ainda é determinante – e de todo o instrumental da Igreja.

4. O projeto "progressista"

A Igreja Católica possui uma proposta de organização social que a induz a participar nos conflitos sociais e procurar influir na organização político-social dos países onde atua. Em decorrência de divergências internas, consubstanciadas de forma simplista nas linhas do clero, esse projeto não se apresenta como um discurso único.

De um lado, estão os que, dentro da opção preferencial pelos pobres feita pela Igreja, procuram uma posição de conciliação entre as classes que levam a sociedade ao progresso como é da tradição de sua doutrina social, com fundamento nas Encíclicas Rerum Novarum (RN) e Quadragésimo Ano (QA).

De outro lado, estão os "progressistas" intimamente ligados à Teologia da Libertação, que creem na contradição antagônica entre as classes populares e os setores burgueses da sociedade e têm um projeto político próprio.

Não é nosso propósito, nem teria sentido nosso trabalho aprofundar esse problema. Vamos, no entanto, delinear esse projeto, diríamos político-ideológico, com o qual o clero progressista procura afetar decisivamente a ordem política,

---

[656] Respondendo, em 29 de junho de 1980, à pergunta de uma estudante "sobre qual a libertação que defende a igreja brasileira", D. Paulo Evaristo Arns preconizou "uma utopia prática". Citação retirada de Penna J. O de Meira – "O evangelho segundo Marx" – Editora Convívio – S. Paulo, 1982, pág. 51.

[657] Penna J.O de Meira – Obs. citada pag. 37.

[658] Penna J.O de Meira – Obs. citada pag. 16.

[659] Penna J.O de Meira – Obs. citada pag. 32.

[660] Penna J.O de Meira – Obs. citada pag. 17.

econômica e social brasileira, apenas no sentido de podermos compreender sua "práxis", sua vinculação ou cooperação, com as organizações comunistas atuantes no país.[661]

O projeto na década de 50

O projeto "progressista" fora tentado nos anos 50 através da apropriação da Ação Católica, quando esta recebeu a influência do modelo franco-belga: o das ideias do personalismo de Mounier, estas, contrárias a uma sociedade fundada na ordem capitalista. A essa época, os "progressistas" controlavam setores importantes de ação, como, por exemplo, o Movimento Educacional de Base (MEB), que se tornara o centro de preparação dos líderes a serem canalizados para as organizações paralelas. Vimos nesse trabalho que os desvios doutrinários que norteavam a Ação Católica, levaram-na, após afastada da hierarquia, a se transformar, primeiro, na Ação Popular (AP), uma das primeiras organizações a optar pela luta armada, evoluindo depois para a Ação Popular Marxista-Leninista (APML). O MEB, após a Revolução de 64, com o controle exercido pela hierarquia sobre as instituições, esvaziando-as ideologicamente, seria negligenciado por essas correntes.

A evolução do projeto nos anos 60

Uma nova tentativa seria feita, ainda na década de 60.[662]Valendo-se dos debates estabelecidos na década de 50, em torno das perspectivas de desenvolvimento nacional, os "progressistas" fixaram o eixo de suas preocupações na disjuntiva "países subdesenvolvidos" e "países imperialistas.[663] "

Colocando tal dicotomia", diz Virgínia Duarte, "como uma contradição inerente a estrutura capitalista, afirma: superar o desenvolvimento não pode constituir um ideal histórico cristão, opção isolada da que nos leva a liquidar o capitalismo, pois isso ocorrendo seria dependermos de um sistema na qualidade do mais fraco para nele novamente ingressarmos já em situação de superioridade". Para eles, a solução seria um modelo autônomo de desenvolvimento. Mas, como "não é só na ordem internacional que o capitalismo implica o sinônimo 'riqueza à custa da miséria', isto ocorre no seio das nações com sua estrutura de classe, na qual se pode identificar os exploradores correlacionando a 'nação dependente' com o processo histórico da ascensão dos 'subalternos'".

Aos "oprimidos", enquanto "classe", passava a caber a mudança histórica que, no esquema de Mounier, era tarefa de todos os homens, passando-se na consciência do indivíduo pensante. Se a nação, para alcançar sua dignidade, deveria evitar a órbita de influência imperialista, caberia aos "subalternos" recusar as relações com os "opressores". Para isso, era preciso criar uma nova ordem distinta das formas de organização do capitalista. Em consequência, a trajetória popular não só se realizava em paralelo àquele sistema, como deveria pregá-lo na prática, se necessário, pela força. A teoria marxista estava aqui posta, em verdadeira grandeza, com uma nova roupagem.

O projeto "progressista" nos anos 70

Na reunião da CELAM, em Medellín, com a preocupação do episcopado de salvaguardar a unidade da Igreja, os progressistas legitimam-se como parte integrante do quadro eclesiástico, assegurando, assim, a utilização dos recursos institucionais da Igreja.

Na década de 70, eles vão fundamentar seu projeto na Teologia da Libertação, um discurso político próprio – que se expressaria através das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), das pastorais populares – e na educação popular.

Para a "educação popular", no lugar da Ação Católica e do MED serão criadas entidades, algumas sem vínculos formais com a Igreja, mas quase todas recebendo subvenções de instituições católicas do exterior, para desenvolver projetos de "educação popular" e desenvolver ou supervisionar trabalhos de base (organismos do movimento popular). Seu objetivo será educar para a transformação social. Todas essas entidades terão afinidade ideológica com o MED e as propostas dos teólogos da libertação. Sustentarão a teologia da libertação, a temática progressista, e, através de

---

[661] Para o desenvolvimento desse item, valemo-nos, particularmente, da tese de mestrado da Socióloga Virginia Costa Duarte, intitulada "Radicais Cristãos: Atuação Política e Presença Ideológica". No entanto, as ideias aqui vinculadas, não expressam absolutamente o pensamento dessa estudiosa do assunto, cujo aludido trabalho não é susceptível de redação à uma visão simplista, aqui imposta pela síntese.

[662] Com base nas ideias desenvolvidas pelos padres H.Vaz e Gardonnel.

[663] Parece-nos interessante levar ao leitor observações do embaixador Meira Pena, transcritas de seu livro já citado, que vem a propósito desse corolário marxista: "Se levarmos a sério essa teoria, seríamos forçados a concluir que se a Suíça, a Suécia ou a Noruega, por exemplo, países que possuem as mais altas rendas per capita do planeta, são ricos, é porque oprimiram e levaram e condenaram à pobreza as nações latino-americanas. A Suíça e os países escandinavos nunca possuíram colônias. Construíram sua riqueza numa técnica avançada, pelo seu próprio esforço. Sua admirável operosidade, sua dedicação às virtudes "econômicas" de poupança e trabalho. Não há base em qualquer teoria econômica objetiva e racional para a tese de que a riqueza desses países se explique pela pobreza dos demais. A Bélgica e a Holanda registraram um milagre de seu enriquecimento no período de pós-guerra, primeiramente depois de haverem perdido suas colônias - o Congo e a Indonésia. Portugal é o país mais pobre da Europa, muito embora seja aquele que, por mais tempo, manteve as mais relativamente extensas colônias do planeta. E os mais pobres da África são justamente os que nunca foram colonizados, a Libéria e a Etiópia".

publicações e práticas, ganharão o espaço nas Universidades e influenciarão os movimentos populares (ver Cap. X e XI da 3ª Parte, as entidades criadas por militantes do Movimento Popular de Libertação-MPL). Desta forma, as ideias dos anos 60 têm continuidade nos anos 70, a despeito do desaparecimento da Ação Popular e do MED.

Para os teólogos da libertação, a religião tem papel importante no processo de conscientização popular, pelo universo simbólico que carrega.

O projeto terá, então, dois movimentos para a conquista do método. O primeiro movimento se dará nas CEBs que são o lugar da "educação de fé". Por compreender uma discussão política, leva o cristão à praça publica, à luta política. Supostamente a discussão, aí, deve ser capaz de conceber uma nova forma de organismo social. Esse movimento é de conscientização e de mobilização popular. O segundo movimento é o das organizações populares. Nesse segundo movimento, é conscientização a mobilização popular. O segundo movimento é o das organizações sócio-políticas, dos partidos políticos, sindicatos e organizações populares. Nesse segundo movimento, as CEBs lançam seus componentes.

O projeto da Igreja Católica

Em Medellín, amparado pelo "Gaudino et Spes"[664], o episcopado opta por converter os homens através de uma linguagem de amor, pretendendo iniciar a transformação da ordem vigente, constituindo-se em grupo, em comunidade solidária. As CEBs se constituiriam num movimento de educação de fé. A fé engendraria a salvação pela possibilidade de realizar a colaboração de classes e, a partir daí, reorganizar o todo social segundo ditames cristãos. Essa construção "comunitária", realizada com ou sem o aval do poder publico, encontra no organismo eclesiástico seu organizador e supervisor, porque é aí, e em seu nome, que se condensam as diversas comunidades e as distintas classes mundiais, num só Povo de Deus. O que une os distintos grupos é o amor o a obediência ao todo-poderoso e a "igreja". Tal devoção, capaz de cimentar as bases pelo acordo entre as classes sociais, preveria, em futuro próximo, a realização de uma ordem social mais justa, a partir da fundação do Estado, segundo os princípios cristãos expostos na "Rerum Novarum" e na "Quadragésimo Anno".

Os desvios ideológicos

Os teólogos da libertação alegam que as CEBs são entendidas como momento da conscientização e mobilização popular, mas não como veiculadoras de um conteúdo programático que promove um tipo específico de ação como certa forma de se fazer política. Isto não corresponde à verdade se entendido o significado que a fé e a salvação adquirem no universo da Teologia da Libertação.

Na Teologia da libertação, a fé orienta-se apenas por um dos momentos da vivência em comunidade, aquele referente à solidariedade entre os "oprimidos". Dentro dessa perspectiva capenga, os membros das comunidades de base passam a ser os salvadores de toda ordem social e, através dela, salvação para cada homem.

Essa concepção afeta todo o projeto da Igreja Católica. A "revolução pessoal" de Mounier não é mais exigência a ser alcançada por todos os homens, mas uma necessidade que recai exclusivamente sobre os "subalternos"; dessa forma, não é o ser divino, enquanto entidade acima de todos os homens e personificada no estado de hegemonia, que estará encarregado de conduzir as classes à mudança pessoal, mas sim os subalternos que forçarão os demais a se renderem à sua hegemonia. É a ditadura do proletariado, ou como preferem os "progressistas", a ditadura dos subalternos.

Virginia Duarte diz a respeito: "Alguns críticos desse plano de ação enfatizavam com frequência que dificilmente o processo seria realizado sem descambar em ditadura, única capaz de impor a vontade da maioria popular sobre a minoria de ex-opressores".

O trabalho de um desses militantes, citado por Virginia Duarte, contido na "Teologia da Pastoral Operária", de Domingues Barbé, mostra, sem subterfúgios e metáforas, a verdade nua e crua.

> "A Classe trabalhadeira é a força motriz do capitalismo industrial e também é a principal força capaz de paralisar a estrutura capitalista, pois, como já dissemos, ela tem os meios de produção nas mãos para fazê-los funcionar. Também é ela que pode acabar com a existência de classes sociais diferentes e reconstruir uma sociedade comunitária,'a classe revolucionária', que é necessariamente a classe a operar de mãos dadas com os lavradores".

> "Haverá duas fases nesse processo. Uma fase de mudança do poder e a classe trabalhadora precisa organizar-se pela base enquanto classe, e, com isso, fortalecer-se politicamente, para substituir a burguesia na função da direção da mesma sociedade que estará aparecendo. Nessa fase, deve-se tomar cuidado para que, ao se organizar, não se crie novamente uma estrutura de opressão. Não basta tomar o poder, é preciso, sobretudo, substituí-lo. Entretanto, as resistências à nova organização da sociedade que quer aparecer são inúmeras. Muitos querem ameaçar, por dentro e por fora, essa nova ordem que quer crescer. Por isso existirá uma fase

[664] A encíclica "Quadragésima Anno", ao abrir um tópico operário para as relações, lançou as bases do projeto de organização social da Igreja. Ser cristão nessa nova perspectiva passou a ser recusar compactuar-se com a ordem social vigente e mobilizar-se para reformá-la. A fé possui uma dimensão social. Ter fé será viver em comunidade e atuar por meio dela. Essa concepção de fé modifica a concepção de salvação, que não se refere mais apenas às condutas individuais e religiosas, mas também à participação ativa do leigo ao mundo temporal. Essa concepção de fé devolve à religião católica o caráter profético dos primeiros tempos, instaurando as possibilidades para que a Igreja Católica se coloque frontalmente contra o Poder Público secular.

em que o governo dos trabalhadores concentrará em suas mãos o poder.Esse poder deve fazer tudo para não utilizar as armas do antigo opressor para não se contaminar. Seria tornar vão um combate terrível e frustrar uma grande empresa. A meta pela qual se deve lutar é justamente o desaparecimento progressivo do Estado. Isto será o objetivo da segunda fase da luta do proletariado".

Diz Virginia Duarte: "Por outro lado, na versão radical", a Igreja Católica, enquanto expressão da vontade divina, assumiria uma postura de aliada dos subalternos, expressão parcial, portanto, do todo que ela agora reivindica como o povo de Deus."[665]

"Brigando as CEBs e pastorais populares como portadoras da luz, os teólogos da libertação optam por um procedimento que faz tramitar o divino entre as comunidades a Deus, estabelecendo aí, a peça-chave de sua investida sobre as organizações sócio-políticas, por um lado, e sobre a Igreja Católica, por outro".

5. A "práxis progressista"

Introdução

Os progressistas, impulsionados pela teologia da libertação, creem na contradição antagônica entre as classes populares e os setores burgueses da sociedade e têm uma visão da sociedade futura contrária à ordem capitalista. Deixando de lado a ideia da revolução, que no "existencialismo" cristão travava-se na consciência do indivíduo pensante, levam-na para a prática, crendo que devam estar na vanguarda da batalha para a extinção do sistema vigente, o que pode ocorrer "na marra". Para isso, como os personalistas, abre alianças com forças "não cristãs" (por exemplo, os comunistas).

Esta colocação é suficiente para que se possa afirmar que, numa primeira fase, seu objetivo é comum aos das organizações comunistas atuantes no País – a derrocada do sistema capitalista, incapaz, no seu entendimento, de promover a justiça, eliminar as iniquidades e prover a igualdade.

Na prática, o projeto "progressista" era articular os movimentos populares com o movimento operário-sindical (que na verdade é incluído por ele numa mesma chave, a dos "subalternos"), numa única estrutura da massa paralela com a qual pretende conquistar o Estado.

É preciso que fique claro nesse trabalho que não se discorda aqui da ideia da Igreja de que a educação popular é necessária "para transformar os componentes das classes menos favorecidas em agentes da conquista de seus legítimos direitos e prepará-los para observar as normas de conduta impostas pela moral cristã". Nem se discute a validade de organizá-los para que possam pressionar o Estado "a reconhecer os direitos básicos dos "subalternos", e a autonomia de suas organizações e, finalmente, adequar-se às atribuições que a "Rerun Novarum" e a "Quadragésimo Anno" lhes reservam".

O que se aponta são os desvios que a ideologia marxista provoca nesses propósitos cristãos, com o apoio do clero progressista, visando à consecução de seu objetivo de tomada do poder.

6. ANAMPOS

Dentro de suas concepções de que o movimento sindical é também integrante do movimento popular, os progressistas buscaram articulá-lo. A articulação passou a ser uma palavra chave capaz de conduzir a um único movimento de massa paralelo e "atrelado" ao trabalho.

Assim, passou a ser trabalhada a ideia de criar-se a Articulação Nacional de Movimentos Populares e Sindicais (**ANAMPOS**). Constituir-se-ia numa articulação ou corrente de sindicalistas e lideranças do movimento popular, comprometidos com as lutas da classe trabalhadora por melhores condições de vida.

Seus objetivos básicos e fundamentais eram unir as forças do "Movimento Sindical" e dos "Movimentos Populares" da cidade e do campo, pois entende que as lutas específicas de cada movimento se somam, se entrelaçam, e têm a mesma finalidade: *"a libertação dos oprimidos e a construção de uma nova sociedade".*

No Setor Sindical, reuniria os sindicalistas que desejassem construir um movimento sindical pela base, autônomo e que expressa os reais interesses da classe trabalhadora no setor de movimentos populares, reuniria todos aqueles movimentos, entidades e associações que lutam por melhores condições de vida dos trabalhadores das periferias, das cidades e do campo".

Segundo a Comissão Pastoral da Terra (CPT), que apoiou a estruturação da **ANAMPOS,** ela é *"o esforço, a luta, a presença de muitos trabalhadores, tanto do campo como da cidade, dentro dos sindicatos, federações e confederações, fazendo com que, apesar de atrelados ao Estado, comecem a conquistar espaços de autonomia e garantam boa parcela de liberdade para encaminhar, coordenar e garantir a campanha de libertação da classe trabalhadora".*

---

[665] A autora chama de "radical" a ala que se assemelha ao que designamos de "progressista" e chama de "progressista" a ala que se assemelha ao que designamos "reformadores" ou "pós-conciliadores".

7. Oposições sindicais

Simultaneamente com o trabalho de criação de organizações de movimento popular, assistir-se-ia ao surgimento, no movimento operário, das chamadas "oposições sindicais". Esse momento coincide com aquele em que o PCR, por ter sido derrotado em 1964, deixara de atuar com intensidade nesse setor. É o movimento que havia rompido com o "reformismo" do PCB, buscando ganhar a classe operária para suas organizações.

Em agosto de 1979, Manoel da Conceição Santos, ex-militante da APML, em entrevista à revista "Cadernos do Terceiro Mundo", assim se referiu ao problema: "A Oposição Sindical surgiu, no Brasil, antes de 1968, como ala do trabalho dos militantes operários que provinha de diferentes experiências políticas dentro da esquerda ou do trabalho feito pela Igreja Brasileira nas comunidades de base, pastorais operárias, principalmente em São Paulo". Na verdade, a Oposição Sindical vivia em uma espécie de semiclandestinidade até 1968.

José Ibrahim conta no livro "A esquerda armada no Brasil", já citado neste trabalho, como o PCB, após a Revolução de 1964, "abandonou o sindicato" e como se deu o trabalho de organização da oposição sindical na COBRASMA, indústria metalúrgica sediada em Osasco/SP, inicialmente em 1965, como um comitê sindical de fábrica clandestina. Esse comitê, paralelo do sindicato "pelego", estabelecia a "dualidade do poder sindical em Osasco". Diz ele, em certo trecho de sua narrativa: "A existência de oposições sindicais de esquerda estendia-se a todo o Brasil. O rompimento com o reformismo teve repercussões profundas dentro do movimento operário brasileiro e foi a chave determinante da formação de uma vanguarda operária revolucionária que procurava novas formas e perspectivas de luta. Nessa época, José Ibrahim já militava na Vanguarda Popular Revolucionária e integrava uma célula operária clandestina. O trabalho da oposição sindical culminou com a comemoração de 1º maio, em São Paulo, em 1968, quando as oposições sindicais "conseguiram a tribuna revolucionariamente", episódio a que nos referimos suscintamente no CAP V item 6, quando o Governador do Estado e demais autoridades tiveram que se refugiar na Catedral da Sé.

A oposiçãos sindical concretiza-se com as realizações do Congresso da Oposição Sindical dos Metalúrgicos de São Paulo, em março de 1979, e do "Encontro das Oposições Sindicais Brasileiras", em Bruxelas, em março/abril de 1979.

Para a coordenação de suas atividades, a Oposição Sindical criou os "Encontros" organizados em níveis municipal, estadual e nacional. Nascia o "Encontro de Trabalhadores em Oposição à Estrutura Sindical (ENTOES), organizando todas as forças não comprometidas com o Governo e com os patrões", possibilitando à oposição sindical uma melhor estrutura para contrapor-se à unidade sindical, dominada pelo PCB. O 1º ENTOES, em nível nacional, foi realizado no Centro de Formação de Líderes da Diocese de Nova Iguaçu/RJ, em setembro de 1980. Em razão das divergências havidas entre diferentes "correntes" que nele se fizeram representar, não alcançou os objetivos visados, e os ENTOES não se realizaram mais em nível nacional.

Ainda em 1980, os líderes da Oposição Sindical, apoiados pelo clero "progressista" e militantes do PT, iniciam campanha que resultaria na estruturação da ANAMPOS**.** Em fevereiro de 1980, realizou-se o Encontro de João Monlevade, onde participaram "dirigentes sindicais de várias tendências e pessoas vinculadas à luta da classe trabalhadora, através de movimentos como a Pastoral Operária e de atividades comunitárias de base, quer do campo como da cidade".

A ANANPOS teria como finalidade coordenar medidas práticas de ação da massa trabalhadora, da cidade e do campo, com as mais variadas formas de mobilização e organização das classes populares, "para a libertação dos oprimidos e a construção de uma nova sociedade".

8. O partido político

No segundo encontro da ANAMPOS, realizado em julho de 1980, em Taboão da Serra/SP, transferido de São Bernardo, em razão da greve que se desenvolvia no chamado ABC paulista, foi emitido um documento denominado "Documento de S. Bernardo".

Nesse documento a ANAMPOS expressa, no tópico "A necessidade do Partido Político" que as lutas reivindicatórias travadas nos últimos anos, pelos movimentos populares na zona rural e nos sindicatos, revelam a necessidade de um canal de representação, mobilização e expressão política.

Prossegue dizendo que "uma casa de preconceito político do movimento popular é a maneira como certos setores teoricamente identificados com este movimento, procuraram publicá-la *de fora para dentro ou de cima para baixo. Romper este preconceito é contribuir para que o movimento popular crie os seus próprios instrumentos de luta política".*

Declara o "Documento de S Bernardo" que as classes populares devem ter seu partido político, cujos princípios norteadores tenham suas raízes na prática, inclusive, histórica dos movimentos populares, <u>tendo em vista a tomada do poder a serviço da construção de uma sociedade sem opressores e oprimidos, isto é, uma sociedade sem classes.</u> (o grito é do autor) O trecho é bastante esclarecedor.

Assim, no entender da ANAMPOS, este partido político deve possuir as seguintes características:

– "prática democrática, com ampla participação dos trabalhadores da cidade e do campo e demais pessoas do povo, em cujas mãos deve estar o poder de decisão";

– “assumir os interesses populares”;

– “promover a organização política das classes populares observando e respeitando as prioridades e especificidades regionais”;

– “instrumento das lutas populares”;

– “não pretender ser o único instrumento de unificação política das lutas populares e buscar representar, sempre mais, as aspirações objetivas da classe trabalhadora”;

– “não pretender fixar-se somente na luta parlamentar ou dar prioridade a ela”.

O Capítulo “A relação entre Partido Político e Movimentos Populares” finalizava abordando tópicos que caracterizam o relacionamento que deva existir entre o partido político e os movimentos populares.

Coincidentemente ou não, em janeiros de 1979, talvez com precipitação, a tese de formação de um partido dos trabalhadores é apresentada em Lins/SP, durante a realização do IX Congresso dos Metalúrgicos, graças aos trabalhos de organização, agitação e propaganda trotskista da Convergência Socialista.

O lançamento do Partido dos Trabalhadores deu-se em 28 de julho de 1979, em Belo Horizonte, por um grupo de líderes sindicalistas com a presença de cerca de 300 pessoas, inclusive do trotskista Mário Pedrosa.

Diversas reuniões em níveis regionais sucederam-se paulatinamente apoiadas pelo clero “progressista”, o partido se estruturava. Dois anos foram necessários para a sua organização básica e nos dias 8 e 9 de agosto de 1981, em São Paulo, o PT realizou sua Pré-Convenção Nacional, quando foram escolhidos os 92 nomes a serem indicados para o Diretório Nacional.

Após a realização da Convenção Nacional, em setembro de 1981, o Partido tornou-se apto a obter o registro definitivo, junto ao Tribunal Superior Eleitoral, o que se concretizou em 11 de Fevereiro de 82.

O PT nasceu da fusão de três vertentes básicas num momento em que condições objetivas do capitalismo brasileiro, em um profundo processo de urbanização e estratificação das classes sociais, e as condições subjetivas (crises da “ditadura” e de sua base de sustentação, ascensão das lutas sindicais e o florescimento de uma nova vanguarda), eram propícias para isto. Isto é, a conjuntura de 1978/1980.

Desde o primeiro momento, ao lado das lideranças sindicais que davam ao projeto a base de massas necessárias a um partido, postaram-se inúmeras correntes, pequenos grupos e indivíduos que haviam sobrevivido à repressão e à crise que as organizações de esquerda (APML, CS, MEP, POC, ALN, VAR, MR-8, PCBR, etc.), em seus vários matizes, haviam vivido no final da década de 60 e início dos anos 70. Esses grupos, correntes e indivíduos, com graus variados de implantação local-regional e com experiências distintas e desiguais de definição programática e orgânica, alguns até com pretensões partidárias próprias, não vacilaram em abraçar a proposta de formação do PT. Este representava a grande chance de um amplo partido de base sindical e popular, de dimensão nacional e com lideranças reconhecidas e já testadas na luta operária. O PT significava a possibilidade de materialização de um denominador comum de todas estas tendências, um partido operário, de massas, de dimensão nacional e que negava, na sua origem, o reformismo e o populismo – do PCs e do PTB – no movimento operário brasileiro.

Tornou-se essa origem um conjunto de forças difusas e com experiências heterogêneas, mas que possuíam sua identidade no trabalho comunitário e popular através das comunidades eclesiais ou do amplo leque de trabalhos, junto à população pobre, executados por organismos da base da Igreja cristã.

Essa heterogeneidade de formação que dá ao PT uma singularidade entre os partidos de esquerda tem sido uma de suas grandes forças, talvez, até uma de suas principais virtudes. Isso obrigou que houvesse toda uma troca de experiências e de concepções – difícil e árdua no início –, que foi uma das mais ricas lições vividas pelo movimento operário e popular no Brasil.

A prática política foi testando e pondo em xeque uma série de concepções sobre a construção partidária e muitas soçobraram no confronto com o real. Muitos apostaram, inicialmente, que o PT seria uma simples “frente de esquerda”, na qual várias correntes teriam abrigo a uma legenda eleitoral. E, com um pouco de sorte e competência, no momento propício, saíram com uma corrente já nacional, mais forte, etc. Algumas dessas correntes julgavam-se, inclusive, “o partido” ou “o embrião do partido revolucionário no Brasil”(14).

(14) Citação retirada do documento “Sobre as Tendências do PT” – Raquel Pont, Sec-Geral do PT/RS – membro do Diretório Nacional – janeiro de 1987.

9. Os movimentos populares

“Para os sociólogos e teólogos vinculados ao clero progressista” a abrangência dos movimentos populares está calcada na concepção original e na conceituação que fazem de “povo” e de “classes populares”.

“Povo”, no seu conceito científico, é considerado como um termo duplo que ultrapassa o sentido de indivíduo e classe social: sentido global, portanto, que envolve todos os indivíduos compostos de uma nação, independente de sua condição social, política ou econômica. Em contraposição, para os teólogos “progressistas”, “povo são todos aqueles que estão em contradição com o bloco do poder”, e “sua compreensão deriva do conjunto de relações políticas e ideológicas de dominação de uma formação social determinada e não de relações de produção”.

Desse conceito simples e tendencioso inferem a existência das “classes populares”, ficando entendidas como tais “aquelas que vivem uma condição de exploração e de dominação dentro do capitalismo”, isto é, compreendem uma dimensão que liga tipicamente à exploração na atividade produtível, ou seja, o operário na fábrica, o proletário rural numa agroindústria, o camponês, etc. Mas na estrutura econômica global, na relação de mercado, o pequeno proprietário também sofre uma exploração do grande capital, internacional e nacional. O funcionário público que trabalha, não em frente a uma máquina, mas que também não tem nenhuma capacidade no controle do seu próprio trabalho, estndo submetido a uma instalação de exploração.

Assim sendo, passam a estabelecer relações de “exploração, entre todos os demais elementos socioais”, onde quer que possa haver em grupo naturalmente hierarquizado: o negro, explorado desde a escravidão, a mulher, explorado pela estrutura social, o índio, o desempregado, etc., ficando excluído das “classes populares” apenas o capitalista, numa demonstração do caráter disjuntivo da teoria marxista.

Esses grupos ou classes populares devem, entretanto, ser organizados, conscientizados, doutrinados e levados para “lutarem pela tomada do poder que está em oposição ao povo e derrubar o regime que explora e domina” as ditas classes. Em sua visão sociológica, os adeptos dessa linha procuram englobar os mais variados elementos da sociedade, dentro da abrangência da conceituação. De “povo” e de “classe popular”, quer sejam de trabalho ou político-ideológicas, estariam determinando a formação de grupos variados e significativos, ávidos de representação e de participação nas questões sociais e políticas.

Capítulo III

A REESTRUTURAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES COMUNISTAS

1. A linha ortodoxa

Configurada a derrota da esquerda revolucionária (esquerda armada), o Partido Comunista Brasileiro (PCB), que se encolhera durante o período de luta armada, houve por bem voltar à luz. Em reunião de seu CC, realizado em São Paulo, em novembro de 1973, caracterizou o regime brasileiro como uma "ditadura fascista", passando a propugnar pela formação de uma "Frente Patriótica Antifascista" (FPAF). Essa Frente reuniria a massa operária, o campesinato, a pequena burguesia urbana, o MDR, a Igreja e também setores das FFAA, da ARENA e até mesmo dos monopólios, descontentes com o "caráter fascista" assumido pelo regime.

Era a velha tática das frentes, sempre presentes nas resoluções políticas do partido. Para não ir muito longe ao tempo, recordemos apenas a Frente Única de 1965 e a Frente Ampla de 1966.

Voltando às atividades e também em decorrência das denúncias de Adauto Alves dos Santos, publicadas na imprensa, o PCB, que até então não havia sido alcançado pelos órgãos de segurança, teve, em 1974/75, vários de seus organismos desarticulados e dirigentes presos. Seguindo determinação do PCUS, os membros que ainda se encontravam no Brasil, foram retirados para o exterior, além de Prestes, que, desde 1971, vivia na União Soviética. Estavam seus representantes unidos ao PCUS e aos PCs da Checoslováquia, da França e da Argentina.[666]

Vivia-se, então, no País, o período da política e desenvolviam-se as "lutas" por liberdades democráticas, pela anistia e por liberdade de organização. Tendo seu CC no exterior, o PCB não participava ativamente dessas campanhas e nem do "Ascenso do Movimento Operário", iniciado com a greve dos metalúrgicos da Scania, em São Bernardo/SP, que se estendeu, em 1978, a outras fábricas e a outras categorias. De resto, essa ação chocava-se com a política da "Frente", na qual não havia espaço para o confronto com a burguesia, um dos componentes da "Frente", onde o movimento sindical era um item a mais: o PCB ia perdendo espaço e hegemonia numa área que dominara por muitos anos.

Só com a anistia, inicia-se o processo de retorno ao Brasil dos dirigentes comunistas. Nessa ocasião, torna-se pública a divisão do CC, com a divulgação da "Carta aos Comunistas", elaborada por Luís Carlos Prestes, na qual critica, na sua forma costumeira, a direção do partido, do qual era a autoridade maior, chegando a conclamar as bases partidárias a varrer a direção do partido. Sentia que sua liderança já não era hegemônica, tanto assim que, na citada carta, denuncia a existência de planos para transformar o VII Congresso em uma "farsa" que reforçaria a direção e o marginalizaria.

Prestes, feito "mito", exterioriza ideias avançadas, mas no fundo quer a manutenção do culto à personalidade Stálinista, no caso, culto a ele. Desta vez, porém, consuma-se o "racha" com a substituição, em maio de 1980, de Prestes por Giocondo Dias, por muito tempo sem guarda-costas e motorista. Prestes, porém, não é excluído do CC e estabelece-se uma polêmica com a resposta do CC a sua carta, por meio, ironicamente, do jornal do partido "Voz da unidade". Em sua resposta, o CC se compromete a realizar o Congresso de forma democrática, apesar da atitude senhorial do Companheiro Prestes. Que, em sua "carta", "se arroga o direito de impor condições para aceitar as suas decisões".

Geraldo Rodrigues dos Santos, em entrevistas à imprensa, falando em nome do CC, afirma que previu o ponto de vista de Prestes sair vitorioso. Na primeira vez em que foi refutado e ficou em minoria, ele se insurgiu a essa situação e abandonou o cargo. É um desertor... "Ele defende a luta imediata pela revolução socialista, o que estreita o esquema de aliança".

Era intenção do Partido expulsar Prestes por ocasião do VII Congresso que, sob a "cobertura" de um seminário, seria realizado no final de 1982, mas que não se concretizou porque a reunião foi interrompida pela Polícia Federal.

Infiltrado no MDB, já nas eleições parlamentares de 1978, o PCB apoiou com todas as suas forças esse partido. Nas eleições de 1962, elegeu, pela legenda do agora PMDB, de seu Comitê Central, 3 deputados federais, 4 deputados estaduais e 2 vereadores.[667]

---

[666] Representava o CC do PCB: em Moscou, Luís Tenório de Lima; em Praga, Roberto Morena (na Federação Sindical Mundial); Dinarco Reis (Revista Internacional); em Paris, Zuleica D´Alambert e Armênio Guedes; em Buenos Aires, Armando Ziller e Adalberto Vieira de Azevedo. Não pertencentes ao CC, estavam no exterior em Budapeste, Marcus Jaimovisch; e em Berlim, Ana Carlos Lima (Ana Montenegro).

[667] Deputados Federais: Alberto Goldman; Marcela Galto e Roberto Freire. Deputados Estaduais: Antônio R..; Cluter Saldanha Mota; Hermano de Paiva Oliveira e Marcio José de Almeida. Vereadores: Adalberto Timóteo da Silva e Luís Tenório de Lima.

Vinte e sete de seus membros elegeram-se deputados federais; trinta e seis deles, deputados estaduais; e inúmeros, vereadores, infiltrando diversos militantes em executivas estaduais, as quais deu seu apoio. Nessas eleições, Prestas apoia Brizola no Rio de Janeiro e os candidatos do PMDB nos demais Estados.

Em setembro de 1983, o CC intervém no CR de São Paulo, destituindo 11 de seus 28 membros. Havia sérias discordâncias entre esses dirigentes e o CC em várias questões.

Para Marcos Aurélio Nogueira, essas divergências teriam origens nas consequências do XX Congresso do PCUS, a partir do qual sempre subsistiriam, no interior do partido, duas correntes. Para David Capistrano, outro dos dirigentes expulsos, as discordâncias originaram-se desde o lançamento do jornal “Voz da Unidade”, uma vez que o CC queria fazer dele simplesmente um porta-voz de suas opiniões. A situação agravara-se por ocasião da frustrada tentativa de realização do VII Congresso, quando o CC vetara a participação de 2 representantes do CR paulista. Após esse evento, radicalizara-se o choque entre as duas correntes e o motivo desse acirramento foi a crítica que seus componentes, autodenominados renovadores, faziam da forma pela qual o CC desenvolvia a campanha para legalização do partido. Os renovadores não concordavam com o que chamavam de “política de conchavo” e acordos de bastidores, subestimando a mobilização dos trabalhadores na luta pela legalidade.

Realmente, nessa época, a Comissão Executiva do CC vinha realizando continuadas viagens, com visitas a Assembleias Legislativas, Governadores de Estado e Congresso Nacional, oportunidade em que o Secretário-Geral distribuía os documentos forjados que seriam utilizados na tentativa de registro de partidos no TSE. Nos estatutos reais do Partido, aprovados pelo VI Congresso, realizado em dezembro de 1967, constava ser o PCB “vanguarda política e forma superior de organização da classe operária, tendo por objetivo a conquista do poder político para o estabelecimento do socialismo e do comunismo em nossa p   átria”.

Concretizando o “racha”, os dissidentes do CR/SP criam, em novembro de 1983, a revista “Presença”. Os militantes, que só se agrupam em torno dessa revista, são identificados pela esquerda brasileira como Eurocomunistas, rótulo que repelem. Para eles, o pensamento político, do qual fazem parte, tem suas origens na “Declaração de março de 1958”. Por ocasião dos comícios pelas eleições diretas, em janeiro de 1984 em São Paulo, os renovadores, capitaneados por Capistrano, lançam um número do jornal “A Esquerda”. Esse jornal iria criar desentendimentos nessa ala. Marco Aurélio Nogueira pregava que o jornal preocupava-se apenas em atacar o CC do PCB, ao invés de defender a linha dos renovadores. O fato seria o prenúncio da extinção da Ala ou corrente Renovadora.[668]

Sob a fachada do “Encontro Nacional pela Legalidade do PCB” o Partido realizou, entre dezembro de 1983 e janeiro de 1984, o seu VII Congresso. Neste conclave, propõe “uma alternativa democrática para a crise brasileira”, ou seja, o partido julgava imprescindível, para a continuidade do trabalho das esquerdas, a superação do regime autoritário. A “alternativa” admite como contradição fundamental a questão do Capital. Dessa forma, o caráter da revolução brasileira é “democrático” e “nacional”. As correntes radicais que se aglutinavam em torno da CUT são consideradas diversionistas, com “inclinação para o ‘basismo’, pelo ‘espontaneísmo’, paralisando o movimento sindical e instrumentalizando-o nas entidades para implementar projetos políticos copartidários”. O Congresso elegeu um CC sob o eufemismo de “Comissão Nacional pela Legalidade do PCB”. Dos antigos dirigentes, apenas o vereador Luiz Tenório de Lima não foi reconduzido à Comissão Executiva, entrando em seu lugar Roberto Freire, então do PMDB/PE. No documento deste congresso, que usaria para buscar sua legalização, o partido não usa sequer uma única vez a expressão “classe operária,” que troca pelo vocábulo mais genérico “trabalhadores”.

Isso chega a ser um exagero. Da mesma forma e, naturalmente, em trecho algum, prega a “luta de classes”. Afinal, esse documento destina-se a contentar e iludir a burguesia democrática.

No dia 25 de março, no entanto, na festa realizada no Ginásio do Pacaembu, gentilmente cedido pelo prefeito de São Paulo, divulgou longa resolução política, na qual fica claro que não abandonaria a hipótese da luta armada.

A situação do partido é regular no Movimento Educacional. É grande o seu empenho de penetração no campo. No Movimento Operário-Sindical domina uma de suas grandes direções, a Unidade Sindical, integrada pela CGT, tendo perdido há muito a hegemonia que dispunha nesse segmento social. Através do seu jornal legal “Voz da Unidade”, desenvolve intenso trabalho de propaganda e transmite orientações para seus quadros.

Suas ligações internacionais são amplas, não só com os PC do Continente, mas principalmente com o PC da Europa. Recebe o apoio financeiro e material, passagens aéreas, tratamento de saúde e outras facilidades do PCUS e de outros partidos do MCI. Tem, ainda, amplo apoio para formação e especialização de quadros, principalmente na URSS, na Bulgária e em Cuba.

Apenas, de setembro de 1983 a maio de 1984, criou novas “organizações de frente”, na base de uma por mês, totalizando cerca de 100 instrumentos legais de atuação, funcionando em torno das mesmas bandeiras do MCI: defesa da paz, desarmamento, etc.

---

[668] Com a falência da revista “Presença” que sustentava o jornal “A Esquerda”, que também deixou de circular, não se ouvia mais falar na ala Dissidente Renovadora. David Capistrano da Costa Filho, seu principal líder, filiou-se ao PT, tendo sido candidato derrotado ao cargo de Deputado Federal, no pleito de novembro de 1986.

No dia 8 de maio de 1985, o Diário Oficial da União (DOU) publicou o Programa, os Estatutos e o Manifesto do PCB, dando-lhe condições de legalidade. Tais documentos deram entrada no Departamento de Imprensa Nacional, do Ministério da Justiça, em 8 de abril de 1985, com uma série de irregularidades que deveriam ter impedido a sua publicação no DOU. A falsidade dos nomes chegaria a ser reconhecida publicamente pelo membro da Comissão Executiva Salomão Malina, ao declarar em entrevista ao Jornal Correio Braziliense, publicada na edição do dia 2 de junho de 1985, "que o partido, na procura do seu reconhecimento legal, foi forçado a fazer algumas concessões em seus estatutos, nos quais se inscreveram princípios em que os comunistas não acreditam".[669]

A partir dessa autorização do Ministério Público, passaria o PCB a atuar com duas estruturas: uma ostensiva, constituída por suas Comissões Diretoras Provisórias; e outra clandestina, baseada na tradicional organização leninista do partido – Comitê Central (CC), Comitês Estaduais, Municipais e Zonais e as Organizações de Base (OB). A existência dessas duas estruturas, uma legal e outra ilegal, vem sendo reafirmada em vários documentos, boletins e panfletos e com declarações de líderes do partido, nas quais é comum aparecer a terminologia constante nos documentos reais da organização, aprovados em seu VI Congresso.

Ala Prestes

Os militantes do partido que comungavam com o pensamento de Preste, desde o "racha" com o PCB, passaram a constituir a chamada "ALA Pestes" que vem tentando aglutinar-se e organizar um novo partido comunista. Nesses anos de 1982/83, os dissidentes do Rio Grande do Sul tentaram organizar o Partido Comunista Marxista-Leninista (PCML). Ultimamente, os grupos "prestistas" de Pernambuco e do Rio de Janeiro vem tentando uma união sob o nome de "Coordenação Provisória de Reconstrução do PCB" (CPR/PCB).

Além da CPR/PCB, estes dissidentes adotam a denominação de "Corrente Prestista", no RS, "Dissidência Marxista Leninista", em São Paulo, e "Comitê Gregório Bezerra", em Goiás. Prestes, com seu apego ao "culto à personalidade" tem sido o entrave maior à unificação da chamada "Ala Prestes".

2. A esquerda revolucionária

PC do B

Após a derrota do Araguaia, o PC do B iniciou um processo de discussões em torno da validade da tentativa guerrilheira.

Durante a reunião do CC, realizada em dezembro de 1976, no bairro da Lapa, em São Paulo, foi apresentado o documento "Gloriosa Jornada de Lutas", de autoria de Ângelo Arroyo e João Amazonas de Souza Pedroso, no qual se fazia apologia ao movimento do Araguaia. A derrota atribuída a erros táticos e a uma avaliação equivocado do inimigo, não desmerecia a "heroica jornada". Opondo-se à dupla, Pedro Pomar assumiu uma posição crítica, afirmando que a experiência não representara uma tentativa de implantação da "Guerra Popular Prolongada" limitando-se a um frustrado ensaio foquista. Segundo Pomar, os erros cometidos extrapolavam o tático, atingindo o estratégico.

O duro golpe, representado pelas mortes de Arroyo e Pomar, no fim da reunião, e as prisões de vários membros do CC, após deixarem o "aparelho" da Lapa, não colocariam fim à polêmica sobre o Araguaia.

Recomposto o CC e vivendo o clima de abertura política proporcionada pelo Governo de João Figueiredo, o PC do B realizou, em junho de 1979, em Bruxelas, a sua VII Conferência Nacional. Durante a Conferência, foi formalizado o rompimento com o Partido Comunista Chinês (PCCE), adotando o partido uma postura contra o "revisionismo russo e chinês", contra a teoria dos "Três Mundos" e contra o pensamento de Mao Tsé-Tung. A VII Conferência definia a Tática de lutar pela mais ampla liberdade política, através de todas as "forças patrióticas e sociais de oposição ao regime". Definida, também, ficou a luta pela convocação de uma Assembleia Constituinte por um governo "provisório" a ser implantado com a derrota do regime militar.

Após a VII conferência, acirraram-se as discussões sobre a guerrilha do Araguaia.

Uma facção, contrária à posição do CC, advogava que a luta não deveria ter sido deflagrada em 1972, ao declarar que houvera uma "aplicação mecânica" da teoria da "Guerra Popular Prolongada". O Brasil, não sendo País semicolonial e não possuindo um campesinato revolucionário, não apresentava condições para implantação da experiência chinesa. A facção dissidente, conhecida como "Ala Crítica", não negando a luta armada, defendeu a "violência revolucionária das massas", através da "revolução insurrecional urbana".

A maioria do CC, defendendo o pensamento de Arroyo e Amazonas, não admitia a autocrítica com o Araguaia, afirmando que a luta foi desencadeada pelo Exército, não pela guerrilha, segunda essa corrente, a resistência de quase dois anos, apesar da derrota militar, demonstrou que havia apoio popular ao movimento.

---

[669] Quatro elementos que assinaram o Manifesto já se encontravam mortos quando a documentação deu entrada no Ministério da Justiça - Jayme Rodrigues Estrela Júnior (falecido em 20 de fev 85); João Batista Vilanova (falecido em 12 jan 85); Marcos Andreati (falecido em 1 jul 84); e Sebastião Francisco (falecido em 10 jul 83).

As divergências, extrapolando as posições sobre o Araguaia, estenderam-se às posições políticas no debate ao documento "Governo das Forças Democráticas e de Unidade Popular", formulado pelo Secretário-Geral João Amazonas. Este propôs a revolução, passando pela etapa de formação de um "governo liberal reformista democrático burguês", através de aliança com a burguesia liberal. A revolução seria "nacional", "anti-imperialista" e "agrária".

Os dissidentes contestaram Amazonas, visualizando o Brasil como capitalista sob a hegemonia do capital monopolista estrangeiro em ligação com o "nacional", aliado ao sistema latifundiário. Esta visão condiciona a opção pela implantação de um governo revolucionário, subsequente à derrubada da "ditadura", sem a necessidade de conduzir a revolução a uma etapa "nacional-burguesa".

Alegando a existência de consentimento nas resoluções da VII conferência, os dissidentes tentaram convocar um Congresso Nacional para debater as divergências. Os comitês regionais da Bahia, São Paulo, Rio de Janeiro, Pará e Paraná propuseram a realização de um Congresso. Em março de 1980, em sessão plenária, o CC aprovou o documento "A todo o Partido" fazendo advertências aos comitês rebelados.

Em agosto de 1980, a crise teve desdobramento com a destituição de quatro membros do CC e com a dissolução e reorganização dos CR de São Paulo e da Bahia. Os dissidentes, acusados de fracionistas e "liquidacionistas", passaram a alegar a inexistência, no Brasil, do Partido Revolucionário do Proletariado e a concitar a união das correntes Marxista-leninistas para a formação desse Partido. Recomendavam, ainda, o ingresso dos comunistas no Partido dos Trabalhadores (PT), contrariando orientação do CC.

Em setembro de 1989, em razão das punições sofridas, os CR/BA,SP, RJ, PA e PR realizaram a "Reunião Nacional de Consultas" e tentaram a iniciativa de convocar extraordinariamente o VI Congresso, O CC reagiu, imediatamente, expulsando os dissidentes e afirmando não existir divergências que justificassem um congresso.

Após o "racha", o PC do B efetivou as mudanças em sua linha política, alinhando-se internacionalmente com o partido dos trabalhadores da Albânia (PTA). Em âmbito nacional, foi privilegiado o relacionamento com a classe operária até então prioridade do Partido, em razão da expectativa da deflagração da "Guerra Popular Prolongada" de modelo chinês.

Apesar das divergências, em nível nacional, o PC do B aproximou-se do PCB e do MR-8 que defendiam, como ele, a revolução por etapas, e seus militantes ingressaram no PMDB. Esta aproximação proporcionou a atuação conjunta em muitos acontecimentos do movimento sindical político-social.

A partir de 1960, com o retorno dos principais dirigentes do exterior, dentre eles Amazonas, o PC do B, com sindicatos em processo de expansão, consolidaria sua estrutura, organizando Comissões Regionais em vinte Estados e no Distrito Federal. O partido procurou estender as estruturas regionais a mais Estados e um Território.

Infiltrado no PMM, o PC do B conseguiu eleger, em movimento de 1988, dentre seus militantes estratégicos, deputados federais – Aurélio Peres, José Luiz e Guedes –, todos do CC, além de deputados estaduais e quase centenas de vereadores e prefeitos.

No início de 1983, realizou-se o VI Congresso do PC do B, passando o partido a advogar a implantação de um governo provisório, constituído por forças "patrióticas, democráticas e populares", capaz de impor um plano de "salvação nacional". A "salvação nacional" abrangeria a revogação das "leis arbitrárias", a garantia de liberdade política, a convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte com participação popular, a suspensão do pagamento da dívida externa – até que a nação em liberdade se pronunciasse a respeito –, o rompimento de todos os acordos com o FMI e a tomada de providências urgentes para avaliar as condições de vida do povo. O Governo Provisório seria obra da "Frente Democrática e de Unidade Popular", que, sob a hegemonia da classe operária, congregaria as "forças democráticas e populares".

No seu trabalho de massa, o PC do B tem procurado incentivar o confronto entre populares e a ordem pública, tendo sido comprovada a sua responsabilidade em quebra-quebras, saques a estabelecimentos comerciais e invasões de terrenos urbanos e rurais.

Dando cobertura à sua atividade junto às massas, o PC do B tem vários militantes infiltrados na grande imprensa e na televisão. Edita um jornal legal, destinado às massas, "Tribuna da Luta Operária", um jornal para seus militantes, "A Classe Operária", e uma revista teórica legal, "Princípios", através dos quais difunde a orientação de seu Comitê Central, além das revistas "Presença da Mulher", dirigida exclusivamente às mulheres, e "Debate Sindical".

No Movimento Operário Sindical, o PC do B passou a atuar no Conselho Nacional das Classes Trabalhadoras (CONCLAT), hoje, CGT, dominando ou infiltrando-se em vários sindicatos, dando prioridade àqueles que tenham maiores possibilidades de exercer uma efetiva pressão de base sobre o Governo e as classes patronais.

No Movimento Estudantil, a tendência "Viração", sob a inspiração do PC do B, destaca-se das demais, liderando os diretórios da UNE e da UBS.

Na área da juventude, constatando o vazio existente e o reduzido universo de jovens abrangido pelo movimento estudantil, os quais após a diplomação normalmente abandonavam a orientação e as lutas do partido, o PC do B criou a União Juventude Socialista (UJS) – importante meio para o recrutamento de novos militantes que vem, desde 1985, realizando anualmente o seu Congresso Nacional.

Nos movimentos Populares, vem concentrando os seus esforços em Associações de Moradores/Favelados e de mulheres, controlando a Confederação Nacional das Associações de Moradores e inúmeras entidades femininas nas principais cidades do País.

No movimento religioso, o partido aproveita-se do trabalho do clero "progressista", principalmente nas áreas rurais participa efetivamente dos movimentos sociais para a invasão de terras.

Uma das atividades consideradas mais "fechadas" do PC do B é o trabalho militar, em geral atua nas Forças Armadas e nas Polícias Militares. Existem índices de que já ocorre infiltração nas FFAA, particularmente no Exército.

Finalmente, cabe ressaltar que o PC do B não abandonou a proposta da luta armada, mantendo, por questões efêmeras, o "trabalho de massa" como forma de atuação prioritária na atualidade até que as condições objetivas e subjetivas, durante o processo revolucionário, permitam o desencadeamento de ações violentas, aí incluída a luta armada, conduzindo o País no rumo de uma "democracia popular".

MR-8

Em 1976, na França, o MR-8 realizou o seu I Congresso. Nas suas resoluções, a organização confirmou a linha política de "Plano" de 1972, no Chile.[670]

Apesar de continuar criticando o "revisionismo" do PCUS, a organização exaltava Cuba como "o primeiro grande passo da marcha dos povos latino-americanos rumo ao socialismo".

Durante o encontro foi eleito um Comitê Central para substituir a anterior Direção Nacional (DN), eleita no "Plano" do Chile. Novos estatutos, nova estrutura de organização e o "Programa Socialista da Revolução Brasileira" (PSRB) foram pontos, também, da reunião da direção na França.

O PCB, baseado claramente no Progresso Socialista para o Brasil (PSB), documento aprovado pela POLOP em 1967, durante o seu IV Congresso, preconiza a instituição de um governo revolucionário dos trabalhadores, uma etapa intermediária no caminho para a "ditadura do proletariado".

Enquanto as Lideranças ditavam normas ao exterior, o MR-8 procurava, através do Movimento Estudantil, reorganizar a esquerda revolucionária, fazendo contratos com outras organizações que acreditavam numa alternativa proletária. Naquela ocasião, o "Oito" - como passou a ser reconhecida a organização no seio das esquerdas, ligou-se com DCML-PO, MEP e APML, buscando a restruturação após a derrota militar.[671]

Em 1978, novos elementos foram eleitos para o Comitê Central, durante uma conferência nacional, sendo aprovadas, na ocasião, resoluções sobre a Política de Organização, Construção Partidária e Política de Segurança.

No último trimestre de 1979, o MR-8 iniciou uma fase de expansão, fundindo-se com organizações menores, na busca do que considerava a reunificação dos comunistas.

Em outubro de 1979, durante a realização do II Congresso, foi formalizada a unificação com a Organização Comunista do Sul (DCS).

Nas resoluções do II Congresso, a "grande burguesia intimamente associada ao imperialismo" era assinalada como o principal inimigo da Revolução Brasileira. À reafirmação das posições do PSRB, aprovadas no I Congresso, juntou-se, como instrumento de atuação revolucionária, a "Frente Popular", constituída pela classe operária e por setores avançados da população.

A possibilidade da Luta Armada não foi descartada pelo "Oito", como se depreende do entendimento dos trechos "Resoluções Políticas do II Congresso": "Se quisermos de fato nos livrar da ditadura – e preparar o movimento das massas – precisamos ter claro que será preciso derrubar a ditadura pela força"; só um ingênuo ou um charlatão pode proclamar que nosso povo deve renunciar de antemão à luta armada, em função da possibilidade teórica de um desenlace pacífico para a revolução brasileira".

O crescimento da organização passou pela fusão com a Força Operária Comunista (FOC) - um "racha" da OCML-PO - em novembro de 1979, e, já em 1980, com o "Grupo Unidade", integrado por remanescentes da TI/ALN.

A partir de 26 de julho de 1981, o MR-8 ganhou condições de incrementar suas atividades no Nordeste, através da absorção do PCR, organização de forte influência naquela região. Por intermédio dos dirigentes do PCR, Edval Nunes da Silva, o "Cajá", elevado a posição de membro do CC, o MR-8 passou a ter uma maior penetração junto ao clero "progressista", ao qual "Cajá" estava intimamente ligado.

O repentino crescimento do MR-8 teve, em 1981, consequências desastrosas para a organização. As "organizações de frente", representadas por empresas comerciais, particularmente gráficas, que sustentavam a estrutura clandestina da organização, entraram em decadência, resultante da incompetência administrativa e da malversação dos recursos. A estrutura, inchada por diversas absorções, não pôde ser atendida financeiramente de forma satisfatória. As insatisfações cristalizaram-se em focos de contestação.

Em janeiro de 1982, quando o CC distribuiu as "Teses para o III congresso", aquiesceu-se na organização um processo de cisão. Os dissidentes atacaram as teses, taxando-as de reformistas, e estendiam suas críticas ao CC, acusando-o, entre outros aspectos, por malversação dos fundos, que estava conduzindo a organização a uma situação de insolvência.

---

[670] Publicadas na revista "Brasil Socialista" – imprensa da Suíça –nº 9 de abril de 1977.

[671] Organização de Combate Marxista- Leninista da Política Operária (OCML-PO); Movimento pela Emancipação do Proletariado (EP); Ação Popular Marxista-Leninista (APML).

Em agosto de 1983, foi realizado o III Congresso. Os desideratos, em face da presença minoritária do CC no Secretariado Nacional, foram derrotados e as teses aprovadas. O MR-8 passava a defender a "Revolução Nacional e Democrática", ao invés da "Revolução Democrática e Regional", justificada por serem os "interesses externos" os responsáveis pelo caráter não democrático do regime político no Brasil. Segundo o MR-8, "a ruptura com o imperialismo criaria condições para um curso que criaria condições objetivas para um avanço da democracia política".

Para a "Revolução Nacional", seria necessário atrair os setores nacionais, particularmente a burguesia e as Forças Armadas. O MR-8 substituindo a "Frente Popular", aprovada no Congresso, garantia unir a grande maioria das forças sociais e políticas do País numa ampla "Frente Nacionalista Anti-Imperialista".

Os dissidentes não aceitaram as resoluções do III Congresso e, ironicamente, através do jornal clandestino "Unidade Proletária", atacavam o CC e suas posições reformistas. O agravamento do problema econômico tornou mais tenso o clima na organização. Termos como "trambique", "calote" e "trapaça" cortavam os ares acrescentados à terminologia marxista-leninista, emoldurando um conflito típico, característico do "capitalismo decadente".

Os protestos dos dissidentes ganharam força e, no início de 1983, grande parte dos Comitês Nacionais do Rio de Janeiro, Paraná, Distrito Federal, Bahia, Pernambuco, Paraíba, Ceará, Piauí e Pará engrossava as fileiras dos descontentes.

No Comitê Central, Franklin de Souza Martins e Carlos Alberto Vieira Muniz – candidatos derrotados a deputado federal nas eleições de novembro de 1982 – lideravam, em minoria, a dissidência. O Secretário-Geral do MR-8, Claudio Cardoso Campos, em maioria no CC, mantinha as posições aprovadas no III Congresso.

A crise teve a solução previsível. Os dissidentes, à revelia do CC, convocaram, extraordinariamente, o IV Congresso do MR-8, realizando-o, em julho de 1983, no Rio de Janeiro. Durante o conclave, decidiu-se considerar extinto o MR-8 e aprovar o ingresso individual de todos os dissidentes no PCB. O MR-8 sofria um grande baque com a perda de cerca de cinquenta por cento de seus militantes.

Em seguida ao "racha", a organização participou de discussões sobre a unificação da atividade sindical. Antepondo-se à manobra do PT, o MR-8 não participou da fundação da CUT, em São Bernardo, em agosto de 1983, classificando a iniciativa como diversionista. Em novembro do mesmo ano, participou da fundação da Coordenação Nacional da Classe Trabalhadora (CONCLAT), hoje CGT, aliando-se ao PCB e ao PC do B.

No Movimento Estudantil, atua, também, em "frente" com PCB e PC do B, não possuindo, isoladamente qualquer expressão.

Nos Movimentos Populares, possui grande influência em associações de bairro e em entidades femininas, como as federações de mulheres de quatro importantes Estados da Federação: São Paulo, Minas Gerais, Pernambuco e Paraná.

Na área política, assim como seus parceiros o PCB e o PC do B, encontra-se infiltrado no PMDB e, ao abrigo desta legenda, elegeu, em 1982, quatro deputados federais: José Fogaça (RS), Jénia Marize (MG), João Cunha (SP) e Sérgio Manoel da Cruz (MS).

Em âmbito internacional, além de manter frequentes contatos com o governo cubano, o MR-8 reviu, desde o II Congresso, em 1979, a sua posição crítica em relação ao PCUS. Mantendo, em nível elevado, seu relacionamento com Cuba e Moscou, a organização iniciou uma intensa troca de informações com o governo sandinista da Nicarágua, tornando-se ardorosa apologista de seu modelo político.

Embora não possa ser avaliado, não há indícios de que o MR-8 pretenda utilizar já a luta armada. Entretanto, a possibilidade de ações radicais por parte dos militantes do "Oito" deve ser sempre consideradas.[672]

PRC

No final de 1980, foram expulsos do PC do B militantes que criticavam a experiência guerrilheira do Araguaia e a etapa "nacional- burguesa" da revolução. Os militantes concentrados nos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Bahia, Pará e Paraná consideravam-se marxista-leninistas, discordando do trotskismo e do stálinismo e combatendo o revisionismo contemporâneo, representado pelas orientações emanadas do PCUS, da social-democracia e do maoísmo.

Os dissidentes, inicialmente conhecidos como "ala crítica", após expulsos, passaram a ser chamados de a "Esquerda do PC do B". A "Esquerda do PC do B" ingressou em grande parte no PTB, apoiando a criação da CUT. No Movimento Estudantil, passou a disputar espaço e influência, agrupando-se na tendência "Caminhando".

No dia 23 de janeiro de 1984, a "Esquerda do PC do B" concluía o seu I Congresso, com a fundação do Partido Revolucionário Comunista (PRC).

Nas Resoluções do seu Congresso de Fundação, o PRC fez uma avaliação crítica dos partidos e organizações de esquerda. O PSU foi rotulado de "corrente degenerada e de prestígio decrescente", mas possuidor do controle de ponderáveis setores das massas; o MR-8, classificado de "racionalista", foi criticado por promover a "atração do proletariado, à união nacional para retomar o desenvolvimento do capitalismo"; o PC do B, desacreditado por sua política pendular entre a aliança com a burguesia e a radicalização das massas, era acusado de adotar uma postura direitista, escolhendo, na maior parte das vezes, a primeira opção; o PT, apesar de acolher o PRC, era avaliado como um partido

---

[672] Seu dirigente máximo Claudio Cardoso Campos, candidato a deputado federal por São Paulo, sem reduto eleitoral, não foi eleito. Tendo obtido 17.109 votos.

reformista por pregar a ascensão dos trabalhadores ao poder dentro de uma ordem burguesa, abrigando em seu seio as correntes trotskistas, apesar da crítica aos partidos e organizações de esquerda.

O PRC demonstra intenção de lutar pela direção nas lutas conjuntas com o PT e o PCB, visando a esclarecer as massas sobre o caminho mais aconselhado das lutas populares.

No interior do PT, o PRC propôs a formação de uma tendência à esquerda, admitindo a inclusão de setores "avançados' do PMDB, do PDT e de independentes.

Após o I Congresso, o PRC difundiu o "Manifesto à Classe Operária", consubstanciando sua linha política e princípios aprovados no conclave. O partido assumiu uma postura radical, defendendo a "violência revolucionária das massas". Sua estratégia difere das demais da esquerda revolucionária, aproximando-se da linha trotskista. Em vez de "Governo Democrático Popular", onde a pequena burguesia ainda está presente, pretende erigir um "Estado Democrático Operário e Popular", sobre os escombros do "estado burguês", assemelhando-se ao atual Estado nicaraguense. Na "Democracia Operária e Popular", começaria a ser aplicado um programa mínimo que evoluiria até o socialismo, sem etapa intermediária, para a "Constituição de novo poder democrático, operário e popular", o PRC concita o proletariado a se colocar na frente do movimento, mantendo total independência política com relação à burguesia e rechaçando a conciliação patrocinada pelas "classes dominantes". A estatização de grandes empresas capitalistas e a expropriação dos grandes latifúndios, a serem pulverizados numa reforma agrária radical, são tarefas prioritárias do "Estado Democrático Operário Popular". O rompimento com o FMI e o não pagamento da dívida externa representariam a eliminação da dominação imperialista.

O PRC, através de seu Manifesto, declarou-se na clandestinidade por julgar suas posições irreconciliáveis em relação ao capitalismo, à burguesia e ao estado.

Apoiando-se no PT, no qual se filiou a maioria de seus militantes, o PRC não se constrangeu de utilizar o PMDB, nas áreas onde o partido não estava estrutur ado. Na Câmara dos Deputados, o partido possui dois representantes: José Genoíno Neto PT/SP e Victor Buaiz PT/RS, tendo conseguido, também, importante prefeitura e alguns vereadoras em diferentes Estados.

No Movimento Operário e Sindical, aliou-se à Central dos Trabalhadores (CUT). Apoiou a CUT na reunificação do movimento sindical, através de um amplo entendimento com a CGT, sem abrir mão de seus princípios.

Apesar de ser um partido relativamente novo, o PRC vem-se destacando pela radicalização de suas ideias e pela violência.

"A análise de sua linha política demostrou que, se ainda não decidiu partir para a luta armada, já está numa postura eminentemente ofensiva, preconizando o "rompimento da legalidade" e a implantação de do "Estado Democrático Operário Popular".

PCBR

Desmantelado no final de 1973, o PCBR ganhou alento com o retorno de dirigentes, como Antônio Prestes de Paula e Apolônio Pinto de Carvalho, que se encontravam acobertados pela anistia e infiltrados no PT, os elementos se reagruparam sob a antiga sigla, um núcleo de militantes acrescido a novos prosélitos.

Em março de 1979, a organização, procurando reencontrar sua identidade, difundiu um documento em que definia uma postura frente ao PT, visualizando-o como partido de "racha" . O PCBR antevia a ocorrência de eminentes desvios do PT, preparando-se para lutar contra a facção que pretendia a "social-democratização" do partido, bem como correria aos doutrinadores que intencionavam transformá-lo em "Partido Revolucionário da Classe Operária", organização em que um partido revolucionário seria composto, exclusivamente, por comunistas, o que não seria o caso do PT.

Em seu trabalho de reorganização, o PCBR conseguiu implantar estruturas orgânicas clandestinas nos Estados de Pernambuco, Bahia, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Foi em agosto de 1963, que um dos líderes nacionais do PCBR, Bruno Costa de Albuquerque Maranhão, lançou, em Recife, o jornal alternativo "O Povão", veículo divulgador das posições políticas da organização.

Dentro do PT, considerado como um partido tático em uma "frente", o PCBR adota sempre posturas agressivas, propugnando por uma "ruptura popular", ao invés de um projeto de transição liberal. Para tal, posicionava-se contra a Constituinte, considerada um processo de transição burguesa, e contra um pacto social, opinando pela conquista da iniciativa política pelo movimento popular, através de grandes mobilizações de massa, que desaguariam numa greve geral.

A reestruturação do PCBR teria de se afirmar pelo consenso de um Congresso. Desta forma, em julho de 1985, na cidade de Feira de Santana, ocorreu o II Congresso do PCBR, o "Congresso Mário Alves". As aprovações dos estatutos da organização e de diversas questões foram referendadas pela presença de setenta delegados dos diversos comitês subordinados.

Pelos estatutos, o PCBR definiu a Revolução Brasileira como anti-imperialista, antimonopolista e antilatifundiária, de caráter popular, para a implantação do "Governo Popular Revolucionário" (GPR). Expressão do poder popular, ele seria formado pelo proletariado urbano, pelos assalariados agrícolas, pelas massas camponesas sem terra, pelos estudantes e intelectuais, pelas camadas médias da população – empregadas no comércio e nos bancos, servidores públicos, profissionais liberais, pequenos comerciantes e artesãos – e por todos aqueles oprimidos pelo regime. A burguesia e os militares são vistos como inimigos a serem destruídos para a implantação do governo popular.

O boletim "O Comunista Revolucionário", órgão de divulgação do CC/PCBR, publicou as resoluções do II Congresso, onde está implícita sua orientação sobre a luta armada. Preconizando a criação do Exército Popular para o enfrentamento das eleições dominantes, o PCBR visualiza o caminho da revolução como sendo o da "Guerra Popular Prolongada" embora não seguindo o modelo chinês de cerco numa guerra combinada campo-cidade, sob a direção política da classe operária urbana.

Prosseguindo nas resoluções, o PCBR, além de fazer autocrítica da linha revolucionária militarista adotada anteriormente, reconhece a inexistência, naquele tempo de condições básicas para passagem à luta armada. Reconheceu a necessidade de realizar um trabalho de educação de massas, a fim de prepará-las para o desembocar da violência revolucionária.

Para visibilizar o processo, o PCBR vislumbra como prioritária e fundamental a construção do partido revolucionário. Dando sequência a esse pensamento, o partido difundiu as "teses", para a construção do partido revolucionário, no qual, num total de dez itens, expôs suas posições sobre o movimento.

Refletindo sobre as declarações de um líder nacional do PCBR, pode-se inferir que a organização possui dois seguimentos bem definidos. O primeiro atua politicamente, com exclusividade nos movimentos operário, estudantil e popular. O segundo é totalmente desnivelado do primeiro, de emprego em ações extraordinárias.

Pode-se concluir, também, pela existência de militantes fixados em áreas pré-selecionadas no interior do País, desenvolvendo o trabalho revolucionário no meio rural. Para a manutenção dessa estrutura, o PCBR, tendo em vista a insuficiência de fundos arrecadados por seus militantes, partiu para a realização de ações armadas. Tal expediente foi adiado a partir do fracasso da organização em conseguir auxilio internacional, negado por Cuba – na ocasião em vias de restabelecer relações diplomáticas com o Brasil, pela Nicarágua, El Salvador e Líbia.[673]

O fingido assalto ao posto de serviço do Banco do Brasil da Universidade Federal da Bahia, no dia 11 de abril de 1980, inseria-se no contexto da luta do PCBR pelo sustento de sua estrutura clandestina. A prisão de cinco militantes da organização, todos filiados ao PT, durante a tentativa do assalto e a posterior detenção de Antônio Freitas de Paula, também envolvido na ação, esclarecem outras atividades dos criadores da organização, como o assalto à agência do Banco do Brasil da Cachoeira, na Bahia, ocorrido um ano antes.

O documento "A situação do desemprego em São Paulo", encontrado na residência de Antônio Freitas de Paula, nesse estado, preconiza a realização de "ações globais", de cunho radical, desenvolvidas por desempregados, liderados por militantes da organização. O texto apregoava, ainda, a execução de ações tipo guerrilha urbana para a obtenção de fundos, estágio que caracterizaria o ingresso da organização no que chamávamos de "Luta Armada Clandestina".

Os assaltos ocorridos na Bahia retiraram a orientação da organização e a iniciativa isolada de seus militantes.

Embora não possua uma influência decisiva no PT, reflexo do ainda reduzido número de militantes, o PCBR, impulsionado por uma postura inflexível e aliado a outras organizações que adotem posição semelhante, poderá contribuir para a radicalização do processo político, respaldado, inclusive, pela eleição de um seu militante, Eduardo Jorge Martins Alves, para deputado federal da Assembleia Constituinte.

MCR

No dia 1° de outubro de 1935, foi constituído o Movimento Comunista Revolucionário (MCR), pela fusão do Movimento pela Emancipação do Proletariado (MEP) com a Ala Vermelha do PC do B (AV/PC do B) e a Organização Comunista Democracia Proletariado (OCDPO)[674], evento marcado pelo Congresso de Fundação, representou o coroamento de um processo de discussões entre as organizações, desenvolvido durante um ano e meio.

Em seu "Manifesto de Fundação", o MCR assinalou o seu surgimento como o marco do início da reversão do fracionamento e dispersão da esquerda revolucionária brasileira.

De seu primeiro documento, veículo emanado de suas orientações políticas, depreende-se que o MCR, reconhecendo a insuficiência da conscientização do proletariado brasileiro, previu o longo processo de acumulação de forças no processo revolucionário. A Organização concluía, "pela análise social brasileira", que o caráter da revolução é socialista, em razão do desenvolvimento das relações de produção capitalista existentes na cidade e no campo.

Dando continuidade ao seu posicionamento político, o MCR colocou-se contra aqueles que vislumbraram a burguesia como força revolucionária interessada na "democratização da sociedade e no combate ao imperialismo". Contudo, praticamente, aceitou a efetivação de reformas sociais, eventualmente proporcionadas pelo regime burguês, como de interesse dos trabalhadores. Afastando-se da "acomodação reformista", a organização propugnou pelo rompimento revolucionário com a ordem burguesa, como a solução para a "miséria, a opressão e a exploração do povo brasileiro".

O objetivo revolucionário seria a implantação do "Governo dos Trabalhadores", representação de poder operário popular da hegemonia do proletariado, a ser atingido pelo enfrentamento político e militar, com base nos órgãos de poder criados pelas massas trabalhadoras.

---

[673] FMLN – Frente Militante de Libertação Nacional.

[674] A OCDP surgiu no final da década de 70, formada pro militantes provenientes da agonizante Ação Popular (AP).

Na sua aversão à "dominação burguesa", o MCR posicionou-se contra o governo da "Nova República", apoiando o fortalecimento da CUT e do PT, considerados canais privilegiados para a expressão das oposições operária e popular na reta política. Dentro dessa linha, opôs-se ao "pacto social", à Reforma Agrária, "submissa ao poder e ao terrorismo dos fazendeiros", sob o controle dos trabalhadores e do Congresso Constituinte, uma Assembleia Nacional Constituinte, cada uma com o fim único de elaborar uma nova Constituição.

Como a maioria das organizações conquistadas no PT, o MCR apoiou o rompimento dos acordos com FMI e o não pagamento da dívida externa.

Para o êxito da revolução, a organização apoiou a criação de um partido revolucionário e o aprofundamento dos laços da esquerda com o movimento das massas, visando a orientá-lo.

Finalizando, o MCR, reconhecendo a falta de uma teoria definitiva sobre a revolução brasileira, deixou o assunto em aberto, dispondo-se a discuti-lo com outras correntes que raciocinassem da mesma forma.

Apoiando-se nas estruturas existentes das organizações que lhe deram origem, o MCR articulou-se nos Estados do Pará, Bahia, Ceará, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul, unificando a atuação das três matrizes no PT e na CUT.

Em maio de 1986, com a responsabilidade da editora a cargo do militante Luiz Arnaldo Dias Campos, no Rio de Janeiro, o MCR lançou o seu jornal "Nova Luta", mensário de circulação nacional destinado às massas.

Apesar de ter surgido há pouco tempo no seio das esquerdas, o MCR tem-se destacado por sua postura radical, colocando-se à esquerda do PT e pronto a apoiar ações extremadas. A tendência "Semeando" do movimento educacional do Pará, conduzida pelo MCR, exemplifica sua orientação, patrocinando e incentivando atividades de quebra-quebras e outras posturas de enfrentamento.

3. A linha trotskista

Desde a morte de Trotsky em 1940, a IV Internacional fracionou-se em diversas organizações, seguindo os vários ideólogos que compunham a sua direção. Isto ocorreu, seguindo os trotskistas, como consequência da "liberdade das tendências e frações" preconizada por Trotsky, explicação que não nos parece coerente, já que essa "liberdade" deveria concorrer exatamente para evitar a criação de novas organizações, acomodando as divergências no seio delas.

"Tendências", segundo entendimento trotskista, é um setor organizado dentro de um partido, o qual mantém divergências com a direção majoritária. A partir do momento em que a "tendência" colocou-se como alternativa à direção, ela transformou-se em "Fração". A "Fração" constitui-se como direção dentro do partido, e seus militantes passaram a ter sua própria organização e estrutura, sem sair do partido. A "Fração" defende não só uma determinada política, mas também busca tornar-se Direção ou obter uma direção para o partido que o aplique. Normalmente, a Fração desliga-se da organização original.

Além de encontrarmos neste trabalho as causas da atomização das esquerdas, verificamos que a "liberdade trotskista" incentiva o divisionismo, tornando-se uma das características das organizações trotskistas não apenas em nível nacional, mas também internacional, como veremos a seguir.

Convergência Socialista

A Convergência Socialista (CS) teve origem, em 1973, no Chile, quando banidos brasileiros criaram o grupo "Ponto de Partida" (PP). Retornando ao Brasil em 1974, os elementos ligaram-se a militantes de São Paulo da Fração Bolchevique Trotskista (FBT), assumindo a denominação de Liga Operária (LO).

Internacionalmente, a LO Ligava-se à Fração Leninista Trotskista (FLT), um dos diversos centros de irradiação do trotskismo, recebendo a orientação de Hugo Miguel Bressane, mais conhecido como "Manuel Moreno".

Inicialmente, segundo resoluções do seu II Congresso, em 1975, a organização resolveu concentrar forças no Movimento Estudantil e no Movimento Operário do Rio de Janeiro e de São Paulo. A penetração no setor operário foi tentada com a transferência de estudantes, para o trabalho nas fábricas, em razão da ausência, quase total, de trabalhadores nos quadros da LO.

À semelhança do Partido Socialista dos Trabalhadores (PST) da Argentina, principal seção nacional da FLT, a LO transformou-se, em julho de 1977, em PST.

Buscando ampliar sua atuação, limitada, até então, pela clandestinidade, o PST lançou e registrou em cartório o Movimento Convergência Socialista, entidade civil com personalidade própria. O movimento, que passou a ser conhecido como Convergência Socialista (CS), tinha como o objetivo aglutinar militantes e setores para a formação do Partido Socialista. O gesto audacioso rendeu dividendo, provocando o crescimento da organização que, em agosto de 1978, realizou uma conferência em São Paulo, com a presença de seu dirigente máximo, o argentino "Manuel Moreno".

A popularidade da CS, que passou a editar um jornal do mesmo nome, eclipsou a sigla PST, causando o seu abandono a partir do congresso realizado em outubro de 1979. Esse evento gerou muitas polêmicas, pois foi considerado, ao mesmo tempo, o IV Congresso da Liga Operária (LO), o III Congresso do PST e, ainda, a 1ª Conferência da CS.

Naquela ocasião, iniciaram-se as discussões para a criação do Partido dos Trabalhadores (PT) e a aproximação da CS com a Organização Socialista Internacionalista (OLS), outra organização trotskista. Apesar de possuírem posições

semelhantes e de unificarem seus trabalhos, simplificando-os, através do Comitê de Iniciativa, as duas organizações afastaram-se, refletindo desavenças dos respectivos centros irradiadores internacionais, numa demonstração de subserviência a ditames alienígenas.

Em 1983, a CS mudou o nome para "Aliança da Juventude Socialista" (AJS), em razão do crescimento de sua participação no Movimento Educacional, onde sobressaía, no setor secundarista, a tendência "Alicerce". Como a tendência havia se imposto em congresso estudantil e crescido em nível nacional, a organização pretendia capitalizar o seu prestígio e organizá-lo como partido. Objetivos conjunturas e imediatistas provocavam a queda das siglas.

Dentro do PT, a AJS colocou-se no combate à direção partidária, acusando-a de torná-lo um "partido eleitoreiro" sob a influência da "Social-Democracia e da Igreja". No meio sindical, o AJS colocou-se no bloco dos "autênticos" e apoiou a criação da CUT, sendo apologista da Greve Geral, com os objetivos declarados de colocar em xeque o capitalismo no Brasil.

No início de 1984, a AJS, em seu VIII Congresso, resolveu retornar ao nome Convergência Socialista (CS). A nova mudança foi determinada pela ascensão dos trabalhadores e a divergência do movimento sindical, deslocando o ponto focal do movimento de massas para o movimento operário. A organização deixava de ser a entidade da juventude para transformar-se num organismo político ligado à classe operária, assumindo a postura de "ala socialista" da CUT e do PT.

Considerada de maior expressão dentre as organizações trotskistas, a CS conseguiu estruturar-se em treze Estados, atuando de forma mais intensa em São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Minas Gerais.

As diretrizes da direção nacional da CS são transmitidas pelo jornal semanário "Convergência Socialista", pela revista "Correio Internacional" – escrita em espanhol – e pelo "Boletim Interno". A formação de seus militantes e a sua preservação ideológica baseiam-se nos "Cadernos de Formação". Todas as publicações são colocadas à venda e, juntamente com as contribuições de seus militantes, constituem as fontes de recursos da organização.

Vinculando-se atualmente à Liga Internacional dos Trabalhadores/IV Internacional (LIT/IV), a evolução da FLT provocada pelos permanentes choques dentro do trotskismo internacional, a CS mantém estreito relacionamento com o "Movimento ao Socialismo" (MAS) argentino, facção do PST ligado à LIT/IV.

Pretendendo a transformação do PT em partido revolucionário, a CS esforça-se para assumir o controle de sua direção nos diversos níveis.

Frustrada estas ambições, a CS não conseguiu eleger militantes nas eleições de 15 de novembro de 1986. Atualmente, contenta-se em apoiar as posições no PT na Constituinte, dando ênfase ao rompimento com o FMI e ao não pagamento da dívida externa.

Por orientação da LIT/IV, a organização, no início de 1986, remeteu para a Nicarágua recursos provenientes de uma campanha para auxiliar a luta daquele país contra a "intervenção norte-americana".

Ao contrário da maioria das organizações de esquerda, que recebem recursos do exterior, a CS contribuiu com recursos financeiros para LIT/IV.

Fiel aos princípios de Trotsky, a organização preconiza a luta armada para a conquista do poder, através da constituição de milícias operárias e populares e de ações de autodefesa do proletariado. Julgando que o momento era oportuno, a CS colocou em prática em princípios em 1985, quando, além "piquetes de porta de fábrica", sindicalistas filiados ao Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos/SP, infiltrados por essa OS, organizaram em grupo de cerca de 300 homens, autodenominados "Milícia Metalúrgica" que pretendia, conforme anunciou, dar "uma resposta da categoria à intimidação policial e à repressão promovida pelas indústrias contra os grevistas". O fato teve ampla repercussão na imprensa em 1985. Essa atuação insere-se, na verdade, no que foi preconizado por Trotsky, em seu "Programa de Transição", ao abordar os Piquetes de Greve, os Destacamentos de Combate, a Milícia Operária e o Armamento do Proletariado.

Para o trotskismo, os "piquetes de greve" são células fundamentais do Exército do proletariado. A partir deles, por ocasião de cada greve e de cada manifestação de rua, os trotskistas propagam a ideia da necessidade de criação de "destacamentos operários de autodefesa", inscrevendo esta palavra de ordem no programa da "ala revolucionária" dos sindicatos e criando tais destacamentos em todos os lugares possíveis, a começar pelas "organizações de jovens", conduzindo-as ao manejo das armas. A etapa seguinte será a de unificação dos citados destacamentos nos bairros, cidades, regiões, estruturando-se em "milícias operárias", até que o Estado, como definia Engels, passe a se constituir num "destacamento de pessoas armadas". O "armamento do proletariado" será o elemento constituinte indispensável, segundo Trotsky, de sua luta emancipadora, com o objetivo de desagregar o Exército, considerado o instrumento fundamental da Repressão, apregoada junto aos soldados, visando a neutralizá-los ou a ganhá-los para seus quadros.

Consciente de sua pequena representatividade, a CS optou por continuar como entidade civil, atuando no interior do PT, com o objetivo de transformá-lo no partido revolucionário.

ORM-DS

O Partido Operário Comunista-Combate (POC-C), em dezembro de 1978, transformou-se em Núcleo Combate Brasileiro (NCB). Esta facção da esquerda brasileira estava ligada ao Secretariado Unificado da IV Internacional, desde o momento em que militantes do antigo POC aproximaram-se do trotskismo, em 1971, no Chile.

A partir do início de 1979, o NCB passou a defender a criação do Partido dos Trabalhadores (PT), dentro da proposta apresentada pela Convergência Socialista (CS) no IV Congresso dos Metalúrgicos de São Paulo, realizada na cidade de Lins.

Em março de 1980, durante a realização de um Congresso, adotou a denominação de Democracia Socialista (DS). A DS absorveu, em agosto de 1981, a Organização Revolucionária Trotskista (ONT)[675], e, em novembro do mesmo ano, assumiu a atual denominação de Organização Revolucionária Marxista-Democracia Socialista (ORM-DS).

Desde 1977, com o início da publicação do jornal "Em Tempo", a organização passou a contar com um veículo de divulgação do pensamento e das diretrizes de sua direção. Mais tarde, passou a divulgar a revista "Perspectiva Internacional" e o "Boletim Interno", os quais, ao lado do jornal, constituem os elos de ligação do atual Secretariado Nacional com o restante da organização.

Em 1982, em seu processo de crescimento, a ORM-DS foi reforçada pela fusão com o Comitê de Ligação dos Trotskistas Brasileiros (CLTB), dissidência de outra organização ligada à IV Internacional, a Organização Socialista Internacionalista (OSI).

Com a ascensão do Movimento Operário e Sindical (MOS), a organização progrediu, articulando-se nos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Rio Grande do Sul, particularmente nas capitais. Em Porto Alegre, existe uma estreita ligação com o PCBR, representado pelo grupo "Ponto de Vista".

A ORM-DS, assim como a CS, pretende transformar o PT em "partido revolucionário", através do assalto à cúpula da entidade por parte dos trotskistas. Entende que o "partido do Lula" é o principal resultado do desenvolvimento da luta da classe operária, embora não possa, ainda, ser considerado um partido revolucionário. Esta evolução dar-se-á quando uma organização marxista revolucionária assumir a direção partidária e quando houver a modificação da correlação de força do MOS para a esquerda, resultante da ascensão das lutas operárias e da consequente radicalização das massas.

Dessa forma, a ORM-DS vem tentando crescer no interior do PT, aliando-se com outros grupos e correntes. Em janeiro de 1985, foi tentada, sem sucesso, uma fusão com o OCDP, o MEP e a AV do PC do B que acabaram se unindo sob a sigla MCR. Atualmente, possui seis militantes dentre os sessenta e dois membros objetivos da Comissão Executiva Nacional do PT e um entre os vinte e um suplentes.

Dentro de sua clandestinidade, a organização apresenta a particularidade de um extremo cuidado com a sua segurança orgânica, adotando rígidas medidas de defesa em diversos locais. Além da utilização de códigos e codinomes, é imposto um período de dois anos de observação para que o simpatizante seja aceito como militante.

Atualmente, a ORM-DS permanece vinculada e dependendo ideologicamente do Secretariado Unificado (SU) da IV Internacional, constituindo-se na seção brasileira desse ramo do trotskismo mundial, cuja sede encontra-se em Bruxelas, na Bélgica. Durante a realização do XII Congresso do SU, no início de 1985, na Argentina, foram eleitos três militantes da organização para integrar os seus organismos de direção internacional.

Politicamente, a atuação ocorre através do PT. Respaldada pela legenda, conseguiu eleger para a Assembleia Constituinte os militantes Paulo Renato Paim Bolzano, do Rio Grande do Sul, e Virgílio Guimarães de Paula, de Minas Gerais. Na Constituinte, defende um programa socialista de transformação da sociedade, ressalvando que a participação do PT não deve significar reconhecimento ou legitimidade da constituição que for aprovada.

No III Congresso, em junho de 1986, a ORM-DS reafirmou seus propósitos, permanecendo, entretanto, sem definição o "caráter da revolução brasileira" e a aplicação da tática da "Frente Única Revolucionária" (FUR). Resolveu-se que as discussões sobre essas questões seriam aprofundadas até a realização do IV Congresso.

Após o II Congresso da CUT, no início de 1986, foi realizada uma avaliação do poder de influência das tendências no interior da entidade, concluindo-se que a organização, em aliança com o PRC, o MCR e o PCBR, possuía 40% de prestígio, contra 50% dos "sindicalistas" e 10% da CS, organização considerada sectária pelas demais.

A preocupação com a formação e o aprimoramento de seus militantes levou a ORM-DS a realizar cursos em Porto Alegre e São Paulo. Encontram-se em funcionamento os cursos para militantes, de chefia e de comandos. Os militantes formados pelos cursos de comandos são considerados "especiais" e destinados à atuação em todas as concentrações como organizadores de ação e como responsáveis pela segurança dos demais companheiros. Os "militantes especiais", apesar de retornaram às suas células originais, passam a ser subordinados diretamente ao CC.

A ORM-DS, como todas as entidades trotskistas, assume uma postura radical, advogando a luta armada e a violência revolucionária como instrumentos para a tomada do poder. Em seu III Congresso, além de reafirmar suas posições, definiu a época atual como sendo a "segunda etapa da revolução do proletariado", vaticinando para breve o "confronto armado entre governo e trabalhadores" e o trabalho para reconstrução da Quarta Internacional (OP/QI).

Em 1975, remanescentes da IBT juntaram-se com a Organização pela Mobilização Operária (OMO) e com o Grupo Outubro.

Constituíram a Organização Marxista Brasileira (OMB). Em outubro de 1976, a OMB fundiu-se à Organização de Combate 1º de Maio, uma dissidência do PORT, fornecendo a Organização Socialista Internacionalista (OST).

A OST, em julho de 1978, sofreu uma defecção com a saída de um grupo que iria constituir o Comitê de Ligação dos Trotskistas Brasileiros (CLTB).

---

[675] ORT – um "racha" da CS ocorrido em 1977, reconhecido anteriormente como Partido Revolucionário dos Trabalhadores (PRT).

Avançando no setor estudantil, a organização conseguiu prestígio através da intensa atividade exercida por sua tendência universitária "Liberdade e Luta", ou seja, "libela", nome pelo qual passou a ser conhecida. Encarregou-se da publicação do jornal "Trabalho", procurando difundir o seu ideário e buscando aproximação com a massa trabalhadora.

No movimento sindical, inicialmente, a CST defendeu a participação nos sindicatos. A partir de 1978, vendo a classe dominante como "obstáculo às reabilitações e às organizações operárias", passou a propagar a ideia da constituição de oposições sindicais e de comissões de fábricas, como alternativa ao sindicalismo oficial, no cantinho da construção do "Sindicato Livre". Tal posicionamento levou a uma crítica inicial à criação do PT, de ser mais um partido burguês. Provocou, em abril de 1979, mais um "racha" com o grupo que iria formar a Organização.

No plano político, a OSI lutava pela construção do "partido Revolucionário Independente dos Trabalhadores". A Crítica inicial ao PT evoluiu, já em 1980, para uma posição de apoio, prolatada na constatação de que o partido aprovava uma política independente, subordinada aos interesses das massas.

A organização, desde sua constituição, havia-se filiado, internacionalmente, ao Comitê de Organização para Reconstrução da Quarta Internacional, que, com o "racha" da Fração Bolchevique, em dezembro de 1981, sustentava-se sob a orientação de Pierre Lambert, a partir de então, sob a sigla da Quarta Internacional – Centro Internacional de Construção.

Em maio de 1984, na sede do Partido dos Trabalhadores, em São Paulo, por ocasião do seu VII Congresso, passou a denunciar a Fração Quarta Internacional do Partido dos Trabalhadores. A modificação deve-se ao pensamento da Direção de que só criaria um partido revolucionário se atuasse integralmente dentro do PT, como fração politicamente independente.

A organização centraliza sua direção através de uma Coordenação Nacional de cinquenta membros e está representada em treze estados, atuando, prioritariamente, na área sindical e no movimento popular. O trabalho no movimento educacional foi relegado a um segundo pleno, apesar de sua origem essencialmente estudantil.

O jornal "O Trabalho" foi transformado em revista e sua publicação é responsabilidade da livraria Palavra Editora, empreendimento comercial da organização, localizado em São Paulo. Além disso, são publicadas, em português, seleções de textos da revista "Tribuna Internacional", enviada pelo QI-CIR.

A PQI, na escalada para transformar o PT em partido revolucionário, conseguiu, durante a realização de um encontro partidário, em abril de 1986, em São Paulo, a aprovação de uma proposta, reconhecendo como legitimas as tendências existentes nessas correntes no próximo Encontro Nacional, e ser realizado em 1987.

Em setembro de 1986, durante o seu IX Congresso, a FQI pensou em formar "O Trabalho para Reconstrução da Pátria Internacional", declarando-se uma corrente política dentro do PT, aguardando o seu reconhecimento e sua regulamentação pelo partido. Demonstrando sua disposição de aceitar todas as decisões da direção petista, transformou a revista "O Trabalho" em boletim interno, destinando-o, exclusivamente, para militantes.

As lutas e manobras políticas para controlar o PT e transformá-lo em partido revolucionário visam à tomada do poder e a transformação da sociedade, tendo a OT-QI, de acordo com sua inspiração trotskista, eleito a luta armada e a violência como instrumentos preferenciais da ação revolucionária.

Organização Quarta Internacional (OQI)

Em janeiro de 1979, as organizações trotskistas "Política Obreira", da Argentina, o "Comitê de Enlace de Militantes Trotskistas", do Chile, foram expulsas do Comitê Organização para Reconstrução da Quarta Internacional ao qual era filiada a "Organização Socialista internacionalista" (OSI).

Em abril de 1979, as correntes expulsas e outros setores descontentes no interior do CORQI criaram, em nível internacional, a "Tendência Quarta Internacional".

Os desentendimentos nos centros de irradiações internacionais refletiram na OSI, recusando a orientação da "Tendência Trotskista" (TT). Esta, recusando a orientação para a criação de "sindicatos" livres, advoga a participação dos militantes dos sindicatos oficiais, incentivando a luta pelos seus controles. Buscando a direção da OSI, posicionam-se, inicialmente, contra a criação do Partido dos Trabalhadores, enquanto a TT defende a sua fundação.

Os desentendimentos nos centros irradiadores internacionais na OSI resultam no surgimento da "Tendência Trotskista". Com a expulsão, a TT fundou, em meados de 1979, a "Organização Quarta Internacional" (OQI). A nova organização filiou-se intencionalmente à recém-criada "Tendência Quarta Internacional" (TQI), dirigida pelo ideólogo Guilherme Ioca.

A OQI passou a publicar o jornal "Causa Operária", porta-voz de suas posições políticas, propagando a luta pelo "Governo Operário camponês" e pelo socialismo. A imprensa da organização é completada pela revista "Internacionalismo", veículo de orientação da TQI que passou a aparecer como um encarte do jornal "Classe Operária".

A organização não conseguiu grande expressão no trotskismo, tendo-se estruturado em São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília.

Assim como as demais organizações trotskistas, atua politicamente no PT e no meio operário sindical através da CUT.

Movimento Educacional, delegado a um segundo plano, tem suas atividades através da Tendência "Política Independente".

Seu apoio ao PT é crítico, por considerá-lo de base social pequeno-burguesa e não operária. Assume, desta forma, postura "obreirista", chegando a discriminar setores trabalhadores que não sejam operários do partido, não conseguindo impor-se como grupo de influência, nem ocupar pontos de direção.

Coerente com sua inspiração ideológica, a OQI preconiza a luta armada para a conquista do poder, defendendo que a CUT deve impulsionar as ocupações no campo e, inclusive, armar os lavradores para se defenderem da "violência dos latifundiários".

Partido Operário Revolucionário Trotskista (PORT)

Desarticulado no final da década de sessenta, o PORT permaneceu na clandestinidade até a lei da anistia, em 1979. A partir daí, reiniciou suas atividades no Nordeste, especialmente na Paraíba e em Pernambuco, voltadas, particularmente, aos camponeses e parceiros.

A organização encontra-se isolada dentro do trotskismo, em razão de sua aproximação com o PCB e do apoio declarado à URSS. Apesar do isolamento, apoia o PC e sua ala sindical, representada pelos "lulistas".

Contando com um número reduzido de militantes, o PORT limita sua atividade política à elaboração de análises e estudos que são publicados em seu jornal legal, a "Frente Operária".

Internacionalmente, mantém dependência e subordinação ideológicas à Quarta Internacional Posadista, ou Secretariado Latino-Americano da IV Internacional (SLA), sediada em Roma/Itália.

Ainda como peculiaridade, a organização é a única dentre as trotskistas que, até o momento, se preocupou com os militares propondo-lhes uma política progressista. Procurando angariar simpatia no meio militar, o jornal "Frente Operária", além de defender o direito de voto para cabos, soldados e marinheiros, programou o emprego do Exército no combate a surtos endêmicos, na implantação da reforma agrária e em outras atividades voltadas para o interesse comunitário.

Um balanço do PORT mostra-nos que as atividades são restritas, limitando-se ao esforço de estampar suas opiniões e posições ideológicas no jornal "Frente Operária".

4. A Luta Armada

As organizações comunistas reestruturadas voltaram-se, como foi visto, no Capítulo I, desta Parte, prioritariamente, para o trabalho de massa. Esse trabalho é uma atividade demorada, árdua e persistente de preparação para a tomada do poder.

No momento propício, julgando que as condições objetivas e subjetivas são favoráveis, será dado o passo definitivo que poderá, conforme as circunstâncias, ser concretizado através da via pacífica ou da luta armada, ou, mesmo, de ambas. Essas duas estratégias podem ser aplicadas de forma sequencial, ou, mesmo, coativamente.

As organizações subversivas, após a derrota militar sofrida no início dos anos 70, não abdicaram, absolutamente, do caminho da violência – da luta armada – como podemos constatar de resoluções e de declarações de seus principais líderes.

PCB

O PCB realizou o seu VII Congresso em dezembro e janeiro de 1984, quando aprovou uma nova "Resolução Política" que, em seu item "Resolução e Insurreição", determina:

"Nas condições atuais do mundo e do Brasil, existe a possibilidade de o processo revolucionário brasileiro atingir os seus objetivos por caminhos que excluam a luta armada, a insurreição e a guerra civil.

Empenhando-se para que esta possibilidade se materialize, pois é mais favorável aos trabalhadores, os comunistas legais a escolhem para libertar o País. A transformação da sociedade brasileira não depende exclusivamente do proletariado e de seus aliados, o que lhes impõe a necessidade de tentar todas as formas de luta". (Alternativa Democrática para a Crise Brasileira – Editores Romanos)

Essa "nova" resolução deixa claro que a luta armada é uma das formas de luta com que o PCB conta, para a tomada do poder e a implantação do comunismo no País.

Com a determinação dessa resolução política e com a tradição dos que dirige, Giocondo Gerbasi Alves Dias, em diversas declarações públicas, confirma a necessidade da luta armada para a tomada de poder. Dentre essas declarações, podem ser ressaltadas:

"Apesar de ter sido um marco na vida do partido, o movimento não mudou os traços especiais do PCB, que permanecem iguais aos de sua fundação, em 1932". Referindo-se à Intentona Comunista de 1935 – Folha de São Paulo – 3 de novembro de 1935: "Agora a luta armada é uma etapa que pode ou não acontecer, pois nada é inevitável ao processo revolucionário.

Achamos "que é possível chegarmos ao socialismo sem ela, o que importa em política é a correlação de forças". (Correio Braziliense, 24 fevereiro de 1985).

“Ao contrário do que se diz, nós não descartamos a luta armada: sem qualquer outra forma de luta”. (Correio Braziliense, 23 de março de 1985)

“É possível que passemos para o socialismo pela via pacífica, mais eu não excluo . e da violência”. (Folha de São Paulo - 11 Abr 86).

PC do B

Na atualidade, pouco se vem falando a respeito do desenvolvimento ou da eclosão da luta armada, apesar de o PC do B considerá-la como a única forma de tomada do poder.

Inúmeros documentos mais recentes do partido, bem como declarações e depoimentos de seus principais dirigentes, abordam o problema da violência revolucionária, aí incluída a luta armada. Passamos a alinhar os dados mais importantes sobre o assunto a partir de 1979:

“A liberdade deve incluir, também, a liberdade de se pregar a revolução. E, para nós, revolução é luta armada: porque é revolução. Sem ação violenta não é revolução. Como podemos derrubar uma classe que tem o poder na mão sem a luta armada? Apenas com negociações, com eleições ou com medidas reformistas? Isso nunca se deu na história” (José Renato Rabelo – membro do CC/PC do B - Declarações ao “Movimento”, n° 208, de 22 Jun 79, pag. 12);

“A luta armada, no Brasil, é inevitável no processo histórico. Nós fomos os que primeiro sustentaram que a luta armada é uma imperiosidade histórica. O erro está em interpretar-se mal esta lei da luta armada e optar-se por formas equivocadas. O erro não é a luta armada, são determinados métodos que são aventureiros. O problema básico de todo esse pessoal que participou da chamada guerrilha urbana – que nos parece uma equivocada luta armada – é o menosprezo ao papel das massas. Nós adotamos a luta revolucionária das massas porque, esta sim, tem poder criador na história da humanidade”.

(Haroldo Borges Rodrigues de Lima) – membro do CC/PC do B e Dep. Federal do PC do B, declarações do “Jornal da República”, 04 Set 1979);

“Nós, os comunistas, defendemos o princípio da luta armada, da violência revolucionária, princípio científico, baseado no qual os oprimidos alcançam sua verdadeira emancipação.”

“A violência revolucionária é o único meio pelo qual até hoje evolui a sociedade humana, pois as forças retrógradas rendem suas posições e privilégios pacificamente” (João Amazonas de Souza Pedroso – Sec-Geral do PC do B – ao Jornal do Brasil, em 16 Dez 79);

“...Fiel aos princípios do marxismo-leninismo, o PC do Brasil está convencido de que não poderá existir socialismo sem revolução. Esta é uma lei fundamental do materialismo histórico. A revolução é, por isso, o objetivo de todo partido proletário que luta pela vitória do socialismo científico”.

“A guerra serve a objetivos políticos precisos e determinados. A luta armada popular é a continuação da política revolucionária por meio de formas próprias de luta, mais avançadas e radicais. Deste modo, a guerra revolucionária não está desvinculada da linha política do partido. O estudo da arte e das técnicas militares deve estar intimamente relacionado com a acessibilidade de maior domínio e aplicação dessa linha”. (pag. 49 – do VI Congresso do PC do B – Jan/ Fev/1983);

“Fazer com que o candidato entenda que essas mudanças atingem frontalmente interesses de grupos e pessoas bastante poderosos que tem a seu serviço as forças militares e a imprensa, etc. Por isso, esse governo tão inspirado só será alcançado pela via revolucionária, isto é, pela luta armada de grande parcela do povo brasileiro”. (Documento do CR/PC do B/SC, de Ago 1984)

“Nós temos mais pontos de convergência do que de divergência. Mas não podemos abrir mão da luta armada, embora isto esteja fora da ordem do dia com o governo Tancredo”. (Aurélio Perez do CC/PC do B – à Folha de São Paulo, 27 Jan 1985, referindo-se ao consenso obtido em torno do nome de Tancredo Neves, eleito Presidente da República em 15 jan 1985.)

“A experiência nos diz que não pode haver um salto qualitativa no sistema, de uma formação econômico-social para outra sem a utilização da violência revolucionária... É uma contingência do próprio desenvolvimento da luta. A violência revolucionária é consequência da violência contrarrevolucionária”. (João Amazonas de Souza Pedroso – Secretário- Geral do PC do B, à revista Senhor, de 27 Mar 1985.)

“A solução para o Brasil só virá através da Luta Armada, e o PC do Brasil só vê esse caminho. Estamos observando o Partido Comunista Brasileiro, com essa onda de democráticos dias, eles também sabem que esse é o único Caminho. Apenas por terem a Rússia por trás, o que lhes dá maior estrutura, podem ir levando a coisa politicamente enquanto puderem. Mas o caminho será a luta armada”. (João Amazonas de Souza Pedroso – Secretário- Geral do PC do B – entrevista à saída do TSE, no dia 23 Mai 1985, momentos após haver protocolado o regulamento solicitando o registro do PC do B);

"Defendo a Luta Armada, porque todo processo de desenvolvimento humanitário se efetuou através da revolução, e não conheço nenhuma passagem de um regime, de uma formação econômica social, ou de outro tipo, que não seja o revolucionário". (João Amazonas de Souza Pedroso – Secretário- Geral do PC do B – entrevista concedida em Natal/RN, em 16 Ago 1985); e

"A próxima revolução não seguirá aquele modelo, mas se assemelhará à Intentona Comunista de 1935, surgindo de um movimento que se iniciará no seio das Forças Armadas (FA) e que não tardará. Esse movimento se tornará possível com infiltrações de militantes do partido nas FA, particularmente no Exército, considerado mais vulnerável pelo efetivo que incorpora anualmente". (Rogério D´Olne Lustosa – palestra proferida na ABI/ RJ, em 10 de Mar 1986, após reverenciar os mortos na "Guerrilha do Araguaia").

O MR-8 traz, em sua história, um rastro de sangue, seguido de roubos, assaltos e assassinatos, sendo que, no momento, por se considerar governo, não prega com insistência a luta armada, muito embora seu Secretário-Geral tenha declarado, publicamente, que essa forma da luta permanece como uma das componentes na linha política da OS.

"Se preciso for, vamos pegar em armas para consolidar as mudanças sociais no País". (Cláudio Cardoso de Campos, em palestra realizada no dia 20 Dez 1985, em Porto Alegre/RS.)

PRC

O Sectarismo dos militantes do PRC caracteriza-o como a mais radical organização subversiva em atividade no Brasil.

Os extratos dos documentos e dos pronunciamentos a seguir demonstraram o radicalismo da organização:

"A revolução social do proletariado será necessariamente violenta. A luta armada é um componente essencial de sua realização".

A luta de classes no Brasil ingressou num período novo com episódios de rompimento da legalidade, de violação dos tecidos constitucionais, com a ampliação sem precedentes das ações de massa e o seu ingresso na luta política. Germina a semente da revolução.

Para o partido, trata-se de aproveitar estas condições, ampliar sempre maiores mobilizações, radicalizá-las, aprofundar seu cunho antiditatorial e disputar a hegemonia das massas com a ditadura militar.

O PRC, ao contrário dos partidos burgueses e dos reformistas, não se preocupa com "civilizar" as manifestações de massas. Não adota a atitude pedante de tentar "enquadrar" o proletariado e o povo e inibir sua criatividade. Pelo contrário, respeita iniciativas como a sátira mordaz aos opressores, as palavras de ordem combativas, as vaias aos políticos conservadores, o ódio aos governantes, a ruptura dos limites legais, a radicalização política, procurando dirigi-las para um rumo consequente.

"O PRC repudia qualquer aliança com a burguesia e não tem dúvida de que a violência será necessária para que a classe operária chegue ao poder". (Ozéas Duarte de Oliveira – CC/PRC – Jornal do Brasil, 18 Jul 1984)

"Essa transformação não acontecerá pacificamente, ou por meio de um processo lento e gradual, mas só será garantida pela luta armada dos explorados contra os exploradores" (Comitê Regional do PRC/ Rio Grande do Sul)

O PCBR, nos documentos cujos extratos se seguem, deixa claro a sua opção pela luta armada:

"A guerra de guerrilha é o método principal do desencadeamento da luta armada nas condições brasileiras; e a guerrilheira rural é a forma prioritária, determinante, decisiva". (Resolução Política da Conferência Nacional do PCBR).

"O objetivo fundamental da revolução é destruir o aparelho burocrático e militar do Estado burguês. Substituindo por um regime de democracia direta das classes trabalhadores, sustentado por um poder popular que se expressa politicamente através de um Governo Popular Revolucionário". (II Congresso Nacional do PCBR).

"Agrega-se a isso uma experiência mais recente que o aparecimento de agrupamentos políticos no movimento popular, principalmente no PT e na CUT, e que revelam a necessidade da construção do Partido Revolucionário com quadros que funcionem na clandestinidade e sejam capazes, inclusive, de conduzir politicamente a luta armada e a revolução socialista".

"O caminho da revolução brasileira é o da luta armada e a construção da vanguarda revolucionária da classe operária está diretamente relacionada com sua capacitação para dirigir a luta política no terreno militar". (Teses para a construção do Partido Revolucionário, apreendidas em Abr 1986, na residência de José Afonso de Carvalho – militante do PCBR – em Salvador/BA).

Organizações trotskistas

Também as organizações trotskistas, por suas resoluções políticas e declarações de seus militantes em diversas citações, deixam claro que essas OS têm na luta armada a única forma para tomar o poder.

"A compreensão da natureza e classe do estado burguês leva-nos à conclusão de que será necessário destruir o aparelho do estado burguês e todas as suas instituições, inclusive o parlamento, e substituí-lo por um poder dos trabalhadores".

A liquidação do estado burguês exige uma insurreição armada.

A insurreição armada não é uma escolha deliberada. Sua necessidade, bem como seu caráter violento, é uma consequência do caráter violento do estado burguês, dos seus aparelhos de repressão, que se voltam inevitavelmente contra a organização autônoma da classe operária e dos seus aliados e se enfrentam obrigatoriamente com ela. É o estado burguês que se obriga e prepara a insurreição. Isto significa acumular e centralizar todos os elementos que vão, no sentido do armamento do proletariado, da ação espontânea de autodefesa à construção de milícias operárias e populares. Daí decorre, também, a necessidade de um trabalho junto aos soldados, com o objetivo de desagregar o instrumento fundamental de expressão que é o Exército, neutralizando uma parte, ganhando outra". (Cadernos do Marxismo Revolucionário: Iniciação ao Marxismo – Convergência Socialista – 1984)

FQI

"Não existe nenhuma transição pacífica até outro sistema de dominação da classe burguesa e do imperialismo." (Resolução do III Congresso da FQI em 1979)

"A FQI não descarta a luta armada como meio de consecução de seus objetivos, admitindo a formação de piquetes de greves armados. Que devem reagir à força a um confronto com os órgãos de segurança, como preconiza Trotsky". (Curso de Formação de Quadros – 19 Set 1986)

ORM-DS

"A revolução de 64 foi benevolente, pois, apesar de ter desbaratado as organizações subversivas do passado que adotaram a luta armada, não chegou a extremos como Argentina e Uruguai, países onde a repressão praticamente dizimou uma geração inteira de elementos ligados à esquerda. Este fato permitirá que as organizações do passado voltem a se agrupar de forma mais compacta, podendo tirar dos ensinamentos deixados pelo fracasso sofrido".

"Terrorismo contra militar não é terrorismo. É uma forma de luta contra o imperialismo". (Flávio Kouteil – palestra nas dependências do Plenário da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, 3 Dez 1985)

"É inevitável o confronto sangrento entre a massa operária e o Exército burguês, sendo necessário o extermínio das forças que sustentam o imperialismo. Por isso temos que formar um Exército Revolucionário forte e bem treinado, que dará sustentação ao novo estado proletário". (Márcia Pinto Camargo: Instrutora do Curso de Comandos da CRM-OS, 11 Mai 1986).

Conclusão

Este livro é o resultado de um intenso trabalho de coleta e reunião de dados contidos em documentos que, esparsos por todo o território nacional, passados alguns anos, seriam destruídos por força da legislação existente, independente de seu conteúdo histórico que, pela sua fragmentação, poderia nem ser percebido por seu detentor.

O General João Batista de Mattos, ao participar da obra histórica sobre Canudos, de Tristão de Alencar Araripe, já salientara que o autor andara "muito acertadamente, ao pugnar por uma inversão nos louvores e reconhecimentos, entre nós sempre exagerados, no julgamento de um infrator, e negados a quem, no cumprimento do dever e investido do poder de repressão, age com bravura e muitas vezes perde a vida". O infrator, diz o General, se não vence, é apresentado aos pósteros como um incompreendido, precursor, sendo-lhe atribuídas virtudes que, na verdade, ele não possuía. Dizia o próprio autor que houve sempre certo pudor dos homens do dever de virem à cena para proclamar serviços, mesmo quando se sentiam injustiçados. Enquanto os insurgentes tiveram sempre quem lhes cantasse as façanhas em que foram vitoriosos ou mártires, os legalistas calaram-se e amargaram os ápodos injuriosos.

Em razão do caráter ideológico de que se revestiram a própria Revolução de 1964 e a luta armada que se verificou no País nos últimos anos da década de 60 e início de 70, ocorreu que essa situação, comum entre nós, tivesse agora um objetivo político-ideológico bastante nítido. Ao atingir os homens, o alvo era alcançar, muito mais do que eles, a própria instituição armada e o propósito de afastá-la das missões de segurança interna. O meio utilizado foi a mais cara e bem estruturada agressão psicológica que se tem notícia.

O alvo foi atingido, o objetivo visado pode até ser colimado. Só que seus promotores, obliterados pela ideologia, cometeram, mais uma vez, um grande equívoco, um ledo engano, perfeitamente caracterizado em 1935, em 1964 e, na luta armada empreendida especialmente de 1967 a 1974, porquanto, nessas três tentativas de tomada do poder, em vez do imaginado apoio popular, os ini da democracia encontraram cabal repúdio e veemente condenação da população brasileira.

Todavia, está em curso a quarta tentativa dos comunistas, calcada na doutrina gramscista de atingir, fundamentalmente, as Forças Armadas, com o claro desígnio de denegrir o elevado conceito que desfrutam junto à opinião pública, no País e no exterior. Assim sendo, precisamos estar atentos para essa abjeta manobra dos eternos adeptos da ditadura do proletariado.

No dia em que a população aceitar viver sem liberdade, em nome de uma utópica igualdade, será o fim da justiça social – cuja aproximação só tem sido possível nos países livres – e não haverá Força Armada que impeça a realização desse desiderato, se esse foi, realmente, a escolha da maioria da nação.

Nunca é demais alertar que os revanchistas não descansarão enquanto, por não suportarem as derrotas que lhes foram impostas pelas Forças Armadas, atendendo ao chamamento mandatório do povo.

Epílogo

ATUAIS AMEAÇAS AO ESTADO BRASILEIRO

> ***"7 de setembro de 1822.***
> ***Nesse dia, com o Grito do Ipiranga, a Nação Brasileira***
> ***ganhou identidade, independência, soberania e liberdade.***
> ***Hoje, corremos grande risco de perdê-las".***

Enfrenta a Nação Brasileira, neste instante, uma fase de perigoso retrocesso político, moral e intelectual, gerada por acidentes históricos, de caráter eleitoral, que submeteram o País ao poder de interesses políticos, conduzidos por lideranças contrárias aos valores tradicionais da sociedade brasileira.

Há mais de duas décadas, o que, a princípio, vinha sendo anunciado como "consolidação da democracia" pelas "predestinadas" figuras de líderes populistas foi-se tornando visível, pela concretização das intenções que moviam tal "consolidação democrática", frustrando a expectativa da sociedade, por natureza, complacente.

Pequenos deslizes de natureza política deram lugar a comprovados e, portanto, deploráveis casos de corrupção aos olhos perplexos da Nação que esperava, inversamente, uma mudança drástica de comportamento político, ou seja, a valorização da competência, da responsabilidade, da justiça e da honestidade no trato da coisa pública. A quantidade e a dimensão dos desvios administrativos foram-se agigantando de tal modo, que poucas palavras já não são suficientes para defini-los.

Resolveu, então, a Academia Brasileira de Defesa (ABD), por intermédio de seus membros, fazer um

levantamento das distorções de propósitos da tão propalada “consolidação democrática”, que estão pondo em risco a segurança e, em razão desse risco, a própria integridade do Estado Brasileiro.

A enumeração dos principais tópicos que se referem a essas distorções desnuda os inúmeros perigos que rondam, ameaçadoramente, a soberania, a moral e o próprio Estado de Direito em nosso País. Arbitrou-se a ABD apresentar tais ameaças, agrupadas em títulos que, tradicionalmente, compõem o conjunto do Poder Nacional de um Estado.

EXPRESSÃO POLÍTICA

ABSOLUTISMO DO PODER POLÍTICO

- Nepotismo explícito e exagerado “aparelhamento” político e ideológico dos quadros públicos com a multiplicação de órgãos de governo, ocupados por militantes dos partidos vitoriosos e dos demais partidos coligados, mormente os cargos de nível ministerial. Não se levando em conta a meritocracia, é pertinente a afirmação de que a maioria desses ocupantes não apresenta a qualificação indispensável ao desempenho de suas funções.

- Falência da imagem da “oposição” no legislativo federal, caracterizando a figura do “partido único”.

- Ausência de independência do Judiciário em relação ao Executivo.

- Ostensiva cooptação eleitoral por meio de distribuição de demagógicas benesses financeiras com o dinheiro público (“bolsa-família”, UNE, indenizações políticas, MST, etc.).

CORRUPÇÃO PANDÊMICA E IMPUNIDADE

- Desonestidade e total irresponsabilidade com o dinheiro público, nos Poderes da República – Executivo, Legislativo e Judiciário, nos níveis administrativos federal, estadual e municipal -, como também nas empresas públicas, nos fundos de pensão e nos partidos políticos, em tal dimensão, que inviabilizam qualquer tipo de empreendimento público, considerados os valores dos ilícitos cobrados, que variam de 4% a 50%.

- Crescente evasão financeira em decorrência da desonestidade habitual na gestão das responsabilidades públicas, o que, por sua vez, concorre para que sejam pagos, pela sociedade brasileira, os maiores impostos do mundo em relação aos de outros países.

- Ausência de sanções político-criminais como penas de reclusão, multas e a devolução dos recursos desviados dos cofres públicos, devido às espúrias “blindagens” decorrentes do corporativismo e dos alinhamentos político-ideológicos. A demissão e o afastamento da função são as únicas sanções, eventualmente adotadas, quando deveriam ser somente o início do processo punitivo.

ABUSO DA PRÁTICA DA “DIPLOMACIA PRESIDENCIAL"

- Desvirtuamento da tradicional e respeitada diplomacia do Itamaraty pela intromissão direta e indevida, do Presidente, em ações diplomáticas executivas, quase sempre, desprezando o assessoramento dos quadros profissionais do Serviço Diplomático.

TIBIEZA E INCOMPETÊNCIA NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

- Pusilanimidade dos governos, ao cederem às pressões internacionais de toda ordem, devido ao alinhamento ideológico, razão da excessiva condescendência com governos de esquerda, no continente americano e no mundo (Cuba, Venezuela, Bolívia, Equador, Peru, Irã, etc.). Movidos, também, por fatores presumíveis, deixam-se, contraditoriamente, persuadir, pelos governos que a estes países se opõem. Constata-se um jogo político de dupla face, nocivo aos interesses brasileiros.

- Sem nenhum indício de planejamento e consenso diplomático, visando a uma sólida defesa da posição geopolítica conquistada pelo Brasil no cenário internacional, tornou-se uma constante, no campo político das decisões, sobreporem os interesses estrangeiros aos interesses brasileiros. Fica, assim, constatada a Diplomacia da Generosidade.

- Alguns exemplos dessa prática no continente sul-americano são a entrega, indiferente e leniente, da refinaria da Petrobras para a Bolívia; a revisão prática do Tratado de Itaipu, com concessões que ultrapassam os limites da justeza do Acordo, como o aumento de preço da energia fornecida pelo Paraguai; os financiamentos favorecidos a Cuba; a passividade em face dos abusos de Rafael Correa (Equador) contra a Odebrecht; etc.

SOBERANIA E INTEGRIDADE NACIONAIS

- Agravos à soberania nacional pela subordinação da política governamental a ditames provindos de fontes externas de poder – Estados estrangeiros, agentes econômicos e movimentos conservacionistas e ambientalistas – que visam, também, a dificultar o desenvolvimento do País. Apoiada por ONG de inspiração forânea, esta diversidade de agentes dispõe de total liberdade de ação em território brasileiro, fato inadmissível em nações mais desenvolvidas.

- Perigo de perda de território e de "balcanização" do País, com fatos concretos de absurdas cessões de propriedade, nas regiões desenvolvidas do País, para pretensos grupos quilombolas, e, nas demarcações de extensas reservas indígenas, na Amazônia, em áreas fartas de recursos estratégicos, raros e de valor inestimável, incluindo, nessa alienação fundiária, as terras da União previstas na CF-88 (Art. 20, § 2.º e Emenda Constitucional n.º. 23/1999), como "faixa exclusiva de fronteira".

- A criminosa adesão à Declaração dos Direitos dos Povos Indígenas, abrindo caminho para perigosas reivindicações de independência política das terras que ocupam, com o apoio de algumas instituições religiosas a serviço de outros governos.

- Tais ações, conduzidas por organismos internacionais, por ONG de atividades duvidosas, resultam da antipatriótica condescendência que tem marcado as frágeis políticas de governo, contrariando os legítimos interesses brasileiros e motivando o surgimento de perigosos sentimentos divisionistas.

- Além disso, a maneira como vem sendo formulada e implementada a política indigenista, a reboque de pressões externas e de acordos espúrios firmados por nossa diplomacia, gera conflitos perturbadores na atividade econômica, desestabiliza a Federação e fragiliza a plena soberania brasileira sobre seu território.

EXPRESSÃO ECONÔMICA

INSEGURA ADMINISTRAÇÃO CENTRAL DA ECONOMIA

- Inexistência de um plano nacional de desenvolvimento, com ausência de política econômica definida e a consequente falta de estratégias e diretrizes correlatas, vinculadas a orçamentos e programas, bem como de definição de responsabilidades pelo seu cumprimento.

- Desnacionalização da economia por meio da troca por "moeda de papel" de ativos e bens nacionais, incluindo a absorção ou a perda de controle acionário de empresas para entidades alienígenas não residentes, algumas estatais.

DEPENDÊNCIA ECONÔMICA

- Declínio da participação industrial na formação do PIB nacional, devido ao elevado custo de produção (Custo Brasil); favorecimento das importações; pauta de exportações alicerçada em "commodities" e não em produtos industrializados; perda da competitividade; excesso de "consumismo"; contrabando e pirataria.

DESCONTROLE FINANCEIRO

- "Bolha" de crédito com estímulo à entrada de capital especulativo e com elevadas taxas de juros (a maior do mundo).

- Valorização excessiva do mercado imobiliário das grandes cidades, com grave risco de falências em bloco, após a copa do Mundo e as Olimpíadas.

- Crescimento dos índices inflacionários bem acima dos limites estabelecidos.

INFRAESTRUTURA LOGÍSTICA

- Marinha Mercante inexistente, fato que atenta contra a soberania e a segurança nacionais, tendo em vista que cerca de 90% do comércio exterior do País transita pelo mar. Quase a totalidade dos navios petroleiros da FRONAPE são licenciados com terceiras bandeiras, e oficiais da Marinha Mercante estão a serviço dos navios da TRANSPETRO.

- Sistema rodoviário falido, apesar dos bilhões de reais do orçamento do DNIT, solapados pela desídia e pela corrupção dos administradores encarregados dos diferentes modais.

- Crescente demanda por transporte (terrestre, aquático e aéreo), tanto nas áreas urbanas quanto interurbanas, poderá levar o País, em curto e médio prazos, a um grave estrangulamento logístico de consequências imprevisíveis.

- Oferta de energia elétrica já abaixo da necessidade, sem previsão de implantação de novas fontes de fornecimento, devido à incompetência governamental de gerenciar as obras em andamento.

VULNERABILIDADE DA PRODUÇÃO PETROLÍFERA

- A exploração do petróleo offshore, em especial a do “pré-sal”, carece, totalmente, de proteção contra ataques terroristas e de terceiras potências, cujas agressões, se efetivadas, poderão paralisar a produção nacional.

EXPRESSÃO PSICOSSOCIAL

ENFRAQUECIMENTO DA DECADÊNCIA MORAL

- Destruição do núcleo familiar e distorção do seu tradicional conceito, com efeitos nefastos na manutenção dos valores cristãos, transmitidos às crianças no lar e que se solidificavam na escola para toda a vida. Nesse “moderno” ambiente familiar, talvez não haja mais lugar para o mandamento cristão – Honrar Pai e Mãe.

- Degradação da moral e da ética, com incentivo à aceitação de relacionamentos homossexuais, por meio da distribuição pelo governo, nas escolas do primeiro grau (ensino básico e fundamental), de kits com material para conhecimento dessa prática, sob a denominação de “estímulo ao conhecimento da diversidade sexual”.

REVISIONISMO HISTÓRICO E DIVISIONISMO RACIAL

- Perda do respeito aos pais, às instituições, ao patrimônio público, aos feitos e vultos históricos e aos símbolos da nacionalidade, mediante a prática de verdadeiro revisionismo histórico. A História do Brasil tem sido escrita, segundo a visão marxista de seus autores e, assim, vem sendo transmitida às gerações atuais de estudantes.

- Mais de quinhentos anos da história do País têm sido, simplesmente, reduzidos ao conflito entre opressores e oprimidos, pobres e ricos, brancos e negros, elite européia e índios espoliados. Perdem-se, pois, os fundamentos da própria nacionalidade.

- Estímulo ao divisionismo étnico com a implantação das “cotas raciais”.

- Ódio racial – veneno diariamente inoculado.

- O histórico orgulho brasileiro da miscigenação exemplar e pacífica cai, agora, por terra, com a introdução das cotas raciais para quase todas as atividades da sociedade, onde se reuniu, de um lado, os brancos e, do outro, os pardos ou não brancos (nestes, incluídos os negros, mulatos, índios, mamelucos, amarelos e outros).

BAIXO NÍVEL DO SISTEMA EDUCACIONAL

- Precariedade do ensino, tanto intelectual quanto comportamental; seu uso como instrumento de doutrinação político-partidária e não como fator de desenvolvimento individual e social. Não sem razão, o Brasil de hoje encontra-se nas últimas posições no Programa Internacional de Avaliação de Alunos (PISA).

- Uso da Pedagogia e da Sociolingüística para fins de doutrinação da juventude, com deturpação das regras gramaticais e redacionais, negando-lhe, assim, a cognição, a fim de conduzi-la a um patamar cultural propício à sua dominação pelo Estado.

EXPRESSÃO MILITAR

FORÇAS ARMADAS DESATUALIZADAS E DESPREPARADAS

- Incapacidade de manter o respeito internacional, de garantir a soberania do País e de responder, à altura, a eventuais ameaças externas, além de comprometer a integridade nacional, não despertando a confiança da comunidade mundial para aceitar o Brasil como membro permanente do Conselho de Segurança da ONU.

- Essa mesma comunidade mundial, por sua vez, exerce influência no governo brasileiro para que mantenha as Forças Armadas defasadas e impotentes para reagir, caso se concretize qualquer ameaça à integridade territorial. As peças do jogo de xadrez político são unicamente mexidas pelos "parceiros" de além-fronteiras.

- Dotações orçamentárias insuficientes que, ainda, sofrem severos contingenciamentos rotineiros, que impedem o reaparelhamento e o preparo dos meios militares com qualidade e quantidade adequadas, cenário agravado por uma humilhante política de achatamento salarial da tropa (o mais baixo nível de remuneração do serviço público federal).

- Uso do argumento de "índole pacífica do povo brasileiro" para justificar a criminosa desatenção contra eventuais aventuras belicistas de gananciosos agentes externos, ávidos de usufruir dos bens de seu imenso e rico território. Acresce-se a este primário argumento outro de maior peso e que se evidencia, a cada dia: os países que detêm riquezas minerais e hídricas, mas inexistentes, ou em fase de esgotamento, nos demais países, vêm sofrendo investidas políticas dessas nações belicistas, no sentido de manterem improdutivo o seu parque de material de defesa e desaparelhadas as suas Forças Armadas. Se a beligerância não é própria do brasileiro, tem sido a característica de dominação de outros povos.

- Esquecem-se esses que – "Entre nações não existe amizade, mas, sim, interesses", e que "uma nação pode permanecer 100 anos sem ter uma guerra, porém, não poderá passar nem um minuto sequer sem estar para ela preparada".

- Tentativa de romper a harmonia das Forças Armadas com a quebra da hierarquia e da disciplina, pela submissão das punições disciplinares à apreciação judicial e pela criação artificial de divisões entre ativos e inativos e entre oficiais e praças.

- Imposição da admissibilidade de costumes, práticas e características individuais incompatíveis com os requisitos indispensáveis ao bom desempenho das atividades castrenses.

- Condescendência, no mínimo, ingênua dos chefes militares pela aceitação silenciosa de um comportamento gramscista, que lhes impõe ideias antagônicas às tradições militares, sob a roupagem camuflada do "politicamente correto". Tal condescendência muito afetará o ensino militar brasileiro, que deixará de ser "autóctone" para assimilar conceitos perniciosos que serão transferidos aos alunos dos colégios e das escolas militares e à própria Nação.

- No campo interno, ressalta o revanchismo político e a subversão ideológica, praticados por elementos ligados ao partido governista, sistematicamente, direcionados contra as Forças Armadas, como instrumento de sua desagregação na sociedade, funcionando como traição ao País, com feições de um pouco inteligente suicídio nacional

EXPRESSÃO CIENTÍFICO-TECNOLÓGICA

FORMAÇÃO PROFISSIONAL

- Educação não comprometida com a formação de mão de obra qualificada nem com o desenvolvimento técnico-científico, gerando um elevado número de analfabetos funcionais (20,3%), tornando o País um eterno dependente e importador de tecnologia avançada.

- Regras excessivamente castradoras das Universidades brasileiras, impostas pelo governo federal, que dificultam a formação de doutores e lhes limitam as ações, o que praticamente inviabiliza a pesquisa séria e torna quase impossível a criação e o registro de patentes nacionais.

SISTEMA BRASILEIRO DE INTELIGÊNCIA (SISBIN)

- Vulnerabilidade a ataques cibernéticos contra os sistemas informatizados do País – governamentais, econômicos, políticos, militares, técnico-científicos, de segurança pública, etc., sem a respectiva capacidade tecnológica necessária para se contrapor a tais ações.

- Impossibilidade de o Estado atuar na produção e na difusão de conhecimentos indispensáveis ao processo decisório governamental, devido às limitações impostas pela própria legislação que o regulamenta.

CONCLUSÃO

Este documento caracteriza DESESPERADA denúncia ao povo brasileiro, visando a alertá-lo sobre os perigos que estão levando o País a uma situação de instabilidade institucional como, também, de grave vulnerabilidade estratégica.

No âmbito interno, foi atingido o grau mais elevado de corrupção e de descontrole do poder público, levando a sociedade brasileira a perder a confiança nas instituições maiores e ter dúvidas quanto à efetiva vigência do Estado de Direito, em nosso Território.

Os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, sistematicamente, assumem posições que depõem contra a seriedade no desempenho de suas responsabilidades funcionais. No campo internacional, o planeta demonstra perigosa fragilidade de coesão em consequência da insegurança econômica coletiva, que não poupa, nem mesmo, as outrora inexpugnáveis nações. Evidencia-se, ainda, a instabilidade política epidêmica, com foco no Oriente Médio, acompanhada de decorrentes lutas fratricidas.

Assim, a crise do sistema financeiro internacional e a possibilidade de eclosão de vários conflitos políticos regionais, em face da atual insegurança institucional do Estado Brasileiro, poderão estimular o recrudescimento da cobiça externa, no sentido de a cúpula do “governo mundial” aproveitar a oportunidade da convulsão doméstica, para antecipar a execução de seus eternos planos de dominação.

É, pois, fundamental e urgente, que providências objetivas sejam ultimadas para interromper o perigoso ciclo descendente na vida nacional.

Três medidas simultâneas, de caráter emergencial, destacam-se como prioritárias para o Brasil, neste momento:

- Limpeza orgânica do tecido, em franca decomposição, do Estado Brasileiro, com a punição dos corruptos e irresponsáveis do poder público, e a adoção de comportamento restritivo e vigilante que atue nos pontos críticos desse verdadeiro caos social.

- Elaboração de objetivo programa de reequipamento militar, de modo a conferir, em prazos curtos, real efeito dissuasório para as Forças Armadas, no contexto internacional.

- Atitude enérgica do Povo Brasileiro para protestar, por meio de manifestações coletivas e contínuas a se realizarem em todos os pontos do País, a fim de exigir das autoridades governamentais a correção de todas as ameaças ao Estado Democrático de Direito, denunciadas neste documento.

Rio de Janeiro, 02 de Fevereiro de 2012
Ivan Frota
Brigadeiro na Reserva da FAB

Presidente da Academia Brasileira de Defesa.